



PROJECTOS, ESTRATÉGIAS E REALIZAÇÕES PRÁTICAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE PORTUGAL E VENEZUELA (SÉCULOS XIX - XX)

António Iginio de Abreu Xavier

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em História

ORIENTAÇÃO: *Prof.ª Dr.ª Ana Cardoso de Matos*

ÉVORA, OUTUBRO 2013
DEFESA: JULHO 2014



RESUMO

O presente trabalho aborda vários temas que se conjugam, direta ou tangencialmente, com a prática do comércio à luz das relações entre Portugal e a Venezuela a partir do ano 1800 até 1960. São temas que se inscrevem, por um lado, no âmbito governamental das políticas externas, nomeadamente no processo de tomada de decisões no que diz respeito à defesa e à promoção do comércio nacional, instrumentadas nas funções inerentes ao serviço diplomático e consular. Por outro lado, inscrevem-se no âmbito das iniciativas privadas empreendidas por investidores e comerciantes em Portugal e por cidadãos portugueses na emigração. A pesquisa é multidisciplinar ultrapassando as fronteiras nacionais e a abordagem das relações diretas para seguir três fluxos - comercial, migratório e financeiro - através de uma vasta geografia de integração crescente onde circularam homens e produtos, onde foram concebidos projetos, postas em prática estratégias e confrontadas as realizações práticas.

Palavras claves: Portugal, Venezuela, comércio, migração, política.

ABSTRACT

The present work tackles several subjects that deal, directly or indirectly, with trade between Portugal and Venezuela between 1800 and 1960. On one hand, these subjects are concerned with the external politics involved in forming governmental decisions that supported and promoted national trade. On the other hand, they also illustrate the private enterprise of investors and traders within Portugal as well as that of Portuguese citizens abroad. Utilizing various historical methods and a number of documentary sources, our work goes beyond national borders and the study of direct relations to examine, in depth, the flow, movement and immigration of commerce, finance and people. These three subjects are developed in a broad geographic frame of increasing integration within which men, money and products circulated and where governments and individuals conceived of projects, implemented strategies, and worked out their practical realisations.

Keywords: Portugal, Venezuela, trade, migration, political.

AGRADECIMENTO

Com esta tese culmina um trajeto que não percorri só e, por isso, quero expressar meu agradecimento àquelas pessoas e instituições que o aplanaram e caminharam comigo. Em primeiro lugar, à Prof.^a Dr.^a Ana Cardoso de Matos, orientadora de esta tese e diretora da Linha 2 do CIDEHUS: «Património, Cultura Material e Arqueologia no Sul da Europa e no Mediterrâneo», onde se inscreve este trabalho. À Prof.^a Cardoso de Matos devo as conversas que me levaram a apresentar o projeto de pesquisa em 2009, a direção da investigação, a leitura atenta e a discussão deste trabalho. Devo-lhe, principalmente um sentimento inapreciável: a amizade que sempre demonstrou; amizade, paciente e sincera, que me reconciliou com a vida.

Segundo, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia que me apoiou com uma bolsa de Estudos para este doutoramento durante os anos 3 anos e 9 meses em que realizei este trabalho. Agradeço também ao Fundo Social Europeu e ao Ministério da Educação e Ciência por terem participado com este apoio que me possibilitou a dedicação a este trabalho.

Terceiro, ao CIDEHUS, Centro Interdisciplinar de Historia, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora, do qual tenho a honra de fazer parte e que aceitou ser a instituição que acolheu e enquadrou o projeto de doutoramento. Aos colegas do CIDEHUS, em especial a sua antiga diretora, Prof.^a Dr.^a Mafalda Soares da Cunha, e a atual, Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Olival, obrigado. Ao pessoal administrativo tanto do CIDEHUS, do Master TPTI como da Universidade de Évora, vai também o meu profundo agradecimento.

Quarto, ao pessoal dos arquivos, em Portugal e na Venezuela. A todos agradeço não estar ainda perdido na dispersão da documentação e nas batalhas burocráticas. Agradeço também os amigos que atenderam os meus pedidos e, amavelmente, me facilitaram diferentes materiais, eles são: Lic. Cornelia Klatt, na Biblioteca do Ibero-Amerikanisches Institut, em Berlim; Prof.^a Dr.^a Yolanda Segnini, que me proporcionou cópias procedentes de The National Archives, Grã-Bretanha; Dr.^a Carmela Pérez-Montes Salmerón, na Biblioteca "Tomás Navarro Tomás" do Centro de Ciencias Humanas y Sociales, do CSIC, Madrid; Prof. Post-Dr. Titular José Ángel Rodríguez, que me facilitou imagens de jornais e bibliografia de The National Archives of Trinidad & Tobago, The New York Public Library e The National Archives and Records Administration, Washington; Dr.^a Yepsaly Hernández na Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores; Lic. Alberto José Hoyos Valera, na pesquisa na Biblioteca Nacional e no Arquivo General de la Nación, em Caracas; Prof.^a Dr.^a Blanca de Lima, na

Universidade Francisco de Miranda, em Coro, pelos materiais históricos sobre a Comunidade Judaica na área Coro-Curaçao. Os seus nomes indicam os pontos na imensa carta geográfica desta tese.

Quinto, aos colegas na Universidade Central da Venezuela que amavelmente leram e discutiram comigo este trabalho, eles são: a Prof.^a Dr.^a Catalina Banko, na Direção de Pós-graduação em História da Faculdade de Humanidades e Educação, e da Comissão de Estudos de Pós-graduação da Faculdade de Ciências económicas e Sociais, o Prof. Post-Dr. Titular José Ángel Rodríguez, ex-membro da Comissão de Estudos de Pós-graduação em História. Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Titular Maria Elena González Deluca, membro da Academia Nacional da Historia, ter respondido às minhas perguntas.

Sexto, ao Centro de Estudos de História do Atlântico e ao Centro Cultural John dos Passos, na Madeira; à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pelo apoio académico e financeiro na apresentação de papers em encontros internacionais.

Sétimo, uma menção especial de agradecimento para a Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Silva de Sequeira Dias, lamentavelmente falecida. Só me resta lembrar a sua disponibilidade, as visitas juntos ao Arquivo Histórico de Ponta Delgada, as nossas conversas na sala da sua biblioteca onde, entre livros, tentamos historiar, de forma informal e sem posturas intelectuais, as ligações entre as Açores e a Venezuela.

A todos os amigos, familiares e conhecidos em Portugal e na Venezuela.

Finalmente, graças à vida.

**Projectos, estratégias e realizações práticas nas
relações comerciais entre Portugal e Venezuela
(Séculos XIX – XX)**

- **Introdução 8**
- **Capítulo I. Linhas gerais das relações mercantis Portugal – Venezuela 21**
 1. A zona geoeconómica envolvente: presença e influência 22
 - A. Final do século XVIII - transição 1860 - 1870 24
 - B. Década de 1870 - anos anteriores à I Guerra Mundial 34
 - C. Período desde 1914 - final da II Guerra Mundial 57
 - D. Meados da década de 1940 - crise do petróleo da década de 1970 78
 2. Teorias políticas e de comércio internacional aplicadas 100
 - A. Tendências político - diplomáticas 100
 - B. Tendências político - económicas 109
 - C. Harmonia de interesses 116
- **Capítulo II. Estrutura inicial da relação comercial (1800 - 1915) 120**
 1. Venezuela e a vizinhança de portugueses. O papel das comunidades portuguesas na Demerara, Trinidad e no Curaçao na exportação para a Venezuela 121
 - A. Demerara: o contato guianês 127
 - B. Trinidad: a entrada inglesa pelo oriente 141
 - C. Curaçao: a entrada holandesa pelo norte 169
 2. Comércio indirecto de produtos agrícolas e manufacturados. Presença das mercadorias e dos comerciantes portugueses na Venezuela 188
 - A. Fluxo comercial e política em Sarmento 189
 - B. Sarmento: um lisboeta com patriotismo espanhol 201
 - C. Comércio à mercê dos piratas 210
 - D. Corsários até a metade do século 237
 3. Consulados honorários e escritórios comerciais. Primeiras representações do parceiro comercial a partir dos relatórios consulares 251
 - A. Desde Londres: os anos incertos 253
 - a. Um Precursor 254
 - b. Um Luso-brasileiro muito reformista e brasileiro 264

- c. Política e comércio com Venezuela: duas coisas distintas em Rio e em Londres 285
 - d. Um Português em papéis espanhóis 296
 - B. *Voltando agora os olhos para a América* 301
 - a. Os acordos da política externa 301
 - b. A conjuntura política dos anos 20 327
 - C. Entre o Cônsul e o Ministro 344
 - a. Os primeiros cônsules: Montauban e Crespo 345
 - b. Um intervalo de três décadas 359
 - c. Serpa: a franqueza económica 367
 - d. Um balanço prévio à Legação 380
- **Capítulo III. A dinâmica comercial num mundo em mudança (Século XX) 400**
 - 1. Fortalecimento das relações diplomáticas. A criação de legações e o papel das associações de comércio 401
 - A. Reposição de um princípio de século 401
 - B. Chegar pelo Canal de Panamá 406
 - C. Cartas de Lisboa para Caracas, com regresso 417
 - D. Um ministro em campanha 421
 - E. Damocles, sem nomeá-lo 438
 - F. Cônsules e *Interregno político* 444
 - G. O renascimento diplomático 454
 - 2. Indústria e petróleo: elementos de desequilíbrio comercial. Interação das políticas de desenvolvimento económico de cada país 466
 - A. Comércio: não é assim tão simples 467
 - B. Visitas agenciadas 470
 - C. O que se dá e o que se pede 479
 - D. Como elos na cadeia 483
 - E. Quando não se moeu trigo na Venezuela 500
 - F. Ouro negro 513
 - 3. Migração e comércio: a presença nas finanças 519
 - A. Valor da migração 520
 - a. Um esforço na emigração 522
 - b. *Onde estás bem, aí é a Pátria* 533
 - B. Projecto emigrante: outras rentabilidades 539

- a. O negócio da viagem 540
 - b. Sobre o oceano, mas voando 548
 - c. Não são andorinhas 553
 - C. Consulados para emigrantes 563
- **Conclusão** 574
 - **Anexos** 589
 - **Fontes** 595

INTRODUÇÃO

Não pareça que queremos avançar o paradoxo de que em política podem haver proposições tão evidentes, como as geométricas¹

1. Contexto contemporâneo do tema da tese

O presente leva ao passado. A motivação para este trabalho histórico encontra-se no presente ou num passado muito recente. Na verdade, a nossa motivação inspira-se em parte na intensificação das relações diplomáticas entre o Portugal e a Venezuela, em torno do aumento do comércio bilateral que tem animado os meios de comunicação portugueses nos últimos anos. Este aumento do comércio motivou perguntas e a procura, portanto, de respostas. É evidente que os interesses económicos e as oportunidades de bons negócios estão por detrás desta animação política, mas, toda esta animação é recente? A relação comercial foi igualmente animada no passado? Trata-se de uma revisão das oportunidades de negócios recíprocos?

O entusiasmo pelo crescimento das relações comerciais baseia-se no incentivo que os governos dos respetivos países querem dar *às trocas comerciais e ao investimento, ainda pouco significativos globalmente mas com evoluções sustentadas pelo menos desde 2004*. A validação desta citação vem do Instituto Nacional de Estatística de Portugal; segundo o INE, desde esse ano registou-se um aumento das exportações portuguesas para a Venezuela *interrompido apenas em 2007 mas com um dinamismo crescente desde 2008²*.

No quadro desta evolução, foi assinado em Lisboa no dia 2 de Outubro de 2007, o «Acuerdo de Entendimiento para la Identificación de Oportunidades de Negocios entre PDVSA y GALP», segundo informações da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela. Ato contínuo, as *oportunidades de negócios* consolidaram-se mais no ano seguinte quando *o vice-ministro português do comércio, Fernando Serrasqueiro, assinou (...) as formas de operacionalização do acordo complementar entre Portugal e Venezuela, que permitirá aumentar em 16 vezes o valor das exportações portuguesas para o país sul-americano*. Na assinatura deste acordo, houve correspondência de intenções entre os dois Estados e os representantes diplomáticos ficaram com trabalho para fazer, pois como

¹ Rodrigues de Brito, Joaquim José (1803), *Memorias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal*. Lisboa, na Impressão Regia, p.IV.

² «Investimento e comércio Portugal/Venezuela a crescer mas ainda com pouca expressão», in: *Oje*. (Consulta: 27-05-2010, in: <http://www.oje.pt/noticias/economia/investimento-e-comercio-portugal-venezuela-a-crescer-mas-ainda-com-pouca-expressao>)

Serrasqueiro confirmou literalmente: *Da nossa parte temos visto que há um interesse em fortalecer as relações com Portugal. As negociações de alto nível continuam*³.

As negociações binacionais continuaram. De facto, em 2008, vários acordos foram implementados para promover a cooperação económica. Produto da amizade entre as duas nações, o Primeiro-ministro Português, José Sócrates efetuou em Maio desse ano uma visita à Venezuela, que foi retribuída dois meses depois por uma nova vinda do presidente venezuelano Hugo Chávez a Lisboa, onde já tinha estado em duas ocasiões anteriores, em 2001 e 2007⁴. Outro impulso para este entusiasmo foi o facto de que as exportações portuguesas para a Venezuela em 2009 dobrarem os números de 2008, *passando de um défice de 90 milhões de Euros para um saldo positivo de 820 mil Euros*⁵.

Esta intensificação política-comercial motivou assim o projeto de doutoramento, apresentado em 2009 à Universidade de Évora, o qual recebeu o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para realizar o trabalho que o leitor tem hoje em suas mãos. Informações mais recentes comprovaram ainda mais a relevância do tema que me propus tratar nesta tese e deram um maior incentivo à pesquisa. De facto, em junho de 2010, Portugal e a Venezuela formalizaram *acordos de cooperação no âmbito da energia e do setor agroalimentar, que irão render a Portugal 73,4 milhões de dólares (59,4 milhões de euros)*⁶, um valor importante em tempos de crise.

No ano seguinte, aconteceram dois outros eventos importantes, ambos em outubro: a ativação de uma comissão mista composta por políticos, empresários e interessados no comércio bilateral, para *reatar de uma forma intensa a relação comercial e institucional entre os dois países*⁷; e a visita do Ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, Paulo Portas, à Venezuela para *consolidar e fazer avançar as relações comerciais entre os dois*

³ «Portugal e Venezuela definem acordo econômico e energético», em *UOL-Últimas Notícias*. (Consulta: 26-02-2008 -<http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/02/26/ult611u76973.jhtm>)

⁴ Embajada de la República Bolivariana de Venezuela en Portugal. (Consulta: 10-11-2011 -www.embavenezuela.pt/politica.html)

⁵ Gabinete de Estrategia e Estudos (2010), *BMEP*. Lisboa, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento y Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - Ministério das Finanças e da Administração Pública, Nº 2, Fevereiro 2010, pp.37-38; Nº 3, Março 2010, pp.31-33.

⁶ «Comércio: Portugal e Venezuela formalizaram acordos de cooperação de 73,4 milhões de dólares», em *Visão Digital*. (Consulta: 18-06-2010 -<http://aeiou.visao.pt/comercio-portugal-e-venezuela-formalizaram-acordos-de-cooperacao-de-734-milhoes-de-dolares=f562832#ixzz1nwc2D3CA>)

⁷ «Comércio com Venezuela pode valer até €5 mil milhões. Comissão Portugal-Venezuela foi reativada pelo Governo e tem um potencial volume de negócios de €5 mil milhões de euros, diz o Secretário de Estado adjunto da Economia», in: *Expresso digital*. (Consulta: 21-10-2011 -<http://aeiou.expresso.pt/comercio-com-venezuela-pode-valer-ate-5-mil-milhoes=f682425#ixzz1nwYhAkYk>)

*países*⁸. A intenção da política externa portuguesa de procurar melhores resultados foi reafirmada também na *rede diplomática desafiada a apoiar exportações* onde *cada embaixada portuguesa, cada posto consular (...) serão avaliados pelas oportunidades de negócio que conseguem facilitar às empresas portuguesas*⁹.

É relevante indicar aqui um eixo do nosso discurso histórico - o facto de os avanços diplomáticos referidos servirem, como instrumentos subordinados, a política externa dos dois países na sua intenção de se aproximarem um do outro. Com efeito, confirma-se que a aproximação entre os dois países começou antes das *evoluções sustentadas das trocas comerciais em 2004*. Do seu lado, o governo venezuelano no poder desde 1998, já tinha indicado esta intenção com a criação do Grupo Parlamentario de Amistad Venezuela – Portugal para restabelecer as relações entre os dois países de forma permanente¹⁰. Mas, por quê falar de restabelecimento? Do lado de Portugal, tem havido alternância de governos de diferentes orientações políticas, porém eles têm mantido uma atitude semelhante na política externa oficial no que diz respeito à Venezuela e à defesa dos interesses nacionais.

Em relação à posição portuguesa, se tudo o que já foi dito não fosse apoio suficiente para justificar o interesse do estudo dos acontecimentos à luz das relações comerciais e *das negociações de alto nível*, no início de 2012 foi anunciada uma nova linha da política externa de Portugal que daria maior justificação às visitas à Venezuela. Assim, em Janeiro daquele ano, a Agência para o Investimento e Comércio Exterior de Portugal, através do seu presidente, Pedro Reis, anunciou a conclusão de um *Seminário diplomático para apresentar o modelo de diplomacia económica (...) destacando que uma das diretrizes do novo modelo assenta na necessidade de Portugal reforçar novos mercados*. O novo modelo da política externa, segundo Reis, é uma aposta em *novos mercados* e coloca as suas «fichas» em diferentes regiões, incluindo a América Latina¹¹.

A motivação para este trabalho também é dada pelo meu interesse nas relações entre a Europa e a América Latina, uma linha de pesquisa que mantenho desde as minhas primeiras publicações académicas, que coloca a Venezuela no centro dessas relações entre o Velho e o Novo Continente e onde aparecem a diplomacia, a migração, as representações

⁸ «Paulo Portas na Venezuela para "consolidar" comércio», in: *RTP Notícias*. (Consulta: 31-10-2011 - <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=494447&tm=6&layout=121&visual=49>)

⁹ «Diplomacia Económica. Rede diplomática desafiada a apoiar exportações», in: *O Emigrante/Mundo Português*. Lisboa, Nº 1633, 13/19-01-2012, pp.1 e 3.

¹⁰ «Grupo Parlamentario de Amistad Venezuela – Portugal», in: *Asamblea Nacional*. (Consulta: 10-11-2011 - <http://www.asambleanacional.gov.ve>).

¹¹ «Aposta em novos mercados: América Latina, África, Golfo ou Extremo Oriente», in: *O Emigrante/Mundo Português*, Nº 1633, 13/19-01-2012, p.2.

culturais, as associações comunitárias e outros assuntos conexos, como objeto de estudo. Esta linha de pesquisa inspira-se também na ideia de proporcionar mais e melhores materiais sobre a comunidade portuguesa na Venezuela, tanto para uma cabal compreensão do seu próprio desenvolvimento histórico e social, como para os fins que possa ter em Portugal o conhecimento resultante destes materiais, visto aliás o evidente transnacionalismo que acompanha o estágio atual das relações.

2. Tema da tese

O presente trabalho aborda o estudo de projetos, estratégias e realizações entre Portugal e a Venezuela vistos através de três fluxos - comercial, migratório e financeiro - enquadrados nas fases ou períodos do crescimento económico mundial. A investigação, como se disse, foi à procura do que aconteceu à luz das relações comerciais e das *negociações de alto nível*. Nesta introdução temos falado, até agora, de planos de fortalecimento das relações binacionais, das estratégicas redes diplomáticas, da acumulação de experiências comerciais e de como tudo isto, no seu conjunto, tem colaborado para estreitar o contacto entre os dois países. Ao longo do tempo, políticos, empresários e interessados no comércio foram aprimorando as suas capacidades para incentivar as relações comerciais entre os dois países, com particular incidência, nos últimos anos.

No entanto, o discurso político-comercial destes anos, ao pegar nos laços históricos, assenta tanto nas crónicas portuguesas existentes na história colonial da América, como nas narrações dos emigrantes do século XX. Este discurso contemporâneo faz escassa referência aos acontecimentos durante estas duas balizas levando assim à matéria da tese: uma revisão dos projetos, das estratégias e das realizações práticas que tiveram lugar no marco das relações entre Portugal e Venezuela neste período. Estes três elementos são considerados eixos de um comércio que deu a conhecer os produtos e o nome de cada país de maneira recíproca, mediante transacções diretas e indiretas ou mediante transacções impulsionadas por políticas oficiais e por iniciativas officinas.

A análise do objeto de estudo guia o discurso através do contraponto entre a política e o comércio, entre o estilo diplomático e a maneira comercial de ver e administrar os negócios. Um contraponto que apresenta alternâncias, mas não dissociação, quando aquele é visto através de diversos elementos que caracterizam os fluxos comerciais, financeiros e migratórios que dinamizam o crescimento económico. O estudo efetua a análise dos projetos, das estratégias e das realizações práticas nesse enquadramento dinâmico.

a) Linha geral e específica do tema

O objeto de estudo procura fazer o resgate da importância das relações entre Portugal e Venezuela em várias dimensões. Não se trata tão só de abordar o comércio, mas também de considerar aspectos tão importantes como os laços históricos e a migração, aspetos que unem os dois países de maneira estreita. A definição do objeto de estudo parte do interesse pessoal nas relações Europa - América Latina, e o trabalho coloca Portugal e Venezuela como agentes específicos de um *modus vivendi* destinado a dar resposta às necessidades e aos interesses nacionais aproveitando as suas capacidades e vantagens comerciais. Embora a natureza pluritemática deste projeto histórico aborde vários temas que se conjugam, direta ou tangencialmente, com a prática deste comércio entre os dois países; aqueles são temas que se inscrevem, por um lado, no âmbito governamental das políticas externas, nomeadamente no processo de tomada de decisões -consistentes com as questões de política interna- no que diz respeito à defesa e à promoção do comércio nacional; e, por outro, nas funções inerentes à diplomacia entendida esta última como uma extensão instrumental do aparelho administrativo do Estado.

b) Caracterização do tema

Ao mesmo tempo, a pesquisa ultrapassa as fronteiras da história política, seguindo os meandros da diplomacia e da história económica, a partir da descrição da política comercial de cada país ou dos seus mercados. É necessário referir, em alguns casos, dados estatísticos e medidas económicas para ampliar a compreensão e ilustrar a exposição do discurso histórico, sem contudo oferecer um estudo económico aprofundado das políticas nacionais, da balança comercial ou das vantagens comparativas, embora consideremos absolutamente necessária e pertinente a realização desse estudo por investigadores especializados.

3. Abordagem conceitual

A tese parte duma abordagem conceitual que contém três noções através das quais se efetua a análise da relação comercial. Primeiro, o termo projeto que diz respeito aos propósitos e intenções de fomento e de negociação, que decorrem do estudo de uma situação para executar uma ideia. Essa negociação requer antecipação, predeterminação e formalidade para empreender uma ação coordenada no mediar do tempo, como é o caso dos planos de investimentos, dos contratos de trabalho e de migração, dos tratados bilaterais ou multilaterais, acordos para a criação de empresas, convenções para desenvolvimento em conjunto, entre outros temas.

Segundo, a estratégia concebida como a maneira de executar as operações comerciais; a dinâmica destas determina o padrão de ação numa situação de formalidade mas, ao mesmo tempo, exige táticas imediatas segundo as circunstâncias do momento e, portanto, precisa de um mínimo de pragmatismo. Alguns conceitos relacionados com a estratégia são: redes, famílias, agentes comerciais, empresas, espionagem, contrabando, etc. Na consolidação de posições pessoais e das comunidades foram postas em prática estratégias mistas envolvendo aspetos individuais, comunitários, sociais, consulares / diplomáticos e contextuais da sociedade de acolhimento. As estratégias incluem ou não todo este conjunto de aspetos mas, em qualquer caso, foram adaptadas para as oportunidades do momento e são, portanto, flexíveis em termos da tomada de decisão.

Finalmente, a realização prática que identifica e descreve os detalhes da implementação dos dois primeiros conceitos, os instrumentos utilizados pelo movimento comercial - como armazéns do porto, navios, implementações técnicas, procedimentos, comércio minorista, aquisição e saída de mercadorias, etc. Outra perspectiva é a de definir o grau de concretização dos projectos e das estratégias segundo o objetivo e as intenções iniciais, um aspeto que resulta às vezes difícil de precisar porque falamos de medir o nível de sucesso atingido na prática, tanto quanto as fontes documentais nos permitem acompanhar o seu desenvolvimento.

a) Finalidade da abordagem conceitual

A abordagem conceitual parte destas três noções básicas que continuamente se intersectam entre si no interior de um pressuposto que percorre os três capítulos do trabalho: Se o comércio é considerado um alvo de interesse prioritário, tanto a nível nacional como individual, a sua promoção exige a participação de todas as capacidades e conhecimentos aplicáveis em situações de negociação. Nesta declaração encontram-se as diretrizes para descrever neste estudo os projetos, as estratégias e as realizações que conseguiram desenvolver Portugal e a Venezuela no seguimento desse interesse prioritário que é o comércio.

O discurso histórico refere continuamente os seis conceitos bases do postulado e aplica-os de uma maneira particular e comparativa para cada país, Portugal e Venezuela, inclusive quando os seus nacionais atuam de forma independente. No trabalho, não realizamos uma categorização formal das personagens e grupos em movimento segundo os conceitos de «emigrante», «emigrado» e «exilado». Estas personagens e estes grupos ficam identificados no encadeamento do discurso histórico segundo as conexões com a política ou o comércio, ou então dentro do contexto e da dinâmica dos fluxos.

Em princípio, a abordagem implica uma premissa consistente com os manuais básicos de economia, nos quais o comércio é definido como uma troca de bens e serviços acordados pela oferta e a procura a um preço considerado adequado entre as partes negociadoras. Agora, tal como é aplicado aqui, o conceito vai para além de uma negociação entre as partes portuguesas e venezuelanas e, por isso, o presente trabalho foi à procura dos intermediários que também participaram nesse intercâmbio.

Quanto ao interesse prioritário, a sua definição está associada ao nível de prioridade que o comércio tem relativamente a algo. Para um Estado considera-se o comércio internacional, aquele que é realizado através das suas fronteiras, como uma atividade de interesse nacional por causa do seu peso na economia; o interesse nacional pode traduzir-se numa política externa para aumentar a riqueza pública, o progresso, o poder de dominação ou o reconhecimento internacional. Para um comerciante ou uma empresa, o comércio tem a prioridade que lhe outorga o interesse particular em razão da utilidade, do poder e do respeito entre os seus pares no mercado.

Em ambos os casos, o comércio precisa de se promover nos mercados e de estimular o consumo para obter um lucro; este estímulo traduz-se por um investimento em informação e em conhecimento refletidos em mais investimentos no comércio, situação cíclica ideal a que todo empresário aspira. No meio dessa situação, os participantes no mercado praticam uma tática promocional que tende a ignorar as circunstâncias menos rentáveis e a favorecer a participação naqueles mercados que garantem a saída de mercadoria, através de uma venda fácil.

Mas, então é necessário ter a mercadoria, ter o suporte de uma infraestrutura produtiva para apoiar a venda ou, se aquela não existe, dispor de armazenamento suficiente para a revenda ou a reexportação de bens estrangeiros. Isto requer estar ao corrente das suas próprias capacidades de produção mas, ao mesmo tempo, ter a informação mínima necessária para participar no mercado, ter, por exemplo, conhecimento dos mercados onde há procura para o produto a ser oferecido ou mesmo, visto a partir de uma visão futurista, ter a intuição do negócio com base no conhecimento do potencial do sócio comercial em termos de investimento.

Compreender as capacidades próprias e alheias faz parte da arte de conduzir os negócios, pois nessa habilidade de negociação é depositada a esperança de conseguir o melhor desempenho possível, em termos de rendimento, para a quantidade e qualidade dos bens oferecidos. A negociação exige que os gestores sejam hábeis gerentes de negócios

dispostos a aplicar a sua experiência e a acatar as linhas que sejam impostas pelos interesses prioritários.

b) Abordagem teórica e prática - subtemas

A explicação da motivação da tese e dos postulados expostos acima oferece uma visão da multiplicidade de questões que podem surgir das fontes. Estas questões foram agrupadas em três linhas seguindo a estrutura básica dos tratados de comércio internacional: o preâmbulo das relações de amizade, a dilatação das comunicações, em particular da navegação, e o mundo comercial binacional fomentado por Portugal e Venezuela.

Qualquer negociação envolve o consentimento das partes quanto aos termos da transação e, nesse sentido, as convenções de convívio no mundo comercial e os acordos ratificados entre os dois países, constituem o quadro de referência para nos aproximarmos ao objeto de estudo. No entanto, é através de dois tipos de profissionais, os comerciantes e os diplomatas, como representantes de um grupo profissional e de um Estado, respetivamente, e da documentação deixada por eles, que a análise aborda o estudo. Em termos genéricos, os primeiros são denominados agentes officiosos e os segundos, agentes oficiais.

Este trabalho faz uma aproximação à flutuação entre o comércio e a diplomacia no que diz respeito à precedência e à supremacia de ambos no contato binacional. Num contexto temporal marcado por ruturas e continuidades na política interna, aquelas têm levado o serviço exterior a desviar o olhar do parceiro comercial e do interesse nacional - do aspeto comercialmente vantajoso na relação entre Portugal e a Venezuela- para se dedicar, com maior atenção, aos problemas endógenos cedendo, por sua vez, maior liberdade de ação e iniciativa aos comerciantes de maior dinamismo nas resoluções dos seus negócios.

No comerciante e no diplomata prima a intenção de ir à procura dos maiores ganhos no mercado, mas os níveis de risco e de garantias não são sempre os mesmos para cada um e, além disso, as motivações pessoais são diferentes: para um trata-se dum proveito pecuniário particular e para o outro trata-se de um mérito laboral. Esta diferença pode afetar a atividade de cada agente. Por isso, é necessário considerar várias abordagens para o estudo, em primeiro lugar, o comércio direto e indireto e, em segundo lugar, as práticas correntes e aceites dentro e fora dos negócios e em relação à lei que as regula.

A abordagem destas variantes faz necessário descrever o alcance do comércio como instrumento de negociação. A este respeito, ambos os países passaram por convulsões

político-económicas de grande importância desde o início do século XIX; eles viram como os governos estavam empenhados na ratificação da legalidade e da legitimidade do Estado para gerir um território e desfrutar de seus produtos, um compromisso enquadrado amplamente dentro dos confrontos coroa-colónia, metrópole-periferia e desenvolvimento-subdesenvolvimento. Neste sentido, cada país tentou conduzir no seu comércio exterior a conveniência da sua posição e das suas aspirações políticas. Agora bem, nesta história ficaram abertos aspetos que permitiram a personagens visionários vislumbrar um meio político no comércio.

No meio desses confrontos revela-se um aspeto que preocupa o comerciante e o diplomata: a negociação implica boa-fé. Este é um princípio que só é válido se cada partido souber -mais do que supor- a verdadeira condição e fins do outro no que diz respeito a manter e fortalecer a amizade mútua. Mas deve também dizer-se que os laços históricos comuns entre nações vigorizam o discurso político que engrandece as afinidades necessárias para a convivência amistosa. Os laços históricos entre o povo português e o povo venezuelano existem desde os tempos das colónias americanas e eles constituem o preâmbulo da convivência amistosa e, existindo esta, estão dadas as condições favoráveis para o entendimento comercial. Para assegurar a confiança e sabendo que o objetivo final duma negociação comercial é a rentabilidade mútua, torna-se também necessário analisar os canais de informação que facilitam a compreensão do trânsito e envio de agentes, da troca de especialistas e dos estudos e relatórios feitos por eles.

As relações de amizade e o comércio intensificam-se à medida que as comunicações progredem em velocidade, capacidade, economia e eficiência; com este progresso, a navegação incrementa o comércio e estreita as relações políticas. As informações viajam em navios mercantes e malas diplomáticas, na forma de letras de câmbio ou de uma certidão consular, lêem-se nos relatórios e nas recomendações, isto é, numa documentação despojada, muitas vezes, de discursos apologéticos sobre a fraternidade, mas ensoberbecida pelo pragmatismo ou pelo contacto com o poder e, ao mesmo tempo, confiante das idiossincrasias de cada país. A circulação da documentação é dependente dos modos de comunicação e navegação por uma razão simples: os bens e os serviços acompanham as informações e vice-versa. O transporte foi então um serviço que tinha que ser regulado para o benefício dos operadores que projetaram rotas, navios e técnicas de acordo com o tempo e o custo-benefício oferecido pelos mercados portuários e as políticas oficiais.

4. Abordagem metodológica: espaço e tempo, as justificações.

A presente investigação foi realizada de acordo com a metodologia que é própria da História; isto é, de acordo com o tratamento das fontes -que inclui a consulta sistemática e a análise crítica-; a determinação, a análise e a comparação dos dados com a consequente integração destes dados no discurso histórico. O tratamento das fontes vai acompanhado por um *état de l'art* e uma exposição das circunstâncias da investigação que se encontram no início da Bibliografia. Por sua vez, o discurso histórico guarda uma sequência cronológica pensada para ser exposta num período de tempo e num espaço geográfico, determinados apropriadamente, onde os fluxos interagem.

a) Quadro espacial

O trabalho tem como tema específico o comércio binacional entre Portugal e a Venezuela. No entanto, é analisado um quadro espacial mais vasto e complexo. O comércio que aqui interessa referir não se realizou só entre os portos portugueses e os venezuelanos, ou vice-versa, e falar da presença de comerciantes de cada país não é questão de os ver apenas na orla de cada um, negociando um com o outro, mas antes com uma ampla corporação de intermediários. Os produtos e os comerciantes navegaram entre portos e escalas não declaradas no diário dos navios, principalmente para portos da Europa, das Caraíbas e da América, onde as mercadorias eram reexportadas de acordo com o movimento do mercado. Por esta razão, seguindo à 'deriva' dos produtos e dos comerciantes, são nomeadas nações europeias - como a Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda e Suécia, ao mesmo tempo que as suas possessões e interesses na América. Também são mencionadas várias repúblicas africanas e americanas, tais como Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Cuba, Haiti, Estados Unidos, México e outros, que enquadravam os espaços percorridos pelo comércio entre Portugal e Venezuela.

b) Quadro temporal

Embora o quadro cronológico se centre no período entre os anos 1800 e 1960, por vezes, a análise recua ou avança quando os acontecimentos o justificam. O enquadramento proposto revê alguns antecedentes específicos do século XVIII, devido ao peso que eles tiveram nas primeiras décadas do século XIX, décadas que marcaram uma rutura política da América Hispânica com Espanha e, colateralmente, uma revisão das relações económicas mantidas até então por cada um dos espaços geopolíticos. Esta rutura significou a reestruturação dos mercados nas antigas colónias espanholas, contudo, a partir de posições comprometidas, pois foi visível a fragilidade económica das jovens repúblicas que surgiram das guerras de independência com a Espanha. Da parte de Portugal, os traslados da Corte provocaram convulsões em ambos os lados do Atlântico e deram lugar a incisões

determinantes. O início do estudo neste período de condições particulares permite delinear a capacidade de resposta das entidades geopolíticas na reestruturação comercial que começou então.

No que diz respeito ao fecho do quadro temporal, vários eventos levam a definir a passagem da década de 1950 para a de 1960 como baliza final de alguns assuntos. Estes eventos, mormente políticos, sobrepõem-se às relações comerciais binacionais e dificultam o seu estudo, dificuldades que tornam necessária uma investigação maior para elucidar a sua complexidade. Numa perspetiva binacional o evento mais importante é, sem dúvida, o peso demográfico e económico adquirido pela comunidade portuguesa residente na Venezuela. Este duplo aspeto da sua ganha também relevância na documentação diplomática e consular devido: à importância dos interesses na emigração e ao volume de transações processadas nas representações dos dois países, nomeadamente pelo papel que começou a jogar o contingente luso-venezuelano¹².

Na década de 1960 manifestaram-se duas circunstâncias que levam a ampliar a perspectiva de análise do objeto de estudo e o plano de trabalho desta tese. É importante ressaltar que uma série de acontecimentos complicou a relação binacional¹³. Esta complicação exige, primeiramente, uma vasta análise político-ideológica para compreendê-la e não é nossa intenção aprofundar este aspecto. Além disso, segundo a situação constatada nos arquivos, a documentação diplomática e consular sobre este conflito de ideias aumentou de tal maneira que o volume desta documentação sobrepõe-se ao

¹² Segundo estudos recentes, *Desde el comienzo de sus operaciones y durante años, los consulados venezolanos no reportaron actividad de connacionales en Portugal pero la situación cambió desde la década de 1960*. O caso do Consulado da Venezuela no Funchal é a prova tangível do deslocamento da baliza temporal e, também, de um aspecto importante como é a dupla nacionalidade: *en el segundo semestre de 1965, los luso-venezolanos representaron el 6% de la actividad del Consulado (...) cinco años más tarde el volumen era de 58,5% (...) y en 1974, el aumento fue aún Maior pues equivalió un 84%*; Abreu Xavier, Antonio de (2007), *Con Portugal en la Maleta. «Histórias de vida» de los portugueses en Venezuela. Siglo XX*. Caracas, Alfa, p.47.

¹³ Entre os eventos cabe destacar: a confusão social geral e na comunidade portuguesa na Venezuela depois da queda da ditadura em Janeiro de 1958; o asilo dado a opositores à ditadura portuguesa na Embaixada da Venezuela em Lisboa; a vinda destes exilados para Caracas, a sua atividade dissidente e o controle político português nesta cidade; o sequestro do navio "Santa Maria"; o conflito entre, por uma parte, a Constituição venezuelana de 1961, de caráter pluralista, e a projeção de Venezuela como líder democrático regional e, por outra parte, a diplomacia portuguesa que já tinha sido instruída pelo regime ditatorial para defender o império colonial africano no cenário das organizações internacionais, entre outros acontecimentos. Cf.: Urbaneja, Diego Bautista (2007), *La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días*. Caracas, UCAB; Abreu Xavier, António de (2004), «Santa Libertad'. (Una muestra de la actividad política portuguesa en Venezuela)», in: Revista *Tierra Firme*. Caracas, Abril-Junho, Nº 86, Ano 22, Vol. XXII, pp.253-266; Abreu Xavier, António de (2004), «La Junta Patriótica Portuguesa: Una voz de izquierda de la Comunidad Portuguesa en Venezuela», in: revista *Akademios*. Caracas, Comissão de estudos de Pós-graduação-UCV, Vol. 7, Nº 2, pp.35-59; Nogueira, Franco (1967), *Política externa portuguesa*. Lisboa, MNE; «A fim de inteirar-se dos problemas da colónia está em Caracas Inspector de Imigração», a propósito da visita de F. Cabrita Matias, que chegou a ser presidente da Junta de Emigração, in: *Ecos de Portugal*. Caracas, 28-Abril-1958, p.1.

correspondente ao comércio. Ambas situações nos obrigariam a prolongar consideravelmente o tempo de consulta em arquivos, uma situação que consideramos injustificada para o plano de trabalho desta tese¹⁴.

5. A organização da tese e conteúdo temático.

O esquema de trabalho consta de uma introdução, um corpo de análise composto de três capítulos em que se organizou o trabalho, e uma conclusão. O primeiro capítulo apresenta um sumário das teorias políticas de comércio internacional postas em prática pelos Estados envolvidos durante o quadro cronológico estabelecido. Esta primeira parte dá-nos o contexto teórico das linhas principais das tendências económicas em jogo a dois níveis diferentes: as relações entre os Estados constituídos e próximos da zona mais avançada de desenvolvimento económico, como seria o caso de Portugal; e as relações entre países produtores de matérias primárias e países consumidores que teriam fixado as jovens nações da América Latina na periferia da industrialização europeia e norte-americana, como seria o caso da Venezuela. Neste quadro geopolítico encontramos a aplicação prática de teorias económicas de diversos actores.

Os capítulos dois e três seguem uma ordem cronológica e o argumento para separá-los é a criação de legações no início do século XX. Isto pode dar a impressão que os temas gerais aparecem repetidos em cada um, mas a diversidade de assuntos e as circunstâncias históricas demonstram a existência de particularismos. Estes particularismos dão pé para agrupar os projetos, as estratégias e as realizações práticas segundo as circunstâncias.

Um aviso: os estudos de caso começam com uma análise do contexto da origem da presença de cidadãos e de produtos portugueses, considerados como a plataforma do contacto entre Portugal e a Venezuela. A análise segue a evolução deste contacto binacional até a fase em que ele adquire novas dimensões e novas circunstâncias que permitem afirmar a relação direta. Por conseguinte, o conjunto de casos apresentados nos capítulos II e III mostram avanços e retrocessos temporais entre si. Em contrapartida, no decorrer do discurso, foi estabelecida uma sequência que permite o enquadramento dos estudos de caso, dentro de cada período do crescimento económico global, de acordo com o contexto macro estabelecido no capítulo I.

¹⁴ Também foi considerado o facto do peso dos estudos portugueses sobre as relações com o Brasil e os poucos trabalhos portugueses sobre o resto da América Latina e, nomeadamente, de países como Argentina y Venezuela, onde Portugal tem importantes comunidades de emigrantes. Fernandes Alves, Jorge (2002), «Portugal and Latin American Studies (1980 - 2000)», in: *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*. Nº 72, Abril, pp.195-204.

No segundo capítulo encontra-se desenvolvida a análise dos nexos económicos de cada país desde o momento inicial do estabelecimento da relação comercial no início do século XIX até à viragem para o século XX. Aqui dá-se preferência ao estudo dos projetos e das estratégias que foram planificados pelos gestores do tráfico comercial e pelos comerciantes portugueses localizados na vizinhança da Venezuela, respetivamente, a partir da realidade de cada um dos países e das condições impostas pela mesma dinâmica das trocas internacionais. O quadro cronológico corresponde à circulação de produtos através de canais comerciais que poderiam ser adjetivados de indiretos.

O terceiro capítulo incide sobre os aspetos inerentes ao intercâmbio de artigos e conhecimentos, ao estímulo à produção nacional e ao acréscimo de outras atividades colaterais impulsionados a partir da administração oficial no século XX e, em particular, desde a nomeação dos primeiros enviados extraordinários e ministros plenipotenciários na década de 1910. Neste sentido poder-se-ia falar dum fortalecimento das relações diplomáticas numa época em que os produtos industriais, os combustíveis e os elementos económicos e demográficos da emigração portuguesa, participam em conjunto num desequilíbrio comercial cada vez mais acentuado. Além disso, o Capítulo três, porque incide sobre um aspeto e um período pouco estudados, baseou-se muito na consulta de arquivo de forma a sustentar os factos que queríamos demonstrar.

Finalmente, na conclusão, ficam expostas as reflexões gerais sobre o papel que jogaram os projectos, as estratégias e as realizações práticas na consolidação das relações entre Portugal e Venezuela. São reflexões sobre o grau em que estes temas contribuíram, através da circulação de produtos e de cidadãos, para dar a conhecer e afiançar a nacionalidade de cada país no outro. As linhas gerais indicam a resolução com que o crescimento económico mundial, com sua tendência globalizante, interveio nesta relação enquanto as linhas específicas ficam encarregadas de encher a história com narrativas e particularismos. Em último lugar, as conclusões indicam até que ponto a documentação e os estudos históricos têm permitido a formulação e a viabilidade do tema desta tese e sua contribuição para o conhecimento do outro.

Capítulo I.

Linhas gerais das relações mercantis Portugal-Venezuela

A análise do comércio internacional precisa de um quadro de periodização para abordar a complexidade e o dinamismo das relações internacionais. Nesta parte em particular, trata-se a interferência dos interesses comuns da política externa e das ações diplomáticas empreendidas por Estados relacionados entre si. O comércio define o contexto para elaborar a descrição geral do cenário em que surgiram e se desenvolveram os laços e interesses entre a Europa e a América, entre Portugal e a Venezuela neste circuito transatlântico. Entre os dois continentes, o Atlântico é um mundo de histórias nacionais entrelaçadas; é um espaço complexo de mobilidade, de direções e questões múltiplas, que tem motivado uma unidade de estudo¹⁵ e apresenta dificuldades nas abordagens cruzadas entre política e comércio¹⁶.

A parte anterior, sobre a correspondência das ideias políticas e económicas, mostra vários aspetos da abordagem teórica na chamada «diplomacia económica». Assim, aceita-se que a política externa, enquanto política pública específica, responde aos objetivos e interesses permanentes do Estado com projeção além-fronteiras. Além disso, uma abordagem à economia a partir da teoria política específica que o comércio é um instrumento eficaz de influência exterior na consolidação do poder nacional; e visto o contrário, uma abordagem à política a partir das teorias económicas verifica-se que o elemento económico é usado pelos Estados para se posicionar na *arena* internacional. Historicamente, e compreendidas nas balizas de tempo deste estudo, estas abordagens foram baseadas na referência do liberalismo como parâmetro económico e político.

¹⁵ O mundo atlântico tem sido tratado como unidade de estudo global, além das histórias nacionais e regionais, por: Karras, Alan L. (1992), «The Atlantic World as a Unit of Study», in: Karras, Alan L. e John Robert McNeill (Ed.), *Atlantic American Societies: From Columbus through Abolition, 1492-1888*. London, Routledge; Elbl, Ivana (2006), «Portugal, Brazil, and the Atlantic World» in: Francis, John Michael (Ed.) (2006), *Iberia and the Americas: culture, politics, and history: a multidisciplinary encyclopedia*. Santa Barbara, California, ABC-Clio, pp.29-40; Pieper, Renate e Peer Schmidt (Edits) (2005), *Latin America and the Atlantic World / El Mundo atlántico y América Latina (1500-1850) Essays in honor of Horst Pietschmann*. Köln, Böhlau Verlag GmbH, Col. Lateinamerikanische Forschungen, Vol 33; Bailyn, Bernard (2005), *Atlantic history: concept and contours*. Cambridge, MA, Harvard Univ. Press.

¹⁶ No que ao comércio entre a Europa e a América Latina diz respeito, Bernecker estima que muitas vezes não é possível ou é muito difícil traçar uma linha divisória entre a política e os negócios; isto levanta uma dificuldade grande que é ainda maior quando se considera duas grandes regiões geográficas, compostas de muitos países, e, portanto, deve ser tratada de forma diferenciada. Bernecker, Walther L. (1992), «Das Verhältnis Europa-Lateinamerika im 19. Jahrhundert. Handelsoffensiven und Wirtschaftsinteressen», in: Elvert, Jürgen e Michael Salewski (Eds.) (1992), *Staatenbildung in Übersee: Die Staatenwelt Lateinamerikas und Asiens*. Stuttgart, Franz Steiner Verlag, pp.21-34, p.21.

As abordagens comprovam, em última análise, a inexorabilidade do comércio como uma fonte de poder no cenário internacional e vislumbram a complexidade do serviço exterior na promoção do país e no estabelecimento de laços entre os Estados. No meio desta complexidade, são um pouco redutíveis os limites teóricos totalmente determinantes ou conclusivos para assumir por definida a função económica da diplomacia, neste período de tempo. No entanto, num contínuo *feedback*, a investigação realizada nos arquivos e bibliotecas portuguesas e venezuelanas é determinante para tentar avaliar a integração do comércio e do serviço exterior num contexto histórico geral que possa descrever essa complexidade¹⁷.

1. A Zona geoeconómica envolvente: presença e influência

Nesta complexidade juntam-se vários processos. De certa maneira, a visão deste contexto mais amplo reflete uma visão fracionada das transações políticas e económicas associadas, direta ou indiretamente, ao impacto do pensamento liberal inglês promovido pela revolução industrial e por dois processos derivados da mesma: a expansão e a diversificação de produtos e de mercados, dois assuntos que aparecem no nosso discurso. Além disso, as ideias comerciais não podem ser desincorporadas de dois outros aspetos: o mercado financeiro e o mercado laboral, onde a política e a economia reúnem-se também para estar atentas, por um lado, ao movimento do capital e de investimentos e, por outro, à migração e ao recrutamento de mão-de-obra. Esta visão implica a intensificação das relações económicas internacionais e imbrica, portanto, três fluxos (comercial, financeiro e

¹⁷ Portes e Zhou (1999) enfatizaram nas suas análises as características individuais como determinantes para a integração económica e a atividade independente. Essas características incluem idade, sexo, estado civil, família, qualificação laboral, experiência profissional e conhecimento da língua do país de destino ou acolhimento. Portes, A. e Zhou, M. (1999), «Entrepreneurship and Economic Progress in the 1990s: A comparative analysis of Immigrants and African Americans», in Bean, F. e S. Bell-Rose (eds.), *Immigration and opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*. Nova Iorque, Russell Sage Foundation, pp.143-171. Waldinger, Aldrich e Ward tentaram explicar as estratégias comerciais, vistas como iniciativas empresariais, mediante um modelo interativo que integrava a comunidade imigrante e as oportunidades da sociedade de acolhimento. Waldinger, R., Aldrich, H. e Ward, R. (1990), *Ethnic entrepreneurs. Immigrant business in industrial societies*, Sage Publications. Kloosterman e Rath aplicaram um quadro teórico de análise misto (Mixed Embeddedness) a partir do contexto do entrelaçamento complexo dos atores e seu posicionamento em relação à sociedade de origem (rede de imigrantes) e o contexto institucional e político-económico da sociedade de acolhimento. Kloosterman, R. e J. Rath (2001), «Immigrant entrepreneurs in advanced economies; mixed embeddedness further explored», in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 27, Nº 2, Abril, pp. 189-201. Reis de Olivera expõe a complexidade destas propostas num «Modelo analítico de estratégias empresariais de imigrantes em sociedades de acolhimento» com base no estudo de estratégias pessoais, étnicas e contextuais, aplicadas por imigrantes em Portugal. Reis de Olivera, C., (2008), *Empresários de Origem Imigrante. Estratégias de inserção económica em Portugal*. Lisboa, ACIDI. Além destas considerações, o nosso estudo considera também os elementos da política económica externa de Portugal e Venezuela, aplicados pelo serviço externo e associados com estas estratégias das populações em movimento.

migratório) implantados em áreas, diferentes em termos geográficos, mas semelhantes pelo teor da sua evolução histórica, quase teleológica segundo alguns autores¹⁸.

De facto, fatores como crises económicas, confrontos militares ou posições político-ideológicas que aconteceram na Europa afetaram a relação com a América. Estes fatores encorajaram o realinhamento, mas também a diacronia estreita, das relações económicas e, ao mesmo tempo, fomentaram uma solução de continuidade nos processos políticos de jovens Estados independentes, tudo sem forçar a insolubilidade da política e da economia internacionais.

Estudos sobre a globalização e o crescimento económico facilitam a visão das relações comerciais do Atlântico, tanto global quanto particularmente¹⁹. De um modo geral, a sobreposição dos processos de ambos os lados do oceano articula a história paralela dos dois continentes nestes dois séculos. O seguimento deste entrelaçamento por meio das relações internacionais estipula que, em geral, o sistema económico global foi forjado através da troca de bens, serviços, capitais e pessoas, o que em termos de fatores ou motores do crescimento é chamado de fluxos comerciais, financeiros e migratórios, que correspondem aos três mercados já mencionados. O sistema intercontinental América - Europa assume neste estudo uma conformação semelhante e foi segmentada em quatro períodos a partir do mesmo enunciado consensual: seguindo as fases de crescimento do comércio mundial, mostrando ao mesmo tempo as características mais gerais da sua própria evolução e da sua história política²⁰. Estes períodos são:

¹⁸ Corral e Blanco argumentam que o fluxo de bens e serviços, capitais e pessoas, são os fatores condutores de interdependência e integração dos mercados, os motores de processo de globalização económica iniciado a partir do final do século XIX. Corral, María Maesso e Raquel González Blanco (2011), *Manual de economía mundial*. Madrid, Ediciones Pirámide Grupo Anaya, pp.21, 31-33.

¹⁹ Alguns destes estudos estão entroncados nos vários trabalhos, dados e diretrizes gerais emitidas por Angus Maddison, sintetizados in: *L'économie mondiale. Une perspective millénaire*. Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques, 2001. Maddison destaca cinco fases de crescimento mundial: 1820/1870, 1870/1913, 1913/1950, 1950/1973 e 1973/-; e é referido por: a) Corral e Blanco (2011) para explicar a globalização, duma maneira geral; b) Lains, Pedro (1995), *A economia portuguesa no século XIX (1851-1913)*. Lisboa, INCM; e Mateus, Abel Moreira (2001), *Economia portuguesa. Crescimento no contexto internacional (1910-1998)*. Lisboa, Verbo; para fazer comparações entre o crescimento da economia portuguesa e internacional; c) no caso da Venezuela, um dos trabalhos mais recentes que refere a publicação de Maddison é uma compilação de textos de diversos autores, organizada pelo Centro Gumilla (2006), *Una mirada sobre Venezuela: reflexiones para construir una visión comparativa*. Caracas, UCAB.

²⁰ Corral e Blanco formulam 4 etapas: 1870/1913, 1914/1945, 1945/1970 e 1970/-; chamando a uma revisão de Kenwood, A. George e Alan L. Loughheed (1999), *Growth of the International Economy 1820-2000. An Introductory text*. Londres, Routledge; Maddison, Angus (2001); Corral e Blanco (2011), p.38-72. A história da América Latina não escapa a uma periodização parecida: Bettel e Souza compilaram estudos sobre América Latina em etapas político-económicas para os séculos XIX e XX, não muito longe da classificação geral: 1820/1870, 1870/1930, 1930/1990; Bethell, Leslie e Geraldo Gerson De Souza (Comp.), *Historia de América Latina*. Cambridge Univ. Press, 1984-1995; Barcelona, Crítica, 1990-2002 (nota: volumes com numeração diferente entre as duas edições). Donghi resume os Vol. 6, 7 e 11 de Bethel e Souza, seguindo as

- A.- final do século XVIII - transição 1860 - 1870;
- B.- década de 1870 - anos anteriores à I Guerra Mundial;
- C.- período desde 1914 - final da II Guerra Mundial;
- D.- meados da década de 1940 - crise do petróleo da década de 1970.

Em virtude do contexto multidimensional, a visão diacrónica facilita o discernimento da imbricação político-económica americana-europeia. No entanto, num ajustamento sincrónico que complementa este contexto intercontinental, despontam os interesses em jogo testados nas diferentes conjunturas onde foram envolvidas regiões dos dois continentes e, direta ou indiretamente, Portugal e a Venezuela como países. A trama central destas conjunturas gira à roda da relativa periferia interpretado por ambos países em relação às potências económicas e à gravitação em torno dos centros de decisão política internacional. Até certo ponto, esta eventualidade encontra-se justificada, desde o início do século XIX, pela constatação de ambos os lados do oceano da disposição, política e económica, das potências para satisfazer determinadas necessidades de países terceiros.

A. Final do século XVIII - transição 1860 - 1870

O período é caracterizado por inúmeros ajustes políticos e pela consolidação do *status* nos mercados de importação e de exportação²¹. Nos primeiros setenta anos do século XIX, a relação entre a América e a Europa gira em torno da desarticulação do sistema colonial ibero-americano e do acoplamento, tanto das metrópoles como dos novos Estados-nação, à nova situação económica onde é evidente a divisão internacional dos agentes do comércio e a tendência, cada vez maior, para considerar o liberalismo como paradigma do mercado. Esta foi uma *etapa exploratória*, de projetos imediatos em que os interesses europeus, sobretudo os interesses britânicos, empenhados na expansão e na consolidação de um constante fluxo de comércio exterior perceberam a realidade dos mercados latino-americanos, constatação que resultou na formulação de novas estratégias em que os fluxos financeiros ganharam maior importância²².

mesmas etapas; Donghi, Tulio Halperin (2002), *Historia económica de América Latina: desde la Independencia a nuestros días*. Barcelona, Crítica. No entanto, Donghi monitoria de mais perto o processo económico, político e social latino-americano: colónia/1825, 1825/1850, 1850/1870, 1870/1914, 1914/1930, 1930/1960, 1960/-; Donghi (1998), *Historia contemporánea de América Latina*. Madrid, Alianza Editorial.

²¹ Donghi (1998) chama o período «Del orden colonial al neocolonial» na primeira parte da sua *Historia contemporánea de América Latina*.

²² González Deluca, María Elena (1980), «Los intereses británicos y la política en Venezuela en las últimas décadas del siglo XIX», in: *Boletín Americanista*. Barcelona, Univ. de Barcelona, N° 30, pp.89-124, 100.

Desde o final do século XVIII, o sistema colonial levou um sentido bidirecional baseado no desempenho insatisfatório dos fluxos comerciais e no ideário da política económica britânica. Ambos os aspetos implicam a ideia de transição de paradigmas. O paradigma comercial Ibérico vinha em declínio devido à prática de uma economia fechada, à extrema dependência administrativa de um mercantilismo monopolista acentuado pela declinante extração de metais e de mercados com índices de consumo considerados baixos em razão das suas características próprias. Da mesma forma acontecia com a política imperial: enfraquecida no plano internacional devido às dispendiosas empresas militares, à dívida com os banqueiros estrangeiros, às reformas de espírito tardia, inadequadas e insuficientes, para combater uma fiscalização o mal exercida e o contrabando²³.

Em relação às reformas iluminadas, elas também agitaram a animosidade crioula. O absolutismo mercantil a partir do século XVIII visava, entre outras metas, ganhar maior controle real mas alguns dos seus métodos não satisfizeram às expectativas dos colonos e, enfrentaram mesmo a sua oposição, assim como a reação de grupos sociais metropolitanos que mostraram inclinações pseudo-burguesas e inconformidade ante a ameaça aos interesses criados. A consequência foi, por um lado, o enfraquecimento do sistema político-económico imperial e, por outro, o ganho de algum grau de autonomia para as colónias e a tolerância do seu comércio por parte das metrópoles²⁴. Uma contracorrente arrastou a sociedade local para uma maior identificação com a concepção do espaço geopolítico, da administração desse espaço sob o direito de pertença e da predominância demográfica do *pardo* sobre o branco.

Este último aspeto alimentou, em parte, um processo de confronto que se manifestou, mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor tempo e efeito, em todas as colónias ibéricas na América sob a forma de exaltação da alteridade entre brancos crioulos, metropolitanos e pardos, bem como pela oposição do racionalismo à repressão administrativa - institucional dirigida por proprietários, militares e comendadores. Nesta confluência de forças tinha-se formado um elitismo colonial imbuído do Iluminismo, o liberalismo e o *criollismo* configurando um grupo proto-nacionalista de parca contestação à perpetuidade das instituições do domínio político, numa geografia dos conflitos de

²³ Donghi (1998), pp.17-25.

²⁴ «Comercio colonial con extranjeros», in: *DHV-FP*.

interesses económicos. A sociedade dividida assim era reflexo da divisão que existia já na Península Ibérica de *two Spains* e *two Portugals*²⁵.

Embora o processo sociopolítico das colónias espanholas e portuguesa tenha decorrido ao mesmo tempo, e apesar de os seus sentidos terem sido diferentes de acordo com a influência metropolitana, em ambos o comércio desvanecia os limites geopolíticos. Na América do Sul, grande parte deste comércio era feito por comerciantes portugueses que penetravam em territórios espanhóis desde Brasil; esta atividade ampliava o volume do comércio legalmente permitido e afetava o envio de metais às respetivas metrópoles políticas. Vista a integração da economia portuguesa na área britânica e os compromissos espanhóis com o norte da Europa, os metais americanos encontravam nas suas metrópoles um lugar de passagem e iam acumular-se em países como Inglaterra. Este capital em trânsito é indicado como uma das causas da revolução industrial inglesa²⁶, um aspeto importante a considerar neste trabalho desde o início do século XIX.

As ideias políticas e económicas contemporâneas a esta revolução repercutiram-se na América, inclusive na província de Caracas. Com efeito, a abertura liberal que acompanhou a produção industrial foi contra o comércio de escravos e levou a reconhecer em cada indivíduo a sua importância socioeconómica; mostrou que o exportador e o importador tiravam vantagens nas negociações; exigiu mais e maiores portos com capacidade de assegurar maior frequência de operações, nas quais as mercadorias chegavam acompanhadas com ideias e capital estrangeiro que motivou, aliás, uma maior abertura intelectual e, portanto, uma re-estruturação educacional na prática comercial²⁷. Todos esses fatores serviram para fomentar a emancipação impulsionada com a expansão económica e nacionalista de uma Europa em guerra, enquanto os seus navios mercantes, protegidos pela bandeira de neutralidade, promoviam o comércio nos portos coloniais e, ao seu toque, a consciência da rentabilidade do autogestão e a eliminação de intermediários em seus portos²⁸.

²⁵ Segundo Wiarda, no século XIX, *the phenomenon of the "two Spains" and the "two Portugals" -two "nations", two "societies", wholly separate and apart, existing within the same national boundaries, fue producto del Liberalismo*. Wiarda, Howard J. (1996), *Iberia and Latin America. New Democracies, New Policies, New Models*. Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, pp.73-74.

²⁶ Donghi (1998), pp.64-71; Mota, Carlos Guilherme e Adriana López (2009), *Historia de Brasil: una interpretación*. Univ. de Salamanca, pp.162, 214; Ringrose, David R. (1987), *Imperio y península. Ensayos sobre historia económica de España (Siglos XVI-XIX)*. Madrid, Siglo XXI de España, pp.9-20.

²⁷ Ringrose (1987), pp.9-20.

²⁸ Cf.: Banko, Catalina (1990), *El capital comercial en La Guaira y Caracas (1821-1848)*. Caracas, ANH, Bib. Fuentes para la historia republicana de Venezuela, Vol. 47; Banko, Catalina (1986), *Poder político y conflictos sociales en la República oligárquica. 1830-1848*. Caracas, Fondo Editorial Lola de Fuenmayor;

Os Estados americanos que surgiram das antigas colónias espanholas empreenderam neste contexto a sua marcha final para a inclusão no sistema do comércio em ascensão no início do século XIX. A gestação do Brasil tem outras variantes ligadas às circunstâncias políticas e aos interesses económicos em jogo. Em conjunto, a inclusão dá-se em tempos de declínio já marcado das respetivas metrópoles.

Desde o final do século XVIII e até 1825, invasões, guerras e movimentos de autonomia que ocorreram na Europa e na América, conferiram um carácter de prioridade política à defesa dos princípios de soberania e de reconhecimento da autodeterminação, enquanto o mundo económico decorria segundo as circunstâncias e as expectativas à volta de projetos comerciais supostos de garantir um alto desempenho. No que à América Latina diz respeito, a concorrência das potências europeias não se concluiu com a independência das colónias espanholas e portuguesa. A evolução do sistema produtivo em várias regiões do Velho Continente e a transformação socioeconómica na Grã-Bretanha, incentivaram o aumento da produção que se converteu no principal objetivo industrial. A partir dessa premissa, a rivalidade entre potências por mercados maiores exacerbava-se, entrando nesta competição o incentivo de participar nos sistemas coloniais da Espanha e de Portugal na América²⁹.

Os movimentos autonomistas e os contactos informais com os seus líderes, necessitados de apoio político, ofereciam às potências vantagens no jogo diplomático. A situação dos primeiros transformara-se numa condicionante porque as potências exigiam ser favorecidas em negociações comerciais futuras. Países como a Inglaterra ou os Estados Unidos ficaram a espera do desenlace político e, entretanto, mantinham o comércio neutral na região colonial espanhola. A região era vulnerável, não só porque agia por conta própria mas também porque sofria com a situação herdada: os monopólios, a especulação dos intermediários comerciais, a cobertura incompleta da demanda devido à navegação inconstante.

Os independentistas americanos interessaram-se, com razão, pelo sistema de alianças entre as coroas europeias e pela forma de discutir as suas diferenças. Isso ficou evidente em 1815 quando teve lugar o Congresso de Viena, conselho em que foram

Freites, Mercedes Margarita Álvarez (1963), *Comercio y comerciantes, y sus proyecciones en la independencia de Venezuela*. Caracas, Tipografía Vargas; González, Antonio García Baquero (1985), «El comercio de neutrales en Venezuela, 1796-1802: tópico y cambio de las actitudes políticas de las élites venezolanas», in: *Boletín de la ANH*. Caracas, N° 271, Julho-Setembro 1985; Iturrieta, Elías Pino (2003), *Las ideas de los primeros venezolanos*. Caracas, UCAB.

²⁹ Cf.: Alexandre, Valentim (1993), *Os sentidos do Império: Questão nacional e Questão colonial na crise do antigo Regime Português*. Porto, Afrontamento.

tratados não só expedientes europeus (legitimidade territorial, absolutismo, Santa Aliança, etc.), mas também questões internacionais, incluindo a situação colonial da América Latina e o princípio de intervir nos seus assuntos. No que diz respeito a este último assunto, o comportamento dos países com mais ingerência na América foi desigual. Portugal, juntamente com a Espanha, desempenhou um papel forte na defesa do foro político das Cortes e nos problemas de fronteiras europeias, mas ficou fora, tal como outros países periféricos europeus, da tomada de decisões mais importantes pelos mais poderosos. Do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos esgrimia-se o direito à autodeterminação e à defesa da América.

O sistema de alianças foi oscilante e, portanto, não garantia a desejada estabilidade a longo prazo. De facto, o período após o Congresso de Viena foi marcado pela alternância de momentos de relativa paz, com momentos de agitação política e económica: nacionalismos, processos de unificação, revoluções populares e guerras, a conversão das monarquias absolutistas em constitucionais, proclamações liberais enfrentadas a reações conservadoras, déficit alimentário, e as crises económicas reiteradas.

Na América e nas Caraíbas, os conflitos europeus foram promotores, juntamente com fatores endógenos da sociedade americana, do desacato colonial às autoridades europeias e ocasionaram eventos políticos combinados com aspetos socioeconómicos. Entre estes eventos estava, no lado Inglês da América, a prosperidade das classes mercantis das Províncias do norte, uma bonança exteriorizada em muitos portos do Mar das Caraíbas e continentais, e obtida através da organização comercial e o sentido da oportunidade dos seus empresários empreendedores. Enquanto isso, em Saint-Domingue, a crise do sistema escravista e a independência conquistada à metrópole deram origem à República do Haiti. Uma sequência de movimentos que colocaram a França em xeque mate e preocuparam, mais que os eventos do norte, as elites das colónias vizinhas, especialmente as espanholas.

Da mesma forma, os conflitos locais e do ultramar começaram o colapso da unidade territorial dos impérios ibéricos. Ambos os processos projetaram um amplo espectro sobre a economia continental, estabelecendo uma nova relação entre a América Latina e a economia mundial. Para Espanha e Portugal, em particular, o colapso significou a fragmentação do poder; para as metrópoles, o colapso na América do Sul foi intransponível em 1825 com a maioria das colónias, livres e independentes, já embarcadas no processo de mudanças para Estados modernos. Além disso, a costa atlântica americana substituiu na importância comercial o predomínio histórico do Pacífico, onde a maioria da população situava-se nas montanhas, e foi a zona que primeiro se incorporou ao novo sistema

comercial e onde a Grã-Bretanha conseguiu o seu primeiro e máximo impacto expansionista³⁰.

Além disso, a especialização na produção delineou centros de poder regionais baseados numa divisão geohistórica. O continente americano, em geral, encontrava-se já dividido em espaços geopolíticos e geoeconómicos no início do século XIX. Uma parte importante da América do Norte geria os seus negócios de forma independente sob a influência ideológica anglo-saxónica. Os espanhóis centravam a maior parte de suas operações em Cuba, Porto Rico e Santo Domingo para negociar em todo o Mar das Caraíbas. As pequenas ilhas desprezadas pelos espanhóis, devido à reduzida dimensão territorial, demográfica e mineira, deram problemas à marinha mercante da Espanha pois elas ficaram à mercê dos seus rivais -Grã-Bretanha, Dinamarca, França, Holanda, Suécia e Estados Unidos. Aos poucos, as pequenas ilhas e ilhéus foram revitalizados com a produção agrícola e a excelente localização dentro da área antilhana em relação às rotas marítimas do comércio europeu com todas as colónias na América e, portanto, a relutância de seus ocupantes mais recentes a perder estes satélites económicos³¹.

Nesta área antilhana convergiram os interesses das áreas continentais circunvizinhas a partir da costa leste norte-americana, passando pela área do México, da América Central e Nueva Granada, até as Guianas. Mais ao sul, ficou patente a existência das conexões britânicas tanto na América Portuguesa com um comércio predominante e estimulante, em grande medida, pela presença da Corte de Lisboa no Rio de Janeiro, como na cidade de Buenos Aires que liderou as atividades do Rio da Prata, via que comunicava o litoral atlântico à zona andina. De maneira estendida, a fachada atlântica experimentou a concentração agrícola e pecuária, a concentração de população urbana, de ascendência ibérica-crioula, insatisfeita com os poucos benefícios obtidos do comércio e adepta das ideias de livre mercado.

O processo político nas colónias evoluiu em duas vertentes. No caso da América espanhola foi baseado no conceito de uma nova Nação, enquanto na América portuguesa o Estado inscrevia-se num quadro de continuidade institucional monárquica. Ambos os

³⁰ Donghi (2002), pp.9-11.

³¹ Cf.: «La caña caribeña», in: Rodríguez L., José Ángel (2009). *Al son del ron. Azúcares y rones de Venezuela y la cuenca del Caribe*. Caracas, Ediciones B, pp.21-33. Otte, Enrique (1975), «Los Jerónimos y el tráfico humano en el Caribe: una rectificación histórica», in: *Anuario de Estudios Hispanoamericanos*. Sevilla, CSIC, T. 32, pp.187-204.

modelos não escaparam à influência do expansionismo comercial que tinha, alias, precedentes vinculados a Inglaterra³².

Em termos gerais, Portugal e Espanha tinham sido remetidos para uma posição periférica na distribuição geopolítica do poder na Europa. Isto permitiu que outras regiões europeias pressionassem as políticas comerciais de Lisboa e Madrid. A capacidade de execução e de persuasão destes dois países era bastante limitada em relação a outros países continentais, o que foi evidenciado por bons exemplos nas efemérides do Velho Continente no final do século XVIII e na transição para o XIX, escritas entre a Inglaterra, França, Prússia, Rússia, Itália, as Províncias Unidas do norte, Áustria-Hungria, Dinamarca e Suécia, principalmente; e de tal maneira, nas atividades de povoamento e de comércio empreendidas por alguns desses países no Novo Mundo, especialmente na área do Mar do Caribe circundante a Venezuela.

Vistos sob o ângulo da pressão política externa, tanto a Península Ibérica e os seus espaços coloniais, na América neste caso particular, eram tesouros cobiçados por países confrontados com a expansão dos mercados. Como resultado, os dois países ibéricos suportaram as consequências de estratégias militares, de infantaria e armada, orientadas para ganhar o domínio geoeconómico que esses dois reinos exerciam sobre as rotas e o comércio atlântico. Visto sob o ângulo de pressão política interna, a cobiça pela Península e suas colônias também foi incentivada por políticas internas erradas postas em prática nos dois reinos; estes sofreram os efeitos de um metalismo evasivo sem grande investimento no fortalecimento da produção e de um mercantilismo incapaz de manter o estatuto de potência colonial. Portugal e Espanha ficaram assim à mercê das grandes potências em conflito e não apenas pelos bloqueios impostos por armadas superiores em suas costas, mas também por imposições comerciais mesmo negociadas ao mais alto nível diplomático³³.

Com a criação dos novos Estados, tocava aos novos regimes resolver de imediato os problemas de soberania, limites territoriais, âmbito jurídico e reconhecimento internacional. No entanto, as soluções foram adiadas, em muitos casos, por disputas políticas e conflitos armados internacionais que se prolongaram até meados do século XX. Ao contrário da experiência brasileira, nas repúblicas de origem crioula-espanhola o colapso de unidade territorial desencadeou também problemas a enfrentar no terreno: os anos da guerra, tanto colonial contra a metrópole como internas entre os partidos, deixaram uma seqüela de

³² Pelo Tratado de Utrecht (1713), a Espanha cedeu à vigilância do oceano aos Britânicos; o Tratado de Methuen fomentou em Portugal a dependência das manufaturas inglesas (1703). Elbl (2006), p.31.

³³ «The Relative Decline of Portugal and Spain», in: Hart, Jonathan Locke (2008), *Empires & Colonies*. Cambridge, Polity Press, pp.92-ss.

destruição física que atrasou o restabelecimento do comércio. Outras duas consequências da guerra pesaram neste restabelecimento: o bandoleirismo -o retorno à ordem pública só seria conseguido pela submissão da sociedade à supervisão armada dos governos e Estados - e o fluxo migratório vindo das zonas de conflito com o seu efeito despovoador. Em resumo, entre 1808 e 1825 estabeleceu-se uma nova relação entre a economia latino-americana e a economia mundial, que continuou com maior inclusão a partir de meados do século e ainda foi mais acentuada desde 1870³⁴.

O segundo quartel deste século (1825/1850), é a prova de que as realizações práticas na América Latina não vão sempre acompanhadas pelo entusiasmo dos planos europeus para vender os seus produtos excedentários e até a estrutura económica ajustar as suas engrenagens, as empresas estão constrangidas a lucros baixos. Estes 25 anos de ensaios e ajustes permitiram ver a urgência de investir em serviços e de negociar capitais, o que iria acontecer nos 25 anos seguintes. Em retrospectiva até à década de 1870, as economias latino-americanas viveram um período de crescimento relativamente modesto, devido à recuperação da destruição das guerras, enquanto eram incorporadas na ordem económica internacional baseada no livre comércio³⁵.

A aspiração britânica era evidente no caso de Portugal e Brasil, atitude manifestada na pressão para a abertura dos portos coloniais brasileiros em 1808 e para a assinatura do tratado de comércio de 1810. No caso da América espanhola, a Inglaterra praticou uma diplomacia velada que garantiu a sua política económica de integração na sua área de influência dos fluxos comerciais e financeiros nas áreas de fronteira com o Reino do Brasil³⁶. Até 1825, enquanto a Bolsa de Londres registou lucros, o Governo inglês redirecionou a indústria de guerra para a América Latina e acompanhou a empresa libertadora através de Los Andes, com especial interesse económico³⁷.

O fluxo comercial favoreceu a Inglaterra na exploração dos negócios mais rentáveis e na imposição das suas manufaturas com o efeito da deslocação de grande parte da produção local. No entanto, a concorrência de rivais europeus e americanos também esteve presente sendo prova a presença de agentes, comerciantes e diplomatas, para acompanhar

³⁴ Sánchez-Barba, Mario Hernández (1988), *Formación de las naciones iberoamericanas (siglo XIX)*. Madrid, Anaya, p.22 e p.70.

³⁵ Bethell, «Prefacio» in: Donghi (2002), pp.8-9.

³⁶ González Deluca (1980), p.94.

³⁷ Quando o primeiro-ministro Robert Canning recebeu a notícia da vitória dos independentistas na Batalha de Ayacucho, exclamou: *Hispanoamérica ha dejado de ser española, pronto será inglesa*". Citado in: AA.VV. (2001), *Historia de España: La España de Fernando VII*. Madrid, Espasa - Calpe, Vol. 32, pp.165, 203; González Deluca (1980), p.96.

as mudanças da América Latina. Estes agentes, carregados de mercadorias e de capitais, estabeleceram-se nas áreas de maior estabilidade política por serem estas garantia para os fluxos financeiros mas, sobretudo, garantia de uma mais rápida metamorfose nas condições de consumo em que todos os principais países exportadores estavam interessados³⁸. Daí a razão para a estratégia seguida pela Inglaterra no seu relacionamento com as jovens repúblicas americanas: a implementação do liberalismo com todas as suas peculiaridades no campo das ideias e agir sobre a forma mercantil do comércio e do consumo destas sociedades para, logo depois, atuando *en forma casi paralela con el crecimiento de su economía industrial*, fortalecer o fluxo financeiro inglês e assim incorporar os mercados na sua área de influência. Em suma, tinha que criar os novos mercados e manter a exclusividade neles³⁹.

O projeto político-económico de Londres sofreu um revés a partir de meados da década de 1820 devido à incongruência entre os empréstimos e a realidade económica o que resultou numa crise que teve ressacas até a década seguinte⁴⁰. O fracasso adquiriu forma em ambos os lados do Atlântico entre 1825 e 1826. Na margem europeia, o movimento do mercado da Bolsa de Londres mostrara sinais de riscos de incumprimento depois de ter experimentado um *boom* entusiasta; a Península Ibérica não escapou de participar deste marasmo e Portugal, em particular, vistos os empréstimos que tinha contratado e que caíram em morosidade⁴¹. Na margem americana, a falência foi geral e o comércio latino-americano foi motivo de uma grande decepção provocada pela esperança excessiva e pela especulação suscitadas tanto na Europa como na América Latina. O *boom* de investimento parou abruptamente no ano de 1825, mas a decepção não ficou por aí e sofreu recaídas a intervalos de cerca de dez anos: em 1836 e em 1847-1848⁴².

No entanto, a relação de Portugal com os países latino-americanos experimentara uma mudança política. Já tinha acontecido em 1822, com a independência do Brasil e a sua passagem para Império. A independência do Brasil significou para Lisboa, de um lado, tratar aquela ex-colónia como um igual e começar com o Império uma relação baseada nos

³⁸ Bernecker (1992), p.30.

³⁹ González Deluca (1980), pp.95-97.

⁴⁰ Entre 1824-25, foram fundadas 624 companhias com um capital superior aos 100 Milhões de libras. González Deluca (1980), p.97.

⁴¹ Dashwood, Henry (1850), *Spanish Finance from 1820 to 1850... and a glance at Loans by others Foreign Governments, European and South American*. Londres, James Ridgway, pp.13-15.

⁴² Donghi (2002), pp.15-18. A crise de 1825-1826, ocasionou a falência de Portugal e de *17 dos novos países independentes da América Latina também. México e Venezuela foram, até aos anos 1890, os líderes no número de defaults no espaço americano*. Rodrigues (2012), pp.110-111.

interesses de negócios e necessidades de comunicações comuns. Por outro lado, o Brasil independente deixou de ser um espaço estratégico na relação com os vizinhos sul-americanos, como ficou testado nas incursões na Banda Oriental e na província de Buenos Aires; a partir de então, a diplomacia portuguesa procurou a partir de Lisboa maior amplitude para estabelecer relações diretas⁴³.

A nova perspetiva de Lisboa em relação ao Brasil revelou o interesse relativamente limitado que Portugal tinha em relação às colónias em África. Segundo Ivana Elbl, Portugal reavaliou a sua política colonial ao mesmo tempo que o seu relacionamento com o resto da América Latina no desejo de encontrar um *Novo Brasil*. Na opinião desta Historiadora, em relação ao mundo atlântico e à América, uma vez que o Brasil adquiriu a sua independência, o Atlântico Central parou de jogar uma função desigual na geopolítica portuguesa, e a Madeira e os Açores passaram a estar, cada vez mais, integrados com Portugal metropolitano. Para o Governo de Lisboa, a transformação teve sentido num quadro da reavaliação estratégica do mundo atlântico. De facto, as suas possessões insulares e os territórios africanos foram repensados no seu potencial não só produtivo, mas também como uma garantia da sobrevivência da Coroa que ia mais além das necessidades de financiamento e das críticas contra a sua administração⁴⁴. A nova situação de Portugal também agitou o mundo das ideias e produziu mudanças políticas. Nas décadas seguintes os governos fizeram esforços par desenvolver a economia, o ensino e os outros setores, mas é sobretudo, a partir do fim das guerras civis que existem condições para que esse desenvolvimento seja maior. Portugal procurou regenerar-se para superar o seu estatuto de país pobre ou, pelo menos, diminuir o fosso enorme que o separava das outras nações europeias economicamente mais avançadas⁴⁵.

América Latina tenta fazer o mesmo. No entanto, o domínio britânico mantém as atribuições de sua política externa. Em termos de fluxos financeiros, o Governo inglês vigia os empréstimos na *London Stock Exchange*, as escassas negociações bursáteis e as alfandegas dos países credores, o movimento bancário privado e as suas flutuações. A diplomacia britânica encarrega-se, por sua parte, de cuidar das negociações e discussões de tratados especialmente daqueles que garantem benefícios para a Inglaterra e para o seu

⁴³ Serrão (1977-86), Vol 8, p.185. No ano 1837, foi promulgada uma *concessão aos navios de todos os Estados da América espanhola, assim como aos da República do Haiti*. *Diário do Governo*, 30-11-1837, citado in: *Idem*.

⁴⁴ Elbl (2006), pp.36-38.

⁴⁵ Cf.: Lains (1995); Reis, Jaime (Ed.) (1993), *O atraso económico português em perspectiva histórica: Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. Lisboa, INCM; Bonifácio, Maria de Fátima (2010), *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*. Alfragide, Texto Editores.

fluxo comercial e financeiro⁴⁶. A ideia de incentivar a produção e o comércio de áreas com potencial económico sob a administração britânica e a promoção de um fluxo migratório para as mesmas foi também ganhando aderentes entre os políticos, jornalistas e banqueiros que defendiam a expansão do poder nacional. Como precursora do liberalismo económico, Inglaterra estava atenta à afirmação da política liberal dos países sob sua tutela; nesse sentido, ela defendia seus princípios e com maior perseverança onde considerava necessário eliminar o protecionismo ou garantir o capital⁴⁷.

B. Década de 1870 - anos anteriores à I Guerra Mundial

O período entre o início dos anos 1870 até a primeira década do século XX tem sido caracterizado por historiadores e economistas como uma idade de ouro do crescimento económico sob os sintomas de prosperidade e de maior integração dos mercados registados. Este é um período no qual o desenvolvimento das infraestruturas de serviços, alimentado por grandes investimentos e avanços técnicos, acompanha a dinâmica dos três fluxos que impulsionam as relações económicas. Na política internacional, é um período caracterizado pela revisão e pelas disputas em torno da criação e gestão de áreas económicas no espaço extra-europeu⁴⁸.

A prosperidade económica deu sinais de aceleração desde o final do terceiro quartel do século XIX. Os dados de fluxo comercial mostram a superação de dois impasses de meados do século XIX; por um lado, eles apresentam uma tendência para uma maior abertura política liberal após a reformulação do absolutismo vigente até 1848; e, por outro, expõem o fim da crise europeia de contornos agrícola, bancário, comercial e industrial naquele mesmo ano, abrindo espaço para um novo impulso do comércio internacional, que aumentou mais de cinco vezes entre 1840 e 1870. O aumento do fluxo é mais evidente no segundo período: o primeiro período tinha fechado em 1870 com um valor na ordem dos 30.000 milhões de dólares nas exportações europeias e cerca de 6.000 milhões em

⁴⁶ Dashwood (1850), pp.11-12,19. Eastwick, Edward Backhouse (1868), *Venezuela: or, Sketches of Life in a South American Republic with the history of the Loan of 1864*. Londres, Chapman & Hall, pp.113, 116, 348.

⁴⁷ Em 1864, o jornal *The Brazil and River Plate Mail* referiu a proposta da *London Stock Exchange* para comprar Ecuador, Nueva Granada e a Venezuela e *establecer allí nuevas naciones, nuevas leyes y una nueva vida*. A proposta baseava-se na incapacidade destes países para resolverem as suas disputas territoriais e pagarem a sua dívida pública. Nesse mesmo ano, o Cônsul da Venezuela em Londres, Frederico H. Hemmings, iniciou uma campanha para *eleva el crédito y promover la prosperidad* do país. González Deluca (1980), p.103.

⁴⁸ Corral e Blanco (2011), pp.39-42. González Deluca (1980), p.91. Donghi (2002), p.35. Mateus (2001), p.18. Lains (1995), revisita a *chamada tese de dependência externa* para comparar o crescimento económico de Portugal, pp.7, 36-50. Batou, Jean (1991) (Ed.), *Between Development and Underdevelopment / Entre développement et sous-développement: 1800-1870*. Univ. of Geneva, CIE, Librairie Droz, p.XIII.

investimento estrangeiro. No final do segundo período, antes da Primeira Guerra Mundial, estes valores aumentaram para cerca de 130.000 e 43.000 milhões, respetivamente. Até 1913, a prosperidade económica *estuvo marcada por un aumento continuado del comercio mundial, que creció a una tasa anual del 3,5%, en tanto que el producto lo hacía al 2,7%*⁴⁹.

A integração do comércio mundial prevaleceu acima dos nacionalismos e dos protecionismos praticados pelos países mais favorecidos no plano económico e em pleno processo de estatização, como foi a experiência na Europa Central e, de sobremaneira, a experiência da Alemanha. Portugal implantou também uma política económica livre-cambista, misturada com medidas protecionistas, como forma de promover a sua indústria doméstica enquanto a economia tentava alcançar as condições para competir com vantagens no mercado internacional. O protecionismo foi uma política económica que Portugal se apressou a seguir após a crise europeia geral mas, na década de 1890, a indústria nacional ainda não tinha tirado todo o proveito que podia obter desta política⁵⁰.

O crescimento económico mundial foi desigual e ainda gerou um acréscimo do *gap* entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos na Europa, e entre o Velho e o Novo Mundo. No caso da Europa, o vazio evidencia a situação restrita sofrida por países periféricos, como Portugal, Espanha, Itália e outros⁵¹. Apesar das tentativas de aumentar os índices nacionais, a proximidade geográfica dos centros motores da economia mundial, a amizade com a Inglaterra e os esforços diplomáticos para concluir tratados, que de certa forma não foram suportados pela produção suficiente entre 1870 e 1913, a economia portuguesa perdeu terreno relativamente às economias avançadas da Europa e consolidou-se o atraso industrial português⁵².

⁴⁹ Corral e Blanco (2011), pp.39-42. González Deluca (1980), p.92. Hobsbawm, Eric (2007), *La era del capital. 1848-1875*. Barcelona, Crítica, pp.21-38.

⁵⁰ Mendes (1980), pp.34-37. Halpern Pereira, Miriam (1971), *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa, Edições Cosmos, p.210. Na ocasião da Exposição Industrial (Porto, 1891), o Cônsul francês indicou que, apesar de ser a mais protegida do mundo, a indústria nacional portuguesa não tinha tirado grande proveito dessa situação excepcional. Mendes, J. M. Amado (1980), «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», in: *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVI (61-62), 1980-1º-2º, pp.31-52, p.37.

⁵¹ Batou (1991), p.XIII. Pedreira, Jorge Miguel (1991), «The Obstacles to early industrialization in Portugal 1800-1870: a comparative perspective», in: Batou (1991), pp.347-380. Pedreira apresenta uma comparação da industrialização portuguesa *rapprochée de celle d'autres pays européens semi-périphériques, comme l'Espagne et l'Italie*.

⁵² Reis (1993), pp.9-32. Lains (1995), p.17. Textual: Leite, Joaquim Costa (2006), «Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973», in: DEGEI. *Working papers*. Univ. de Aveiro, E/Nº 38/2006, p.4.

Vários argumentos justificaram o caso Português. Alguns mostram uma combinação de fatores de velha data com um efeito deletério na fazenda pública como é o facto de *financismo, endividamento público, protecionismo e falta de visão estratégica dos empresários industriais andaram, no caso português, de mãos dadas - até o limite*⁵³. A estes fatores acrescenta-se uma concorrência estrangeira considerada desvantajosa. Outros argumentos constataam que o país não fez as mudanças estruturais necessárias e adequadas para acompanhar a economia mundial⁵⁴.

O atraso atribuído aos países periféricos europeus é mais marcante nos países da América Latina. Segundo o historiador Germán Carrera Damas, a característica da economia nesta região foi a estagnação acompanhada do crescente atraso do modelo económico relativamente ao estabelecido nos países mais dinâmicos da Europa⁵⁵, por isso, para os países industrializados, era necessário fortalecer o capitalismo a partir da Europa. Para reforça-lo, a estratégia básica foi a penetração de mercado, seguido pela expansão dos fluxos financeiros. No que diz respeito ao fluxo comercial, a tendência ficou marcada pela maior e melhor articulação do mercado com base na oferta e na procura. Para a historiadora María Elena González Deluca, a articulação não era equitativa e tratava-se, mais concretamente, de um mercado de excedentes dos países industrializados e das carências dos países latino-americanos. Essas circunstâncias, na sua opinião, estavam relacionadas com o desejo de bem-estar social da população americana que se conjugava com a estratégia de expansão do capitalismo. Esta estratégia encontrou uma resposta política à medida dos interesses estrangeiros, uma política que é conhecida como a fórmula do progresso da América Latina: imigração, caminhos-de-ferro e capitais⁵⁶, três aspetos básicos na dinamização dos fluxos comercial, financeiro e migratório.

As alegações que tentam explicar o caso Português não distam muito dos dados para explicar o atraso dos países subdesenvolvidos da América. Para além dos fatores já mencionados, existem também outros elementos em comum com a situação portuguesa, como era o acesso ao conhecimento técnico capaz de ser complementado com uma mão-de-obra qualificada e em número suficiente, tanto a nível de formação médio como superior. O interesse em aumentar o comércio e a indústria na América Latina promoveu uma orientação político-social nesta direção. Semelhante raciocínio justificou a importação de

⁵³ Rodrigues (2012), pp.115, 147.

⁵⁴ Lains (1995), p.10.

⁵⁵ Carrera Damas, Germán (2006), *Mis historias. Contribución a historias colectivas*. Caracas, UCV, p.2.

⁵⁶ González Deluca (1980), pp.114-115.

máquinas e planos de imigração para associá-los a projetos que foram desde a capacitação de pessoas para os trabalhos específicos até a redação e alteração das leis nesta matéria, passando pelo estudo das relações patronais⁵⁷. Nesta época, portanto, os países que estavam economicamente menos desenvolvidos ou eram periféricos da economia mundial, como Portugal e a maioria dos países latino-americanos, convergiram na procura de soluções para os seus males internos.

O contexto confirmou também outra condição comum na divisão internacional do trabalho. Portugal e as repúblicas latino-americanas estavam entre os países produtores e exportadores de matérias-primas e de manufaturas de baixo valor agregado; e enquanto estes países se caracterizavam por ter uma estrutura de comércio que sofria de excessiva especialização e limitação geográfica, os países mais industrializados, bem como outras nações em fase de expansão e de consolidação da sua estrutura de negócios, arriscaram-se na diversificação das suas exportações e dos seus mercados desde o início do século. Esta condição deu-lhes a *capacidade de adaptação às variáveis nas condições dos mercados internacionais*⁵⁸. Parte dessa manobra foi aplicada pelos países periféricos e o resultado foi a renovação ou o surgimento de alguns ramos industriais (têxteis, calçados, alimentos, bebidas, cigarros, fósforos, etc.) que, até certo ponto, ajudaram a expandir o mercado interno. No entanto, a divisão do trabalho agiu, por igual, *as a factor barring them the way to a cumulative process of industrialization*⁵⁹.

A diversificação dos mercados realizada pelas potências europeias durante este período de prosperidade é o prolongamento das ambições exibidas, no início do século XIX, em relação aos territórios e a países suscetíveis de receber a produção excedentária e de cumprir com o que os Ingleses entendiam como a exigência fundamental de uma economia: ter um mercado em expansão. É um facto que a Inglaterra *en ningún momento descuidó la búsqueda de nuevos mercados fuera de sus colonias y dominios*⁶⁰. Não podia nem devia dar-se a esse luxo devido à concorrência. Em apoio a esta premissa, comprovava-se que a concorrência teve lugar em ambos os lados do Atlântico; assim, Portugal e a América Latina foram cenário das rivalidades entre a Inglaterra e os seus mais próximos vizinhos industrializados igualmente à procura da diversificação: Alemanha e França, e de outros países europeus como Bélgica, Holanda, Itália e Suécia, junto a eles encontravam-se

⁵⁷ Donghi (2002), p.18.

⁵⁸ Lains (1995), pp.77-78.

⁵⁹ Batou (1991), pp.XII-XIII.

⁶⁰ González Deluca (1980), p.94.

as jovens nações Estados Unidos da América e o Brasil. A concorrência intensificou-se no último quarto desse século e, apesar dos investimentos se terem tornado mais moderados, o domínio britânico sobre o comércio prevaleceu até o século XX⁶¹.

Alguns destes países, de modo ocasional ou em conjunto, formaram um terceiro elemento político-económico na relação entre Portugal e a Venezuela. De um lado, a presença transatlântica dava peso ao fator geográfico em níveis de vária importância. Esta variação dependia do papel de cada país europeu e da influência das suas políticas económicas nas suas possessões na América, especialmente nas ilhas vizinhas à costa venezuelana, e como essas políticas afetavam o comércio continental. Além disso, estas ilhas desfrutaram de uma forte influência no comércio internacional por terem uma posição intermediária no comércio e terem depósitos que constituíam uma base logística para as suas metrópoles, e servirem de mercado comum e ponto de encontro para o resto dos vizinhos.

De facto, desde 1875 a lista dos países concorrentes no mercado português e latino-americano não varia muito em número. Os principais países exportadores de produtos para Portugal foram seis: Grã-Bretanha, seguida pela Alemanha, Bélgica, Brasil, Estados Unidos e França. Por seu lado, o Ultramar português era o principal concorrente a vencer pela América Latina em relação ao fornecimento de matérias-primas similares no mercado internacional. Na zona americana, em geral, a concorrência foi travada entre três países europeus (Grã-Bretanha, Alemanha e França), os Estados Unidos da América e, em menor grau, pelo conjunto dos depósitos comerciais de outros países europeus nas Caraíbas⁶².

Portugal seguia a premissa inglesa no que à exportação diz respeito. Exportar era um imperativo. Ao mesmo tempo, Portugal tentava diversificar os escassos mercados para os seus produtos: 90% do volume das exportações foi destinado para aqueles seis países. A intenção procurava na mesma modificar a estrutura das exportações. Na década de 1880, ao mesmo tempo que Portugal estruturava à sua política colonial africana, procurou expandir-se para os países do norte da Europa, fortalecendo os laços com a Alemanha, a Bélgica e os países escandinavos. Aqueles países com os que Portugal tinha um intercâmbio comercial praticamente nulo ou de insignificante valor na balança de pagamentos, foram considerados com pouco entusiasmo nesta expansão; este seria o caso dos países da América Latina. As exportações portuguesas constavam de vinho, azeite e cortiça em bruto, calçados, tecidos, rolas de cortiça e conservas de peixe, os dois últimos itens graças em grande parte ao fluxo

⁶¹ Mendes (1980), pp.43-44; González Deluca (1980), p.108.

⁶² Donghi (2002), p.66; Mendes (1980), p.44; Lains (1995), pp.94-95.

financeiro inglês, espanhol e francês canalizado para estes investimentos. Para o comércio regional de Açores, Cabo Verde e Madeira. Foram importantes os embarques de sal, animais vivos, legumes e frutas. Entre estas últimas apuram-se duas iniciativas: a exportação de laranjas micalenses para a Inglaterra, de onde a fruta seria re-exportada para a Bélgica, Hamburgo, Holanda, Noruega e Suécia e as ilhas nas Caraíbas; e a exportação de cebolas e batatas madeirenses para estas últimas ilhas⁶³.

Um aspeto importante do comércio de Portugal tem sido o seu papel de intermediário. Neste período foi ainda mais evidente a importância desse papel visto os esforços em encontrar nas colónias africanas um *novo Brasil*. Este desejo levava o país a conceder àqueles territórios uma posição preferencial pelo volume nas re-exportações, em especial das matérias-primas de origem vegetal, e pelo peso dos produtos coloniais na balança comercial⁶⁴. No entanto, nesta mesma década, aumentou a concorrência nos mercados internacionais relativamente às exportações portuguesas. Esta concorrência foi o resultado da presença de produtos, mais baratos e de melhor qualidade, concorrentes com os portugueses. Além da indústria argentina da carne congelada, na América do Sul progrediu o cultivo de outros produtos concorrentes das colónias portuguesas, como cacau, café e couros, sendo importantes fornecedores o Brasil, a Colômbia e a Venezuela. A venda da carne argentina nos mercados internacionais deve-se, em grande parte, ao capital estrangeiro que detinha o controlo das empresas, de maneira semelhante aos investimentos franceses e ingleses na manufatura de cortiça e nas conservas de peixe em Portugal. O fluxo de capital inglês e dos Estados Unidos financiou a construção de matadouros, empresas frigoríficas e de exportação de carne congelada seguindo a mais recente técnica de embalagem e da higiene, também utilizada em Portugal⁶⁵.

As exportações da América Latina encaixam num contexto já difícil para Portugal. A par do aumento da concorrência dos países latino-americanos, as políticas protecionistas promulgadas por governos nacionalistas europeus dificultaram a entrada de produtos estrangeiros em seus mercados. Esta posição exigia, portanto, a negociação entre as partes para obter vantagens comerciais que os representantes diplomáticos tinham por obrigação

⁶³ Lains (1995), p.45; Serrão (1977-86), Vol X, pp.406, 414-417; Menezes, M. Noel (2000), «Some preliminary thoughts on Portuguese emigration from Madeira to British Guiana». (Consulta: 30-05-2010, in: <http://www.guyana.org/special/portuguese.html>). Mónica, Maria Filomena (2010), *Os Cantos. A tragédia de uma família açoriana*. Lisboa, Alêtheia, pp.199-200. Mendes (1980), pp.36-37.

⁶⁴ Serrão (1992-2000), Vol. 1, pp.274-275. Halpern Pereira (1971), p.283. A partir da década de 1890, *Portugal passou a ser o país europeu em que o peso dos mercados ultramarinos (...) representava uma parcela maior do total das exportações, logo a seguir ao Reino Unido*. Lains (1995), p.91.

⁶⁵ Lains (1995), p.79. Halpern Pereira (1971), pp.237-238, p.314. Serrão (1977-86) Vol. X, p.402. Donghi (1998), pp.305-306. Donghi (2002), pp.61-63, 65-66.

de consagrar nos tratados bilaterais, alegados garantes do sistema internacional. Este foi um dos principais desafios deste período que enfrentava o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, apesar de munido com escassos recursos financeiros e humanos disponíveis, duas das razões a considerar quando se analisarem os resultados alcançados na área comercial⁶⁶.

Parte da eficácia dos acordos bilaterais tinha a sua razão de ser em fatores económicos endógenos ligados a uma posição subordinada do país menos desenvolvido segundo a estrutura da balança comercial com os países industrializados. Isto acontecia com Portugal que, além disso, se caracterizava pelo pequeno tamanho do seu mercado. A distância podia ser um fator geográfico de peso para preferir o comércio com áreas relativamente próximas e evitar os fretes elevados. A eficácia é também um aspeto social. Neste sentido, tem que ser ressaltada a unidade nacional perante o comércio, a imbricação de interesses e práticas de agentes oficiosos e oficiais na participação nos mercados estrangeiros. Ao mesmo tempo, salienta-se a mentalidade rentista de parte de elite burguesa nativa atribulada com qualquer sinal de liberalismo ou de desamparo oficial⁶⁷.

Junto com a concorrência comercial deste período de crescimento económico, houve uma intensa atividade diplomática. A conquista de novos mercados, em especial em territórios circunscritos à jurisdição de outros Estados, encontrava-se detrás dos bastidores políticos internacionais; esta conquista foi o que levou a reformular o serviço exterior nos seus princípios e na composição de seu pessoal. Portugal pôs em prática esta reformulação no Regulamento consular de 1851 -vigente até 1903-; com esta reformulação o Governo Português esboçou as linhas gerais para combater à ofensiva europeia nas colónias africanas onde a penetração comercial e as pressões políticas eram cada vez mais evidentes⁶⁸.

Desde a década de 1870, surgiram outras razões para potenciar a diplomacia, nomeadamente o risco de estagnação da economia, um aspeto que ganhou peso na década seguinte quando, segundo afirma o economista Pedro Lains, *o crescimento do volume das exportações por parte de Portugal começou a abrandar*⁶⁹. Ao analisar esta questão económica, Joaquim Veríssimo Serrão julga que a defesa e fomento dos interesses políticos

⁶⁶ A falta de êxito na defesa dos interesses políticos e comerciais *resultou da pobreza dos meios financeiros ao serviço da nossa diplomacia* e ao facto que *a maior parte dos políticos não tinha sensibilidade para o mundo das relações externas*. Serrão (1977-86) Vol. X, pp.276-277.

⁶⁷ Halpern Pereira (1971), p.356. Lains (1995), p.108; Mendes (1980), p.33.

⁶⁸ Serrão (1977-86) Vol. IX, p.15. Halpern Pereira (1971), pp.301-315

⁶⁹ Lains (1995), p.73.

e comerciais eram a prioridade, dois aspetos que o historiador remete para o serviço exterior e para a sua responsabilidade na manutenção de uma rede de tratados comerciais e no fomento do nível de exportação⁷⁰.

No entanto, até 1899, Portugal tinha já assinado 13 alianças internacionais⁷¹. A Europa foi, na altura, o palco de uma agitação diplomática que era produto, precisamente, da dinâmica expansiva do comércio, da procura de novos mercados e da proteção dos existentes. Nesta agitação, a proximidade geográfica, os níveis de desenvolvimento económico, a especialização e a diversificação da estrutura do comércio, desempenharam um papel determinante na extensão de uma rede de ações estratégicas⁷². A valorização destes aspectos foi aplicada pela Alemanha na relação com os seus vizinhos europeus e nações de outros continentes através do envio de agentes officiosos e pessoal consular. A estratégia resultou na América Latina e, como se verá, estes agentes jogaram um papel notável nas relações da Venezuela com Portugal. Alias, os interesses alemães na Venezuela foram, de grande magnitude apesar de constituírem uma pequena comunidade de comissionistas e agentes comerciais - a maioria deles representantes de firmas de Hamburgo, que aproveitando as circunstâncias obtinham um bom desempenho, tanto para a compra e a exportação do café como para a importação de bens manufaturados e máquinas, alemãs e europeias⁷³.

Nesta época de conquista de mercados, o sentido da oportunidade era importante e esta requeria de um serviço de informação que indicasse o melhor momento para agir. Os alemães - assim que comerciantes de outras nações - fizeram uso deste sentido quando a Venezuela e a Grã-Bretanha divergiram por causa das fronteiras na Guayana venezuelana. Os alemães aproveitaram a oportunidade para introduzir «contrabando-legal» de produtos ingleses. O processo era simples: ele consistia em identificar a procedência das importações a partir do porto de embarque, assim os produtos fossem ingleses. O facto de falsificar a origem dos produtos resgata o mesmo sistema seguido pelos comerciantes neutrais em tempos da guerra da Independência venezuelana, que dissimulavam a origem inglesa devido à inimizade de Grã-Bretanha com a Espanha. Este processo alterava os dados das

⁷⁰ Serrão (1977-6) Vol. X, pp.276-277. Lains (1995), pp.107-108

⁷¹ Serrão (1992-2000), Vol. 1, pp.102-104.

⁷² Lains (1995), p.112.

⁷³ Cf.: Gross, Elisabeth (1989), *Vida alemana en la lejanía*. Caracas, Asociación Humboldt de Maracaibo. Herwig, Holger H. (1991), *Sueños alemanes de un imperio en Venezuela*. Caracas, Monte Ávila. Rode, Heinrich (1993), *Los alemanes en el Táchira (siglo XIX y XX)*. Caracas, BATT. Rodríguez L., José Ángel (Comp.) (1999), *Alemanes en las regiones equinocciales*. Caracas, Alfadil - UCV - Alexander von Humboldt Stiftung. Walter, Rolf (1985), *Los alemanes en Venezuela*. Caracas, Asociación Cultural Humboldt.

importações que entravam no país. O caso era o mesmo com os alemães⁷⁴. Olhado sob este prisma, o comércio alemão mostra um dinamismo que ultrapassa qualquer tentativa de Portugal em lhe fazer concorrência. Igual situação apresentava-se com outros países possuidores de uma frota e de agentes comerciais na América. Assim, os produtos portugueses entraram no Novo Mundo sem um certificado de origem confiável após a nacionalização oficializada nos portos de países terceiros: a Alemanha, os Estados Unidos, a Holanda e a própria Inglaterra, inclusive.

O comerciante português José Joaquim Ratto atestou esta avaliação depois de fazer uma viagem à América no fim do século XIX. Ratto comparou as iniciativas portuguesas com as empreendidas por outras nações rivais. Portugal parecia ter realizado poucos esforços para fomentar o comércio na América: faltavam agentes de comércio, o serviço consular registava falta de zelo, falhava a propaganda dos produtos portugueses que, aliás, eram falsificados sem escrúpulos; em todos os lados, a concorrência arriscava inclusive num comércio com poucos e até sem benefícios com intenção de dar a conhecer seus géneros enquanto os interesses comerciais portugueses concentravam-se no Brasil e na Argentina abandonando os portos americanos no Pacífico; a concorrência apostava na criação e na diversificação de linhas e rotas de navegação. Este conjunto de deficiências e problemas levaram Ratto a indicar as ações que Portugal tinha a empreender. De facto, Ratto sugeria que algo estava a acontecer na América Latina, de maneira especial, na dinâmica comercial intracontinental contemporânea a sua viagem⁷⁵.

A conclusão tinha a sua razão de ser. Desde a década de 1850, América transformava-se ao ritmo da mudança da conjuntura económica mundial. Como refere Tulio Halperin Donghi, era uma mudança que acompanhava a ampliação do espaço económico e a unificação crescente, um processo que era facilitado pela renovação dos transportes. Segundo este historiador, a renovação da navegação estava baseada na intensificação do uso dos meios tradicionais e no avanço técnico que significava o uso do vapor. A transformação também se manifestava de forma extensiva, na diversificação de rotas e na categoria das conexões, de forma proporcional com a dimensão dos navios, recursos diferenciadores que foram refletidos nas rotas oceânicas, fluviais latino-americanas e na cabotagem costeira⁷⁶.

⁷⁴ González Deluca (1980), p.109.

⁷⁵ Ratto, José Joaquim (1899), *O commercio de vinhos portugueses na America*. (Conferência no Centro Comercial do Porto, 19-10-1899). Porto, Typ. Arthur J. De Sousa & Irmão. pp.10, 48, 60, 67.

⁷⁶ Donghi (1998), pp.209-211.

As observações de Ratto foram um apelo urgente aos portugueses para que participassem nesta renovação de transportes e do comércio. As hipóteses que ele apresentou eram linhas de montagem para uma estratégia de pensamento abrangente. Um pensamento conjugado com a visão da totalidade dos aspetos do comércio e da política. Na situação de Ratto, privilegiado com conhecimento de causa da sua viagem, esta é uma preocupação isolada de um homem que deseja transmitir informação com a intenção de motivar o público para formar um consenso, apelando para à *prosperidade e engrandecimento nacional*. Esta iniciativa confirma a *Regra em Portugal* levantada por António José Telo, no que diz respeito as ideias, as estratégias e os interesses nacionais⁷⁷.

Na solução para a navegação que Ratto apresentou, vemos a tentativa de explicar que a comercialização de produtos portugueses na América Latina estava passando por vários transbordos ao longo dessas rotas oceânicas, fluviais e de cabotagem costeira. Uma baldeação que explica, entre outras coisas tanto o vinho exportado para o Brasil, como a distribuição generalizada de vinhos do Porto falsificados. Porém o seu pedido para contribuir com o interesse nacional encaixa no grupo de pedidos contra *a queda da marinha, que atravessa o século XIX sem um plano de fundo, que corresponda a uma visão coerente do interesse nacional e da estratégia que o deve servir*. A voz de Ratto soma-se a um clamor reiterado em períodos de crise, *quando se fazia sentir especialmente a necessidade de uma força naval, por qualquer motivo*, crise externa que estabelecia *na opinião pública e nos políticos a ideia de que a marinha estava fraca e precisava de ser remodelada*⁷⁸.

As observações de Ratto mostram-no como um homem de negócios português com iniciativa, uma *figura de exceção*, como refere Telo. No entanto, em contradição com o seu pioneirismo, revela iniciativas de outros empresários também interessados no mercado latino-americano. Eles confirmam, por sua vez, a atenção dispensada pelos portugueses aos vizinhos ao sul do Brasil. Ratto refere uma notícia de jornal sobre Augusto da Rocha Romariz, chefe de uma importante casa comercial do Porto, a propósito da sua viagem ao Rio de la Plata, considerada de grande importância para ampliar as relações comerciais desta Província com Portugal. A mesma notícia jornalística indica a presença de outro

⁷⁷ ...a regra em Portugal, nos raros casos em que existe uma estratégia nacional, é ela ser elaborada por uma «figura de exceção», que tem acesso a informação negada ao comum dos mortais e meios para a aplicar parcialmente na criação de um pensamento global. Telo, António José (1993), *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898/1948)*. Lisboa, Ediç. Asa, p.15.

⁷⁸ *Ibidem*, (1899), p.67. Telo (1993), p.71.

comerciante nessa viagem: trata-se de F. T. Ferraz, representante da firma Romariz no Brasil, e proprietário, de vinhedos valiosos e adegas na ilha da Madeira⁷⁹.

No entanto, pôr em prática estas duas iniciativas: a de Romariz e Ferraz focada na Argentina e a de Ratto de visão mais alargada em relação a América, implicava lutar *com enormíssimas dificuldades*, entre elas a falta de apoio oficial e particular; sem este, mal se podia conceber um tratado de comércio pragmático e realista por um país que *só teria a beneficiar com a abertura de um mercado vasto*. Um mercado integrado na categoria das relações de Portugal com *países em estado de desenvolvimento análogo ao seu*, que seria o caso de muitos países na América Latina⁸⁰.

A participação em mercados maiores poderia criar em Portugal um comércio como o *intercâmbio com países industrializados*, nomeadamente com a Grã-Bretanha, a França, os Estados Unidos ou a Alemanha. Pedro Lains analisa as razões do ponderado dinamismo português para o caso alemão, razões que comparadas com o expressado por Ratto em relação ao mercado latino-americano e a concorrência, mostram grande coincidência. Lains considera também que *essas razões poderão ter estado relacionadas com especiais interesses de grupos económicos que não queriam ver reduzidos os direitos da pauta de 1892 ou com os interesses fiscais do governo que tinha nas alfândegas a sua principal fonte de receitas*⁸¹. Sobre este último ponto, há novamente sobreposição com os países da América Latina: a receita líquida gerada pelo movimento da alfândega gerava tal dependência na estabilidade política e económica de alguns Estados que as receitas dos portos eram controladas e fixadas por lei como rendimento ordinário do Tesouro mas, ao mesmo tempo, foram um instrumento de regulamentação para fazer frente as importações⁸².

Além dessas razões, os investimentos portugueses no comércio internacional eram afetados pela predominância de uma mentalidade rentista na sociedade. O fardo pesado, que o editor Jorge Nascimento Rodrigues chama de "pecado original", foi *o baixo investimento privado nacional*, particularmente do setor bancário, um *dos elos centrais de um ecossistema financista*, junto à *burguesia compradora*, os *investimentos estrangeiros e o endividamento público*. A partir de vários autores, Rodrigues analisa o argumento da baixa rentabilidade da indústria em comparação com outras opções como dívida pública, imóveis ou propriedades agrícolas. Mesmo assim, em relação a esta última, *manifesta-se*

⁷⁹ Ratto (1899), p.54.

⁸⁰ *Ibidem*, (1899), p.66. Halpern Pereira (1971), p.295.

⁸¹ Lains (1995), p.100.

⁸² Halpern Pereira (1971), pp.295-299. Donghi (2002), p.88.

*uma fraca capacidade dos empresários portugueses ligados ao complexo agrícola de explorarem as oportunidades num conjunto de mercados de exportação para as frutas, legumes, azeite e produtos animais*⁸³.

O sintoma de prosperidade económica também reflete uma mudança no fluxo financeiro e na implementação dos avanços técnicos e institucionais. Apesar do fracasso comercial inglês na América Latina na década de 1820, as transferências de capital conseguiram reposicionar-se gradualmente no contexto de mercados mais amplos; desde o final de 1860, a Europa e a América foram inundadas com técnicos especialistas em instalação e funcionamento de máquinas a vapor ou em investimentos de capital. Esse fluxo mostrou pulso acelerado, especialmente, na exportação de bens e capitais com os respetivos serviços associados e áreas de investimento, as vezes muito determinadas, com a Inglaterra sempre como o principal país investidor⁸⁴.

De facto, os caminhos-de-ferro absorveram 60% dos capitais procedentes de emissões de valores na Bolsa de Londres para investimentos no ultramar, entre 1865 e 1894. Segundo a historiadora González Deluca, a tendência perdurou e, até 1914, os caminhos-de-ferro estiveram em primeiro lugar na captação dos investimentos. Os outros itens eram as empresas de serviços financeiros, manufatura, mineração, portos e serviços públicos; para a América Latina foi o correspondente de 17% da carteira total de investimento britânico de portefólio, o segundo destino a seguir dos Estados Unidos⁸⁵.

Os investimentos britânicos na América Latina encontravam-se bem localizados geograficamente na viragem do século. Segundo o historiador Halperin Donghi, desses investimentos, mais de metade foram feitos na Argentina; segue o Brasil, com pouco menos de uma quarta parte e o México, Chile, Uruguai, Cuba e Peru receberam em conjunto quase a mesma proporção do Brasil. Para este historiador, o investimento total da Europa em 1914 está estimado em cerca de 7.000 milhões de dólares, a maior parte feita em investimento de carteira, em infraestrutura (como caminhos-de-ferro, portos, bondes, empresas de energia e eletricidade) e serviços públicos e financeiros. Esta colocação tinha por concorrente mais próximo os investimentos de Estados Unidos, seguindo um padrão quase idêntico ao inglês: a concentração em países e setores de produção. Assim, em 1914, de 1.600 milhões de dólares investidos, *casi el 87% de las inversiones directas*

⁸³ Rodrigues (2012), pp.112-113, 116.

⁸⁴ Hobsbawm, Eric (2005), *La era de la revolución. 1789-1848*. Barcelona, Crítica, p.40.

⁸⁵ González Deluca (1980), pp.93, 99-100.

estadounidenses se encontraba en sólo cuatro países: México, Cuba, Chile y Perú; focado em produtos, atividades, bens e serviços em que esses países se tinham especializado⁸⁶.

Neste período de crescimento, o fluxo financeiro da Inglaterra para a Venezuela foi travado, em grande parte, devido às disputas diplomáticas entre os dois países por causa da demarcação da fronteira na Guayana e da renegociação do Tratado de Amizade e Comércio de 1835. Ainda assim, o impasse político não foi a única causa desta travagem, já que no final de 1880, a economia no seu conjunto operava a níveis muito baixos. O problema económico era grave. Nesta situação, os ingleses viam distanciarem-se as garantias aos fluxos de capital e do comércio. De facto, nesta altura, os credores britânicos pressionaram a Venezuela por ser um país sempre em moratória e combateram um imposto adicional de 30%, declarado pelo governo venezuelano em 1882, sobre os bens importados das ilhas do Mar das Caraíbas⁸⁷.

Em outras partes da América Latina, consolidava-se a associação de bancos nacionais com bancos estrangeiros, ao estilo das chamadas *Joint Stock Companies*⁸⁸. Na América do Sul, por exemplo, funcionaram vários desde a década de 1860: o London Bank of South America -fusionado logo com a filial mexicana para se chamar London Bank of Mexico and South America; o London and Brazilian Bank que, no 1º de Junho de 1863, *took over the business of the Anglo-Portuguese Bank*; e o London and River Plate Bank, entre outros. A associação bancária foi uma tática de tutela financeira para lutar contra os riscos de insolvência. O último destes bancos tinha criado fortes reservas e uma grande concentração de ativos que alcançaram 4 milhões de Libras em 1880 e 32 milhões em 1914, antes de começar a decadência deste tipo de bancos⁸⁹. Os bancos foram apenas uma amostra do que aconteceu noutros âmbitos; segundo Donghi, *ya hacia 1910, la alianza entre intereses metropolitanos y clases altas locales ha sido reemplazada por una hegemonía no compartida de los primeros*⁹⁰, em áreas como transporte e comercialização,

⁸⁶ Donghi (2002), p.84.

⁸⁷ González Deluca (1980), pp.119-121.

⁸⁸ A *joint stock company* era uma sociedade comercial de dois ou no máximo três categorias de pessoas: isto é, os corretores da Bolsa de Londres, os políticos, as elites politicamente influentes e os descobridores de novas oportunidades, e, por último, os comerciantes nacionais. Mignoli, Ariberto (2007), «Idee e Problemi nell'evoluzione della 'Company' inglese», in: Ascarelli, Tullio e Ariberto Mignoli, *Lecture per un corso di diritto commerciale comparato*. Milan, Giuffré Editore, pp.175-228, 214.

⁸⁹ Cf.: Joslin, David (1963), *A century of banking in Latin America (to commemorate the centenary in 1962 of The Bank of London & South America Limited)*. London, Oxford Univ. Press. Joslin refere três períodos na história deste tipo de instituições: o período dos «Inícios», décadas de 1860 até 1880; o «boom» até 1914 e, finalmente, o «Declínio» até meados da década de 1930.

⁹⁰ Donghi (1998), p.281.

frigoríficos, silos de cereais, engenhos, cultivo e comércio de banana, cana-de-açúcar e café, entre outros.

A ideia geral era realizar investimentos em áreas afins às produções para a exportação. Enquanto isso, em Portugal, o investimento britânico permaneceu entre os vinhos e a cortiça, principalmente, e, desde a década de 1850, impulsionou a construção de caminhos-de-ferro alguns dos quais se mostraram pouco rentáveis⁹¹. O capital estrangeiro na economia nacional portuguesa fez, por um lado, acrescentar o número de sociedades anônimas e, por outro, cair em desuso os velhos mecanismos de distribuição de recursos financeiros; essa dinâmica ia modificar uma economia onde as empresas de capital familiar prevaleciam. A substituição do conceito legal do capital corporativo teve seu impulso nas casas comerciais fundadas por estrangeiros. Algumas dessas empresas assumiram uma função bancária. A seguir, participaram na fundação de bancos de jurisdição nacional mas com ação de âmbito de internacional: fomentando créditos para indústria, agricultura e mineração e transferindo os lucros correspondentes para a casa matriz. O fluxo de capital induziu mudanças não só no campo económico, mas também no ideológico e, na mentalidade, porque foi inculcado *el espíritu de empresa industrial*⁹².

O espírito da época fortaleceu o enfoque político mais racional sobre a administração do território e o seu aproveitamento económico segundo o dever de salvaguardar a soberania. Esta foi uma resposta de corte nacionalista que surgiu da classe política dirigente frente às explorações que, sendo de carácter científico, foram estimuladas pelo capital estrangeiro para obter informação que pudesse servir a seus próprios interesses. A resposta política procurou controlar e participar nestas explorações para obter e incorporar informação sobre a potencialidade e a limitação do território. Neste sentido, teve lugar uma tomada de consciência que levou a considerar o valor económico da informação relativamente a aspetos como os recursos e as possibilidades produtivas da região, o povoamento e a organização do espaço, a experimentação de novos cultivos, novas técnicas e novas máquinas. Nesta tomada de consciência se pôs em prática uma estratégia usufrutuária da informação em que os pilares do progresso (imigração, comunicações e capital) integram-se. O valor político desta informação ficou demonstrado em disputas

⁹¹ Rodrigues (2012), p.121. Lains (1995), p.116.

⁹² Donghi (2002), pp.35, 87-88. Rodrigues (2012), pp.108-9.

internacionais que tinham sua base no interesse económico que tinham gerado as explorações científico militares⁹³.

Os países periféricos exportadores de matérias-primas sentiram, então, o impulso dado pelos países industrializados na ação dum mecanismo de expansão da própria economia mundial, um mecanismo financiado pela transferência de capital para garantir o crescimento dos países credores. O investimento para a industrialização adquiriu um carácter retroalimentar: por um lado, o aumento nas importações de bens de capital, com foco em máquinas, serviços e até mesmo em conhecimento, deviam ser compensadas com o acréscimo das exportações de matérias-primas e, por outro lado, o capital local era atraído pelos investimentos estrangeiros em projetos e empresas que, uma vez em produção, exportavam os benefícios.

O feedback deixou o seu quinhão nas alfândegas dos países periféricos, tornando-os vulneráveis devido às variações de preços e às quantidades de produtos no mercado. Mas uma vez que a receita era elevada, foi de grande interesse político garantir a integração de instalações e serviços de alfândega no progresso do país. Mesmo programas de desenvolvimento nacional ficaram subordinados àqueles rendimentos. Alguns destes programas tiveram grande apoio imigrante ou ficaram sob supervisão dos agentes comerciais estrangeiros para terem conhecimento imediato dos riscos que podiam existir para as casas matrizes. Assim, enquanto as alfândegas foram garantes do capital investido e do cumprimento das obrigações dos empréstimos externos, o suposto progresso estava portanto garantido.

O carácter retroalimentar do investimento e a importância de integrar os agentes produtivos na industrialização na América Latina, têm um exemplo na Argentina, um país recetor de acentuados fluxos de comércio, capital e imigração. Já no ano de 1870, a imigração, os investimentos nos caminhos-de-ferro, infraestruturas portuárias, telégrafos, etc. contribuíram o sucesso de casas comerciais cujos fundadores formaram o chamado «Grupo del comercio», composto por comerciantes e prestamistas de cinco nacionalidades distintas. A transformação agrícola da Argentina foi conseguida graças ao apoio das colónias agrícolas fundadas por estrangeiros motivados pelo seu interesse no mercado internacional dos cereais. A transformação agrícola expandiu a atividade comercial e iniciou um processo no âmbito associativo, com comerciantes reunidos a volta de várias

⁹³ Donghi (2002), pp.52, 88. Cf.: Frank, Erwin H. (2006), «Os trabalhos dos Irmãos Schomburgk como fontes da Etnohistoria da área etnográfica da Guiana Ocidental», in: *25ª Reunião da ABA*. Goiânia. (Consulta: 3-01-2012 -<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Erwin.pdf>); e trabalhos de Frederico Welwitsch, naturalista austríaco contratado para explorar Angola, citado em Serrão (1977-86), Vol. IX, pp.104-7.

instituições associativas e junto a todos eles: a alfândega, o porto, os silos, os cais, a Bolsa de Comercio e entidades formadas pela coletividade estrangeira⁹⁴.

Como vimos, qualquer crise internacional teve um impacto negativo sobre os diferentes setores dos países latino-americanos. O comércio representava a principal fonte de lucro, a base da formação de uma elite burguesa e o principal agente na formação de capital. O capital nacional de muitas firmas de capitais mistos provinha de empresários possuidores de amplos contactos, enriquecidos no comércio, como foi o caso de bancos e empresas de navegação, ou de homens encorajados pelas transações financeiras como empréstimos de curto prazo com taxas de juros elevadas ou hipotecas imobiliárias⁹⁵. A instabilidade deste sistema fez estremecer empórios comerciais criados a partir de algumas fortunas privadas, como o exemplo do brasileiro Irineu de Sousa, Barão e Visconde de Mauá, que passou os últimos anos de sua vida entre Londres e Rio de Janeiro, recuperando e explicando a falência de sua fortuna⁹⁶.

Tais tremores foram sentidos em ambos os lados do Atlântico. Um caso evidente foi quando a Corporação Barings Brothers faliu na década de 1890. Em efeito, com o colapso do Barings Bank iniciou-se uma crise financeira em Londres com efeitos de vaivém tanto na América Latina como em Portugal. A dimensão das ações e a falta de apoio do Banco na Argentina foram os detonadores. Uruguai e Brasil sentiram os efeitos da falência. Estes foram os três países mais afetados no início da crise, mas esta logo se estendeu ao Chili, México, Peru e Venezuela, que contavam com uma balança comercial pouco equilibrada. Em Londres, o efeito da crise afetou os negócios de Portugal que atravessou uma depressão económica entre 1889 e 1905 com a diferença que, em relação aos países latino-americanos, Lisboa poderia contar com o apoio do comércio com as colónias africanas e as remessas dos emigrantes. No que a estas últimas diz respeito, no ano de 1891, por exemplo, *a remessa dos emigrantes portugueses no Brasil atingia a soma de 14.000 contos de reis*

⁹⁴ Corte, Gabriela Dalla, «La consistencia de la red social: el Ferrocarril Oeste Santafesino entre la Argentina pampeana y el Chaco paraguayo», in: Jordán, Pilar García (Ed.) (2009). *Dinámicas de poder en América Latina, siglos XIX-XXI*. Univ. de Barcelona, pp.13-54, pp.16-17.

⁹⁵ Em relação a isto, Mendes pondera: *Após a exposição feita pode perguntar-se; quais os resultados de todos estes contactos? Não terão sido tão frutuozos como se desejaria, em virtude do condicionalismo do País, nomeadamente a falta de instrução profissional e de inversão de capital na indústria, assim como a mentalidade da própria burguesia, que a levaria a preterir frequentemente a atividade industrial, em proveito da especulação e do comércio*. Mendes (1980), pp.47-48.

⁹⁶ Cf.: Caldeira, Jorge (1995). *Mauá: empresário do Império*. São Paulo, Companhia das Letras.

por ano. As exportações portuguesas para o Brasil não somavam anualmente mais de 4.000 contos de reis⁹⁷.

Os detentores europeus de títulos de países endividados não se pouparam a fazer diligências para o resgate do seu dinheiro e canalizaram os seus requisitos de cumprimento de obrigações para as operações que poderiam garantir o pagamento: as alfândegas. Portugal não escapou à estratégia dos credores de terem as alfândegas sempre vigiadas com o objetivo de assumir o seu controlo. Contudo, os credores eram vários e o jogo diplomático entrou em cena para evitar males maiores entre as potências e as suas «Rivalidades geopolíticas». Assim, em 1902, Portugal viveu os intentos de alguns credores estrangeiros de passar por cima da soberania do país para controlar diretamente à fonte de seu rendimento. O impasse terminou com uma negociação que, na opinião de Jorge Nascimento Rodrigues, foi silenciada na história política do país: *garantias diplomáticas oficiais, escritas, de que o acordo seria cumprido custo o que custasse á soberania portuguesa*⁹⁸. Ao mesmo tempo, na Venezuela, a intenção de controlar as alfândegas e as negociações entre o Governo com os credores foram concluídas à força: um bloqueio naval concentrado frente aos principais portos do país, em que a Alemanha, Inglaterra e Itália tiveram o papel de liderança enquanto os Estados Unidos assumiram o de mediador o que facilitou o acordo entre as partes que ficou assente no Protocolo de Washington, em 1903⁹⁹.

Junto com o movimento de capitais, bens e pessoal técnico, este período de crescimento económico registou um acentuado fluxo migratório tendo os fluxos intercontinentais um enorme peso na migração mundial¹⁰⁰. A perspetiva americana entusiasmou indivíduos com todos os níveis de instrução a partir de diferentes portos da Europa para a América. Em bom número, este afluxo desembarcou na costa atlântica de países com economias em grande parte integradas no mercado internacional, tais como Argentina, Brasil e Estados Unidos, e instalaram-se nas regiões do interior ainda pouco povoadas ou estabeleceram-se nas áreas imediatas aos portos¹⁰¹. Um fluxo importante de

⁹⁷ Rodrigues (2012), pp.117-118, 120, 128-129.

⁹⁸ Rodrigues (2012), pp.128-130.

⁹⁹ Cf.: Campos, Manuel Rodriguez (2003), *Venezuela 1902: la crisis fiscal y el bloqueo: perfil de una soberanía vulnerada*. Caracas, UCV.

¹⁰⁰ Entre 1821 e 1915, 46 milhões de pessoas emigraram. Uns 44 milhões eram da Europa e o resto da Ásia. Estados Unidos acolheram quase 62%; a Argentina, o Canada e o Brasil receberam percentagens mais reduzidas. Corral e Blanco (2011), p.41,

¹⁰¹ A Argentina recebeu 4,3 milhões de imigrantes (*Quase 2.5 milhões entre 1871-1915. Nacionalidades: italianos, espanhóis, franceses, russos, do Levante, alemães, austríacos, húngaros e ingleses*); o Brasil recebeu cerca de 3,2 milhões (italianos, portugueses, espanhóis, alemães, russos, etc. Donghi (2002), pp.79-80, 83.

origem mais variada manteve-se em direção das colónias europeias localizadas na região caribenha e circundante continental onde a Inglaterra era o porta-estandarte das nações europeias promotoras desta avanço sobre territórios, de um lado, propício para o cultivo de produtos de exportação e, por outro, adequados para resolver problemas demográficos¹⁰².

Na segunda metade do século XIX, várias ondas de emigração levantaram-se em Portugal que foram a continuação da maré de anos precedentes. Joaquim Veríssimo Serrão aponta que no período da *Regeneração aumentou consideravelmente o ritmo da emigração com destino às América, sendo zonas privilegiadas o Brasil, as Guianas e os Estados Unidos*¹⁰³. Todavia é difícil determinar o número com precisão não só por causa da falta de estatísticas oficiais mais conclusivas, mas também por outros fatores como a travessia ilegal, a conivência dos serviços de migração e de transporte, entre outros. Esta referência do historiador Joaquim Veríssimo Serrão associa o aumento da emigração com um período de abertura liberal e de projetos de comércio em Portugal, que foi o *Fontismo*: a política económica do desenvolvimento de infraestruturas de serviços e de comunicações, entre outros aspetos, associada ao Ministro da fazenda, Fontes Pereira de Melo. É uma era da história portuguesa que vá desde o ano 1851 até inícios da década de 1890, quer dizer que atravessa parte do primeiro e segundo períodos da presente periodização económica¹⁰⁴.

Neste período estabeleceu-se «El orden neocolonial» na América Latina que induziu ao crescimento no período seguinte, baseado: na expansão do espaço económico, na construção de estradas internas, na renovação dos transportes, na intensificação das rotas oceânicas, no avanço técnico da navegação a vapor, que foi muito mais lento na América do Sul e no Pacífico do que no Atlântico Norte; nas normativas dos correios e no

¹⁰² Baines, Dudley (1995), *Emigration from Europe, 1815-1930*. Cambridge, Univ. Press, pp.16, 37, 46, 55, 62. Cohen, Robin (1995), *The Cambridge survey of world migration*. Cambridge, Univ. Press, pp.45-76. Fausto, Boris (Org.) (2000), *Fazer a América*. São Paulo, Editora Univ. de São Paulo, pp.20-21, 99, 354, 507. Lai, Walton Look (1993), *Indentured Labor, Caribbean Sugar: Chinese and Indian Migrants to the British West Indies. 1838-1918*. Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press, pp.19, 42. Cf.: para uma visão mais ampla do Caribe não ibérico: Solana, Ana Crespo e María Dolores González-Ripoll (Coord.) (2011), *Historia de las Antillas no hispánicas*. Madrid, CSIC - Ediciones Doce Calles.

¹⁰³ Serrão (1977-86) Vol. IX, pp.243-244.

¹⁰⁴ Serrão, Joel (1982), *A emigração portuguesa*. Lisboa, Horizonte, pp.112-114. As cifras para a América e a Venezuela nas tabelas da emigração portuguesa apresentam dificuldades para á análise. *Debemos notar que até 1872 não houve estatísticas demográficas em qualquer país das Américas portuguesa e espanhola*. Serrão (1977-86) Vol. IX, pp.243-244. O primeiro *Censo Nacional de Población* na Venezuela foi promulgado por Decreto de 3-06-1873, pelo presidente Antonio Guzmán Blanco, dentro do seu programa de conhecimento e de progresso do território. Cf.: *Gaceta oficial de Venezuela*. Caracas, 21-06-1873. Os Portugueses aparecem a partir do *Censo Nacional da Venezuela* de 1936. A falta de elementos estatísticos para calcular a emigração portuguesa para a América foi referida por: Cassola Ribeiro, Francisco G. (1983), «La emigración portuguesa para países de América Latina», in: *Migraciones latinas y formación de la nación latinoamericana*. Caracas, USB - IAEAL, pp.521-533, p.523. Ramos, Rui (Coord.) (2009), *História de Portugal*. Paço de Arcos, Expresso/Impresa Publishing, Vol. 6, pp.33-60.

estabelecimento dos selos postais, a ligação Europa - América por telégrafo, em especial, com a chegada do cabo submarino ao Rio de Janeiro em 1874. Era a vontade política resumida no lema «Orden y Progreso» e nos grandes projetos latino-americanos¹⁰⁵. Toda uma série de melhorias que, de acordo com o historiador Tulio Halperin Donghi, era *suficiente para asegurar una nueva regularidad en el movimiento de la gente y de las noticias*¹⁰⁶.

Com esta implementação técnica e este voluntarismo político, o sentido da migração torna-se mais económico e a informação geopolítica, à maneira de inquéritos ou estatísticas, ganha vantagem estratégica. Devido ao fluxo migratório, o número de carreiras entre as várias regiões da Europa e da América aumentou fomentado por empresas que lucravam com a migração, nomeadamente, conduzindo o maior volume para os Estados Unidos. A partir de Lisboa e com destino à América do Sul, o fluxo parecia estar garantido desde 1851 pela *Royal Mail Steam Packet Company*, melhor conhecida por Mala Real Britânica¹⁰⁷.

Também no caso de Portugal era evidente a necessidade de aliviar a tensão social causada por fatores tais a falta de trabalho ou a alta densidade populacional nas regiões do interior e ilhas, o que foi possível atenuar com a partida de emigrantes para o Brasil, Demerara e Trinidad. Além disso, deu-se a correspondência de interesses nacionais entre países europeus e países americanos desejosos de receber imigrantes, como foi o caso dos Estados Unidos que, querendo defender e ampliar a área de influência geopolítica, tentou *atrair Portugal* mostrando-se interessado na fixação de emigrantes madeirense e açorianos¹⁰⁸.

O desenvolvimento científico foi importante nas políticas para conhecer o potencial do país. Neste sentido, o avanço técnico e metodológico jogara a favor de uma melhor e maior informação sobre a migração, como mostrou o *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*, de 1873¹⁰⁹. O conteúdo dos relatórios consulares constituem também evidências de que a melhoria na informação se traduziu numa melhoria para a ação da política e económica e até foi mesmo um desafio para a ação diplomática. A velocidade da

¹⁰⁵ Cf.: Ayala Mora, Enrique e Eduardo Posada Carbó (Dir) (2008), *Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y su articulación, 1870-1930*. UNESCO.

¹⁰⁶ Donghi (1998), pp.207-279. Donghi (2002), p.35.

¹⁰⁷ Leite, J. da Costa (2000), «O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)», in: Fausto, Boris (Org), *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. Editora Univ. de São Paulo, pp.177-200, p.178.

¹⁰⁸ Serrão (1982), pp.47-51. Serrão (1977-86) Vol. X, pp.210-211, 304-305.

¹⁰⁹ Comissão da Câmara dos Senhores Deputados (1873), *Primeiro inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa*. Lisboa, IN. Serrão (1982) refere o *Inquérito* várias vezes na sua obra *A emigração portuguesa*.

circulação das notícias permitiu acompanhar melhor os acontecimentos, propor e coordenar politicamente estratégias conjuntas de povoamento e de progresso técnico entre territórios coloniais e metropolitanos¹¹⁰.

Assim, através desta correspondência era acompanhada a evolução do pensamento político, do *status* socioeconómico e da adequação política dos portugueses estabelecidos na América desde meados do século XIX, conhecimento útil para a administração pública metropolitana, e de outros centros de poder, como o do país de acolhimento. A título de exemplo, pode notar-se a experiência em Trinidad. Nos inícios deste período de crescimento económico, os portugueses ali residentes eram, não só pessoas ricas e influentes, mas também um grupo de pequenos empresários e trabalhadores, *Entirely destitute of all political views or objects, they would cheerfully submit to any changes which did not interfere with their making and hoarding money, but they would never take a single step to carry such changes into effect*¹¹¹.

Este *Portuguese profit-making* foi, certamente, de grande interesse para os planificadores das políticas económicas lisboetas e, em particular, das unidades administrativas encarregadas das finanças e da diplomacia. Para as finanças públicas portuguesas, a Bolsa de Londres adquiriu uma maior importância a partir da década de 1870, devido à quantidade de operações em bolsa lá realizadas pelos correspondentes do Banco de Portugal no Brasil. O mesmo procedimento era feito diretamente através do Consulado de Português. As remessas dos emigrantes foram significativas por constituírem-se, por um lado, numa das novas fontes de meios de pagamento sobre o exterior, junto as re-exportações de produtos coloniais. Estas receitas evitaram a «asfixia» da economia portuguesa na década de 1890; e, por outro lado, pelo fomento que deram tanto ao movimento bancário regional e nacional como à circulação de numerário¹¹².

O Corpo Consular assumiu a responsabilidade de acompanhar e motivar os fluxos financeiros resultantes dos fluxos migratórios sem normalizar ou regular, de maneira oficial, esta matéria, apesar da mesma ser uma tarefa necessária. A partir desta perspetiva, a

¹¹⁰ Cf.: Headrick, Daniel R.(1981), *The Tools of Empire: Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*. Nova Iorque, Oxford Univ. Press. Hart (2008). A Guiana Inglesa é um precedente de colonização por emigração portuguesa que atinge o interesse diplomático a causa dos *riots* (distúrbios) e ao conteúdo positivista dos planes de povoamento dos *Guyana planters*. Brereton, Bridget (1985), *Social Life in the Caribbean, 1838-1938*. Oxford, HEP, pp.11-12.

¹¹¹ Public Record Office (PRO), «Gov. A.H. Gordon to Secretary of State Lord Granville, 24-05-1869 (Secret)» Ref.: CO 295/247. PRO, London. *Portuguese of the West Indies* (Consulta: 16-06-2010 - <http://freepages.genealogy.rootsweb.ancestry.com/~portwestind/>)

¹¹² Lains (1995), p.10, 94 quem refere a Villaverde Cabral (1979), pp.148-149. Halpern Pereira (1971), pp.283-295.

emigração tornou-se num ponto de viragem no planeamento do exercício diplomático. Sob esta circunstância, no início do século XX, foi projetada a redação dum novo regulamento do serviço exterior visto que *também o acréscimo das relações comerciais e da emigração exigia dos funcionários consulares um redobrado esforço, uma vez que não se dispunha de legislação adequada para credenciar a sua ação no estrangeiro*¹¹³.

A migração internacional teve uma vertente de implicações geoestratégicas materializada no estabelecimento de povoações e na criação de postos comerciais que pudessem garantir áreas económicas de poder extra europeu. Esta combinação de comércio e política ganhou importância no sistema de alianças internacionais, que flutuava ainda entre o controle direto ou indireto da política económica nas nações produtoras de matérias-primas ou periféricas em relação aos centros políticos europeus de envergadura. O padrão do tipo de controlo foi ditado pela evolução dos acontecimentos económicos nas diferentes regiões e do *status* político e jurídico dos territórios, mas também, por vezes, seguiu a linha de diplomacia e até dos personalismos políticos¹¹⁴.

Nas colónias, o imperialismo direto operou com um efeito duplo: por um lado, o território permaneceu sob a administração e a proteção militar metropolitana, enquanto, do outro, a sociedade seguiu as diretrizes emitidas pela política económica do governo central para o comércio. No caso da América, e até conseguir a sua independência económica, essa era a situação das possessões continentais, tal como a das Guianas, e de muitas ilhas no Mar das Caraíbas, incluindo: Cuba, Trinidad, Curaçao, etc.; todas agrupadas sob o genérico inglês «West Indies» mas fragmentadas, na realidade, devido às lutas entre as potências coloniais. Para a Venezuela, a história político-económica destes territórios reveste-se de importância posto que pela proximidade fronteiriça foram burlados muitos monopólios, posições neutras e garantido um mínimo de serviços à marinha mercante¹¹⁵.

O outro imperialismo - o colonialismo moderno, nas palavras de Jean Batou- seguia os ditames das necessidades do capital com um domínio informal através das mudanças económicas e culturais¹¹⁶. Neste sentido, era uma forma flexível, capaz investir nas colónias quando esse investimento era importante para garantir o domínio político-económico, como

¹¹³ Serrão (1977-86) Vol. X, p.278.

¹¹⁴ Neste período, a *figura* na Venezuela é António Guzmán Blanco, três vezes presidente da república. Cf.: González Deluca, María Elena (2001), *Negocios y política en tiempos de Guzmán Blanco*. Caracas, CDCH-UCV. O rei D. Carlos, Marquês de Soveral, Afonso Costa, etc., são *figuras de exceção*. Telo (1993), p.15.

¹¹⁵ Boersner, Demetrio (1978), *Venezuela y el Caribe: Presencia cambiante*. Caracas, Monte Ávila Editores, p.107. Bansart, Andrés (Comp.) (1989), «Prólogo. Identidad cultural y desarrollo», in: *El Caribe: Identidad cultural y Desarrollo*. Caracas, Equinoccio-USB, pp.11-22, p21.

¹¹⁶ Batou (1991), pp.XII-XIII.

demonstrou o fluxo financeiro da Inglaterra para a América Latina no final de 1880: 69% do total de quase £ 180.000.000 investidos foi colocado em títulos do governo quando o princípio básico do capitalismo britânico estabelece a rejeição da intervenção do Estado em matéria económica. Neste caso, no entanto, favorecia a participação ativa do Estado na criação das condições necessárias para uma eficiente operação económica¹¹⁷.

Além disso, este período foi caracterizado pelo nacionalismo acentuado que motivara a concorrência entre as nações europeias mais industrializadas, em particular, porque elas procuravam garantir mercados para os seus produtos em todos os continentes. No caso da América, Portugal manteve-se na periferia desse jogo de interesses por ter perdido a que fora uma colónia próspera, e porque a política económica portuguesa passou a focar o seu melhor esforço em recuperar e incentivar o comércio dos seus territórios na África, onde os interesses dos seus vizinhos europeus foram decisivos nas prioridades de defesa da soberania que tinha fixado Lisboa.

O cariz nacionalista deste período está ligado com as ambições dos regimes centralistas, que com forte academicismo militar, desenvolveram uma política económica garante do Estado e articulada através das relações diplomáticas. Esta é a trípole do Estado moderno: Exército - Administração Central - Individualização da soberania nacional, que apoiaram os países que surgiram a partir do século XIX, como a Alemanha e Itália, dirigidos por homens como Otto von Bismarck e Vittorio Emanuele II, reciprocamente.

Neste clima, surgem algumas contradições do paradigma liberal, oscilante entre o livre comércio apregoado e o protecionismo praticado, entre o respeito pela soberania e pela amizade, consagrados nos tratados, e as estratégias diplomáticas e militares persuasivas do imperialismo exercido direta ou indiretamente. Este é um resumo da controvérsia que acompanha o processo de transformação interna do país e questiona - transgredindo-as a autonomia nacional e as políticas económicas. Este é o caso dos países na periferia da Europa que, desde meados do século XIX, alcançaram a sua independência, mas esta *não foi acompanhada por uma plena autonomia em termos de política económica*¹¹⁸.

Concentre-se a questão na relação Portugal - Venezuela, e nota-se que ambos foram submetidos a estas forças resultantes dos interesses das grandes potências europeias. A defesa do espaço colonial custou a Portugal um grande esforço diplomático e interrompeu o

¹¹⁷ González Deluca (1980), p.98.

¹¹⁸ Lains (1995), p.19.

financiamento para o desenvolvimento económico dos seus territórios, incluindo em especial os africanos, onde Lisboa, além da penetração armada, tentou a ocupação dos territórios, nomeadamente através do caminho-de-ferro como uma arma geoestratégica de ocupação e um aval para o fornecimento de produtos como o cacau, borracha, café, tabaco, etc.¹¹⁹

Estes planos de alto interesse nacional para Portugal não poderiam ser contestados, como Inglaterra tinha já feito no início do século XIX ao impor *in situ* comissões mistas contra o comércio de escravos, no Brasil e em África¹²⁰. É certo que as Comissões mistas tiveram poder para produzir efeitos no sistema escravista de produção, mas era um sistema que uma parte da sociedade americana mantinha em oposição à corrente liberal e igualitária. Esta oposição desencadeou uma reação por parte da classe proprietária que tentou adiar a transformação da produção agrícola pelo sistema de emprego, porque tal transformação acabava com a mão-de-obra escrava e fomentava a implementação dos contratos de obreiros e dos planos de imigração¹²¹.

Entretanto, a «Partilha da África» foi discutida na Conferência Internacional de Berlim (1884-1885), convocada por Bismarck, acabando por dar precedência ao princípio da "ocupação efetiva" e preterir a "ocupação histórica" o que significou para Portugal uma perda de controlo territorial. Logo em 1886, a imagem do «mapa cor-de-rosa», um território sob controlo português atravessando a África Central de costa a costa, foi considerado um projeto provocador contra os desejos coloniais das potências europeias, incluindo a aliada Inglaterra que, em 1890, dissolveu todas as dúvidas sobre o seu poderio político e militar com um determinante «Ultimato». Durante toda esta agitação, a diplomacia portuguesa orientou-se para *os grandes centros de decisão europeia, que residiam em Londres, Paris e Berlim. Os contactos a estabelecer ao nível das chancelarias seriam o aval para o esforço militar e para a política de fomento que se entendia prosseguir nas possessões ultramarinas*¹²².

A diplomacia latino-americana, a venezuelana e a brasileira em particular, seguiram o processo da Conferência Internacional de Berlim porque a «Partilha da África» não deixava de lhes interessar. O expediente africano apresentava interesse não só pela

¹¹⁹ Halpern Pereira (1971), pp.309-313.

¹²⁰ Cf.: Alexandre, Valentim (1991), «Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851)», in: *Análise Social*. Vol. XXVI (2º S.), Nº 111, pp.293-333. Alexandre expõe neste trabalho o conflito da *aceitação da jurisdição das comissões mistas*, p.313.

¹²¹ Donghi (2002), pp.17, 28, 52.

¹²² Mendes (1980), p.36. Serrão (1977-86) Vol. X, p.275.

concorrência dos produtos tropicais, mas também pela importância das questões das fronteiras e direitos da navegação fluvial, assuntos ainda não resolvidos com a Grã-Bretanha na Guayana e na Amazônia, e cujos mediadores foram os Estados Unidos e a Itália.

C. Período desde 1914 - final da II Guerra Mundial

Um intervalo de desaceleração do crescimento económico e de reajustes políticos teve lugar no período de trinta anos que vai desde o início da I Guerra mundial até o fim da II Guerra mundial; foi um período com repercussões de toda ordem não só a nível dos espaços geopolíticos nacionais e coloniais, mas também no relacionamento entre regiões intra- e intercontinentais¹²³. No que à relação América - Europa diz respeito, as alterações de ordem macroeconómica e política foram acompanhadas de uma re-estruturação do comércio.

Entre as alterações económicas deve-se assinalar a Crise de 1929 como a mais significativa pelas suas consequências inflacionárias, dificuldades da bolsa e medidas protecionistas, que afetaram a pujança dos fluxos comerciais e financeiros. Entre as transformações políticas sobressai a emergência de um novo sistema multilateral de solução de conflitos - a Sociedade de Nações - somando-se à diminuição e inclusive à substituição da influência europeia sobre América pelos Estados Unidos bem como a crescente divisão político-ideológica do mundo. No meio da crise económica e política, produziu-se uma considerável contração demográfica, o mesmo aconteceu em termos de população deslocada, e a capacidade dos países de seguir políticas nacionais de industrialização, independentes da situação internacional, ficou continuamente condicionada¹²⁴. Sem dúvida, a evolução dos acontecimentos afetou de sobremaneira as potências participantes diretamente nas conflagrações e às mais envolvidas no domínio da economia mundial. Não obstante as urgências sofridas por estas, os efeitos expandiram-se para os seus aliados políticos e parceiros comerciais numa onda de problemas similares projetados a escala da dimensão nacional.

¹²³ No resumo das características do período entre 1914 e 1945, Jean Batou associa o facto económico às atividades políticas e indica que durante este período os países desenvolvidos conheceram 16 anos de guerra marcados pelos transtornos socioeconómicos que afetaram o crescimento económico. Batou, Jean (Edit.) (1991), *Entre développement et sous-développement: 1800-1870*. CIEH, Univ. of Geneva, Droz, p.XXII.

¹²⁴ Corral e Blanco (2011), pp.42-46. González Deluca (1980), p.99. Donghi (2002), p.99. Mateus (2001), p.18. Jean Batou apresenta o vínculo entre o Estado e a industrialização numa relação que começa em 1800 e é exemplificado numa tipologia das experiências de industrialização na periferia não europeia, dependendo da estabilidade e das raízes sociais do poder político. Por sua vez, Henryk Szlajfer, analisa a autonomia da política em função das limitações que impõe a estrutura socioeconómica em regiões como Europa de Leste e América Latina. Batou (1991), p.XV. Szlajfer, Henryk (1990), «Economic Nationalism of the Peripheries as a Research Problem», in: Szlajfer, Henryk (Ed.) (1990), *Economic Nationalism in East-Central Europe and South America. 1918-1939*. CIEH, Univ. of Geneva, Droz, pp.55-132.

Portugal sentiu forte o embate destas ondas expansivas devido principalmente à sua proximidade geográfica ao centro dos conflitos, aos laços de amizade com a Inglaterra, ao vínculo económico com a Alemanha e ao seu complicado processo endógeno desde inícios do século XX. O aglutinamento destes fatores teve como consequência a grande instabilidade política e económica durante todo o período. Foi um momento de desaceleração, em particular depois de se ter experimentado, a nível interno, um longo processo de industrialização, de crescimento regular, durante as seis décadas anteriores, regularidade que não foi acompanhada, de forma complementar, pelo setor agrícola. Enquanto, no plano externo, o país tinha visto o crescente desempenho de sua diplomacia na consecução de acordos bilaterais para fomentar o seu comércio internacional e contribuir para aliviar os condicionalismos demográfico e socioeconómico¹²⁵.

A distância mal salvaguardou América Latina de experimentar confrontos bélicos do teor dos que aconteciam em Europa. Após superadas as escaramuças militares significativas, que tiveram lugar nesta época, a região latino-americana vivia num litígio doutrinário, que questionava a soberania nacional, à volta das relações financeiras estabelecidas com a Europa e, sobretudo, do papel de Estados Unidos como vizinho poderoso. Segundo o historiador Halperin Donghi, foi uma luta que se deu *sobre una Latinoamérica que ha agregado a su dependencia mercantil una cada vez más estricta dependencia financiera*¹²⁶. Pelo teor económico da discussão, a crise de 1929-1930 agravou as dificuldades da bolsa de que sofriam já muitos países da América e não só, ao tempo em que se intensificaram algumas medidas protecionistas e de industrialização substitutiva para atenuar o problema orçamental sem lhe dar uma solução efetiva¹²⁷.

A conjuntura gerou maior instabilidade na região latino-americana; instabilidade que se refletiu em mudanças de governo e em tendências sociopolíticas nem sempre coincidentes. Com a inconstância, surgiu a tensão entre governos e tendências a volta de medidas revolucionárias ou de reformas substanciais, consideradas necessárias para sair do atraso económico e social. As incongruências entre ideologia de governo e ideologia de grupos existentes na sociedade civil, somadas à difícil situação internacional, dificultaram o entendimento diplomático que se procurava em torno da União Pan-americana. Este foi, no

¹²⁵ Lains (1995), pp.155-157. Halpern Pereira (1971), pp.352, 355-357. Rodrigues (2012), pp.143-147. Ramos (2009), Vol.7 p.31. Serrão (1982), pp.150-153.

¹²⁶ Dongui (1998), pp.282, 288-289.

¹²⁷ Alguns países independentes, tanto Europa meridional e oriental, como a América Latina e o Oriente Médio, verificam um nível de desenvolvimento comparável, com políticas económicas similares, caracterizadas pela substituição de importação e um forte protecionismo. Batou (1991), p.XXII.

entanto, um período de mudanças importantes que condicionaram a resposta da América Latina à depressão económica mundial. De modo preciso, na região surgiram duas posturas ideológicas. Por um lado, encontram-se as reflexões em torno da identidade e as críticas à integração dos Estados latino-americanos na economia mundial, aspeto reforçado pela matriz de opinião contra o *desarrollo hacia afuera*; e, por outro lado, surgiram apreensões relativas à direção das políticas internas por parte de uma gerência empresarial e de interesses estrangeiros, baseados no capital estrangeiro, aspeto visto como atentatório contra a soberania¹²⁸.

O facto é que, após 1914, os grandes grupos industriais, com sede em países como Estados Unidos, Alemanha, França, Holanda e Inglaterra, entre outros, foram ganhando espaço no panorama internacional e a presença destes foi cada vez mais evidente não só pelos interesses na mineração e na agricultura de exportação, mas até também nos serviços. Esta presença somou-se à vulnerabilidade das economias latino-americanas, comprovada nos efeitos nocivos de acontecimentos económicos frustrados de épocas anteriores, o que *reinforced the criticism of the imperialism of free trade* e, com a sua dispersão, os nacionalismos económicos¹²⁹.

As circunstâncias vividas na Europa e na América fizeram do Atlântico um palco geoestratégico. Nele se arbitrou uma parte importante das oscilações políticas e ideológicas entre os dois continentes, oscilações revertidas nos confrontos que tiveram lugar em cada uma das guerras e no frágil equilíbrio do sistema internacional. Enquanto duraram, os conflitos mundiais afetaram a navegação e, por isso, tanto o fluxo comercial quanto o fluxo migratório, sofreram variações próprias destes momentos de incerteza. O comércio entre os dois continentes adquiriu o carácter próprio das economias de guerra e a recruta de homens desviou para a frente militar a corrente povoadora que América vinha experimentando desde o século XIX. No caso de Portugal, este desvio significou atender à defesa das suas alianças europeias e, principalmente, à salvaguarda das suas colónias africanas.

Outro aspeto que teve grande interesse durante todo o período foi o avanço técnico motivado pelo armamentismo e a sua importância na execução de políticas persuasivas e

¹²⁸ Donghi (2002), pp.99-100. Westphalen, Jürgen (1971), *América Latina y Europa. Problemas de actualidad*. Hamburgo, Übersee Verlag, p.20; Mar, José Matos (2002), «Los dos rostros culturales de América Latina. Identidad, Integración, Desarrollo y Globalización», in: Garretón, Manuel Antonio (Coord.) (2002), *América Latina: un espacio cultural en el mundo globalizado*. Bogotá, Convenio Andrés Bello, pp.97-119, p109; Cavarozzi, Marcelo (2002), «El Modelo latinoamericano: su crisis y la génesis de un espacio continental», in: Garretón (2002), pp.120-139, p122, 124.

¹²⁹ Conde, Roberto Cortés y Stanley J. Stein (Edit) (1977), *Latin America. A Guide to Economic history. 1830-1930*. Los Angeles, Univ. of California, p.4.

como prova do Poder nacional. Contudo a linha geral de incerteza do período, a etapa de entre guerras entre 1918 e 1940 estimulou o restabelecimento das condições económicas existentes no mundo atlântico antes de 1914; no entanto, o sobressalto da crise em meados desta etapa foi o alerta definitivo que indicou a variação de sentido dos fluxos financeiros.

O fluxo comercial da América Latina experimentou, desde a I Guerra Mundial, não só algumas mudanças na estrutura e composição das transações, mas também advertiu a consolidação de padrões de investimento na produção agrícola e mineira, modelos orientados para o mercado externo. Estas mudanças não representavam um crescimento da participação das economias latino-americanas nas exportações mundiais, proporcional ao das economias com um grau de evolução similar, pois ainda que o setor agrícola e o mineiro tivessem aumentado fizeram-no muito lentamente¹³⁰. Da mesma maneira, foi significativa a modalidade dos novos investimentos depois de efetuar-se a substituição de uma hegemonia por outra. A Grã-Bretanha foi substituída pelos Estados Unidos no papel de principal parceiro investidor comercial da América Latina, dando início a uma etapa de maturidade do neocolonialismo onde predominavam os enormes orçamentos das empresas internacionais¹³¹.

Em relação ao crescimento económico, o período entre a I Guerra Mundial e a Crise económica de 1929 estimulou as forças que, favoráveis a uma mudança no mecanismo de crescimento induzido pelas exportações, se estavam a manifestar desde começos do século XX e que se acentuaram na década de 1910. De facto, a importância dos Estados Unidos como parceiro *en el comercio y las inversiones aumentaba rápidamente desde comienzos de siglo; en 1913, México, todas las repúblicas de América Central y el Caribe hispánico, Venezuela, Colombia, Ecuador y Perú ya importaban más de los Estados Unidos que del Reino Unido*¹³².

No dizer de Joaquim Costa Leite, o período 1913-1950 torna-se menos significativo para o estudo do crescimento económico, devido às convulsões políticas e económicas. Num plano geral, com a alteração da ordem internacional, as tentativas efetuadas para recuperar o sistema das trocas internacionais existente antes da I Guerra Mundial surtiram

¹³⁰ Considerando só Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Perú e Venezuela, os valores da exportação amostram que América Latina representava em 1870 o 5,86% do valor das exportações mundiais a preços constantes (milhões de Dólares de 1990); em 1913, quando se supõe que o valor seria o duplo, é de 5,78%; em 1929, ascende para 8,49%. Carmagnani, Marcello, Alicia Hernández Chávez e Ruggiero Romano (Coord.) (1999), *Para una historia de América*. México, Colegio de México - Fondo de Cultura Económica, Vol. I, p.279.

¹³¹ Donghi (2002), p.99. Donghi (1998), pp.313-317.

¹³² Donghi (2002), pp.99-100.

efeito só a partir do final da II Guerra. Mas, certamente, existiram diferenças entre curtas etapas e o período todo. Com as convulsões do período viu-se também afetado o ritmo do crescimento económico de Portugal. A partir de 1913, o país começou a reduzir o terreno que tinha perdido por comparação com as economias mais avançadas o que significou uma realização de grande importância. Mais tarde, apesar do esforço, não surpreende que *o crescimento verificado em 1923-38 ficasse aquém do que seria de esperar dos investimentos realizados*¹³³.

A alteração da ordem internacional transtornou também a rede comercial inglesa pela qual transitavam muitas mercadorias de Portugal, algumas delas de origem colonial. Na realidade, era de esperar o transtorno pela justa causa duma crescente concorrência aos produtos britânicos e aos seus mercados de fornecimentos, à medida que as potências rivais aumentassem a sua industrialização. A guerra só apressou a confrontação de interesses pelo mercado português¹³⁴.

No entanto, Portugal respeitou a aliança com Grã-Bretanha e combinou igualmente acordos com Estados Unidos, como uma providência da ascensão deste último país à hegemonia mundial, substituindo o primeiro. Neste contexto, ocorreu a participação na I Guerra Mundial ao lado dos Aliados e o uso militar das Açores mas, no plano económico que interessa aqui sobretudo, sobrevieram as negociações com os Estados Unidos sobre *abastecimentos portugueses em bens alimentares, matérias-primas, industriais e combustíveis*¹³⁵.

A substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos afetou também o comércio indireto da América Latina que era efetuado através do transporte e dos portos britânicos. Entretanto, Grã-Bretanha deixou de representar o papel de re-exportadora de bens americanos para outras economias e, enquanto se adaptava à clientela e a concorrência que ofereciam os estado-unidenses, *es válido considerar que la modesta tasa de crecimiento de la exportación y la participación en el comercio internacional de las economías*

¹³³ Leite J. Costa (2006), «Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973», in: *DEGEL Working papers*. Univ. de Aveiro, E/Nº 38/2006, pp.4-7.

¹³⁴ As relações económicas com os germanos contaram com um sentimento favorável que elevou o valor das importações de produtos alemães em 1914 (16.500 contos) em comparação com o valor das Britânicas (25.400 contos). Serrão (1977-86), Vol. XII, pp.271-272.

¹³⁵ Leite (2006), p.13. Após as disputas coloniais, e em particular do *Ultimatum* de 1890, *Still, the alliance was strong enough for Portugal to enter World War I in 1917 on the side of the allies*. Elbl (2006), Ivana, «Portugal, Brazil, and the Atlantic World» in: Francis, John Michael (Ed.) (2006), *Iberia and the Americas: culture, politics, and history: a multidisciplinary encyclopedia*. Santa Barbara, ABC-Clio, pp.29-40, p.31.

*latinoamericanas provocaran su limitada expansión*¹³⁶. Esta limitação não foi devida só aos condicionalismos internos, foi também devida à concorrência entre os países economicamente mais desenvolvidos. A experiência exportadora venezuelana registou as dificuldades atravessadas no tempo da I Guerra Mundial pelos alemães, principais comerciantes e distribuidores internacionais do café crioulo, um produto que tinha colocado a Venezuela entre os primeiros países exportadores, juntamente com a Colômbia e o Brasil¹³⁷.

Diferentemente dos investimentos estrangeiros em países subdesenvolvidos focalizados no fomento do comércio dos países industriais, que era um aspeto do desenvolvimento para fora baseado nas exportações, os novos investimentos na América Latina tendiam para o monopólio ou para o oligopólio. Estes eram controlados por empresas poderosas capazes de transformar e de controlar espaços geohistóricos que, usualmente, estavam destinados a culturas para um consumo local ou para a venda internacional de alguns excedentes. A ideia era explorar ao máximo os espaços subaproveitados, acabar com os *arcaísmos paisajísticos* que fala o geógrafo Pedro Cunill Grau¹³⁸. A transformação foi possível mediante a intensificação da produção para a exportação, aumentando o carácter monoexportador e, portanto, o carácter de dependência de alguns Estados.

Um exemplo deste processo é o caso da região económica Centro-americana. A partir de 1914, a região fragmentou-se como nunca antes na sua história. A paisagem expunha os quarteirões de culturas, que correspondiam ao modelo da chamada economia de enclave, localizadas perto da costa, conectadas por caminhos-de-ferro e navios pertencentes às grandes companhias. As empresas uniam deste modo áreas de produção através dos portos, caribenhos em muitos casos, com os mercados de consumo. O sistema de transporte e as instalações portuárias estavam ainda assim condicionados à sua função; daí que as aplicações técnicas na exploração intensiva obedecessem basicamente, por um lado, à necessidade de transportar e de entregar com prontidão a banana por ser uma fruta de rápida

¹³⁶ Carmagnani, Chavez e Romano (1999), Vol. I, p.282. Estes autores destacam que, *entre el último tercio del siglo pasado [XIX] y la primera mitad del presente [siglo XX], las tasas de crecimiento de las áreas americanas centro-meridionales son superiores a las mundiales e incluso a las de Europa occidental. Ibidem*, p.268.

¹³⁷ Donghi (1998), pp.300-303. Cf.: Ardao, Alicia (1984), *El café y las ciudades en los Andes venezolanos (1870-1930)*. Caracas, ANH; Walter (1985).

¹³⁸ Cunill Grau, Pedro (1995), *Las transformaciones del espacio geohistórico latinoamericano, 1930-1990*. México, Fondo de Cultura Económica, pp.65-93.

maturação e, por outro, de armazenar e processar grandes quantidades de café, que precisava de secagem e de torrefação antes de ser lançado ao mercado¹³⁹.

O aumento e a consolidação das corporações também foram evidentes em Portugal sob o selo orientador do Estado. O país viu na primeira legislação de condicionamento industrial de 1931, um regulamento regulador do investimento estrangeiro, da criação de empresas e da concorrência. Uma segunda lei homónima, em 1937, tinha como objetivo tornar o Estado mais benévolo com o setor da importação, com as indústrias comprometidas na introdução de matérias-primas, manufaturas e maquinarias, consideradas debaixo de um regime excecional. Igualmente foi benévolo com o setor do comércio exterior, com as firmas exportadoras e as pequenas empresas, dado que se queria evitar o seu desaparecimento. Este segundo regulamento corrigiu assim o caráter intervencionista da primeira, em parte¹⁴⁰.

Uma das empresas que mais cresceu e se diversificou foi a firma nacional Companhia União Fabril (CUF), fundada por Alfredo da Silva na década de 1870. O peso económico e político que adquiriu a CUF a partir do período de entre guerras está ligado com as relações dos seus dirigentes com o governo instalado em 1926 e com as oportunidades que essas relações abriram ao grupo, conjuntamente com a conjuntura internacional do período. Estas condições foram aproveitadas para a instalação da Sociedade de Perfumaria e Produtos Químicos (1937), a Companhia Portuguesa do Cobre (1943) e a Empresa do Cobre de Angola (1944), entre outras empresas do grupo, vinculadas ao investimento no processo de materiais para as novas tecnologias, serviços e comunicações¹⁴¹.

A América Latina também foi atingida por este tipo de investimentos mas com as exceções próprias da sua economia regional. Da mesma forma que as aplicações técnicas no tratamento dos produtos agrícolas de grande procura, as aplicações fomentadas por investimento estrangeiro, como era então o caso do café e da banana, produziram

¹³⁹ Brignoli, Héctor Pérez (1999), «Transformaciones del espacio centroamericano», in: Carmagnani, Chávez e Romano (1999), pp.55-93, p88, 90. A *United Fruit Company* (UFC) é um exemplo eloquente: o grupo, fundado na década de 1870 como uma companhia transportadora de bananas por via da Jamaica e Boston, converteu-se, no século XX, num grupo investidor e latifundista no cultivo de banana para a exportação, com uma grande influência na vida política e económica das nações onde operava. Nudelman, Ricardo (2001), *Diccionario de política latinoamericana del siglo XX*. México, Océano, p.326. Donghi (1998), p.309.

¹⁴⁰ A lei de 1937 possibilitou a concessão de monopólios legais até 10 anos na instalação de novas indústrias e sujeitava a autorização o investimento direto estrangeiro. Mateus (2001), pp.56-58.

¹⁴¹ Cf.: Leite, Agostinho, Fernando Sobral, Elisabete de Sá e Eduardo Catroga (Eds.) (2008), *Alfredo da Silva, a CUF e o Barreiro: um século de revolução industrial em Portugal. Um país, dois sistemas*. Lisboa, Bnomic. Serrão (1977-86), Vol.X, p.266.

transformações importantes no comércio de outros produtos latino-americanos, em particular os mineiros. Em alguns casos, as mudanças refletiam-se na recuperação de atividades em decadência; esta decadência ficou exposta após a queda das exportações devida, em parte, à falta de atualização técnica ante a transformação dos mercados, como aconteceu com o salitre sul-americano.

O caso do Chile, apresentado pelo geógrafo Cunill Grau, revela estas características. Com um sistema combinado de transporte do minério similar ao da banana centro-americana, a exploração do salitre chileno sofria de elevado custo produtivo devido ao volume do pessoal e ao sistema *shank* empregados. Nestas condições o nitrato chileno não podia competir em preços contra o sulfato de amónio sintético que iniciou uma grande expansão depois da I Guerra Mundial. Na década de 1920, as tradicionais oficinas salitreiras chegaram a uma situação de colapso quando o sistema de exploração foi racionalizado pela *Anglo - Chilean Consolidated Nitrate Corporation* na qual predominava o capital estadunidense¹⁴².

No caso do petróleo venezuelano sucedeu o contrário: foi uma indústria feita de raiz. Na altura do colapso chileno, a extração, refinação e comercialização do petróleo e seus derivados, em grande escala, eram uma indústria inovadora para a Venezuela e a novidade exigia a construção de refinarias com as mais modernas intervenções tecnológicas. Os rendimentos petrolíferos, em plena valorização político estratégica devido à conjuntura técnico-militar, favoreceram o ingresso de divisas e permitiram à economia venezuelana ultrapassar a Crise de 1929. A indústria petrolífera cooperou, ao mesmo tempo, na transformação do parque de transportes venezuelanos mediante importações de veículos estadunidenses, uma mudança que se estendeu rapidamente e marcou *el fin de la era del ferrocarril* na América Latina. Segundo Donghi, este final significava a perda para Inglaterra de um instrumento de dominação mercantil e financeira, muito valioso¹⁴³.

A região Latino-americana sofreu igualmente os efeitos da conjuntura internacional não só nas infraestruturas de transporte dos produtos já em comercialização, mas também teve uma evidente dinamização da exploração de recursos mineiros e um aumento do comércio de produtos orientados para dar resposta às novas necessidades técnicas como a cablagem elétrica ou a indústria de envases para conservas alimentícias. Durante o período de entre guerras, capitais forâneos e locais, impulsionados pela procura nos países industrializados, consolidaram explorações de cobre, estanho, ferro, zinco, alumínio, ouro e

¹⁴² Cunill Grau (1995), pp.68-70.

¹⁴³ Donghi (1998), pp.292-293.

outros metais. Alguns países dedicaram-se à exploração destes minerais para a exportação de maneira intensiva que, como no caso da Bolívia, terminaram na maior parte dos casos por se converter em países monoprodutores, *de economia muy vulnerable y dependiente*¹⁴⁴.

Portugal, por sua vez, também viu consolidar-se a exploração de minerais de alta procura em aplicações técnicas; o país experimentou inclusive a exportação de minerais de uso estratégico militar como o volfrâmio ou tungsténio. Os rendimentos que deram, em especial o volfrâmio, tornaram favorável a balança comercial portuguesa já ao final do período. Ainda que se trate de um facto *episódico* na história económica portuguesa, nos anos entre 1941 e 1943, os rendimentos constituíram uma exceção em quanto aos excedentes comerciais externos, um privilégio que foi garantido aliás por uma posição política internacional pois *os elevados preços das exportações de volfrâmio e de outras matérias-primas possibilitaram que Portugal tirasse partido, neste particular, da neutralidade*¹⁴⁵. Assim como aconteceu com os países mineiros latino-americanos, a *corrida ao volfrâmio* durante a II Guerra Mundial injetou nova energia nas relações de Portugal com os países industrializados; de facto, em Portugal *assistiu-se (...) à assunção de um lugar de destaque nas relações externas do Estado Novo com o Reino Unido e os EUA, a Alemanha e a Itália, a Espanha e a Suíça*¹⁴⁶.

Enquanto Lisboa era cativada por este relançamento, a América Latina assumiu uma posição mais crítica em relação ao comércio com as grandes potências. Segundo Romano e Carmagnani, o lento crescimento das exportações, o estado e aproveitamento das infra-estruturas junto com uma produção executada segundo as novas exigências e procura dos mercados, conduzem à conclusão da *escasa capacidad de las economías latinoamericanas de aprovechar plenamente las favorables condiciones internacionales*¹⁴⁷. Segundo estes dois autores, parte da causa desta limitação era a assimetria das economias latino-americanas relativamente às economias industrializadas da época. No entanto, a causa

¹⁴⁴ Cunill Grau (1995), pp.71-75

¹⁴⁵ Pedro Lains demonstra o episódico dos excedentes comerciais externos em Portugal no seu Quadro 4.3 «Exportações, importações e balança comercial (Valores correntes em contos)». Lains (1995), p.124. Afonso e Aguiar referem este quadro de Lains e outras estatísticas históricas do INE, na análise da exportação de volfrâmio. Afonso, Óscar e Álvaro Aguiar (2004), «Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX», in: *CEMPRE, Working Papers*. Univ. do Porto, Faculdade de Economia, Nº 146, Maio 2004 (Consulta: 20-07-2012 -www.fep.up.pt). Afonso e Aguiar (2004), p.8.

¹⁴⁶ Nunes, João Paulo Avelãs (2010), *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947) Actividade mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*. Imprensa da Univ. de Coimbra, pp.15-17. Nunes refere continuamente o papel da América Latina no mercado dos minerais.

¹⁴⁷ Carmagnani, Chavez e Romano (1999), Vol. I, pp.280

maior tinha que ver com o facto de *no haberse valorado cabalmente el papel estratégico de la segunda revolución industrial para las economías primarias*. Junto a esta omissão, verifica-se outro elemento ainda mais nocivo das políticas económicas: a implementação de programas de fomento que dificultavam, por um lado, a continuidade da exploração e do comércio de produtos tradicionais e, por outro lado, a correspondência entre este comércio e o de novos produtos¹⁴⁸.

Políticas económicas mais conformes com os tempos impulsionaram uma variação mais efetiva no desempenho das economias latino-americanas a partir da crise económica de 1929. Para esse tempo, constata-se uma nova estratégia baseada na substituição de importações de bens industriais de consumo em combinação com um crescimento do setor exportador. A ideia era incrementar o processo de industrialização e reduzir a exportação, o setor líder das economias latino-americanas, que distorcia e obstruía o desenvolvimento económico. Determinações deste estilo fizeram dos anos da *Grande Depresión* o momento de acabar com o modelo de crescimento baseado na exportação e de aplicar o paradigma do desenvolvimento virado para dentro do país¹⁴⁹.

Este modelo retomava as tentativas de construir uma indústria independente, sustentada por medidas protecionistas e políticas governamentais de fomento industrial que pudessem garantir a substituição de importações. Desde o fim da I Guerra Mundial, afiançou-se o intervencionismo do Estado que serviu para conter a saída de capitais e minimizar o déficit das balanças de pagamento. Sob o comando duns dirigentes governamentais, compelidos pela ausência de financiamentos externos, os Estados latino-

¹⁴⁸ *Los productores latinoamericanos de bienes primarios pudieron y debieron haber dado el paso de la exportación en bruto al de bienes semielaborados (...) que tienen mayor contenido de capital físico*. Além disso, as novas exportações (cobre, zinco, estanho, bananas, carne congelada) provocaram a redução das exportações tradicionais. Se creó *el ciclo negativo de frenar la producción en unas áreas para destinar esfuerzos a nuevos sectores, en lugar de dinamizar conjuntamente viejas y nuevas producciones*. Carmagnani, Chavez e Romano (1999), Vol. I, pp.280-281.

¹⁴⁹ Carmagnani, Chavez e Romano (1999), Vol. I, pp.282-283, 278. Bernecker, Walther L. (1992), «Das Verhältnis Europa-Lateinamerika im 19. Jahrhundert. Handelsoffensiven und Wirtschaftsinteressen», in: Elvert, Jürgen e Michael Salewski (Edit.) (1992), *Staatenbildung in Übersee: Die Staatenwelt Lateinamerikas und Asiens*. Stuttgart, Franz Steiner Verlag, pp.21-46, p33. Segundo Donghi, a crise de 1930 impus a América Latina *un brusco anticlímax a medio siglo de expansión* [relacionado] *con el avance de la división internacional del trabajo en cuanto a producción de alimentos*; Donghi (1998), p.300. Uma manifestação similar acontece a nível mundial; a dizer de Eric J. Hobsbawm, as guerras dirimiram os inconvenientes gerados pela concorrência económica em prol da expansão dos mercados. Hobsbawm divide em dois a etapa de entre guerras fixando o ponto de corte na crise económica; assim, na primeira fase, que corre desde 1919, as relações entre as potências europeias melhoraram consideravelmente. Na segunda fase, a partir de 1929, a nova crise económica gerou conflitos e foi-se entrando num novo conflito bélico. Hobsbawm, Eric J. (2009), *Historia del siglo XX*. Barcelona, Crítica, pp.37-38.

americanos começaram assim seus "Avances en un mundo en tormenta", como o historiador Halperin Donghi descreve o período que vai desde 1930 a 1945¹⁵⁰.

Na Venezuela, a tormenta foi uma ventania levantada em torno das primeiras concessões petrolíferas e, depois, à volta da discussão para obter uma quota de participação do governo cada vez maior no negócio petrolífero. Durante a sua ditadura, entre 1908 e 1935, Juan Vicente Gómez assumiu-se como defensor de um comércio de exportação de petróleo e de importação de bens de consumo, um comércio favorável aos interesses estrangeiros mas com a condição de que estes interesses sustentassem sempre o lema da sua política interna -*Paz, Unión y Trabajo*- e as finanças do Estado, tendência que alguns de seus sucessores políticos no governo manterão, por algum tempo, com leves modificações¹⁵¹.

Portugal, por sua vez, na sequência dos acontecimentos políticos internos, proclamou a mudança do modelo político alguns anos mais cedo do que a América Latina e antes que irrompesse a Crise mundial de 1929. De facto, os acontecimentos do 28 de Maio de 1926 trouxeram consigo a proclamação de uma revolução nacionalista, uma economia fechada, austeridade e forte controlo das finanças e os primeiros Planos de Fomento que proclamaram, por sua vez, a substituição de importações e o condicionamento industrial¹⁵². O ano de 1926 significa para Portugal o marco temporal entre as duas primeiras fases do seu crescimento económico na primeira metade do século XX; a primeira, entre 1910 e 1926, é um período de instabilidade económica, política e social, com repercussões na política externa; a segunda, entre 1926 e 1950, caracteriza-se por aspetos opostos à primeira fase, isto é, a relativa estabilização da política e relançamento da economia, a neutralidade relativamente à II Guerra mundial e uma renovada visão das relações internacionais¹⁵³.

O instrumento que, não obstante, marca a aplicação de um protecionismo exacerbado que afetou o comércio português é a Lei de Reconstituição Económica, de 1935. Esta lei incorporou medidas protecionistas que estavam já em prática a nível

¹⁵⁰ Carmagnani, Chavez e Romano (1999), Vol. I, pp.254-255. Donghi (1998), pp.361-431.

¹⁵¹ « Gómez, Juan Vicente », in: *DHV-FP*. Donghi (1998), pp.313, 348-349, 424.425.

¹⁵² Constatação feita por João Afonso a partir da leitura de diversos trabalhos sobre a economia portuguesa indicados na Cita 60 in: Afonso, Óscar João Atanázio (1999), *Contributo do Comércio Externo para o crescimento económico português, 1960-1993*. Lisboa, Conselho Económico e Social, p.52.

¹⁵³ Segundo Mateus, «As quatro fases do crescimento português» para o período 1910-1998, compreende também a Fase III (1950-73), *a época de ouro do crescimento português*; e a Fase IV (1973-97), marcadas pelo *abradamento do crescimento*. No seu estudo, Mateus divide em duas a Fase III (1913-1950), da tabela de cinco fases do crescimento mundial, postulada por Maddison, para analisar o caso português neste *período muito conturbado, marcado por duas guerras mundiais, pela hiperinflação e grande depressão, pelo proteccionismo e pela derrocada do sistema financeiro internacional*. Mateus (2001), pp.21-22.

internacional. Entre estas medidas figuram as barreiras aduaneiras instituídas por outros países, tanto industrializados como menos desenvolvidos economicamente. A aspiração da classe política portuguesa era aplicar estas medidas no âmbito nacional para alcançar a autarquia económica. Assim, a partir de 1936, o Estado dirigista organizou o corporativismo económico, ao mesmo tempo que os mercados passaram a ser disciplinados por institutos e organismos orientados para setores produtivos específicos e considerados importantes: vinho, azeite, cortiça, conservas de peixe, farinha e pão; inclusive estendeu a *organização corporativa a quase todo o comércio externo*¹⁵⁴.

Os fluxos financeiros durante o período foram igualmente perturbados pelo conjunto de desequilíbrios económicos e de conflitos bélicos juntamente com as políticas protecionistas promulgadas a ambos lados do Atlântico. De forma mais ou menos intensa, grande quantidade de países enfrentaram anos de problemas de caixa, entre eles: a hiperinflação acompanhada de salários estagnados ou com aumentos a um ritmo menor que o dos preços; a inflação agravada pela sustentada procura de títulos e a compra-venda de ações garantidas por esses mesmos papéis; e a especulação realizada por possuidores de capital em busca de negócios rápidos e altamente rentáveis. Aliás, durante o período, e em particular depois da I Guerra Mundial, dois factos somam-se a esta fase de mudanças: a modificação do padrão de câmbios e a aproximação dos mercados de capitais entre Estados Unidos e a Europa de tal forma que se criou uma interdependência financeira¹⁵⁵.

As respostas para superar os problemas de capital foram desiguais e, na maioria dos países, causaram transtornos internos de diversa ordem que agravaram o controlo da fazenda estatal. No caso de Portugal, o cariz político predominou nos intentos para controlar os transtornos económicos e sociais. Em relação às soluções encontradas na América Latina, a caracterização geral resultou mais complicada devido à diversidade e à combinação de fatores que diferenciavam a situação entre regiões e países. Não obstante, é evidente que elas encontravam-se numa posição francamente vulnerável devido as suas economias orientadas à exportação¹⁵⁶.

No âmbito político, Portugal entrou ao século XX debatendo-se entre a monarquia e o republicanismo. O triunfo final deste último, em 1910, não se traduziu precisamente na paz política necessária para governar. Assim, a I República Portuguesa nos seus 16 anos de

¹⁵⁴ Mateus (2001), pp.58-60.

¹⁵⁵ Os pagamentos de reparações da guerra levaram a saídas maciças de capitais da Europa para os Estados Unidos. *Ibidem*, p.52.

¹⁵⁶ Cf.: referências sobre o Integralismo lusitano: Oliveira Marques, António H. de (1977), *Historia de Portugal*. Palas Editores, Vol II, p.251. Mateus (2001), p.16. Mateus (2001), p.34.

existência mostrou uma receita pública dependente da *anestesia fiscal* fornecida pelos direitos aduaneiros e, no entanto, foi assediada pela constatação de *deficits* fiscais graduais, a depreciação do dinheiro e dos salários, a hiperinflação, a fuga de capitais, a queda nas remessas de emigrantes do Brasil, o cumprimento de interesses a empréstimos estrangeiros e a exigência de pagamento dos créditos da Casa Baring de Londres, a solicitação de uma moratória sobre o compromisso de sua dívida externa, que *montava a cerca de 40 milhões de libras esterlinas (...) cerca de 420% do valor das exportações*¹⁵⁷.

Se Portugal iniciou o seu século XX comprometido com os capitais estrangeiros, subordinado às suas alfândegas e sobre *uma estrutura financeira própria do liberalismo agrário-comercial*¹⁵⁸, a América Latina começou enfrentando a dependência do setor privado, os empréstimos dos governos e o crescimento de sua dívida exterior¹⁵⁹. Venezuela não é alheia a estas tendências e o legado do século XIX levou Cipriano Castro a declarar a insolvência do país e a sua intenção pessoal de não efetuar o pagamento de dívidas, decisão que ocasionou o bloqueio marítimo de 1902 e o rompimento de relações com algumas das potências credoras. Quando Juan Vicente Gómez chegou ao poder em 1908, entre as suas primeiras tarefas esteve a de restaurar a relação com estas potências, entre elas com a Holanda devido à importância comercial e estratégica das suas possessões Curaçao e Aruba. Gómez superou a crise de 1929 e cancelou a dívida externa em 1930. Contrariamente à tendência geral de muitos países para o endividamento, o pagamento da dívida venezuelana fez-se num momento oportuno e é considerado uma mera estratégia política de grande impacto internacional para aumentar a confiança no país¹⁶⁰.

Desde inícios do século XX e até o final da II Guerra Mundial, as finanças em Portugal foram tema central dos debates políticos partidários, particularmente a questão do défice de caixa que consistia na insuficiência das entradas para cobrir as despesas. A busca de soluções a este déficit foi orientada segundo as duas linhas doutrinárias que marcaram o período: a linha liberal da I República e a linha conservadora do Estado Novo. Segundo expõe António de Sousa Franco, o ano de 1929 marca o fim do que denomina o período das

¹⁵⁷ Rodrigues (2012), pp.145-147. Oliveira Marques (1977), T.II, pp.163-168. Mateus (2001), pp.26-29.

¹⁵⁸ Sousa Franco, António de (1982), «Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-80», in: *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVIII (72-73-74), 1982-3º-4º-5º, pp.1105-1138, p.1107, 1110.

¹⁵⁹ Donghi (2002), p.54.

¹⁶⁰ Frechilla, Juan José Martín (2005), «Ni bendito ni maldito. Visión de conjunto del impacto del petróleo en la sociedad venezolana», in: Frechilla, Juan José Martín e Yolanda Texera (Comp.) (2005), *Petróleo nuestro y ajeno. La ilusión de modernidad*. Caracas. UCV. CDCH, pp.23-60, p28. Mariano Picón Salas, 'Para un retrato de Alberto Adriani', in: Alberto Adriani (1937), *Labor venezolanista*. Caracas, Tipografía La Nación, p.26.

finanças liberais e o início do período de *finanças autoritário-corporativas* que continua até 1974¹⁶¹.

Durante o período, a base de arrecadação de impostos atingiu diretamente o comércio devido à imposição de direitos aduaneiros, de maneira especial o gravame sobre a importação e os impostos ao consumo; as Finanças ajudavam assim a que o Estado subsistisse com a colheita destes impostos, junto a outras décimas entre as que se contam as receitas de contribuição industrial em aumento. Isto foi assim até à promulgação de um novo regulamento em 1929¹⁶². O Ministro plenipotenciário de Venezuela em Lisboa, Simón Planas Suárez, foi testemunha excepcional da instabilidade financeira e de suas consequências socioeconómicas que, de maneira aguda, sacudiram Portugal durante sua permanência. Como veremos em seus relatórios, o incremento da inflação e a desvalorização da moeda portuguesa agravaram a crise interna que se estendeu até finais da década de 1920. Logicamente, o caos exigia organização e a disfunção da estrutura administrativa exigia saneamento, dois aspetos apresentados como estandarte na implantação das medidas promulgadas em 1929 e que permitiram o pré-arranque industrial que Portugal experimentou nos anos seguintes até que foi instituído o I Plano de Fomento em 1953. Neste período de *finanças autoritário-corporativas*, a estabilização financeira se conseguiu de maneira ortodoxa mediante a austeridade nos gastos e o aumento dos impostos para baixar a dívida pública¹⁶³.

Em Portugal, procurou-se circunspeção. O regime instalado em 1926 começou por controlar a improvisação nas despesas. Pouco tempo depois, a república corporativa instaurou sua política económica que integrou nos seus objetivos a contribuição de banqueiros e de industriais para apoiar o regime financeiro oficial. A aliança entre o Governo e a elite económica compreendia o outorgamento de privilégios que trouxe, como consequência, o nepotismo político-económico de famílias vinculadas através de negócios em bancos, seguradoras, indústrias, empresas comerciais ou de serviços, e mais transações que as favoreceram na compactação de uma elite rentista reitora da economia e conforme com a sua posição dentro do Estado¹⁶⁴. O pronto entendimento de interesses entre o poder

¹⁶¹ Sousa Franco (1982), p.1107.

¹⁶² Oliveira Marques (1977) T.II, pp.158-159. Mateus (2001), pp.42-44.

¹⁶³ Sousa Franco (1982), p.1119.

¹⁶⁴ Cf.: Mónica, Maria Filomena (1990), *Os grandes patrões da indústria portuguesa*. Lisboa, Dom Quixote.

económico e o poder político facilitou a restauração da imagem de credibilidade de Portugal e a confiança no rendimento das suas alfândegas¹⁶⁵.

Outros dois aspetos importantes do comércio português afetaram a sua atividade financeira, aspetos que demonstraram tanto sua posição periférica europeia como a sua dependência económica. Por um lado, fica patente o carácter paliativo do comércio africano junto à ideia que a África foi mais matéria de orgulho que de interesse económico, visto o peso das colónias africanas na dívida nacional. Nesta linha de pensamento pode situar-se o papel das colónias no orçamento das despesas do Estado: de 4,5% em 1921-1930 passou para 4,9% em 1941-1950. Do mesmo modo *repare-se que as colónias nunca desempenharam papel importante no comércio externo português. Em 1930 eram origem de 7,9% das importações e 10,8% das exportações*¹⁶⁶.

Por outro lado, estava o peso britânico na economia portuguesa. A Grã-Bretanha sozinha significava 25% desse comércio e, nessa década, a maior parte dos ativos externos de Portugal estavam em Libras. Portugal foi-se adaptando à situação financeira internacional: abandonou a convertibilidade com a moeda inglesa; a seguir, oscilou ainda entre o regresso ao padrão ouro e a sua suspensão quase imediata, para passar depois aos câmbios fixos entre 1931 e 1938, com indexação à Libra esterlina; só depois da II Guerra Mundial, o Dólar é a moeda de referência do Escudo, facto que foi justificado aliás pela mudança de hegemonia político-económica¹⁶⁷.

As medidas empreendidas ao nível nacional e a melhora nas condições internacionais inscreveram Portugal na lista de países cujas economias começavam a se recuperar a partir de 1933. De facto, apreciou-se a triplicação dos lucros dos bancos, a recuperação das exportações e o aumento das reservas de ouro. Mas estes signos de melhoria não se compadeciam com as dificuldades de abastecimento, a carestia de vida e o racionamento em que vivia a população, *sobretudo a partir de 1941, com a entrada dos EUA na guerra*¹⁶⁸.

¹⁶⁵ A recuperação da imagem é o facto em 1928: a Sociedade de Nações estava disposta a conceder um empréstimo de 12 milhões de Libras que Portugal tinha pedido. Rodrigues (2012), p.132.

¹⁶⁶ Mateus (2001), pp.47-48. Nas décadas de 1920 e 1930, a dívida de Angola constituiu 20% da dívida nacional e levou a Portugal quase à falência que *England and France, considered partitioning Portugal's colonies should the mother country default*. Elbl (2006), p.38.

¹⁶⁷ Mateus (2001), pp.47-48. Rodrigues (2012), p.133. Duarte, António Portugal e João Sousa Andrade (2003), «Funcionamento do Padrão-Ouro em Portugal: Análise de alguns aspetos macroeconómicos», in: XXIII Encontro-APHES. Coimbra, 7/8-11-2003. (Consulta: 12-01-2012 -www4.fe.uc.pt/portugal/docs/.pdf)

¹⁶⁸ Ramos (2009), Vol. 7, pp.89-90.

As medidas rigorosas não foram uma exclusividade europeia nem portuguesa, como o prova o política adotada na América Latina. De facto, a conversão político-económica portuguesa de 1926 tem seu equivalente latino-americano na etapa posterior à Crise de 1929. Segundo o historiador Halperin Donghi, este evento teve um amplo eco político e económico. Em termos políticos, o signo mais evidente desta alteração foi o desmoronamento, entre 1930 y 1933, de ditaduras, oligarquias e regimes intermédios consolidados sobre economias frágeis. No âmbito económico, a América Latina descobriu que era também devedora, que tinha uma dívida morosa e arruinadora, condições que justificam o surgimento do Estado como *agente comercial de cada economía nacional*. Ele foi o canalizador das importações para setores geradores de emprego, o acelerador do crescimento do parque industrial, o motor de uma reabilitação que, entre 1935 e 1937, se começou a sentir, embora de maneira desigual entre as várias regiões latino-americanas¹⁶⁹.

Ante os compromissos financeiros externos, os governos latino-americanos assumiram as condicionantes geoeconómicas do território e procuraram contrabalançar o interesse nacional com as capacidades das elites económicas e dos proprietários agrícolas diferenciados e distribuídos espacialmente pelo país segundo as especializações produtivas. Os investimentos destes últimos agentes em operações especulativas foi uma carga para o Estado que teve que zelar pelo crédito e pela poupança. Em alguns países, os bancos dominaram fortes mercados hipotecários, embora outros dedicados ao fomento industrial e comercial apresentassem sinais de constrangimento, transformações e falências. Além da situação na Banca, apura-se a concentração das poupanças privadas num reduzido segmento da população; uma parte dela, enriquecida graças aos negócios com o Estado desde o século XIX, ao estilo dum segmento da oligarquia portuguesa¹⁷⁰, procurou a externalização devido à ausência de um mercado monetário nacional atrativo. Sob este argumento, possuidores de altos rendimentos adquirem títulos de dívida externa em Londres, Paris ou Berlim em Libras esterlinas, Francos ou Marcos, amparados ademais na *lógica económica de la época [que] confería total libertad de movimiento a los capitales provenientes de América Latina o con destino a ella*¹⁷¹.

¹⁶⁹ Doghi (1998), pp.361-369.

¹⁷⁰ Mónica, Maria Filomena (2010), *A queda da Monarquia: Portugal na viragem do século*. Lisboa, Leya, P.40

¹⁷¹ Riguzzi, Paolo (1999), «Los Pobres por pobres, los ricos por ignorancia'. El mercado financiero en México, 1880-1925: las razones de una ausencia», in: Carmagnani, Chávez e Romano (1999), Vol. II, pp.344-378, pp.352-355.

A dependência fiscal do comércio exterior foi outra debilidade económica que justificou a intervenção do Estado como agente comercial na América Latina. Daí a intervenção estatal para controlar a sobreprodução mediante estoques e dirigir a oferta de forma restringida para evitar uma queda de preços e a transferência de propriedades agrícolas endividadas e em quebra para as mãos de banqueiros e intermediários estrangeiros. A estabilização dos produtos de exportação, verificada na América desde 1924, como foi o caso do café, apontava para a regulamentação do comércio e das entradas alfandegárias¹⁷².

A procura de novos mercados e a exportação de novos produtos foram concebidos como um paliativo da dependência monoexportadora que tinha por finalidade complementar o redirecionamento das exportações para mercados onde era possível aproveitar melhor as vantagens competitivas próprias. Segundo Halperin Donghi, enquanto a guerra teve lugar, o atraso tecnológico e o custo de produção não impediu o avance das indústrias dos maiores países da América Latina na sua intenção de exportar. Neste contexto, o Historiador indica que o espaço atlântico facilitou a expansão, em particular, da indústria brasileira que encontrou novos mercados tanto em Hispano América como nas colónias africanas em substituição das suas metrópoles europeias incapazes de garantir o aprovisionamento. Esta diversificação de mercados favoreceu a estabilização de muita balança comercial¹⁷³.

Outro paliativo foi a revisão e posterior suspensão da mudança rígida que representava o *gold-exchange standard*. Em princípio, o padrão ouro contribuiu para dar maior mobilidade ao capital, dinamizar a expansão do comércio e redobrar a integração entre os países. No final, verificou-se a acumulação de importantes reservas monetárias, contudo elas ficaram imobilizadas até o fim da II Guerra, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A imobilização foi acompanhada de medidas financeiras compensatórias: um controle de câmbios ou então um sistema de câmbios múltiplos, a não convertibilidade do papel-moeda, as desvalorizações, a adoção de um novo padrão baseado na prata, etc. Todas estas medidas e circunstâncias propiciaram a criação de bancos centrais e de instituições financeiras públicas para reter capitais¹⁷⁴.

¹⁷² Donghi (1998), pp.302-303.

¹⁷³ *Ibidem*, p.371.

¹⁷⁴ Conde e Stein (1977), p.19. Donghi (1998), p.370. Carmagnani, Chavez e Romano (1999), Vol. I, pp.260-261.

O caráter circunstancial do êxodo de capitais registou-se, do mesmo modo, nos fluxos migratórios e nas atividades financeiras associadas a eles. Particularmente, verifica-se ao redor das medidas políticas que intervieram nas transferências internacionais realizadas por populações em movimento e nos investimentos de capital estrangeiro que as comunidades migrantes podiam mobilizar ou atrair para setores de alta rentabilidade e de procura crescente. Nesta época, o fluxo no sentido Europa - América diferenciou-se das migrações registadas desde meados do século XIX e, de forma mais acentuada, no último terço desse mesmo século, destinadas, em grande parte, à colonização agrícola: ao aspeto colono camponês daquelas somou-se a presença dos grupos de europeus deslocados por razões políticas. No caso da Venezuela, foi evidente como consequência da I Guerra Mundial, um aspeto que foi tratado inclusive na correspondência diplomática remetida pelo Ministro Plenipotenciário da Venezuela em Lisboa, Simón Planas Suárez, cuja repercussão nas relações entre os dois países é um caso que se estudará mais adiante¹⁷⁵. Logo, a II Guerra Mundial conduziu outros contingentes de emigrantes até à Venezuela¹⁷⁶.

Durante a II Guerra Mundial, a América Latina foi palco da aplicação de estratégias militares, impostas como um conjunto de medidas táticas a nível continental, para minar a logística alemã. Em relação às indagações sobre o movimento de inimigos dentro do território de países neutrais, um relatório estadunidense com origem em Caracas e datado de 1942, titulado *Foreign Espionage*, adverte na sua Parte 8 para o perigoso périplo que empreendiam pequenos grupos de alemães, enviados ao Brasil através da fronteira venezuelana. A viagem era financiada pela Legação Alemã, pensada previamente para evitar todo contacto com qualquer britânico. Os viajantes empreendiam a rota desde Caracas até Ciudad Bolívar, através do Estado Apure para entrarem depois na região amazónica¹⁷⁷.

A rota recorda aquelas transitadas pelos comerciantes no século XIX na região sul de Venezuela. Conforme os relatos, esta região guianesa venezuelana prestava-se a esta passagem de grupos errantes devido à falta de patrulhamento e de controlo administrativo como se demonstrou com a presença de agricultores e comerciantes portugueses ali

¹⁷⁵ Archivo Histórico del Ministerio de Poder Popular para Relaciones Exteriores de Venezuela (A seguir AHMPPRE), AA, Cónsules y Vice-cónsules en Portugal. Vol. IV, Exp. 15, Carta de Simón Planas Suárez para Ignacio Andrade. Lisboa, 10-05-1915.

¹⁷⁶ Cf.: Carciente, Jacob (1991), *La Comunidad Judía en Venezuela: síntesis Cronológica, 1610-1990, y referencias bibliográficas para su estudio; crónicas sefardíes* Caracas, Asociación Israelita de Venezuela.

¹⁷⁷ National Archives and Records Administration (NARA). Washington, 18-02-1942. De John Edgar Hoover, Director del Federal Bureau of Investigation, para Adolf A. Berle, Assistant Secretary of Department of State. 'A memorandum on the situation in general in the Republic of Venezuela', Caracas-10-Dezembro-1942. NARA 831.00/1801 PS/MNP.

radicados ou vindos dos países vizinhos¹⁷⁸. Além disso, a rota tinha igualmente suas referências para a comunidade alemã, pois existem depoimentos de ser usada desde o século XIX por comerciantes alemães estabelecidos tanto na zona de Los Andes vizinha assim como na mesma região guianesa para comerciar com Trinidad e Brasil através do rio Orenoco¹⁷⁹.

A população europeia deslocada não chegou só ao Novo Mundo nos períodos das grandes guerras mundiais. Outro conflito bélico, a Guerra Civil em Espanha, que opôs os democráticos liberais e os monárquicos conservadores, entre 1936 e 1939, em torno dos princípios republicanos e o pluralismo político, foi a causa desta migração forçada que se acentuou a partir do ano de 1937¹⁸⁰. Na sequência da participação dos portugueses na Guerra Civil espanhola, junto a outros corpos expedicionários estrangeiros, e a colaboração do governo de Lisboa, aliás ideologicamente ligado com o grupo conservador, os republicanos procuraram sair para França e América, evitando a fronteira portuguesa ou burlando o bloqueio marítimo aos portos espanhóis que mantinham os alemães e os italianos no norte e no Mediterrâneo, respetivamente¹⁸¹.

O confronto ideológico na Europa, do qual a Guerra de Espanha foi uma mostra, contribuiu par o estreitamento das relações políticas da América com Portugal. Assim, a seleção imposta pelos Estados Unidos à imigração portuguesa, nas décadas de 1920 e 1930, um procedimento que criou dificuldades a Salazar, não impediu que Washington negociasse com o Governo do Estado Novo uma aliança estratégica para defender o Ocidente do Comunismo. É de salientar que a seleção nos Estados Unidos afetava um

¹⁷⁸ Abreu Xavier (2007), pp.30-31. Appun, Karl Ferdinand (1961), *En los trópicos*. Caracas, UCV, p.433.

¹⁷⁹ Cf.: Geldner, Carl (1998), *Anotaciones de un viaje por Venezuela (1866-1868)*. Caracas, Oscar Todtmann Editores; Gerstäcker, Friedrich (1968), *Viaje por Venezuela en el año 1868*. Caracas, UCV; Franzius, Heinrich Carl (2002), *Hacia el Oeste. Andanzas de un hanseático*. Caracas, Oscar Todtmann Editores; Myers, Henry Morris e Phillip von Neus Myers (1871), *Life and Nature under the tropics or sketches of Travels among the Andes and on the Orinoco, Rio Negro and Amazonas*. Nova Iorque, D. Appleton & Co.

¹⁸⁰ Com a derrota das forças republicanas, em 1937, começou um fluxo de refugiados espanhóis para o México, o Caribe e a América do Sul. McCrea, Heather L. (2006), "Iberia and the Caribbean", in: Francis (2006), pp.19-27, p.26.

¹⁸¹ Além dos portugueses, contam-se: Die Condor Legionäre, Alemanha; o *Corpo di Truppe Volontarie*, Italia; e o *Saint Patrick's Battalion*, Irlanda. Aróstegui, Julho (1997), *La Guerra Civil, 1936-1939. La ruptura democrática*. Madrid, Historia 16, p.42; Sánchez-Albornoz, Nicolás (2001), «La emigración española a América: cinco siglos de idas y vueltas», in: AA. VV. (2001), *Imigração e emigração nas ilhas*. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Col. Memórias 34, pp.7-25, 17-18; Marqués Sureda, Salomé e Juan J. Martín Frechilla (2002), *La labor educativa de los exiliados españoles en Venezuela*. Caracas, UCV.

destino histórico da diáspora portuguesa que, nesta época, experimentou uma forte queda no período de 1919 a 1932 e conserva valores relativamente baixos entre 1933 a 1943¹⁸².

Outro factor importante a considerar no fluxo migratório português para América Latina é a transação entre Grã-Bretanha e os Estados Unidos em relação aos investimentos e às relações políticas para a região durante o período. Na I Guerra Mundial, implementou-se um mecanismo militar destinado a apoiar a estratégia europeia de cortar os fornecimentos enviados a partir da América aos combatentes¹⁸³. Depois da Grande Guerra, aumentaram os investimentos nas jazidas de hidrocarbonetos, insulares e continentais latino-americanos, e em refinarias de petróleo, realizados com capitais nacionais e de Estados Unidos e Grã-Bretanha, pioneiros na exploração comercial do asfalto na América do Sul (década de 1880), e de Holanda, em particular na refinação de petróleo desde a década de 1910¹⁸⁴.

A construção e o funcionamento das refinarias requereram mão-de-obra; necessidade que só foi coberta pela imigração de trabalhadores oriundos não só da América, mas também de Ásia e Europa. Entre os europeus contavam-se os madeirenses contratados pela *Royal Dutch Shell* para trabalhar nas instalações em Curaçao e Aruba. Tal como em Trinidad, além da chegada de trabalhadores, registou-se um deslocamento da mão-de-obra do setor agrícola para a indústria e transformações urbanas nas regiões de investimentos no petróleo. O controlo político-social da população multinacional de trabalhadores foi complicado, por um lado, pelas diferenças culturais, em especial nas colónias de operários; por outro lado, pelas complicações que surgiam das iniciativas de operários licenciados que não empreendiam o retorno à pátria. As autoridades locais tinham que vigiar a convivência, nem sempre amigável, de vários grupos nacionais nos bairros e nos cinturões à volta das cidades e dos *settlements*, onde empreendiam comércios, muitos deles com relativo rápido sucesso¹⁸⁵.

¹⁸² Elbl (2006), p.32. Os valores anuais variam muito desde 1887 até 1943, o quantitativo anual mais baixo encontra-se no período entre 1919-1932 e o mais alto entre 1900-1918. Serrão (1982), pp.34-35.

¹⁸³ Grã-Bretanha dependeu de alimentos importados; árduos esforços foram feitos tanto para manter e abastecimento a partir da América Latina como para impedir o acesso da Alemanha às matérias-primas latino-americanas. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha elaboraram uma lista negra de empresas na América Latina supostas de estar sob o controlo alemão. Donghi (2002), p.246.

¹⁸⁴ Além de México, outras zonas de investimento em petróleos foram Curaçao, Trinidad e Venezuela. Nos três últimos mencionados, operaram em diversos momentos: Barber Asphalt, com actividades em Pitch Lake, Trinidad; The Nova Iorque & Bermudez Cº, Guanoco, Venezuela; Royal Dutch Shell, Curaçao. D'Orazio, Franco (2007), *Análisis económico aplicado a la industria petrolera. Del Ureca al Dorado: una visión completa de la historia petrolera venezolana*. LibrosEnRed, pp.40-41.

¹⁸⁵ Ferreira, Jo-Anne S. (1996), «Do Atlântico às Antilhas: o caso da Trinidad», in: *Isleña*. Funchal, Junho-Dezembro 1996, Nº 19, pp.95-107; Soest, Jaap van (1979), «El establecimiento de la Shell en Curaçao en

De facto, esta convivência ocasionou mais do que uma controvérsia que subiu até as instâncias diplomáticas que deviam dar solução aos vários problemas, entre eles as diferenças de ordenado e tratamento entre operários asiáticos, portugueses e venezuelanos¹⁸⁶. Outra situação complicada tinha já surgido antes do início da II Guerra mundial, quando parte deste pessoal foi considerado excedentário e a proteção das refinarias, entendidas como investimentos e fontes de fornecimento de combustível, transformou-se num dos mais importantes objetivos estratégicos da contenda. Uma vez restaurada a paz, o fluxo migratório dos trabalhadores portugueses desvia-se das refinarias em procura de outros países de acolhimento¹⁸⁷.

O Mar das Caraíbas converteu-se numa zona de confrontos com duas vertentes. Por uma delas corriam os interesses da nova potência mundial. De facto, os Estados Unidos reforçaram as relações políticas e económicas na região, tendo em vista a segurança da sua soberania e a prevenção do contágio político comunista, mediante a intervenção em alguns pequenos Estados na sua vizinhança e nas possessões insulares europeias. Com efeito, durante o período 1914-1944, a América Latina e as Caraíbas foram palco das demonstrações do poderio estadunidense. Pela outra vertente, decorriam vários conflitos nacionais e internacionais, onde estavam presentes interesses externos. Em ambos lados, se verifica o impacto causado na economia e na população; a primeira viu alterada o fluxo comercial e a segunda o aumento do fluxo migratório¹⁸⁸. Em ambos casos, é de recordar a existência de comunidades portuguesas, em especial de origem madeirense, algumas

1915», in: *Los estudios históricos en América Latina*. Caracas, FHE-UCV, II Encuentro de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe, Março/1977, Vol. II, pp.529-539.

¹⁸⁶ Archivo Histórico de Miraflores (A seguir AHM), Correspondência publicada: Países Bajos, Ano 1929. «Consulta del Cónsul en Curaçao acerca de precaución para evitar la entrada al país de individuos indeseables. Carta: Horacio E. Leiva para Itriago Chacín, Curaçao, 10-1-1929»; Países Bajos, Año 1930. «Situación de obreros venezolanos en Curaçao», Carta: Curaçao, 4-10-1930». «Carta de Eduardo J. Dagnino para Juan Vicente Gómez. Roma, 10-11-1922», in: *Boletín-AHM*. Caracas, Julho-Dezembro 1970, Nº 67, pp.149-150; e «Informe de José Ignacio Cárdenas a Gómez sobre artículo publicado en *De Tijd*. Ámsterdam, 7-6-1924», in: *Boletín-AHM*. Caracas, Janeiro-Junho 1971, Nº 68, pp.251.

¹⁸⁷ Cunill Grau (1995), pp.63-64. Estados Unidos iniciou a caça de submarinos alemães nas Antilhas, reforçou a base de Guantánamo e fez uma demonstração de força em frente a San Bartolomé em 1942. Orovio, Consuelo Naranjo (Dir.) (2011), *Historia de las Antillas no hispanas*. Madrid, CSIC-Doce Calles, Vol. III. Orovio (2011), pp.377-378, 491-492, 495. ITIC (1940), *Memoria 1939*. Caracas.

¹⁸⁸ Uma rápida revisão por regiões dos conflitos no período, indica: a) América do Sul: Conflito de Tacna e Arica; entre Chile e Peru, 1910-1929; Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, 1932-1936, por territórios e riquezas petrolíferas, onde estavam em jogo concessões dadas a Argentina, Estados Unidos e outros países, a companhias como a Standard Oil e a Shell Dutch. As tropas bolivianas eram comandadas por Hans Kundt e outros oficiais alemães. b) México e Centro América: intervenções militares de EUA em México, Honduras, Nicarágua, Panamá; México: expropriação petrolífera em 1938 e Guerra Cristera, 1926-1929. c) Caribe: ocupação estadunidense de República Dominicana (1915-1924) e Haiti (1915-1934); atividade estadunidense em Cuba e Porto Rico, São Bartolomeu. Nudelman (2001), pp.369-371. Além disso, com base na defesa submarina, efetuaram-se deslocamentos de tropas e armamento naval em Antiga, Bahamas, Bermudas, Jamaica, Santa Luzia, Trinidad, Guiana Inglesa, Equador e Peru. Grau (1995) pp.63-64.

fixadas nas diferentes ilhas das Caraíbas e países sul-americanos durante o século XIX, que continuavam a fazer a travessia atlântica inclusive em tempos de conflitos¹⁸⁹.

D. Meados da década de 1940 - Crise do petróleo da década de 1970

Desde finais da década de 1940, começa a intensificação das relações internacionais apoiada na necessidade de reconstruir o sistema económico mundial; recompõe-se, da mesma maneira, o vínculo entre a América e a Europa, em especial com a Europa ocidental a partir da cooperação política. Este período, tal como o anterior, decorre num lapso aproximado de trinta anos mas as características entre ambos divergem. Retomada a paz em 1945, o ritmo de crescimento económico patenteia, de facto, a reativação dos fluxos e o estabelecimento de organismos internacionais¹⁹⁰.

Os julgamentos sobre a regularidade do crescimento económico neste período não são díspares e diferenciam-se apenas segundo se considere a totalidade do processo ou a setorização dos países para a análise. De acordo com as economistas Corral e Blanco, a contração dos fluxos na etapa de entre guerras foi forte, daí que, desde 1945, a recuperação das relações económicas internacionais e a consecução dos altos níveis alcançados anteriormente nos indicadores económicos levasse um bom tempo. Para estas Economistas, a descolagem registou taxas elevadas dignas de observação que chegaram a situar-se em cerca de 12% nas décadas de 1960 e 1970. Sem embargo, ainda que os países menos desenvolvidos cresceram a uma taxa superior à dos países desenvolvidos, o crescimento percentual do PBI por habitante foi mais baixo e daí a afirmação de que *la liberalización comercial fue discriminatoria, tanto en términos de países como de sectores*¹⁹¹.

Segundo o historiador Donghi, em ambos os lados do Atlântico, alguns países comprovaram a brevidade da reconstrução da economia mundial, além disso de maneira

¹⁸⁹ Segundo João Adriano Ribeiro, da Madeira saíram 7.213 colonos, entre 1844 e 1851, com destino a Antígua, Demerara, Dominicana, Granada, Jamaica, Nevis, St. Kitts (São Cristovão), St. Vincent (São Vicente) e Trinidad. Ribeiro, João Adriano (2006), *Madeira's Emigration to St. Vincent's island in Antilles*. Madeira, Calçamar, p.48. Entre 1872 e 1920, na mesma ilha, foram requeridos 43.181 passaportes para os cinco continentes, 34.444 para 129 destinos na América e o Caribe. Entre 1914-1918, foram solicitados 4.268, para 11 países e 47 destinos (Estados Unidos 3.902; Brasil 293; Trinidad 33; Demerara 17; Argentina 9; Suriname 5; Uruguai 4; Antígua 1; Berbice 1; outros países da América, não indicados 3). O total de passaportes remete ao total de requerentes; não contabiliza os acompanhantes incluídos no mesmo passaporte, portanto, o número de viajantes é maior ao de passaportes. O requerimento de passaporte não indica a realização efetiva da travessia mas é exemplo da intenção de viagem e de uma conexão atlântica-caribenha entre Portugal e América, desde Madeira. A contagem foi feita a partir do primeiro resultado da «Procura», sem confirmar o conteúdo interno dos registos. ARM, Livros de passaportes 1872-1920.

¹⁹⁰ Corral e Blanco (2011), pp.46-57; Mateus (2001), p.18; Donghi (2002), p.246.

¹⁹¹ Corral e Blanco (2011), pp.46-47.

menos trabalhosa do que se tinha pensado¹⁹². Casos de rápida recuperação económica, como o chamado *Wirtschaftswunder* (milagre económico) alemão¹⁹³, quiçá o mais emblemático de todos, o demonstram. Para Mateus, o milagre tinha acontecido em mais de um país e afirmava a ideia de uma recuperação europeia *bastante rápida* e quase geral¹⁹⁴. A análise destas opiniões comprova, por um lado, a existência de desigualdades ao mesmo tempo que, por outro, confirma um elevado ritmo de crescimento geral. Esta nova «idade de ouro» só é contida quando o petróleo, convertido num instrumento político geoestratégico, deu origem a duas crises energéticas (1973-1974 e 1979)¹⁹⁵ e ao colapso económico causado pela dívida na década de 1980 que se sentiu sobremaneira nos países do Terceiro Mundo¹⁹⁶.

O período inaugura-se também com planos de investimento renovados. A guerra exaltou o progresso tecnológico do poderio militar e esta experiência conduziu à aplicação de inovações na fabricação, comercialização e transporte de antigos e, em especial, novos produtos e materiais bem como na *revitalización de industrias maduras en problemas*¹⁹⁷. Da mesma forma, foi-se dando uma maior coincidência entre os fluxos comerciais, financeiros e migratórios com as necessidades nacionais e a aplicação de critérios políticos.

Nesta coexistência, as gestões e os gestores audazes avaliavam as vantagens comparativas dos diversos países na concretização de projetos de investimento propícios a reverter benefícios e soluções inovadoras para antigos problemas. Isto foi possível, porque nas condições de oferta e procura dos mercados, *una nueva constelación de innovaciones radicales* configurou-se a partir dos desenvolvimentos disponíveis. No caso dos países associados ao pensamento capitalista, bastou ter a informação, a experiência e o apoio

¹⁹² Donghi (1998), p.431.

¹⁹³ Droz, J. (1991), *Histoire de l'Allemagne*. Paris, Presses Univ. de France, pp.120-125. Berumen, Sergio A. e Karen Arriaza Ibarra (2006), «Konrad Adenauer y la construcción del *milagro alemán*», in: *Estructura económica de la Unión Europea*. Madrid, ESIC Editorial, pp.30-35.

¹⁹⁴ Mateus (2001), pp.71-72.

¹⁹⁵ Crise (1973), Irão (1978-79), Guerra Irão-Iraque (1980-1988). Corral e Blanco (2011), p.57.

¹⁹⁶ Touraine, Alain (1989), *América Latina. Política y sociedad*. Madrid, Espasa-Calpe, p.381. Feliu, Gaspar e Carles Sudrià (2007), *Introducción a la historia económica mundial*. Univ. de Valencia, pp.480-482. Pérez, Carlota (2004), *Revoluciones tecnológicas y capital financiero. La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza*. México, Siglo XXI, p.122. Barciela, Carlos (2005), «La edad de oro del capitalismo (1945-1973)», in: Comín, Francisco, Mauro Hernández e Enrique Llopis (Eds.) (2005). Barcelona, Crítica, pp.339-389. Leite (2006), p.3.

¹⁹⁷ Corral e Blanco (2011), p.47.

adequados, fatores que se conjugaram no plano proposto por George Marshall, Secretário de estado para assuntos exteriores de Estados Unidos, em 1947¹⁹⁸.

A experiência da guerra dispôs o consenso para instalar novos palcos de negociação fora dos teatros de operações militares. Neste sentido, a reconstrução da economia requereu o consenso internacional em redor de normas mais claras para promover o fluxo comercial e evitar a reincidência em conflitos gerados pelos interesses económicos. O consenso do mundo ocidental deu-se em torno do capitalismo e o seu registo ficou na assinatura de o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), em 1947, instrumento destinado a fomentar o livre comércio mediante a eliminação de barreiras comerciais. Portugal aderiu a este organismo em 1962 e a Venezuela em 1994, quando mudou de nome a Organização Mundial de Comércio. A tendência institucional foi, não obstante, para a formação de blocos de países e de uma rede de organismos, não isentos de conteúdo político-ideológico devido à evidente polarização capitalismo - comunismo¹⁹⁹. Esta rede de organismos tornou-se cada vez mais intrincada à medida que o sistema económico se especializava e o grau de interdependência crescia²⁰⁰. Esta mesma rede foi o palco que permitiu a Portugal começar uma nova etapa do seu fluxo comercial. Esta teve início com alguma demora visto que a República Corporativa se viu diante do problema de ponderar a sua aliança com a Grã-Bretanha e os seus princípios ideológicos para acompanhar os interesses dos Estados Unidos e a integração económica²⁰¹.

Portugal. O palco internacional exigiu-lhe mudanças na gerência da sua política económica e, de passagem, impôs-lhe o dilema da abertura política. Como descreve Joaquim Costa Leite, a realidade constrangeu ao Governo Português a flexibilizar a política económica para sobreviver: *toda a experiência histórica mostrava que Portugal não sobreviveria isolado*. As evidências estavam à mão: *a sensação de vulnerabilidade económica e militar* ante a visão de uma *Europa destruída* pela pugna entre potências. No plano económico, tratava-se de decidir entre a permanência e a mudança, o *problema*

¹⁹⁸ Pérez (2004), pp.56, 59-60. Bauer, Arnold G. (1999), «La cultura material», in: Carmagnani, Chavez e Romano (1999), Vol. I, pp.404-497. Rollo, Fernanda (1994), *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*. Lisboa, Estampa, p.79.

¹⁹⁹ Entre os organismos conta-se BENELUX (1944); OECE (1948), coordenadora do Plano Marshall; CEE (1957), mediante o acordo entre os três membros do BENELUX com Alemanha Federal, França e Itália, signatários do Tratado de Roma. A Associação Europeia de Livre Comércio (*European Free Trade Association*, EFTA, 1960) foi criada por Áustria, Dinamarca, Grã-Bretanha, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça. Com fins similares, surgiram na órbita da União Soviética: o Conselho de Ajuda Mútua Económica (1949). Cf.: artigos in: *Encyclopaedia Britannica, CD Edition 2002*.

²⁰⁰ Corral e Blanco (2011), pp.51-55, 83.

²⁰¹ Serrão (1992-2000), Vol. 7, p.531. Afonso (1999), p.53.

clássico da modernização e do desenvolvimento, como indicou Costa Leite²⁰². Em consonância, com a reconstrução europeia, o regime de livre comércio ficou definitivamente associado à democracia enquanto o comunismo na Europa Oriental opunha-se a esta combinação. Uma vez abalado o secular conservadorismo, a escolha foi abrir o caminho ao liberalismo e tratar com seu porta-estandarte: os Estados Unidos, e a concertação de países ao seu redor²⁰³.

A sensação de vulnerabilidade política e económica não foi exclusividade portuguesa. Grande parte da América Latina viu-se diante do mesmo problema que Portugal: aceitar o liberalismo e a defesa que os Estados Unidos propunham contra o comunismo. A pressão política começou na Conferência da União Pan-americana celebrada no México, em 1945, União que depois seria transformada em Organização de Estados Americanos, em 1948. A partir daí e com o recrudescimento da Guerra Fria, muitos países latino-americanos negociaram ajudas económicas, sendo algumas destas condicionadas a um aspeto paradoxal no que diz respeito à democracia liberal: a instauração de governos militares e autoritários.

A evolução dos factos demonstra dois palcos que ligaram, mais uma vez, política e economia. Por um lado, a situação de países com exportações e mercado concentrados em poucos setores produtivos e destinos, caso de quase toda América Central. Por outro lado, mede-se o desenvolvimento técnico dos países, ou de atraso acentuado em quase toda Latino América, com outros países de industrialização avançada capazes de dosear as entregas de informação e das componentes tecnológicas nas suas transações e, portanto, de ampliar a sua margem de manobra política. América Latina suportava as consequências de dependência política, económica e técnica ocasionada pela mesma necessidade de participar num comércio com países com desenvolvimento e dimensões económico mais avançados. Esta situação verifica-se pelo poderio evidente de Estados Unidos na região. A este respeito, o historiador Halperin Donghi refere o exemplo do final dos anos 40, quando *los países exportadores (todavía esencialmente limitados a Gran Bretaña y Estados Unidos) no podían o no querían proveer las [componentes tecnológicas] que en Latinoamérica eran consideradas más urgentes*²⁰⁴. Afonso e Aguiar coincidem, por sua vez, em assinalar a

²⁰² Leite (2006), pp.11-15.

²⁰³ Mateus (2001) «Prefácio», p.1; Leite (2006), p.11.

²⁰⁴ Cf.: «En busca de un lugar en el mundo de post-guerra (1945-1960)», in: Donghi (1998), pp.431-517.

interligação entre fatores políticos e económicos que atraiu para Portugal *consequências negativas de dependência* em relação com Inglaterra²⁰⁵.

Perante os desafios impostos, a política portuguesa de então efetuou uma redimensão espacial, mas o seu projeto económico não diferia do dos seus vizinhos europeus e parceiros associativos em relação à campanha empreendida para incrementar o seu comércio: maior exportação de mercadorias e serviços. Devia, portanto, explorar e ganhar mercados. José Gonçalo Correia de Oliveira já estava consciente desta ação tão necessária nos começos dos anos 60, quando por Portugal *dirigiu a política de integração europeia*²⁰⁶.

Contudo, esta ação requeria reter certas considerações em instâncias internacionais: o trabalho devia empreender-se dentro de um mundo de negócios em constante unificação; num mercado onde participavam países e regiões em análogas condições de dívida e em concorrência por uma oferta de produtos similares; a ação exigia além disso a ampliação dos destinos das exportações para além dos habituais parceiros comerciais e de negociações com países que persistiam em aplicar leis protecionistas. O governo em Lisboa empenhou-se em seus objetivos. Em 1970, um relatório da OCDE avaliava tanto os problemas encontrados como o alcance dos dois primeiros planos de fomento português e adverte sobre os sintomas de desaceleração observados²⁰⁷.

A geopolítica impõe-se a um comércio externo português feito *maioritariamente com países cujo grau de desenvolvimento não só é superior a Portugal, como também é do mais elevado no mundo*²⁰⁸. Esta situação foi considerada nos planos de fomento nacional. Desta situação advém a tomada de consciência da necessidade de expandir o mercado interno; de garantir a comercialização dos produtos coloniais bem como proteger as colónias da infiltração comunista; de empreender finalmente a industrialização do país sem as apreensões históricas das supostas consequências da promoção do bem-estar social²⁰⁹ e

²⁰⁵ *Quando demasiado concentrado, o comércio em mercados internacionais envolvendo países com dimensão económica e níveis de desenvolvimento muito diferentes, pode ter consequências negativas de dependência económica e política. A relação entre Portugal e a Inglaterra é um exemplo dessa interligação entre factores políticos e económicos.* Afonso e Aguiar (2004), p.14.

²⁰⁶ Ramos (2011), Vol.8, pp.24-25.

²⁰⁷ Cf.: OCDE, Relatório 1970.

²⁰⁸ Afonso e Aguiar (2004), p.14.

²⁰⁹ Em 1940 e 1950, a população ativa operária no setor industrial *representaria, respetivamente, 21,4% e 24% da população ativa do País.* Rosas, Fernando (1990), *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa, Estampa, p340. O Plano Marshall impôs exigências aos quadros técnicos e às empresas portuguesas. Leite (2006), p.15. «*The expansion of higher education began during the 1960s associated with economic transformations*», in: OCDE

de assumir maiores responsabilidades de cara à emigração. A evolução da industrialização portuguesa indica sua aproximação ao centro industrial europeu, mas não o abandono total de sua condição periférica. A contínua dependência de capitais externos, de recursos energéticos e a dimensão de seu próprio mercado de produção e de consumo reiteram-se como elementos evidentes na balança de pagamentos, tal como ficou provado em 1983.

Mais interessante é conhecer os elementos da sua integração europeia através da evolução de sua estrutura comercial ligada com processo de industrialização. Nas exportações, ficaram atrás *as exportações concentradíssimas nos produtos alimentares, que tinham um baixo teor de transformação industrial*, e aumentaram os bens de consumo não alimentar²¹⁰. Nas importações, *destaca-se a evolução dos bens de investimento*, em especial desde a década de 1950, importação apoiada por um tratamento favorável dentro de uma política cujo objetivo era o *de obter vantagens em indústrias com potenciais economias de escala*. A lógica era conhecida e contradizia os velhos paradigmas²¹¹: *é em grande parte através da importação desses bens, quando oriundos de países com liderança no desenvolvimento industrial, que os avanços tecnológicos se podem incorporar e transmitir à economia portuguesa, tornando-a mais produtiva*²¹². É evidente que em Portugal se beneficiou, de alguma maneira, da transferência de capitais e bens que foram canalizados através do Plano Marshall para Europa. Neste sentido, pela sua proximidade geográfica aos países europeus mais industrializados o País teve, posteriormente, mais fácil acesso a conhecimentos, tecnologias e maquinarias que, por exemplo, a América Latina²¹³.

À pergunta que formula Joel Serrão, sobre se *as coisas permaneceram sacrossantamente ou evoluíram*²¹⁴, depois de considerar para a sua análise da emigração a premissa democrática liberal, a ajuda do Plano Marshall e a integração política posterior, se antepõe o assinalado por Rui Ramos a partir da vantagem outorgada pela EFTA: *abriu mercados ricos a Portugal, mas deixou-o proteger o seu próprio mercado*. Na opinião de

Thematic Review of Tertiary Education. Country Background Report: Portugal. Setembro 2006, parágrafos 190-192, p.49.

²¹⁰ Afonso e Aguiar (2004), pp.2, 9. Lains (1995), p.92.

²¹¹ Na década de 1950 enfrentavam-se duas linhas de pensamento: os «desenvolvimentistas» e os «ruralistas». José do Nascimento Ferreira Dias Júnior (Ministro da economia, 1958-1962), deu impulso à engenharia e questionou o sistema *de uma economia agrária e de pequenas e médias empresas*. Mateus (2001), p.67.

²¹² Afonso e Aguiar (2004), pp.2, 11, 8.

²¹³ Cf.: sobre o fortalecimento político-económico do Estado português, Afonso e Aguiar (2004), p.8, referem em Cita 4 que a: *Evidência nesse sentido, para o caso português, é apresentada em diversos trabalhos, como os de Gonçalves e Caraça (1986), Rolo (1984) e Pereira (1996)*. Não se fez trabalho de crítica interna a esta Cita 4 porque nesta passagem, nos interessa só evidenciar que os fatores geoestratégicos e o trabalho diplomático estão presentes nesta política económica orientada a modificar a estrutura do comércio nacional.

²¹⁴ Serrão (1982), pp.159-163.

Ramos, esta vantagem permitiu ao País melhorar os índices económicos com grande dinamismo, segundo os valores comparativos em retrospectiva na década de 1970²¹⁵. Esta década é decisiva porque associa a retórica sobre a democracia liberal e o fim de um mercado colonial protegido nos acontecimentos políticos que marcaram a independência dos territórios africanos do domínio português.

Uma coisa permanecia quase inalterada, o comércio no *Espaço Económico Português*. A estrutura comercial que Portugal manteve com as suas colónias obedeceu à sua própria necessidade e logística de abastecimento de matérias-primas agrícolas, vegetais ou minerais, à utilidade proveniente da re-exportação do produzido nos territórios africanos e à exportação de produtos manufacturados metropolitanos para esses mercados. Desta forma, este Espaço apresentou-se para América Latina como uma zona de alta concorrência²¹⁶. Neste Espaço têm presença fatores políticos externos sendo um dos mais fortes a pressão anticolonial através dos organismos multilaterais, pressão feita também com a anuência de vários países americanos. Igualmente, a própria evolução endógena criou fatores de pressão, cujas consequências demonstraram as limitações de Portugal para acompanhar o desenvolvimento económico de suas próprias colónias e, portanto, menos ainda de fornecer apoio logístico à industrialização de outras regiões ou países.

América Latina. Se a reconstrução da economia requereu o consenso internacional ao redor de normas mais claras para promover o fluxo comercial, o dilema na Europa ocidental, nomeadamente em Portugal, encontrou a sua solução quase imediata mediante a ação diplomática que conciliou os interesses políticos e económicos nas uniões alfandegárias e convénios de colaboração económica de carácter liberal. Neste sentido, a experiência da cooperação entre Estados Unidos e a Europa acelerou, sem dúvida, o restabelecimento do sistema mundial.

Neste tempo, no outro lado do Atlântico, o restabelecimento deixava outras marcas. A atenção dispensada à reconstrução europeia convertia-se em concorrência aos interesses da América Latina devido ao desvio prioritário, para o outro lado do oceano, de bens que lhe eram necessários para a sua industrialização. A perpetuação dos mecanismos geradores dos problemas económicos latino-americanos são, em parte, consequência destes fluxos

²¹⁵ Ramos (2011), Vol. 8, p.25.

²¹⁶ Serrão (1992-2000), Vol. 7, p.369-370. Afonso e Aguiar (2004), p.14.

comerciais e financeiros que se deram em direção a Europa²¹⁷. Para dar resposta a estes problemas, foi criada a Comissão Económica para América Latina, em 1948. Da CEPAL surgiram propostas concretas para canalizar as preocupações pela estagnação, propor soluções e efetuar a supervisão do crescimento económico, que entre 1945 e 1974 se situou ao redor de 5,6% anual, por debaixo do 12% já assinalado por Corral e Blanco para o crescimento mundial neste período²¹⁸.

As propostas passam pela tomada de consciência de vários aspetos, entre eles podem-se mencionar dois: primeiro, a posição periférica dos países latino-americanos dentro do sistema económico mundial e a necessidade de mudar este *status*; e segundo, a consideração de que o crescimento económico não era uma fórmula mágica para integração social. Por tanto, a tomada de consciência leva à aplicação de uma política estatal, consagrada ao interesse nacional, apta para: solucionar a difícil situação socioeconómica e demográfica; compensar a distorcida evolução da população ativa segundo os setores produtivos; e enfrentar o regime de propriedade da terra e o capital. Todas são medidas que exigiram à liderança política recondicionar a estrutura burocrática estatal e focalizar a tomada de decisões para além das órbitas de opinião e dos interesses das elites nacionais²¹⁹.

Perante esta situação, a tese desenvolvimentista surge como solução: uma industrialização, intensa e ampla, que aproveite o impulso da procura europeia de bens latino-americanos seria assim a ideal para modificar, por sua vez, a estrutura e a balança comercial que, em muitos casos, era caracterizada por importações baratas conseguidas por uma moeda nacional cujo valor se mantinha alto em relação às divisas estrangeiras. Ao invés destas iniciativas nacionais isoladas, a CEPAL propôs como estratégia a integração económica regional: *uma Zona de Livre Comércio, estimulando o intercâmbio e reduzindo gradativamente as tarifas alfandegárias de seus produtos*. Esta estratégia foi um imperativo, pois os especialistas da Comissão *haviam constatado que as taxas de crescimento nos países da América Latina vinham decrescendo e acabariam limitando a capacidade de desenvolvimento económico e industrial nessa região*²²⁰.

²¹⁷ Donghi (1998), pp.435-437. Ocampo, José Antonio (1998), «Cincuenta años de la CEPAL», in: *Revista de la CEPAL*. Santiago de Chile, S/N, Número extraordinario: *CEPAL cincuenta años, reflexiones sobre América Latina y el Caribe*, Outubro 1998. (Consulta: 05-07-2011 -www.cepal.org).

²¹⁸ Corral e Blanco (2011), pp.46-47.

²¹⁹ Ocampo (1998). Touraine (1989), pp.36-55, 36.

²²⁰ Donghi (1998), pp.437-446. Vigevani, Tullo e Karina L. Pasquariello Mariano (1997), «A Burocracia na integração regional (e no Mercosul): influência no processo decisório», in: *Cadernos Cedec*. São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, Nº 61, p.10.

No entanto, a irresolução política de subscrever propostas liberais e as circunstâncias demoraram ou obstaculizaram, segundo os diferentes casos, a aplicação das propostas. A partir de 1960, surgem novas alternativas institucionais que tentam revitalizar as estratégias integracionistas da CEPAL. Algumas ensaiaram a união a grande escala, a primeira entre elas é a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC); outras provaram aglutinar interesses comuns a nível sub-regional como o fizesse o Pacto Andino (1969). Das uniões ensaiadas pelos países latino-americanos, a integração da Venezuela no comité fundador da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), no 14 de Setembro de 1960, como único país da região junto com Irão, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita, ocasionou um grande impacto internacional pela dimensão política que era atribuída ao petróleo, perspectiva que foi comprovada em 1973.

O sistema internacional construído depois da guerra entusiasmou o livre comércio e dinamizou o fluxo a diferentes velocidades de acordo com as circunstâncias. Assim, a partir de 1945, América Latina foi inundada pelo otimismo das possíveis grandes vendas em Europa. No entanto, as ânsias reveladas no período de entre guerras em torno de uma industrialização de orientação autárquica, mantêm aberto o debate sobre os planos e projetos para obter o maior proveito da conjuntura criada pela economia em reconstrução.

De acordo com a análise feita pelo historiador Donghi, propunham-se duas alternativas principais; a primeira era continuar com o processo industrial, que tinha sido favorecido pela crise e pela II Guerra mundial, acontecimentos que tinham permitido acumular excedentes de capital graças ao *superavit* comercial. Este rentável fluxo comercial devia então, segundo os planos de investimento, aplicar os seus fundos financeiros nas empresas de transformação para continuar a industrialização. A segunda alternativa era restaurar o sistema mercantil e financeiro mundial, o que se traduz, portanto, pela volta da América Latina à sua posição de produtor de matérias-primas destinadas à exportação. O debate económico sobre as duas alternativas levou tempo em ser solucionado nas câmaras políticas onde o *lobby* dos grupos económicos opostos exercia pressão²²¹.

Um relatório da Comissão Económica para América Latina, publicado em 1951, indica que a década de 1930 se revelou como *a crucial turning point in the transition from*

²²¹ Segundo Donghi, os governos *coincidían explícita o implícitamente en creer que el giro favorable que en líneas generales la guerra había impreso a las economías latinoamericanas iba a mantenerse y consolidarse en la postguerra, los persuadía de ello el espectáculo de un viejo mundo reabierto al tráfico internacional y necesitado de todo lo que Latinoamérica podía aportar, desde alimentos hasta materiales para la reconstrucción y materias primas para la industria.* Donghi (1998), pp.432-435.

*export-led growth to import-substituting industrialization*²²². Mas é após 1945, quando *têm particular importância as experiências de crescimento introvertido e proteccionista, nomeadamente em América Latina*²²³. As observações de tal relatório revelam a dependência económica do sistema de crescimento para fora assim mesmo a influência de Estados Unidos nas políticas internas e a volta do desenvolvimento industrial. A manutenção de uma zona vizinha de economia liberal foi defendida pelos Estados Unidos. Este princípio foi ratificado pelos países latino-americanos, primeiro, com a aceitação da tutoria estadunidense pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, em Rio de Janeiro, que revalidou a Doutrina Monroe da defesa americana conjunta ante os ataques estrangeiros ao continente; e, segundo, quando na Conferência realizada em Bogotá, em 1948, a União Pan-americana passou a chamar-se Organização de Estados Americanos²²⁴.

Tal como se tinha passado na Europa, o *turning point*, na América Latina foi desigual em função da preparação prévia de cada país para a industrialização. Na região económica mesoamericana, predominou uma adesão ao antigo modelo de exportação primária. Na América do Sul, a situação de desigualdade não era muito diferente onde países, como Bolívia, Equador, Paraguai, Peru e a Venezuela, contavam com instalações pouco preparadas para a industrialização no período inicial do pós-guerra. No caso particular de Venezuela, os rendimentos do petróleo e o capital estrangeiro fixaram grande parte da elite económica às políticas partidárias de grande influência nos programas centralizadores do Estado e na crescente concentração de recursos nas mãos do governo²²⁵.

Após a II Guerra Mundial, segundo Romano e Carmagnani, na América Latina teve lugar um período marcado pelo *fuerte crecimiento del mercado interno de bienes industriales de consumo e intermedios, que se sustenta con la participación del Estado en empresas industriales*²²⁶. Não obstante esta diversificação das exportações, o predomínio

²²² Cf.: *Economic Survey of Latin America, 1949*. Nova Iorque, CEPAL-ONU, 1951. Neste relatório participou Raul Prebisch, economista argentino que realizou vários estudos sobre o desenvolvimento económico latino-americano para a CEPAL. Bethell, Leslie (1995), *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge Univ. Press, Vol. XI. Bibliographical Essays, p.518

²²³ Afonso (1999), p.15.

²²⁴ Nudelman (2001), pp.315, 325.

²²⁵ Donghi (2002), p.313. Os argumentos de Donghi estão baseados no estudo de Purroy, M. Ignacio, *Estado e industrialización en Venezuela*. Caracas, 1ª edición, Agosto 1982. Cf.: Purroy, M. Ignacio (1986), *Estado e industrialización en Venezuela*. Valencia, Vadell Hermanos Editores, 2ª edición.

²²⁶ Carmagnani, Chavez e Romano e (1999), Vol. 1, p.282.

das matérias-primas no comércio da região foi evidente durante a década de 1970²²⁷. A seguir, já na década seguinte, aqueles dois autores julgam que a Região, considerada no conjunto da maioria dos países, experimentou uma *expansión de las exportaciones primarias e industriales, así como en la diversificación de las mismas, y por último, en su aspecto general, en la liberalización comercial*²²⁸. A expansão foi, não obstante, submetida a uma dura prova nessa mesma década: a crise da dívida que por seus efeitos é comparável à crise dos anos 1930²²⁹. Na década de 1980, novos agravantes começaram outra crise e surgiu na região a denominação de «Década perdida» para se referir aos anos 80²³⁰.

As circunstâncias pós-bélicas contrariaram o sistema de transferências de capitais estabelecido sob a hegemonia britânica e impuseram a negociação internacional para institucionalizar os fluxos financeiros. Com esta orientação, as Conferências Monetárias e Financeiras de Bretton Woods, celebradas em 1944, estabeleceram o padrão de câmbio ouro - divisas, que constou de um tipo de câmbio fixo entre todas as moedas e o dólar, ao mesmo tempo em que a moeda estadunidense fixa a sua paridade com respeito à onça de ouro. A estabilidade criada pelo sistema de câmbios impulsionou os fluxos comerciais e de investimento. Com a *dolarização* das transacções criou-se pois a necessidade de dólares para o crescimento das reservas internacionais²³¹.

Em Bretton Woods também foram geradas outras instâncias de referências financeiras. Uma delas, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entrou em funcionamento em Dezembro de 1945 destinado a canalizar os créditos para a reconstrução europeia. Outro estabelecimento criado na Conferência foi o Fundo Monetário Internacional, operativo no mesmo ano do BIRD e vinculado ao fluxo de capitais e as políticas cambiais. Tanto a Conferência como suas propostas eram conformes com o espírito liberal contemporâneo que impregnou, por igual, as intenções do Plano de Recuperação Europeia (PRE), ou Plano Marshall, iniciado em Julho de 1947. É inegável que a recuperação financeira interessava a América toda para restabelecer as vendas com os seus parceiros comerciais europeus.

²²⁷ *Las exportaciones de la mayoría de los países latinoamericanos están integradas aún hoy en su mayor parte por materias primas «tradicionales»*. Westphalen (1971), p.32.

²²⁸ Carmagnani, Chavez e Romano e (1999), Vol. 1, pp.282-283.

²²⁹ Bethell, (1995), Vol. XI, p.518.

²³⁰ Corral e Blanco (2011), p.58. Marichal, Carlos (2008), «Los ciclos de la deuda externa en América Latina en el siglo XX: una historia recurrente», in: Palacios, Marco (Dir. Vol.) (2008), *Historia General de América Latina*. UNESCO, Vol. VIII América Latina desde 1930, pp.189-212, p.210.

²³¹ Corral e Blanco (2011), pp.47-48.

O fluxo financeiro dirige-se neste marco institucional durante uma etapa de trinta anos na qual a Europa será a grande recetora de capitais, em especial durante os quatro anos de vigência do Plano Marshall, e depois uma região prestamista de alta importância no sistema financeiro mundial. Ao invés, a distribuição dos fundos do Plano não foi geral: o PIB serviu, entre outros fatores, para encaminhar as transferências e reconhecer lealdades. No marco geral do PRE, outorgou-se um importante papel às firmas industriais e grupos económicos estabelecidos. Esta é a base das empresas multinacionais que dominaram o comércio internacional nos anos seguintes. Empresas multinacionais que, apoiadas pela liberalização económica, os organismos multilaterais e a maior integração política internacional, converteram-se em instituições facilitadoras das políticas económicas nacionais²³².

Este mecanismo seletivo conjugou-se com fatores internos tais a estrutura produtiva e o receio político do governo português²³³. Portugal só decidiu solicitar fundos do PRE um ano após o início do programa, pressionado tanto pelos problemas de abastecimento, a ruína financeira e cambial nacional, bem como pelo receio do atraso de seus planos de fomento. Surgiu assim, em Agosto de 1948, um organismo nacional que corresponder-se-ia com o seu equivalente internacional coordenador do Plano Marshall e que facilitou a inserção financeira de Portugal: a Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE), que funcionou adscrita ao Instituto Nacional de Estatística²³⁴.

O emprego do montante recebido do PRE, cerca de 50 milhões de dólares, aponta para os problemas de fornecimento alimentar, as inconsistências industriais e a dependência energética de Portugal²³⁵, sendo o valor mais alto utilizado na importação de cereais, um dos problemas que mais preocupava ao Governo. A quantidade outorgada resultou insuficiente para o País, isto dito em função dos objetivos nacionais expostos num *programa a longo prazo para cuja execução Portugal requeria 625 milhões de dólares*²³⁶. Com o decorrer do tempo, em Janeiro de 1959, a conjuntura integracionista leva a Portugal a submeter a convertibilidade externa do Escudo; e, em Dezembro de 1961, a OCDE adota duas novas normas que afetam as finanças: o Código de liberalização dos movimentos de

²³² *Ibidem*, pp.51-52.

²³³ Sobre a mudança da estrutura económica portuguesa, Rollo cita Rui Teixeira Guerra, na Embaixada em Paris, em 1948. Rollo (1994) p.254.

²³⁴ Leite (2006), pp.15-16.

²³⁵ *16,8 Milhões de dólares foram utilizados para importação de equipamentos*. Cerca de 20 Milhões para a importação de cereais e de 13 Milhões para produtos petrolíferos. Mateus (2001), p.75.

²³⁶ Rollo (1994), pp.267-289.

capital e o Código de Operações Invisíveis Correntes, um conjunto de normas que especificam o processo para a liberalização progressiva e não discriminatória dos movimentos de capital, assuntos que terão efeito sobre as remessas de emigrantes e trabalhadores migrantes portugueses.

Enquanto isto sucedia na Europa, o financiamento para América Latina tomava o seu próprio cariz. Os empréstimos mediam-se em função das dificuldades da balança de pagamentos e a remessa de ganhos das empresas estrangeiras, segundo cada país. Para as nações interessadas em investir em equipamentos disponíveis no mercado, os créditos deram uma boa oportunidade às empresas europeias para adquirir máquina mais modernas para as suas fábricas situadas no espaço europeu. De facto, instalava-se a tecnologia mais avançada e exportava-se a velha maquinaria, constituindo para as empresas um negócio vantajoso de retribuição imediata, bem como a participação numa industrialização estrangeira com aplicações *menos cuantiosas de lo que parecían a los países que las recibían*²³⁷.

Ainda assim, a América Latina padecia uma baixa dos preços das suas exportações; era o efeito duma crise que entre 1947 e 1949 levou ao FMI a advertir sobre os *desequilibrios fundamentales* que se estavam a verificar na zona. As principais economias da região apresentaram problemas de câmbios, com exceção da Venezuela que, membro do FMI desde 1946, gozava de bons rendimentos provenientes da exportação petrolífera, negócio que lhe permitiu ter sua moeda sobreavaliada.

Para cobrir os gastos maiores, os países latino-americanos não podiam aspirar a um PRE de estilo europeu para a região. Este ponto ficou resolvido quando na assembleia geral da União Pan-americana, celebrada em Bogotá em 1948, George Marshall em pessoa declarou que *no habría un Plan Marshall para América Latina y que esta región debería orientar sus esfuerzos hacia la captación de inversiones extranjerias directas*. O estratagema afetou, por um lado, os planos de fomento, a industrialização por substituição de importações e a capacidade técnica e, por outro, reforçou a divisão tradicional de áreas de mercado de acordo com as relações comerciais que se tinham visto fortalecidas tanto pela influência dos imigrantes -caso de Argentina, Brasil e Chile- com a Europa, tanto pelo alto valor dos investimentos e a vizinhança com Estados Unidos -caso de Centro América, o Mar das Caraíbas e Venezuela. Dois anos mais tarde, em Setembro de 1950, América assistia ao estabelecimento da União Europeia de pagamentos, um sistema multilateral de pagamentos e gestão de créditos que, mal ou bem, facilitou as operações.

²³⁷ Donghi (1998), p.440.

Em Portugal, os projetos de fomento também se viram afetados mas, diferentemente da América Latina, tal não aconteceu pela falta de abertura para a concessão de créditos mas antes pelas circunstâncias dentro do espaço económico português cuja doutrina oficial remonta a 1961, no período contemplado no Segundo plano de fomento (1959-1964). Conquanto o Primeiro plano (1953-1958) tenha registado um aumento do investimento estrangeiro, o Segundo vê entorpecido o alcance de seus objetivos por eventos políticos na Zona do Escudo e do Sistema de Compensação e de Pagamentos Interterritoriais. Efetivamente, as guerrilhas pela independência que estalam nos territórios africanos ocasionam uma sangria de capitais. Os dinheiros que saíam eram não só destinados a cobrir os gastos militares, como também procuravam outros destinos no exterior; Em princípio, todos estes eram capitais destinados ao processo de industrialização e de integração comercial de Portugal com os países europeus do norte²³⁸.

Na transição da década de 1960 para 1970, dois acontecimentos perturbaram o sistema internacional de capitais. O primeiro ocorreu em 1967, quando a Libra Esterlina foi desvalorizada para fixar o seu valor de mudança. Isto sucede em momentos em que os mercados mostram desconfiança no Dólar e ambas as situações motivam uma corrida para o Marco Alemão. Em Agosto de 1971 desencadeia-se o segundo facto: a declaração por parte de Estados Unidos da inconvertibilidade do Dólar em ouro com a consequência de um mercado onde as moedas flutuam livremente. Em 1976, os Acordos de Jamaica põem fim ao sistema monetário internacional de Bretton Woods²³⁹.

Na América Latina, os distúrbios financeiros internacionais e o controle parcializado de créditos reforçam atitudes contestatárias ao sistema capitalista. A tendência mais vigorosa nas décadas de 1960 e 1970 é aquela que exige uma equitativa assistência internacional e não condicionada, em especial do «Coloso do Norte»²⁴⁰. A tendência permanece desde então e levou a uma diversificação geográfica na captação de investimentos diretos de capital. Em relação a Estados Unidos, como observam de maneira retrospectiva os historiadores e politólogos Michael Shifter, María Elena González Deluca e

²³⁸ Ferreira, José Medeiros (2000), *Portugal en Transición*. México, FCE, pp.93-94, 121. A conjuntura obrigou a *abertura à penetração do* [Investimento Direto Estrangeiro], *iniciando-se uma série de empreendimentos nos quais se associam capitais nacionais e externos, colmatando-se assim, a limitação da capacidade de investimento por parte do Estado, sem sacrificar o crescimento económico*. Afonso (1999), p.54.

²³⁹ Corral e Blanco (2011), pp.49-50.

²⁴⁰ *Para expertos latinoamericanos, la principal función del capital foráneo (...) no es sólo contribuir a aliviar la situación creada por la escasez de capital, sino sobre todo ayudar a superar la inferioridad tecnológica de su industria a través de la aplicación de nuevas técnicas de producción*. Westphalen (1971), p.20.

Carlos Romero, na América Latina persiste o sentimento antiamericano porque a região não foi e não representa uma prioridade para Washington²⁴¹.

As expectativas da América Latina em relação a Portugal e à sua capacidade financeira de investimentos eram poucas visto o ambiente político reinante no espaço económico português. Um espaço que era, ao mesmo tempo, o privilégio de grupos empresariais metropolitanos expectantes das possibilidades de investimento, dirigidas pelo governo ditatorial e pelos detentores dos maiores capitais. De facto, no princípio dos anos 1970, os grupos CUF, Champalimaud, Espírito Santo, Banco Português do Atlântico, Borges e Irmão, FONSECAS & BURNAY e Banco Nacional Ultramarino *detinham cerca de 75% dos capitais de todas as sociedades portuguesas*²⁴². Só a fins do século XX, *começou a verificar-se, pela primeira vez com alguma expressão, movimentos de capital em sentido contrário, isto é, investimentos diretos no estrangeiro por parte de empresas portuguesas*²⁴³. Um começo tardio que tinha sua razão de ser na sobrevivência de uma mentalidade rentista, medrosa e propagandista, na maioria dos empresários com capacidade de investir²⁴⁴.

Se os fluxos comerciais e financeiros para cada continente experimentam mudanças de sentido e controvérsias, em particular desde final dos anos 1940, o fluxo migratório confirma a ampliação da diferença entre países industrializados e países pouco industrializados que teve lugar nas décadas seguintes. Somados a esta crescente diferença económica - industrial, estão o desvio da emigração transatlântica, que vinha desde Europa para a América, e a génese de dois tipos de deslocamentos, ambos em direção norte. Um movimento registou um significativo aumento dos fluxos intracontinentais, muito

²⁴¹ Cf.: Shifter, Michael, «Los Estados Unidos y América Latina bajo el lente del imperio»; González Deluca, María Elena, «E.E.U.U. y América Latina: relaciones tensas e inevitables»; Romero, Carlos, «Intereses mundiales y hemisféricos de EE.UU.», in: Cadenas, José María (Comp.) (2004), *América: unidad en la pluralidad*. Caracas, UCV-FGMA, pp.47-62; 63-69; 71-78, respct. Conferencias CEA-UCV, Fevereiro-2004.

²⁴² Mateus (2001), pp.203-207.

²⁴³ Afonso e Aguiar (2004), p.4.

²⁴⁴ Desde 1946 sublinhou-se que *uma das principais restrições ao crescimento económico de Portugal tem sido a escassez de empresários capazes e dinâmicos (...) empresários que acompanhassem os desenvolvimentos tecnológicos e tivessem uma ótica internacional*, aspeto que foi também motivo de denúncias feitas nos tempos em que Aníbal Cavaco Silva foi Primeiro-ministro. Mateus (2001), p.207. Na obra *Quem é Alguém*, publicada em 1947, que *retrata uma elite portuguesa provinciana, com escasso conhecimento direto do estrangeiro*, nota-se a mudança na atitude internacionalista de uns poucos industriais e com casos concretos de aplicação prática na década de 1960, quando os estudos e as viagens complementavam a formação de um agente comercial. Leite (2006), pp.19-20.

acentuado na Europa. O outro iniciou-se a partir dos países do sul para o hemisfério norte onde se encontra a maioria dos membros da OCDE²⁴⁵.

O caminho da industrialização teve o mesmo percurso destes fluxos migratórios que partiam à procura, precisamente, de níveis de bem-estar que os países do sul não tinham ainda atingido. Todavia, o progresso requeria não só mão-de-obra barata, sem qualificação, como também com preparação. A incongruência entre estes fatores -industrialização e população trabalhadora com pouca ou nenhuma qualificação foi uma das causas da emigração portuguesa que saiu em massa, legal ou clandestinamente, em direção a França, Alemanha, Inglaterra, Luxemburgo, Suíça, etc., nas décadas de 1950 - 1960²⁴⁶. A tentativa de obter melhores níveis de bem-estar em Portugal começaram a manifestar-se na transição da década de 1950 a 1960, quando se percebem hábitos urbanos e consumos novos segundo moldes aburguesados contemporâneos²⁴⁷.

A nível interno, a baixa qualificação teve as suas vantagens para o aumento das exportações de bens intermédios de Portugal, pois do *padrão de especialização que emergiu nos anos 60 (...) mesmo nestes sectores da indústria manufactureira, as vantagens comparativas de Portugal revelam-se sobretudo em produtos intensivos em trabalho pouco qualificado*²⁴⁸. Nesse sentido, as empresas estabelecidas em Portugal continental beneficiavam de uma elevada procura de trabalho, aspeto com pouca variação desde finais de 1948, quando se aplicava o *frigidaire* nas zonas industriais enquanto em regiões com alta densidade demográfica, de exploração maioritariamente agrícola e com pouca oferta de emprego, se facilitava sua saída da população. Mas, ao mesmo tempo, imperava uma alta taxa de analfabetismo e uns modestos níveis na formação no conjunto de trabalhadores assalariados, índices que se situavam entre os mais baixos de Europa²⁴⁹.

Na América Latina, *en círculos latinoamericanos competentes*, considera-se vital o fluxo migratório de técnicos e profissionais, bem como a implantação de modernas

²⁴⁵ Corral e Blanco (2011), pp. 50, 63.

²⁴⁶ Serrão (1982), pp.57-77.

²⁴⁷ Leite (2006), pp.30-31.

²⁴⁸ Afonso e Aguiar (2004), p.10.

²⁴⁹ F. G. Cassola Ribeiro aponta que foi um objetivo prioritário consagrar na lei a congelação, o *frigidaire*, em termos da época, da força trabalhadora para incluir os operários no mercado pagando quando e a quantos fossem necessários. O controlo mais estrito era exercido nas zonas mais industrializadas do país, como a região norte continental. As ilhas atlânticas gozavam de menor zelo oficial e foi-lhes permitida a emigração pela via dos decretos. Cf. Decreto-Ley nº 36819 (6-04-1948), in: Ribeiro, Francisco G. Cassola (1986), *Emigração portuguesa. Aspetos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial*. Lisboa, SECP, pp.13-16, 24-28. Mateus (2001), p.57.

técnicas. Com estes dois elementos pensava-se possibilitar a formação e o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores. Neste sentido, a maioria da emigração portuguesa não podia participar neste processo vistos os índices referidos e a falta de capacitação técnica²⁵⁰.

Não obstante, o seu número conserva-se importante. Para a Venezuela, em particular, foi significativo o fluxo que se conservou a partir da Madeira. Contrariamente à corrente intracontinental, esta ilha manteve com a Venezuela um fluxo constante, com médias próximas de 3.000 indivíduos/ano, desde 1948. A corrente manteve-se até que a mudança política em Portugal e as crises do petróleo de 1973, primeiro, e a crise financeira venezuelana de 1983, que forçou uma desvalorização da moeda, depois, marcaram um ponto de inflexão na comunidade portuguesa na Venezuela. Durante o período, a Madeira mostrava sinais semelhantes aos de várias regiões Latino-americanas: disfunção de taxas e problemas de crescimento demográfico, dificuldades de abastecimento, apuros para fixar empresas, investimentos e tecnologia, entre outros²⁵¹. Na América, estes factores conjugaram-se *producing unprecedented population pressures, unemployment and underemployment, massive outmigration from rural areas and mushrooming urban slums on an unprecedented scale*²⁵².

A saída de emigrantes de Portugal continental teve como destino o norte industrializado que oferecia à Europa do Sul a impressão de se encontrar *pela primeira vez efetivamente próxima de um grande polo de crescimento económico, que funcionava em relação ao resto da Europa Ocidental num sistema de grande abertura, criando oportunidades diversas numa frente ampla da economia*²⁵³. Desta forma, o fator de proximidade geográfica, o número de economias nacionais desenvolvidas e a diferença de indicadores económicos ofereceram aos trabalhadores sul europeus mais possibilidades de destinos intracontinentais do que podia oferecer América a seus naturais. Só casos isolados, como Estados Unidos, Canadá e Venezuela, esta última até 1983, manter-se-iam sugestivos pelo valor das moedas²⁵⁴.

²⁵⁰ Westphalen (1971), p.20.

²⁵¹ Abreu Xavier (2007), pp.43-49.

²⁵² Conde e Stein (1977), p.4.

²⁵³ Leite (2006), p.10.

²⁵⁴ Ribeiro (1983), pp.521-533. *Importa notar que, ao contrário de períodos anteriores marcados pela emigração transatlântica, a emigração portuguesa foi quase exclusivamente uma emigração para a Europa. A proximidade geográfica e as acessibilidades terrestres teriam grandes consequências, desde as oportunidades sem precedentes para a emigração clandestina (...) as viagens de férias dos emigrantes, as repercussões culturais dos modelos demográficos e políticos, e a imitação dos padrões de consumo da Europa industrial.* Leite (2006), p.10.

A imagem exterior de Portugal foi uma grande preocupação política para o Estado Novo porque esta apresentava múltiplos ângulos. A imagem compreendia a representação duma nação empenhada em diversos aspetos, como reduzir a diferença com as potências mais industrializadas, melhorar seu comércio externo e mostrar a transformação do Império num espaço moderno de interesses geoeconómicos e geoculturais comuns, onde ressaltava a defesa da integridade nacional. Outro ângulo foi a caracterização da população emigrante no estrangeiro construída a partir da falta de capacidade técnica e da instrução elementar, mas com grandes qualidades de trabalho²⁵⁵. *Nesta política de salvaguarda dos interesses nacionais*, e resumindo a opinião do historiador Joaquim Veríssimo Serrão, que analisa a relação emigração - política externa, surge, sem dúvida, a defesa desse interesse particular no exterior e mesmo uma revisão da atenção brindada ao emigrante pois *se essa missão visava os departamentos de relações externas, devia também exercer-se nos centros de emigração espalhados por esses países*²⁵⁶, posição que vivifica a ideia de desamortização económica, independência e dignificação nacional, expressadas por Bernardino Machado já em 1923, uma década que contou, como se viu, com alguns países da América fechados à imigração²⁵⁷.

A representação diplomática portuguesa devia pois velar por manter os efeitos positivos da emigração, em sua dupla vertente: por um lado, na economia com a *transformação das estruturas rurais e eliminação de grande parte do subemprego*; e, por outra, nas finanças com o alto volume de *transferências privadas a crédito* que cobria *uma parte substancial do défice da balança de bens e serviços*²⁵⁸, ao menos até mediados da década de 1970.

Por esta altura, os fatores que indicam a inflexão da comunidade emigrante na Venezuela -bem como em toda a América- coincidem com aqueles que denunciam a ainda

²⁵⁵ *A nível interno, a guerra colonial aumenta as despesas públicas não reprodutivas, gera uma crise de confiança em muitos capitalistas, excita uma vaga de emigração de mão-de-obra e provoca o isolamento diplomático.* Afonso (1999), p.54.

²⁵⁶ Serrão (1977-86), Vol. XII, pp.21, 25, p.34.

²⁵⁷ Machado, Bernardino (1923), «O Século.O Bloco. O Governo», in: *A Patria*, 20-01-1923. Oliveira Marques, A.H. de e F. Marques da Costa (1978), *Bernardino Machado*. Lisboa, Montanha, pp.230-235.

²⁵⁸ *O enorme volume de remessas de emigrantes sustentou uma subida do rendimento nacional que atingiu cerca de 7% no final do período, e que veio contribuir para cobrir uma parte substancial do défice da balança de bens e serviços. (...) as transferências privadas a crédito (remessas de emigrantes) subiram... Entre 1960-63, cobriram cerca de 54% do défice da balança de bens e serviços, a partir de 1966 as remessas passam a cobrir totalmente o défice, e, em 1970-73, representavam 147% do défice. Também em termos do PIB o seu acréscimo é importante, passando de 3%, em 1960, para 8,2%, em 1972.* Mateus (2001), pp.96-98.

vulnerável economia portuguesa²⁵⁹. Efetivamente, entre 1973, ano da primeira crise petrolífera, e 1983, ano da crise da dívida da América Latina e da Venezuela e ano da intervenção do Fundo Monetário Internacional em Portugal, verificou-se que *as relações económicas internacionais continuaram a condicionar fortemente a economia portuguesa*²⁶⁰. Como consequência de este condicionamento, o comércio externo português deteriorou-se e *a balança de pagamentos, que entretanto deixou de ser compensada pelas remessas de emigrantes, entrou por duas vezes em crise aguda*²⁶¹.

A convicção de ultrapassar o condicionamento do país às suas relações económicas internacionais tinha tido eco no governo português e transformou-se numa de suas principais preocupações políticas no ano do estabelecimento do Plano Marshall. Daí, a abertura de Portugal à integração e o pedido de ajuda financeira, apesar do receio de integrar uma organização que poderia obrigar o país a seguir possíveis diretrizes ditadas por países mais poderosos e desenvolvidos. Na decisão pesou também a experiência. A estratégia política de tratar com todos os grupos, manobra que tinha dado bons resultados ao regime ditatorial durante a neutralidade da II Guerra mundial²⁶², manteve a atenção em todos os organismos. De facto, ainda que tinha aderido à OECE, Lisboa tinha-se autoexcluído de fundar a CEE por esta razão e, em troca, inscreveu-se na EFTA sob o lema de que cada país devia cooperar com os outros no fomento do livre comércio deixando as políticas económicas em mãos dos respetivos governos. No dizer do historiador Rui Ramos, Portugal *não queria perder nenhum comboio*²⁶³ e a esta estratégia atribui-se o facto de, em 1962, Lisboa ter pedido o estatuto de membro associado à CEE.

Os organismos internacionais de integração favoreceram o intercâmbio de ideias dos diplomatas portugueses com os seus pares de países mais avançados na senda do

²⁵⁹ Serrão (1982), pp.48-49, 75-77. Afonso e Aguiar (2004), p.8.

²⁶⁰ O primeiro choque petrolífero marca o fim da *Época de Ouro do crescimento* (1950-73) e o começo da *desaceleração do crescimento* (1973- em diante). Mateus (2001), p.18.

²⁶¹ Afonso e Aguiar (2004), pp.3-4.

²⁶² A neutralidade permitia fazer duas leituras, tal como fez o Foreign Office em 1940. Rosas, Fernando (1990), *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa, Estampa, p.47. Rosas apresenta dados estatísticos sobre a bonanza da época. Os dados também permitem a Torre e Cervelló concluir que *La neutralidad portuguesa en la Segunda Guerra Mundial reportó al país unos años de prosperidad económica*: o PIB cresceu um 27%; a acumulação de reservas foi excepcionalmente alta (de 212 milhões de Escudos em 1939, passa a 17.053 milhões em 1946); a taxa anual média de crescimento industrial chegou a 6,2%. *En suma, el Estado se enriqueció y la estructura económica del país comenzó a mutar en un sentido industrializador*. Cf.: «El Portugal salazarista en la crisis mundial», Torre, Hipólito de la e Josep Sánchez Cervelló (1992). *Portugal en el siglo XX. La historia en sus textos*. Madrid, Ediciones Istmo, pp.191-202.

²⁶³ Ramos (2011), Vol. 8, p.24.

capitalismo bem como ajudaram também a melhorar a imagem exterior de Portugal. Com o decorrer do processo, o pensamento económico europeu permeou o sistema corporativista português. As melhoras ampliaram-se quando foi alargado o palco institucional depois da confirmação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE), em 1960, fundada com o objetivo de coordenar as políticas económicas e sociais de seus 20 membros fundadores²⁶⁴.

Ao mesmo tempo em que Europa ocidental estabelecia as suas instituições económicas, Portugal ganhava visibilidade na celebração de acordos de integração. Sete anos depois de sua criação, a assembleia anual da OCDE seria dirigida por Portugal, representado precisamente pelo seu ministro de assuntos económicos, Correia de Oliveira, o mesmo que nos inícios dos anos 60 advogou uma abertura comercial e uma diversificação dos mercados do país. A seguir, Portugal celebrou o Acordo de Comércio Livre com a Comunidade Económica Europeia em 1972, e a adesão à Comunidade Europeia em 1986. Os resultados da ação diplomática ligada ao interesse económico e à integração comercial foram consequentes neste sentido.

A ação meramente política transitou, ao invés, caminhos mais longos. Assim, a primeira candidatura oficial de Portugal à ONU foi apresentada em 1946, apoiada por Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, mas esta apresentação foi vetada pela União Soviética. A admissão teve lugar, finalmente, no 14 de Dezembro de 1955. Esta instância seria, *a posteriori*, palco de outros litígios centrados na sua conceção de Estado pluricontinental, de dirigismo ditatorial e de administração colonial²⁶⁵.

Até começar a contestação do colonialismo português, parte do apoio recebido pelo regime de Lisboa originou-se no interesse das potências na zona atlântica de influência portuguesa e na colaboração prestada aos aliados durante a II Guerra mundial, assuntos que reverteram na sua valorização política²⁶⁶. Dois precedentes importantes facilitaram-lhe a sua participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Washington, 4-Abril-

²⁶⁴ Membros fundadores: Austria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islandia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Grã Bretaña, Estados Unidos.

²⁶⁵ Serrão (1992-2000), Vol. 7, pp.532-534.

²⁶⁶ Em 1967, Lisboa converteu-se no quartel central da *NATO's Iberian Atlantic Command (IBERLANT)*. *Portugal's role within NATO and its staunch anti-Communist stance helped prolong the life of its colonial empire in Africa and accounted for the thinly veiled dismay with which the United States and other Western powers greeted the Carnation revolution of 1974, which overthrew the Salazar regime*. Elbl (2006), p.32.

1949): o Acordo Luso-Britânico sobre o uso da Base de Lajes (17-Agosto-1943) e o Acordo Luso-Estadunidense sobre o uso da Base de Santa Maria (28-Novembro-1944)²⁶⁷.

A rotação de Portugal a volta da integração económica europeia cria uma força centrípeta em relação com América Latina. Tem que se pensar numa intensificação das ligações da Europa com a América Latina a partir do ingresso da Espanha e de Portugal na UE. Ao mesmo tempo, a Europa imporia a ambos os países ibéricos o estreitamento dos laços que s ligavam. As tentativas comprovam-se na aproximação das instituições corporativas e nas assembleias de comércio ibero-americano. Estas últimas começaram em 1969, na cidade de México e nela participaram associações portuguesas que apresentaram propostas estratégicas globais²⁶⁸. Na década de 1990, *no quadro da sua Política de Relações externas (...) a União Europeia tem vindo a intensificar e aprofundar as suas relações económicas e comerciais com a América Latina* e neste impulso, Portugal tem participado²⁶⁹.

Por sua vez, a América Latina, identificada na década de 1960 pela maioria dos seus países em desenvolvimento -um grupo com peso reduzido nos intercâmbios comerciais e nos investimentos estrangeiros dentro das relações económicas internacionais, está atenta à criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento destinada a fomentar o comércio deste grupo com os países industriais²⁷⁰. O balanço feito até 1980, de maneira geral para toda a região, indica, no entanto, pouco avanço na integração continental e a persistência dos mesmos problemas, o que levou a rever a quota-parte de responsabilidade da mesma região pela sua situação²⁷¹.

²⁶⁷ ...às duas margens do Atlântico, o território português marca um espaço privilegiado de ligação entre continentes, nas rotas marítimas e aéreas. Em termos geoestratégicos esse espaço iria garantir a entrada de Portugal na NATO, numa evolução que do lado português se apresentava como uma atualização da velha aliança luso-britânica. Em termos económicos deu visibilidade a Lisboa, ao seu porto e aeroporto, e abriu possibilidades de aproveitamento que seriam concretizadas em projetos como o estaleiro da Lisnave e o complexo petrolífero de Sines. Leite (2006), p8, 14.

²⁶⁸ A publicação *Associação Industrial Portuguesa, Uma estratégia empresarial para a América Latina*, uma separata do *Boletim AIP Informação*. Lisboa, Nº 11 e Nº 12, Novembro-Dezembro 1985, 1986; resgata a necessidade de *incrementar o relacionamento económico multilateral com outros espaços e outras zonas, designadamente a América Latina*, objetivo que é tratado nas assembleias de comércio ibero-americano.

²⁶⁹ Pereira, José Silva (1995), *América Latina*. Lisboa, DGC -MCT, p.5.

²⁷⁰ Corral e Blanco (2011), p.51.

²⁷¹ Romano e Carmagnani assinalam, por exemplo, *que las fuerzas económicas internas tuvieron una escasa capacidad para desarrollar formas de colaboración que hicieran posible la convivencia de distintos intereses en el interior del mismo espacio económico*. [Interesses incapazes de] *poder traducir la colaboración al plano de las relaciones económicas internacionales* [porque] *persistió una postura por parte de los diferentes grupos de interés esencialmente corporativa, que contrasta con la apertura hacia una pluralidad de mesas de negociación que encontramos en la economía contemporánea*. Finalmente, os autores apontam que existiu *una débil voluntad, por parte de los actores económicos, para construir nuevas realidades económicas que se*

Até aqui, o contexto evidencia as tendências gerais da relação entre Portugal e Venezuela. Ambos os países atuaram, *grosso modo*, num palco político caracterizado pela tendência a equilibrar a influência das metrópoles, economicamente poderosas e de discursos hegemónicos, com seus próprios planos nacionais. A capacidade que desprezaram tanto Portugal como Venezuela, para fazer interagir a influência exterior e os planos nacionais em conjunto, determinou a capacidade de ambos os países para estabelecer relações com outras nações na mesma situação relativamente aos centros de decisão política internacional. Assim, ambos os países viram-se, por um lado, estimulados pela tendência integracionista do comércio e da política internacional e, por outro lado, levados pelo arbítrio de somar-se a essa integração.

Os fluxos foram cíclicos no que diz respeito às condições propícias para uma maior intensificação da relação binacional, em particular, desde mediados do século XIX. O fluxo comercial, apoiado por um pensamento mercantil em evolução, guiou tanto as tentativas de modificar a estrutura do comércio externo, em especial, a concentração de destinos e de produtos de exportação, como as negociações para normalizar o intercâmbio comercial pela via do entendimento formal entre Estados. O fluxo migratório seguiu também sob a égide do pensamento económico que mobilizou a população portuguesa para América, sendo de notável importância para a relação binacional a emigração orientada para os territórios ligados com o comércio no Mar das Caraíbas. A emigração e o envio de produtos portugueses para estes territórios, na sua grande parte controlados por outros países europeus, tiveram lugar no marco de um fluxo financeiro destinado à exploração de recursos e de áreas que coadjuvaram na transformação das relações espaciais interamericanas e intrarregionais.

No século XX, a intensificação da relação Portugal - Venezuela tem lugar no meio das circunstâncias que relançam o comércio internacional com a importância crescente dos combustíveis, a inovação tecnológica aplicada às comunicações, a maior liberdade dos movimentos de população e a maior imbricação dos fluxos, com capitais estrangeiros a impulsionar a indústria nacional que em Portugal foi orientada para a diversificação industrial e na Venezuela para a exploração intensa das potencialidades do petróleo, com a retoma dos fluxos migratórios transatlânticos até o redirecionamento intraeuropeus da década de 1960.

tradujeran en un constante incremento del producto per cápita sin menoscabo de las premisas esenciales: el desarrollo de una pluralidad de fuerzas de mercado, la libertad de acceso a los recursos con reglas válidas para todos, la atención a la intensificación del capital físico e partilha dos benefícios segundo o empenho. Carmagnani, Chavez e Romano (1999), Vol. 1, p.287.

2. Teorias políticas e de comércio internacional aplicadas

O comércio enquanto instrumento e objetivo do interesse nacional²⁷² é uma proposta que requer várias considerações. O estudo de um aspeto da economia, neste caso o comércio, atinge dimensões multidisciplinares quando ultrapassa o âmbito das políticas públicas nacionais. Uma das dimensões é a abordagem histórica do exercício da atividade comercial, por um lado, pela diplomacia como uma tarefa central desta antiga carreira profissional²⁷³, e, por outro lado, por outros profissionais ligados ao comércio. Ambas as abordagens consideram a existência de uma ligação estreita entre diplomacia e comércio que implica um conjunto de instâncias e de fatores interligados ao mais alto nível do governo e da própria conceção das relações do Estado²⁷⁴.

Ao aplicar na proposta inicial a análise de questões ligadas às relações comerciais entre Portugal e a Venezuela, a abordagem histórica refere-se às três áreas principais dos estudos diplomáticos, mas concentra-se em particular nas negociações internacionais, tanto políticas quanto económicas, e na história diplomática²⁷⁵.

A. Tendências político - diplomáticas

A proposta inicial do trabalho leva a discutir a importância do comércio na política externa e na política económica nos dois países. Estas políticas, por sua vez, são guiadas por orientações alinhavadas num programa de governo e implementadas através dos canais da administração pública relacionados com a promoção e defesa do interesse nacional, que a nível internacional corresponde, assim, às embaixadas e aos consulados²⁷⁶. No entanto, é

²⁷² Embora uma parcela do comércio geral, o comércio exterior é considerado uma prioridade para qualquer país. No caso de Portugal é o único dos subsectores que ainda merece algumas referências nos debates e análises é o comércio externo. «Comércio», in: Serrão (1992-2000), Vol. 7, p.367.

²⁷³ Sobre as Relações Internacionais (RI) como uma disciplina de estudo, ver: Halliday, Fred (1996), «The future of International Relations: fears and hopes», in: Smith, S., K. Booth y M. Zalewski (Eds.), *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge, Cambridge Univ. Press; Resende, Erica Simone Almeida (2010), *A crítica pós-moderna / pós-estruturalista nas relações internacionais*. Boa Vista, Editora da Univ. Federal de Roraima, pp.12-16, 18, 27. Lafferriere, Augusto Diego (2008), *Apuntes sobre Derecho internacional y Política exterior*. Buenos Aires, DemandaStores.p.32.

²⁷⁴ Sobre a interação entre teoria e prática e entre economia e política, ver: Cohen, Raymond (1998), «Putting Diplomatic Studies on the Map», in: *Diplomatic Studies Programme Newsletter*. CSD, Univ. of Leicester, Nº 4, Maio, pp.1-2; Cohen, R. (2000), «Meaning, Interpretation and International Negotiation», in: *Global Society*, Vol. 14, Nº 3, pp.317-335; Cohen, Benjamin J. (2002), «International Finance», in: Carlsnaes, W., T. Risse-Kappen e B. A. Simmons, *Handbook of International Relations*. London, SAGE, pp.429-447, p.429.

²⁷⁵ A terceira área é o Direito Internacional Público e Privado. Gonzalo, Marisol de (2000), «Historia diplomática. Problemas metodológicos, historiográficos y de fuentes», in: Rodríguez L., José Ángel (Comp.) (2000), *Visiones del Ofc.: historiadores venezolanos en el siglo XXI*. Caracas, CEP-UCV, pp.79-98, p.80.

²⁷⁶ *La diplomacia comprende la mecánica y los medios, mientras que la política exterior involucra fines y objetivos*, segundo González Urrutia, Edmundo (1992), «El funcionario diplomático venezolano», in:

impossível agir sempre de forma consistente com aquelas orientações porque há circunstâncias motivadas, às vezes, pelo interesse de agentes não-estatais ou informais, como no caso das ações tomadas por comerciantes independentes, empresas privadas, associações e câmaras, pertencentes a um país ou com vínculos binacionais, que interessa considerar neste trabalho pelo importante papel que jogaram na promoção do comércio.

É visto, então, que há uma atribuição e distribuição claras das responsabilidades no organigrama estatal em relação aos diferentes aspetos do comércio. Uma política económica concebida por um gabinete executivo e uma política externa executada pelo serviço externo, funcionam, de maneira análoga e com objetivos coerentes, para alcançar o melhor desempenho para o benefício daquelas²⁷⁷. Exposto de maneira interligada, a análise da parte política subscreve as ações do braço operacional (a Diplomacia) para aplicar no campo das relações entre Portugal e a Venezuela um programa fornecido por um executivo (o Governo) com autoridade para decidir o que fazer a favor de uma parte vital (o Comércio) dos interesses do Estado.

O comércio, a política e a diplomacia estão assim presentes no trabalho segundo as diferentes funções. À última corresponde-lhe a função de ser um assistente dos dois primeiros, enquanto aqueles alternam-se na prioridade das relações internacionais. Esta inter-relação não significa que não exista ligação entre o comércio e a política ou entre eles e a diplomacia: a prioridade é dada segundo as circunstâncias e a perspectiva - ao nível nacional ou internacional -, com que é visto cada uma dessas funções em determinados momentos. Sem dúvida, nesta inter-relação podem ser ressaltados uns aspetos mais do que outros. As políticas económicas de um país englobam a política fiscal e monetária, o fomento industrial, a demografia, entre outros aspetos, considerando até as possíveis contradições nos seus respetivos planos, comerciais em particular, num período de mudanças de paradigmas económicos, tais como aquelas experimentadas durante o enquadramento temporal deste estudo. A economia e a política misturam-se assim, no

Romero, Carlos (Coord.) (1992), *Reforma y política exterior en Venezuela*. Caracas, INVESP/Nueva Sociedad, p.174.

²⁷⁷ «Política económica»: *El conjunto de orientaciones, objetivos, propósitos, estrategias y medios diseñados y adoptados por un gobierno para encauzar los asuntos económicos de la nación, en su conjunto*; «Política externa»: *Una estrategia o programa planeando la actividad de un Estado, frente a otros Estados o entidades internacionales, y encaminado a alcanzar metas específicas, definidas en términos de los intereses nacionales*. A política económica refere-se ao comércio como um objetivo específico definido em término dos interesses nacionais, enquanto a política externa refere-se ao seu braço executivo: a diplomacia. Osorio Arcila, Cristóbal (2006), *Diccionario de Comercio Internacional*. Bogotá, ECOE, p.262.

cenário da diplomacia, refletindo as respectivas dinâmicas históricas do pensamento que lhes deu forma²⁷⁸.

Neste cenário, Portugal e a Venezuela experimentam acelerações e bloqueios nos seus respetivos processos de consolidação do Estado, de modernização e de desenvolvimento económico. Além disso, suas relações comerciais estreitam-se ou ampliam-se de acordo com o acompanhamento que os vários governos fizeram às doutrinas que serviram para interpretar o mercado e as próprias condições deste no âmbito internacional e, em particular, na área geográfica envolvente. Nota-se neste sentido o desempenho de atribuições diferenciadas para o Estado e para o Governo, semelhante ao que distingue a política externa da política económica.

A política externa refere-se a um objetivo imutável: a existência e a consolidação do Estado. Enquanto isso, a elucidação do interesse nacional, muitas vezes varia de acordo com determinadas conjunturas no ambiente internacional. Desde a sua criação, o termo «Estado» incorporou noções que se tornaram denominador comum do sistema das relações internacionais entre as nações modernas. Noções como de soberania, equilíbrio e procura de poder, interesse nacional, direito internacional, etc., tiveram a sua origem na série de reuniões e acordos que selaram a Paz de Vestefália²⁷⁹ e que permanecem associadas ao paradigma da modernidade e às perspetivas teóricas que proclamam, em particular, uma visão realista do panorama mundial²⁸⁰.

Os tratados vestefalianos coadjuvaram a instituir o sistema de equilíbrio das potências europeias através de alianças, obtidas através de missões diplomáticas lideradas principalmente por nobres e orientadas para obter e manter esse alvo político. Desde então, os Estados-nação reconhecem-se, por um lado, soberanos na prescrição de suas políticas internas e dos seus interesses nacionais e, por outro, autónomos na forma jurídica de gerir

²⁷⁸ Há uma coordenação de objetivos entre Política económica - Política comercial e Política interna - Política externa; esta última *comprende un proceso dinámico de aplicación de interpretaciones relativamente fijas de los intereses nacionales a los factores de situación del medio internacional que suplen grandes fluctuaciones, para desarrollar un programa de actividades, seguido de los intentos requeridos para lograr la aplicación diplomática de las pautas de la política*. Osorio Arcila (2006), p.262.

²⁷⁹ Cf.: Droz, J. (1972), *Histoire diplomatique de 1648 à 1919*. Paris, Dalloz; Renouvin, Pierre (1998), *Historia de las relaciones internacionales (Siglos XIX y XX)*. Madrid, Edic. Akal, 2 Vols. «Peace of Westphalia», in: *EBritain*.

²⁸⁰ *Desde la creación del sistema de estados westfaliano, y mientras Europa fue el centro de las potencias hegemónicas, la teoría realista y sus postulados (balance de poder, búsqueda de poder, interés nacional, etc.) dominaron la escena en el análisis de las relaciones internacionales*. Lafferriere (2008), p.31.

as suas relações. Este conceito do Estado, com os seus preceitos, instituições e interesses, foi utilizado na construção das nações latino-americanas²⁸¹.

A Paz de Vestefália, no entanto, era uma aspiração a uma situação de paz num teatro de guerra variável e anárquico. Um cenário que obrigou as potências a reverem os esquemas de parceria existentes para acabar com o estado de guerra do início do século XIX, uma circunstância alimentada pelas aspirações expansionistas e para dar um novo fôlego ao sistema internacional²⁸². A revisão teve lugar no Congresso de Viena (1815) de onde saíram decisões relacionadas não só com o problema político para reconstruir a Europa, mas também o dilema colonial hispano-americano. A partir do Congresso, tornou-se claro que o interesse económico das potências europeias teve um forte peso na solução deste último dilema, uma saída que a Espanha já tinha assumido um ano antes do Congresso²⁸³.

Uma nova revisão foi feita quase 150 anos depois. Viena voltou a ter um papel de referência importante para as relações diplomáticas e o direito internacional após a promulgação de uma Convenção, em 1961, que estabeleceu no seu Artigo 3º, as funções das missões diplomáticas: representação, defesa dos interesses estatais e dos nacionais,

²⁸¹ Historiadores latino-americanos argumentam que a realização histórica do Estado-nação surge da consciência nas elites da sua pertença a América por nascimento, mas com o exercício dos direitos cidadãos da Europa. Cf.: «La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870», in: Vásquez, Josefina Zoraida (Dir. Vol.) (2008), *Historia general de América Latina*. UNESCO-Editorial Trotta, Vol. VI; Garavaglia, Juan Carlos (2007), *Construir el Estado, inventar la Nación. El Río de la Plata, siglos XVIII-XIX*. Buenos Aires, Prometeo; Damas, Germán Carrera (2002), *Fundamentos históricos de la sociedad democrática venezolana*. Caracas, FEH-UCV; Straka, Tomás (2000), *La voz de los vencidos. Ideas del partido realista de Caracas, 1810-1821*. Caracas, CEP-FHE-UCV. Pino Iturrieta, Elías (1998), *Ideas y mentalidades de Venezuela*. Caracas, ANH; Pino Iturrieta, (1991), *La mentalidad venezolana de la emancipación*. Caracas, ElDorado ediciones. Hurtado Leña, Miguel (1983), «Bolívar en la historia universal», in: *Revista del IUPC*. Caracas, IUPC, Nº 11, Julho, pp.113-140; Kaplan, Marcos (1976), *Formación del Estado Nacional en América Latina*. Buenos Aires, Amorrortu Editores.

²⁸² Sistema ou esquema: *relaciones internacionales que se desarrollan entre los diferentes actores que intervienen en la política internacional en una época determinada*, como no chamado «Concierto Europeo» a partir de 1815. Phillips, Pablo Valdés y Juan Salazar Sparks (1987), *Manual de política mundial contemporánea*. Santiago de Chile, Edit. Andres Bello, p.7; Renouvin (1998), pp.3, 14, 26, 29, 51, 82; Picón (1999), p.41; Hernández (2005), p.82; «Congress of Vienna», in: *EBritain*.

²⁸³ O Congresso de Viena não resolveu a crise internacional do Império colonial espanhol. Em Julho de 1814, Grã-Bretanha obteve de Espanha a promessa de nação mais favorecida nos domínios espanhóis. Renouvin (1998), pp.9-10. O ano de 1814 foi crucial na repressão espanhola na Venezuela: a vitória espanhola na Batalha de Urica (Venezuela, 5-12-1814) selou o fim da Segunda República; enquanto, em Cádiz, Pablo Morillo preparava a chamada "Expedición Pacificadora", com quasi 15.000 homens e mais de sessenta navios, que saiu a 15- 02-1815. Cf.: «Boves, José Tomás» e «Morillo, Pablo», in: *DHV-FP* (2000). Enquanto a Grã-Bretanha, manteve objectivos claros na "Política británica hacia Latinoamérica", incluindo *la continuación del comercio inglés; impedir que América Latina cayera en manos no amistosas; disuadir a los colonos para no empaparse demasiado en el jacobinismo*. Picón (1999), p.104.

negociação, informação, fortalecimento de relações de amizade, científicas, culturais, diplomáticas, económicas, etc.

A partir da experiência dos Estados-nação, tanto na formulação dos confrontos e conflitos de interesse, como dos tratados e convenções, foram estruturados padrões de pensamento e prática das relações internacionais, não isentos de carácter multidisciplinar²⁸⁴. Este pensamento envolve os estudos sobre o Estado e os mecanismos para conduzir a política estatal na formulação de estratégias que permitem otimizar o poder nacional²⁸⁵. Um breve resumo dos estudos do Estado interessa à análise do comércio entre Portugal e Venezuela. A razão encontra-se na própria essência do seu significado que ajuda a compreender a evolução de cada país, bem como os meandros das relações bilaterais. A análise do conceito de Estado, mesmo o mais curto, leva à consideração dos fatores que condicionam a política económica e a política externa²⁸⁶.

O Estado é a sociedade política regulada de forma jurídica como resultado do processo evolutivo da organização humana²⁸⁷. Está é uma abordagem sociológica óbvia da noção do Estado. No Direito internacional, o Estado é definido a partir dos elementos constitutivos: território, população, governo (instituições políticas), e reconhecimento internacional. É interessante acompanhar este processo porque o sistema jurídico que regula o Estado, normaliza portanto a relação entre as instituições e a sociedade e entre os atores sociais lançando uma olhada sociológica sobre a identidade da Nação.

Este assunto projeta-se na análise das relações comerciais que a comunidade lusa na Venezuela mantém com instituições portuguesas no sentido de que aquela é uma projeção sociocultural a nível internacional do Estado-nação que a concebeu, portanto, foi moldada

²⁸⁴ Sobre a natureza multidisciplinar dos estudos da política externa do Estado. Galito, Maria Miguel Sousa (2008), *Diplomacia económica de Portugal no Atlântico. A intervenção diplomática como fator de evolução do comércio e do IDE, entre Portugal, os demais países Lusófonos e os EUA (1986-2006)*. Tese Doutoramento, CPRI, UCP, pp.23-24; Farto (2007), p.25; Hernández (2005), pp.13-16; Gonzalo (2000) p.80.

²⁸⁵ Phillips e Sparks (1987), pp.8-9. Poder nacional: *capacidad de acción real y potencial de que dispone un Estado para desenvolverse frente a otros en el campo internacional, en virtud de determinados elementos, como: territorio, ubicación geopolítica y estratégica, población, cohesión interna, recursos naturales, desarrollo económico y tecnológico, estabilidad política, capacidad diplomática, preparación militar, etc. Ibídem*, p.19.

²⁸⁶ Para Bealey, o Estado é um *concepto complejo utilizado como mínimo en tres contextos: el filosófico, el legal y el político*. Estas áreas se inter-relacionam historicamente e para explicar esta aceção apela aos enunciados tanto de grandes pensadores como da economia e da revolução industrial. Bealey, Frank (2003), *Diccionario de Ciencia política*. Madrid, Ediciones Istmo S.A., Nº 211, pp.156-159.

²⁸⁷ A análise da sociedade como uma entidade distinta do Estado já aparece nos enunciados de Thomas Hobbes (*Leviathan or the Matter, Forme and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and civil*, 1651) e de John Locke (*An Essay Concerning Human Understanding*, 1690). Rothstein, Bo (2001), «Las instituciones políticas: una visión general», in: Goodin, Robert e Hans-Dieter Klingemann (Eds.) (2001), *Nuevo manual de ciencia política*. Madrid, Ediciones Istmo, pp.199-246.

pelo mesmo processo histórico e sujeita às mesmas normas jurídicas ditadas pela cidadania portuguesa e pela legislação venezuelana²⁸⁸. Esta relação sociopolítica reflete-se também no modo como as instituições que administram e defendem os interesses privados e do Estado, interagem com os cidadãos daquela comunidade. Isso permite pensar em projeções de consumo de produtos portugueses e na permeabilidade do mercado local.

Daí segue-se que a alusão discursiva aos laços históricos entre Portugal e a Venezuela tenha peso moral na relação diplomática entre os Estados e entre os governos em benefício das relações comerciais, especialmente aquelas que foram mantidas a partir do século XIX e encorajadas com a emigração. De igual maneira, com o patente nacionalismo desse século e o seu efeito sobre o seguinte, é suposto que o fomento do comércio de géneros e de bens produzidos no país constitui um elemento importante para promover o bem-estar da nação²⁸⁹.

No entanto, a soberania emerge como uma restrição para esta tarefa moral que envolve a extraterritorialidade. Segundo o conceito do Estado moderno, este é organizado de acordo com os seus próprios desígnios, sem imposições externas, e conduz-se de acordo com um corpo de leis promulgadas nos termos do seu território, seus habitantes e os fatores inerentes ao poder nacional. A partir desta perspetiva, é então abordada a questão dos limites impostos pelos países no seu comércio, a questão do espírito das leis que o concebem e regulam, como alternativa para seguir a sinuosidade da relação comercial²⁹⁰.

A identificação e catalogação dos fatores do poder nacional são parte de um trabalho epistemológico que autores como Pablo Valdés Phillips y Juan Salazar Sparks já fizeram²⁹¹. Eles resumem estes fatores em quatro categorias: físicos, económicos, humanos e políticos. Na primeira categoria estão fatores como: território, clima, topografia, situação geopolítica e situação estratégica. Os fatores físicos induzem uma variação relativamente pequena na natureza estrutural das relações comerciais de um Estado, porque se trata dos

²⁸⁸ Sobre o aspeto cultural da identificação socio-histórica através das entidades transmissoras, ver: Edward P. Thompson aborda. Thompson, Edward P. (1978). «Folklore, Anthropology and Social History», in: *Indian Historical Review*, N° 2, pp.247-266; Geertz, Clifford (1995). *La interpretación de las culturas*. Barcelona, Gedisa, p.89; Guerra, François-Xavier (1993). *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, Mapfre-FCE, pp.14-15. Abreu Xavier, António de (2011), «The Portuguese and the Cultural Diffusion in Venezuela», *paper* presentado com apoio FLUD in: Workshop 221 «Second-generation Portuguese and Diaspora (Part I): Transnational lives». São Miguel, Açores, 16th Internacional Metropolis Conference. 12-16-09-2011. Bastos, José G. e Susana Pereira (1999). *Portugal Multicultural*. Lisboa, Fim de século, pp.11-12; Elias, Norbet (1997). *El proceso de la civilización*. Bogotá, FCE.

²⁸⁹ Paulo, Heloisa (2000), *Aqui também é Portugal*. Coimbra, Quarteto editora, p.75.

²⁹⁰ Cf.: Vigil, Percy A. (2011) «Teoría del Estado», in: *La Razón Histórica*. Instituto de Estudios Históricos y Sociales, N° 16, pp.78-85; Bealey (2003), p.484.

²⁹¹ Para o estudo dos fatores do Poder nacional segue-se a obra de Phillips e Sparks (1987), pp.19-30.

fatores inamovíveis ou dos mais permanentes que ganham peso circunstancial, por exemplo, no planeamento de redes de comunicações.

Os últimos dois fatores - situação geopolítica e situação estratégica - interessam sobremaneira devido à perspetiva espacial que aborda e que condiciona a fixação de relações políticas. Assim, a situação geopolítica guia a análise da convivência entre Portugal e a Venezuela sobre aspetos tais como: acesso ao mar, conformação de território, estabelecimento de comunicações e de possíveis ligações entre si, natureza e capacidade dos vizinhos, etc.; enquanto a situação estratégica verifica a condição de ambos os países no sistema político internacional mediante a análise da localização em relação aos centros de poder mundial e das condições estratégicas que oferece a posição geográfica. A estes dois conceitos falta-lhes, no entanto, a perspetiva temporária que permite apreciar como estes fatores evoluíram no contexto das relações que nos ocupam. Neste sentido, a Geografia Histórica nos oferece uma aproximação com seus conceitos de situação e localização, dois conceitos que se articulam com o sentido que a situação geopolítica e situação estratégica expõem.

Primeiro, a situação de um país é considerada na relação com outros espaços e escalas mais amplas. Assim, na relação de um país com o mundo exterior são tomados em conta o enquadramento em eixos mais ou menos dinâmicos relativamente ao desenvolvimento económico, o médio físico, o sistema e a hierarquia dos espaços urbanos e a existência das divisões etnoculturais ou socioeconómicas. Segundo, a localização remete para o espaço preciso considerando a sua atividade económica, as características físicas locais e as suas relações com o médio físico circundante²⁹². No que à análise do espaço diz respeito, ambos os conceitos da Geografia Histórica fornecem maior especificidade, por um lado, das funções de áreas determinadas, do planeamento de rotas, da construção de portos, da instalação de alfândegas; e, por outro lado, da concorrência que fica estabelecida entre áreas próximas com funções semelhantes. Todas estas questões são tratadas nos documentos diplomáticos consultados e revestem importância em quanto à logística da navegação e do comércio.

A segunda categoria acima mencionada refere-se aos fatores económicos. Entre estes encontram-se o desenvolvimento industrial, o avanço científico-tecnológico e a

²⁹² Álvarez, Jacobo García (2006), «Geografía regional», in: Hiernaux, Daniel e Alicia Lindón (Dir.) (2006), *Tratado de geografía humana*. Barcelona, UAMetropolitana-Iztapalapa, Antropos Editorial, pp.25-70, 50; Situação e Localização são conceitos propostos por Raoul Blanchard, em 1922, no seu método de estudo de localidades empregado *en el análisis de la evolución urbana y (...) en el estudio de las actividades económicas de cara a la definición de las funciones urbanas*, Carreras, Carles e Aurora García Ballesteros (2006), «La geografía humana», in: *Ibidem*, pp.84-94, p.85.

aplicação dos progressos técnicos nos fatores de produção, a riqueza do território em termos de recursos naturais, a capacidade financeira e a disponibilidade de capital para os planos de fomento e para o comércio. Associada a estes fatores, a análise segue também a abordagem dos fatores humanos mais relacionados com o comércio e entre eles destacam-se: a capacidade e formação para o trabalho, a mentalidade do empresariado, a vontade política de agir, a eficiência do governo em ações conjuntas com a iniciativa privada, inventividade e adaptação às circunstâncias impostas pelo ambiente socioeconómico.

Há também fatores políticos vinculados à análise. Menção especial é feita às ações do Governo, a tendência do líder e seu efeito sobre a administração do Estado, as condições impostas ao regime pelas instituições, a definição dos interesses envolvidos, o processo de tomada de decisões com base nas prioridades, a escolha da política externa. Todos esses fatores influenciam a decisão de definir este último fator, a política externa, antes de atribuir funções à diplomacia.

Como foi dito, os objetivos e metas são formulados em termos de interesses, recursos, organização, habilidade, capacidade, disposição para agir, todo um arsenal que é exigido ao diplomata para defender o interesse nacional, a soma de valores que estão relacionados com a sobrevivência da nação. Com base no exposto, são muitos os fatores a considerar para executar a tarefa nada fácil de estudar as relações comerciais entre estes dois países. Vemos assim que a análise do objeto de estudo possui a natureza mutável das relações internacionais *en el sentido de que las vinculaciones entre los Estados fluctúan y conforman una realidad en continua transformación y no un proceso estático*²⁹³.

No caso de Portugal e da Venezuela se verá como as estratégias estabelecidas para a política externa mudam com base na posição em que um Estado se coloca em relação ao outro, considerando os fatores acima referidos, o contexto internacional que prevalece e o ambiente binacional de cooperação, criado entre ambos de acordo com a declaração de cada um de promover a paz e a amizade, um ambiente validado também por uma filiação histórica. No entanto, este contexto de cooperação internacional é o cenário em que cada país tenta maximizar o seu interesse nacional, o que se traduz em competição em caso de semelhança na estrutura do comércio.

Os enunciados anteriores abrem novas perspectivas que são consideradas nesta análise. De facto, a integração de aspetos políticos e geográficos obriga-nos a pensar a posição dos dois países como Estados integrados num sistema geoeconómico maior, o

²⁹³ Phillips e Sparks (1987), pp.7-8.

status dos mesmos segundo a terminologia e categoria das potências e na relação a outros centros de poder, o emprego do poder nacional na conquista dos seus objetivos e o envolvimento de países terceiros na relação comercial bilateral. Não se pretende fazer um exame geopolítico dos Estados²⁹⁴, mas saber as interações dos dois dentro do sistema de comércio internacional, explorando a presença de cada país na área continental vizinha do outro. O objetivo é complementar a abordagem de estratégias de negócios em circunstâncias fortuitas que ocorreram fora da relação direta e exploradas pelos agentes oficiais e oficiosos.

Dada a natureza mutável das relações internacionais e, portanto, da relação comercial bilateral, vale a pena mencionar o papel do governo como um elemento variável e determinante na formulação e condução da política externa do Estado. O governo é variável visto que o regime democrático liberal promove a alternância no poder e os estilos de exercício do poder mudam. É determinante, porque a gestão dos instrumentos governamentais pode fornecer maior eficácia para o Estado ou, inversamente, pode tanto confundir as funções governamentais como conduzir a práticas inconsistentes na política externa²⁹⁵ como aconteceu na formação de novas repúblicas na América, após a descolonização.

O governo tem poder para modificar a estrutura interna que gere e executa a política externa. Embora esta permaneça sujeita a uma projeção racional de longo prazo, a fim de perpetuar o Estado, acontecem alterações, em parte, a partir do processo ideológico endógeno. A política externa transige, assim, sob a influência das ideias políticas, o tempo de permanência destas ideais à frente do Poder Executivo e à interferência de políticas personalistas.

Em parte, as reformas também ocorrem por uma imposição exógena a um governo afetando desta maneira os seus projetos de desenvolvimento e atribuindo diretrizes ao exercício político. Assim, os valores reconhecidos ao Estado moderno (bem-estar, democracia, estado do direito, soberania nacional, etc.) foram ajustados aos efeitos da evolução do sistema internacional, efeitos que se manifestam na gestão da política económica e em aspetos específicos, como a melhoria da produção, o uso da vantagem

²⁹⁴ Desde os primeiros esboços do conceito de Friedrich Ratzel na sua obra *Politische Geographie* (1897), a disciplina tem sido associada principalmente ao Estado, sua geografia e seu poder. A posição mais recente, a geopolítica crítica, aborda da sua parte mais o estudo do discurso e do desenho da política mundial. Agnew, John (2005), *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madrid, Trama, pp.X-XV; Lacoste, Yves (1985), «Géographie, géopolitique et relations internationales», in: *Relations internationales*, N° 41, Printemps 1985, pp.39-58, p.43.

²⁹⁵ Picón (1999), p.58.

comercial, a diversificação e expansão do mercado, ou a criação e divisão do emprego, etc., questões que os governos têm que enfrentar e mostrar os resultados com que são avaliados em termos de desempenho²⁹⁶.

B. Tendências político - económicas

Um jogo de enunciados, provenientes da economia e da política, passa pelo processo histórico das relações comerciais entre Portugal e a Venezuela. Na verdade, ele sobrevém da falta de uma teoria consistente para os estudos que andam entre estas duas disciplinas e que só muito recentemente foram considerados objetos de estudo e função da diplomacia económica²⁹⁷. Em nome da economia, e visto que este estudo é sobre uma ligação internacional, é importante considerar o papel dos agentes, tanto do Estado - agente oficial - como das empresas, dos empresários e das associações -agentes officiosos, considerados amplamente na respetiva forma de pensar o comércio internacional ao mais alto nível; ou seja, o que academicamente é a teoria do comércio internacional e um dos seus objetos de estudo: as relações económicas entre os Estados²⁹⁸.

No entanto, como se viu nas referências várias às ideias económicas na parte anterior, as abordagens diplomáticas não são suficientes para perceber o mecanismo político que afetou esses laços económicos. Atendendo principalmente a dois fatores: o espaço e a riqueza, o comércio é uma ferramenta de prosperidade económica associada a outras duas aspirações dos Estados: a segurança e a nacionalidade. Estes conceitos são conjugados para garantir a vida do e no espaço geopolítico, tendo sido reconhecidos como objetivos da política externa por ideólogos que já os estudaram, em retrospectiva, a partir do primeiro debate sobre as relações internacionais. Os estudos destes teóricos em política

²⁹⁶ Galito (2008), p.570.

²⁹⁷ Sobre a bibliografia mais recente produzida em Portugal relativamente à falta de uma teoria conclusiva na "Diplomacia Económica", ver: Moita, Luis (2007), «Introdução», p.13; e Farto, Manuel (2007), «A Diplomacia Económica contemporânea: uma reflexão teórica», in: Moita, Luis (Org.) (2007), *A nova diplomacia económica: análise e perspetivas*. Lisboa, ORE-UAL, pp.15-27, p.26; Ribeiro, Ana Margarida Correia Almeida (2007), *A evolução do paradigma diplomático: a emergência da diplomacia económica - o caso Português*. Lisboa, Tese de mestrado em Relações Internacionais, UTL, pp.13,139. Galito (2008), pp.7-8, 565. Estudos sobre a diplomacia económica em Portugal e os mais recentes projetos de investigação do Observatório de Relações Exteriores da Univ. Autónoma de Lisboa, um centro de estudos de Relações Internacionais fundado em 1995-96; Moita (2007), «Prefácio», p.9.

²⁹⁸ Outros aspetos da teoria de comércio internacional são: a natureza, as causas, a estrutura, a direção e o volume de comércio internacional; desenvolvimento e fixação dos preços internacionais; o impacto do comércio exterior na economia nacional e na sua estrutura; o processo de crescimento económico; a política económica no contexto do pleno exercício do comércio; integração económica, e assim por diante. Cf.: Corral e Blanco (2011), pp.81-82, 114-121, 124-128, 132-134; Mendonça, António, «Aspectos teóricos do comércio internacional», in: Romão, António (Org.) (1991), *Comércio Internacional (Teorias e Técnicas)*. Lisboa, ICE-Portugal, pp.15-38, p.17.

económica colocam o comércio em posição subjacente aos conceitos anteriores sendo o seu papel ainda mais pronunciado na sustentação e fomento do progresso e do crescimento económico. Como será discutido mais adiante, os modelos propostos representam um esforço para compreender a prática, as regras e as causas da política comercial, incluindo a de agentes oficiosos, já que os seus interesses são próximos dos do Estado²⁹⁹.

A evolução do pensamento económico segue um processo paralelo ao da criação de riqueza a partir do comércio. Para o Estado, a administração dessa riqueza corresponde à gestão económica doméstica, desde a produção passando pela distribuição até ao consumo pela sociedade, assunto vital no contexto de cada país e que é uma referência no contexto do estudo das relações bilaterais. Para o agente oficioso, o seu interesse é focado de acordo com a sua localização neste processo administrativo.

Numa breve análise, descobrimos que a política económica foi tomando a sua forma ao incorporar objetos de estudo tais como produção, distribuição e consumo, a existência de recursos em termos das necessidades ilimitadas dos indivíduos, as oscilações da atividade económica e os fatores que causam o seu desequilíbrio. Daí têm surgido propostas paradigmáticas sobre as aspirações dos agentes para obter vantagens nas transações, ter um negócio produtivo, participar de um mercado sem qualquer interferência regulatória e desfrutar com todo o direito dos bens adquiridos, questões gerais que valem para todo o período cronológico deste estudo. Além disso, e como será mencionado, surgem alguns aspetos relacionados que saem à luz: a economia e a geografia histórica com o conhecimento das capacidades produtivas nacionais, a ciência e o progresso técnico, a medicina e a higiene com o saneamento, a educação e a formação de quadros administrativos, a demografia e a migração.

Assim, tanto a diplomacia, pelo papel de executor de uma política externa e a sua função virada para o comércio na defesa dos interesses do país e seus cidadãos; como o comércio em si, propulsor da circulação e do consumo de bens, resistiram aos olhares que de outras instâncias foram lançados para apreender a evolução do facto económico.

No final do século XVIII, a prática comercial mercantilista foi predominante e exercida tanto em Portugal como na Venezuela. Na sua evolução³⁰⁰, o mercantilismo consagrava o superavit na balança de pagamentos - um saldo positivo, um comércio externo favorável ao metalismo, estando ainda muito presente na mentalidade da época que os

²⁹⁹ Ribeiro (2007), p.14.

³⁰⁰ «Colbert, Jean-Baptiste», «Bullionism», in: *EBritain*.

metais preciosos, principalmente ouro e prata, eram considerados a fonte da riqueza. Na legislação do momento, os países colonizadores poderiam, através da atividade de suas companhias e da prática de seus comerciantes, extrair a riqueza dos territórios colonizados. Assim, visto que a venda de bens produzia riqueza para o Estado e alguma satisfação para os funcionários, foram promovidas alianças entre agentes oficiais e oficiosos.

A prática comercial ficou marcada pela forte intervenção do Estado na economia, através do protecionismo, no interesse de unificar o mercado interno, exportar ao máximo e importar ao mínimo, fortalecer as instituições estatais e promover a colonização de novos territórios para estender os monopólios como um meio de garantir o acesso às matérias-primas e escoamento dos produtos acabados. Essas alianças levaram aos funcionários e comerciantes a manter um trato frequentemente animado pelos próprios indivíduos e, muitas vezes, pouco incentivado pelo Estado.

Da prática deste trato efetuado na América, surgiram histórias à volta de Capitães - gerais e representantes das companhias monopolizadoras, espanholas e estrangeiras, como de facto será descrito mais adiante. Histórias de representantes com investidura real, guardiões dos interesses metropolitanos e executores fiéis do protocolo palaciano, mais preocupados em imitar a diplomacia nobiliária europeia, em respeitar a precedência nos atos oficiais em que, até mesmo, certos objetos eram considerados uma personificação da mais alta autoridade real. Em certa medida, e certamente com algumas variáveis, estas fórmulas foram adotadas pelas classes de comerciantes e militares enriquecidos das ex-colónias espanholas na sua caminhada republicana liberal desde inícios do século XIX³⁰¹.

Um debate contra a riqueza e ideias destas classes foi guiado pela doutrina fisiocrata³⁰². Este debate é uma discussão antiga que, com intensidade e variáveis diferentes, sobrevive ainda no final do período de estudo. A questão central é o uso e a valorização, por um lado, da riqueza produzida pelo comércio e pela exploração dos recursos naturais (mineração e florestal) e, por outro, pelos recursos da agricultura e da pesca de um país, posições que envolvem um condicionamento na relação com o poder político. O Estado vê-se constringido perante os pedidos para reivindicar as necessidades

³⁰¹ Sobre exemplos na Venezuela da aspiração e da condição de nobreza no exercício da diplomacia, ao estilo europeu, ver: Lovera, José Rafael (1998), *Manuel Guevara Vasconcelos o La Política del convite*. Caracas, ANH, Discurso de incorporación como Individuo de Número, (*Boletín-ANH*. Caracas, 2002, T. VIII, pp.370-430). Abreu Xavier, António de (2005), *Carl Richard: una epopeya sin gloria. "Cartas escritas desde Colombia por un oficial hannoveriano a sus amigos (1820-1821)"*. Caracas, Comala.com, pp.321-322.

³⁰² «Physiocrat», in: *EBritain*.

dos produtores de materiais e géneros orientados para o comércio de exportação, e a manter o balanço com os interesses dos comerciantes³⁰³.

Com a mudança do século, impôs-se o paradigma antropocêntrico na economia e no comércio que prevaleceu até o século XX: o indivíduo arroga-se um valor pelo seu trabalho e capacidade para criar riqueza e entra assim no jogo do liberalismo económico que dita as pautas do comércio, incluindo as do mercado de trabalho onde aquele oferece os seus serviços. Um mercado propenso a experimentar movimentos de massa de indivíduos obedecendo a estratégias demográficas - económicas ou puramente ao custo real dos salários e da produção em função de aumentos de lucro assunto que pode ser seguido com o estudo das vantagens formuladas por alguns teóricos³⁰⁴.

A técnica e a revolução industrial, a mentalidade e a expansão do comércio levam a uma prática mais independente da natureza e geram uma matriz económica-política mais orientada para o funcionamento do Estado e da Nação, para a satisfação não só do desejo de riqueza dos agentes da economia, mas também do desejo de bem-estar individual e do progresso dos elementos sociais relacionados. Portanto, ao comércio é atribuída grande importância e o Estado avalia as vantagens comparativas e os custos de oportunidade da produção de bens, mas pondera também a importação de outros produtos pelos mesmos critérios.

Para o bem do Estado, uma política de governo pragmático, tanto interna como externa, considera todos estes elementos do pensamento económico e estas práticas comerciais para contornar as complicações de implementar as suas estratégias. O governo tem mesmo que, nalguns casos, adiar premissas da sua doutrina partidária, abandonar a estrita ordem de prioridades, sacrificando algum objetivo em benefício de outros cujo resultado é mais favorável ao interesse nacional.

O objetivo final é o de explorar as vantagens que o país tem, vantagens dadas pela sua posição geográfica, os termos em que tem relações diplomáticas com outros Estados, a eficiência das mesmas e os conteúdos de sua política comercial. Krugman, Dixit, Brander e Spencer lançam dúvidas sobre essas variáveis; em particular, Krugman considera que *la política comercial es una respuesta al cambio real ocurrido en el ambiente y al progreso*

³⁰³ Para as discussões entre comerciantes vs produtores na Venezuela: «Comercio Exterior», in: *DHV-FP*. Para o trasfundo dos *Movimentos de revolta, diametralmente opostos*, à volta dos problemas da propriedade, exploração e significação do solo, em Portugal: Halpern Pereira (1971), Cap. VII, pp.317-350, p.326.

³⁰⁴ Para as diferentes teorias sobre o comércio e a política, e seus autores seguem-se as respectivas entradas e análises de Osorio Arcila (2006), Corral e Blanco (2011), e Aldana, Clemencia Martínez, Álvaro Corredor Villalba e Gilberto Herazo Cueto (Eds) (2006), *Negocios internacionales. Estrategias globales*. Bogotá, UST.

*intelectual logrado en el campo de la economía.*³⁰⁵ Mas neste trabalho a preocupação é a de saber se essa "verdadeira mudança" foi acompanhada por uma melhoria na prática diplomática, especialmente em benefício do comércio bilateral.

A visão política carente de pragmatismo revela falta de conhecimento deste ambiente e dos acontecimentos nacionais e internacionais, tanto políticos, como económicos; essa atitude leva a um conjunto de diferentes consequências, tais como: erros de interpretação da realidade, a perda de oportunidade, interferência na estratégia de outros objetivos (tais como a compra de maquinaria, lentidão no crescimento económico ou expectativas em torno da credibilidade do Governo e do Estado)³⁰⁶.

No que diz respeito aos aspetos ligados a acontecimentos internacionais, a diplomacia reforça, em parte, a diminuição daqueles problemas e daí a importância da comunicação e, em particular, das informações geradas no desenvolvimento de estratégias e projetos para a colocação de produtos nos mercados estrangeiros e para a aquisição ou a realização de investimentos. O liberalismo abriu ainda mais as portas da economia nacional ao comércio exterior num processo de abertura que revela a relação entre o que acontece nos mercados internacionais e o que acontece no mercado de um determinado país; um processo que criou uma complicada interdependência económica que precisa do instrumento da diplomacia para garantir a harmonia política e a reciprocidade económica entre os Estados³⁰⁷.

Desta interdependência resulta a tese de que uma estratégia económica encaminhada à recolher informações³⁰⁸ através do serviço diplomático aumenta o acompanhamento sobre:

- Os cidadãos nacionais no estrangeiro e, significativamente, as atividades dos agentes officiosos;

³⁰⁵ Krugman, Dixit, Brander e Spencer formularam as falhas de mercado como um modelo que propõe para um país a escolha da melhor posição estratégica quando não é possível obter as melhores vantagens comparativas. Ribeiro (2007), p.137.

³⁰⁶ Estes aspectos são considerados nos capítulos subsequentes deste trabalho.

³⁰⁷ Keohane, Robert e Joseph Nye (1988), *Poder e interdependência: la política mundial en transición*. Buenos Aires, GEL; citado in: Lafferriere (2008), pp.30-31.

³⁰⁸ Informação no sentido que referin: Ernest Satow em relação a um serviço ordinário de notícias e da prática da compra de informação secreta; Christopher Andrew que apresenta a «secret intelligence» como um instrumento político estratégico; Geoffrey Stern que recorre às «Information networks» ou «Information systems», de laços transfronteiriços entre a diplomacia multilateral e os mercados globalizados; Satow, Ernest (2011), *A Guide to Diplomatic practice*. Nova Iorque, Cambridge Univ. Press, p132; Andrew, Christopher & Jeremy Noakes (Ed.) (1987), *Intelligence and International Relations 1900-1945*. Exeter Univ. Publications; Stern, Geoffrey (2000) *The Structure of International Society: An Introduction to the Study of International Relations*. London, Continuum International Publishing Group, pp.125,190.

- As necessidades de bens e serviços que impulsiona, a economia e o comércio exterior do Estado acreditador;
- Os ciclos económicos do mercado e dos produtos com informação de preço, consumo e emprego em outros setores;
- As possibilidades para aumentar e expandir a oferta de produtos e, em conjunto, diversificar a clientela;
- Os principais agentes oficiosos do Estado acreditador informal, a sua capacidade de negócios e de investimento, as suas relações com as atividades do agente oficial tentando saber o grau e as razões para eventuais medidas, como o protecionismo nominal, por exemplo;
- O impacto da balança comercial na estabilidade económica do país e, particularmente, o papel das alfândegas e suas leis;
- A posição tomada em outros tratados bilaterais, em acordos regionais e em organizações multilaterais;
- O emprego da economia e do comércio como uma arma geopolítica da política externa.

O Estado moderno soberano, fruto da política externa aplicada em Vestefália, consagrou na prática, uma normativa jurídica de tratamento entre nações cuja custódia tornou-se uma função de diplomacia sendo realizada a sua ratificação final no Congresso de Viena em 1815. Assim, *desde la creación del sistema de estados westfaliano, y mientras Europa fue el centro de las potencias hegemónicas, la teoría realista y sus postulados (balance de poder, búsqueda de poder, interés nacional, etc.) fueron los que dominaron la escena en el análisis de las relaciones internacionales*³⁰⁹.

É claro que este estado de coisas tinha as suas implicações. Considerando-se o pólo mais industrializado da Europa, a perturbação da base do sistema afetava, portanto, de uma forma significativa, países semi-periféricos como Portugal e áreas periféricas como as colónias espanholas na América, inclusive o Virreinato de Nueva Granada e da Capitanía-General de Venezuela desde o início do século XIX. Claramente, o impacto foi maior segundo a posição ou situação geográfica, não só por causa da proximidade e do nivelamento dos países em termos de produção, desenvolvimento económico e comunicação com o mundo exterior, mas porque essa posição determinou o grau de interesse geoestratégico das potências mais fortes. Assim, desde o início do século XIX, Portugal tinha experimentado a influência comercial do Reino Unido e a Venezuela a correspondente aos Estados Unidos da América.

³⁰⁹ Lafferriere (2008), p.31.

No sistema de Vestefália, o distúrbio do ambiente político, militar e diplomático, pelos factos económicos era evidente. Por um lado, encontram-se os países que promoveram um mercado livre, mas a verdade é que, relativamente à poderosa Grã-Bretanha, entre os outros países não estava assente a equanimidade de poder para acreditar na harmonia internacional de interesses económicos. Por outro lado, os países mais realistas verificaram que não podiam competir com aquela premissa. Foi assim como, contornando o livre comércio e colocando um forte ênfase no nacionalismo, *las industrias americanas y alemanas se construyeron con tarifas protectoras y a finales del siglo XIX amenazaban el monopolio británico*³¹⁰. Desta forma, *A intervenção governamental surge ligada aos diferentes graus de intervenção económica em épocas históricas marcadas de forma diversa pelo Estado*³¹¹, uma premissa que valida a reflexão teórica do desenvolvimento do liberalismo como um contexto para o estudo das relações comerciais entre Portugal e a Venezuela, como foi feito anteriormente para estudos de diplomacia económica³¹².

Portugal e a Venezuela seguiram a marcha forçada as consequências desse ambiente competitivo que progredia sob a bandeira de que o crescimento económico do país tinha que ser estimulado pela aposta no comércio internacional, cada vez mais uniforme, sendo *cada vez mais difícil separar a política internacional da economía internacional e vice-versa*³¹³. A História refere a frequência e a intensidade dos conflitos entre os Estados vestefalianos, motivados pela necessidade de definir o território, de ampliar o controlo territorial sobre outros mercados, impondo o imperialismo colonial, e de assegurar o crescimento económico em detrimento da parte do mercado e da distribuição da riqueza, considerado quantificável, correspondente às outras nações. Ao longo do século XIX, esta atitude realista em relação ao comércio restou efetividade às alianças e aos casamentos entre nobres e ao envio de familiares, uma estratégia empregada para controlar e explorar territórios como uma forma de conduzir as relações internacionais e de comandar interesses à distância. Enquanto isso, no foro interno, o pensamento político conservador foi sitiado

³¹⁰ Pacheco, Antonio (2001), «Los inicios de la teoría de las relaciones internacionales. El primer debate», in: *Politeia [online]*. Caracas, Vol. 24, Nº 27, Julho-2001, pp.123-154s/p.

³¹¹ Ribeiro (2007), p.268.

³¹² *O enquadramento teórico em que incluímos a nossa análise do paradigma diplomático prende-se com o contexto liberal dominante (...) O liberalismo e o funcionamento livre dos mercados têm marcado o panorama político-económico e tem construído o enquadramento do desenvolvimento societal e económico do Ocidente.* Ribeiro (2007), p.17.

³¹³ Samuel (2002), p.168. *O modelo de sociedade de consumo e modelo económico como combustível do quadro do liberalismo foi criado ao espelho do Ocidente e particularmente à semelhança do modelo americano.* Ribeiro (2007), p.19.

pelas revoluções liberais cujo objetivo final era levar a burguesia ao poder e assim substituir à nobreza e à oligarquia dominante.

No entanto, foi possível a comunhão dos interesses liberais. Enquanto as forças de mercado ditaram as suas regras, os governos tentaram equiparar os direitos do indivíduo à propriedade e as exigências da classe burguesa. O agente oficioso -proprietário, investidor, comerciante - pode exercer o direito de gerir a sua propriedade privada e de se envolver no comércio segundo o seu livre arbítrio. O mesmo decide o agente oficial em relação a seus recursos. A procura de ambos é que as vantagens de cada país ou mercado governem o fluxo de mercadorias e de capitais. E é uma vantagem de mercado contar com a informação imediata e fidedigna dos concorrentes, que pode ser fornecida pelo canal mais expedito: o corpo diplomático. Face a essa evidência, podemos dizer que o liberalismo reafirmou a função económica entre as responsabilidades dos diplomatas.

São eles quem decidem o quê, como, porquê e onde investir ou negociar mas tendo em conta uma perspectiva lucrativa e segura, em especial se os negócios têm lugar no exterior. Internacionalmente, a atividade comercial deve ser suportada por uma política que deve atender, por sua vez, à reciprocidade entre parceiros, um princípio que se presta ao serviço da diplomacia para exigir direitos ou defender interesses, tanto os proclamados pelos agentes oficiais, como pelos agentes oficiosos, em favor dos lucros e da promoção dum bem-estar maior. Caso contrário, as políticas de abertura da exportação e de restrição da importação não são consentâneas com as aspirações de um mercado de livre comércio e uma reciprocidade no tratamento comercial e assumem a forma da cláusula da nação mais favorecida, o *release* das tarifas da alfândega, etc.

C. Harmonia de interesses

O interesse nacional comum entre os Estados - o equilíbrio de poder - dentro de um único sistema internacional de relações permitiu a prática de negociações diretas entre agentes oficiais. No entanto, a presença independente de agentes oficiosos requeria cuidados para salvaguardar os interesses desses agentes enquanto cidadãos pertencentes a uma nação. Esses agentes oficiosos são livres de ter interesses comerciais dentro ou fora do território, interesses que são projetados sob a forma de figura jurídica individual ou coletiva, do ponto de vista do direito, com ou sem a intermediação de agentes oficiais³¹⁴, o que dá origem a várias possibilidades de transações entre indivíduos, empresas e Estados.

³¹⁴ Jesus, M. Avelino de (1991), «Formas de penetração nos mercados externos», in: Romão, António (Coord.), *Comércio Internacional (Teorias e Técnicas)*. Lisboa, ICE-Portugal, pp.281-292, p.289.

Devido, em parte, à crescente importância desses agentes oficiosos, o interesse nacional transformou-se a tal ponto que as recentes tendências teóricas mostram que a *geopolítica* [va] *acompanhada, quando não suplantada, pela geoeconomia*³¹⁵.

Esta complexidade é reforçada com a criação de organizações multilaterais e pluralistas que se dedicam à procura de ideais políticos ou à normalização de atividades específicas. Estas últimas revestem-se de atrativo para este estudo, quando envolvidas em atividades económicas e de elaboração de regras no comércio para, mediante estas, conciliar os interesses dos agentes. Conciliação cuja gestão se tem tornado uma especialidade tal como Raymond Saner e M. Varinia Michalun expõem na descrição do crescente papel de «actores no-estatales» nas relações entre os Estados tratadas da maneira tradicional e como a diplomacia tem sido contestada pelos agentes económicos e pela sociedade civil³¹⁶.

A este respeito, vale a pena dizer que ao longo do processo histórico do liberalismo político e económico, os interesses do Estado e da sociedade harmonizam-se cada vez mais³¹⁷. Em relação ao indivíduo, a economia do século XVIII, conduzida por uma *sociedad de pequeños productores y comerciantes, interesados en la maximización de la producción y el intercambio*³¹⁸, mudou desde que a produção incorporou aspetos como uma maior especialização, investimento de capital e mudanças tecnológicas, que impulsionaram a mudança socioeconómica: o triunfo do capitalismo e da sociedade burguesa estruturada em classes. O politólogo António Pacheco indica que essas mudanças trouxeram um novo significado para a doutrina da harmonia de interesses: *se convirtió en la ideología de un grupo dominante, interesado en mantener su predominio aseverando la identidad de sus intereses con los de la comunidad como totalidad*.³¹⁹

Enquanto isso, considerando os precedentes e os pensadores da economia liberal do século XVIII, como David Ricardo e Adam Smith, Peter A. G. Bergeijk referiu que o comércio entre Portugal e Inglaterra não é *the outcome of free trade at all. It was the result of economic diplomacy and arranged in the context of the Methuen Treaty, a military and commercial treaty between Portugal and England signed in 1703 as part of the War of the*

³¹⁵ Moita (2007), «Prefácio», p.11.

³¹⁶ Saner, Raymond e M. Varinia Michalun (2009), *Negotiations between state actors and non-state actors: case analyses from different parts of the world*. Dordrecht, Netherlands - St. Louis, Mo., Republic of Letters.

³¹⁷ Este é um dos pontos fortes da análise comparativa de Pacheco (2001).

³¹⁸ Pacheco (2001), p.s/n.

³¹⁹ *Idem*.

*Spanish Succession*³²⁰. Guy Carron de la Carrière é outro autor que combina a diplomacia com a Geoeconomia dando também grande importância ao Tratado de Methuen de 1703 como referência para a expansão da diplomacia económica no mundo, na medida em que o mercado também se expandia; dito com as suas palavras: *C'est ainsi qu'entre autres le traité de Methuen de 1703 entre l'Angleterre et le Portugal ouvre aux marchands anglais les possessions portugaises en Amérique du Sud, en Afrique et en Asie*³²¹.

O comércio internacional tem sido responsável, por sua vez, por fortalecer a doutrina do desenvolvimento socioeconómico no campo das relações internacionais, mas faltaria especificar a situação entre Portugal e a Venezuela. Na verdade, incorporados no sistema capitalista do mundo ocidental, os dois países tornaram-se participantes na aspiração geral do bem-estar económico e, portanto, são membros tanto de organizações pluralistas e multilaterais, bem como de outras de distinta ordem destinadas a defender esse pensamento e esse sistema com o mesmo fim dos acordos do início do século XIX: o equilíbrio de poder, mas com uma forte tendência económica.

Esta fraternidade é suficiente para se perguntar, em primeiro lugar, pelo ênfase que Portugal e a Venezuela têm feito para incluir o comércio como objetivo prioritário nas suas relações bilaterais; e, segundo, o uso da diplomacia de cada país perante a prática de uma doutrina da harmonia de interesses não só do Estado e dos seus cidadãos, mas também do sistema internacional. Isto implica considerar várias perspetivas: primeiro, resgatar o papel instrumental da diplomacia ao serviço do Estado e dos cidadãos³²²; segundo, retirar um tanto o olhar político sobre a diplomacia do Estado *como o instrumento privilégio de projeção do poder político, de reforço da sua influência e do seu prestígio no mundo*³²³; em terceiro lugar, considerar que a presença de embaixadas em cada país é devida à existência de interesses comuns e, em particular, a promoção do comércio³²⁴.

Todas estas são questões que permanecem em constante oscilação entre a economia e a política; oscilação que leva a um axioma multidisciplinar da diplomacia, como já fora

³²⁰ Bergeijk, Peter A. G. van (2009), *Economic Diplomacy and the Geography of International Trade*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited, pp.1-2.

³²¹ Carron de la Carrière, Guy (1998), *La diplomatie économique: le diplomate et le marché*. Paris, Économica, Collection Diplomatie, p.31.

³²² Galito (2008), pp.24-25; Morais (2007), p.66; Samuel (2002), p.52; Picón (1999), p.58; Phillips e Sparks (1987), p.47.

³²³ Morais (2007), p.66.

³²⁴ *The 'interest' doctrine is a reasonably adequate description of the 'balance of power' international system, although, at times, sentiment or 'passion' did seem to outweigh 'interest'*. Kaplan, Morton A. (2005), *System and Process in International Politics*. Colchester, ECPR Press, p.141.

enunciado por Bergeijk com base nos conceitos de Baine e Woolcock. Para o primeiro, trata-se de *a set of activities (both regarding methods and processes for international decision making) related to cross-border economic activities (export, import, investment, lending, aid, migration) pursued by state and non-state actors in the real world*³²⁵. Este «interface» exige o trabalho uníssono da economia e da política porque, segundo indicado por Bergeijk: *A closer study of the interrelationships between, on the one hand, diplomacy and politics and, on the other hand, trade, investment and capital is warranted from a broader theoretical perspective*³²⁶. Em resumo, a abordagem das estratégias, projetos e realizações práticas que teriam lugar no âmbito comercial das relações bilaterais exigem esta abordagem baseada na história e nos estudos de política económica e de relações internacionais.

³²⁵ Baine e Woolcock (2003), p.3, citado em Bergeijk (2009), pp.14-15.

³²⁶ Bergeijk (2009), p.1.

Capítulo II.

Estrutura inicial da relação comercial (1800 - 1915)

Todo começo é difícil. Esta frase resume a característica principal do estabelecimento de relações entre Portugal e a Venezuela. A iniciativa era ainda mais difícil quando, uma vez observadas as circunstâncias de começos do século XIX, conclui-se que os governos respetivos atenderam a problemas internos de carácter prioritário perante a ameaça que eles comportavam à existência do Estado. A política centrou-se então sobre si mesma deixando em suspenso vários aspetos satélites, cada um trasladando-se para a órbita do comércio mundial e sua transformação.

Considerando as fases de crescimento do comércio mundial, esta conceptualização leva a perguntar sobre a propriedade destes aspetos, se eles se entrecruzavam e até que ponto. Pode-se indagar também a duração da condição satélite das relações entre os dois países. À partida, a duração da primeira etapa do comércio mundial é o quadro temporal que corresponde ao desenvolvimento de iniciativas desarticuladas entre Portugal e a Venezuela. No final do período, a etapa de transição de metade de século marca o começo de iniciativas concertadas. Por ser assim, isto implica afirmar a existência de uma mudança de atitude política na década de 1860 e reconsiderar a relação binacional.

Neste Capítulo, a análise prioriza os vários acontecimentos a partir do seu alcance na história das relações luso venezuelanas no período em estudo. Imersos nas particularidades da zona geoeconómica envolvente, assumimos verificar o contacto entre os dois países. Ao considerar a trajetória histórica, destaca-se o nosso interesse no papel do Português pelo mundo e no carácter distributivo da emigração portuguesa.

Para aproximar-nos a estes assuntos, tentamos saber o alcance dessa diáspora portuguesa em função da realidade geográfica da Venezuela abstraindo-nos da tese niilista da historiografia venezuelana sobre o fracasso dos projetos de imigração no século XIX³²⁷, uma conclusão que resulta, em parte, do facto de se desconsiderar o fluxo migratório indireto que teve lugar seguindo as diferentes rotas comerciais entre Europa e América. Ao ampliar o espaço para fora do país, aparece no horizonte o fluxo migratório português para zonas vizinhas a Venezuela; um fluxo que se caracteriza por seus envios intensos e

³²⁷ Aprecia-se este assunto quando se compara com a imigração em massa que chegou a Venezuela no século XX, e foi proposta, com maior ou menor ênfase por Veracoechea, Ermila Troconis de (1986) *El proceso de la inmigración en Venezuela*. Caracas, ANH. Tamayo, Isbelia Sequera e R. J. Crazut (1992), *La inmigración en Venezuela*. Caracas, ANCE. D'Ascoli, Gustavo (1958), *La inmigración en Venezuela*. Caracas, Tip.Vargas. Bidegain, Gabriel e A. Pellegrino (1985), *La mujer inmigrante en Venezuela*. Caracas, UCAB.

ocasionais, com núcleos espacial e sequencialmente localizados e substituídos, até aportar a costas venezuelanas e transcender o século XIX.

Nas primeiras décadas do século, a rutura política na América ocasionou uma logística de guerra, criou instabilidade comercial e suscitou alterações na ordem colonial. Perante estas circunstâncias, a insegurança nas rotas e a irregularidade do comércio eram um mar de oportunidades para os agentes comerciais sagazes; estes não podiam faltar na história de Portugal e de Espanha ou das suas possessões, no Novo Mundo. A oportunidade que se abriu a estes agentes, através das brechas que se abriram entre a decadente administração colonial e o fluxo comercial, desequilibrou o poder metropolitano e instituiu um processo de debates sobre a navegação, o comércio e a política, entre outros assuntos, onde participaram figuras proeminentes cujas reflexões superaram as ágoras nacionais e perduraram até finais do século XIX.

A transcendência dos debates sustenta-se também com episódios pontuais e até com as representações que prefiguram a realidade, a visão do outro. As tendências políticas e económicas coadjuvam a construção da imagem da sociedade e o perfil das personagens que, em função dos interesses, chefiaram a sua própria chancelaria ou levaram adiante a política exterior. No que a esta última diz respeito, a representação diplomática e consular de cada país oferece uma abordagem dupla. Nos seus registos, o serviço externo reflete, por um lado, as ideias e os factos decorrentes do processo reflexivo e participativo dos protagonistas nas relações bilaterais; por outro lado, apresenta o quadro em que a Chancelaria atribui as linhas de ação aos diplomatas para patrocinar o processo interativo que eles devem promover em função dos interesses do país. A ligação entre as ideias e as ações no serviço externo verifica-se a partir de meados do século XIX, em momentos em que o comércio exigiu uma relação mais estreita entre os países.

1. Venezuela e a vizinhança de portugueses. O papel das comunidades portuguesas na Demerara, Trinidad e no Curaçao na exportação para a Venezuela

A historiografia venezuelana tem insistido no fracasso político dos projetos de imigração postos em prática até a quarta década do século XX. De facto, apesar de a Venezuela ter sido sempre um país aberto a este fluxo e de oferecer um grande potencial de desenvolvimento económico, o número de imigrantes é baixo. Uma das principais razões do fracasso em cobrir o déficite de capital humano da Venezuela é atribuída ao estado de guerra interna, quase contínuo, em que o país se viu envolvido durante a maior parte do

século XIX. Esta situação prolongou-se também devido à falta de um bom planeamento, ao desejo da vinda espontânea de estrangeiros e às duas guerras mundiais³²⁸.

Há três deduções ligadas a estas premissas: a existência de uma intenção política de povoar o território, as dificuldades para fixar a imigração e um potencial económico por explorar. A primeira dedução é confirmada pelo corpo de leis promulgado com referência ao assunto. Autores como os historiadores Manuel Rodríguez Campos, Jean-Baptiste Canarelli e Leszek Zawisza, entre outros, corroboram esta segunda conjectura mediante estudos de três grupos regionais europeus os canários, os corsos e alemães do sul, respetivamente, que conseguiram fixar-se em Venezuela apesar das dificuldades³²⁹.

Em relação à terceira dedução, junto ao trabalho nacional e ao contributo de empresas estrangeiras, é válido indicar que o fluxo migratório, com carácter fixo ou temporário, em zonas circunvizinhas concorreu para manter produtivo o aparato económico através do intercâmbio comercial. A herança colonial europeia na América serviu para atrair e fixar a migração bem como para estabelecer e manter relações comerciais, em áreas próximas à Venezuela. Este contacto foi um estímulo à chegada espontânea de estrangeiros de diversa origem à Terra Firme. A chegada registou-se à medida que a dinâmica social e económica criaram condições mais atraentes para às comunidades migrantes. Esta é, portanto, uma migração que, acompanhando as rotas do comércio, entrou em contacto com o país antes de radicar-se nele e de ser considerada imigração *per si*. Para analisá-la, deve-se então considerar os espaços geográficos interconectados e ver as zonas circunvizinhas como espaços intermédios e escalas dos diferentes fluxos.

Esta abordagem distancia-se da perspetiva tradicional, na qual a análise da migração considera dois contextos geoespaciais únicos, análise que neste estudo incide sobre Portugal e a Venezuela. Nesta perspetiva há um espaço delimitado de percurso entre os dois contextos: a viagem entre os dois países. Esta visão está assim limitada a um processo

³²⁸ Berglund, Susan (1982), «Las Bases sociales y económicas de las leyes de inmigración venezolanas, 1831-1935», in: *Boletín-ANH*. Caracas, Vol. 65, N° 260, Outubro-Dezembro, pp.951-962. Veracoechea (1986), pp.67, 99, 117, 304. Pellegrino, Adella (1989), *Historia de la inmigración en Venezuela. Siglos XIX y XX*. Caracas, ANCE, pp.21, 91, 176, 179, 186. Luis Ricardo Dávila, num simpósio da CEPAL, resumindo trabalhos de varios investigadores, indica que na Venezuela, *entre 1810 y 1936 fueron promulgadas 13 leyes de inmigración, acompañadas de sus respectivos reglamentos, contratos para traer inmigrantes y se organizaron comisiones de política migratoria (...) pero aun con estas intenciones, acompañadas de leyes y decretos frecuentes, los inmigrantes fueron pocos*. Dávila, Luis Ricardo (2000), «Impacto social de la migración», in: *La migración internacional y el desarrollo en las Américas*. Santiago de Chile, ONU-CEPAL, Serie Seminarios y conferencias, N° 15: Simposio Migración Internacional en las Américas. San José, Costa Rica, Setembro 2000, pp.259-297, p.263.

³²⁹ Rodríguez Campos, M. (1989), *La Libranza del sudor: el drama de la inmigración canaria en Venezuela entre 1830 y 1859*. Caracas, ANH; Canarelli, Jean-Baptiste (1986), *L'Émigration et la présence corse au Venezuela*. Toulouse, UT II; Zawisza, Leszek M. (1980), *Colonia Tovar: tierra venezolana*. Caracas, UCV.

nacional, de emigração ou imigração, que se inicia com a saída de indivíduos desde o seu país natal numa viagem direta a um destino final³³⁰. No caso dos estudos de imigração na Venezuela, esta perspetiva desconhece a existência de «fronteiras anfíbias» e o histórico caráter polivalente do mundo insular e territórios vizinhos enquanto escalas intermédias³³¹.

O termo «fronteira anfíbia» define um espaço confinante de caráter híbrido – uma fronteira marítima no contexto físico e terrestre no contexto relacional³³². Este caráter tem vigência em setores definidos entre costas próximas, ou escassamente separadas por um estreito corredor marítimo, onde se pratica um contacto transacional como se fosse terrestre, caráter que irradia estabilidade, frequência e infinitude. A fronteira não se fecha sobre as costas, ao contrário, o dinamismo do espaço confinante se nutre, em grande parte, das contribuições exógenas. As características desta fronteira anfíbia são, primeiro, uma proximidade geográfica excecional que permite, segundo, um marco de relações socioeconómicas e culturais vigorosas que criam, terceiro, uma tradição histórica vinculativa de convergência.

Venezuela apresenta duas zonas onde a proximidade com as ilhas do Mar das Caraíbas favorece esta fronteira comum: uma encontra-se ao Este do país e surge através do Golfo de Paria entre a ilha de Trinidad e o Estado Sucre; enquanto a outra, virada para o lado noroeste, associa o Estado Falcón e as Antilhas Neerlandesas. A geopolítica fronteiriça da Venezuela adquire, sem dúvida, um fator *sui generis* com este tipo de fronteira comum entre as ilhas das Caraíbas e a Terra Firme. Os portugueses participaram neste trânsito com escalas e contactos mediante o fluxo migratório que se deu em direção a Demerara, Trinidad e Curaçao, fluxo que admite, como indica Kaldone G. Nweihed, elaborar esta *historia vinculante de convergencia*³³³.

³³⁰ Esta tendência verifica-se nos projetos de imigração na Venezuela do século XIX, em especial, é reiterada, até certo ponto, na curta recontagem exposta na *Memória* correspondente ao ano 1939, do Instituto Técnico de Inmigración e Colonización (ITIC). Como se verá, esta *Memória* contabiliza a imigração indireta em suas tabelas, incluída a entrada de portugueses residentes no Caribe.

³³¹ Tendo em conta os 1.793 kms de costas e a superfície de 92.391 km² de Portugal, podemos inferir o que significou para a história do povoamento e do comércio da Venezuela possuir 2.561 kms de costas continentais, 1.040 kms de linhas costeiras insulares de suas 311 ilhas e ilhéus e uma superfície continental de 916.445 km².

³³² Conceito baseado nas propostas de Nweihed, Kaldone G. (1992), *Frontera y límite en su marco mundial: una aproximación a la «Fronterología»*. Caracas, IAEAL-USB–Equinoccio, pp.41-43. Nweihed, que impulsionou o conceito em 1981, noticia que a expressão tem sido empregue por Manigat, Leslie F. (1983), «Geopolítica de las relaciones entre Venezuela y el Caribe, problemática general y problemas», in: Serbin, Andrés (Comp.), *Geopolítica de las relaciones de Venezuela y el Caribe*. Caracas, ASOVAC, pp. 27-55.

³³³ Nweihed (1992), p.42.

A navegação entre as ilhas caribenhas e a filiação colonial estenderam estas fronteiras a outras áreas de interesse comercial ou de similar influência metropolitana, mas também foram estendidas aos arquipélagos e ao interior do território venezuelanos. Estes fatores permitiram a convivência comercial das populações estabelecidas em costas venezuelanas, curaçoenses e trinitárias de acordo com o condizente interesse no abastecimento de mercadorias, efetuado de maneira legal e ilegal. Em relação a este comércio, a historiadora María Elena González Delucca é categórica ao referir a fronteira anfíbia da Venezuela com o mundo insular vizinho. Em sua opinião,

Las islas del Caribe no hispánico (...) han constituido tradicionalmente los puntos de contacto exterior más importantes del contrabando desarrollado en Venezuela. Jamaica, Saint Thomas, Curaçao y Trinidad, particularmente las dos últimas, han sido los almacenes naturales del contrabando por su cercanía a las costas (...) En las costas venezolanas, la actividad se ha concentrado, por el oriente: en el delta del Orenoco, el golfo de Paria, las playas de Margarita, de Cumaná y Barcelona. El comercio se desarrollaba preferentemente con Trinidad y servía a un vasto hinterland que comprendía, no sólo las áreas pobladas cercanas a la costa, sino otras accesibles vía el río Orenoco como Apure, Barquisimeto, Trujillo, Mérida, etc. (...) Por el occidente y el centro, el golfo de Maracaibo, Coro, Puerto Cabello y La Guaira tenían relaciones fundamentalmente con Curaçao. La enorme extensión de costas de fácil acceso en la que desembocan numerosos ríos y caños, ha representado una gran ventaja natural unida convenientemente a la circunstancia política de la existencia de islas extranjeras cercanas³³⁴.

Este comércio apresenta ainda outras convergências. Assim, a fronteira Paria - Trinidad conheceu tanto os contactos com os estabelecimentos holandeses, ingleses, franceses e portugueses nas Guianas como a convivência com as ilhas de Barlavento, desde a história das primeiras entradas e os primeiros povoamentos, na qual está incluída também a presença portuguesa. Henry G. Dalton, autor de uma *História da Guiana Britânica*, refere a navegação costeira em ambos os sentidos, entre Margarita, em contacto com a costa de Cumaná, e as bocas do Amazonas. Assim, segundo as crônicas guianesas do século XVI, a esta zona chegaram os portugueses: Gaspar da Silva e dois irmãos; Juan Gonçalves; Pedro da Silva, familiar de Rui Gomes da Silva, um dos favoritos do Rei de Espanha. Estudos venezuelanos sobre essa região nessa época demonstram também esta presença histórica, que se viu renovada posteriormente devido ao interesse britânico na Guayana venezuelana³³⁵.

³³⁴ «Contrabando», in: *DHV-FP*.

³³⁵ Dalton, Henry G. (1855), *The History of British Guiana, comprising a general description of the colony*. London, Longman, Brown, Green & Longmans, pp.101-104. Cf.: Otte, Enrique (1977), *Las perlas del Caribe: Nueva Cádiz de Cubagua*. Caracas, Fundación John Boulton, pp.121,125; Montañés, Ismael Silva (1983), *Hombres y mujeres del siglo XVI venezolano*. Caracas, ANH, 4 Vols, Vol.1, p.12.

No início do século XIX, os relatos de viagem de Henry Bolingbroke descrevem o marco de relações socioeconómicas e culturais que se tinham instaurado no sudeste das Antilhas e no norte da América do Sul. Nas descrições incluídas nestes relatos misturam-se os ideais liberais do autor com as referências relativas às atividades espanholas e portuguesas, referências que na obra de Bolingbroke eram úteis para o comércio britânico. Este Autor apresenta uma descrição das regiões vizinhas de Cumaná e das embocaduras do Rio Orenoco para chamar a atenção e o interesse do Governo britânico sobre algumas atividades pouco convenientes, mas comuns na zona, e aspetos comerciais. Com esta descrição, Bolingbroke sugeria, simultaneamente, uma invasão militar britânica com o objetivo de prevenir o risco do capital mercantil inglês nas colónias e de eliminar a ameaça que representavam os *picaroon* boats para o comércio de cabotagem. Além disso, esta operação militar podia assumir mais outra missão, esta de carácter expansionista: aproveitar o facto de os espanhóis não terem um porto privilegiado no Orenoco, bem localizado em relação ao *hinterland* e bem situado relativamente à exportação dos produtos da região que tinham então que ser embarcados para Trinidad, La Guaira ou La Havana³³⁶.

Além disso, Bolingbroke acompanhou a sua sugestão com uma proposta de migração baseada numa experiência europeia: na forma como os judeus europeus faziam negócios. A este respeito, o Viajante combina migração com comércio nesta proposta que previa o estabelecimento de um grande número de judeus europeus na América do Sul, onde eles tinham grandes possibilidades de sucesso como vendedores ambulantes de mercadorias europeias no interior do continente. Dentro deste grupo, Bolingbroke ressalta a importância dos judeus portugueses, que junto com os alemães, ingleses e holandeses, faziam o comércio nas Guianas e tinham feito de Paramaribo a *Buenos Aires of Guyana, the residence of all the native wealth, and the storehouse of what is most curious and precious among the production of Europa*³³⁷.

Todos estes comerciantes europeus comerciavam com os seus pares americanos estendendo a sua área de negociações pelas ilhas de Barlavento até à América do Norte. Em toda esta ampla zona, as transações eram realizadas em moedas inglesas e holandesas, que eram a maioria, mas também circulavam as moedas portuguesas como as *Gold Portugal coins, called ducats, a 9 [Shillings] each; moidores [por moeda de ouro], 18s. and*

³³⁶ *All the British West Indies would be benefited by free access to the interior of South America. All the other parts of the British dominions would be benefited. Extent of empire answers the same purpose as the adoption of liberal principles of commerce.* Bolingbroke, Henry (1805), *A Voyage to the Demerary. Containing a Statistical Account of the Settlements there, and of Those on the Essequibo, the Berbice, and Other Contiguous Rivers of Guyana.* London, Richard Phillips - Stevenson and Matchett, pp.378, 380-384.

³³⁷ *Ibidem*, p.339.

*Johannes, or Joes, which are 36s.*³³⁸. Esta circulação tinha correspondência com o movimento de mercadoria portuguesa. Bolingbroke descreve-a de maneira muito geral mas, em algumas passagens, detém-se para expor o consumo de vinhos da Madeira e do Porto como uma quotidianidade. Em particular, chama-lhe o atenção tanto o consumo e a redistribuição que se realiza em Trinidad do vinho da Madeira, como o consumo nas tropicais Guianas evocando que, em Demerara um vinho Madeira com água foi a primeira bebida refrescante que lhe ofereceram³³⁹.

Outro viajante confirma a estabilidade comercial e a frequência do contacto na fronteira Paria - Trinidad e as zonas confinantes à mesma. Trata-se de Thomas Pierronet que tomou notas durante a sua viagem e a sua estadia na Demerara. As suas descrições sobre o comércio são mais detalhadas quando fala da atividade que se fazia na foz dos rios das Guianas, das rivalidades entre comerciantes e nacionalidades que produziram episódios como a captura de um navio português que foi levado preso para Demerara, ou da navegação dos capitães portugueses na área, que subiam desde o Brasil. Pierronet menciona as operações cambistas e o comércio de produtos como razão da presença portuguesa. Assim, refere também o uso das *moidores* que avalia em 16 Guilders 10 Stivers e o vinho *Madeira per bottle, 5 guild. 10 stiv*³⁴⁰. Poucos anos depois, em 1819, a presença de produtos e moedas portuguesas estava consolidada no comércio da área. As moedas *Joe, Half Joe, Quarter Joe, Moidore e Half Moidore*³⁴¹, por exemplo, circulavam livremente, e inclusive eram compradas ao peso, em 19 colônias no Mar das Caraíbas e nordeste de América do Sul³⁴².

Como se verifica, nos começos do século XIX, existia uma referência portuguesa importante na zona este de Venezuela, que se viu aumentada pela proximidade geográfica das Guianas e as relações comerciais ali existentes. Esta referência sumiu-se na voragem desses primeiros anos do século mas deve ter permanecido latente à sombra do comércio,

³³⁸ *Ibidem*, pp.70-71,

³³⁹ *Ibidem*, pp.26, 47; p.336.

³⁴⁰ Pierronet, Thomas (1798), «Remarks made during a residence at Strabroek Rio Demerary in the latter part of the year 1798», in: *Collections of the Massachusetts Historical Society for the year 1799*. Boston, Reprinted Charles C. Little and James Brown, Vol. VI, 1846, pp.1-15; p.9, 15. Guilders ou Florim Holandês; Stivers: moeda de níquel equivalente a 1/20 Guilder.

³⁴¹ De procura do valor destas moedas, verifica-se: *Half moidore*, meia moeda do ouro, 13s., 6d; *Moidore*, moeda de ouro de 4800, 1L., 7s.; *Joe, Joanesa* ou *Meya dobra* 6400, 1L, 16s.; Vieira, Antonio (Trad) e J. Dias do Canto (Corr.) (1827), *Dictionary of the Portuguese and English Languages*. Londres, J. Collingwood, Vol. 1, p. MOD-MOE.

³⁴² «West Indies, in Geography and Commerce», in: Rees, Abraham (1819), *The Cyclopaedia or Universal Dictionary of Arts, Sciences, and Literature*. London, Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown, Vol. 38, s/p.

inclusive durante a Guerra de independência da Venezuela, em particular, devido à necessidade de escoar a produção da Guayana venezuelana através do Orenoco para comerciá-la em Trinidad e em outros portos. Precisamente, Kit Candlin realizou um estudo sobre a fronteira sudeste do Mar das Caraíbas -Golfo de Paria, Granada, Trinidad e Demerara, onde conclui que neste período nenhuma província espanhola, *as long as the war lasted, could trade with British ports, but Trinidad, Demerara and the coast of Venezuela could not survive without the reciprocal nature of this trade. The laxity in border control between these different colonies was a crucial aspect of the uniqueness of the Southern Caribbean*³⁴³. Nas descrições de Bolingbroke e de Pierronet verifica-se também a estratégia da Inglaterra de empregar recursos combinados como a intimidação pela força e a persuasão para o povoamento com a finalidade de conquistar espaços para o seu comércio, dois recursos que, como veremos, provocaram as suas consequências na fronteira anfíbia de Paria.

A. Demerara: o contato guianês.

Demerara é uma localidade periférica da fronteira anfíbia Paria - Trinidad mas, pelo contacto frequente com esta, o marco das relações socioeconómicas e políticas estendeu-se até essa colónia britânica. Assim, documentos do *Public Record Office* registam que Francisco Isnardi³⁴⁴ tinha sido, primeiro, dono de terras em Demerara, de onde passou a Trinidad, antes de se instalar em Caracas e ser secretário do Acta da Independência venezuelana³⁴⁵. Um estudo diplomático sobre as relações Venezuela - Guiana, contribui com provas evidentes da singularidade e da convergência do contacto nesta época ao referir tanto os médicos em exercício no *Stabrock Colonial*, atual Georgetown, que vieram ao Orenoco antes e durante a Guerra de independência venezuelana, quanto os milhares de escravos do Demerara que encontraram a sua liberdade fugindo à Angostura del Orenoco, atual Ciudad Bolívar³⁴⁶.

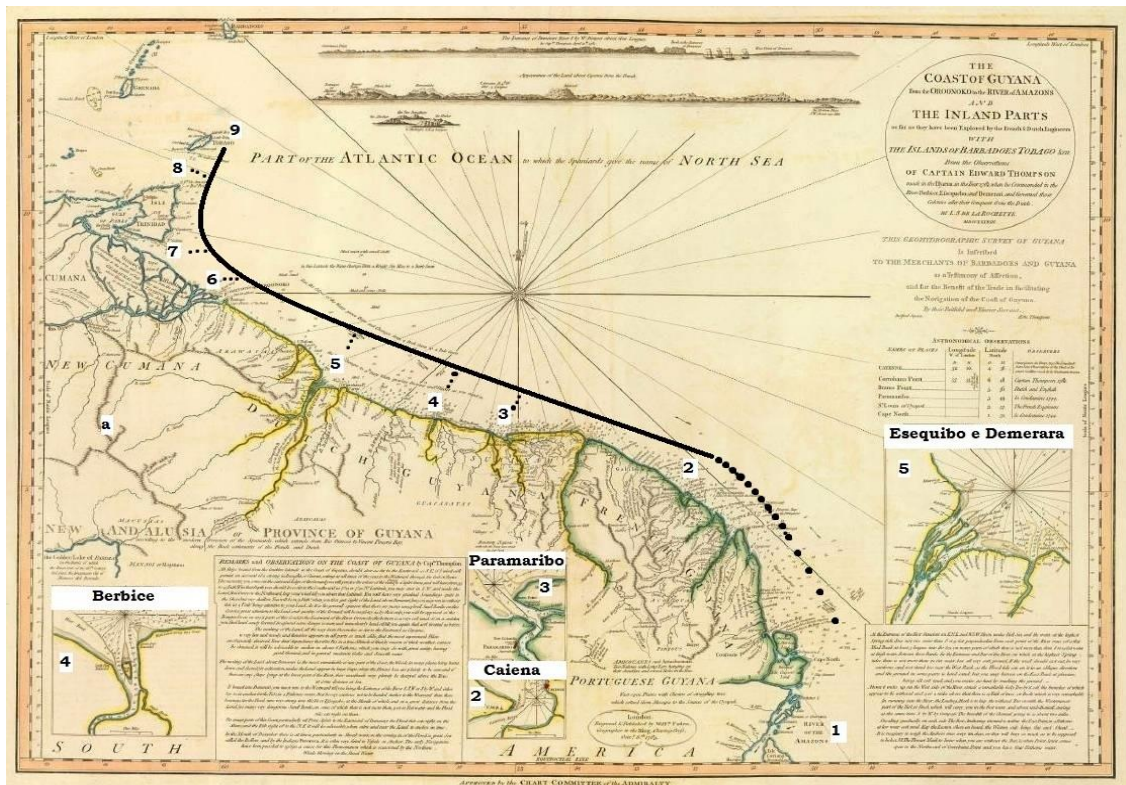
³⁴³ Candlin, Kit (2012), *The Last Caribbean Frontier, 1795-1815*. Hampshire-Nova Iorque, Palgrave Macmillan, s/p.

³⁴⁴ «Isnardi, Francisco» (Itália, 1750 - Espanha, d. 1820). Comerciante, agricultor, jornalista, político. Viveu em Holanda, Demerara, Trinidad, Güiria -desde onde comerciava com Trinidad- Margarita e em Caracas. Seu périplo segue o fluxo que desde as Guianas se dirigiu para a costa central da Venezuela. in: *DHV-FP*.

³⁴⁵ Gerulewicz, Marisa Vannini (2001), *La verdadera historia de Francisco Isnardi: español, ideólogo, forjador y héroe de la independencia venezolana*. Ceuta, IEC, pp.35, 51.

³⁴⁶ Parejo Hernández, Henry José (1998), «Relaciones diplomáticas entre Venezuela y Guyana (1966-1997)», in: *Boletín del Archivo de la Casa Amarilla*. Caracas, MRE-DIH, N° 5, pp.329-408, p.382.

Demerara: o contato guianês



Fonte: Thompson, Edward (1783), «The Coast of Guyana, from the Oronoko to the River of Amazons». London, William Faden.

Intervenção: A. Abreu Xavier.

- 1 Direção para o Brasil
- 2 Caiena
- 3 Paramaribo
- 4 Berbice
- 5 Demerara
- 6 Boca Grande do rio Orenoco, entrada para Ciudad Bolívar
- 7 Boca da Serpente, entrada para o Golfo de Paria e Porto-de-Espanha
- 8 Passo entre as ilhas de Trinidad e Tobago para o Mar das Caraíbas
- 9 Direção para as Antilhas, Estados Unidos e Europa
- a El Callao, perto das nascentes do rio Yuruari, na Guayana Venezuelana

A costa entre o Brasil e a ilha de Trinidad foi terreno de incursões britânicas, holandesas e francesas que possibilitaram a fixação de Caiena (2), Paramaribo (3), Berbice (4) e Demerara (5). A partir de esta última, os ingleses subiram pelo rio Cuyuni, penetrando assim a Guayana venezuelana, espaço identificado no mapa como 'New Cumana' e 'New Andalusia', até às fontes do rio Yuruari (a). As quatro populações referidas comerciavam entre si e com o Brasil (1). Ao noroeste, a rota comercial tomava diferentes direções. Uma delas era Ciudad Bolívar, a onde chegavam os navios entrando pela Boca Grande do Orinoco (6). Parte do fluxo migratório de portugueses que se fixou originalmente em Demerara (5) passou depois a fixar-se em Porto-de-Espanha e na costa oeste de Trinidad, de preferência, entrando pela Fronteira anfíbia de Paria pela Boca da Serpente, o estreito que existe entre Ponta Icacos, Trinidad, e o Delta do rio Orenoco (7). A via para entrar ao Mar das Caraíbas, através do espaço entre as ilhas de Trinidad e Tobago (8), unia as Guianas com as Antilhas Holandesas, as Índias Ocidentais Britânicas e as outras ilhas caribenhas; enquanto a ilha de Tobago (9) estava a caminho das rotas guinesas para os Estados Unidos e a Europa.

Comprovada a permanência do contacto com Demerara, a história do vínculo a Venezuela com os portugueses nessa colónia inglesa verifica-se, não obstante, depois da década de 1830 quando começa a fixar-se, com muitas dificuldades, uma comunidade portuguesa naquela colónia como resultado dum fluxo migratório que chegou a ser considerável. Segundo a historiadora Mary Noel Menezes, esta fixação de portugueses, em número de 40, inicia-se em 3 de Maio de 1835 quando, após uma travessia via Londres, ou primeiro lote de 40 Madeirenses chegou a bordo do navio «Louisa Baillie» para trabalhar nas propriedades La Penitence, Liliendaal e Thomas³⁴⁷.

Jorge Roça d'Oliveira³⁴⁸ contextualiza a chegada deste fluxo num relatório que envia para Lisboa quando era o cônsul de Portugal em Demerara em 1913. Oliveira apresenta uma recopilação histórica da emigração para essa colónia; nela raciocina sobre as causas deste fluxo e encontra-as na abolição do tráfico e na emancipação de escravos, em 1814 e 1834, respetivamente. No ano seguinte, isto é em 1835, chegaram os primeiros colonos graças a um projeto concertado dos plantadores: 157 imigrantes chegaram das Antilhas e 429 da Madeira, sem indicar nesta quantidade os 40 referidos por Menezes. Aqui importa ressaltar que o Cônsul deixa praticamente inferir a existência de uma substituição de mão-de-obra neste fluxo, substituição que foi impulsionada pelas leis e autoridades da nova organização da colónia, que desde o 21 de Julho de 1831 tinha passado a chamar-se Guiana Britânica, com jurisdição sobre os territórios de Berbice, Demerara e Esequibo. Do relatório se conclui também que o governo local tinha imposto barreiras legais a vários fluxos de imigração, a portuguesa incluída; na realidade, a chegada de madeirenses não tinha cessado em 1846 e eles constituíram a grande maioria da comunidade portuguesa conseguindo *apossar-se de quase todo o comércio a retalho*³⁴⁹.

Segundo Menezes, nessa mesma década, quase 2.000 madeirenses desempregados se tinham alistado para emigrar para a Guiana Britânica, malgrado as notícias que chegavam ao Funchal sobre as enormes dificuldades para a fixação de imigrantes naquele

³⁴⁷ Menezes, Mary Noel (1986), *Scenes from the History of the Portuguese in Guyana*. Londres, O autor, p.19. 100 anos mais tarde e apesar das tentativas de imigração e de colonização, essas propriedades foram ainda mencionadas como plantações: La Penitence, foi descrita como «Plantation and Village, East Bank Demerara, immediately South of Georgetown»; Liliendaal, «Plantation, East Coast, Demerara, 3 miles from Georgetown»; e «Thomas, Plantation Thomas Land, Demerara» Roth, Vincent (1943), *Where is it? A Gazetteer of British Guiana*. Georgetown, Daily Chronicle, p.63, 65.

³⁴⁸ «d'Oliveira, Jorge Roça» De Estocolmo e Vigo, passou para Demerara, onde tomou posse do consulado em Setembro 1912. Enviado Extra. na Venezuela, em 1945. *ADCP. 1945*, p.65.

³⁴⁹ AHDMNE, Cx 800. Consulado de Portugal em Demerara. Do cônsul Jorge Roza d'Oliveira para MNE. Relatório sobre a imigração na Guiana Inglesa. Georgetown, Demerara, 15-04-1913.

destino. Apesar destas notícias, o fluxo desde Madeira superou as expectativas da administração local, o que justificou que, em 1842, o *Colonial Office* de Londres sancionasse sua proibição enquanto revia a sua posição em relação aos portugueses e avançava com outros projetos e outros grupos nacionais. Os madeirenses que conseguiram sobreviver ao trabalho nas plantações mudaram-se cedo para a cidade onde começaram a administrar seus próprios negócios. Segundo indica Menezes, já nos anos 1850, muitos se tinham convertido em *'the wealthiest and only ready money people' through their industry and careful habits, as the press noted*³⁵⁰, mas na mesma altura, suspeitava-se da existência de remigração.

De acordo com a análise da documentação dos consulados de Demerara e Port of Spain, há desacordo sobre o início do fluxo migratório em direção à Guiana Britânica. Outro relatório emanado do Consulado de Portugal em Trinidad assevera que a primeira chegada de madeirenses à Guiana Inglesa ocorreu realmente em 1834, *no fim do mesmo ano do Emancipation Act*. Esta iniciativa teve lugar quando *dois proprietários de plantações (roças) tentaram, por iniciativa particular, um contrato com 40 trabalhadores da Ilha da Madeira*. O relatório considera que os *agradáveis resultados* deste ensaio atraíram, com efeito, os 429 portugueses no ano seguinte e que se iniciaram os projetos oficiais de migração a partir dessa ilha atlântica³⁵¹.

Na Venezuela, surgiram alguns projetos de imigração na altura em que os portugueses começavam no comércio demerarista. Os projetos seriam de interesse para Portugal em especial pela onda emigratória madeirense que era cada vez maior. Em relação a este assunto, ressaltam três iniciativas que visavam impulsionar o povoamento mediante plantações nas fronteiras com a Venezuela e o Brasil, sob a bandeira britânica. A primeira foi a invenção de Correia de Costa de criar uma colónia agrícola, que ele anunciava com o nome de Coburg, *for the cultivation of grapes, tobacco and coffee, assisted by millions of*

³⁵⁰ Menezes, Mary Noel, «The Madeiran Portuguese and the Establishment of the Catholic Church in British Guiana, 1835-98», in: Johnson, Howard (1988), *After the Crossing. Immigrants and Minorities in Caribbean Creole Society*. Londres, Frank Cass and Company Limited, pp.57-78, pp.57-60.

³⁵¹ AHDMNE. Relatórios. Relatório anexo ao Ofc. Nº 11, Proc. E, 7-02-1940. De Mário Duarte, cônsul de Portugal em Port of Spain, Trinidad, BWI. Reiteramos as palavras do cônsul Duarte: o relatório foi escrito para as *Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração (1140-1640-1940)* e à *Exposição do Mundo Português*. As primeiras iniciaram-se em 1-Junho e a segunda foi inaugurada em 23-06-1940. O relatório de Duarte foi publicado nas memórias e comunicações apresentadas ao *Congresso do Mundo Português*. Trata-se por tanto de *agradáveis resultados* inseridos num discurso apologético que silencia outros factos, e obrigam a análise crítica do discurso. Este compromisso político do discurso é considerado nas citações seguintes do relatório neste trabalho.

native Indians, em 1842, mas nada aconteceu³⁵². A segunda iniciativa foi impulsionada pela *The Tropical Emigration Society* de Londres, em 1845, com amplo apoio do hábil promotor comercial John Diston Powles. Esta agência pretendia aplicar em Demerara a sua experiência da Colônia Topo, um ensaio frustrado nos arredores de Caracas que Powles tinha impulsionado através da Sociedade Colombiana de Agricultura, também com sede em Londres. Por último, a iniciativa evangelizadora de John Cullen³⁵³, experiente missionário que conhecia o trabalho dos missionários franciscanos na Guayana venezuelana depois de ter trabalhado na missão do rio Cuyuni. Cullen mantinha contacto com o Arcebispo de Caracas e o Embaixador de Venezuela em Londres, entre outras personagens, como o seu irmão Edward, um médico com espírito aventureiro³⁵⁴.

Este projetado povoamento do interior da Guiana Britânica foi contemporâneo de acontecimentos europeus de peculiares consequências. A Colônia foi afetada pelas crises comercial, industrial e financeira da Europa, com efeitos no abastecimento de víveres e no deslocamento de população que aumentou grandemente. A Colônia não estava ainda preparada para imigrações em massa. *At the peak of the Irish Famine in 1847 both Cullens were asking Venezuela to take paupers from the west of Ireland*³⁵⁵.

A proposta de Cullens não foi tão só uma ajuda misericordiosa uma vez que Cullens tinha um vivo interesse económico nas missões ao oeste do Essequibo. O projeto povoador inglês ganhou um novo alento, entre 1850 e 1880, quando Grã-Bretanha e a administração da Colônia viram como *alternativa salvadora* aos problemas económicos o ouro venezuelano descoberto na zona do Yuruari. Em Londres, diferentes companhias inglesas obtiveram do governo venezuelano concessões auríferas na zona. Motivada pela colonização territorial e animada com as esperanças de encontrar ouro, a Grã-Bretanha *lanzó sus colonos hacia el occidente del río Esequibo*, quer dizer até ao território venezuelano, *buscando la ocupación de la zona aurífera en la cuenca del Yuruari, recién*

³⁵² Fox, John (2000), *Macnamara's Irish Colony and the United States Taking of California in 1846*. North Carolina, McFarland & C°, pp.56, 60.

³⁵³ «Cullen, John» Missionário inglês na Guayana (década de 1840). Homem de contactos políticos, militares, comerciais, eclesiásticos, etc., para projetos de conversão de índios. Em realidade: ocupação do território. Fox (2000), pp.60-69.

³⁵⁴ Key, Hans Rheinheimer (1986), *Topo: historia de la colonia escocesa en las cercanías de Caracas, 1825-1827*. Caracas, ACH, pp.161-163. Deas, Malcolm (2004), «Powles, John Diston (1787/8–1867)», in: Matthew, H. C. G. e Brian Harrison (Eds.), *Oxford Dictionary of National Biography*. OUP (Consulta: 20-02-2011 -<http://www.oxforddnb.com/>).

³⁵⁵ Fox (2000), pp.59-60.

*descubierta en los yacimientos de El Callao...*³⁵⁶ Com estas ações, a atração de aventureiros, de todas as nacionalidades, intensificou a comunicação interior entre a colónia britânica e Venezuela.

A atividade consular portuguesa até meados da década de 1840 não acompanhou a toda intensidade do impulso povoador guianês para o interior e as preocupações económicas dos comerciantes portugueses, vendo-se estes obrigados a recorrer a outras representações para resolver os seus assuntos. Prova desta situação é o exemplo de Henrique Horácio Haynes, o cônsul da Venezuela em Demerara desde 2 de Dezembro de 1844, que assumiu um dever que correspondia ao serviço consular português, como era a defesa dos interesses e súbditos da Coroa portuguesa. Em Maio de 1845, devido à falta de um representante português, Haynes interveio perante as autoridades coloniais no porto de Berbice a favor do capitão Bento José de Nascimento, para este não perder o seu bergantim Geral Nepomuceno Justo, *e todo o correspondente*; o navio tinha sido assaltado pela sua equipagem que se encontrava em *estado amotinado*³⁵⁷.

Cinco meses mais tarde, Haynes escreveu diretamente ao Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em Portugal, alarmado com a situação lamentável dos portugueses em Demerara e com desamparo dos mesmos devido à falta de uma representação consular que defendesse os seus direitos e prerrogativas. Nesta ocasião sugere que, depois de ter provado a sua boa-fé ao ajudar vários portugueses perante os tribunais, se lhe ofereça a representação da Coroa Portuguesa nessa colónia britânica³⁵⁸.

A existência dum consulado da Venezuela em Demerara e o trato do cônsul com portugueses tinha a sua razão de ser. A nomeação de Henrique Horacio Haynes era um ato conveniente em razão dos contactos comerciais e políticos de que dispunham tanto ele como o seu pai, Richard Haynes, conhecido comerciante local e ex-prefeito da localidade, segundo indica uma coluna social da época³⁵⁹. De facto, Henrique Horácio geriu

³⁵⁶ «Fronteras», in: *DHV-FP*.

³⁵⁷ AHMPPRE, Archivo Antiguo (AA), Gran Bretaña, Vol. 18, ff.1-19. Haynes foi cônsul geral de Venezuela em Demerara até 02-09-1848. Não foi consultada outra correspondência deste Cônsul que, consideramos, podia ter aportado mais ideais sobre o seu papel de cônsul, comerciante e mediador entre Demerara, Venezuela e os portugueses. AHDMNE, Cx 701. Certidão do capitão Bento José de Nascimento, escrita a bordo do bergantim *General Nepomuceno Justo*, no porto de Berbice, 2-05-1845. Autenticada por João Evangelista Vieira, Escriturário público do idioma Português em British Guiana.

³⁵⁸ AHDMNE, Cx 701. Consulado de Venezuela em Demerara. De cônsul Henrique Horacio Haynes para MNE. [Doct.1/76] Georgetown, Demerara, 14-10-1845.

³⁵⁹ Cf.: «Marriages», in: *The Court and Lady's Magazine*, Junho-1847, p.55. De facto, ao pretender exercer o consulado de Portugal em Demerara, Haynes remeteu a Lisboa as referências dum magistrado municipal, três

simultaneamente o trabalho de servidor público colonial e de cônsul, duplicidade que lhe gerou um conflito de interesses, como se verá a seguir. Em relação à legalização de documentos e ao trabalho consular em si, os navios que navegavam na área precisavam do aval de um cônsul quando se dirigiam com carga e passageiros a portos venezuelanos.

As expectativas do comércio da Guiana Britânica com seus vizinhos foi outra razão para a nomeação de Haynes. O investimento de 47.000 dólares feito pela firma Cavam & C^o num vapor de 180 c/v, foi um sinal daquelas esperanças. Batizado com o nome de «Venezuela», a designação é significativa se se considerar a área caribenha e as comunicações já estabelecidas e as a que seria destinado³⁶⁰. Em serviço desde 1841, ficou confinado ao transporte de carga e de passageiros, sobretudo de imigrantes em trânsito desde o Mar das Caraíbas.

As referências indicam que no lapso de um ano, até Dezembro de 1842, ingressaram 10.921 imigrantes na Guiana Britânica, provenientes de: 4.739 da Madeira, 3.251 das Índias ocidentais, dos quais não se especifica a nacionalidade colonial, e o resto de África. O custo destes imigrantes, *including the purchase-money and expenses of the steamer Venezuela amounted to about 380.000 dollars*. O contributo deste Vapor para esta número, segundo Henry G. Dalton, *was the introduction into the colony of about 3.000 immigrants, who came chiefly from the island of Barbados*³⁶¹.

Das referências anteriores deduz-se a rentabilidade do transporte de migrantes na zona oriental do Mar das Caraíbas e norte da América do Sul. Esta dedução vai acompanhada da ideia de que muitas vezes as ilhas de Barlavento foram escalas intermédias entre um porto de partida e um destino final. Os dados apontam um alto número de madeirenses circulando neste fluxo migratório e, portanto, expostos à cobiça dos agentes

magistrados judiciais e remeteu alias o seu expediente no Colonial Office em Londres. AHDMNE, Cx 701. De Haynes para MNE. [Doct.1/76] Georgetown, Demerara, 14-01-1846.

³⁶⁰ John Fox, no seu estudo sobre a conexão religiosa entre o norte de América do Sul e Estados Unidos, confirma esta comunicação em 1846. Assim indica que *the new Royal Mail Steamship Line which linked the Caribbeam islands to Guiana, Venezuela, Mexico and the United States created communications revolutions. If John Cullen [o missionário evangélico] from the Guiana hinterland was in contact with the Archbishop of Caracas, it should not be surprising that [the former parish priest of Georgetown, John] Hynes was in touch with Mexico City*. Fox (2000), p.77. Em 1852, o conselheiro brasileiro Miguel Maria Lisboa fez um esboço de como se tinham consolidado e funcionavam as rotas caribenhas. Este esboço permite seguir a esteira do vapor «Venezuela» sobre a rota São Tomás - norte da América do Sul. *Esta ruta parte de San Thomas toca en las islas inglesas de San Cristóbal, Nevis, Antigua, Dominica, Monserrat, Santa Lucía y Barbados; en las islas francesas de Martinica y Guadalupe, en la colonia inglesa de Demerara. Está auxiliada por una ramificación que comunica Barbados con San Vicente, Granada, Tobago y Trinidad*. Lisboa, Miguel María (1954), *Relación de un viaje a Venezuela, Nueva Granada y Ecuador*. Caracas-Madrid, EPR, p.21.

³⁶¹ The Royal Gazette Office (Ed.) (1863), *The New Local Guide of British Guiana*. Demerara, p.25. Dalton (1855), p.202.

transportadores que favoreceram a mobilidade e o contacto entre os portos na região. Pela oferta de prosperidade e pela localização no continente, Demerara foi considerada um destino final para muitos madeirenses e isso supôs, entre outras coisas, correr também o risco da viagem clandestina, outro aspeto da migração portuguesa que o Cônsul Haynes cedo denunciou.

A denúncia foi de facto a sua primeira comunicação à Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros quando se estreou como cônsul de Portugal nessa colónia britânica, nomeação que lhe foi aprovada o 24 de Abril de 1846, na sequência da sua petição de Outubro de 1845. Nesta denúncia, Haynes fala duma imigração considerável de Portugueses e ressalta um facto importante: sua nomeação *produziu muita excitação entre alguns Portugueses que fazem o negocio de trazer emigrados da Ilha da Madeira porque eles temem que tendo um Cônsul não lhes será permitido o persistirem com esse sistema*³⁶². Haynes decidiu aprofundar este assunto; um mês mais tarde, tinha pronto e enviou para Lisboa um relatório detalhado onde denunciava o sistema dos *negociantes madeirenses fretadores dos navios*, de bandeira inglesa e portuguesa em maior número, para este mister. Destes navios fretados, Haynes descreve acontecimentos trágicos na escuna portuguesa «Agua» e na barca inglesa «Palmira», por exceder sua capacidade de transporte³⁶³.

O cruzamento de fontes apoia a ideia da exploração do fluxo migratório e das escalas intermédias, ou pelo menos a permanência temporária, nas ilhas caribenhas. Um estudo do historiador João Adriano Ribeiro sobre a emigração madeirense para as Antilhas³⁶⁴ comprova que o descrito pelo cônsul Haynes era contemporâneo da razia que estava realizando o Governo de Madeira no interior da ilha contra os *aliciadores*. De facto, a documentação de arquivo coincide ao assinalar acontecimentos significativos como o caso da barca «Palmira». O historiador Ribeiro documenta a partida deste barco do Funchal em 24 de junho de 1846; dois meses mais tarde, a «Palmira» é citada num relatório de Haynes como exemplo do que sucedia em Demerara com imigrantes enganados.

O quadro de saídas elaborado pelo historiador Ribeiro localiza aos madeirenses sobre a rota das ilhas de Barlavento, que era percorrida pelo vapor «Venezuela» e foi

³⁶² AHDMNE, Cx 701. Consulado de Portugal em Demerara. De Haynes para MNE. [Doct.2676/6] Georgetown, Demerara, 2-07-1846.

³⁶³ AHDMNE, Cx 701. Consulado de Portugal em Demerara. De Haynes para Conde de Lavradio. Ofc. Nº 2-1, Georgetown, Demerara, 24-08-1846.

³⁶⁴ O estudo de Ribeiro (2006) está baseado em abundantes fontes hemerográficas e nos vários fundos da Administração de Concelhos, que se encontram no Arquivo Regional da Madeira.

descrita pelo conselheiro Miguel Maria Lisboa³⁶⁵. Assim, encontram-se 7.213 saídas oficiais com destino a Antigua, Demerara, Dominicana, Granada, Jamaica, Nevis, São Cristovão, São Vicente e Trinidad, num período variável segundo o destino que vai desde 1844 até 1851. O facto é que estas saídas não tinham sucesso garantido como projeto de imigração em si, pois muitas delas corresponderam a interesses de armadores e agentes destes que prometiam, segundo Ribeiro, *o ouro de Demerara e quantas vezes algum agente, como o fazia James Taylor, até prometia aos colonos uma paragem e afinal iam bater a outro sítio*³⁶⁶. Estas promessas eram uma das razões para a mobilidade dos portugueses para estas ilhas³⁶⁷.

A Guiana Britânica não correspondeu a todas as expectativas de muitos portugueses para os quais Demerara era o destino final. Ao não aparecer o prometido *ouro de Demerara*, muitos indivíduos empreenderam a remigração; a maioria das vezes, a nova partida foi efetuada de maneira clandestina em virtude dos contratos em vigência, que vetavam o não cumprimento laboral e a saída da colónia enquanto existissem dívidas. Esta clandestinidade dificulta a identificação dos destinos e a isso soma-se a falta dum controle de passaportes, tal como denuncia o cônsul Haynes. Sobre o assunto informou Lisboa que, vista a lamentável situação de muitos, *há sucedido nesta Colonia diversas saídas clandestinas de vários portugueses, levando estes alheios cabasses que em boa-fé lhe havião confiado alguns negociantes britânicos e portugueses o que tanto desacredita a bom nome e carácter português*³⁶⁸.

As condições sociopolíticas na Guiana Britânica foram instáveis e até em algumas ocasiões dificultaram o bom desenvolvimento da imigração e da integração social. Nesse sentido, certos acontecimentos constituíram um motivo de singular atenção para a representação consular portuguesa pela repercussão que tinham na comunidade Lusa. A magnitude desta repercussão motivou respostas diversas, entre elas contam-se tanto as reiteradas ondas de solicitações de retornos e as remigrações entre os portugueses menos

³⁶⁵ «Lisboa, Miguel María» (Brasil, 1809 -Lisboa, 1881). Diplomático, memorialista, primeiro representante diplomático brasileiro acreditado na Venezuela (1843-1844 e 1852-1854). Firmou 3 tratados: de Amizade, de Limites e Navegação Fluvial e de Extradicação de Réus. Em 1866 publicou em Bruselas *Relación de un viaje a Venezuela, Nueva Granada y Ecuador*. «Lisboa, Miguel María», in: *DHV-FP*.

³⁶⁶ Ribeiro (2006), pp.41-42, 48, 51, 59-61.

³⁶⁷ Muitos esquemas de importação de trabalhadores para as Índias ocidentais deram pouco resultado, segundo: Laurence, K. O. (1971), *Immigration into the West Indies in the 19th century*. Londres, CUP, p.10.

³⁶⁸ AHDME, Cx 701. De Haynes para MNE. Of. N° 1-47, Demerara, 31-01-1847.

sucedidos, quanto uma melhor coordenação de ações por parte da própria comunidade perante o resto da sociedade e das autoridades coloniais³⁶⁹.

Perante estas eventualidades, Demerara interpretou também o papel de ponto intermédio no fluxo migratório português que se deu na parte oriental de Venezuela. Ao decepcionar como destino final, ao inspirar a repatriação e ao propiciar a remigração dos descontentes, a Colónia britânica levou à transferência da migração para a fronteira anfíbia Paria-Trinidad. Devido à população em movimento pela região, Demerara converteu-se num ponto periférico, já não só comercial, em contacto permanente com aquela fronteira. No que diz respeito aos portugueses, esta deslocação fê-los participar e serem incluídos em outras narrativas. É de admitir que a história do português demerarista acompanha a narrativa da colonização agrícola inglesa para o interior de Guiana Britânica, do investimento na navegação, do comércio com Trinidad e Venezuela e da mobilidade pelas ilhas de Barlavento.

Do mesmo modo que Haynes tinha apoiado os portugueses, o seu sucessor no consulado de Portugal, a partir de 1848, John Taggart, continuou este acompanhamento através dos seus vínculos com outros comerciantes e com personalidades de outras latitudes³⁷⁰. No que respeita ao comércio exterior e interior, os portugueses consolidaram-se como grupo económico a ponto de atuarem em conjunto ante as autoridades coloniais britânicas na defesa de seus interesses. Assim o fizeram em 1870 para protestar tanto contra as licenças de importação e exportação, tal o caso particular das bebidas espirituosas e a madeira, quanto contra os prejuízos ocasionados aos *shopkeepers*³⁷¹.

A participação dos portugueses neste comércio era considerável se tivermos em conta as quantidades e os valores da mercadoria para reexportação, referidos na secção «Imports and Exports compiled from entries at the custom house» para o biénio 1869-1870, do *Mercantile Intelligence* de Demerara. Entre esta mercadoria encontravam-se feijão frade de Lisboa, cebolas *-duty free-* e vinhos de Madeira. Ainda que a informação não seja

³⁶⁹ AHDMNE, Cx 701. De John Taggart, cônsul de Portugal, para Emilio Achilles Monteverde, Ministro de Assuntos Estrangeiros. Of. Nº 1-1853, Demerara, 10-05-1853 e Of. Nº 2-1853, 23-07-1853. AHDMNE, Cx 701. Nº 1-1856. De João Tertuliano Fernandes e Nobrega, cônsul de Portugal, para MNE. Demerara, 17-02-1856.

³⁷⁰ *A Charles Taggart ran a company in Mexican Puebla and William Taggart ran the Pacific Steamship Company from Austin Friars Street, London's 'little Mexico', both possible related to John Taggart of Guiana.* Fox (2000), p.77. O bispo católico irlandês John Hynes respaldó Taggart para o cargo de cônsul. AHDMNE, Cx 701. Nota da SENE, 8-06-1848, Representação de João Evangelista Vieira de Andade.

³⁷¹ «The Portuguese Petition» (Memorial e requerimento dos cidadãos de Portugal, Madeira, Cabo Verde e as Ilhas Canarias ao Governador e à Comissão de Política da Guiana Britânica), in: *The Colonist*. City of Georgetown, Demerara, Año II, New Series 1, Nº 2311, Friday, 23-12-1870.

uniforme em todas as secções, os dados recuperados do mesmo registo mercantil apresentam conexões interessantes como os embarques para Ciudad Bolívar e Margarita, consignadas por Luigi Psaila; o descarregamento do navio português «Galatea», de 255 tons., chegado de Lisboa, consignado à assinatura Da Silva & Brothers; ou o envio de mercadoria de F. Rodrigues & Cº à firma I. A. S. Carvalho, em Boston³⁷².

Em 1875, as ligações comerciais dos portugueses demeraristas navegavam com frequência a ilha de Trinidad passando ao longo de suas costas, sem tocá-las, até chegar a Barbados. Esta ligação ganhou importância a tal ponto que os *demeraristas* e portugueses residentes em Barbados solicitaram ao cônsul de Portugal na Guiana inglesa a criação nessa ilha de um vice-consulado; para o cargo foi nomeado o negociante inglês William R. Man, já então cônsul de Dinamarca.³⁷³

A comunidade portuguesa na Guiana Britânica deu mostras diversas do seu sentido de oportunidade e da sua pujança. Em 1885, alguns patrícios eram proprietários de iates que introduziam contrabando dos arredores, segundo revela um jornal português cujos anúncios são reflexo do dinamismo económico dessa época³⁷⁴. Na década de 1880, a imprensa escrita em Português, publicada por e para a comunidade portuguesa, fornecia informação comercial de sumo interesse para os negociantes e, num curto espaço de tempo depois da aparição dos primeiros jornais, este tipo de jornalismo converteu-se num instrumento de pressão e polémica na ocasião dos motins contra os portugueses³⁷⁵. A propósito dos motins e do desemprego crescente nas décadas de 1880-1890, estes assuntos renovaram o desejo do regresso e da remigração obrigando o consulado de Portugal a corresponder às necessidades dos *portugueses que não se achassem satisfeitos* na Guiana Britânica³⁷⁶.

³⁷² *Mercantile Intelligence*. City of Georgetown, Demerara, Supplement to the «*Colonist*», 6-01-1871, p.1.

³⁷³ AHDMNE, Cx 701. De cônsul Pedro Augusto da Silva Carvalho para o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Andrade Corvo. Of. Nº 26-1875. Demerara 11-08-1875.

³⁷⁴ *O Portuguez. Semanário político, comercial e noticioso*. Georgetown, Demerara, Administrador J. A. Machado Pacheco Nº 265, Sábado 24-01-1885, p.1.

³⁷⁵ *The Portuguese press in a brief period of approximately twenty years consisted of the Watchman, A Liberdade, A Verdade, O Lusitano, O Portuguez, Chronica Semanal and A União Portuguesa*, Westmaas, Nigel David (2006), *A Mirror of Social and Political Ferment: The Newspaper Press of Guyana: 1839-1899*. Nova Iorque, Binghamton Univ., Dissertation for Doctor degree, pp.80-83. AHDMNE, Cx 701. *A União Portuguesa*. Demerara, Sábado 8-06-1889, Año I, Nº 7. O editor Manuel Luiz Ramos d'Andrade apresenta o jornal como um *Semanário Independente. Dedicado à advocacia dos interesses da Colonia Luso-Britânica*.

³⁷⁶ AHDMNE, Cx 701. De Consulado de Portugal em Demerara, para MNE. Of. Nº 4-B. Georgetown, 21-04-1890. AHDMNE, Cx 701. De vice-cônsul Jorge Camacho para MNE. Of. Nº 2. Georgetown, 17-01-1899. Transmite o requerimento de Manuel Luiz Ramos d'Andrade como representante de 605 súbditos portugueses que desejam sair de Demerara. AHDMNE, Cx 701. Consulado de Portugal em Demerara. Of Nº 1-A. Georgetwon, 20-01-1896, sobre excitação provocada contra os portugueses pelas notícias aparecidas na imprensa local.

Não obstante estes problemas de ordem social, a participação dos portugueses no comércio externo continuava a aumentar, bem como aumentava também o contacto do porto de Demerara com suas áreas vizinhas. De facto, Arthur Weber, o cônsul de Portugal em 1890, era um dos pilares desta consolidação. Além de seguir a tradição de seus antecessores, no sentido de compartilhar o cargo consular com as atividades económicas, Weber era também cônsul da Alemanha, membro da família Perot proprietária de várias empresas, entre elas uma tinha o seu nome: *A. W. Perot & C^o, Mannheim Marine Insurance Company*; e publicista-editor do *Demerara Fortnightly Market Report*, apoiado pela Câmara de Comércio de Georgetown. Este meio de comunicação promovava e divulgava informação sobre o movimento de alfândegas, sendo a secção «Shipping intelligence» outro depoimento do movimento de mercadorias, firmas e navios portugueses pelas rotas que ligavam com Demerara, entre elas o itinerário de Ciudad Bolívar, no rio Orenoco³⁷⁷.

O serviço consular efetuava o devido seguimento desta base comercial já consolidada desde que o cônsul Manuel Castanheira d'Almeida, em 1896, advertiu a Lisboa que *no consulado não existe sequer um único nome inscrito*³⁷⁸. Anos depois, em 1912, uma re-estruturação do serviço consular submete ao controle do consulado em Georgetown as finanças dos consulados de 4ª classe na área. Assim, pela rota das ilhas de Barlavento em direção norte, contavam-se: Trinidad (Port of Spain), Barbados, Santa Lúcia (Castries), Guadalupe (Point-à-Pitre), Antigua (S. John), São Tomás e as Bermudas; mais a leste ficava a representação em Paramaribo; e, por último, o consulado na ilha de Curaçao, na parte noroeste de Venezuela³⁷⁹. Este último consulado resulta curioso por vários fatores; um deles é que Curaçao tenha permanecido inédito na documentação correspondente a Demerara; e, segundo, esta dependência em relação ao Consulado em Georgetown ratifica assim a extensão do espaço comercial de atividade dos portugueses ao longo das costas venezuelanas, numa extensão que chega até à outra fronteira anfíbia: a identificada entre Curaçao e o Estado Falcón.

O cônsul Jorge Roza d'Oliveira refere em três relatórios, realizados no primeiro terço do ano 1913, a incorporação dos comerciantes portugueses da Guiana Britânica à zona económica da fronteira Paria-Trinidad e outras áreas de Venezuela. Na sua exposição de Janeiro, Oliveira refere que essa Colónia tinha 10.084 portugueses, contando-se entre

³⁷⁷ AHDMNE, Cx 701. *Demerara Fortnightly Market Report*. Demerara, N° 26, 3-01-1890.

³⁷⁸ AHDMNE, Cx 701. De M. Castanheira d'Almeida. Of. N° 7-B. Georgetwon 19-03-1896.

³⁷⁹ AHDMNE, Cx 800. De cônsul Jorge Roza d'Oliveira. Of. N° 18-C. Demerara, 20-11-1912.

eles 1.908 de primeira geração, segundo dados oficiais de 1912. Este número obriga a refletir quando é comparado com o relatório que o Cônsul enviou em Abril. Um dos quadros incluídos neste último documento indica uma chegada acumulada de 31.628 portugueses, entre 1835 e 1891. Assim, os dados de 1912 só registaram 6,03% do valor acumulado de imigrantes até 1891 e deixam dúvidas em torno da dimensão do fluxo migratório.

Os números impressionam também se considerarmos as observações do historiador Alberto Vieira: a saída, legal e ilegal, tanto em tempos de crises como de estabilidade, da Madeira para a Guiana inglesa atingiu os 70% de toda a emigração dessa ilha para as Colónias britânicas³⁸⁰. A informação de Vieira comparada com os fundos do Arquivo Regional da Madeira não é menos eloquente: os *Livros de Registo de Passaportes* referem que os passaportes outorgados entre 1872 e 1920 com destino «Demerara» ascendem até 87,4 % do total e só, entre 1872 até 1911 foram outorgados 3.173 passaportes³⁸¹.

Há ainda dois considerandos a reter nestas comparações: primeiro, o ano de última baliza, 1911, é anterior em mais de um ano da data do relatório de Oliveira e, segundo, o facto de todos os passaportes não terem sido utilizados mas, ainda assim, se só a metade deles foi usada (1.587 passaportes) o valor é próximo do total de 1912: 1.908. desta reflexão conclui-se que os índices de decessos, regresso e remigração foram elevados e que esta remigração aportou nos cais estrangeiros em contacto com as colónias de Berbice, Demerara e Esequibo.

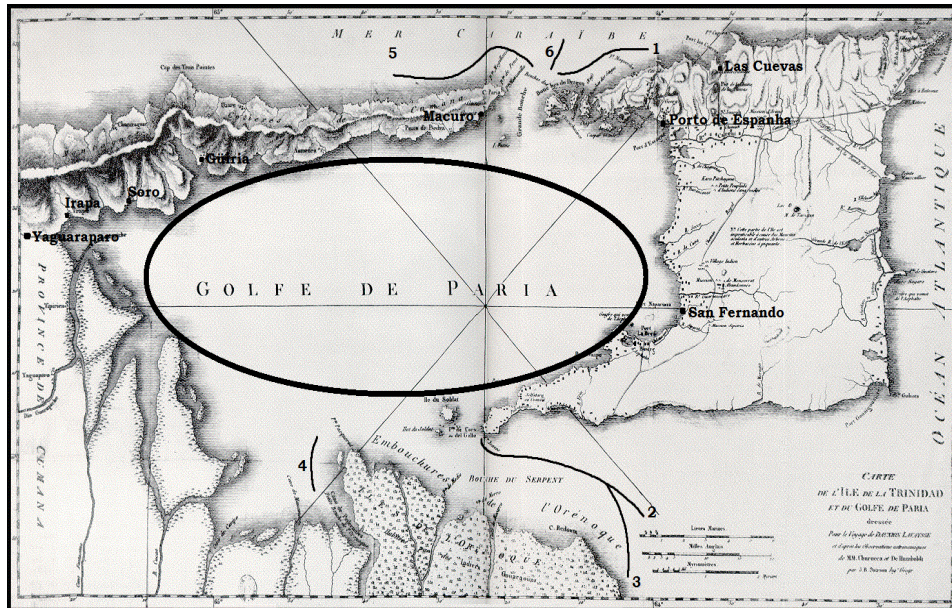
Em relação ao fluxo comercial, o relatório de Janeiro indica que a Colónia britânica tinha recebido 1.277 embarcações venezuelanas, mais do que as inglesas que ocupam o segundo lugar com 1.115 barcos, posições que se invertem no registo de saídas. Oliveira aponta que Portugal não aparece no registo de procedências e destinos, como também não está na lista de navios, mas as suas anotações são estimulantes quando fala do «Comércio em trânsito», que remete para a mercadoria destinada à reexportação, pauta em que Portugal ocupa o quinto lugar. Segundo o Cônsul, este lugar deve-se à liderança de alguns produtos e foi atingido com apoio das firmas portuguesas³⁸². Não obstante, a ausência de Portugal nos registos de navegação foi para Oliveira uma preocupação constante³⁸³.

³⁸⁰ Vieira, Alberto (1990), «Emigration from the Portuguese Islands in the Second Half of the Nineteenth Century: The Case of Madeira», in: Higgs, David (Org.), *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, pp.42-58, pp.46-47.

³⁸¹ Arquivo Regional da Madeira, *Livros de Registo de Passaportes*. Serviço de Consulta Online.

³⁸² ...*muitas das principais casas importadoras são pertencentes a portuguesas. As firmas comerciais que importam produtos portugueses são: J. P. Santos & Cº Ltd; Lopes, Fernandes & Cº; Rodrigues & Abreu;*

Trinidad: a entrada inglesa pelo oriente



Fonte: «Carte de l'île de la Trinidad et du Golfe de Paria. 1813», in: Dauxion Lavaysse (1967), Carta 3. Intervenção: A. Abreu Xavier

Indicação das rotas ligadas à Fronteira anfíbia de Paria.

- 1 Tobago, Cabo Verde e Europa
- 2 Demerara, Berbice, Paramaribo
- 3 Boca grande do Orenoco, Angostura [Ciudad Bolívar], San Carlos de Rio Negro
- 4 Canal Macareo, Tucupita, Angostura [Ciudad Bolívar], etc.
- 5 Carúpano, Margarita, Cumaná, Barcelona, La Guaira, América Central
- 6 Granada, S. Vicente e demais Antilhas, e os Estados Unidos

Neste mapa, o oval representa o espaço entre os diferentes portos da Venezuela e Trinidad no interior do Golfo de Paria, o espaço de circum-navegação da fronteira anfíbia de Paria. As rotas que fomentavam o fluxo comercial e a mobilidade cruzavam a Boca do Dragão, ao Norte (rotas 1,5, e 6), ligando Europa (1), toda a costa norte da América do Sul em direção à América Central (5) e as Antilhas com rumo aos Estados Unidos (6). Ao Sul, a Boca da Serpente era o canal que ligava as Guianas e o Brasil (2). O grupo de imigrantes portugueses que desembarcou em Las Cuevas, Trinidad, em 1834, dispersou-se em direção à cordilheira setentrional e central da ilha, na região das selvas de Monserrat, que se converteram no *hinterland* de Porto-de-Espanha. San Fernando ganhou importância pela sua situação em relação à desembocadura do Orenoco.

A Boca Grande do rio Orenoco (3) e o Cano Macareo (4) eram os canais para o comércio exterior de regiões do interior de Venezuela, assim, o café de Los Andes, no extremo ocidental do país; a carne e os couros das planícies, na zona central; dos minerais da Guayana, ao sul; e o cacau de Pedernales e Tucupita, sendo Ciudad Bolívar o porto principal de armazenagem e redistribuição para a região guianesa. As aldeias de cafés e cacau na zona sul da Península de Paria (Macuro, Güiria, Soro, Irapa e Yaguaraparo) comerciavam diretamente com Trinidad.

Claudino de Abreu; J. N. Pereira & C° Ltd, António de Freitas; M. P. Colleta; M. P. Camacho; Smith Brothers & C°, Ltd; Ho. A. Hing; Wieting & Richter Ltd. Portugal era o primeiro país em importação de alhos, azeite de oliveira, cebolas, feijão, rolhas e vinho em cascos; e terceiro em conservas de peixe, a seguir de Grã-Bretanha e Estados Unidos. AHDMNE, Cx 800. De cônsul Jorge Roza d'Oliveira. [Of. N° 134]. Relatório anual. Guiana Inglesa. Georgetown, Demerara, 15-01-1913. *Ibidem*, Relatório sobre a imigração na Guiana Inglesa. Demerara, 15-04-1913.

³⁸³ AHDMNE, Cx 800. De cônsul Jorge Roza d'Oliveira. Of. N° 7-B. Georgetown, Demerara, 28-02-1913.

B. Trinidad: a entrada inglesa pelo oriente

Trinidad é a entrada inglesa dos portugueses pelo oriente da Venezuela. A proximidade à costa venezuelana permite uma comunicação mais frequente e mais conveniente em comparação com a distante Demerara e seu agreste *hinterland*. Aliás, a curta travessia fomenta o contacto fluido das populações de ambos lados da fronteira anfíbia no Golfo de Paria. Os deslocamentos de população que se dão nos arredores do Golfo, em especial desde as outras colónias britânicas para Trinidad, incorporam a esta fronteira grupos humanos captados para os propósitos colonizadores e o fomento do comércio.

À medida que estes projetos povoadores se consolidam e as condições laborais o permitem, a navegação e o comércio com as ilhas próximas de Trinidad e com o interior da Venezuela jogaram um papel notável na reemigração e distribuição de produtos europeus, como foi demonstrado no caso de Demerara. A comunidade portuguesa que se fixa nessa ilha britânica não escapa a esta dinâmica e entra em contacto com a Venezuela no meio destas circunstâncias através do Golfo de Paria. Espacialmente, isto acontece numa área de menos de 8.000 Km², com dois acessos: um ao sul -Boca da Serpente- que se abre sobre a costa continental para as Guianas e, é portanto, a rota para Demerara e Paramaribo; e o outro acesso ao Mar das Caraíbas -Boca do Dragão- que conduz às ilhas de Barlavento e é a zona de maior proximidade entre Trinidad e Venezuela³⁸⁴.

O comércio espanhol colonial fomentou o contacto em Paria, a costa norte e o interior de Venezuela. No que diz respeito à presença portuguesa nesta fronteira anfíbia, ela tem referências anteriores já nos séculos XVII e XVIII. A intensa e significativa exploração de pérolas que teve lugar no espaço marítimo entre Margarita, Coche e Cubagua, atraiu muitos portugueses que, no século XVI, mantiveram contacto com Trinidad e as costas continentais para o leste, para a chamada «Província de Portugal» e praias de outros europeus³⁸⁵.

Trinidad foi um ponto defensivo intermédio na luta espanhola contra o contrabando e os piratas holandeses, ingleses e franceses que rondavam pela área, bem como do controle sobre navegantes portugueses provenientes da parte nordeste do Brasil. O importante

³⁸⁴ A writer in 1825, thus describes the appearance of the Gulf of Paria: 'Having entered the Gulf of Paria the water appeared of the purest ultramarine. On the right hand the mountains of Cuama, with their summits lost in the clouds; on the left, the immense precipices of Trinidad, covered to the extremes' height with gigantic trees, which seem to swim in the middle ether. Osborne, J. (1844), *Guide to the Madeiras, Azores, British and foreign West Indies, Mexico, and Northern South-America*. London, Royal Mail Steam Packet Comp., p.39.

³⁸⁵ Otte (1977), pp.121, 125.

trânsito entre, por e com o oriente venezuelano chamou a atenção de outros portugueses na área; como documenta Albert Montefiore Hyamson, por suas atividades e irradiação, os judeus portugueses que circulavam pelas ilhas inglêsas, atingiram as costas de Trinidad e as colônias holandesas em várias ocasiões³⁸⁶.

Duas empresas importantes contribuíram muito para dar importância económica à fronteira: uma foi a Companhia de Comércio de Barcelona, criada em 1755, que desde essa cidade mediterrânea comerciava com o Mar das Caraíbas e as províncias orientais de Venezuela: Nova Andaluzia, Margarita e Guiana; nesta última a Companhia era apoiada pelas missões de Capuchinhos catalães instalados no Caroni³⁸⁷. A outra empresa foi a Companhia Guipuzcoana, criada em 1776, que rivalizou com a anterior no comércio de Cumaná, Trinidad e Margarita³⁸⁸. A aplicação desde 1789 do Regulamento de livre comércio na Capitania Geral de Venezuela impulsionou também o comércio na zona³⁸⁹.

Neste tráfico, os barcos não só tocavam nos portos orientais do Golfo de Paria, senão também em alguns portos do norte da Nueva Granada, como La Guaira, Puerto Cabello ou Cartagena. O *hinterland* era, portanto, bastante amplo e no comércio com Trinidad participavam regiões do interior da Venezuela como os vales de Cupira, depressão do rio Unare, a cidades ribeirinhas dos rio Orenoco e Caroní, planícies de Apure e Barinas e algumas zonas produtoras distantes como Los Andes. Assim, saíam da Capitania matérias-primas: azeite de carapa, algodão em ramo, açúcar, cacau, couros, madeiras, pau de Brasil, etc., e entrava outra misturada com produtos manufaturados: azeite de oliva, aguardentes, calçado, ferramentas de trabalho, fio, papel, tecidos, louça, vinhos, etc.³⁹⁰. Uma vez restabelecido o contacto comercial depois da Independência da Venezuela, a diversificação da importação aumentou com farinha, sabão, louça, medicinas, quinquilharia, tábuas de pinheiro e vidro; enquanto a variedade da exportação mal se ampliou com anil, queijo e tabaco³⁹¹.

³⁸⁶ Cf.: Hyamson, Albert Montefiore (1951), *The Sephardim of England: A History of the Spanish and Portuguese Community, 1492–1951*. London, Methuen and Co.

³⁸⁷ «Compañía de comercio de Barcelona», in: *DHV-FP*.

³⁸⁸ Melgar, José María Oliva (1987), *Cataluña y el comercio privilegiado con América en el siglo XVIII: la Real Compañía de Comercio de Barcelona*. Barcelona, Univ. de Barcelona, pp.25, 39.

³⁸⁹ Borges, Analola (1965), «El inicio del comercio internacional venezolano, siglo XVIII», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Vol. 48, N° 189, Janeiro-Março, pp.28-37.

³⁹⁰ «Compañía de comercio de Barcelona», in: *DHV-FP*.

³⁹¹ «Estado de las importaciones y exportaciones habidas en la tesorería y administración de la aduana de la provincia de Guayana por el mes de Março», in: *Gaceta del Gobierno*. Caracas, 11-06-1828, pp.3-4.

O tráfico de barcos dinamizado pelo interesse comercial incentivava simultaneamente o fluxo de população nas ilhas de Barlavento. No caso da Trinidad, a ideia de estimular o povoamento não era nova, pois os intentos realizados sob o regime colonial foram reiterados, embora o sucesso alcançado tenha sido relativo devido à falta de fomento agrícola e comercial apropriado. Em 1674, tinha-se tentado o povoamento escravo com um contrato assinado com dois portugueses e a translação de índios das ribeiras do Orenoco. O reformismo borbónico reanimou a ideia. De facto, desde finais do século XVIII, os barcos com comerciantes e imigrantes ancoravam nos portos de Trinidad incentivados pelos projetos de fomento executados pelo governo espanhol. Uma das últimas medidas espanholas relativas ao povoamento foi ordenada em 1776 a Manuel Fálquez³⁹², quando se estreou como governador de Trinidad. Esta ordem consistia em fomentar o aumento demográfico da ilha, instrução que foi seguida pelo seu sucessor José María Chacón³⁹³ até a ilha passar à administração inglesa. Segundo a historiadora María Rosario Sevilla Soler, a ordem contemplava atrair europeus residentes nas ilhas vizinhas, em particular Granada e Margarita; também foi ordenado importar escravos para o que, em 1787, foi assinado um contrato com um súbdito português residente na ilha. No entanto, com a instauração do governo inglês em Trinidad, em 1797, as chegadas de imigrantes começaram a ganhar volume e frequência. O apoio a esta imigração foi maior uma vez que, em 1831, os ingleses constituíram a maioria nas instituições coloniais da Ilha. A partir de então, os ingleses hastearam a bandeira do liberalismo que liderou a adoção de *Bills* promulgados em Londres como o relativo à emancipação dos escravos em 1833, decisão que agudizou a necessidade de trabalhadores na ilha e afetou a migração lusa³⁹⁴.

Desta cronologia, o ano 1834 é chave para entender tanto o início, como a variação e o deslocamento da emigração portuguesa como do comércio português em Trinidad e o nexos destes fluxos com a Venezuela e o resto do espaço circunvizinho ao Golfo de Paria. Neste ano registaram-se 5 viagens com imigrantes: o 10 de Abril desembarcou um contingente da Madeira e do Faial na enseada de Las Cuevas, no lado norte da ilha. Em 15 de Julho, segundo um relatório do Governador Hill, a escuna britânica «Watchful»

³⁹² «Fálquez, Manuel» (España - Puerto España, 1779). Recebeu o cargo de Governador e comandante geral da província de Trinidad, em 1776, com ordens de empreender reformas socioeconómicas, Sua tarefa principal era o povoamento, a partilha de terras e o comércio com as Antilhas. In: *DHV-FP*.

³⁹³ «Chacón, José María» Governador e comandante geral de Trinidad (1783-1797), impulsionou os cultivos do café, cacau e da cana-de-açúcar, obras e livre imigração. Retirado a Portugal depois de entregar a Ilha aos ingleses em 1797. In: *DHV-FP*.

³⁹⁴ «Trinidad, isla de», in: *DHV-FP*. Soler, María Rosario Sevilla (1988), *Inmigración y cambio socio-económico en Trinidad: 1783-1797*. Madrid, CSIC, pp.26-30, 70, 68. Hodgson, Studholme (1838), *Truths from the West Indies. Including a Sketch of Madeira in 1833*. Londres, William Ball, p.216.

descarregou 44 emigrantes de Faial na mesma enseada. Em 31 de Outubro, saiu outro grupo de 28 faialenses com destino Trinidad. Nos dias 12 e 23 de Novembro, saíram duas galeras desde a Madeira, «Stralhista» e «Eweretta», com emigrantes contratados por iniciativa de William Hardin Burnley, *Chairman of the Agricultural and Immigration Society* de Trinidad³⁹⁵.

A partir da análise destes dados obtêm-se já, pelo menos, duas deduções interessantes. Fatores como a quantidade de embarques no primeiro ano de imigração, a diminuição da frequência das viagens - que baixa de 4 a 2 meses -; a antecipação das duas primeiras viagens à data de emancipação de escravos, pautada para o 1 de agosto de 1834 segundo o *Bill Slavery Abolition Act*; estimulam, por um lado, a imagem da exploração da navegação entre a Madeira, Faial e Trinidad em barcos ingleses para resolver problemas de sustentabilidade nestas ilhas; e, por outro lado, a ideia de perspectivas demográficas e económicas tão críticas que exigiam medidas imediatas.

A análise documental de dois factos admite estas deduções. Em primeiro lugar, o facto da chegada clandestina dos açorianos a Las Cuevas. O explorador J. J. Dauxion Lavaysse³⁹⁶ oferece o contexto geoeconómico do sítio. Trata-se duma enseada localizada na direção dos ventos que empurram os navios que chegam de Europa, *de las islas del Viento*, as Antilhas de Barlavento; Las Cuevas era uma praia propícia para o contrabando, com um passado ligado aos corsários e à custódia marítima desde Cumaná; uma enseada situada no nordeste de Trinidad, região onde o vinho Madeira era conhecido dos índios e, não obstante na proximidade de Porto-de-Espanha, cidade com um *hinterland* agrícola estendido para o sudeste³⁹⁷; e, segundo, o facto de Burnley ser o principal promotor da substituição de mão-de-obra escrava em Trinidad e dele ter nomeado um procurador na Madeira, o capitão da galera «Eweretta», Thomas Reynolds, para negociar com as autoridades locais o contrato e traslado de presos do Funchal para Trinidad³⁹⁸.

³⁹⁵ Hart, Daniel (1865), *Historical and Statistical View of the Island of Trinidad*. Londres, Judd and Glass, The Phoenix Works, p.52. Mira, Manuel (2001), *Os Portugueses na formação da América*. Franklin, Carolina do Norte, Fundação Luso Americana de Pesquisa Histórica, Lda., pp.236-238. Teixeira, Vitor Paulo Freitas (2009), *Entre a Madeira e as Antilhas. A Emigração para a Ilha de Trinidad. Século XIX*. Funchal, UDM, Tese Mestrado em Estudos Interculturais, pp.10-11, 92-95. Hodgson (1838), p.363. Ferreira (1996), p.95.

³⁹⁶ «Dauxion Lavaysse, J. J.» (França 1774- Chile 1829). Explorador e viajante. Estudos de Botânica, Geografia, Geomorfologia e Mineralogia. Agricultor em Trinidad, desde 1796. Emigrou a Venezuela em 1806. A sua obra: *Viaje a las islas de Trinidad, Tobago, Margartia y a diversas partes de Venezuela en la América Meridional*, (Caracas, UCV, 1967) é um depoimento do dinamismo comercial da Venezuela e, em especial, da zona oriental. In: *DHV-FP*.

³⁹⁷ Dauxion Lavaysse (1967), pp.19-21, 122-123.

³⁹⁸ Teixeira (2009), pp.10-11, 95.

Estes dois factos são indicativos da urgência em baixar a pressão demográfica da Madeira e dos Açores, e ao mesmo tempo é um sinal da azáfama em renovar e aumentar a população ativa em Trinidad; fazendo ambas tarefas a custo de incertezas e de grandes riscos, com ou sem cumplicidade oficial. Estes dois factos corroboram, de passagem, o conhecimento dos produtos e da situação de Portugal por parte dos ingleses e a facilidade de contato em Paria, que eles sabiam que existia, e da qual tiravam partido³⁹⁹.

Depois de 1834, a presença portuguesa em Trinidad intensifica-se e a história sobre ela discorre, a grandes rasgos, entre grandes temas associados aos fluxos migratório e comercial. Algumas coincidências históricas encontram-se em outras ilhas inclusive não británicas com população portuguesa⁴⁰⁰. Estes temas ligavam a partida (demografia, aliciadores, viagens infortáveis, contratos, intolerância e desterros religiosos), com os pormenores da duração da residência (trabalhos em plantações de cana de açúcar e de cacau, penúrias, boas referências como camponeses e trabalhadores económicos, listas de espera para contratar madeirenses penduradas nas portas das lojas de Porto-de-Espanha; integração, rivalidades étnicas e religiosas atenuadas) e a conclusão do projeto de vida na emigração (retornos, realização socioeconómica, realocização laboral e remigração)⁴⁰¹.

Aqui convém destacar estes dois últimos subtemas (relocalização laboral e remigração) que ganharam importância na relação da ilha com a Venezuela, desde meados do século XIX. Primeiro, a mudança de atividade motivou decepção, desinteresse e desejos de retaliação em plantadores, autoridades coloniais e outros setores da sociedade trinitária. A razão desta reação é que, uma vez acabados os contratos agrícolas, os portugueses tornaram-se independentes dedicando-se primeiro, numa quantidade muito visível, à venda

³⁹⁹ Burnley, W. H. (1842), *Observations on the Present Condition of the Island of Trinidad and the Actual State of the Experiment of Negro Emancipation*. London, Longman, Brown, Green & Longmans, pp.5-6.

⁴⁰⁰ Ferreira, Jo-Anne S. (2006), «Madeiran Portuguese Migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: A Comparative Overview», in: *Portuguese Studies Review*. Ontario, Trent Univ., Vol. 14, Nº 2, pp.63-85, p.72. No que diz respeito aos madeirenses e europeos, *les planteurs qui les avaient fait venir et la colonie qui avait soutenu l'effort financier, considèrent cette situation comme un échec*. Lafleur, Gérard A. (1993), *Saint-Claude: Histoire d'une commune de Guadeloupe*. Paris, Karthala Editions, pp.306-310. Brown, Laurence (2002), «The Three Faces of Post-Emancipation Migration in Martinique, 1848-1865», in: *Journal of Caribbean History*. Vol. 36, Nº 2, pp.310-335. Madeirenses como *indentured labour*, in: Bulmer-Thomas, Victor (2012), *The Economic History Of the Caribbean since the Napoleonic Wars*. CUP, pp.65-66, 490.

⁴⁰¹ «Note 17-p.219. Carta de Francisco José da Sorsa» in: Hodgson (1838), pp.363-364; «Portuguese emigration» e «Mortality on board British ships carrying Chinese to Cuba», in: Colonial Land and Emigration Commission, *Eighteenth General Report of the Emigration Commissioners. 1858*. London, George E. Eyre & William Spottiswoode, Vol. 18, pp.56-58; Wood, D. (1968), *Trinidad in Transition: The Years after Slavery*. London, OUP, pp.101-105; Mira (2001), p.241; «Recrutamento e aliciamento de mão-de-obra madeirense» e «O êxodo insular para a América Central e Meridional», em navios lusos e ingleses, in: Teixeira (2009), pp.28-29, 54-74, 74-86, respect. A *Agricultural and Immigration Society* defende que a situação sociopolítica na Ilha de Trinidad é *unparalleled elsewhere*, está melhor definida que a de Demerara, em relação ao poder político dos plantadores sobre os comerciantes e nas diferenças religiosas. Burnley (1842), pp.5-6.

ao retalho passando depois ao comércio internacional, com resultados socioeconómicos positivos num curto tempo, enquanto outros grupos nacionais se mantinham afeiçoados ao objetivo principal de desenvolvimento agrícola. Segundo, a passagem para o setor comercial e financeiro em Trinidad não só fomentou as oportunidades de negócio, mas além disso divulgou a situação dos mercados de trabalho, o conhecimento agrícola e os planos de colonização favorecendo duas tendências: um movimento de trabalhadores temporários e um processo de fixações, em ambas as direções. As condições de navegação no Golfo de Paria foram, sem dúvida, um fator positivo para esta passagem e estes processos que merecem explicação.

Em relação ao primeiro tema, os planos dos fluxos migratórios para Trinidad tinham por intenção, primeiro, aumentar a classe trabalhadora e, segundo, manter uma elite de plantadores e comerciantes importantes, na sua grande maioria de origem inglesa, associados ao poder político. Daniel Hart, em seu *Historical and Statistical View of the Island of Trinidad*, baseado no censo de 1861, colige a evasão da primeira intenção no aumento do número de trabalhadores não dedicados ao campo, entre eles os vendedores ambulantes e os lojistas⁴⁰². A evasão provinha tanto das aspirações socioeconómicas dos imigrantes como da negação dos ex-escravos a voltar a seus antigos lugares de trabalho, ambições que a Sociedade de Imigração e Agricultura de Trinidad conhecia⁴⁰³. A solução oficial para acalmar os fazendeiros e funcionários públicos foi favorecer a contratação de trabalhadores menos ambiciosos - chineses e indianos -, uma imigração que barateou a mão-de-obra agrícola e bombeou mais pessoas para o comércio ao retalho, entre estas a muitos portugueses⁴⁰⁴.

Apesar de perderem simpatias à medida que ganhavam visibilidade⁴⁰⁵, os *shopkeepers* portugueses demonstraram capacidade para aproveitar o fluxo de capital do

⁴⁰² Segundo o Censo de 1861, Trinidad tinha algo mais de 33.699 obreiros deles 32.486 eram trabalhadores no campo, 213 *Merchants*, 119 *Overseers*, 1.250 *Hucksters and Shopkeepers*, Hart (1865), p.9.

⁴⁰³ A Sociedade conferiu ao Dr. Meikleham e ao comissário Martin Sorsano; os dois eram da opinião que os salários altos de muitos obreiros tinham induzido a descuidar o cultivo de provisões para a venda e a consumir importação. Por sua vez, Thomas F. Johnston, agente de imigração, caracterizou de prejudicial a provocação de muitos indivíduos a deixar Trinidad devido a *the continual excitement and agitation (...) The fears and irritation of the employer on one side, and the vague and frequently exaggerated expectations of the laborer on the other, are utterly destructive of the formation of amicable relations between them, and of the repose which the working of this great experiment peculiarly requires*. Burnley (1842), pp.53-54, 107-108, 26-27.

⁴⁰⁴ Cf.: Correspondência da Secretaria de Estado e Governadores de Trinidad relacionados com a imigração da Índia, China, Madeira, Cabo Verde e Panamá para as Índias Ocidentais Britânicas, entre 1834 e 1857, in: «Papers Relating to Immigration to the West Indian Colonies», *Parliamentary Papers* 1859 (2452), Vol. 16.

⁴⁰⁵ Cf.: o saqueio de lojas portuguesas devido a motivos económicos, in: «Correspondence between Philip Edmond Wodehouse, the Governor of British Guiana, and H. Labouchere, the Secretary of State for the

mercado trinitário e caribenho, cheio de oportunidades em especial com *the Spanish Main*, alegoria dos ingleses para referir-se a Venezuela como Terra Firme. Segundo Rowley Hill Stewart, *deputy harbour-master*, era difícil controlar *the Spanish launches arriving from the opposite coast* e desde 1834, *so far as appears by my books, the trade has generally increased since that period*. Stewart referia-se tão só à contabilidade registada porque *there has always been a disposition amongst the class of persons engaged in this trade to conceal the amount of their*, negócios, notando no mercado um aumento de quantidades e valores no gado, grãos, ovos e plátanos⁴⁰⁶. Assim, na evasão de impostos, acha-se um dos incentivos para dedicar-se ao comércio com Terra Firme, acumular capital e auspiciar a prosperidade socioeconómica.

Antes de 1850, a atividade e o gosto dos portugueses tinham deixado as suas marcas não só no comércio mas também na geografia urbana. Em relação ao primeiro aspeto, é oportuno indicar que em algumas ilhas británicas em ligação com Trinidad, entre elas São Vicente, os comerciantes tinham preferências por certas moedas, assim, *the gold coins in circulation are exclusively Spanish and Portuguese, and the silver and copper coins are Spanish and English*⁴⁰⁷. O comércio tinha também influenciado o aspeto de Porto-de-Espanha; em 1844, a cidade tinha *a public walk, embowered in trees, and similar in all respects to the Terreiro in Funchal, and a spacious market-place*⁴⁰⁸. Esta influência cultural no espaço urbano é uma projeção da influência tanto dos ingleses que conheciam o Funchal, quanto dos portugueses.

Tal como em Demerara, os produtos agrícolas madeirenses, em particular: alhos, cebola, feijão, batata e vinho, entre os mais nomeados, eram distribuídos entre várias ilhas británicas onde, coincidentemente, está comprovada a existência de comunidades portuguesas. A partir desta presença deduz-se que este coletivo motivou, ao menos em

Colonies, on the Subject of the Recent Disturbances in that Colony», *Parliamentary Papers* 1856 (432), Vol. 44. Lista dos Portugueses asaltados pela turba, in: AHDMNE, Cx 701. Mç 1845-46-47. British Guiana, Consulado em Demerara. *Commission of inquiry into losses occasioned by late riot. Claims received*. Georgetown 9-Abril-1856. Tensão social, inconformidade e queixas contra os lojistas portugueses, in: «Correspondence between the Secretary of State for the Colonies and the Governor in Chief of the Windward Islands, relating to the Recent Riots at St. Vincent's, and the Proceedings Taken Against the Rioters», *Parliamentary Papers* 1863 (509), Vol. 38. «The Portuguese Petition» in: *The Colonist*, N° 2311, 23-12-1870, pp.1-2.

⁴⁰⁶ Burnley (1842), pp.122-123. O termo «plátano» refere-se a uma espécie da família Musáceas, de maior tamanho que a banana, muito apreciado e utilizado pela gastronomia regional caribenha. Lovera, José Rafael (2006), *Gastronáuticas: ensayos sobre temas gastronómicos*. Caracas, Fundación Bigott, p.313. Lovera, José Rafael (1988), *Historia de la alimentación en Venezuela*. Caracas, Monte Ávila, p.85.

⁴⁰⁷ Martin, Robert Montgomery (Ed.) (1841), *The Colonial Magazine and Commercial - Maritime Journal*. Liverpool, Fisher, Son & C°, Vol. VI, N° 21, September-December, p.99.

⁴⁰⁸ Osborne (1844), p.41.

parte, a procura e distribuição de tais produtos. Aquela comunidade fixada em Trinidad não era exceção e sofria as flutuações do mercado na fronteira anfíbia de Paria. Estas flutuações afetavam os produtos venezuelanos exportados através do rio Orenoco como cacau, couros, índigo e plátanos, estes dois últimos de grande preocupação para os comerciantes trinitários, em general; o índigo por ser um artigo reservado quase num 100% para sua reexportação, desde antes da chegada dos primeiros madeirenses, e os plátanos por estar destinados a satisfazer a alta demanda e consumo internos em Trinidad⁴⁰⁹.

Como corolário, as empresas de navegação estimulavam iniciativas comerciais ao publicitar os seus serviços de carga para destinos em desenvolvimento ou onde as políticas oficiais mostravam vantagens económicas para ser aproveitadas. Esta publicidade era um convite aberto aos agentes comerciais e aos revendedores de todas partes. Na Venezuela, os anos 1840 foram propícios para este tipo de negócio dado que o Governo promovia, mediante a lei do 21 de abril de 1842, as patentes de invenção, de melhoramento e introdução de novos ramos industriais. De espírito liberal, esta lei favorecia a importação de todos os elementos promotores do crescimento industrial e, entre eles a entrada de artigos livres de impostos de alfândega para o desenvolvimento da ciência e a educação. A *Royal Mail Steam Packet Company* aproveitou esta iniciativa para publicitar a sua disponibilidade de carga para Venezuela na sua rota transatlântica que tocava em Madeira e Açores. De maneira muito breve, a *Royal* indicava as facilidades outorgadas pelo Governo venezuelano na seção «Foreign Custom's Regulations. La Guaira» de sua *Guia* para esta rota, e juntava que *Mathematical instruments, books, maps, samples or patterns, and others articles not subject to duty, can be taken by the Royal Mail Steamers*⁴¹⁰.

O testemunho de Stewart sobre um espaço em plena regulamentação comercial, a influência ganha pelos portugueses em outras instâncias, as oportunidades e as atividades no interior de Venezuela conjugam-se na descrição que Eugène Thirion-Montauban⁴¹¹ faz

⁴⁰⁹ Desde Guiana para Trinidad saían embarcações com carregamentos de anil e tabaco, segundo o «Estado de las importaciones y exportaciones habidas en la Tesorería y Administración de la Aduana de la provincia de Guayana por el mes de Março», in: *Gaceta del Gobierno*, 11-Junho-28, p.3. Entre os produtos de Trinidad, *Indigo is also exported, but not raised in the island; it is brought from Venezuela for exportation*. A importação de plátanos era também muito importante para Trinidad. Hart (1865), pp.11, 16. O Dr. Meikleham indicou à *Agricultural and Immigration Society* que povoações de Trinidad, como São Fernando, abasteciam-se *with corn, cassava, plantains, poultry and pigs, from the Spanish Main principally...* Burnley (1842), p.54.

⁴¹⁰ «Ley de 21 de Abril de 1842, sobre patentes de invención, mejoras e introducción de nuevos ramos de industria», in: Min. Fomento (1937). *Recopilación de leyes y reglamentos de marcas de fábrica, patentes de inversión y tratados internacionales sobre la materia*. Caracas, Ed. Bolívar, pp.5-12. Osborne (1844), p.XXX.

⁴¹¹ Thirion-Montauban, Eugène (1968), *Voyage sur l'Orenoque d'Angostura a Rio Negro. République du Vénézuéla. Frontière du Brésil*. Caracas, Oficina Central de Información, [s/pp].

de comerciante Pedro Joaquim Ayres⁴¹². Quando em 1846, o Agente francês se internou na Guayana venezuelana com intenção de vender sua mercadoria encontrou neste Comerciante, um *dos individuos más o menos civilizados, capaces de comprármela; monopolizadores y celosos de cualquier extraño que penetrase en su terreno con ideas de tráfico*, acostumbrados a querer imponer *su ley*⁴¹³.

Juntamente com o seu irmão Ambrósio Pedro, Pedro Joaquim comerciava livremente por toda a região amazônica trespassando as fronteiras venezuelano - brasileiras segundo as exigências dos negócios. Este comércio consistia na distribuição de mercadoria importada, de qualquer nacionalidade, que chegava a sua zona - era o caso do Agente francês, entrando pelo Orenoco -, e na extração da produção, com grande ajuda indígena, desde San Gabriel, uma fortaleza imperial brasileira no Amazonas, passando por localidades de depósito e intercâmbio na Venezuela como Santa Cruz, San Carlos de Rio Negro, San Fernando de Atabapo e Tomo, entre outras. A propósito, o sócio de Pedro Joaquim Ayres no pequeno porto de Tomo era outro português, que Thirion-Montauban não identifica mas indica que vivia desde há muito tempo no país e comerciava com o Brasil pelo Rio Negro. Assim, o agente francês Thirion-Montauban e o português diretor de índios Ayres, eram atores num comércio que unia Trinidad com a Amazônia. Neste vasto espaço da Guayana venezuelana, Ayres era a autoridade e, apesar de ser Português, exerceu uma posição muito importante de frente à população local cujas necessidades e produções conhecia muito bem.

O hinterland de Ciudad Bolívar estava além disso unido por linhas de navegação com o resto do mundo. *Hasta 1857 la Casa Dalla Costa tenía una embarcación que traficaba de Ciudad Bolívar a Bremen, Liverpool y Nueva York. En 1855 la Casa Grillet adquirió un vapor que conectó a Ciudad Bolívar con Demerara*⁴¹⁴. Além destes portos, empresas forasteiras asseguram o tráfico com Barbada, Cádiz, Hamburgo, Martinica, Nova Amesterdão, Palma de Maiorca, São Tomás e embarcadouros de Trinidad; enquanto o comércio de cabotagem unia os portos venezuelanos⁴¹⁵. A importância do tráfico tinha alias

⁴¹² Os irmãos «Ayres, Pedro Joaquim», Diretor de Civilização Indígena em Atures, Distrito de Rio Negro, e «Ayres, Ambrosio Pedro», Comandante de Assuntos Cívicos e Militares do Alto Amazonas, atenderam a Schomburgk nas suas viagens pela Guiana e pela Amazonia, tanto venezuelana como brasileira. Rivière, Peter (Edit.) (2006), *The Guiana Travels of Robert Schomburgk, 1835-1838*. Cambridge, Univ. Press - The Hakluyt Society, Vol. I: Explorations on behalf of the Royal Geographical Society 1835-1839.

⁴¹³ Thirion-Montauban (1968), s/p.

⁴¹⁴ Cunill Grau (1987), Vol. 3, pp.2166-2167. Rodríguez, Adolfo (1981), «Trama y ámbito del comercio de cueros en Venezuela» in: *Boletín Americanista*. Año 23, Nº 31, pp.187-218, p.197.

⁴¹⁵ Cunill Grau (1987), Vol. 3, p.2167.

motivado não só a criação destas companhias de navegação mas também um projeto de construção de navios. De facto, em 1843, as ribeiras vizinhas de Ciudad Bolívar tinham-se tornado estaleiros e nessa altura foi proposta uma escola náutica para a zona, sendo um de seus promotores o governador José Tomás Machado⁴¹⁶.

Em Trinidad, o papel do comerciante intermediário, como foi atribuído a Ayres, estava disponível para todos os negociantes, incluídos os portugueses, e era evidente que o espaço de negócios não se restringia a Paria senão que se estendia de maneira significativa a Portugal. De facto, Vitor Paulo Freitas Teixeira demonstra a consolidação da posição intermédia desta comunidade lusa em Trinidad no eixo comercial Madeira - Venezuela. Baseado em fontes hemerográficas, Teixeira destaca que este eixo era objeto de notícia e preocupação. Assim, o Autor expõe que as medidas aduaneiras tomadas pelas autoridades venezuelanas, em 1883, que taxavam com altos impostos a importação de cebolas e batatas, produziram consequências negativas na ilha portuguesa⁴¹⁷.

O eixo ramificava-se a outras ilhas inglesas, de maneira direta desde a Madeira ou indireta desde Trinidad. Esta última ramificação era uma oportunidade de negócio aberta aos trinitários como se entrevê em documentos consulares. Em 1885, um relatório enviado para Lisboa pelo cônsul português em Antígua, José Gomes, dava conta da dependência comercial dessa ilha e esforçava-se por lograr envios mais frequentes. Segundo Gomes, a oferta de produtos dependia, de forma irregular, *d'un navire portugais, venant de la Madère et chargé de pommes de terre, d'oignons, etc.*⁴¹⁸. A provisão de produtos até então, mantinha os preços altos em comparação com Demerara ou Trinidad e era insuficiente para os habitantes, incluídos os 381 portugueses e seus quase 1.200 descendentes, muitos deles integrados ao desenvolvimento comercial de Antígua. Baseado na análise desta atividade, Gomes lançou um alerta que interpretamos como sendo portador de dois avisos: um ligado à substituição da Grã-Bretanha na economia caribenha perante o avanço dos Estados Unidos, empenhados em ampliar sua zona de influência, e o outro associado à mercadoria disponível para revenda, com preço acessível e, pagamento cómodo, que ainda assim oferecia excelentes benefícios. Ambos os avisos resumem-se no alerta do «Relatório» de Gomes: *La plus part des articles vendues par les portugais vient des États Unis...*

⁴¹⁶ «Machado, José Tomás» filho do comerciante e mestre de navio José Díaz Machado, natural de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, estabelecido em Santo Tomás de la Nueva Guayana, e da guianesa Petronila Afanador e Salas. José Tomás era graduado em matemáticas e náutica em Lisboa e Cádiz Cf.: Machado Rivero, Eduardo (1966), *Portugal y Venezuela*. Caracas, Italgráfica. «Machado, José Tomás», in: *DHV-FP*.

⁴¹⁷ Teixeira tira o dado do artigo «Má Notícia», in: *O Direito*, 26-07-1883. Teixeira (2009), p.143.

⁴¹⁸ AHDMNE, Cx 723. Indias Ocidentais. De José Gomes, Cônsul em Antígua Of. Nº 1. 28-10-1885. «Relatório».

Ao mesmo tempo, recortes de jornais impressos nas possessões britânicas, remetidos pelos consulados portugueses para Lisboa, exemplificam esta posição e expõem as conexões caribenhas entre comunidades através de comerciantes e empresas portuguesas, como: C. J. Nunes, Da Silva & Brother, F. Rodrigues & C^o, J. A. S. Carvalho, entre outros⁴¹⁹. Há ainda as cargas consignadas em nome de comerciantes como Luigi Psaila, ligado a famílias portuguesas da British Guiana como: Walker Pereira, da Silva e de Freitas⁴²⁰. Sobre este assunto, o jornal *O Portuguez* merece um estudo mais profundo devido aos seus comentários editoriais e anúncios em que se refere a ligação de Portugal, com a fronteira Paria - Trinidad e inclusive com a ilha de Margarita e Ciudad Bolívar, o porto fluvial mais importante no Orenoco, na Guayana venezuelana. Neste Semanário são mencionados: António de Jesus Vieira, ou consignatário mercantil F. dois Ramos & C^o; Manoel Gonçalves & C^o e A. A. D'Andrade Jr⁴²¹, entre outros.

As atividades comerciais ligadas à presença portuguesa no oriente de Venezuela estimulavam os negócios lusos para o transporte marítimo. À medida que qualquer empresa se expandia, já não bastava só ser uma casa consignatária de mercadorias, mas, parafraseando a Susan Berglund, como corolário, também era necessário investir em empresas de navegação que serviam de canais para outras transações e para manter estreitos os vínculos entre nacionais, ao estilo dos exportadores britânicos que raramente consignavam a não britânicos. Neste sentido, a Venezuela teve momentos de exceção devido ao discreto número de comerciantes ingleses ativos no país⁴²².

A América e a Europa eram dois extremos de uma rota comercial que as unia. Mas a rota estava dividida em segmentos como o trajeto Madeira - Trinidad no que competiam diferentes armadores, com evidente predomínio dos agentes mercantes ingleses fixados no Funchal. Segundo conclui Teixeira, há dois aspetos interessantes desta influência: um é a conveniente sociedade entre os comerciantes e os capitães de navios na propriedade das embarcações para dividir os riscos de operação. O fluxo migratório desde a Madeira propiciado por Burnley e Reynolds, também citado por Teixeira, constitui um exemplo. O segundo aspeto é a possibilidade de participação que tinham comerciantes não britânicos no fluxo comercial, aspeto que é ilustrado com o exemplo de João de Freitas Martins que *tinha*

⁴¹⁹ AHDMNE, Cx 701. Mçs 1845-46-47. British Guiana. Capilha Consulado em Demerara.

⁴²⁰ «Walker Pereira De Freitas. British Guiana Connection» e «Smiths, Walkers and Psailas» (Consulta: 29-Agosto-2011, in: descentfromadam.wordpress.com/)

⁴²¹ *O Portuguez. Semanario Político, Comercial e Noticioso*. Demerara. Ano II, N^o 265, 24-01-1885.

⁴²² Berglund, Susan (1985), «Mercantile Credit and Financing in Venezuela, 1830–1870», in: *Journal of Latin American Studies*. Vol. 17, N^o 2, Novembro, pp.371-396.

o monopólio da carreira entre o Funchal e Gergetown⁴²³. Esta aliança também atingiu a representação vice-consular portuguesa em Trinidad, em 1870, quando João Vicente da Costa foi nomeado secretário *da mui respeitada casa de negócio de H. Borde & C^o*.⁴²⁴

Aquela influência irradiava o seu efeito até a Venezuela. Segundo o historiador Nikita Harwich Vallenilla, entre 1830 e 1870, no mesmo quadro temporário que analisa Berglund, *el capital comercial inglés emplazado en Trinidad siempre mantuvo una relación dominante con los establecimientos mercantiles de la región de Maturín, fuesen o no de origen extranjero*⁴²⁵. Desta forma, Harwich Vallenilla exemplifica, por um lado, a sujeição das casas comerciais fundadas por estrangeiros em Venezuela às flutuações do mercado internacional, e, por outro, o risco financeiro que isso significava. Estes dois riscos - comercial e financeiro - constituíam uma preocupação geral e a eles foram atribuídas, em parte, as razões para resguardar os interesses das *Join stock companies* inglesas, nas décadas de 1840 e 1850, mediante a promulgação de leis que estabeleciam o limite de suas responsabilidades. De facto esta situação afetou algumas empresas e empresários atuando na fronteira anfíbia de Pária. Assim, neste contexto de riscos e leis, em 1848, a firma James A. Dickson & C^o iniciou um litígio com Samuel Walker, nos Estados Unidos, que incluía uma taxa sobre um vapor, destinado a chamar-se «Venezuela», *in the possession of Walker, at Elizabethtown. Walker was building this boat for the Orenoco Steam Navigation Company under a written agreement with J. M. Woodward*⁴²⁶. Foi no mesmo contexto que *en 1868, la sucesión de Luis Walker sufre una medida de embargo por parte de la casa Gallie MacKechinic y Cía. de Trinidad*⁴²⁷.

A rota comercial inglesa de Europa - Antilhas - Venezuela acordou o interesse de França, em particular da comunidade judaica portuguesa radicada em Bordéus. Seus membros juntaram os seus negócios e os contactos com o poder político de Paris, as possessões francesas no Mar das Caraíbas e a presença nestas de uma elite comerciante de igual convicção religiosa, para ampliar ainda mais o histórico contacto português com Venezuela. Jacob Francisco António Rodrigues Pereira, sefardita nascido em Peniche, iniciou uma saga familiar em meados do século XVIII e os seus descendentes, em particular os seus netos, influenciaram o mundo económico francês com um conglomerado de

⁴²³ Teixeira (2009), pp.30, 40.

⁴²⁴ AHDMNE, Cx 723. Indias Ocidentais. De vice-cônsul Domingos de Montbrun. Of. N^o 271/1870, Porto de Espanha, Trinidad 23-02-1870.

⁴²⁵ «Casas de comercio extranjeras», in: *DHV-FP*.

⁴²⁶ Grant (1859), pp.26-31.

⁴²⁷ «Casas de comercio extranjeras», in: *DHV-FP*.

empresas, que, em 1855, deram origem à *Compagnie Générale Transatlantique*. Esta empresa de navegação tinha uma rota chamada «Linha de México» cujas escalas delineavam o mapa caribenho servido em todas as direções. Dos navios empregados, o «Olinde-Rodrigues», desde 1874, cumpria o percurso desde a América Central, custeando para levante a costa correspondente a Colômbia, com uma escala importante em Colón, e a Venezuela, em direção Trinidad e Martinica, levando carga e passageiros⁴²⁸.

A conexão de América Central através da cabotagem no norte da América do Sul foi instalada muito a propósito do interesse comercial no caminho-de-ferro entre Ciudad de Panamá, no Pacífico, e Colón, no Mar das Caraíbas, construído num impulso de modernização económica e abertura internacional no continente⁴²⁹. Em termos da estratégia religiosa-familiar que aqui se confirma, a extensão desta ligação entre ilhas como Barbados, Curaçao, Santo Eustáquio ou São Tomás; as cidades venezuelanas de Barcelona, Coro e Puerto Cabello, ou o porto do Esequibo, em Guiana, até tocar Europa, recebeu grande apoio dos judeus portugueses, entre emigrantes de outras origens e grupos nacionais, residentes no Mar das Caraíbas⁴³⁰. Ao tocar a Península Ibérica, este trânsito nutria-se também em vários portos espanhóis e portugueses, num período coincidente com uma diversificação de destinos de emigração, em particular para a emigração insular, pois *os madeirenses estavam cada vez mais em trânsito para outros locais*⁴³¹.

A situação na década de 1880 é, não obstante, marcada por alterações no comércio de Paria. Os quadros estatísticos de 1886, que o vice-cônsul Domingos de Montbrun⁴³² remeteu para Lisboa, revelam que a balança de pagamentos que favorecia a Trinidad e

⁴²⁸ Castro, Alvaro A. (2002), *Diario de Auguste Morisot (1886-1887): exploración de dos franceses a las fuentes del Orenoco*. Fundación Cisneros-Planeta, pp.98, 123. «Eugène Perère», in: The Kopelman Foundation (2002-2011), *JewishEncyclopedia.com*. Ministerio de Hacienda (1882), *Memoria y cuenta presentada al Congreso Nacional*. Caracas, MH, pp.558-569. Korsak, Alberto de (1889), «Un Paseo al panorama transatlántico», in: Dumas, F. G. e L. de Fourcaud (Ed.), *Revista de la Exposición Universal de París en 1889*. Barcelona, Montaner e Simón Eds., pp.53-58.

⁴²⁹ Sánchez-Barba, Mario Hernández (1989), *Historia General de España y América*. Madrid, Ediciones Rialp, Vol. 15, pp.295-296

⁴³⁰ Cf.: Fidanque, E. Alvin, Ralph de Lima Valencia, Eugène Sasso Maduro, Eleanor D. L. Perkins y Joseph Melamed (1977), *Kol Shearith Israel: cien años de vida judía en Panamá, 1876-1976*. Panamá, Igmarr; Urdaneta, Blanca Isabel de Lima (2002), *Coro: fin de diáspora. Isaac A. Senior e Hijo: redes comerciales y circuito exportador, 1884-1930*. Caracas, FEH - UCV.

⁴³¹ Teixeira (2009), p.145.

⁴³² «Montbrun». Cônsules de Portugal primeiro, Domingo de Montbrun e, logo a seguir, o seu filho Domingo António de Montbrun. Ambos oriundos de Cumaná, chegaram a Porto de Espanha em 1865 e conduziram os destinos do Consulado durante 45 anos. O primeiro foi afamado professor de Física experimental e de Gramática latina no oriente venezuelano e, uma vez em Trinidad, desempenhou os cargos de Cônsul de Colômbia e Brasil, Cônsul Geral de Venezuela e Vice-cônsul de Portugal. Esta última função a assumiu desde 1868. Montbrun, Alan de (Posted: Sun, 02/25/2007), (Consulta: 17-08-2011 -demontbrun.com)

advertem para o baixo nível deste intercâmbio que mal chegava a 4.022 £ na exportação trinitária para Portugal e 3.600 £ na importação de produtos portugueses. Os quadros assinalam que as exportações de Portugal e suas colónias para Trinidad tinham incorporado artigos manufaturados e têxteis, bem como uma maior variedade de recipientes nas entregas do vinho que chegava não só em pipas, tonéis e barris, mas também em galões e em garrafas. Os quadros também indicam que a Ilha exportava principalmente: melaços, artigos manufaturados e *Bitters* em galões⁴³³.

A história dos *Bitters* produzidos em Trinidad articula o processo de imigração na Venezuela e o comércio com a importância da fronteira anfíbia de Pária em tempos de confrontação política. Efetivamente, o *Bitter* ou Amargo de Angostura foi inventado, em 1824, pelo médico alemão Johan Siegert, residente na cidade de Angostura. A comercialização do produto se fez a grande escala desde a *Trinidad Distillers Limited*, criada pelos filhos do Médico, Carlos e Alfredo Siegert, que se instalaram em Porto-de-Espanha, em 1875⁴³⁴, na sequência de diversos problemas com o Presidente António Guzmán Blanco⁴³⁵.

Sem ampliar em maiores detalhes, os quadros não refletem o dinamismo comercial da comunidade lusa nessa ilha com indivíduos a ascender e a ganhar visibilidade socioeconómica. A resposta para este desfasamento encontra-se no relatório consular do ano seguinte. Em relação ao comércio com Portugal, 1887 mostra uma queda do comércio bilateral: só 1.387 £ de produtos portugueses importados. No seu relatório, Montbrun expõe o que crê poder resolver o problema: melhor navegação, mais barcos portugueses, preços mais competitivos, melhor gestão das existências em relação à produção e ao consumo locais, deixando aberta a possibilidade de reexportação⁴³⁶.

Em 1889, as primeiras notícias do vice-consulado na Trinidad refletem o entusiasmo pelo comércio, pelo menos sobre o papel. Num ofício datado de Janeiro, Montbrun arremete de novo com a sua ideia de intensificar o trânsito de navios. Desta vez o seu plano

⁴³³ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De vice-cônsul D. de Montbrun. Of. s/Nº, Porto de Espanha, 30-09-1887. Cf.: Tabelas «Imports from the Kingdom of Portugal and its Colonies to Trinidad during the year 1886» e «Export from Trinidad to the Kingdom of Portugal and its Colonies during the year 1886».

⁴³⁴ Rodríguez L. (2009), pp.78-79.

⁴³⁵ «Guzmán Blanco, Antonio» (Caracas, 1829 - Paris, 1899). Mação, advogado, diplomata, estadista, caudilho do Partido Liberal Amarelo, presidente da República em várias ocasiões entre 1870 e 1888. O trajeto diplomático em Europa, em contacto com armadores, banqueiros, comerciantes, estadistas, industriais e engenheiros, inspirou-lhe o fomento do progresso de Venezuela e marcou a época de maior crescimento do país no século XIX. Intolerante ante o dissenso, condenava seus oponentes ao ostracismo. In: *DHV-FP*

⁴³⁶ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De vice-cônsul Montbrun. Of. Nº 3, Porto de Espanha, 30-01-1888. Relatório de 1887.

omite intermediários e propõe tratar de maneira direta com São Miguel e Madeira. Para estas ilhas, diz o Cônsul, seria *of great convenience* aumentar desde ali o envio de *onions, potatoes, garlic, pears, red pears, rice, garbanzos, oats, corn, bran, olives blanch and green, some goods, Madeira and Porto wines, all of which may be sold here with advantage*⁴³⁷. O mercado em Porto-de-Espanha parecia ser a *great convenience* para Portugal. Desde esta cidade, Montbrun pensava também em grande: inundar o mercado de Paria com produtos portugueses. A ideia não se limita ao simples abastecimento de Trinidad, senão a seu comércio exterior e portanto à re-exportação. Com isso, queremos dizer, com o envio duma grande parte desta mercadoria a Venezuela, que era um dos principais clientes da Ilha.

A correspondência seguinte do Cônsul datada igualmente desse ano entusiasma também o comércio exterior. Nela vai anexo o relatório correspondente a 1888 que, ao contrário de 1886 e 1887, mostra um incremento do comércio resultante da incorporação de um novo produto: a manteiga, e do aumento considerável da compra de vegetais e legumes (de 1.066 passa a 5.714 £). Parte da carga de vegetais que chegava a Trinidad era reexportada para a Ciudad Bolívar⁴³⁸. Tanto o auge comercial desta cidade portuária como o aumento de produção dos jazigos auríferos do Yuruari, atraíam migrações internas e forasteiras e para essa população iam destinadas as importações de legumes. Segundo o geógrafo Pedro Cunill Grau, o porto no Orenoco mantinha assim a sua fama de *factoría donde se acopian los productos de su hinterland guayanés y sabanero en el sistema del Apure y centro exportador de los mismos, efectuando simultáneamente las importaciones de artículos manufacturados a los centros del interior*. Os comerciantes, ratifica o Geógrafo, beneficiavam-se deste intercâmbio de maneira extraordinária e consolidavam *una riqueza que se invierte en forma escasa en la región*⁴³⁹.

O relatório de Montbrun de 1888 e a situação de Ciudad Bolívar deixam ver que o fluxo comercial era bidirecional, enquanto o fluxo financeiro não mostrava intenção de fixar-se em terra guianesa. Ambos fluxos eram, a sua vez, reflexo do *boom* económico da Guayana venezuelana a partir da descoberta de ouro e de ferro, um metal que ganhava

⁴³⁷ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De vice-cônsul Montbrun. Of. N° 11, Porto de Espanha, 4-01-1889.

⁴³⁸ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De vice-cônsul Montbrun. Of. N° 7, Porto de Espanha, 28-02-1889. Relatório de 1888. Ainda que não foi encontrada documentação que associe, numa relação efeito-causa, o incremento de 1888 e as recomendações de Montbrun baseadas nos quadros de 1886 e as propostas do 4-Janeiro-1889, deixamos aberta a hipótese de uma promoção intensa em Trinidad para exportar a Venezuela, que é contemporânea com a atracção do ouro guianês venezuelano.

⁴³⁹ Cunill Grau, Pedro (1987), *Geografía del poblamiento venezolano en el siglo XIX*. Caracas, Ediciones de la Presidencia de la República, Vol. III, pp.2097-2103.

procura e importância na indústria moderna. Todas estas circunstâncias fortaleciam os comerciantes de Trinidad como guardiões da porta de entrada de mercadorias europeias para essa região interior venezuelana. Como promotor comercial e recolector de informação, o Consulado na Trinidad informava a Lisboa sobre a dinâmica comercial da ilha. Este envio de informação continuou com Domingo Antonio de Montbrun, filho do falecido Cônsul, que assumiu o cargo em 1893. Quando Montbrun não interpretava a documentação de onde tirava os dados, remetia recortes que expressavam a intenção clara de seu envio.

Um destes recortes era a lista «Arrivals and Imports - Departures and Exports», do *Trinidad Shipping Intelligence*. Esta era uma secção do *Trinidad Semi-Monthly Market Report*, a partir do qual se podia realizar um mapa e uma tabela dos contactos portuários de Porto-de-Espanha de amplo interesse para Portugal. Nesta secção estava registada a circulação de mercadorias e, através desta, sabia-se a localização de mercados de consumo de artigos portugueses, entre outros; semelhante distribuição dava a ideia da existência de consumidores portugueses nesses mercados, um fator propício para a introdução de géneros para os demais consumidores. Entre os destinos assinalados, estão: Antígua, Barbados, Carúpano, Ciudad Bolívar, Cuba, Demerara, Filadélfia, La Guaira, Nova Iorque, etc.⁴⁴⁰.

Uma das preocupações maiores do cônsul Montbrun era a concorrência no fornecimento e na distribuição de vinho português na região. A prova patente é o relatório correspondente a 1897: das cinco páginas do relatório, três estavam dedicadas à análise da importação de vinhos. As primeiras conclusões eram que Portugal desaproveitava a proximidade da Madeira e dos Açores, bem como sua capacidade produtora de vinhos e que, inclusive os de baixa qualidade, seriam dignos rivais dos vinhos baratos de Espanha e os *vins de table* da França. Os dados que o Consulado proporciona indicam que Trinidad importou 228.607 *gallons*, uma quantidade que para Montbrun era exagerada para a Ilha, o que quer dizer que uma parte era reexportada; no entanto, desse valor Portugal só enviou 701 galões de *light wine*.

Além de dar informações, Montbrun sugere que se aproveitasse a rede de distribuição que proporcionavam *several Portuguese gentlemen here trading as merchants* que estavam desejosos de comerciar *with their Country*, segundo o que indicava o Cônsul. Entre eles menciona a Luis A. M. Cabral, M. J. Cabral, José Fernandes Reas e Alberto

⁴⁴⁰ Recorte da seção *Trinidad Shipping Intelligence*. «Arrivals and Imports - Departures and Exports», do *Semi-Monthly Market Report*. Port of Spain, 6-01-1888, Vol. XIX, Nº 1; in: AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De Montbrun. Of. Nº 2, Porto de Espanha, 15-01-1888.

Mendes. O lucro desta rede de comerciantes podia ser maior porque, para surpresa do cônsul Montbrun, *the small amount of articles imported from Portugal and its Colonies* superava seu entendimento. O discurso reforça a ideia de trazer mercadoria para Trinidad, isto é, criar um *stock* orientado tanto ao comércio local como para a reexportação, o qual seria administrado pelos mercadores portugueses da localidade; eles seriam, no final, os beneficiados pela intermediação⁴⁴¹.

Depois de uma *long and earnest conversation with large Portuguese Merchants*, o Cônsul tomou conhecimento dos problemas ligados com o comércio do sal, que ficaram ilustrados num estudo de mercado em que se referia o seguinte: *the export duties in Portugal, freight of vessels, and cooperage being expensive would prevent them undertaking this business*⁴⁴². O estudo sobre o sal foi realizado na sequência de um pedido de informação enviado por Francisco Ferreira Vizeu, comerciante e armador do Porto. Perante os problemas apresentados no estudo, não era conveniente o negócio. Por suposto, esta conclusão do estudo tinha razão de ser porque o sal português competia com desvantagem contra um produto muito mais barato que chegava em grandes quantidades da Venezuela e outra quantia de Curaçao. Alias, tinha outro fator em contra, a proximidade da produção do sal venezuelano que ia para Trinidad e era processado na Península de Araya, na vizinhança do Golfo de Paria. A constatação desta realidade estendia-se ao cacau e ao café, objetos também das reflexões do Cônsul Montbrun e, em conjunto, a situação foi limitando o número de produtos portugueses. Tal situação revalorizou a posição do vinho nas análises do mercado de Trinidad e arredores como o melhor produto de importação desde Portugal.

A partir de 1900, a correspondência enviada do Consulado em Porto-de-Espanha repete várias «Remarks». Em Dezembro desse ano, o Cônsul refere a necessidade de impulsionar o comércio direto, modificar a mentalidade dos comerciantes portugueses e pensar no envio de *Commercial Travellers* (...) *by then to those Countries with which they desire Commercial relations*⁴⁴³. A análise destes comentários lança luzes sobre os efeitos a que estava submetido o comércio no século XIX. A proposta do comércio direto tinha como objetivo a evitar a falsificação da origem dos produtos, baixar os custos de transporte mas, sobretudo, afastar os intermediários de vinhos que o reexportavam *to other countries presumably as her own production*. Ao referir suas suspeitas sobre esta reexportação,

⁴⁴¹ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De Montbrun. Of. s/nº, Porto de Espanha, 28-01-1898.

⁴⁴² AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De Montbrun. Processo Nº 10, Porto de Espanha, 11-08-1898.

⁴⁴³ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De Montbrun. Processo s/nº, Porto de Espanha, 31-12-1900.

Montbrun não perde a perspectiva do negócio dos comerciantes trinitários com a Venezuela e refere a interessante balança comercial do cacau de «Trinidad». Sobre esta o Cônsul indica: *The increase in Cacao is due to the continuance of the growth of the imports of that condiment from Venezuela*. O aumento reflete uma exportação de *local cocoa* que cobria um pouco mais da metade dos embarques mas, uma melhor fiscalização poria fim a isto porque já então se estava pondo em prática *a more correct method of recording transshipments*⁴⁴⁴.

Em relação à conduta mercantil, os comentários de Montbrun descobrem atitudes gananciosas unilaterais por parte dos comerciantes que estavam em Portugal que pretendiam obter grandes lucros. Estas atitudes tornam incompreensível a falta de investimento na promoção de produtos e o desejo de recuperar de imediato o capital que tinham investido quando *they must of course not expect to make large export with good profits*, durante o primeiro ano após a visita de um agente comercial, experiência conhecida pelo sucedido a agentes viajantes de outras nacionalidades. As palavras do Cônsul tentam motivar o fomento do comércio português também através de um maior esforço da parte dos que mais beneficiavam com esta atividade e, para isso, recorre a um discurso didático e patriota: *I, for one, would gladly welcome the arrival of such a commercial traveler, as it such visit could prove to me that Portuguese merchant are not only on the «qui vive» as far as business is concerned, but also like good and honest patriots, desire to see their country prosper and thrive*⁴⁴⁵.

Em 1901, suas palavras são mais severas ao abordar os dois últimos temas. Montbrun reitera, de maneira incisiva, a necessidade de fazer mais publicidade nas Índias Ocidentais, *that in order to «boom» the produce of Portugal*, e de mudar a conduta mercantil; a propósito deste último assunto refere a importância da fusão de interesses entre os portugueses aos dois lados do Atlântico. Neste sentido, pedia uma mudança de atitude mercantil na metrópole e uma consideração maior da comunidade portuguesa em Trinidad, aspeto que o Cônsul destaca no seu relatório e manifesta a sua preocupação ao advertir: *Unless the Portuguese merchants make up their minds to work together to us to benefit their pockets, and thus add to the commercial value of their country, I fear greatly that my*

⁴⁴⁴ Aqui abre-se uma perspectiva de estudo sobre o comércio de produtos portugueses nas Caraíbas pois é suposto que esta medida cautelar das autoridades alfandegárias, que procurava identificar a origem do cacau venezuelano e controlar as taxas portuárias, serviu também para identificar a origem de produtos re-exportados desde Trinidad e portanto da entrada e saída de mercadorias lusas.

⁴⁴⁵ *Idem*.

*next report will be even a sadder one than this one*⁴⁴⁶. Os comentários do cônsul Montbrun encontram sentido no processo de reestruturação que se estava a levar cabo no Mar das Caraíbas. A dinâmica económica na região guiava cada território a encontrar seu lugar no mundo mediante a transformação da sua estrutura comercial e a especialização em produtos diferentes e competitivos⁴⁴⁷.

O relatório do Cônsul de Portugal correspondente ao ano fiscal 1908-1909 é eloquente e mostra a importância do papel intermediário de Trinidad na economia do Golfo de Paria e zonas vizinhas. De passagem, os seus dados põem em evidência as operações de navegação portuguesas. Nesse ano entraram 2.430 embarcações com bandeiras de 12 nações, entre elas 1.335 eram venezuelanas. Entre os restantes não existiam barcos portugueses. O cônsul Montbrun assinala que das oito grandes companhias navegadoras que entravam em Trinidad cinco incluíam escalas regulares na Venezuela e as três restantes ofereciam várias conexões para portos venezuelanos, mas não faz qualquer referência aos portos portugueses nesta secção⁴⁴⁸. A consolidação do contacto entre as costas venezuelanas com o resto de *The American Mediterranean* era evidente e de maneira especial com Trinidad⁴⁴⁹. No entanto, a comunidade portuguesa nessa ilha experimentava transformações que incidiam na sua presença comercial⁴⁵⁰. Esta incidência extrapolava portanto seus efeitos na relação com a Venezuela.

⁴⁴⁶ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De Montbrun. Processo s/nº, Porto de Espanha, 31-12-1901.

⁴⁴⁷ Enquanto países na América Central, como Honduras, especializavam-se na exportação de bananas, *Barbados imported its foods from the United States, fish and timber from Canada, and manufactures from Britain, and exported its dry sugar to Britain, the muscovado to the United States, and molasses to Canada.* (...) *Trinidad, owing to its situation and good communications, had a considerable trade with Venezuela; gold and other produce was brought to Trinidad for re-export, and goods from Europe and elsewhere went to Trinidad for re-export to Venezuela.* Benians, E. A., (19667), «Finance, Trade and Communications 1870-1895. (Trade with west Indies)», in: *The Cambridge History of the British Empire*. Vol. III The Empire-Commonwealth, Cambridge Univ. Press, pp.181-229, pp.214-215.

⁴⁴⁸ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De Montbrun. Processo s/nº, Porto de Espanha, 11-09-1909. Relatório consular ano fiscal 1908-1909. Compare-se, não obstante, certas coincidências entre os nomes das companhias: *Compagnie Générale Transatlantique, Fredick Leyland and Cº Ltd, Koninglikje West Indische Maidienst, La Veloce Navigazione Italiana a vapor, Línea Hamburgo Americana, London Direct Line of Steamers, Mala Real Inglesa, Trinidad Line of Steamers*, no relatório do Consulado e as companhias *Companhia de Vapores Ingleses, European and American Steam Shipping, Royal Mail Company, Royal Mail Steam Paket, Royal Steam Packet Company*, com agentes no Funchal, identificadas por Teixeira (2009), p.29.

⁴⁴⁹ Stephen Bonsal diz em relação a Trinidad: *The island and the port are for weal or for woe involved in the future of Venezuela. This port is the natural distributing-point for all the Venezuelan towns, and for the Orenoco trade. If Venezuela enjoys good government, and is developed commercially along modern lines, Port of Spain will become a great emporium and centre of distribution.* Bonsal, Stephen (1913), *The American Mediterranean*. Nova Iorque, Moffat, Yard and Company, p.262.

⁴⁵⁰ Mario Duarte, cônsul de Portugal em Trinidad em 1940, expôs aspetos interessantes ao mundo português desse ano. Um tema foi a queda do nome português causada, em parte, pela perda do idioma e a adoção de nomes ingleses tanto que *para identificar os portugueses se tem de seguir a forma de inglesar os nomes:*

Uma das causas destas transformações foi a remigração estimulada pelo mesmo intercâmbio comercial e financeiro em Trinidad. Este transvaze afetava os mercados de trabalho dos imigrantes e, portanto, as perspectivas de muitos portugueses. Um bom grupo destes imigrantes residentes nessa ilha e em áreas vizinhas responderam tanto às circunstâncias de cada colónia quanto à conjuntura económica regional, com a mesma razão como se tinha originado a emigração: a procura de uma melhora socioeconómica.

Entre a chegada dos primeiros portugueses em 1834 e o relatório do Consulado em 1940, a emigração só a partir de Portugal contemplou, de maneira muito geral, indivíduos dos Açores, Cabo Verde e Madeira, sendo estes últimos a maioria. Segundo o cônsul Mário Duarte, *a imigração cresceu a tal ponto que a Trinidad chegou a ter uma população superior a dois milhares de portugueses na primeira década do século XX*, mas que diminuiu a 285 em 1937⁴⁵¹. Estes números merecem, não obstante, duas observações que deixam em claro as dificuldades de inventariar a emigração portuguesa: primeiro, que o cônsul Duarte fala só dos portugueses residentes sem mencionar ou distinguir a totalidade do fluxo proveniente tanto de Portugal como de regiões vizinhas a Trinidad, que foi muito maior; segundo, a última cifra só refere à primeira geração.

Quanto às ocupações, o maior contingente era formado por trabalhadores sem qualificação, resultado do processo da imigração portuguesa na Ilha. Segundo o exposto pelo Cônsul, a organização da comunidade portuguesa seguia um padrão de chegadas cujo início teve lugar com os primeiros trabalhadores contratados; depois, de maneira espontânea, aportavam em Trinidad respondendo aos padrões de reagrupamento familiar ou aos fatores de expulsão, entre eles socioeconómicos e religiosos, sendo este último um episódio particular da emigração da Madeira.

Com efeito, em meados da década de 1840, um grupo de protestantes madeirenses foi obrigado a exilar-se na Trinidad devido à intolerância católica insular. Perante esta situação, os comerciantes britânicos no Funchal desafiaram o poder local para proteger os madeirenses convertidos ao Protestantismo, preparar as fugas e, de acordo com seus pares

Correia passou a ser Strap e Machado é Axe. O Cônsul disse que, nos ramos do comércio que menciona, os portugueses têm ainda uma participação dignas de realce. Duarte aponta também a queda no contacto comércio - navegação; de passagem, destaca o distanciamento profissional da luso-descendência, ao assinalar que os comerciantes portugueses *em outros tempos foram também agentes de companhias de vapores*. (...) *Um dos mais conhecidos: M. Gomes, sócio da firma Ferreira & Gomes, [é o pai] do advogado Stanley E. Gomes B. A., Assistant Attorney general da colonia.* Duarte, Mário (1940), «História dos portugueses nas Índias Ocidentais Britânicas, Holandesas e Francesas, nas Guianas Inglesa e Holandesa e em Venezuela». AHDMNE, Relatórios. Relatório anexo ao Of. Nº 11, Proc. E do 7-02-1940. Consulado de Portugal, Porto de Espanha, Trinidad, BWI.

⁴⁵¹ Duarte (1940), «História dos portugueses...

de Porto-de-Espanha, aproveitar oportunamente a procura de mão-de-obra em Trinidad. Entre os mais de dois mil fugitivos, um número difícil de determinar de trabalhadores especializados e artesãos de Funchal empreenderam a rota de Trinidad. A remigração deste grupo para os Estados Unidos, principalmente, começou pouco tempo depois sem deixar referências de uma relação com Venezuela⁴⁵².

Esta remigração em massa a partir de Trinidad não é um caso único e, vista no contexto da época, ilustra a realidade em que a comunidade portuguesa vivia na sua relação com a região e com Venezuela. De facto, a remigração caracterizou Trinidad desde o início da imigração contratada⁴⁵³, que na fronteira anfíbia de Paria contou com a fácil mobilidade de barcos e pessoas que obrigou a tomar medidas policiais binacionais⁴⁵⁴. Aliás, Porto-de-Espanha foi uma escala do fluxo migratório que teve lugar ao norte da América do Sul, em direção a América Central e do norte. Os Portugueses de Madeira e de Demerara participaram nesta corrente motivados pela busca de trabalho mas ao chegar a Trinidad encontraram-se com a barreira idiomática e com um mercado laboral saturado por mão-de-obra muito barata. O Consulado de Portugal refere estes aspetos e esta situação de maneira reiterada na correspondência enviada para Lisboa entre 1905 e 1910⁴⁵⁵, nos anos em que é já evidente a queda no número de indivíduos na comunidade em Demerara. Este fluxo

⁴⁵² Entre os promotores de *riots* na Madeira e da expulsão dos Protestantes, contam-se: o alto Clero de Funchal, funcionários públicos do Governo insular e *the «Imparcial», a newspaper edited by the brother-in-law of the Civil governor at that time*. Neste quadro de componenda e nepotismo, o jornal leccionou os madeirenses leitores e *openly recommended the cudgel, as the best means of convincing the country people of the truth of their religion (...) the gallows and the stake were also at another time recommended in it, as the only remaining cure for heresy*. As fugas tiveram lugar entre 1846 e 1853 com alguns desembarques em Demerara, São Vicente e São Cristovão. Em Trinidad, muitos exilados foram as plantações de cana e de cacau, alguns dedicaram-se ao *shopkeeping on a small scale* e os artesãos de *Ofc. are endeavoring to earn a livelihood*. Em 1848, começaram a remigrar com destino a Illinois e Nova Iorque, com o apoio de *The American Protestant Society*, e do missionário protestante M. G. Gonsalves, nascido na Madeira mas residente em New England. Poage, George Rawlings (1925), «The Coming of the Portuguese», in: *Journal of the Illinois State Historical Society* (1908-1984). Jacksonville, UIP, Vol. 18, Nº 1, pp.101-135.

⁴⁵³ Segundo declarou Thomas F. Johnston, *Assistant colonial secretary, Clerk of the Council, and Agent-general of immigrants*, em 1842, do total dos imigrantes chegados à ilha, *more than one-third have remained in the colony*. Burnley (1842), p.124.

⁴⁵⁴ Foreign Office, «Agreement with Venezuela for the surrender of criminals». PRO CO 295. Ref CO 295/159.

⁴⁵⁵ Em 1905, Montbrun reparou nestes deslocamentos e na remigração desde Demerara; sobre o assunto escreveu: *Tenho notado que muitas vezes veem aqui de Madeira e Demerara, portugueses buscando trabalho que não encontram [e, alias para consegui-lo,] devem poder falar ao menos um pouco de inglês*. AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. Processo S/Nº. De cônsul Montbrun em Trinidad. Porto de Espanha, 16-Dezembro-1905. O Cônsul volta escrever sobre estes temas nos Of. de: 25 e 27-04-1907; 23-07-1909; 26-11-1910 e 22-12-1910.

migratório tornou-se muito crítico e levantou barreiras sociais antagónicas à imigração nesses anos⁴⁵⁶.

Em relação à área das Caraíbas, Trinidad experimentava um movimento de trabalhadores temporários e um processo de fixações, em várias direções. A corrente deste movimento guiava-se pelas *extraordinary inequalities in the state of the labor market* e aumentava seu volume na direção do mercado com maiores vantagens, aspeto que era *everywhere found unfavorable to settled habits and moral improvement*⁴⁵⁷. Ao mesmo tempo, nas Índias Ocidentais Británicas, a corrente era conduzida pelo Governo e seguia a sua política colonial⁴⁵⁸.

Um estudo da mobilidade do mercado laboral nas Antilhas, realizado e publicado em 1844, indicou que se deviam considerar estes aspetos como partes dum mercado integrado por várias zonas administrativas e afetado inclusive pelo preço do trabalho em Europa⁴⁵⁹. Tais aspetos deviam ser normalizados em função das necessidades e do rendimento da mão-de-obra⁴⁶⁰. O facto é que tais circunstâncias afetavam os portugueses que eram julgados pela sua atividade comercial e os resultados positivos que obtinham por comparação com os comerciantes de outros países, aspeto que não se verifica só nas ilhas

⁴⁵⁶ Entre outros fatores, em 1906, a «Associação dos Homens Trabalhadores» lutava contra a emigração [desde Madeira], oposição justificada pela grande taxa de desemprego entre os naturais da ilha [de Trinidad]. Teixeira (2009), pp.127-128.

⁴⁵⁷ Burnley (1842), pp.27-28.

⁴⁵⁸ «On Labour in Our West Indian and South American Possessions», in: *Fisher's Colonial Magazine*, Vol I, Nº 8, pp.457-470, p.459. (*Fisher's colonial magazine and journal of trade, commerce and banking: banking*. Consulta: 5-5-2010, -<http://www.nla.gov.au/ferg/issn/1460597X.html>).. Brereton, Bridget (1981), *A History of Modern Trinidad, 1783-1962*. Kingston-Exeter, Heinemann, p.251. Segundo A. Mendible, *Con el tiempo, el interés del Imperio Británico se fue desplazando desde América hacia sus posesiones en el oriente, entre ellos, la India. En esa misma medida Trinidad fue perdiendo importancia como enclave colonial en el Caribe inglés*. Mendible Zurita, Alejandro (2003), «Fronteras históricas con Trinidad: Nuestro cercano y diferente vecino», in: *Presente y Pasado. Revista de Historia*. Año 8, Vol. 8, Nº 15, Janeiro-Junho, pp.120-135, p.127.

⁴⁵⁹ *We must not consider the West Indies alone, but along with all places, whether insular or continental, which from their vicinity and their similarity of productions, are calculated to affect at all, in any way, the demand for labor, by holding out pecuniary inducement or local enticement. (...) If such a consideration be (...) applicable to an investigation of the laws which govern the price of labor in Europe, it will also be so in respect of those which affect it in South America, and the vicinal islands*. Segundo o artigo, *a tendency to an equilibrium of the price of wages in the general labour-market* seguía los *Principles of political economy* de Ricardo. «On Labour in Our West Indian and South American Possessions», *Fisher's...*, p.461.

⁴⁶⁰ «Circulars to Governors of the British West Indies from Earl Grey (September 1846–January 1847) outlawing the practice of paying bounty for laborers brought from one colony in the West Indies to work in another. - Correspondence Relative to the Supply of Labour to the British Colonies in the West Indies and Mauritius». *Parliamentary Papers*. Great Britain. Parliament. House of Commons. 1847, Vol. 39.

inglesas⁴⁶¹. Esta migração multidirecional foi impulsionada também pelo fluxo financeiro que criou novos centros de atração de trabalhadores, como foi o caso dos investimentos de Estados Unidos e outros países no Centro América e no norte de América do Sul⁴⁶².

Durante o século XIX e boa parte do século XX, a situação social e política na Venezuela levou os seus efeitos negativos até a região de Paria e ocasionou a saída de personagens controversas a partir deste país em direção a Trinidad⁴⁶³. Em meados de século XIX, os obreiros do campo venezuelano que cruzaram o Golfo trabalharam na indústria cacaoeira trinitária onde eram conhecidos como *cocoa panyols* e, por sua familiaridade com a vegetação tropical, eram empregados *as skilled hunters and woodsmen who cleared the forest and planted cocoa trees*⁴⁶⁴. Alguns trabalhavam o tempo justo para poupar o suficiente para comprar o que precisavam seus cultivos na Venezuela e regressavam logo a essa atividade⁴⁶⁵.

Nos anos que durou a Guerra Federal (1859 - 1863), entre liberais e conservadores, aumentou a onda emigratória desde as fazendas costeiras venezuelanas, que ficavam sem mão-de-obra nacional porque esta fugia para se esquivar ao serviço militar. Esta onda criava um refluxo que afetava os investimentos dos plantadores de Trinidad na formação de aprendizes e subsídios de imigração. Estes e muitos obreiros em dívida com os plantadores fugiam aproveitando, por uma parte, a ausência de um tratado com a Venezuela que os obrigasse estes trabalhadores a regressar e, por outra, a isenção do serviço nas armas⁴⁶⁶.

Entre os emigrados venezuelanos na Trinidad que contribuíram para a aproximação dos portugueses a Venezuela estão os cônsules de Portugal nessa ilha: primeiro, Domingo de Montbrun e, logo a seguir, o seu filho Domingo António de Montbrun. Este último, Domingo António, teve ampla figuração na história da comunidade portuguesa em

⁴⁶¹ Em Guadalupe, ilha de imigração e reemigração de madeirenses, *l'immigration étrangère était présente dans toutes les conversations (...) On commentait les qualités et les défauts supposés des uns et des autres*. Gérard A. Lafleur, *Saint-Claude: Histoire d'une commune de Guadeloupe*. Paris, Karthala Editions, p.308.

⁴⁶² Thomas-Hope, E. M. (1978), «The Establishment of a Migration Tradition: British West Indian Movements to the Hispanic Caribbean in the Century after Emancipation», in: Clarke, C. G. (edit.), *Caribbean Social Relations*. Univ. of Liverpool, CLAS, Monograph Series, Nº 8, pp.66-81.

⁴⁶³ Exemplo das conseqüências políticas na área se aprecia nas atividades e deslocamentos de personagens como: José Tadeo Monagas, Juan Antonio Sotillo, Joaquín Crespo, José Manuel (Mocho) Hernández, José Antonio Davila, Horacio Ducharme e Rafael Arévalo Cedeño. Estévez González, Edgar (2006), *Las guerras de los caudillos*. Caracas, Libros de El Nacional, pp.42, 48, 108, 147-148.

⁴⁶⁴ Brereton, B. (1996), *An Introduction to the History of Trinidad and Tobago*. Oxford, Heinemann, p.55.

⁴⁶⁵ «On Labour in Our West Indian and South American Possessions», *Fisher's...* p.465.

⁴⁶⁶ Mitchell, Henry, «Notes on the Annual Return of Indentured Immigrants in Trinidad for the Year 1863», in: Hart (1865), pp.32-39.

Trinidad. Durante seu exercício como cônsul de Portugal entre 1893 e 1913, favoreceu e promoveu em várias oportunidades a ação cultural do Grupo Dramático Português 1º de Dezembro, fomentou o comércio português e, como ficou exposto na análise dos seus relatórios, combateu por uma maior cooperação não só oficial entre o governo de Lisboa e a comunidade sob sua responsabilidade, senão também por uma maior reciprocidade e contacto mais direto entre comerciantes a ambos lados do Atlântico⁴⁶⁷.

Em direção Venezuela, a irradiação trinitária - portuguesa foi mais anónima, realizada por iniciativas pessoais dispersas ou canalizada através de projetos de investimento e de colonização em outras regiões próximas. Em relação a isto último, existiu uma controvérsia em torno de planos de povoamento do território, que tanto Trinidad como Venezuela impulsionavam. O tratado sobre réus e o clamor de acordos sobre trabalhadores em fuga foram tão só tentativas oficiais e oficiosas bilaterais de normalizar a mobilidade, mas os projetos de povoamento do território ficavam fora do âmbito de discussão bilateral, porque eram matéria de decisão de política interna. Mas, ainda que isentos de prerrogativas, permaneciam expostos a apologias ou a vilipêndios

Neste sentido, é oportuno mencionar alguns precedentes sintomáticos que ajudam a entender a função da concorrência na captação de migração. O primeiro é David Lockhart⁴⁶⁸, um *gardener* considerado possuidor de *great experience in soils and vegetable production* que cruzou o Golfo de Paria em ambas direções, em várias oportunidades. Quando, em 1842, a *Agricultural and Immigration Society* solicitou-lhe uma opinião comparativa de Trinidad com as áreas vizinhas, o *Gardener* comentou, de maneira conveniente e apropriada: *Bermuda is a barrem rock. The soil of the Windward Islands is greatly inferior to ours, and so is Venezuela in the neighbourhood of Caracas, and the valley of Aragua*⁴⁶⁹. Contrariamente e segundo as suas explorações e estudos, Lockhart tinha encontrado uma flora formidável na Venezuela, da qual tinha recolhido espécimes e enviado a Inglaterra, um aspeto que, em vista do compromisso político que rodeou sua opinião, foi silenciado.

⁴⁶⁷ «Dr. Domingo Antonio de Montbrun, posted: Thu, 03/22/2007», «The De Montbruns of Trinidad - The Domingo Family» e «The De Montbrun-A Brief History», in: Montbrun, (demontbrun.com). Reis, Charles (1926), *Brief History of the Associação Portuguesa Primeiro de Dezembro*. Porto de Espanha, Franklin's Electric Printery.

⁴⁶⁸ «Lockhart, David» começou como assistente do botânico Christian Smtih e foi nomeado *Superintendent of the Botanic Gardens*, em Trinidad, entre 1818 até sua morte em 1846. «David Lockhart», in: *Bulletin of Miscellaneous Information*. Kew, H. M. Stationery Office, 1891, p.310.

⁴⁶⁹ «On Labour in Our West Indian and South American Possessions», pp.467-468. Burnley(1842), p.104.

Em relação aos vales de Aragua, o jardineiro Lockhart tinha pouca consideração pelos estudos e textos de cientistas mais reconhecidos como era o caso de Agustín Codazzi⁴⁷⁰ ou de Alexander von Humboldt⁴⁷¹. A disparidade entre opiniões e realidade na atitude de Lockhart leva a considerar o contexto contemporâneo. A sua apreciação teve lugar em anos de captação de imigração para a Venezuela mediante a criação de colónias agrícolas e modificações legislativas, portanto o seu depoimento visava desfavorecer a Venezuela como uma região rica em recursos naturais⁴⁷². Com sua opinião pretendia sustentar os argumentos a favor dos contratos de imigração para as Índias Ocidentais Británicas que, como se viu, negociavam nessa época Portugal e a Grã-Bretanha a instâncias governamentais; além disso, sustentava outros convénios como os auspiciados por William Hardin Burnley, que tinha sido o promotor da imigração dos presos oriundos da Madeira e que tinha sido a pessoa que solicitou a opinião de Lockhart para a *Society* da que o mesmo Burnley era membro diretivo.

No ano de 1868, surgiu uma polémica em torno do projeto *Price Grant* o *Emigration to Venezuelan Guayana*, que compreendia *The Grant of 240.000 square Miles of Land by the Venezuelan Government, to Dr. Henry M. Price and Associates*⁴⁷³. Este projeto referia às concessões para a colonização de uma ampla zona da Guayana venezuelana, onde vários investidores estrangeiros tinham já interesses agrícolas e mineiros. Os promotores do *Grant*, *The Chartered American, English & Venezuelan Trading & Commercial Company*, tinham vários escritórios em Estados Unidos, em Inglaterra e só dois em Venezuela: Puerto Tablas e Ciudad Bolívar, ambas as localidades sobre o rio Orenoco. O folheto promotor foi publicado nesse ano e, entre o 22 de Agosto e o 15 de Setembro, contava já com 10 recensões na imprensa: *Investor's Guardian*, *Lloyd's Weekly London Newspaper*, *Mining Journal*, *Money Market Review*, *The Athenaeum*, *The Carmarthen Journal*, *The Civil Service Gazette*, *The Cosmopolitan*, *The Era*. Em Dezembro de 1870, *The Emigrants Vade*

⁴⁷⁰ «Codazzi, Agustín» (Italia, 1793 - Colombia, 1859). Geógrafo e militar. Concebeu os primeiros estudos geográficos para o conhecimento do território de Venezuela e projetos de colonização com famílias europeias, no oriente e centro da Venezuela. Trabalhos discutidos na Sociedade de Geografia de Paris, Sessão do 4-09-1840. Obras mais importantes: *Resumen de la geografía de Venezuela*, *Mapa general de Venezuela* e *Atlas físico y político de la República*, 1842. Marichal, César Sánchez (1998), «Agustín Codazzi: el paisaje anhelado», in: Montalbán. Caracas, Instituto de Investigaciones Históricas-UCAB, N° 31, pp.11.36.

⁴⁷¹ «Humboldt, Alejandro de» (Berlín, 1769 - Berlín, 1859). Naturalista, geólogo, mineralogista, astrónomo, explorador, sismólogo, demógrafo. Aulista também da Escola de Comércio de Hamburgo. Considerado o «Descobridor Científico do Novo Mundo». Obra: *Viaje a las regiones equinocciales del Nuevo Continente* (1826). «Humboldt, Alejandro de», in: *DHV-FP*.

⁴⁷² Veracoechea (1986), pp.75-80.

⁴⁷³ Clark, J. Leslie (1868), *The Emigrants Vade Mecum, or Guide to the 'Price Grant' in Venezuelan Guayana*. Londres, Trubner & C°.

Mecum, a guia do projeto, era livro de consulta na Biblioteca da Real Sociedade Geográfica de Londres⁴⁷⁴.

Tanto a Guia do projeto como os artigos referem as riquezas de zonas venezuelanas como Araya pelas suas salinas; as zonas agrícolas de Caratal e Guasipati, bem localizadas, dada sua proximidade de zonas mineiras e a curta distância de Puerto Tablas; a região agrícola montanhosa de Los Teques, muito próxima de Caracas; Ciudad Bolívar com as planícies do outro lado do Orenoco; as possibilidades, já comprovadas de cultivar com sucesso cana-de-açúcar, café, cacau, arroz e palma sagú. A apologia das riquezas da Venezuela causava desconforto nas autoridades e empresários colonizadores em Trinidad. Este uso da imprensa destinava-se tanto a chamar imigração, o que levaria a desviar o fluxo destinado a Trinidad, como a ganhar investidores, vistos os nomes dos jornais referidos, alguns deles sobre temas económicos específicos, para este projeto numa região tão afastada como a Guayana venezuelana.

A reação da Trinidad não podia demorar. O artigo «The Last New Eden» publicado para reverter os efeitos do *Price Grant*, estava escrito a partir de uma comunicação do governador de Trinidad, A. H. Gordon, para Londres. O artigo descreve as supostas ajudas proporcionadas por Juan Bautista Dalla Costa Soublette⁴⁷⁵, a máxima autoridade na Guayana venezuelana, a imigrantes que, depois de entrar pelo Orenoco, estabeleceram-se no rio Caura, onde teriam ficado desamparados, o que representa, em realidade, uma verdade mal contada. Pela leitura deste mesmo assunto na correspondência de Gordon verifica-se o temor que as autoridades tinham da despovoação da Ilha e daí deriva um discurso desacreditador por parte dos trinitários. Pela mesma razão surge a pergunta pela procedência deste grupo que tinha sido ajudado pelo Governo venezuelano a menos de dois anos de ter sido anunciado o projeto *Price Grant*⁴⁷⁶.

A resposta acha-se em duas iniciativas de colonização anteriores a 1860 e ao *Price Grant*. Uma delas foi a colónia Numancia. Publicitada na Trinidad, em 1852, por

⁴⁷⁴ Evans, Godfrey Matthew (1871), *Classified Catalogue of the Library of the Royal Geographical Society to December, 1870*. Londres, John Murray, p.213

⁴⁷⁵ «Dalla Costa Soublette, Juan Bautista» (Angostura 1823 - Ciudad Bolívar 1894). Maçon, comerciante e político. Estudou nos Estados Unidos e na Alemanha. Fomentou o desenvolvimento de Guayana sob a ideia do progresso; desenvolveu setor mineiro - industrial e manufatureiro, o transporte ferroviário, o movimento mercantil dos comerciantes estrangeiros; decretou o ensino do inglês, da educação artesanal e técnica; atraiu investimentos de capitais nacionais e estrangeiros. Incentivou e financiou colónias de imigração, este financiamento foi tergiversado por Gordon. In: *DHV-FP*. Esta ajuda foi impulsionada pelo interesse de Dalla Costa no comércio com Trinidad e, nomeadamente, no benefício que podia rendir aos vapores da Casa Dalla Costa, em operações desde 1857.

⁴⁷⁶ Dickens, Ch. (Ed.), *All the Year Round*. London, Chapman & Hall, Vol. 4, N° 80, 11-06-1870, pp.37-41.

Numancia, Association for Emigration, esta iniciativa de Jorge Numa Dês Sources estava destinada a estabelecer trinitários e antilhanos franceses de Guadalupe e Martinica, numa 'Comunidade socialista' no Bajo Orenoco. O primeiro grupo de cerca de duzentos colonos chegou ali, procedente de Trinidad, nos começos de 1853⁴⁷⁷.

A segunda iniciativa foi a colónia Pattisonville. Criada sob os auspícios de *The London Venezuelan Guyana Mutual Emigration Society*, a sua localização no distante Bajo Caura foi pensada considerando o facto de *the nearness of Venezuela Guyana to Trinidad and British Guyana as 'natural allies in the neighborhood'*. Em Dezembro de 1869, chegaram à Ciudad Bolívar 65 colonos destinados a essa colónia; 6 meses mais tarde, em Maio de 1870, 31 deles tinham falecido e outros 20 estavam num hospital. Com certeza, que esta denúncia do Governador trinitário procurava exacerbar as condições hostis de Pattisonville, e fazia-o da mesma maneira que as denúncias contra a lamentável situação da imigração portuguesa em Trinidad em 1835⁴⁷⁸.

Não obstante, do mesmo modo que em Trinidad, o povoamento por imigração continuou na Venezuela. A história dessa região guianesa indica que desde a década de 1860 se vai produzindo uma leve recuperação do povoamento; depois, entre 1873 e 1881, a população aumentou 70% devido fundamentalmente às migrações internas e estrangeiras atraídas pelo *boom* comercial de Ciudad Bolívar. Em 1881, segundo o geógrafo Cunill Grau, registou-se aqui a terceira concentração de estrangeiros no país: 3.012 indivíduos, *2.116 con pasaporte inglés, la mayoría de los cuales corresponde a trinitarios, jamaiquinos y otros antillanos bajo la dominación británica*. Além destes, Cunill Grau confirma que na zona residiam franceses, na maioria corsos e das Antilhas francesas Guadalupe e Martinica; espanhóis, alemães, italianos, estadunidenses e colombianos⁴⁷⁹, mas não figuravam os portugueses.

Um povoamento com as características próprias dos povos mineiros -acampamento e nomadismo seguindo os filões- teve lugar nas comarcas auríferas, no interior da Guayana venezuelana. Diferentes descobertas em diferentes períodos produziram o deslocamento de

⁴⁷⁷ Pocock, Michael Rogers (1993), *Out of the Shadows of the Past. The Story of the "Great House" of Champs Elysées, Maraval, and an Account of the Lives and Times of the Families who Lived in it 1780-1932*. London, M. R. Pocock, p.201; Robinson, David J. (1974), «'Numancia' y 'Pattisonville'. Experimentos agrícolas del siglo XIX en la cuenca del Bajo Orenoco», in: *Boletín Histórico*. Caracas, Fundación John Boulton, N° 35, pp.226-231, 228; Hanna, Alfred Jackson e Kathryn Abbey Hanna (1960), *Confederate Exiles in Venezuela*. Tuscaloosa, Alabama, Confederate Publishing Company, p.32.

⁴⁷⁸ The London Venezuelan Guyana Mutual Emigration Society (1869). *Venezuelan Colony. Prospectus with Code of Laws, etc., in the Settlement and Colony of Pattisonville*. Londres. Robinson (1974), p.226. Hanna (1960), p.101.

⁴⁷⁹ Cunill Grau (1987), Vol. 3, pp.2097-2098, 2158-2160.

procuradores de fortuna entre as localidades que emergiam segundo os achados do ouro; em todo este processo sempre estiveram presentes cidadãos oriundos das Índias Ocidentais Británicas. Assim, no tempo alternam-se: Caratal, El Callao, Nueva Providência e, antes do fim do século XIX, Tumeremo, Guasipati e Botanamo, este último acampamento com chegadas frequentes de imigrantes clandestinos procedentes de Demerara⁴⁸⁰.

Enquanto isso ia acontecendo, as colonizações espontâneas na foz do Orenoco figuraram como um problema de vigilância fronteiriça devido ao perigo de que se transformassem em sítios de contrabando ou de bases forâneas. Entre 1881 e 1887, um novo impulso de assentamentos espontâneos aumentou a população da zona do Delta: Cocuina, Tucupita e Macareito afirmaram-se rapidamente como centros produtores de cacau, ultrapassando em importância Pedernales, cidade comercial beneficiada pelo frequente tráfico com Trinidad⁴⁸¹. O crescimento dos povos cacaoteros deveu-se à introdução da variedade de cacau «Trinidad». Diferentemente da variedade de cacau «Caracas», esta semente trinitária dava plantas de crescimento rápido e com produção em curto tempo ainda que o produto era de qualidade inferior. Mesmo assim, a semente de Trinidad era cultivada também em Carúpano, Cumana, Güiria, Maturin, Rio Caribe, Soro, entre outros centros povoados⁴⁸².

A prática desta colonização espontânea constituiu sempre uma atração para a população de Trinidad. Resulta interessante comprovar que um estudo sobre o trabalho realizado em 1844, dois anos depois da interpelação ao jardineiro David Lockhart pela *Agricultural and Immigration Society*, pretendia mediar entre os discursos apologistas e os discursos detratores das possessões británicas na área⁴⁸³. Ainda que o trabalho de 1844 seja sobre as colónias inglesas, o estudo adverte sobre a atração que exercia o continente vizinho da América do Sul, a saber, tomando aquela parte que se estende entre as orlas e a foz do rio Orenoco, sobre a mão-de-obra nativa e imigrante desejosa de se tornar independente e proprietária de terra em Trinidad. As próprias condições no Golfo não seriam obstáculo para realizar estes desejos, pois a geografia permite a mobilidade e o contínuo contacto, o

⁴⁸⁰ Periodos do povoamento da Guayana venezuelana com localidades mais importantes na exploração mineira e onde foram registadas as referidas nacionalidades: 1º: 1849-1859, na bacia do rio Yuruari, povoação de Caratal; 2º: 1860-1870, El Callao e Nueva Providencia; 3º: 1871-1898, Tumeremo, Guasipati e Botanamo. Cunill Grau (1987), pp.2143-2157.

⁴⁸¹ Cunill Grau (1987), 2113, 2126-2127.

⁴⁸² «Report by Mr. Consul-General Meddleton upon the Production of Cocoa and Coffee in Venezuela», in: Houses of Parliament (1871), *Commercial Reports received at the Foreign Office from Her Majesty's Consuls, in 1789-1870*. Londres, Harrison Andsons, pp.452-459.

⁴⁸³ «On Labour in Our West Indian and South American Possessions», *Fisher's...* pp.463-465.

que valida as características da fronteira anfíbia, já referidas varias vezes, com argumentos ingleses.

Sobre este assunto, o estudo assinala que era quase impraticável adotar uma vigilância preventiva eficaz sobre a costa venezuelana devido, por um lado, à proximidade de Trinidad e, por outro lado, ao mar tão aprazível entre ambas costas, que permitia atingir facilmente as praias a cada lado em duas ou três horas com uma pequena canoa. A insistência do estudo centra-se, não obstante, na propriedade da terra e vislumbra o povoamento venezuelano como um problema para as colónias británicas vizinhas. Isto fica exposto de maneira clara com a possibilidade de um colono que, entrando numa enseada estreita, se encontraria rapidamente no território de Venezuela onde, além de uma grande facilidade de ocupar terras incultas, de maneira gratuita, há regiões tão desejáveis como, e em muitas partes superiores, à Guiana⁴⁸⁴. Como ficou exposto, no povoamento do interior da Guayana venezuelana, a conjectura vislumbrada em 1844 continuava igual antes de fechar o século XIX.

C. Curaçao: a entrada holandesa pelo norte

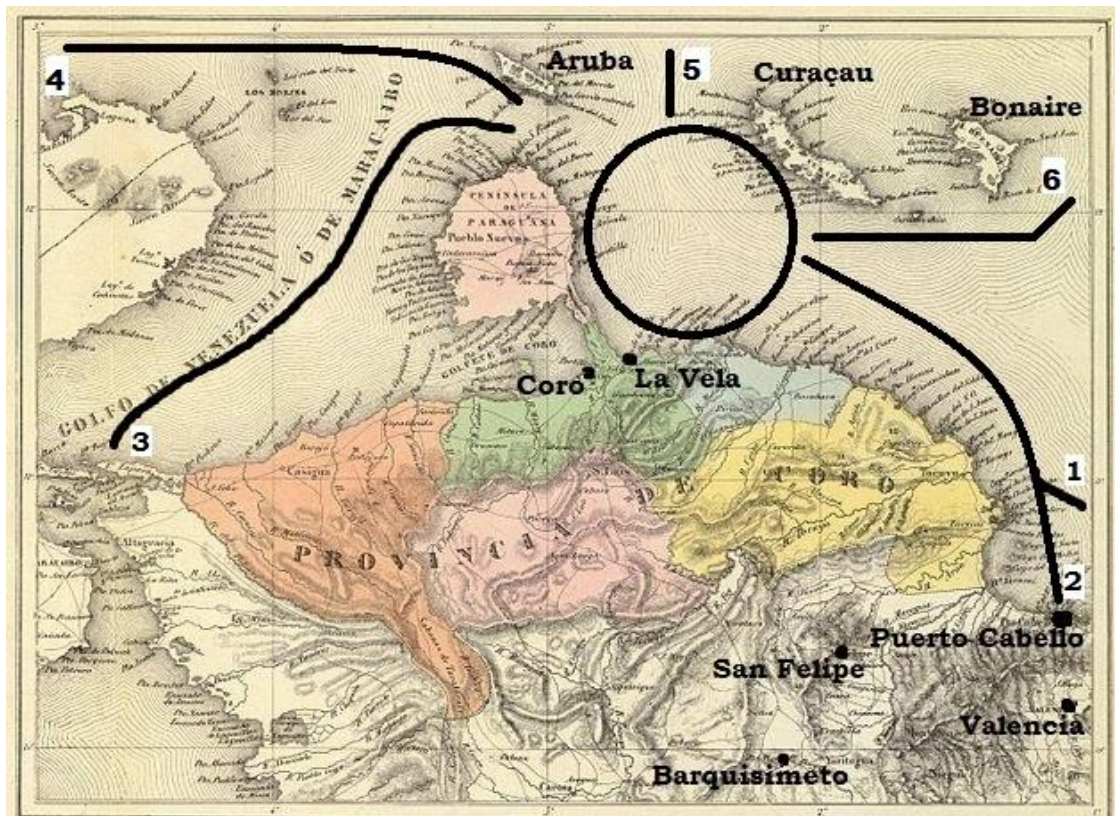
A história dos portugueses em Curaçao anda ligada à imigração dos judeus, da Espanha e da Holanda. Com esta frase de Mário Duarte começa o capítulo sobre esse destino inserido na publicação oficial, que na década de 1940, divulgava o estudo dos portugueses nesta ilha para o mundo português⁴⁸⁵. A relação dos portugueses residentes em Curaçao com a Venezuela está também ligada a essa história e a esse fluxo migratório. Uma corrente reforçada, aliás, pela fronteira anfíbia entre a costa noroeste e a Ilha dos Gigantes⁴⁸⁶. A frase resulta evocadora duma diáspora de portugueses que no caso de Curaçao interessa a este estudo. A identificação, permitida tanto pela documentação oficial metropolitana para o mundo português, como pela história dos fluxos comercial e migratório holandeses para as Caraíbas, permite associar a expressão «judeu sefardita português» a um período, tão importante quanto convulsionado, das relações que a Venezuela tentava estabelecer com o resto do mundo.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, p.463.

⁴⁸⁵ Duarte, Mário (1940*), «História dos Portugueses nas Índias Ocidentais Británicas, Holandesas e Francesas, nas Guianas Inglesa e Holandesa e em Venezuela», in: Comissão Executiva dos Centenários (1949). *Portugal*. Academia das Ciências de Lisboa, Congresso do Mundo Português, Memórias e comunicações, Vol. 8. A expressão aparece ao início da parte «Os Portugueses em Curaçao (D.W.I.)», p722. *Trata-se do texto anexo a: AHDMNE. Relatórios. Relatório anexo ao Of. No. 11 Proc. E, 7-02-1940. De Mário Duarte, cônsul de Portugal em Porto de Espanha, Trinidad, BWI.

⁴⁸⁶ «Isla de los gigantes» foi o nome dado a Curaçao pelo navegante Américo Vespuccio, em 1499.

Curaçao: a entrada holandesa pelo norte



Fuente. Codazzi, Agustín (1840), *Atlas físico y político de la República de Venezuela*. Paris, Fournier. Intervenção: A. Abreu Xavier.

Indicação das rotas ligadas à fronteira anfíbia de Coro.

- 1 Direção para Caracas
- 2 Puerto Cabello
- 3 Direção Maracaibo e Los Andes
- 4 Direção Colômbia e América Central
- 5 Direção Grandes Antilhas e Estados Unidos
- 6 Direção Antilhas de Barlavento e Europa

A partir da fronteira anfíbia de Coro, os fluxos comerciais reforçaram o povoamento de Coro e Puerto Cabello e as atividades de Curaçao desde inícios do século XIX. As rotas venezuelanas que fomentavam estes fluxos uniam Caracas (1) e Puerto Cabello (2) que era abastecido pelo seu *hinterland*: Valencia, San Felipe e Barquisimeto. Coro abastecia-se da Província homónima. A rota para o Lago da cidade de Maracaibo (3) era a via do comércio exterior de muitas casas alemãs que negociavam o café de Los Andes venezuelanos e produtos dos vales de Cucuta, Colômbia. Com a cabotagem, a zona estava unida às rotas para Colômbia (Río Hacha, St.^a Marta, Barranquilla, Cartagena, etc.) e América Central (Colón, em Panamá; El Limón, Costa Rica; La Ceiba, Honduras; Puerto Barrios, Guatemala; etc.) (4), para as Grandes Antilhas (Cuba, Rep. Dominicana, Puerto Rico) e Estados Unidos (5), e em direção as Antilhas de Barlavento e Europa (6).

O fluxo migratório seguiu o dinamismo do fluxo comercial. O comércio favoreceu a fixação de judeus portugueses em Coro em estreita ligação com as casas comerciais em Curaçao; depois, a concentração de agentes viajantes, de empresas estrangeiras e de companhias navegadoras impulsionaram o crescimento de Puerto Cabello, cidade onde foi criado o primeiro Consulado Geral de Portugal na Venezuela, em 1865.

Ao mesmo tempo, esta identificação está reforçada pela prática contínua do idioma e do emprego de nomes portugueses bem como pelas redes familiares e comerciais que conectavam Europa e América, Portugal e Venezuela. Com os anos, o desenvolvimento dos fluxos em Curaçao estimulou mudanças no gentílico moderando o acento religioso e afixando o caráter nacional.

Ilha de sota-vento, ao sul do Mar das Caraíbas, localizada a só 3 léguas da Tierra Firme, entre Aruba e Bonaire, Curaçao é a maior das Antilhas Holandesas e a de maior tráfico comercial, legal e ilegal, com localidades venezuelanas como La Vela de Coro, Puerto Cabello ou Caracas, desde tempos coloniais. Do mesmo modo que com Trinidad em Paria, Curaçao beneficiou do circuito comercial estabelecido neste espaço que configura a fronteira anfíbia com Venezuela, em especial com as costas ocidentais do atual estado Falcón; ao mesmo tempo, impulsionado por comerciantes judeus, sustentou um tráfico de grande relevância com a Europa, de forma ainda mais significativa com sua Metrópoles; com Estados Unidos e com o resto das Antilhas. Segundo Christian J. Koot, em meados do século XVII, por todas partes *there were Jewish traders, mostly Sephardic*⁴⁸⁷.

Sobre este tráfico foi construída uma rede caribenha que Mordechai Arbell analisa, de forma global, no estudo «*The Jewish Nation of the Caribbean: the Spanish-Portuguese Jewish Settlements in the Caribbean and the Guianas*»⁴⁸⁸. A Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais está na origem da fundação desta Nação, pois mediante as suas atividades outorgou à Holanda o domínio sobre Curaçao, em 1634. O projeto povoador e comercial mais notório chegou, não obstante, na década seguinte quando a Companhia *considered giving private individuals the right to colonize and trade freely in Curaçao*⁴⁸⁹. Um grupo de portugueses sefardis conta-se entre as doze famílias judias que chegaram com licença do Príncipe Maurício de Orange, em 1650, e que continuaram ali o rito da influente Sinagoga portuguesa de Amesterdão. Estas famílias foram: Aboab, Cardoso, Chaves, De Leon, De Meza, Henriquez Cutinho, Jesurun, A Parra, Marchena, Oliveira, Pereira e Touro⁴⁹⁰.

⁴⁸⁷ Yáñez, Francisco Javier (1840), *Compendio de la Historia de Venezuela*. Caracas, Imprenta de A. Dameron, pp.7 e 45. Koot, Christian J. (2011), *Empire at the Periphery: British Colonists, Anglo-Dutch Trade, and the Development of the British Atlantic, 1621-1713*. Nova Iorque Univ. Press, p.141.

⁴⁸⁸ Arbell, Mordechai (2002), *The Jewish nation of the Caribbean: the Spanish-Portuguese Jewish settlements in the Caribbean and the Guianas*. Jerusalem, Gefen Publishing House Ltd, p.18;

⁴⁸⁹ Emmanuel, Isaac Samuel e Suzanne A. Emmanuel (1970), *History of the Jews of the Netherlands Antilles*. Cincinnati, American Jewish Archives, Vol. I, p.40;

⁴⁹⁰ Cardoso, Izak Jesurun (1959), *Three Centuries of Jewish Life in Curaçao*. Willemstad, De Curaçaosche Courant, p.II. Hiss (1943), p.64; Em 1854, esta Sinagoga foi visitada pelo futuro rei Pedro V quem exclamou ao ver os nomes inscritos nas paredes que isso lhe fazia sentir em casa. Cf.: «Curaçao» e «Chumaceiro, Aron Mendes», in: -www.JewishEncyclopedia.com (Consulta 10-04-2011).

De Curaçao partiram comerciantes importadores atacadistas, que depois, se fixaram perto dos portos e vendiam as suas mercadorias a crédito a vendedores ambulantes para ser revendidas no interior da Tierra Firme. A atividade praticada assim obrigava a viagens, a longas estadias e até residência fixa, às vezes com finais trágicos e problemáticos ante as autoridades religiosas e políticas. Esta dinâmica dispôs assim os seus focos de assentamento basicamente na zona norte de Venezuela: Coro e La Vela; Puerto Cabello e Valencia; La Guaira e Caracas; Maracaibo ao ocidente e Barcelona ao oriente, esta última cidade contígua à região de Paria.

Conquanto as relações pessoais lhes permitiam empregar o nome hebreu entre eles, a atividade comercial obrigava-os a usar *their Portuguese name when dealing with non-Jews*. Esta situação verifica-se na Venezuela desde a primeira metade do século XVIII. É comprovada a dupla identificação entre os judeus portugueses estabelecidos no porto de Tucacas, que era também o cais de piratas e contrabandistas, *en el que los judíos curaçoenses (participantes mayoritarios del comercio insular) tenían construida incluso una sinagoga*⁴⁹¹.

O tratamento político obrigava-os também a usar o nome português, em especial, perante as autoridades da administração colonial que, devido ao contacto e influência recíproca com as autoridades eclesiásticas, não era uma instância imparcial em relação aos comerciantes judeus portugueses de Curaçao que deviam ter atenção na escolha das suas viagens e destinos para que aquela influência não obstaculizasse as suas negociações. Um caso notável é o do navio «Buenaventura» que encalhou perto de Coro. O proprietário era o Governador da ilha, Jan van Benningen, que enviou Moses Baruh Lousada a Caracas para negociar em seu nome. Seguindo o costume, este usou o seu apelido português Juan Hernandez Lousada, mas em Caracas foi descoberta sua verdadeira fé. *Interestingly, the Inquisition Commissioner forbade anyone to talk to the emissary because he was a Jew*. Lousada levou o caso a juízo -o barco levava uma carga de *15.000 pounds of tusks and 58 pounds of gold* -, mas em vão⁴⁹².

O duplo emprego de nomes permite esboçar linhas que ligam a origem portuguesa com a história da Venezuela e das relações com Portugal. A forma de comerciar dos judeus, que foi referida pelos ingleses no caso do povoamento de Demerara, e a rede de negócios estabelecida pela Nação judia no Mar das Caraíbas, confirmada pelos estudos de outros

⁴⁹¹ Arbell (2002), p.264. Aizpurúa, Ramón (1993), *Curaçao y la costa de Caracas*. Caracas, ANH, p.193.

⁴⁹² Arbell (2002), p.144.

historiadores, apontam para o facto de tanto outros comerciantes como produtos portugueses terem chegado à Venezuela através desta estrutura comercial.

As referências históricas existem. Assim, na passagem do século XVII para o XVIII, as famílias de origem portuguesa Coelho, Correia, da Costa, de Andrade, Lopes de Fonseca, Mendes, Nunes, Sampaio, Silva, entre outras, somaram-se às já residentes nas Caraíbas e em Curaçao. À medida que as décadas passam e a documentação aumenta é possível associar nomes não só a judeus portugueses, mas também a determinadas regiões de Portugal; assim, uma família De Sola é de origem lisboeta, outra família homónima tem vínculos ao Alentejo e, de maneira mais pontual, uma linhagem Illanes está ligada a Portalegre. Outro tanto sucede na Venezuela onde é possível identificar sefarditas curaçoenses *compartieron desde el primer momento con el criollo venezolano el idioma (...) Si bien los Curiel, Maduro y Henríquez hablaron portugués y holandés, se sintieron muy en casa con el español*⁴⁹³.

Tanto o fluxo migratório como o fluxo comercial evoluíram de maneira paralela e com uma característica própria: os produtos e os grupos nacionais de diversa origem chegavam a ambos lados da fronteira anfíbia de Coro; no entanto, a fixação dos comerciantes e suas famílias não foi fácil nos primeiros anos do século XIX. Curaçao, com uma capacidade de produção limitada, sofreu as consequências causadas pelas convulsões políticas na região e as medidas económicas que as acompanharam (Haiti, EUA vs Inglaterra, *English Navigation Act*, Independência na Venezuela e na Colômbia, etc.) e o resultado foi a remigração⁴⁹⁴.

Os ensaios para estabelecer uma comunidade em Tierra Firme também não se realizaram sem sobressaltos. A imigração resultou complicada enquanto predominou a instabilidade política em Venezuela. A conjuntura alterou estes fluxos e seus efeitos foram sentidos até finais da década de 1820. Assim, na fronteira de Coro, que era um espaço de convergência de mercadoria e pessoas, as alterações políticas foram uma constante.

Desde inícios do século, artigos de todas partes chegavam ao Curaçao, direta ou indiretamente, dos países de produção; *its storehouse are filled with articles of every*

⁴⁹³ Aizenberg, Isidoro (1995), *La comunidad judía de Coro, 1824-1900: una historia*. Caracas, Centro de Estudios Sefardies, p.117. Arbell (2002), p.127.

⁴⁹⁴ Levi, Joseph Abraham (2003), «Do Êxodo ao Êxito: Crónicas do sucesso sefardita no Novo Mundo (1492-1829)» (Consulta: 19-04-2012 in: triplov.com (Comemorações Internacionais dos 10 anos da RIHECOB)).

description imaginable que faziam parte do forte contrabando com Venezuela⁴⁹⁵. Muitos chegavam em transbordos ao longo da rede que os contactos sefarditas tinham estendido às ilhas não holandesas. Um caso ilustrativo foi o de Benjamin da Costa de Andrade. Benjamin era *a Portuguese of the Hebrew Nation* que, junto com outros correligionários procedentes de Baiona e Bordéus, se instalou na Martinica e manteve um importante comércio com as colónias holandesas nas Caraíbas, em particular, com Curaçao devido ao cacau venezuelano que a partir dali era comercializado⁴⁹⁶.

Paralelos ao contato religioso estavam também as relações familiares. Ainda que muitas firmas enviassem a diferentes portos e cidades membros da família proprietária, como agentes comerciais e procuradores daquela, a verdade é que *they remained attached to Curaçao* o que *helped them play a pivotal role in the commerce*. A estratégia funcionou para empresas como D. A. de Lima & Cº, com três irmãos em Nova Iorque, um dos filhos no México, onde foi um dos fundadores do Banco Nacional do país, e outros contactos em Curaçao⁴⁹⁷.

O tráfico atraiu por igual a navegação, os comerciantes e as empresas de todas partes. Companhias de outras nacionalidades reproduziram este circuito deixando uma marca significativa na história de Venezuela de começos do século XIX. Entre estas estão as firmas estadunidenses de Luke Tiernan e de Robert Olivier, ambos de Baltimore, bem como a de John Craig de Filadélfia. Já desde 1796, o navegador Luke Tiernan comerciava com o Mar das Caraíbas e com a Europa enquanto Robert Olivier comerciava café venezuelano via Curaçao⁴⁹⁸.

De maneira mais contundente, Craig e Olivier chegaram à Venezuela mediante a subcontratação da sociedade comercial Robinson, Philip & Corser, na que participavam: William Davis Robinson, comerciante em Filadélfia, o Cônsul de Estados Unidos em Curaçao, Benjamin H. Philip, e John Corser. Este último era un holandês naturalizado,

⁴⁹⁵ Thompson, G. A. (1812), *The Geographical and Historical Dictionary of America and the West Indies*. London, James Carpenter, Vol. I, pp.562-564.

⁴⁹⁶ Nahon, Gérard (2001), «The Portuguese Jewish Nation of Saint-Esprit-lès-Bayonne: The American dimension», in: Bernardini, Paolo e Norman Fiering (Ed.), *The Jews and the expansion of Europe to the West, 1450-1800*. Berghahn Books-John Carter Brown Library, pp.255-267, p.257.

⁴⁹⁷ Marzagalli, Silvia, «Atlantic Trade and Sephardim Merchants in Eighteenth-Century France: The Case of Bordeaux», *Ibidem*, pp.268-286; Arbell, Mordechai, «Jewish Settlements in the french Colonies in the Caribbean (Martinique, Gueloupe, Haiti, Cayenne) and the 'Black Code'», in: *Ibidem*, pp.287-313, pp.291-295, 297; Klooster, Wim, «The Jews in Suriname and Curaçao», *Ibidem*, pp.350-368. Arbell (2002), p.170.

⁴⁹⁸ Bruchey, Stuart Weems (1979), *Robert Oliver, Merchant of Baltimore, 1783-1819*. Nova Iorque, Arno Press Inc., p.81; Tiernan, Charles Bernard (1901), *The Tiernan and other Families*. Baltimore, O autor, pp.56-58.

residente na Ilha depois de ter vivido um tempo considerável em Puerto Cabello, e estava associado ao *lobby* de negociantes em contacto com o general Francisco de Miranda, precursor da Independência da Venezuela⁴⁹⁹. Esta sociedade Robinson, Philip & Corser foi autorizada por Esteban Fernández de León⁵⁰⁰, intendente de Caracas⁵⁰¹, a trocar produtos venezuelanos por mercadorias europeias no começo do século XIX. Em parte, graças ao conhecimento desta via comercial - consular estadunidense instalou-se em Caracas o comerciante lisboeta Francisco Cavaleiro Sarmiento que, como se verá, marcou pauta no negócio da farinha em Caracas⁵⁰².

Visto que os comerciantes judeus portugueses instalados em Curaçao não desistiram de seu idioma nem de seus nomes portugueses, a língua portuguesa ficou gravada na história da independência de Venezuela devido ao importante papel que teve essa Ilha. Durante a Guerra, a ligação entre Curaçao e a Venezuela sustentou o financiamento dos revolucionários crioulos, que era facilitado por curaçoenses muitos deles de origem sefardita⁵⁰³. Efetivamente, o facto que personalidades de ambas partes se identificarem com os princípios autonomistas e liberais levou a curaçoenses a participar diretamente na contenda libertadora em Terra Firme.

A historiografia venezuelana de carácter patriota destaca a solidariedade empreendida por vários curaçoenses, com uma participação notável nos acontecimentos políticos, em particular, a solidariedade com os líderes e a adesão aos ideais do movimento independentista venezuelano. Entre os sobrenomes daqueles patrocinadores holandeses em Curaçao encontravam-se alguns com origens portuguesas. A família Bolívar experimentou, por exemplo, esta cooperação em 1812 quando as irmãs Juana e María Antónia foram

⁴⁹⁹ «Miranda, Francisco de» (Venezuela, 1750 - Espanha, 1816). Canário - venezuelano, militar, matemático, estadista, criador do primeiro projeto de emancipação da América Hispana. «Miranda, Francisco de», in: *DHV-FP*.

⁵⁰⁰ «Fernández de León, Esteban». (Extremadura-Madrid, 1819). De lojista de vinhos, licores e lenços em 1782, a Intendente de Exército e Real Fazenda entre 1792-1803. Oligarquia territorial, funcionário arbitrário e corrupto, velava pelos interesses de sua classe, ameaçada por Sarmiento. «Fernández de León, Esteban», in: *DHV-FP*.

⁵⁰¹ No lento processo de descentralização da metrópole espanhola, inscreve-se a criação de várias reais instituições na Venezuela: Intendência de Exército e Real Fazenda (1776), para assuntos económicos; Capitania geral da província (1777), centralizou o poder militar no Capitão geral; Audiência de Caracas (1786), responsável de legislar os assuntos político-administrativos e judiciais; Real Consulado (1793) e Arcebispado de Caracas (1804). Estas instituições se converteram em palcos políticos da classe crioula em ascensão, descontente com Espanha e inimiga de todo monopólio, espanhol e estrangeiro. Cf.: entradas respetivas in: *DHV-FP*.

⁵⁰² Liss, Peggy K. (1983), *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution, 1713-1826*. Johns Hopkins Univ. Press, p.179; Dávila, Vicente (1950), *Archivo del General Miranda. Negociaciones: 1806-1807*. Caracas, ANH- Editorial América, Vol. 18, pp.24, 123, 132.

⁵⁰³ Benoliel, León J. (1986), *Mosaicos de la Judaicidad*. Caracas, AIV - CESC, p.264.

acolhidas por Mordechay Ricardo; Abraham de Mesa e Joseph Curiel eram solidários com a causa libertadora, enquanto outros judeus portugueses participaram de maneira ativa como: Samuel Henriques, Benjamin Henriques⁵⁰⁴, David Haim de Moshe Lopes Penha⁵⁰⁵ e também Juan de Sola⁵⁰⁶.

Nos bastidores da Guerra, o papel de Curaçao como terra de exílio político para os venezuelanos foi conhecido, inclusive pelo serviço político exterior português como o prova a correspondência da Legação de Portugal nos Estados Unidos datada de 1849. Com efeito, o Encarregado de negócios, Joaquim Cesar de Figanière e Mourão, notificou Lisboa de alguns acontecimentos na fronteira venezuelana com Curaçao; um dos mais importantes em seu momento, foi a permanência de José Antonio Páez⁵⁰⁷ nessa ilha *depois da accção naval em que Páez perdeu a sua esquadrilha* na guerra entre conservadores e liberais venezuelanos, dos anos 1848-1849⁵⁰⁸.

Quando começou a consolidação da República, aumentou a concorrência pelo mercado venezuelano e os comerciantes holandeses decidiram tomar parte na mesma. Uma presença multinacional de casas comerciais fundadas por estrangeiros converteu-se, segundo indica o historiador Nikita Harwich Vallenilla, num *de los aspectos característicos de la economía venezolana en el siglo XIX*⁵⁰⁹. Alguns holandeses destacam-se neste panorama da primeira metade deste século pois, conseguida a Independência da Venezuela, uma abertura política, comercial e religiosa teve lugar sendo a medida mais evidente a abolição da inquisição em 1821, no mesmo ano que em Portugal. A nova República

⁵⁰⁴ «Henríquez, Benjamín» (Curaçao, c. 1795- d. 1820). Maçã, militar, pedagogo, de origem sefardita. Expulsado de Curaçao pelos discursos políticos em público a favor dos revolucionários venezuelanos. «Henríquez, Benjamín», in: *DHV-FP*

⁵⁰⁵ Arbell (2002), p.160. Carciente (1991), pp.244-245; Frank, Ben G. (2005), *A travel guide to the Jewish Caribbean and Latin America*. Greetna, Pelican Publishing Company, pp.108-109, p.112; Aizenberg (1983), p.30. Cf.: *JewishEncyclopedia.com*

⁵⁰⁶ «De Sola, Juan» (Saint Thomas, 1795-Valencia 1858). Maçã. Militar na Guerra de Independência da Venezuela, jornalista do *Correio del Orinoco*, coincidiu em Angostura com os irmãos Abreu e Lima. Filho do lisboeta Jeudah (João de Isaac) De Sola e Nunes Da Costa e Sara (de David) Ricardo, casados em Curaçao, fixaram-se finalmente em Angostura. Naturalizado venezuelano em 1831, cargos de alta política em jornalismo, fazenda e finanças. «De Sola (Ricardo), Juan (Bartolomé)», in: *DHV-FP*.

⁵⁰⁷ «Páez, José Antonio» (Venezuela, 1790 - Estados Unidos, 1873). Militar, Presidente da Venezuela em 3 ocasiões. Principal figura política entre 1821-1863. Guiou a institucionalização do Estado depois da Independência. Acordou com a oligarquia comercial de Valencia o destino económico do país. «Páez, José Antonio», in: *DHV-FP*.

⁵⁰⁸ ANTTMNE, Cx 557. Estados Unidos. Leg. Washington. De Joaquim Cesar de Figanière e Mourão para Visconde de Castro. Of. N° 4, Nova Iorque, 19-02-1849.

⁵⁰⁹ «Comercio colonial con extranjeros»; e «Casas de Comercio extranjeras», in: *DHV-FP*.

reconheceu a solidariedade sefardita antilhana sobre o papel e, através da legislação, abriu as portas *as merchants, navigators, and entrepreneurs*⁵¹⁰.

Das estratégias empregadas pelos participantes desta abertura, a historiadora Catalina Banko menciona que *los comerciantes holandeses suelen vincularse con el tráfico de Curaçao e Inglaterra y desde los años cuarenta con Ámsterdam*⁵¹¹. Destes holandeses é citado Aarón Méndez Monsanto, de origem judia sefardita. Os Monsanto não foram exceção das práticas seguidas por outros comerciantes: Aarón era sócio de firmas como Pardo e Monsanto, no porto de La Guaira, bem como de duas firmas em Caracas: De León e Monsanto, e Monsanto e Pardo⁵¹².

A família Méndez Monsanto mostrou-se ativa nas três primeiras décadas do século XIX. Em general, a classe económica foi ativa como consequência não só das possibilidades económicas entusiastas, mas também da adaptação à legislação promulgada neste período para consolidar o projeto político do Estado venezuelano. Assim, em 1823, a firma A. M. Monsanto aparece na «Representação do Comércio» enviada ao Intendente pelos negociantes estrangeiros que a assinam. Neste escrito, os comerciantes estabelecidos em Caracas e La Guaira solicitavam *el tiempo necesario y preciso para sellar sus obligaciones* de acordo as novas leis de finanças. Numa tácita mas clara advertência política, eles pediram para salvar *los intereses de los comerciantes de Estados y naciones amigas*⁵¹³.

⁵¹⁰ A legislação escrita não mudou a mentalidade da sociedade de uma forma imediata. Em Coro, antes de terminar a década de 1820, um antagonismo social e económico foi evidente e se materializou em 1831 com escritos da elite comercial crioula da região e pilhagem. Arbell (2002), pp.302-304. Uma situação similar se deu em São Miguel, Açores, contra judeus procedentes de Marrocos, na mesma década. Para rebater argumentos e medidas oficiais prejudiciais, estes judeus recorreram ao tratado comercial com Portugal como garantia de direitos, deveres e benefícios iguais aos comerciantes portugueses, mas em vão. Dias, Fátima S. (1999), «The Jewish Community in the Azores from 1820 to the present», in: Stillman, Yedida K. e Norma A. (Eds.), *From Iberia to Diaspora: Studies in Sephardic history and Culture*. Leiden, Brill, pp.19-34, pp.21-22.

⁵¹¹ Banko (1990), pp.353-4.

⁵¹² Banko (1990), pp.441-443, 472. Ainda que existe o nome Monsanto sem ascendência hebréia, a conexão judia portuguesa entre Cádiz-Ámsterdam-Curaçao-Caracas ou a Ámsterdam-Burdeos-São Tomás-Curaçao-Caracas comprovam o périplo do nome Monsanto entre famílias que tinham um pé no sul de Espanha e outro em Holanda, quando *la ola de represión contra los portugueses, que alcanzó su cota más alta en el decenio 1650-60, había abarrotado las cárceles de la Inquisición de Sevilla, y las de toda España, de reos pertenecientes a la élite de la burguesía portuguesa*. Caldas, Victoria González de (2004), *¿Judíos o Cristianos? El proceso de Fe Sancta Inquisitio*. Univ. de Sevilla, pp.148, 495; Cohen, Judah M. (2004), *Through the Sand of Time: A History of the Jewish Community of St. Thomas, U.S. Virgin Islands*. NE, Brandeis Univ. Press, pp.32-46,258; «Bordeaux», in: *JewishEncyclopedia.com*

⁵¹³ Blanco, José Félix e Ramón Azpúrua (1876), *Documentos para la historia de la vida pública del Libertador de Colombia, Perú y Bolivia*. Caracas, La Opinión Nacional, Vol. IX, Doc. Nº 2296, pp.107-108

Cinco anos mais tarde, o projeto migratório da família assenta-se na Venezuela a julgar pela decisão de dois de seus membros. Na "Lista de extranjeros que han obtenido carta de naturaleza", em 1828, aparecem Antonio e Elías Méndez Monsanto, ambos registrados como holandeses, naturalizados venezuelanos com direito, portanto, à residência no país. Esta decisão foi a resposta dos Monsanto às duas opções que oferecia o Governo venezuelano à imigração para o exercício do comércio. A outra possibilidade era pedir um bilhete de segurança que compreendia uma residência condicionada.

Assim, na lista dos estrangeiros que obtiveram o bilhete de segurança em 1828, aparecem, em ordem decrescente: 57 britânicos, 56 espanhóis, 47 franceses, 26 «ingleses americanos», número que corresponde aos estadunidenses; 14 holandeses, 11 alemães, 5 italianos, 4 dinamarqueses, 4 suíços, 2 haitianos e 2 portugueses. A *Gazeta do Governo* foi publicando listas similares, gerais e para as diferentes regiões do país, dos naturalizados e daqueles que só optaram por residência temporária⁵¹⁴.

A revisão das duas listas detalhadas mostra, assim, dois Méndez Monsanto com carta de naturalização. A presença dos Méndez Monsanto nas listas faz sentido num contexto de reagrupamento familiar motivada pela doença de Aaron Méndez Monsanto e a necessidade de administrar seus negócios. De facto, a sua morte, ocorrida em 1826, motivou a dissolução das sociedades *Monsanto e Pardo*, em Caracas, e a de *Pardo e Monsanto* em La Guaira, que foi dada a conhecer ao público, em Setembro de 1827. Elías foi nomeado um dos liquidadores de ambas firmas, junto a Is. Pardo Jr. e J. M. Monsanto. Em Maio do ano seguinte, a quebra e liquidação de atividades da assinatura A. M. Monsanto teve por inventariantes testamentários a J. M. Monsanto e E. M. Monsanto⁵¹⁵.

Depois das impressões desta família, encontramos sobrenomes lusos inscritos sobre as duas listas mencionadas onde são identificadas as nacionalidades. O português Antonio Acosta obteve sua naturalização em 1828, na mesma altura que o brasileiro José dos Santos

⁵¹⁴ «Lista de los individuos extranjeros que han obtenido de esta jefatura general desde su establecimiento hasta la fecha, la boleta de seguridad de que habla el decreto de 12 de abril último, para poder residir en el país por el tiempo de su buena conducta», in: *Gaceta del Gobierno*, 12-07-1828. A lista para a província de Cumaná indica que 17 estrangeiros obtiveram cartas de natureza, mas não aponta a nacionalidade de origem e não contribui maior informação para detetar os portugueses na fronteira anfíbia de Paria. *Gaceta del Gobierno*, 20-08-1828. Entre os que receberam a boleta de segurança aparecem outros três Monsanto, sem ou com sobrenome Méndez: Frederico, dinamarquês; Martín e Manuel Monsanto, holandeses. Junto a estes últimos, aparecem também os sobrenomes Henriques e Pinheiro (por Pinheiro); destes Monsanto, Henriques e Pinheiro não foi possível fixar uma origem portuguesa. Não entanto, há uma coincidência de nome: *During the colonial period, there were few jewish internal slave traders. More entered the business in the nineteenth century (...) Manuel Jacob Monsanto in New Orleans and his brother Benjamin in Natchez were full-time traders.* Reiss, Oscar (2004), *The Jews in Colonial America*. North Carolina, McFarland & Company, p.88.

⁵¹⁵ Banko (1990), p.441. *Gaceta del Gobierno*, 15-09-1827 e 17-05-1828.

Cardoso. Entre os estrangeiros que esse ano obtiveram o bilhete de segurança que permite a residir no país, estão: José António Laenes e Manuel González. As referências destes três cidadãos de nacionalidade portuguesa indicam claramente a sua residência e atividade na Venezuela desde que se iniciou a consolidação do Estado⁵¹⁶. De seus expedientes se deduz, por um lado, que renunciaram a declarar uma bandeira estranha - Dinamarca, Inglaterra, Estados Unidos ou no caso dos judeus o recurso legal à Holanda - com representação perante o Governo da Venezuela para representá-los e proteger seus interesses; e por outro, que a presença destes súbditos não foi ocasional pois exerciam o comércio conquanto com uma escassa visibilidade comercial⁵¹⁷.

As listas revelam uma emigração da Comunidade judaica que crescia lentamente na direção da Venezuela. Neste contexto, nos anos seguintes aumentou o número de sobrenomes portugueses em Coro, capital estadual venezuelana conectada com Curaçao pela dependência comercial através do porto de La Vela. A história do povoamento de Coro deixou uma marca em 1830 porque, por um lado, esse ano David Hohed foi nomeado prefeito da cidade e, por outro, porque a chegada de 19 famílias, que incluíam 60 pessoas adultas, marcou a entrada de grupos posteriores até se constituir uma comunidade de 160 pessoas em 1848. Assim, o grupo inicial em Coro ficou constituído e enriqueceu com descendentes de famílias como: Abentar, Alvarez, Brandao, Capriles, Correa, Curiel, De Lima, Fonseca, Henriques, Hoheb, Lopes, Maduro, Morón, Peixoto, Pereira, Salcedo, Sênior, etc. Em 1855, o número de judeus em Coro rondava os 300⁵¹⁸.

Este grupo instalado, assim, na fronteira anfíbia noroeste prolongou seu contacto com a costa venezuelana. Este contacto não surgiu nem teve um projeto determinado na origem, a não ser a intenção de aproveitar uma situação de conveniência segundo as circunstâncias: a importação do que Venezuela precisava e a exportação de produtos agrícolas, sendo o cacau um dos itens que os comerciantes judeus mais negociavam⁵¹⁹. Além deste fator externo, um caráter geográfico da ilha motivava a dedicação ao comércio

⁵¹⁶ Entre o Congresso de Angostura (15-02-1821) e o Congresso de Cucutá (30-08-1821) foram promulgados os acordos e a Constituição que unificou a Colômbia, o Equador e a Venezuela na República de Colômbia - ou Gran Colômbia -; Venezuela se separou por decisão do Congresso Constituinte de Valencia (06-05-1830).

⁵¹⁷ Nas fontes consultadas não se encontrou associação destes nomes a empresas ou a atividades profissionais.

⁵¹⁸ Arbell (2002), pp.302-303, 307-309.

⁵¹⁹ Shapiro, Celia D. (2009), «Nation of Nowhere: Jewish Role in Colonial American Chocolate History», in: Grivetti, Louis Evan e Howard-Yana Shapiro (Eds.), *Chocolate: History, Culture, and Heritage*. New Jersey, John Wiley & Sons, p.49.

e a irradiação do mesmo: *Curaçao's soil was not fertile, so the community engaged in shipping, insurance, banking and other commercial enterprises rather than agriculture*⁵²⁰.

Perante estas condições e circunstâncias, a navegação e o comércio apresentavam-se bem como as atividades mais evidentes. Em relação à costa norte próxima a Caracas, as consignações entre casas comerciais funcionavam bem e a região era um polo de atração para o comércio e a população de Curaçao, como se verificou para Trinidad nas rotas em direção ao oeste. É de notar que em Julho e Agosto de 1827, enquanto se ajustava a liquidação das sociedades Monsanto-Pardo, 14 navios de bandeiras dinamarquesa, holandesa e venezuelana, atravessaram a área da fronteira anfíbia de Coro, procedentes de diferentes portos com destino a Caracas, carregados com mercadorias muito sortidas. Alguns chegaram à La Guaira com escalas prévias em Curaçao e Puerto Cabello transportando implementos agrícolas, provisões e vinhos, como foi o caso de uma bombarda nacional e uma escuna holandesa⁵²¹. Este movimento do cais de La Guaira nestes dois meses dá para perceber a estrutura do comércio exterior colmada pelos mesmos produtos primários de exportação e como chegavam a La Guaira géneros não produzidos na região de procedência dos navios, como era o caso da importação de vinhos desde Curaçao, São Tomás e Gibraltar.

Na emigração desde a fronteira de Coro para o oriente de Venezuela, alguns agentes comerciais judeus estabeleceram-se em Barcelona, cidade que já tinha duas famílias em 1844; o número cresceu até formar uma pequena comunidade de 30 famílias poucos anos mais tarde. Então, a colonização pelo cacau de variedade «Trinidad» estava fixando-se no oriente do país, como foi exposto, e garantia um lugar no comércio de exportação do produto. Entre a remigração desde Curaçao, Arbell ressalta a figura de Salomón Pereira destacado como promotor - fundador da Sociedade Benéfica Israelita de Barcelona e pela iniciativa da construção de um cemitério judeu, que recebeu tanto apoio local como ajuda desde Curaçao. Estas iniciativas sociais refletem o alcance de um certo *standard* de bem-estar produto do comércio na zona⁵²².

A dinâmica do povoamento de Venezuela atraiu e facilitou também a instalação de outras comunidades judias portuguesas em outras localidades como Maracaibo e Caracas

⁵²⁰ Ezratty, Harry A. (2002), *500 Years in the Jewish Caribbean: The Spanish and Portuguese Jews in the West Indies*. Baltimore, Omni Arts, p.28.

⁵²¹ «Relación de la entrada y salida de buques maiores en la rada de La Guaira en todo el mes de Julho de 1827», in: *Gaceta del Gobierno*, 10-10-1827; «Relación de la entrada y salida de buques maiores en la rada de La Guaira en todo el mes de Agosto de 1827», in: *Ibidem*, 13-10-1827.

⁵²² Arbell (2002), pp.303, 307.

onde as gerações seguintes atingiram alta figuração pública como foi o caso de Isaac José Pardo, um judeu hispano - português proveniente de Altona, localidade vizinha a Hamburgo, Alemanha, de grande mérito na fundação do Banco Central e dos telégrafos nacionais⁵²³.

Enquanto alguns indivíduos empreendem esta remigração, o grupo judeu sefardita aumenta nas costas do Estado Falcón e expande seus contactos. O contrabando com as Antilhas Holandesas é significativo para o povoamento mais ao norte. Da Península de Paraguaná, em 1848, saem burros, cavalos, carneiros e mulas para as Antilhas. Este contrabando sempre se viu favorecido pela *ineficacia de los resguardos marítimos y terrestres* até tal ponto que, segundo fontes oficiais venezuelanas, essa contravenção é um comércio *que más bien pudiera llamarse franco, como el practicado con la Colonia holandesa de Curaçao*⁵²⁴.

Para o sul, Barquisimeto foi a residência de numerosos comerciantes e arrieiros que, com seus depósitos e pátios, beneficiavam da localização e do entroncamento da rede de comunicações que unia a cidade com as comarcas das regiões díspares de Los Andes e de Los Llanos, isto é com as montanhas e as planícies vizinhas imediatas⁵²⁵. Barquisimeto é a principal cidade localizada na região centro ocidental, que servia de provedora a San Felipe, a cidade do *hinterland* imediato a Puerto Cabello. Este percurso foi revalorizado por projetos de caminhos, estradas e caminhos-de-ferro nos tempos do governo de António Guzmán Blanco⁵²⁶.

A partir da década 1870 observa-se na região uma estreita relação entre povoamento, deslocação de comerciantes e comércio desde a fronteira anfíbia de Coro, passando por Puerto Cabello, em direção a Caracas. Em princípio, o assunto tem que ver com as mudanças na entrada de estrangeiros. A atração de imigração a Venezuela até Dezembro de 1874 teve maior efeito entre espanhóis (1.242 imigrantes) e franceses (1.115); e enquanto os portugueses não apareciam nos registos, os holandeses (5) localizavam-se por trás de italianos (435), alemães (61), britânicos (49), estadunidenses (34), belgas (32), suecos (29), antilhanos (11) e russos (7)⁵²⁷. O que quer dizer que, em relação ao período

⁵²³ *Ibíd*em, pp.307-309.

⁵²⁴ Cunill Grau (1987), Vol. II, pp.1364. Min. de Hacienda (1940), *Memoria*. Caracas, El Ministerio, p.6.

⁵²⁵ Cunill Grau (1987), Vol. II, p.1379.

⁵²⁶ Gormsen, Erdmann (1965), *Barquisimeto: una ciudad mercantil en Venezuela*. Caracas, Arte, pp.53-57.

⁵²⁷ Ministerio de Fomento (1875), *Memoria. Año 1874*. Caracas, Imprenta de La Opinión Nacional.

anterior a 1850, a entrada de holandeses tinha quase parado e o nome português seguia sem aparecer.

Em 1873, no entanto, já Coro tinha perdido importância na região. Puerto Cabello tinha tomado a marca do crescimento comercial. Nesta cidade, em 1874, os 436 comerciantes quase dobravam a ocupação mais próxima entre a população economicamente ativa: os agricultores (239). No que diz respeito aos estrangeiros nesse Porto, nesse ano, os 851 espanhóis colocaram-se no topo da lista; no segundo lugar estavam os holandeses e antilhanos holandeses que alcançavam o número de 759 indivíduos, seguidos por 200 alemães e um grupo de 381 imigrantes de várias nacionalidades⁵²⁸. O Estado Falcón manteve, ainda assim, uma considerável concentração de holandeses: em 1881, eles eram 1.273, *quedando cubiertos bajo esta rúbrica una gran mayoría de antillanos de Curaçao, Aruba y Bonaire*⁵²⁹. Este número demonstra a existência de uma minoria não antilhana, entre a qual poderiam contar-se os portugueses sefarditas chegados da Europa, via Curaçao, e de outras regiões⁵³⁰.

É interessante destacar que o Censo nacional de população da Venezuela, de 1891, registou 38.000 estrangeiros no país. Esta descrição detalhada da matrícula mostrava 13.000 espanhóis, 11.000 colombianos, 6.000 ingleses e a seguir os 3.600 holandeses. Outros 4.400 estrangeiros não são diferenciados no Censo contando-se entre eles os portugueses que, como se verá mais adiante, já circulavam pelo país nessa altura. Aliás, se bem que os Portugueses não figurassem entre estas nacionalidades discriminadas, é possível que alguns deles estivessem presentes na imigração recenseada neste ano que se concentrou, cerca de 50%, na região de Coro e Puerto Cabello⁵³¹, devido a integração comercial nesta fronteira anfíbia.

Na década de 1870, verificou-se a concentração do comércio judeu-português na fronteira de Coro orientado para região centro-noroeste da Venezuela. Segundo o geógrafo Cunill Grau, as casas comerciais que estavam consolidadas na cidade de Coro, em 1875, mantinham laços comerciais diretos com Europa. Nesta altura, o comércio já se tinha tornado triangular entre: Curaçao e Aruba, La Vela de Coro e La Guaira. Mas em Puerto Cabello foram-se formando comunidades de estrangeiras bastante prósperas formadas, fundamentalmente, por comerciantes e agentes de empresas navegadoras. A prosperidade

⁵²⁸ Chitty, J. A. A. (1975), *Historia de Puerto Cabello*. Caracas, B.Caribe, p.74; Cunill (1987), Vol. II, p.1453

⁵²⁹ Cunill (1987), Vol. II, p.1324.

⁵³⁰ Goldish, J. C. (2009), *Once Jews: Stories of Caribbean Sephardim*. Princeton, Markus Wiener Pub., p.85.

⁵³¹ «Inmigración», in: *DHV-FP*.

comercial refletiu-se na cidade na década de 1850, quando obras, pequenas e grandes, de estrutura básica e de ornato, tiveram início para construir espaços condizentes com a elite económica que se estava a formar na sequência das funções comerciais agroexportadoras da cidade⁵³².

Além disso, Puerto Cabello acompanhou a especialização de Curaçao quando se converteu numa escala quase obrigatória para os alemães que vinham de Europa ou do ocidente da Venezuela. Muitos alemães chegavam a Curaçao provenientes de Maracaibo, onde o comércio com as cidades hanseáticas ia em aumento graças ao impulso do café. Este comércio alemão vinculava também Maracaibo, Curaçao, como escala intermediária de viajantes, com o *hinterland* de Puerto Cabello, onde muitos hanseáticos tinham propriedades agrícolas e de veraneio⁵³³. Esta é uma das razões para eles constituírem o terceiro maior grupo de estrangeiros nesse porto.

A exportação venezuelana não variou na sua estrutura em relação aos anos anteriores, enquanto das Antilhas chegavam mercadorias de toda espécie. De acordo com o geógrafo Cunill Grau, entre 1873 e 1874, os 10 principais produtos que saíram por La Vela de Coro com destino a Curaçao, foram: café, couros de bodes, dividive, milho, pau de tintura (pau Brasil), rapadura, pescado, lã, lenha e casca de laranja. Os registos de import - export de Puerto Cabello não registam variação em quanto aos produtos⁵³⁴.

O contribuição do comércio exterior a este comércio triangular também se intensificou; o interesse na área chamou a atenção das companhias navegadoras internacionais, a tal ponto que propuseram planos estratégicos e soluções políticas para melhorar sua operatividade nas rotas que comunicavam a Europa com Curaçao e Venezuela. Efetivamente, em 1895, a linha *Knotts Prince Line* considerou conveniente incorporar uma escala para o novo itinerário de seus vapores que passariam então a tocar em Funchal, seguindo depois para a Venezuela, o que representa mais uma possibilidade de conexão direta desde Portugal. A Knotts tinha escala fixa na Venezuela desde há muitos anos e seus interesses eram atendidos por seu agente marítimo Rivas, Fenshon & Cº, com sucursais em Puerto Cabello, Caracas e Curaçao.

⁵³² Cunill Grau (1987), Vol. II, pp.1477-1487.

⁵³³ Troconis, Yolanda Pacheco (1999), «La inmigración alemana por Puerto Cabello en los años Guzmancistas», e Xavier, António de Abreu (1999), «Vivencias de una Hamburguesa en Maracaibo», in: Rodríguez, José Ángel (Ed.), *Alemanes en las regiones equinocciales*. Caracas, Alfadil- Comisión de Estudios de Postgrado/UCV- Alexander von Humboldt Stiftung, pp.95-203 e pp.204-223, respect.

⁵³⁴ Cunill Grau (1987), Vol. II, pp.1327, 1324, 1329, 1352, 1454, 1488. Dividive: semente da *Caesalpinia coriaria* empregada no curtume de couros.

Como estratégia de mercado, a Linha tinha por intenção competir nos embarques tanto de mercadorias como de passageiros desde Madeira. No entanto, como no citado porto de Funchal não se achava nenhum funcionário devidamente autorizado pela Venezuela para o despacho de navios, os agentes comerciais não tinham podido até esse ano abrir relações diretas. A solução para este obstáculo era a nomeação de um agente venezuelano. Um pedido contendo tal proposta foi formulado posteriormente através dos canais regulares da política externa que, nesta altura, estavam estabelecidos ao nível consular entre os dois países. António Ferreira de Serpa, cônsul de Venezuela em Lisboa, foi o primeiro a ser contactado. Assim o sugere Eliseu de Sousa Drummond, o agente da *Knotts Prince Line* em Funchal, que anexou uma referência credenciada pelo cônsul Ferreira de Serpa à sua candidatura para o lugar vice-cônsul da Venezuela na Madeira, em 1895⁵³⁵.

A concorrência por esta rota desde a Europa que fazia escala nos portos de La Guaira, Puerto Cabello e Curaçao, numa viagem, mostrou-se produtiva como se pode verificar pelo incremento do número de companhias de navegação que intervieram nela. Em Março de 1909, estavam navegando essa rota: a Fredick Leyland & Cº, com partida em Liverpool, La Veloce Navigazione Italiana, que saía de Genova, e a Koningglikje Wets Indische Maildienst, desde Holanda⁵³⁶.

Segundo a *Jewish Encyclopedia*, para 1905 em relação a Curaçao e as «West Indies», *the trade is almost entirely in the hands of Jews*. Os estudos de Mordechai Arbell sobre este processo indicam que a direção deste comércio se foi concentrando em Caracas *as a result of internal political upheavals*. Nesta fase de concentração, *Portuguese Jews of Caracas came from small communities in Venezuela. With the move to the capital, they could attain higher level posts in the government press, and commerce*⁵³⁷. A indicação de Arbell é um índice de que a origem nacional destes imigrantes chegados a Caracas era tomada em consideração. Não obstante, ao começar o século XX, uma mudança começou a observar-se na mobilidade e identificação dos portugueses, aspeto corroborado por anúncios na imprensa e discursos da época.

⁵³⁵ AHMPRE, AA. Portugal, Vol.I, F. 180 com anexos. Carta de Rivas, Fensohn & Cº para MRE. Caracas, 8-Janeiro-1895. Anexo: Carta de Eliseu de Sousa Drummond para MRE. Funchal, 1-11-1895. Na leitura do processo da Rivas, Fensohn & Cº no fundo «Archivo Antigo», tudo indica que os seus assuntos passaram logo a ser arquivados em outro fundo.

⁵³⁶ AHDMNE, Cx 723. Índias Ocidentais. De Montbrun para MNE. Processo s/nº, Porto de Espanha, 11-09-1909. Relatório consular, Ano fiscal 1908-1909.

⁵³⁷ Arbell (2002), pp.308-309; «West Indies», in: *JewishEncyclopedia.com*

Em relação ao primeiro assunto, Maria José Soares destaca a importância dos anúncios na imprensa de Madeira. Na sua análise, Soares distinguiu que as saídas de Madeira com «Destino Curaçao» moldavam-se no contexto da *emigração maciça para o Brasil, para as Guianas... Trinidad*, um contexto que os jornais refletiam *noticiando a escala de navios holandeses no porto de Funchal com destino às Índias Ocidentais*, em 1911. Notícias neste estilo e avisos a encorajar as saídas se repetiram nos anos seguintes chegando Soares a identificar anúncios similares a inícios de 1930⁵³⁸.

Este tipo de anúncios devia incitar a emigração para os destinos publicitados. Os anúncios, o seu conteúdo informativo e a frequência da sua publicação eram imagens aliciantes para estabelecer comparações com a realidade insular. A emigração, que era a razão por detrás da publicação dos anúncios, ganhava valor frente às péssimas condições estruturais da Ilha cuja perspetiva socioeconómica também não entusiasmava. Daí a eleição preferencial de destinos já provados por outros emigrantes ainda que os alertas, como os lançados desde o Consulado em Trinidad, advertissem o Governo em Lisboa e no Funchal sobre os deslocamentos de madeirenses em busca de trabalho, muitas vezes em vão⁵³⁹.

No outro lado do Oceano, do mesmo modo que comerciantes de outras nacionalidades⁵⁴⁰, os portugueses dedicaram-se a percorrer vários recantos do país. Segundo documenta o jornal regional venezuelano *El Comercio*, em Março de 1913, dois portugueses chegaram à cidade de Maracaibo a bordo do vapor «Progreso», procedentes do porto fluvial de Encontrados⁵⁴¹. Estes portugueses eram Francisco Santos e Carlos da Costa Gomes, que reviviam os trajetos conhecidos como rotas de comerciantes alemães de café que uniam o interior do país com o mundo exterior⁵⁴². A localidade de Encontrados era um ponto intermédio do trânsito de víveres. Em direção a Maracaibo, saíam os produtos dos vales de Cúcuta, na Colômbia, e do sul de Los Andes venezuelanos, destinados à exportação; na direção contrária, chegavam os géneros importados e nacionalizados no

⁵³⁸ Soares, M. José (1985), «Destino Curaçao», in: *Atlântico*. Funchal, Nº 2, Verão 1985, pp.114-119, p.115.

⁵³⁹ Depois de uma rápida olhadela aos 3.693 passaportes emitidos entre 1872 e 1920, com intenção de viagem ao Caribe e norte da América do Sul, a emigração madeirense tendia, de preferência, para: Demerara (3.463 pasaportes) e Trinidad-Antilhas (430). Os restantes 70 destinos eram: Suriname (32), Antigua-Antilhas (20), Antilhas (6), Berbice (4), Venezuela-Caracas (3), Cuba (3), Bermudas e Jamaica (1 c/u). ARM, Livros de Passaportes, 1872-1920.

⁵⁴⁰ Cf.: Para a presença de comerciantes estrangeiros no interior do país, em especial alemães e italianos: Gross (1989); Lucas, Gerardo, *La industrialización pionera en Venezuela: 1820-1936*. Caracas, UCAB.

⁵⁴¹ «Pasajeros» in: *El Comercio*, 13-03-1913, p.3.

⁵⁴² Cf.: Rode (1993), p.201. Não fomos a procura duma possível relação entre Carlos da Costa Gomes com quem em anos posteriores foi o líder do *Curaçao Catholic Party*, Moises Frumencio da Costa Gomes (1907-1966), mas deixamos o dado como amostra da existência do sobrenome no Curaçao.

porto de Maracaibo de onde eram reembarcados para Encontrados e daí para essa zona do interior. Santos e Costa Gomes circulavam pelas rotas comerciais que uniam a região ocidental, onde segundo referimos se fixou uma alta percentagem de imigração e se concentrou grande parte do comércio exterior, com a fronteira anfíbia de Coro. De facto, o primeiro continuava a viagem no vapor «Venezuela» para La Guaira e o segundo para Curaçao.

As referências de viajantes portugueses, que partindo de regiões interiores da Venezuela se dirigiam a Curaçao ou atravessavam a fronteira anfíbia de Coro, juntam-se às histórias do fluxo de imigrantes na região nordeste da Venezuela, na fronteira anfíbia de Paria. Ambos os movimentos coincidem na região central, na costa entre Puerto Cabello e La Guaira, com deslocamentos na direção oeste, tal como referem Soares, o Cônsul Montbrun e os destinos declarados nos passaportes de Madeira, e na direção leste, como testemunham Santos e Costa Gomes. O conjunto permite inferir que, além da comunidade de judeus sefarditas, na Ilha holandesa se tinha formado outro grupo de ascendência portuguesa, ainda que pequeno ou pouco visível, que no começo do século XX se dedicava ao comércio com a Terra Firme. Semelhante comércio fazia pensar no governo dessa colônia *por muchos aspectos como una sucursal de la Prefectura de Caracas*⁵⁴³.

De forma concludente, o nome lusitano estava incorporado ao importante papel do comércio na relação política que mantinha a administração de Curaçao com a Venezuela. Esta era a conclusão a que tinha chegado José Ignacio Cárdenas, o ministro plenipotenciário da Venezuela em Amesterdão, a partir da leitura de umas declarações de W. G. E. D'Artillac Brill em 1924, ministro plenipotenciário do Reino dos Países Baixos em Venezuela.

O Ministro Cárdenas resumiu estas declarações, que foram divulgadas no jornal de Amesterdão, *De Tijd*, onde o Ministro holandês Brill discursou com eloquentes palavras a propósito dos investimentos financeiros e industriais que seus concidadãos realizavam em Venezuela. A estratégia do discurso tirou o melhor dos laços históricos do conglomerado social holandês com a região, com o fim de inspirar a coerência do leitor com os factos que o Ministro descrevia; dos comentários de Cárdenas se infere que tal coerência resultava agradável de ler ao governo venezuelano, em particular, depois de ter sido superado o impasse diplomático entre as duas nações quando o bloqueio naval a Venezuela de 1902-

⁵⁴³ Pocaterra, José Rafael (1990), *Memorias de un venezolano de la decadencia: Castro, 1899-1908, Gómez, 1909-1919*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho, Vol. I, p.113.

1903. Assim, as declarações ficaram num contexto histórico e socioeconómico silenciando os acontecimentos políticos.

Brill mostrou ser um político consciente de que este fluxo financeiro e comercial estava sustentado não só na capacidade de Holanda, comprometida em iniciar um avanço económico, mas também no impulso das suas forças produtivas nos territórios holandeses, neste caso em particular, no impulso da população de Curaçao. Desta perceção sobressai a importância que Cárdenas atribui às declarações do Ministro plenipotenciário holandês sobre o papel de Curaçao como intermediária na relação com Holanda. Destas declarações destaca-se também o mérito e o reconhecimento que Brill outorga ao nome português como parte das forças que promovem os investimentos de seus concidadãos. De facto, o Ministro reconhece que

Fuera de esta colonia especialmente neerlandesa, es necesario no olvidar la de Curaçao que se compone principalmente de comerciantes eminentes los cuales a pesar de sus apellidos portugueses tienen grandes simpatías por los Países Bajos. Ellos constituyen un grupo notable en la vida social de Caracas. Caracas es la Meca de los habitantes de Curaçao. No sólo tienen en esta ciudad sus relaciones comerciales sino también las de familia; y es el lugar por ellos escogido para sus vacaciones y recreos⁵⁴⁴.

Assim, em 1924, 16 anos antes que o cônsul Mário Duarte, o Ministro plenipotenciário holandês Brill reconheceu que *a história dos portugueses em Curaçao anda ligada à imigração dos judeus* e que a história de alguns *apellidos portugueses* em Caracas anda ligada àquela história. No entanto, a estreiteza dos laços dos portugueses com a Venezuela, através da fronteira anfíbia de Coro, ainda mal começara à sombra dos investimentos que referia o Ministro holandês. Investimentos que foram orientados para o recurso energético em voga: o petróleo. Desta forma, continuou a consolidação de um fluxo migratório para Venezuela que, como se verá, foi objeto de planos e projetos canalizados pela via diplomática e política.

⁵⁴⁴ AHM (1971), «Informe de José Ignacio Cárdenas a J. V. Gómez sobre artículo publicado en *De Tijd*. Ámsterdam, 7-6-1924», in: *Boletín-AHM*. Caracas, AHM, Janeiro-Junho 1971, N° 68, pp.252. «Cárdenas, José Ignacio» (Venezuela 1874 - Argentina 1949). Médico y diplomático en Europa (Francia, Alemania, Holanda, España). Considerado como el «cerebro policial» de la dictadura de Juan Vicente Gómez, en el exterior; in: *DHV-FP*.

2. Comércio indirecto de produtos agrícolas e manufacturados. Presença das mercadorias e dos comerciantes portugueses na Venezuela.

Os agentes officiosos e os agentes officiais trabalharam conjuntamente, em mais de uma ocasião, para aproveitar as brechas da política e conduzir o fluxo comercial em direção aos seus interesses. Os agentes e firmas comerciais, bem como empresas navegadoras associaram os seus interesses aos interesses dos homens que se encontravam à frente do poder administrativo e que, portanto, estavam em melhor posição para perceber algumas oportunidades comerciais resultantes das decisões officiais em política económica. Nalguns casos, não bastou a mera associação de interesses por vontade e benefício próprios dos agentes officiosos, que eles também foram chamados pelas instâncias officiais a servir de testa-de-ferro em operações comerciais que, em não poucas oportunidades, lesavam os regulamentos ditados para regular a matéria económica.

A associação dos agentes foi uma das estratégias usadas para enganar o proteccionismo e as situações de conflito internacional que foram frequentes durante os primeiros anos do século XIX. Para pôr em prática os seus objetivos, os agentes recorriam a manobras que, no final, facilitavam o trânsito de mercadorias, o consumo de géneros estrangeiros limitados, ou inclusive vedados por algum tipo de legislação, e o conhecimento ou, pelo menos, a associação do nome dos produtos e a nacionalidade dos agentes com a região de origem. Em tempos do monopólio colonial americano, a associação de interesses conseguiu enganar os éditos imperiais sobre o comércio e, as inimizades político-militares da época obtendo benefícios do tráfico, legal e ilegal, de marcas, originais ou não, aproveitando as particularidades dos mercados e a fama dos produtos.

A estratégia utilizada para promover o comércio aproveitou, sem dúvida, os fluxos comerciais bilaterais dos tempos coloniais. A política monopolista para as possessões americanas das coroas europeias, como as de Portugal e Espanha, tentava superar as dificuldades que impunham as distâncias do comércio transatlântico fixando a obrigatoriedade das colónias em negociar com suas metrópoles. Com esta imposição, as coroas peninsulares europeias tentavam aproveitar a importante e abundante produção de seus imensos domínios ao mesmo tempo em que forneciam os produtos metropolitanos à população aí residente. No entanto, a exclusividade comercial não impediu que os habitantes da América espanhola e da América portuguesa, imbuídos do gosto europeu mais diverso, tentassem adquirir nas regiões próximas a variedade e qualidade de produtos que outras nações europeias ofereciam nas suas possessões no Novo Mundo.

Assim, neste pressuposto gravitacional, a associação de interesses dos agentes oficiais e oficiosos circulou em torno do comércio realizado através de rotas indiretas e a partir de portos vizinhos intermediários como complemento informal, às vezes formal, do monopólio colonial. O comércio assim organizado atingiu as relações comerciais entre Portugal e a Venezuela, no sentido que os cidadãos e os produtos portugueses circularam por território venezuelano. Este fluxo comercial é, não obstante, inexistente nas estatísticas oficiais de ambos países durante vários anos. Os produtos portugueses só são possíveis de identificar quando existe uma clara indicação da origem das cargas ou se encontra alguma menção ao consumo. Noutros casos, a semelhança da produção ibérica, o comércio indireto e a falsificação dificultam avaliar o peso do volume neste fluxo comercial relativamente a cada um dos países. A seguir, vamos então à procura tanto dos agentes que empreenderam ações nesta época de desajustes e associação de interesses, bem como das possíveis conexões que existiram entre eles à luz das possibilidades comerciais entre os dois países.

A. Fluxo comercial e política em Sarmento

As referências a este fluxo e à estratégia incorporadas na relação comercial Portugal - Venezuela ultrapassam fronteiras e remontam no tempo até final do século XVIII⁵⁴⁵. O comércio tornou inevitável o contacto dos mercadores com as regiões vizinhas e facilitaram a aprendizagem da geografia e da política económica compactando todo um conhecimento útil para reconhecer e aproveitar as circunstâncias e as oportunidades do momento. O lisboeta Francisco Cavaleiro Sarmento foi um destes comerciantes⁵⁴⁶.

Em 1782, este *aulista matriculado na Aula do Comércio* desejando tornar-se independente como proprietário e capitão de navio mercante fez um requerimento à Junta de Comércio para obter o correspondente passaporte, declarando dispor de *alguns fundos efetivos e algumas cartas de significantes créditos para estabelecer o seu comércio e comprar uma embarcação na Ásia para este fim*⁵⁴⁷. Porém, a Junta, que informara a rainha Maria I deste requerimento, por prudência não considerou tal solicitação porque no seu entender o navio seria pago *o seu preço em letras de risco para serem satisfeitas nesta capital, com o produto dos fretes e valor do mesmo navio*⁵⁴⁸. No parecer dos quatro

⁵⁴⁵ Abreu Xavier (2007), pp.19-28. O estudo de Miguel Acosta Saignes (1959) está praticamente consagrado à história dos portugueses na época colonial da Venezuela.

⁵⁴⁶ «Caballero Sarmento, Francisco», in: *DHV-FP*.

⁵⁴⁷ Arquivo Histórico Ultramarino - Instituto de Investigação Científica Tropical (AHU), «Da Junta do Comércio sobre o pedido de Francisco Cavaleiro Sarmento para se lhe passar passaporte para um navio que pretende adquirir». Lisboa, 22-03-1782.

⁵⁴⁸ *Idem*.

membros da Junta assinantes do documento, esta operação de compra a crédito por parte do jovem lisboeta de 25 anos acarretava um desejo de aventura, de independência comercial e de compromisso da imagem política do Reino que seria negativa, nomeadamente no movimento da bolsa de Lisboa⁵⁴⁹. Este julgamento cortava portanto as iniciativas dos jovens graduados das aulas de comércio da mesma Junta quando a razão destas era contribuir para fomentar o *aumento em que se acha a navegação portuguesa* e em consequência os negócios do Reino⁵⁵⁰.

Além disso, o julgamento impunha um handicap social sobre os jovens desprovidos de cabedais e créditos competentes para merecerem a confiança do público, pois um novo comerciante ao carecer destes meios desestabilizava *a boa regulação das praças mercantis* do Reino, o que ia portanto em detrimento do estatus e do grémio comercial⁵⁵¹. De facto, o parecer da Junta expande-se em explicações e dá a entender, entre linhas, que a confiança do público está orientada para comerciantes já experientes nos negócios e que os comerciantes inexpertos e insolventes não garantiam o comércio, pois perante os riscos iniciais, os jovens empreendedores, ao carecer destas *qualidades requeridas e ordenadas*, podem ser objeto de abusos dos credores ou de estrangeiros interessados em comprar um barco embargado. Semelhante pessimismo ao ditar de antemão o falhanço de Sarmiento e o receio de ter estrangeiros proprietários de barcos com bandeira portuguesa, obedeciam na realidade à constatação do estado do comércio nacional e dos comerciantes já estabelecidos e apoiados pela atitude protecionista da Junta.

Não pretende este trabalho saber se esta medida da Junta foi aplicada com o fim de proteger um ou vários dos seguintes aspetos: o comércio de per si; a distribuição dos lucros do ajustado mercado lisboeta entre os negociantes já bem estabelecidos; ou as ajudas que estes podiam garantir aos seus familiares para se iniciarem no comércio. Na realidade, o que aqui interessa é seguir os resultados desta decisão em particular e a forma como ela conduziu a um empreendedor português a entrar na história da Venezuela.

O contexto comercial lisboeta não se apresentou favorável a Cavaleiro Sarmiento que decidiu emigrar para começar uma vida empresarial e de contactos políticos que levá-lo-iam a expandir seus negócios entre Europa e América, chegando a ser uma destacada figura pública na Venezuela. Após a representação da Junta de Comércio de Lisboa, em

⁵⁴⁹ Baseada nas *Reais Providências* de 2-11-1770, a Junta fez votos *para efeito de atalhar o abuso de se animarem homens sem cabedal, nem crédito a empreenderem navegações para os portos da Asia, e a procurarem a fortuna nos créditos sem outro penhor mais que o da reputação do nome Português*. Idem.

⁵⁵⁰ AHU, «Da Junta do Comércio sobre o pedido de Francisco Cavaleiro Sarmiento...»

⁵⁵¹ *Idem*

1782, seu périplo continua no arquipélago das Canárias, onde após um breve período já tinha estendido pontes com Filadélfia: em 1784, atua como intermediário entre José Lugo Vinha, comerciante natural das Canárias, e o comerciante Thomas Giese; no ano seguinte, negocia com Francisco Lugo uma rica carga procedente da ilha de Tenerife e acha-se casado com Catalina Craig⁵⁵². A sua atuação entre 1782 e 1785 leva a pensar que durante este tempo o jovem Aulista de Lisboa tomou conhecimento de algumas estratégias, tanto sociais como políticas, praticadas pelos ingleses radicados nessas ilhas espanholas no seu comércio com as províncias de América do Norte, noções que depois aplicará em seu benefício.

Uma destas práticas consistia em satisfazer interesses comerciais e de bem-estar a partir da interligação entre vários indivíduos quando estes tinham interesses comuns. Neste ambiente de trabalho, a formação individual nos negócios familiares adquire relevância. Sarmento esteve em contacto direto com este costume que implicava, além disso, permanecer unido a uma família de negociantes e à sua rede de parentes, tal como era a prática de alguns clãs ativos na relação comercial entre a Península Ibéria, Madeira, Açores, Canarias e América⁵⁵³. Em particular, Sarmento juntou-se a um grupo de comerciantes livres atraídos pelo tráfico de mercadorias, tal como o faziam famílias británicas e que tinham conseguido estender redes comerciais em várias direções principalmente desde os portos de Grã-Bretanha, com Baltimore, Boston, Filadélfia, New York e outros do norte de América, mas também com Cádiz, Funchal, Gibraltar, Jamaica, Lisboa, Málaga, Martinica, etc., um tráfico do que beneficiavam os produtores canarinos que tinham assim saída a sua produção⁵⁵⁴.

⁵⁵² Hernández González, Manuel (2004), *Comercio y emigración en América en el siglo XVIII*. Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea, p.98. Rixo, José Agustín Álvarez (2008), «Noticias biográficas de algunos isleños canarios», in: *Estudios históricos*. Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea, pp.46-47.

⁵⁵³ Enquanto Sarmento atendia seus negócios em Canárias, seu filho Diogo correspondia-lhe em Filadélfia. Os descendentes de Sarmento são prova da estratégia matrimonial de famílias comerciantes: uma filha tinha casado com Eduardo Barry, natural de Tenerife, herdeiro de uma fortuna obtida da atividade mercantil e da venda de escravos. Uma neta de Sarmento, Jane Josephine Sarmento, viúva de John C. Craig, casou um filho de Nicholas Biddle, político e intelectual, diretor do segundo banco dos Estados Unidos, genro de John Craig, o sócio de Sarmento. Hernández González, Manuel (1991), «Francisco Caballero Sarmento, un empresario al servicio de la contrarrevolución en Venezuela, 1806-1819», in: *Revista de Indias*. Madrid, Vol. 51, N° 192, pp.375-396, p376. Hernández González, Manuel (1989-1990), «Comercio hispanoamericano e ideas afrancesadas; en torno a la polémica entre Valetín de Foronda y Francisco Caballero Sarmento en Filadelfia, 1808-1810», in: *Cuadernos de Investigación Histórica*. Madrid, Seminario Cisneros-Fundación Universitaria Española, Vols, 12-13, pp.93-102, pp.93. Rixo (2008), pp.46-47.

⁵⁵⁴ Fernández, María Nélica García (2005), *Comunidad extranjera y puerto privilegiado: los británicos en Cádiz en el siglo XVIII*. Univ. de Cádiz, p.39. “Gráfico 3. Red Cádiz – Lisboa – Madeira”, p.148.

Sarmiento experimentou a afinidade entre os interesses políticos e interesses económicos nas Canárias. Nesta afinidade, os contactos das redes familiares incluíam tanto a elite económica como a autoridade político-administrativa, pois ambos os grupos locais estavam conscientes das deficiências da estrutura do comércio, relativamente á variedade e quantidade de produtos, não só das Canárias, mas também madeirense, devido quer aos éditos metropolitanos, quer à limitada capacidade produtiva das ilhas. Esta situação era em parte contornada a partir da informação que circulava entre as entidades oficiais, os comerciantes locais e os estrangeiros, como se verá a seguir.

Um exemplo destas estratégias é o caso do irlandês Alejandro French estabelecido em Tenerife antes da chegada de Sarmiento. Este capitão franco-maçom traficava em seus barcos vinho das Canárias, que vendia em Boston como ‘Madeira’ a preços bem mais baratos do que os preços da escassa oferta dos originais, declarando o Funchal como o porto de destino e saída nos manifestos que entregava às autoridades na América. French era um dos capitães irlandeses empregados como testa-de-ferro por empresas mercantis onde tinham participação funcionários públicos, como era o caso da constituída por Francisco José de Emparán, Governador, Capitão Geral e Presidente da Real Audiência das Ilhas Canárias, com os Marqueses de Celada e Torrehermosa, para escapar-se às restrições e proibições de vinhos das Canárias a favor dos açorianos e madeirenses, previstas nas Actas de Navegação inglesas e promulgadas para favorecer a sua marinha mercante e controlar a estrangeira, durante o século XVIII e parte do XIX⁵⁵⁵.

Estes falsos Madeiras traduziam-se numa excelente compra para os comerciantes na América do Norte, tanto pelo benefício obtido depois na sua revenda no comércio local, a preços que não se correspondiam com o valor do produto original, como pelo alcance da troca internacional, pois os norte-americanos estavam inseridos no comércio de reexportação que tinha lugar em vários portos do mundo atlântico. De facto, estes comerciantes colocavam os seus produtos nas colónias europeias na América, em particular nas ilhas caribenhas que eram portos de depósito e reexportação de mercadorias de todas partes do mundo, ou nas colónias espanholas diretamente. No comércio com o arquipélago das Canárias, a mercadoria dos Estados Unidos não ficava nessas ilhas pois uma vez

⁵⁵⁵ Sánchez, Manuel A. de Paz (1984), *Historia de la francmasonería en las Islas Canarias (1739 - 1936)*. Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp.19-58.

desembarcada em Tenerife, ou outra ilha do arquipélago, alguns destes géneros destinar-se-iam à Madeira⁵⁵⁶.

O sistema comercial assim instalado ligava o mundo atlântico e neste se insere Sarmiento. Este caso exemplifica o contexto no qual se podia se iniciar um comerciante numa época de proteccionismo e monopólios coloniais e, pelos vistos, os contactos eram um assunto essencial. Sarmiento destacar-se-ia em ambos aspetos. Na ilha de Tenerife encontrava-se precisamente Manuel José Alvares Pereira, um comerciante que é também reflexo do fenómeno migratório interno português e que procurou sair das aldeias do interior do país para depois emigrar, o que sucedia também em Espanha onde as Canárias eram um ponto de escala no caminho à América Espanhola⁵⁵⁷.

Alvares Pereira, originário de Chaves, em Trás-os-Montes, residiu e trabalhou primeiro na Madeira, sob a tutela de dois tios dedicados ao comércio e com amplos contactos políticos, inclusive um deles exerceu as funções de vice-cônsul do Reino de Nápoles nas Canárias; a partir do Funchal passou a Tenerife onde os seus tios tinham também negócios, e depois seguiu para o Brasil enquanto seu irmão José Joaquim se deslocou para Cuba. Manuel José regressou posteriormente a Tenerife e foi procurador da empresa de Sarmiento que ficou assim com uma porta aberta no Continente e outra na Madeira pelo contacto do Alvares Pereira com os seus tios. Em 1789, Sarmiento era já amplamente conhecido como exportador de vinhos e *importador de cereales y harina desde Estados Unidos a Canarias y su posterior importación a Cuba y resto de la América Española*⁵⁵⁸. Além disso, Sarmiento fez amizade com o Marquês de Branciforte, Miguel de la Grúa Talamanca, que foi Capitão geral das Canárias até esse ano, e era cunhado de Manuel Godoy e Álvarez de Faria, Primeiro-ministro do rei espanhol Carlos IV. Ter procurador e nome feito bastava para esperar um futuro promissor e, de facto, ambas referências lhe mereceram o reconhecimento da elite comercial de Tenerife para viajar para a América setentrional com o fim de promover sua Casa comercial e os interesses desta ilha⁵⁵⁹.

⁵⁵⁶ Hernández González, Manuel (1995-96), «El comercio canario-norteamericano y la exportación de harinas a Cuba en el siglo XVIII», in: *Vegueta*. Univ. de Las Palmas de Gran Canaria, Anuario de la Facultad de Geografía e Historia, N.º 2, pp.81-101, pp.96-97 (Consulta: 17-4-2011, in: <http://acceda.ulpgc.es/bitstream/>)

⁵⁵⁷ Serrão (1982), pp.45-48.

⁵⁵⁸ Ramón, Bernardo Cabo (2010), «El Sitio Luna y el templete de los Renshaw, en Lomo Nieves», in: *Puerto de la Cruz, sus gentes y sus cosas*. (Consulta: 19-6-2011 in: <http://bernardocabo.blogspot.com/search/label/>).

⁵⁵⁹ Rixo (2008), pp.10-11, 13-14. González, Manuel Hernández e M. Paz Sánchez (1986), «Francisco Cavaleiro Sarmiento. Noticias sobre un comerciante ilustrado», in: *Anuario de Estudios Atlánticos*. Madrid - Las Palmas, No. 31, pp.457-476.

Sarmiento estreitou também os laços comerciais com a família de sua mulher em Filadélfia, cidade onde desistiu da sua fascinação pelo comércio com o Oriente vistas sua decepção lisboeta e a suspensão de um embarque que já tinha preparado em 1792, devido à oposição da Companhia de Filipinas. Desde então seu interesse centrou-se no comércio europeu - americano e nos benefícios económicos que obtinha a navegação neutral no meio das guerras entre as potências imperiais e os interesses dos monopólios⁵⁶⁰.

Sua atividade e os produtos que negociava converteram-se num claro exemplo de uma parte da estrutura comercial do mundo atlântico. Dos seus negócios anteriores ao século XIX conta-se a tentativa, em 1792, de negociar com as Filipinas – exportar vinho das Canárias e importar mercadorias – comércio a que se opôs a Companhia de Filipinas cujo interesse *residía en el vino de Madeira que, según ella, era el que se consumía allí bajo la denominación de Lotación de Asia*⁵⁶¹. Depois, virou-se para a América; de seus negócios e destinos entre 1802 e 1803, podem-se mencionar: barrilheira para a produção de soda e vinhos de Canárias em destinados aos Estados Unidos; desde aqui, milhares de barris de farinha e tábuas para a fabricação de caixas de açúcar, com rumo Cuba e Caracas; tábuas, vigas, aduelas e arcos de pau com destino a Cuba; cacau e café de Venezuela; açúcar e melaços desde Cuba para os mais diversos portos⁵⁶².

Entretanto, Sarmiento tinha conseguido ser nomeado agente espanhol comissionado em Filadélfia para liquidar e cobrar as dívidas do Real Erário nas expedições de comerciantes neutrais nos portos coloniais espanhóis na América. Além disso, a sua amizade com o Marquês de Branciforte rendeu-lhe frutos depois de este ter deixado em 1798 o seu mais recente cargo: Vice-rei da Nova Espanha. Os negócios com Branciforte levariam o português Sarmiento a fixar-se na Venezuela debaixo de condições que só podiam ser oferecidas nas circunstâncias político-económicas da altura: o monopólio da farinha em Venezuela amparado na concessão de comércio neutro.

Efetivamente, em 1803, a Coroa espanhola concedeu ao Marquês a exclusividade de introduzir na Venezuela e em Cuba a quantidade de 100.000 barris de farinha, livres de imposto. Uma rápida operação financeira livrou o Nobre espanhol de associar seu nome à execução material da vantajosa concessão: Branciforte vendeu o privilégio à Casa de Consolidação que a sua vez o cedeu à firma comercial que Sarmiento mantinha em sociedade com seu cunhado, John Craig, em Filadelfia.

⁵⁶⁰ Hernández González (1995-1996), pp.96-97.

⁵⁶¹ Hernández González e Sánchez (1986), pp.460-463.

⁵⁶² Hernández González (1995-1996), p.97.

Este último já sabia dos ganhos de Caracas por uma negociação anterior, muito produtiva. Esteban Fernández de León e Ibarra, que foi Intendente do Exército e Superintendente de todas Rendas da Real Audiência e Capitania Geral de Caracas, o qual atendendo aos interesses que Espanha tinha nesta região, e à falta de abastecimento dos produtos necessários à região, tinha estabelecido com William Davis Robinson um acordo em que comprometia a Coroa espanhola com o comerciante norte-americano.

O acordo oferecia a Robinson o privilégio da exclusividade de introduzir escravos e farinha a mudança do pagamento em igual valor com tabaco cultivado na Venezuela. Visto que o acordo não impedia o traspasse do negócio, em parte ou na totalidade, o comerciante norte-americano traspassou-o a vários negociadores; entre eles estavam: John Craig e Robert Olivier, este último cunhado de John e concunhado de Sarmento. Em 1800, estes dois negociantes registaram um benefício de 4.775 dólares numa só viagem La Guaira⁵⁶³, o que demonstra um índice da potencialidade do mercado venezuelano do qual Sarmento terá tomado nota.

O *Aulista* português fazia parte de uma estratégia planificada de alianças familiares da burguesia norte-americana⁵⁶⁴. Esta pertença tornou-se mais patente quando duas decisões da sociedade de Sarmento - Craig lhe requereram um maior empenho. A primeira foi a necessidade de nomear um agente em Caracas e La Guaira, com atribuição de gerente executor para por em prática a concessão que a sociedade tinha obtido de Robinson, decisão que recaiu sobre Sarmento.

Assim mesmo, o monopólio exigia à empresa a prova de ser uma firma neutral e, além disso, para atuar como tal os sócios deviam obter previamente a licença de comércio para operar com as colónias espanholas. Aqui apresentou-se o conflito entre a declaração de neutralidade e o estatus de funcionário real da Coroa. Sarmento atuava nos Estados Unidos como cidadão espanhol e com esta nacionalidade foi nomeado, de maneira especial, funcionário da *Caja de Consolidación de vales reales* pelo diretor da mesma, Manuel Sixto Espinosa⁵⁶⁵. Por meio da sua influência, Sarmento obteve a autorização para a sociedade em nome do seu cunhado Craig, em 1 de março de 1805. Desta forma, na concessão não foram mencionados o Marqués e ex-Virrey Branciforte nem o cargo nem a nacionalidade

⁵⁶³ «Sarmento», in: *DHV-FP*; Hernández González, Manuel (1999), «*El Observador español en Londres. Un periódico fernandino contra la emancipación americana*», in: *Revista de Indias*. Vol. 59, No 216, pp.439-454. González (1991), p.377.

⁵⁶⁴ Hernández González (1991), p.376.

⁵⁶⁵ López, Carmen Yuste e Matilde Souto Mantecón (2000), *El comercio exterior de México, 1713-1850: entre la quiebra del sistema imperial y el surgimiento de una nación*. México, UNAM, p177.

de Sarmiento. Com a licença em seu nome, Craig podia iniciar seus envios de mercadorias para o Mar das Caraíbas, negócio que ampliou a Veracruz, Montevideu e Rio da Prata⁵⁶⁶.

Por esta altura notam-se mudanças em Sarmiento: ele abandonou o interesse de comerciar produtos portugueses, não parecia disposto a negociar com portos brasileiros. A Madeira tornou-se uma referência ocasional e afastou-se, na medida do possível, da zona de influência do comércio britânico - português para apoiar o comércio norte-americano. Sarmiento foi uma personagem importante na história dos interesses das casas comerciais dos Estados Unidos que se instalaram nas Canárias e em Cuba para, a partir dali, comerciar com o resto da América espanhola sem estabelecer uma concorrência altamente competitiva com as casas inglesas nos portos madeirenses e brasileiros onde elas eram poderosas⁵⁶⁷. Em suma, era a confrontação em torno do monopólio colonial peninsular, vista a partir da posição de um comerciante que era suposto ser neutral, isto é a partir da posição de Sarmiento⁵⁶⁸.

Antes de partir para Caracas, Sarmiento tinha-se estabelecido no meio da alta sociedade de comerciantes e políticos de Filadélfia. Sua esposa Catalina tinha-lhe aberto a agenda de contactos de seu pai James Craig, abastado comerciante de origem escocesa. Além disso, era conhecido de Carlos Manuel Martínez de Irujo e Tacón, Marquês de Casa Irujo, que era Ministro extraordinário e plenipotenciário da Corte espanhola na sua legação em Filadélfia desde 1796 e foi-o por doze anos. Caracas foi o destino seguinte, onde tentaria a sorte jogando entre os interesses de Espanha, Inglaterra, Estados Unidos e, é lógico, da sua própria firma. No entanto, já antes da sua chegada, o ressentimento das elites crioulas contra Espanha tinha feito do monopólio da farinha concedido a Sarmiento uma bandeira política. O grupo a que foi atribuída a concessão não foi publicado em Caracas até 11 de Dezembro de 1806⁵⁶⁹.

Os arquivos venezuelanos dão conta da presença de *Francisco Cavallero Sarmiento* em Caracas desde 1806. Com este nome castelhanizado, o Real Consulado de Caracas⁵⁷⁰ identifica-o como estrangeiro, uma figura empregada pelos notários para indicar que a

⁵⁶⁶ Stein, Barbara H. e Stanley J. Stein (2009), *Edge of Crisis. War and Trade in the Spanish Atlantic, 1789-1808*. Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press, pp.339-341. «Sarmiento», in: *DHV-FP*. Hernández González (1995-1996), pp.97-98. López-Mantecón (2000), p.202.

⁵⁶⁷ Hernández González (1995-1996), «El comercio canario-norteamericano...»

⁵⁶⁸ Cordero, Tulio Febres (1950), «Polémica colonial sobre la libertad de comercio», in: *Boletín de la ANH*. Caracas, ANH, Vol. 33, Nº 132, Outubro-Dezembro, pp.451-455.

⁵⁶⁹ «Sarmiento», in: *DHV-FP*. Hernández González (1991), pp.379-380.

⁵⁷⁰ Cf.: Díaz, Manuel Nunes (1984), *El Real Consulado de Caracas: 1793-1810*. Caracas, ANH, p.11.

pessoa não tinha origem espanhola, nem peninsular nem crioulo americano, pelo que remete para à nacionalidade portuguesa ou à estadunidense. A categoria de comerciante neutral em que foi incluído Sarmiento indica também que a licença a nome de Craig tinha funcionado.

Nesse ano aparece mostrando a sua fidelidade à Coroa madrilena e alista-se entre os defensores da Real Coroa de Espanha que contribuem com um donativo voluntário para preparar tropas contra Francisco de Miranda, que tinha organizado uma invasão a Venezuela com a intenção de iniciar um processo de independência. A contribuição de 500 pesos colocou Sarmiento entre os doadores mais desprendidos a favor da defesa da Coroa espanhola, o que se interpreta, além do mais, como possuidor de bons rendimentos e duma posição social de respeito, já nessa altura, muito dantes de ser publicado o édito real anunciando o monopólio da farinha. A colaboração de Sarmiento e o primeiro desembarque libertador de Miranda, em 3 de Agosto de 1806⁵⁷¹, seria um capítulo das histórias de Sarmiento e de Miranda.

A proibidade do Aulista de Lisboa foi reconhecida publicamente em 11 de Outubro de 1807, dia em que lhe foi outorgado o grau de coronel de milícias, quando Sarmiento já se encontrava em litígio aberto com os Cônsules de Caracas que protestavam contra a intromissão, monopolista e absolutista, dum estranho na política económica da Província que era da responsabilidade do Real Consulado⁵⁷². Assim, o protesto contra Sarmiento era um protesto dirigido a Madrid e uma reafirmação dos crioulos no seu desejo de possuírem poder político-económico.

O litígio foi público a partir do momento em que numa reunião do Real Consulado, celebrada o 27 de Março de 1806, foram nomeados deputados para representar, *con solidez y justicia*, ante a Real Intendência de Exército e Real Fazenda o *cuadro lastimoso de perjuicios incalculables y trascendentales en grado supremo al Comercio y la Agricultura, dignos ambos de una protección decidida e ilimitada por su utilidad*⁵⁷³. Segundo a representação, o drama ao que foi submetida a Província era causado pelos *perjuicios que viven ambos ramos, por la exclusiva con que D. Francisco Sarmiento disfruta la gracia que le fue concedida*; e, para ampliar a magnitude da tragédia, adicionava que a sociedade sofria essa exclusividade que, *de algunos meses a esta parte, ha venido a establecerse en unos*

⁵⁷¹ «Sarmiento», in: *DHV-FP*.

⁵⁷² Hernández González (1991), p.382.

⁵⁷³ Archivo General de la Nación, Venezuela (AGN), T. 2529. Real Consulado, Junta General de Comercio. Caracas, 27-03-1806, ff.213-216

*términos enteramente contrarios al sistema de libertad e igualdad tan necesarios al bien, conservación y fomento de los leales vasallos de S. M.*⁵⁷⁴.

A defesa do território, da agricultura e do comércio, era uma das funções alocadas à Intendência mediante a Real Cédula do 8 de Dezembro de 1776, promulgada dentro do conjunto de medidas tomadas pelo absolutismo ilustrado borbónico⁵⁷⁵. Este documento regia o comércio em general, incluindo a importação média de consumo de farinha para a Venezuela que atingia os 20.000 barris por ano, e a graça concedida a Sarmiento⁵⁷⁶.

A referida Reunião de 27 de Março, que reuniu quase 90 comerciantes e produtores, os mais notáveis da elite que dominava o comércio interno e de exportação de Caracas, entre os quais alguns comerciantes das ilhas Canárias conhecidos de Sarmiento do tempo de sua residência em Tenerife. Entre estes a mais interessante figura é Telésforo de Orea y Machado de la Guerra, conhecido de Miranda mas distanciado das suas aspirações políticas independentistas⁵⁷⁷. Os funcionários e comerciantes reunidos condenaram as

*... circunstancias todas que, si serian notables y odiosas en un Español a quien la casualidad y unas extraordinarias circunstancias hubiesen colocado en esta especie de Soberanía Mercantil, han de ser precisamente mucho más reparables en un extranjero sin mérito ni utilidad conocida, que naturalmente ha de abusar de este singular predominio, sin las atenciones de un compatriota, que tendría respetos que mirar entre los de su peculiar interés.*⁵⁷⁸

O texto acima manifesta o ânimo contestatário reinante entre a elite de Caracas em relação à Coroa madrilenha, mas alinhado contra Sarmiento, que revivia os argumentos protecionistas da Junta de Comércio de Lisboa lançados contra ele. Desta vez, os argumentos tinham, além disso, um objetivo claramente político, pois a classe comerciante discordava não só do envio de servidores públicos metropolitanos para a América e do monopólio do comércio, mas também que tais responsabilidades e benefícios fossem outorgadas a Sarmiento em detrimento do comércio e comerciantes locais.

⁵⁷⁴ *Idem.*

⁵⁷⁵ Cf.: Leal, Ildelfonso (Comp.) (1964), *Documentos del Real Consulado de Caracas*. Caracas, Instituto de Estudios Hispanoamericanos, p.8.

⁵⁷⁶ Tandón, Humberto (1976), *El Real Consulado de Caracas y el comercio exterior de Venezuela*. Caracas, Instituto de Estudios Hispanoamericanos, UCV, p.191.

⁵⁷⁷ Hernández González, Manuel (2006), «Francisco de Miranda y Canarias», in: *Tierra Firme. Revista de Historia y Ciencias Sociales*. Caracas, Vol. 24, No 96, (versión digital en <http://www2.scielo.org.ve/>). Hernández González, Manuel (2006), «Lo canario de Francisco de Miranda», in: *Catharum: revista de ciencias y humanidades*. Instituto de Estudios Hispánicos de Canarias, No 7, 2006, pp.37-51.

⁵⁷⁸ AGN, T. 2529. Real Consulado, Junta General de Comercio. Caracas, 27-03-1806, ff.213-216.

Apoiados pela disposição legal, os Cônsules celebraram uma Junta extraordinária de Comércio, o 14 de Abril, cuja providência exigia ao Intendente Juan Vicente de Arce⁵⁷⁹ que criasse condições para o desenvolvimento do comércio. Para atingir este fim solicitavam a abertura dos portos a todas as embarcações neutrais na mesma forma e modo à que se tinha praticado na última guerra. As razões práticas esgrimidas afastavam-se do argumento legal. Primeiro, um comércio mais amplo era *el mejor medio de cortar el escandaloso contrabando*; segundo, o Intendente teria pensar no bem comum e derogar o monopólio de Sarmento porque essa *gracia concedida aquí a un extranjero para que pueda extraer cantidad excesiva de cacao, mulas, ganado y otros frutos, introduciendo el todo o la mayor parte en efectos para su pago* retirava felicidade aos comerciantes da praça, seus leais vassallos, além de que não estava permitido aos locais negociar farinhas com os comerciantes neutrais⁵⁸⁰.

A exigência do Real Consulado foi reiterada a 12 de Janeiro, 27 de Fevereiro e depois em Junho de 1807, já não só perante o Intendente Arce mas também do Governador e Capitão geral de Venezuela, Manuel de Guevara Vasconcelos⁵⁸¹. O Aulista de Lisboa continuou, ainda assim, com suas operações mercantis durante todo o ano sem deixar documentação conhecida para esta investigação, que prove algum favoritismo por parte de Vasconcelos, cuja personalidade tinha várias características em comum com Sarmento.

Por uma parte, o Capitão geral tentou sempre a sinergia social e daí a aplicação quase obsessiva da tática do convite como meio para conseguir contactos, informação e aceitação nos círculos políticos, sociais e económicos em benefício do seu cargo. Por outra parte, *los Vasconcelos descendían de noble estirpe portuguesa avecindada en la isla de Madeira a comienzos del siglo XVI*, um aspeto que não podia passar despercebido, ou no mínimo, não ser mencionado entre emigrantes de igual ascendência e de nacionalidade espanhola⁵⁸².

As denúncias contra Sarmento feitas em 1807 revelam além disso o emprego da marinha mercante como instrumento dominante na relação comercial dos Estados Unidos com a Venezuela, análise que deixa em evidência a decadência da marinha espanhola e a

⁵⁷⁹ «Arce, Juan Vicente de» (Espanha). Penúltimo intendente de Venezuela (1803-1809). A favor do livre comércio com países neutrais (25-06-1806), rebaixou os direitos para comerciar com Inglaterra; in: *DHV-FP*.

⁵⁸⁰ AGN, T. 2529. Real Consulado, Junta Extraordinaria. Caracas, 14-04-1806, ff.218-220.

⁵⁸¹ «Guevara Vasconcelos, Manuel de» (Espanha, 1740? - Venezuela, 1807). Governador e Capitão geral da Prov. de Venezuela (1799-1807). Ordenou a abertura comercial perante a necessidade do país; in: *DHV-FP*.

⁵⁸² Lovera (1998), pp.10, 19-23, 54. Fica por conhecer se Sarmento se sentou à mesa do Capitão geral em algum de seus memoráveis convites ou se o seu título militar do 11 de Outubro foi tramitado com antecipação à apoplexia, sofrida no dia 7, e da morte de Guevara Vasconcelos, que ocorreu em 9 de Outubro de 1807.

sua dificuldade em cobrir as necessidades do comércio das suas colónias. Com seus vínculos nos portos estado-unidenses, Sarmento foi acusado ante Vasconcelos de exportar e de transportar a produção mais rentável com destino aos seus sócios relegando para segundo plano outros géneros, porque no seu afã de negócios *los buques de los Estados Unidos de América que son los que más concurren (...)* [no porto de La Guaira] *no hacen expedición alguna en la que el ramo de harinas no ocupe el primer lugar para llenar sus buques*⁵⁸³. No entender dos membros do Real Consulado, este monopólio da farinha delegada só a barcos de uma bandeira era uma debilidade tática que devia ser reparada. No final de contas, as autoridades deviam ser precavidas porque as províncias não estavam isentas das *insidiosas tentativas del enemigo común*, que circula pelo Mar das Caraíbas *mientras arda en Europa el fuego de la discordia*⁵⁸⁴. As seguintes denúncias feitas ao Real Consulado foram do mesmo teor, umas vezes lançando o maior descrédito contra Sarmento e Branciforte, outras contra o sistema monopolista e a exclusividade do comércio das farinhas tão só permitida aos comerciantes e países neutrais⁵⁸⁵.

Como resultado da sua dependência colonial, a Província de Caracas sofreu os efeitos das perturbações políticas acontecidas na Metrópoles no biénio 1807-8. Por consequência, a repercussão atingiu os realistas peninsulares acomodados neste lado do Atlântico Sarmento não escapou a estes efeitos. Realmente, a queda do absolutismo e a prisão do ministro Manuel de Godoy, em Março de 1808, deram um sinal na carreira comercial do Lisboa porque o seu protetor, o Marquês de Branciforte, era cunhado de Godoy e a sorte de Espanha mudara com a entrada dos franceses.

Outros factos, desta vez em Caracas, advertiram-no de que se avizinhava um tempo de mudanças, entre eles, os dois mais significativos foram: primeiro, em Julho, a chegada de dois bergantins de guerra, um francês e o outro inglês, cujos respetivos capitães comunicaram às autoridades de Caracas duas visões da situação de Fernando VII e mostraram, com isso, o interesse das potências europeias na América e as diferenças entre o militarismo «ocupacionista» francês e o consolidado poder britânico; e, segundo, a *Conspiración de los mantuanos*, movimento que, até finais de Novembro, tentou aproveitar a ausência do Rei para tomar o controlo da política económica da Província. Esta conspiração incluiu parte da elite comerciante que congregava alguns oponentes de Sarmento.

⁵⁸³ AGN, T. 2530. Real Consulado, Junta General. Caracas, 12-01-1807, ff.27-30.

⁵⁸⁴ *Idem*.

⁵⁸⁵ AGN, T. 2530. Real Consulado, Junta Ordinaria. Caracas, 27-02-1807, ff.37-42; ff.42-44.

Entre os comerciantes mais exaltados encontrava-se Manuel Matos Monserrate⁵⁸⁶ que tinha sido nomeado Prior do Real Consulado em Janeiro de 1808, e guardava ressentimento contra Sarmiento por se ter recusado a comprar 700 quintais de café deixando-o quase na falência. As posições de pressão sobre as autoridades locais tinham mudado e as formulas para reverter o privilégio do monopólio da farinha sucederam-se entre Setembro e Outubro de 1808. Primeiro foi uma reclamação de evasão de pagamento de impostos imputada nos Estados Unidos a John Craig ao que Sarmiento, como seu procurador, devia também responder.

O processo exigia-lhe deixar em Caracas uma procuração em seu nome, que cedeu a Pedro da Mata, e viajar para Filadélfia cidade onde se encontrava no dia 18 de Setembro. No final de Outubro, com Sarmiento já ausente do país, Juan de Casas⁵⁸⁷ de acordo com o Intendente Arce, derogou a concessão ministerial do monopólio das farinhas outorgada a Branciforte, depois de ceder às pressões da Câmara municipal de Caracas, instituição a que pertencia grande parte da elite crioula⁵⁸⁸.

B. Sarmiento: um lisboeta com patriotismo espanhol

Este regresso aos Estados Unidos mina o papel de Sarmiento como negociante e relega-o para um plano secundário, contudo, sem que ele abandone a atividade comercial. A estrutura desta atividade vai-se modificando à medida que a situação de conflito se agrava e, em paralelo, Sarmiento vai tornando sua atividade cada vez mais política, mais chegada à defesa da soberania do Império Espanhol. À perda da concessão em Caracas juntou-se a morte do seu sócio e tal conjuntura obrigou a Sarmiento recomeçar os negócios em Filadélfia tendo como objetivo a Venezuela.

Os acontecimentos políticos espanhóis e as mudanças de funcionários diplomáticos tinham deixado algumas sequelas nessa cidade do Norte. As primeiras dificuldades a resolver foram as denúncias que tinham sido emitidas, em Fevereiro de 1808, pelo antigo cônsul e agora novo Encarregado de negócios de Espanha nos Estados Unidos, Valentín Tadeo de Foronda González de Echavarri, sucessor do Marquês de Casa Irujo, o amigo e protetor de Sarmiento.

⁵⁸⁶ «Matos Monserrate, Manuel» (Venezuela, 1761 - 1811). Fazendeiro, militar e político. Participou no protesto cívico contra a suspensão do comércio neutral e a concessão do monopólio da farinha ao Marquês de Branciforte (1806). Prior do Real Consulado a partir de Janeiro de 1808, in: *DHV-FP*.

⁵⁸⁷ «Casas, Juan de» (Espanha, 1740 -?). Sucessor de Vasconcelos na Governação e Capitania geral. Propiciou um enfrentamento político-ideológico entre franceses e ingleses, em Caracas, em 1808. In: *DHV-FP*.

⁵⁸⁸ «Sarmiento», in: *DHV-FP*.

As denúncias giravam em torno do seu mau desempenho nas suas funções para a Real Fazenda e do monopólio da farinha na Venezuela, que deixaram ao descoberto o duplo papel de Sarmiento. A questão de fundo destas denúncias foi a controvérsia em torno da substituição de paradigmas político-económicos, pois Foronda era um liberal convicto⁵⁸⁹ e Sarmiento representava a face monopolista da Coroa espanhola. Para se defender das acusações de Foronda, o Lisboa fez uso das vantagens que tinha sobre ele: de um lado estava seu conhecimento tanto da *psicología de las elites sociales estadounidenses* como da *trascendencia que poseía la prensa como medio de presión*⁵⁹⁰, em particular a imprensa de Filadélfia, cidade onde se encontravam os empresários, banqueiros e comerciantes mais poderosos da costa leste, muitos deles conhecidos de Sarmiento; e, de outro lado, o saber manipular a importância que seus interesses comerciais significavam para Espanha. Estes três aspetos foram fundamentais para vencer a Foronda perante a opinião pública e, inclusive, no plano diplomático⁵⁹¹.

A polémica Sarmiento - Foronda demonstrou a concorrência pela supremacia entre princípios políticos e económicos e pôs em discussão a relevância do interesse comum e do interesse pessoal. Foronda pretendia separar os interesses económicos particulares das funções dos cargos político-administrativos e, com esta ação, emendar a aparência dos funcionários espanhóis aproximando a sua imagem à figura da Coroa. Neste caso, o comerciante Sarmiento, com seus conhecimentos e negócios, servia melhor a Espanha como instrumento da política exterior que o diplomático Foronda empenhado na retaliação política. A isso podemos acrescentar que Sarmiento impôs inclusive a sua condição de comerciante importante sobre o foro militar pois, no pouco tempo que esteve em Caracas, foi nomeado capitão de milícias da cidade com passaporte espanhol quando tinha sido considerado estrangeiro pelas instituições públicas dominadas pelos crioulos.

Sem dúvida, o Aulista de Lisboa provou ter consciência de sua posição de cidadão e comerciante espanhol no exterior, condição que explorou em seu proveito como elemento

⁵⁸⁹ ...buena parte de los escritos de Foronda se ocupan de cuestiones económicas, ámbito en el que pasó sucesivamente de ser un declarado mercantilista, y un admirador de los fisiócratas después, hasta el liberalismo económico tal y como se le entendía a comienzos del siglo XIX. Foronda, entre 1789-1794, tinha publicado *Cartas sobre los asuntos más exquisitos de la economía política y sobre las leyes criminales*, onde falava da prosperidade nacional e do equilíbrio do comércio; e em 1803, quando era cônsul geral de Espanha em Estados Unidos e antes de substituir ao Marquês de Casa Irujo, publicou em Filadélfia *Carta sobre lo que debe hacer un príncipe que tenga colonias a gran distancia*, um esboço teórico político-económico sobre a autonomia das colónias. Cf.: «Foronda González de Echavarrí, Valentín», in: Díaz, Gonzalo D. (1987) *Hombres y documentos de la filosofía española*. Madrid, CSIC, Vol. III (E-G), pp.270-273, p.271.

⁵⁹⁰ Hernández González (1989-1990), p.99.

⁵⁹¹ *Ibidem*, pp.99-101.

estratégico útil para a Corte madrilena. A atitude de Sarmiento mostrou uma clara noção de que o comércio ultrapassava as jurisdições nacionais e que os cidadãos que o fomentavam de maneira adequada eram apoiados com medidas políticas coerentes com o interesse que suas atividades representavam. Do mesmo modo, o périplo de Sarmiento reitera os entraves que podiam ser colocadas ao comércio quando os cidadãos encarregados de o fomentar não tinham claro quais eram os princípios e as prioridades necessários para o cargo. Este último aspeto ficou exemplificado nas palavras de Foronda quando, já sem argumentos para defender sua própria convicção política e próximo seu traslado, depois de ter sido chamado a Madrid, em 1809, acusou Sarmiento de ser um *americano*.

A transferência de Foronda do lugar que ocupava indica que, num primeiro momento, a Coroa espanhola reconheceu em Sarmiento a sua condição de negociador, a sua habilidade tanto para conhecer a sociedade comercial estadunidense com a qual Espanha mantinha relações, como para interpretar a seu favor este conhecimento, que permitia a Madrid a saída da sua produção nacional. O papel de Sarmiento caracterizou-se pela adequação dos interesses maiores a seu interesse pessoal e não pode ser enquadrado no contexto consular. Aliás não foi emitido nenhum documento que como tal o nomeasse, mas cumpriu com as tarefas de um espião e de um agente comercial encarregado de fomentar e diversificar o comércio espanhol.

Isento de julgamentos sobre os seus métodos, Sarmiento deixou prova de um espírito comercial oportunista. É evidente que com sua sociedade familiar, o Lisboaeta iludiu o domínio que a Inglaterra exercia sobre o mar, ludibriou as proibições do monopólio da Metrópole espanhola com as demais colónias, em particular com a Venezuela, e combinou a seu favor os interesses de comerciantes, proprietários e funcionários públicos de Caracas, Filadélfia e Madrid em momentos em que o comércio neutro era a solução às limitações económicas na América. Sarmiento favoreceu a redistribuição de géneros por um amplo espaço atlântico: da farinha, o açúcar e as madeiras através de Cuba, a farinha, o cacau e os couros na Venezuela e vinho «Madeira» das ilhas Canárias.

Se Sarmiento destacou-se pela sua mentalidade e ação económicas, a sua conveniente inclinação política mostra outro semblante de sua personalidade. Sarmiento encaixa no paradigma absolutista da condução do poder político e no sistema monopolista de controlar as colónias, tal como Espanha o fazia nesse tempo. Sua atividade mostra-o constantemente como sócio encoberto pela sombra de um poder real que o protegia, e para garantir esta proteção, o Lisboaeta correspondia aos mandatos do Rei e dos seus cortesãos.

Este convénio favorecia-o. A sua estadia em Caracas colocou-o em posição vantajosa para apreciar a repercussão dos eventos políticos das colónias espanholas na opinião pública estadunidense, em particular sobre os acontecimentos na Venezuela. Nesta posição, desde 1810, Sarmiento converteu-se num braço executor da inteligência diplomática espanhola e transmitia a informação das operações realizadas pelos crioulos de Caracas adversos a Madrid. Uma das operações que Sarmiento seguiu foi a missão que a Junta Suprema de Caracas, reunida o 19 de Abril de 1810, tinha enviado aos Estados Unidos com o fim de ganhar o reconhecimento político de Washington e adquirir provisões para a causa independentista. Os representantes⁵⁹² foram José Rafael Revenga, Juan Vicente Bolívar e Telésforo de Orea e Machado de la Guerra, o comerciante das ilhas Canárias que Sarmiento tinha reencontrado em Caracas⁵⁹³.

Sarmiento deve ter intuído que a inclusão de Orea na delegação crioula se devia a sua experiência comercial e pensamento liberal. Daí a razão para se aproximar dele. Desde começos do século XIX, Telésforo de Orea tinha-se destacado por ser um entusiasta promotor da realização de um maior comércio exterior por parte dos outros produtores e comerciantes das ilhas Canárias instalados na província de Caracas⁵⁹⁴. Tinha casa comercial em sociedade com outros dois irmãos, Gonzalo e Marcos, dedicada à importação e exportação, à distribuição ao retalho, para cujo fim possuíam um armazém no centro de Caracas, e a representação comercial de filiais em Canárias e Cádiz, entre outros portos comerciais⁵⁹⁵.

A firma era, além disso, proprietária de navios, como o bergantim «San Felipe Neri» que naufragou na cercania das Bahamas por causa de um furacão quando navegava de Filadélfia para Puerto Cabello, em Agosto de 1811. Orea estava implicado no tráfico de

⁵⁹² «Revenga, José Rafael» (Venezuela, 1786 - 1852). Advogado, diplomata, estadista, jornalista e político. Em Comissão nos E.U.A. para obter reconhecimento da 1ª República (1811), negociar paz com a Espanha, reconhecimento de Colômbia por G-B e arrumar os assuntos fiscais na Europa (1822). Chanceler de Colômbia (1825-26 e 1827-28); «Bolívar, Juan Vicente» (Venezuela, 1781-1811). Hermano de Simón Bolívar. Participou na «Conjuración de los Mantuanos» (1808), estratégia em apoio ao rei Fernando VII para proclamar a autonomia de Venezuela. Em Comissão nomeado pela Junta Suprema de Caracas; in: *DHV-FP*.

⁵⁹³ Buroz, Nicolás Ascanio (1952), «Rasgos biográficos de Don Telésforo de Orea», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Tomo 35, Nº 138, Abril-Junho, pp.207-213; Compilação S/A (1935), «Misiones de Juan Vicente Bolívar y Telésforo de Orea a Washington», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Tomo 18, Nº 72, Outubro-Dezembro, pp.711-742; Yanes, E. A. (1925), «Don Telésforo de Orea. Su misión diplomática en los años de 1811 y 1812», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Tomo 8, Nº 31, Setembro, pp.39-68.

⁵⁹⁴ Pacheco Troconis, José Germán (2000), *El añil: Historia de un cultivo olvidado en Venezuela, 1767-1870*. Barcelona, Univ. Autónoma de Barcelona, Tesis doctoral en Historia económica, Tomo I, p.483.

⁵⁹⁵ *Ibidem*, p.656.

armas compradas nos Estados Unidos, destinadas à Venezuela, pagas com envios de café e índigo, sendo Puerto Cabello um dos principais portos de operações⁵⁹⁶.

Como negociante, Orea tinha particular interesse, tal como a Junta Suprema de Caracas, de fomentar o livre comércio da Venezuela com todas as nações do mundo. Este interesse não escapava à atenção dos Estados Unidos, nação cuja política exterior estava comprometida em expandir seus negócios nos territórios espanhóis na América, não só com produtos próprios mas também com mercadoria europeia reexportada⁵⁹⁷. Nesta linha política estadunidense, está inscrito o envio de Robert Lowry a La Guaira para exercer o cargo de agente comercial e enfrentar as companhias británicas ali instaladas, como a Casa Watson – MacLean & Cía, fortemente implantada em Glasgow, Liverpool, Gibraltar e Malta; ou as maquinações dos ingleses fixados nas ilhas Trinidad e Curaçao⁵⁹⁸.

As atividades de Orea não escaparam à atenção de Sarmiento que também percebeu o negócio clandestino baseado nas necessidades militares. O Lisboa aprontou-se para participar na guerra de independência da Venezuela, a favor de Espanha. Com essa finalidade, *adelantó importantes sumas de dinero e incluso adquirió embarcaciones y armamento, como por ejemplo la goleta Ramona destinada a Maracaibo pero que fue apresada en la isla de Curaçao antes de llegar a su destino*⁵⁹⁹.

A experiência de Sarmiento com a Espanha e a Venezuela valeu-lhe a sua inclusão nos planos de espionagem e de desinformação mais elaborados que promovia a Coroa espanhola para contrabalançar os laços que deviam estender os enviados diplomáticos das juntas libertadoras e a divulgação pela imprensa internacional dos seus avanços⁶⁰⁰. De facto, o embaixador espanhol Luis de Onis y González, nomeado no cargo em junho de 1809, não poupou tempo nem esforços para pedir a colaboração a Sarmiento para

⁵⁹⁶ *Ibidem*, p.540; o autor remete para: AGN. Real Hacienda, Libro Manual de la Real Tesorería Foránea de Puerto Cabello, 1754 e 1757.

⁵⁹⁷ No caso do comércio com La Guaira era evidente: dois portos estadunidenses, *Filadelfia y Baltimore, negociaron el 70,13% del valor total y cada uno de ellos por sí solo el 35,8 y 34,33%, respectivamente (...)* [devido] *en gran parte a las casas de comercio de dichas ciudades, principalmente las de John Craig y Luke & Tiernan*. A documentação portuária indica que as exportações básicas consistiam em farinha, biscoito, manteiga, vanha e artigos reexportados. Salmoral, Manuel Lucena (1990), *Características del comercio exterior de la provincia de Caracas durante el sexenio revolucionario (1807-1812)*. Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana – Sociedad Estatal Quinto Centenario, pp.221-222.

⁵⁹⁸ Troconis (2000), p.541; Salmoral (1990), pp.78, 230, 237-238, 306.

⁵⁹⁹ «Sarmiento», in: *DHV-FP*.

⁶⁰⁰ Hernández González, Manuel (2010), «Entre Europa y América. El Periodismo de Cabral de Noroña. Del Duende Político Gaditano al Observador Español en Londres», in: *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*. Revista Digital. Grupo de Estudios del Siglo XVIII. Univ. de Cádiz, Nº 16. (Consulta: 17-04-2011 revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/.../801)

empreender a sua campanha contra as colónias insurretas. Em começos de 1810, esta nova relação com um representante real espanhol evitou a Sarmento regressar a Caracas para comparecer perante os tribunais locais e enfrentar os cargos que contra ele tinha levantado a Capitania Geral a propósito dos seus negócios nessa capital⁶⁰¹.

Mas a centralização do poder administrativo e o jogo de interesses dentro da Corte de Madrid, obrigaram-no a render contas. Na sua dupla função de agente comissionado e espião, Sarmento enfrentou problemas burocráticos em torno da sua maneira de gerir as suas funções, nomeadamente, o envio e a receção de documentação que garantia a arrecadação de mais de dois milhões e meios de pesos fortes. Estes eram problemas próprios do tempo que demorava o percurso da correspondência, da irregular disponibilidade de navios e das ameaças sobre a navegação⁶⁰².

A aposta política foi, nesses momentos, a sua ruína e seu interesse comercial na Venezuela sucumbiu, como o Império espanhol, perante o triunfo dos independentistas. Esta última etapa de Sarmento em Filadélfia acentua os riscos que existiam de comprometer o património pessoal e os investimentos nos territórios americanos a começos do século XIX, quando estes investimentos eram identificados com uma posição política. Um olhar que não encontra raízes no contexto social das elites económicas inglesas e estadunidenses, esperanças em fomentar o livre comércio e a navegação quando começavam a formar-se as repúblicas latino-americanas.

O Comerciante português foi reconhecido como *el único español en este país que tiene patriotismo acendrado y puro*, depois de ter perdido quanto tinha em suas incursões militares contra Venezuela. Por esta verdadeira razão, dispensou-se-lhe ir a Caracas e viu-se de novo associado à sua função de agente da Real Caja de la Consolidación quando, na realidade, nessa altura era um agente da diplomacia espanhola na defesa do direito real da Coroa de Madrid sobre os territórios americanos ameaçados pelos insubordinados. Além disso, Onís e toda a legação espanhola nos Estados Unidos deviam fazer valer este direito ante o governo de Washington bem como obter deste a colaboração material e o reconhecimento para Fernando VII⁶⁰³.

A origem portuguesa de Sarmento serviu ao ministro Onís como uma oportunidade de captar para a causa de Madrid outros portugueses que viviam desagregados pelas

⁶⁰¹ Hernández González (1989-1990), pp.93-102.

⁶⁰² Hernández González (1995-96), remite a: Actas de la Corte del 17 e 22-06-1811.

⁶⁰³ Rió, Ángel del (1981), *La misión de don Luís de Onís en los Estados Unidos. (1809-1819)*. Barcelona, Talleres Novagrafik, pp.223-224, 257.

possessões espanholas e de outros países. Tratava-se de portugueses que seguiam seus próprios caminhos guiados pelo seu interesse económico e inclusive político e intelectual. De facto, entre estes últimos, Sarmiento contactou com um dos futuros recrutas de Onís, talvez o mais conhecido: Miguel Cabral de Noronha⁶⁰⁴, personagem que, como se verá, contribuiu com a sua própria experiência para o fluxo de informação tanto público como diplomático.

A situação económica de Sarmiento não era, efetivamente, vantajosa. As circunstâncias levaram-no, assim, a olhar interessadamente seu passado e a desfazer-se de parte do seu pecúlio. Dos seus contactos e negócios, tanto em Tenerife como em Filadélfia, tinha conservado a amizade da família Renshaw. Esta amizade e os negócios à sua volta comprovam, de passagem, a estratégia da relação endogâmica da classe comerciante da época, já comprovada no seu caso particular.

Em Filadélfia, Sarmiento alojava-se no *Bingham Hotel*, propriedade de William Renshaw, que era dono igualmente do *The Mansion House Hotel*, ambos os estabelecimentos considerados entre os mais seletos da época por acolher as personalidades mais importantes da política e do mundo dos negócios⁶⁰⁵, portanto, era um ponto de encontro importante para compilar informação e realizar transações.

Sarmiento aproveitou esta amizade e aplicou-a ao outro lado do Atlântico: sair de seus apuros, custou-lhe no final a venda da sua residência em Tenerife ao comerciante Benjamin Renshaw Hutchinson, filho de William. A visão do comerciante foi certa no sentido de ter conservado esta amizade. Anos após a venda, Benjamin, que casou na Madeira com Francisca de Orea, originária de Cádiz e filha de Gonzalo Orea y Machado de la Guerra, o irmão e sócio de Telésforo de Orea, foi nomeado cônsul dos Estados Unidos de América em Alicante de onde passou com igual cargo ao porto de La Guaira, em 1834⁶⁰⁶. Sarmiento deixaria Filadélfia para ir para Madrid onde passaria seus últimos dias em casa do seu amigo o marquês Carlos Martínez de Irujo.

Em resumidas contas, não deixa de chamar a atenção a última jogada de Sarmiento junto à Legação espanhola em Estados Unidos e mais ainda pela quantidade de informação que geria mas, é óbvio, que apostou a sua conveniência política e foi vítima das circunstâncias do momento.

⁶⁰⁴ Hernández González (2010), «Entre Europa y América. El Periodismo de Cabral de Noroña...

⁶⁰⁵ Jenkins, Howard Malcolm e George Overcash Seilhamer (1898), *Memorial history of the city of Philadelphia: Special and biographical*. Nova Iorque History Company, Vol.2, pp.135-136.

⁶⁰⁶ Ramón (2010), «El Sitio Luna y el templete de los Renshaw, en Lomo Nieves».

Há ainda mais um contributo de Sarmiento para a análise, que consiste na procura científica por parte de proprietários de Caracas para dar soluções alternativas ao monopólio do Lisboeta. Esta procura revela a importância dada ao conhecimento por uma classe crioula ilustrada. A aplicação deste saber representa uma das soluções para vencer a dependência a partir de dentro do sistema colonial. Neste sentido, ideias da Ilustração e da economia política à inglesa entrelaçavam-se precisamente nas manifestações de uma elite que procurava a autarquia. A historiografia espanhola e venezuelana conduz o «affaire» Sarmiento por caminhos políticos – como a polémica ideológica com Foronda em torno da gestão dos assuntos da Coroa ou a espionagem à diplomacia venezuelana nos Estados Unidos – e económicos – o seu papel de comerciante em Tenerife, sua participação no comércio atlântico entre Madeira, as Canárias, a Península Ibérica, os Estados Unidos e o resto de América ou o monopólio da Farinha – mas não discorre sobre as repercussões que o caso teve para a história da Venezuela.

Efetivamente, a concessão do monopólio da farinha, tal como tinha sido outorgado a uma empresa neutral, ocasionou em Caracas uma controvérsia de tal magnitude que não podia deixar de ser tema de debate político, em particular nesses momentos de animosidade de uma classe *mantuana* enriquecida contra o absolutismo ilustrado que pretendia levar a cabo *la segunda conquista de América* mediante reformas burocráticas e maior emigração peninsular⁶⁰⁷. Para além da necessidade de farinha, que em sua maior parte estava destinada a esta classe alta, estava em jogo a introdução do consumo do pão entre o resto da sociedade como um complemento e eventualmente como um substituto em momentos de escassez do *pan de los pobres* feito a base de milho, como bem se conclui da correspondência do Real Consulado de Caracas de 14 de Abril de 1806⁶⁰⁸.

De igual modo, a luta contra a filiação de interesses entre os funcionários públicos espanhóis e Sarmiento foi, como ficou dito, uma bandeira dos comerciantes crioulos que intuía a estratégia por trás da medida de colocar no mercado uma quantidade de farinha maior à medida da procura anual. Semelhante quantia não teria saída imediata no mercado mas deixaria a firma de Craig e Sarmiento com um *stock* de farinha disponível, importado livre de impostos. A exceção da taxa aduaneira converter-se-ia depois numa vantagem competitiva, pois essa farinha teria um preço ligeiramente inferior às novas importações que chegassem ao país uma vez terminada a concessão do monopólio.

⁶⁰⁷ Lynch, John (2008), *Las revoluciones hispanoamericanas: 1808-1826* . Barcelona, Ariel, pp.14, 22.

⁶⁰⁸ AGN, T. 2529. Real Consulado, Junta Extraordinaria. Caracas, 14-04-1806, ff.218-220.

Mas, outro aspeto da mentalidade comercial venezuelana deriva do monopólio da farinha de Sarmiento. Enquanto os comerciantes crioulos mais ofuscados com a política hastearam a bandeira contra o monopólio, outros não centraram toda sua atenção nos impedimentos deste comércio e procuraram soluções práticas para o problema. A mentalidade comercial levou-os a pesquisar e a estudar outras possibilidades de exploração da cultura dos cereais.

A ideia que prevaleceu foi a de contornar o problema desenvolvendo outra faceta do comércio. É a repetição em Caracas do acontecido com Sarmiento em 1785: a procura de alternativas perante uma situação premente. Cabe lembrar que quando foi impedido pela Junta, em Lisboa, de iniciar o seu comércio com a Ásia, Sarmiento dedicou-se à exportação de vinhos e outros produtos como negócio alternativo. No caso de alguns comerciantes crioulos a atitude foi contornar a barreira político-administrativa, fixar os olhos no potencial do país e analisar a hipótese de contrariar a dependência da importação de farinhas.

O historiador Humberto Fontana destaca o monopólio de Sarmiento e como surgiu então um projeto para o fomento da cultura do trigo nas zonas circunvizinhas a Caracas, que foi promovido pela Câmara municipal da Cidade. Ainda que seja evidente a existência de cultivos de trigo anteriores à chegada de Sarmiento, o contexto político propiciava a ideia de independência económica numa classe social disposta a evitar a repetição de tal excesso, criado pelo monopólio⁶⁰⁹.

Assim, em Abril de 1809, a cinco meses de terminada a concessão de Sarmiento, o projeto estava pronto e foi encomendado pelo Cabildo de Caracas *al célebre patriota don Francisco Javier Ustáriz*⁶¹⁰, para estabelecer na capital e sua jurisdição o cultivo e benefício do trigo. Luis José de Escalona e José Manuel de Lizárraga, prefeito ordinário e síndico procurador municipal, respetivamente, tinham manifestado em seu momento que Ustáriz *desempeñaría bien este encargo (...) atento su talento, práctica y conocimiento que tiene de las sementeras de trigo*⁶¹¹. A Câmara administraria o processamento e a moagem do cereal; para esta, os moinhos e utensílios correspondentes seriam importados, exonerados de impostos de alfândega, por meio dos comerciantes locais com contactos na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos. Os resultados estimados desta atividade eram

⁶⁰⁹ «Trigo y Harina», in: *DHV-FP*.

⁶¹⁰ «Ustáriz, Francisco Javier». (Venezuela, 1771 - 1814). Jurista, legislador, político, humanista, revolucionário antimonárquico (1810); assinou a Ata de Independência (5.7.1811) e foi redator da Constituição de 1811; in: *DHV-FP*.

⁶¹¹ Cordero, Tulio Febres (1923), «Cultivo y Beneficio del Trigo en Caracas», in: *Boletín de la Cámara de Comercio de Caracas*. Caracas, CCC, N° 121, pp.220-225, p.220.

entusiastas: uma vez satisfeito o consumo nacional, o excedente seria exportado para o resto das colónias espanholas e estrangeiras, fomentando assim a diversificação do mercado com uma nova atividade da agricultura.

C. Comércio à mercê dos piratas

As disputas municipais contra os monopólios não foram as únicas ações tomadas pelos americanos para expressar o seu descontentamento com as coroas ibéricas. Outras ações mas intrusivas foram implementadas para fazer avançar o processo de independência nas colónias espanholas. Os *Debates parlamentares* e outras fontes das décadas de 1820 - 1830 demonstram a preocupação que o problema corsário ocasionou à navegação e ao comércio peninsular⁶¹². Neste sentido, as Cortes portuguesas não marginalizaram nas suas sessões e discussões este problema, que se tinha agudizado com os primeiros movimentos independentistas na América e, nomeadamente, com o facto dos chefes revolucionários nas colónias espanholas facultarem capitães de barco com patentes de corsários que, sob a denominação de «republicanos» ou «patriotas», vigiavam as rotas comerciais para apresarem navios espanhóis e portugueses carregados de ouro e mercadorias. Em função deste objetivo, o corsário jogou um duplo papel desde o início da emancipação americana; duma parte, tinha uma importante tarefa logística como provedor de bens importados, de contrabando ou de presas, com um comércio apoiado no princípio de neutralidade de territórios vizinhos e das suas respetivas metrópoles; e, de outra parte, como promotor da estratégia militar contra Espanha na guerra pela independência⁶¹³.

A tática de outorgar patentes de corso produziu, como efeito político, o interesse dos serviços diplomáticos ibéricos em negociar com os representantes dos governos revolucionários americanos as sequelas resultantes daquela atividade pelos meios mais práticos e efetivos existentes na altura. No entanto, as circunstâncias políticas da época não favoreciam uma aproximação direta entre agentes de Portugal e da Venezuela na hora de resolver os problemas causados pelos corsários. Por parte das coroas peninsulares europeias

⁶¹² A navegação de corsários frente a Lisboa e Porto, inclusive a curta distância da costa, foi um assunto notificado às Cortes. Cf.: «Exposição do teniente geral Rosa sobre dois corsários americanos que ameaçavam as ilhas Berlengas, frente a Peniche». AARP, *Debates Parlamentares*, Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Monarquia Constitucional, Corte Constituinte de 1821, Leg.1, Ses. 1, Nº 122, 09-07-1821, p.1474. O porto de Cádiz foi totalmente bloqueado no ano 1826. Chaves (2009), p.228. Cf.: Beraza, Agustín «Los Corsarios de Artigas», in: *Revista Histórica*. Montevideo, Museo Histórico Nacional, Año XXXVIII, Tomo XV, Nº 43-45, Dezembro 1944, pp.1-83; Año XLII, Tomo XVI, Nº 46-48, Dezembro 1948, pp.1-352.

⁶¹³ Aizpurua, (1987), p.288. Sobre corsarios, guerra e países neutrais antes do Século XIX, Cf.: García, Luis Brito (1998), *Demonios del mar: piratas y corsarios en Venezuela, 1528-1727*. Caracas, Comisión Presidencial V Centenario de Venezuela, p.454; Solana, Ana Crespo (2006), *América desde otra frontera. La Guayana holandesa (Surinam): 1680-1795*. Madrid, CSIC, pp.89-90.

privava a política de manter a convivência amistosa, convívio que incluía o respeito às decisões de política interna no que as colónias americanas diziam respeito. Esta formalidade obrigava a tratar entre as duas Coroas qualquer problema destas com as colónias sob autoridade do vizinho. Por parte das colónias revoltadas, os corsários eram um instrumento de pressão utilizado pelos governos revolucionários para compelir as nações afetadas pelos apresamentos a tratar com seus agentes. O constrangimento era feito no intuito de obter o reconhecimento político e gerir o comércio do território sob seu controle.

Esta situação levou a empregar os canais para recolher informação, processá-la e formulá-la perante as autoridades dos portos estrangeiros onde os corsários realizavam as suas atividades. Desta maneira, Espanha e Portugal tentaram atacar o problema ali onde os corsários faziam seus negócios. Tal intenção significou o emprego de agentes e da rede consular para organizar processos de reclamação. Os objetivos atribuídos a estes agentes os levaram a realizar variadas viagens e a contactar diversos consulados. A pesquisa sobre este tema sugere que as atribuições foram repartidas entre várias representações consulares no que respeita às informações e trâmites correspondentes as apreensões portuguesas perante o governo colombiano. A verificação desta possibilidade requer seguir a correspondência de comerciantes, agentes e cônsules portugueses no vasto espaço insular caribenho, no norte da América do Sul e costa este de Estados Unidos, o que significa realizar um trabalho especial e pormenorizado para perceber a sua cabal importância na fixação das posteriores relações diretas entre Portugal e Venezuela⁶¹⁴.

Não obstante, a documentação destas décadas permite diferenciar a gradação espacial e medular do tema corsário para Portugal. Em grandes rasgos podemos dizer que a importância concentra-se no Rio da Prata, na costa oriental de Venezuela, nas ilhas do Mar das Caraíbas, bem como nos portos estadunidenses entre Portland e Norfolk, sendo estas regiões consideradas essenciais pelos eventos militares, pelo abrigo vantajoso que ofereciam para as operações piratas e pela construção de navios destinados ao corso. Este enquadramento espacial não era, do todo, um limite da ação para os corsários. Ao contrário, as rotas transoceânicas do comércio espanhol e português incitaram à prática do corso na

⁶¹⁴ Na investigação demos preferência aos fundos de arquivos das agências e dos consulados portugueses, em especial os próximos aos embarcadouros do corso e aqueles localizados em portos americanos e europeus. Para ter ideia da dispersão da informação correspondente ao comércio indireto e aos corsários na documentação das possessões europeias no Caribe, destas com os respetivos organismos de administração colonial em suas metrópoles e a correspondência consular portuguesa informando sobre os corsários, até 1850, ver: ANTT (1997), *Guía de Fontes Portuguesas para a História da América Latina*. Lisboa, Vol. I, Parte «MNE», pp.67-106.

costa peninsular europeia, nas ilhas atlânticas portuguesas, como a Madeira, os Açores e Cabo Verde, e inclusive na costa africana⁶¹⁵.

A história inicial cabe aos corsários associados aos factos ocorridos, em 1816, na fronteira sul da América portuguesa, quando a região de Montevidéu foi ocupada por Carlos Frederico Lecor, Barão da Laguna⁶¹⁶. Esta ocupação realizou-se sob complacência do Diretor do Estado Juan Martín de Pueyrredón e os congressistas de Buenos Aires, que pretendiam delegar no exército português a eliminação do revolucionário José Gervásio Artigas. O objetivo militar português centrava sua força nos portos fluviais que abasteciam as forças e amparavam os navios deste revolucionário⁶¹⁷.

A partir deste acontecimento, o curso desenvolve-se rapidamente quando Artigas começou a distribuir patentes e criar uma esquadra de corsários, os *artiguistas*. O desenvolvimento desta esquadra mobilizou a diplomacia portuguesa nos Estados Unidos a cujos portos iam os corsários de Artigas, entre outras coisas, vender os seus tesouros conseguidos a partir dos navios apresados. O corpo diplomático dirigiu ao governo de Washington os seus protestos contra esta atividade, sendo o ministro plenipotenciário José Correia da Serra⁶¹⁸ um dos mais insistentes na denúncia. Serra aspirava que as atividades dos piratas terminassem de vez com a promulgação da Lei de neutralidade de 1817, que obrigava os corsários a procurar outro porto para legitimar seus “troféus”. Contudo, os seus protestos produziram uma deslocação do problema⁶¹⁹. Perante os factos, a luta de Artigas contra Portugal foi declaradamente mais aberta⁶²⁰.

⁶¹⁵ Chaves, Juan T. (2009), «Emancipación de Hispanoamérica y Guerra económica: la actividad corsaria», in: *Revista general de marina*. Madrid, Min. Defensa, Vol. 257, Agosto-Setembro 2009, pp.223-236.

⁶¹⁶ Agustín Beraza refere o acordo «Herrera-Rademaker», de socorro mutuo contra Espanha, assinado no 26 de Março de 1812, como precedente da intervenção de 1816. Beraza (1948), p.261. Donghi (1998), pp.96-100. A Ordenança Geral de Corso foi aprovada por Artigas nesse ano de 1816. Chaves (2009), p.225. «Carlos Frederico Lecor (Barão da Laguna)» (Portugal, 1764- Brasil, 1836) Comandante em Chefe dos Exércitos do Sul, invadiu Montevidéu (1817), Prov. Oriental que passou a Prov. Cisplatina (1821-1828). Informava das atividades de José Artigas e seus revolucionários ao Ministro Vila Nova Portugal. Donghi (1998), pp.96-100.

⁶¹⁷ «Artigas Arnal, José Gervasio». (Montevideo, 1764 - Paraguay, 1850). Militar, prócer de la Banda Oriental-Uruguay. Cada parte tinha um outro objetivo: João VI procurava uma saída ao Río da Prata para Brasil e os líderes de Buenos Aires queriam colocar a Artigas no meio de duas frentes de guerra, a portuguesa e a portenha. Lorenzo, Celso Ramón (1997), *Manual de Historia Constitucional Argentina*. Rosario, Editorial Juris, Tomo 2, p.44. Silva dos Santos, Marcos David (2013). *A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821): perspectivas diplomáticas e independência do Brasil*. Univ. do Porto, p.41.

⁶¹⁸ «Correia da Serra, José Francisco» (Portugal, 1750-1823). Abade, botânico, geólogo fundador da Academia das Ciências de Lisboa. Ministro plenipotenciário de Portugal em Washington, residência em Filadélfia (Nomeação 1816-02-10 - Termo 1820-08-31). Desfrutou do prestígio e da amizade de grandes figuras da política nos E.U.A. Base de dados AHMNE.

⁶¹⁹ ANTT MNE, Cx 114. Leg. Washignton., Para J. C. da Serra. Lisboa, Palácio do Governo 5-05-1817; 28-08-1817. *O Investigador Portuguez*, Vol. 19, Nº LXXIV, Agosto-1817, p.256; Beraza (1948), p.48; Bourdon,

Representações consulares de Portugal no Mar das Caraíbas



Fonte: Museo Naval de Madrid, detalhe de: «Bowles's New One - Sheet Map of America. London. 1795».

Intervenção: A. Abreu Xavier.

- | | | | |
|-------------|------------------|---------------|-------------|
| 1 Cuba | 4 São Bartolomeu | 7 Santa Lúcia | 10 Curaçao |
| 2 Haiti | 5 Antígua | 8 Barbados | 11 Bermudas |
| 3 São Tomás | 6 Guadalupe | 9 Trinidad | |

O Mar das Caraíbas é uma das encruzilhadas vitais do sistema de comunicações mundiais Norte/Sul e Este/Oeste. Para Venezuela, este Mar representa a sua via natural de ligação ao oceano e, desde sempre, tem sido o cenário de um intenso intercâmbio tanto com as Antilhas como com os países europeus que têm interesses político-económicos na área. Entre os países europeus mencionados com frequência na documentação de arquivo encontram-se: Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Suécia, pelas possessões, e a Alemanha, considerada como o conjunto das cidades hanseáticas e outros territórios alemães, representada pelas suas firmas e seus comerciantes.

As Antilhas foram escala de um grande número de imigrantes, que desde as mesmas emprenderam a remigração para outros destinos americanos. Este foi o caso de uma parte da emigração portuguesa fixada em diferentes ilhas que eram atendidas por representações consulares. No quadro temporal do trabalho, ficou demonstrado que alguns destes portugueses chegaram a Venezuela e que muitos destes consulados, como os apontados no mapa, tiveram contato com o comércio que os portos venezuelanos mantinham na área.

Leon (1975), *José Corrêa da Serra: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil à Washington, 1816-1820*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p.30,119.

⁶²⁰ A «Proclama de José Artigas, jefe de los orientales y protector de los pueblos libres de América del Sur; porque el rey de Portugal había prestado ayuda al gobierno español contra estos estados», do 20 de Maio de 1818, relança o curso contra o comércio espanhol e português como represália. Tello, Pilar León (1985), *El Ejército expedicionario de Costa Firme: documentos del Conde de Torrepano conservados en el Archivo Histórico Nacional*. Madrid, Real Academia de la Historia, Ref. N° 546, p.285.

Esta guerra obrigou a Corte do Rio de Janeiro a considerar medidas militares que se manifestaram de maneira evidente quando foram apressados os primeiros navios corsários⁶²¹. Neste contexto, a intenção da Real Junta de Comércio de aglutinar as naves de carga com igual destino, para zarpar o mesmo dia, em comboio, custodiadas por um barco de guerra, converteu-se na resposta mais prática e à mão para proteger-se, em parte, dos corsários⁶²². Assim, com os portos estadunidenses custodiados por Serra e a organização de comboios, a atividade corsária precisava encontrar outros portos que pudessem garantir suas operações. A partir de Janeiro de 1817, os corsários de Artigas encontraram uma relativa segurança na ilha de Margarita onde tinha sido estabelecido o Almirantado de Venezuela.

A criação deste Almirantado trouxe consigo repercussões para Portugal. Isto significava para a marinha de Portugal uma frente de combate naval muito ampla, que se estendia desde a fronteira sul no Rio da Prata, ao longo da costa de Brasil, e o noroeste das Guianas até à América do norte. Significava, além disso, um ponto de inflexão na sua política de não reconhecimento de colónias espanholas revoltadas, pois Artigas começou a enviar para Margarita naves portuguesas capturadas e forçava um possível entendimento baseado num contacto mínimo entre a diplomacia portuguesa e os líderes venezuelanos.

O Almirantado capitaneado pelo almirante Luis Brión⁶²³ tornou-se, assim, numa terceira frente de operações militares e diplomáticas que desfavorecia Portugal, pois já lutava em Buenos Aires e Washington. Esta frente tinha como particularidades o facto de Portugal não ter nenhum acordo prévio com os venezuelanos, ao estilo do tratado com os portenhos buenairenses. O estabelecimento de um acordo similar entre Portugal e a Venezuela podia levar tempo visto que os políticos portugueses consideravam a revolução na Costa Firme um ponto álgido nas relações com Espanha, como o provou a correspondência de Silvestre Pinheiro Ferreira ao destacar a Juan Manuel Figueiredo em Buenos Aires⁶²⁴ e como tanto se discutiu depois nas Cortes. Esta situação trouxe consequências porque o Governo português, preso ao seu compromisso político, não podia pedir o auxílio da marinha venezuelana para defender o seu comércio dos ataques corsários

⁶²¹ Quando a nave corsária *General Artigas* foi capturada e levada para Montevidéu pelos portugueses, em 1818, a notícia foi comentada por Hipólito José da Costa por considerar que era de interesse para o comércio em geral. Costa comentou a organização de comboios como uma medida necessária para proteger a navegação costeira do Brasil e transatlântica. *Correio Braziliense (CB)*, Vol 20, Nº 118, Março-1818, pp.312-313. Beraza (1948), p.48.

⁶²² Beraza (1948), pp.146-147, detalha uma convocatória publicada in: *Gazeta de Lisboa*, Nº 246, 17-10-1818.

⁶²³ «Brión, Luis» (Curaçao, 1782-1821). Almirante, armador, comerciante, com vastos contactos no Mar Caribe. Fundou o Almirantado e o Corpo de Infantaria de Marinha, em Margarita (1817), in: *DHV-FP*.

⁶²⁴ Acosta Saignes (1959), p.70; Machado Rivero (1966), p.5.

de Artigas. Também não podia apoiar-se na Espanha para empreender uma ação conjunta contra o corso visto a lamentável situação da sua marinha⁶²⁵. Portanto, a solução era acabar com a indecisão política improdutiva e rever o estado da marinha mercante e de guerra⁶²⁶.

Mas, de facto, a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Marinha, o Conselho do Almirantado, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e os comerciantes da praça de Lisboa estavam prevenidos desde Julho de 1817 da situação corsária e do armamento de navios para o revolucionário Artigas⁶²⁷. Em Lisboa sabiam também que as operações dos seus corsários faziam soar o nome de Portugal em Margarita. Assim, entre Setembro de 1818 e Junho de 1819, com destino ao porto venezuelano de Juan Griego foram levadas as seguintes embarcações portuguesas: *Pérola*, do capitão Azevedo, proveniente do Porto para Rio de Janeiro; com partida do Brasil foram sequestradas as naves *Flor de Santa Catalina* e *Dom Pedro de Alcântara*⁶²⁸.

Esta última foi capturada quase na entrada da barra do porto de Lisboa e conduzida ao Mar das Caraíbas; primeiro deixou metade da sua carga em Cinco Ilhas, na proximidade de S. Bartolomeu, para depois ser levada para Margarita. A carga que tinha ficado nos ilhéus suecos foi consignada em nome de Souffron & C^a, em São Tomás, sendo ali vendida. Desta venda, o Cônsul dos Estados Unidos nessa ilha, Nathaniel Levy, comprou uma parte, que foi despachada desde S. Tomás para Baltimore num barco fretado por ele. Este caso originou um processo judicial entabulado pela Legação de Portugal perante os tribunais do estado de Maryland, Estados Unidos, mal se verificou que se tratava de mercadoria portuguesa; no entanto, a decisão demorou até 1824 mostrando ser uma sentença que considerou os agravantes e os condicionantes de cada uma das partes⁶²⁹.

⁶²⁵ Pelo decreto de 8 de Fevereiro de 1816, a Secretaria de Estado y Despacho Universal de la Marina de España e Indias recorreu a los españoles de todos los dominios para que libremente pudiesen armar buques para hacer el corso contra los insurgentes. Chaves (2009), pp.228-229.

⁶²⁶ O assunto da marinha foi debatido no *Correio Braziliense* desde que se começaram a armar os corsários até o fechamento do jornal. Também nas Cortes, chamando a atenção sobre a deterioração do comércio a ela atribuída. ARRP. *Debates Parlamentares*, Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Monarquia Constitucional, Câmara dos Senhores Deputados, Leg.1, Sess. 1, Nº 22, 29-01-1823, p.629.

⁶²⁷ «Edital. Com aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, de Guerra e da Marinha», in: *Gazeta de Lisboa*, Nº 167, 17-07-1817. O Edital está assinado no Palácio do Governo, 9-07-1817.

⁶²⁸ Beraza (1948), pp.119, 211-212.

⁶²⁹ «The Fanny, 1824. The Fanny. The Consul General of Portugal, libellant», in: Scott, James Brown (Dir.) (1923), *Prize cases decided for the United States Supreme Court, 1789-1918. Including also cases on the instance side in which questions of Prize Law were involved*. Oxford, DILCEIP - Supreme Court - Clarendon Press, Vol. II, pp.1285-1293. (Consulta: 20-5-2011, in: www16.us.archive.org).

Estes casos não foram os únicos que fizeram soar o nome de Portugal na sede do Almirantado venezuelano⁶³⁰. Precisamente, Margarita e a marinha colombiana atraíam a atenção dos corsários perante a perspectiva de aprisionar embarcações espanholas e portuguesas para julgá-las numa Corte, em aparência, favorável aos interesses revolucionários. Mas não tudo estava a favor dum julgamento fácil devido às diferenças na jurisdição administrativa do governo revolucionário e aos envoltivos político-económicos nas relações de Colômbia com a Inglaterra e os Estados Unidos. Esta situação levava a uma diferenciação interessante entre as capturas portuguesas feitas no nome de Artigas e o reconhecimento implícito que se fazia da Província Oriental como república na documentação oficial colombiana.

O almirante Luís Brión decidia os termos do comando da marinha militar, composta por dúzia e meia de barcos⁶³¹, e da mercante. Entre as suas ordens executivas estava a exigência aos capitães corsários de solicitarem e obtenção prévia de patentes de corso, de curta duração, desse Almirantado para atuar nas Caraíbas. Tal exigência geral abarcava, por extensão, a fiscalização das patentes tanto das naves que operavam nas Antilhas sob a bandeira de Colômbia, da República Oriental do Rio da Prata ou qualquer outro país, como dos capitães de todas as nacionalidades, uma grande parte de origem estadunidense, inglesa e francesa, e a legalidade do seu estatuto no porto de Juan Griego, na ilha de Margarita⁶³².

A nacionalidade dos capitães, a bandeira dos navios e o estatuto legal competiam, no entanto, à Corte do Almirantado a que presidia o advogado cubano-venezuelano Francisco Javier Yañes, que também era membro da Suprema Corte de Justiça e um político preocupado pelas instituições republicanas⁶³³. Contudo, as omissões existentes nas normas e procedimentos ocasionaram um enfrentamento entre estes dois homens a propósito do julgamento sobre os navios portugueses apreendidos e a atuação dos corsários de Artigas. O afã em capturar navios portugueses levou a justificar a detenção de embarcações que nem sempre foram identificadas de imediato como pertencendo a essa bandeira pelo que, nesses casos, a captura requeria um reconhecimento antes de ser julgada. Um caso que chegou até

⁶³⁰ Estes e outros navios foram capturados por corsários de Artigas como: *Republicana*, *Constancia*, *Ligero*, *Nueva Republicana* ou *El Tigre*. O *Irresistible*, cujo capitão era John David Daniels ou Danells, incorporou-se à marinha venezuelana em Março de 1819, deixando atrás um registo de 29 embarcações portuguesas roubadas, destruídas ou capturadas, entre elas *tres navios de la India de gran valor*. *Gazeta de Lisboa*, Nº 254, 27-10-1818; e Nº 192, 16-08-1819. Beraza (1949), p.107. Nesses anos, a Colômbia contava com os corsários: *Águila*, *Bolívar*, *Congreso*, *General Armario*, *Libre*, *Republicana* e *Trinidad*. Chaves (2009), p.226.

⁶³¹ Griffin, Charles C. (1940), «Privateering from Baltimore during the Spanish American Wars of Independence», in: *Maryland Historical Magazine*. Nº 35, pp.1-25, p.8.

⁶³² Hartog, Johannes (1983), *Biografía del almirante Luis Brión*. Caracas, ANH, pp.104,178, 147

⁶³³ «Yañes, Francisco Javier», in: *DHV-FP*.

a sala do Congresso de Angostura refere que um barco português apreendido pelo bergantim de guerra *El Tigre* tinha sido confundido com uma fragata norte-americana e a confusão tinha motivado grande agitação na Corte de Almirantado de Margarita. O apresamento do navio *Dom Pedro de Alcântara* levantou também particular interesse. Esta nave portuguesa foi capturada ao corsário a *Nueva Republicana*, quando era levada para Margarita, pelo Comodoro Jolly, comandante de uma esquadra colombiana, sob o pretexto de ter dúvidas sobre a legitimidade da documentação⁶³⁴.

Os processos sobre capturas seguidos pelos tribunais em Caracas geraram jurisprudência sobre o assunto corsário. A partir do estipulado nos dois últimos casos referidos, pediu-se ao Governo de Colômbia que legislasse de vez o procedimento para as posteriores presas de bandeira portuguesa rebocadas até Margarita pelos corsários da República Oriental do Rio da Prata que, de acordo com a posição de Brión, não teriam patente reconhecida. A adjudicação da atribuição administrativa recaiu em Yáñez e a Corte de Almirantado, cuja decisão final foi fixar dois *status* e duas medidas a serem aplicadas daí por diante: as «boas presas» seriam admitidas, julgadas e adjudicadas de imediato, enquanto as «presas duvidosas» seriam, por completo, objeto de venda e o montante depositado sob custódia até a comprovação final. A Corte de Almirantado reconhecia, de forma explícita, os direitos soberanos da Banda Oriental para outorgar patentes de corso e navegar sob a bandeira do governo de Artigas com o gozo de imunidade⁶³⁵. Em suma, nesse momento, este reconhecimento político seguiu uma orientação oposta às notícias que Portugal desejava ouvir em relação à proteção do seu comércio.

Certo é que a imprensa e a opinião pública portuguesas se fizeram eco tanto das informações que diziam respeito ao comércio nas Caraíbas, como dos processos em que eram julgados o sequestro e a venda de bens de propriedade portuguesa em Margarita. Este eco chegava à Europa carregado com interpretações de claro acento político misturadas com alguns detalhes alheios à realidade. A *Gazeta de Lisboa*, num claro intuito de infundir medo e desacreditar o corso com os seus estragos, publicou que os corsários revoltosos tinham totalmente interrompido o comércio entre a ilha de São Tomás e La Guaira, sendo algumas capturas levadas para a Margarita e de outras não se tinham sequer informações. A mesma notícia sugere uma maior ordem na navegação na direção de Porto Rico e Cuba,

⁶³⁴ O subterfúgio dos portugueses de izar pavilhão estadunidense ou inglês não enganava aos corsários. Beraza (1949), pp.47-50, 108, 135, 212. Grases, Pedro (Ed.) (1969), *Actas del Congreso de Angostura: Febrero 15, 1819 - Julho 31, 1821*. Caracas, UCV, Facultad de Derecho, Instituto de Derecho Público, Actas: Nº 175, 2-10-1819; Nº 182, 11-10-1819.

⁶³⁵ Beraza (1949), pp.212, 244-247.

aspeto que chama a atenção pelo facto de a informação deixar inferir que os corsários estavam fixados a uma rota deixando de lado Porto Rico e Cuba, tão importantes para o comércio espanhol⁶³⁶.

Outro uso interessante das notícias de Margarita foi feito a partir das decisões da Corte de Almirantado. Assim, o tratamento complicado que dava Yáñez a cada processo, segundo a boa ou duvidosa condição da apreensão, e de acordo também com as condições de apresamento e de bandeira, resultava curioso. Este tratamento mostra na realidade a oscilação da política na guerra económica que se travava no mar⁶³⁷.

Se os processos na Corte em Margarita eram abordados de forma parcial, a notícia prestava-se a más interpretações. O *Correio Braziliense* empregou este recurso no seu claro ataque contra os corsários da República Oriental do Rio da Prata e, em especial, contra Artigas de quem Costa era aberto opositor. O Editor do jornal estava informado dos problemas do julgamento das capturas em Margarita, mas fundamentava sua aproximação analítica aos factos em informações de terceiros por permitir-lhe melhores argumentos para desacreditar a Artigas e criticar ao Secretário da Marinha pela inércia perante a presença de corsários frente às costas portuguesas. Costa emprega este recurso em sua análise sobre o processo aberto ao navio *Dom Pedro de Alcântara* e seu apresamento quase na barra do porto de Lisboa, em 22 de Setembro de 1818, detalhe que o Editor não menciona⁶³⁸. Costa fez uso das fontes de que dispunha para desqualificar a Artigas, que alegava ter o direito soberano sobre o território que ocupava e que esse direito delegava nele a autoridade para outorgar patentes de corso. Costa citou, como exemplo, que a mesma desqualificação era feita na Venezuela. O certo é que a posição de Costa correspondia a do almirante Brión, mas não à opinião mais generalizada entre os políticos venezuelanos de reconhecer Artigas, opinião apoiada depois pela Corte do Almirantado.

O julgamento desta ou qualquer outra nave capturada por piratas tocava os interesses de proprietários, capitães e equipagem estrangeiros, além de se revestir de particular interesse ao tratar-se da confiscação de capturas dos corsários. Estes casos criaram um precedente para a política externa dos revolucionários a ponto de entrar em

⁶³⁶ «Huma carta de Ilha de S. Thomas, de 7 de Julho», in: *Gazeta de Lisboa*, Nº 202, 26-08-1820 [p.3]

⁶³⁷ É o tema central do artigo de Chaves (2009).

⁶³⁸ Segundo Costa, Venezuela recusava *condenar as prezas, que fizeram alguns corsários com bandeira de Artigas; pela óbvia razão de que este homem, crendo-se a si mesmo Soberano de nação, que não existe, não pode ser considerado como Representante de povo algum*. Em relação às críticas contra o Secretario, Costa exigia à Corte armar-se com suficientes forças marítimas para enfrentar Artigas em defesa do comércio Português. Secção «Miscelânea», Guerra do Rio-da-Prata. *CB*, Vol. 22, Nº 129, Fevereiro 1819, pp.205-208.

contradição direta com os interesses dos portugueses no que diz respeito à Banda Oriental. O que se disse é evidente nas instruções que Fernando Peñalver e José María Vergara levaram para Londres, comissionados pelo Congresso de Angostura⁶³⁹. Os 37 artigos das «Instruções» continham a estratégia de criar um círculo de pressão para ganhar o reconhecimento das coroas peninsulares e mudar a política europeia de neutralidade⁶⁴⁰.

O reconhecimento político que se procurava das coroas peninsulares começava pelo reconhecimento entre e pelas mesmas repúblicas americanas. No que respeita aos corsários, os Comissionados venezuelanos tratariam os agentes de Artigas em Londres com a consideração diplomática correspondente ao caráter com que vinham investidos e comunicar-lhe-iam que as apreensões duvidosas feitas por corsários com bandeira da Venezuela, levadas para Margarita, seriam vendidas e guardadas em depósito até verificação das nacionalidades e do apresamento. A restituição deste depósito teria lugar só depois de se verificar junto do Almirantado de Londres a legitimidade das patentes dos navios britânicos que tinham feito a captura. Esta medida levava a uma aproximação entre Artigas e Buenos Aires pelo facto de Londres ter que consultar o seu posto naval sul-americano⁶⁴¹. Com estas instruções, o Governo da Colômbia apostava em dois objetivos que eram contrários aos interesses de Portugal, nesse momento, como era o caso: da anexação da Banda Oriental às Províncias de Buenos Aires e da sugestão de uma desocupação portuguesa de Montevideu. Assim mesmo, a Corte de Almirantado de Margarita adere à Corte de Londres e, com um subterfúgio maior do que o anterior, estabelece um instrumento de negociação direta com as nações interessadas em resgatar os bens de seus comerciantes e seus navios apresados em Margarita. O instrumento é a presença de Peñalver e Vergara em Londres, os quais tinham autorização para tratar destes assuntos. Neste sentido, o jogo diplomático organiza-se em torno do interesse económico gerado pelo valor das mercadorias e dos barcos apresados.

Portugal não desconhecia esta ligação colombiana a Londres, mas a sua reação não foi imediata e aguardou por um contexto diplomático mais formal. De facto, Portugal manteve-se informado da ratificação do tratado de comércio que acompanhou o reconhecimento político da Colômbia pela Grã-Bretanha. Esta informação foi-lhe útil para

⁶³⁹ «Peñalver, Fernando». (Venezuela, 1765-1837). Estadista e político. «Vergara, José María». (Colômbia, 1792-1857). Militar, parlamentar e diplomata. Revolucionários da Independência, comissionados pelo Congresso de Angostura (Julho de 1819), à procura de respaldo político e logístico em Londres; in: *DHV-FP*.

⁶⁴⁰ Andrade, Ivan J. (2001), *Andrés Bello: la pasión por el orden*. Santiago de Chile, EU, pp.107-108.

⁶⁴¹ Beraza (1949), pp.212-213. Urrutia, Francisco José (1918), *Los Estados Unidos de América y las Repúblicas hispano-americanas de 1810 a 1830: páginas de Historia diplomática*. Madrid, Editorial América, Biblioteca Ayacucho, Vol. 34, p205.

preparar seu embaixador em Londres, Pedro de Sousa Holstein, Marques de Palmela⁶⁴², com cópias de uma participação feita pelo capitão do bergantim *São Sebastião* sobre o seu encontro com um corsário colombiano, e aguardar a chegada dos novos agentes colombianos para pedir-lhes satisfação⁶⁴³.

Pelo que se conclui desta ação em Londres este procedimento em relação aos corsários não era novo. A compilação de informação, a cautela e a ação oportuna foram também três passos seguidos pela representação portuguesa em Estados Unidos desde tempos do ministro Serra. Era o mesmo jogo estratégico que caracterizava as decisões deste Ministro⁶⁴⁴. Efetivamente, Serra estava consciente da situação na América do Sul e daí a importância dos argumentos preparados para apresentar queixa perante o governo de Washington e o significado de conseguir, na sequência desta queixa, a lei de neutralidade datada de 1817. A sua correspondência aponta, além disso, que tal lei não eliminava o curso, tão só o desviava e ocasionava problemas de índole económico que deviam ser resolvidos pelos agentes consulares. Daí, a preocupação pelas Caraíbas e Margarita quanto a navios e bens portugueses apresados, vendidos ou confiscados.

Quando José Correia da Serra reportou a Thomas António de Vila Nova Portugal⁶⁴⁵ as atividades desenroladas na primeira quinzena de setembro de 1818, escreveu-lhe com todo o background que tinha adquirido pela sua residência em Estados Unidos desde 1813. Nesse relatório de Setembro, Serra envia novidades sobre os corsários na baía de Chesapeake e das ações criminosas no porto de Baltimore. Como um efeito dessa atividade naval, afirmava que o comércio português devia já *ter sofrido extremosamente*, com as atividades corsárias nas ilhas de Margarita, de S. Domingos e de S. Bartolomeu, *que está coberta de fazenda portuguesa*⁶⁴⁶. Nesse ano, Serra antecipou a importância que as três ilhas teriam para o comércio corsário de navios portugueses pelas notícias que tinha delas. De facto, no que diz respeito a Margarita, desde 1814 que, com certeza, o Ministro deve ter

⁶⁴² «Sousa Holstein, Pedro de» (Italia, 1781- Portugal, 1850) (1º conde, marques e duque de Palmela). Militar, político *cartista* (fação mais conservadora do liberalismo luso) Embaixador em Copenhaga, Berlim, Madrid e Londres. Env. Ext. e Min. Ple. em Madrid (1809-1812), tocou-lhe a deposição de Fernando VII e a regência francesa; em Londres (1816-1820) onde voltou trás a revolução liberal. Várias vezes ministro de Negócios Estrangeiros. Primeiro-ministro em 1834 – 1835, 1842 e 1846. Mónica (2004), Vol. II (D-M), pp.432-439.

⁶⁴³ ANTT MNE. Leg Londres, Cx 751. Do Marquês de Palmela para Conde de Porto Santo. Of. Nº 27, Londres, 16-07-1825. Em resposta a Despacho Nº 34 do Conde de Porto Santo para Marquês de Palmela.

⁶⁴⁴ Seguidos in: Scott (1923), Vols. II-III.

⁶⁴⁵ «Vila Nova Portugal, Thomas António» (Portugal, 1755-1839). Advogado, magistrado, político. Ministro dos Negócios do Reino (1817-1821). *ADCP*. 1935, p.26.

⁶⁴⁶ ANTT MNE. Leg Washington Cx 552. De Ministro Serra para Thomas Antonio de Vila Nova Portugal. Ofc. 17. Filadélfia, 16-09-1818.

tido notícias dos capitães corsários estadunidenses e de outras nacionalidades que atuavam, a partir desta ilha no Mar das Caraíbas favorecidos pela gestão personalista do general venezuelano Juan Bautista Arismendi⁶⁴⁷, o antecessor de Luis Brión⁶⁴⁸.

Confrontado com o dilema de tratar com igual justiça governos amigos e republicas não reconhecidas, Serra afinou a delicada diplomacia portuguesa para não se imiscuir a política na resolução dos assuntos comerciais de Portugal nas Caraíbas. Desta preocupação resultaram duas medidas que procuravam solucionar o problema corsário: a primeira foi credenciar, em Novembro de 1818, William Cock como agente permanente do Consulado geral de Portugal nos Estados Unidos junto a Johan Samuel Rosensvärd, governador de San Bartolomeu e representante real nessa colónia sueca⁶⁴⁹. A segunda medida foi mais estrategicamente pensada e consistiu em credenciar, em Junho de 1819, a Richard Alsop como agente itinerante do consulado em Nova Iorque, então sob cuidado de Joaquim José Vasques, para representar Portugal perante as autoridades coloniais europeias no Mar das Caraíbas. A nomeação não chamava a atenção devido às limitadas atribuições políticas, mas outorgava a Alsop a autoridade suficiente para iniciar processos nos tribunais sobre causas comerciais⁶⁵⁰. Enquanto, do outro lado do Atlântico, Gustavo Beyer, o cônsul geral de Portugal em Estocolmo, geria diretamente a defesa dos interesses mútuos perante o rei de Noruega e Suécia⁶⁵¹.

De seu périplo, concluído em Fevereiro de 1820, Alsop elaborou um relatório detalhado das suas atividades e sobre as hostilidades contra o comércio português nas Índias Ocidentais⁶⁵². Neste relatório, o agente itinerante deixa concluir que a Espanha estava empenhada numa guerra e numa rivalidade comercial quase insustentáveis, com

⁶⁴⁷ «Arismendi, Juan Bautista» (Venezuela, 1770-1841). General, estratega, político republicano e parlamentar pela ilha de Margarita; in: *DHV-FP*.

⁶⁴⁸ O legionário alemão Ducoudray Holstein, que esteve na Venezuela desde 1814, refere que Arismendi sabia fazer bons negócios com os comerciantes estrangeiros. Ducoudray Holstein, Henri La Fayette Villalume (1830), *Memoirs of Simon Bolívar, president liberator of the Republic of Colombia; and of his principal generals; secret history of the revolution, and the events which preceded it, from 1807 to the present time*. Boston, S. G. Goodrich & C^o, pp.318-323.

⁶⁴⁹ Carlos Vidales justifica a vantagem geoestratégica de San Bartolomeu como «puerto neutral» para o comércio "de trânsito" e seus principais agentes, os corsários, com Hispano América; as relações diretas entre as autoridades da ilha e patriotas venezuelanos; as tentativas de comércio entre Suécia e as novas repúblicas. Vidales, Carlos (1994), «San Bartolomé: Las Antillas suecas y la Independencia hispanoamericana (1810-1830)» (Consulta: 26-12-2011, in: http://hem.bredband.net/rivvid/historia/sbarteb.htm#_Toc12310598)

⁶⁵⁰ Bourdon (1975), pp.108, 134-5.

⁶⁵¹ Serrão (1992-2000), Vol. VII, p136. Gustavo Beyer tinha caráter de Cônsul encarregado da correspondência em Estocolmo (Posse, 1814 - Termo, 1821), segundo a Base de dados do AHMNE.

⁶⁵² ANTT MNE. Consulados em EUA, Cx 273. «Conta de Ricardo Alsop sobre as hostilidades contra o comércio português nas West Indies».

fontes de riqueza submetidas à pilhagem até quase à exaustão. Ao mesmo tempo, Alsop descreve a razão para os corsários se lançarem sobre o comércio português. Neste raciocínio mostra, com profundidade, a debilidade da marinha de guerra e a pouca possibilidade de defesa da marinha mercante da Coroa de Lisboa⁶⁵³.

A este handicap, somava-se outro fator: o valor da carga portuguesa, verdadeira atração para os corsários. Ao contrário dos espanhóis, os navios de Portugal, *at that time the most valuable on the world, were a tempting bait*, começaram a ser atacados quando se perdeu o temor às represálias portuguesas. Este comentário merece ser considerado no contexto de negociações, intermediação e rivalidades de comerciantes e agentes de navegação de outras nações no Mar das Caraíbas, entre as que Alsop menciona encontram-se França, Holanda, Inglaterra e Suécia, um contexto onde Portugal ficava na periferia por não ter maior representação nem poder militar de persuasão. Alsop insinua também a complicada rede de contactos e interesses entre os agentes de diferente carácter que se entendiam em termos de negócios e debatiam ilegalidades, quando necessário. As notas não deixam de ser uma alusão diplomática ao temor em Portugal pelo torpor do comércio, devido à sua estrutura e dimensão, e por uma perda do apoio de Grã-Bretanha que então, como se mencionou, dava mostras de ter um maior interesse na abertura económica⁶⁵⁴. Alsop propõe a solução numa estratégia naval contra os corsários e, nomeadamente, contra a ilha de Margarita, que era então o porto corsário mais ativo. Para apoiar a sua estratégia proporcionou no seu informe informações sobre o almirante Brión e a oficialidade da marinha venezuelana, a composição da frota sedeadada em Margarita, a ligação logística com Inglaterra⁶⁵⁵ e concluiu a informação com uma ampla descrição da navegação no Golfo de Paria, em especial em relação à costa da Venezuela com a ilha de Trinidad.

⁶⁵³ A afirmação de Alsop coincide com as declarações de um corsário americano que confrontado nas águas de Escócia assegurou ter ordem de apresar ou queimar os navios espanhóis, portugueses, alemães e italianos *porque não têm navios armados para protegerem o seu comércio*. *Gazeta de Lisboa*, Nº 193, 16-08-1817.

⁶⁵⁴ O documento de Alsop é de circulação restringida, instruído de carácter político e não inspira aos comerciantes portugueses a continuação ou o aumento dos embarques em frota nacional, vista a maior segurança de navios de outras nações que não estão em guerra com América e o desamparo marítimo, aspeto que ressalta ao final do relatório nos reiterados chamados para destacar cruzeiros tanto nas rotas portuguesas como no Caribe.

⁶⁵⁵ O navio *La Victoria* foi negociado em Londres por Luis López Méndez. Este e mais quatro navios (*Britannia*, *Dawson*, *Indian* e *Prince*) carregaram legionários ingleses a fins de 1817 com destino a Venezuela, fazendo trasbordo no Caribe. No 17 de Maio de 1818, uma flotilha espanhola encarou a Brión, que a bordo de *La Victoria*, comandava uma esquadra de cinco bergantins e três goletas, frente ao porto de Gustavia, capital de San Bartolomé, onde contava com a simpatia de Rosensvaard. Hartog (1983), p145; Lecuna, Vicente (1983), *Crónica razonada de las guerras de Bolívar*. Caracas, Ministerio de la Defensa - Ediciones de la Presidencia de la República, Vol. 2, p.220.

As sugestões de Aslop não foram aplicadas, e devido à falta de medidas eficazes por parte de Portugal, Margarita continuava a ser depósito dos barcos portugueses capturados⁶⁵⁶. Ainda que tenham sido propostas que demonstravam o péssimo estado da marinha portuguesa e o tempo que demorariam a pôr em prática ações para defender-se dos piratas, as autoridades não deixavam de seguir com atenção as atividades corsárias⁶⁵⁷.

De igual modo, a correspondência consular portuguesa continua a dar conta da necessidade de tratar com os representantes da Colômbia para resolver o problema corsário e solicitar a retribuição dos bens portugueses. O Ministro dos negócios estrangeiros Tomás António de Vila Nova Portugal tinha notícias das ações corsárias que, de maneira reiterada, lhe eram remetidas a partir dos portos estadunidenses, em cujos estaleiros se continuavam a armar navios destinados ao corso⁶⁵⁸. Além desta informação oficial, os jornais proporcionavam dados suficientes para imaginar a magnitude dos danos que ocasionavam, a dimensão espacial da navegação dos corsários e as ligações entre portos marítimos e fluviais inclusive em lugares no interior da Venezuela⁶⁵⁹. Isso para não falar das notícias similares transmitidas pela *Gazeta de Lisboa* entre Julho e Dezembro de 1819, meses em que deu conhecimento da importância de que se revestia o comércio caribenho para a Venezuela. Nestas edições, a *Gazeta* demonstrou as evidentes ligações entre São Tomás, Trinidad e as diversas ilhas das Índias Ocidentais, com os portos venezuelanos de mar, como La Guaira, Cumaná, Margarita ou Barcelona, e fluviais, entre quais os que Angostura destacara de forma reiterada⁶⁶⁰.

Os cônsules nos Estados Unidos acompanhavam a imprensa sobre as atividades comerciais e navais que envolviam cidadãos e bens portugueses⁶⁶¹. Perante os leitores da imprensa ficava evidente que a ação dos corsários sobre o comércio de vários países era

⁶⁵⁶ Como o bergantim *Triunfante*, comandado pelo tenente Rodrigo Deodoro de Freitas, apanhado pelo corsário *General Rivera* em rota Baía-Porto; ou o bergantim *Flor de Santa Catarina* capturado pelo corsário *Irresistível* ao partir do Rio de Janeiro. Beraza (1949), pp.187, 289.

⁶⁵⁷ «Ofc. de Carlos F. Lecor a Thomas Antonio de Vila Nova Portugal, Montevideo, 8-Outubro-1820», in: *Anais do Itamaraty*. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1942, p.217; citado in: Bareza (1949), p.180.

⁶⁵⁸ ANTT MNE. Cons. nos EUA, Cx 273. De cônsul geral Joaquim Barroso Pereira para Tomas Antonio de Vila Nova Portugal. Filadélfia, 16-08-1820. Anexo: Recorte do artigo «General Ramirez. The following is the outline of the cruise of the Columbia alias Arroganta...», de: Savannah, Saturday morning July 15, 1820.

⁶⁵⁹ Cf.: *Correo del Orinoco*, Nº 30, 8-05-1819, sobre a opinião de Manuel Torres e as decisões tomadas pelos líderes de Buenos Aires; *CO*, Nº 53, de 19-02-1820, sobre armamento dos corsários; *CO*, Nº 85, 21-10-1820, restrições impostas aos corsários nos portos de Estados Unidos; *CO*, Nº 105, 21-05-1821, informação sobre a Corte de admirantado em Margarita e suas sentenças. O *CO* é fonte fundamental no estudo de Bareza (1994).

⁶⁶⁰ *Gazeta de Lisboa*: Nº 157, 6-07-1819; Nº 181, 3-08-1819; Nº 254, 27-10-1819; Nº 306, 28-12-1819.

⁶⁶¹ «Law case - Piracy, Before the District Court of the U. S. at Savannah. December, 1820», in: *Nile's Weekly Register*. Baltimore, 13-01-1821, Nº 20, Vol. 19, pp.319-320.

nefasta e, as vezes, fazia falta uma ação consular concertada destes países para obter um resultado favorável. A publicação dos processos em tribunais continham argumentos, réplicas e decisões arbitrais que insinuam, de novo, a conveniência de um acordo direto entre as várias partes prejudicadas pela pirataria porque, conquanto o governo de Estados Unidos tivesse aprovado leis e julgasse nos seus tribunais as denúncias contra a pirataria, não era novidade certa inclinação das decisões a favor dos cidadãos da União⁶⁶².

Os meandros do problema corsário em tribunais eram assuntos a serem seguidos de perto pelos cônsules. Este acompanhamento proporcionava informação e propiciava oportunidades para, efetivamente, medir a diplomacia como instrumento de defesa dos interesses portugueses perante os factos que os vinculavam aos revolucionários americanos. O processo do navio *Dom Pedro de Alcântara* é prova de como no Parlamento e nos tribunais dos Estados Unidos era tratado Portugal, sem contar com uma ação política mais determinante dos tratados vigentes para contornar os meandros dos interesses nacionais. Não obstante, às vezes, o contacto pessoal podia cobrir esta falta. O ministro português Correia da Serra exhibia estes apropriados contactos que lhe permitiram oportunidades através de suas amizades⁶⁶³.

Ainda assim, as Cortes Gerais portuguesas estavam insatisfeitas com os resultados económicos do seu corpo consular na América. A indignação estendia-se à defesa dos bens dos cidadãos portugueses, ao fomento e à proteção do comércio exterior e, particularmente, aos Estados Unidos por armar corsários com bandeira de Artigas *abusando da paz e amizade que tinham com a Nação*⁶⁶⁴. Perante os olhos dos prejudicados, os Estados Unidos “estavam descobertos” como país financista dos corsários. O movimento corsário trouxe, sem dúvida, benefícios aos estaleiros, comerciantes, marinheiros e agentes oficiais do país, dedução feita a partir do *lobby* promovido perante o governo em Washington por cidadãos nacionais e representantes estrangeiros dos quais, como visto, não escapavam os portugueses. Tudo indica que grande parte do fluxo financeiro do negócio corsário consistia em investir na construção e armamento de navios passando pela validação de licenças e patentes até à compra e revenda de cargas apresadas, com os respetivos pagamentos de

⁶⁶² O corsário Taylor recebeu uma declaração de inocência na causa interposta pelos cônsules de Espanha e Portugal, em 1819. O mesmo ia *tomando a causa de outro Pirata chamado Harrick*. Apesar da lei, esse ano estavam em construção: 8 bergantins e várias escunas. «Estados Unidos da América. Baltimore 29 de novembro», in: *Gazeta de Lisboa*. Impressão regia, Nº 51, 1-03-1819, p.[1].

⁶⁶³ As diligencias realizadas por Correia da Serra in: Bareza (1948), pp.249-250.

⁶⁶⁴ «Indicação lida por Fernandes Thomaz, Salão das Cortes», in: AARP, *Debates Parlamentares*, Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Monarquia Constitucional, Corte Constituyente de 1821, Leg.1, Sess. 1, Nº 184, 25-09-1821, p.2397.

imposto aduaneiro para efeitos de nacionalização. Outros benefícios eram obtidos a partir da reparação e até recompra das embarcações corsárias. A relação entre as cidades de Estados Unidos e os portos da Venezuela e das Caraíbas tinha produzido os efeitos desejados em termos económicos, inclusive uma rápida expansão urbana de cidades como Baltimore, e um importante movimento de investidores e armadores que encontraram, assim, novas formas de fazer trabalhar os seus navios e tripulações⁶⁶⁵.

Portanto, enquanto esta corrente de dinheiro movida por barcos e mercadorias tinha lugar, os revolucionários perseguiram seu objetivo político-militar. O interesse evidente dos corsários sul-americanos era a criação de uma frente de ataque naval enquanto se consolidava uma marinha mercante ou de guerra, como as comandadas por Brión ou por Artigas, que agilizassem o transporte de mercadorias e o ataque ao comércio ibérico. Em ambos casos, os corsários e uma marinha nacional estavam pensados com o fim de garantir bens e dinheiro para, por sua vez, sustentar e financiar a guerra pela independência⁶⁶⁶. Para o comércio ibérico, o circuito corsário afetava os interesses de comerciantes independentes, companhias exportadoras e institutos financeiros nacionais⁶⁶⁷.

Nesta luta de interesses enfrentados, o valor do roubado aos portugueses ascendia a uns cinco milhões de dólares⁶⁶⁸. Segundo o *Correio Braziliense*, a distribuição de culpas tinha que ser feita entre os corsários de Artigas, o almirantado em Margarita, as autoridades coloniais em várias ilhas do Mar das Caraíbas, as atividades dos armadores nos Estados Unidos e o governo de Portugal.

Por outro lado, o circuito corsário ocasionava um grande fluxo financeiro em direção a Londres, difícil também de determinar com exatidão. O motivo deste fluxo era o mercado de resseguros. Este aspeto é notório no caso das companhias marítimas portuguesas, que certificavam apólices nacionais para uma grande parte dos navios e suas cargas. Mas, a seguir, as seguradoras resseguravam-se em Londres em sociedades que, no

⁶⁶⁵ Ewell, Judith (1999), *Venezuela y los Estados Unidos desde el Hemisferio Monroe al Imperio del petróleo*. Caracas, UCAB - Banco del Caribe, p.39.

⁶⁶⁶ Fortique, José Rafael (1968). «El curso venezolano y las misiones de Irvine y de Perry en Angostura», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, N° 202, Abril-Junho, pp.210-225. Ewell (1999), pp.40-41.

⁶⁶⁷ No seu estudo sobre as relações da Venezuela com os Estados Unidos, Judith Ewell certifica que os corsários que se abasteciam em Baltimore entre 1815 e 1819, eram provas claras de que o estrangulamento do comércio e a precária situação económica tinham enfraquecido o benefício de apresiar navios de Madrid. Ewell (1999), p.40. Devido a esta situação, os corsários aguardavam à vista do porto de Cádiz e apresavam as embarcações do comércio de Europa e de cabotagem. ANTT MNE. Consulado em Cádiz, Assuntos diversos 1783/1834. Livro 212. Ao Ministro Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros. Of. 10, Cádiz, 18-11-1823, f.25; e Livro 215. À SENE. Of. N° 90, Cádiz, 12-05-1826, ff.1-2.

⁶⁶⁸ *CB*, Vol XXI, N° 125, 1818, pp.463-465.

final, eram as que sofriam os efeitos financeiros dos ataques corsários. Segundo a *Gazeta de Lisboa*, uma destas sociedades foi a Lloyd, que se viu obrigada a publicar listas dos barcos portugueses apresados com notícias sobre os supostos perpetradores, lugar do transbordo e destino de mercadorias roubadas, bem como o valor do seguro das mesmas. Estes inventários causavam temor na Bolsa de Londres e a partir deles sabe-se que, em 1818, a Lloyd sofreu uma perda de 100.000 Libras por dois barcos portugueses apresados: *Grão Pará* e *Carolina*; e que a carga de açúcar, arroz e café do bergantim *Guadalupe*, que foi apresado e afundado depois de sair do Rio de Janeiro, estava avaliada em 140.000 cruzados⁶⁶⁹. Estes montantes servem para imaginar o valor que as operações corsárias só com presas portuguesas retiravam às alfândegas, às autoridades, aos comerciantes e aos traficantes, entre outros atores, no Mar das Caraíbas, nos Estados Unidos e na Venezuela, sob os conceitos de revenda, alfândega e nacionalização.

Durante esse ano o *Correio Brasiliense* divulgou comentários a essas listas e, na sua edição número 125, publicou um inventário de apresamentos e roubos de navios portugueses, baseado nas listas de Lloyd, com o que pretendia atizar a inimizade contra a causa dos corsários, arremetendo em especial contra Artigas e ilibando quase os colombianos. Este inventário deixa, de passagem, uma interessante conta, cronológica e geográfica dos apresamentos por todo o Atlântico, com piratas porteados em costas americanas e peninsulares europeias. A retribuição financeira destas perdas, exigidas aos Estados Unidos, demorava a ser julgada e, assim, muitos dos nomes de navios corsários sul-americanos e mercadores portugueses repetiam-se numa lista de penderes do Consulado em Nova Iorque, em 1820⁶⁷⁰.

Em Londres, os interessados no comércio com as colónias espanholas da América Meridional sentiam-se pressionados pelas perdas económicas, a incerteza no trato com as autoridades oficiais, por falta do reconhecimento político daquelas colónias já independentes de facto, os ataques corsários em quase todo o Atlântico e as notícias alarmantes. Não só padeciam os interesses dos intermediários, como referia a *Gazeta de Lisboa*, em Novembro de 1819, mas também todo o sistema económico que era afetado

⁶⁶⁹ *Gazeta de Lisboa*: Nº 201, 26-08-1818; Nº 246, 17-10-1818; Nº 252, 24-10-1818.

⁶⁷⁰ Entre os 7 corsários denunciados, apareciam: o navio *Republicana* do Capt. Chase que apresou navios portugueses e espanhóis que foram desconhecidos por capitães da marinha comandada pelo Almirante Brión; e o navio *Fortuna* do Capt. Clark que navegava entre Margarita e Amelia apresando navios portugueses. A lista do Cônsul indica 14 casos de navios portugueses a espera de sentença. ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 116. «Listas das acções intentadas por Joaquim José Vasques, cônsul-geral da Nação Portuguesa ad interim, em Nova Iorque, a 10-07-1820». Os navios *Luisa de Lisboa*, *Nympha de Lisboa*, *Paquete do Porto* e *Don Pedro de Alcántara*, aparecem também nas listas do CB, Vol XXI, Nº 125, 1818, pp.463-465.

pelas consequências de ações efetuadas em regiões distantes. Nesta sequência, na opinião de comerciantes britânicos, publicada nesse número da *Gazeta*, as dificuldades resolviam-se com o reconhecimento político das repúblicas americanas e as relações diretas normalizadas por tratados. Para eles, todo ato fora da lei produzia consequências nefastas para o sistema económico e deram exemplos para o demonstrar.

Assim, a presença do legionário britânico sir Gregor MacGregor nos recifes de Florida⁶⁷¹, em contravenção aos interesses de Estados Unidos na zona, atuando em nome da Venezuela, facilitava a atividade dos corsários de Artigas contra navios espanhóis e portugueses e ocasionava distúrbios no comércio da Jamaica. Mas também perturbava o papel de reexportadores de produtos de outros países assumido pelos negociantes ingleses, *cujos fundos se tem empregado em abrir créditos consideráveis aos Espanhois do Mar do Sul, mas também os Fabricantes que têm auxiliado o comércio para estender áquelles países as suas especulações*⁶⁷², matéria que teria interessado a Portugal e seria razão para a publicação na *Gazeta*. Para estes negociantes, o sistema económico tornava-se cada vez mais complicado nas suas causas e efeitos, de maneira que as ações corsárias nas Caraíbas, atingiam também a economia interna *e sobre tudo a classe pobre e operária de todas as Cidades fabricantes do Reino Unido, a qual se veria na mais deplorável situação por ter de parar seus teares em razão de se obstruir este canal de exportação.*⁶⁷³

Esta não foi, no entanto, a única vez que os comerciantes ingleses formularam exigências políticas ao seu governo para defender o tráfico de produções nacionais e mercadorias estrangeiras, das quais muitos eram os intermediários, para América. A mesma *Gazeta de Lisboa* deu um exemplo da iniciativa política dos negociantes de Londres que em 1824 se declararam a favor da independência dos novos Estados de América Meridional e reivindicaram o seu reconhecimento por duas razões, para as quais diziam ter fundamentos: a primeira é que *não resta o mais pequeno vestígio de domínio Espanhol de forma alguma* naqueles Estados e a segunda é a inquietude *se a demora continuada em reconhecer esta*

⁶⁷¹ «MacGregor, sir Gregor». (Escócia, 1786 - Venezuela, 1845). Médico, militar, experiencia no exército português e no espanhol. Legionário em Venezuela. Toma a ilha Amelia (29-6-1817), situada na parte nordeste da Florida, proclama a República das Floridas; in: *DHV-FP*.

⁶⁷² *CB*, Vols. XX-XXI, 1818. Estes são extratos de uma carta dirigida ao Governador da ilha, Duque de Manchester, copiada da *Gazeta de Jamaica*, comentada na *Gazeta de Lisboa*. «Jamaica. Kingston, 3 de Agosto», in: *Gazeta de Lisboa*: N° 283, 30-11-1819, pp.1-3.

⁶⁷³ *Idem*.

*existencia política não produzisse as consequências mais prejudiciais nas transacções mercantis em que estão envolvidos*⁶⁷⁴.

As duas afirmações dos comerciantes refletem a pressão do comércio para fomentar o crescimento económico da Grã-Bretanha num marco de política e direito internacionais que incluía as repúblicas americanas. Como potência económica do momento, a estruturação de tal política marcaria uma linha na política externa de outros países, que pela sua condição periférica estavam atentos às decisões inglesas. Os fluxos comerciais e financeiros, de que se faz eco a *Gazeta de Lisboa*, eram uma mostragem de como se ia generalizando o comércio e forçava o entendimento direto dos países. O conhecimento deste processo não só importava ao produtor inglês, mas também a todos comerciantes de géneros internacionais, pois o dano ocasionado a uma rota comercial tinha repercussões em vários países.

A posição dos redatores da *Gazeta de Lisboa* está refletida nestas passagens informativas. A posição principal reverbera a diretriz da política externa portuguesa que, na sua forma mais equitativa, advogava a harmonia das nações amigas, bem como o respeito à norma e ao direito de gentes; e condena às *especulações de certa gente sem honra*. Esta última frase é uma censura aos legionários e capitães corsários que alucinados *com a ilusoria esperança de um rico despojo, abandonam a sua pátria*.⁶⁷⁵

De tudo o que se disse se retira a importância dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, como países onde se jogavam várias estratégias vinculadas ao curso venezuelano e apresentavam diversos palcos nos quais Portugal e a Venezuela podiam entrar em contacto político através de seus agentes oficiais. No caso de Estados Unidos, enquanto as representações espanhola e portuguesa encontravam-se presentes na costa este para velar pelo comércio e contrariar o curso, a presença dos revolucionários sul-americanos na mesma zona tinha a sua razão de ser na cobertura das necessidades logísticas que Grã-Bretanha não podia suprir do todo. A técnica de construção naval estadunidense, por exemplo, adequava-se em termos de manobrabilidade e velocidade ao objetivo militar que visava atingir: apresar as embarcações ibéricas mais pesadas e mais lentas. Alguns dos estaleiros eram, além disso, depósitos de intercâmbio de uma enorme e variada quantidade de mercadorias, procedente de todas partes, das quais muitos beneficiavam, inclusive burlando as leis aduaneiras, pela sua proximidade ao Mar das Caraíbas enquanto a distância

⁶⁷⁴ "Petição que fizeram os Negociantes de Londres a favor da independência dos novos Estados da América Meridional" in: *Gazeta de Lisboa*: N° 159, 8-07-1824, p.2.

⁶⁷⁵ *Gazeta de Lisboa*: N° 283, 30-11-1819, p.3.

jogava contra os portos ingleses e obrigava a levar as mercadorias até o outro lado do Atlântico.

Como foi visto, a política exterior de Portugal interessava-se de sobremaneira pela faixa oriental de Norte América, dispondo consulados em seus portos mais importantes e analisando as disposições locais para tirar partido a favor do seu comércio. Outro tanto fazia Espanha. As respectivas delegações empreenderam um trabalho considerável na contramão dos corsários sul-americanos para impedir suas operações e obter compensações de Washington através da modificação e promulgação de leis⁶⁷⁶. Como indica o historiador Agustín Bezara, *los intereses del corso en Estados Unidos eran enormes y no se podían hacer desaparecer de un día para otro*. A proibição escrita sobre o papel não tinha correspondência com a verdadeira intenção de cidadãos de todas profissões, nacionalidades e interesses⁶⁷⁷ que *pudieron continuar adquiriendo, en efecto, toda clase de material de guerra y sacarlo fuera de Estados Unidos, corriendo solamente los riesgos de la detención por las autoridades pertinentes o el apresamiento en alta mar por los corsarios*⁶⁷⁸.

Para os revolucionários sul-americanos, a aquisição de navios de fabricação estadunidense era fundamental e contava com precedentes favoráveis. A experiência da guerra anglo-estadunidense, entre 1812 e 1815, determinou a redimensionamento das embarcações em tonelagem e velocidade, com as quais foi possível tomar *cerca de un millar y medio de presas al comercio inglés*⁶⁷⁹. O corso sul-americano aplicou depois esta experiência técnica em seu favor e contra o comércio espanhol e português, aumentando o deslocamento, o armamento e a aparelhagem. A experiência em navegação transoceânica destas embarcações e desta tripulação também foi considerada na hora de formar a marinha venezuelana. Na altura da Guerra de 1812, os capitães da União atacaram o comércio inglês em diferentes latitudes, em particular na Península ibérica e inclusive na desembocadura do Tejo provocando incidentes contra a neutralidade portuguesa⁶⁸⁰. Estes capitães desempregados vieram a ser elementos muito úteis no confronto dos *artiguistas* contra a Península Ibérica e dos colombianos contra Espanha⁶⁸¹.

⁶⁷⁶ Os ministros Caballero Luis de Onís (Espanha) e José Correia da Serra (Portugal) formaram um *lobby* que conseguiu algum sucesso. Beraza (1948), pp.226-228. Bourdon (1975), p.23, 77. Calvo (1865), p.289.

⁶⁷⁷ Ewell (1999), pp.40-41.

⁶⁷⁸ Beraza (1948), pp.229-230.

⁶⁷⁹ *Ibidem*, pp.50-51.

⁶⁸⁰ Coggeshall, G. (1856), *History of the American privateers, and letters-of-marque, during our war with England in the years 1812, 13 and 14*. N. Iorque, Author-C.T.Evans, p.103, 128, 139, 153-156, 322, 377, 382.

⁶⁸¹ Ewell (1999), pp.39-40.

Os construtores navais instalados nas baías de Chesapeake e Delaware foram os mais favorecidos pelos corsários da América do Sul. *De Charleston, Boston, Newport y, especialmente de Baltimore salían, de continuo, corsarios que en sus cruceros alcanzaban hasta el Río de la Plata, mediando solamente cincuenta días de navegación entre estos puertos y la Colonia del Sacramento y Buenos Aires*; a cidade de Baltimore, em particular, permitia, além disso, uma rápida conexão com centros políticos e económicos como Washington e Filadélfia e a rápida saída ao oceano. De facto, os 'Baltimore Clipper' tornaram-se então famosos sendo vários adquiridos por corsários sul-americanos⁶⁸². Algumas de suas características encontravam-se inclusive nas naves de guerra para a navegação fluvial que patrulhava o Orenoco e a região guianesa venezuelana⁶⁸³.

Baltimore era, portanto, sede de interesses concorrentes. José Correia da Serra expôs esta situação, como prova para impulsionar a lei pela qual o Congresso de Estados Unidos proibiu a venda e o armamento de embarcações de guerra, porque se comprovou que *nos portos Americanos se tem armado com bandeira de independentes Espanhois para atacarem e tomarem os navios Portugueses*, advertia, em 1817, *O Investigador portuguez em Inglaterra* como um ato diplomático português conseguido para tranquilidade dos armadores e comerciantes portugueses⁶⁸⁴.

Não obstante, a notícia do *Investigador* demonstrou uma curta alegria segundo mostram tanto os «Papeis relativos às reclamações de prejuízos causados ao comércio português por corsários piratas armados nos Estados Unidos, 1817-1821»⁶⁸⁵, como um requerimento de Isidoro Francisco Guimarães⁶⁸⁶ lido nas Cortes Gerais. O primeiro documento segue a linha de exposição dos inventários da Lloyd. No que diz respeito a

⁶⁸² Beraza (1948), p.47. 'Baltimore Clipper': deslocamento: entre as 100 e 500 toneladas; número de canhões: em proporção à tonelagem, entre 18/20 a 34; tipo: canhões de ferro e de bronze para projéteis de 6, 9, 12 e 18 libras; disposição: sobre, ao longo e a ambas bandas da coberta com canhões de proa e de popa giratórios; velâmen: grande quantidade de pano e aparelhagem como as escunas e bergantins. Descrição resumida baseada em Beraza (1948), pp.51-53, que cita Griffin (1940).

⁶⁸³ Em 1820, o legionário alemão Carl Richard descreveu os bergantins e «flecheras» que faziam o comércio e o curso na foz do rio Orinoco, Trinidad e ilhas ao norte de Tobago, com alguns elementos característicos dos *clippers*. Igual semelhança se encontrou numa «flechera» disposta a partir desde a cidade de Angostura águas acima: *una de las flecheras más grandes que, aparte de la pequeña base giratoria en el medio de ella, llevaba un gran cañón ordinario de ocho libras que apuntaba a proa*. Abreu Xavier (2005), pp.294-297, 338.

⁶⁸⁴ *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal literário, político, &c.*, Londres, Vol. 19, Nº 74, Agosto-1817, p.256. O jornal exercia grande influência nos homens de negócio em Portugal. Mónica (2004), Vol. I (A-C), p.651.

⁶⁸⁵ Nestes papéis consta que o cônsul Joaquim José Vasques era o Procurador encarregado da reclamação de 32 firmas comerciais, navegadoras, asseguradoras, etc. ANTT MNE. Leg Washington, Cx 116. Corsarios.

⁶⁸⁶ «Guimarães, Isidoro Francisco». Liberal, mação, militar da armada. No requerimento lido nas Cortes Gerais pedia maior poder para a marinha e a navegação. Mónica (2004), Vol. II (D-M), pp.392-393.

Guimarães, este capitão-tenente da armada relatava o seu confronto contra um corsário e como estava sofrendo *o nosso comércio os maiores reveses na costa d'Africa*, e a situação de Brasil, referindo ter representado *energicamente a necessidade que havia de proteger aquella costa por navios de guerra ligeiros, mas de forças, porque os corsários que ali ião eram bem esquipados*⁶⁸⁷.

Contudo - e aqui Guimarães junta-se aos protestos contra o Governo português - *os ministros não acenderão á sua representação, por indolência, e ignorância; que por muitas vezes os comerciantes de Angola, Benguela, Rio de Janeiro, e mesmo os capitães, gerais pediram a mesma proteção*. O Capitão-tenente tinha razões para reforçar seu requerimento *em nome dos comerciantes da costa d'Africa, e mesmo dos do Rio de Janeiro*, pois que esse comércio *em nove meses, perdera em direitos quatrocentos e vinte contos, afóra o lucro dos particulares*. Além disso, o equipamento da marinha era não só insuficiente, como inapropriado, era uma marinha sem dinheiro nem materiais para estaleiros e expunha, para ilustrar mais o drama, que *um único corsário pode fazer perecer á sede a povoação de Angola*⁶⁸⁸.

Como os estaleiros em Angola, as dificuldades económicas limitariam também a ação consular portuguesa contra os corsários *artiguistas* e venezuelanos. Como se viu, dificuldades deste género foram motivo de redução de consulados nos Estados Unidos e em outros países. O número de cônsules e agentes foram limitados a portos de mar que tinham ligações com comércio português direto mas imputando-lhes a função económica, protetora e defensora do comércio português, uma função carregada de boas intenções e de aspiradas realizações⁶⁸⁹.

As limitações económicas ter-se-iam repercutido na qualidade do serviço externo. Mas, em relação às limitações, a eficiência também dependia da administração interna nacional, pois segundo declara a *Gazeta de Lisboa*, em 21 de Outubro de 1818, a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação foi acusada de facilitar fundos ao Cônsul Geral em Nova Iorque, Joaquim José Vasques, que tinha fixado residência accidental em Baltimore, para continuar com os juízos e reclamações. Vasques, *que faz de cônsul geral interino*, seguia a disposição do ministro Serra que atribuía aos cônsules a execução das

⁶⁸⁷ AARP, *Debates Parlamentares*, Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Monarquia Constitucional, Corte Constituyente de 1821, Leg. 1, Ses. 1, N° 195, 09-10-1821, p.2578.

⁶⁸⁸ *Idem*.

⁶⁸⁹ Pinheiro Ferreira girou instruções para os cônsules e os agentes sobre o destino das informações por eles recolhidas. ANTT MNE. Estados Unidos, Leg. Washington. Liv 416, f5. De S. P. Ferreira, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, para Francisco Solano Constâncio. Of. N° 7, Lisboa, 27-07-1822.

reclamações em Baltimore, cidade que o Ministro visitou e onde confirmou o embarque dos irmãos Abreu e Lima na fragata *Hebe* rumo ao rio Orenoco⁶⁹⁰.

As coisas não foram mais fáceis para o cônsul seguinte, Joaquim Barroso Pereira. Depois de Vasques tentar *varias ações contra cidadãos americanos pelo crime de interferir o ecranamento de corsários, debaixo da bandeira de Artigas, Venezuela, e outras, e sendo alguns destes libelos puramente criminais*, Pereira anunciou não lhe *ser possível por falta de meios prosseguir todos aqueles litígios*⁶⁹¹. De maneira mais extensa, o novo Cônsul deixou exposto o caso da *Gaceta da Savannah* que, no Sábado 15 de Julho de 1820, tinha publicado a sua versão sobre o corsário *Columbia*, também conhecido pelo nome de Arrogante, do capitão Metcalf. Segundo Pereira, este navio foi armado em Baltimore em Dezembro do ano anterior e saiu a roubar com bandeira de Venezuela. Ou mesmo Jornal admitia a participação de cidadãos dos Estados Unidos na tripulação do navio que, depois de ter sido armado *with one gun on a pivot*, partiu *on a voyage to the Orinoco or Margarita*, mas *after the Columbia left the Chesapeake she altered to the southward and eastward*, e dirigiu-se para as ilhas de Cabo Verde e costa de África. O cônsul Pereira deixa entrever que esta confissão pública, feita por um jornal local, não era só aproveitável mas um argumento convincente para apresentar uma contestação contra o governo dos Estados Unidos no caso de ter os recursos.

Esta situação, que introduzia um potencial de ação legal e diplomática portuguesa contra os estaleiros estadunidenses por estes sustentarem a logística corsária venezuelana, não foi única. Mas também existia uma opinião pública contrária, pois a imprensa estava dividida. Segundo o estudo que fez o historiador Agustín Beraza, a imprensa nos centros navais ativos defendeu a atividade corsária, numa evidente atitude de repúdio das pretensões de Espanha e de Portugal. Ao contrário, os centros fabris norte-americanos repudiavam os corsários pelos prejuízos que tal negócio de mercadorias baratas trazia à indústria nacional. Além disso, não é de esquecer os deslocamentos de população que ocasionou a guerra de independência na América espanhola e que, devido a esta guerra, nalgumas cidades era preocupante o alto nível de agitação política, como *en Baltimore y Filadelfia residían, en ese momento, no sólo los Agentes de los gobiernos revolucionarios*

⁶⁹⁰ ANTT MNE. Leg Washington, Cx 552. De Serra para Vila Nova Portugal. Of. 17. Filadélfia, 16-9-1818.

⁶⁹¹ ANTT MNE. Cons. nos EUA, Cx 273. De cônsul Joaquim Barroso Pereira Vila Nova Portugal. Filadélfia, 16-08-1820.

*de América del Sur, sino también los hombres representativos de las fracciones opositoras que habían sido deportados por sus gobiernos*⁶⁹².

Com igual contundência informativa a *Gaceta da Savannah*, o *Correo del Orinoco* noticiavam a partir de Angostura acontecimentos corsários que evidenciavam a importância dos estaleiros estadunidenses. Entre estes factos contam-se: a permanência de duas semanas do capitão corsário Daniels em Baltimore enquanto consertava e re-potenciava um de seus navios; a descrição do *Vacoon*, navio rebatizado *Irresistível*, que era uma goleta como as construídas em Baltimore, com 270 toneladas de deslocamento e armado com 12 canhões de 18 calibres que foram instalados logo que saíram ao mar; ou a informação, com luxo de detalhes, sobre o capitão corsário William Nutter e como ele recebeu a sua patente de corso de Artigas para sua goleta *Leona Oriental*, ainda sem a nave sair do porto de Baltimore, onde estava a ser artilhada com 24 canhões. Além destas notícias, o *Correo* narrava como Nutter, entre Maio e Junho, afundou a goleta de guerra *Leal Português* à altura do Cabo São Vicente; apresou o iate *Felicidade*, também português, do capitão Manuel Ignácio Rosada; dois navios espanhóis (a fragata *María Francisca de Asís* e o bergantim *Nuestra Señora del Carmén*); bem como a detenção temporária da fragata sueca *Wester Nortland* para transbordar a ela os prisioneiros espanhóis e portugueses⁶⁹³.

O *Correo del Orinoco* dava conta do que sucedia com os corsários em geral. Mas, como jornal oficial do Governo, também refletiu que na Colômbia estava a crescer a preocupação do que fazer com os corsários e como iriam ficar as relações com outras repúblicas americanas e com as nações amigas. Como foi dito, o impasse entre Brión e Artigas na Corte de Almirantado de Margarita retinha os montantes de suas execuções e, portanto, atrasava a possibilidade da sua reclamação pelos corsários e pelos proprietários originais das presas. Um assunto que devia mudar e que interessava sobremaneira a Portugal.

A tendência da política exterior colombiana era diminuir a atividade corsária e empreender outro tipo de relações internacionais. Esta inclinação tornou-se patente para o serviço diplomático português que se interessou pela mesma. A partir de Filadélfia, Joaquim Barroso Pereira referiu uma ordem do Governo de Colômbia dada a Leandro Palacio, cônsul geral em Estados Unidos, para formar um inventário, *o mais exacto possível, dos corsários armados tanto nos Estados Unidos como nas Ilhas ocidentais*

⁶⁹² Beraza (1948), pp.235-236. O autor faz uma análise comparativa entre o publicado pelo *Correo Braziliense*, a prensa venezuelana e a norte-americana.

⁶⁹³ CO, Nº 53, 19-02-1820; CO, Nº 117, 27-10-1821.

*debaixo das bandeiras de Venezuela e Colômbia, bem como das presas por eles feitas especificando aquelas que sendo reclamadas foram por sentença judicial mandadas restituir a seus donos*⁶⁹⁴. Ainda que não parece ter recebido resposta sobre esta informação, Pereira indicou dias mais tarde que a primeira destas listas correspondeu aos Estados Unidos.

Na realidade, o poder político visava resolver o problema das patentes dadas a cidadãos estadunidenses ao mesmo tempo que a discórdia Brión-Artigas. Outro objetivo importante era que esta disposição facilitasse as reclamações dos países afetados pelos apresamentos e mostrava um aspeto mais civilizado do Governo e do país, de acordo com os usos e o direito internacionais. Neste sentido, a decisão reflete uma política exterior do Governo de Colômbia concordante com medidas posteriores.

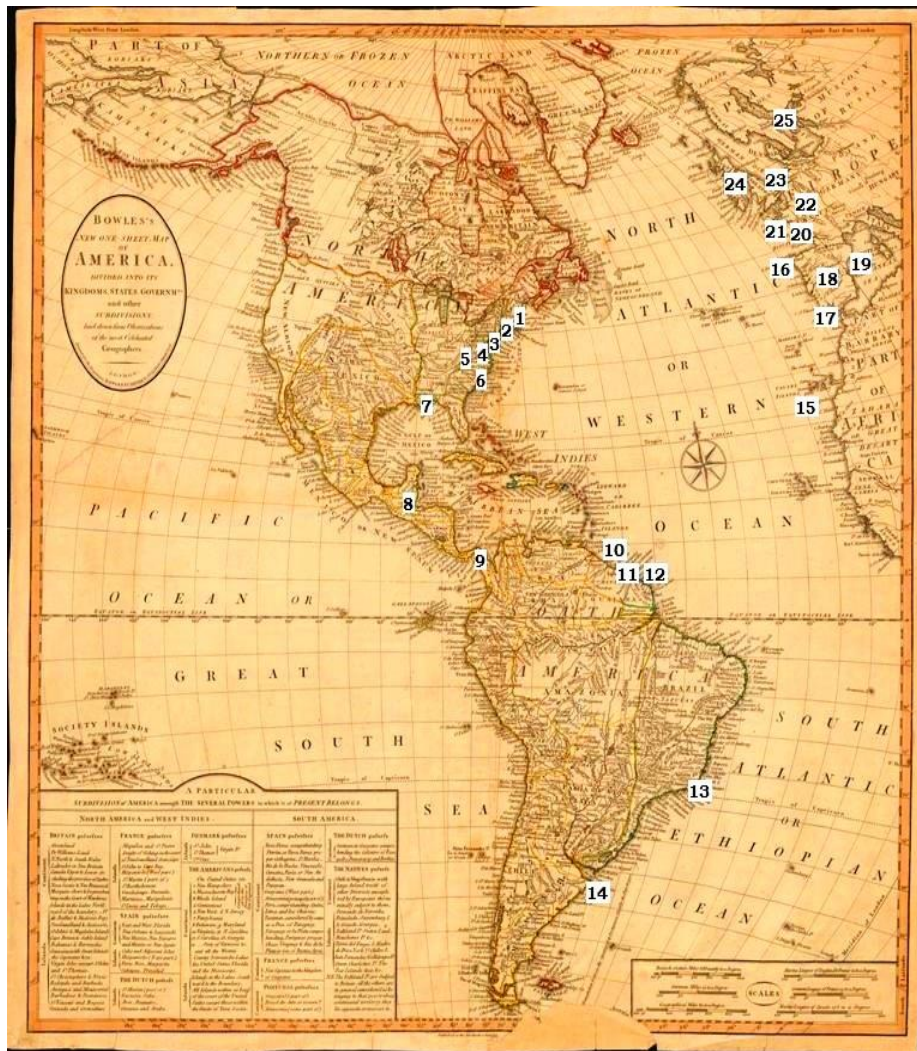
De facto, em 1828, a Legação portuguesa em Washington fez eco, mais uma vez, do que já então era evidente desde há alguns anos: a mudança de atitude do Governo colombiano frente ao corso. Tocou a Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja⁶⁹⁵ dar parte que em Nova Iorque se recebeu a notícia que Bolívar tinha proibido o Corso a toda e qualquer outra embarcação dos Estados Colombianos, que não fossem as do Governo. A atividade de corso ficava assim limitada à marinha de guerra colombiana. Na opinião de Azambuja, *a horrível pirataria que se tem praticado em embarcações armadas naqueles portos, e nos da Guiana Holandesa, deu motivo a uma tão louvável resolução*⁶⁹⁶. Com estas palavras, Azambuja enviava simplesmente uma constatação dos factos e apresentava, ao mesmo tempo, um aspeto inovador na situação da América do Sul ao incluir a colónia guianense junto com os portos corsários, mas não fornece maiores detalhes para mencioná-la.

⁶⁹⁴ ANTT MNE. Leg Washington, Cx 553. De Joaquim Barroso Pereira para Conde de Porto Santo. Of. 34, Filadélfia 30-05-1825; Of. 36, Filadélfia 14-06-1825. Se procurou e não se achou uma resposta de Lisboa à primeira correspondência de Pereira.

⁶⁹⁵ «Torlade Pereira de Azambuja, Jacob Frederico». Encarregado de negócios, em Washington enviado pelo usurpador D. Miguel. Chegou a Baltimore em 26-8-1828 mas só foi credenciado em 29-1-1830 quando o Governo dos EUA reconhece o Gov. em Portugal. Posse em 1828-08-26, credenciais 1830-01-29, termo em 1834, segundo a Base de dados AHMNE.

⁶⁹⁶ ANTT MNE. Leg Washington, Cx 553. De encarregado de negócios Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja para Visconde de Santarém. Of. 10, Washington 5-11-1828. Procurou-se na correspondência de Azambuja no ANTT e não se achou documento algum que, em sequência com este Ofc. 10, fizesse menção a esta colónia holandesa. «Circular para que no se expidan y se recojan las patentes de corso» S. Bolívar, Pdte., Palacio de Gobierno. Bogotá, 28-07-1828. *Colección de documentos reativos a la vida pública del Libertador de Colombia y del Perú, Simón Bolívar*. Caracas, G. F. Devisme, Vol. 17, 1829, pp.78-82.

Representações diplomáticas e consulares de Portugal na América Continental e na Europa



Fonte: Museo Naval de Madrid, «Bowles's New One - Sheet Map of America. London. 1795». Intervenção: A. Abreu Xavier

America		Europa	
1 Boston e Charlestown	8 Guatemala	15 Canárias	
2 New York	9 Panamá	16 Vigo	21 Nantes
3 Filadélfia	10 Demerara	17 Cádiz	22 Paris
4 Baltimore	11 Berbice	18 Madrid	23 Londres
5 Washington	12 Paramaribo	19 Barcelona	24 Liverpool
6 Norfolk	13 Rio de Janeiro	20 Bordéus	25 Estocolmo
7 New Orleans	14 Buenos Aires		

As representações portuguesas indicadas neste mapa foram referidas relativamente aos processos que ligaram à jurisdição correspondente algum processo venezuelano, dentro do quadro temporal do trabalho. É interessante ressaltar o papel de intermediários de países europeus como o dos seus territórios na América, no trânsito de cidadãos e géneros portugueses no Atlântico e no Mar das Caraíbas. O contato marítimo entre metrópoles, colónias e portos de outras potências, incluídos na mesma logística comercial, foi aproveitado por portugueses na medida das oportunidades. Em ocasiões, o sentido comercial aproveitou as rotas para diversos destinos na América onde, pela mesma dinâmica, se estreitaram contatos e afiançaram bases para Portugal e a Venezuela estabelecer relações.

Estas notícias representariam um incentivo para a ação diplomática no caso de futuros apresamentos de barcos portugueses, por parte de corsários não colombianos, levados a Margarita, presas que segundo o decreto não seriam então reconhecidas. Mas, também o seria para os casos das capturas que ficavam ainda pendentes do decidido pelo Almirantado desta ilha. Portugal tinha por resolver alguns outros litígios corsários nos Estados Unidos, mas Azambuja não tinha as capacidades para encarregar-se deles devido à delicada da situação na qual o governo de Washington o colocou ao demorar seu reconhecimento até 1829. De facto, o Diplomático via neste aspeto um obstáculo para entrar em contacto com os representantes de Colômbia e aproveitar a oportunidade que apresentava o Governo deste país. Em novembro de 1828, o Encarregado de negócios vaticinava que *diligências relativas às reclamações das numerosas perdas que as nossas embarcações portuguesas e brasileiras fizeram pelas depredações de piratas avisados nos portos dos Estados Unidos, das Antilhas, de Colômbia e Rio da Prata, devem necessariamente sofrer grandes dificuldades*⁶⁹⁷.

Azambuja estava também limitado por razões internas do serviço, aliás, pelos processos incompletos devido à falta de informação e documentação. Esta complicação era atribuída, não só, à *absoluta ignorância dos verdadeiros apresadores e dos destinos dados às presas*, mas também, à uma falta no serviço consular de recolha de informações e dados nos diferentes portos de América, de contacto com negociantes, entre os que menciona a Robert Barry, e de pedidos oficiais de informação ao governo de Washignton, *adjutorio que meus antecessores desprezarão e que habilmente manejada teria produzido os melhores resultados*⁶⁹⁸. Assim, continuava o problema com que se deparam inicialmente Serra e diplomáticos posteriores e era adiada a entrada em contacto com venezuelanos e colombianos relativamente às negociações das perdas ocasionadas pelos corsários ao comércio português.

Esmerado em corresponder à árdua tarefa que o esperava, Azambuja antevia medidas *para descobrir depois dum lapso de 8 e de 10 anos, ou fio de transações tão obscuras*, e realizar *algumas excursões a Baltimore e a Charlestown, em ocasião oportuna assim como a Nova Iorque*. A medida mais importante que pensava aplicar era fazer circular um *Mapa Geral circunstanciado dos apresamentos e roubos cometidos contra 49 embarcações portuguesas*, dos que possuía relatórios e algumas ilustrações, nos portos

⁶⁹⁷ *Idem.*

⁶⁹⁸ *Idem.*

onde os piratas tinham sido avisados. Esta decisão lhe parecia suficiente para que *nenhum governo deixara de auxiliar estas reclamações, uma vez que se possam estabelecer sobre um pé de evidência incontestável*⁶⁹⁹.

O Encarregado começava, assim, um plano de trabalho para 8 a 10 anos. O empenho, no entanto, tinha outras demoras além das que previu: o tratamento e a compilação de informação em Portugal, aspetos já considerados por cônsules anteriores para os casos americanos e pelo tenente Guimarães para os respetivos em África. Em agosto de 1830, Azambuja enviou instruções aos vice-cônsules nos Estados Unidos com a intenção de reforçar o seu empenho e, com a averiguação que tinha até Outubro, remeteu um ofício à Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, que foi transmitido à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação dois meses mais tarde, *relativo às providências que se fazem necessárias para animar a reclamação dos Navios Portugueses tomados por Corsários de Baltimore*. O edital da Real Junta de Comércio sobre as providências para a necessária animação se fez público em janeiro 1831⁷⁰⁰.

D. Corsários até a metade do século

As ações dos representantes portugueses nos Estados Unidos deram mostras da importância que tanto o comércio de produtos portugueses como o corso tinham adquirido e, ao mesmo tempo, que a interferência do segundo no primeiro se converteu num problema político. O Mar das Caraíbas foi o palco onde as potências, principalmente aquelas que tinham colónias na zona, jogaram algumas estratégias para ganhar espaço económico em América continental.

As circunstâncias das guerras anglo-estadunidense de 1812 e da independência da América espanhola criaram uma situação passageira que permitiu tirar grandes proveitos do comércio neutral, do corso e inclusive do contrabando⁷⁰¹. Uns países tiraram mais

⁶⁹⁹ Na investigação realizada em Caracas, no AHMPPRE e no catálogo do Archivo General de la Nación, não se encontrou menção a esta relação enviada por Azambuja da que esperava o auxílio dos Governos. Podemos supor que se encontre entre a correspondência da secção económica do primeiro arquivo indicado.

⁷⁰⁰ ANTT MNE. Real Junta do Comercio, Cx. 404. Instruções remetidas por Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima e Seu Encarregado de Negócios junto do Governo dos Estados Unidos, incumbido do Consulado Geral de Portugal, aos Sres. Vice Cônsules da Nação Portuguesa. Georgetown, D. C. 1-08-1830. «Edital da Real Junta do Comercio», in: *Gazeta de Lisboa*. Lisboa, Imprensa Nacional, Nº 6, 7-01-1831, p.24.

⁷⁰¹ Durante o monopólio da Real Companhia Guipuzcoana na Venezuela (1728 -1785), os ingleses e holandeses mantinham um comércio clandestino por intermédio de contrabandistas espanhóis que iam a Jamaica, a Curaçao ou a Trinidad onde compravam géneros de todo tipo que pagavam em moeda, negociação que secaba de dinheiro o mercado de Caracas. Depons, Francisco (1960), *Viaje a la parte oriental de Tierra Firme en la América Meridional*. Caracas, Banco Central de Venezuela, 2 Vols., Vol. I, p.XII.

vantagens do que outros arriscando-se conjuntamente as colónias americanas ao temível contágio político da independência, que tanto temia Portugal. A integração comercial que se vinha desenvolvendo paulatinamente tornava inevitável tanto o contágio ideológico, inclusive entre portos distantes e comunicados indiretamente, sendo este o caso de Lisboa e La Guaira, como a comercialização de produtos de todos os países, inclusive de Portugal, tal era o exemplo do Mar das Caraíbas⁷⁰². Conquanto este país não tivesse colónias caribenhas, os seus produtos e os seus portos estavam integrados no comércio da região⁷⁰³ à qual prestava atenção muito antes de começar o século XIX⁷⁰⁴.

Os revolucionários restabeleciam estratégias aprendidas dos confrontos entre as metrópoles pelos mercados independentes que se estavam criando. Enquanto durava a incerteza política na América, várias destas operações militares navais tiveram por cenário as costas sul-americanas⁷⁰⁵, onde aprenderam os corsários venezuelanos.

Conquanto os venezuelanos e os colombianos não estivessem empenhados em atacar navios de Portugal, qualquer outro atentado realizado por corsários de Artigas ou de Buenos Aires alterava a rede comercial que se estava estabelecendo por iniciativa de agentes e comerciantes portugueses, que depois eram seguidos por enviados oficiais para defender os seus interesses. Assim, entre estas iniciativas, aparecem os antecedentes da formação de uma sociedade mercantil luso-americana entre José Filipe Cabral, residente no Faial, e Vicente Manuel Roussado *que vivia em Nova Iorque e ali estabeleceu ligações da firma com os outros portos da América, Lisboa e as ilhas Adjacentes*⁷⁰⁶.

No mesmo sentido, as conexões familiares e amigáveis do lisboeta Sarmiento são de grande relevância por ele ser uma figura portuguesa fundamental na história venezuelana

⁷⁰² O papel que jogaram as colónias europeias nas ilhas do Caribe na difusão do pensamento político e económico liberal fica exposto nas análises que faz Cipriano Ribeiro Freire, primeiro embaixador de Portugal em Estados Unidos, entre 1794 e 1799. Cf.: ANTT MNE. Leg Washington, Cx 551.

⁷⁰³ Uma noção das conexões entre portos em Portugal com portos mediadores em América, nos que eram embarcados, desembarcados e reexportados produtos portugueses, notavelmente vinhos do Porto e Madeira, in: Williams, Greg H. (2009), *The French assault on American shipping, 1793-1813: a history and comprehensive record of merchant marine losses*. North Carolina, McFarland & Company, Inc. Assim, Williams expõe a conexão desde Madeira com Boston (p.322), Charlestown (p.338) e Nova Iorque (p.89); o despacho de produtos portugueses desde Filadélfia para Trinidad, via Martinica, e para La Guaira (p.102, 161 e 289). O vinho Madeira também era reexportado através do comércio de Tobago com possessões espanholas e outras, ver: Lavaysse (1967), pp.191-195.

⁷⁰⁴ Cf.: Notícias da «Hollanda. Haia do 4 de Dezembro'. Para os interessados no comércio». Nomeação de Mons. Faech, Governador de Santo Eustachio, para Governador de Curaçao e das Ilhas dependentes do mesmo governo. *Gazeta de Lisboa occidental*. Lisboa, Offic. António Correa Lemos, Nº I, 7-01-1740, pp.4-5.

⁷⁰⁵ Assim, o Lieut. Michael Fitton, enfrentado a corsários como o francês *Le Télémaque*, ameaça do comércio inglês a partir de Jamaica; ou as ações inglesas contra Curaçao em 1800 e 1804. O'Byrne (1849), pp.360-361.

⁷⁰⁶ *Gazeta de Lisboa*. 15-09-1792, 2º Supl, citado in: Serrão (1992-2000), Vol VI. pp.428-429.

antes de se iniciarem as relações formais com Portugal. Aliás, a figura de Sarmiento remete para comerciantes de produtos portugueses ligados à sua sociedade como os Craig, à sociedade Oliver & Thompson que, no mínimo desde 1796, operava no Mar das Caraíbas em ilhas como Tobago, Jamaica, Berbice, Curaçao, St. Domingo, etc., e nos portos continentais, como Cartagena, ou Demerara; ao estabelecimento de agentes de representação em portos medianeiros, como o mencionado apoio a David Stewart para instalar-se na ilha da Madeira⁷⁰⁷.

O facto de ter solucionado as suas diferenças político-coloniais na América antes dos espanhóis e portugueses, facilitou aos ingleses e estadunidenses o jogo da neutralidade e o emprego predominante das suas marinhas. Com este apoio, eles fomentaram a sua indústria e os seus interesses renegociando produtos estrangeiros de aceitação comprovada incrementando, assim, a importância do papel de Estados Unidos e da Grã-Bretanha na economia imperial da Península Ibérica⁷⁰⁸. Esta predominância foi motivo para o Governo de Portugal fazer questão do tráfico direto de produtos portugueses, em barcos portugueses, para toda América como medida de fomento da sua marinha e amplitude do comércio exterior, em particular depois da independência de Brasil. Além disso, como foi visto, o objetivo da política externa está emoldurado nesta insistência em ampliar os destinos da exportação. Uma ampliação instrumentada através dos representantes portugueses nos Estados Unidos, com interesse particular em Cuba, Haiti e outras ilhas com alto movimento de mercadorias⁷⁰⁹.

Segundo o que aconselhava o agente Guilherme Schmitz, alemão naturalizado português, ao Encarregado de negócios em Filadélfia, Solano Constâncio, estas ilhas eram um atraente mercado de compras para os habitantes do continente americano devido à grande e variada oferta de produtos. Os clientes, entre os quais se contavam os venezuelanos, encontravam nesses mercados vinhos tintos ligeiros portugueses, semelhantes aos de França, como os de Collares, Setúbal ou Lavradio, junto com os produtos do resto da Europa. A lealdade da clientela estava assegurada pela variedade e pelo facto, que convinha não esquecer, dos problemas do envio de subministro desde

⁷⁰⁷ Bruchey (1979), pp.81-82, 126, 238.

⁷⁰⁸ Esta predominância se manteve em detrimento da importação direta portuguesa inclusive de maneira muito significativa em algumas regiões. Ouellet, Fernand, "Colonial economy and international economy: the trade of the St. Lawrence River Valley with Spain, Portugal and their Atlantic possessions, 1760-1850", in: Barbier, Jacques A., e Allan J. Kuethe (1984), *The North American role in the Spanish imperial economy, 1760-1819*. New Hampshire, Manchester Latin American Studies - Manchester Univ. Press, pp.71-111, p86.

⁷⁰⁹ ANTT MNE. Havana, Cx 297. Antonio Roiz Viegas. «Sobre o Comércio que existe ou se possa estabelecer entre o Portugal e a Havana». Portaria 9-03-1824; R. Junta do Comércio, Cx 405. Relatório 1824.

Espanha. Na opinião de Schmitz, vinhos portugueses de similar e de outra qualidade, conjuntamente com os vinhos europeus, podiam ser reexportados em direção ao Haiti através dum porto franco em Lisboa garantindo a participação de Portugal no mercado das Caraíbas⁷¹⁰.

Do mesmo modo, o mercado caribenho era atraente para os provedores e intermediários provenientes de todas partes. As autoridades locais colaboravam para criar condições favoráveis à chegada de mercadorias e à negociação entre as partes de forma que, em algumas oportunidades, as medidas e decisões administrativas ficavam submetidas aos interesses comerciais obviando tanto os condicionalismos políticos e legais, como às condições e interesses particulares das partes negociantes. As autoridades locais garantiam assim as operações, mas criavam, ao mesmo tempo, um quadro de negociações circunstanciado que os agentes políticos -como Schmitz- e os comerciantes deviam considerar por estarem sujeitos à vontade dos funcionários⁷¹¹.

De igual modo, este tráfico português de mercadorias devia enfrentar, por um lado, a concorrência estabelecida⁷¹² e, por outro, o risco do corsário inimigo, conhecedor do sistema de comércio na área⁷¹³. Estas duas frentes - concorrência e corsários - tinham que ser consideradas por todos os países interessados no mercado caribenho que, pelas outras condições já referidas acima, exigia comerciantes arrojados. Além destes, no caso de Portugal, segundo se depreende das opiniões do agente Schmitz, exigia um amplo movimento consular por parte de Lisboa.

⁷¹⁰ ANTT MNE. Leg Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 30, Filadélfia 27-05-1823.

⁷¹¹ Quando em 1814, o anglo-canadiano John Robertson e o venezuelano Lino de Clemente viajaram em comissão oficial de Venezuela a Inglaterra, foram impedidos de continuar a sua viagem pelo governador de St. Thomas, Fitzroy J. G. MacClean, sob o pretexto da neutralidade e do comércio que tinha a ilha com Porto Rico. Em represália, os portos venezuelanos foram fechados para os navios procedentes dessa ilha, que mudou de atitude. *Anales Diplomáticos de Venezuela* (1961), p.3.

⁷¹² Em relação com a Colômbia, *The French merchants of Martinique, the Dutch of St. Eustace and Curacao, the Danish of St. Thomas, and the Swedish of St. Bartholomew, had their share in this commerce*; no obstante, os britânicos não eram superados, *they have obtained all the trade of that country, where they have established commercial connections, even as far as the central point of South America, in Santa Fe de Bogota, capital of the kingdom of New Granada*. Macgregor, John (1850), *Commercial statistics: A digest of the productive resources, commercial legislation, customs tariffs, of all nations. Including all British commercial treaties with foreign states*. Whittaker and C^o, Vol. 3, p.30.

⁷¹³ Desde inícios do século XIX, *la selección de los puertos incluidos en el nuevo sistema de comercio se hizo considerando la distancia que los separaba de las radas de otras colonias y su situación respecto a los vientos y mareas, de manera que por su ubicación geográfica atrajeran la navegación*. Así, por ejemplo, *Kingston dominó el comercio del Caribe desde Baracoa, en la costa oriental de Cuba, hasta el golfo de Maracaibo en Venezuela, mientras que Granada y Trinidad comerciaron con los puertos extranjeros al este de Coro, cerca del golfo venezolano*. Este sistema de comércio se estendia a Europa, como mostra a Casa Gordon & Murphy, *que tenía los contactos para navegar desde Jamaica, Inglaterra, Cádiz y Portugal directamente a Veracruz, donde residía uno de sus socios, Tomás Murphy*. Gordon & Murphy tinha negócios com os Oliver e ambos com a Casa Baring, de Londres. Mantecón (2001), p40, 205.

Entre as ilhas do Mar das Caraíbas, S. Bartolomeu foi uma das que motivou maior preocupação para Portugal devido à atividade corsária. Tal como outras colónias, esta possessão sueca tinha sido motivo de denúncias pela forma como as autoridades da ilha levavam e permitiam negócios ludibriando as instruções de respeitar a neutralidade com as nações amigas que se encontrassem em conflito⁷¹⁴. Para escapar ao regulamento, as transações jamais foram diretas e no que diz respeito aos bens militares, equipamento e armamentos foram vendidos através de comerciantes locais e apresentados como negócios particulares⁷¹⁵.

Segundo o historiador Carlos Vidales, igual situação ocorria com as mercadorias apresadas por corsários a navios mercantis: o carregamento era transbordado em alto-mar para navios suecos ou de bandeira amiga e nacionalizada na alfândega com papéis suecos. Esta era a estratégia aplicada pelos corsários sul-americanos, incluídos também os revolucionários venezuelanos, para o seu abastecimento, portanto era motivo de protesto das coroas peninsulares que eram as mais afetadas. Nesta condição, Portugal e a Espanha elevaram as suas reclamações contra as autoridades de S. Bartolomeu no Congresso de Aquisgrão, no Outono de 1818, altura em que a Suécia teve que prometer formalmente respeitar os interesses portugueses e espanhóis em toda a região do Mar das Caraíbas. Ainda que a boa-fé se tenha exteriorizado nesse palco político, a correspondência do serviço consular sueco mostrava tolerância e amizade às autoridades reais na ilha⁷¹⁶.

Nas primeiras décadas do século XIX, as autoridades de portos intermediários medianeiros procediam com peculiar analogia relativamente à condição e aos interesses das partes que negociavam nos seus cais. De facto, a navegação a partir da Europa deixou algum benefício aos portos portugueses, onde os barcos em rota transatlântica faziam escala e conseguiam ser atendidos, inclusive sendo suspeitos de violar a neutralidade. Segundo relata Gustavus Hippiusley, que foi depois comandante da Legião Britânica na Venezuela, a baía do Funchal era uma destas escalas. O Inglês era um dos militares que, em 1817, zarpou no navio *Esmeralda* de Londres para S. Bartolomeu portecendo na Madeira, onde carregaram frutas e vinhos com ajuda dos comerciantes locais e do Cônsul britânico. A sua

⁷¹⁴ Segundo Solano Constâncio, habitantes e governadores, *são em geral os principais piratas e repartem os seus roubos com as Excelencias de Stockholm, de Copenhague e da Haya*. ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552., De Solano Constâncio para Pinheiro Ferreira. Of. 2, Filadélfia 18-10-1822.

⁷¹⁵ Vidales (1994), «San Bartolomé...

⁷¹⁶ Segundo Carlos Vidales, *la documentación existente en el Archivo Nacional de Suecia permite constatar la presencia, en la jurisdicción de San Bartolomé, de corsários com bandeira de Cartagena, Venezuela, Montevideo, Buenos Aires, Chile e Gran Colombia; além dos contactos e das negociações entre autoridades reais e regionais com revolucionários e corsários*. Vidales, Carlos (1994), «San Bartolomé...

narração indica que a partir do Funchal eram despachados vinhos Madeira para Gustavia, onde o consumo deste vinho estava muito expandido -uma garrafa de bom Madeira custava meio dólar espanhol, e a revenda era considerável. A partir de Gustavia, os Madeira seriam reexportados para a Venezuela, entre outros destinos, onde chegavam também vinhos de diferente qualidade; de facto, Hippisley saboreou em Vieja Guayana, um dos portos dominados pelos revolucionários venezuelanos no rio Orenoco, um vinho Madeira que era de péssima qualidade mas não acontecia assim noutros lugares de Venezuela⁷¹⁷.

A inclusão de vinhos portugueses na narração de Hippisley não surpreende, pois referências desta índole estavam associadas em particular aos corsários e às mercadorias que eles apreendiam. De facto, o negócio da mercadoria lusa apresada é parte da razão do edital da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação que comunicava a nomeação de Guilherme Cook como comissionado em S. Bartolomeu com o objeto de reclamar toda a propriedade portuguesa, compreendido neste conceito a mercadoria, o metal e o navio, que ali fosse ter, apreendida por piratas. A comissão de Cook não era fácil de realizar sem a documentação comprovativa da propriedade ou da origem portuguesa. Uma exposição que fez o cônsul Barroso Pereira assinalava, por exemplo, que o capitão Metcalf se tinha apoderado de fazendas, escravos, dinheiro, entre outros bens, em seu périplo, ao comando do navio corsário venezuelano *Colúmbia*, por Cabo Verde, Maranhão, Surinam, São Martinho (St. Marteen) e São Bartolomeu, mas as suspeitas não tinham documentação decisiva⁷¹⁸.

O estímulo económico que acordava a zona caribenha para as metrópoles europeias pode apreciar-se em publicações da época ao estilo de *The General Gazetteer*, que mostra tabelas anuais do comércio colonial europeu⁷¹⁹. O intenso tráfico interinsular do Mar das Caraíbas e Venezuela abastecia-se não só da exportação metropolitana, mas também das contribuições dos corsários. Os grandes navios portugueses eram provedores forçados destas contribuições, como foi o caso dos dois que entraram em S. Bartolomeu, um de 400 e outro de 500 toneladas, segundo notícia do *Correio Braziliense*, em 1818. Estes dois

⁷¹⁷ Hippisley, Gustavus (1819), *A narrative of the expedition to the rivers Orinoco and Apure in South America: which sailed from England in November 1817, and joined the patriotic forces in Venezuela and Caracas*. Londres, John Murray, pp.73-75, 80-84, 94, 104, 107, 237, 495, 541.

⁷¹⁸ «Lisboa 19 de Fevereiro. Edital» Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. *Gazeta de Lisboa*. Impressão regia, Nº 44, 20-02-1819, p[3]. ANTT MNE. Cons. em EUA, Cx 273. De Barroso Pereira para Vila Nova Portugal. Filadélfia, 16-08-1820.

⁷¹⁹ Brookes, Richard (Comp.) (1820), *The General Gazetteer: or, Compendious geographical dictionary, containing a description of the empires, kingdoms, states, provinces, cities, towns, forts, seas, harbors, rivers, lakes, mountains, capes, & c. in the known World...* London, F. C. and J. Rivington, W. Lowndes, Edição 17.

cargueiros foram apresados na rota Lisboa-Rio de Janeiro-Lisboa pelo corsário *Nueva Republicana*, no litoral português, com açúcar, aguardente, arroz, banha, café, canela, cevo, couros, especiarias, figos, passas, perfumes, queijo, sal, vinho e outras mercadorias secas. A *Gazeta de Lisboa* dá conta de que nesse mesmo ano de 1818 foi apresado o navio *São João Baptista* pelo corsário *Constância* e levado em similares circunstâncias a S. Bartolomeu⁷²⁰.

A publicação de Costa referia com frequência notícias desta índole, algumas retiradas inclusive da *Gazeta de Lisboa*, acompanhadas do seu repúdio face à ilegalidade e à perda de oportunidades. Assim, depois de reproduzir o edital da Real Junta do Comércio, do 20 de Fevereiro de 1819, que declarava ter em S. Bartolomeu um agente da Coroa, clamava por estender esta medida para todos os governos insurgentes da América do Sul e onde os negociantes de outras nações antepunham o lucro do comércio aos princípios da neutralidade⁷²¹.

Pelos vistos, o editor do *Correio Braziliense* estava inteirado da situação em São Bartolomeu da que fazia uma retrospectiva ambientada no problema linguístico de Babel. Nesta ilha, desde a década de 1810, devido à afluência de comerciantes de várias nações, o idioma oficial era o sueco *pero únicamente para efectos de actas y facturas de aduana* visto que *los procesos, pleitos y negocios se arreglaban en lenguas comprensibles entre las partes*: alemão, dinamarquês, espanhol, francês, inglês, italiano e português⁷²². O lucro para Suécia era evidente que, por isso, decidiu fomentá-lo com a sua política externa enviando militares e cônsules a diversos portos que depois em seus relatórios propunham ideias contrárias às promessas de Aquisgrão, e ainda Severin Lorich, cônsul de Suécia em Filadélfia em 1818 e depois agente para Colômbia em 1823, que manifestou *la conveniencia de comerciar con las nuevas repúblicas de Tierra Firme, utilizando la isla de San Bartolomé como base para la venta de productos suecos, en especial material de guerra*⁷²³.

Em 1822, enquanto Portugal reclamava uma indemnização pelas suas presas através do seu agente nessa ilha sueca, em Caracas e Bogotá começavam a chegar os agentes dos

⁷²⁰ CB, Nº 125, Vol. 21, 1818, pp.442. Citado in: Beraza (1949), pp.117-118. *Gazeta de Lisboa*, Nº 9, 11-01-1819, [pp.2-3].

⁷²¹ «Reflexões. Presas de Artigas», CB, Abril 1819, Vol. 22, Nº 131, pp.346, 430-431.

⁷²² Vidales, Carlos (1994), «San Bartolomé...

⁷²³ Lorich foi Comandante de destacamento em San Bartolomé até 1816. Foi trasladado para Colômbia *para continuar de un modo más directo la negociaciones sobre acuerdos comerciales que desde hacía algún tiempo se mantenían con el representante grancolombiano en Londres, Francisco Antonio Zea*. Vidales, Carlos (2011?), *Severin Lorich y su misión en Colombia (1823)*. (Consulta: 5-8-2011, in: - <http://vidales.tripod.com/lorich1>).

países interessados na venda de mercadorias, próprias e de outros países, às repúblicas americanas. Em 1823, não há já dissimulação com Espanha. No dizer do cônsul português em Nova Orleans, Diogo Maria Gallard, a imprensa local e inclusive a *Gazeta* oficial dessa cidade fizeram eco *dos empenhos que fazem as nações estrangeiras de Europa para formarem tratados e relações comerciais e amigáveis com os Novos Estados de América*, entre as quais, a Suécia que o intentava, *particularmente com a república de Colômbia*⁷²⁴.

Gallard plasma nesse documento a sua preocupação. É evidente que ela ultrapassava o recato do seu caráter consular. Sob esta perspectiva, Gallard transmitiu a Lisboa o seu pesar, pois havendo pensado o Governo Português estabelecer relações comerciais e amigáveis com estas nações, no ano anterior, *tal vez primeiro que ninguém*, ainda não tinha executado esta intenção. Da mesma forma, aproveitou para advertir que a prontidão das decisões era vital porque talvez quando Portugal pensasse fazê-lo, a oportunidade terá passado e *lhe será difícil em razão de que as outras nações se adiantam, e seus tratados podem estorvar* à hora de vender produtos, *tanto seus como alheios, que terão consumo seguro porque estes Estados carecem de eles e de embarcações para a sua condução*⁷²⁵. Gallard não fazia mais do que secundar com a sua opinião as informações que, alguns meses antes, tinha remetido Francisco Solano Constâncio a Silvestre Pinheiro Ferreira quando referiu do que o Governo de Colômbia tinha a boa disposição de restituir bens portugueses sequestrados e essa era, portanto, uma oportunidade para negociar essa restituição com os colombianos⁷²⁶.

Diferentemente de Portugal, a tentativa da Suécia para ter relações com a Colômbia deixou de ser através das suas possessões caribenhas e passou a ser um trato direto. Com esta tentativa, a Coroa sueca procurava sustentar as hipóteses de São Bartolomeu como mercado. Severin Lorch chegou à capital venezuelana em Dezembro de 1822; em Fevereiro do ano seguinte estava em Bogotá onde já se encontrava Richard Todd, o agente estadunidense, e a eles somou-se o agente e *informante francês Gaspar Théodore Mollien*. A experiência do comércio insular antilhano tinha transferido para a Colômbia parte do interesse das potências com possessões no Mar das Caraíbas. De acordo com a análise que faz o historiador Carlos Vidales do relatório de Lorch confrontado com relatórios de Todd, o interesse sueco era económico, pois falava-se, em princípio, de um tratado de comércio. No entanto, segundo Vidales, baseado no agente de Estados Unidos, que mostrava um claro

⁷²⁴ ANTT MNE. Consulados em EUA, Cx 273. De Diogo Maria Gallard, cônsul em Nova Orleans, para Marques de Palmela. Of. 13. Filadélfia 27-09-1823.

⁷²⁵ *Idem*.

⁷²⁶ ANTT MNE. Leg Washington, Cx 552. Of. 29. De Constâncio para Ferreira. Filadélfia, 19-05-1823.

conhecimento dos países da periferia europeia, *en lo referente al reconocimiento de la independencia se podía considerar a Holanda, Dinamarca, Suecia y Portugal como simples peones de Gran Bretaña*⁷²⁷.

Costa mencionava desde 1818 que os lucros em San Bartolomé se conseguiam com artimanhas, mas não só. Conquanto nesta ilha, *se disponía del producto del corso en forma sumaria, adquiriendo, así, los negocios una actividad extraordinaria*, outras ilhas se mantinham em contato para efetuar diferentes operações que dificultavam a identificação das mercadorias, picardia que resultava mais difícil de realizar com os barcos, como foi o caso do *São João Baptista*, por exemplo. No ancoradouro de Gustavia se abasteciam comerciantes revendedores de outras ilhas que redistribuíam assim as mercadorias portuguesas. John Souther, capitão e sócio proprietário do navio *Coquette*, assinalou que, *on his passage from St. Bartholomew's to St. Thomas*, foi atacado por *an Officer and Boat's crew, under Venezuelan Colours, (...) an hermaphrodite Brig with a red streak*, carregaram com todos os alimentos *and clothing from the Officers and Men*. Poucos dias mais tarde, no trajeto de São Tomás para Curaçao foi atacado o schooner *Grampus* pelo mesmo corsário⁷²⁸.

No meio deste tráfico comercial na região caribenha, a afinidade de interesses entre os venezuelanos e os corsários de Artigas na guerra contra a Espanha repercutiu-se também em detrimento de Portugal, sem ser esta consequência um fim estratégico dos primeiros. Não obstante, a política e as ações militares, que tanto venezuelanos como corsários sob a bandeira de Colômbia realizaram nos Estados Unidos e no Mar das Caraíbas, contribuíram para infringir danos colaterais ao comércio português. Uma destas ações foi a tomada da ilha Amelia, em 1817, que tinha levado José Correia da Serra a informar sobre Gual, MacGregor e outros defensores da causa venezuelana, bem como a escrever aos seus informantes em Savannah para obter mais pormenores⁷²⁹. Estas notas de Serra em relação a Amelia foram uma advertência a Lisboa, que se desconhece se foi seguida com interesse pelos comerciantes dessa cidade ou se produziu um manifesto, como aconteceu com os

⁷²⁷ «Informe de Severin Lorch, Cônsul de Suécia em Filadélfia. Desp. No. 831, 4-Agosto-1823». RA, Americana, Förenta Staterna, SKS, Filadélfia 1784-1833, citado in: Vidales (2011?), *Severin Lorch*

⁷²⁸ «Deposition of the Captain [John Souther, Commander, and in part Owner] of the *Coquette*. St. Thomas, 10th August, 1822»; e «Extract of letter from Lieutenant Francis H. Gregory to Captain Biddle, on the United States's Schooner *Grampus*. St. Thomas, 24th August, 1822», in: *British and Foreign State Papers, 1821-1822* (Compiled by the librarian and keeper of the papers). London, Foreign Office, J. Harrison & Son, 1829. Vol. 9, pp.979-980.

⁷²⁹ ANTT MNE. Leg Washington, Cx 552. De José Correa da Serra. Of. 8, Filadélfia 25-07-1817.

comerciantes ingleses que, em 1819, impeliram o seu Governo a atuar para parar as consequências do acontecido nos recifes de Florida.

A invasão a Amelia foi pensada tendo em conta a sua localização: próxima a Savannah e Charleston, defronte à vizinha ilha de Bermuda, onde se via navegar o corsário *artiguista San Martín*, próxima às rotas norte-sul que ligavam os portos de Chesapeake, Delaware ou Nova Iorque com os de Cuba, La Española ou Porto Rico, um porto apropriado para receber corsários de todas as bandeiras⁷³⁰, e com uma *weak local military strength*⁷³¹. Uma vez difundida a notícia da invasão por Macgregor, os corsários começaram a chegar com suas presas. Assim, no final desse ano 1817 dava entrada um *brick* português carregado de 700 sacos de arroz enviado ali por um corsário saído de Sacramento⁷³².

Igualmente, por afinidade de interesses e pela luta particular contra Espanha, os capitães com patente do governo de Venezuela deram mostras da presença lusa no Mar das Caraíbas. O português José Almeida dá um excelente exemplo das nacionalidades que rondavam pelas ilhas do Mar das Caraíbas e como elas navegavam juntas sob a bandeira corsária. Efetivamente, numa de suas naves, *Orb*, a tripulação era composta por 79 indivíduos de 13 nacionalidades diferentes, entre os tripulantes contavam-se 1 colombiano e 6 portugueses dos quais 3 oriundos das Açores⁷³³. Esta lista e este capitão falavam de uma tripulação na sua maioria anglo-saxónica, mas não exclusivamente e que, portanto, o negócio corsário atentava, inclusive, contra a nação de origem de parte da bagagem a favor de interesses pessoais.

O corsário Almeida não se preocupava com a neutralidade nem com relações entre as coroas de Espanha e Portugal, pois chegou, inclusive, a bloquear a baía de Cádiz e foi protestado pelo Ministro dos assuntos estrangeiros de Espanha, Luis de Onís, perante o governo dos Estados Unidos por Almeida armar navios em Baltimore⁷³⁴. Seu nome foi

⁷³⁰ Mahoney, William D. (1916), *Memorias de un oficial de la Legión británica*. Madrid, América, pp.18-19.

⁷³¹ Johannes, Jahn H. (1976), *Yesterday's reflections: Nassau County, Florida: a pictorial history*. Callahan, Florida Sun Printing, p.23.

⁷³² Beraza (1948), p.100.

⁷³³ A goleta *Orb*, de umas 165 toneladas, foi usada na guerra entre Estados Unidos e Inglaterra, em 1812. As nacionalidades eram: 22 ingleses, 17 estadunidenses, 9 buenaienses, 7 irlandeses, 6 franceses, 6 portugueses, 3 suecos, 2 espanhóis, 2 italianos, 2 mallorquines, 1 neogranadino, 1 britânico de Santa Lucía e 1 holandês. Laclau, Jorge Frogoni (2006), *El pirata Almeida: corsario del Río de la Plata*. Montevideo, Torre del Vigía Ediciones, pp.63,69,106. Griffin (1940), pp.1-25..

⁷³⁴ Orenstein, Jeffrey (2007), «Joseph Almeida. Portrait of a Privateer, Pirate & Plaintiff. Part I», in: *The Green Bag. An entertaining Journal of Law*. George Masson Univ. School of Law, Vol. 10, Nº 3, Spring 2007, pp.306-328, p.317.

muito conhecido desde o ano de 1817 nestas nefandas paragens, segundo apontou Pereira de Azambuja⁷³⁵; era *un rudo y alegre lobo de mar*, como seria chamado pelo secretário estadunidense John Q. Adams, e seus apresamentos foram valorizados em milhões⁷³⁶.

A relação de Almeida com a Venezuela começou no porto de Juan Griego, ilha de Margarita, no fim de 1818, quando sob bandeira de corso de Buenos Aires chegou com a nave espanhola «Luisa Carreras» que foi sentenciada como boa presa. Desde então, este lobo de mar sobreviveu às medidas políticas no Rio da Prata e a um motim que levou um dos seus barcos até Cabo Verde; viu-se obrigado a ir a Baltimore onde adquiriu a patente do revolucionário Artigas em 1819, até que uma vez caducadas as suas patentes passou a servir na frota da Venezuela⁷³⁷.

Almeida não fez considerações à diplomacia venezuelana cujos esforços visavam conseguir o reconhecimento político internacional. Algumas ações de Almeida contradisseram a orientação da política externa afastando as possibilidades de estabelecer relações amigáveis com outras nações, entre as quais Portugal. De facto, em 1829, dois navios de Almeida tomaram o navio brasileiro *Triunfo Americano* que tinha saído de Rio de Janeiro com a carga consignada para o Porto. A nave *foi obrigada a arribar a Barcelona (60 milhas a leste de La Guaira) aonde os apressadores pediram licença para transportar a carga por caldeação para fora por outro navio*, mas como tinham o intuito de vendê-la noutros portos a permissão foi-lhes negada. A carga para Portugal ficou portanto armazenada no porto, à espera de melhor decisão. Segundo os factos que Pereira de Azambuja documenta, algum negociante do Porto teria padecido pelo apresamento do navio *Triunfo Americano*, e pensava-se que o Almeida fosse responsável de grandes depredações contra o comércio português⁷³⁸.

A partir deste apresamento, Azambuja interessou-se em encontrar a forma de fazer pagar a Almeida os seus abusos, mas encontrou-se com a barreira da falta de relações

⁷³⁵ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 553. De Pereira de Azambuja para o Visconde de Santarém. Carta-Ofc. N° 26, Washington 4-03-1829.

⁷³⁶ Entre \$800.000 a \$3.000.000, segundo *Nile's Weekly Register*, September 14, 1816, citado in: Orenstein (2007), p.316.

⁷³⁷ *Memorias del General O'Leary publicadas por su hijo Simón B. O'Leary* (por orden del Gobierno de Venezuela y bajo los auspicios de su presidente general Guzmán Blanco, ilustre americano regenerador de la República). Caracas, Imprenta de la *Gazeta Oficial*, 1874-1880, Vol. XVII, pp.46-47. Segundo José Joaquim Ramos Zurarte, o cônsul de Portugal em Baltimore, em 1823, Almeida tinha cargo de *capitão de um corsário de um dos portos da república de Colômbia*. ANTT MNE. Cons. nos EUA, Baltimore, Cx 273. De José Joaquim Ramos Zurarte. Baltimore, 10-10-1823.

⁷³⁸ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 553. De Pereira de Azambuja para Visconde de Santarem, Carta-Ofc. N° 26, Washington 4-03-1829.

diretas com Venezuela. Contudo, a oportunidade não demorou a apresentar-se facilitada pelo facto de os corsários terem interesses em vários portos e se verem integrados na rede comercial entre as diferentes ilhas. No caso de Almeida, os seus negócios na Venezuela não estavam limitados a Barcelona e Juan Griego. Nessa mesma documentação de Azambuja, fica claro que Almeida tinha mais negócios pendentes em outros portos venezuelanos. Com efeito, o Capitão, aproveitando a oportunidade de ter tripulação no porto de La Guaira, fez-se representar por um de seus capitães para reclamar a parte que lhe correspondia de uma captura que tinha mandado para Puerto Cabello. O navio capturado tinha sido vendido e o dinheiro depositado no Erário a benefício de quem pertencesse e neste caso, Almeida considerava ter direito a uma parte.

As deslocações deste Lobo de mar foram seguidas pela Legação em Washington, que viu chegar o momento da justiça quando Almeida se dirigiu a Porto Rico para atender os problemas surgidos por não atualizar sua patente de corso e o traslado de uma de suas naves corsárias para essa ilha. Assim que chegou foi preso. No entanto, nessa carta-ofício de Março de 1829, Azambuja indica não ter conseguido avançar imediatamente um processo contra Almeida, que tinha sido descrito como homem de negócios, *armador, português de Nação, domiciliado em Sto. Thomas, e que consta também ter casa em S. Bartholomeu*.⁷³⁹ Mais uma vez, o funcionário teve que enfrentar as limitações do serviço: a falta de Agente português em Porto Rico, facto que obrigou Azambuja a dirigir-se ao General Francisco Tacon, Ministro de Espanha, para pedir sua colaboração.

No périplo de Almeida ressalta outra das ilhas em estreito contato comercial com São Bartolomeu: a ilha dinamarquesa de S. Tomás, muito apreciada pelos portugueses comerciantes de escravos⁷⁴⁰. Também foram importantes os ilhéus chamados Cinco Ilhas ou Five Islands, entre S. Martinho, S. Bartolomeu e S. Tomás, por ser apropriados para transbordar os espólios antes de serem enviados a «nacionalizar»⁷⁴¹. Além disso, as autoridades de S. Tomás, como as da ilha S. Eustáquio, desrespeitavam completamente o

⁷³⁹ *Idem*.

⁷⁴⁰ Cf.: Correspondência entre membros do Governo britânico e representantes de Dinamarca, França, Holanda, Portugal e Suécia, sobre o comércio, o corso e o tráfico de escravos entre São Bartolomeu, São Eustáquio, São Tomás e outras ilhas de Índias Ocidentais; «Correspondence between the Commanders of the Cruizers of The United States and the Spanish Authorities, in the West Indies, respecting Piratical Vessels, and the Spanish Blockade of Terra Firme...», pp.977-1002; «Case of the Portuguese Brig Gavião, of Pernambuco. José Bento Macedo, Master; Elias Coelho Cintra, sole owner. Sierra Leona, 25th August, 1821», pp.116-118, 237-272; in: *British and Foreign State Papers, 1821-1822* (1829), Vol. 9.

⁷⁴¹ Beraza (1948), pp.117-118 Vidales, Carlos (1988), *Bernadotte, San Bartolomé y los insurgentes de Tierra Firme (La ayuda de Suecia a la causa bolivariana)*. Estocolmo, Instituto de Estudios Latinoamericanos, Univ. de Estocolmo, Informe N° 53. (Consulta: 26-12-2011, in: hem.bredband.net/rivvid/historia/sbtotal4.htm)

direito de gentes, pois também admitiam os corsários, *permitindo-lhes a venda ou saída fraudulenta de seus robos para outros portos*, assunto que era motivo de reclamos portugueses nas cortes escandinavas⁷⁴². Margarita também se incluía neste jogo de interesses e tráfico ilegal com Gustavia devido à participação da armada colombiana, aos contactos políticos de Brión e aos corsários venezuelanos, como testemunha o caso do navio «Confederação», requisitado em Martinica⁷⁴³.

Este tráfico insular mostra que, como consequência do comércio colonial legal e do tráfico ilegal de mercadorias, os produtos portugueses circulavam na região caribenha próxima de Venezuela, inclusive muito próxima, como o caso de Curaçao e Trinidad. Pela circulação e pelas rotas, era um comércio indireto a maioria das vezes. Quando não era introduzida de contrabando, a mercadoria de procedência ilegal ou indireta era nacionalizada nas alfândegas venezuelanas, segundo o país de origem indicado nos papéis forjados e referendados pelas autoridades suecas, dinamarquesas, francesas ou holandesas envolvidas, ato que no comércio ilegal caribenho atentava contra o nome de Portugal⁷⁴⁴. Esta artimanha dificultava a identificação dos produtos portugueses entrados na Venezuela, de maneira indireta e fraudulenta, em navios de outras nações, em particular, o ingresso de vinhos de Madeira que, facilmente, podiam ser outros vinhos vendidos sob esta denominação. Esta situação levava à perda de benefícios dos comerciantes e produtores bem como à difamação do produto nacional e do país de origem.

No final da década de 1820, a estrutura do comércio venezuelano em relação com o comércio antilhano manteve-se com poucas alterações. Os registos portuários das entradas e saídas de La Guaira, em Maio de 1828, que oferecia a *Gazeta del Gobierno*, mostravam a chegada de barcos com carregamentos de mercadorias variadas e vinhos, provenientes de portos caribenhos⁷⁴⁵.

⁷⁴² ANTT MNE. Países Baixos, Leg Cx 810. De Francisco José Maria de Brito, Enviado extraordinario e Min. Plenipotenciario, para Vila Nova Portugal. Of. 40, Bruxellas, 2-03-1821; Of. 50, Bruxellas 15-08-1821.

⁷⁴³ «From John. M. Forbes, Special Agent of the U. S. at Buenos Aires, to John Q. Adams, Sec. of State. 8-Novembro-1821», Doc. 275, in: Manning, William Ray (1925), *Diplomatic correspondence of the United States concerning the independence of the Latin American nations*. OUP, Vol. I, Partes I-II, p.593.

⁷⁴⁴ Em 1822, o Conde de Caraman comentou aos seus colegas ingleses *un fait qui a déjà été porté à leur connoissance, - la fabrication de faux Papiers Français dans les Iles de St. Thomas, de St. Barthelemy, et de St. Eustache (...) et á la faveur des quels, des Spéculaterus Etrangers rejettent sur le commerce Français l'odieux d'un trafic illicit. Depuis le commencement de la Guerre de la Révolution, cette horrible pratique a existé dans ces Iles, dites Ports Libres, et il est très difficile de découvrir les Auteurs de ces crimes.* «Correspondence of the Foreign Office with Foreign Powers. France. Memorandum of the Comte de Curaman (French Chargé d'Affaires at the English Court). Londres, le 12 Mars, 1822» British and Foreign State Papers, 1821-1822 (1929) Vol. 9, pp.5-27, p.22.

⁷⁴⁵ *Gazeta del Gobierno*. Caracas, Nº 78, 11-06-1828, p.3

Isto não era novidade para Portugal a julgar pelas informações que transmitia a sua imprensa oficial, e, aliás, as edições já referidas da *Gazeta de Lisboa* correspondentes ao segundo semestre de 1819, o anunciam. O serviço exterior português também foi tomando conhecimento das mudanças na política exterior venezuelana no que dizia respeito ao comércio. Uma vez que a importância militar do curso abaixou e a diminuição da guerra o permitiu teve lugar uma maior regularidade dos canais de comercialização existentes. De facto, a comercialização na Colômbia de frutos naturais, géneros e produtos manufaturados de Espanha e suas colónias foi autorizada em 18 de Novembro de 1828, desde que fosse feita em navios neutrais e fez-se a oferta de a Espanha poder enviar os seus navios aos portos de Colômbia em condições de reciprocidade⁷⁴⁶.

Este decreto constituiu uma motivação para o comércio indireto que se efetuava nas Antilhas, mas também para diplomatas experimentados, como Pereira de Azambuja que em Janeiro de 1829 se mostrou desejoso de ver a Portugal comerciar diretamente com a Colômbia. Assim o comunicou a partir de Washington num momento que não se achava nenhum agente colombiano ali nomeado a quem dirigir-se para obter maiores dados. Isto não foi impedimento para Azambuja tentar indiretamente colher algumas informações a este respeito, do Cônsul geral de Colômbia em Nova Iorque, Xavier de Medina. O grande temor do Embaixador português era que as embarcações portuguesas não gozassem na Colômbia da proteção do direito de Gentes, *suposto que a Pirataria que reina presentemente nestes mares só permite a embarcações bem armadas frequentar os portos da América do Sul*⁷⁴⁷.

No entanto, o tráfico manteve-se indireto com os vários países por mais uns anos. Num estudo que se prolonga até 1848, o historiador Manuel Pérez Vila afirma que até não estar consolidada uma elite militar-económica à frente do poder político, a Venezuela manteve-se integrada de forma indireta na economia ocidental. O seu intercâmbio comercial fortaleceu-se com outras nações, que não a Espanha, nomeadamente com as Cidades Hanseáticas, Dinamarca, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Holanda e Suécia. Através das colónias caribenhas a Venezuela fortaleceu o comércio com Curaçao, Jamaica, Guadalupe, Martinica, S. Tomás, S. Bartolomeu e Trinidad, entre as mais importantes⁷⁴⁸.

⁷⁴⁶ *Gaceta de Colombia*. Bogotá, Nº 387, 30-11-1828, p.2.

⁷⁴⁷ ANTT MNE. Leg Washington, CX 553. De Pereira de Azambuja para Visconde de Santarem. Carta-Ofc. Nº 20, Washington 28-01-1829.

⁷⁴⁸ Vila, Manuel Pérez (1976), «El gobierno deliberativo, hacendados, comerciantes y artesanos frente a la crisis, 1830-1848», in: Boulton (1976), pp.33-89.

O temor motivado pelos corsários venezuelanos diminuiu na década de 1830. Os termos e as condições para designar atos ilegais mudaram. Azambuja já falava de pirataria em 1829 porque, como se viu, a Venezuela tinha derogado as licenças de corso. Os corsários que tinham começado, basicamente, como um instrumento que afetava o comércio para obter um objetivo político, transformaram-se, ficando sem a justificação da guerra como uma prática ilegal de lucro de capitães que foi causa processada nos tribunais de justiça. Os problemas em tribunais e as andanças diplomáticas ocasionadas por aqueles demoraram, no entanto, até as décadas seguintes. De facto, a Secretária de Estado dos negócios estrangeiros começou o ano 1831 com o pedido à Real Junta de Comércio: considerar *as providencias que se fazem necessárias para animar a reclamação dos Navios Portugueses tomados por Corsários de Baltimore*⁷⁴⁹, o que indica que alguns litígios em tribunais dos Estados Unidos continuavam irresolutos.

Em 1846, a situação na Venezuela não parecia ser muito diferente da América do Norte. Inclusive, os casos que Washington tinha começado a reclamar na Corte de Almirantado em Margarita, em 1819, tinham-se complicado. Entre eles estava o processo contra a atuação dos capitães com patente de Artigas. Vários destes corsários apresaram navios portugueses que foram depois condenados em Margarita ou em Amelia, entre eles se encontrava o capitão John Clark, o mesmo que tinha levado um *brick* português carregado de 700 sacos de arroz à ilha Amelia quando esta era governada por McGregor. A complicação surgiu pela maneira como Estados Unidos conduziram os interesses da República do Uruguai nas suas reclamações contra Venezuela instrumentando através do seu cônsul em La Guaira, John P. Adams, uma frente comum para atingir a satisfação de seus próprios interesses⁷⁵⁰, satisfação que foi outorgada aos demandantes nesse mesmo ano. Contudo, Portugal não parece ter instrumentado algum processo por esta via.

3. Consulados honorários e escritórios comerciais. Primeiras representações do parceiro comercial a partir dos relatórios consulares

Desde os inícios do século XIX, a tensão existente na Europa gerou muita e variada informação em relação aos acontecimentos que se desenvolviam na América. Esta informação produziu-se não só pelo debate diplomático oficial entre as potências em torno dos paradigmas liberais e conservadores, mas também da luta pela hegemonia europeia

⁷⁴⁹ *Gazeta de Lisboa*, Nº 6, 7-01-1831, p.24.

⁷⁵⁰ «John P. Adams a R. M. Hamilton», Ofc. del 31-08-1846, in: Devoto, Juan E. Pivel (Ed.) (1933), *Los corsarios de Artigas en nuestros anales diplomáticos. Contribución documental*. MRE-IN, p.11.

sobre os interesses americanos e do reconhecimento das aspirações autonomistas. Efetivamente, conquanto os protocolos e as convenções guardavam as formas entre as diferentes Cortes, diferentes aspetos da economia e da política, nacionais e internacionais, giraram também em torno dos agentes officiosos e de outros fatores que atuavam à margem das situações de conflitos governamentais, mas implicados indiretamente ou atentos a essas situações.

Neste sentido, o debate concentrou os argumentos de ordem económico que sustentavam as possibilidades de instaurar um novo *status* – o do livre comércio – ou de perpetuar o monopólio existente, discussão relevante no caso dos territórios de Espanha e de Portugal na América durante o primeiro quarto de século XIX. Em relação a estas colónias, as asserções oficiais referiam, por um lado, dúvidas sobre a capacidade de comerciar com elas através de um governo que as representasse de maneira legítima e legal; e, por outro lado, a disposição para reconhecê-las politicamente como entidades autónomas. Assim, todo plano de contacto comercial foi posto inicialmente debaixo da lupa do que era considerado politicamente apropriado. Ao lado destes condicionalismos de carácter oficial, os agentes officiosos surgem na análise histórica porque as suas opiniões e ações revelam as falhas e os acertos do sistema de que procuravam, de maneira pragmática, tirar vantagens, fossem estas políticas ou económicas além de pôr num ponto de comparação os interesses de Portugal e da Venezuela, pelo que constituem antecedentes à formação de laços oficiais binacionais.

A política diplomática das nações europeias via-se confrontada com o dilema de manter umas condições que lhe permitissem conviver com os seus vizinhos, como medida preventiva para sua prosperidade, e, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades que se abriam na América. No caso das grandes potências, só a determinação de atuar no comércio americano estava apoiada na capacidade persuasiva e efetiva da sua força militar e económica. Para Portugal, a vizinhança da Espanha obrigava a ponderar a cordial convivência europeia e em relação à América, tratava-se principalmente de defender a integridade geográfica da sua soberania e de contestar as mudanças que faziam aumentar o comércio nessa imensidão territorial, do que de governar efetivamente o destino económico deste continente. Esta era a realidade que compartilhavam luso-brasileiros e espanhóis-americanos.

No que diz respeito à América, a Espanha esforçava-se por corrigir os seus erros administrativos concretizados em reivindicações ganhas pelos crioulos americanos e em que estes não estavam dispostos em recuar. Não era a situação do mais periférico Portugal

ensimesmado na gestão do seu império colonial e do Brasil. A condição de vizinhança única e de dinastia real constringia a sua diplomacia em relação aos assuntos das possessões espanholas. No entanto, isto não impedia os agentes oficiosos de analisar a política peninsular em relação à América, considerar o contexto geral em que esta relação se desenvolvia e de empreenderem iniciativas.

Vista assim, a informação que temos recolhido dá a possibilidade de analisar a representação da sociedade comercial europeia-americana em formação à sombra do espectro político e, em concreto, da formação de referentes na relação binacional Portugal-Venezuela. Enquanto os agentes oficiosos se dedicavam a comerciar ou a emitir opiniões, sem deixar de se preocupar com as disposições políticas, a legalidade e a legitimidade das estratégias oficiais eram debatidas no seio de um pluripartidarismo de discursos ou entre paladinos da liberdade de expressão. Alguns destes discursos eram retóricas esquadrihadas na matriz mais pura do conservadorismo, enquanto outros discursos foram elucidados à luz das novas ideias. Na confrontação entre ambos os discursos encontram-se propostos os projetos e as estratégias que nos ocupam.

Para contrabalançar o efeito de um e do outro, cada grupo recorreu à difusão pública das suas propostas. A imprensa foi o recurso principal sendo empregada com variados fins: defender posições, atacar o adversário e, inclusive, silenciar as próprias verdades cuja divulgação era considerada inconveniente. As publicações corriam assim por conta dos interesses governamentais transmitidos através de seus agentes de informação – os consulados e as legações – ou por empresários independentes comprometidos com a causa política e económica. Estas publicações eram tanto estrangeiras como nacionais, de edição metropolitana, colonial ou no exterior, num país considerado neutral. Em todos os casos, aplicando a crítica tanto ao órgão informativo como à autoria da informação, os elementos dão dados para elaborar um esboço do comércio binacional, anterior à relação diplomática oficial e às táticas oficiais pensadas em função deste, uma vez restabelecida a harmonia entre as nações.

A. Desde Londres: os anos incertos

Desde finais do século XVIII e, com maior relevância, desde princípios do século XIX, Londres era a capital europeia onde os negócios diplomáticos se ligavam com os interesses económicos, sem excetuar que estes dois aspetos se entrecruzavam para deformar a relação entre a Europa e a América. É ali, na capital da primeira potência do momento que se debatiam ideias e se convocavam tertúlias sobre o futuro das colónias espanholas e portuguesa. A experiência política das Treze Colónias foi razão para concentrar em Londres

atividades em prol da independência daqueles territórios. Efetivamente, os ilustrados que desejavam a autonomia político-económica do resto de América compreenderam o jogo de alianças europeias e o seu tratamento. Este jogo político tinha-lhes demonstrado, em especial aos espanhóis-americanos, como o entendimento entre a França e a Espanha tinha contribuído para a formação dos Estados Unidos. A lógica dos estratagemas europeus indicava que o mesmo sistema funcionava em sentido contrário e que, portanto, em revanche, o apoio de Grã-Bretanha era vital para a formação de repúblicas dentro do Império espanhol na América.

a. Um precursor

O venezuelano Francisco de Miranda foi um dos primeiros a associar uma causa individual ao entrelaçado de circunstâncias diplomáticas e económicas envolvidas no sistema das alianças europeias⁷⁵¹. Este militar académico, formado na Europa, que era um experiente compilador de informação, conspirou para a independência das colónias espanholas ao longo dos anos que duraram as campanhas europeias e teve conhecimento dos movimentos acometidos na América na década de 1790. Miranda baseia o seu conhecimento nos dados que tinha coligido sobre o estado geral do Continente, numa estatística das suas possibilidades comerciais e industriais, no produto das rendas que recebia a Coroa espanhola e na conhecida *Carta a los españoles americanos* do sacerdote jesuíta Juan Pablo Vizcardo y Guzmán, obra antiespanhola que descreve o estado de América na década de 1780, em suma, em toda uma documentação que de maneira pertinaz Miranda cita para seus interlocutores⁷⁵².

O projeto emancipador que Miranda concebe inclui a confederação independente de toda a América, que integraria os territórios coloniais espanhóis e portugueses, numa única entidade política, projeto que batizou com o nome «Colômbia», e que contava com o apoio – clandestino – da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Nas suas conversas com os políticos ingleses falava dos negócios futuros coma América e neles colocava a Venezuela como

⁷⁵¹ «Miranda y Rodríguez, Sebastián Francisco de» (Venezuela, 1750 - Espanha, 1816). Militar, escritor, diplomático, político. Residente em Londres, conhecido e amigo de grande número de nobres e políticos das cortes e governos europeus e asiáticos. Campanhas militares em Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa e na Venezuela, *Dictador Plenipotenciario e Jefe Supremo* da primeira República da Venezuela (1810-1812). Considerado o Precursor do processo de independência de Espanha, in: *DHV-FP*.

⁷⁵² Sua biblioteca particular, uns seis mil volumes, incluía obras sobre ciência, economia, política, teologia, etc.; e autores alemães, espanhóis, franceses, gregos, ingleses, italianos, latinos e portugueses. Nucete-Sardi, José (1950), *Aventura y tragedia de Don Francisco de Miranda*. Caracas, Ministerio de Educación Nacional, pp.211, 238. No caso de Venezuela, o movimento mais importante nesta década foi a conspiração de Manuel Gual e José María España (1797-1799). Cf.: Grases, Pedro (1997), *La conspiración de Gual y España y el ideario de la independencia*. Caracas, ANH.

exemplo. Às questões que lhe colocavam sobre a gestão e disponibilidade de recursos, Miranda rebatia com evidências. Assim, a Lord Saint-Vincent⁷⁵³, que manifestava não existir um bom porto desde Cartagena até Cumaná, oferecia-lhe com evidências as vantagens do porto e cidade de Puerto Cabello. Sobre o comércio exterior, a conversa estendeu-se às possibilidades do continente e aos seus produtos agrícolas. Seus contactos nas Antilhas e na Europa são exemplo das possibilidades das redes de negócios, que de todas partes se manifestaram com vontade de estabelecer e explorar o comércio. Sua causa estava filiada ao fomento do liberalismo e toda a sua atividade política estava associada de forma indelével ao fomento económico⁷⁵⁴.

Pensado o projeto político e analisada a possibilidade comercial da América, o ponto seguinte na sua agenda foi afinar a diplomacia segundo uma perspectiva mais económica. Assim, Miranda insistia em fazer o *lobby* correspondente junto do governo de Londres para conseguir o apoio da Grã-Bretanha e, considerava uma boa ideia, criar um espaço de tertúlia e intercâmbio de opiniões onde fossem ouvidas outras vozes a seu favor. Sua casa em Grafton Street converte-a num centro de reuniões onde confluíam latino-americanos, que se achavam em estudos ou em plano de negócios em Londres, exilados e emigrantes do continente, entre estes muitos personagens do realismo francês. Nestas reuniões participaram também militares, nobres e diplomáticos de todas partes de Europa. As atividades de Miranda cedo levantaram suspeitas, tanto por suas ideias políticas, como pelas personagens contestatárias que o frequentavam e pelo seu papel anticlerical, pois “El Conspirador”, como foi chamado, era um mação que tinha fundado, em 1797, a *Logia Americana de los Caballeros Racionales*, também chamada a *Gran Reunión Americana*, da qual se erigiu em Grande Mestre⁷⁵⁵ e em cuja cerimónia de iniciação se jurava *no reconocer por gobierno legítimo de las Américas sino a aquél que fuese elegido por la libre y espontánea voluntad de los pueblos, y trabajar por la fundación del sistema republicano*, entendendo por tal sistema o oposto à monarquia absoluta⁷⁵⁶.

Além disto, a sua posição política tinha-se tornado em extremo visível através do recurso à opinião pública causando inconformidade face à diplomacia inglesa, alertando os

⁷⁵³ «John Jervis» (Gran Bretanha, 1735-1823). Militar, almirante da Real Marinha Britânica. Membro do Parlamento. Com experiência nas Índias ocidentais Britânicas e costas americanas desde o início das Guerras Napoleónicas Recebeu o título honorífico de Primeiro Lorde Almirante da Frota do Reino Unido. *EBritain*.

⁷⁵⁴ Nucete-Sardi (1950), p.227.

⁷⁵⁵ Cf.: «El Conspirador», in: Nucete-Sardi (1950), pp.205-234, pp.216, 226-227.

⁷⁵⁶ Terragno, Rodolfo (2009), *Diario íntimo de San Martín. Londres, 1824. Una misión secreta*. Buenos Aires, Editorial SurAmericana. (Consulta: 7-9-2012, -<http://www.diariodesanmartin.com.ar/>).

estadunidenses e atizando os hispano-americanos descontentes. Por assinalar tão só um destes recursos, como exemplo do alcance internacional da sua estratégia conspiradora, refira-se que Miranda publicou em Londres, em 1799, a *Lettre aux Espagnols Américains*, a *Carta* contra a opressão colonial espanhola da autoria do jesuíta Viscardo y Guzmán, que a tinha escrito em Paris; depois, em 1801, traduziu a *Lettre* em Espanhol e publicou-a sob o título *Carta dirigida a los españoles americanos* com indicações de ter sido impressa em Filadélfia⁷⁵⁷.

O objetivo seria conseguir a curiosidade da opinião pública nos Estados Unidos a partir de cujos portos o panfleto atingiria uma melhor e maior distribuição através do contacto comercial e da navegação para o resto de América. Todavia, o melhor distribuidor foi o mesmo Miranda que a levou consigo primeiro para os Estados Unidos; a seguir para a Venezuela em 1806. Desde o dia de sua chegada a Nova Iorque, no dia 9 de novembro de 1805, Miranda ocupou-se com a difusão destes e outros escritos, em ter entrevistas com o Thomas Jefferson, James Madison, Samuel G. Ogden, Thomas Lewis, o inspetor do porto de Nova York coronel William Steuben Smith; e em negociar com vários comerciantes de mantimentos militares e de armas⁷⁵⁸. Destes contactos e da propaganda feita a favor de sua causa, juntaram-se-lhe vários voluntários⁷⁵⁹.

Em fevereiro de 1806 levantou a âncora rumo ao Sul com destino à Venezuela, numa viagem que foi bastante publicitada. Com efeito, uma propaganda impressa em lenços circulou nas colónias inglesas durante a viagem. Os lenços mostravam o rosto de vários políticos, entre os quais figuravam Washington e Miranda, *con dibujos de batallas navales e inscripciones llamativas*, entre estas os lemas «*Sean libres las personas, la conciencia y el comercio*» ou «*Florezcan las artes, el comercio y la industria*», hasteando assim a bandeira do liberalismo pelo Mar das Caraíbas⁷⁶⁰. No trajeto conseguiu conquistar

⁷⁵⁷ Cf.: Batllori, Miguel (1953), *El abate Viscardo. Historia y mito de la intervención de los jesuitas en la independencia hispanoAmericana*. Caracas, IPAGH. Nucete-Sardi (1950), p.217.

⁷⁵⁸ «Jefferson, Thomas» (1743-1826), ilustrado, de evidentes princípios democráticos e republicanos. Terceiro presidente dos E.U.A. (1801-1809); «Madison, James» (1751-1836), advogado, Secretario de Estado (1801-1809) quando a viagem de Miranda, quarto presidente dos E.U.A (1809-1817); *EBritain*. «Ogden, Samuel G.» (1777-1840). Armador e Comerciante de Nova Iorque, proprietário do navio *Leandro* que foi empregue por Miranda para a sua invasão. Ogden viu a invasão como negócio. Acusado por Espanha nos tribunais dos E.U.A por conspiração política. Thomas Lewis, da casa de comércio Lewis & Son, de Boston, era seu agente procurador na viagem. Parra Pérez, Caracciolo (1992), *Historia de la Primera República de Venezuela*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho, pp.94-95, 101-109, e 112-114.

⁷⁵⁹ Miranda teria sido iniciado pelo general Lafayette, em Filadélfia, em 1783. Martínez, Carlos Antonio, *General Francisco de Miranda Father of Revolutionary Masonry in Latin América*. Northern California Research Lodge (-www.northerncaliforniaresearchlodge.org/)

⁷⁶⁰ Nucete-Sardi (1950), p.252.

outros 200 indivíduos para sua causa. A seu pesar, no dia 28 de abril o seu desembarque na Venezuela foi recusado pelas forças espanholas e muitos de seus homens foram presos, entre eles o jovem nobre português Paulo Jorge.

Ainda não encontramos a documentação que o confirme, mas é possível que Miranda tenha recrutado Paulo Jorge entre o grupo de irmãos maçons de Nova Iorque. Seja como for, as operações de Miranda nos Estados Unidos não deixaram de interessar aos representantes portugueses ali residentes, tal como o provam os ofícios do cônsul Jorge Rademaker em Filadélfia enviados à atenção de António de Araújo de Azevedo, Ministro e Secretário de Estado de negócios estrangeiros e de guerra. Além de remeter notas comerciais⁷⁶¹, Rademaker dedicava espaço a informar sobre os objetivos políticos e militares da expedição organizada pelo Venezuelano.

Miranda *tinha formado essa expedição para ir revoltar as províncias de Caracas, de onde ele é natural*, contra a instituição monárquica espanhola em América. Este atentado foi razão suficiente para Rademaker justificar seus ofícios, que falavam das ações de Miranda em Nova Iorque, a partida do navio americano *Leandro* com armamento; sua paragem em Saint Domingos e a tentativa de contratar ali uns 500 recrutas mulatos para continuar para Caracas⁷⁶².

O Cônsul português seguia com extremo interesse todo o périplo da expedição até à chegada à costa venezuelana, onde Miranda era esperado pelo Governador de Caracas que tomou as devidas precauções para conter o desembarque. A expedição foi desmantelada e acabou no apresamento de dois dos navios de Miranda e de 58 dos seus homens, a maioria americanos, que foram levados prisioneiros ao fortim em Puerto Cabello. Rademaker acrescenta, além disso, informações das autoridades espanholas em Caracas, das quais se faz eco, pois lhe confirmam o destino dos prisioneiros e o significativo facto que dos sequazes de Miranda apresados, *dez tinham patentes de oficiais entre eles um filho de Manuel Joaquim Jorge de Lisboa* e que eles foram enforcados e as cabeças expostas pelas estradas⁷⁶³.

⁷⁶¹ Moreira, Cristina e Jari Eloranta (2009), «US-Portuguese trade in the era of the first real world War and Beyond: instability and opportunity, 1796-1831». *Economic History Society*, pp.11-14. (Consulta: 10-Outubro-2011 in: -www.ehs.org.uk/ehs/conference2009/Assets/MoreiraElorantapaperFullPaper.pdf)

⁷⁶² ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 551. De José Rademaker para António de Araújo de Azevedo. Filadélfia: Of. N° 15, 5-04-1806; Of. N° 16, 18-04-1806.

⁷⁶³ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 551. De Rademaker para Azevedo. Filadélfia: Of. N° 19, 10-06-1806; Of. N° 21, 5-09-1806.

Rademaker introduz um aspeto da comunidade portuguesa nos Estados Unidos, que também está presente na de Londres: a existência de elementos politicamente discordantes no interior da Coroa portuguesa e simpatizantes da independência americana, nos inícios do século XIX. O caso de Paulo Jorge é, pelo menos, uma deserção dos princípios monárquicos e um apoio à independência política e ao livre comércio a que aspirava um súbdito espanhol para uma colónia hispano-americana. Devido à participação de um súbdito português em tal empresa, Rademaker permaneceu atento à segunda expedição de Miranda efetuada nos começos de agosto. O seu ofício enviado dois meses depois deste desembarque em Coro, dá uma panorâmica da tensa situação política na área e das conexões interinsulares caribenhas, das que são mostras as suas referências a Aruba, Barbados, Curaçao, Haiti, etc., e as relações com a costa venezuelana⁷⁶⁴.

Depois das imperícias, Miranda regressou a Londres, em 1808; junto com ele, a informação sobre a distribuição – bem como do conteúdo – da *Carta dirigida a los españoles americanos* cruzou novamente o Atlântico e obteve uma resenha em Julho de 1809, no *The Edinburgh Review*. Os contactos feitos por Miranda ajudaram-no a dar novo impulso à sua campanha e se já tinha contado com o apoio de um constitucionalista como Rufus King, o ministro dos Estados Unidos em Londres, agora gozava do apoio de abolicionistas, filósofos, filantropos e jornalistas⁷⁶⁵ como William Burke, James Mill, Jeremías Bentham ou William Wilberforce⁷⁶⁶.

O regresso a Londres deu-se em circunstâncias favoráveis à campanha dos independentistas americanos. De facto, as aspirações político-económicas e de invasão territorial de Napoleão tornaram mais recetivos os corredores parlamentares ingleses onde foram recebidos vários delegados. Desde o seu regresso, Miranda foi convidado de Jorge

⁷⁶⁴ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 551. De Rademaker para Azevedo. Filadélfia: Of. Nº 22, 3-10-1806; Of. Nº 23, 6-12-1806; Of. Nº 27, 24-02-1807.

⁷⁶⁵ Almeida, Joselyn M. (2004), «Romanticism and Nonfictional Prose in Spanish América 1780-1850», in: Sondrup, Steven P. (Ed.) (2004), *Nonfictional romantic prose: Expanding borders*. Amsterdam – Filadélfia, John Benjamins B. A., pp.181-194, p.186. Nucete-Sardi (1950), pp.216, 254, 263, 266.

⁷⁶⁶ «Burke, William». Irlandés. Escritor, político. Interessado nos ideais de Miranda, publicou vários artigos e obras em defesa da independência da América, em especial da Venezuela, na que participou pessoalmente. Parra Pérez (1992), pp.286-288; «Mill, James» (1773-1836), economista, filósofo, historiador, politólogo. Articulista em *The Edinburg Review*, *Annual Review*, e outros jornais. Defensor da liberdade de ideias e de prensa; «Bentham, Jeremy» (1748-1832). Advogado, filósofo. Iniciador do pensamento utilitarista - as ações medidas pela sua utilidade: a maior felicidade para o maior número - de princípios próximos aos da democracia; «Wilberforce, William» (1759-1833). Político. Parlamentário abolicionista, reformista social, crítico das condiciones de trabalho e da ignorância dos trabalhadores, nas fábricas. *EBritain*.

Canning⁷⁶⁷ e de Robert Stewart Londonderry, em Stranhope St. e Downing St., respetivamente, e conviveu socialmente com Sir Arthur Wellesley. Miranda foi o anfitrião de Simón Bolívar, Andrés Bello e Luis López Méndez perante as autoridades británicas⁷⁶⁸.

El Conspirador estava preocupado com a captação da atenção e o apoio da opinião pública inglesa não só pelos assuntos políticos da América. Daí que também tente divulgar informação de temática mais ampla, inclusive oferecer um exemplo do homem americano numa biografia sua. A biografia compreenderia uma perspetiva geo-histórica: um estudo do homem, o tempo e o espaço; o homem estava ligado às suas origens e aos seus trabalhos pela humanidade, não só na América do Sul, mas também em outras terras e situações, como a sua participação na Revolução em França. Uma biografia neste estilo redonda nos laços históricos entre Europa e América dando maior profundidade política ao solícito discurso de ajuda de Miranda e resultava interessante para os seguidores dos princípios revolucionários franceses. Funda e edita o jornal *El Colombiano*, em 1810, financia a publicação do *Diccionario geográfico-histórico de las Indias occidentales o América*, de Antonio de Alcedo⁷⁶⁹, entre outras iniciativas⁷⁷⁰.

⁷⁶⁷ «George Canning» (1770-1827). Advogado, político, parlamentar, Ministro Secretário para os Assuntos Exteriores (1805-1809), Primeiro-ministro em 1827. Público apoiante da independência da América latina, dos projetos de Miranda, e do livre comércio com as repúblicas americanas; Robert Stewart Londonderry, Lord Castlereagh (1769-1822). Parlamentar, político. Secretário de Estado de guerra e Colonias (1805). Secretário de Estado de Assuntos Exteriores (1812); «Wellesley, Arthur», Lord Wellington (1769-1852). Estadista, político. Académico militar experimentado em várias frentes. Expulsou os franceses de Portugal em 1811. Duque de Wellington. *EBritain*.

⁷⁶⁸ «Bello, Andrés»: 1781-1865, de ascendência canario-venezuelano, advogado, articulista de imprensa, diplomata, filólogo, filósofo, humanista, legislador, pedagogo e poeta; desde julho 1810 viveu em Inglaterra durante 19 anos. «López Méndez, Luis»: educador, editor, diplomata; junto a Bello e Bolívar, sua missão era conseguir contactos e cobrir a logística de homens e de insumos militares necessários para empreender uma avançada militar revolucionária em Venezuela contra os exércitos reais espanhóis, função que cumpriu até 1821; in: *DHV-FP*.

⁷⁶⁹ Alcedo y Bexarano, Antonio de (1812), *The Geographical and Historical Dictionary of America and the West Indies*. London, Carpenter, 5 Vols. (Vide Thompson, G. A. (1812).

⁷⁷⁰ Miranda publica na imprensa inglesa artigos sobre as virtudes do livre comércio; rebate informações aparecidas em *Annual Register*; estimula a Bolívar a escrever *Carta de un español de Cádiz a un Amigo suyo en Londres*, publicada no *The Morning Chronicle*, em Setembro-1810; com ayuda de William Burke e de James Mill, reedita *Emancipación de Hispano América*, em 1810; Nucete-Sardi (1950), pp.262-264. Almeida (2004), pp.186-187. Coopera com outros venezuelanos nas publicações: *Interesting Official Documents relating to the United Provinces of Venezuela*, de Andrés Bello e Luis López Méndez, em 1811; e *Outline of the Revolution in Spanish América or an Account of the Origins, Progress and Actual State of the War between Spain and Spanish América; Containing the Principal Facts which have marked the Struggle*, escrita por Manuel Palacio Fajardo (Londres, Longman, Hurst, Rees Orme and Brown, 1817). *As a result of this campaign, the British press ('The Morning Chronicle', 'The Examiner', 'The Morning Herald') mentioned the presence of the Venezuelans in London and referred to the new government in Caracas, and reproduced articles from the 'Gazeta de Caracas'.* Nessa época londrina, *Venezuela was the cradle of Latin-American diplomacy, and great encouragement and efficiency were found in the actions of Miranda and Bolívar*. Bastin, G. L. (2009), «Francisco de Miranda, intercultural forerunner», in: Milton e Bandia (2009), pp.19-42, p33.

O recurso mediático não se fica apenas na imprensa ou na distribuição de papéis delegada a terceiros. Fixado nos pormenores das cortes europeias e das academias militares, Miranda expõe o saber de sua experiência e aproveita as posições políticas, os interesses particulares e as modas na sua atividade diplomática. Ele esmera-se pessoalmente em difundir suas ideias e as ideias revolucionárias dos venezuelanos e a sua apresentação de um mundo americano inexplorado, de forma adequada segundo seus interlocutores. Assim, Miranda oferece a Lord Sheffield a obra *Voyage à la Partie Orientale de la Terre-Ferme*, publicado por François Raymond Joseph Depons⁷⁷¹. Esta obra sobre Venezuela constituiu uma curiosa novidade literária: publicada em Paris em 1806, foi comentada por *The Edinburgh Review* na sua edição de Julho de 1806, num momento em que o país *is little known in Europe, except to the Spaniard*⁷⁷². Assim começa o Artigo XI desta edição do *Review*, um artigo de mais de vinte páginas dedicado a essa publicação cujo autor é apresentado como *Ex-agent du Gouvernement Français à Caracas*.

Este presente não parece ser inocente. Ao contrário, persegue um objetivo tácito orientado para captar o interesse de Inglaterra pela situação económica de Venezuela, o que se pode intuir a partir de duas análises pontuais. Primeira, Lord Sheffield é uma personagem contemporânea oportuna tanto pelo seu patriotismo como pelos seus gostos, decidido a impedir que as outras nações liderassem o comércio na América em detrimento dos interesses britânicos. De facto, ao iniciar sua vida política, em 1780, foi um férreo defensor do controle dos negócios e da navegação britânicas nas Índias Ocidentais quando se teve de discutir o tratado com Estados Unidos. Sobre este particular escreveu: *Observations on the commerce of the American states with Europe and the West Indies, including several articles of import and export; and on the tendency of a Bill now depending in Parliament in London*, que propunha, entre outros aspetos, fechar o comércio a Estados Unidos, o que lhe valeu uma resposta de Thomas Paine⁷⁷³. No aspeto pessoal, mostrava entusiasmo tanto pela literatura de viagens e pelas obras dos clássicos como pela

⁷⁷¹ Nucete-Sardi (1950), p.262. «Baker-Holroyd, John» Lord Sheffield (1735-1821). Parlamentário *Whig*. Presidente do *Board of Agriculture*. *EBritain*.

⁷⁷² Grases, P. (1960), «Estudio preliminar» a: Depons (1960), pp.IX-X. O *The Edinburgh Review*, Nº XVI, Julho-1806, pp.378-399, resenhou a obra. O título do artigo XI desta edição é: «*Voyage à la Partie Orientale de la Terre-Ferme, dans l'Amérique Meridionale, fait pendant les Années 1801, 1802, 1803, et 1804. Par F. Depons, Ex-agent du Gouvernement Français á Caracas. En 3 tomes. 8vo. À Paris. 1806*», p.378.

⁷⁷³ «Paine, Thomas» (Inglaterra, 1737-EUA, 1809) Escritor, político radical, liberalista e democrata. *EBritain*.

edição de obras de história e memórias, tendências que, junto com as narrativas epistolares, estavam em voga na altura⁷⁷⁴.

Segunda análise: implicitamente, como obséquio, a obra de Depons é um instrumento informativo de dupla utilidade para a política externa britânica: por um lado, por conter estatísticas demográficas, informação sobre produção agrícola, navegação fluvial, comércio interno e externo, entre outros temas; e por ser então uma obra substancial dado o benefício que esta informação dava aos ingleses sobre os negócios do território venezuelano com as ilhas de Trinidad, Jamaica e do resto das Caraíbas. Por outro lado, a obra de Depons era uma prova evidente do conhecimento de um *agente français*, que viajou com conhecimento das autoridades francesas no Mar das Caraíbas, em particular as de Saint Domingues, portanto, era facilmente interpretada como uma prova da ambição francesa na América vista à luz dos acontecimentos contemporâneos posteriores a 1806.

Do mesmo modo, *Les voyages...* eram uma mostra do domínio espanhol sobre a benévola terra venezuelana, imagem que o artigo de *The Edinburgh Review*⁷⁷⁵ expõe quando refere que, por sua condição política, *the Spanish colonies languish under the weight of a cumbrous and oppressive government, calculated not for their own necessities, but to secure, by its extensive patronage, their fidelity and obedience to Spain*⁷⁷⁶. Ao mesmo tempo, refere as imperfeições de algumas instituições e a tergiversação de seus fins de que o autor do artigo dá exemplos baseado em Depons, como o faz ao mencionar o claro ataque liberal contra a Igreja católica e as suas atividades bancárias, comerciais e de contrabando. Ao tocar estes tópicos que atentavam contra o sistema liberal – monopólios e privilégios –, o articulista introduz o tema das finanças e do comércio onde mostra a um Depons conhecedor do comércio indireto o que faziam os ingleses com produtos de todas partes e com os passaportes outorgados *from the English admiral on the West India station*⁷⁷⁷.

⁷⁷⁴ Cf.: Paine, Thomas (1783), «A Supernumerary Crisis. To the People of América». Nova Iorque, *Common Sense*, 9-12-1783; que responde a *publication, under the appearance of a letter from London*, datada no 30-Setembro, difundida em *Rivington's Nova Iorque Gazette*, no dia 6-Dezembro-1783. (Panfletos *Common Sense*, de Thomas Paine, disponível in: -<http://www.constitution.org/tp/amercrisis19.htm>). Minchinton, Walter E. (1980), *Silas Deane and Lord Sheffield's 'Observations on American commerce'*. Coimbra, Separata da *Revista de Universidade de Coimbra*, Col. XXVIII, Ano 1980, pp.83-98. Lord Sheffield foi o editor das obras do historiador Edward Gibbon, entre elas suas *Memórias* e *Decline and Fall of the Roman Empire*. Cf.: «John Baker Holroyd Sheffield», in: *EBritain*.

⁷⁷⁵ Grases (1960), Vol. 1, p.X.

⁷⁷⁶ O General em chefe do exército francês de S. Domingo, Charles-Victoire-Emmanuel Leclerc, *was pleased to patronize his undertaking, and to advance him a thousand dollars out of the public funds of the army to assist him in carrying it into effect. The Edingurgh Review*, Nº XVI, Julho-1806, pp.379, 388, 391, 394.

⁷⁷⁷ *Ibidem*, p.394.

Por último, o articulista de *The Edingurgh Review* passa a referir um aspeto político escabroso que instiga a formular perguntas retóricas sobre o movimento independentista na América espanhola, seu futuro político e sua sobrevivência económica. Estas eram as questões que no momento se propõe a elite política europeia, em particular a inglesa, a partir da imagem de colónias espanholas oprimidas com desejos de administrar o seu potencial⁷⁷⁸.

Mas, o estratagema discursivo do articulista revela-se finalmente nas últimas páginas da sua exposição. A partir de aqui, começa um discurso onde são postos na mesma balança: os defeitos da Coroa e do sistema colonial espanhol, numa bandeja, e as virtudes e as aspirações da sociedade colonial na América, na outra. Esta estratégia discursiva em torno dos projetos de uma elite espanhola americana e do projeto de *El Conspirador* não se distancia, em termos do objetivo que procura o articulista, das intenções inferidas da oferta da obra do agente francês Depons, feito por Miranda a Lord Sheffield. Também não fica longe dos ideais que, como se verá a seguir, mostraram alguns portugueses residentes em Londres.

Perante a representação de um futuro promissório plausível, porque *the colonies which he is endeavouring to emancipate, are unable to defend themselves against the mother country, without the succor and protection of England*, persiste, no entanto, a esperança *that this succor and protection will be either steadily withheld*⁷⁷⁹. Estas últimas frases evidenciam que em ambos factos existe o desejo de contar com o apoio do governo britânico, e a semelhança estratégica leva a pensar que a autoria do artigo pertence a Miranda ou que, colocado por trás do anonimato, é uma colaboração deste em combinação com algum articulista de *The Edingurgh Review*.

Cada vez é mais clara a imagem elaborada pela Corte espanhola contra a qual lutavam Miranda em Londres e o cronista no seu artigo: colónias incultas e incapazes de valer-se por si mesmas; sociedades de espírito ressentido e inclinadas à vingança; elites crioulas desmedidas em sua ambição e desagradecidas contra Europa; pensadores de princípios institucionais republicanos e detratores dos princípios da ordem e a autoridade divina que inspirou a monarquia. Esta era uma frente ideológica a atacar. Mas, ao mesmo

⁷⁷⁸ *Would the emancipation of the Spanish colonies be favorable to their future progress and improvement? Would it enable them to redress the grievances under which they at present labor? If assisted to acquire, are they strong enough to maintain, their independence? The Edingurgh Review, N° XVI, Julho-1806, p.397.*

⁷⁷⁹ *The Edingurgh Review, N° 16, Julho-1806, pp.397-399.*

tempo, o descrédito de França aumentava e as dúvidas sobre as Cortes peninsulares estavam sementeadas⁷⁸⁰.

Do mesmo modo, a missão diplomática que se impôs Miranda deu-lhe a satisfação de impulsionar os interesses políticos e económicos ingleses para o Novo Mundo. De facto, a toda esta atividade de Miranda, somam-se novas personagens que enfileiravam na causa comum contra os franceses, visionavam um novo futuro para toda América, incluída a colónia portuguesa de Brasil. Vigilante à inclinação inglesa em ajudar a Espanha, Miranda prestou sempre atenção aos acontecimentos em Portugal. Os meios político-intelectuais londrinos sabiam que não tinha abandonado seu contacto diplomático com Sir Arthur Wellesley: ao novo Lord e Visconde de Wellington, homenageado assim após seu triunfo sobre José Bonaparte, em Talavera, em julho de 1809, remeteu-lhe as edições de sua publicação quinzenal *El Colombiano*⁷⁸¹.

Nestes anos, a resistência peninsular aos franceses e a resistência americana aos peninsulares encontraram um ponto em comum em Grafton street, a residência de Miranda. Desde ali, o canario-caraqueño contribuiu com a bagagem da sua experiência para essa conjugação de interesses. A esta aproximação tinham ajudado também os amigos de Miranda, como James Mill e o seu editorial de Novembro de 1803, titulado «Politics: Spain and Portugal» a propósito da emancipação de América⁷⁸². Desde então, no círculo londrino dos venezuelanos foram-se integrando peninsulares que frequentaram espaços comuns e mantiveram correspondência pessoal entre eles ou trocaram ideias através da imprensa.

Entre os espanhóis e aqueles que tiveram um amplo contacto com Miranda, Bello e Bolívar, surge o nome do teólogo e jornalista José María Blanco White, de origem irlandesa-espanhol, que lançou uma ofensiva mediática contra Madrid através de *El Español*, jornal proibido em Espanha durante todo o tempo em que foi publicado, entre 1810 e 1814. A causa das colónias espanholas estendeu-se a análogas inquietudes entre colonos da América portuguesa. O grupo dos portugueses em Londres apresenta-se complexo porque no seu interior misturavam-se posições que assumiam perspetivas diversas: umas manifestam seu apoio à Corte de Lisboa, outras eram prudentes em relação à total independência das colónias espanholas e as repercussões possíveis para o Brasil e

⁷⁸⁰ Lustosa, Isabel (2002), *Homem fora do lugar com idéais no lugar: Hipólito da Costa e um projeto para o Brasil*. Caxambu, XXVI Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 22-26 Outubro, (Consulta: 8-11-2012, -www.anpocs.org/portal/index.), p.26.

⁷⁸¹ Nucete-Sardi (1959), pp.264-265.

⁷⁸² Rodríguez, Mario (1994), *'William Burke' and Francisco de Miranda: the Word and the Deed in Spanish América's emancipation*. Nova Iorque Univ. Press of América, p.143.

Portugal, outras insinuavam a emancipação da colónia portuguesa. Sem perder o contacto com o grupo espanhol americano, o grupo lusitano associou-se também ao mundo editorial e criou um teatro de discussões através da imprensa em torno de sua problemática nacional. De maneira ampla, esta imprensa exhibe um claro predomínio do tema político sobre o económico e seus editoriais expressam os ideais políticos de seus proprietários, editores e articulistas mais que uma tendência popular geral ou uma postura oficial.

b. Um luso-brasileiro muito reformista e brasileiro

A imprensa serviu também de ligação entre o grupo hispano e o lusitano. Efetivamente, a afinidade de interesses entre espanhóis-americanos e portugueses-brasileiros estreitou-se com os *patriotas portugueses* [que] *también frecuentan la casa de la conspiración* y [en especial] *por medio de uno de estos lusitanos que tiene amigos en el Brasil, se transmiten nuevas cartas a Río de Janeiro*⁷⁸³. Este correspondente era Hipólito José da Costa, *a former Portuguese official, who first came into contact with Miranda during a visit to London in 1801*, que converter-se-á no mais importante dos colaboradores da causa revolucionária venezuelana e será uma personagem que, tal como Miranda, desdiz a imagem negativa dos americanos prevalecente nas Cortes peninsulares⁷⁸⁴.

Hipólito José de Costa ilustra o contacto que se deu em Inglaterra entre portugueses e venezuelanos que confessavam, com um espírito crítico, os princípios liberais tanto políticos como económicos. Personagens que aspiravam adequarem na prática esses princípios à realidade da sua nação de origem. É o caso da marcante amizade de Costa com Francisco de Miranda. A amizade surge em Londres enquanto na América se desenvolvia uma etapa de *criollismo* crescente em que a condição de súbdito era sinónimo de pertença a

⁷⁸³ Nucete-Sardi (1950), p.265.

⁷⁸⁴ Hipólito José da Costa: luso-brasileiro, estudos de filosofia, leis e matemática na Univ. de Coimbra, graduou em 1798. Neste mesmo ano, foi nomeado Encarregado de negócios de Portugal em Filadélfia onde permaneceu até Outubro-1800. ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 551. De Cypriano Ribeiro Freire para Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Luis Pinto de Sousa Coutinho. Ofc. 145, Filadélfia: 22-12-1798. Sua nomeação deveu-se ao Secretário Sousa Coutinho, quem patrocinou e tinha interesse comercial na missão diplomática de Costa: recabar informação sobre a indústria em Estados Unidos e a agricultura em México. Em Lisboa, do périplo norte-americano publica *Memória sobre a Viagem aos Estados Unidos* e trabalha na direcção de obras científicas na Imprensa Régia. Em 1801, de novo *incumbido de assuntos do serviço público* por Sousa Coutinho, vai a Londres onde conhece a Miranda. Volta a Lisboa em Julho-1802, é apresado e enclausurado 3 anos nos cárceres da Inquisição acusado de franco-mação. Fugiu de Lisboa, via Alentejo, Espanha e Gibraltar, com destino a Londres, onde retoma seus contactos com os venezuelanos e com Miranda, com quem compartilhava a fraternidade de Augusto Frederico, duque de Sussex, filho de Jorge III. Silva, Inocêncio Francisco da (1859), *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Imprensa nacional-Casa da moeda, Vol. III, pp.198-200. Goes de Paula, Sérgio (Org.) (2001), *Hipólito José da Costa*. Editora 34, Coleção Formadores do Brasil; Decho, Pam e Claire Diamond (1998), *Latin Americans in London: a select list of prominent Latin Americans in London, c. 1800-1996*. London, Institute of Latin American Studies, Univ. of London, pp.3, 18; Lustosa (2002), pp.22-23.

uma Coroa enquanto o *status* de cidadão de uma república independente ainda não se promulgara.

Costa aborda a relação entre Portugal e a Venezuela a partir da perspectiva do indivíduo identificado com o território colonial onde nasceu mas impregnado das ideias metropolitanas. É a olhar não oficial de quem, a maioria das vezes, contemplava o palco das Cortes peninsulares desde a tribuna americana instalada na Grã-Bretanha. A mesma tribuna de outros hispano-americanos. A confluência em Londres é, portanto, sinónima de projetos com prioridade da política sobre o económico; projetos do tempo de revolução, cujo primeiro objetivo a nível internacional é formarem e consolidar perante a opinião pública europeia uma imagem de sociedades que viveram, com reticência, na periferia do centro da civilização. Daqui partem algumas das analogias entre as inquietações dos súbditos de Portugal nascidos em Brasil e dos súbditos espanhóis nascidos na Venezuela, bem como as semelhanças dos projetos e estratégias alternativos aos centros de poder real.

Ao ver as inquietudes de Costa através das suas análises, verificam-se analogias entre a forma como Costa concebe Portugal como Império e, mais tarde o Brasil como entidade independente, com o pensamento de Miranda de unir toda a América espanhola numa só entidade geopolítica que levaria por nome Colômbia. O projeto de Miranda e o de Costa centram-se no interesse de estabelecer um governo baseado na autodeterminação política dos cidadãos, com os seus direitos políticos e os seus deveres para com a Pátria e não com o sistema de governo. Em princípio, qualquer instituição ou tipo de governo passa, não obstante, pelo dever de incluir o sistema constitucional, a educação cidadã e o exercício individual do livre comércio. A boa gestão destes aspetos bastaria para um Estado moderno garantir a sua sobrevivência e ganhar o reconhecimento internacional⁷⁸⁵.

Costa tinha-se contagiado com esta inquietude constitucionalista nos Estados Unidos em 1798 e, depois, já instalado em Londres, vislumbrava o desmembramento dos impérios peninsulares na América e o fim da divisão no Novo Mundo devido às ideias

⁷⁸⁵ Cf.: «Reflexões sobre as novidades desde mes. América. Caracas», *Correio Braziliense (CB)*, Vol. 5, Nº 24, Julho-1810, pp.118-119. «Proclamação do General Miranda»; descrição e comentários de Costa a «Documentos interessantes relativos a Caracas. Londres, 1812», *esta obra precedida de umas observações preliminares; também em Ingles e Castelhana; e toda a colecção contém os papeis, essenciais para se conhecer o estado actual daquela Revolução. CB*, Vol. 9, Nº 50, Julho-1812, pp.55-57, 101. Secções: «Notícias diversas de Venezuela» in: *CB*, Vol. 9, Nº 51, Agosto-1812, pp.401-404; Nº 54, Novembro-1812, pp.817-819; Nº 55, Dezembro-1812, pp.956-963. Os princípios de Costa estão espalhados e repetidos na secção «Miscelâneas», onde expõe o interesse de transmitir informação *das especulações comerciais, acrescentar os meios da intrução pública, comunicar noções úteis do adiantamento literário, difundir notícias do Velho e Novo Mundo*, pero também exercer a crítica contra o Governo de Portugal.

republicanas difundidas através do livre comércio⁷⁸⁶. As ideias de Costa estão recolhidas no *Correio Braziliense*, jornal que fundou e onde dedicou numerosas páginas a defender a emancipação americana⁷⁸⁷. Debaixo desta bandeira, este jornal mensal contava com uma coluna fixa dedicada aos assuntos americanos, espaço no qual o editor publica artigos e escritos de Miranda ou dos seus partidários, traduzidos para Português, inclusive já divulgados em outros jornais ingleses⁷⁸⁸; ou as informações que lhe fornecia Simón Bolívar com quem Costa se ligara em nome da causa comum. Ele aproveita seu apoio editorial e a sua formação diplomática para rebater teses e opiniões que considerava contrárias à realidade. Assim, no *Correio Braziliense* aparecem debates em que Costa entrava em contestação com gazetas inglesas, publicações espanholas, jornais portugueses e impressos hispano-americanos⁷⁸⁹.

A sua visão política e económica é manifestada nas suas próprias reflexões. Estas são apresentadas de forma independente na secção «Miscelâneas», mas também se serve das resenhas das diferentes publicações literárias e científicas, dos eventos mais importantes do mês ou de documentos, cuja difusão lhe permite expor a sua posição política. Em relação a isto, é interessante notar como, em certas ocasiões, Costa apresenta os documentos e a narração dos factos, da maneira a mais objetiva possível, debaixo da categoria de «assuntos que concernem a Portugal» e depois expõe seus comentários, críticas e propostas pessoais na secção «Miscelâneas»⁷⁹⁰.

⁷⁸⁶ Costa reiterou suas observações sobre o comércio num artigo titulado «Oportunidade da América» que publicou no *CB*, de acordo à experiência estadunidense de suas *Memórias*; Lustosa (2002), p.22. João Feres Júnior, em sua análise sobre o conceito de América nas teses de Costa segundo o publicado nas edições do *CB*, atribui-lhe a ideia de *a separação total da América, pelo que respeita à Europa* porque el sistema colonial «*longe de unir os povos entre si*» *servía para «fazer de uma só nação duas diferentes»*. Júnior, João Feres (2009), «América/Americano. El concepto de América en el mundo atlántico (1750-1850): Perspectivas teóricas y reflexiones sustantivas a partir de una comparación de múltiples casos», in: Sebastián, Javier Fernández (Dir.) (2009), *Diccionario político y social del mundo Iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp.49-176, 159.

⁷⁸⁷ Do *CB* saíram 175 números, compilados em 29 volumes, entre 1-07-1808 a 1-12-1822. Secções: Política (assuntos nacionais portugueses, Americanos e estrangeiros), Comércio e Artes (economia política, comércio nacional e internacional), Literatura e Ciências (publicações, resenhas, transcrições e entregas parciais de obras), Miscelânea (assuntos diversos, reflexões do editor e correspondência).

⁷⁸⁸ Nucete-Sardi (1950), p.265. Lustosa (2002), pp.22-23.

⁷⁸⁹ Botero, Emiliano Londoño (2000), *Bolívar, el hombre, el pensador, el libertador: 1750-1812*. La Paz, Editorial Univ. Pontificia Boliviana, p.135. «Carta de Simón Bolívar al periodista brasileiro Hipólito José da Costa, residente en Londres. Londres, 4-8-1810», in: Sociedad Bolivariana de Venezuela (1968), *Escritos del Libertador*. Caracas, La Sociedad, Vol. 4, Doc. 68.

⁷⁹⁰ Cf.: secção ‘Documentos oficiais relativos a Portugal’: «América Espanhola: Carta do Ayuntamiento da Cidade de S. Carlos d’Austria ao General Miranda», «Acto Capitular a favor do General Miranda», «Ofc. do Comissionado da Regência de Espanha a Cidade de Caracas» e «Resposta da Junta de Caracas a esta carta»; secção ‘Miscelâneas-Reflexões sobre as novidades deste mes’: «Colónias de Espanha» onde observa *que a*

A visão reflexiva do *Correio* abarca temas referentes aos aspetos da soberania dos Estados modernos, compreendidas as metrópoles peninsulares e as suas colónias, bem como aos fluxos comerciais e migratórios. Desta forma, o leitor do *Correio* precavia-se da afinidade dos luso-brasileiros com os espanhóis-venezuelanos. Costa olhava os problemas do Governo e exigia acerto, zelo e inteligência nas negociações com a América toda⁷⁹¹, porque a diferença em Madrid e Lisboa era pouca em termos da relação comercial e o tratamento político para com suas respectivas colónias⁷⁹². Este vínculo e trato baseavam-se no desconhecimento das urgências do Império, no monopólio asfixiante e, no fundo, na má administração⁷⁹³.

A estratégia de Costa é orientada para corrigir esses males e também os vícios na relação de Europa com América, de Portugal com Europa, de maneira contundente com Inglaterra, e de Portugal com os vizinhos do Brasil⁷⁹⁴. Recusava uma mudança drástica das instituições políticas, entre outras razões, pelo impacto que estas teriam sobre a sociedade e a economia coloniais⁷⁹⁵. De ali provem: seu apoio a uma substituição gradual da autoridade⁷⁹⁶, a sua compreensão dos enunciados das Juntas Supremas Conservadoras dos direitos de Fernando VII⁷⁹⁷, a sua proposta de abolir o regime de escravatura e de fomentar

política que a Espanha tem seguido a respeito de suas colónias é directamene contra os seus interesses, segundo os documentos publicados que dão motivo a fazer algumas reflexões sobre esta Conducta dos Espanhois europeos. CB, Vol. 6, Nº 37, Junho-1811, pp.610-611, 611-613, 614-623, 623-634 e 708-714.

⁷⁹¹ «Circular pela Secretaria do Ultramar, sobre as provincias Americanas», *CB*, Vol. 13, Nº 74, Julho-1814, pp.9-10.

⁷⁹² «Provincia de Venezuela: sua convenção mercantil e política com a Inglaterra» Extracto da *Gazeta de Caracas* de 25-10-1810, que contém a cópia das proposições feitas pelos Comissários de Venezuela, a 21 de Julho, e respostas dadas pelo Ministro de S. M. Britânica a 8-08-1810. *CB*, Vol. 6, Nº. 33, Fevereiro-1811, pp.103-104.

⁷⁹³ Cf.: Secção 'Comércio e Artes': «Sobre o Comércio e Navegação de Portugal» e «Hespanha. Artigo particular sobre o comércio Inglês». *CB*, Vol 13, Nº 74, Julho-1814, pp.43-46.

⁷⁹⁴ Secção 'Reflexões sobre as Novidades deste Mes': «Relações da Corte do Rio de Janeiro com as Potências estrangeiras». *CB*, Vol 13, Nº 74, Julho-1814, pp.96-100.

⁷⁹⁵ *É claro que esta questão (...) é justamente a que é necessário agitar; e nada poderia salvar a América Espanhola dos horrores de uma Anarchia em que ella se vai precipitar, senão preparar-lhe d'antemão uma forma de Governo; e ninguém tinha nem mais meios de o fazer, nem mais interesse de o por em practica do que a Grã-Bretanha.* Secção 'Comércio e Artes'. *CB*, Vol. 4, Nº 25, Junho-1810, p616.

⁷⁹⁶ Secção 'Reflexões sobre as Novidades deste Mes': «Hespanha». *CB*, Vol 13, Nº 75, Agosto-1814, pp.271-274. Secção 'Política': «Aos Habitantes das Indias, o Ministro universal dellas». *CB*, Vol 13, Nº 76, Setembro-1814, pp.293-295. Secção 'Reflexões sobre as Novidades deste Mes': «Revolução de Pernambuco». *CB*, Vol 18, Nº 109, Junho-1817, pp.671-676.

⁷⁹⁷ Na sua análise das Cortes espanholas e sua repercussão em Caracas, Costa remete à separação de jurisdições administrativas e demonstra que a criação da Junta de Caracas obedece a uma situação política concreta que não limita a potestade da Colónia de exercer o comércio e inclusive de propôr um tratado de aliança, paz e comércio a Inglaterra. Cf.: Secção 'Miscelânea-Novidades deste Mes': «América Hespanhola. Revolução em Caracas» e «América. Provincia de Caracas». *CB*, Vol. 4, Nº 25, pp.639-640, 663-664.

a imigração⁷⁹⁸, a sua objeção em considerar a emigração europeia *uma moléstia moral*⁷⁹⁹, e a negação a uma transposição de ideias, organismos e servidores públicos, como fez a Corte portuguesa ao deslocar-se para o Rio de Janeiro, ou como pensavam alguns americanos que, de maneira maniqueísta, se debatiam somente entre um modelo francês e um modelo inglês prestando pouca atenção ao desenvolvimento endógeno⁸⁰⁰.

Costa considerou prudente o equilíbrio das tendências e estimou a habilidade dos líderes em rodar-se de representantes e porta-vozes daquelas forças, como refere que o fez de maneira exemplar Pedro II com os seus secretários. Entre estes menciona Silvestre Pinheiro Ferreira, de quem o *Correio* publica comentários generosos a uma de suas obras filosóficas⁸⁰¹. Nesta enumeração dos princípios de Costa fica exposta a sua defesa do constitucionalismo de inspiração liberal que professavam os revolucionários venezuelanos e americanos, um ato de modernidade em relação à forma de governar as nações e mais equitativo com as aspirações de bem-estar geral dos povos contra a opressão⁸⁰². Em suma, era o seu próprio depoimento a favor da autonomia como era a promessa de independência na lógica de Miranda.

No seu papel de editor e jornalista, Costa imprimiu constantemente a sua preocupação pela maneira como Portugal conduzia suas relações externas. A prática diplomática dos seus primeiros anos de profissional serviu-lhe para manter contacto com pessoas de diferentes mentalidades. A sua nomeação como encarregado de negócios fez-lhe conhecer a situação política, económica e social dos comerciantes madeirenses exilados em Nova Iorque, muitos deles chegados ali com ajuda de Francisco Cavaleiro Sarmiento e vindos das Canárias, na década de 1790, nos tempos anteriores à residência do comerciante Lisboaeta em Filadélfia. Estes comerciantes foram expulsos da Madeira devido à

⁷⁹⁸ Um ataque contra a trata de negros realizada por Espanha e Brasil, que vai acompanhado de duas propostas: uma, *a introdução das máquinas, em todos os trabalhos aonde elas podem supprir o emprego de homens*; outra, *a imigração de gente daquelas partes da Europa, aonde a população tem pouco emprego*. Cf.: Secção 'Miscelâneas-Reflexões sobre as Novidades deste mes': «Brazil. Comércio de Escravatura». *CB*, Vol. 15, Nº 91, Dezembro-1815, pp.735-739.

⁷⁹⁹ Secção 'Miscelâneas-Reflexões sobre as novidades deste mes': «Austria». *CB*. Vol. 18, Nº 108, Maio-1817, pp.565-567.

⁸⁰⁰ «Memória dos Exteriores (...) Soberania que se arrogou o Governo de Lisboa depois da evacuação do Reino pelas tropas Francezas». *CB*, Vol 18, Nº 104, Janeiro-1817, pp.63-69.

⁸⁰¹ Secção 'Literatura e Ciências': «Brazil. Prelecções Philosophicas de Silvestre Pinheiro». *CB*, Vol 13, Nº 77, Outubro-1814, pp.460-467.

⁸⁰² Secção 'Miscelânea': «Extracto duma proclamação dos Hispano Americanos em favor de independência». *CB*, Vol. 4, Nº 21, Fevereiro-1810, pp.193-195.

intolerância do bispo de Funchal, José da Costa Torres, que os acusou de serem franco-mações⁸⁰³.

Deste conhecimento estadunidense, Costa colige os factos patentes na sua *Memória da viagem aos Estados Unidos*. Um deles é a falta de separação entre as jurisdições nomeadamente a crispação nas relações entre o comércio e a igreja, por exemplo. Relativamente a este limite, comenta o sucesso económico de muitos comerciantes mações ingleses, vinculados à Coroa britânica, que deram origem à maçonaria nos Estados Unidos⁸⁰⁴. Muitos destes comerciantes ingleses e estadunidenses mantinham excelentes negócios com as Canárias e a Madeira, entre eles o próspero grupo familiar Craig no qual se integrou Sarmento. É oportuno lembrar também que seu conhecimento da maçonaria tinha, precisamente, determinado a sua fuga de Lisboa que o levou até o círculo latino-americano em Londres.

Costa amplia os seus contactos com outros líderes revolucionários da América, o que lhe permite ter uma visão mais fidedigna sobre a epopeia hispano-americana⁸⁰⁵. Nesse círculo, pesavam as consequências da perda colonial para Espanha e o significado que a separação do Brasil tinha para Portugal. Efetivamente, baseado nas suas observações e na abundante informação de dados económicos, o antigo Diplomático é enfático ao considerar que Portugal ficaria arruinado se a revolução das colónias da Espanha ocasionasse a perda do Brasil, pelo que, no seu entender, a Coroa deveria atender a esta região da Monarquia para seu próprio bem e de Portugal⁸⁰⁶.

A estratégia que propõe para evitar o contágio independentista começava pela nomeação de Agentes portugueses para todos os Governos insurgentes da América Meridional, dedicando especial cuidado às colónias espanholas aonde os negociantes

⁸⁰³ González, Manuel Hernández (1991), «Masonería norteAmericana y emancipación en Hispanoamérica: la obra del canario Eduardo Barry», in: *Anuario de estudios atlánticos*. Madrid, Las Palmas, Patronato de la Casa de Colón, Nº 37, pp.337-360, p355.

⁸⁰⁴ Lustosa (2002), pp.14-15.

⁸⁰⁵ Com a publicação, Costa *causou expectativa, principalmente entre o elevado número de exilados vindos das Colónias hispano-lusas da América. A residência do jornalista, na Wych Street, e a Grafica Impressora W. Lewis (...) passaram a ser locais de concentração de intelectuais, principalmente os que eram identificados com a Maçonaria. Os generais Francisco de Miranda, da Venezuela; Bernardo O'Higgins, do Chile; José de San Martín, da Argentina; Juan Lavalleja, do Uruguay, entre outros, eram frequentes nas reuniões de estudos políticos com Hipólito...* O apoio inglês aos movimentos libertadores na América do Sul foi, *as vezes discreto, como no caso da maçonaria, apoiando o jornal 'Correio Braziliense' a pregar para o Brasil a formação de um império constitucional. Outras vezes, ostensiva e abertamente como o caso de Francisco de Miranda (...) Bolívar e San Martín, com o mesmo objetivo*". Quevedo, Raul (2001), *Constructores da Liberdade. A história de dois jornalistas que mudaram a consciência do mundo*. Canoas, Editora da Univ. Luterana do Brasil (ULBRA), pp.37-38, 90.

⁸⁰⁶ 'Reflexões sobre as novidades do mês': «Vinda d'ElRey para Lisboa». *CB*, Vol. 22, Nº 128, pp.81-92

portugueses podiam participar dos lucros do comércio, em concorrência com o que ali faziam os comerciantes das outras nações⁸⁰⁷. Esta necessidade, como ele mesmo indica, já a tinha reiterado em números anteriores do seu jornal por não ver maiores impedimentos numa relação comercial luso-americana. Além disso, para o momento em que escreve – Abril 1819 –, a exemplo das outras potências, estava, por um lado, provado que o estabelecimento de tais agentes comerciais não punha obstáculos aos princípios de neutralidade. Por outro lado, esta relação comercial permitiria aos comerciantes súbditos do Reino uma maior largueza para negociar. Esta comprovação dos factos era uma extrapolação da distinção aprendida aquando da sua estadia em Filadélfia; isto, no caso do comércio e do governo, significava a possibilidade de separar os âmbitos jurisdicionais do seu comércio exterior e das relações políticas de um Estado com os seus vizinhos e parceiros quando aplicasse o princípio da neutralidade no caso de guerra.

Costa submete esta proposta diplomática sob a condição de preencher duas exigências que considera fundamentais e que são tema recorrente nas suas *Reflexões*, e na secção de título homónimo do jornal. Estas exigências são: ponderar a navegação e a informação em função da defesa do comércio e do Reino. Em relação à primeira, sua preocupação pela marinha é evidente. Esta surge da situação de caos existente no Atlântico, com corsários a atentarem contra o direito das nações a comerciar entre elas e a prejudicarem do avanço técnico aplicado nos estaleiros modernos. Ambas as situações afetavam a relação de Portugal com as províncias hispano-americanas, em especial, a Coroa era prejudicada pelos focos revolucionários sul-americanos cuja marinha patrulhava a costa de Brasil, de norte a sul, e empregava o Rio da Prata⁸⁰⁸ e o Orenoco para a sua comunicação com o interior do sub-continente e para o seu abastecimento⁸⁰⁹.

A comparação que Costa estabelece entre a marinha dos revolucionários venezuelanos e da Coroa portuguesa mostra o pragmatismo, maior ou menor segundo o grupo, com que a nível da chefia do governo eram tomadas as decisões para defender a soberania e o comércio. A comparação das várias situações proporcionou a Costa um padrão de referências no que se podia ver as vantagens de cada grupo e os benefícios da sua

⁸⁰⁷ *CB*, Vol. 22, Nº 131, pp.346, 430-431. Praticamente, desde inícios da publicação aborda o tema da neutralidade política e do comércio, e expõe como prova a carta de Francisco Jaime Jackson para R. Smith. Washington 11 Outubro 1809. A propósito de reclamações de Estados Unidos, traz a colação a abertura de portos em Espanha, Portugal e sul de Itália, a relação com o comércio neutro e a situação de algumas ilhas caribenhas submetidas à invasão ou ao bloqueio militares, como o caso da Martinica e da Guadalupe.

⁸⁰⁸ Em relação à parte mas meridional, o caso dos corsários deambulando entre Buenos Aires e Sacramento, com conexões tanto para o hinterland destas localidades como para Estados Unidos, é matéria da análise do comércio de Venezuela com o Caribe, Cap I, Parte 1.

⁸⁰⁹ Secção ‘Miscelâneas’: «Notícias sobre Venezuela». *CB*, Vol 22, Nº 128, Janeiro-1819, pp.74-75.

aplicação, mas deixava em evidência a necessidade de um projeto naval em Portugal e, sobretudo, no Brasil. Em relação aos Libertadores, as circunstâncias da guerra impunham medidas racionais, vantajosas e imediatas, tomadas pelas chefias do executivo e da hierarquia militar sem grandes discussões; foi uma situação que durou até à Independência da Venezuela, facto quase contemporâneo com a emancipação brasileira e o fim do *Correio Braziliense*. Costa era também crítico da lentidão que envolvia os tediosos processos de consulta, bem como, dos privilégios de assessores e secretários ávidos de discorrer sobre assuntos nos quais, às vezes, eram pouco versados mas aptos para produzir longas dissertações⁸¹⁰.

No meio das suas reflexões surge a importância da construção de uma marinha militar, em primeiro lugar, e mercante, em segundo. Costa considera que estes dois passos se enquadravam no conjunto de ações levadas a cabo, às vezes de forma isolada, às vezes coordenada, pelo Comando maior da Armada venezuelana. Além disso, faz ver que estas iniciativas demonstram a preocupação pela restituição do comércio exterior apesar do estado de guerra. Estes aspetos tinham de ser considerados pelo Reino Unido na sua situação daquela altura. Em certas ocasiões, as observações de Costa procuravam expor as vantagens que iam tomando algumas potências estrangeiras quando se aproveitavam do interesse dos venezuelanos pela navegação e pelo comércio, bem como, das repercussões que esse facto tinha para Portugal. Em particular, é evidente a intenção de indicar à Coroa portuguesa a orientação a seguir quando publica e reflexiona sobre o conteúdo de *Tratado entre o Governador da Ilha de Trinidad, e o General Mariño, em nome dos Distritos Independentes de Venezuela*⁸¹¹.

Na secção «Reflexões», antes da exposição do Tratado, da leitura e comparação de outros documentos que foi publicando sobre o estado dos negócios públicos em Caracas, Costa desdobra seus comentários sobre a organização de um Almirantado e a construção de arsenais na mesma ilha de Margarita, onde os revolucionários equiparam uma esquadrilha, num curto espaço de tempo; e, como consequência desta organização, *ouviram os Ministros Hespanhoes a opinião do Conselho de Índias, ou qual consultou os negociantes de Cádis*, que na sua resposta se inclinaram à conciliação⁸¹². A seguir, nas mesmas «Reflexões»,

⁸¹⁰ A este respeito faz-se menção nas propostas saídas no *O Investigador Português em Inglaterra*, jornal que é analisado mais adiante.

⁸¹¹ Seguindo seu estilo, a apresentação objetiva está condensada na Secção ‘Miscelânea’: «Colónias Hespanholas. Relação de seu estado em Caracas» e seus comentários na Secção ‘Reflexões’. *CB*, Vol. 18, Nº 107, Abril-1817, pp.397-412,

⁸¹² *Ibidem*, Secção ‘Reflexões sobre as novidades deste mês’: «Colónias Hespanholas», 450-458.

Costa apresenta o último comentário prévio ao Tratado: a mediação de Inglaterra no reconhecimento por Espanha da independência das suas províncias. Para Costa, esta mediação oferecia pouco interesse à Inglaterra porque os ingleses tinham, de facto, o seu comércio franco em todas as Colónias espanholas revoltadas e chegavam às outras que estavam ainda sujeitas ao partido de Madrid por via do contrabando. O interesse era então político e destinado a ganhar tranquilidade para o seu comércio mediante a negociação direta com os novos governos nas novas nações.

A impressão do tempo narrativo dos episódios em Margarita e em Madrid perdura ao constatar a realização prática das medidas que foram tomadas; a ideia do pragmatismo inglês perdura também de maneira semelhante. De facto, como reflexiona e analisa Costa, desse Tratado com os revolucionários de Caracas via-se muito bem que existiam outros propósitos na mediação inglesa que estavam ligados ao facto da política de Londres atender várias frentes na situação de conflito da América. Segundo as mesmas «Reflexões» de Costa, a Inglaterra não podia ter só interesse imediato na condição de submissão das colónias espanholas à metrópole; ainda tinha mais outro ponto de interesse que era a ingerência de Londres para que o Rei de Portugal desistisse da guerra, que estava fazendo contra o revolucionário José Gervasio Artigas, no território de Montevidéu. Assim, Costa coloca o Tratado num contexto geopolítico de interesses muito mais amplo, no qual se vê referido o caso pontual de Portugal na fronteira sul do Brasil ao mesmo nível dos problemas entre a Espanha e a Venezuela. Costa dedica o final do artigo a este particular mas a partir da perspectiva geoeconómica, porque considera que *a ingerência do Brasil na revolução de seus vizinhos (...) deve trazer consigo as mais perniciosas consequências (...) de que lhe resulte o estrago de seu comércio marítimo*⁸¹³.

Em relação ao documento que lhe valeu estas reflexões, a sua primeira indicação sobre o Tratado ressalta, *en passant*, duas constatações que para Costa eram importantes; uma era a circulação da informação político-económica, neste caso de informação sobre a Venezuela através do Mar das Caraíbas, e a chegada da notícia às suas mãos através de uma gazeta das Bermudas, cuja impressão tinha sido ordenada pelo general Santiago Mariño, comandante das tropas independentes no oriente do país, um facto que denunciava as limitações de imprensa nas colónias espanholas⁸¹⁴. A segunda constatação releva que a

⁸¹³ *Idem*.

⁸¹⁴ Trata-se seguramente de *The Bermuda Gazette and Weekly Advertiser*, publicado em St. George, desde 1784. Pactor, Howard S. (Comp.) (1990), *Colonial British Caribbean Newspapers. A bibliographie and directory*. Westport, Greenwood Press, pp.32-33. «Mariño, Santiago», venezuelano de origem crioulo-

divulgação internacional desta informação tanto na região, como fora dela, foi feita, pelo menos em grande parte, pelos circuitos comerciais ingleses, um facto que facilitava um rápido acesso às novidades e uma pronta ação perante as oportunidades de negócios para os comerciantes que participavam nestes circuitos, entre eles os comerciantes portugueses.

A seguir, o artigo de Costa destaca um aspeto político de grande importância: o reconhecimento pelo dito Tratado da autoridade do chefe revolucionário para negociar em nome *dos Distritos independentes de Venezuela*. Mediante este facto a autoridade inglesa concedeu um estatuto privilegiado aos distritos venezuelanos sob o governo dos exércitos libertadores: o de eles serem independentes, poderem pactuar com o governador de Trinidad, em nome dos vassallos de S. M. Britânica, e comprometerem a Grã-Bretanha nas cláusulas comerciais e de navegação acordadas⁸¹⁵. Inglaterra até então tinha tirado vantagens da sua neutralidade mas agora expressava-se de forma aberta e explícita ao incentivar a marinha inglesa a entrar em águas jurisdicionais e territórios ainda em conflito com Espanha.

É oportuno indicar também que Costa se mostra a favor de medidas protecionistas para o comércio e a navegação de Brasil. O Editor é consequente neste argumento, até ao ponto do seu protecionismo contrariar seus princípios liberais. De facto, o *Correio Braziliense* torna-se numa tribuna moderada - as vezes inclusive conservadora - que defende a integridade territorial do Reino mediante a proposta de dificultar ao comércio estrangeiro as vantagens do livre-câmbio com as colónias portuguesas.

O seu argumento está baseado na garantia do bem-estar dos nacionais e na aplicação do princípio de que o comércio entre Portugal e Brasil é um comércio interno, *no sentido de ser entre duas províncias do mesmo Reino, a fim de o distinguir do comércio externo, feito com as nações estrangeiras*. Este princípio é limitativo porque, primeiro, *a nação não pode ganhar coisa alguma, no emprego dos estrangeiros em seu comércio interno*, e porque, segundo, *se proíbe geralmente, que uma província se forneça com artigos estrangeiros, quando os pode ter de outra província do mesmo Reino*, ao estilo do comércio de Inglaterra para a Irlanda ou o Canada, da França para Guadalupe, da Holanda para Suriname⁸¹⁶.

trinitario-irlandês, revolucionário francmação, formado em Trinidad, chegou a ser Ministro de guerra e marinha uma vez acabada a guerra; in: *DHV-FP*.

⁸¹⁵ As cláusulas referem aspetos tais como propriedades, comércio livre, abertura do porto de Maturín, em Venezuela, aos navios Britânicos, pesca, garantia de privilégios cidadãos e reciprocidade de trato.

⁸¹⁶ Secção 'Comércio e Artes': «Sobre o Comércio entre Portugal e Brazil». *CB*, Vol. 15, Nº 86, Julho-1815, pp.53-55.

De facto, Costa partilhava com a Corte portuguesa certas iniciativas protecionistas, tal como o expõe em 1817, nas suas reflexões sobre o «Comércio do Reino Unido», ao apoiar a ideia de estabelecer um sistema adaptado às circunstâncias do Reino. Porém, a esse respeito propõe que a teimosia *do grande emprego da marinha Portuguesa, em conduzir géneros do Brasil a Lisboa, deve cessar* e aponta, numa frase lapidar, outro aspeto importante que o Governo devia mudar que era o facto de considerar *os negociantes do Brasil tão atrasados em conhecimentos mercantis, como estavam os de Portugal há oitenta anos*⁸¹⁷. Esta crítica denuncia a imagem pouco atualizada que o Governo português tinha da realidade brasileira, uma denúncia na qual Costa deixa escapar, aliás, a sua impressão sobre a falta de flexibilidade dos funcionários públicos, sempre no alvo do editor e ex-diplomata.

Costa não se fica apenas pelas críticas à obsessão mercante dos portugueses metropolitanos e ao atraso destes para perceber a realidade brasileira. Nas mesmas reflexões, Costa propõe também uma visão mercantil positiva a partir dos seus projetos sobre a navegação da América portuguesa e como esta devia servir o comércio com os seus vizinhos da América espanhola. Sobre isto considera que o aumento da navegação nacional, tinha que ser objeto da primeira importância na política do Soberano de Portugal, porque *os domínios portugueses não se podem manter sem uma boa marinha de guerra; esta não pode existir sem marinha mercante*. Uma vez conseguido este aumento, o comércio português teria que captar a América espanhola que *oferece um belo mercado para os produtos da indústria e artes de Portugal*⁸¹⁸.

Para isso, Costa concebe um circuito de comércio e navegação no qual Lisboa é o centro de um mercado de importação de matéria-prima brasileira, que seria transformada pelas manufaturas e indústrias em Portugal; este produto processado seria depois exportado a toda América. Para Costa, *fomentando-se assim a indústria do artífice de Portugal, se favoreceria ou agricultor do Brasil*⁸¹⁹ e, de passagem, manter-se-ia uma divisão do trabalho dentro do Reino de Portugal (desenvolvimento técnico - industrial europeia do Reino vs desenvolvimento técnico - agropecuário na parte americana do Reino), que manteria o sentido de necessidade mútua, os privilégios do comércio interno e o fomento da Nação. O interessante da sua proposta é a insistência no vínculo direto Portugal - Brasil e a falta de menção dos outros territórios portugueses na sua conceção comercial, dois aspetos que

⁸¹⁷ Secção 'Comércio e Artes': «Comércio do Reino Unido». CB, Vol. 18, No 105, Fevereiro-1817, pp.155-168, p.156.

⁸¹⁸ *Ibidem*, pp.156-157.

⁸¹⁹ *Ibidem*, p.160.

atribuímos ao interesse pessoal do editor na sua terra natal e ao conhecimento das perspetivas de uma possível separação de Brasil do Portugal.

No *Correio*, o Editor dá pistas sobre como organizar as duas marinhas. Sobre este assunto particular, volta a apresentar o exemplo do que estava a acontecer na vizinha ilha de Margarita e demonstra aos luso-brasileiros a importância da construção de uma marinha assim combinada – guerra e mercante –, mas ainda agrega outro fator: a combinação dos conhecimentos navais. No seu estilo editorial, Costa emprega a personagem do almirante Pedro Luis Brión para introduzir as suas reflexões⁸²⁰. Deste Almirante, destaca *toda a sua constância e actividade, tão característica de seus passados esforços* e passa a enumerar a sequência de iniciativas que estavam a ser postas em prática à luz das inovações técnicas. Sob o comando do almirante Brión, os venezuelanos iam: estabelecer uma escola para a marinha; formar um arsenal; construir barcas canhoneiras; *equipar e armar vários vasos e organizar corpos de soldados marinheiros (...) além disto se estão preparando um bom navio e mais duas escunas*⁸²¹. Costa, baseado na Proclamação de Brión, exalta para os seus leitores que o almirante Brión tinha fomentado esse importante estabelecimento com intenção de trazer à ilha de Margarita todas as vantagens do comércio, convencido que debaixo de sombra do comércio floresceriam tanto as artes como a agricultura.

O desejo de motivar os seus compatriotas para o comércio e a navegação foi grande. No que respeita a esta motivação, Costa fazia questão de mostrar a concorrência que representava para os luso-brasileiros a marinha estrangeira no comércio com a Venezuela, a importância da atualização dos conhecimentos técnicos e a mentalidade mercantil capaz de discernir e aproveitar oportunidades. Sobre este aspeto, cabe mencionar a análise que faz das notícias que aparecem no *Correo del Orinoco*⁸²². Em particular, chamou-lhe a atenção

⁸²⁰ «Brión, Pedro Luís» Oriundo de Curaçao, filho de comerciantes holandeses, académico militar formado em Europa, especialista em náutica e comércio marítimo, chegou ao grau de Almirante e foi Comandante do Corpo de Infantaria de Marinha e presidente do Conselho de Governo; in: *DHV-FP*. O documento que Costa apresenta para justificar as suas reflexões é a «Proclamação de Luiz Brión, da Ordem dos Libertadores de Venezuela, Almirante da República, aos Habitantes de Venezuela», publicada na cidade de Pampatar, Margarita, no 13-01-1817. *CB*, Vol. 18, Janeiro-Julho 1817, pp.408-409. O facto de Costa aludir o passado de Brión não é sinónimo de que conhecia sua reputação, os antecedentes de sua família comerciante ou seu domínio dos assuntos marítimos, em todo caso Costa faz evidente no artigo que não via nas autoridades portuguesas a determinação e a racionalidade administrativa que lhe inspirava o Almirante revolucionário.

⁸²¹ *Ibidem*, pp.401-402.

⁸²² «*Correo del Orinoco*»: semanário publicado em Angostura, circulou entre Junho-1818 até Março-1822. Órgão de difusão da causa libertadora contra a campanha propagandística da *Gaceta de Caracas*. Seu primeiro director foi «Zea, Francisco Antonio» de origem basca-colombiana, foi articulista para diários de grande circulação na Península como *El Mercurio* e *La Gaceta*; agente diplomático da Gran Colombia em Londres, publicou *Colombia being a Geographical, Statistical, Agricultural, and Political Account of the Country with Map and Portraits...*, em 1822, em Inglês e Espanhol. *DHV-FP*. Costa resenha a presença de Zea em Londres como Deputado de Colômbia.

uma curta notícia publicada em 1819 no jornal venezuelano que lhe deu motivo para uma *Reflexão* de duas páginas; trata-se do anúncio de se ter introduzido um barco, movido por engenho de vapor, que navegava entre Porto-de-Espanha e San Fernando. O barco encurtava para 9 horas uma viagem de ida e volta que anteriormente ocupava 3 ou 4 dias sendo destinado tanto à carga de mercadorias como à de passageiros. Os proprietários do barco propuseram ao Conselho de Governo da Venezuela que adoptasse o barco para semelhantes fins, é de supor que na rota entre Ciudad Bolívar e Porto-de-Espanha. Em troca, os proprietários pediam a concessão de levar em cada viagem vinte cabeças de gado para o comércio, condição que o Govenou aceitou⁸²³.

Na sua condição de mação que valorizava o saber⁸²⁴ e fazendo suas as palavras do articulista do jornal venezuelano, Costa reitera que o ensaio de tal barco foi possível pelo facto do território ter deixado de estar submetido ao Conselho de Índias, um recurso do discurso que alude ao atraso em que permaneciam as colónias espanholas devido à política de ignorância do Conselho. Se tal situação existisse ainda, o Jornalista imagina que o Conselho *sem dúvida se oporia a tal melhoramento e quando sua autoridade não bastasse, sairiam em seu auxílio os Inquisidores chamados Apostólicos contra a herética proibidade (...) Inquisidores condenando como diabólicas as invenções da arte e do engenho (...) e que impugnavam o uso dos botes movidos por engenhos de vapor, como ramo da Necromancia*⁸²⁵. Um longo comentário que demonstra a insistência de Costa na separação das instâncias, a fé positiva no conhecimento e no progresso e o ressentimento ainda existente por causa de seu encarceramento em Lisboa.

O *Correio Braziliense*, além de constituir um exemplo impresso da importância que Costa atribuía à informação, foi também a tribuna de debate sobre a Venezuela e a América, um aspeto que o editor não esqueceu. Neste sentido, Costa dispôs de duas opções: a exposição de documentos emanados das partes em conflito, o que permitia ao leitor confrontar também as fontes e tirar as suas próprias conclusões; e a incorporação de extensas citações de obras. Esta segunda opção permitia-lhe incorporar textos teóricos e científicos ou então eram alocações de seus adversários que, no entender do Editor,

⁸²³ Secção ‘Miscelaneas. Reflexões sobre as novidades deste mes’: «América Hespanhola». *CB*, Vol. 22, Nº 132, Maio-1819, pp.538-539.

⁸²⁴ Costa era um convencido desta importância. Um exemplo disso é a «Biblioteca Lusitana em Londres. Projecto oferecido a todos os Portugueses residentes em Inglaterra» que, segundo espera, *deverá conter todas as obras que disserem respeito ao Comércio, e às Artes: portanto, là irão consultar as Histórias e as Leis do Comércio, os Tratados, as Tarifas, os Mapas, as Gazetas, e os Jornaes mais interessantes de todas as nações: o que tudo é de utilidade manifesta*. *CB*, Vol. 15, Nº 91, Dezembro-1815, pp.727-768.

⁸²⁵ Secção ‘Miscelaneas. Reflexões sobre as novidades deste mes’: «América Hespanhola». *CB*, Vol. 22, Nº 132, Maio-1819, pp.538-539.

mereciam ser ampliadas ou reproduzidas, segundo o caso e as perspectivas de seu conteúdo. A política editorial procurava repartir o conhecimento e fomentar a prática analítica individual, o que é interpretado tanto como uma tentativa para aumentar o saber geral e o nível do debate público, como também um exemplo da capacidade de resposta à ação governamental, aspetos contrários ao observado na *Gazeta de Rio de Janeiro*.

Entre os textos que foram objetos de ampliação de perspectivas encontra-se a defesa que Costa faz de Alexander von Humboldt e da sua obra *Essai Politique sur le Royaume de la Nouvelle Espagne*, perante os comentários críticos publicados por *The Edinburgh Review or Critical Journal*⁸²⁶. Costa decide *retificar algumas proposições, que os Revisores de Edinburgo avançaram nesta análise*; não podia deixar de assinalar seu ponto de vista ao articulista visto que está, destinado *o nosso Periódico a conter uma colecção de todas as notícias importantes do tempo, que dizem respeito a América, para onde principalmente se dirige o Correio Braziliense*⁸²⁷. Costa escuda a sua causa, bem como as ideias do sábio alemão, detrás de passagens curtas da própria obra de Humboldt para falar dos aspetos da recente revolução de Caracas que os Revisores decidem julgar pela negativa.

Costa desejava corrigir a imagem negativa da América que *The Edinburgh Review* oferecia, com *obstinação*, no intuito de defender o enganoso sistema monopolista espanhol e a falta de representantes das colónias nas Cortes de Madrid. Assumido como americano, Costa não deixa de *lamentar as consequências funestas do prejuízo dos Europeus*, que insistem em considerar *os vastíssimos estabelecimentos da América, no dia de hoje, como seus antepassados olhavam para aldeias e plantações, que formavam, nas praias do Novo Mundo, os primeiros aventureiros que ali se foram estabelecer*⁸²⁸. Isto marca uma oposição do dito na *Revista* com as passagens do texto de Humboldt sobre o desenvolvimento e a ilustração da sociedade americana que o alemão conheceu. Além disto, com este texto, Costa lembra, tanto aos *Revisores ingleses* como às Coroas peninsulares, que *a esta noção errada deveu Inglaterra o perder as suas Colónias que hoje formam os Estados Unidos*.

Costa assume opiniões semelhantes quando comenta a resenha de «State of Portugal during the last thirty years» feita por *The Monthly Repository of English Literature, Arts,*

⁸²⁶ Os comentários foram dois publicados in: «*Essai Politique sur le Royaume de la Nouvelle Espagne*. Par Alexandre de Humboldt», in: *The Edinburgh Review or Critical Journal (TER)*, Vol. 16, Nº 31, Abril-1810, pp.62-90; e comentários em «*Essai Politique sur le Royaume de la Nouvelle Espagne*. Par Alexandre de Humboldt» in: *TER*, Vol. 19, Nº 37, Novembre-1811, pp.164-198.

⁸²⁷ Comentários de Costa in: Secção 'Comercio e Artes': «*Essai Politique sur le Royaume de la Nouvelle Espagne*. Par Alexandre de Humboldt Paris, 1808-9. Analisado no *Review de Edinburgo*, Nº 31». *CB*, Vol. 4, Nº 25, Junho-1810, pp.611-616.

⁸²⁸ *Ibidem*, p.615.

Sciences, &c., of Paris. A difusão desta obra e da resenha no *Correio* servem-lhe para chamar a atenção dos leitores sobre os projetos messiânicos europeus que pregoavam a estabilidade política, em particular sobre aqueles projetos que insinuavam, ao mesmo tempo, que esse benefício pode vir dos franceses, quando os factos recentes mostravam que eles tinham grande parte da culpa do que acontecia nos países de Ibero-América. No fundo, a reflexão de Costa denuncia os efeitos que as ações e medidas de projetos francófilos ou anglófilos desmedidos podiam ter sobre a política, a economia e a sociedade portuguesa e americana⁸²⁹.

O *Correio* divulga com frequência os assuntos venezuelanos mediante a publicação de documentos oficiais e da correspondência trocada entre várias personalidades, de tendência revolucionária ou realista; de obras sobre a geografia, a política, os costumes ou a economia; da presença e agenda de agentes diplomáticos na Europa e nos Estados Unidos; e, de uma maneira especial, das notícias que eram publicadas na realista *Gaceta de Caracas* e no revolucionário *Correo del Orinoco*⁸³⁰.

Todo o que era escrito e publicado pelos vizinhos de Brasil era importante para Costa no sentido que muito do contido nas publicações das colónias espanholas podia afetar o bom funcionamento das instituições portuguesas e, portanto, afetar a estabilidade de Brasil. No caso de Venezuela, Costa confronta a *Gaceta de Caracas* e o *Correo del Orinoco*, pondo em evidência o jornalismo partidário de ambas as publicações - que era também, em parte, o caso do *Correio Braziliense* - e intervém pessoalmente perante os

⁸²⁹ Leckie, G. F. (1810), *State of Portugal during the last thirty years*. London, Edmund Lloyd. Secção 'Literatura e Sciencias': «State of Portugal during the last thirty years. Extracted from *The Monthly Repertory of English Literature, Arts, Sciences, etc.* de Paris». *CB*, Vol. 4, Nº 20, Janeiro-1810, pp.70-77. Sobre a divisão da elite portuguesa entre francófilos e anglófilos, ver: Chacon, Vamirech (2008), *O Conde de Linhares. Dom Rodrigo Domingos António de Souza Coutinho*. Brasília, Thesaurus, p.13.

⁸³⁰ Uma mostra do anterior, e do frutífero que pode ser uma investigação sobre os assuntos de Venezuela tratados por Hipólito José da Costa em sua publicação, se encontra em, por exemplo: «Provincia de Venezuela, sua convenção mercantil e política com a Inglaterra», «Carta do Presidente do Ayuntamiento da Cidade de San Carlos d'Austria ao General Miranda», «Acto Capitular», «Ofc. de D. Antonio Ignacio de Cortavarría, Comissionado pela Regencia de Hespanha para a pacificação geral das províncias de Venezuela, dirigindo-se à capital de Caracas», «Resposta da Suprema Junta Conservadora dos direitos do S. D. Fernando VII, em Venezuela», «Colónias de Hespanha», «Ofc. do Cabildo e Ayuntamiento da Cidade de Valencia ao General Miranda», «Resposta [de Miranda]», e os comentários aos documentos anteriores. *CB*, Vol 6, Nº 33, Fevereiro-1811, pp.103-105; Nº 37, Junho-1811, pp.610-611, 611-613, 614-623, 623-633, 708-709, 709-710, 710-714. «Proclamação do General Miranda», «Documentos interessantes relativos a Caracas. Londres, 1812», «Esboço do estado presente de Caracas; incluindo uma jornada de Caracas por La Victoria, e Valencia a Puerto Cabello: de Roberto Semple». *CB*, Vol 9, Nº 50, Julho-1812, pp.55-57, 101-. Ver também sob a secção «Notícias diversas de Venezuela»: Nº 51, Agosto-1812, pp.401-404; e Nº 54, Novembro-1812, pp.817-819. «Documentos sobre Venezuela. Intercâmbio de correspondência entre Monteverde y Miranda», *CB*, Nº 55, Dezembro-1812, pp.956-963.

exageros⁸³¹. Em relação ao publicado pelos revolucionários venezuelanos, Costa reiterava-lhes seu apoio à formação de uma república totalmente independente do trono espanhol, mas mantinha a ideia autonomista para Brasil.

Esta evidente distância da aspiração dos venezuelanos ficou plasmada no debate que se desenrolou no ano 1819 entre o *Correio Braziliense* e o *Correo del Orinoco* sobre o projeto separatista dos sublevados em Pernambuco, entre março e maio de 1817⁸³². Este acontecimento brasileiro causou rebuliço no círculo americano e português em Londres, e Costa assinalou com prontidão a via e a forma como esta notícia chegou à Grã-Bretanha através de rotas e transportes ingleses, bem como assinalou a receção posterior e a inclusão, com certa pressa, das informações enviadas de Lisboa no final da edição do *Correio* do mês de Maio. O plano político, lançado por Domingos José Martins, conhecido de Costa⁸³³, era promulgar uma constituição de imediato; *as suas bases são que aquelas províncias se governem como os Estados Unidos da América Setentrional – liberdade de consciência e ilimitada franqueza de comércio são as suas disposições principais*⁸³⁴; era, portanto, uma revolução com princípios constitucionais ao estilo dos defendidos por Hipólito José de Costa.

Em nome destes princípios constitucionais, Costa foi convidado pelos revolucionários de Pernambuco a aceitar o cargo de ministro plenipotenciário dessa província em Inglaterra. Na realidade, a aceitação de tal nomeação significava contradizer-se nos seus ideais porque a revolução pugnava por uma *República Federal independente* das províncias sublevadas, ou seja, uma divisão dentro do Reino do Brasil e do Reino Unido, ao estilo da segmentação que acontecia nas colónias espanholas. Em relação à imprensa revolucionária venezuelana, sua preocupação era *la inevitable desconfianza que suscitaba la presencia de una casa real europea en territorio americano. Por eso el*

⁸³¹ Costa aproveitou estas exagerações para fixar posição contra a realista *Gaceta de Caracas*. Assim, faz uso da forma caricata como a *Gaceta anunció a morte do general inglés Gregory McGregor, com circunstâncias tam miudas, que quando ele mesmo as leo, disse que apenas podía no as acreditar*. ‘Miscelânea’: «Colonias Hespanholas». *CB*, Vol. 18, Nº 107, Abril-1817, p.400.

⁸³² Lustosa (2002), p.23.

⁸³³ Segundo Pimenta, a historiografia a respeito do movimento de 1817 é unânime em reconhecer as relações pessoais que mantinham o editor Costa e Domingos José Martins, um dos principais líderes do movimento de Pernambuco. Pimenta menciona aliás as atividades comerciais de Martins em Grã-Bretanha que foram referidas no *CB*, Vol. XIV, 1815. Pimenta, João Paulo G. (2007), *Brasil y las independências de Hispanoamérica*. Castelló de la Plana, Publicaciones de la Univ. Jaume, p.69.

⁸³⁴ Até indicar o contrário, as citações à revolução de Pernambuco provêm de: Secção ‘Miscelânea’: «Revolução no Brazil» e «Reflexões sobre as novidades deste mes. REINO UNIDO DE PORTUGAL BRAZIL E ALGARVES. Revolução no Brazil». *CB*, Vol 18, Nº 108, Maio-1817, pp.552-555 e 556-562 (As maiúsculas são do *CB*). As incidências do debate entre ambos jornais se encontram no Vol. 24 do *CB*.

*periódico defiende a los vencidos insurrectos de Pernambuco que pretendieron derribar a Juan II y la dinastía de Braganza*⁸³⁵. Ainda mais, aquela preocupação não podia ser desvinculada do temor de um novo ataque europeu à América face à conformação da conservadora Santa Aliança formada só ano e médio antes do levantamento em Brasil.

Devido a esta desconfiança, segundo o que considera Costa, o *Correo* venezuelano passou a julgar os assuntos internos de Brasil e Portugal e, dentro deste contexto português, tentou identificar os desejos de independência dos venezuelanos como um movimento similar, de forma geral, ao que se passava no Brasil, mas que era evidente somente em Pernambuco. O exemplo é reiterado em várias oportunidades pelo articulista do *Correo del Orinoco*, José Inácio de Abreu e Lima, um dos revolucionários pernambucanos que depois do insucesso recebeu asilo na Venezuela e foi colocado na redação do jornal patriota por Bolívar⁸³⁶. A posição de Abreu e Lima e os artigos do *Correo del Orinoco*, na Venezuela, vêm confirmar, por um lado, o contágio político⁸³⁷ que tanto temor causava em Costa, e por outro lado, os erros que este trazia à Coroa devido à administração desequilibrada do seu Reino. É igualmente a confirmação da fluidez de ideias já não só em Londres mas também no vasto espaço sul-americano.

Em relação à Venezuela, a forma como Costa expõe o problema é bastante simples e é compreensível em dois palcos. Num cenário interno e factual, Costa assinala primeiro a causa dos pernambucanos: descontentamento económico; segundo, aponta o erro oficial: não atender este descontentamento com autoridade; terceiro, indica a oportunidade dada aos revoltos brasileiros porque *tendo o Governo imprudentemente tentado estender a soberania do Príncipe a alguns dos territórios Hespanhoes vizinhos, tirou desassisadamente as tropas*⁸³⁸ de suas províncias do norte para conquistar Montevideo; quarto, constata a evidência ideológica que leva a aproveitar as circunstâncias do facto que o *povo tinha já*

⁸³⁵ Rodríguez, Manuel Alfredo (1969), *El Correo del Orinoco*. Caracas, INCBA, p.107.

⁸³⁶ José Ignacio de Abreu e Lima: nascido em Recife, editor, escritor, jornalista, militar, político e teólogo graduado pela Univ. de Coimbra. Depois do fiasco em Pernambuco, refugiou-se em Filadélfia, onde conheceu aos maçons venezuelanos Juan Germán Roscio e Telésforo de Orea, acreditados ante Washington. Chegou à La Guaira, via São Tomás, em Novembro-1818, quando foi integrado ao exército libertador e ao grupo de redatores de *El Correo del Orinoco*. Em 1830, organizou o jornal *La Torre de Babel*. Cf.: Portillo, Julho (1983), *Venezuela - Brasil, relaciones diplomáticas, 1842-1982*. Caracas, Editorial Arte; Chacón, Vamireh (1985), *Abreu e Lima, general de Bolívar*. Caracas, Centro Abreu e Lima de Estudios Brasileños - Instituto de Altos Estudios de América Latina – USB, pp.68 e ss. *DHV-FP*. Sodré (2004), pp.146-147.

⁸³⁷ Costa já tinha referido este temor de contágio. Depois da declaração de Independência de Caracas, achou natural o estabelecimento de um governo livre, palavra suficiente para o Governo de Brasil não se intrometer; mas especulava que os governos livres da América espanhola desejassem estender seus princípios aos vizinhos e, nesse caso, o Governo português devia impedir-lhes espalhar a chispa revolucionária em Brasil. Cf.: Pimenta (2007), p.22. *CB*, Vol.7, N  43, Dezembro 1811.

⁸³⁸ *CB*, Vol 18, N  108, Maio-1817, p.554.

*colhido faísca da tocha da liberdade, que se havia acendido por seus vizinhos*⁸³⁹ nas colónias espanholas sul-americanas no Mar das Caraíbas e no Pacífico.

O segundo cenário é hipotético, sul-americano e internacional; no final, o fundo para este cenário suposto parece evidente. Para Costa, Portugal devia resolver o *affaire* Pernambuco internamente com um acento quase reformista borbónico de finais do século dezoito⁸⁴⁰: com reformas na administração da coisa pública e do comércio colonial. Faz esta proposta depois de considerar o contexto internacional contemporâneo ideal, sem potências estrangeiras aliadas a intrometer-se na política interna e a querer impor leis à América. No seu entender, a intervenção das potências europeias incitariam os Estados Unidos a fazer causa comum com os insurgentes das Américas espanholas que resultaria, primeiro, numa escalada de tensão e, a seguir, na justificação da *ideia de irem os exércitos da Europa conquistar toda a América*⁸⁴¹. Sobre este último aspeto, é óbvio que Costa partilhava o temor de Abreu e Lima e dos venezuelanos em relação à Santa Aliança.

Superado o caso Pernambuco, o mesmo temor de Costa relativamente à independência voltará a manifestar-se desde o dia 26 de abril de 1821, data do regresso do rei João VI a Lisboa⁸⁴². Ato seguido, a analogia com Venezuela por causa duma possível emancipação brasileira torna-se evidente. Em julho de 1822, as suas «Reflexões» sobre os «Procedimentos do Brasil», advertem o leitor do conhecimento que o editor tinha na altura sobre a situação do Brasil e sua apreensão sobre o seu futuro. Como era seu costume, antecede seus comentários com um documento: «*State of the Nation at the commencement of 1822*». O manifesto dos ministros ingleses dirigido aos britânicos interessava, não obstante, aos portugueses devido à inclusão de Portugal na parte dedicada aos negócios estrangeiros, nomeadamente o ponto em que expõe que em relação ao comércio e à abertura dos portos, no que diz respeito as relações externas inglesas, *as conexões políticas inclinam-se ao Brasil*⁸⁴³.

O *State of the Nation at the commencement of 1822* permite a Costa propor uma hipótese, baseada no exemplo do projeto independentista da Venezuela, no ideal da união columbina de Francisco de Miranda e nas ajudas que este personagem tinha pedido e, por

⁸³⁹ *Ibidem*, p.555.

⁸⁴⁰ García, Luis Navarro (1995), *Las Reformas borbónicas en América Latina, el plan de Intendencias y su aplicación*. Univ. de Sevilla.

⁸⁴¹ *CB*, Vol 18, N° 108, Maio-1817, p.559.

⁸⁴² «Volta d'El-Rei para Lisboa». *CB*, Vol. 26, N° 155, Abril-1821, pp.469-473.

⁸⁴³ «Procedimentos do Brasil» e «União de Portugal com o Brasil». *CB*, Vol. 29, N° 170, Julho-1822, pp. 207-211, 347-352.

último, nas estratégias que foram postas em prática pelos venezuelanos, para levar a cabo um projeto de independência no Brasil. Porém, ao contrário da segmentação territorial acontecida na América espanhola, Costa desejava um Brasil unido a reagir em conjunto, aspiração que não o distingue de Miranda. Assim, se o Brasil desejava a sua independência, *procuraria também auxílio externo e o acharia mui pronto nas esquadras de Lord Cockhrane e nos exércitos de Colômbia e mais América Espanhola, que se acham agora desocupados*⁸⁴⁴. Com intenção retórica, Costa pergunta que se a América portuguesa

*quiser ser independente não poderá fazer o mesmo que Colombia? Não poderá procurar armamentos nos países estrangeiros, como fez Venezuela e Chile? Não poderá contrair empréstimos, caso não tivesse os recursos que tem, como fizeram todas as nações da América espanhola, em Inglaterra, onde os títulos dessa dívida estão hoje com valor muito mais subido do que os títulos da dívida de Espanha? Não poderia o Brasil armar corsários...?*⁸⁴⁵

Em Agosto, retoma o tema das «Medidas defensivas que convém ao Brasil tomar». Neste artigo, Costa debruçou-se sobre o tema do fluxo financeiro que, em caso de guerra, seria capaz de atrair tanto Portugal como o Brasil. Na opinião de Costa, os credores teriam de inclinar-se por favorecer a Brasil com melhores créditos garantidos pelo potencial económico do país que, a seu entender, era maior do que o de Portugal. A propósito referia-se: *Se há quem empreste 10 milhões a Portugal, muito melhor haverá quem empreste 20 ao Brasil*⁸⁴⁶. Como prova desta vantagem creditícia do Brasil, Costa limitou-se a assinalar os empréstimos que realizaram na Inglaterra os governos recentemente criados da Colômbia e do Chile. E, sobre um possível confronto armado ou no caso de faltar praças para armar um exército, lembrava a facilidade com que os insurgentes de Colômbia levantaram recrutas em Inglaterra e outros países da Europa.

Nessa altura, segundo testemunha o tenente coronel alemão Carl Richard, depois do fim da guerra europeia em 1815, a urgência económica em que viviam muitos militares desempregados motivou uma rápida afluência à causa dos venezuelanos Luis López Méndez, Fernando de Peñalver e o general José Maria Vergara, comissionados em Londres para angariar fundos e soldados para o exército revolucionário. Segundo Richard, os três emissários tinham despachado para Venezuela vários navios com apetrechos militares e recrutado centenas de legionários depois de uma fácil contratação motivada pelo desejo de fugir da crítica situação europeia, circunstância que era conhecida na Venezuela pelas

⁸⁴⁴ CB, Vol. 28, Nº 165, Fevereiro-1822, p.169.

⁸⁴⁵ *Ibidem*, p.170.

⁸⁴⁶ CB, Vol. 29, Nº 171, Agosto-1822, p.285.

notícias no jornal *Correo del Orinoco*⁸⁴⁷. Como explica Costa, com conhecimento de causa, nesse momento, *houve mais gente que para isto se oferecesse do que os agentes de Colômbia queriam receber ou podiam pagar*⁸⁴⁸.

O exemplo da contratação militar venezuelana que insinuava o *Correio* não foi seguido pelos brasileiros e, portanto, não ocasionou problema algum a Lisboa. No entanto, o distanciamento da Corte foi cada vez maior, tendência que era notória desde que foram publicadas algumas propostas da vinda do Rei a Lisboa. Em retrospectiva, verifica-se que Costa vinha outorgando maior apoio tanto ao reconhecimento político das repúblicas independentes recém-formadas nas ex-colônias espanholas, como ao fortalecimento das relações comerciais destas com outros Estados⁸⁴⁹.

Estes dois assuntos – o trato político e o trato comercial – tinham causado inquietude no Governo português mesmo antes que fosse publicada a nova mudança de sede administrativa. O *Correio Braziliense* fez um excelente ponto da situação na edição de Julho de 1822. O Jornal diz que o ministério europeu no Brasil, *antes da saída d'ElRei, lhe aconselhou que reconhecesse a independência da América espanhola (...) sem sequer esperar que lho pedissem para tirar algum partido da negociação*⁸⁵⁰. A inquietude pelo reconhecimento já não era só uma motivação de Costa, foi também um assunto oficial nos corredores da Corte. De facto, como se verá, a Secretaria de Estado dos negócios estrangeiros já tinha começado a manifestar esta inquietude para estabelecer relações protocolares com as repúblicas já independentes a partir do reconhecimento de Buenos Aires e da Venezuela e para facilitar o reconhecimento deste país sob a chamada Colômbia, no ano anterior.

Apesar destas intenções, uma fratura interna dividiu o Reino Unido de Portugal em 7 de Setembro de 1822, fratura de que o mesmo Costa se distanciou. A visão, que a partir da perspectiva do *Correio Braziliense*, foi lançada sobre os interesses políticos e comerciais comuns entre os dois países atingiu o seu fim com a independência e a instituição do Império de Brasil. Este facto marca, não obstante, o início de uma nova relação do

⁸⁴⁷ Abreu Xavier (2005), pp.38-39, 282-283. *CO*, N° 35, 31-07-1819, p.4; e N° 36, 7-08-1819, pp.2-3.

⁸⁴⁸ *CB*, Vol. 29, N° 171, Agosto-1822, p.285.

⁸⁴⁹ 'Miscelâneas': «Reflexões sobre as novidades deste mês. Estados Unidos». *CB*, Vol. 22, N° 130, Março-1819, pp.327-328. Em estas reflexões, Costa refere, de forma positiva, as *relações políticas, entre os Estados Unidos e as Colônias Espanholas revoltadas*, [que] *continuam no mesmo pé de comércio recíproco*, e os avanços que, ainda que pequenos, se estão a conseguir em matéria diplomática, como a tentativa de Lino Clemente, Deputado de Caracas nos Estados Unidos, que requereu em Washington ser ali reconhecido como Ministro Plenipotenciário da República de Venezuela, solicitação recusada pelo Secretário de Estado.

⁸⁵⁰ *CB*, Vol. 29, N° 170, Julho-1822, pp.207-211, 347-352.

brasileiro Costa com os venezuelanos em Londres, uma relação baseada no facto de ter nascido na América. Os governos constituídos nas jovens repúblicas americanas reconheceram o papel dos porta-voz da causa liberal americana em Inglaterra e na Europa e muitos dos novos políticos, que surgiram das hostes militares, estavam conscientes da nova etapa política que aquelas enfrentavam. Daí que alguns destes porta-voz fossem tomados em conta para nomeações diplomáticas. Assim, enquanto no Rio de Janeiro se pensou na nomeação de Costa para cônsul em Londres, em Bogotá soava o nome de Andrés Bello para ministro plenipotenciário da Colômbia junto da Corte de Portugal⁸⁵¹.

A lista de portugueses liberais amplia-se a outros nomes vinculados também ao mundo editorial e jornalístico londrino. Hipólito José da Costa incorporou textos destes pensadores no *Correio Braziliense* fazendo-os conhecidos antes da sua chegada à capital britânica, como foi o caso de José Bernardo da Rocha Loureiro⁸⁵². Este *bacharel formado em leis* passou a engrossar o grupo de mações portugueses reunidos em Londres e, no início, com alguma ajuda do seu confrade Costa, tomou as rédeas da redação de *O Espelho político e moral* que, mais tarde, rebatizou com o nome de *O Portuguez ou Mercurio político, comercial e literário*, que se publicou desde Abril de 1814 até Janeiro de 1822⁸⁵³.

Contemporâneo também de Hipólito José da Costa em Inglaterra, foi Francisco Solano Constâncio. A sua chegada a Londres ocorreu depois de fugir de Lisboa, em 1808, ainda que guardasse simpatias e antecedentes pró-franceses, tal como Francisco de Miranda. De facto, estas duas personagens conheceram-se na capital britânica, mas a correspondência que trocaram entre eles era escrita em Francês⁸⁵⁴. As referências pessoais de Constâncio – considerado *a remarkable savant, as well as an enigma*, remetem para seus estudos de medicina em Saint Andrews, Edimburgo, e para as suas viagens. Como articulista fica também vinculado a Miranda de maneira enigmática quando, em Londres, entre 13 de Setembro e 1 de Novembro de 1809, foram publicados dois artigos sob a assinatura «F. S. Constancio», *who either wrote or translated Miranda's opinions on*

⁸⁵¹ Nenhum chegou a exercer o cargo: Costa morreu em Setembro de 1823 e Bello, que dedicado a suas investigações, escritos e ensino aguardava a nomeação oficial para agente, em Londres, aceitou uma oferta de trabalho que o conduziu a Chile. Goes de Paula (2001), p.122 p.122.

⁸⁵² ‘Literatura e Ciências’: «*Os Sebastianistas (...)* a Refutação Analítica deste folheto por João Bernardo da Rocha, Bacharel formado em leis, e Nuno Alvares Pereira Pato Moniz, Redactores de *Correio da Península ou Novo Telegrapho...*». CB, Vol. 4, Nº 24, Maio-1810, pp.453-459.

⁸⁵³ *Correio da Península ou novo Telegrapho*: lançado el 3-07-1809, era um *periódico político-noticioso*, de 2 edições semanais, que foi cedo suspenso por *propagarem certos principios e doutrinas, mais liberaes do que convinha*. Rocha Loureiro marchou a Londres em 1812. Silva (1859), pp.326-330.

⁸⁵⁴ Rodríguez (1994), pp.248-250.

Hispanic America into English in 'The Statesman' and other newspapers, e lançava alertas sobre as atrozes ambições expansionistas de Napoleão⁸⁵⁵.

A vida jornalística de Constâncio continuou em França, país onde se dedicou a publicar *O Observador Lusitano em Paris ou Colecção literária, política e comercial*, uma revista miscelânea de tiragem mensal da qual saíram quatro edições entre Janeiro e Abril de 1815. O estilo variado da linha editorial aproxima-o ao carácter do *Correio Braziliense* de Costa inclusive pelo acento político. Outra tribuna editorial que publicava textos liberais, sob a co-direcção de Constâncio, foi os *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*⁸⁵⁶. O *savant* permaneceu em Paris até 1822, altura em que foi nomeado encarregado de negócios de Portugal em Estados Unidos e, a partir de então de uma maneira formal, seguindo instruções da Secretaria de Estado dos negócios estrangeiros do Reino, tentará de novo entrar em contacto com os agentes diplomáticos colombianos acreditados nesse país. Estes intentos e a correspondência que Constâncio produz desde seu posto consular encaixam dentro do projeto político e comercial que Silvestre Pinheiro Ferreira visualizava na relação entre Portugal e o resto de América.

c. Política e comércio com a Venezuela: duas coisas distintas em Rio e em Londres.

Os sintomas do exagerado liberalismo, as tendências reformistas e o contágio independentista que mostrava o grupo de portugueses residentes no exterior, através de sua propaganda, nos começos do século XIX, era uma frente de combate que o Governo e a Coroa de Portugal deviam encarar. Em especial, a frente americana devia ser tida em consideração, pois o Brasil, a joia da Coroa, achava-se ligado, através do comércio e relações pessoais, a focos de revolução muito próximos; além disso, como vimos para os casos londrino e nova-iorquino, muitos dos súbditos luso-brasileiros estavam em contacto com revolucionários hispano-americanos em Inglaterra, potência hegemónica do momento, líder liberal e aliado de Portugal; e nos Estados Unidos, principal provedor de cereais e exemplo constitucional para o resto dos americanos.

⁸⁵⁵ «El doctor Constancio, fantasma», in: Michael, Christopher Domínguez (2005), *Vida de Fray Servando*. México, Era S.A., pp.447-459, onde se apresenta a dúvida se F. S. Constancio seria fray Servando Teresa de Mier. *This 'Doctor Constancio' could of course have been Miranda himself*. Milton e Bandia (2009), p.36.

⁸⁵⁶ Em Paris, Francisco Solano Constâncio publicou *O Observador Lusitano em Paris, ou Colecção litteraria, política e comercial*. O primeiro número foi distribuído em Janeiro-1815; depois, fundou -com José Diogo Mascarenhas Neto e Candido Xavier- os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras, por uma Sociedade de Portugueses residentes em Paris*, que apareceu entre 1818-1822. Nomeado deputado à Cortes constituintes de 1837, nunca tomou assento. Moreu em Paris em 1847. Queirós, Francisco Fortunato (1983), *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822)*. Porto, Edição do Centro de História da Univ. do Porto, 1ª Parte, p.9 (repositorio-aberto.up.pt). Silva (1859), Vol. III, pp.65-67.

Provas desta particular preocupação são visíveis na correspondência enviada pelos agentes diplomáticos portugueses nos Estados Unidos, pois aos portos estadunidenses chegavam as notícias sobre a América Espanhola. Além desta correspondência, a receção destas novidades pela opinião pública merecia referência nos relatórios e ofícios consulares⁸⁵⁷. Os acontecimentos de Caracas, entre o 19 de Abril 1810 e 5 de Julho de 1811⁸⁵⁸, estão entre estas notícias inquietantes que o cônsul José Rademaker enviou desde Filadélfia⁸⁵⁹ e com as quais, com certeza, ficaram muito preocupados funcionários monárquicos como Miguel Pereira Forjaz e Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho⁸⁶⁰.

As notícias chegavam pela via diplomática e indicavam a conveniência da realização de uma ofensiva mediática oficial. A ofensiva era, de facto, uma urgência. Uma vez estabelecida no Rio de Janeiro, a Corte portuguesa devia renovar e reforçar tanto a imagem como a segurança do Império a partir da América, e ambas coisas exigiam manter os vínculos internacionais, políticos e económicos. O reforço da imagem e a segurança da Corte passavam também pela necessidade de redefinir as circunstâncias e o carácter de uma

⁸⁵⁷ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 551. A) De Encarregado de negócios José Rademaker para Miguel Pereira Forjas, Encarregado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra. Of. II, Filadélfia, 20-06-1810. *Gazetas com tradução dos Manifestos de Caracas por ocasião da revolução que lá houve, que no Povo aqui encontrou aceitação*; notícia de chegada de quatro Deputados dessa causa e do Governador e mais oficiais espanhóis expulsos. B) De Rademaker para Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho, Conde de Linhares. Of. 82, Filadélfia, 7-03-1811. Notícia envio de agente de Estados Unidos para a *Provincia de Caracas revolta contra seu legítimo soberano*.

⁸⁵⁸ Formação da «Junta Suprema de Caracas» (19-4-1810) que destituiu o Capitão e Governador-geral Vicente Emparan e que decidiu governar no nome do rei Fernando VII. «Acta de Declaración de Independencia» (5-7-1811): Celebração de um Congresso com representação das províncias, de onde surgiu a nomeação de um governo autónomo, a declaração de Independência e a proclamação da República. «Emparan y Orbe, Vicente de» (Espanha, 1747 - 1820). Primeiro foi Governador e comandante geral da província de Cumaná (1792-1804), logo, nomeado por José Bonaparte, veio a Caracas como Governador e capitão geral de Venezuela (1809-1810). Oposição da Câmara e da Audiência de Caracas, renunciou-o em 19-4-1810; in: *DHV-FP*.

⁸⁵⁹ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 551. A) De José Rademaker para Miguel Pereira Forjaz. Of. II, Filadélfia, 20-06-1810. Rademaker enviou a *tradução dos Manifestos de Caracas por ocasião da revolução que lá houve, que no Povo aqui encontrou aceitação*; além disso, mandou notícias de chegada de quatro Deputados dessa causa e do Governador e mais oficiais espanhóis expulsos de Caracas. B) De Rademaker para Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho. Of. 82, Filadélfia, 7-03-1811. Rademaker noticia o envio de um agente dos Estados Unidos para a *Provincia de Caracas revolta contra seu legítimo soberano* e outros sucessos na Venezuela.

⁸⁶⁰ «Rademaker, José». Cônsul e encarregado de negócios de Portugal nos E.U.A., nomeado em 1805; possessão em 1805-04-24; termo de funções em 1816-07-10. «Pereira Forjaz, Miguel» (Conde da Feira) (Portugal, 1769-1827). Estratega militar e político conservador. Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1807-1812). Retirado da política em 1820 devido à Rev. Liberal. «Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho» (Conde de Linhares) (Portugal, 1755 - Brasil, 1812). Político de pensamento livre-cambista aplicado às relações económicas internacionais, aliás foi defensor do Tratado de 1810, com a Inglaterra, mas jurava a política da exclusividade do espaço colonial. Esta política era contrária à incentivação do comércio direto entre colónias espanholas que promoveram os revolucionários venezuelanos. Base de dados do AHMNE - Cx. 551 e 552. *Anuário Diplomático e Consular Português (ADCP)*. 1935. Lisboa, MNE, 1936, p.26. *ADCP*. 1939-44. Lisboa, MNE, 1945, p.18.

coroa europeia, transferida temporariamente para a América, mas que tinha enormes interesses e vínculos com as outras cortes em Europa. A recreação da vida cortesã, ao estilo lisboeta, com todo o seu conforto evidentemente, era a referência territorial e de classe para uma nobreza que se sentia *dépaysée* em Rio de Janeiro e, ainda que marcada *pele excesso de apatia, natural e voluntária*, lembrava o que tinha *abandonado no Reino à cobiça francesa*⁸⁶¹.

Assim, a partir desta necessidade, a Corte empreendeu uma campanha que foi posta em prática, tanto dentro como fora do Reino, apoiada sobre o aparelho burocrático-administrativo, com a diretriz de resguardar a situação vigente da Coroa. No processo da campanha, distingue-se uma estratégia mediática com três frentes para, por uma parte, combater as influências ideológicas e, por outra, proteger o comércio colonial. Estas frentes foram: o tratamento particularizado das notícias num órgão oficial de imprensa, o controle dos opositores à monarquia e, por último, a neutralização dos meios e opiniões contrárias aos interesses da Coroa. Estas três frentes instaram as Cortes a expressar a sua posição oficial em torno dos assuntos políticos e económicos discutidos de maneira pública através dos meios impressos. Entre estes assuntos, encontra-se a confrontação de opiniões em torno das relações com Venezuela.

Na primeira frente desta estratégia, incluía-se a existência de um órgão oficial de imprensa disponível para difundir, com prontidão, comunicados emitidos pela alta hierarquia do Governo. Daí ter sido prudentemente fundada a *Gazeta de Rio de Janeiro*. Esta publicação advertia que o Governo somente respondia pelos papéis impressos em seu nome. Contudo, ao considerar esta advertência e a linha editorial, a *Gazeta* seria um painel publicitário dos interesses reais, pois pertencia por privilégio aos usos da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra⁸⁶².

Uma revisão da *Gazeta* desde seu primeiro número, publicado em 10 de Setembro de 1808, até Julho de 1811⁸⁶³, demonstra uma escassez de informações sobre o comércio

⁸⁶¹ Palavras do Conde de Linhares citadas in: Chacon (2008), p.21. A *Gazeta do Rio de Janeiro* tem sido fonte para fazer uma análise das exigências das elites na Corte, não dedicadas ao comércio mas aos «bens de prestígio», e as medidas com que foram satisfeitas. Cf.: «O novo nobre. As elites na corte fluminense de dom joão», in: Malerba, Jurandir (2000), *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil as vésperas da independência (1808- a 1821)*. S. Paulo, Companhia das Letras, pp.230-292.

⁸⁶² *Gazeta do Rio de Janeiro (GRJ)*, Nº 1, 10-09-1808, p.4. Nota: a coleção, tanto de edições ordinárias e extraordinárias, da *GRJ* está disponível em versão digital no site da Biblioteca Nacional de Brasil, in: - http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm

⁸⁶³ A análise a seguir está baseada em três aspetos: primeiro, o facto de ser o único jornal em Brasil até 1811; segundo, o tratamento noticioso da América e da Venezuela entre a *GRJ* até Julho de 1811, quando aparece *O*

português com o resto de América e sobre os acontecimentos nas colónias espanholas vizinhas⁸⁶⁴. Se a advertência editorial é certa, como interpretar a escassez de informação que se conclui da análise da *Gazeta*? A Secretaria tinha escasso interesse em relação ao primeiro assunto: o comércio? A *Gazeta* estava a praticar o silêncio como uma estratégia de política interior? Mantinha-se assim à margem dos assuntos internos espanhóis e era, portanto, uma estratégia para manter uma boa relação com seu único vizinho?

A análise mostra que, vista de um ângulo meramente político, esta era uma publicação que fazia a defesa e o elogio dos factos mais próximos aos seus interesses, sendo publicados muitos acontecimentos que estigmatizavam a usurpação francesa. Como era óbvio, em momentos de turbulência política na Península Ibérica, que tinham aliás repercussões na América, as páginas da *Gazeta* enchiam-se de informações sobre as campanhas militares no Portugal continental⁸⁶⁵. Similar disposição observa-se em relação à informação dos aspetos sociais onde predominam os eventos cortesãos portugueses e as alterações das dinastias reais na Europa. Os planos de colonização do interior brasileiro, onde se fala da comunidade indígena, constituem a exceção. Debaixo do aspeto social considera-se também a difusão de princípios doutrinários que se aprecia nos avisos sobre textos e escritos, como a venda de cinco títulos sobre Sebastianismo, entre os quais a referência ao livro: *Resposta aos redactores da Península sobre o Sebastianismo*⁸⁶⁶, título que foi objeto de comentários no *Correio Braziliense*.

Relativamente à América espanhola e até Janeiro de 1811, salvo Buenos Aires e Montevideo, devido à presença inglesa nestas cidades e aos conflitos fronteiriços meridionais do Brasil, a *Gazeta* ignora a região como transmissora de suas próprias informações até ao ponto de se basear nas publicações de Espanha e de Inglaterra para inserir notícias regionais⁸⁶⁷. O tema do comércio concentra-se, principalmente, nos intercâmbios com Inglaterra, dos quais publica interessantes mapas de importação e

Investigador Português en Londres, auspiciado pela diplomacia portuguesa, com linhas editoriais diferentes; terceiro, os comentários no *Correio Braziliense* sobre o silêncio da *GRJ* no que diz respeito a América.

⁸⁶⁴ Para uma análise sobre a temática da *GRJ*, ver: Silva, Maria Beatriz Nizza da (2007). *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora da Univ. do Estado do Rio de Janeiro.

⁸⁶⁵ Cf.: Levantamentos em Espanha, às atuações de sir Arthur Wellesley e dos Britânicos, à resistência portuguesa e os acontecimentos militares, contra as tropas de Napoleão na Península Ibérica, e com outros países europeus. *GRJ*, Nº 2, 17-09-1808, p.4.

⁸⁶⁶ *GRJ*, Nº 6, 19-01-1811, p.4.

⁸⁶⁷ Num curto inventário, apura-se: as escaramuças dos ingleses contra corsários franceses nos mares de América, a tomada de Guadalupe, a eleição do Ministro do Conselho de Espanha e Índias, Esteban Fernández de León e Ibarra, como representante das Américas no Conselho de Regência dada a sua experiência como Intendente do Exército e Superintendente da Real Audiência e Capitania Geral de Caracas, desde 1783 até 1802, entre outros recontos. *GRJ*, Nº 4 extraordinária, 11-05-1810, p5; Nº 5 extraordinária, 1-06-1810, p.4.

exportação de mercadorias para as várias regiões que faziam parte de Portugal, com indicação de produtos negociados, portos, navios, etc.; e o comércio com os Estados Unidos, devido à importância dos cereais que é referida com frequência⁸⁶⁸. A informação sobre a possibilidade do público poder adquirir o «Tratado de comércio entre Portugal e Grã-Bretanha» chama a atenção, pois datado de Fevereiro de 1810 o documento saiu *à luz* no Brasil no mês de Outubro⁸⁶⁹, uma difusão pública geral um tanto tardia para um assunto de tão alta relevância. Mesmo assim, sobressai a quase inexistência de notícias sobre o comércio interno de Brasil, um aspeto negligenciado ou então poupado aos leitores da *Gazeta*.

A informação económica sobre América faz, de modo notável, alusões aos assuntos tratados pela Espanha sobre as suas colónias. Este indício torna curioso a notícia sobre o comércio na ilha de Cuba baseada em cartas remetidas de Washington, sem indicação da autoria, e publicadas com a indicação «Notícia Oficial». O emprego dos parêntesis transmite ênfase ao conteúdo e permite pensar que, como se diz na advertência editorial, a Secretaria responde pelo assunto tratado nesse impresso e pela garantia das atividades com a Ilha de Cuba, mesmo sem o leitor conhecer a fonte e os canais da notícia. Assim, a simples indicação de ser oficial bastava para dar credibilidade à notícia⁸⁷⁰.

Em relação à Venezuela, não se encontrou menção explícita dos eventos políticos. Até à data indicada como baliza final para esta pesquisa específica, a colónia espanhola vizinha não ocupou espaço na *Gazeta*. Não há alusão a acontecimentos que tivessem tido lugar na Grã-Bretanha e os Estados Unidos e que preocupassem os editores da *Gazeta*, como foi o caso das atividades do general Francisco de Miranda, amigo de luso-brasileiros e de portugueses em Londres⁸⁷¹. Também não há nenhuma indicação para aproveitar as previsões económicas promulgadas pela Câmara municipal de Caracas, que foram ditadas para favorecer o comércio com países neutrais, ou alguma incitação para realizar o comércio indireto com produtos portugueses ou estrangeiros, tanto em navios ingleses como em navios neutrais, apesar de ter conhecimento daquelas proclamações pela correspondência enviada dos Estados Unidos pelo diplomata português José Rademaker.

⁸⁶⁸ *GRJ*, N° 37, 9-05-1810; N° 40, 19-05-1810; N° 53, 4-06-1810.

⁸⁶⁹ *GRJ*, N° 83, 17-10-1810. Não se faz aqui referência à possível publicação prévia em outro meio

⁸⁷⁰ A 11 de Junho, o Conselho de Regência de Espanha e Índias permitiu às Nações neutrais e aliadas o comércio nos portos de Havana, Cuba, Trinidad e Matanzas. *GRJ*, N° 93, 21-11-1810, p.1.

⁸⁷¹ Cf.: Meirelles, Juliana Gesuelli (2008), *Imprensa e poder na Corte Joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, p.120.

A política e a economia americana e venezuelana foram assuntos relegados para um plano secundário, a tal ponto que praticamente são ignorados de maneira inexplicável. O silêncio sobre estes assuntos na *Gazeta* é significativo. Ter uma imprensa no Rio de Janeiro representava para os comerciantes ter informação à mão, tão rápido quanto possível, das condições de negociação com seus iguais na América espanhola e na Capitania Geral de Venezuela, entre outras localidades. A rápida difusão e obtenção da informação eram de suma importância em momentos de mudanças políticas tão prementes como aquelas que se viviam naquele tempo na América Espanhola.

Não obstante, este conhecimento só podia ser aproveitado enquanto decorriam ainda os acontecimentos e as condições favoráveis para uma boa negociação. A importância desta imprensa era mais significativa ainda, por um lado, pelo facto de ser a *Gazeta* o único jornal institucionalizado no Brasil até 1811⁸⁷², isto é, o único jornal brasileiro com apoio oficial; e, por outro lado, pela garantia oficial que, como se viu, se atribuía tacitamente à Secretaria e que seria tomada em conta pelos comerciantes como sinal de poder comerciar em segurança. Considerando estes dois últimos fatores, uma leitura em espelho indica que a falta de informação travaria a iniciativa e causaria imobilidade comercial.

Os comerciantes radicados no Brasil continuaram, assim, obrigados a inteirarem-se do mundo dos negócios pelos canais mais empregados até então: os rumores do movimento portuário e as folhas jornalísticas que chegavam do estrangeiro. Num regime organicista do poder, no qual o Rei e a sua Corte encarnavam a autoridade, quando corria na rua a notícia do desconhecimento ou a falta de informação oficial do Governo, essa notícia repercutia-se e transformava-se em medo de realizar negócios, pois criava-se um clima de instabilidade comercial e de insegurança política incapazes de garantir os investimentos ou de fomentar negócio⁸⁷³. Mas a *Gazeta* era, pelos vistos, um papel da Corte sem pretensão de chegar ao grande público e, ao final das contas, era lida por quem queria⁸⁷⁴.

Costa foi um crítico desta estratégia e desse facto surge, em parte, a razão de sua insistência de remeter o seu jornal para o Brasil. Em oportunidades reiteradas, o Editor do *Correio Braziliense* dá a entender que a *Gazeta* não publicava informações em relação aos

⁸⁷² *Ibidem*, p.134.

⁸⁷³ Segundo Pimienta, *los silencios - y también las voces - de la 'Gazeta do Rio de Janeiro' poseían el carácter de estrategia de acción por parte del Gobierno* para se distanciar da discussão de assuntos políticos e da *lucha trabada, fundamentalmente, por medio de las armas de la prensa*. Pimienta (2007), p.69.

⁸⁷⁴ O jornal *não se preocupava com isso porque não tinha que disputar a outros órgãos, de orientação antagónica, que não existiam, a preferência da leitura*. Sodré, Nelson Werneck (1998), *História da Imprensa no Brasil*. Mauad Editora Ltda, p.22.

negócios com América, nem com Venezuela, ou notícias esclarecedoras sobre a guerra nos territórios vizinhos⁸⁷⁵. Tal proceder gerava um sistema de desinformação, de rumores falsos e de interpretações desfavoráveis que afetava, segundo Costa, não só as atividades comerciais dos nacionais, mas também a imagem internacional da Nação. No seu entender, a *Gazeta* tinha de acabar com a prática de silenciar as notícias de interesse mais geral; fazia falta uma visão mais tolerante e contemporânea, na qual a representação do outro começava a contar em termos de igualdade nas relações políticas e na reciprocidade dos fluxos comerciais e até financeiros⁸⁷⁶.

Costa é exemplo da segunda frente, onde combate a Coroa Portuguesa para aplacar a informação sobre factos que queria ignorar, isto é: o controlo dos opositores à Monarquia. O jornal ocasionava a Costa uma atividade múltipla, como se pode ver no primeiro parágrafo de «Anúncio aos Leitores do *Correio Braziliense*» com que termina o seu último número. Apesar deste imenso trabalho, o *Correio* manteve um tom crítico contra a administração e os servidores públicos reais. Daí, o desejo da Coroa de acalmar o carácter doutrinário do Editor e convertê-lo num *tranquilo espetador* brasileiro⁸⁷⁷.

O parágrafo anterior introduz à terceira frente: a neutralização dos jornais e das opiniões contrárias aos interesses da Coroa. Um recurso para canalizar esta estratégia foi a contratação de profissionais, em especial aqueles que se encontravam de certo modo gratos à Corte, para redigir e publicar *O Investigador Português em Inglaterra*, cujo prospecto se publicou em Março de 1811 e o primeiro número regular em Julho de 1811⁸⁷⁸, um jornal destinado ao grande público e não só à galeria cortesã.

⁸⁷⁵ Pimenta também destaca a mesma nota de Costa. Pimenta (2007), p.69.

⁸⁷⁶ Segundo aponta Costa, *tudo vai mal pela única razão de não se querer dar ao público fiel conta das novidades importantes*. ‘Miscelânea’, *CB*, Vol. 18, Nº 105, Fevereiro-1817, p.207.

⁸⁷⁷ Em 1813, a Corte decidiu remeter a Costa o equivalente, em efetivo, a quinhentas assinaturas do jornal com o objetivo de acalmar suas opiniões e restringir o número dos seus leitores. Lustosa (2002), p.2. *CB*, Vol. 29, Nº 175, Novembro-1822, pp.593-598, 623.

⁸⁷⁸ *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literário, político, &c. (OIP)*: Londres, Impresso por T. G. Hansard na Oficina Portuguesa em Fleet Street, foram publicados 92 números entre Junho-1811 e Fevereiro-1819, compilado em 23 volumes. Contou com a ‘colaboração’ de: Bernardo José de Abrantes e Castro (1771-1833. Diplomático, jornalista, maçã, médico), Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha (1773-1844. Jornalista, escritor), Miguel Caetano de Castro (Médico formado em Edimburgo) e de Domingos de Sousa Coutinho, conde do Funchal, quem *escreveu durante esse tempo varios artigos para O Investigador, no sentido que lhe parecia*. Com a entrada de José Liberato Freire de Carvalho o jornal foi-se tornando mais liberal, até o ponto da Corte suspender seu subsídio e depois proibir sua circulação. Ao mesmo tempo, premiou a Abrantes e a Nolasco com uma pensão anual por sua fidelidade editorial. Silva (1959), pp.230.231. Queirós (1983), p.10. Sodré (2004), p.31. «Freire de Carvalho, José Liberato». (1772-1855). Jornalista, maçã, político liberal, abandonou a vida religiosa. Cf.: Mónica (2004), Vol. I (A-C), pp.650-653.

Este foi um jornal concebido, de maneira intencional, para debater e contestar toda a dinâmica adversa à Monarquia, em todos os aspetos. Contou com apoio logístico e financeiro da Corte para publicar comunicados oficiais, promover subscritores no Brasil, e coordenar a redação de artigos editoriais. Alguns textos foram escritos pelo diplomata Domingos de Sousa Coutinho, Conde de Funchal⁸⁷⁹, que dirigia desde a linha editorial até ao pessoal da redação do jornal *procurando indiretamente insinuar e persuadir a sua utilidade sem parecer que o faz por positivas ordens*⁸⁸⁰.

Até ao seu último número, publicado em 1819, *O Investigador* manteve-se sempre sob tutela e supervisão da Legação em Londres, como forma de afirmação da necessidade de ter na Grã-Bretanha um órgão de imprensa que fosse uma tribuna pública, na qual o Governo pudesse expressar o seu parecer sobre assuntos de utilidade pública e, ao mesmo tempo, impugnar as ideias dos opositores políticos. A intenção de ripostar o *Correio Braziliense* é evidente. Assim, a *Gazeta de Rio de Janeiro* subtrai-se a ser um *divertimento* para a Corte e seus acólitos, enquanto *O Investigador* era publicado com o objetivo da defesa de um dos interesses mais discutidos pelo resto da Nação nesse momento: o pensamento político monárquico do Governo que tinha sido contestado pelo movimento de Pernambuco. *O Investigador* tenta também oferecer uma arma defensiva ao Governo e aos seus ministros que, como foi referido, eram precisamente alvo de muitas das críticas de Costa no seu *Correio Braziliense*.

O público leitor a que estavam dirigidos estes dois jornais -a *Gazeta* e *O Investigador*- é sinal de uma divisão social dos assuntos tratados, da qual se deduz o distanciamento dos cortesãos dos assuntos comerciais, tal como o justificavam os editores no «Prospecto». Os editores adiantam nessa apresentação que a Monarquia portuguesa tinha um papel importante a cumprir no equilíbrio das relações entre Europa e América visto ter a sua origem no primeiro continente e residir no segundo, *um continente imenso, e rico, em que se está a formar um vasto Império*⁸⁸¹.

Debaixo desta linha editorial, numa primeira etapa, *O Investigador Português* assume uma linha de apoio à monarquia como sistema político e crítica, às vezes moderadamente reflexiva e outras de verdadeira condenação, a revolução nas colónias

⁸⁷⁹ «Coutinho, Domingos António de Sousa» (1º Conde de Funchal) (Portugal, 1760-1833). Diplomata, político. Monárquico. Criador, diretor, articulista de *O Investigador Português em Inglaterra*. Nomeado Min. Plenipotenciário em Londres, em 1802-05-13. Teria sido enviado para assinar convenção sobre o empréstimo português. 2ª Nomeação em 1810-03-09 com termo de funções em 1815-09-28. Base de dados AHMNE.

⁸⁸⁰ Sodré (2004), pp.31-32.

⁸⁸¹ *OIP*, Vol. 1, Nº 1, «Prospecto», Junho-1811, pp.1-3.

espanholas e a imprensa portuguesa de oposição em Londres, em especial o *Correio Braziliense* e *O Português* que eram mais radicais. Nos primeiros anos, *O Investigador* dedicou-se a desprestigiar a opinião de Hipólito José de Costa e a denunciar seus contactos em Londres, nomeadamente com o grupo de portugueses discordantes e de revolucionários americanos, amigos de Francisco de Miranda que geria a campanha de imprensa a favor da independência venezuelana. Por causa destes contactos e ideais, os editores de *O Investigador* olhavam “de soslaio” a América espanhola⁸⁸².

Ao contrário da *Gazeta de Rio de Janeiro*, *O Investigador* dedicou-se a informar sobre a situação política e comercial dos vizinhos do Brasil; de facto, no primeiro número apresenta numa notícia de Caracas, a «Tábua cronológica dos acontecimentos mais notáveis que houve em todo o ano de 1810», que inclui alguns dos factos notificados por José Rademaker na devida altura; e a notícia quando o *Conselho da Regência de Espanha* declarou a *Província de Caracas num estado de rigoroso bloqueio*⁸⁸³, mostrando desta maneira que os acontecimentos nas colónias espanholas motivavam algum interesse e que as notícias não eram meramente uma informação cortês sobre o que acontecia com as elites vizinhas.

Esta caracterização é evidente na discussão jornalística que, em 1815, travaram o *Correio Braziliense* e *O Investigador* sobre a relação política e comercial com os americanos espanhóis segundo o fundamento de ser um negócio de Estado. A linha editorial de *O Investigador* sugeria não desmerecer a boa-fé de sua política exterior com a ideia de tratar com os revoltados porque isso significava outorgar importância e o reconhecimento tácito de sua legalidade e legitimidade. Isto significava, em consequência, a negação de todo trato por temor à validação de uma condição considerada reprovável. O *Correio Braziliense* encontra-se numa posição irreconciliável, afirmando o papel que Portugal tinha que cumprir *no novo império da América*, papel que *O Investigador* contrariava. Para Costa, o Governo devia aproveitar as circunstâncias que oferecia tanto o comércio e a proximidade dos americanos unidos, em especial com aqueles com territórios que avizinhavam o Brasil, como a relação e os interesses marítimos destes territórios com Europa⁸⁸⁴.

⁸⁸² Lima (1985), p.119. Lima indica como referência Albert Silbert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Livros Horizonte, Lisboa, 1977, pp.127-129.

⁸⁸³ *OIP*, Vol. 1, Nº 1, Junho-1811, pp.41-43.

⁸⁸⁴ «Resposta ao Investigador Portuguez». *CB*, Vol. 15, Nº 89, Dezembro-1815, pp.405-568.

Conquanto *O Investigador* não incitasse com grande insistência a comerciar, também não calava grande parte da informação que dizia respeito aos negócios com a América espanhola, como se notava na *Gazeta*. O jornal londrino mostrou inclusive uma maior abertura e cobertura de notícias da Venezuela como fez, por exemplo, no último ano de publicação. Um detalhe importante é a publicação do «Decreto a favor das Manufaturas Británicas e Americanas», de Maio de 1817. Um aspeto importante deste decreto era seu carácter não limitativo, aspeto que o jornal também difundiu, pois o governo da Venezuela não queria limitar-se a estas únicas demonstrações de individual consideração e, aliás, estava disposto a dar as mesmas demonstrações de amizade a qualquer outra nação favorável à sua causa⁸⁸⁵. O Decreto ostentava também um discurso bem trabalhado convidando aos comerciantes de todas as nacionalidades para negociar, por conta própria ou em apoio dos seus governos, mas que no fundo podia comprometer abertamente os seus respectivos Estados.

Em Agosto de 1818 aumenta a informação sobre o comércio exterior português e, em particular, a inserção de relatórios sobre outras regiões do Império e de curiosidades comerciais. Entre os primeiros, destaca-se a «Memória estatística sobre as ilhas de Cabo Verde escrita em 1807» que, entregue por capítulos, mostra as conexões económicas deste arquipélago e os lucros que faziam os navios británicos com o transporte de sal para a América inglesa e para as Índias Ocidentais. Entre as segundas, destaca a curiosidade científica do «Lago de Soda na América Espanhola». Neste artigo descreve o setor da Lagunilla, no lago de Maracaibo, Venezuela, de onde se extrai grande quantidade de carbonato de soda com fins comerciais⁸⁸⁶.

Pela variada temática de interesse geral e a procedência das notícias, apura-se que *O Investigador* ultrapassa os restritos destinos geográficos e assuntos das notícias da *Gazeta*, um aspeto significativo ao tratar-se de um meio de comunicação que era o espelho jornalístico dos interesses da Corte. Esta foi uma forma disfarçada de pedir uma ainda maior amplitude de gestão burocrática para aplicar no mundo comercial, de agradar e de manter a fidelidade dos leitores. Conquanto este perfil jornalístico não mostre ter estimulado projetos imediatos sobre a necessidade de estabelecer melhores e mais

⁸⁸⁵ Com este decreto, a Venezuela agradece aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha, a neutralidade, o comércio e o reconhecimento de navios sob a bandeira venezuelana, lhes outorgando um imposto de aduana reduzido (6%) aos seus produtos e a exceção para as mercadorias exportadas debaixo dessas bandeiras. Secção 'América Hespânica – Venezuela'. *OIP*, Vol. 19, Nº 75, Setembro-1817, pp.386-387.

⁸⁸⁶ *OIP*, Vol. 22, Nº 86, Agosto-1818. «Memória estatística sobre as ilhas de Cabo Verde escrita em 1807», pp.125-132; «Lago de Soda na América Espanhola», pp.181-182; «Venezuela. Boletín do Exercito Libertador de Venezuela», «Documentos del general español Pablo Morillo sobre Venezuela», pp.207-209.

completas relações com os vizinhos sul-americanos, a linha editorial cumpriu uma estratégia que mudou no tempo e passou da defesa da monarquia, do absolutismo e do monopólio para uma perspectiva mais reflexiva sobre estas instituições e, inclusive, liberal.

As edições de finais do ano de 1818 marcaram a rutura de *O Investigador* com a linha editorial inicial. Nelas a Venezuela volta a ser incluída nas reflexões como tema de referência. Assim aparece na exposição sobre a distinção entre neutralidade política e relações comerciais feita a partir das atividades diplomáticas e económicas de Grã-Bretanha. Esta exposição evidencia a abertura que se vislumbrava no serviço exterior português nessa altura; uma abertura que reconhece uma prática diplomática desenvolvida pelas novas repúblicas, que começou *quando os deputados das províncias do Sul da América vieram a Inglaterra no ano de 1810* e durante a revolução nessa região⁸⁸⁷.

A referência aparece mais claramente a propósito de uma proclamação do Almirante Brión, de agosto de 1818, desde Guiria, parte oriental da Venezuela, contigua a Trinidad, convidando a todos os países neutros e amigos a irem ali comerciar, e declarando que a importação de todas as provisões seria livre de direitos durante um mês. Esta proclamação foi seguida da análise dos apuros do comércio inglês em América *contra o poder progressivo dos Estados Unidos* e uma constatação da perda das vantagens competitivas dos barcos portugueses e *vermos pois que a nova da morte da Marinha Portuguesa, já é publica na primeira praça mercantil do mundo*. A realidade emergia nestas notas que mostraram signos de abertura para um diálogo menos venial, mas sem baixar a guarda, com o *Correio Braziliense*, jornal que *O Investigador* o chamou, *em outro tempo*, *‘Mirandista, Caraqueño, Revolucionário, Incendiário, &c. &c.’*⁸⁸⁸.

A rutura editorial é evidente assim como também é evidente o peso que tinha tido a política sobre o interesse comercial. Do mesmo modo, é manifesta a mudança de perspectiva em relação aos acontecimentos na América espanhola, o que demonstra a retirada de apoio incondicional à causa monárquica de Madrid. De facto, enquanto *O Investigador* mostra esta tendência benévola, outro jornal de variedades está-se iniciando para informar, na sua secção «Política», *el origen y los progresos de la Revolución de América y la justicia con que los españoles-americanos resisten someterse al yugo tiránico, que hoy oprime a la Madre-Patria*. O anúncio fá-lo *O Investigador* na sua primeira página da sua edição de Dezembro de 1818 e o jornal é *El Español Constitucional o Miscelánea de política*,

⁸⁸⁷ «Estados Unidos da América: Hespanha e suas Colónias». *OIP*, Vol. 22, Nº 88, Outubro-1818. pp.496-498.

⁸⁸⁸ «Estados Unidos da América», pp.102-105; «Espanha e suas colónias», pp.105-109; «Inglaterra», pp.112-114; «Os Redactores», pp.115-118. *OIP*, Vol.23, Nº 89, Novembro-1818. Sublinhado e itálicas no original.

ciencias y artes, literatura, fundado em Londres por Pedro Pascasio Fernández Sardinó, jornalista e liberal espanhol expatriado pelo absolutista Fernando VII⁸⁸⁹.

A partir de Dezembro, depois de publicar uma apologia do general Francisco de Miranda, onde narrava as terríveis circunstâncias de sua recente morte, a proibição de serem honradas as suas cinzas, o tratamento de ignomínia e desprezo dado a seus bens, o seu ideal de liberdade política, o seu projeto de união americana, o alcance de seu patronato, trabalho editorial, e o eleva à categoria de *um espíritu superior*, a imagem de América espanhola que surge no jornal muda. Em Fevereiro de 1819, a publicação fundada pelo Conde de Funchal despede-se de seus leitores sem realizar a plenamente os objetivos de sua estratégia propagandística⁸⁹⁰.

d. Um português em papéis espanhóis

No contexto dos negócios de Francisco Cavaleiro Sarmiento figura o nome de um compatriota e também viajante errante, Miguel Cabral de Noronha, protegido do primeiro durante a sua residência em Tenerife. Este *fraile exclaustrado madeirense* integra-se na construção da imagem americana e na tática propagandista orientada para as colónias na América desde o tempo em que era o editor do jornal o *Duende Político ou a Tertúlia resuscitada*, em Cádiz⁸⁹¹. Este era um semanário consagrado à opinião política, considerado um dos meios mais representativos dos excessos do liberalismo, cujo conteúdo ocasionou ao seu editor o exílio na América e foi também razão para lhe cortar subitamente a vida editorial da publicação que teve, assim, apenas 16 números entre Março e Julho de 1811⁸⁹².

⁸⁸⁹ «Prospecto. *El Español Constitucional o Miscelánea de política, ciencias y artes, literatura &c*». *OIP*. Vol. 23, Nº 90, Dezembro-1818, p.1 em Inglés, p.2 em Espanhol.

⁸⁹⁰ Secção 'Reflexoes': «Hespanha e suas colónias». *OIP*, Vol.23, Nº 90, Dezembro-1818, pp.230-233. Última edição: Vol. 23, Nº 92, Fevereiro-1819.

⁸⁹¹ Hernández González, Manuel (1999), «*El Observador español en Londres. Un periódico fernandino contra la emancipación Americana*», in: *Revista de Indias*. Vol. LIX, Nº 216, pp.439-454. (Consulta: 17-4-2011, in: revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/.../801). Segundo Luís Alberto Anaya Hernández, Miguel Cabral de Noronha era *natural de la isla de Madera, donde profesó como religioso de la orden franciscana, estudiando posteriormente en Coimbra, de donde retornó a su isla para escapar posteriormente de la prisión a que en ella se vio sometido por unos versos satíricos contra un misionero*. Partiu às Canárias, de onde também fugiu com destino a Cádiz. Anaya Hernández, Luís Alberto (1982), «Proceso contra el clérigo don Miguel Cabral de Noronha, por un sermón crítico a la colonización canario-americana», in: *Anuario de estudios atlánticos*. Madrid – Las Palmas, Patronato de la Casa de Colón, Nº 28, pp.521-548, p522. (Consulta: - <http://mdc.ulpgc.es/cdm/singleitem/collection/aea/id/1879/rec/12>)

⁸⁹² Durán López, Fernando (2009), «Diputados de papel: la información parlamentaria en la prensa de la etapa constituyente (Setembro de 1810-Março de 1812)», in: Cantos Casenave, Marieta, Fernando Durán López e Alberto Romero Ferrer (Edit) (2009), *La Guerra de Pluma: Estudios sobre la prensa de Cádiz en el tiempo de Las Cortes (1810-1814)*. Univ. de Cádiz, Servicio de publicaciones, Vol. II, pp.101, 127, 192.

Nestes poucos números, Noronha criticou a resistência da Coroa de Madrid para outorgar a autonomia às colónias americanas e expôs as suas opiniões sobre obras e teses económicas, como as compiladas na *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, entre outros livros⁸⁹³. Esta *História* foi uma obra polémica, pois atacava os princípios das coroas imperiais de exercer a soberania colonial, portanto atentava contra as Cortes peninsulares – atacando por igual os Bourbons ou os Bragança – e encorajava a sociedade americana⁸⁹⁴.

A sua posição como articulista mudou de todo quando foi contratado como agente para a informação espanhola pelo embaixador da Corte madrilena em Estados Unidos, Luís de Onís, através do contacto de Sarmiento. A pressão dos crioulos americanos, cuja causa contava com representantes junto de Washington já nessa altura, acelerou a contratação de Noronha que passou, assim, a receber uma subvenção por decisão real datada em Fevereiro de 1812. Desta etapa em Filadélfia, os seus biógrafos atribuem-lhe a autoria de relatórios, obras independentes e artigos para a imprensa estadunidense, alguns sem consonância com a linha política de seu trabalho, bem como, quase paradoxalmente, um labor editorial contra a independência americana, acompanhado da análise das causas espanhola e portuguesa, que depois seguiria em Londres, desde começos de 1819. Já em Maio deste ano, Noronha apresenta à Legação espanhola o projeto editorial de *El Observador Español*⁸⁹⁵, é dizer, tão só meses depois de ter sido lançado *El Español Constitucional*, de Fernández Sardinó, em Dezembro de 1818.

Esta nova etapa periodista antecipou ênfases mais profundas nos aspetos políticos e económicos no labor editorial de Noronha. Primeiro, porque Londres era um centro de atividades de independentistas americanos, amparado interessadamente de maneira sorrateira pelo serviço diplomático britânico, mas de forma aberta pelos comerciantes ingleses⁸⁹⁶; segundo, porque o poder político e económico dos britânicos concentrava nessa capital um bom número de representantes diplomáticos entre os quais era suposto que se encontrassem os agentes das causas americanas que procuravam financiamento e apoio material; terceiro, o contexto em que se dava ali o confronto ideológico inclinava-se a favor

⁸⁹³ Anaya Hernández (1982), pp.525-527.

⁸⁹⁴ Suas ideais foram publicadas em *La Tertulia*, de La Havana, Nº 13, del 22-07-1811; Hernández González (2010); Anaya Hernández (1982), pp.527-528.

⁸⁹⁵ Gil Novales, A., «Cabral de Noronha, Miguel (S. XVIII - XIX)», in: *MCNBiografías*. (Consulta: 17-4-2011, in: -<http://www.mcnbiografias.com/app-bio/do/show?key=cabral-de-noronha-miguel>) e López (2009), Hernández González (1999) (2010), Anaya Hernández (1982). Em Filadélfia, Noronha publicou também *El cosmopolita sensible* o *El duende en América*.

⁸⁹⁶ Nucete-Sardi (1950), p.232, 254

das causas liberais e obrigava os seus oponentes a empreender uma defesa mais fechada das coroas conservadoras.

Perante esta situação, Madrid e Lisboa enfrentavam em Londres focos de resistência às suas respetivas políticas coloniais e, portanto, a função de um agente de informação ganhava maior importância estratégica. No caso de Noronha, a Corte espanhola encomendou-lhe a edição de *El Observador español*, publicação compreendida dentro de um projeto de ofensiva jornalística, impulsionado pelo Marqués de Casa Irujo, com que se pretendia combater tanto os ataques de agentes insurgentes e os expatriados da Península como a apatia manifestada pelos representantes do Rey de Espanha nas Cortes estrangeiras. Na realidade, *El Observador español* foi um jornal político conservador escondido atrás da imagem de uma revista de variedades ao estilo do *Correio Braziliense*, uma *gaceta* realista, cuja leitura se esperava que fosse a literatura da multidão, modeladora da opinião pública e, portanto, com efeito estendido até *los gobiernos más o menos populares y cuyas medidas son a veces efecto y emanación de esta opinión*⁸⁹⁷. Em outras palavras, Casa Irujo tentava implementar um instrumento mediático de pressão político-social, complementar ao serviço diplomático.

Noronha e seus escritos enfrentaram o contra-ataque dos revolucionários latino-americanos residentes em Londres fazendo *lobby* junto do Governo inglês para ganhar simpatias políticas, comprar armas e contratar legionários. Esta ofensiva fez-se precisamente em nome da opinião pública inglesa, simpatizante da independência americana. A crítica fundamental a *El Observador Español* resume-se na visão maniqueísta que apresenta do conflito existente entre a realidade americana e a peninsular. No seu entender, de um lado estavam os representantes de Estados inexistentes e de governos sem território, que careciam de recursos económicos suficientes e do conhecimento político para os administrar, para puderem responder aos compromissos financeiros que adquiriam para o futuro, obrigando as riquezas das colónias. Do lado contrário, estava a dignidade de pertencer a uma coroa europeia, com o matiz civilizadora que encerrava o enunciado, e a perspectiva de um comércio garantido com e pelas metrópoles.

Esta visão de Noronha é uma síntese conclusiva da moléstia que seu maniqueísmo inspirou na elite independentista venezuelana. Em particular, é a síntese de uma polémica

⁸⁹⁷ Hernández González (1999) atribui estas opiniões ao Conde de San Carlos, ministro espanhol em Londres. O aspecto pluritemático de *El Observador Español* tinha-o evidenciado já muitos anos dantes Braulio Antón Ramírez, quem indica que entre seus 160 páginas *trae ligerísimas noticias de cosas interesantes*, desde botánica hasta legislación. Ramírez, Braulio Antón (1865), *Diccionario de bibliografía agronómica y de toda clase de escritos relacionados con la agricultura, seguido de un índice de autores y traductores con algunos apuntes biográficos*. Madrid, Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, p333.

iniciada pelos temas propostos em *El Observador Español*, na sua edição do 15 de Fevereiro de 1820. Estas propostas foram contestadas com argumentos muito críticos numa carta que, assinada pelo seu autor debaixo do pseudónimo de «El Mosca», foi divulgada em duas partes em *El Correo del Orinoco* que, como foi visto, foi o órgão propagandístico da causa libertadora publicado na cidade de Angostura, depois nomeada Ciudad Bolívar, ao sul de Venezuela⁸⁹⁸.

A publicação desta Carta na América é um reflexo da atividade que em termos de informação e propaganda era realizada em Londres, uma atividade que implicava não só a resposta imediata aos escritos contrários, mas também ao trabalho de tradução que era realizado para divulgar as diferentes ideias no outro lado do Atlântico. O mesmo Noronha era um exemplo desta atividade, pois junto ao seu trabalho de editor e de agente de informação realizava traduções em Espanhol, Francês, Inglês e Português⁸⁹⁹.

À postura de Noronha, opõe-se aquela correspondente ao articulista apelidado El Mosca. Este dirige a primeira parte de sua *Carta* contra os impérios em decadência que sujeitam a sua existência política com correntes e orgulho a um passado colonial. Além disso, o articulista do *Correo del Orinoco* enfrenta o editor de *El Observador Español*, que considera uma personagem que quer combater a emancipação da América desde um país consagrado à liberdade, como é a Inglaterra, com um periódico realista. A seguir, El Mosca aponta, de maneira específica, os erros cometidos por Madrid em relação à representação das colónias americanas -escassa e ignorada- nas Cortes espanholas, para depois referindo a Noronha numa perspetiva mais ampla da causa de América já que *el asunto es muy importante para dejarlo pasar en silencio*; sob esta perspetiva, relembra assim *la conducta de los Gobiernos que ha tenido la Península, su impolítica, su ignorancia y su absoluta impotencia*, e espera vê-los representados assim à posteridade⁹⁰⁰.

Esta primeira parte da carta de El Mosca é, sem dúvida, um manifesto político cujo conteúdo económico é escasso. Não obstante, está descrita a noção que tem um revolucionário latino-americano sobre os impérios em decadência da Península ibérica e a atitude anacrónica de seus governos para com as colónias e a evolução das ideias políticas e económicas. O importante para a análise da relação entre Portugal e Venezuela é a inclusão

⁸⁹⁸ El Mosca, «Carta del Mosca al redactor del *Observador* en Londres. Londres, 15 de Fevereiro de 1820»; e «Carta del Mosca al redactor del *Observador* en Londres. Londres, 15 de Fevereiro de 1820. Conclusión», in: *El Correo del Orinoco (CO)*. Angostura, Impreso por Andres Roderick, impresor del Gobierno, N° 61, 6-05-1820 e N° 64, 27-05-1820, respect.

⁸⁹⁹ Gil Novales (s/d), in: *MCNBiografías*.

⁹⁰⁰ El Mosca, in: *CO*, N° 61, 6-05-1820.

da Coroa e Império português na forma geral de exemplificar e de se referir à política peninsular para a região Latino-americana. Pelo demais, a exposição pública destas ideias para todos os leitores venezuelanos consegue o mesmo efeito de impressão sobre a sociedade e os governos, que era o que procurava o Marquês de Casa Irujo com a contratação do português Noronha e a publicação de *El Observador español*. O efeito estaria então palpável na atitude para com Portugal, tanto por parte do grupo revolucionário presente em Londres, como dos agentes diplomáticos que representavam os governos provisórios americanos.

Na segunda parte de sua *Carta*, El Mosca ataca, de maneira veemente, o caráter generalizador e vago da política peninsular. Esta secção é mais comercial e orientada para mostrar o interesse do mundo económico na independência das colónias espanholas em América. De facto, depois da leitura das duas partes, aprecia-se que El Mosca intercala argumentos políticos e económicos, que reiteram as teses do liberalismo, em função das perspectivas de governabilidade que lhe concede aos Estados americanos. No que respeita à *impolítica* e a *ignorância* da Península, o autor faz uma revisão do estado em que já se encontram algumas regiões do continente e, em relação à *absoluta impotência*, chama a verificar a história das Províncias Unidas do Rio da Prata, que *se hallan libres y constituidas*, para comprovar sua alusão às frustradas tentativas de ocupar esses territórios por parte de Portugal. Da imagem final resta o pedido às nações europeias para aproveitar as imensas e incalculáveis vantagens que oferece o comércio no *Nuevo Mundo*, así como o pedido de sancionar esta justíssima independência em nome do respeito diplomático⁹⁰¹.

Nas últimas linhas, El Mosca delata a sua pretensão de agradar às potências economicamente mais desenvolvidas ao empregar o discurso hegemónico característico destas. A dissertação ratifica, por um lado, a tese da supremacia das nações civilizadas ao reconhecer nelas o poder omnímoto para dirimir o destino do mundo e, em consequência, com o poder para reconhecer a independência das repúblicas americanas e para assegurar-lhes a continuidade de sua existência política. A dissertação final identifica, por outro lado, América, como região produtora de matéria-prima, e Europa, como região manufatureira, isto é em posições economicamente complementares segundo a participação de cada continente na produção mundial. De facto, o convite formulado por El Mosca às nações europeias para desfrutar as vantagens do comércio com o Novo Mundo foi feita consciente

⁹⁰¹ El Mosca, in: *CO*, N° 64, 27-Maio-1820.

que seus *frutos se les han hecho de primera necesidad* e que aquelas precisam do mercado americano para expandir suas economias⁹⁰².

B. Voltando agora os olhos para a América

O liberalismo político e económico dispôs seus agentes officiosos na gesta emancipadora da Venezuela e no processo de autonomia do Brasil. Quando as forças militares e a determinação política assumiram o poder, a relação Europa - América mudou. Elementos tais como a ascensão de uma nova classe social e política, a vitória do paradigma liberal e a constituição de novos Estados condicionaram aquela relação. Estes elementos, sinónimos de transformação, não rasgaram o legado da gestação colonial das novas sociedades.

O laço histórico-cultural ibero-americano distendeu-se mas permaneceu atado. Nos anos imediatos à guerra, este vínculo converteu-se num recurso discursivo apropriado para criar a atmosfera para reiniciar os negócios entre as antigas metrópoles e as novas repúblicas. Os esforços da aproximação oficial incluem-se dentro do marco do imperante sistema de convénios e acordos, cuja prática não é fiadora de uma estabilidade internacional mas é o referente.

a. Os acordos da política externa

Se nos começos do século XIX as vozes portuguesas eram dissonantes em relação às revoltas no Novo Mundo, ao mesmo tempo que se ouviam os porta-vozes venezuelanos proclamar a autonomia e o livre-câmbio, um maior acorde começava a sentir-se na política externa da Corte lusitana antes de fechar o primeiro quarto de século. Os anos de turbulência político-militar anteriores à independência da América espanhola e da América portuguesa apressaram o contacto diplomático direto entre a Coroa de Portugal e os governos dos novos Estados-nação.

Ao começar a década de 1820, a predisposição de algumas nações ao reconhecimento daqueles movimentos autonomistas impulsionava além disso a confiança dos líderes revolucionários na consolidação definitiva das repúblicas⁹⁰³. Estes dirigentes

⁹⁰² De uma forma tendenciosa, El Mosca alega razões de humanidade e inteligência económica para reconhecer a independência da América; ao respecto afirma que: *La Humanidad (...) impetra el poder de las Naciones civilizadas (...) para que se haga la paz, reconozcan la independencia absoluta (...) de un país rico en los dones de la naturaleza, y cuya población es del interés de la Europa se aumente, lejos de disminuirse, para el adelanto de sus manufacturas y producciones, y el comercio del género humano en general. Idem.*

⁹⁰³ A Corte portuguesa conhecia o respaldo de Estados Unidos aos revolucionários como sugeria José Correia da Serra. ANTT MNE. Leg Washington, Cx 552. De José Correia da Serra para Marques de Aguiar, Ministro assistente e Encarregado interinamente dos Negócios Estrangeiros e de Guerra. Of. 6. Baltimore, 3-04-1817.

tinham adotado como argumento político internacional o direito ao livre governo que as suas respetivas metrópoles utilizavam como argumento para defender-se das potências mais fortes. No meio deste ambiente, algumas ex-colónias iam ganhando espaço internacional, como foi o caso de Haiti, Buenos Aires e Venezuela. Em relação a esta última, após seu terceiro ensaio republicano, a Venezuela começa a década integrada na Gran Colômbia, juntamente com a Nueva Granada e o Equador⁹⁰⁴. Perante a evidência dos factos, a Corte portuguesa explorou as inquietudes dos revolucionários hispano-americanos e promoveu a aproximação aos governos por eles estabelecidos.

Antes de 1820, como se viu, as evidências de interação acumulavam-se e com elas, a Corte persuadia-se, cada vez mais, da necessidade de estabelecer relações políticas. Um novo teor de ordens imposto por Silvestre Pinheiro Ferreira emana então a partir da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, desde Rio de Janeiro. É de enaltecer que, no meio das crises económicas e da ingerência britânica, das concessões cortesãs nos tratados e dos esforços para fomentar o comércio do Reino, a política externa portuguesa de então teve oportunidades para considerar uma aproximação ao resto de América. Neste sentido, há uma renovação na perspetiva diplomática e nos interesses económicos da Coroa portuguesa para todo o continente americano⁹⁰⁵.

Pinheiro Ferreira esteve à frente da diplomacia portuguesa num período das relações internacionais do Brasil, chamado *das concessões sem barganha da época da independência (1808-1828)*⁹⁰⁶, em que se verificava o sacrifício do interesse nacional; é evidente o facto de imperar nas Cortes lisboetas o projeto de expansão comercial do liberalismo e, implícito neste, a intenção de ampliar a administração, de exigir à representação diplomática, em especial à função consular, maior ingerência no movimento económico⁹⁰⁷. Como afirma Brandão, as razões económicas privaram então numa reforma

⁹⁰⁴ Até Janeiro-1820, Venezuela tinha vivido três experiências republicanas: a primeira, entre o 19-04-1810 e o 30-07-1812; a segunda, entre o 3-08-1813 e o 11-12-1814; a terceira, entre o 6-05-1817 e o 17-12-1819. O «Congreso Constituyente de Angostura» (15-2-1819) criou a República da Venezuela e a República de Colômbia (Gran Colombia na historiografia venezuelana), que durara até 1830, in: *DHV-FP*.

⁹⁰⁵ Bessa, Carlos (1994), «Portugal, Espanha e Américas. Um projecto de Confederação de Silvestre Pinheiro Ferreira no tempo de Bolívar», in: Tudela e Bueso, Juan Pérez de, *II Congreso de Academias IberoAmericanas de la Historia: factores de diferenciación e instancias integradoras en la experiencia del mundo iberoamericano* (Madrid, 8/14-Novembro-1992). Madrid, RAH, pp.105-118, pp.105-108.

⁹⁰⁶ Sombra Saraiva, José Flávio (2003), «Um percurso académico modelar: Amado Luiz Cervo e a afirmação da historiografia das relações internacionais no Brasil», in: Rezende Martins, Estevão Chaves (Org.), *Relações Internacionais. Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília, IBRI, pp.17-62, p.27.

⁹⁰⁷ A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil foi criada em Março de 1808; foi chefiada por estadistas como: Fernando José de Portugal e Castro (Lisboa, 4-12-1752 / Rio de Janeiro, 24-01-1817), António de Araújo de Azevedo (Ponte de Lima, 14-05-1754 / Rio de Janeiro, 21-06-1817) e Tomás António

administrativa dos escritórios consulares, em particular na distribuição dos consulados em Estados Unidos e a possibilidade de estabelecê-los em Haiti e na Gran Colômbia⁹⁰⁸. Uma figura diplomática conhecida pelos venezuelanos ajudará a Pinheiro Ferreira a levar adiante esta parte do projeto: Francisco Solano Constâncio, o representante de Portugal em Washington e antigo articulista colaborador editorial de Miranda.

A expansão comercial teria levado a outra constatação na Secretária de negócios estrangeiros: as reflexões a volta da *pétition de principes* dos cônsules⁹⁰⁹. Já então, Pinheiro Ferreira discorria sobre aspetos diplomáticos contemporâneos como as distinções entre as nações ou entre o corpo diplomático e consular, baseadas na representação dos interesses nacionais: os diplomatas detinham a carga política, os cônsules a carga económica. Nos anos anteriores ao regresso da Corte a Lisboa, Pinheiro Ferreira defendeu os interesses nacionais portugueses na plena consciência da posição internacional do Reino Unido de Portugal neste contexto e em relação às outras potências⁹¹⁰.

Como contribuição à preparação desta defesa, a Corte tinha acumulado informação das atividades dos agentes das repúblicas americanas nos Estados Unidos, além das realizadas na Grã-Bretanha. José Francisco Correa da Serra, ministro plenipotenciário de Portugal em Washington, com residência em Filadélfia desde 1816, foi uma fonte constante de relatórios, notificações e informações de grande valor, como o enviado sobre a presença do astucioso Pedro Gual⁹¹¹, o primeiro venezuelano em ser nomeado ministro plenipotenciário residente na cidade de Washington e depois em Filadélfia, comissionado para negociar *grandes vantagens comerciais* e cuja presença nesse país era um indício da tolerância estadunidense. Tratando de descobrir se Caracas tinha correspondência secreta

de Vila Nova Portugal (Lisboa, 18-09-1755 / Lisboa, 16-05-1839). Rodrigo de Sousa Coutinho foi Secretario dos Negócios Estrangeiros e de Guerra e Ministro de Guerra. Silva dos Santos (2013). p.31

⁹⁰⁸ Brandão (1995), p.11.

⁹⁰⁹ O princípio remete à razão do exercício profissional que separa o agente mercantil (apoderado de comerciantes, representante do comércio de uma praça ou nomeado por corporações comerciais para proteger os interesses de seus contratantes) do agente consular (representante nomeado pelo governo para proteger os interesses do comércio nacional e do Estado junto das autoridades de outro país, segundo o grau de confiança que lhes confira o Governo). Análise que faz S. P. Ferreira dos capítulos correspondentes aos assuntos diplomáticos do *Tratado de Derecho de Gentes* de G. F. de Martens, citado in: Antokoletz, Daniel (1951), *Tratado de Derecho Internacional Público*. Buenos Aires, Librería Editorial La Facultad, Tomo III, pp.16-17.

⁹¹⁰ Na década de 1810, tiveram lugar o Congresso de Viena (do 1-10-1814 ao 9-06-1815) e o Congresso de Aquisgrão (do 1-10 ao 15-11-1818). Deste último emanou o protocolo sobre a preeminência de títulos e a etiqueta diplomáticas, do 21-11-1818.

⁹¹¹ «Gual, Pedro» (Venezuela, 1783 - 1862). Advogado, diplomata, estadista, jornalista. Encarregado em 3 oportunidades da Presidência da República. Ministro de Relações Exteriores de Colômbia (1821), conseguiu reconhecimento internacional dos E.U.A. e da G-B (1822 e 1825, respect.), assinou os tratados de Amizade, Navegação e Comércio com E.U.A. (1824) e Inglaterra (1825), in: *DHV-FP*. Picón (1999), pp.83-85.

com o governo de Washington ou entre Gual e outros ministros revolucionários com personalidades daquele governo, Serra, firme na intenção de reforçar com factos seus relatórios sobre a relação oficial entre estas partes, indica que *não é improvável que alguma haja, mas com extrema prudência da qual esse gabinete não obstante as aparências é tão capaz como qualquer outro, mal que esta correspondência exista ou não, basta o numero desses rebeldes intrometidos em uma nação para excitar uma notável irritação*⁹¹².

Com estas palavras, escritas em Abril de 1817, Serra alertava sobre uma situação que compelia à Corte portuguesa entrar em contacto com os venezuelanos; tratava-se da intenção, comprovada entre os líderes venezuelanos, de projetar expedições para exportar os seus desejos libertadores para toda a América. A notícia de Serra veio quando já estava claro o sucesso da campanha militar para ganhar a Guayana. Esta campanha realizada pelos patriotas, a partir de 1816, permitiu-lhes ficar na posse de uma região de grande riqueza económica e de fácil saída para Trinidad, o Mar das Caraíbas e o Atlântico, pelo rio Orenoco. Além disso, a apreciação de Serra justificava-se no apoio que os patriotas venezuelanos tinham conseguido em Porto Rico, Haiti, Santo Domingo, na ilha holandesa de Saba, Trinidad e outros territórios, além das óbvias declarações de Hispanoamericanismo de Bolívar, na Carta de Jamaica, em 1815.

A neutralidade portuguesa podia servir até ao momento de ver os expedicionários baterem à porta para oferecer projetos de liberdade que o governo português não tinha pedido. Mas era necessário prever essas visitas e outros contactos inconvenientes. Os factos, segundo Serra, falavam por si só dos danos que causava ao comércio português a neutralidade da Corte face à causa revolucionária dos vizinhos contra a opressão política e económica das potências europeias. Serra exemplifica-o, primeiro de maneira geral, ao referir-se aos piratas de diferentes bandeiras que, revoltados contra Espanha e com tripulação composta de renegados de todas as nações, circulavam livremente.

A seguir, as suas notas tornam-se mais específicas. Com esta especificidade, ressalta o eco que projeta a causa emancipadora venezuelana na zona caribenha através da empresa acometida pelo escocês sir Gregor MacGregor que, para sobressalto de Serra, tinha prestado serviço a S. M. Fidelíssima em Portugal. Este oficial inscreveu-se no exército libertador em 1813 e desde 1817 atuava como agente venezuelano. Debaixo desta égide, contratou mercenários e efetuou três expedições contra possessões espanholas no Mar das Caraíbas. A primeira destas foi a invasão da Florida, que é referida pelo Ministro

⁹¹² ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De J. F. Correia da Serra para Marqués de Aguiar. Of. 6. Baltimore, 3-04-1817.

português: *Ali se apoderou da ilha de Amelia que tem um bom porto e estabeleceu um pretendido almirantado para condenar presas.* Nessa atividade de comando, fazia-se chamar *general por comissão das repúblicas de Caracas, Buenos Aires, México e Chile, e a primeira coisa que fez foi confiscar um navio português*⁹¹³.

MacGregor acabou por conseguir liberar este navio. No entanto, a notícia não acalmou a preocupação de Serra sobre os rumores que envolviam a Coroa Portuguesa e a sua segurança associadas à revolta de Pernambuco no contexto sedicioso do momento. O temor ao contágio insurgente, verificado nos meios portugueses em Inglaterra, volta assim a verificar-se nos Estados Unidos, desta vez na correspondência oficial a indicar o combate entre as *falsidades que os revolucionários espalharão* e os desmentidos do Governo⁹¹⁴.

Numa longa missiva, datada em Setembro de 1818, Serra demonstrava a sua função de relator político e, no económico, limitava-se a informar a situação das representações e das atividades realizadas em nome de seu ministério. Neste dualismo de funções Serra esclarecia a sua posição de diplomata porque *aos cônsules e não aos ministros compete aparecer em tribunais e sobretudo em negócios de comércio*⁹¹⁵. Tocava pois aos cônsules justificar a existência dos consulados mediante a defesa do comércio e remeter relatórios que reiteravam o problema da navegação mercante. De facto, baseado nos processos por ele recolhidos sobre este último aspeto, o Ministro afirmou, em 1818, que o comércio português padecia devido aos navios apresados e conduzidos, entre outros destinos no Mar das Caraíbas, à ilha de Margarita.

Serra interessava-se sobremaneira pelo aspeto político camuflado nestes apresamentos e negócios corsários, em particular porque se encontrava inabilitado para tratar pessoalmente nos Estados Unidos com os agentes oficiais das repúblicas americanas reconhecidos, porém, num restrito círculo diplomático em Filadélfia que caracterizava como *conciliábulo organizado de revoltos*⁹¹⁶. Deste ambiente, frequentado por revolucionários de todas partes da América e por fugitivos pernambucanos, Serra via surgir uma conspiração contra o Brasil que partiria do interior da Venezuela para seguir através

⁹¹³ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Correa da Serra para Secretariado de Negócios Estrangeiros (SNE). Of. 8. Filadélfia, 25-07-1817. As outras duas invasões de MacGregor foram em Portobelo, Panamá, e Rio Hacha, em Nueva Granada. Rodríguez, Moisés Enrique (2007), «Los mercenarios de la libertad: voluntarios británicos en las guerras de independência de América Latina» in: *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid, Tomo CCIV, N° 1, Janeiro-Abril 2007, pp.29-44, 32-34

⁹¹⁴ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Correa da Serra para SNE. Of. 9. Filadélfia, 30-8-1817.

⁹¹⁵ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Correa da Serra para Vila Nova Portugal. Of. 17. Filadélfia, 16-09-1818.

⁹¹⁶ Chacón (1985), p.67.

dos canais fluviais de comércio interior entre os dois territórios. Seus temores baseavam-se em informações recolhidas sobre o embarque dos dois luso-brasileiros na fragata *Hebe*, em Abril de 1818: os irmãos Abreu e Lima, que foram acompanhados a bordo por dois chefes rebeldes. Um deles foi António Gonçalves da Cruz e o outro foi um militar venezuelano, que Serra identifica como irmão do general Juan Bautista Arismendi⁹¹⁷.

O Ministro Serra dava ouvidos aos comentários públicos que circulavam à volta deste grupo e, como conclusão, depois de confirmar os rumores mais inquietantes, desaprovava a viagem com determinação. A preparação da travessia não era secreta, ao contrário, os organizadores tinham divulgado, com ostentação, que aos jovens luso-brasileiros foram outorgadas patentes do exército libertador e que o destino da viagem era um porto no Orenoco, no interior da Venezuela, em comunicação com o porto nos Estados Unidos. Por outro lado, e mais importante ainda, *Americanos de juízo* asseguravam que havia um plano de comunicação com o interior do Brasil. Fazendo gala de seu conhecimento histórico-político dos tratados limítrofes entre Espanha e Portugal, o Ministro português advertia *a celebre navegação do Casiquiare que comunica por águas bem navegáveis o Orinoco, com o Rio Negro, e por este com o das Amazonas e por onde há setenta ou oitenta anos as canoas e embarcações portuguesas e castelhanas vieram a encontrar-se*⁹¹⁸.

Chama a atenção o facto de Serra, que era um homem de ciência, não juntar aos seus comentários à experiência exploradora de outro homem de ciência da sua época e seu amigo: Alexander von Humboldt que navegou, na companhia de Aimé Bompland, por toda a região no ano 1800 e publicou as notas do périplo na compilação *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent*, em folios desde 1805⁹¹⁹. É difícil, ainda que não impossível de conceber, de perceber esta falta de menção de uma obra que constituía uma boa justificação para os temores de um homem tão ilustrado como Serra e só teria explicação na lentidão das comunicações com as consequências que tal demora podia trazer.

⁹¹⁷ Cruz, *emissário da rebelião de Pernambuco, tinha ligação com o partido de Henry Clay*, membro e porta-voz da Câmara de Representantes do Congresso de Estados Unidos. Bourdon (1975), p.317.

⁹¹⁸ ANTT MNE. Leg Washington, Cx 552. De Correa da Serra para Vila Nova Portugal. Of. 17. Filadélfia, 16-09-1818. Serra tinha razão para pensar neste projecto e devia contar com a presença de outros luso-brasileiros exilados em Caracas, como era o caso também de Natividade Saldanha, secretário da Junta de Pernambuco, que depois se encontrou com Abreu e Lima. Portillo (1983), p.30. Mello, Evaldo Cabral de (Comp.) (2001), *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo, Editora 34 Ltda, p.46.

⁹¹⁹ «José Francisco Correia da Serra papers, 1772-1827» in: *American Philosophical Society*. (Consulta: 27-09-2012-<http://www.amphilsoc.org/mole/view?docId=ead/Mss.B.C81.1-ead.xml>). «Bompland, Aimé» (Francia, 1773 - Uruguay, 1858). Botânico, explorador, médico, in: *DHV-FP*.

A falta de informação do acontecido em outros lugares levou a Serra a tirar conclusões parciais sobre a atitude dos revolucionários venezuelanos em relação a Portugal. No carácter destas conclusões influíam os ataques contra o comércio português, o uso da comunicação interior, a amizade política dos revolucionários e também a suposta inimizade com a Coroa portuguesa. A realidade na América do Sul era algo diferente dos planos imaginados por Serra. O general José Antonio Páez fez constar esta distinção na sua *Autobiografia* quando ordenou a uma parte de suas tropas que empreendesse a guerrilha contra os espanhóis acantonados no distrito de Rio Negro e ganhasse esta região para a causa patriota. A campanha exigiu operações próximas da fronteira sul da ex-capitania geral da Venezuela com espanhóis a abandonar o território, facto que motivou um intercâmbio de correspondência entre o caudilho venezuelano e o governo de Brasil, em 1818, onde se declarava o respeito mútuo. A intenção de Páez era evidente: expulsar os realistas espanhóis estabelecidos na Província de Guayana, intenção alheia por completo a qualquer ingerência em assuntos da soberania portuguesa⁹²⁰. Posteriormente, em 1821, Simón Bolívar ratificou este respeito mediante a decisão de enviar um ministro plenipotenciário ao Rio de Janeiro⁹²¹.

Ao transferir as suas próprias lucubrações à Corte portuguesa, Serra cumpria, no entanto, com o dever de informar sobre todos os pormenores que pudessem afetar a segurança da Coroa e do Reino. O Diplomata expunha um julgamento condicionado, umas apreciações baseadas no que acontecia em seu redor e em pessoas previamente identificadas de *revoltos* fora da lei, o que mostra a sua indisposição contra os representantes do movimento anti-espanhol. Mas, também é verdade que tanto Serra como estes revoltos encontravam-se condicionados pela geografia. Eles estavam distantes de seus centros dirigentes e investidos com certa liberdade de ação e de expressão, propícia a emitir opiniões próprias segundo as circunstâncias e, por vezes discordantes, das instruções que tinham recebido. Na opinião do Enviado português nos Estados Unidos, existia a hipótese de que *se toda a massa desta gente está nos interesses de Bolívar, isto faz crer que ele nos não é afeiçoado*⁹²². Para agravar o alerta, Serra tinha referido que quando as gazetas do partido dessa gente anunciou vitórias pretendidas de Bolívar, disseram logo com jactância que o sistema monárquico no Brasil ficava ao descoberto, atitude que fundamentava seu antagonismo contra o líder venezuelano.

⁹²⁰ Páez, José Antonio (1867), *Autobiografía*. Nova Iorque, Hallet & Breen, pp.126-127. Portillo (1983), p.17.

⁹²¹ Portillo (1983), p.27.

⁹²² ANTT MNE. Leg Washington, Cx 552. De Correia da Serra para Vila Nova Portugal. Of. 17. Filadélfia, 16-09-1818

Ainda que carentes de uma visão geral, estes aspetos eram suficientemente válidos para serem considerados pela Secretária de Negócios Estrangeiros e, a partir deles, elaborar os ajustes necessários na política externa da Monarquia portuguesa em relação aos americanos espanhóis. A correspondência consular portuguesa enviada durante estes anos de Filadélfia dá para ilustrar a imagem, real e representada, da Corte do Brasil entre agentes americanos nos Estados Unidos; uma campanha lesiva contra a Corte no Brasil que seus diplomatas mediavam sem maiores indícios de uma manobra mediática oficial para enfrentá-la, ao estilo da acometida em Londres. É oportuno destacar que ambas as cidades se tinham transformado em sedes propagandísticas para a causa revolucionária e nos seus principais centros de fornecimento.

Filadélfia foi conhecida de maneira especial por se ter constituído no foco editorial mais importante na América do Norte. Segundo um estudo do historiador Pedro Grases, *ahí acuden tanto como agentes diplomáticos, cuanto como emigrados y conspiradores*⁹²³. Nos anos do Ministério de Serra nos Estados Unidos, os venezuelanos foram em particular muito produtivos relativamente à literatura política e a obras de estratégias, em especial a favor do liberalismo económico e contra o absolutismo político. Em 1816, foi divulgado um escrito significativo: *An exposition of the commerce of Spanish America with some observations upon its importance to the U.S.*, de Manuel Torres y Trujillo, uma conferência que incitava os estadunidenses a fomentar o comércio com América; e no mesmo ano foi conhecido um *Programa de acción política quijotesca encaminada a la conquista de la Florida*, escrito por Pedro Gual, venezuelano que planeou com Macgregor a invasão da ilha de Amalia para enfraquecer o comércio de Espanha com Cuba.

Ao concluir-se o ano de 1817, Juan Germán Roscio já tinha oferecido duas obras ao público: *Triunfo de la Libertad sobre el despotismo* e *Homilia del Cardenal Chiaramonti, Obispo de Imola, actualmente Sumo Pontífice Pío VII*, publicações que de uma maneira particular atentavam contra o absolutismo, a monarquia e se opunham à ideia de que ser republicano era pecado. Em 1818, na editora do irlandês Mathew Carey, aparece também *Spanish America and the United States; or Views of the actual commerce of the United States with the Spanish Colonies*, um compêndio de dados relativos à Costa Firme que dava a perspetiva político-económica de Torres e apresentava ao resto de Europa uma visão do potencial americano que deixava em mãos dos estadunidenses⁹²⁴.

⁹²³ Grases, Pedro (1981), *Preindependencia y emancipación: protagonistas y testimonios*. Caracas, Seix Barral, p.442.

⁹²⁴ Grases, Pedro (1973), «Dos viajeros a la Gran Colombia en 1822-1823: William Duane y Richard Bache», in: Amster, Mauricio (Edit) (1973), *Homenaje Guillermo Feliú Cruz*. Santiago de Chile, BCN, pp.199-217,

Apesar desta presença editorial, não se constatou maior interesse de Serra por estas publicações, ainda que na sua correspondência refira aspetos e factos contemplados nas mesmas ou empreendidos por seus autores. Mesmo assim, Serra temia o contágio político dos brasileiros em Filadélfia. Este temor procedia, não tanto da leitura em si da literatura política produzida pelos revoltos venezuelanos, mas da opinião que a sociedade estadunidense pudesse criar sobre estes assuntos e da influência desta opinião, segundo o Ministro, formada a partir das mentiras e falsidades que os revolucionários espalharão ou do que eles disseram *com jactância* às elites políticas em Washington. Serra considerava ser seu dever alertar aos cônsules sobre a concentração dos chefes dos emigrantes rebeldes espanhóis em Washington, incluindo a presença do luso-brasileiro Cruz entre estes, o qual chegou acompanhado de Roscio, o *mais famoso mexedor dos rebeldes de Venezuela*. Entre todos *estavam meditando algum golpe por meio do sobredito Mr. Clay*, por não falar do reboque de navios portugueses apresados por barcos corsários para Margarita, Haiti e S. Bartolomeu, que era outro assunto inquietante⁹²⁵.

De certa maneira, a preocupação de Serra levava implícita a preocupação de que tal estado de coisas afetasse a relação de Portugal com Estados Unidos ou o comércio do Brasil devido a qualquer possível participação de luso-brasileiros em alguma empresa quixotesca preparada em portos estadunidenses ou, então, por efeito da promoção da produção e do comércio das ex-colónias espanholas em detrimento da América portuguesa. O medo de Serra perante possíveis campanhas subversivas em comum acordo de brasileiros e venezuelanos adquiriu um novo cariz no final de 1818. Nessa altura, a campanha patriota pela reconquista do oriente de Venezuela avançava a partir da Província de Guayana e consolidava-se a Terceira república. O domínio sobre esta região motivou o regresso de muitos revolucionários refugiados em Estados Unidos, entre eles partiram em meados de ano, de Filadélfia para Margarita, via a ilha de S. Tomás, Luisa Cáceres de Arismendi e seu guarda-costas, o coronel Luis Rieux.

A história dos períolos dos revolucionários exemplifica a interligação de portos no Atlântico devido tanto aos comboios marítimos como à navegação corsária. Um aspeto que Serra demonstra ter conhecido. O périplo da venezuelana Cáceres de Arismendi é um destes casos. A história inicia-se com a sua apreensão em Margarita e o seu traslado a La Guaira, onde segue com o testemunho da sua aventura marítima transatlântica. Numa

209-211. «Roscio, Juan Germán» (Venezuela, 1763 - Colombia, 1821). Advogado, jornalista, político. Um dos principais ideólogos do movimento da independência de Venezuela, in: *DHV-FP*.

⁹²⁵ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Correia da Serra para João Paulo Bezerra. Of. 11. Washington, 5-02-1818; De Correia da Serra para Vila Nova Portugal. Of. 18. Washington, 3-12-1818.

primeira travessia, o traslado é prova do tráfico que, navegando entre La Guaira e os portos espanhóis, passava perto das Açores. Em efeito, Cáceres de Arismendi foi enviada a Cádiz, mas no percurso, um corsário atacou o barco onde ela viajava, apoderou-se da carga e abandonou todos os passageiros na ilha de Santa Maria. Logo, resgatada por outro navio, seguiu viagem e foi posta em prisão no porto gaditano. Numa segunda travessia, sua fuga de Cádiz, em Março de 1818, para Filadélfia liga Espanha aos Estados Unidos e à Venezuela, quando viajou acompanhada de Rieux⁹²⁶.

Serra dedica-se de forma geral aos expedientes dos corsários de todas as nações, que lançados contra navios portugueses deviam ser solucionados junto do Governo dos Estados Unidos. No entanto, no que diz respeito aos revolucionários venezuelanos, ocupa-se com dedicação em seguir as suas impressões nos corredores estadunidenses, nas suas viagens e nos planos políticos contra a Monarquia na América. Assim, o Ministro português tanto reporta as reuniões que com frequência realizavam em Washington, Lino de Clemente e Palácios, Manuel Torres e outros, com o secretário do general William Lettermand; como documenta a viagem de retorno a Caracas de Roscio e Gual *para consolidarem de uma vez a república de Venezuela, que pela sua situação servirá de apoio as outras que projetam nos arredores*⁹²⁷.

Estas personagens tinham um maior peso político que outros, como Luisa Arismendi e o legionário Rieux, por exemplo. Como estratégia de espionagem informativa, Serra preferiu concentrar-se nos líderes experimentados em façanhas militares e diplomáticas, que representavam um problema real. Este era o caso de Roscio, Gual e Lino de Clemente e Palácios. Este último se chama *Ministro da República de Venezuela*, segundo indica o Diplomata português deixando transparecer uma certa afetação no comentário, que pode estar baseada no passado de Clemente, pois o *revolto* hispano-venezuelano era um exemplo, junto com os outros agentes venezuelanos nos Estados Unidos, da instrução, do academicismo e da civilidade que aspiravam e que tinham procurado na Europa as elites americanas espanholas agora antagónicas às metrópoles⁹²⁸.

⁹²⁶ «Cáceres de Arismendi, Luisa» (Venezuela, 1799 - 1866). Esposa do almirante revolucionário Juan Bautista Arismendi. Foi levada prisioneira com destino a Cádiz o dia 3-12-1816; in: *DHV-FP*.

⁹²⁷ ANTT MNE., Leg. Washington, Cx 552. De Correia da Serra para Vila Nova Portugal. Of. 19. Washington, 2-01-1819.

⁹²⁸ «Clemente e Palácios, Lino de» (1767-1834). Formou-se na marinha espanhola, combateu contra corsários nas regências norte-africanas e na proteção de frotas de índias, entrando inclusive em águas das Açores. Cunhado de Simón Bolívar. 1º Secretário de Guerra e Marinha da Venezuela (1810). Viajou aos Estados Unidos para adquirir armas e munições e logo como Ministro plenipotenciário em E.U.A (1817-1818) mas não foi reconhecido. Organizou a *Junta de diputados de la América libre residentes en Estados Unidos*, que interferiu no reconhecimento da Venezuela devido ao mal-estar causado no presidente James Monroe e o

O *lobby* político dos revolucionários na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a asfixia de recursos em Espanha, a reconquista da providencial Província de Guayana pelo exército libertador, eram fatores que indicavam o progresso do movimento independentista na ex-Capitania General de Venezuela. Além disso, outro facto confirma a estratégia informativa do Ministro Serra e a consolidação da República: a celebração do Congresso de Angostura em Fevereiro de 1819, no qual surge a Gran Colômbia como prova, a escala regional, do ideário colombiano do general Francisco de Miranda e da unidade nacional do *Mundo Nuevo* que Simón Bolívar tinha expressado na sua *Carta de Jamaica*, em 1815. Com a Gran Colômbia, a confederação americana sonhada pelos venezuelanos aparecia como um projeto de união política possível capaz de impulsionar a região ao nível das grandes potências.

O projeto político tomava consistência, a consolidação económica viria a seguir. Mas, de facto, a exportação de matérias-primas para Europa já estava anunciada o que significava, a concorrência aberta aos produtos coloniais portugueses e brasileiros, num comércio direto entre as novas repúblicas e os principais mercados europeus e estadunidenses. Alias, a rota de Filadélfia com destino a um porto no interior do rio Orenoco constituía já uma clara advertência da necessidade de políticas voltadas para o futuro. Todas estas projeções foram referências suficientes para persuadir Portugal, bem como ao resto das nações, de que a vitória se inclinava para os revolucionários; portanto, Portugal e o mundo teriam de pactuar com eles, teriam de pactuar com o governo instituído na Colômbia e reconhecer a república.

Um destes convencidos foi Silvestre Pinheiro Ferreira, estratega precavido que tentou conciliar os negócios externos da Corte Portuguesa com os dos seus vizinhos, nomeadamente os de Brasil e os de Espanha, quando a situação interna exigia ao Monarca uma revisão e transformação de estrutura do Reino Unido de Portugal. Assim, o Secretário Pinheiro Ferreira aproximou-se dos governos republicanos americanos consciente do risco político que enfrentava com Espanha. Sua intenção de resolver este impasse fica refletida em documentos com sua assinatura, na altura em que está em marcha o regresso da Corte a Lisboa. Nestes papéis aprecia-se o plano posto em prática pela política externa portuguesa de maneira a manter a melhor relação com Espanha, mas mostrando também sua simpatia pela causa não só de Buenos Aires mas também da América espanhola toda.

secretário John Quincy Adams. Em 1819, foi substituído pelo comerciante espanhol a favor da independência, Manuel Torres, com quem o Governo de Estados Unidos assumiu uma atitude mais complacente, in: *DHV-FP*. «Torres, Manuel» (Espanña, 1764 - Estados Unidos, 1822). Comerciante, diplomata, jornalista, político. Ideias republicanas. Ministro de Venezuela em Washington (1819) e de Colômbia (1822). Primeiro agente das Repúblicas independentes da América reconhecido pelos E.U.A., in: *DHV-FP*.

Neste sentido foram emitidas instruções para Juan Manuel Figueiredo quando este foi nomeado agente da Coroa portuguesa em Buenos Aires⁹²⁹. Por extensão do significado desta nomeação, Portugal reconheceu em 1821 os governos das jovens repúblicas americanas. O ato diplomático foi comentado nas altas esferas políticas venezuelanas e pelos líderes da revolução de Caracas, entre eles Simón Bolívar, Pedro Gual e Carlos Soublette, por exemplo; e mereceu a direção de *una misión en forma a esa Corte*, como expõe Daniel Florencio O'Leary⁹³⁰. Anos depois, Francisco de Paula Santander celebrou o facto que *su majestad fidelísima el rey de Portugal ha abierto la puerta en Europa al reconocimiento de los gobiernos americanos*, na *Memória* que apresentou como vice-presidente da Gran Colômbia ao Congresso de 1823⁹³¹, quando já se encontrava mais calma a tensão entre Lisboa e Madrid por causa desta nomeação diplomática.

Efetivamente, a ação de Pinheiro Ferreira não tinha sido um ato inocente. A resposta espanhola imediata foi uma reclamação formal perante este reconhecimento unilateral sem precedente em nenhuma potência, incluídos os Estados Unidos. A alusão a este país corrobora o seguimento por parte de Madrid das atividades dos agentes venezuelanos e a atenção que Portugal, na pessoa do ministro Serra, tinha dispensado a Manuel Torres. Uma vez nomeado encarregado de negócios da Gran Colômbia nos Estados Unidos, Torres empreendeu a campanha pelo reconhecimento, o que conseguiu apesar de alguma demora: entre Fevereiro de 1821 e Abril de 1822, o governo estadunidense admite-o officiosamente como agente diplomático e logo oficialmente. O reconhecimento oficial de Colômbia, a pedido de Monroe ao Congresso, teve lugar em 8 de Março e no dia 19 de Junho de 1822, Torres foi recebido pelo presidente James Monroe em cerimónia oficial celebrada em

⁹²⁹ ANTT MNE. Cx.73, Mç.1, Doc.36. De Pinheiro Ferreira para Governador e Capitão Geral da Província de Buenos Aires. Rio de Janeiro, 16-04-1821. Cópia enviada ao Congresso de Portugal a 24-12-1821, para deliberação sobre a ocupação da Banda Oriental; e Doc. 37, «Instruções de Pinheiro Ferreira para João Manuel de Figueiredo na comissão com que parte de esta Corte como Agente junto dos Governos de Buenos Aires e demais províncias do Rio da Prata». O cargo ficou temporariamente vazio desde a morte repentina de Figueiredo em Agosto de 1821.

⁹³⁰ «Soublette, Carlos». (Venezuela, 1789 - 1870). Diplomata, militar, político. Ministro Plenipot. em Inglaterra e Espanha para pedir reconhecimento da Venezuela (1835 e 1836). Presidente da República (1836-1839 e 1843-1847), in: *DHV-FP*; Picón (1999), pp.110-114. O'Leary, Daniel Florencio (1981), *Memorias del general O'Leary*. Caracas, Ministerio de la Defensa, Tomo XIX, pp.204-206. «O'Leary, Daniel Florencio» (Irlanda, 1801 - Colombia, 1854). Diplomático, escritor e militar. Participe em grandes projetos de integração continental, de reforma social e de estabilidade política. Em 1834, foi secretário da missão ante as cortes de Londres, Paris e Madrid para o reconhecimento de Venezuela por Espanha, in: *DHV-FP*.

⁹³¹ Planas-Suárez (1918), p.7. Acosta Saignes (1959), p.70. Machado Rivero (1966), p.5. Bessa (1994), pp.110-112. López, Javier O. Ocampo (1989), *Santander y el Congreso de 1823: actas y correspondencia*. Bogotá, Fundación Francisco de Paula Santander, p.303.

Washington formalizando. Assim, as relações diplomáticas com a Gran Colômbia⁹³², praticamente um ano após o envio de João Manuel de Figueiredo a Buenos Aires aonde tinha chegado no dia 25 de Julho de 1821.

Pinheiro Ferreira foi precavido, por partida dupla, ao pensar numa retaliação espanhola face a este ato precursor, tendo, por isso, prevenido o Encarregado de Negócios de Portugal na Corte de Madrid, Manuel de Castro Pereira, sobre o eventual protesto espanhol para o qual a sua Secretária de negócios estrangeiros já tinha dispostas as respetivas desculpas, explicações e razões da Coroa Portuguesa, a julgar pela prontidão de sua resposta uma vez notificado do protesto⁹³³. Com esta resposta diplomática da Coroa Portuguesa, esperava-se, por um lado, manter a amizade e a boa harmonia entre os dois governos e, por outro, consolidar as instituições análogas que regiam as duas potências⁹³⁴.

Não obstante, o intercâmbio de notas, Pinheiro Ferreira fazia questão do estabelecimento de relações políticas e comerciais com os revolucionários americanos. De facto, nos começos do ano de 1822, envia instruções ao Encarregado de Negócios de Portugal junto do Governo dos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para acercar-se aos agentes das jovens repúblicas ali acreditados com esse objetivo. As instruções giravam, de maneira especial, em torno do estabelecimento de relações comerciais com o Haiti e a Colômbia, bem como do reconhecimento da independência desta última república⁹³⁵.

Francisco Solano Constâncio é o mesmo articulista que em Londres frequentava os mesmos círculos em que participavam também figuras liberais e revolucionárias, como Hipólito José da Costa ou Francisco de Miranda junto com outros venezuelanos e americanos. Graças a este contacto pessoal, o articulista surgia como o instrumento ideal da política externa para levar a cabo os planos de Pinheiro Ferreira de aproximar-se dos líderes das jovens nações americanas. De resto, a sua nomeação nos Estados Unidos aportou-lhe outra vantagem: a proximidade dos portos, onde se realizava um grande número de

⁹³² «Torre y Trujillo, Manuel», in: *DHV-FP*. Cf.: Bowman Jr., Charles H. (1970), «Manuel Torres, a Spanish American Patriot in Filadélfia, 1796-1822», in: *The Pennsylvania Magazine of History and Biography*. Filadélfia, N° XCIV, pp.26-53. Bowman ____ (1968), «The Activities of Manuel Torres as Purchasing Agent, 1820-1821», in: *Hispanic American Historical Review*. N° 48, Maio-1968, pp.234-245.

⁹³³ ANTT MNE. Leg. Espanha, Cx37, Mç1. Of. de Manuel de Castro Pereira para S. P. Ferreira. Madrid, 20-11-1821. Of. de S. P. Ferreira para Castro Pereira. Lisboa, 5-12-1821. «Sousa, Manuel de Castro Pereira de Mesquita Pimentel Cardoso e» (Castro Pereira, Manuel de) (1778-1863). Rico proprietário. Embaixador em Madrid (1821-1836?) Ministro dos Negócios Estrangeiros (1837) com intervenções na Assembleia. Mónica (2004), Vol. III (N-Z), pp.850-851.

⁹³⁴ Cf.: correspondência entre Manoel de Castro Pereira e S. P. Ferreira, in: Bessa (1994), pp.105-118.

⁹³⁵ ANTT MNE, Leg. Washington, Cx 77, Of. de S.P. Ferreira para F. S. Constâncio. Lisboa, 11-02-1822.

atividades comerciais estabelecidas pelos governos daquelas jovens nações, bem como a proximidade das cidades onde ficavam os americanos espanhóis nas suas viagens ao Norte, que além de Washington, Filadélfia e Nova Iorque, eram: Boston, Baltimore, Charlestown e Norfolk, cidades portuárias viradas para o Atlântico, e New Orleans, aberta sobre o Golfo de México e o Mar das Caraíbas, nas que Portugal abria consulados em Maio de 1822, como estratégia para fomentar seu comércio⁹³⁶. Constâncio seria então um diplomata em capacidade de ganhar a confiança de líderes políticos, comerciantes e outros residentes hispano-americanos na Costa leste.

Já desde o início das suas funções, Constâncio tinha assim três tarefas a realizar: a correspondente à sua nomeação junto a Washington e as suplementares a serem empreendidas em contacto com os representantes de Haiti e Colômbia. No que respeita à primeira, tocava-lhe avaliar a relação de força de Estados Unidos em relação a Europa. Sobre este país, e segundo o estado de caos em que a situação americana ainda se encontrava, Portugal só poderia formar uma aliança defensiva com os Estados Unidos, baseada na força deste país para defender os seus direitos. Porém, essa aliança por modo nenhum lhe convinha. Mas ao ver Portugal no contexto geral americano, o Diplomata português pressupunha as relações com as jovens repúblicas baseadas nas debilidades comuns e que estas relações *podem e devem conduzir daqui a tempos a alianças defensivas entre todas as Potencias que governadas constitucionalmente, tem que ligar-se contra os Estados despóticos, inimigos irreconciliáveis da liberdade*⁹³⁷.

Para realizar as duas últimas funções, o Diplomata português ponderou primeiro o que significava sua tarefa em função da tensa situação política - ideológica europeia e, em particular, das relações de Portugal com a Santa Aliança e Espanha. Para ele, o contacto de agentes de repúblicas independentes ainda não reconhecidas pela sua metrópole era um assunto delicado, pois no meio da situação portuguesa a respeito dos gabinetes da Europa, Espanha erguia-se como o único baluarte, sem o qual Portugal teria sido invadido pelas tropas da Santa Aliança. Em consequência, evidenciando o seu grau de consciência sobre a fragilidade e as limitações do poder nacional do Reino Unido português, Constâncio considerava *essencial e urgentíssimo* a conclusão de uma liga defensiva com a Espanha a fim de evitar o isolamento com o reino vizinho e a separação de Brasil, já que na salvaguarda destes aspetos relacionados com a segurança e a alta política a Corte poderia evitar a contínua redução dos limitados recursos internos. Desta forma, os condicionalismos

⁹³⁶ Resolução das Cortes de 4-5-1822. Brandão (1995), p11.

⁹³⁷ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 2, Londres, 25-03-1822.

inculcam em Solano Constâncio à obsessão política por Espanha e Brasil ao mesmo nível da obsessão atribuída aos comerciantes portugueses por estes dois países como destino de suas exportações.

A liga defensiva proposta tinha um alcance geopolítico descomunal tanto pela localização da Península Ibérica e a circunscrição de suas costas a decisões políticas centralizadas como pela situação no que diz respeito ao comércio de Portugal com Brasil e da Espanha com as jovens repúblicas quando fosse restabelecido a ordem política. Baseado no seu conhecimento, Solano Constâncio alertava sobre este alcance e a possível intervenção das grandes potências, às quais não convinha um tal engrandecimento na balança política da Europa. No seu entender, bastava ver em regiões da América espanhola, como Buenos Aires, *os dissabores (...) e outros mais infaustos incidentes que se têm sucessivamente suscitado para embaraçar a única aliança que, no estado atual político da Europa, pode oferecer-nos esperança*⁹³⁸.

Voltando agora os olhos para a América, o continente convertia-se num padrão de referência económica na opinião de Constâncio, que ao pensar desta maneira justificava de passagem o objetivo das instruções de Pinheiro Ferreira. Com a situação política europeia e os condicionalismos de Portugal em mente, o Ministro encarregado procedeu de forma a dar cumprimento às suas ordens não sem verdadeiro entusiasmo já que via *mil vantagens presentes e futuras em estreitar os laços de amizade com os Estados Unidos e em principiar quanto antes a estabelecer relações amigáveis e comerciais com todos os Estados que foram espanhóis e cuja independência existe hoje de facto*⁹³⁹.

Em quanto ao Haiti, considerou oportuno: primeiro, mandar um agente confidencial e sem *caráter ostensivo*. Este papel foi dado a Henrique Guilherme Schmitz⁹⁴⁰; segundo, Constâncio estimou conveniente *viver em boa harmonia com uma ilha tão importante (...) em estado de civilização progressiva*. Esta convivência era *ponto mui delicado para o Brasil, por muitos princípios*, entre estes conta-se o facto de Haiti possuir já marinha militar e um governo que *tem intuítos de libertar os seus compatriotas escravos em todas as colônias*, o que poderia trazer nefastas consequências para o sistema de produção brasileiro.

Uma vez delegada a missão de Haiti, Constâncio dedicou-se pessoalmente aos assuntos de Colômbia, dos quais fez gala de conhecimento e, inclusive, enviou projeções das atividades dos colombianos para Portugal. Quase no final do longo ofício enviado de

⁹³⁸ *Idem.*

⁹³⁹ *Idem.*

⁹⁴⁰ Santos Freixinho (1995), p.87.

Londres, em Março de 1822, antes de embarcar para os Estados Unidos, Constâncio refere a sua relação e uma conferência com Francisco Antonio Zea em Paris. Nesta, o Ministro Plenipotenciário colombiano mostrou, por um lado, a sua disposição para aconselhar ao Governo de Colômbia o envio de um agente com carácter diplomático, não ostensivo, para Portugal e, por outro lado, o desejo de ver realizada uma ação recíproca com a nova República. Na proposta de intercâmbio de agentes, Constâncio não esperava encontrar a menor dúvida em executar um plano tão útil à Nação⁹⁴¹.

Liberal em seus princípios, intelectual inquisitivo por formação e atividade jornalísticas, ao referir-se a este encontro, o Ministro português traz à consideração uma exigência que considerava fundamental para fomentar os interesses de Portugal: escolher pessoas competentes e versadas em comércio para dinamizar as missões e os serviços de informação consular. Este era, precisamente, o trabalho que o Congresso da Venezuela tinha encomendado a Zea, de maneira acertada, devido a sua formação no Seminário de Popayán, instituto de altos estudos em onde se ensinavam as novas ideias da Ilustração, e na Universidade de Madrid. Além disso, a aproximação de Zea a Solano estava marcada pela referência circunstancial dos factos revolucionários de Espanha, em 1808, que encontraram a Zea em Madrid, ocasião e lugar em que o Venezuelano manifestou a sua simpatia pelo partido dos afrancesados. Este era um pormenor que o acercava à história pessoal de Solano e, por conseguinte, era oportuno para criar empatias. Indivíduos com estas habilidades colheriam as luzes prévias e necessárias à assinatura de tratados e convenções. No caso da proposta do embaixador Zea, tirar-se-ia partido da nomeação de agentes e os governos *saberiam sobre que bases se deveriam fazer convenções comerciais*, bases que seriam *a pedra fundamental de uma liga verdadeiramente Santa e Liberal com toda a América, que um dia não mui distante será a primeira parte do mundo*⁹⁴².

Constâncio também demonstrou a vantagem estratégica na relação com o governo colombiano no caso de uma possível guerra marítima. Nesta, a Coroa portuguesa poderia recorrer ao emprego de corsários com bandeira portuguesa com o intuito de causar grande detrimento à marinha mercante dos inimigos, prejuízo que seria maior trás ter estabelecido relação com a Gran Colômbia e mais repúblicas americanas, além das que Portugal tinha já com os Estados Unidos. Estas linhas de combate são uma evidente alusão tanto à marinha e

⁹⁴¹ «Zea, Francisco Antonio» (Colômbia, 1766 - Inglaterra, 1822). Diplomata, jornalista, naturalista, político. Presidente do Congresso de Angostura (1819). Missão diplomática junto a Vaticano, Grã-Bretanha, Suécia, Holanda e França, facultado para nomear diplomáticos residentes ou extraordinários nas nações que reconhecessem a independência de Colômbia. *DHV-FP*. ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De F. S. Constâncio para S. P. Ferreira. Of. 2, Londres, 25-03-1822.

⁹⁴² ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 2. Filadélfia, 6-10-1822.

a Corte de almirantado constituídos pelo Almirante Brión, em Margarita, como à construção e abastecimento de navios corsários na Costa leste estadunidense.

A navegação e o comércio portugueses surpreendê-lo-ão, no entanto, uma vez estabelecido nos Estados Unidos, aonde chegou o 30 de Setembro de 1822. Com a pressão de ter assumido o cargo de imediato e de se informar sem perda de tempo sobre o estado dos negócios que o aguardavam, o Ministro escreve no dia 6 de Outubro, sobre as depredações contra o comércio e a navegação, os Almirantados e os processos nas cortes, assuntos que tinham obcecado a seus antecessores.

Entre as propostas incluídas neste relatório que Solano Constâncio envia a Pinheiro Ferreira no mês de Outubro, Colômbia volta a surgir como exemplo para a navegação portuguesa. Desta vez é uma proposta de *uma força marítima suficiente para aumentar a consideração política em que seríamos tidos por este Governo [de Estados Unidos] e não menos pelos chefes que regem a América Espanhola insurgida ou independente*. A proposta da persuasão pelo poder militar compreende dois pontos: primeiro, manter uma força de quatro ou seis fragatas, ou fortes corvetas veleiras e bem armadas, nos mares americanos. O segundo ponto trata a forma como a Colômbia e Buenos Aires estavam a desenvolver esforços para obter esta frota de fragatas e corvetas que *poderiam também construir-se, comprar-se ou armar-se aqui embarcações de guerra mui veleiras, por conta do nosso Governo com muita facilidade, e com despesa não exorbitante*⁹⁴³.

Pinheiro Ferreira, com ajuda de Solano Constâncio, abriu desta maneira um brecha diplomática com duas frentes. Uma destas tinha por palco a América espanhola, onde se tentava assegurar um clima adequado às futuras negociações de tratados de amizade e comércio que fossem empreendidas por Portugal. Desta forma, o Secretário tentava garantir um posto privilegiado ao Reino de Brasil no comércio entre as jovens repúblicas que, até então, a Corte em Rio de Janeiro não tinha conseguido atrair e colocar debaixo da sua proteção. Esta procura equilibraria igualmente o avanço político já empreendido mediante as uniões soberanas ao estilo de uma fusão territorial, como a Gran Colômbia, ou de federação, como a proposta de um tratado de aliança e amizade com Colômbia feita em Maio de 1821 ao Senado de Chile por Bernardo O'Higgins, que guardava a esperança de que *la realización de estas negociaciones formará una fuerza incontrastable contra el enemigo común y decidirá sobre la suerte de América meridional*⁹⁴⁴. Vista a marcha dos

⁹⁴³ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 2. Filadélfia, 6-10-1822.

⁹⁴⁴ Arana, Diego Barros (2005), *Historia General de Chile. Organización de la República 1820-1833*. Santiago de Chile, Editorial Universitaria S.A., Vol. XIII, pp.458,449.

exércitos libertadores por Los Andes, a costa do Pacífico e o Rio da Prata, estes eram indícios de uma epopeia que tinha de ser considerada em termos geopolíticos para Brasil.

Do mesmo modo, a ter sucesso, a estratégia de Pinheiro Ferreira extinguiria o mau precedente da ocupação da Banda Oriental, *por las armas del rey de Brasil, no en guerra sino en paz y amistad con la España*, como manifestou Bolívar de maneira conveniente a um chefe espanhol, em Fevereiro de 1821, após a ocupação de Maracaibo pelos patriotas⁹⁴⁵. Este era um precedente apresentado à dupla interpretação do direito à autonomia das colónias espanholas, toda vez que *el Brasil no ha sostenido su justicia para este caso* [de Montevideo], *sino en la razón de que el territorio ocupado estaba separado de la España y formaba ya un pueblo diferente*⁹⁴⁶.

Este argumento de Bolívar era consequente com o «Mundo Novo» expresso na *Carta de Jamaica*. Um argumento de que Pinheiro Ferreira não se distanciava de todo, pois em Novembro de 1821 comentara que *mal as antigas colonias afirman querer establecer libremente as suas constituições e governos, aparecen então* [os defensores do Império] *com as suas frotas e exércitos para fazerem valer contra elas os mesmos direitos que acabam de combater de modo geral*⁹⁴⁷.

A segunda frente desta brecha diplomática está associada a este último ponto: a reação das potências perante a autonomia da colónias espanholas, a declaração da fé liberal que estas professavam e a previsão de enfrentar um inimigo comum que não era outro que o absolutismo, o império, os ideais conservadores e reacionários, representados todos de maneira especial na Santa Aliança. De facto, a abertura impulsionada por Pinheiro Ferreira era contemporânea com dois ensaios políticos frustrados de agentes venezuelanos na Europa, pelo que o Secretário aplicava sua estratégia num momento propício e com boas perspectivas de sucesso face à necessidade dos patriotas de ganhar apoio político e reconhecimento internacional.

O primeiro destes ensaios foi uma iniciativa individual empreendida por Francisco Antonio Zea, em 1820, quando se encontrava em Grã-Bretanha como Ministro

⁹⁴⁵ *A política de Dom Juan VI desenvolvia-se com coerência à procura da legitimação do território ocupado frente à Corte de Madrid, neutralização da resistência argentina e da transcendência política da ocupação militar de Montevideo, e a aceitação dos Bragança*. Fernández, Juan José (1959), *La República de Chile y el Imperio del Brasil: historia de sus relaciones diplomáticas*. Santiago de Chile, Edit. Andrés Bello, pp.18-19.

⁹⁴⁶ «Carta de Simón Bolívar a Miguel de la Torre, general en jefe del Ejército Expedicionario de Costa Firme. 19-2-1821». Citado in: Cavellier, Germán (1981), *Documentos para la historia diplomática de Colombia*. Editorial Kelly, Vol. 1, p.29. Sánchez, Gloria Inés Ospina (1988), «La política internacional de la Gran Colombia: sus negociaciones con España», in: *Quinto Centenario*. Madrid, EUC, Nº 14, pp.119-166, p.140.

⁹⁴⁷ ANTT MNE. Leg. Espanha, Cx37, Mç1. Of. de S. P. Ferreira. Lisboa, 28-11-1821.

plenipotenciário na procura do reconhecimento de Colômbia. Sem ter recebido instruções particulares sobre este assunto, Zea concebeu uma confederação de nações hispânicas sob o título de «Plan de reconciliación entre España y América por medio de una íntima reconciliación que identifique sus intereses y relaciones y conserve la unidad de la nación y la de su poder y dignidad». Por seu nome deduzem-se os objetivos políticos do projeto: obter o reconhecimento da independência das capitânicas já autónomas - Colômbia, Chile e Buenos Aires - e em processo, aceitando a Monarquia espanhola a dignidade de tutorar uma confederação delas em termos de amizade e aliança pelos mesmos interesses e contra os inimigos comuns. A proposta foi apresentada ao Ministro espanhol em Londres, e recusada de imediato⁹⁴⁸.

A segunda tentativa deu-se em 1821, quando foram enviados a Madrid dois agentes diplomáticos, José Rafael Revenga e José Tiburcio Echeverría, na sequência de um requerimento das Cortes. No dia 24 de Janeiro, ambos receberam instruções oficiais de ajustar a paz sob a base do reconhecimento da independência, mas esta condição e as tensões políticas internas em Espanha tornaram improcedente esta embaixada, a qual não chegou sequer a ser reconhecida como tal⁹⁴⁹. Ambos os falhanços deram-se no meio de sentimentos antagónicos: por um lado, o entusiasmo que causou a revolução liberal de Rafael de Riego e, do outro, o desânimo provocado pelas forças absolutistas a favor de Fernando VII, apoiadas pela Santa Aliança.

No final de 1822, o triunfo eminente dos revolucionários sobre as forças espanholas, anunciava a consolidação das repúblicas americanas e abria as perspectivas de um tratamento internacional à altura das outras nações. Contudo, e apesar desta projeção, os avanços diplomáticos tinham sido lentos. Até Junho desse ano, a independência de Colômbia só tinha sido reconhecida por Portugal, de maneira oficiosa através do enviado Figueiredo a Buenos Aires, e oficialmente por Estados Unidos, enquanto Europa ainda reflexionava sobre a posição a tomar. Igualmente, os planos de união americana de Miranda, Bolívar e Zea não se tinham concretizado ainda de maneira de relançar as nações americanas em conjunto no palco internacional, como repúblicas instituídas capazes de entabular relações e fixar tratados. Por sua vez, o ano de 1822 também não corria melhor para Portugal. O contexto histórico europeu e interno do Reino Unido indicavam que o governo português se sentia ameaçado pelas forças conservadoras europeias; desde o

⁹⁴⁸ Posada, Edgar Vieira (2004), *La integración de América Latina: del Congreso Anfictiónico de Panamá en 1826 a una Comunidad Latino-Americana o Sud-Americana de naciones en el año 2010*. Bogotá, Editorial Pontificia Univ. Javeriana, pp.33-34. Cavalier (1981), pp.141-142.

⁹⁴⁹ Cavalier (1981), p.18.

regresso da Corte a Lisboa, em 26 de abril de 1821, temia-se a inconformidade das elites político-económicas de Brasil; e tentava compensar os estragos da sua navegação e comércio com a América através do serviço diplomático.

As circunstâncias políticas de 1822 impunham o momento; era, portanto, indicado para a Colômbia e Portugal entabular estratégias mais amplas. Assim o fizeram. Por sua vez, Francisco Antonio Zea, instalado em Paris, emitiu uma circular convidando às potências europeias a reconhecer e a entrar em relações com Colômbia a troco de negociações sobre as concessões e as vantagens na navegação e no comércio. Dois meses mais tarde, o enviado colombiano recebeu a resposta positiva da Secretaria de negócios estrangeiros da Corte portuguesa⁹⁵⁰. O intercâmbio de notas sustentado entre Abril e Junho ratificou o primeiro reconhecimento oficial da Gran Colômbia por um Governo europeu⁹⁵¹. O prognóstico de Solano Constâncio enviado a Pinheiro Ferreira, em Março de 1822, sobre a disposição de Zea tinha-se verificado e provava ao Secretário a correta eleição daquele pelos seus contactos e conhecimento da causa americana.

O governo de Colômbia demonstrou de imediato as suas melhores intenções em estreitar estas relações e nomeou a José Tiburcio Echeverría como Ministro plenipotenciário para iniciar assim o intercâmbio de agentes diplomáticos entre Lisboa e Bogotá. A dinâmica histórica fez demorar a nomeação de um Ministro plenipotenciário português, nomeação que depois tomou mais tempo devido aos acontecimentos políticos no Brasil e à sua separação de Portugal. A tentativa de estabelecer relações foi também atingida pela fatalidade da morte de Echeverría, ocorrida antes de chegar a Portugal. Este conjunto de factos obrigou a um compasso de espera para o restabelecimento das negociações.

Ao mesmo tempo que atendia a esta nova relação, Pinheiro Ferreira não descuidou a frente europeia e a mais ampla da América, nas quais previa uma garantia à segurança de Portugal. O Secretário enviou instruções à Legação em Espanha para negociar um tratado de aliança defensiva da soberania bem como do sistema constitucional e do regime liberal com que se regiam ambos países⁹⁵². Para América e a Península Ibérica previu um plano, na linha dos de Miranda, Bolívar e Zea, que nomeou *Projecto de um Acto de Confederação e*

⁹⁵⁰ ANTT MNE. Cx34. De F. A. Zea para S. P. Ferreira. Paris, 15-04-1822; ANTT MNE. Cx77. De S. P. Ferreira para F. A. Zea. Lisboa, 12-06-1822. Bessa (1994), pp.110-111.

⁹⁵¹ «Relaciones exteriores», in: *DHV-FP*.

⁹⁵² ANTT MNE. Leg. Madrid, Cx77. Ofc. de S. P. Ferreira. Lisboa, 13-08-1822. Planas Suárez (1918), pp.107-113; Bessa (1994), pp.111-112.

Mútua Garantia da Independência dos Estados (e das Nações) mencionadas, também co-titulado *Sagrada Confederação dos Povos agredidos*⁹⁵³.

O Projeto é um plano estratégico de alta política considerando o contexto europeu e o americano em que foi apresentado. Efetivamente, é uma saída tácita, visto o vaticínio de uma Santa Aliança indisposta contra o liberalismo. Na América também se temia ainda o impulso reacionário europeu em especial pelo estado de extenuação de recursos devido à guerra e à falta de reconhecimento internacional. Considerados os recursos deste continente, o Projeto de Pinheiro visava por igual as vantagens económicas que permitiria a Portugal o livre comércio de produção brasileira realizado em plena segurança nesta amplitude geográfica⁹⁵⁴.

Tendo em consideração, entre outros fatores, a comunicação feita a Solano Constâncio do Projeto por Pinheiro Ferreira em Agosto de 1822⁹⁵⁵, a quantidade de ofícios remetidos pelo Secretário que aquele responde numa única missiva quase a sua chegada aos Estados Unidos no dia 30 de Setembro de 1822, os tempos de viagem dos navios e a iminente independência de Brasil, é possível tirar duas conclusões: primeiro, Pinheiro Ferreira contemplou a ideia de uma liga após o *Plano da confederação de nações hispânicas*, proposto por Zea e de atender as propostas feitas a esse respeito por Constâncio em Março do mesmo ano; e, segundo, a urgência do Secretário e de Portugal em implementar o Projeto. A ideia de Pinheiro era, portanto, um plano bem elaborado e abarcador devido à sua conceção política de incluir todas as Américas, o qual gozaria, além disso do aval de ser autoria de um diplomata reconhecido e em exercício como Secretário de negócios externos de uma coroa europeia amiga de Espanha.

O perfil americano do Projeto foi, efetivamente, difundido e discutido com prontidão. Em Outubro de 1822, Solano Constâncio indicou ter cotejado os seis últimos ofícios de Pinheiro Ferreira, *uns com os outros*, e deles concluiu que, aplicados os seus princípios ao estado em que se encontravam as relações políticas do Reino na Europa e na América, não podia fazer mais que *sondar as disposições do Governo dos Estados Unidos, do de Haiti, e dos chefes dos Estados, que se acham inteiramente independentes do*

⁹⁵³ ANTT, MNE. Cx77, Mç6, Doc.25. «Projecto de hum Acto de Confederação e Mutua Garantia da Independência dos Estados, que nelle se mencionão (Espanha, Estados Unidos, Grécia, Haiti, Portugal e Estados ispano-Américanos)». Planas Suárez (1918) e Bessa (1994) têm transcrição em Espanhol e Português.

⁹⁵⁴ O'Leary (1981), Vol. 20, p.63.

⁹⁵⁵ ANTT MNE. Cx77. De S. P. Ferreira para F. S. Constâncio. Lisboa, 24-08-1822. AHMNE. Leg. Filadélfia. Registo de Ofc.s para a Legação de Portugal em Filadélfia. Livro 2º, p.65. O Projecto de Pinheiro Ferreira *identificava-se com os conceitos anfictionicos de Miranda e de Bolívar*, ver: Bessa (1994), p.112.

*domínio espanhol, ou que estão a ponto de expulsarem as poucas tropas que em alguns pontos ainda defendem a causa da Metrópole*⁹⁵⁶.

Assim, perante a evidente vitória patriota que anunciava a emergência de várias repúblicas na América, sem entrarmos *aqui no exame da questão do reconhecimento de direito e de facto*, Constâncio desvia sua opinião do facto que *o Governo Português não julga dever desde já nomear Agentes diplomáticos publicamente acreditados a reconhecerem a Independência de Colômbia, do México e da Haiti*, quando tinha já nomeado um para Buenos Aires, ao qual incumbiu *o entender-se com as autoridades do Chile e Peru*⁹⁵⁷. A falta de nomeação delegava em Constâncio a responsabilidade de contactar devido ao seu posto os governos do resto de América mas, em contrapartida, a demora faz sentido em função da ansiada aliança com Espanha.

A tarefa não amedrontou o Agente português. Este expressa, numa linguagem guiada pela sua preocupação liberal, que já tinha mostrado anteriormente, não desesperar em negociar e conseguir, pelo menos em parte, a realização do projeto concebido por Pinheiro Ferreira *contra as forças combinadas da oligarquia aristocrática da Europa, dirigidas pela Sacrílega (e não Santa) Aliança*. A partir deste compromisso, indica suas estratégias para tratar com as diferentes nações já estabelecidas. Com os Governos da Colômbia e de Haiti, pretende apenas estabelecer comunicações confidenciais compatíveis com as suas atribuições e para tais efeitos não vê outra saída senão a de sondar a Bolívar por meio de algum agente confidencial. Constâncio argumentou para justificar esta astúcia, primeiro, o reconhecimento público que exigia o governo de Colômbia para qualquer negociação que, segundo, chocava com a decisão da Corte de não mandar *um Enviado munido de credencial a este efeito*; portanto, terceiro, seria indecoroso para a Nação e *para qualquer dos nossos Cônsules Gerais, expô-los a serem mal recebidos, além de ser impossível conservar uma tal missão secreta em quanto não terminada*⁹⁵⁸.

Mas, nesses momentos, Bolívar encontrava-se em Quito e o Embaixador português tinha que ponderar a designação. Henrique Guilherme Schmitz, considerado por Constâncio

⁹⁵⁶ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De F. S. Constâncio para S. P. Ferreira. Of. 2. Filadélfia, 18-10-1822. Neste Ofc. Nº 2, Solano Constâncio responde aos Ofc.s 6 e de 8 a 12 de Pinheiro Ferreira.

⁹⁵⁷ Nesta altura, António Manuel Correia da Câmara tinha sido nomeado Cônsul e Agente Comercial em Buenos Aires (Credencial emitida por José Bonifácio de Andrade e Silva, Min. e Sec. de Est. dos Negócios do Reino do Brasil e dos Negócios Estrangeiros. Río de Janeiro, 24-05-1822). Ravnani, Emilio (Dir.) (1921) *Documentos para la Historia Argentina*. Buenos Aires, Talleres Casa Jacobo Peuser, Vol. XIV, Correspondencias generales de la provincia de Buenos Aires relativas a relaciones exteriores (1820-1824), Doc. Nº 150, Cópia de la Carta credencial presentada por el Sr. Consul Agente Comercial del Reino de Brasil, pp.133-134.

⁹⁵⁸ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 2. Filadélfia, 18-10-1822.

para ser um agente confidencial em Haiti, recebeu ordens diretas de Pinheiro Ferreira de se encontrar pessoalmente com Bolívar para tratar do reconhecimento dos novos Estados⁹⁵⁹. Outro nome foi considerado por Ferreira e Constâncio para o papel de agente confidencial: o Barão d'Eben. O nome foi sugerido pelo Secretário. Para o Embaixador esta era uma oportunidade de testar a sua capacidade de se relacionar com personagens em diferentes escalas na vida social, tanto mais porque tinha tido relações indiretas com o Barão d'Eben e mais estreitas com Simón Bolívar. A consideração deste nome é significativa por partida dupla; por um lado, apelava-se a um militar com experiência e estimado em Portugal, circunstância que se somava ao facto de Eben ser, nesse momento, um legionário do exército libertador colombiano sob o comando de Bolívar; e, por outro, invocava-se o contacto pessoal como vantagem diplomática para *estabelecer comunicações confidenciais*, para um contacto particular não alheio às *atribuições compatíveis* ao posto e à hierarquia atribuídas a Constâncio⁹⁶⁰.

Nos meses seguintes, guiada pelo interesse político que era predominante nestes momentos, a atividade diplomática tanto direta como confidencial de Solano Constâncio vê-se marcada pela *fatalidade*. A recente morte do Encarregado de negócios colombiano nos Estados Unidos, Manuel Torres, e a demora de seu sucessor em chegar, o general Carlos Soublette, obrigaram-no a considerar a aplicação, de maneira efetiva, das comunicações por meio de agentes confidenciais. A decisão chocava com a realidade financeira da representação diplomática e implicava, além disso, a possibilidade de delegar a gestão das finanças a uma instituição bancária. De facto, Constâncio devia então, primeiro, fazer uso do fundo especial de 600\$000 reis que dispunha a Legação, ainda disponível no mês de Outubro de 1822; segundo, renová-lo a princípios de 1823 e, finalmente, aguardar pela abertura de um crédito bancário para cobrir seus gastos extraordinários.

Nos começos de 1823, não obstante, a dinâmica das mudanças tanto em Europa como em América, obrigou a Secretária em Portugal e a Legação nos Estados Unidos a

⁹⁵⁹ Santos Freixinho (1995), p.87. Bolívar estaria de acordo a aceitar sua participação no Projeto de S. P. Ferreira se existisse um convite por parte da Corte de Lisboa ou outro Estado, mas os distúrbios políticos internos em Portugal em torno da reinstauração do absolutismo travaram o Projeto. Bessa (1994), p.113.

⁹⁶⁰ «Eben, Barón de», militar académico oriundo de Hannover. Participou nas campanhas contra os franceses em Portugal sob o comando de sir Arthur Wellesley. Em 1817, condenado ao exílio perpétuo cúmplice do complô de Gomes Freire. Ingressou como coronel ao exército de Bolívar. Foi convidado a regressar a Portugal quando a revolução de 1820. Rabbe, Vieil de Boisjolin et Sainte-Preuve (Dirs) (1836), *Biographie universelle et portative des contemporains, ou Dictionnaire historique des hommes vivants et des hommes morts depuis 1788 jusqu'à nos jours*. Paris, Chez l'éditeur, Vol. II, pp.1559-1560. (Consulta: 24-11-2011, in: - <http://www.mcnbiografias.com/>). ANTT MNE. Leg. Washington, Cx552. De F. S. Constâncio para S. P. Ferreira. Of. 2. Filadélfia, 18-10-1822.

abrir o espectro político das suas atividades e a enfatizar o interesse económico nas relações que se pretendiam fomentar através do projeto de Pinheiro. As representações de Portugal ficariam sujeitas ao tratamento em Lisboa das diversas hipóteses que estavam a ser colocadas no que ao serviço externo dizia respeito, nomeadamente as relações políticas futuras com a França e com o Brasil, as negociações que tinham sido iniciadas com o Haiti e os contactos com as outras repúblicas americanas, eram de particular interesse. A política interna condicionou também o serviço externo que ficou a aguardar a decisão das Cortes sobre a legislação comercial e as restrições ou privilégios do comércio da Madeira e dos Açores, entre outros assuntos⁹⁶¹.

A sagacidade, intuito jornalístico e gestão de Constâncio levaram-no a considerar a informação como um aspeto vital de seu trabalho. Em relação ao assunto anterior e à necessidade de receber plenos poderes para assinar um tratado com o Governo de Haiti, México, Colômbia ou outro país americano, exigiu a si mesmo adquirir cabal conhecimento das pessoas e das coisas que aconteciam, receber informações exatas que servissem de base para adotar uma posição de negociação, reconhecer quais as vantagens e concessões mutuas que podem ser estabelecidas numa convenção provisória ou numa definitiva. América abria-se com um sem fim de possibilidades imediatas e a informação era essencial para não perder tempo e se expor a ser precedidos por outros Governos mais poderosos politicamente e mais empreendedores em iniciativas comerciais.

Em particular, o Secretário de negócios teria de apressar as coisas com a Colômbia. Esta era a opinião de Constâncio em Maio de 1823. Neste mês apreciava-se já a formação de uma conjuntura de fatores que indicava que era altura para estabelecer um contacto direto. Efetivamente, as condições eram favoráveis a isso. Em relação a Espanha, a preocupação de uma tensão política devida ao reconhecimento de Colômbia por parte de Portugal tinha baixado devido à posição desfavorável dos exércitos espanhóis na América do Sul que levavam a pensar numa eminente ordem de retirada. No mesmo mês de Maio, Solano Constâncio previa o fim da guerra na Venezuela, onde o exército realista conservava-se em dois importantes portos comerciais: Maracaibo e Puerto Cabello. Nestas localidades, o Comando espanhol poderia manter-se ainda algum tempo se for socorrido e apoiado pelas forças navais que se achavam no Mar das Caraíbas, nomeadamente em Cuba, contudo, sem perspectiva de conseguir resultado decisivo a favor da Espanha. Na sua

⁹⁶¹ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 14. Filadélfia, 25-01-1823.

opinião, a ocasião estava muito próxima, *visto o estado das coisas, e as disposições manifestas da Espanha*, a reconhecer a independência de Colômbia⁹⁶².

Há uma coincidência interessante entre a opinião de Solano Constâncio e as operações táticas que decorriam nas costas venezuelanas. No momento de escrever este ofício, a frota venezuelana, fundeada em pequenos portos, e a frota espanhola que, além de Maracaibo e Puerto Cabello, tocava em Curaçao, se preparavam para um grande confronto⁹⁶³. Constâncio foi premonitório e assertivo num aspeto: os espanhóis ficaram em Maracaibo por pouco tempo, pois no dia 24 de Julho teve lugar a batalha naval que determinou a liquidação das forças realistas em Venezuela. Desta forma, o espanto que tinham demonstrado os jornais portugueses em Londres e no Rio de Janeiro e, inclusive, o mesmo Constâncio em Março de 1822, por causa da construção e abastecimento de navios mercantes e de guerra para a institucionalização de uma marinha venezuelana, encontrou sua justificação.

Conquanto do lado espanhol as condições se mostravam favoráveis para Lisboa entrar em relações diretas com Bogotá sem incomodar Madrid, outras circunstâncias propiciavam este contacto. De facto, o governo de Colômbia tinha uma vantagem para tratar com Portugal. Era uma proposta que lembrava a sempre defendida exigência do reconhecimento internacional a troco de negociações comerciais. O Diplomata português não imaginou que os júzos sobre capturas de naves portuguesas feitas por corsários, julgadas na Corte de Almirantado de Margarita, tinham, efetivamente, resguardado o direito dos proprietários afetados pelos roubos a formular reclamos pelas quantidades em dinheiro, retidas nas Finanças da República. Assim, a obsessão de seus antecessores, que nunca optaram por uma cobrança direta sob este conceito perante as autoridades venezuelanas, transformou-se num instrumento de negociação. Em efeito, constatara a Constâncio que o Erário de Colômbia tinha em depósito *uma quantia procedente de presas de navios portugueses, a qual o Governo daquela Republica está disposto a restituírnos, logo que entrarmos em negociação para reconhecer a sua independência*⁹⁶⁴.

⁹⁶² ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 29. Filadélfia, 19-05-1823.

⁹⁶³ Estévez González, Edgar (2007), *Batallas de Venezuela. 1810-1824*. Caracas, El Nacional, pp.182-183. «Batalla naval del Lago de Maracaibo», in: *DHV-FP*.

⁹⁶⁴ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De F. S. Constâncio para S. P. Ferreira. Of. 29. Filadélfia, 19-05-1823. As reclamações contra Venezuela devidas a prejuízos sofridos por atos de corsários foram respeitadas, em grande parte, quando as causas foram julgadas na Corte de Almirantado. Os atos de suposta participação intencionada, dos proprietários dos navios no conflito venezuelano, foram julgados apartes. Neste sentido, a oferta do Governo venezuelano foi uma maneira de redimir as suas omissões e comissões no que aos danos corsários sofrido por Portugal diz respeito. Ewell (1999), p.76.

Este instrumento nas mãos da diplomacia venezuelana impunha a Solano Constâncio adiantar na Secretaria dos Negócios Estrangeiros um pedido de esclarecimento das linhas de ação para as repúblicas americanas. Sem receber poderes e instruções de Lisboa e sem notícias do Barão d'Eben, que se encontrava então em Guayaquil com Bolívar, o Diplomata português não podia fazer nada no caso de Colômbia. Solano Constâncio permaneceu em suspenso à espera de uma linha de ação para continuar as negociações nas quais tinha tanto empenho. A incerteza mantinha-se porém a um nível de importância mais elevado de que seus empenhos e das funções da sua representação que se mantinha, inclusive, sem receber informação sobre o que se estava a passar na política externa da Corte e na Península Ibérica. O diplomata português ignorava *se Portugal tinha contraído algum tratado com o Reino vizinho, um acordo que, de existir, resultava de consideração capital para determinar as estratégias que convinha seguir para com os novos Estados independentes*⁹⁶⁵.

Em Julho, Constâncio percebeu uma mudança de postura diplomática em relação à Europa não só no Governo de Colômbia e no seu representante nos Estados Unidos, Juan María Salazar, chegado ali no dia 24 de Maio mas também no ambiente político geral. A atmosfera de vitórias republicanas e derrotas espanholas criou um espírito antieuropeu, um *nacionalismo criollista* que animava os governos da América, nomeadamente, contra Espanha⁹⁶⁶. As notícias enviadas por Constâncio para Lisboa referem a envaidecimento que outorga a segurança da independência de Espanha e a consideração dispensada pelos Estados Unidos à Colômbia, manifestada na publicação do discurso que fez o Ministro venezuelano ao Presidente Adams e num esboço não oficial da resposta deste, em *The National Intelligencer*. Perante esta atitude e a eminente derrota espanhola na América, os colombianos não mostravam a mesma urgência em fazer uma política externa orientada de maneira exclusiva ao reconhecimento público como instrumento político contra a Metrópole, pelo contrário, repassavam agora as demoras em obter este reconhecimento. Constâncio reconheceu, assim, que a oportunidade de negociar através de e entre agentes diplomáticos se tinha afastado do seu domínio e que, *se tivermos a tratar com a Colômbia, será indispensável mandar pessoa que confira com Bolívar*⁹⁶⁷.

⁹⁶⁵ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 30. Filadélfia, 27-05-1823.

⁹⁶⁶ Sánchez-Barba (1988), p.18, 34.

⁹⁶⁷ ANTT MNE. Leg. Washington, Cx 552. De Constâncio para Ferreira. Of. 33. Filadélfia, 3-07-1823.

b. A conjuntura política dos anos 20

A década de 1820 foi agitada quanto a eventos políticos se refere. Mas nem por isso, o período foi menos movimentado no que diz respeito à procura de melhores perspectivas económicas. No caso da Colômbia, a nova república apresentava-se perante o resto do mundo ainda livre dos compromissos a que obrigam os acordos e tratados. Só Estados Unidos, ambicioso relativamente ao seu crescimento económico, e a Grã-Bretanha, a grande potência do momento, se adiantaram para estabelecer convénios com os colombianos. Estes, pelo seu lado, tentaram relacionar-se pelos quatro pontos cardiais seguindo um esquema em que se verifica, ao menos, três propósitos evidentes.

No âmbito nacional verifica-se o desejo de atingir a coerência económica e social interna mediante a incorporação definitiva de Colômbia na economia moderna. A um plano supranacional, imperou a ideia da unidade de nações guiada pela noção do Americanismo. A unidade política americana séria base para defrontar aos problemas políticos, económicos e sociais dos novos tempos, uma problemática que envolvia o posicionamento do país e do Continente na cena internacional, mediante o fortalecimento das relações com a Europa e os Estados Unidos⁹⁶⁸. O período era, aparentemente, propício para Portugal participar no esquema dos projetos comuns. No entanto, o alinhamento dos interesses portugueses neste esquema mostra suas peculiaridades e leva a inquirir as circunstâncias e os compromissos da Coroa portuguesa para estabelecer relações diplomáticas.

Desde seus inícios, a Gran Colômbia desenvolveu uma política externa com a intenção de atingir o reconhecimento pleno de sua soberania, de seu *Imperium*⁹⁶⁹. Estas tentativas, mais ou menos definidas em termos estratégicos e de prioridades, adaptaram-se às circunstâncias internacionais e às necessidades económicas e financeiras do novo país, formado a partir da união da Venezuela, Colômbia e Equador, sobre o trabalho diplomático já realizado. No palco político, continuaram os contatos dos primeiros agentes em Estados Unidos e na Grã-Bretanha, em especial, os realizados por Pedro Gual, a quem atribui em grande parte o trabalho do reconhecimento da independência do país e os tratados de

⁹⁶⁸ O esquema de ação foi aplicado de maneira geral no Continente e decorreu na *aventura*, como a define Leopoldo Zea, de mudar a formação cultural da Ibero América por outra, isto é, por Inglaterra com sua revolução industrial e suas instituições políticas; França com sua revolução política e ideológica, e os Estados Unidos com suas novas instituições de caráter liberal e democrático. Zea, Leopoldo (1976), *Filosofía y cultura latinoamericana*. Caracas. Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, p.179. Ramón, Armando de, Juan Ricardo Couyoumdjian e Samuel Vial (1993), *Ruptura del viejo orden hispanoamericano*. Santiago de Chile, Editorial Andrés Bello, p.315.

⁹⁶⁹ A Gran Colômbia, desde sua criação em 1819 até o Congresso de Panamá, em 1826, tinha 10 negociadores com caráter oficial no exterior, sem contar os venezuelanos na espera de cargos e instruções, como foi o caso de Andrés Bello para representante em Lisboa. Alguns negociadores cobriam diferentes cidades americanas ou europeias, ao mesmo tempo. Picón (1999), p.291.

amizade, navegação e comércio assinados com Washington e com Londres, entre 1822 e 1825. O reconhecimento político continuou sendo base de negociação do novo Estado para as aspirações económicas de outros países.

Para a especialista em diplomacia venezuelana Delia Picón, o que foi dito anteriormente é um «*diseño diplomático*» pensado por Bolívar. Este desenho conseguiu avanços na Europa, pois facilitou contatos com a França, a Áustria, os Estados italianos e gerou pressão sobre a Corte de Madrid. No entanto, o esboço de Bolívar durou até que os eventos políticos internos induziram à dissolução da Gran Colômbia, em 1830. Efetivamente, a desagregação obrigou a reiniciar as negociações sob a bandeira da Venezuela e a presidência do general José Antonio Páez, que em política económica fortaleceu as relações com a Dinamarca, a Holanda e as Cidades Hanseáticas além dos países acima já citados, enquanto em política dominará a cena nacional até o país atingir a paz com o terminar da Guerra Federal, em 1864⁹⁷⁰.

Por sua vez, no meio da conjuntura política interior de Portugal na década de 1820, caiu o projeto político de confederação meditado pelo Chanceler Silvestre Pinheiro Ferreira. O marasmo vivido então foi também determinado por factos internos de grande significado que atentavam contra a soberania e o sistema existente⁹⁷¹. Efetivamente, institucionalizadas nessa década, as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, encarnadas pela *nova elite dirigente* e amparadas sob o regime político da Monarquia Constitucional, discutiram sobre a política económica que exigia, entre outras coisas, estímulos à navegação, amplitude à estrutura do comércio exterior e enfrentar o impacto político da independência de Brasil⁹⁷².

A partir de então, três aspetos se tornam relevantes no que diz respeito à Venezuela, em particular, e à América, em geral, até bem entrada a década de 1830: primeiro, a reconsideração da política externa em relação ao Novo Mundo; segundo, os juízos que fizeram as Cortes Gerais das políticas e status dos governos e as relações entre Estados

⁹⁷⁰ Cf.: «Diplomacia de la Gran Colombia» e «Disolución de la Gran Colombia (1830)», in: Picón (1999), pp.82-100, 101-102, respect, 107.

⁹⁷¹ Um extrato do Despacho Nº 2 do Conde de Palmela ilustra a situação: *Uma série de desgraças precursoras ainda de outras maiores se amontoavam sobre os Portugueses com uma espantosa rapidez. O Brasil separado da Metrópole, a Dívida pública enormemente aumentada; o Comércio decadente; as Propriedades desafortadamente violadas; o Território português coberto de desterrados e de oprimidos; a Religião ludibriada; o Trono vilipendiado (...); as nossas Relações com a maior parte dos Governos estrangeiros interrompidas; e por último (...) a Guerra Civil ateadada no Reino e o perigo iminente de uma guerra estrangeira...* ANTT MNE. Consulado em Antuérpia. Registo de correspondência recebida. 1816/1835. Livro 381. Do Conde de Palmela, Despacho Nº 2, 9-06-1823, f77.

⁹⁷² Ramos (2012), Vol. 5, Cap. II, «Ruptura constitucional e guerra civil (1820-1834)», pp.53-84.

soberanos; e terceiro, a partir destes dois primeiros aspetos, as reflexões de como enfrentar um problema tão prejudicial para o comércio português como era a pirataria no Atlântico.

Os eventos políticos desses anos 20 levaram à supervisão e reformulação da diplomacia que até então era levada a cabo pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e, em consequência, dos projetos do chanceler Silvestre Pinheiro Ferreira. As *Cortes de 1821 entenderam que lhe pertencia a condução da nossa política externa, ainda que fosse tarefa do Governo a nomeação para os altos postos da diplomacia*⁹⁷³. Desde a instauração das Cortes, ou Soberano Congresso como também foi chamado, o Secretário passou a ter que dar resposta às inumeráveis e frequentes consultas sobre assuntos tão variados que incluíam alta política ou questões menores do serviço⁹⁷⁴, reclamações pelas demoras do aparelho burocrático em responder a reparos específicos ou a solicitação de substituição de funcionários⁹⁷⁵, reclamações por demais similares aos formulados pelo *Correio Braziliense*.

A reformulação guiada pelas Cortes procurava cortar gastos no serviço exterior limitando, em grande parte, a sua presença internacional ao estritamente necessário. Tal decisão afetava o empenho com que o chanceler Pinheiro Ferreira defendia as relações políticas de Portugal com América. Para as propiciar, o Secretário propôs nomear agentes mas só a caráter de encarregados dos negócios políticos e comerciais dos Estados Portugueses juntos aos governos europeus e americanos, e deixar os Ministros e embaixadores para fainas mais elevadas. O caráter da nomeação combinaria a *necessária medida de economia com o bem do público serviço*, a gestão dos negócios do comércio e permitiria ressalvar *todos os melindres da actual política dos Gabinetes da Europa, não*

⁹⁷³ Serrão (1992-2000), Vol. VII, p.442.

⁹⁷⁴ A expressão «Pinheiro Ferreira» foi encontrada em 125 páginas dos *Diários* da Corte Constituinte (17-05-1821 / 02-11-1822), e em 85 páginas dos *Diários* da Câmara dos Senhores Deputados (04-12-1822 / 14-04-1846), referida a assuntos tanto do corpo diplomático, entre estes as reformas, pagamentos, nomeações, regulamentos, atribuição de funções, transferências de dinheiro, etc.; como do serviço administrativo dos que sobressaem aspetos como o uso indevido do porte duma carta ou as queixas dos empregados da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. A correspondência entre as Cortes e a SENE mostra o afã do primeiro por controlar o Governo e a Monarquia o máximo possível. Um exemplo: é significativo o requerimento de cópias da correspondência das legações de Grã-Bretanha, França e Espanha, desde o 24-08-1820 até Setembro de 1821, correspondente ao arquivo de Rio de Janeiro existente na SENE. Pinheiro Ferreira considerou que *seria preciso demasiado espaço de tempo para copiar tão volumosa escrita* e decidiu entregar os originais ao Soberano Congresso. Resposta de Pinheiro Ferreira a Ofc. das Cortes de 31-08-1821. Queluz, 4-09-1821, in: AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional. Corte Constituinte de 1821, Leg. 1, Ses. 1, N° 170, 06-09-1821, p.2176.

⁹⁷⁵ Um exemplo é o Ofc. das Cortes, do 21-09-1821, dirigida a Pinheiro Ferreira, com a ordem de suspender ou remover os deputados da Junta de Comércio a razão da demora em dar resposta a um requerimento do 18-04-1821, *com posteriores avisos em diferentes datas*, sem se obter um resultado. Ofc. para Pinheiro Ferreira. Paço das Cortes, 21-09-1821, in: AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional. Corte Constituinte de 1821, Leg. 1, Ses. 1, N° 181, 21-09-1821, p.2363.

*obrigando a trocaram-se credenciais entre os Soberanos, mas somente de Ministério a Ministério*⁹⁷⁶.

Tal proposta instituía, não obstante, a demora no estabelecimento da igualdade jurídica a que aspiravam os Estados hispano-americanos mediante o reconhecimento da independência e o correspondente estabelecimento de embaixadas ou legações que, de acordo ao Congresso de Aachen (Aquisgrão), era o máximo estatus estabelecido⁹⁷⁷. Mas, de facto, para as relações com alguns países, as circunstâncias económicas e não as políticas prevaleceram na proposta do chanceler Pinheiro Ferreira. De acordo com esta, o trato político estaria baseado na prática comercial do momento. Assim, um número menor de servidores públicos bastaria *para acudir às precisões do Comércio, por não ser preciso ter Cônsules, nem vice-Cônsules fixos nos portos, em que é raro aportarem navios portugueses, ou carregarem em direitura para os nossos portos*⁹⁷⁸. Sem dúvida, tal restrição relegava a investidura de um cônsul português junto ao Governo de Colômbia visto que o comércio com Portugal era indireto.

A proposta de Pinheiro Ferreira e a reformulação do serviço externo deram prioridade aos tratados já existentes, em particular os já estabelecidos com países da Europa. Ainda que retomando também as discussões sobre o reconhecimento das repúblicas americanas, o Soberano Congresso estimou este assunto como secundário e sujeito às considerações que lhe eram devidas a Espanha⁹⁷⁹ e às *medidas de economia* no serviço. De facto, a decisão das Cortes sobre a conformação e finanças do serviço diplomático refiram o sustento de legações diplomáticas nas seis cortes principais de Europa e nos Estados Unidos da América, prescindindo de forma tácita do interesse em outras legações, ainda que delega em Pinheiro Ferreira gerir as atribuições consulares⁹⁸⁰.

Na realidade, o Secretário tinha a firme convicção de que era necessário fomentar o comércio direto de Portugal, com navios e comerciantes nacionais, com todos os Estados, reconhecidos ou não. De facto, a insistência no aspeto comercial não era novidade no serviço externo, pois já antes do chanceler Pinheiro Ferreira assumir as suas funções, tinha-

⁹⁷⁶ Ofc. do MNE. Queluz, 16-08-1821, in: AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional, Corte Constituinte de 1821, Leg. 1, Ses. 1, Nº 174; 12-09-1821, pp.2259-2260.

⁹⁷⁷ Picón (1999), p.42.

⁹⁷⁸ Ofc. para Pinheiro Ferreira. Paço das Cortes, 21-09-1821, in: AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional. Corte Constituinte de 1821, Leg. 1, Ses. 1, Nº 181, 21-09-1821, p.2363.

⁹⁷⁹ Santos (2012), Vol. 5, pp.68-70.

⁹⁸⁰ Ofc. para Pinheiro Ferreira. Queluz, 3-10-1821, in: AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional. Corte Constituinte de 1821, Leg. 1, Ses. 1, Nº 191, 4-10-1821, p.2506.

se feito uma consulta à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios, sobre a Resolução de 9 de Outubro de 1789 e o seu conteúdo referia o seguinte: as «Instruções pelas quais se devem regular os Cônsules de Portugal nos portos marítimos dos Estados e Repúblicas para onde navegam e comerciam os vassallos portugueses, e tarifa dos emolumentos que eles devem vencer nos portos onde residirem». A indicação da consulta e as Instruções foram re-encaminhadas aos cônsules em funções com a finalidade de lhes recordar o seu conteúdo⁹⁸¹.

Apesar de terem menos recursos financeiros, pedia-se aos cônsules e agentes para serem mais produtivos como instrumentos de política económica. Ao mesmo tempo que se discutiam as limitações financeiras impostas ao serviço diplomático, o debate político parlamentar português era travado entre a necessidade de modificar a estrutura do comércio externo, o tratamento de igualdade do Reino com países não reconhecidos e as reiteradas considerações relativamente a Espanha.

A reconsideração da política diplomática conduziu a um debate sobre as conveniências de estabelecer relações a nível de Estados reconhecidos para fomentar o comércio, uma questão que tocava particularmente a condição instável dos países americanos. O chanceler Pinheiro Ferreira tinha esvaziado esta diferença ao tratar com os ministérios e não com soberanos ou governos. Não obstante, as Cortes travaram uma discussão em torno das políticas de amizade e o carácter dos governos, sendo precisamente de particular relevância as características dos regimes americanos e os Estados sob seu mandato.

Assim, no meio da complicada perspectiva interna e do novo panorama mundial, as Cortes debateram sobre a gestão dos portos do Reino como medida de fomento do comércio externo. O debate ganhou maior intensidade à volta do Projeto de lei número

⁹⁸¹ As Instruções são um precedente da proposta de Pinheiro Ferreira de dispor de cônsules em portos em contacto com Portugal além destas ser uma prova da evidente função comercial atribuída aos cônsules. Estes dois aspetos estão bem definidos nos dois primeiros artigos: o Art. 1º, indica que depois de cumprir as disposições políticas de rigor e receber o exequátur, o cônsul *deve participar aos Negociantes portugueses, que houver naquela praça, e aos capitães e mestres dos navios, que se acharem no Porto, para efeito de o reconhecerem e a ele se dirigirem em todas as suas dependências* Art 2º, *Sendo o principal motivo da nomeação dos cônsules a vantagem, aumento, e segurança do comércio da Nação, devem os cônsules promover tudo o que reconhecerem mais próprio para se conseguirem estes importantes objetos; assim no estabelecimento e conservação das casas de negócio de vassallos portugueses, na introdução dos géneros destes Reinos e das suas Colonias, e na liberdade da navegação, como na observância dos privilégios, direitos e isenções, que pelos tratados, convenções e tarifas estiverem acordados entre Portugal e a Nação em cujos portos residem.* ANTT MNE. Consulado de Bordéus, Cx 255. Circulares 1813. Instruções...

101⁹⁸², cuja discussão começou em 1827. José Xavier Mouzinho da Silveira, que fora membro da Comissão da Fazenda da Câmara dos Deputados, apresentou os argumentos iniciais baseados na perda de Brasil, a situação geral na América, a decadência dos monopólios e as perspectivas tanto para Lisboa, considerada, pela sua localização, um porto ideal para estabelecer um depósito geral de mercadorias nacionais, como para Portugal cuja posição em relação ao comércio internacional, outorgavam-lhe vantagens exclusivas.

Como se verifica, tratava-se de argumentos que, para além de caracterizar o poder nacional, mostravam a tendência para dar primazia ao comércio: mediante a abertura portuária, Portugal seria levado a participar num mercado favorável a todas as mercadorias do mundo, à semelhança dos portos das grandes potências europeias. De maneira resumida, o projeto defendia que o comércio de produtos nacionais ou estrangeiros beneficiaria de um tratamento aduaneiro preferencial nos países envolvidos sempre que o transporte se fizesse em barcos do próprio país de produção, em rota direta ou indireta. Assim, além de deliberar sobre o comércio e a navegação, o projeto de lei estipulava uma responsabilidade administrativa: a certificação necessária da origem nacional, uma função que correspondia aos cônsules e agentes como braço instrumental da política externa.

Agora, esta abertura considerava mercados na América e noutras regiões do Globo que deviam ser servidos por marinhas eficientes e um bom serviço exterior. Esta consideração levava então a discorrer sobre a posição comercial que jogaria o conjunto dos países latino-americanos nesta abertura, incluindo a Venezuela, tendo em vista as diferenças de situação política existentes na América.

Sobre esta situação em particular, o argumento principal para a discussão insistia no facto de esta abertura admitir os navios de todos os países em paz com Portugal; contudo, sem arcar corolários políticos, pois não se tratava de reconhecer ou de tratar com os Governos, um argumento já conhecido e abordado na proposta de Pinheiro Ferreira para a nomeação dos encarregados de negócios. Aliás, tal aspeto ficava claro logo no Artigo primeiro do Projeto de lei número 101. Com esta advertência ficava estabelecido que os deputados evitariam qualquer possibilidade de incluir, de forma explícita ou implícita, o reconhecimento das repúblicas hispano-americanas nas discussões seguintes. De facto,

⁹⁸² «Projeto Nº 101, sobre a Liberdade do Comércio». Salvo indicação contrária ou indicação específica, as citações a seguir provêm dos debates em que Colômbia é mencionada: AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 1, Ses. 1, Nº 25, 05-02-1827, pp.243-252; e Nº 26, 06-02-1827, pp.253-265. Artigo 1º: *Ficção abertos os Portos de Lisboa e Porto a todos os Navios Mercantes de qualquer País, com quem Portugal não estiver em Guerra; e, ainda no caso de Guerra, será respeitada a Propriedade Particular*. Nº 25; 05-02-1827, p.249.

Francisco Soares Franco⁹⁸³ encarregou-se de acentuar o espírito diferenciador de dito projeto e, de passagem, aclarou todas dúvidas ao discursar, de forma enfática: *Quando li este Artigo pela primeira vez julgo que o entendi bem; a sua doutrina é relativa á América do Sul*⁹⁸⁴.

Esta posição de partida arcou consigo outras discussões paralelas à do Projeto N° 101 que ponderaram mais as consequências na relação de Portugal com a Europa e a América do que com outras regiões. Entre estas discussões, que se podem ser analisadas nos diferentes *Debates*⁹⁸⁵ e que remetem ao Novo Mundo, encontram-se opiniões que demonstram uma mudança da imagem da América colonial no mundo político lusitano. Neste sentido, importa mencionar: o fim da diferenciação do Continente em regiões geopolíticas quando interessava mais fazê-lo em regiões produtivas; o reconhecimento da existência de uma sociedade, num território dado; a dilatação das exigências de legitimidade e de legalidade dos governos à frente de alguns Estados americanos; a celebração de tratados para garantir a segurança da navegação e do comércio nos espaços americanos; as considerações relativas a Espanha que aguardava que a Corte de Madrid mudasse de política em relação à independência de suas colónias; as funções a serem atribuídas aos agentes comerciais portugueses e o alcance daquelas em relação às atribuições dos cônsules. No seio destas discussões a Colômbia foi considerada uma nação não reconhecida como república por Portugal mas, ao mesmo tempo, uma referência para comerciar com o resto de América.

Ao longo das discussões do projeto, foi-se assentando a noção de «América» no ideário político das Cortes portuguesas como um espaço unitário em sua diversidade, que era o reflexo duma realidade axiomática⁹⁸⁶. Dado que vivia uma etapa de transição que a diferenciava de Europa, América passou a ser considerada uma entidade do mundo, atomizada mas única, em que também se deviam aplicar as diferenças entre política e comércio de forma efetiva. A conclusão era simples: as relações com a Colômbia e com o

⁹⁸³ «Soares Franco, Francisco» (1772-1844). Medico. Parlamentário, Mónica (2004), Vol. II (D-M), p.208

⁹⁸⁴ AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Ata N° 26, 06-02-1827, pp.256.

⁹⁸⁵ As ideias dispersas a volta da representação de América - Novo Mundo, na década de 1820, destilam-se de 12 atas (entre 09-01-1823 e 08-03-1828). Reiteramos: neste trabalho só são referidas as ideias sobre América associadas à discussão do Projeto 101 in: Ata N° 25 de 05-02-1827, pp.243-252 e Ata N° 26 de 06-Fevereiro-1827, pp.253-265, in: *Debates parlamentares*, Monarquia Constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados.

⁹⁸⁶ Sánchez-Barba (1988), «La crisis hispanoamericana», p.12. Donghi (1998), p.78.

resto de América espanhola mantinham-se apenas a nível comercial enquanto não mudasse o seu estatus internacional perante as nações reconhecidas.

De forma resumida, a discussão acabou com a aceitação da proposta, apesar de terem sido propostas alterações minuciosas, de que são exemplo a moção de omitir o termo «Américas» e empregar a frase «diferentes países da América». A frase, original de Cristóvão Pedro de Morais Sarmiento, omitia a diferença de «América Setentrional» e «Meridional» porque tal divisão geográfica *não influi nas qualidades diferentes de produções* num continente estendido a ambos lados dos trópicos⁹⁸⁷. Além disso, a frase prescindia de toda menção aos governos e ao sistema político já vigentes, de maneira diferenciada, em cada uma destas duas Américas. As Cortes portuguesas alargavam, assim, o interesse do país nos estabelecimentos em Terra Nova e Nova Escócia, pela pesca e processamento do bacalhau, *bem como lançando as suas vistas para um Tratado com os Estados Unidos, Nação hoje tão florescente como respeitável*⁹⁸⁸, enquanto, em nome da natural prudência, os deputados ajustavam o discurso que aproximaria Portugal dos países latino-americanos.

Outro aspeto interessante é que a frase não abarcava apenas todo o território continental. Como transmitira Morais Sarmiento, usando a frase «diferentes países da América» para reconhecer a existência de elementos definidores entre os países americanos⁹⁸⁹ e, a partir de este reconhecimento, definir estratégias políticas e estratégias económicas, a dimensão do Projeto ampliava-se à dimensão do espaço geopolítico e geoeconómico dos arquipélagos e ilhas que pertenciam a diferentes nações, entre elas algumas europeias, e cuja importância e riqueza eram notórias. Neste sentido, o Deputado evidência a importância do mundo atlântico através do interesse comercial nas ilhas do Mar das Caraíbas. É de considerar que a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros já tinha sob a sua observação Cuba e Haiti, através dos Ministros plenipotenciários portugueses nos Estados Unidos; além de se interessar em S. Tomás e S. Bartolomeu por serem encruzilhadas marítimas, portos de intercâmbio de mercadorias legais e ilegais e mercados para os países do Continente, nomeadamente para a costa norte da América do Sul.

A ideia da geografia política e económica do Continente era acompanhada por uma conceptualização construída a partir das diferenças geoculturais das sociedades existentes.

⁹⁸⁷ AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 1, Ses. 1, Nº 26, 06-02-1827, pp.262.

⁹⁸⁸ *Idem*.

⁹⁸⁹ Morais Sarmiento afirmou então o que seria um nodo historiográfico americano, a unidade na pluralidade. Biarreau, Javier, «América latina es una construcción imaginaria», in: Cadenas (2004), pp.41-46, p.41.

Esta diferenciação proclamava que, uma vez atingido um verdadeiro grau de desenvolvimento socioeconómico, os territórios até então sujeitos a outros países se tornassem autónomos politicamente repetindo o ciclo evolutivo das metrópoles, a exemplo da antiga sujeição da Holanda a Espanha, que era o que acontecia na América.

Mas, na América, era também a fratura da sujeição de Estados Unidos à Grã-Bretanha, do Brasil a Portugal e do resto do Continente a outras metrópoles. Deste movimento geral, tal como indica o deputado Pereira do Carmo, surgem novos Estados a anunciar o fim do sistema colonial em todo o Continente Americano e a possibilidade, não obstante, como consequência daquela fratura, de continuar o vínculo histórico por outro género de relações, as políticas e económicas⁹⁹⁰.

Segundo estes critérios, Portugal não podia conservar-se estacionário, *regulando-se por antigas e carcomidas rotinas*. A dinâmica dos tempos justificava, assim, o Projeto 101 e remetia o debate para o laço histórico. Em resumo, adotando-se o Projeto, como disse Morais Sarmento na mesma discussão nas Cortes, Portugal conseguiria o seu fim mercantil *que é o conseguirmos abrir relações de comércio com esses Povos, que são descendentes de uma Nação mui parecida connosco em língua, religião, e costumes*. Sem dúvida, a inclusão do laço cultural, histórico e sentimental no discurso político mostra o grau da consciência de uma parte dos deputados das Cortes, que comungava com as ideias do chanceler Pinheiro Ferreira sobre a irmandade dos povos ibéricos e americanos. Mas, outra razão de importância existia para Portugal acompanhar este *andamento apressado dos homens* e é que *na mesma América, antigamente de Espanha, é mui provável que haja descendentes de Portugueses*, como dizia o mesmo deputado Morais Sarmento numa evidente alusão à história do povoamento do Novo Mundo⁹⁹¹.

É importante destacar este segundo chamado, num breve lapso de tempo, à utilização dos laços históricos no discurso político português, reciclagem que é uma resposta adaptativa às circunstâncias. Por um lado, reforça-se o discurso histórico que, desde o projeto de confederação do chanceler Pinheiro Ferreira, tornava viável a fraternidade político -diplomática da Península Ibérica com as nações americanas e, por outro, soma-se a esse discurso um elemento estrutural de Portugal, como o da emigração, ao reconhecer a existência de uma descendência portuguesa na América. De forma tácita, é a afirmação de uma dispersão de portugueses pelo Novo Mundo, fora de Brasil, o que foi já

⁹⁹⁰ Intervenção de Pereira do Carmo, *Debates Parlamentares*, Monarquia constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 1; Ses. 1; N° 26; 06-02-1827; pp.253-254.

⁹⁹¹ Intervenção de Morais Sarmento, *Debates Parlamentares*, Monarquia constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 1; Ses. 1; N° 25; 05-02-1827, pp.247-248.

provado para os inícios do século XIX com referências às atividades e às uniões familiares de cidadãos lusos.

Desta forma, verifica-se nas discussões nas Cortes a separação entre o comércio, como objetivo, e a política e a cultura como instâncias instrumentais. Esta lógica serviu para avançar nos justificativos para negociar com a Hispano América. *De mero facto*, os aspetos políticos, como a existência das nações, o estabelecimento de governos e a administração das *várias produções e as várias necessidades das Nações*, estavam colocadas do lado do que interessava ao Projeto 101 sobre gestão dos portos Portugal. No entanto, como se verifica nos debates das Cortes, a organização da sociedade e a administração do Estado não se separavam da história e de como das necessidades das nações surge o lado comercial, por isso, era terminante para Portugal o regulamento das negociações com a América⁹⁹².

Desta forma, os laços históricos e comerciais seriam a base para o entendimento entre os povos. De facto, olhando as grandes potências, o deputado Soares Franco observava que os navios desta parte do Mundo entravam na Grã-Bretanha e na França *posto que aqueles Governos estejam só reconhecidos de facto, mas eles não lhes importa o Direito [das gentes]*⁹⁹³. No que respeita à primeira parte da observação, o reconhecimento de facto referia-se, mais do que tudo, as relações com os representantes em capacidade efetiva para negociar em nome de uma nação. Na segunda parte, de maneira evidente, o Deputado emitia um juízo de valor geral relativamente ao comércio sul-americano, mas pouco prudente em relação às instruções com que os agentes venezuelanos negociavam o reconhecimento do Estado e as condições de comércio, como ficou provado na correspondência entre os chanceleres Zea e Pinheiro Ferreira, ou ficou contemplado nos tratados com Grã-Bretanha e os Estados Unidos, impulsionados por Pedro Gual.

A necessidade de negociar sugere a desatenção à legitimidade e à legalidade dos governos à frente de alguns Estados americanos. Em nome desta necessidade, Lisboa surgia como uma cidade cheia de vantagens para *que os novos Estados de América Meridional, não tendo ainda bem fixadas as suas relações comerciais com a maior parte das Potências*

⁹⁹² Intervenção de Guerreiro: *a existência das Nações é um facto; a existência dos Governos estabelecidos, seja qual for a legitimidade da sua origem, é outro facto; as várias produções, e as várias necessidades das Nações, é também facto; e de todos estes factos resulta a necessidade da Navegação, e do Comércio recíproco entre as Nações existentes. Debates Parlamentares, Monarquia constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 1; Ses. 1; N.º 26; 06-02-1827; pp.262-263.*

⁹⁹³ *Ibidem*, Intervenção de Soares Franco, p.256.

*da Europa, e carecendo de um depósito nesta parte do Mundo, se aproveitassem do porto livre*⁹⁹⁴.

É uma oferta de serviços que se complementava com as notas que o deputado Mouzinho de Silveria tinha entregado à Câmara de deputados sobre o facto que a maior parte dos Estados da América declararam o seu acordo com os melhores princípios de reciprocidade. Em nome dessa de justiça, Mouzinho da Silveira almejava modificar a estrutura do comércio externo português *a respeito do Comércio da América, conquanto ele era quasi restricto ao Brasil, e era isto o resultado do Sistema Colonial*. O livre comércio que defendia conservava, mesmo assim, um toque de protecção relativamente àquelas partes do mundo onde a bandeira portuguesa gozava de certa exclusividade, como era o caso em Ásia, nas possessões de África ou nas ilhas portuguesas. Se a regra fosse geral, como refere o Deputado, *as Bandeiras mais perfeitas, e económicas, que vivem do Comércio de Transporte, haviam de usurpar necessariamente as vantagens da Bandeira Portuguesa, e da dos diferentes Estados da América*⁹⁹⁵.

Esta hipótese de Mouzinho da Silveira demonstrava as circunstâncias similares em que se encontravam tanto a navegação hispano-americana como a portuguesa: uma situação de debilidade frente aos Estados Unidos, os Dinamarqueses, e outras Nações. Esta fraqueza era, não obstante, uma razão para que estas nações americanas e Portugal cerrassem fileiras para cobrir suas necessidades de transporte, um acordo tácito que deixava também de lado as diferenças provenientes dos regimes políticos estabelecidos ou as avaliações sobre a sua legitimidade ou a sua legalidade. A realidade era essa: a boa vontade política de comerciar encontrou-se com a insuficiente capacidade da marinha ou da navegação para referendar as palavras do Deputado.

Em relação aos acordos, é oportuno retomar a frase «diferentes países da América» do deputado Morais Sarmiento, pois acabava com a pretensão de uma Lei Condicional, dependendo para sua execução daquilo que fizerem as Nações, como propunha Francisco Joaquim Maia atendendo às possibilidades de conflitos de interesses. A promulgação desta condicionante pressupunha entrar em negociações particulares para garantir a segurança da navegação e do comércio americanos mediante tratados binacionais com nações independentes que eram antigas colónias de Espanha. Neste ponto, o conflito de interesses aflorava e impossibilitava uma decisão rápida nas Cortes porque para fazer tratados de

⁹⁹⁴ *Ibidem*, Intervenção de Pereira do Carmo, pp.253-254.

⁹⁹⁵ *Ibidem*, Intervenção de Mouzinho de Silveira, p.262.

comércio Portugal reconheceria praticamente a independência dessas nações e atentaria contra o reino vizinho.

Tal consideração colocava a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros numa posição política delicada, por um lado, na sua relação com a Espanha, onde vigorava a ideia de uma aliança peninsular já comentada na correspondência entre Solano Constâncio e o chanceler Pinheiro Ferreira; e, por outro lado, com nações americanas em paz com Portugal que já tinham oferecido a reciprocidade e igualdade de direitos. Além disso, a proposta do deputado Maia só poderia ter lugar com as Nações parceiras comerciais de Portugal porque nessas relações, já há tempos criadas, há direitos estabelecidos para os géneros portugueses. Segundo confirmava o deputado Campos, isto não era aplicável a países como Colômbia, por exemplo. *Suponhamos que de Colômbia vem Géneros Coloniais, os Direitos, que deveriam pagar, segundo o Sr. Maia, senão os mesmos, que os nossos lá pagassem. Mas, contrário à igualdade que deveria prevalecer num futuro comércio binacional, não tendo Portugal ainda lá mandado Géneros de nossa produção, não poderíamos impor-lhes um Direito que não fosse arbitrário, e sem regra, porque a regra não existia*⁹⁹⁶.

O raciocínio do deputado Campos atendia a uma forma de agir, de tipo geral, aplicada às relações entre Portugal e Colômbia, ou outro país americano, em termos de igualdade e reciprocidade de interesses comerciais. O deputado Campos advogava por libertar de intermediários o comércio com a América para abrir relações com aqueles povos e, para isso, era determinante promulgar *que os seus Géneros serão admitidos, e que, vindo directamente em Bandeira sua, pagarão um Direito mais módico do que se vierem indirectamente, ou em outra qualquer Bandeira*⁹⁹⁷.

A intenção de oferecer os benefícios do porto livre de Lisboa ao comércio americano tinha em consideração a concorrência de outros portos peninsulares já anteriormente estabelecidos, particularmente os estabelecimentos portuários espanhóis, os do comércio de Hamburgo, do Warehousing System inglês, dos Entrepostos franceses, e

⁹⁹⁶ *Ibidem*, Intervenção de Francisco A. Campos, p.262. «Henriques, Francisco António de Campos» (Campos, F. A. no *Debate Parlamentar*) (1780-1873). Advogado, filólogo, mação. Fundador e primeiro presidente (1834-1835) da Associação Mercantil Lisbonense; defendia fomento do comércio desde os cargos que desempenhou na administração pública, Deputado, pertenceu a várias comissões entre elas: Comissão Permanente do Comércio (1822 e 1826) e Comércio, Arte e Manufaturas (1834) Mónica (2004), Vol. II (D-M), pp.415-418.

⁹⁹⁷ *Ibidem*, Intervenção de F. A. de Campos, p.264.

*quase todo o de Gibraltar*⁹⁹⁸. Sobre este último, a Cortes estavam ao corrente das intenções de Inglaterra de impulsionar o tráfico comercial de *Goods of the growth, produce, or manufacture of any Country or place in America or the West Indies, being or having been a part of the dominions of the King of Spain*⁹⁹⁹, transportados em barcos britânicos, para fazer de Gibraltar um centro de intercâmbio de mercadorias entre o Mediterrâneo e o Atlântico, segundo o estipulado em «*Regulations under which our Commercial Intercourse with Foreign Countries is to be carried on*», prova evidente da concorrência inglesa e do óbvio interesse nas jovens republicas surgidas do desmembramento do império espanhol, além destas *Regulations* propiciarem um claro reconhecimento pela via comercial.

De facto, o plano britânico avançava. Desde 1824, segundo relatava a Real Junta de Comércio portuguesa sobre as vantagens das operações do porto de Gibraltar, se vinha formando no Promontório *um depósito geral de todas as produções do Universo*, graças também à ajuda de *outros portos*, o que remete para os portos intermediários no comércio atlântico, entre Europa e América. Em 1827, três anos depois do Relatório da Real Junta de Comércio, no mesmo ano em que era discutido o Projeto N° 101 nas Cortes Portuguesas, um dos meios oficiais de Colômbia mostrava como o comércio de Gibraltar com portos colombianos estava consolidado¹⁰⁰⁰.

Morais Sarmiento era um deputado com conhecimento das «Regulations» e supõe-se que conhecedor também do interesse britânico nas antigas colónias espanholas desde que desempenhou o cargo de encarregado de negócios em Londres. Nessa época ele coincidiu com os agentes colombianos, entre os quais Francisco António Zea, o mesmo que se correspondeu com o chanceler Pinheiro Ferreira, e com importantes seguidores de Colômbia, como Jeremy Bentham¹⁰⁰¹.

⁹⁹⁸ *Memória dos Trabalhos da Comissão para o melhoramento do Comércio nesta Cidade de Lisboa, criada por determinação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, de 28 de Agosto de 1821*. Lisboa, Typographia Rollandiana, p.99.

⁹⁹⁹ *Regulations under which our Commercial Intercourse with Foreign Countries is to be carried on*, anexo a: ANTT, MNE, Londres, Cx. 747. Of. 71. De Cristóvão Pedro de Morais Sarmiento, Barón de la Torre de Moncorvo, para MNE.

¹⁰⁰⁰ ANTT MNE. Real Junta do Comércio, Cx 405. Relatório 1824. Em 1827, tanto a conexão de Gibraltar com Venezuela como o comércio indireto com o Caribe são evidentes tal como mostra a «Relación de la entrada y salida de buques Maiores en la rada de la Guaira en todo el mes de Julho de 1827». Neste mapa, aprecia-se que portos em Gibraltar e S. Tomás enviavam produtos não próprios de sua região nem do país, como os caldos ou vinhos, quando França os exportava diretamente, em troca de cacau, café e outros frutos do país. *Gaceta del Gobierno*. Caracas, N° 8, 10-10-1827, p.2.

¹⁰⁰¹ ANTT MNE. Leg. Londres, Cx 747. Of. 71 de Cristóvão Pedro de Morais Sarmiento, Barón de la Torre de Moncorvo, que remete as «Regulations...». Desde seu cargo de encarregado de negócios em Londres, Morais Sarmiento coincidiu com a missão de Francisco Antonio Zea, entre 1820-1822, para obter o reconhecimento de Colômbia, fundos para a dívida pública e negociar um empréstimo. Ambos conheciam a Jeremy Bentham,

Além desta concorrência inglesa, as considerações económicas que se faziam sobre a América visavam ostensivamente agradar a Corte de Madrid e espionar, ao mesmo tempo, os portos espanhóis. Efetivamente, o debate nas Cortes Gerais tinha em vista o estado das relações de Portugal com a Espanha sem ignorar as antigas possessões de Castela. Contudo insistia-se na separação dos assuntos e na evidência dos factos, na paz política antes que no bem comercial. A insistência refletia o desejo de não alterar as relações políticas em que pareciam atuar comodamente alguns deputados que advertiam às Cortes para se não intrometer com *a Política externa, admitindo nos nossos Portos para comércio os vasos das novas Nações Americanas*, com o argumento de seguir *o exemplo das Nações mais respeitáveis e que estão em perfeita amizade com a Espanha*. Mas alguns deputados, como Morais Sarmiento, consciente da situação da diplomacia externa portuguesa e das audácias comerciais de outros vizinhos, comentavam que a Inglaterra, a aliada de Portugal, já tinha na América os seus agentes comerciais¹⁰⁰².

O perfil francamente económico do Projeto 101 não desestimou o perfil político. De facto, as Cortes assim o faziam ao valorizar também a situação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros porque tinham razões para isso. O serviço externo devia certamente chamar a atenção para as perspectivas do comércio, mas também para os sinais de uma possível nova expedição militar para reconquistar a América espanhola. Espanha ainda mantinha ambições de reconquista das quais efetivamente se tinham notícias, como informava a partir de Bordéus José Maria Cosmelli. De acordo com um ofício deste cônsul português, datado de 1826, um espanhol chamado Irigoyen chegou àquela cidade com ordem para fazer um contrato com os negociantes locais. A visita tinha por fim obter embarcações francesas para conduzir as tropas espanholas em duas expedições, projetadas pelo governo de Sua Majestade Católica, contra os revoltosos da América: um alvo militar era Buenos Aires e a segunda expedição tencionava atacar os colombianos e os mexicanos¹⁰⁰³. Deste modo, as

impressor, importante mediador de notícias de toda América e amigo de Francisco de Miranda. Bentham se correspondia com personalidades europeias e americanas, contando entre as portuguesas com José da Silva Carvalho, ministro de justiça; Manuel Fernandes Tomas, eleito às Cortes de 1820; José Fernandes Tomas, secretário da Legação de Portugal em Londres; João Bernardo da Rocha Loureiro, editor de *O Portuguez*; João Baptista Felgueiras, deputado e secretário das Cortes, entre outros. Fuller, Catherine (Ed.) (2000), *The Collected Works of Jeremy Bentham*. OUP, Vol. 11: Correspondence January 1822 to June 1824.

¹⁰⁰² Sobre este assunto também intervieram os deputados Guerreiro e F. J. Maia, Ata 26, p.246. Morais Sarmiento seguiu logo a política britânica com interesse desde Londres. «Morais Sarmiento, Cristovão Pedro de» (Barón de Torre de Moncorvo) (Brasil, 1788- Inglaterra, 1851). Foi representante da Regencia da Terceira. Env. Ext. e Min. Ple. em Londres (Nomeação, 1833-12-16 - Termo em 1837-08-29). Entre 1846-1850, Encarregado de negócios em Londres e Bruxelas e Haia e Copenhaga. Assinou o Tratado da Quádrupla Aliança. In: Valdez (1855), pp.72-73.

¹⁰⁰³ ATT MNE. Cons. Bordéus, Cx 255. De cônsul Jose Maria Cosmelli para António de Saldanha da Gama, Conde de Porto Santo. Of. Nº 2. Bordéus, 22-01-1826. É de recordar que Saldanha foi Ministro da Fazenda

considerações comerciais para navios e produtos de Colômbia deviam medir-se dentro do âmbito político, quer dizer, no compasso de espera determinado pela política externa da Corte amiga de Madrid.

É de destacar que o ofício do cônsul Cosmelli respondia perfeitamente às instruções impostas aos cônsules desde a Resolução de 1789, da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, que invocava a salvaguarda e o trabalho convencionado com os negociantes portugueses na praça. Bordéus era, aliás, um porto francês com um considerável número de operações transatlânticas nas quais participavam comerciantes lusitanos residentes nessa cidade e seus arredores. Estes cidadãos davam ocupação ao consulado com a concessão de passaportes a navios de bandeira portuguesa e estrangeira transportando mercadoria para Portugal, licenças a patrícios, registo de atividades e residência de comerciantes portugueses naturalizados franceses ou com algum projeto de traficar com América¹⁰⁰⁴.

Outros tipos de considerações eram tomadas em conta em relação à concorrência comercial que os portos espanhóis ofereciam aos embarcadouros do Porto e de Lisboa: para convertê-los em depósitos de mercadoria americana os comerciantes tinham que olhar para os produtos de qualidades diferentes como não o tinham feito antes. Se o mesmo produto provinha de diferentes regiões, caso do trigo que podia vir de Buenos Aires ou dos Estados Unidos, as qualidades variavam e a imposição unilateral de preços torna-se mais difícil. Neste sentido, os debates nas Cortes observavam as operações portuárias e a navegação coloniais centralizadas enquanto aquelas foram rentáveis e garantidas pelo entusiasmo oficial. Daqui partem acusações sobre a decadência do comércio e a navegação, do facto *que os Portugueses outrora dirigiram todas as suas especulações para a Asia, e depois exclusivamente para o Brasil*, atendendo a esses mercados quanto eram exclusivos. Agora, pressionados pela conveniência de *muita Navegação, muito Comércio, Comércio vantajoso, seja ele para que parte for*¹⁰⁰⁵, teriam que atender à posição estratégica dos portos peninsulares em relação ao comércio dos produtos dos «diferentes Países dá América».

interino até 1825 e Ministro dos Negócios Estrangeiros até 1826, pelo que se supõe que este tipo de informação circulou entre as duas jurisdições.

¹⁰⁰⁴ ATT MNE. Cons. Bordéus Cx 255. Cartas do cônsul Gabriel Salomão Henriques Raba para Miguel Pereira Forjaz Coutinho, Ministro de Negócios Estrangeiros e da Guerra. Bordéus, 19-12-1814 e 1-07-1816; De Aurelio Gracindo Tota, cônsul geral nos Departamentos da Geronda e Landes, para Marques de Palmela em resposta à circular do 9-10-1824. Of. N° 18 Bordéus, 22-10-1824.

¹⁰⁰⁵ AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 1; Ses. 1; N° 26; 06-02-1827; Intervenção do deputado Guerreiro, p.263.

Uma dúvida ficava exposta por detrás das acusações: a preparação para a livre concorrência. Na altura de nova discussão do Projeto e das ideias que este encerrava, nos dias 5 e 6 de Fevereiro de 1827, com maior ou menor entusiasmo persuasivo, intervieram deputados como Pereira do Carmo, Derramado, Van Zeller, Marciano de Azevedo, Mouzinho da Silveira, Maia, Manoel Antonio de Carvalho, Pereira de Sá, Soares Franco, F. A. Campos¹⁰⁰⁶. Mas, em resumidas contas, no debate foram considerados aspetos geo-históricos, científicos e, inclusive, ontológicos para justificar a supremacia da costa portuguesa atlântica sobre a espanhola e, com ela, *a proposição, de que a Lisboa e ao Porto deve, pela ordem natural das coisas, pertencer o Comércio entre a Espanha e a América, com particularidade tudo o que decorre do Continente hoje chamado de Colombia até as Floridas.*¹⁰⁰⁷

Estas palavras do deputado Morais Sarmiento apoiavam-se também na análise das rotas estabelecidas, nos tempos de navegação e nas referências dos estudos realizados por cientistas, dos quais se destaca Alexandre von Humboldt por ter descrito a grande *facilidade das comunicações entre a Espanha e o Continente Americano*. Segundo as descrições do Sábio alemão, Portugal se mostra mais vantajoso ainda que *não há Portos alguns que possam competir com os de Lisboa e Porto, porque a sua posição abrange todos os distritos, que não estão em próxima comunicação com a Praça de Cadiz, Portos do Mediterrâneo, e do lado oposto à costa de Cantabria.*¹⁰⁰⁸

No entanto, um porto franco português e a motivação de uma navegação direta arcavam primeiramente a permissão no espaço português de navios colombianos e de outros países americanos. Com este pensamento surge uma possível fricção política com os

¹⁰⁰⁶ As discussões na Assembleia envolviam tanto posições ideológicas radicais como outras mais moderadas. A influência do pensamento liberal e as aproximações a assuntos do Estado a partir da maçonaria foram visos, mais ou menos, frequentes, segundo se apura das biografias de alguns destes parlamentários e das alocações dos diversos deputados nos debates sobre este Projeto, nos dias 5 e 6 de Fevereiro de 1827. «Carvalho, Manuel António de» (1785-1858). Advogado, liberal, mação, ministro de fazenda (17-6-1827/26-2-1828) Mónica (2004), Vol. I (A-C), pp.661-663; «Carmo, Bento Pereira do» (1776-1845), liberal, mação, deputado 1826-1828. *Ibidem*, Vol. I, pp.581-583; «Derramado, José Inácio Pereira» (1785-1852), agricultor e proprietário liberal, patriota antes do que partidário *Ibidem*, Vol. II (D-M), pp.33-35; «Franco, Francisco Soares» (1772-1844), liberal, mação, matemático, médico, sócio da Academia Real das Ciências. *Ibidem*, Vol. II (D-M), p.208; «Hipólito, António Marciano de Azevedo». Advogado, mação, eleito para 1826-1828, interessado em finanças e na constitucionalidade das leis. *Ibidem*, Vol. II (D-M), pp.424-426; «Maia, Francisco Joaquim» (1791-1854), da Acad. Real da Marinha e Comércio de Porto; eleito deputado em 1826; ligado a empresas e corporações comerciais, a favor de uma atualização das leis económicas e financeiras. *Ibidem*, Vol. II (D-M), pp.728-731; «Mouzinho da Silveira, José Xavier» (1780-1849), «o mais importante legislador do liberalismo português». p.745. Membro da Comissão da Fazenda da Câmara dos Deputados. *Ibidem*, Vol. III (N-Z), pp.745-748; «Van Zeller, Francisco» (1835-1918). *Ibidem*, Vol. III (N-Z), p.950.

¹⁰⁰⁷ AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 1; Ses. 1; Nº 26; 06-02-1827; Intervenção de Morais Sarmiento, p.248.

¹⁰⁰⁸ *Idem*.

espanhóis devido à tolerância oficiosa que se aponta sob a neutralidade. A este respeito, esgrimia-se a neutralidade de Inglaterra que era, efetivamente, um referente recente em relação a América¹⁰⁰⁹. A tolerância oficiosa era ainda mais evidente na posição neutral adotada por Espanha para com os contrabandistas na fronteira entre as duas Coroas que conseguiam amparo em terras espanholas. Com este antecedente, a reciprocidade tornava-se retaliação e outorgava a Portugal o direito de receber às embarcações dos novos Estados da América, que eram considerados corsários pela Espanha.

Os debates introduziram esta questão preocupante de começos da década de 1820: a presença e consequências dos ataques corsários. Sobre este caso particular, o tema do contato político reapareceu nas Cortes ao tratar os prejuízos económicos causados aos navios portugueses pela pirataria em águas atlânticas americanas. A esse respeito, a poucos dias dos cortes orçamentais exigidos pelas Cortes e da proposta do chanceler Pinheiro Ferreira, o Soberano Congresso interessou-se pelas notas, ofícios e transações diplomáticas que tiveram lugar no tratamento político do problema corsário. Em relação aos corsários, a separação de interesses políticos e económicos não podia manter-se por muito tempo e nesse requerimento ao Governo os deputados demonstraram-no; conquanto por um lado, os deputados patenteassem os seus conhecimentos sobre o revolucionário Artigas e seus corsários, o armamento em portos de Estados Unidos, a conformação das tripulações, a venda de presas e cargas mas, sobretudo, as causas pendentes de indemnização e o direito dos proprietários portugueses afetados, e, por outro lado, eles pedissem ao Secretário Secretario um estado detalhado de quanto tinha ocorrido acerca deste objeto a instâncias diplomáticas¹⁰¹⁰.

Apesar da relutância de alguns membros das Cortes Gerais em reconhecer a independência das nações hispano-americanas, era evidente a tendência a favor de um intercâmbio comercial e de negociações mais estreitas a partir de eventos e assuntos que mereciam, como as consequências dos ataques corsários. Dois exemplos disso eram o trabalho realizado por José Francisco Correa da Serra, o ministro plenipotenciário de

¹⁰⁰⁹ O projeto de Bill discutido no Parlamento britânico, a raiz da saída de navios armados em curso ou com apetrechos de guerra e a entrada de súbditos Britânicos ao serviço dos governos americanos, em grande parte a Venezuela, provocaram representações de negociantes, manufatureiros e donos de barcos à Câmara dos Comuns, alegando em defesa de seus interesses, que esse projeto rompia a neutralidade da Grã-Bretanha e era uma medida hostil para com os hispano-americanos e contrária às mais vitais conveniências do povo inglês. O Bill passou a lei com uma emenda que contravinha o tratado de 1814 entre Grã-Bretanha e Espanha sobre a neutralidade do primeiro na guerra colonial espanhola em América. Bello, Ricardo Montaner (1961), *Historia Diplomática de la Independencia de Chile*. Santiago de Chile, Editorial Andrés Bello, pp.81-82

¹⁰¹⁰ Ofc. para Pinheiro Ferreira. Paço das Cortes, 25-09-1821, in: AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional. Corte Constituinte de 1821, Leg. 1, Ses. 1, N° 184, 25-09-1821, p.2410.

Portugal em Washington desde 1816, e as intenções implícitas na nomeação de um Enviado junto ao governo de Buenos Aires, em Julho de 1821. Em ambos casos, a ação diplomática estava destinada, entre outros fins, a recuperar as perdas económicas causadas pelos corsários armados nos Estados Unidos, em especial os do revolucionário Artigas. A disposição para iniciar negociações com a Colômbia sobre o problema corsário mal tinha começado com Francisco Solano Constâncio em 1822 e já ficariam truncadas de imediato, assim como as instruções e planos que o chanceler Pinheiro Ferreira lhe tinha transmitido¹⁰¹¹.

O problema dos corsários exigia um serviço diplomático português voltado não só para atuar junto aos governos das repúblicas de toda América, mas também face às potências europeias com territórios coloniais no Mar das Caraíbas, como era o caso de Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Holanda ou Suécia. A estas colónias chegavam navios portugueses apresados por corsários e a partir delas eram re-exportadas as cargas como mercadorias brasileiras em barcos que faziam concorrência à marinha portuguesa¹⁰¹². A dinâmica dos acontecimentos levou então a reconsiderar os aspetos económicos, como o comércio, a navegação, os corsários, a informação portuária, o movimento dos comerciantes, entre outros aspetos, como atribuições da representação consular a nível de encarregados ou agentes de negócios tal como fora a insistência de Pinheiro Ferreira.

C. Entre o Cônsul e o Ministro

Até agora, as partes anteriores do trabalho realçam iniciativas empresariais e comerciais, projetos de colonização, populações em movimentos entre outros aspetos. Relativamente às relações entre Portugal e Venezuela, elas mostraram-se desconexas quando consideradas individualmente. Vistas assim, as partes anteriores do nosso texto são narrações de episódios truncados. Porém, quando percebidas num contexto de interconexões, verifica-se que os aspectos tratados convergiram tanto em várias instâncias epistemológicas, desde a conceção ideológica dos projetos políticos e económicos nacionais até o pragmatismo vantajoso perante às circunstâncias, como em vários pontos geográficos,

¹⁰¹¹ Bessa (1994), pp.113- 118

¹⁰¹² Cf.: aviso de remessa do produto da porção de carga de 2 navios portugueses apresados e vendidos em S. Eustáquio, através do Ministério das colónias em Haia, remetidos por J. Dull & Filhos, procuradores de vários interessados, a seus correspondentes em Lisboa. Além disso, envio de duas letras de câmbio, por liquidação de sal apressada: uma, a João Daniel & Filhos e Arbmán sobre Stutchens M.; e outra a Charro M. sobre Domingo Teixeira Marques. ANTT MNE. Consulado em Amesterdão. Registo de correspondência para a Secretaria de Estado. 1822/1833. Livro 379. Para Manoel Anthunes M. a Lisboa. 14-08-1822. f27. Informes da chegada dum navio dinamarquês vindo da ilha de S. Tomás, carregado de géneros coloniais, entre os quais 2.170 tôros (cem quintais, pouco mais ou menos) de Pao Brasil. ANTT MNE. Consulado em Bordéus, Cx 255. De Aurélio Gracindo Tota para Marques de Palmela. Of. N° 17, Bordéus, 28-09-1824.

a partir de metrópoles comerciais até portos intermédios, onde concorrem ideias, mercadorias e personagens. Na visão deste contexto verifica-se um processo de consolidação e constrição das interconexões que, desde meados do século XIX, propicia um relacionamento oficial entre ambos os países.

A retrospeção traz consigo a compreensão dos acontecimentos. O raciocínio adequava a política exterior à existência de intercâmbio comercial e ao crescimento dos interesses de Portugal nos países americanos no contexto maior das relações entre Europa e a América; este crescimento acompanhava a conhecida partilha internacional do trabalho que, emoldurada no que o historiador Tulio Halperin Donghi chama o «Surgimento da ordem neocolonial»¹⁰¹³, fez fluir tanto uma corrente portuguesa de pessoas e de produtos, além do Brasil, para a zona das Caraíbas com a consequente irradiação desta última para a Venezuela, quanto uma corrente venezuelana para o exterior. A partir destas duas premissas - o crescimento e a confluência de interesses -, só restava assumir, de maneira prática, a aliança correspondente à situação nacional e binacional. O pragmatismo concretizou-se no estabelecimento de representações consulares destinadas a cuidar os interesses nacionais que, em meados de século, precisavam ser normalizados em pró da amistosa convivência internacional.

a. Os Primeiros cônsules: Montauban e Crespo

A década de 1850 começou assim com referências suficientes para entabular relações políticas diretas baseadas na amizade de dois Estados soberanos. O mundo político compartilhado por ambos países dispunha já então dos fios condutores para elaborar um discurso baseado em laços históricos, na partilha de ideais e ações entre portugueses e venezuelanos, a começos do século XIX. As reformas impulsionadas pelo pensamento liberal a partir da Europa e dos Estados Unidos aproximaram venezuelanos e portugueses adequando os seus ideais e seus anseios políticos; essas mudanças tinham apressado os planos de reconhecimento de Venezuela como República independente e o projeto de unidade ibero-americana formulado por Portugal. Ao mesmo tempo, os convénios que Portugal assinara a nível de governos foram cada vez mais questionados pela mesma evolução dos factos, tal aconteceu nas Índias Ocidentais Británicas e, assim, as tentativas de aproximação consular foram-se repetindo, como ficou provado na análise sobre os primeiros agentes e consulados portugueses no Mar das Caraibas.

¹⁰¹³ Donghi (1998), pp.207-358.

Representações diplomáticas e consulares da Venezuela em Portugal



Fonte: Museo Naval de Madrid, detalhe de: «Bowles's New One - Sheet Map of America. London. 1795».

Intervenção: A. Abreu Xavier

Representações diplomáticas e consulares da Venezuela em Portugal, com ano de criação

1	Lisboa	1856
2	Porto	1869
3	Funchal	1896
4	São Miguel	1905
5	Lisboa - Legação	1915

A criação das primeiras representações diplomáticas e consulares da Venezuela em Portugal foi guiada pela importância das atividades políticas e económicas que se concentravam em Lisboa (1) e no Porto (2). Algumas linhas de navegação europeias faziam escala na ilha de Madeira (3) para abastecer-se, tomar carga e passageiros antes de continuar sua viagem para a América. A exportação de produtos madeirenses e o crescente fluxo emigratório, tanto para as zonas vizinhas como para Venezuela, determinaram a criação de um Consulado venezuelano em Funchal. O arquipélago das Açores (4) mostrou também ser uma escala no tráfico transatlântico de interesse para Venezuela que criou um Consulado em São Miguel. Lisboa foi honrada com a Legação da Venezuela, em 1915, em resposta à atenção de Portugal por ter criado uma Legação no Panamá, encarregada dos assuntos de Caracas, em 1914.

A situação geopolítica caribenha contribuiu também para tecer um discurso assente numa perspetiva económica. Os fluxos comerciais que mantinham as metrópoles europeias em direção a América foram um canal indireto de dupla função: atrair agentes officiosos portugueses, transformados em viajantes, comerciantes e piratas, e introduzir e distribuir produtos nas Antilhas e dali na Venezuela. A política de representação consular seguiu-os e chegou posteriormente a eles a muitos portos caribenhos. O discurso coloria-se com o gesto social de servir vinho Madeira como uma atenção especial aos visitantes das agrestes campinas e florestas do interior do país. Em sentido contrário, géneros venezuelanos tornaram-se objeto de negócio entre os portugueses. Em especial, o cacau e o café foram conhecidos entre os portugueses residentes nas cercanias das costas venezuelanas. Conduzidos até ali por um fluxo migratório que procurava satisfazer tanto projetos de povoamento americanos, como resolver problemas de intolerância religiosa e de malthusianismo, estes vizinhos portugueses impulsionaram o crescimento económico regional.

Ao mesmo tempo, as comunicações evoluíram de tal maneira que fizeram cada vez mais conhecidas as mercadorias de uma ou de outra região do mundo e expandiram a fronteira do mundo comercial no que diz respeito a Portugal e à Venezuela. Nesta evolução, a frente político e a frente comercial seguiram assim trabalhando em conjunto. De facto, as redes comerciais foram-se estendendo através de sociedades, empresas familiares e iniciativas individuais que integravam informação, contactos pessoais e interesses políticos, de maneira sempre mais estreita, nos canais de comercialização. O mesmo acontecia no âmbito consular, pois o duplo papel de cônsul - empreendedor com os seus conhecimentos e amizades criava situações e resultados convenientes para fomentar o comércio. Prova disso era a reiterada súplica consular de enviar agentes comerciais que depois seriam postos em contacto com as autoridades locais e convidados a visitar zonas onde os comerciantes nacionais realizavam suas atividades. Os cônsules estavam conscientes que negócios eram sinónimos de oportunidade e que a rivalidade comercial não deixava tempo para esperar que os passageiros chegassem aos portos para conhecer as notícias mais recentes; a concorrência obrigava a procurar, distribuir e empregar a informação como uma necessidade e uma garantia. Assim, a frequência e a rapidez da circulação da informação se tornaram, por igual, condições exigidas à navegação e ao serviço consular.

Se o crescimento e a afluência de interesses não bastassem para justificar uma relação direta, a dinâmica da navegação venezuelana contribuiu igualmente para reduzir o número de intermediários nas re-exportações destinadas ao país. O aumento da frota mercante nacional, à custa da iniciativa privada, conectou os portos da Venezuela com

conhecidos depósitos portuários de re-exportação; alguns eram portos que contavam já com consulados de Portugal devido ao facto de neles se operar o trânsito direto de mercadorias, passageiro e navios portugueses ou de bandeira de países amigos. Como se viu, este fator da navegação direta tinha sido um aspeto económico diferenciador empregado pela diplomacia portuguesa para determinar a nomeação dum agente comercial ou da abertura dum consulado. As companhias venezuelanas requeriam a certificação consular para operar como garantia de qualidade e da origem da mercadoria, uma medida contra o contrabando; este requisito aproximou empresas de comércio marítimo e negociantes aos seus pares e aos agentes consulares portugueses. Sob este sistema de certificação trabalhava uma grande parte das empresas navegadoras, como teriam feito a firma de Roberto Todd com seu comércio triangular La Guaira - Puerto Cabello - S. Tomás¹⁰¹⁴; ou Dallett, Boulton & Cía.

Esta última era uma sociedade de comerciantes comissionistas que operava em Caracas, La Guaira, Maracaibo e Puerto Cabello, e que fora formada em 1833 pelo norte-americano John Dallet e o britânico John Boulton¹⁰¹⁵, no estilo de muitas sociedades nessa altura que, no contexto americano, juntavam capitais estrangeiros com parceiros nacionais. Boulton além de comerciante fixado na Venezuela exerceu cargos ao nível consular. Esta casa comercial era a sócia correspondente da *Atlantic and Caribbean Steam Navigation Cº* constituída em Filadélfia para facilitar as crescentes importações de sabão, farinha e vinhos, e as exportações de couros, café e anil do comércio da Venezuela. A *Atlantic* era dirigida por Henry C. Dallet, irmão de John, pelo que eles repetiam o esquema familiar do comércio. Nas suas viagens, a Linha D Vermelha, como era melhor conhecida a companhia, tinha escalas ocasionais em Barbados, Cuba, Curaçao, Demerara, Santa Lucía, St. Thomás e Trinidad; a partir de onde podia estender-se a Rio de Janeiro, entre outros destinos. O objeto da exploração comercial, que incluía a revenda de vinhos à Venezuela, e as escalas de suas rotas envolviam portos com consulados de Portugal, reduzindo o número de intermediários nas consignações de mercadorias num circuito de negócios onde o D

¹⁰¹⁴ A partir de meados do século XIX, Venezuela contava com 5 empresas particulares de navegação nacionais que funcionavam sob o regime de concessões, ao estilo do Contrato entre o Governo com Roberto Todd. Ministerio de Marina (1864), *Memoria del MM presentada a la Asamblea Constituyente, 10-Dezembro-1863*. Caracas, Melquiades Soriano, pp.38-39, 72-74.

¹⁰¹⁵ «Dallet, John» (Estados Unidos, 1809 - 1862). Comerciante estabelecido na Venezuela em 1824; fundador, com o seu irmão Henry C. Dallet, da empresa de navegação Rede «D» Line (1839), com 5 veleiros e empregava outros barcos mediante contratos temporários; «Boulton Townley, John» (Inglaterra, 1805 - Estados Unidos, 1875). «Boulton, John», Comerciante e empresário em La Guaira desde 1826, consignatário com Estados Unidos e Inglaterra. Fundador da Casa Boulton e linhas de navegação em Venezuela («D» Roja, 1839; e Vapor Puerto Cabello - La Guaira, 1854). A Casa seguiu, desde 1861, sob a direção de seu filho, Henry Lorde Boulton. *DHV-FP*.

Vermelho geria o seu monopólio, de maneira confiável, na década de 1850, sem descuidar as atenções devidas ao poder político¹⁰¹⁶.

Outra iniciativa venezuelana que fomentou uma aproximação com a política caribenha, e por extensão com a administração colonial europeia nas Caraíbas, foi a luta contra o contrabando. Efetivamente, a Venezuela realizou tentativas para controlar o comércio ilícito, para isso, pensou investir os consulados de uma função policial que se prolongou até ao século XX. Já em 1837, José Eusébio Galegos, à frente da Secretaría de Hacienda (Ministério das Finanças), propôs controlar o contrabando a partir do seu ponto de origem e para tal fim recomendou o estabelecimento de cônsules naqueles países estrangeiros onde o Governo venezuelano os cria necessário. A intenção de Hacienda desde então foi garantir o correto pagamento de impostos aduaneiros, tanto pela exportação e nacionalização da mercadoria, como pela correta taxaço da mesma de acordo com a origem e a qualidade, tarefa que seria da responsabilidade consular¹⁰¹⁷.

A reestruturação consular tocou também o funcionamento do aparelho burocrático. Por esta altura o Governo venezuelano começou a conceber uma lei para normalizar o serviço exterior. As primeiras *observaciones abstractas* para esta lei, concebidas por Jacinto Gutiérrez, foram publicadas em Janeiro de 1856. Estas observações consagraram a incompatibilidade das funções diplomáticas, aquelas orientadas á alta política entre Estados, com as consulares, encaminhadas para a gestão dos interesses dos nacionais¹⁰¹⁸. As notas de Gutiérrez preludiavam o desejo oficial de impedir *hacer agentes diplomáticos a cônsules comerciantes*, uma sugestão para elevar a equanimidade do corpo diplomático, tanto nacional como estrangeiro, e definir as instâncias dos cônsules que, ao crer-se *con independencia (...) se confunden con los ministros públicos*¹⁰¹⁹. A decisão sobre a categoria da representação na Venezuela recaía, assim, em cada um dos Governos amigos; tocava a

¹⁰¹⁶ Dallet Jr., Francis James (1956), «La Línea D Roja», in: *El Farol*. Caracas, Creole Petroleum Corp., Ano XVII, Nº 162, Fevereiro 1956, pp.30-33. Vila (1976), pp.75-76. Berglund, Susan (1986), «La Casa Boulton y el crédito mercantil», in: *Tierra Firme. Revista de Historia y Ciencias Sociales*. Caracas, Ano 4, Vol. IV, Outubro-Dezembro, pp.559-576. Banko (1990), p.364. González Deluca (2001), pp. 60-62.

¹⁰¹⁷ Ministerio de Hacienda (1940). *Datos sobre el contrabando en Venezuela*. Caracas, Edit. Bolívar, p.39.

¹⁰¹⁸ Neste sentido, apura-se a semelhança entre o pensamento político diplomático venezuelano e o das Cortes portuguesas verificado na reformulação da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros quando o chanceler Silvestre Pinheiro Ferreira, em 1821, no sentido de separar embaixadores e cônsules. AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 1, Ses. 1, Nº 25, 05-02-1827, pp.243-252; e Nº 26, 06-02-1827, pp.253-265.

¹⁰¹⁹ MRE (1856), *Exposición que dirige al Congreso de Venezuela el Secretario de Relaciones Exteriores*. Caracas, Imprenta e Litografía Republicana, pp. 39-40.

eles dispor o seu serviço exterior no país em função da sua conveniência política ou económica, ou ambas¹⁰²⁰.

Uma condição de exceção convidava também a fomentar as relações com Venezuela: a discórdia política liberal-conservadora que detonou a Guerra Federal impôs aos governos estrangeiros acompanhar as atividades e a segurança dos nacionais residentes no país¹⁰²¹. Conquanto o conflito tivesse caráter nacional não se desenvolveu por igual em todas as regiões. O acompanhamento era, portanto, diferente, segundo as regiões de relativa paz civil e avanço económico ou de guerra e retrocesso, mas ambas situações mereciam atenção.

Por um lado, nas áreas mais sossegadas do país desenvolvia-se o comércio: o café crescia nos Andes e saía por Maracaibo e, bem mais importante naquele momento, a extração mineira que se fazia na Guayana saía por Ciudad Bolívar. Nesta região, a economia crescia auxiliada por uma imigração atraída pelo auge aurífero registado nos territórios guianeses venezuelanos da bacia hidrográfica do rio Yuruari, que se tinha iniciado em 1853, e um comércio através do rio Orenoco para Paria, que sustentava esta exploração. Por outro lado, nas áreas mais exaltadas do país registava-se violência: a estratégia militar do corte de aprovisionamento de géneros ao inimigo arrasou a zona central do país que encontrava saída para a sua produção agropecuária por Puerto Cabello e La Guaria; ao mesmo tempo, a necessidade de recursos materiais e financeiros conduziu ao saqueio de empresas comissionistas de cidades comerciais como Barquisimeto, Coro e Valencia. Assim, desde 1855, a Venezuela mostrava uma situação dual: enquanto alemães, britânicos, estadunidenses, franceses e outros estrangeiros, eram favorecidos com concessões na Guiana, sefarditas hispano-portugueses e holandeses enfrentavam problemas em Coro¹⁰²².

¹⁰²⁰ Segundo os estudos de Enrique Bernardo Nuñez, *los agentes diplomáticos extranjeros, personajes de segundo y tercer orden, se daban importancia exagerada como representantes de grandes potencias. Las naves de guerra estaban siempre listas en Martinica, Barbados y Curaçao para acudir a un signo de su mano, y los mismos vicecónsules, según se ha visto, reclamaban privilegios de ministros diplomáticos. La vecindad de Curaçao, desde la cual se fomentaba el contrabando y el comercio de armas, era sobre todo origen de dificultades y conflictos, de constantes reclamaciones de Venezuela.* Ministerio de Relaciones Exteriores (1961), *Anales diplomáticos de Venezuela*. Caracas, Tip. Vargas, Vol. IV, Prólogo de Enrique Bernardo Nuñez, p.XXII.

¹⁰²¹ A Guerra Federal ocasionou novas reclamações que, junto a protestos prévios, criaram vários confrontos entre a política exterior de A. Guzmán Blanco e uma diplomacia estrangeira ameaçadora. O cúmulo dos protestos estrangeiros do século XIX, aunado à declaração de bancarrota de Venezuela, extravasou-se finalmente em 1902 com o bloqueio aos portos do país. Hernández (2005), pp.171, 185, 205, 224.

¹⁰²² Cunill Grau (1999), pp.121-122. «Guerra Federal», in: *DHV-FP*. Cf.: «Ezequiel Zamora: La Guerra Federal» in: Estevez González (2006), pp.41-61.

Como a retrospectiva geral que fizemos concluiu-se que houve mudanças na situação venezuelana, o palco português registara um movimento particular em relação à sua política externa. Vários historiadores portugueses consideram que desde 1850, quando começou a Regeneração e o chamado «Terceiro liberalismo», iniciou-se uma intensa atividade diplomática¹⁰²³. No interior do Governo se formara então uma mudança de atitude em relação ao exterior que se refletiu, de maneira eloquente no período de 1850-1852, mediante várias determinações, entre quais: a renovada atenção à política exterior, em particular, o cuidado relativamente às relações com a América Latina; a preocupação em estabelecer um tratado de comércio e navegação com os Países-Baixos que validasse a reciprocidade no que diz respeito aos navios nas ilhas atlânticas portuguesas e nas colónias holandesas; a difusão pública de relatórios consulares a partir de 25 de Novembro de 1850, abrindo o monopólio da informação que detinham os cônsules; a aprovação de um novo Regulamento Consular que permanecerá em vigência até 1903; a criação de mais de oitenta postos consulares; e o decreto de Dezembro de 1852, que atribuiu ao Presidente do Conselho de ministros as funções do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros¹⁰²⁴.

A atenção dispensada à América Latina nesta época foi de grande importância, tanto mais quanto em simultâneo se estava levando a cabo este movimento administrativo em Lisboa. Além do refletido nos episódios já analisados, o acompanhamento dos assuntos latino-americanos feito pela Legação de Portugal nos Estados Unidos teve como particularidade: a antecipação às reformas consulares. De maneira especial, Joaquim César de Figanière e Mourão, o encarregado de negócios, realizou um papel marcante ao manter Lisboa inteirada da política comercial de Washington para o resto do Continente, em particular os seus tratados e os negócios em torno das possibilidades transoceânicas por Mesoamérica, tanto na Nicarágua como no Panamá; e um assunto ao que Figanière e Mourão somava seu particular interesse: o tratamento da instabilidade política como travão às relações binacionais diretas¹⁰²⁵.

¹⁰²³ Cf.: Serrão (1986), Vol. IX (1851-1890. O Terceiro Liberalismo).

¹⁰²⁴ Serrão (1986), Vol. VIII, p.310; Vol. IX, pp.151-152, 170-171. AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional, Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 7; Ses. 4; Nº 45S; 26-02-1851; pp.1-68; Relatório apresentado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros, pp. 4, 11-12. Santos Freixinho (1995), p.12. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1852), *Regulamento Consular Português (Mandado executar por Decreto de 26 de Novembro de 1851)*. Lisboa, Imp. Nacional.

¹⁰²⁵ ANTT MNE. Cx 557. Leg. nos Estados Unidos. De Joaquim Cesar de Figanière e Mourão, Ofc.s: Nº 14, 20-06-1848; Nº 3, 22-01-1849; Nº 5, 2-02-1850.

No geral a evolução político-económica na primeira metade do século XIX, bem como a sua perspetiva para a segunda metade, indicavam assim a conveniência de uma relação binacional direta. Portugal foi o primeiro a desejar esta aproximação pela via consular. Fê-lo tendo em consideração, primeiro, os portos crioulos mais comerciais e, segundo, procurando abranger a dispersão espacial dos portugueses pelo território venezuelano¹⁰²⁶. Por sua vez, a Venezuela correspondeu à iniciativa portuguesa estabelecendo consulados de acordo às duas megalópolis que concentravam o poder económico e político mas considerando, quase ao mesmo tempo, a importância das regiões de forte emigração.

Neste contexto, o comerciante Eugène Thirion Montauban foi nomeado cônsul de Portugal em Ciudad Bolívar. O seu exercício do cargo está documentado a partir de 1856¹⁰²⁷. A recomendação e a nomeação do seu nome para o cargo tomaram duas vias diferentes até chegar a Caracas, antes do último trimestre de 1855. Por um lado, Montauban tinha construído um círculo de amizades bem situadas na administração pública e no comércio regional. De facto, neste círculo encontravam-se dois personagens que foram associados ao fluxo comercial e migratório com o Golfo de Paria, no oriente venezuelano: Montauban foi o agente francês que, em 1846, tinha percorrido parte da Guayana venezuelana guiado pelo português Pedro Ayres, que era na altura o Comissário de Índios e comerciante amplamente conhecido na região. A viagem foi empreendida em companhia de seu cunhado César, pois em 1841 o Agente comercial já se tinha instalado em Ciudad Bolívar, onde casou com uma filha de Juan Bautista Dalla Costa, o Presidente do Estado de Guiana, uma personagem já mencionada, pois é o mesmo proprietário de navios mercantes e comerciante comissionista com Trinidad, que colaborou no projeto povoador de Pattisonville no rio Caura.

Por outro lado, a representação comercial que motivou a sua primeira viagem à Venezuela obedecia a algum contacto político familiar e comercial nas regiões de Aquitânia e Paris. O confronto das cartas que enviou à Secretária de Negócios Estrangeiros, escritas em Ciudad Bolívar no último trimestre de 1856, referem os seus vínculos políticos em França. Nelas nomeia como correspondente o seu irmão Jules Thirion, cônsul de Venezuela

¹⁰²⁶ Entre a 1ª lei de imigração (1831) e a mudança política de 1935, estende-se uma 1ª etapa da entrada e assentamento de portugueses, caracterizada pela dispersão por todo o país. Abreu Xavier, António de (2009), «A comunidade portuguesa na Venezuela. Uma cronologia da sua presença contemporânea», in: *Migrações. Revista do Observatório da Imigração*. Lisboa, Nº 5, Outubro 2009, pp.171-184, p.172.

¹⁰²⁷ As cartas credenciais ou documentação que avalizem a data de sua nomeação não foram encontradas no fundo «Archivo Antigo. Portugal. Cônsules y Vice-cônsules de Portugal» do AHMPPRE, toda vez que o Vol. I deste fundo começa em 1856. Estamos inclinados a afirmar que sua nomeação foi feita em 1855.

em Paris, que também era cônsul da República Dominicana e de El Salvador. Nestas epístolas refere também algumas anotações e pede desculpas ao Gabinete em Lisboa por ter passado um ano, desde o dia 1 de Outubro de 1855, sem enviar comunicação alguma¹⁰²⁸. A razão desta falta foi uma sucessão de epidemias de cólera, febre-amarela, tífis e varíola, que não deixaram consequências fatais entre os nacionais portugueses, mas flagelou o país durante o ano de 1855 e grande parte de 1856, o que obrigou a formar um cordão sanitário que colocou várias regiões em quarentena com o respetivo isolamento e as consequências para a navegação e o movimento de população¹⁰²⁹.

O laço comercial francês estaria ancorado ao sul de França, com contatos em Bordéus de onde, no final dos anos 1850, segundo o historiador Bernard Lavallé, saiu o negociante Pierre Loustau, também apelidado Montauban, que tinha negócios na Venezuela, onde ia se encontrar com o seu filho. No que diz respeito ao fomento comercial, Montauban mostrou-se diligente no seu papel de negociante que o levou a cruzar várias vezes o Atlântico. Em especial deu uma imagem muito positiva de si para a França e a Venezuela. Para o primeiro país, foi eloquente o espírito empreendedor de vendedor francês plasmado na sua obra *Voyage sur l'Orenoque d'Angostura a Rio Negro. République du Vénézuéla. Frontière du Brésil*, que já citamos e procurava ser, ao mesmo tempo, um livro publicitário da Guayana venezuelana¹⁰³⁰.

O seu talento mercantil, os seus contatos e os seus filhos venezuelanos levaram-no a empreender a melhor das promoções da Venezuela na Europa, naquele momento: a publicação de *Etats-Unis de Venezuela: statistique présentée à Commission Impériale de l'Exposition Universelle de 1867* e a participação do país na dita Exposição, na qual foi nomeado membro do júri internacional, quando então atuava como Cônsul de Venezuela em Paris e contava com a colaboração do português José M. de Nascimento no vice-

¹⁰²⁸ AHDMNE. Cx 769. América Latina. De E. Thirion de Montauban, cônsul de Portugal. Ciudad Bolívar, 1-09 e 1-10-1856. Cf.: Santos Freixinho (1995), pp.108-109.

¹⁰²⁹ Ministerio de Hacienda (1937), *Revista de Hacienda*. Caracas, el Ministerio, Año 1, Vol. 3, Nº 5-6, p.70. Archila, Ricardo (1958), *Historia médica de Venezuela: Guayana, 1858-1958. Centenario de la Escuela Médica de Ciudad Bolívar*. Caracas, Imprenta Nacional, pp.17-19. AHDMNE. Cx 769. Consulados em Venezuela. De Montauban para MNE. Ciudad Bolívar, 1-09-1856. Montauban menciona ter remetido em anexo um relatório sobre a navegação e o comércio que não se encontra na pasta.

¹⁰³⁰ Lavallé, Bernard (1993), «Bordeaux et l'émigration au Venezuela (1850-1900). Contribution à l'étude des relations franco-vénézuéliennes au XIX siècle», in: *Bulletin Hispanique*. Vol. 95, Nº 95-1, pp.295-347, p.301. Consideramos provável que *Pierre Loustau, dit Montauban*, que era comerciante de metais em 1827, e Eugenio Thirion Montauban fossem família. Outro Montauban conhecido posteriormente em Venezuela foi Remy Montauban, o padeiro francês do presidente Antonio Guzmán Blanco. González Deluca, María Elena (2001), p.89. Montauban morreu em 1879, em altamar, numa viagem de regresso de Europa. Montauban (1968), [p.3]. *Bulletin des Lois de la république Française*. Nº 155, Fevereiro 1827, p.4.

consulado da Venezuela em Nantes, também cônsul de Portugal e da Itália¹⁰³¹. Vista a sua posição oficial no Júri, Montauban ficou fora de concurso como expositor individual mas, ainda assim, o seu nome aparece, como representante oficial da Venezuela, em 6 secções da Exposição com 63 produtos venezuelanos e na exibição especial «História do Trabalho» com outros 47 artigos! As opções de medalha viram-se reduzidas aos outros venezuelanos ali presentes e ao resto dos competidores entre os que se contou Portugal¹⁰³².

Perante as provas de iniciativa comercial, o facto de ser o primeiro cônsul de Portugal e nomeado na Guayana, uma das regiões venezuelanas com maior dinamismo nesses anos, na qual, segundo as suas palavras na *Estatística* para a Exposição Universal, *on peut avoir la confiance de les voir acquérir, dans un avenir peu éloigné, l'importance d'une seconde Californie*¹⁰³³, as circunstâncias e a capacidade pessoal prometiam maiores evidências. No entanto, chama a atenção que a sua correspondência com Lisboa se mostre tão evasiva na investigação arquivística realizada: não foi achada prova de algum entendimento com os comerciantes portugueses em Porto-de-Espanha, nem prova dos projetos de fomento comercial que o cônsul Montauban pôde ter empreendido, à exceção tão só da sua apresentação pessoal no *Almanach de Paris*, de 1858, como cônsul de Portugal em Ciudad Bolívar¹⁰³⁴, anúncio que destacava por ser o único cônsul desse País europeu quando outros Estados tinham dois ou mais consulados em Venezuela.

Lisboa foi a sede do primeiro consulado geral venezuelano em Portugal. Para esta cidade foi nomeado José Luis Pereira Crespo. Segundo o confronto da documentação, na sua nomeação foi realizado um procedimento similar ao de Montauban. A proposta para nomear um cônsul em Lisboa saiu da Legação venezuelana em Paris, datada no 29 de Novembro de 1856. A ideia era corresponder à atenção do Governo português por ter nomeado Eugénio Thirion Montauban, Cônsul do Reino em Ciudad Bolívar, e validar o princípio da reciprocidade de trato. A ideia intimava aliás a conveniência que Caracas fosse

¹⁰³¹ MRE (1869), *Memoria a la Legislatura Nacional de 1869*. Caracas, Imprenta de La Concordia.

¹⁰³² Thirion Montauban, Eugene (1867), *Etats-Unis de Vénézuéla: statistique présentée à la Commission Impériale de l'Exposition Universelle de 1867*. Paris, Imprimerie de Mme. Veuve Bouchard-Huzard. (Assina como Cônsul des États-Unis de Vénézuéla à Paris, Commissaire délégué, Membre du Jury international). *Catalogue Spécial de la Section Portugaise. Exposition Universelle de 1867 à Paris*. Paris, E. Dentu. Libraire-Éditeur de la Commission Impériale.

¹⁰³³ Thirion Montauban, (1867), p.8.

¹⁰³⁴ Países com dois ou mais consulados: Belgica, La Guaira (LG) - Puerto Cabello (PC); Bremen, LG-PC; Danemark, LG-PC-Caracas (Ccs) - Ciudad Bolívar (CB); Estados Unidos, Ccs-LG-Maracaibo (Mar); Grã-Bretanha, Ccs-LG-PC-CB; Hamburgo, LG-Mar; Hanover, Ccs-LG; Holanda, LG-PC-CB-Mar; Prusia, Ccs-LG. *Almanach de Paris. Annuaire International diplomatique, administratif, statistique, financier, industriel et commercial*. Paris, A. Franck, 1858, Première Année.

representada em Lisboa, uma capital que, segundo indicava a proposta, *visitan algunas veces los Venezolanos que viajan a la Península*¹⁰³⁵.

À causa política somava-se então a navegação e o trânsito de pessoas como justificativos suficientes para considerar José Luis Pereira Crespo como cônsul da Venezuela nessa capital. Mas então, Fortunato Corvaia estava no Velho Continente¹⁰³⁶. Corvaia, comissionado de imigração e agente confidencial da Venezuela em Europa, era considerado também Ministro plenipotenciário em Paris e *ad hoc* para Holanda. Recebeu instruções da Presidência da República para *abrir a Venezuela hacia meros espacios geopolíticos como son Rusia, Portugal, el Imperio Otomano* e levava consigo poderes para negociar tratados de amizade, comércio e navegação com Prússia, Sardenha e Zollverein¹⁰³⁷.

O nome de Crespo ia associado a boas referências: a título pessoal, se lhe conhecia a atividade como comerciante ativo e respeitado; em instâncias sociais e políticas, era enaltecido por ser um *sujeto muy recomendable por su posición social* com conexões tanto no mundo das finanças europeias, no que Corvaia se movia¹⁰³⁸, como da diplomacia. Em relação a esta, a proposta enviada a Caracas indicava que Crespo *era conocido por el mismo Cônsul de Venezuela en esta Capital, que teniendo extensas relaciones mercantiles en Lisboa ha dado los mejores informes sobre él*¹⁰³⁹.

É curioso que Jacinto Gutiérrez, Ministro-Secretario de Hacienda e Relaciones Exteriores, tenha aproveitado a nota que remeteu a Corvaia notificando a aceitação de Pereira Crespo para fazer uma referência pontual isenta do algum outro comentário: o Cônsul de Portugal nomeado para Ciudad Bolívar era também o Vice-cônsul de França,

¹⁰³⁵ A proposta é uma carta sem assinatura pertencente aos processos da Legação de Venezuela em Paris. AHMPPRE, AA, Portugal. «Propuesta de José Luis Pereira Crespo para cônsul de Venezuela en Lisboa». Ofc. de Paris, 29-10-1856. Vol. I, ff.1-3.

¹⁰³⁶ Joaquim Veríssimo Serrão em «Relações com a Venezuela», indica que José Luis Pereira Crespo *conseguira obter as boas graças de F. Corpetta, ministro da Venezuela em Paris. Ao apoio deste ficou a dever a nomeação, como se infere da correspondência entre ambos trocada e, de igual modo, com Jacinto Gutiérrez, ministro das Relações Exteriores daquele país.* Serrão (1986), História de Portugal, Vol. IX, p.177.

¹⁰³⁷ MRE (1955), pp.280-281.

¹⁰³⁸ Além das obrigações do cargo, Corvaia *debía recibir en París los planteamientos de los tenedores de vales de la deuda venezolana, ante la quiebra de la casa Reid Irving en Londres, encargada de hacer los pagos venezolanos.* Hernández, Dilio (2005); *Historia diplomática de Venezuela: 1830-1900.* Caracas, CDCH-UCV, p.126.

¹⁰³⁹ AHMPPRE, AA, Portugal, Vol. I, Fº 1-3, Ofc. Paris, 29-10-1856, s/a. Propuesta de José Luis Pereira Crespo para cônsul de Venezuela en Lisboa.

Eugénio Thirion¹⁰⁴⁰. Além de Corvaia, deve-se sublinhar o nome de outra pessoa ligada nos assuntos da Venezuela em Paris: o cônsul Jules Thirion Montauban, irmão e sobredito correspondente do recém-nomeado Cônsul de Portugal em Ciudad Bolívar, Eugénio Thirion Montauban. Ao considerar os factos, conclui-se que tanto a nomeação de Eugénio como o de Pereira Crespo se ligavam aos negócios de Jules com sócios portugueses ou aos seus interesses comerciais em Lisboa¹⁰⁴¹. Jules é uma referência cruzada na correspondência de ambos os processos. Apesar de todas estas circunstâncias, Pereira Crespo foi, efetivamente, aceite. A resolução, a nota de sua aprovação e a expedição de letras de rigor foram autorizadas pelo presidente José Tadeo Monagas, um político extremamente conservador consciente da importância de separar instâncias administrativas e de fixar a jurisprudência para o Despacho das relações exteriores¹⁰⁴².

Jacinto Gutiérrez revelou-se diligente no tratamento desta nomeação, pois no seu cargo de Secretário de Relações Exteriores, devia combinar os planos de política interior com as suas responsabilidades diplomáticas; entre os pontos a harmonizar estavam os projetos de povoamento mediante imigração e o fomento do comércio exterior, aspetos que tanto precisava o país. É por isso que, uma vez aceite a proposta para um cônsul em Lisboa e antes da autorização do presidente Monagas, o Ministro-Secretario Gutiérrez escreveu ao cônsul Pereira Crespo para dar-lhe a boa nova, pô-lo ao corrente de que o seu cargo seria publicado no *Diário oficial* e instruí-lo das leis e normas que regiam a função consular venezuelana¹⁰⁴³.

Aparte destes formalismos, o Ministro-secretário Gutiérrez fez chegar ao cônsul Pereira Crespo comentários precisos sobre as prioridades da Venezuela, a título pessoal. Gutiérrez requereu-lhe, como primeira encomenda, trabalhar em prol do fomento do carenciado comércio crioulo e, ato contíguo, o orientou no sentido de *uno de los grandes e*

¹⁰⁴⁰ AHMPPRE, AA. Portugal. De J. Gutiérrez para F. Corvaia. Caracas 8-12-1856, Vol. I, ff.9-12.

¹⁰⁴¹ À procura de referências de Jules Thirion Montauban encontramos um industrial de nome Julho António Thirion em sociedade com Adolfo Herran, *subditos franceses residentes em Paris*, solicitaram o *privilegio por quinze anos como inventores dum processo para a fabricação do sulphato de soda*, à Direção Geral do Comércio e Indústria *sendo a patente concedida sem exame prévio e sem garantir a realidade, prioridade nem merecimento do invento*. Ministério e Secretaria de Estado das Obras Públicas, Comércio e Industria. Paço, 2-10-1869, in: Portugal (1870), *Coleção Oficial da legislação Portuguesa. 1869*. Lisboa, IN, p.443.

¹⁰⁴² AHMPPRE, AA. Portugal. De J. Gutiérrez para F. Corvaia. Caracas, 24-12-1856, Vol. I, ff.4,5,6, respectivamente. «Monagas, José Tadeo» (Venezuela, 1784 - 1868). Caudilho militar e político. Presidente da República (1847-1851 e 1855-1858), concentrado no domínio do poder militar sobre o civil; in: *DHV-FP*. Moreno Molina, Agustín (2004), *Entre la pobreza y el desorden: el funcionamiento del gobierno en la presidencia de José Gregorio Monagas*. Caracas, UCAB, pp.42-44.

¹⁰⁴³ *Gaceta de Venezuela*, Nº 58. Decretos legislativos 30-04 e 5-05-1847, com anotação aparte da Lei do 12-01-1826.

*importantes objetos de los establecimientos consulares que es dirigir hacia Venezuela, corrientes de inmigración. A tal fim, o cônsul Pereira Crespo devia empregar los medios más eficaces para el logro de tan urgente necesidad (...) esforzándose en que los inmigrados (...) sean adecuados para la labor de los campos, trabajo de artes y oficios y servicio doméstico, sanos, robustos y de buenas costumbres*¹⁰⁴⁴.

O cônsul Pereira Crespo tinha as condições para cumprir com a primeira encomenda. De facto, seu interesse no comércio de América Latina compaginava-se muito bem com as considerações do Governo para esse subcontinente e, além disso, levou-o a figurar nas altas esferas da organização económica e política. É um facto que nos seus primeiros tempos como cônsul, uma orientação de política económica associava ao interesse lisboeta pela Latino América, uma orientação que revalorizava a navegação indireta quando existia uma barreira à diplomacia. Tratava-se da publicação feita por ordem do ministro José Jorge Loureiro¹⁰⁴⁵, em 1856, no intuito de fornecer dados de navegação, informação das rotas mas, nomeadamente, a duração do percurso, em dias, das viagens de ida e volta, entre os portos portugueses e os das nações *com as quais Portugal mantinha relações comerciais*. Essa tabela de auxílio indicava que *para os portos da América do Sul, variava a demora de 180 a 300 dias, consoante estivessem na costa do Atlântico ou do Pacífico*¹⁰⁴⁶.

O contexto latino-americano também se lhe tornou familiar nas instâncias associativas. Em 1871, por exemplo, era um dos 10 diretores da dinâmica Associação Comercial de Lisboa (ACL). Segundo expressou seu presidente naquela altura, Joaquim Filipe de Miranda, na ocasião de uma *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*, a direção da ACL advogava pela dilatação das relações comerciais portuguesas *pelos progressos da indústria e pelo desenvolvimento das riquezas*, e, de acordo com o contexto e o momento de suas palavras, a Associação desejava melhores relações com o Brasil, relações onde *o comércio tem ainda a desempenhar uma elevada missão*¹⁰⁴⁷.

¹⁰⁴⁴ AHMPPRE, AA. Cônsules y Vice-cônsules en Portugal, 1856-1911/ 1866-1900. De J. Gutiérrez para J. L. Pereira Crespo. Caracas, 4-12-1856, Vol. I, ff.7-8.

¹⁰⁴⁵ «Loureiro, José Jorge» (1791-1860). Militar e político liberal. Membro da Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Promotor da indústria no período da Regeneração. Ministro de Marina e Guerra (1846). Mónica (2004), Vol. II (D-M), pp.633-635.

¹⁰⁴⁶ Serrão (1986) História de Portugal. Vol. IX, p.293.

¹⁰⁴⁷ Miranda, Joaquim Filipe de (1871), «Alocução da Associação Comercial de Lisboa (Lisboa, 16-06-1871)», in: Corte Real, José Alberto, Manuel Antonio da Silva Rocha e Augusto Mendes Simões de Castro (Edit) (1872), *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*. Coimbra, Imp. da Universidade, pp.28-29.

O cônsul Pereira Crespo teve oportunidade de fomentar o comércio e o contato entre os dois países ao longo de seus quase 30 anos de serviço¹⁰⁴⁸. O historiador Joaquim Veríssimo Serrão avaliza o alcance das obras deste Cônsul depois de ter estudado um caderno de apontamentos pertencente ao cônsul Pereira Crespo que se encontra na Academia Portuguesa de História. Há coincidências entre as notas de Serrão sobre este caderno¹⁰⁴⁹ e o objeto de estudo desta tese. De facto, coincidimos com a observação do Académico de que o caderno *abre boas perspectivas para o desenvolvimento da matéria* toda vez que, de acordo ao apontado por este Historiador, há dados que se prestam à análise dos fluxos comerciais e migratórios¹⁰⁵⁰.

A criação destes dois consulados surgiu num momento em que se debatia a abertura do comércio e se vislumbrava a diversificação de destinos dos produtos, na Assembleia Nacional de Venezuela. Alguns dos seus deputados vislumbravam novas rotas para o norte de Europa, conquanto ainda não existisse um comércio consolidado com essa região, mas a ideia era visionária e referia-se a um comércio a desenvolver no futuro. Precisamente, o comissionado Fortunato Corvaia adiantou alguns elementos para o debate ao informar de algumas negociações que se levavam a efeito por parte de países da Europa e da América, transações que contemplavam a importância das escalas e a logística portuária nas grandes rotas do norte, nas quais Portugal e Espanha não podiam ser relegados devido à proximidade a América e nas que Venezuela tinha que participar.

Assim, surgiu a noção das possíveis negociações com Dinamarca em torno da passagem de navios e carregamentos venezuelanos pelos estreitos do Sund e dos Belts. Este assunto foi objeto de ofensivas e defesas na Assembleia venezuelana. Na realidade, os promotores do plano estavam a pensar em Bremen, Estocolmo, Finlândia, Hamburgo, São Petersburgo e outros portos; na sua mentalidade comercial, os custos dos serviços marítimos no estreito eram vistos tão só como um investimento. Mesmo assim, os

¹⁰⁴⁸ Santos Freixinho (1995), p.13.

¹⁰⁴⁹ Serrão (1986) História de Portugal. Vol. IX, p.177; e Serrão, Joaquim Veríssimo (1986), «Comienzo de las relaciones consulares entre Venezuela y Portugal. Siglo XIX» in: *Boletín de la ANH*. Caracas, Nº 276, Vol. LXIX, Outubro-Dezembro-1986, pp.1111-1116. O Caderno não foi consultado devido às contingências internas na Academia Portuguesa de História, segundo o informado pela Dra. Paula Quaresma. A falta dum catálogo, a referência do Caderno no livro de registos correspondente, é: Nº 18.709, Entrada anual 558 do día 19-06-1985, Manuscrito com apontamentos diversos, Vol. I, doação de Joaquim Bensaude. Visto que os vice-cônsules *ad honorem* produziram pouca correspondência, é de lamentar a coincidência de indisponibilidade do fundo da Dirección de Política Económica, no AHMPPRE, e deste *Caderno* de Pereira Crespo que deixam um vácuo de informação importante.

¹⁰⁵⁰ Serrão (1986), Vol. IX, p177.

detratores se agarraram ao plano como bandeira política¹⁰⁵¹. Apoiada pelos deputados visionários, Venezuela procurava renascer das cinzas deixadas pela Guerra Federal, uma aspiração dificultada pela crise económica mundial com seu efeito na queda de preços e de vendas de alguns produtos de forte exportação por parte da Venezuela, situação que reduziu seu crédito e seu comércio¹⁰⁵².

O desejo de abertura do comércio venezuelano foi conhecido em Lisboa através das notas consulares de Montauban e, por coincidência, a abertura comercial era também preocupação entre os políticos lisboetas. Os portos ibéricos apresentavam-se no seu papel de portos intermediários nos planos de políticos venezuelanos que pensavam exportar a outros mercados europeus. Lisboa e Porto entravam neste esquema. De passagem, os planos venezuelanos articulavam-se nos *Debates Parlamentares* portugueses que, desde meados de século, dirimiam como converter estas duas cidades em portas de entrada à Europa.

b. Um intervalo de três décadas

As nomeações consulares aumentaram em ambos lados do Atlântico no curso das três décadas seguintes à criação das primeiras delegações consulares¹⁰⁵³. As cidades portuárias venezuelanas de maior tráfico foram as primeiras em serem sede de consulados *ad honorem* de Portugal, em particular as ligadas às fronteiras anfíbias de Coro e Paria. Apesar disso, o aspeto económico - a cercania de Trinidad, a navegação pelo rio Orenoco, o ouro e o comércio interior na Guayana venezuelana - contou quando em Outubro de 1856 o Governo português preferiu a Ciudad Bolívar para sede do primeiro destes consulados. Isto era um facto. De igual forma, seguiu-se este princípio quando se elegeu Puerto Cabello para instalar ali o primeiro consulado geral de Portugal na Venezuela, mediante o decreto do 13 de Outubro de 1865¹⁰⁵⁴. Nesta eleição pesou a condição mercantil da cidade e o seu interesse aduaneiro intrínseco, muito importante no intercâmbio com as Antilhas Holandesas e com o resto do Mar das Caraíbas. A estes factos junta-se ainda o dinamismo

¹⁰⁵¹ MRE (1961), *Anales Diplomáticos de Venezuela*, pp.V-VI.

¹⁰⁵² Matthews (1976), pp.112-113. Frankel (1977), p.131.

¹⁰⁵³ A informação correspondente a cada cônsul é extraída dos processos catalogados no fundo «Archivo Antiguo», «Dirección de Derecho Internacional Privado» e «Dirección de Consulados», do AHMPPRE. Estas duas direções estavam encarregadas dos assuntos protocolares administrativos das relações exteriores de Venezuela. O fundo «Dirección de Política Económica», depositário do intercâmbio de notas e dos relatórios sobre os assuntos económicos consulares respectivos, não foi conferido por não estar disponível no momento da investigação em Caracas.

¹⁰⁵⁴ Santos Freixinho (1995), p.12.

populacional e a importância económica crescente em comparação com o estado estacionário do porto de La Vela de Coro.

Rafael Concepción Calzadilla assumiu o cargo de cônsul geral desde o início. Realizou sua apresentação formal através de uma nota remetida ao Ministério de Relaciones Exteriores, datada de 30 de Junho de 1866, na que se apresenta como *el favorecido por S. M. el Rey de Portugal con el Consulado General en la República (...) con residencia en Puerto Cabello*¹⁰⁵⁵. Calzadilla, era um afamado comerciante e político da região, com casa nas cercanias do embarcadouro, ligado a famílias de negociantes de igual sobrenome instaladas em Cumaná e, anos depois de assumir o cargo, foi conhecido entusiasta da liberdade política e de Antonio Guzmán Blanco, em cujas homenagens chegou a participar publicamente¹⁰⁵⁶. O *Favorecido* comerciante manteve-se à frente da representação consular em Puerto Cabello até a revogação do *Exequátur* em Maio de 1884¹⁰⁵⁷.

Nos seus 18 anos de serviço, o cônsul Calzadilla participou na expansão do serviço consular português na Venezuela. Entre suas funções contou-se a possibilidade de sugerir vice-cônsules e de tramitar seu reconhecimento. O primeiro destes foi Santos E. Berrizbeitia, negociante venezuelano cuja empresa estava estabelecida em Cumaná, com amplo comércio em todo o estado Sucre e parte oriental do país. A nomeação de Berrizbeitia e a abertura de um vice-consulado de Portugal em Cumaná foram participados, de maneira oficial, à Chancelaria venezuelana em 17 de Abril de 1869¹⁰⁵⁸. O seguinte vice-consulado abriu uma delegação em La Guaira, em Agosto de 1877, para a qual foi nomeado Adolfo Dupouy¹⁰⁵⁹, consignatário de produtos franceses que depois passaria para o serviço diplomático venezuelano como cônsul geral em Amberes, Bélgica.

¹⁰⁵⁵ Nesse ano havia dois agentes consulares portugueses naquele país: Rafael Concepción, que vivia em Calzadilla (Sic), Puerto Cabello (Sic), era cônsul-geral; e João Paulo Mawdsley exercia em Caracas as funções de vice-cônsul. Serrão (1986) Vol. IX, p.178.

¹⁰⁵⁶ Salvador, José María (2001), *Efímeras efemérides. Fiestas cívicas y arte efímero en la Venezuela de los siglos XVII-XIX*. Caracas, UCAB, p.219.

¹⁰⁵⁷ AHMPPRE, AA. Cônsules y Vicecônsules de Portugal. Vol. I, ff.250-254. A revogação foi um tópico muito divulgado inclusive anos depois. Cf.: «Cancelación de Exequátur al Cônsul General de Portugal en Puerto Cabello, por faltar a la neutralidad que está en el deber de observar, mezclándose en la política interior del país» in: MRE (1886), *Libro Amarillo de los Estados Unidos de Venezuela. 1885*. Caracas, pp.138-139; MRE (1952), *Doctrinas de la Cancillería venezolana: Digesto*. Las Américas Publishing C°, Vol. I, p.117.

¹⁰⁵⁸ AHMPPRE, AA. Portugal. Cônsules y Vicecônsules de Portugal. Consulado General de Portugal en Venezuela. De Calzadilla al MRE, Vol. I, f.243. Puerto Cabello, 17-04-1869. Nomeação de Santos Berrizbeitia vicecônsul do Reino de Portugal em Cumaná.

¹⁰⁵⁹ Dupouy era consignatário de produtos franceses; depois passou ao serviço exterior venezuelano como cônsul geral em Amberes. «Dupouy, Adolfo» vice-cônsul de Portugal em La Guaira. *ADCP: 1910-1913*,

O Consulado de Portugal em Caracas foi aberto sob a responsabilidade de Juan Pablo Mawdsley, que recebeu a nomeação pela resolução datada o 13 de Maio de 1880¹⁰⁶⁰. O exercício consular de Mawdsley também foi dilatado ainda que sem rastros de um trabalho eficaz em prol do fomento das relações bilaterais. A sua administração foi inclusive objeto de observações por parte do Ministério de Negócios Estrangeiros de onde, em Janeiro de 1893, foi enviada uma solicitação para nomear na Venezuela um agente a quem se pudesse confiar o cuidado dos interesses dos súbditos portugueses residentes no país e que aceitasse atender as reclamações em que se achassem empenhados. O pedido foi justificado pelo facto de a Chancelaria não possuir a informação do cônsul Mawdsley e, por não receber correspondência deste, ignoravam mesmo se ainda residia em Caracas. O pedido de Lisboa respondeu, também, ao facto de ter recebido uma solicitação de Francisco de Arredondo para ocupar o cargo¹⁰⁶¹. Apesar desta situação, o nome de Juan Pablo Mawdsley continuou associado a esse consulado no *Anuário Diplomático Português* de 1893, onde o seu nome aparece junto ao do cônsul interino Carlos Madriz. Entretanto, Arredondo não foi considerado para o cargo de cônsul pela associação política com alguns intelectuais e independentistas cubanos e porto-riquenhos¹⁰⁶².

Nos três anos seguintes, o *Anuário* indica que se verificaram mudanças substanciais na capital venezuelana. Desde Dezembro de 1894, o Consulado geral passou de Puerto Cabello para Caracas e o cidadão português Frederico Alvarez Benites foi nomeado para o cargo. O escritório complementou-se com o posto dum vice-cônsul mantendo-se nele Mawdsley; segundo o indicado nas publicações do *Anuário*, Martín F. Feo aparece em 1895 no cargo, e o médico Salomón de Jongh Ricardo, desde Agosto de 1900¹⁰⁶³. Feo era

p.123; e 1913-1914, p.78. AHMPPRE, AA. Cônsules y Vicecônsules de Portugal. Consulado Gral. de Portugal. De Calzadilla al MRE: (A) Nomeação de Adolfo Dupouy vicecônsul do Reino de Portugal em La Guaira. Vol. I, f.265. Puerto Cabello, 23-08-1877. (B) Aprovação por MRE. F.266. Caracas, 14-09-1877.

¹⁰⁶⁰ «Mendsley, João Paulo» Vice-cônsul em Caracas. *ADCP (Referido a 31 dezembro de 1888)*, p. 256. *ADCP (Relativo aos annos 1889 e 1890 e como Appendice ao publicado en 1888)*, p.125. AHMPPRE, AA. Cônsules y Vicecônsules de Portugal. (A) Cópia da resolução real que nomea a Juan Pablo Mawdsley cônsul em Caracas. Vol. I, f.269. Lisboa, 13-05-1880. (B) Aceptação por MRE. F.271. Caracas, 06-08-1880.

¹⁰⁶¹ AHMPPRE, AA. Portugal. De MNE a MRE. Vol. II, f.4. Lisboa, 19-01-1893. Supomos se trata de Francisco de Arredondo y Miranda, cubano residenciado em Caracas, um dos alçados contra Espanha em 1868 e membro do Partido Revolucionário de Cuba. O 22-12-1892 se lhe expediu Exequátur como cônsul geral do Paraguai em Caracas. *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Imprenta Bolívar, Vol. I, p.284; [Vol. 16, Doc. 5344, p.252].

¹⁰⁶² Francisco de Arredondo y Miranda, emigrante político de origen cubano, foi editor e presidente do Centro propagandista Cubano de Caracas. Quiles-Calderin, Vivian (Comp.) (2000), *Epistolario / Eugenio Maria Hostos*. San Juan, IEH - Univ. de Puerto Rico, Vol. III, T I Epistolario (1865-1878), p.LV.

¹⁰⁶³ «Benitez, Frederico Alvarez». Cidadão português, Cônsul geral de Portugal em Caracas. Cf.: *ADCP. 1910-1913*, p.123 até *ADCP. 1920*, p.159. AHMPPRE, AA. Portugal. Cônsules y Vicecônsules de Portugal. (A) De MNE, Direção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares para MRE. Nomeação de Frederico

um conhecido advogado, representante legal de várias companhias estrangeiras e agente para registo oficial de patentes¹⁰⁶⁴. Dos nomes aqui mencionados, somente dois seguiam em seus cargos e anunciavam no *Indicador Comercial e Industrial de Caracas*, na sua edição de 1905: Benites e Dopouy. O *Indicador* era uma publicação onde apareciam notícias e avisos dos mais proeminentes elementos do mundo económico venezuelano¹⁰⁶⁵.

Do outro lado do Atlântico, Lisboa tinha monopolizado a atenção da diplomacia venezuelana graças à sua condição de centro político e de porto através do qual se realizava grande parte do comércio exterior de Portugal. A segunda cidade do país, Porto, deu-se a conhecer pela fama dos vinhos produzidos no seu *hinterland* e o tráfico comercial foi dinamizado por muitas casas estrangeiras ali instaladas. Assim, o fator político e a capitalidade de Lisboa jogaram para que o nome de Pereira Crespo antecedesse a designação oficial do dinamarquês Jan Hinrich Andresen, cônsul de Venezuela no Porto desde Agosto de 1869, no *Anuário Diplomático Português*, de 1888¹⁰⁶⁶.

O falecimento de Andresen aconteceu no ano de 1894 e produziu um vazio no consulado. As tentativas imediatas para preencher o lugar ilustram o funcionamento das ligações político-económicas e dos laços familiares no mundo do comércio. Jan Hinrich Andresen já se tinha distinguido por ser chefe de uma das principais casas mercantis da cidade e o seu filho primogénito, João Henrique Andresen Júnior, se tinha distinguido como presidente da Associação Comercial do Porto, em 1893. Desta fama se serviu o Visconde de Santo Tirso¹⁰⁶⁷, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal nos Estados Unidos, para apresentar perante José Andrade, da Legação de Venezuela em Washington DC, a recomendação de seu genro C. F. Chambers, sócio do

Alvarez Benites cônsul de Portugal na Venezuela. Vol. I, f.280. Lisboa, 21-12-1894. (B) Aprovação de MRE, f.288. Caracas, 7-03-1895. (C) De F. A. Benites para MRE, solicita Exequátur para S. de Jongh Ricardo como vicecônsul, f.292. Caracas, 31-08-1900.

¹⁰⁶⁴ *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Caracas, Imprenta Bolívar, Vol. 17, pp.53, 97, 225.

¹⁰⁶⁵ Valdeparés, J. R. Díaz (1904), *Indicador Comercial e Industrial de Caracas para 1904 a 1905*. Caracas, Tipografía Universal, 2da. Parte, p.27.

¹⁰⁶⁶ A documentação conferida menciona Andersen e Andresen, sendo esta segunda maneira a mais frequente e aqui usada. Andresen, Johan Henrique. Dinamarquês. Cônsul de Venezuela no Porto desde 26-8-1869, chefe de uma casa mercantil da cidade. Cf.: *ADCP. 1888*, pp.91-104; *ADCP. 1889*, p.56; e *ADCP. 1891*, p.50. Jan Hinrich Andresen, *Oevenum, ilhas Frísias Dinamarca, 02-09-1826 †Lisboa, Palácio do Penafiel, 07-03-1894. Casou aos 34 anos com Maria Leopoldina de Amorim de Brito, em 29-08-1860, com quem teve 6 filhos: João Henrique Andresen Júnior (*1861), Alberto Henrique (*1865), Olinda de Brito (*1867), Júlio Henrique (*1870), Inês (*1870) e Guilherme Henrique (*1875). Os dados sobre a família Andresen são referidos de geneall.net/pt/.

¹⁰⁶⁷ «Santo Tirso, 2º Visconde de» (Machado, Carlos Cirilo). (1865-1919). Adido à embaixada de Portugal em Roma (1884-1885), vários cargos no MNE. Ministro P. em Washington (1892?-1901). Mónica (2004), Vol. II (D-M), pp.673-674.

falecido Andresen, ao consulado da Venezuela no Porto. A proposta foi tramitada em Caracas junto de Pedro Ezequiel Rojas, ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, e aceite em 24 de Outubro de 1896¹⁰⁶⁸. A mesma empresa e família "emprestaram" outro de seus membros ao consulado venezuelano no Porto: Guilherme Henrique Andresen que viveu os acontecimentos de 1910 e foi objeto de uma reprimenda da Direção de Direito Internacional, da Chancelaria em Caracas, pela omissão da importante notícia relativa à mudança política ocorrida em Portugal¹⁰⁶⁹.

Outras nomeações foram tramitadas da mesma altura. Em meados de 1890, o Cônsul de Venezuela em Lisboa, António Ferreira de Serpa, remeteu para Caracas uma recomendação assinada e acompanhada de algumas observações de ordem económica, sobre o serviço que dirigia. Nesta recomendação apresentou Augusto de Figueiredo e Castro para um consulado em Vila Nova de Gaia, arredores de Porto, sobre o qual não foram encontrados mais comentários sobre sua criação ou funcionamento¹⁰⁷⁰. A documentação conserva o registo de Joaquim J. Monteiro Guimarães como vice-cônsul no Porto em 1902¹⁰⁷¹. Ao começar a década de 1910 registaram-se novas mudanças no Porto: Jacinto A. Furtado assumiu o consulado em Abril de 1911 e Ernst von Jess o vice-consulado em Maio de 1912¹⁰⁷².

Quando o Consulado de Venezuela em Lisboa ficou sem Pereira Crespo, o sucessor teve de enfrentar o desafio de manter os contactos que aquele tinha e renovar o fomento comercial. Para se conseguir tal fim foi designado António Ferreira de Serpa em Janeiro de 1888, o qual, apenas foi nomeado, dedicou-se a estudar o serviço consular venezuelano e a

¹⁰⁶⁸ AHMPPRE, AA. Portugal, De José Andrade, Legação em Washington DC, para P. Ezequiel Rojas, Ministro de Rel. Ext. Vol. I, f.104. Washington, 27-09-1896. «Rojas, Pedro Ezequiel» (Venezuela, 1837 - E.U.A., 1914). Diplomata, Jornalista. Ministro de Relações Exteriores, de maneira alterna, durante 1879 e 1892-1898; com Rojas, o novo presidente, Joaquín Crespo, pretendia manter o alto nível de contactos internacionais do serviço exterior logrado por Guzmán Blanco; in: *DHV-FP*.

¹⁰⁶⁹ AHMPPRE, AA. Portugal, De la Dirección de Derecho Internacional do MRE, para Guillermo H. Andresen, Cônsul de Venezuela en Porto. Vol. I, f.141. Caracas 12-11-1910. Guilherme Henrique Andresen (*1875) era o filho mais moço de Jan Hinrich Andresen; casou com Alzira de Andrade Couto (1880, 8 filhos).

¹⁰⁷⁰ AHMPPRE, AA. Portugal, Recomendações pelo cônsul Antonio Ferreira de Serpa e respostas do MRE. Vol. II, f.50.

¹⁰⁷¹ MRE (1903), *Exposición que dirige al Congreso Nacional en sus sesiones constitucionales de 1903 el ciudadano Ministro de Relaciones Exteriores*. Caracas, el Ministerio - Imprenta Bolívar, p.17.

¹⁰⁷² «Furtado, Jacinto A». Cônsul *ad honorem* da Venezuela no Porto, a partir de 24-4-1911. Segundo o *ADCP*, em funções a partir do *ADCP. 1910-1913* até 1916-1917. Aparece «suspenso» em *ADCP. 1918-1919*, p.50; e *ADCP. 1920*, p.50. «Jess, Ernest von» Vice-cônsul *ad honorem* de Venezuela no Porto desde 4-5-1912. Aparece registado em *ADCP.1910-1913* até *ADCP.1920*.

sua eficiência como elemento motor do comércio binacional. O novo Cônsul foi secundado por Clément Gairaud, eleito vice-cônsul para essa cidade capital em 1893¹⁰⁷³.

Serpa contava com experiência consular e conhecia a importância de ligar-se com todo tipo de personalidades; segundo o *Anuário Diplomático Português* de 1896, desde 1888 até esse ano, este Açoriano era em simultâneo: cônsul de Haiti e de Venezuela, cônsul geral de Hawai, de Honduras e de Nicarágua. Entre os nomes associados a seu trabalho consular estão o mesmo Gairaud e outro comerciante, Eurico Pereira Allen, vice-cônsul de Haiti desde Abril 1895, ambos associados às atividades da Sociedade de Geografia de Lisboa. Em 1905, segundo os registos de arquivo venezuelanos, o Executivo Federal da Venezuela ratificou Serpa no cargo com a categoria Cônsul geral *ad honorem*, com residência em Lisboa¹⁰⁷⁴.

A honra do Consulado é atribuída a Aires de Sá seis anos mais tarde¹⁰⁷⁵. Seu nome foi proposto por Pedro César Dominici, literato venezuelano que seguiu carreira diplomática na Argentina, Chile, Uruguai, Espanha, Grã-Bretanha, Itália e no Vaticano. Dominici estava afiançado dentro da tendência renovadora do general Manuel Antonio Matos, ministro de Relaciones Exteriores do governo de Juan Vicente Gómez. Matos apresenta muitos aspetos interessantes para a vida política, económica e financeira da Venezuela. Além de ser um reputado caudilho, Matos era um fervente liberal que acreditava nas instituições bancárias como instrumentos para atrair e canalizar capital e investimento, nacional e estrangeiro. De facto, Matos foi o principal promotor bancário na época tanto a partir dos cargos políticos que exerceu até 1913, como na liderança económica¹⁰⁷⁶. Como Ministro plenipotenciário, Matos tentou restabelecer o crédito e a imagem política do país depois dos erros de Cipriano Castro. Neste contexto, Dominici estendeu sua proposta ao ministro Matos com a intenção de atender ao desejo do *Ministerio*

¹⁰⁷³ O protocolo de apresentação, resolução e nomeação de António Pereira de Serpa cônsul de Venezuela em Lisboa, com a correspondência trocada entre este e a Direção de Direito Internacional, do MRE em Caracas, inclui 11 fólios, datados entre o 21-01-1888 e 20-10-1889. Cf.: AHMPPRE, AA. Portugal, Vol. I, ff.13-24. O fólio24 corresponde à transcrição do Exequátur tal como consta in: ANTT, Registo de Mercês, Livro 55, f.137, com data Lisboa 11-10-1889. AHMPPRE, AA. Portugal, Nomeação de Clément Gairaud vicecônsul em Lisboa. Nota separada para o cônsul A. P. Serpa, Ofc.s de P. E. Rojas, Ministro de Rel. Ext. Vol. I, ff.13-24. Caracas, 18-10-1893.

¹⁰⁷⁴ AHMPPRE, AA. Portugal, Resolução do Executivo Federal, Nomeação A. F. de Serpa cônsul geral *ad honorem* de Venezuela em Portugal com residencia em Lisboa, Vol. I, ff.34-47.

¹⁰⁷⁵ Sá, Aires de. Cônsul da Venezuela em Lisboa, a partir de 20-5-1911, segundo *ADCP.1910-1913*, p.40 e *ADCP.1913-1914*, p.52.

¹⁰⁷⁶ Cf.: Banko, C. (2002) *Manuel Antonio Matos*. Caracas, El Nacional, Bib. Biográfica Venezolana, Vol. 67.

de organizar el cuerpo consular en la República Portuguesa¹⁰⁷⁷, outro dos objetivos daquela figura liberal.

A importância das ilhas atlânticas portuguesas manifestou-se tardiamente na relação política binacional, apesar das provas de fluxo migratório e comercial, indiretos e evidentes desde a década de 1850. Os interesses económicos por detrás da navegação indireta foram a componente dinamizadora do trato político. Foi bem assim que Eliseu de Sousa Drummond ascendeu, de comerciante e agente mercantil da linha de vapores *Knotts Prince Line*, ao cargo de agente consular de Venezuela no Funchal com a proteção e a referência do cônsul Serpa, nomeação apontada no *Anuário* na sua edição de 1896 e já comentado previamente¹⁰⁷⁸. Já antes, Serpa tinha constatado a importância das Açores nas escalas transatlânticas, superioridade ressaltada ante a Chancelaria venezuelana em 1890¹⁰⁷⁹.

Assim, quando a proposta dum consulado em Vila Nova de Gaia, Serpa remeteu juntamente a Caracas uma recomendação para António José Machado ocupar um cargo consular em São Miguel, comissão da qual foi tomada a devida nota sem receber resposta imediata evidente. A propósito das Açores, segundo consta na documentação oficial venezuelana e portuguesa, a nomeação para essas ilhas demorou mais uns anos: a *Memoria* do Ministério de Relaciones Exteriores de Venezuela para o ano 1903, afilia: em Lisboa, ao cônsul Serpa e o vice-cônsul Gairaud; no Porto, o cônsul Chambers e o vice-cônsul Joaquín J. Monteiro Guimarães; em Funchal, o cônsul Drummond¹⁰⁸⁰. Ao ano seguinte aparece a referência açoriana quando Francisco do Canto Bettencourt valida patentes de sanidade como cônsul *ad honorem* da Venezuela em São Miguel a partir de 1904. Mesmo assim, só foi formalmente ratificado em 1905, recebendo o *Exequátur* no dia 4 de Janeiro de 1906. Em conjunto com a ratificação de Bettencourt, foi remetida a nomeação de José de Lacerda Azevedo como cônsul *ad honorem* em Faial¹⁰⁸¹.

¹⁰⁷⁷ AHMPPRE, AA. Portugal, De P. C. Dominich para Manuel A. Matos. Vol. I, f.49. Madrid, 3-01-1911.

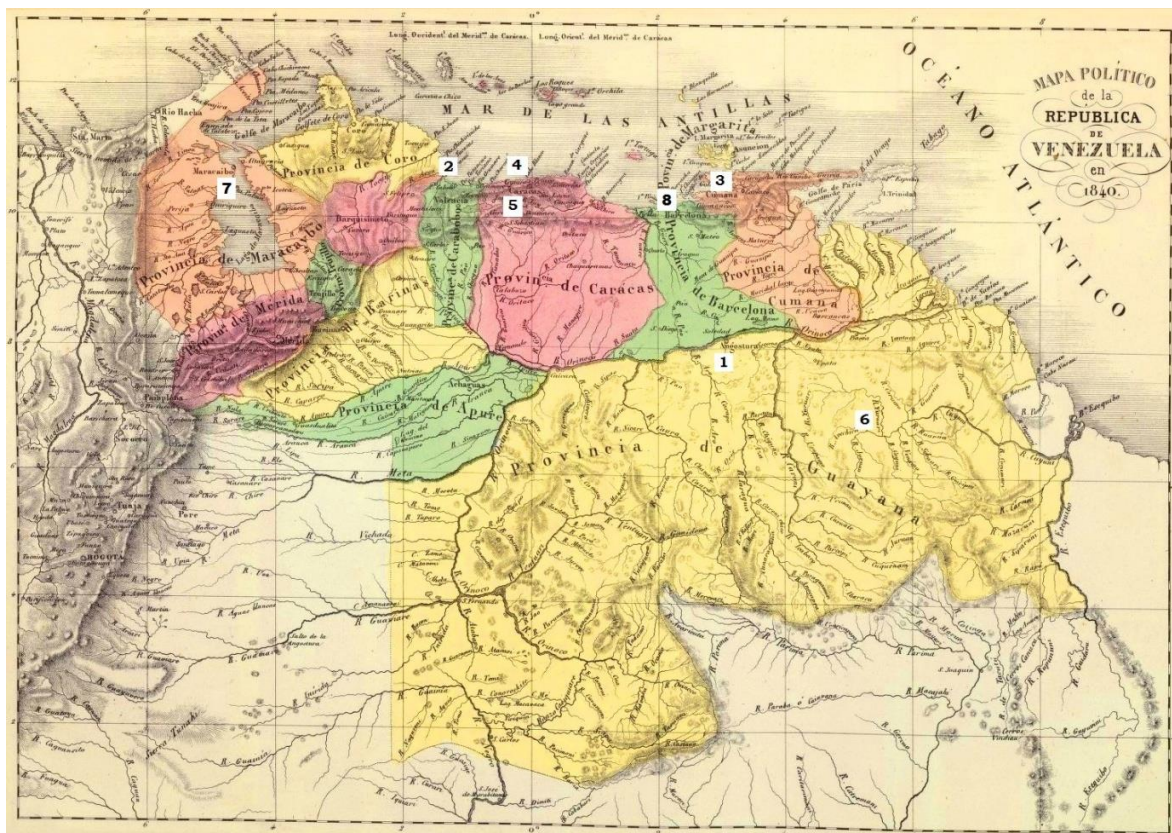
¹⁰⁷⁸ AHMPPRE, AA. Portugal, Carta de Rivas, Fensohn & Cº (Agências em Puerto Cabello, Curaçao e Caracas), para MRE. Vol. I, f.180. Caracas, 8-01-1895.

¹⁰⁷⁹ AHMPPRE, AA. Portugal, Recomendações do Cônsul Serpa e respostas do MRE. Vol. II, ff.47-50.

¹⁰⁸⁰ MRE (1903), p.17.

¹⁰⁸¹ AHMPPRE, AA. Correspondencia con cônsules en Portugal, 1888-1911, Vol. II, ff.199-202. MRE (1903), Exposición..., p.17. AHMPPRE, AA. Portugal, Vol. I, Da Dir. de Derecho Internacional do MRE para: A) Francisco do Canto Bettencourt, nomeado cônsul *ad honorem* em São Miguel, Açores. B) José de Lacerda Azevedo, nomeado cônsul *ad honorem* em Faial, Açores. Caracas, 6-10-1905, ff.166 e 173, respect. «Canto Bettencourt, Francisco do». Cônsul *ad honorem* de Venezuela em São Miguel a partir de 1904, ratificado em 1905, Exequátur 4-1-1906. *ADCP. 1913-1914*, p.40. «Azevedo, José de Lacerda», cônsul *ad hoc* de Venezuela em Faial, a partir de 4-1-1906. *ADCP.1910-1913*, p.52; e *ADCP. 1913-1914*, p.40.

Representações diplomáticas e consulares de Portugal na Venezuela



Fuente: Codazzi, Agustín (1840), *Atlas físico y político de la República de Venezuela*. París, Fournier.

Intervenção: A. Abreu Xavier.

Representações diplomáticas e consulares de Portugal na Venezuela, com ano de criação

1	Ciudad Bolívar	1856
2	Puerto Cabello	1865
3	Cumaná	1869
4	La Guaira	1877
5	Caracas	1880
5	Caracas (Legação)	1914
6	El Callao	1915
7	Maracaibo	1915
8	Puerto La Cruz - Barcelona	1949

A distribuição espacial das representações diplomáticas e consulares de Portugal, evidencia a grande dispersão dos portugueses na Venezuela. A cronologia das fundações dos consulados indica as áreas estratégicas do comércio exterior venezuelano. É importante ressaltar que os Consulados em Ciudad Bolívar (1) e Cumaná (3) estavam ligados ao comércio com Trinidad, enquanto Puerto Cabello (2) e La Guaira (4), os mais próximos da capital, Caracas (5), comerciavam com Curaçao e o resto das Antilhas. Menção especial merece o Consulado em El Callao (6) localizado numa rica zona mineira e de criação de gado no interior da Guayana venezuelana. Esta região foi uma área recetora de emigrantes procedentes de Demerara e da ilha de Trinidad, entre eles portugueses. Maracaibo (7) foi uma cidade portuária muito apetejada pelos comerciantes europeus, em especial os alemães, devido às culturas de café e ao comércio de mercadorias importadas com o seu hinterland. Puerto La Cruz - Barcelona (8) ganhou importância a partir da conjuntura demográfica e comercial na região.

c. Serpa: a franqueza económica

A maior parte da correspondência destes cônsules tem duas características acentuadas: primeiro, a índole político administrativo relacionada com as formalidades do cargo, de menor interesse para a presente investigação; e, a segunda, a afinidade das atividades comerciais e de pessoas que é evidente nas referências de alguns cônsules. Um dos funcionários que melhor ilustra esta situação é António Ferreira de Serpa. Por uma parte, o seu perfil biográfico demonstra as suas inquietudes e os seus planos entre as diversas representações consulares com desejos de frutificar ao máximo a aliança de Portugal com outros países. Por outra parte, além das duas características acima mencionadas, o seu expediente no arquivo diplomático venezuelano reflete, ao mesmo tempo, uma terceira particularidade consonante com os seus desejos: a abundante informação sobre sua visão pragmática da economia e o uso da logística consular para fomentar o comércio. Na sua documentação venezuelana acha-se impressa uma série de estratégias para a ação e análises comparativas dos diferentes fluxos desde e para Portugal *vis-à-vis* com a Venezuela mas, sobretudo, e no seu expediente está patente uma preocupação além o serviço¹⁰⁸².

Seu perfil biográfico situa-o junto a um grupo de homens associados à política e ao mundo empresarial em Portugal. Ficou exposta a importância que Serpa atribuía às ligações político-institucionais ao ser associado à Sociedade de Geografia de Lisboa. Alguns outros indícios remetem para os Açores. Oriundo da Horta, compartilhou as aulas de liceu com um José de Lacerda Azevedo, homónimo do cônsul no Faial ratificado em 1905, e Augusto Athayde do Amaral. São nomes conhecidos no mundo empresarial e político regional, somados à ampla lista de investidores a que pertence também a família Canto. No círculo de relações destas famílias micalenses encontra-se Francisco do Canto Bettencourt, o cônsul da Venezuela em San Miguel¹⁰⁸³. A título individual, Serpa foi considerado historiador, literato, filósofo além de diplomata, ligado à Universidade Hispano-Americana, e à fundação da Liga de Defesa dos Interesses Públicos, da Academia Portuguesa de História e da Sociedade Propaganda de Portugal¹⁰⁸⁴.

¹⁰⁸² A maior parte do expediente de Serpa encontra-se no fundo «Archivo Antiguo» e, segundo o assunto, continua por diversas direções entre elas: Política, Consulados, Assuntos económicos, etc., no AHMPPRE.

¹⁰⁸³ 22 Alunos aparecem na lista do Liceu Nacional da Horta, de 1875, entre eles: António Ferreira de Serpa, Augusto Athayde do Amaral, José de Lacerda Azevedo e outros. (Consulta: - http://www.tomanet.net/paginas/liceuHORTA_alunos.htm e <http://www.geneall.net/> Francisco do Canto Bettencourt).

¹⁰⁸⁴ «Serpa, António Ferreira de» (Horta, 1865-Lisboa, 1939), genealogista, historiógrafo, com obra publicada em livros, revistas e periódicos. Cônsul de Venezuela em Lisboa, desde 29-8-1889, segundo *ADCP. 1889 e*

Com esta bagagem pode afirmar-se a capacidade de Serpa para refletir sobre os convencionalismos políticos do trabalho consular. As reflexões de Serpa estabelecem, ao mesmo tempo, um canal para nós analisarmos os fluxos comerciais, migratórios e financeiros em função dos interesses comerciais comuns que o Açoriano descobre à luz das relações entre Portugal e a Venezuela. Em relação ao primeiro, a correspondência de Serpa põe em relevo a informação como um eficaz e importante instrumento de trabalho com duas vertentes: por uma utiliza o conhecimento para si mesmo e para o desenvolvimento de sua vida profissional; enquanto, pela outra, permite a circulação da informação propagada para bem do serviço diplomático e do país. Neste sentido, fica demonstrada a sua formação, já visível em seu passado e na maneira de argumentar com critérios, números, análises comparativas, entre outros recursos, e a sua premissa prioritária consistente em «passar a ideia» com prontidão.

Em função deste recurso, Serpa fez uso dos meios de comunicação, das formas e das representações sociais no seu entorno social, emprego que resulta conveniente expor, de maneira sucinta, neste trabalho. Serpa conseguiu maior visibilidade e a respeitabilidade de seu cargo na hierarquia social. Assim o fez saber quando participou a Caracas o valor do resumo publicado em 1889 pela revista *Entre-Muros*, na ocasião da nomeação para o cargo de cônsul da Venezuela¹⁰⁸⁵. A mesma participação verifica-se um ano mais tarde quando relata vários eventos e descreve as suas iniciativas em prol da divulgação do Consulado e de Venezuela. Nesta descrição assinala os artigos publicados nos jornais *Esquerda Dinástica* e *Diário Ilustrado*, ambos dois considerados dignos reconhecimentos da importância do Consulado e da relação com a Venezuela. Serpa atingiu o nível político mais elevado que um funcionário consular podia desejar para ter reconhecimento público, que no seu caso, consistia em estabelecer um intercâmbio de comandas entre governos. Assim, Serpa informou ter conseguido que Sua Majestade conferisse o grau de comendador da *Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa* a Carlos B. Figueredo e Manuel Antonio Carreño, e a *Ordem de Cristo* a Nicolás Veloz Goiticoa, conhecidos académicos, diplomáticos e políticos do momento¹⁰⁸⁶. O Cônsul Serpa, por sua vez, atem-se à

1890, p.56. Perdigão, Henrique (1934), *Dicionário Universal de Literatura*. Porto; Paio, António Conde de São (1949), «À memória de António Ferreira de Serpas», in: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa, Vol. 2, Série II, pp.87-92; Leite, José Guilherme Reis (1989-1990), *O historiador António Ferreira de Serpa. A bibliografia possível*, in: *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta, Vol. IX, pp.23-50.

¹⁰⁸⁵ AHMPPRE, AA. Portugal. Ofc. de Serpa. Vol. I, ff.13-24. Lisboa, 3-09-1889. Indicação que o artigo foi publicado em *Entre-Muros*, Nº 87, f.22.

¹⁰⁸⁶ Figueredo: diplomata, jornalista, político parlamentar; entre 1888 e 1889 foi secretário do Consulado geral de Venezuela em Espanha; conhecido por seu trabalho de espionagem e de documentação no exterior, em especial em Curaçao e Trinidad. Na sua memória política, escreve: *este libro es la narración anecdótica de*

importância da imagem pública e, em correspondência, solicita o outorgamento da condecoração *Orden del Libertador Simón Bolívar* em função de um facto que o Ministro *compreende perfeitamente, que as condecorações aumentam a importância dos indivíduos e os postos que eles ocupam*¹⁰⁸⁷.

Este mesmo princípio de credenciação o invoca para estar presente na Comemoração do 4º Centenário da descoberta da Índia, como delegado oficial pela Venezuela visto o convite que tinha sido dirigido à Chancelaria de Caracas pelo Governo Português¹⁰⁸⁸; Serpa reitera o princípio em várias ocasiões mais: uma delas quando consultou Raimundo Andueza Palácios, Presidente de Venezuela, sobre a sua disposição a receber *o título de comendador da Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que confere a categoria de Fidalgo da Casa de S. M. el Rey*, o qual Palácios declinou aceitar; posteriormente, comunicou à mesma Chancelaria, que o Rei de Portugal conferiu a Frederico Alvarez Benites aquele título de Comendador e que a Real Sociedade de Geografia de Lisboa o nomeou Sócio correspondente em Caracas. De novo se propôs para ser Delegado no Congresso Internacional de Medicina que se celebrou em Abril de 1905, em Lisboa, sabendo que em Caracas existia um grupo de médicos interessados em assistir¹⁰⁸⁹.

Por detrás da sua posição honorável do cônsul existia um corpus de consulta que o apoiava e, nesse sentido, Serpa manteve uma constante vigilância sobre as publicações venezuelanas de valor para seu trabalho, que não duvidava em pedir que lhas enviassem. Não se tratava só de um pedido de edições relacionadas com o serviço administrativo que iriam logo repousar na biblioteca do Consulado pois, verifica-se na atitude de Serpa uma intenção mais pragmática. Trata-se sobretudo de uma questão de gestão da informação, de livros cujo conteúdo era relevante para as instituições portuguesas vinculadas ao comércio e que, portanto, se prestava para ser uma ferramenta de contacto social do Consulado.

mis relaciones personales y políticas con los Presidentes de Venezuela, desde la Regeneración [A. Guzmán Blanco] *hasta la época presente* [Cipriano Castro]; Figueredo, Carlos B. (1908), *Presidenciales*. Caracas, Tip. El Liberal, p.3. Desconhecemos de quem se trata, há um Manuel Antonio Carreño, célebre por seu *Manual de urbanidad y buenas maneras*, que morreu em Paris em 1874. Nicolás Veloz Goiticoa: diplomata venezuelano, membro fundador da Sociedad Venezolana de Derecho Internacional e membro da Academia Americana de Ciencias Políticas y Sociales de Filadélfia.

¹⁰⁸⁷ AHMPPRE, AA. Portugal. Ofc. de Serpa. Vol. II, ff.50-52. Lisboa, 25-08-1890.

¹⁰⁸⁸ AHMPPRE, AA. Portugal. Ofc. de Serpa. Vol. II, f.93. Lisboa, 10-02-1898.

¹⁰⁸⁹ AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II: Ofc. de Serpa para MRE. F.115, Lisboa, 30-05-1900; Ofc. de R. A. Palacios para Serpa. F.124, Caracas, 3-07-1900; De Serpa para MRE. F.131, Lisboa, 23-03-1901; De Serpa para MRE, f.142, Lisboa, 6-08-1905.

Assim, em 1890, junto à lista para suprir as carências bibliográficas administrativas (Constituição vigente, códigos de fazenda, gazetas oficiais, legislação variada, tratados, *Libro amarillo*, entre outros)¹⁰⁹⁰, Serpa incluiu títulos e temas de discussão de atualidade na Venezuela, como o diferendo limítrofe com Grã-Bretanha pela Guayana, do qual solicitou a compilação de documentos sobre o tema, cujo primeiro volume foi publicado em 1887¹⁰⁹¹; propõe-se acompanhar a tendência estatística venezuelana, iniciada em 1875 com o primeiro Censo nacional e cujo último volume era o Índice da *Grande Recopilação geográfica, estatística e histórica de Venezuela*, de Manuel Landaeta Rosales, publicado em 1889, numa edição da Academia Nacional de la Historia, e várias obras mais. Tudo isto foi solicitado sob o argumento da necessidade de material de apoio para efetuar o seu trabalho e para ser distribuídos entre as sociedades literárias e cientistas de Portugal, principais bibliotecas, universidades e institutos de educação superior¹⁰⁹².

As remessas de livros foram chegando. Das primeiras remessas há informação de entrega na Associação Comercial de Lisboa, que recebeu dois exemplares do *Anuario Estadístico de Venezuela*, o *Código Aduanero* e exemplares de jornais¹⁰⁹³. Do mesmo modo, em meados de 1901, a Real Biblioteca do Palácio de Mafra, a Sociedade de Geografia de Lisboa e outras instituições foram agraciadas com edições venezuelanas¹⁰⁹⁴.

A distribuição de documentação e bibliografia foi, sem dúvida, um instrumento de publicidade para o Consulado junto das instâncias institucionais e oficiais portuguesas. Não foi, não obstante, seu único uso. Serpa contemplava o emprego da informação com fins de propaganda a outros níveis: segundo o benefício que esta oferecia a cada país. Com informação obtida desta literatura era possível, em sua opinião, implementar uma estratégia com o fim de tornar conhecidos os produtos da Venezuela. O seu pensamento não ficou por aí e considerou a necessidade de a Venezuela aumentar a sua população. A questão estava

¹⁰⁹⁰ O pedido de bibliografia básica concernente ao serviço consular se repete nas primeiras cartas em ocasião da abertura de um novo consulado e alguns vice-consulados. Só ocasionalmente voltaremos sobre este assunto. A solicitação de bibliografia sobre outros temas é excecional.

¹⁰⁹¹ Serpa demonstrou coerência entre a sua filiação a instituições portuguesas de conhecimento, os livros pedidos e a atualidade portuguesa e mundial, partindo dali a possibilidade de fazer comparações e de produzir alguns dos seus análises sobre a relação entre Portugal e a Venezuela. Neste caso, o problema da Guiana venezuelana é contemporâneo com o problema colonial português na África e com outras incursões territoriais. «Congreso de Berlin, 1878», in: *EBritain*.

¹⁰⁹² AHMPPRE, AA. Portugal. Ofc.s de Serpa: Vol. II, ff.50-52, Lisboa, 25-08-1890; f.68. Lisboa, 2-12-1896.

¹⁰⁹³ Arquivo Associação Comercial de Lisboa - Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (AACL-CCIP), Capilha 0873, Caixa 27, 1897, Correspondência com o Consulado da Venezuela em Lisboa. De A. F. de Serpa, cônsul, para Presidencia da ACL. Lisboa, 7-03-1897.

¹⁰⁹⁴ AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II: De Serpa para MRE, f.128, Lisboa, 17-05-1901; De MRE a Serpa, f.132, Caracas, 26-06-1901; De MRE a Serpa, f.134, Caracas, 26-06-1901.

em como executar ambas estratégias quando ainda não existia tratado de comércio entre Portugal e Venezuela. O primeiro passo foi, então, deixar a Diplomacia fazer o trabalho que lhe correspondia a fim de integrar os dois países por meio do comércio e da migração, sem perder de vista as considerações financeiras em vigor; isto é, concertar os três fluxos, comercial, migratório e financeiro, na relação entre os dois países que, na opinião de Serpa, eram *completamente estranhos um ao outro*. Esta é a razão pela qual, de maneira pertinente, Serpa remeteu um inventário de publicações com propaganda sobre estes três temas em Outubro de 1889, juntamente com as suas propostas que foram bem recebidas, em particular *las relativas a la conveniencia de celebrar un tratado de comercio*¹⁰⁹⁵.

Aclaradas as competências de rigor nos primeiros anos de sua função, o cônsul Serpa dedicou-se ao seu trabalho consular: fomentar as relações. No que diz respeito ao fluxo comercial, seis assuntos se alternam na sua correspondência com Caracas e inclusive, com frequência, misturam-se entre si o que torna difícil categorizar a importância de cada um no discurso de Serpa.

O primeiro assunto é seu conhecimento da necessidade de ampliar a estrutura comercial de ambos países. Ligado com este tema, vislumbra-se uma crítica ao comerciante acomodaticio, que se filia em várias reflexões suas feitas a partir de diferentes situações e de artigos de imprensa. De forma resumida, Serpa assinalou o facto dos interessados se lembrarem de ampliar o comércio quando a dependência do mercado mais favorecedor se agravava e produzia efeitos negativos. Conquanto haja crítica, o tratamento de suas observações é de interesse binacional. Em 1896, por exemplo, Serpa enviou a Caracas uma proposta no intuito de desenvolver o comércio entre Portugal e a Venezuela. As notas que acompanhavam a proposta procuravam, em princípio, motivar o Governo venezuelano a difundir em Portugal as tarifas alfandegárias dos artigos portugueses que tinham estagnado a sua saída normal para o Brasil. Era suposto que a difusão levaria ao estabelecimento de um fluxo que beneficiaria a ambos países. A Venezuela lhe convinha por ser um país consumidor destes artigos e porque a presença de um novo provedor em seu mercado podia induzir a uma baixa de preços. O outro critério da sua proposta residia na conveniência de difundir entre os comerciantes em Portugal a hipótese de tentar o mercado venezuelano como uma saída para a *depressão cambial no Brasil* e a falta de mercados em Europa. A proposta remete assim ao problema da estrutura do comércio externo português no que diz

¹⁰⁹⁵ AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II, Recomendações de Serpa, ff.47-49. Resposta do MRE, f.50.

respeito à necessidade de criar um «Novo mercado para os nossos produtos», título de um artigo publicado no *Diário de Notícias* que tinha inquietado e inspirado Serpa¹⁰⁹⁶.

Ao ano seguinte, o Cônsul redobrou seu esforço. Não podia ser de outra maneira visto que a promoção das relações comerciais correspondia a seu dever tanto de cidadão português como de cônsul da Venezuela. Guiado por este compromisso, escreveu uma nota dirigida à Associação Comercial de Lisboa na que comunicava ter seguido pelos jornais os esforços que a Associação empregava para abrir novos mercados aos produtos portugueses. Anexa a esta correspondência, como cortesia bem-intencionada, Serpa remetia ao Presidente um exemplar do *Comércio do Porto*, periódico *que inseriu um artigo muito interessante ao propósito de uma Associação, e creio que estes documentos serão suficientes para mostrar o que é e o que vale sob o ponto de vista português, aquele mundo sul-americano*¹⁰⁹⁷.

Um segundo aspeto de interesse para Serpa foi o fomento do que era ainda um comércio inexplorado. No tocante a este tema, em 1889, tratou de explicar a situação da relação comercial entre Portugal e Venezuela mediante a exposição do comércio luso-brasileiro, com ajuda da balança comercial para os anos 1885 e 1886. A conclusão da exposição foi que *apesar da considerável importância do comércio entre os dois países, é opinião geral que tal comércio está muito longe ainda do que devera ser*¹⁰⁹⁸. Em comparação com esta situação descrita para o Brasil, as negociações luso-venezuelanas mostravam-se prósperas, mas tinham então que limitar os obstáculos, conhecer os interstícios por onde o comércio venezuelano se podia aproximar e pôr em contacto os comerciantes.

Nos anos seguintes sua correspondência deu lugar a uma aproximação à ACL, aproximação que ajudaria a vencer este último obstáculo: o comércio inexplorado por falta de contacto. De facto, Serpa deixou prova de sua maneira de fomentar o convívio corporativo numa muito bem documentada nota dirigida a A. L. Simões de Almeida, presidente dessa Associação, em Junho de 1897. Nesta missiva estão anexas 4 listas com os nomes de negociantes de Caracas, Carúpano, San Cristóbal, La Guaira e Puerto Cabello. O

¹⁰⁹⁶ ACMPPRE, AA. Portugal. Vol. II, De Serpa para MRE, f.67, Lisboa, 30-11-1896.

¹⁰⁹⁷ AACL-CCIP, Capilha 0873, Caixa 27, 1897, Correspondência já citada: De Serpa para Presidencia da ACL. Lisboa, 7-03-1897. A análise da documentação indica que se tratava da Câmara de Comércio de Caracas, cuja fundação teve lugar em 1894. González Deluca (1994), p.33.

¹⁰⁹⁸ AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II, ff.47-50, já citados.

remetente foi o cônsul Dupouy com quem Serpa mantinha contato. O último anexo é uma página impressa com uma lista que indica: *Miembros de la Cámara de Comercio*¹⁰⁹⁹.

Em Novembro de 1897, o Cônsul acresceu a sua nota anterior e assinalou que a mesma ia acompanhada de uma lista dos principais comerciantes da Venezuela a quem a direção da ACL *poderá dirigir-se com o fim de estabelecer relações comerciais entre esta praça e aquela República*. Uma revisão do expediente comprova o conteúdo das quatro listas; uma destas foi titulada «Comerciantes respetables de Caracas», acompanhada pela advertência manuscrita: *estas mismas casas tienen sucursales en La Guaira, Puerto Cabello y Valencia*. Outra lista estava escrita em papel lembrete da empresa do cônsul de Portugal em La Guaira, «A. Dupouy & C^a». Em resumo, as listas continham os nomes das 120 empresas mais importantes de sete cidades venezuelanas, entre elas: Carúpano, na costa oriental; Caracas, La Guaira, Valencia e Puerto Cabello na região central; Maracaibo ao oeste e San Cristóbal ao interior de Los Andes¹¹⁰⁰.

As listas de contatos não bastavam para fomentar o comércio inexplorado. Serpa era da opinião que era também necessário motivação, dar a conhecer os produtos de cada país e, mais em especial, aqueles que podiam entusiasmar a empresas e empresários nos dois países. Em particular aos comerciantes em Portugal, o Cônsul lhes destinava uma exposição de géneros venezuelanos que complementaria assim o interesse que podia gerar o facto de conhecer importadores e exportadores nas principais cidades de Venezuela. A sua proposta não era inovadora, certamente, mas ajudaria a gerar expectativas.

No entanto, conhecer a estratégia publicitária *do que fazem alguns países*, era uma boa tática para convencer ao Governo venezuelano a organizar em Lisboa, *uma pequena exposição permanente dos productos da indústria e do solo da República*. A balança do custo – benefício desta iniciativa seria vantajosamente inclinada a favor de Venezuela tomando em conta os hipotéticos resultados com que fantasiava o Cônsul. No seu entender, *com um pequeno gasto, esta exposição, que poderia ter lugar no Consulado para Maior economia, havia de concorrer muitissimo para se entabularem relações comerciais entre os dois países e juntamente, como rendimento adicional, com a exposição ou exhibição*

¹⁰⁹⁹ AACL-CCIP, Capilha 0873, Caixa 27, 1897, Correspondência com o Consulado da Venezuela em Lisboa. De Serpa para A. J. Simões d'Almeida, Pdte da ACL. Lisboa, 3-06-1897.

¹¹⁰⁰ AACL-CCIP, Capilha 0873, Caixa 27, 1897, Correspondência com o Consulado da Venezuela em Lisboa. De Serpa para Simões de Almeida. Lisboa, 29-09-1897.

*permanente de que falhei, (...) parece-me que seria um excelente meio de atrair os emigrantes portugueses para Venezuela*¹¹⁰¹.

Este esforço também não era suficiente. Outro aspeto importante para Serpa era a correspondência entre as capacidades nacionais e o marco legal do comércio. Em sua opinião, era necessário conhecer a disponibilidade de produtos e chegar a acordos específicos à volta deles. Projetos de intercâmbio realizados sobre esta base podiam render bons benefícios aos produtos mais vantajosos de cada país, não obstante, criariam uma condição complicada em relação ao tratamento comercial outorgado a outros países. Neste sentido, Serpa considerava que concessões deste estilo podiam ser negociadas a instâncias diplomáticas ou ao mais alto nível; ele mostrava-se convicto desta possibilidade visto os resultados de acordos deste estilo entre os governos de Portugal e Brasil. Por isso, no seu entender, *o Governo de Portugal concederia também a Venezuela reduções de direitos de importação sobre os seus productos, se em troca Venezuela fizesse iguais reduções para os productos portugueses, especialmente vinhos*¹¹⁰². Pelo demais, este tipo de acordos sustentaria, por um lado, os comerciantes perante a situação transitória que se vivia devido à inexistência de um tratado de comércio e, por outro, contribuiria para modificar a estrutura do comércio e ampliar os seus destinos no exterior de ambos países.

No que respeita à estrutura, Serpa remeteu para Caracas análises sobre a situação portuguesa, datadas de Novembro e Dezembro de 1896. Considerava os seus escritos pertinentes porque o mercado venezuelano era abastecido através de países terceiros ou por depósitos intermédios, *mas directamente Portugal não chega ali!* Os diferentes portos venezuelanos podiam acolher *os productos vistos com possibilidades de serem vendidos a Venezuela: vinho do Porto, Madeira, Moscatel que são ali consumidos, mas recebem-se via Bordéus e Hamburgo e é mais que certo que de Portugueses só têm o nome; mais ainda assim conseguem-se em grande escala*¹¹⁰³. Esta procura crioula podia complementar-se com passas, cebolas, conservas alimentícias. Em particular, chamava atenção de Serpa os carregamentos de cebolas despachadas desde a Madeira diretamente para Demerara e Trinidad, de onde eram reexportadas para a Venezuela a um preço exorbitante, quando eliminando esta intermediação podia obter-se maior rendimento e preços mais económicos. Pelo visto até agora, as opiniões de alguns ministros de Fazenda e deputados venezuelanos,

¹¹⁰¹ AHMPPRE, AA, Portugal. De Serpa para MRE. Vol. II, ff.47-50. Lisboa, 20-10-1889.

¹¹⁰² *Idem*.

¹¹⁰³ ACMRE, AA, Portugal, Vol. II, f.67. De A. F. de Serpa para P. E. Rojas, Lisboa, 30-11-1896.

de armadores como Dallet e Boulton, e o cônsul Serpa coincidiam à volta da intenção de reduzir os intermediários.

Além dos produtos citados, os comerciantes venezuelanos podiam importar azeites, tecidos e outras manufaturas. Venezuela, por sua vez, podia exportar matéria-prima para os teares portugueses começando pela lã, da qual Serpa se adiantou a pedir mostras, preços e uma lista de exportadores. As possibilidades eram muitas e a ocasião era muito oportuna porque *este Reyno sofre com a falta de mercados para seus produtos e o comércio português procura meios de desenvolver-se*¹¹⁰⁴.

Sobre isto último, o Cônsul Serpa tinha absoluta razão ao contactar a Associação Comercial de Lisboa, organismo interessado em aproveitar o estímulo oficial para investir nas colónias africanas, tal como fica evidenciado num rascunho de trabalho para uma relação anual das atividades de ACL, datado o 3 de Abril de 1897. A Associação vinha trabalhando com diversos organismos estatais para aliviar o sistema administrativo e transformar o comércio português. Entre as transformações estava contemplada a abertura de *novos mercados na Argentina e na Venezuela mas também no Equador, México e Uruguai*. Contudo, o marco legal não era suficiente para dar segurança à ACL. Certamente, a Associação acompanhava as intenções do Cônsul venezuelano e inclusive, nessa época, *trabalhos adiantados neste sentido mas que carecem de esforços diplomáticos para deles se tirem todas as vantagens*¹¹⁰⁵.

É evidente que a atividade consular foi insuficiente para constituir um ponto de apoio às intenções de muitos comerciantes que privilegiavam a garantia de uma posição política de maior alcance e de maior altura para implementar seus projetos. O cônsul Serpa já tinha reiterado a falta de um tratado de comércio, ao qual fez alusão o comentário da ACL. Neste contexto, a motivação que o cônsul Serpa desejava fomentar para ultrapassar esta situação adquiria grande valor, pois consciente das atribuições diplomáticas que escapavam à sua jurisdição consular, perseverava em auspicar iniciativas corporativas e empresariais em pró do contato entre comerciantes de ambas nações. No final de contas, este contato era o objetivo das listas de comerciantes e das informações sobre o movimento associativo na Venezuela.

Vê-se logo que o estilo de Serpa tinha sido bem recebido no seio da ACL pela sua semelhança de metas e pelo critério de amplitude. Inclusive, nos anos do Consulado de

¹¹⁰⁴ AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II, ff.69 e 70. De Serpa para MRE. Lisboa, 7 e 8-12-1896.

¹¹⁰⁵ AACL-CCIP, Capilha 0876, Caixa 27, 1897, Correspondência com o Consulado da Venezuela em Lisboa. Actividades da ACL, 3-Abril-1897.

Serpa, tentou-se contactar com a Venezuela fora do círculo comercial de Lisboa. Baralhada na correspondência consular, encontra-se arquivada uma carta que Augusto da Silva Moreira escreve ao Ministério de Relaciones Exteriores, em Maio de 1901. Em papel lembrete da sua empresa, Silva Moreira expus ser o representante de outras 13 companhias internacionais com negócios na ilha açoriana de São Miguel, interessadas em estabelecer um contacto comercial com empresas similares venezuelanas¹¹⁰⁶.

Ao ampliar a crítica externa do documento, aprecia-se que a representação conta com uma experiência próxima do currículo pessoal de Serpa. Moreira era um empresário micaelense ligado ao mundo político e consular de São Miguel, no qual participou depois diretamente enquanto cônsul dos Países Baixos; foi promotor de uma agência de câmbios em Ponta Delgada para facilitar as operações financeiras aos emigrantes e os turistas em trânsito. A sua experiência no mundo editorial é, ainda assim, visível. Moreira foi proprietário e redator do semanário *recreativo e noticioso*, especial para Portugal e Brasil, *O Noticiarista*. O editor era João José dos Ramos e Cunha, também com experiência em outros ensaios editoriais de circulação regional e de carácter devoto. A linha editorial estava orientada para manter a relação de São Miguel com o exterior; de facto, o semanário era *publicado a última hora da saída dos paquetes*¹¹⁰⁷.

A propósito da informação e de seu valor comercial, Serpa estimava que conhecer as capacidades do país não garantia a um empresário as condições para lançar-se no mercado ignorando a concorrência. As suas análises do caso brasileiro estavam expostas em função de uma iniciativa empresarial consciente dos parâmetros de confiança e precaução dentro do contexto de condições existentes entre Portugal e a Venezuela. Era uma medição de riscos, basicamente, que centrava seu maior eixo de segurança em *comerciantes respetables*, tal como se indicava nas listas venezuelanas que remete, e na institucionalidade associativa. Serpa não fez mais do que trabalhar a mentalidade empresarial que conhecia; neste sentido, foi um trabalho baseado na compreensão da insegurança e desconfiança do comerciante Português que se recusava a deixar seu confortável espaço de negócios, pequenos mas seguros, sem ter o suporte e a garantia do Estado português.

Neste contexto, é importante indicar também que Serpa não conseguiu separar o assunto competitivo do que significava a navegação, em particular, a marinha mercante

¹¹⁰⁶ AHMPPRE, AA. Correspondência com cônsules em Portugal, 1888-1911, Vol. II, f.221.

¹¹⁰⁷ *Idem*; Arq. Reg. Ponta Delgada (1886), Vol. 8, N° 43-48, p.510. *Diário da República*, N° 293, 16-12-1913, p.4735.

nessa época devido à dependência a que estavam submetidos os dois países¹¹⁰⁸. Sobre este particular, dois níveis de concorrência se distinguem nas suas notas: os produtos e quem os comerciava. Em relação à rivalidade entre mercadorias, o Cônsul baseava-se num facto para comparar a partir de uma perspectiva positiva o intercâmbio comercial: a semelhança ia facilitar a colocação dos produtos venezuelanos e portugueses nos mercados respetivos; sua venda não ia causar estranheza quando comparados com produtos de outra procedência já integrados no mercado de cada país. Ao tratar-se de géneros similares, de oferta e consumo conhecidos, a estranheza só podia ser causada pela diferença da origem nacional.

Neste sentido, sendo os produtos de Venezuela similares aos do Brasil, pensava Serpa, encontrariam bom mercado em Portugal. Com esta anotação, o Cônsul deixava claro que Brasil era o rival da Venezuela em Portugal; restava só conhecer a estrutura e o montante desse comércio brasileiro para visualizar as oportunidades. A vantagem para os produtos venezuelanos estava em aceder a um mercado já criado mas faltava um suporte comunicacional, era *indispensável e necessário* criar uma estratégia para dar a conhecer os produtos venezuelanos entre negociantes e consumidores. A Venezuela tinha que promover a proveniência da sua produção como sinónimo de uma qualidade diferente¹¹⁰⁹.

O conhecimento na Venezuela da origem dos produtos de Portugal estava já provado através de Trinidad e Demerara, em particular, das cebolas e dos vinhos com especial destaque para o vinho da Madeira. O movimento marítimo garantia, além disso, o fornecimento indireto com as suas escalas em Lisboa, Funchal e São Miguel. O cais madeirense chamava a atenção do cônsul Serpa porque lhe constava que navios, *principalmente vapores*, procedentes da Venezuela tocavam ali e, ao mesmo tempo, devido à dupla função que prestava o porto a estes navios: um cais de decisões operativas, onde os navios esperavam até *receber notícias de seus donos e carregadores*, e um porto para *tomar mantimentos* e passageiros. No caso de São Miguel, o cônsul Serpa também tinha conhecimento da chegada ali de um navio a vapor venezuelano¹¹¹⁰.

A concorrência mais intensa encontrava-se na navegação devido ao controle que tinham as companhias navegadoras; estas administravam o traslado dos carregamentos e a consignação de espaços nos navios. Primeiramente, este era um entrave que Serpa atribuía à cessão do transporte marítimo para países de maior poderio económico e logístico. Este era

¹¹⁰⁸ A navegação foi uma preocupação de Serpa. Cf.: *Influência do Canal do Panamá no movimento dos portos portugueses*. Lisboa, Ed. Da Liga do Interesses Públicos, 1909; Lisboa, Oficina Tipográfica, 1911.

¹¹⁰⁹ AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II, ff.47-50. De Serpa para MRE. Lisboa, 20-10-1889.

¹¹¹⁰ AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II, ff.47-50. De Serpa para MRE. Lisboa, 20-10-1889; f.67. Lisboa, 30-11-1896.

o caso de Portugal e da Venezuela contentando-se ambos, em grande parte, com o facto de serem servidos pelas linhas mercantes daqueles países nos portos onde elas tocam. A consequência era a restrição a um aumento dos mercados. Baseado no artigo «Novo mercado para os nossos produtos» já referido, Serpa exemplifica esta situação com os portos venezuelanos: estes estavam *em frequente comunicação*, certamente, mas seus contatos eram demarcados *por meio de vapores* com a Espanha (Barcelona e Cádiz), França (Saint Nazaire, Le Havre, Bordeaux), Alemanha (Hamburgo), Inglaterra (Liverpool e Southampton) e Estados Unidos (New York)¹¹¹¹.

Para ele, *estes factos repetem-se numerosas vezes*. Com efeito, a situação com as consignações era semelhante e muito prejudicial no caso de Lisboa. As embarcações quando chegavam aos portos intermédios, como era o caso do cais lisboeta, vinham com os porões quase repletos de mercadorias da Alemanha, França e Inglaterra o que permitia apenas pequenos carregamentos. Quando regressavam de América, os carregadores destes mesmos países eram também favorecidos pela benevolência das companhias de navegação que, prevendo as grandes exportações destes clientes, reservavam todo o espaço *de tal maneira que não há lugar para as mercadorias destinadas para Portugal*. Como indica o Cônsul, o anterior acontecia de maneira eloquente com o Brasil onde se comprovou que *os carregadores eram obrigados a esperar muito tempo para poderem fazer as suas exportações*, por falta de uma companhia de navegação que garantisse o tráfico direto. Nem Lisboa nem Caracas podiam estar sujeitas a tal desconsideração. Para Serpa, este estado de coisas devia *terminar com o estabelecimento de uma carreira de navegação a vapor*¹¹¹².

A implementação de tal medida exigia capital. Este era um elemento que, por coincidência, mostrava-se difícil de obter tanto na Venezuela como em Portugal, na época do exercício de Serpa¹¹¹³. No que diz respeito ao fluxo financeiro, Serpa fez menção do esforço político que significou o estabelecimento de uma agência financeira do Governo Português no Rio de Janeiro; em especial, descreve o acordo aduaneiro com o Brasil para algumas mercadorias; a revisão da relação entre a origem dos produtos, o preço e o valor dos direitos de alfândega para determinar uma redução na importação; as receitas correspondentes às exportações e re-exportações de mercadorias nacionalizadas, e várias análises mais sobre assuntos que alteraram o ingresso de dinheiro para o Estado Português. Qualquer alteração criava dívidas. Suas opiniões sobre estas alterações são análogas no

¹¹¹¹ AHMPPRE, AA. Portugal. MRE, Vol. II, f.67. De Serpa para Lisboa, 30-11-1896.

¹¹¹² AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II, ff.47-50. De Serpa para MRE. Lisboa, 20-10-1889.

¹¹¹³ Rodrigues (2012), pp.117-134. Hernández (2005), p.317.

caso de Venezuela, a tal ponto de Serpa teve um crédito a seu favor de 330 Bs (66.000 Reis) na Chancelaria de Caracas para despesas a conta do Consulado, entre elas a repatriação de venezuelanos¹¹¹⁴.

Não obstante, conquanto faltava o dinheiro nas arcas venezuelanas, Serpa assinalava uma vantagem convincente e conveniente para os comerciantes portugueses: *Venezuela é o único país da América Latina onde não existe o papel-moeda. A própria Constituição proíbe tal circulação fiduciária. Não se corre pois o risco da baixa ou oscilação fiduciária como sucede com o Brasil*¹¹¹⁵. Com esta motivação o desenvolvimento de qualquer fluxo para Venezuela era possível. Sem dúvida, a motivação de Serpa era uma aproximação positiva aos investimentos na Venezuela, uma aproximação feita a partir do lado contrário dos comentários sobre países endividados, que na época se faziam nas grandes cidades financeiras. Nestes cenários, a concorrência era entre países mutuários pela obtenção de créditos baratos e onde o descrédito do outro era uma referência para garantir melhores interesses.

Venezuela já tinha experiência nestas lides. O país tinha-as combatido com as mesmas armas e no mesmo terreno onde se desenvolvia tanto a captação de europeus para emigrar como o mercado de créditos. De facto, Clément Gairaud, o vice-cônsul em Lisboa, foi o transmissor da estratégia venezuelana que, em 1894, era liderada por José Gil Fortoul a partir da Legação em Paris: a promoção mediática dos projetos de investimento e colonização no país através de publicações oficiais e da divulgação em outras revistas e periódicos. As primeiras tentavam pôr de pé a imagem de um país com conhecimento das correntes intelectuais e técnicas de imprensa do momento, aspetos que o ministro Fortoul geria destramente¹¹¹⁶. As segundas avalizariam na opinião pública essa imagem de país vanguardista propagada pelas publicações oficiais.

O vice-cônsul Gairaud foi meticoloso com as notas e seletivo com os anexos que remeteu para Caracas para expressar a sua admiração pelo trabalho de Fortoul¹¹¹⁷. A publicação da Legação bem vale a descrição do suporte documental; papel lembrete que titulado: *L'Echo des États-Unis de Vénézuéla Illustré. Journal Économique, Commerce*

¹¹¹⁴ AHMPPRE, AA. Portugal, Vol. II, De Serpa para MRE, ff.47-50. Lisboa, 20-10-1889; 64-66. Lisboa, 12-11-1896; 84. Lisboa, 10-07-1897; 89. Lisboa, 26-10-1897; 92. Lisboa, 26-10-1898; 107. Lisboa, 20-05-1900.

¹¹¹⁵ AHMPPRE, AA. Portugal. De Serpa para MRE. Vol. II, f.67. Lisboa, 30-11-1896.

¹¹¹⁶ «Fortoul, José Gil»: advogado, diplomata, escritor, historiador, político, sociólogo, tratadista de filosofia, um dos líderes da escola positivista venezuelana, cofundador da Sociedade de Amigos do Saber, de corrente comtiana; in: *DHV-FP*.

¹¹¹⁷ AHMPPRE, AA. Portugal. Vol. II, ff.55-56. De vice-cônsul C. Gairaud, para MRE. Paris, 25-10-1894.

International, Industrie, Agriculture, et Colonisation. Bureaux Correspondants: à Caracas, Bordeaux, Bruxelles, Lisbonne, Gênes, Barcelone et Marseille. Claro que o ego de vice-cônsul Gairaud estava refletido na correspondência deste *Journal* em Lisboa.

Dos recortes de imprensa que anexa, um em especial reveste-se de importância pelo seu conteúdo e pelo seu suporte editorial. Trata-se da *Revue Économique* que resenha a publicação venezuelana. Sobre esta indica que *L'Echo de Vénézuéla* seria uma publicação periódica, ilustrada, patrocinada por um comité misto de redação e propaganda. Segundo descreve, entre seus objetivos estava o combate aos agitadores da informação que se atarefavam a desnaturalizar e exagerar os factos, fosse para suscitar o temor ou a desconfiança nos capitais europeus e nas empresas, fosse para prejudicar o crédito exterior da atividade comercial da Venezuela.

Passado o recado aos concorrentes desleais, a *Revue* elogiava as iniciativas venezuelanas que tinham conseguido produzir tal eco para, de uma parte, favorecer e desenvolver os interesses e as relações económicas da Venezuela com o Velho Continente e particularmente com França, Inglaterra, Bélgica, Portugal e Alemanha, e, de outra parte, expor as facilidades das colónias agrícolas e o desenvolvimento da propriedade da terra e a emigração. Tudo isto ficou exposto numa revista de distribuição gratuita e dirigida aos comerciantes, industriais, comissionados, sociedades diversas, companhias, círculos literários, periódicos e a todos os interessados em Venezuela.

d. Um balanço prévio à Legação

Baseados na correspondência dos cônsules e na restante documentação que analisamos, podemos dizer que o fluxo comercial estava muito longe ainda *do que deveria ser*, para dizê-lo com as palavras de Serpa. Não obstante, a sociabilidade dos representantes consulares e dos funcionários locais, tanto governamentais como associativos, aumentou a relação política entre Portugal e a Venezuela. Esta é uma apreciação que se retira tanto das reflexões e ações empreendidas por aqueles agentes oficiais, como dos diversos projetos e estratégias expostos, cujo fim era o fomento do fluxo comercial e do fluxo migratório, apesar de cientes das dificuldades económicas que atravessavam as respetivas finanças nacionais.

Uma eventualidade ficou comprovada antes de fechar o século XIX: a abertura de consulados e as tentativas de fomento tiveram lugar depois de conhecer-se, por um lado, os antecedentes comerciais que permitem falar de um incipiente intercâmbio de produtos -uma grande parte indireto - e, por outro, a posterior necessidade de regular e controlar aqueles antecedentes em prol da defesa dos interesses nacionais.

O aumento do número de representações consulares leva-nos a pensar na simbiose comerciante-cônsul como uma solução módica encaixada na tendência geral da política exterior. Num estudo sobre o Consulado de Portugal em Boston, Fernando de Castro Brandão refere que os consulados foram *criados, sobretudo, como postos de apoio ao comércio*. Baseado na sua experiência e na revisão do *Anuário Diplomático e Consular Português*, este Embaixador concluiu que, ao longo do século XIX, *assiste-se a uma verdadeira proliferação de consulados. Praticamente todos honorários, e apenas subsidiados com parte dos emolumentos cobrados, não pesavam ao erário público*¹¹¹⁸. A simbiose comerciante-cônsul ou vice-versa, foi uma solução adequada ao momento porque o comerciante beneficiava de uma boa posição para aumentar os seus negócios, dar-se a conhecer, ganhar visibilidade pública, etc., e a sua gestão não ocasionava maiores gastos ao país dada a possibilidade de ser retribuído pela própria receita do consulado.

No quadro de objetivos da política externa, o aumento de consulados deve ter correspondido à necessidade de defender os interesses dos cidadãos portugueses. Até agora a correspondência mostrou que há iniciativas de agentes oficiosos - muitas delas isoladas ou surgidas de migrantes trabalhadores tornados comerciantes - e propósitos relevantes promovidos por agentes oficiais, como os dos venezuelanos Montbrun em Trinidad e Montauban em Ciudad Bolívar, para Portugal, ou os projetos do cônsul Serpa em Lisboa, para a Venezuela. Não obstante, no fim do século XIX, a rede consular não estava inteiramente interconectada em função de resultados gerais, conquanto se tivesse verificado a existência de correspondência entre alguns cônsules, ao estilo do contacto Dupuoy-Serpa, com o objetivo de estimular a iniciativa privada.

Com todo este esforço, os interesses a defender, a presença de cidadãos e de empresas portuguesas na Venezuela e vice-versa, são dificilmente quantificáveis. O intercâmbio de produtos que referimos não bastava ainda para justificar a criação de consulados; enquanto os vice-consulados parecem render algum benefício, honorável e material, aos comerciantes nomeados. O facto de serem *ad honorem* explica, retomando as palavras de Brandão, *a generosidade com que eram criados e a ligeireza de como se viam extintos*¹¹¹⁹. Mas, tendo por base o autofinanciamento para explicá-los, pode-se dizer que podiam inclusive ocasionar gastos aos cônsules honorários, sendo ilustrativa a resposta

¹¹¹⁸ Castro Brandão, Fernando de (1995), *O Consulado-Geral de Portugal em Boston. Subsídios para a sua história*. Lisboa, MNE, p.9.

¹¹¹⁹ *Idem*.

negativa, «não há emolumentos», que enviaram vários cônsules a Lisboa à hora de render contas. Até agora, estes argumentos não parecem gerar estabilidade na relação consular.

Assim, se há consulados é porque também existia a perspectiva de realizar negócios no futuro, e essa perspectiva era promissora de prosperidade com a abertura de mercados. Ou, porque outro fator coincide para justificá-los. Alguns cônsules portugueses destacados na região caribenha falaram das comunidades lusas como consumidores de produtos importados das regiões de onde tinham emigrado, o que significa uma razão económica de relevo encontrada na emigração. A observação dos cônsules transpõe para uma vertente dupla da função consular, claramente definida e canalizada, através do fluxo comercial e do fluxo migratório: a defesa dos interesses locais das comunidades e a defesa das comunidades como consumidores. Assim visto, a emigração acentuava a importância dos consulados. Brandão avaliza este aspeto ao ter comprovado que, *com o tempo, irão os Consulados adquirindo maior importância, graças ao incremento de emigração*¹¹²⁰.

O fluxo migratório complementou a trilogia para aproximar ainda mais os dois países. De facto, analisados o fluxo comercial e financeiro, tudo indica que o aumento do número de emigrantes e de negócios, em conjunto, contribuísssem para um aumento da importância política da relação binacional. Este aumento engendrou a necessidade de ter maior prudência e zelo na defesa dos interesses nacionais, bem como a consideração de cidadãos nacionais para ocupar os cargos de cônsules. Esta última consideração tem base nos inconvenientes ocasionados pela intromissão política de cônsul geral Calzadilla, que acabou com o retiro das credenciais, e na nomeação do cidadão português Benitez no mesmo cargo. No âmbito dos negócios, assistimos a uma falta de correspondência entre, por uma parte, a reiteração de projetos de fomento comercial e, por outra, as notas que falavam de um comércio próspero entre Portugal e a Venezuela, ao estilo do que se constatou nos núcleos portugueses em Demerara e Trinidad depois de 1850.

Segundo as análises arquivísticas, as tentativas para fomentar a emigração a partir Portugal foram variadas e, não obstante, uma visão quantitativa da migração neste século XIX não passou de ser uma aproximação. A esse respeito, referindo-se uma vez mais ao assunto, Brandão expõe que, *na sua esmagadora Maioria, as cifras extraídas das diversas fontes, não condizem minimamente entre si*¹¹²¹. No que respeita ao fomento da emigração, não se encontrou prova de que o fluxo da Venezuela para Portugal tenha sido, em algum momento, um plano orquestrado ou canalizado pela via consular. Assim, a presença de

¹¹²⁰ *Idem.*

¹¹²¹ Brandão (1995), p.31.

venezuelanos em solo luso respondia às circunstâncias da navegação e ao trânsito de passageiros que colocava os portos portugueses na lista das escalas de viagem. Um apontamento que glorificava o discurso político da privilegiada localização de Lisboa em relação ao Atlântico e à Europa.

Na direção contrária, a insistência dos cônsules da Venezuela em Portugal em fomentar o fluxo migratório era evidente: um *Dejá vu* na correspondência consular da primeira metade de século XIX, quando os planos de fomento da emigração, em particular a partir da Madeira para as Índias Ocidentais Britânicas. Esses planos de fomento, não chegaram a concretizar-se e não se pôs em prática nenhum projeto ao nível das instâncias oficiais no caso de Venezuela, mas a reiteração na documentação demonstra a pressão da situação demográfica portuguesa.

Em relação ao fluxo migratório então, há concordância entre a necessidade de desenvolver o povoamento venezuelano, urgência exposta nos exemplos da Guiana, e a urgência de Portugal com demasiada de população em algumas regiões, nomeadamente nas ilhas atlânticas. Para os cônsules, falar da migração significou falar dos obstáculos existentes ao seu fomento da mesma maneira que referiam os problemas relativamente ao comércio. Uma vez mais, a navegação apresentou-se como uma das maiores dificuldades. A limitada quantidade de destinos das rotas e a falta de uma frota nacional, dois aspetos que prolongavam o carácter indireto do comércio, foram fatores válidos para limitar a migração.

O assunto não era novidade para os consulados de Portugal no Mar das Caraíbas, inclusive na sua relação com seu único vizinho. Em 1885, tal como referiu Manoel Rodriguez Baz, cônsul em Havana, o Convénio consular entre a Espanha e Portugal, datado de Fevereiro de 1870, estava em conflito com as disposições da Capitania insular e a realidade do momento. Segundo o cônsul Rodriguez Baz, os marinheiros, comerciantes e cidadãos de países cuja marinha mercante não frequentasse as Antilhas espanholas, sofreriam sérias perdas a continuar em vigor o artigo 1º sobre a proibição de trânsito de passageiros e o trabalho de marinheiros. Para o Cônsul, as circunstâncias obrigavam a considerar medidas para os súbditos que *no vengam con contrato para viaje redondo*, isto é, passagem de ida e volta, ou a aumentar a frequência dos navios e o comércio com essa e outras Antilhas espanholas¹¹²².

¹¹²² ANTT. MNE. Cuba, Caja 577. De cônsul Manoel Rodríguez Baz para MNE. Of. Nº 8, Habana 31-08-1885. «Problema que apresenta aos súbditos portugueses as ordens do Comandante de Marina e Capitão de porto de exigir sua autorização para suas atividades».

O relato do que acontecia em La Havana era pertinente porque evidenciava uma tentativa de obstrução à intenção de qualquer emigrante de ficar em Cuba; da mesma maneira, expõe uma situação perante o Direito criada por passageiros portugueses que não viajam em empresas nacionais porque estas não chegam ali; e por último, como se verá, porque a partir desta ilha se desviou uma onda migratória para Venezuela de caráter ocasional.

Os rasgos mais evidentes do fomento da migração portuguesa para a Venezuela encontram-se expostos na correspondência do cônsul Serpa. A sua comunicação de Outubro de 1889 é interessante pelo recurso que faz aos laços históricos no seu discurso político para mostrar a importância da emigração portuguesa na história universal e em particular na história contemporânea de América. Neste contexto, o referido relato aborda a perspectiva comercial, mas apresenta também outra fórmula estratégica para integrar Portugal e a Venezuela: a emigração, um assunto que tratava num aparte titulado «Emigração portuguesa». A primeira ação a empreender era distribuir informação através de agências de propaganda semelhantes às instaladas por outros países latino-americanos que, *juntamente com a exposição ou exibição permanente de que falhei*, diz Serpa, *seria um excelente meio de atrair os emigrantes portugueses para Venezuela*¹¹²³.

A informação devia convencer primeiro às autoridades venezuelanas, campanha que Serpa começou de imediato neste expediente mediante uma exposição dos resultados provados da emigração portuguesa noutras regiões. Dai que, na mesma correspondência de Outubro, a panorâmica geral do Cônsul incluía uma cópia de um relatório do encarregado do Consulado de Portugal em Georgetown, no qual estabelecia correspondências entre a origem regional em Portugal e os destinos da emigração: os emigrantes do continente dirigiam-se para o Brasil; os das Açores para Brasil mas preferiam ainda América do Norte (Boston, New-Beford e o Estado da Califórnia) e ilhas Havai; os insulares da Madeira emigram para toda a parte: Brasil, Havai, África Ocidental e a Guiana Inglesa. Os de Cabo Verde preferem a América do Norte e Havai. No vasto espaço marcado por estas balizas, a imigração se assentou mantendo a ligação com a mãe-pátria e estava.

No mesmo documento, Serpa promoveu também a emigração portuguesa a partir das características de seus compatriotas. Assim, interliga dois aspetos do que ele considerava serem os princípios para reconhecer os *bons trabalhadores*: o comportamento cívico e o rendimento no trabalho. Na opinião do Cônsul, os portugueses encaixavam

¹¹²³ AHMPPRE, AA, Portugal, Vol. II, Fº47-50. Del Cônsul de Venezuela em Lisboa, António Ferreira de Serpa, para MRE. Lisboa, 20-10-1889.

plenamente com aqueles princípios. Contudo, a quantidade de portugueses que poderia emigrar para Venezuela era incerta, mas em Portugal o fluxo estava garantido pelo crescimento da população por acima do aumento da emigração. A garantia do fluxo podia aumentar com a neutralização do impedimento económico para a realização da viagem o que se traduz na toma de consciência, por parte do Governo venezuelano, de que muitos emigrantes procediam de zonas paupérrimas sem possibilidades de custear um bilhete. Perante estas circunstancias, Venezuela podia *conceder aos emigrantes parte das vantagens que lhes da o Brasil, Havai e a República Argentina*¹¹²⁴, isto é, o subsidio da viagem ao estilo do que também tinha sido proposto ao Governo para auxiliar a emigração portuguesa para as províncias ultramarinas¹¹²⁵.

O relatório do cônsul Serpa é sem dúvida um contributo significativo para a promoção da emigração em momentos em que Portugal enfrentava sérios problemas internos. Ao mesmo tempo, era uma tentativa para conciliar as suas preocupações individuais de cidadão português, perante o drama da emigração, e as suas responsabilidades consulares como representante venezuelano. Da mesma forma, o Cônsul fez uma tentativa para aproximar Portugal e a Venezuela. O risco de sobrevalorizar Serpa reduz-se ao considerar-se que o seu depoimento está inserido na fileira de outros projetos de migração incentivados pelo poder político em Caracas, desde meados da década de 1870.

Depois de acabar a Guerra Federal, os projetos de imigração para a Venezuela foram retomados durante o Guzmanato, o período de 18 anos (1870-1888) em que prevaleceu a mentalidade europeizante de Antonio Guzmán Blanco. De facto, a política oficial sobre imigração reanimou-se a partir do Decreto de 14 de Janeiro de 1874, o que deu origem a uma série de relatórios e projetos da autoria de cônsules e agentes independentes¹¹²⁶. Este caudilho dedicou-se, entre outras atividades, *a reorganizar la administración nacional (...) a restablecer la inmigración, a refundar el crédito público*

¹¹²⁴ AHMPPRE, AA, Portugal, Vol. II, Fº47-50. Del Cônsul de Venezuela em Lisboa, Antonio Ferreira de Serpa, para MRE. Lisboa, 20-10-1889.

¹¹²⁵ A Proposta de lei, que foi apresentada pelo Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, começa por expor a preocupação dos poderes públicos pela *emigração portuguesa para algumas regiões estranhas da América e da Oceânia* AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional, Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 30, Ses. 1, Nº 20, 06-11-1894, p.351.

¹¹²⁶ «Decreto de 14 de Janeiro de 1874, sobre inmigración de personas propias para la agricultura, las artes y el servicio doméstico...», in: Venezuela (1884), *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Caracas, Imprenta La Opinión nacional, Vol. 7, Nº 1866, p.4.

*interior y exterior, a hacer nuevos tratados públicos que den valores a nuestros productos en los grandes mercados del mundo, y a modificar las instituciones*¹¹²⁷.

No dia 24 de Agosto do mesmo ano, quando foi decretada uma reorganização ministerial, a Direção de Imigração, passou do Ministério do Interior para o Ministério de Fomento, e a emigração passou também a ser tratada como um assunto económico¹¹²⁸. Há duas atribuições outorgadas a esta Direção que a vincularam com a política consular e comercial. Efetivamente, entre as funções atribuídas à Direção estava obter, por meio dos cônsules da Venezuela, os dados sobre as diferentes legislações e sobre os resultados das diversas medidas adotadas neste ramo em outros países. Isto se complementava com a atribuição aos cônsules de atuar para a Direção como agentes de imigração nas suas respetivas jurisdições. Como órgão operativo também foi criada uma Junta de Emigração com o fim de interconectar disponibilidades de migrantes no exterior com a procura dos empregadores no país. Uns agentes de colocação seriam os encarregados de obter os pedidos de agricultores e proprietários.

Depois de propagar-se a notícia da política oficial sobre a imigração, começou a chegar a Caracas correspondência dos cônsules da Venezuela sobre o assunto. Segundo referiu Juan José Martín Frechilla, Sebastian Viale Rigo, cônsul em Bordéus, foi o autor de um relatório de 33 páginas titulado: *La emigración antigua y moderna, su fin, sus tendencias, sus varias corrientes: problema por resolver*, e Martín J. Sanabria, cônsul em Hamburgo, foi responsável de uns *Apuntes sobre Inmigración. Ideas generales aplicables a Venezuela*; ambos datados de Dezembro de 1873, isto é, antes da publicação do decreto de Guzmán Blanco¹¹²⁹.

Posteriormente a este decreto chegaram mais ideias sobre a captação, envio e distribuição de emigrantes europeus. Em relação à tática publicitária para atrair os possíveis viajantes, esta não variou em relação à empregada por outros países; assim, somaram-se ideias, entre elas: o empenho de Adolfo Ernst, que aproveitou a Exposição Internacional de Agricultura de Bremen, em Junho de 1874, para tentar convencer os alemães a elegerem Venezuela como destino e, de modo ilustrativo para evitar deceções, citou-lhes o exemplo

¹¹²⁷ Blanco, Antonio Guzmán, *Proclama a los venezolanos, 26 de Fevereiro de 1879*, Archivo Guzmán Blanco. Citado in: Frechilla, Juan José Martín (1999), *Cartas a Guzmán Blanco, 1864-1887: Intelectuales ante el poder en Venezuela*. Caracas, CDCH-UCV, p.31.

¹¹²⁸ «Decreto de 24 de Agosto de 1874 sobre organización de los ministerios...», in: Venezuela (1884), *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*, Vol. 7, N° 1893a, p.195. Frechilla (1999), p.122.

¹¹²⁹ Frechilla (1999), p.130-131, 136. Según María Elena González Deluca, Rigo e Sanabria eram *miembros de la representación exterior doblados en hombres de negocios, y a la inversa*. Muitos deles em negócios com A. Guzmán Blanco, o que podia significar acesso a fontes de informação. González Deluca (2001), p.97.

do fracasso inglês da colônia New Carony, na Guiana britânica, em 1868,¹¹³⁰; a publicação de *El Mundo Americano*, publicado em Paris, editado por Miguel Tejera, órgão de informação subsidiado diretamente por Guzmán¹¹³¹; ou a estratégia mediática proposta por Sanabria, o cônsul em Hamburgo, que consistia em contratar *literatos* estrangeiros residentes em Caracas para ser correspondentes da imprensa de seu país de origem, assim um *literato alemán* podia escrever para a *Gazeta de Colônia*¹¹³².

Animados pelo impulso do Guzmanato, Rafael Fernando Seijas preparou um projeto: *Colonización general de Venezuela*, focalizado na imigração a partir da Alemanha, Bélgica, Itália e Suíça em concreto, ainda que as suas considerações geográficas fossem maiores, sobretudo, depois de seu périplo por Canárias, Barcelona e Bordéus¹¹³³. A mesma animação tinha contagiado Hector J. Varela, um dos apologistas de Guzmán no exterior e que dizia ter iniciado o despacho de migrantes para a Argentina. Varela pensou que a amizade e a referência curricular atingiam o nível suficiente para oferecer os seus serviços ao Presidente venezuelano como agente geral de imigração em Europa. A dimensão do espaço e do compromisso que desejava abarcar eram, no entanto, demasiados para o alcance de um só agente. Varela não demorou em renovar o seu pedido, mas desta segunda vez pedia *un simple nombramiento como Agente de Inmigración en España y Portugal*¹¹³⁴.

Durante o Guzmanato, o projeto mais debatido foi o contrato celebrado em Paris, em 1879, entre o Estado venezuelano, representado pelo ministro plenipotenciário José María Rojas, e Eugénio Rodríguez Pereire. Segundo uma carta deixada pelo presidente Guzmán Blanco, o objetivo era *llevar a Venezuela el capital y la gente para un desenvolvimiento como el de Estados Unidos*¹¹³⁵. Pereire é o mesmo armador de origem judia-portuguesa, proprietário da *Compagnie Générale Trasatlantique* que mencionamos na rota de Colón, Panamá. Vemos agora a faceta bancária de Pereire. Guzmán Blanco tinha cultivado a amizade com a família Pereire desde o ano do empréstimo de 1864, *sin saber*

¹¹³⁰ Frechilla (1999), p.161.

¹¹³¹ Tejera era sócio de Guzmán em vários projetos. González Deluca (2001), pp.82, 114, 138, 168, 250. Frechilla (1999), p.76.

¹¹³² Frechilla (1999), p.72.

¹¹³³ Frechilla (1999), pp.137-138. Seijas, Rafael Fernando (1875), *Colonización general de Venezuela. 150.000 hectáreas de tierra*. Caracas, Imprenta Federal.

¹¹³⁴ Frechilla (1999), pp.79-81.

¹¹³⁵ «Apéndice 12. Carta de A. Guzmán Blanco a A. L. Guzmán, en relación con el Protocolo Rojas - Pereire. París, 23-10-1879». Citado in: González Deluca (2001), p.289.

*para qué, pero creyendo que podrían una vez [servir] para el progreso y bienestar de Venezuela*¹¹³⁶.

Este contrato significava a entrada da Venezuela pela porta grande para o Judeu-português e o maior dos negócios para o Presidente venezuelano; como o resume a historiadora María Elena González Deluca, as concessões compreendiam toda a gama de atividades económicas lucrativas possíveis: exploração de todos os recursos naturais, terras baldias, manufatura, transportes, imigração, bens raízes, finanças. Além disso, Pereire gozaria de benefícios aduaneiros já que, segundo a cláusula contratual número 16, *las máquinas, instrumentos y accesorios propios a la explotación de todas las concesiones acordadas al señor Eugenio Pereire estarán exentas de todo derecho de entrada o salida*¹¹³⁷. As críticas e a oposição política levaram o Acordo Rojas-Pereire ao fracasso. Com este negócio, que seria administrado pela *Sociedad Agrícola e Industrial de Venezuela*, da qual o Armador-banqueiro se reservava 20.000 ações, o país *iba a convertirse en una gran hacienda, explotada por Eugenio Pereire, en beneficio del amo de la finca: Guzmán Blanco*¹¹³⁸.

Apos a época de Guzmán, outros projetos de imigração foram recebidos e tramitados no Ministério de Fomento e, como atenuante¹¹³⁹, foi revista e modificada a legislação sobre a imigração. A *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela* coleta nos seus vários volumes os contratos que foram assinados e revogados até finais do século XX¹¹⁴⁰. São projetos que, tal como o de Serpa, ressaltaram a importância económica da

¹¹³⁶ *Idem.*

¹¹³⁷ González Deluca (2001), p.108.

¹¹³⁸ Briceno, Manuel (1884), *Los Ilustres: páginas para la historia de Venezuela*. Caracas, Silvestre y C^a, p.208. Ainda que não tivesse sido levado a cabo, este projeto e a documentação que o acompanhava gerou grande interesse entre os estudiosos da mentalidade económica venezuelana na altura da Regeneração guzmancista. Na opinião de Luis Ugalde, *esta fue una ocasión privilegiada para que Guzmán manifestara su concepción del papel de las inversiones extranjeras*. Ugalde, Luis (1994), *Mentalidad económica y proyectos de colonización en Guayana en los siglos XVIII y XIX: el caso de la Compañía Manoa en el Delta del Orinoco*. Caracas, ANCE, p.476; no que diz respeito à carta do Presidente que foi mencionada, a historiadora González Deluca considera que toda a carta *es una pieza documental reveladora de las ideas de Guzmán sobre los negocios*. González Deluca, (2001) p.108.

¹¹³⁹ Apesar do caos político, a péssima Fazenda pública, a falta de capital e de mão-de-obra que aceleraram a paralisação produtiva, para os políticos venezuelanos tudo tinha solução na lei e bastava, por tanto, legislar. Assim, pensou-se na *inmigración europea como solución para la escasez de mano de obra en la zona agrícola. Sin embargo, al igual que en los años 1840, tales proyectos dependían en gran parte del capital disponible para el financiamiento y por tanto eran extremadamente vulnerables*. Matthews, Robert P. (1976), «La turbulenta década de los Monagas, 1847-1858», in: Boulton (1976), pp.91-127, p.115.

¹¹⁴⁰ Segundo a *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*, durante a década de 1890, aparecin: Antonio Pérez Pereira (6-03-1893); Leopoldo Baptista e Frederico Betancourt (18-03-1893); J. S. La Roche e José Boccoardo (10-06-1893); J.R. Montes (12-08-1893); José Boccoardo (5-10-1893); Felipe Aldaver y Bofil (17-

migração e a sua ligação com o comércio, analisaram os contingentes disponíveis, a procedência, a colocação, a colonização agrícola e uma série de elementos ligados com o desenvolvimento agrícola e industrial. Dos documentos da *Recopilación* atiram o interesse: o convénio assinado entre o Ministério de Fomento e o italiano José Boccardo, no dia 10 de Junho de 1893; e a lei de imigração datada de 29 de Setembro de 1896.

O convénio estipulava um lapso de dois anos para Boccardo poder introduzir no país 12.000 imigrantes europeus de diversas regiões, entre as quais estavam contemplados os arquipélagos das Canárias e das Açores. Quatro meses mais tarde, este convénio foi acompanhado por outro contrato de maior ambição entre o mesmo empresário e o Estado venezuelano; neste segundo acordo, a imigração e a colonização foram complementadas, por um lado, com um projeto de criar uma companhia de navegação na Europa, que seria a encarregada de transportar os viajantes e, por outro, com um lapso de realização e um número de imigrantes maiores: Boccardo dispunha de 4 anos para introduzir 200.000 europeus, entre eles açorianos¹¹⁴¹. A titânica empresa nunca teve lugar¹¹⁴².

O segundo documento refere a legislação de 1896 que estipulava, mais detalhadamente, a responsabilidade e as funções dos cônsules no processo da migração para a Venezuela. A eles cabia não só fomentar o fluxo, mas também certificar com a sua assinatura as vantagens correspondentes ao país nos contratos entre os agentes de informação e imigração e os imigrantes. No que respeita às agências e suas atribuições, a lei expunha o interesse expresso de fomentar a emigração portuguesa. De facto, dos quatro escritórios de informação, dois atendiam Portugal: o correspondente a Barcelona, com jurisdição também em Espanha, e outro nas Palmas, com jurisdição nas ilhas Canárias, na Madeira e no Porto Santo. As outras duas agências eram as de Bordéus, para toda França; e Génova, para Itália¹¹⁴³.

Como se pode verificar, os projetistas da corrente migratória no período do Guzmanato e anos posteriores olhavam para Portugal no contexto das nações de Europa. O projeto «Emigração Portuguesa» do cônsul Serpa está inscrito neste marco, ademais com uma vantagem a seu favor, que ele não mencionou: a França, o país venerado por Guzmán, e a Alemanha, o modelo do crescente capitalismo, estavam cada vez mais reticentes em

04-1894); Manuel M. Galavis (10-03-1896); Esteban Massé (29-05-1895); José Machado Pinto e Rodulfo Salazar Manrique (13-02-1896).

¹¹⁴¹ *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Vol 16, p.546.

¹¹⁴² Entre 1832 e 1888, entraram ao país uns 38.700 indivíduos. Landaeta Rosales, Manuel (1963) *Gran recopilación geográfica, estadística e histórica de Venezuela*. Caracas, Banco Central, 145-146.

¹¹⁴³ *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Vol. 16, p.353.

permitir a emigração de seus cidadãos dado o dinamismo industrializador e a necessidade de população para fortalecer o consumo. Esta particularidade aumentava as possibilidades de Portugal. Não obstante, quando finalmente estava definida a política de imigração, instalada a estrutura administrativa para pô-la a funcionar e tendo os projetos para fomentá-la, Guzmán cumpriu seu terceiro período presidencial. A aprovação oficial correspondeu então ao Governo seguinte presidido por Juan Pablo Rojas Paul, que se mostrou relutante em assiná-lo, e depois o caos voltou a apropriar-se do país¹¹⁴⁴.

Do mesmo modo, observa-se que no aparelho administrativo do Estado venezuelano o comércio e a emigração eram articulados mais estreitamente como elementos do progresso. Esta articulação estendia-se à rede consular obrigada, mediante a legislação, a participar em processos meramente económicos e a dar parte ao Ministério de Fomento encarregado daqueles assuntos, criando uma função descentralizada do Ministério de Relaciones Exteriores. Assim, o fluxo migratório foi ganhando responsabilidade na atividade consular ao nível de compartilhar a importância dada ao comércio, que até então tinha sido a razão principal da existência dos consulados.

Resta saber se o fomento da imigração atribuída aos consulados da Venezuela se materializou numa maior presença documentada de portugueses e, em consequência, um aumento de sua relevância no expediente dos consulados de Portugal neste país antes da criação da Legação. Quanto ao segundo aspeto, Brandão assinala que, de maneira geral, *a partir dos finais do século XIX, estreita-se a relação entre os núcleos portugueses não estrangeiro e a rede consular. Ao mesmo tempo, refere que O factor comercial, que fomentara o incremento de novos consulados, transferir-se-á para a multiplicação das colónias de imigrantes. E estas passam a constituir o primeiro e mais importante fundamento dessa teia de apoio oficial*¹¹⁴⁵.

Isto funcionara para os consulados em Demerara, Trinidad e Curaçao onde o fator comercial foi incentivado por uma emigração portuguesa estabelecida antes da criação do Consulado, mas que pela transferência dos emigrantes da agricultura para o comércio a retalho, aumentou a sua importância económica. No caso da Venezuela, os consulados de Portugal foram criados *a priori* atendendo de preferência o aspeto comercial. Ambas as

¹¹⁴⁴ Frechilla (1999), p.45.

¹¹⁴⁵ Castro Brandão (1995), p.85.

situações levam ao primeiro aspeto, a presença, e a uma constatação: a informação sobre a presença de nacionais permanece dispersa numa numerosa documentação burocrática¹¹⁴⁶.

A análise do fomento consular da imigração merece uma revisão rápida à visibilidade dos nacionais no outro país. No caso dos venezuelanos em Portugal, a primeira observação é a quase total ausência de menção na documentação dos cônsules de Venezuela, até a década de 1890. As referências encontradas são escassas e, à exceção de um caso, remetem para residências transitórias. Em relação a estas, a documentação inclui fatura dos gastos ocasionados pelas repatriações de marinheiros em estado miserável devido à falta de trabalho na sua área. Neste sentido, a correspondência do cônsul Serpa entre 1896 e 1898 relaciona os regressos de Georges Hilliet via Londres, Antonio Fernández via Bruxelas e Celestino Barcarce via Espanha, que motivaram tanto a sua reclamação pela indemnização, como um jogo de ações de força com o Ministro de Relaciones Exteriores, devido à ordem de embarcar os repatriados diretamente de Portugal para os portos venezuelanos¹¹⁴⁷.

Em Maio de 1902, o cônsul Drummond fez outro tanto a partir do Funchal. Tinha embarcado, via Canárias, Juan Hernández, solteiro de 43 anos, caraquenho de Santa Rosalía, o qual tinha chegado no vapor inglês *Agostinne* que vinha desde Pará; e José Crespo González, solteiro de 25 anos, caraquenho da Candelaria, que também tinha chegado a Portugal de forma indireta no barco inglês *Melner* que chegou á Madeira vindo de Montevideu. Nenhum lhe apresentou papéis para tramitar estadia e regressaram a Caracas num barco da Companhia La Veloce, de Génova, a partir de Tenerife¹¹⁴⁸.

As referências de passageiros venezuelanos em trânsito por Portugal são mais frequentes, e mais pormenorizadas, a partir do início do século XX. Assim, note-se que, para além dos processos dos repatriados, a viagem de venezuelanos passando pela Península foi referida no expediente do cônsul em Lisboa, José Luis Pereira Crespo, em 1856¹¹⁴⁹. Uma situação semelhante se repete em Maio de 1891 e refere o caminho de Carlos Rangel Garbiras, enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário da Venezuela

¹¹⁴⁶ Nas suas investigações Brandão encontrou um grande acervo documental, porém, *ao pouco que se logra digno de registo, contrapõe-se o esmagador acervo, exclusivamente burocrático e administrativo*. Castro Brandão (1995), p.85. Esta situação encontrada para um consulado em particular, foi constatada em nossa investigação de documentos sobre a relação dos dois países.

¹¹⁴⁷ AHMPPRE, AA. Cônsules y Vice-cônsules en Portugal, 1856-1911/1866-1900, Vol. I, ff.70, 77, 84, 89, 93 e 107; Vol. II, ff.64-66.

¹¹⁴⁸ AHMPPRE, AA. Cônsules y Vice-cônsules en Portugal, 1856-1911/ 1866-1900, Vol. I, f.187.

¹¹⁴⁹ AHMPPRE, AA. Portugal. «Propuesta de José Luis Pereira Crespo para cônsul de Venezuela en Lisboa». Vol. I, ff.1-3. Ofc. de Paris, 29-10-1856.

em Madrid¹¹⁵⁰. Uma representação de venezuelanos encaminhou-se também para Lisboa em Abril de 1906, na ocasião do *Congresso Internacional de Medicina e Cirurgia*, que teve lugar no Hospital de Rilhafoles sob a coordenação da secretaria-geral do Hospital de Miguel Bombarda¹¹⁵¹. Entre os nomes mais marcantes estavam os doutores: Luis Razetti, A. Herrera Vegas, J. D. Villegas Ruiz, A. Machado, J. A. Baldó, R. Revenga, David Lobo e Emilio Ochoa¹¹⁵².

Em Abril de 1913 surgiu outra anotação, desta vez extraída da imprensa venezuelana. Efetivamente, na secção de sociais do jornal caraquenho *El Universal* aparecia a menção a um radiograma enviado pelos passageiros do vapor *Guadeloupe* que, fazendo uma viagem de turismo, navegavam frente a São Miguel, *con toda felicidad*, numa travessia muito agradável, segundo diziam. Dois aspetos davam lustre à notícia: primeiro, a viagem num navio novo recentemente inaugurado, pois o *Guadeloupe* tinha sido lançado, nos *Chantiers & Ateliers de St. Nazaire* e posto ao serviço da rota de Colón pela *Compagnie Générale Transatlantique*, em Setembro de 1907¹¹⁵³; segundo, o renome dos passageiros que iam a bordo, assinantes do radiograma: Brando, Crespo, González, Morales, Moreno, Schultz, Spinetti, Tovar, Touro, Velutini e Villasmil, todos reconhecidos em suas respetivas áreas, entre elas: banca e finanças, política e diplomacia, comércio e indústria¹¹⁵⁴.

A documentação que relata um caso de residência prolongada foi fornecida pelo cônsul Serpa, sobre o venezuelano Adolfo Gosse ou Gosset. Este agricultor adoeceu e foi

¹¹⁵⁰ AMNE, Cx 805. Legações e Consulados em Portugal. Consulado de los E.U. de Venezuela. De A. F. de Serpa para MNE. Lisboa, 18-05-1891. NOTA: Carlos Rangel Garviras renunciou ao cargo em Espanha em Setembro de 1891.

¹¹⁵¹ Para ter ideia da importância deste Congresso, ver: PINA, Madalena Esperança e Maria de Fátima NUNES (2012), «XV congresso Internacional de medicina de 1906: viagem e ciência», in: ACCIAIUOLI, Margarida e Ana DUARTE RODRIGUES (coord.), *Arte e Viagem*. Lisboa, IHA/EAC, pp.155-161. NUNES, Maria de Fátima (2012), «Cientistas em Acção: Congressos, Práticas Culturais e Científicas (1910-1940)», in: NETO, Vítor (Coord.), *República, Universidade e Academia: Colóquio Internacional República*. Coimbra, Ed. Almedina, pp. 291-311. NUNES, Maria de Fátima (2011), «Construção de identidades europeias: os Congressos científicos, laboratórios de construção de identidades. Breves considerações», in: *Debater a Europa*. Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. Nº 5, Julho-Dezembro. (Disponível in: <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/>).

¹¹⁵² AHMPPRE, AA. Portugal. De Serpa para MRE. Vol. II, f.142. Lisboa, 6-08-1905. XV Congreso Internacional de Medicina (1905), *Boletín oficial*. Lisboa, Congreso Internacional de Medicina y Cirugía - 19 a 26 de Abril de 1906. Nº 1, p.1 e Nº 3, p.22.

¹¹⁵³ Association French Lines (1998-2013), «Paquebot Guadeloupe. Compahnie Générale Transatlantique. 1907-1915». (Consulta: fecha? -<http://www.frenchlines.com>)

¹¹⁵⁴ AHMPPRE, AA. Correspondencia con cônsules en Portugal, 1888-1911, Vol. II, ff.221,199-202; «Los pasajeros del Guadeloupe. San Miguel, Islas Azores», in: *El Universal*. Caracas, 13-04-1913, p.1; Cf.: entradas em Bevo, Horacio J. e Carlote M. Espagnol, «Índice analítico», in: Deluca (1994), pp.787 e ss.

transladado ao Hospital Real e Nacional de São José, onde foi tratado sendo os gastos cobertos pelo Consulado. Uma vez recuperado, Adolfo solicitou a repatriação mas por não ter navio direto para Venezuela, Serpa lhe subsidiou o trem desde Lisboa até ao Porto, onde embarcou no vapor D. Maria para Nova Iorque para daí seguiu para Caracas¹¹⁵⁵.

É de notar a reiteração da navegação indireta entre ambos países demonstrada na documentação. Ela ocasionou não só o desvio de passageiros e o pagamento de gastos extraordinários, mas também demoras na receção e efetividade da correspondência consular. Outro aspeto se soma ao anterior: a necessidade que se ia impondo de estabelecer um tráfico mercante direto, como já o dava como efetivo a Chancelaria venezuelana nas suas respostas a Serpa a propósito dos repatriados.

No caso dos portugueses na Venezuela, a análise do fomento consular da imigração evidência, além da já referida dispersão arquivística, uma situação geográfica: a dispersão espacial dos portugueses por toda Venezuela¹¹⁵⁶. Esta irradiação é uma das razões para não poder oferecer números mais exatos; a isso se une a impossibilidade de supervisão consular e o facto de os censos estatísticos mal começaram a ser aplicados em 1875. A documentação consular na parte portuguesa não se afasta destas circunstâncias e cabe aqui lembrar as palavras do embaixador Brandão sobre a falta de coincidência das fontes¹¹⁵⁷. Inclusive, a década de 1870 também significou para Portugal o período de arranque de vários questionários e inquéritos sobre o fluxo migratório, sendo o primeiro datado em 1873¹¹⁵⁸.

O primeiro censo de portugueses em Venezuela foi baseado em instruções de Lisboa recebidas pelo cônsul Rafael Calzadilla, que não indicou o instrumento legal do Governo português para tal ato¹¹⁵⁹. De seguro, tais instruções estão circunscritas ao *Primeiro Inquérito Parlamentar de 1873*. Visto que por esta altura o cônsul Montauban estava em Paris e não encontramos notícias do agente Berrizbeitia em Cumaná, o Cônsul geral de Portugal re-encaminhou a ordem ao único vice-consulado existente: o inaugurado em La Guaira.

¹¹⁵⁵ AHMPPRE, AA. Portugal. De Serpa para MRE, Vol. II, f.70, Lisboa, 29-04-1897; f.84, Lisboa, 10-07-1897.

¹¹⁵⁶ Abreu Xavier (2009), p.172; Abreu Xavier (2007), p.33

¹¹⁵⁷ Castro Brandão (1995), p.31.

¹¹⁵⁸ Cf.: *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Imigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

¹¹⁵⁹ Até indicar o contrário, a seguinte informação procede da correspondência entre Calzadilla com Dupouy e entre estes Cônsules com o MNE, entre Setembro de 1876 e Abril de 1878, in: AMNE. Cx 769. Capilha Consulados em Venezuela.

O vice-cônsul Adolfo Dupouy deu conta do trabalho e do resultado de seus atos. Depois de ter publicado um aviso durante 30 dias, no *Diario de La Guaira*, convocando os portugueses a apresentarem-se no vice-consulado, foram escassos os que responderam ao chamado. A convocação pública foi lançada também nos jornais de maior tiragem no país: *La Opinión Nacional*, *Diario de Avisos* e *Tribuna Liberal*, com o fim de motivar a inscrição dos portugueses em Caracas e Ciudad Bolívar

Calzadilla não conseguiu adicionar nenhum outro nome ao registo de Dupouy, enquanto em Puerto Cabello, a sede consular, a resposta foi igualmente um completo absentismo. Chama a atenção que nem sequer se obtivessem registos em Caracas onde por intermédio de Dupouy se conseguiu a colaboração do comerciante Carlos Yanes para realizar a inscrição. Um único cidadão com morada fixa em Caracas foi recenseado em La Guaira. A missão de recenseamento foi, pois posta em marcha nas cidades onde se conhecia a existência de núcleos de portugueses, de maneira passiva, à espera do deslocamento dos indivíduos, mas sem uma resposta eloquente

Da exposição anterior se conclui que a falta de agentes subalternos impediu a obtenção de maior informação para o resto da jurisdição consular, pois vista a dimensão do país, era improvável recensear o resto dos portugueses. Calzadilla não deixa de ter razão por não ter conseguido maiores resultados. A seu favor e como desculpa estavam as razões geoeconómicas: as longas distâncias e a péssima comunicação interior por terra a tal ponto que o cabotagem e a navegação fluvial ofereciam mais facilidades e rapidez, mas a um custo maior. Com efeito, os cônsules consideraram este fator que se verificava no facto de incluir nos avisos a anotação dirigida aos portugueses residentes no Estado Bolívar de apresentarem-se no termo de 40 dias. Da mesma maneira, devemos considerar que, por um lado, o preço de uma passagem não estava ao alcance de muitos e que, por outro, os emigrantes só pesaram o investimento na compra da passagem e seu benefício em função de suas jornadas de trabalho e suas ocupações.

O Cônsul geral lamentou o baixo registo, um argumento mais para suplicar a Lisboa a autorização para nomear agentes subalternos. De novo, a razão migratória está por trás do padrão da rede consular criada a partir da formação de núcleos de portugueses. Esta seria a razão para a criação do vice-consulado de Caracas em 1880. Uma vez revisada sua correspondência, a lista de cidadãos portugueses recenseados livremente na Venezuela em 1878, é como segue:

Quadro I.

Portugueses recenseados nos consulados de Portugal na Venezuela. Ano 1877

Consulado Geral de Portugal em Venezuela

Nome	Origem	Idade	Estado	Profissão	Residência
Pereira, José	Tras-os-Montes	49	Casado	Lavrador	Caracas
Gómez, Pedro	Madeira	46	Casado	Criado Doméstico	La Guaira
Gómez, María Emilia	No indica	43	Casada	Mulher casada	La Guaira
Gómez, João	Madeira	26	Soltero	Comerciante	La Guaira
Gómez, Manoel	Madeira	24	Soltero	Carpinteiro	La Guaira
Cabral, Manoel	São Miguel	29	Soltero	Cochoero	La Guaira
Martínez, Juan Pedro	Lisboa	69	Casado	Criado Doméstico	La Guaira
Silveira, Antonio	Lisboa	55	Casado	Comerciante	Maiquetía

Fonte: ANTT, MNE, América Latina. Cx. 769. A) De Rafael Calzadilla, Cónsul - Geral de Portugal em Puerto Cabello, al MNE. Puerto Cabello 4-12-1877. «Portugueses residentes en Puerto Cabello». B) De A. Dupouy, Cónsul em La Guaira, para R. Calzadilla. La Guaira, 24-10-1877.

No ano 1905 foi ordenado um segundo recenseamento que devia ser realizado por Frederico Alvarez Benites. A eloquência foi menor que a resposta ao censo de 1875. De acordo com um ofício do Cónsul, datado em Agosto desse ano, dos muitos portugueses residentes em Caracas, só cinco elementos se tinham matriculado no consulado dessa cidade. Segundo a origem e o nome, estes foram: da ilha de San Miguel, Açores, Juan Machado de Lima; de Funchal e São Jorge, Madeira, Juan Cardozo e João Gómez de Abreu; de Porto, Alfredo Martin Ferreira e José Gómez. É de notar que tão só João Gómez coincide com o registo de Calzadilla. O núcleo português dedicado ao comércio desfrutava duma situação económica folgada porque, segundo Benites, pouco eram os considerados *desvalidos*¹¹⁶⁰.

Novamente, a documentação consular verte em Lisboa o lamento sobre a apatia dos imigrantes face ao órgão político que defendia seus interesses, o que corrobora um parecer confirmado por outros académicos experientes¹¹⁶¹. Nesse mesmo ofício, Benites explica as causas dos resultados; em conjunto, expõe razões geoeconómicas, a falta de agentes consulares, a origem político-religioso e a assimilação do emigrante.

Em relação às duas primeiras, há coincidência com as razões expostas por Calzadilla com a escusa que Benites agrega um comentário adicional: do resto do imenso país não dá informação, porque onde é suposto viverem portugueses, tinha proposto vice-cônsules em Outubro de 1898, isto é para Guanta, Maracaibo e Puerto Cabello, sem alguma

¹¹⁶⁰ AMNE. Cx 769. Consulados em Venezuela. De Benites para MNE. Caracas, 4-08-1905.

¹¹⁶¹ Según Brandão, *mau grado, nunca se proporcionaram condições, para que o exercício da actividade consular fosse devidamente compreendido, por aqueles que dele beneficiam*. Uma das razões era a percepção que se tinha dos consulados, pois *vistos, amiúde, apenas como mais um entrave burocrático e até como indesejáveis cobradores de taxas, os consulados jamais puderam cumprir com a sua desejável missão: enquadrar efectivamente as comunidades que servem*. Castro Brandão (1995), p.85.

resolução positiva. É de observar que esta afirmação do cônsul Benites comporta duas novidades bem fundamentadas em termos estratégicos quando confrontadas com o comércio: as propostas de consulados para as duas primeiras cidades mencionadas.

Assim, Cumaná seria substituída como vice-consulado no nordeste do país pelo porto de Guanta, localizado dentro da microrregião liderada por Barcelona, cidade não muito distante, e cujo povoamento representava 44,6% da população regional do Oriente venezuelano, em 1891, para onde tinham emigrado judeus portugueses desde Curaçao, via Coro. Guanta beneficiou do hinterland e da decadência do porto de Barcelona que comerciava, além de outros portos de cabotagem, com a Alemanha, a Espanha, os Estados Unidos, a França, S. Tomás, Trinidad e as Antilhas Holandesas, das quais estava provado o contato judeu-português desde mediados de século. Em 1874, uma variedade de 22 artigos saía por este porto barcelonês, à que se somou no final de século a produção carbonífera que era transportada por *The Guanta Railway's Harbour and Coal Trust Cº Ltd*¹¹⁶².

A eleição de Maracaibo não deve ser de estranhar dada a preferência outorgada a essa cidade pelos comerciantes europeus, em especial os alemães; a exportação de produtos agrícolas, entre os quais o café; o investimento em transportes ferroviários, como La Ceiba - Motatán, em 1895; a conexão mercante com Curaçao e dali a Coro, Puerto Cabello ou ao exterior; em resumo, atividades associadas às entradas que por conceito de alfândegas refletiam o caráter monoexportador e dependente da fazenda pública venezuelana¹¹⁶³.

Outro aspeto interessante ressalta dos comentários de Benites sobre a cidadania e a religião do núcleo português que o Cônsul associava à atividade comercial. Em relação a este assunto, expressa que em Caracas há uns quarenta portugueses que não se matricularam, *muchos de ellos casados y con familia, la Maior parte son comerciantes al por Maior y al detal en los ramos de lencería y quincallería, naturales de Marruecos y otros países del Norte de África y que tienen carta de nacionalidad portuguesa*¹¹⁶⁴. Uma comunidade que se soma assim à já existente e proveniente de Curaçao.

¹¹⁶² Cunill Grau (1987), Vol. III, p.1829, 1840-2, 1844.

¹¹⁶³ Cf.: Jess, Kurt Nagel von (1987), *El elemento alemán en Maracaibo, 1818-1939*. Librería Cultural. Rodríguez, José Ángel (1994), *El paisaje del riel en Trujillo: 1880-1945*. Caracas, ANH. Rodríguez, José Ángel (Comp.) (1999), *Alemanes en las regiones equinocciales*. Caracas, Alfadil-CEP/FHE/UCV-AvHS.

¹¹⁶⁴ Há uma investigação possível sobre este tema cujo interesse resulta de comparar três fontes: a correspondência de Benites é posterior à chegada de *una inmigración judía proveniente del norte de Marruecos, especialmente, de Tetuán*, que segundo Moisés Garzón Serfaty, chegou a Venezuela *en las dos últimas décadas del siglo XIX*. Fátima Sequeira Dias indica a mesma origem num estudo sobre judeus e suas atividades econômicas nas Açores. Benites não indica nomes, mais nos outros autores há algumas coincidências: Benshimol, Cohen, Levy-Levi, Pinto-Pinto Rico, Sabal-Sabat. Cf.: Dias, Fátima Sequeira (2007), *Indiferentes à diferença. Os Judeus dos Açores, nos séculos XIX e XX*. Ponta Delgada, CEEAA;

Benites retoma o último aspeto num ofício de Outubro de 1907. Sobre a assimilação e o matrimónio dos imigrantes limita-se a responder com informações tomadas da proximidade do Consulado. De sua observação pessoal concluiu que na zona do Distrito Federal, *no existen sino algunos portugueses desde largo tiempo radicados en Venezuela, y los que han formado aquí familia, ha sido casándose con mujeres venezolanas siendo por consiguiente sus hijos venezolanos*¹¹⁶⁵.

Revistos os pormenores e os números oferecidos por Calzadilla e Benites, concluiu-se que, efetivamente, seus censos não são exaustivos. Não podiam sê-lo. Ao mesmo tempo, não contavam com fontes oficiais venezuelanas confiáveis. Quanto à geografia, os consulados de Portugal não eram os únicos em enfrentar os desafios das distâncias e a proteger seus cidadãos, pois a administração venezuelana era incapaz de monitorizar eficazmente todo o território. A causa judicial contra Robert Wells, por maltrato a um cidadão português estabelecido ao este do rio Amacuro, na Guayana venezuelana, foi julgada em Demerara o 20 de Fevereiro de 1885¹¹⁶⁶. Por igual, os registos de imigração, incompletos e não estandardizados, as entradas clandestinas e a escrita castelhana dos sobrenomes lusos dificultavam a identificação dos portugueses na documentação produzida pela administração venezuelana.

O assunto dos registos está provado na *Exposición* do Secretariado do Interior e Justiça, em 1842, onde de 11 navios aportados com imigrantes só um detalha a nacionalidade dos passageiros¹¹⁶⁷. Sendo assuntos mais difíceis de detetar, o expediente dos clandestinos e da escrita castelhana se ilustram melhor com episódios que permitem inferir sua ocorrência. Novamente, a navegação indireta joga um papel importante no exemplo selecionado. O modelo admite a reiteração das viagens de madeirenses que, ao estilo de Francisco Cavaleiro Sarmiento, procuram melhores oportunidades de trabalho nas Canárias e terminam por cruzar o Atlântico.

As Canárias eram, certamente, uma via alternativa para o tráfico clandestino de passageiros¹¹⁶⁸. Esta via também foi cruzada pelos portugueses no seu trânsito para a

Serfaty, Moisés Garzon (2010), «Aporte de los Judíos Marroquies a Venezuela», in: *Revista Maguén-Escudo*. Caracas, AIV-CESC, N° 154, Janeiro-Março 2010, pp.60-62.

¹¹⁶⁵ AMNE. Cx 769. Consulados em Venezuela. De Benites para MNE. Caracas, 15-10-1907.

¹¹⁶⁶ O processo encaixa em tempos da controvérsia limítrofe com Grã-Bretanha. Ugalde, (1994), p.639.

¹¹⁶⁷ Venezuela (1843), *Exposición...*, Cuadro 13, p.27.

¹¹⁶⁸ Manuel Hernández González recolhe um alerta lançado em Agosto de 1897 *sobre las consecuencias del engaño que envuelve a 'la creciente emigración de las Islas Canarias'*. A razão do alerta estava em que empresas internacionais como a Companhia La Veloce de Génova ou a Companhia Pinillos, tomavam

Venezuela, fluxo que ficou registado até 1898 num expediente sobre imigração da Dirección de Inmigración, do Ministerio de Relaciones Exteriores. Um dos documentos do processo é a uma lista de imigrantes, todos procedentes destas ilhas espanholas de onde tinham partido o 4 de Junho de 1887, na barca espanhola *Triunfo*. Do total de 443 imigrados, 16 indivíduos foram rechaçados pelas autoridades por não serem canários, mas sem indicar a sua nacionalidade. O mesmo expediente apresentou outros documentos com detalhes mais completos que não deixam dúvidas a esse respeito e, de passagem, mostram o estabelecimento de portugueses em situação clandestina na Venezuela. Esta foi a realidade que ficou a descoberto quando, em 1889, o nome de Cristóbal Castro de Mata não constava como imigrado *en los registros de inmigración que existían en este Ministerio a contar desde 1874*¹¹⁶⁹.

Nesta época, o Governo venezuelano tinha interesses em facilitar a imigração canária; de facto, o 10 de Abril de 1894, a barca *Triunfo* entrou em La Guaira atendendo um contrato de imigração assinado por Francisco Domínguez & C°. Nesta altura, trasladou 132 indivíduos com um custo para o Estado de Bs. 19.339. Isto é, a um custo médio aproximado de Bs. 146,50, por pessoa¹¹⁷⁰. À exceção dos clandestinos -dois italianos e um português, Gregorio García González-, os demais eram provenientes *de Tenerife, Las Palmas y otros lugares de Canarias. En su Maioría eran jornaleros, contándose además dieciocho que decían ser industriales*¹¹⁷¹.

Por estes anos, alguns madeirenses propunham-se empreender viagem direta para a Venezuela segundo consta nos livros de registo dos passaportes outorgados no Funchal. Em 1874, só dois anos antes do censo de Calzadilla, Domingos Vieira Baptista, um ourives de 26 anos, tendo declarado ser súbdito espanhol, requereu passaporte para vir para Caracas juntamente com a sua esposa, María Augusta Quevedo e um filho de 7 meses. Antes do registo de Benites, dois outros passaportes foram outorgados com destino a Caracas: em 1897, a João Machado de Lima, de 38 anos, solteiro, oriundo de São Miguel, Açores, que

passageiros fora da baía de Santa Cruz de Tenerife. Hernández González, Manuel (2007), *La emigración canaria a Venezuela*. Santa Cruz, Ediciones Idea, p.175.

¹¹⁶⁹ Os 16 recusados são: Antonio Carro, Augusto Forniell, Bartolomé Cuarto, Domingo Coillas, Domingo Ortiz, Emilio Pérez, Eugenio Torres, Francisco Vasques, Isidoro Núñez, Jesús Morales, José Mata, José Negrón, Juan Toro, Rafael Fontier, Rogerio Pérez e Victorino Lopes. AHMPPRE, AA, *Inmigración 1876-1898*, Vol. 125-126, Exp. 25.

¹¹⁷⁰ A modo de ilustrar este valor, no mes de Novembro de 1894, a tarifa reduzida acordada pelo Governo português com a companhia inglesa Union Steam Ship, para a viagem de Lisboa para Lourenço Marques, ascendia a 111\$750 em 1ª classe e 44\$250 em 3ª. AARP, *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional, Câmara dos Senhores Deputados, Leg. 30, Ses. 1, Nº 21, 07-11-1894, p. 364.

¹¹⁷¹ Perazzo (1982), p.155.

sairia acompanhado de uma criada, Maria do Amparo; e, em 1899, a Maria José Cabral, de 50 anos, casada, madeirense, de quem se indica que tem duas filhas: Amália Cabral, de 17 anos e Celestina Cabral, de 16 anos¹¹⁷².

Estes nomes não aparecem na correspondência dos dois cônsules mencionados. Desconhece-se se cinco destes indivíduos empreenderam viagem ou não, e se foram à convocação dos cônsules para o registo nos respetivos consulados. Maria José Cabral e suas filhas cruzaram o oceano com toda certeza, pois, como se verá no capítulo seguinte, estavam radicadas em Tucupita, a cidade em tratos com Trinidad na fronteira anfíbia de Paria, onde seu esposo, João Pereira Cabral, era proprietário de uma imensa fazenda de cacau.

Desta forma, nos começos do século XX, as ondas do fluxo migratório encontravam-se já entrecruzadas com as do fluxo comercial numa dinâmica, progressiva mas pausada, com evidentes sinais de interesses comuns entre Portugal e a Venezuela. Ambas as correntes estavam, ainda, sujeitas às condições impostas ao incremento das relações comerciais diretas por vários fatores. Entre estes ressaltam a navegação e a evolução dos mercados. Porém, observava-se já sobre o mapa caribenho e a geografia venezuelana uma série de comunidades portuguesas que justificavam, com a sua presença e suas atividades, a existência das representações consulares na área.

¹¹⁷² ARM. Pesquisa digital. Requerente Domingos Vieira Baptista, destino Caracas, 1874. Requerente João Machado de Lima, destino Venezuela, 1897. Requerente María José Cabral, destino Venezuela, 1899.

Capítulo III.

A dinâmica comercial num mundo em mudança (Séc.XX)

A entrada no século XX não implica uma solução de continuidade nos *annales* do século anterior. Embora no decurso do século XIX tivessem sido construídas as referências iniciais de uma relação comercial entre Portugal e a Venezuela, trata-se de um processo construtivo caracterizado pela falta, por um lado, de grandes e elaborados planeamentos de investimento económico e, por outro, de convénios governamentais. Apesar das propostas e dos projetos tanto de cônsules como de negociantes privados, os exemplos oferecidos pelo tráfico comercial indireto ou, mais ainda, pelas possibilidades proporcionadas por negociantes portugueses dedicados ao comércio nas zonas vizinhas da Venezuela, não atingiram a dimensão que aqueles agentes oficiais e oficiosos previam no intercâmbio binacional e, em consequência, não justificaram uma maior aproximação diplomática por parte dos respetivos governos.

No século XX, a compilação das pequenas histórias demonstra a existência positiva desse intercâmbio comercial indireto que tinha levado a alguns portugueses a instalar-se definitivamente na Venezuela. É de supor que a instalação destes migrantes motivou os centros de decisão política tanto em Caracas como em Lisboa para começarem negociações e regulamentarem a convivência diplomática. Deste modo seria a partir de um primeiro grupo, foi estabelecida uma relação oficial e promulgada uma política externa semelhantes às praticadas com as autoridades e os núcleos portugueses nas zonas fronteiriças venezuelanas. A ser assim, o empenho consular de ambos países é justificado pelo aumento da quantidade de emigrantes, pela sua realização socioeconómica, pelas necessidades das economias nacionais respetivas e pelas possibilidades que oferecia o panorama internacional em metamorfose.

Neste sentido pode-se falar de um fortalecimento das relações entre Portugal e a Venezuela numa época em que o comércio mundial e as facilidades de deslocação por mar reduziram ainda mais as distâncias físicas e políticas. A fricção que causou tal aproximação requer que se pensem considerações de diversa natureza. Entre elas contam-se o reconhecimento do respeito político mútuo e a conveniência de normalizar a articulação das economias nacionais através de tratados de amizade e de comércio, convenções que, por sua vez, garantiam os movimentos de população e a defesa dos interesses dos cidadãos de cada país e, por projeção, o interesse nacional.

1. Fortalecimento das relações diplomáticas. A criação de legações e o papel das associações de comércio.

As relações consulares entre Portugal e a Venezuela construíram as bases para se edificar sobre elas o respeito político mútuo a um nível mais alto. Daí que resulte interessante conhecer a prossecução do processo do estabelecimento dessas relações e o envolvimento das instituições - tanto económicas e associativas como oficiais - nas negociações e na defesa dos interesses comerciais nacionais. Vista a evolução da concorrência entre as nações que se vinha desenvolvendo desde o século XIX, em particular desde começos da década de 1870 até a primeira década do século XX, período correspondente à época de auge comercial, é de supor que os mecanismos administrativos - económicos internos de cada país terão patenteado a complexidade progressiva imposta pelo crescimento do comércio mundial e que foram chamados a apoiar à política externa em prol da consecução e defesa dos interesses nacionais.

A. Reposição de um princípio de século

O século XX inicia-se sem tirar o lastro do século anterior. As mutações do sistema internacional são lideradas por uma diplomacia agressiva orientada para ganhar posições económicas e, acima de tudo, militares. O ambiente de expansionismo imperialista de então, dominado pela Alemanha, consagrava o princípio de que cada país tinha o direito a uma porção no domínio do mundo consentânea com o seu crescimento económico. *En la era imperialista, se había producido la fusión de la política y la economía. La rivalidad política internacional se establecía en función del crecimiento y la competitividad de la economía*¹¹⁷³. A luta pela supremacia entre os impérios ocidentais teve as suas demonstrações tanto na Venezuela como em Portugal. Em relação aos portos venezuelanos, em 1902, as potências europeias acometeram uma prova de força que agenciou a inimizade do presidente Cipriano Castro e do país com seus credores. Em relação ao Governo português, o manejo diplomático das rivalidades geopolíticas evitou a ingerência de instâncias externas na política nacional mas também não evitou um compromisso de pagamento¹¹⁷⁴.

Em ambos países, a década de 1900 deu origem a uma nova situação política. O desaparecimento dos regimes políticos existentes - a ditadura ostracista do venezuelano Cipriano Castro, com o caudilhismo andino, e a errática monarquia portuguesa de Carlos I,

¹¹⁷³ Hobsbawm, Eric J. (2007). *Historia del siglo XX*. Barcelona, Crítica, pp.37-38.

¹¹⁷⁴ Rodrigues (2012), pp.128-131.

com o bipartidismo Progressista - Regenerador - induziu os dois países a reconduzir a política exterior, a partir de 1908. Um século antes, ambos países tinham estado envolvidos num marasmo de conflitos políticos, que implicou realizar negociações diplomáticas marcadas pela prudência para consolidar a integridade territorial e ganhar o reconhecimento internacional. De novo, o sistema de alianças europeu dava claros sinais de instabilidade que se fizeram sentir nos projetos dos novos governantes.

A partir desse ano de 1908, Juan Vicente Gómez esmerou-se em reverter os efeitos do *Castrismo* na Venezuela: por um lado, a tarefa consistiu em reconduzir as relações internacionais à normalidade e, por outro, em solucionar os processos judiciais entabulados contra companhias estrangeiras e atrair novos investimentos. Em suma, Gómez propôs-se tomar medidas para que fosse reconquistado o reconhecimento internacional do país e conseguido um entendimento, o mais amplo possível, de acordo a sua concepção política dos negócios: fechados às ideologias de esquerda. Em grande parte, a estratégia consistiu em fazer representar Venezuela com a mais alta dignidade diplomática possível. Portugal foi um dos países com o qual o governo *gomecista* retomaria o contacto seguindo esta categoria de representação. De facto, era uma retoma necessária depois da supressão do consulado geral *ad honorem* de Venezuela com residência em Lisboa, por resolução de Cipriano Castro, em Novembro de 1907¹¹⁷⁵.

Por seu lado, Portugal perseverou no mesmo afã de representação. Este afã acompanhou a procura do reconhecimento internacional para a República Portuguesa uma vez colmatada a implantação o 5 de Outubro de 1910. Na continuação da confluência de interesses políticos internacionais de Portugal e da Venezuela concretizou-se nesta altura o início duma nova etapa mediante o reconhecimento da República Portuguesa pelo Governo venezuelano o 23 de Fevereiro de 1911. O processo de reconhecimento começou com um intercâmbio de notas formais; os primeiros ofícios circularam através da via consular, logo passaram a realizar-se a nível dos respetivos chanceleres em atividade: Bernardino Machado e Manuel António Matos¹¹⁷⁶. A partir desse mesmo ano foram reafirmadas as

¹¹⁷⁵ O contacto foi retomado segundo a comunicação que fora enviada ao Encarregado de negócios na Alemanha. AHMPPRE. AA, Portugal, Vol. I, Fº44. Consulado general Ad Honorem de Venezuela em Portugal, com residência em Lisboa.

¹¹⁷⁶ AHMPPRE. AA, Portugal, Vol. II: f.25, Consul de Portugal F. Alvarez Benítez para MRE, informa a proclamação da República Portuguesa. Caracas, 8-10-1910; f.28, Cônsul F. A. Benítez informa que Governo português cumprirá com todas as obrigações legais contraídas pelo regime anterior. Caracas, 8-11-1910; ff.31-33, Nota de B. Machado, desde o MNE, remetida através do Consulado, onde expressa o desejo de manter relações. Lisboa, 15-12-1910; f.34, Nota do chanceler M. A. Matos para chanceler B. Machado a indicar que Venezuela *no puede menos que aplaudir que el sistema republicano gane terreno en el Viejo Mundo*, reconhece a República e assegura o mesmo desejo de manter relações com Portugal. Caracas, 23-02-1911.

relações entre os dois Estados mediante o intercâmbio de notas diplomáticas entre os presidentes Manuel de Arriaga¹¹⁷⁷ e Juan Vicente Gómez, que teve lugar entre 7 de Setembro de 1911 e 30 de Maio de 1912. Embora esta correspondência se caracterize por seu acento burocrático e protocolar, ela renova a fé que uma elite política de Portugal tinha no sistema republicano - certeza já expressa na Venezuela em tempos, quando Silvestre Pinheiro Ferreira era o chanceler de Portugal, em 1821 - e contribuiu para consolidar a imagem de abertura que o presidente venezuelano queria oferecer ao mundo. Assim, as relações binacionais tiveram início com demonstrações políticas de um porvir promissório, ao mais alto nível, mal se tinha iniciado o século XX.

Outras manifestações se vinham também produzindo noutras instâncias e com idêntico propósito. De facto, a partir da década de 1900, dois processos com similar objetivo político se registaram em ambos países. Um destes processos foi a consolidação da relação diplomática entre os dois países. Tal como foi referido, a nomeação de Aires de Sá como cônsul de Venezuela em Lisboa, com acreditação datada de 20 de Maio de 1911, obedeceu à reorganização do corpo consular venezuelano em Portugal¹¹⁷⁸. O segundo processo foi a abertura diplomática para outros países que no caso venezuelano, com a determinação de Gómez e Matos, se traduziu no estabelecimento de novos vínculos político - amistosos e no retomar das relações com Estados Unidos, França e Holanda, que tinham sido interrompidas pelo antigo presidente Castro. No caso português, a reorganização republicana da pasta dos Negócios Estrangeiros fomentada por Bernardino Machado e seus sucessores foi sendo debatida na novel Assembleia Nacional Constituinte. Nos debates surgiu a questão da condição republicana de Portugal perante o estrangeiro; uma condição que tinha que ser divulgada com a intenção de tirar proveito das novas circunstâncias políticas nacionais e dos vínculos com diferentes regiões do mundo, incluída América¹¹⁷⁹.

¹¹⁷⁷ «Silveira, Manuel de Arriaga Brum da» (Manuel de Arriaga) (1840-1917). Advogado. Parlamentário (1883-1892), republicano democrático, forte crítico do sistema monárquico constitucional, odiava a Inglaterra e defendia um relacionamento mais estreito de Portugal com países como a Espanha, a França, o Brasil e os EUA. 1º Presidente da República (1911-1915) Mónica (2004), Vol. III (N-Z), pp.749-753.

¹¹⁷⁸ AHMPPRE. AA, Portugal, Vol. I, f.49. De Pedro César Dominich para Gral. Manuel A. Matos. Madrid, 3-01-1911. Credencial correspondente assinado por J. V. Gómez e M. A. Matos. Caracas, 17-04-1911.

¹¹⁷⁹ Bernardino Machado foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, desde 5-10-1910 até 3-09-1911; a abertura da Assembleia Nacional Constituinte, foi em 19-06-1911. América Latina teve um papel notável nos primeiros meses da República. Na sessão Nº 3, de 21-06-1911, faz-se menção ao significado político do reconhecimento da República Portuguesa por repúblicas americanas, como Brasil, Argentina, Uruguai, Nicarágua, Guatemala, Chile, Costa Rica, México e Panamá (Debates parlamentares, Legislatura 1, sessão 1, Nº 3, 21-06-1911, p.11). Em relação à imagem perante o estrangeiro, ou Dr. Egas Moniz expôs: *Portugal está em comunicação com a Europa e com a América; o nosso país tem relações comerciais estreitas, estreitíssimas, com nações que não podem certamente ver com bons olhos o estado presente da sociedade portuguesa.* Moniz, um deputado oscilante entre republicano e monárquico na opinião do deputado

As decisões tomadas através de ambas instâncias lisboetas - o MNE e a Assembleia - em relação ao espaço americano desembocaram também no reforço da relação luso venezuelana. Assim, enquanto algumas jurisdições consulares nas ilhas Caraíbas, onde existiam núcleos portugueses, foram concertadas segundo o disposto na Circular Nº 26-C, atendendo às necessidades orçamentárias¹¹⁸⁰, outras providências ajustaram o serviço consular português ao espaço caribenho continental em função do comércio internacional. No que a este espaço diz respeito, esta foi uma aresta particular da doutrina do Projeto de Lei Nº 83-C, sobre o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e as aspirações de muitos deputados, em 1913, porque a fricção entre política e comércio se refletiu no serviço exterior português na América Latina¹¹⁸¹.

Quando a discussão deste Projeto teve início na Câmara de Deputados da Assembleia da República, no mês de Maio de 1913, a convicção de um serviço consular orientado para a função económica era evidente nas palavras de alguns deputados. Entre eles, João Gonçalves expôs perante a Câmara que as funções dos cônsules tinham que ser principalmente comerciais. Obviamente, o Deputado não compartilhava a ideia de um serviço virado para uma representação nacional elitista porque, segundo afirmou, *à má organização dos atuais serviços consulares se deve atribuir o pouco desenvolvimento do intercâmbio comercial português*. Além de denunciar esta responsabilidade, o deputado Gonçalves enfatizou também que *à falta duma boa marinha mercante é justo imputar muitos dos prejuízos económicos de Portugal*¹¹⁸². Esta intervenção do deputado Gonçalves foi o prelúdio para a sua abordagem de questões latino-americanas como uma convenção comercial com o Uruguai ou com a subvenção à Câmara de Comércio e Indústria no Rio de Janeiro.

Em resposta ao deputado Gonçalves, o relator José Botelho de Carvalho Araújo, membro da Comissão de Orçamento da Assembleia, apresentou uma denúncia a que já

republicano António França Borges, deixou claro com esta frase que a orientação da vida pública portuguesa influía nas relações internacionais. *Debates Parlamentares*, Leg. 1, Sessão 1, Nº 9, 18-10-1911, p.18.

¹¹⁸⁰ A Circular Nº 26-C, além de dispor a reorganização dos consulados de 4ª Classe in Antigua (S. John), Curaçao, Ilhas Bermudas, Guadalupe (Point-à-Pitre), Ilha Barbada, Ilha da Trinidad (Port of Spain), Paramaribo, Santa Lúcia (Castries) e S. Tomás, dispôs a transferência das receitas públicas arrecadadas neles à jurisdição do Consulado de Portugal em Demerara. AHDME. Guiana Consulado em Demerara Cx 800 Mç Demerara. Of. 18-C. De cônsul Jorge Rosa d'Oliveira para MNE. Georgetown, 20-11-1912.

¹¹⁸¹ O debate do Projeto de lei Nº 83-C e das propostas da Comissão de orçamento toca aspetos interessantes da reorganização da administração pública, em particular a função comercial dos cônsules, o envio de informação aos consulados e o conflito de instâncias com a Repartição do Comércio e Indústria do Ministério de Fomento, entre outros temas. Cf.: AARP, *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg. 1, Ses. 1, Ata Nº 106, 22-05-1913, pp.12-14; Ata Nº 108, 23-05-1913, pp.10-14.

¹¹⁸² Cf.: intervenção do deputado João Gonçalves, in: AARP, *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg. 1, Ses. 1, Ata Nº 108, 23-05-1913, pp.10-11

tínhamos feito referência e que eximia o serviço consular da total responsabilidade do fomento comercial; no entender do deputado Araújo, *um largo campo de atividade está reservado para a iniciativa dos nossos comerciantes, que, em geral, tudo confiam do Estado. Segundo esta lógica, a grande culpa pertence em geral aos próprios negociantes, que não cuidam de melhorar as suas marcas e de competir com as marcas estrangeiras*¹¹⁸³. Assim, a pauta da fusão da política e da economia, tal como expressada pelo Hobsbawm, descobre-se no debate entre estes dois deputados que, ao aceitá-la sem maiores discussões, eles a entrelaçavam com outro debate: o fomento do comércio exterior compartilhado entre os agentes oficiais e officiosos.

No momento de ser discutido o Projeto de Lei Nº 83-C, prevaleceu a ideia da defesa dos interesses de Nação. A proposta número 6, feita pela Comissão de Orçamento do MNE e defendida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, António Macieira, subscrevia esta doutrina da Lei e tocava os projetos portugueses na América. Efetivamente, o princípio da sexta proposta consagrou *acautelar os interesses de Portugal com a abertura, em 1915, do Canal do Panamá, que deve produzir uma revolução económica em todo o mundo*¹¹⁸⁴. Para agilizar esta prevenção, a Comissão e o Ministro Macieira consideraram o facto de Portugal ter desatendida a região com a criação de somente um consulado de 2ª Classe em Guatemala e nas outras nações representantes *que não são da carreira, em geral, estrangeiros*. O ideal, segundo a mesma Comissão, *seria criar três núcleos dirigidos por três legações consulares, a primeira em Guatemala, a segunda no Panamá e a terceira em Cuba*, mas a proposta ficou limitada devido às dificuldades financeiras do país a uma Legação - consular na Guatemala e *a criar no Panamá uma legação - consular de 2ª classe*. Depois do debate, a proposta final estipulava que *o chefe da missão em Guatemala seria acreditado também em Nicarágua, Honduras e S. Salvador [e] o chefe da missão do Panamá será acreditado também em Costa Rica, Colômbia e Venezuela*¹¹⁸⁵.

A disposição de criar duas legações geograficamente tão próximas chama a atenção; não obstante, o facto se explica pelas expectativas criadas pelos membros da Assembleia, fundadas em vários aspetos e expostas em debates posteriores. Um aspeto de destacar foi o espírito preventivo das propostas que tentavam dispor os elementos diplomáticos

¹¹⁸³ Cf.: intervenção do deputado Carvalho Araújo, in: AARP, *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg. 1, Ses. 1, Ata Nº 108, 23-05-1913, p.11.

¹¹⁸⁴ Cf.: intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, António Macieira, sobre a Sexta proposta, in: AARP, *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg. 1, Ses. 1, Ata Nº 108, 23-05-1913, p.20.

¹¹⁸⁵ *Idem*.

necessários, *para que, na revolução económica que resultar da abertura do canal do Panamá, Portugal não se veja mais uma vez na dura necessidade de mal remediar o que bem poderá prevenir*. De igual modo, foi importante a opinião geral sobre o Canal do Panamá cuja abertura *interessa vivamente todos os países e todos os Governos da Europa, que a consideram um dos acontecimentos económicos de maior alcance do século atual*¹¹⁸⁶.

Outro destes pontos foi a situação geográfica de Portugal e das suas ilhas no Atlântico, *que são os pontos da Europa mais próximos do Panamá*. Devido a este interesse e prevendo a importância do Canal para a navegação, o tráfico, as relações políticas e económicas entre vários países europeus e as regiões do Pacífico e Centro-americana, Portugal devia *dar mais importância à sua representação consular e diplomática nas dez Repúblicas centro-americanas, sobretudo nas que se encontram perto do Panamá ou da linha do Panamá - Europa*¹¹⁸⁷.

Este era o caso de Venezuela. Vista sob o olhar audacioso dos membros da Assembleia, a Venezuela já estava a ser favorecida com agentes consulares de Espanha, França e Inglaterra, nações consideradas as principais rivais de Portugal *na política de atrair essas linhas de navegação e de se tornarem, por assim dizer, 'os cais europeus do canal do Panamá' e os entrepostos do seu tráfico*¹¹⁸⁸. Em conclusão, para a Comissão do orçamento, o MNE e a Assembleia portuguesa: *a nossa estratégia económica nos aconselharia para tirarmos todo o lucro possível daquele acontecimento e estreitar ao mesmo tempo relações com aquelas Repúblicas destinadas ao mais próspero futuro*¹¹⁸⁹. Assim, uma vez concluído o debate desta proposta, em Maio de 1913, a Venezuela entrou na órbita dos interesses político - comerciais de Portugal ao cuidado de um representante diplomático de carreira que será nomeado em 1914 e envidado desde Lisboa.

B. Chegar pelo Canal de Panamá

Depois de um curto período de tempo, a diplomacia portuguesa entrou em contato com o serviço exterior venezuelano na Europa. No dia 11 de Novembro de 1913, o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Venezuela no Império Alemão, Santos A. Dominici, enviou ao Ministro de Relações Exteriores de Venezuela, Manuel Díaz

¹¹⁸⁶ Proposta de lei do MNE. AARP, *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg. 1, Ses. 1, Ata Nº 112, Ata 28-05-1913, pp.19-20.

¹¹⁸⁷ *Ibidem*, p.19.

¹¹⁸⁸ *Idem*.

¹¹⁸⁹ *Idem*.

Rodríguez¹¹⁹⁰, uma comunicação do representante de Portugal em Berlim em que dava conta do interesse do Governo português em credenciar Fernando de Amaral Botto Machado como seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário apesar de não ser residente em Caracas. Botto Machado foi formalmente proposto à Chancelaria em Caracas em Janeiro de 1914¹¹⁹¹.

O expediente do Embaixador português que analisámos indica que na sua nomeação dominaram os assuntos comerciais. Botto Machado manifestava grande interesse pela atividade comercial com experiência diplomática que adquirira com os seus cargos como Cônsul no Rio de Janeiro, em 1912, como Chefe da Delegação Portuguesa no Panamá, em 1913. Com este último cargo, Botto Machado passou a Caracas, em 1914, onde ficou breve tempo; ainda assim, antes da sua transferência no ano seguinte, o Chefe da Delegação deixou várias provas do seu interesse pelo comércio na aproximação que ele fez a Venezuela¹¹⁹².

Ao mesmo tempo que a abertura do Canal de Panamá se aproximava, o embaixador Botto Machado foi desenvolvendo a sua atividade numa estratégia que foi para além das suas atribuições e da sua jurisdição. O primeiro passo foi tomar conhecimento da situação encontrada ao chegar ao cargo; a seguir, aferiu esta situação com a doutrina e os objetivos do Projeto de Lei Nº 83-C para logo perspetivar as ações de seu espírito diplomático e empresarial. Considerando só a correspondência de caráter económico, as primeiras missivas de Botto Machado afirmavam a coordenação entre nomeação política e empreendedorismo comercial.

Em termos de empreendimento, a capacidade de Botto Machado para projetar inovações a partir da Legação foi canalizada para a transformação da atividade empresarial

¹¹⁹⁰ «Díaz Rodríguez, Manuel» (Venezuela, 1871 - Estados Unidos, 1927). Escritor, médico, jornalista e político. Pensamento modernista y universalista. Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela (1913-14), ministro plenipotenciário de Venezuela na Itália (1919-1923). Domínici Otero, Santos Aníbal (1869-1954). Escritor cosmopolita, diplomata, médico, político. Ministro plenipotenciário da Venezuela na Alemanha (1910), Inglaterra (1911-1915) e nos E.U.A. (1915-1922), in: *DHV-FP*.

¹¹⁹¹ Expediente Fernando Amaral Botto Machado: AHMPPRE, AA, Portugal, 1913 - 1914, Vol. 5: Nota Nº 227 de Santos A. Dominici, Berlin, 11-Novembro-1913; e Nº 1958 del MRE para S. A. Dominici, Caracas, 10-Dezembro-1913, ff.6-7; Nota del Presidente de Portugal Manuel de Arriaga al Presidente de Venezuela Juan Vicente Gómez, sobre nombramiento de F. A. B. Machado, Palacio de Belén, 17 de enero de 1914, ff.21-22. «Botto Machado, Fernão de Amaral». Env. Ext. e Min. Plen. junto da Republica do Panamá e da Venezuela, não residente em Caracas. A Legação foi criada por lei de 10-6-1913; Botto Machado foi nomeado por decreto de 6-9-1913 e assumiu as funções de seu cargo em 23-12-1913. O seu processo indica que foi chamado a Lisboa por doença em 22-5-1915 e saiu para Lisboa o 18-9-1915. Foi exonerado do cargo junto da Rep. de Panamá em 25-4-1918. Cf.: *ADCP: 1913-1914*, p.89; *1915*, p.105; e *1920*, p.178.

¹¹⁹² AHMPPRE. Portugal. Funcionários diplomáticos de Venezuela em Portugal. Expediente 1: De S. P. Suárez para I. Andrade. Lisboa, 1-09-1916. De Andrade para Suárez. Caracas, 4-11-1916.

isolada, dentro dos núcleos de portugueses. Este afã do Diplomata envolvia a incerteza sobre as aptidões dos emigrantes e as características das comunidades com respeito à possibilidade de uma ação em conjunto. Não obstante esta dúvida, Botto Machado adequou a sua intenção às circunstâncias do fluxo migratório dos países submetidos a sua jurisdição.

Nesse sentido, a atividade de Botto Machado foi normalizada pela regulamentação consular que, observada de um ponto de vista meramente económico, assume a emigração como um facto plausível de grande magnitude para Portugal, um fenómeno estrutural na opinião de alguns historiadores¹¹⁹³. Este fenómeno, além de difundir a Portugalidade, reveste-se de interesse económico ao ampliar o consumo de produtos lusos no exterior, primeiro, dentro da comunidade portuguesa emigrante e, depois, através dela, como negociadora desses géneros, entre outros consumidores. A partir deste segundo passo e em relação a Portugal, a emigração contribui como uma bengala de apoio para incentivar as câmaras de comércio e estas, por sua vez, apoiarem o serviço exterior.

Em relação à própria comunidade portuguesa, ela podia obter benefícios socioeconómicos a partir do apoio e assessoramento consular. Esta utilidade pública já tinha sido esclarecida no Decreto do 5 de Julho de 1894, sobre a organização de câmaras de comércio portuguesas nos países estrangeiros, em particular, em seu Artigo 19º que consagra a sua constituição por *negociantes portugueses residentes nas localidades escolhidas para sedes das mesmas câmaras* e seu funcionamento como *instituições de propaganda comercial, com o auxílio das autoridades diplomáticas e consulares respetivas*¹¹⁹⁴.

Previamente à criação da Legação no Panamá, a Circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do 5 de Novembro de 1910, recordava aos cônsules o Artigo 119 do Regulamento consular sobre a conveniência de criar *câmaras de comércio portuguesas em países estrangeiros, a fim de facilitar a exportação de produtos do solo e da indústria de Portugal*. Mais recente ainda era o Decreto, datado de 3 de Agosto de 1912, que substituiu o Artigo 123 do Regulamento consular, e que determinava o acesso a informações que podiam ser fornecidas pelos funcionários consulares quando lhes fossem solicitadas pelas associações comerciais, industriais e agrícolas, o que complementava a passagem da informação desde e para o exterior. O objetivo do decreto era *tornar mais prático e expedito o serviço consular em matéria de informações de carácter económico*; para tal fim,

¹¹⁹³ Serrão (1982), p.117.

¹¹⁹⁴ «Decreto de 5-7-1894. Artigos relativos à organização de câmaras de comércio portuguesas nos países estrangeiros», in: *Anuário 1895*, pp.156-157.

o decreto permitia aos funcionários consulares prestar diretamente às associações, legalmente constituídas em território português, os esclarecimentos que lhes fossem solicitados¹¹⁹⁵.

Tendo em conta a este Decreto de 1912 e o Artigo 123 do Regulamento consular, Botto Machado informou Lisboa de suas impressões sobre a situação em que se encontravam os portugueses. Em Fevereiro de 1914, mal tinha passado um mês depois de se ter apresentado em Caracas, o Embaixador português já tinha elaborado e enviado um esboço dos portugueses residentes no Panamá no qual agregou a queixa destes de terem *estado inteiramente abandonados de proteção dos nossos Governos*¹¹⁹⁶. Em Abril, esboça ideias sobre a criação de câmaras de comércio na região circunvizinha. Assim, se bem que Demerara não estivesse sob a sua jurisdição, Botto Machado conhecia ali alguns *chefes das mais importantes casas comerciais portuguesas*, que lhe tinham sugerido *a alta conveniência de ali ser organizada uma Câmara Portuguesa de Comércio, problema que repontam de fácil solução, desde que nesse sentido o nosso Cônsul ali empregue alguns esforços*. O caso contrário era o de Panamá onde, apesar da iniciativa de Botto Machado, era *impossível criar uma Câmara de Comércio, porque (...) não existe aqui sequer um comerciante português*¹¹⁹⁷.

A condição exigida aos emigrantes portugueses para a criação destas câmaras era, nesta altura, a de ter atingido certo nível socioeconómico que garantisse a sustentabilidade da câmara ou de qualquer órgão associativo; de facto, segundo se deduz daquilo que é indicado por Botto Machado, para a criação de uma câmara de comércio era condição *sine que non* a existência de comerciantes bem estabelecidos no comércio e que, de entre eles, estivessem integrados na câmara os chefes das mais importantes casas comerciais. A política exterior revela então seu objetivo teórico plasmado na organização camarária enquanto os núcleos de portugueses facilitavam, pelo seu próprio empenho, a realização prática de tal objetivo. A emigração era, portanto, um instrumento económico da função consular para promover o fluxo comercial, entendendo este mesmo fluxo como a saída de produtos portugueses através das câmaras de comércio que a comunidade portuguesa organizava no exterior.

¹¹⁹⁵ ADCP, 1910-1913, p.173, 202, respect.

¹¹⁹⁶ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De F. B. Machado para MNE. Of. Nº 119. Panamá, 21-02-1914.

¹¹⁹⁷ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De F. B. Machado para MNE. Of. Nº 168. Panamá, 14-04-1914.

O conteúdo económico das primeiras cartas de Botto Machado tinha implícita uma posição similar a algumas opiniões expressas na Câmara dos Deputados no calor do debate do Projeto de Lei Nº 83-C. A menção a este Projeto encaixa agora oportunamente porque ilustra a urgência com que Botto Machado devia atuar para justificar a existência da Legação sob sua responsabilidade, criada no contexto de um plano de política exterior. Durante a discussão na Câmara de Deputados do Projeto de Lei Nº 83-C, António Caetano Celorico Gil opôs-se à criação das duas legações na região Centro-americana, fundando os seus argumentos na tese *da abolição do corpo diplomático*¹¹⁹⁸. Esta revogação à qual alude o deputado Celorico Gil é uma interpretação *do antigo programa do partido republicano* reformulado depois pelo mesmo Deputado na tese economicista, menos drástica, de *cortar em tudo quanto se puder, a começar por acabar com algumas legações que não são precisas a Portugal*¹¹⁹⁹.

A este respeito, a exegese é simples: as legações existentes deviam ser medidas pelo rendimento efetivo e não por um estudo prospetivado. Este segundo parâmetro seria aplicado às duas missões a serem criadas na região Centro-americana. Nesta interpretação tem lugar a pergunta que Celorico Gil formulou na sua intervenção: *Quais são as relações que Portugal tem com as Repúblicas do Panamá e Guatemala?* Nessa altura, a resposta era óbvia e a falta de relações dava a razão ao deputado Celorico Gil. Ao mesmo tempo, a pergunta do Deputado justificou a queixa dos portugueses no Panamá que fora transmitida pelo Chefe da Delegação Botto Machado, em Fevereiro de 1914.

Perante a obrigatoriedade da *disciplina orçamental* e do *hair cut* na dívida pública portuguesa, em cumprimento do acordo de 1902¹²⁰⁰, o deputado Celorico Gil tinha proposto limitar o investimento em representações diplomáticas no exterior. O seu discurso resultava muito apropriado para o momento político dado o espírito austero que propunha e a complementaridade desta austeridade com os problemas financeiros nacionais; mesmo

¹¹⁹⁸ Cf.: intervenção do deputado António Caetano Celorico Gil in: AARP, *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Legislatura 1, sessão leg. 1, Ata número 112, data da Ata 28-05-1913, pp.21-22. É interessante que nos *Debates* não foram encontradas menções ao rendimento dos consulados já existentes na mesma área e que estavam confrontados às dificuldades e demoras de uma jurisdição difícil de gerir devido a sua dimensão espacial. Em efeito, em 16-3-1911, Portugal tinha apostado um Cônsul de 2ª classe, José da Costa Carneiro, para Guatemala, Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia e Venezuela, com residência em Guatemala. No decurso de um ano, Costa Carneiro foi só efetivo junto dos Governos de Guatemala e Nicarágua, em Janeiro 1912; e junto dos governos de S. Salvador, Costa Rica, Honduras e Panamá, em Março 1912. A esta dimensão espacial atribuímos parte da razão que acompanhava a queixa dos portugueses no Panamá. Cf.: *ADCP, 1911-1913*, pp.53, 150; e *1939-44*, p.217.

¹¹⁹⁹ Cf.: intervenção do deputado António Caetano Celorico Gil in: AARP, *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg. 1, Ses. 1, Ata Nº 112, 28-05-1913, pp.21-22.

¹²⁰⁰ Rodrigues (2012), p.131.

assim, não deixa de chamar a atenção o pouco apoio à aposta no exterior e o facto que a proposta podia ter como consequência a falta de abertura a futuros negócios. Comparando as notas de Botto Machado com a utilidade económica evidente esgrimida por Gil, as melhores opções para acolher uma legação seriam Demerara ou qualquer outro núcleo de emigrantes com uma presença significativa de comerciantes já estabelecidos. Ambas teses foram superadas pela previsão que Botto Machado manifestara e pelo esforço realizado pelo cônsul em Demerara a favor da câmara de comércio dentro do núcleo de emigrantes portugueses por ser uma medida de segurança para o seu futuro. Além de demonstrar sua vocação de serviço em tão curto tempo na região Centro-americana, a menção que faz Botto Machado da dita instituição no Panamá e Demerara correspondia às disposições de serviço vigentes.

Em atenção aos aspetos que devia acompanhar, Botto Machado informava ao MNE do contacto e intercâmbio de correspondência com organizações em Portugal, dando cabal cumprimento ao Artigo 123 do Decreto de Agosto de 1912. Paralelamente mantinha correspondência com as associações comerciais existentes em Portugal. Este canal de comunicação funcionava de maneira recíproca, pois mantinha-o ao corrente da atualidade portuguesa por canais não oficiais, permitindo-lhe uma visão mais abrangente dos aspetos que lhe interessavam. Uma prova disso é a relação que manteve com a Associação Comercial do Porto e um intercâmbio de cartas que lhe facultou informações e análises de discursos públicos e conversas particulares da classe empresarial, onde se expressam opiniões sobre a diplomacia portuguesa. A este respeito, uma nota eloquente de Botto Machado datada de 15 de Abril de 1914 resulta atrativa. Nesta nota o Diplomata compara as duas posições, a empresarial e a diplomática, sobre as visões mútuas frente às responsabilidades na promoção e no estado do comércio exterior de Portugal, para concluir que esta era uma responsabilidade partilhada¹²⁰¹.

Outro intercâmbio de correspondência que é conveniente ressaltar foi o realizado com a Administração Geral dos Correios e Telégrafos, através da Direção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares do MNE, sobre um projeto de encomendas postais entre Panamá e Portugal devido ao estado de quase isolamento de Botto Machado¹²⁰². De passagem, a correspondência aborda o tema da navegação indireta como um obstáculo à

¹²⁰¹ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De Botto Machado para MNE. Of. N° 176. Panamá, 15-04-1914.

¹²⁰² AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De António Maria da Silva, administrador geral correios e telégrafos, para Diretor Geral dos negócios comerciais e consulares, remetida em cópia para B. Machado. Of. N° 2235/4078. Lisboa, 14-08-1914.

eficiência do desenvolvimento da atividade comercial entre Portugal, o Panamá e a Venezuela e serve-se da atuação diplomática em Caracas como referência para avaliar a possibilidade de uma convenção binacional sobre este aspeto.

Efetivamente, Botto Machado não dispunha no Panamá de meios para efetuar uma permuta direta de encomendas com Portugal e, depois de estudar devidamente o assunto, a sua proposta era empregar a combinação de serviços dos vapores da Mala Real Inglesa, que tocando em Lisboa *fazem transbordo imediato, em Southampton, para os que vêm diretamente a Cólón*¹²⁰³. A permuta de encomendas postais que devia ser ampliada a atividades afins era a principal preocupação dos diplomatas credenciados em Caracas, empenhados também em fechar convenções de serviço de vales de correio, validade recíproca de títulos académicos e a adoção de malas para o transporte da correspondência diplomática¹²⁰⁴.

O certo é que o Embaixador português se dedicou às associações de comércio quase de imediato. A primeira tarefa foi informar-se sobre o funcionamento do seu cargo, um dever que correspondia ao alto grau de importância que outorgava à informação e à transmissão de conhecimento, aspetos que eram fundamentais para Botto Machado. Assim, ele pediu a Lisboa uma compilação da documentação oficial, que lhe permitisse atuar de acordo com a mesma, enquanto procurava conhecer o contexto em que se movia a comunidade portuguesa para desenvolver seus negócios. Este processo de angariar informação era similar ao que fora posto em marcha com a inauguração de um novo consulado. No caso de sua Delegação, Botto Machado impregnou este processo com um aspeto pessoal. Por um lado, o pedido a Lisboa de cópias de tratados e convenções portuguesas tinha por finalidade organizar um corpus de referência sobre o qual pudesse redigir um esquema de convénio com Venezuela.

Por outro lado, encontrava-se sua inquietude intelectual. Este Maçom, irmão na Loja Cavalheiros da Verdade, de Lisboa¹²⁰⁵, fornece na sua correspondência vários exemplos da aquisição de literatura, em sentido amplo, efetuada na Venezuela que permitem inferir um amplo conhecimento da economia e da política desse país. Além destes dois aspetos, apura-se que, pela sua inquietude intelectual, Botto Machado outorgava muita importância ao

¹²⁰³ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De B. Machado. Of. Nº 291. Panamá, 25-09-1914;

¹²⁰⁴ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De B. Machado. Of. Nº 48. Caracas, 15-11-1914.

¹²⁰⁵ «Personalidades. Fernão Botto Machado (1865 – 1924)», in: Arquivo Distrital da Guarda (Consulta: 29-12-2010, -<http://www.arquivo.guarda.Portugal/>)

resguardo jurídico da documentação e ao processamento da informação como prova o seu ofício datado de 12 de Janeiro de 1915, no qual o Embaixador se refere à criação de uma Junta de Inspección y Consulta de Archivos nacionales na Venezuela¹²⁰⁶.

Depois de ter pedido a bibliografia portuguesa, Botto Machado ocupou-se em adquirir títulos venezuelanos e de informar Lisboa das suas impressões sobre eles. Para poder dar resposta ao repto que o aguardava, a primeira medida foi dotar o escritório em Caracas com os fundos documentários suficientes para começar. Caracas passou a ser uma referência constante na correspondência de Botto Machado a partir de Setembro de 1914. Entre Outubro e Novembro, o conteúdo de suas cartas dá para entender o interesse que lhe suscitou a Venezuela em função de seus objetivos profissionais. Para desenvolvê-los com amplitude, analisa as edições do *Libro Amarillo* da Chancelaria venezuelana, estuda a *singularíssima situação política*, inquire as atividades e prioridades políticas dos outros diplomatas e sonda a conjuntura comercial do país com o fim de angariar informação e desenvolver o seu trabalho. Pelo demais, Botto Machado estava convicto que *tudo termos por fazer nestas novas legações*¹²⁰⁷.

Para *fazer*, Botto Machado precisou de ajuda local. A estratégia consistiu em continuar com a nomeação de pessoas vinculadas ao comércio para ocupar os cargos consulares. Diferentemente do Panamá, Caracas tinha comerciantes portugueses estabelecidos antes da sua chegada e esta particularidade permitiu-lhe adequar sua atuação às circunstâncias do fluxo migratório português em direção às diferentes localidades de Venezuela. Além disso, o Embaixador encontrou-se com negociantes considerados de confiança e reconhecidos pela sua probidade. Esta preocupação ficou comprovada quando, em Dezembro de 1915, a Legação de Portugal na Venezuela permaneceu sob a direção interina de Frederico Alvarez Benítez, dado o facto de ser o Cônsul geral de Portugal, nomeação que lhe foi atribuída pela sua origem e pelo seu reconhecido mérito comercial. É oportuno considerar a folha profissional de Benítez fora do Consulado: o seu currículo referia o seu escritório comercial no centro de Caracas, onde era dono de uma agência

¹²⁰⁶ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De B. Machado para MNE. Ofc.s: N° 31. Caracas, 4-11-1914; S/N°. Caracas, 12-01-1915; N° 10. Caracas, 14-06-1915. Ainda que não tenhamos documentação para prová-lo, consideramos que Botto Machado, pela sua paixão pelo comércio e filiação maçónica, estava a par da informação sobre as reservas de petróleo detetadas no Estado Zulia nos começos do século XX e das explorações que a empresa Venezuelan Oil Concessions Ltd., levava a cabo no setor Santa Bárbara, em 1913; sendo estas duas das razões para transladar a Legação de Portugal para Caracas.

¹²⁰⁷ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De B. Machado para MNE. Ofc.s: N° 16. Caracas, 23-10-1914; N° 19. Caracas, 26-10-1914; N° 31. Caracas, 4-11-1914; N° 48. Caracas, 15-11-1914. MRE, *Boletín*. Ano IV, N° 12, Junho-1914. Caracas, Emp. El Cojo, p.1076.

dedicada à imobiliária e à gestão de cobranças de alugueres de casas, créditos e notas promissórias, entre outros valores¹²⁰⁸.

De acordo à correspondência de Botto Machado com a Chancelaria em Caracas, entre os cônsules nomeados pelo Diplomata português e conhecidos pelos seus vínculos com o comércio venezuelano, em conjunto com outras atividades, encontram-se os nomeados em Dezembro de 1914, a saber: Luís Ramón Ramírez, vice-cônsul em Puerto Cabello, que se manteve neste serviço até Abril de 1948; o Dr. Julio C. Rivas Morales, vice-cônsul em Cumaná, que ingressou na Academia Nacional de Medicina, na Venezuela, em 1925; e o Dr. Diódoro Alvarado, vice-cônsul em Maracaibo e seus distritos, que em 1919 era também senador suplente pelo Estado Zulia.

No primeiro semestre de 1915, Botto Machado nomeou as seguintes personagens: Federico M. Meyer, vice-cônsul em La Guaira, com casa comercial nesse porto; ao Gral. Diego Bautista Ferrer vice-cônsul em Caracas, que permanecia no posto em Agosto de 1944; o Dr. Abraham Tirado, vice-cônsul em El Callao e seus Distritos no Estado Bolívar, engenheiro conhecido por ter sido o Diretor da *Comisión de Límites de Venezuela con a Guayana*, em 1900, e pela construção de um cais, uma linha férrea e uma Casa-Alfândega em Ciudad Bolívar, cujo contrato foi aprovado por decreto do 25 de Junho de 1910 e celebrado com o Ministério de Obras Públicas; e Luis Roncajolo, vice-cônsul na Ciudad Bolívar e seus distritos, autor de *El Rio Orinoco y sus afluentes: navegación, industria y comercio desde 1818 hasta 1920* e pertencente à família que administrava a *Compañía de Navegación Fluvial e Costanera*¹²⁰⁹.

Além de filiar as personagens às atividades e investimentos, tanto privados como ligados ao Estado venezuelano, a descrição anterior ganha maior sentido quando se contemplam as localidades sede dos vice-consulados sobre o mapa geopolítico da Venezuela, e se toma consciência da dispersão espacial dessa representação. Eram localidades mal diferenciadas segundo os setores económicos predominantes em cada uma, tendo como centro político administrativo Caracas, portos comerciais como La Guaira, Puerto Cabello, Maracaibo, esta última além de ser sede operativa de casas alemãs exportadoras de café começou a afirmar-se, na década de 1910, como um dos portos petroleiros mais importantes do mundo; Cumaná cidade ligada com todo o oriente do país e

¹²⁰⁸ AHMPPRE. AA, Portugal, Vol. V, Exp. N° 21. AHDMNE América Latina. Cx.769. Cônsul de Portugal em Venezuela.

¹²⁰⁹ Os cônsules aquí mencionados estão documentados a partir do *ADCP, 1915*; e em AHMPPRE, Portugal. Correspondencia Legación en Venezuela. Cônsules y Vicecônsules. Vol. V, Expedientes: 31, Diego B. Ferrer; 32, Frederico M. Meyer; 34, Diodoro Alvarado; 35, Luis Roncajolo; 36, Abraham Tirado; 37, Julio C. Rivas.

as ilhas caraíbas; e Ciudad Bolívar, uma encruzilhada entre o seu *hinterland* agropecuário e a Europa e os Estados Unidos através do Orenoco, sem esquecermos de mencionar a população mineira de El Callao no maciço guianês.

Em resumo, Botto Machado foi um visionário ao detetar os pólos económicos mais pujantes da geografia venezuelana e manter neles uma representação consular numa tentativa de abarcar todo o território. Estas nomeações realizadas em tão curto tempo - apenas seis meses - levam a considerar que o Diplomata português realizou estudos prévios à sua chegada a Caracas, durante o breve périplo pela Argentina, Brasil, Panamá e Venezuela¹²¹⁰, ou que percebeu rapidamente a importância das representações consulares a partir da experiência venezuelana destas representações no século XIX. Ao mesmo tempo, verifica-se uma coincidência entre estas nomeações e os processos de fixação de população no interior da Venezuela pelo que é lógico pensar que Botto Machado considerou a importância que poderia ter a existência de núcleos de portugueses ali estabelecidos.

Botto Machado tinha demonstrado um bom sentido comercial, administrativo e até político desde sua chegada. O Diplomata português teve a galanteria de incorporar no seu discurso de apresentação de credenciais as palavras correspondentes à trilogia ditatorial de Gómez suscitando uma boa impressão ante os representantes do Governo. Na sua intervenção, Botto Machado advogava fortemente em favor da prosperidade de Venezuela e, *dentro de la paz, del orden y del trabajo, siempre fecundos y creadores*, desejava, em nome dos dois países, *desarrollar al amparo de sus actividades económicas, las relaciones comerciales tan necesarias a los pueblos, y que afortunadamente, cada día, se perfeccionan por nuevos factores y mejores procesos de interpenetración, intercambio y cosmopolitismo*¹²¹¹.

Antes de terminar o ano 1914, Botto Machado fez um balanço de sua gestão. Neste balanço a ideia principal foi a impossibilidade de fomentar o intercâmbio comercial nas condições em que se encontravam ambos países devido às perspectivas do momento¹²¹². O Chefe de Missão admitiu assim que só com a sua capacidade e o seu interesse no fomento do comércio não conseguia atingir as metas estipuladas no Projeto 83-C que o tinham

¹²¹⁰ As nomeações foram feitas entre o 5-12-1914 e o 7-06-1915. Resulta atraente que em dois anos o diplomata Botto Machado tenha sido nomeado Ministro em Argentina em 1912, este mesmo ano foi Cônsul geral em Rio de Janeiro; ao ano seguinte assume a Legação em Panamá e em 1914 está em Venezuela. «Fernão Botto Machado: nota breve» (Consulta: 18-05-2011 in: -<http://arepublicano.blogspot.com/>)

¹²¹¹ AHMPPRE. AA. Funcionários diplomáticos de Portugal na Venezuela. Vol. V. Exp. 21, Cópia do discurso de apresentação de credenciais F. Botto Machado. Caracas, 9-10-1914.

¹²¹² AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De Botto Machado para MNE. Of. Nº 49. Caracas, 15-11-1914.

levado ao Panamá e a Caracas. Botto Machado esteve consciente da circunstância da guerra e que novos tempos viriam para o comércio. No seu balanço, o Chefe de Missão advertiu Lisboa que considerava *inteiramente falhada* a sua missão na Venezuela na hipótese que mais o apaixonava: o comércio. Mas, no seu entender, era um fracasso temporário e, enquanto durasse a Guerra, só lhe restava *o recurso de estudar e preparar o meio, para mais tarde podermos aproveitar como mercado talvez valioso* as oportunidades que brindariam o Panamá e a Venezuela. Esta era a confissão de um apaixonado pelo comércio que via as possibilidades futuras de Portugal no meio do conflito mundial.

Botto revela um aspecto fundamental da sua personalidade como diplomata: a capacidade de subscrever e fazer seus os afazeres da profissão e os interesses da Nação. A apropriação chegava a tal ponto que as circunstâncias da guerra afetavam, por consequência, duplamente o seu entusiasmo. Por um lado, entristecia-o o facto de não poder cultivar sua paixão pelos negócios que era, segundo as suas palavras, *a parte propriamente comercial do exercício das minhas funções*, aquela a que tinha votado *constantes lucubrações, quer estudando o mercado, quer procurando e cultivando relações que favoreçam e auxiliem* os seus intuitos. Por outro lado, afligia-o perder oportunidades para Portugal, como era o facto de não *tirar partido da circunstância de estarem fechados alguns portos de Europa*; não obstante, não esteve afetado pela falta de sentido, pois referiu também que a precaução se contrapunha à ocasião e, *nem por sombras*, aconselhava aos exportadores o envio de seus produtos para a Venezuela nesses momentos¹²¹³.

Na sua despedida do chanceler venezuelano Ignacio Andrade¹²¹⁴, o chefe de missão Botto Machado confessou a causa principal de seu fracasso: *a trágica hecatombe europeia*. Ao mesmo tempo, lamentava que *nem como órgão, nem pelo exercício da função, foi possível dar ao cargo o brilho e a ostentação necessários*. Neste sentido, viu frustrado seu desejo veemente de desenvolver as relações comerciais sentindo-se também limitado pelas circunstâncias do serviço diplomático *a viver a simplicidade, a um tempo parcimoniosa e modesta* que não lhe permitiu superar a condição de ser o *obsuro representante duma*

¹²¹³ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De Botto Machado para MNE. Of. Nº 49. Caracas, 15-11-1914.

¹²¹⁴ «Andrade, Ignacio» (Venezuela, ¿1839?- 1925). Mação, militar, político. Presidente da República (1898-1899). Último presidente do chamado Liberalismo amarelo venezuelano, promotor de progressos económicos, institucionais, militares e internacionais. Ministro de Relações Exteriores (1916-1917) sob ditadura de Juan Vicente Gómez; dava um tom pessoal a seu contacto com o corpo consular; in: *DHV-FP*.

*República que, para reparar descabros financeiros do regime que a precedeu, tem de fazer severas economias e estipendiar deficientemente os seus diplomatas*¹²¹⁵.

Justifica-se assim, a razão de fundo para delegar a direção da Legação no cônsul Benítez. O chefe de Missão Botto Machado ficou ainda registado no serviço consular como Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário em funções até 1917; neste mesmo ano, a Assembleia da República Portuguesa aprovou uma nova distribuição dos consulados de carreira em Espanha e a criação de consulados de carreira em oito cidades, entre as quais Caracas¹²¹⁶. Dois anos mais tarde, a Legação no Panamá foi extinta.

C. Cartas de Lisboa para Caracas, com regresso

A presença do embaixador Botto Machado em Caracas não passou despercebida aos venezuelanos em Lisboa de onde foi enviada uma proposta para corresponder à atenção do Governo português. Esta foi a primeira proposta escrita recebida - e depois aceite - cujo autor foi Simón Planas Suárez, um venezuelano residente em Lisboa¹²¹⁷. Planas Suárez era um político de amplos contactos em Caracas; de facto, sua correspondência entre Agosto e Novembro de 1914¹²¹⁸, onde sugere a ideia de criar uma Legação de Venezuela em Lisboa, é dirigida com carácter pessoal a José Gil Fortoul, então presidente do Conselho de Governo, a quem Planas Suárez *debía el insigne honor de poseer el Busto del Libertador, en 2ª Clase, suplicando a Ud. en mi favor por mi respectable amigo Don Carlos Zuloaga*¹²¹⁹. Este amigo era, além de um *prolífico empresário* e influente comerciante, promotor da C. A. Eletricidade de Caracas, de moinhos e de fábricas de bebidas¹²²⁰, o cônsul geral de Bolívia

¹²¹⁵ AHMPPRE. AA. Funcionários diplomáticos de Portugal na Venezuela. Vol. V. Exp. 21. De Botto Machado para Andrade. Caracas, 3-09-1915.

¹²¹⁶ AARP, *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926. Leg. 2, Ses. 2, Ata Nº 55, 16-04-1917, página 11.

¹²¹⁷ O Governo em Lisboa tinha referências das atividades diplomáticas da família Planas Suárez devido aos laços políticos com repúblicas centro-americanas. Ricardo Planas Torres, padre de Simón, era Encarregado de negócios de Guatemala, com jurisdição no continente e ilhas adjacentes, desde 16-9-1909, e Simón Planas Suárez era Env. Ext. e Min. Plen. de Nicarágua desde 3-9-1908. *ADCP: 1913-1914*, pp. 24-25, p.33. Simón Planas Suárez Env e referido como Extra e Min Pleni de Venezuela em Portugal, a partir de 27-3-1915. *Cf.: ADCP. 1916-1917*, p.33. Julio Sardi o substituiu no *ADCP. 1927*, p.20.

¹²¹⁸ AHMPPRE. Portugal. Funcionários diplomáticos de Venezuela em Portugal. Cx. 56, Expediente 1. Simón Planas Suárez. Como credenciais para o cargo, S. P. Suárez recorda a J. G. Fortoul sua residência de vários anos em Lisboa onde desfruta de amplas relações sociais e com o Governo; de ter sido Ministro de Nicarágua em Caracas, Londres, Roma, Haia e Lisboa; de possuir recursos pecuniários próprios que lhe permitem representar ad honorem a Venezuela; e de conhecer tanto a ausência de uma representação diplomática em Portugal como a *verdadera desgracia* da representação consular.

¹²¹⁹ AHMPPRE. Portugal. Funcionários diplomáticos de Venezuela em Portugal. Cx. 56. De Planas Suárez a José Gil Fortoul. Lisboa, 13-11-1914.

¹²²⁰ Lucas (1998), p.127.

em Caracas. Plana Suárez disponibilizou-se como sendo o venezuelano melhor posicionado em Caracas para apresentar a sua candidatura ao cargo de Embaixador à frente da futura Legação em Lisboa. Além disso, já estava lá, o que era uma vantagem. Mas tinha outras.

A correspondência de Planas Suárez nestes dois meses traduz a ideia de sua divergência em relação à criação de duas legações portuguesas na região Centro-americana. Com efeito, o Venezuelano referiu ao presidente Gil Fortoul os seus *empeños en este país a intento de conseguir que la Legación de Portugal creada para Panamá y Costa Rica fuese extendida hasta Venezuela y que en nuestra capital se fijase la residencia de la misma*¹²²¹. A ser assim, a ideia de incluir a Venezuela na Proposta Nº 6, apresentada na Câmara dos Deputados pela Comissão responsável pela reorganização do MNE, não seria autoria da dita Comissão do MNE mas de Planas Suárez. No entanto, o Candidato venezuelano não descreve nos seus escritos o *lobby* dos seus empenhos e não foi encontrada documentação sobre este assunto quiçá pelo facto de Planas Suárez não pertencer ainda ao serviço diplomático venezuelano e sua correspondência de então revestir a forma de carácter privado e estar dirigida a seus amigos.

A partir de então a Chancelaria venezuelana trabalhou para criar a Legação em Lisboa: no decurso de duas semanas, o chanceler Ignacio Andrade enviou para o ministro chefe de Missão Botto Machado uma comunicação a dizer que o Governo venezuelano tinha a intenção de credenciar a Simón Planas Suárez como seu correspondente em Lisboa, o qual foi considerado *pessoa sumamente grata* pelo Governo português, e que tinha sido promulgada a criação da Legação de Primeira Classe em Portugal por decreto presidencial. A Legação constava só do Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, que serviria o cargo *ad honorem*¹²²², assumindo o controlo sobre a representação consular portuguesa que até então estava submetida à jurisdição da Legação em Paris¹²²³.

Entretanto, a Legação de Portugal na Venezuela continuava a sua vida administrativa; o chefe de Missão Botto Machado reorganizou o vice-consulado em Puerto Cabello colocando Luís Ramón Ramírez à frente do mesmo, aprofundou os seus conhecimentos sobre as atividades do núcleo de portugueses e, finalmente, manifestou-se

¹²²¹ AHMPPRE. Portugal. Funcionários diplomáticos de Venezuela em Portugal. Cx. 56. Carta de SPS a José Gil Fortoul. Lisboa, 13-11-1914.

¹²²² AHMPPRE. AA, Portugal. Vol. 5: De Ignacio Andrade, Chanceler da Venezuela, para Botto Machado. Caracas, 12-01-1915; De Botto Machado para I. Andrade. Caracas, 16-01-1915; Decreto sobre criação da Legação de Venezuela em Portugal e Resolução do MRE do 25-01-1915; De I. Andrade a S.P.S. Notificação da nomeação. Caracas, 28-01-1915; Cf.: *Gaceta Oficial*, Nº 12444, Año XLIII, Mes IV, 27-01-1915.

¹²²³ AHMPPRE. AA, Portugal. Vol. 5: De I. Andrade para José Ignacio Cárdenas, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Venezuela na França. Caracas, 30-01-1915.

favorável a transferir o assento da Legação de Panamá para Caracas, mudança que efetivamente teve lugar em Fevereiro de 1915¹²²⁴.

O trabalho de Botto Machado em Caracas começou a ser, gradualmente, reconhecido pelos representantes oficiais venezuelanos entre os quais tinha gerado uma boa opinião como diplomata. De facto, a sua gestão é mencionada nas instruções que Ignacio Andrade, ministro de Relaciones Exteriores, enviou ao Diplomata venezuelano como guia das ações a empreender. Neste sentido, Andrade diz estar informado da excelente disposição que anima o Governo Português para celebrar alguns acordos, entre eles um acordo sobre arbitragem e sobre algumas concessões em matéria de formalidades de Alfândega, que o embaixador Botto Machado já tinha iniciado em Caracas. Em correspondência com esta negociação e a reciprocidade de trato, o chanceler Andrade deu instruções a Planas Suárez para colher as informações mais precisas sobre a perspectiva que Portugal podia oferecer ao comércio venezuelano¹²²⁵. Isto que dizer: fazer da mesma maneira que o chefe de Missão Botto Machado o fazia para o interesse de sua nação na Venezuela.

Destas instruções se conclui que de todos os convénios a serem negociados o de maior importância, e mais conforme com as intenções recíprocas de ambos países, era um convénio que fosse destinado a fomentar e regular as relações mercantis. Além deste objetivo, é interessante destacar a linha de ação geral instruída por Andrade; a linha de ação exigiu a Planas Suárez realizar um trabalho de exploração e *desde luego, sostener activa propaganda a favor de aquellos artículos de nuestra exportación, que pueden hallar ventajoso mercado en esa República*¹²²⁶. A razão para começar por um estudo de mercado está baseada, segundo Andrade, tanto na falta de relações binacionais frequentes, como na sequela desta falta: a ausência de antecedentes, já políticos, já mercantis, suficientes para indicar com precisão os elementos emblemáticos do comércio de produtos venezuelanos em Portugal. Daí que, tendo em conta as possibilidades, se recomende a propaganda dos artigos mais vantajosos.

¹²²⁴ AHDMNE Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. Puerto Cabello. De Botto Machado para MNE. Of. N° 2. Caracas, 30-01-1915. AHMPPRE. AA. Portugal, 1914-1915, Vol. 5, Exp. N° 23. De Botto Machado para MNE, informando que o Governo Português decidiu que a Legação na Venezuela tenha seu assento em Caracas e não em Panamá. N° 31. Caracas, 10-02-1915.

¹²²⁵ AHMPPRE. AA, Portugal, 1915. Vol. 5, Exp. N° 1, ff. 22 – 23. Instruções de I. Andrade para S. P. Suárez. D. P. E /N° 162. Caracas, 20-02-1915.

¹²²⁶ *Idem.*

Dois aspetos coincidem no referido acima. O primeiro é a exposição evidente da falta de informação sobre a comercialização de artigos venezuelanos em Portugal e a impossibilidade de indicar um ou vários produtos-bandeira que estivessem já introduzidos nesse mercado. O segundo aspeto é o facto de não terem sido mencionadas as opiniões expostas por diferentes cônsules sobre o intercâmbio de produtos venezuelanos trocados por cebolas, vinhos e outros artigos portugueses já presentes na zona caribenha.

O trabalho de Planas Suárez em Portugal começou logo depois da sua acreditação¹²²⁷. A experiência da representação nicaraguense e os seus contactos criados depois de anos de residência em Lisboa teriam coincidido na execução dos seus dois primeiros relatórios que versaram sobre a emigração portuguesa¹²²⁸. No segundo relatório, o Diplomata venezuelano refere as relações comerciais binacionais e os seus esforços no estabelecimento de uma ligação direta e pluralista com os principais centros comerciais do país e, a nível de instituições, com a Associação Comercial de Lisboa, *o sea la Cámara de Comercio, y con la Institución análoga de la ciudad de Oporto*¹²²⁹.

Diferentemente da posição do embaixador Botto Machado em relação à I Guerra, Planas Suárez não lhe dá valor neste relatório e, baseado em seus encontros com diferentes personalidades lisboetas, foi induzido a acreditar no lucro de *un éxito satisfactorio en el propósito que anima al Gobierno*¹²³⁰. Seguindo sua gestão de bom comunicador, Planas Suárez esmerava-se em ser visível perante a sociedade portuguesa e em fornecer toda a informação que lhe era requerida. Já o tinha demonstrado no ato da sua acreditação que foi noticiado nos jornais *A Capital*, *O Mundo* e *O Nacional*, segundo o que o próprio embaixador Planas Suárez indica. No estabelecimento de relações com a Associação Comercial de Lisboa (ACL) tornou a dar prova de sua simpatia junto da imprensa prestando-se à divulgação, pelo *Diário de Noticias*, de uma reunião que sustentou com

¹²²⁷ Entre o 5 e o 27-03-1915, Planas Suárez: estabeleceu a Legação em Av. dá Liberdade, 157; participou sua nomeação e a criação da Legação ao MNE; se cartou com Teófilo José da Trindade para tratar aspetos protocolares; fez entrega de credenciais a Manuel de Arriaga e remeteu a Caracas recortes de imprensa que cobriam este último ato. AHMPPRE. AA, Portugal, 1915, Exp. Nº 1, Vol. 5: De SPS a I. Andrade, Lisboa, 5-03-1915; De SPS a I. Andrade. Lisboa, 15-03-1915; De Teófilo José da Trindade, Ministro dos NE, para SPS. Lisboa, 13-03-1915; De SPS a I. Andrade. Lisboa, 28-03-1915.

¹²²⁸ AHDMNE Cx 478. Legações e Consulados em Portugal. Legação de Venezuela. De S. P. Suarez para MNE. Of. Nº 122/16. Lisboa, 29-06-1915.

¹²²⁹ AHMPPRE. AA, Portugal, 1915, Vol. 4. De SPS a Andrade. «Relaciones comerciales entre Venezuela y Portugal». Lisboa, 1-07-1915.

¹²³⁰ *Idem*.

Carlos Gomes, antigo presidente da ACL¹²³¹; Adolph Hoog, chefe da secção do comércio externo da mesma Associação, e Ruí da Fonseca, diretor do *Boletim Comercial*¹²³².

Comparado com o realismo de diplomata Botto Machado, o embaixador Planas Suárez descobre a partir da Europa uma perspectiva comercial mais otimista mas, ao mesmo tempo, vê porque a navegação indireta continuava a ser o maior obstáculo para estabelecer relações comerciais bilaterais. A perspectiva do embaixador Planas Suárez não tem em conta a Guerra que já então, segundo se deduz dos escritos do chefe de Missão Botto Machado, tinha começado a causar distúrbios operativos nos portos europeus e ocasionado os primeiros sintomas de falta de abastecimento e de inflação na sua jurisdição consular. Estes aspetos são mais uns motivos para que o Diplomata português decida ausentar-se e encarregar ao cônsul geral Alvarez Benítez, a Legação de Portugal em Caracas¹²³³.

D. Um ministro em campanha

Depois desta breve análise, baseada nas primeiras atividades do chefe de Missão Botto Machado, a intenção de ligar a Legação com as organizações comerciais e de propaganda é tão evidente como a vontade de fomentar o comércio binacional. Nesta abordagem, os grêmios dedicados ao comércio, ou qualquer associação com este caráter, revelam-se com toda a importância estratégica que representam enquanto os primeiros chefes das primeiras legações requerem sua participação na instalação das recentemente inauguradas legações. O contacto entre ambas instâncias - associação e legação - deve-se ao interesse comum de governantes e negociantes de promover o comércio conquanto a maior responsabilidade da prática deste se mantivesse ainda ao nível das iniciativas dos agentes officiosos: os comerciantes portugueses.

O apelo a estes agentes fazia sentido dentro da intenção governamental de controlar a economia e fomentar o comércio com pessoal experiente. Sobre estes agentes repousou o serviço consular enquanto se realizavam as negociações diplomáticas ao mais alto nível oficial para concretizar acordos entre os Governos. Uma dúvida rondava no entanto os espíritos políticos nas respetivas chancelarias: a diplomacia nomeada «em casa» podia

¹²³¹ Planas Suárez ganhou colaboradores para a causa da Legação. Carlos Gomes, antigo presidente da ACL, juntou os seus interesses corporativos às atividades consulares que assumiu a partir do contacto com o Min. Plen. Planas Suárez. A dizer pela nomeação de um gerente, Carlos Queiroz, as «ausências» e os intervalos nas referências da sua função consular, Gomes estaria inclinado a dar prioridade aos primeiros. Gomes foi nomeado em 1915, Queiroz aparece em funções em 1916. Cf.: *ADCP: 1916-1917*, p.47; *1918-1919*, p.50; *1920*, p.50; *1921*, p.37. Vide o percurso todo de Carlos Gomes de *ADCP, 1916-1917* a *ADCP, 1938*.

¹²³² *Idem*. «Relações comerciais com a Venezuela», in: *Diário de Notícias*. Lisboa, 17-06-1915.

¹²³³ AHMPPRE. AA, Portugal, 1915, Vol. 5, Exp. Nº 21. Notas entre I. Andrade e F. A. Botto Machado. Nº 175. Caracas, 3-12-1915.

carecer do desconhecimento de alguns aspetos comerciais do mesmo modo que os comerciantes incorporados ao serviço exterior podiam desconhecer o contexto jurisdicional do seu trabalho. Mas, como se verá a seguir, foi uma norma bastante praticada entre o Portugal e a Venezuela favorecer os comerciantes do país com uma nomeação consular devido ao seu conhecimento dos negócios.

No caso particular das primeiras legações de Portugal e da Venezuela, o contacto as associações tem também por objetivo estratégico o desejo de construir alianças com porta-vozes que possam ser eficazes interlocutores dos comerciantes e, ao mesmo tempo, noutra instância, do resto da comunidade portuguesa e do mercado. Neste sentido, as câmaras de comércio assim como outras corporações oferecem um espaço de negociação e de intercâmbio de opiniões entre porta-vozes oficiais e porta-vozes privados¹²³⁴. A aproximação dos Ministros plenipotenciários das primeiras Legações às associações e aos comerciantes foi então uma manobra para entrar no mundo dos negócios locais, conhecer o funcionamento do comércio e o posicionamento dos negociantes na distribuição do poder de decisão em matérias do Estado e da comunidade. Em resumo, a aproximação empreendida pelas legações foi uma forma de contactar interlocutores e de negociação ao estilo do praticado pelos governos de Portugal e da Venezuela já no século XIX¹²³⁵. Estes objetivos se bem que se revelassem já nas relações de Botto Machado com seus compatriotas e nas relações de Planas Suárez com a Associação Comercial de Lisboa, pertenciam na realidade ao grupo de funções dos cônsules.

Os expedientes dos dois primeiros Chefes de legação indicam, não obstante, que ambos gozavam de experiência e manifestavam paixão pelos assuntos comerciais; sendo assim, a função comercial do serviço consular estava, portanto, assegurada. Além disso, o trabalho de aproximação às câmaras estava duplamente estimulado: por uma parte, o

¹²³⁴ O contacto entre porta-vozes oficiais e privados num ambiente de interesses comuns foi um método utilizado pelos Governos em Venezuela desde inícios do século XIX, como se exemplificou quando falamos do diplomata Jacinto Gutiérrez e a sua adesão à *Sociedad Económica de Amigos del País*, em 1841. Vide cita 949. Em Portugal, acontecia algo semelhante. Indo mais longe, no caso do contacto das legações de Portugal com as câmaras de comércio fundadas por emigrantes, encontramos que há afinidade com o critério político exposto por Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves relativamente à criação da Associação Industrial Portuense. Os autores indicam que a criação da AIP insere-se *no campo mais vasto da reordenação contínua de poderes periféricos que o poder central tolera e até estimula, no intuito de encontrar interlocutores de negociação com a sociedade civil, mas que pontualmente ignora, especialmente, quando duvida das fidelidades políticas*. Sousa e Fernandes (1999), p.27.

¹²³⁵ A modo de exemplo para o caso de Portugal, Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves indicam que *a criação da Associação Industrial Portuense insere-se, pois, no campo mais vasto da reordenação contínua de poderes periféricos que o poder central tolera e até estimula, no intuito de encontrar interlocutores de negociação com a sociedade civil...* Sousa, Fernando de e Jorge Fernandes Alves (1996), *Associação Industrial Portuense. Para a história do associativismo empresarial*. Porto, AIP, p.27. «Sociedad económica de amigos del país», in: *DHV-FP*.

contacto era condicionado quer por instruções pessoais, quer por regulamentos consulares que ordenavam o fomento comercial e, por outro lado, o facto de serem servidores públicos nomeados pelos seus respetivos países de origem exaltava o sentimento pátrio e motivava o trabalho pelo país.

Planas Suárez tinha iniciado o processo de conhecimento de Portugal antes de sua nomeação desde Caracas em 1915; de facto, para a sua nomeação para este cargo contribuiu a sua própria experiência e a de seu pai no mundo político, como Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário de Nicarágua e Encarregado de negócios de Guatemala, respetivamente, em Lisboa, tal como indica o *Anuário Diplomático Português* em suas edições anteriores a 1915. Este domínio da profissão foi posto à prova face à falta de compatriotas em quem pudesse delegar parte do *lobby* que era necessário realizar. Efetivamente, ante a inexistência de emigração venezuelana em Portugal, o Embajador venezuelano estava incapacitado para promover associações de comércio formadas por concidadãos e para colocá-las operativas sob a condução política de Caracas.

Ante esta evidência, Planas Suárez decidiu tomar uma posição negociadora com as organizações económicas não venezuelanas e não numa posição promotora de iniciativas deste tipo de grémios, porque a única possibilidade que tinha Planas Suárez de criar uma câmara era convidando os comerciantes portugueses interessados no comércio com Venezuela. Pelo visto, esta criação perfilava-se difícil. Nesta posição, tocou-lhe realizar um contacto direto, pessoal e solícito, para atingir um acordo relativo à entrada de produtos venezuelanos em Portugal. Neste sentido, a estratégia de Planas Suárez circunscreve-se ao comércio com instituições já estabelecidas e com comerciantes portugueses interessados tanto no intercâmbio de produtos com Venezuela como em fornecer-lhe informação sobre a produção portuguesa.

O embaixador Planas Suárez empenhou-se na obtenção de uma coleção de fontes seguindo a mesma rotina de diplomata Botto Machado e a tradição no momento de inaugurar cada novo consulado; fazia-o além disso com o propósito manifesto de abastecer as bibliotecas venezuelanas. De facto, uma de suas primeiras ações em 1915 foi realizar um inventário do arquivo e da biblioteca dos serviços diplomáticos venezuelanos em Portugal¹²³⁶.

Assim mesmo, o Embaixador colaborou com o Ministério de Relaciones Exteriores da Venezuela na altura da criação da Dirección de Política Comercial, um escritório

¹²³⁶ AHMPPRE. Portugal. Funcionários diplomáticos de Venezuela en Portugal. Exp. 1. De Suárez para Andrade. Lisboa, 10-12-1915.

especialmente destinado ao estudo e desenvolvimento do comércio internacional da Venezuela com o fim de ser, ao mesmo tempo, um organismo assessor disposto a oferecer os dados e informações a todos quantos tivessem interesse no propósito indicado. Numa nota a Rodolfo Xavier da Silva Júnior, ministro dos Negócios Estrangeiros, o Plenipotenciário venezuelano explicou-lhe que no programa da nova Direção estava contemplada a realização de um estudo consciencioso das leis dos países com os quais a Venezuela desejava alargar suas relações. Portugal ocupava um lugar preferencial entre esses países e, em consequência, Planas Suárez pediu uma lista de publicações referentes a finanças, serviço consular, alfândegas, portos, moedas, indústria, patentes de invenção, entre outras obras de caráter económico. Esta encomenda que, como vimos, era realizada pelos cônsules, é indício da orientação económica que Planas Suárez queria dar à Legação venezuelana¹²³⁷.

Estas fontes continham informação não só de utilidade comercial, mas também de variado teor. Este conteúdo incitou a inquietude investigadora de Planas Suárez que, guiado por José Carlos Pinto Garcia¹²³⁸ através do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi o primeiro a resgatar os referentes diplomáticos do século XIX para demonstrar os laços históricos que ligavam ambos os países. Com documentos relativos ao reconhecimento das Repúblicas hispano-americanas por Portugal, o Embaixador venezuelano escreveu *Notas históricas y diplomáticas*, obra com a qual demonstrou a importância de relembrar o passado comum para atualizar o discurso, sempre em contínua construção, da afinidade política entre ambos países.

O Ministro Plenipotenciário Planas Suárez deixou a marca da sua passagem pela Legação em Portugal com esta publicação que se constituiu num suporte importante de outras possibilidades discursivas baseadas na história contemporânea. Ao mesmo tempo, com sua atitude e sua obra, Planas Suárez sublima perante Augusto Luís Vieira Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros em 1917, dois dos ideais mais venerados da sociedade venezuelana desde sua independência, como são a liberdade e a igualdade, que tinham sido

¹²³⁷ AHDMNE Cx 478. Legações e Consulados em Portugal. Legação de Venezuela. De Suarez para Xavier da Silva. Of. N° 12. Lisboa, 13-06-1919.

¹²³⁸ Sobre a sua consulta em arquivos em que agradece ter sido *guiado por la experta mano del Sr. Pinto Garcia*. Documentalista, Pinto Garcia, José Carlos (1991) é autor de: *Synopse dos tratados vigentes em 31 de Março de 1911: coordenada em virtude da portaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 20 de outubro de 1910*. Lisboa, Imprensa Nacional. AHDMNE Cx 478. Legações e Consulados em Portugal. Legação de Venezuela. De Planas Suarez para MNE, Augusto Soares. Of. N° 105/20. Lisboa, 21-08-1917.

louvados por Silvestre Pinheiro Ferreira ao qual ele fazia referência numa nota enviada em Agosto desse ano¹²³⁹.

Na mesma nota ao chanceler Vieira Soares, Planas Suárez faz referência a esse facto que levou a que Portugal fosse declarado a primeira Nação do mundo que reconheceu a independência. O reconhecimento teve especial repercussão no ambiente político porque, na altura, muitas nações interessadas nos negócios com a América ainda discutiam a possibilidade de admitir os novos Estados no seletivo grupo dos países livres geridos por governos próprios. No seu escrito, o Embaixador venezuelano procura ultrapassar esta incómoda etapa diplomática de desconcertos e demoras; de passagem, ele relembra *la historia de nuestra emancipación* numa alusão aos Estados hispano-americanos e o pedido de outra *muestra de la hidalguía y generosidad que siempre inspiró a los Gobiernos de Portugal*: o obséquio das cópias correspondentes ao reconhecimento¹²⁴⁰.

Outra estratégia útil que se manteve por parte das primeiras legações foi continuar com a nomeação de pessoas ligadas ao comércio para ocupar os cargos consulares. Para a representação venezuelana em Lisboa, isto foi assim para que este sistema pudesse funcionar como forma de obter benefícios e porque a opinião de Planas Suárez tendia para a supressão das nomeações honorárias e para substituição dos comerciantes estrangeiros por pessoal nacional e, de preferência, formado dentro do serviço. O que se verificou desde então foi o propósito de dignificar o cargo consular para que correspondesse à representatividade política atribuída à Legação.

O emprego de particulares ligados ao comércio nos cargos consulares pode encontrar-se, não obstante, num período que vai para além do tempo em serviço dos primeiros Plenipotenciários. Neste sentido, a intenção particular de Planas Suárez é evidente desde sua postulação em 1914, quando arremete contra *la calidad de las personas a quienes se le ha confiado el cargo* de cônsul de Venezuela¹²⁴¹. A reflexão do embaixador Planas Suárez introduz, com firmeza, uma revisão da nacionalidade e dos serviços prestados pelo nomeado para o país acreditante. Assim, de acordo ao *Libro Amarillo* de Venezuela, nas suas edições antes e depois de Planas Suárez tomar posse, a Legação contava com servidores públicos do corpo consular de Venezuela em Portugal, ativos em 1914, entre eles: o cônsul Jacinto Afonso Furtado e o vice-cônsul Ernest von Jess, este de

¹²³⁹ AHDMNE Cx 478. Legações e Consulados em Portugal. Legação de Venezuela. De Planas Suárez para Augusto Luís Vieira Soares. Of. Nº 105/20. Lisboa, 21-08-1917.

¹²⁴⁰ *Idem*.

¹²⁴¹ AHMPPRE. AA, Portugal, Funcionários diplomáticos de Venezuela en Portugal. Vol. IV, De Suárez para Fortoul. Lisboa, 13-11-1914.

origem alemã, ambos exercendo a representação *ad honorem* em Porto; e o agente consular Eliseu de Sousa Drummond, no Funchal.

Os representantes no Porto eram personagens *estimados en el comercio y de distinguida posición social*. Furtado era além disso Diretor técnico da Fundação de Massarelos e devido a seu absorvente compromisso industrial sucumbiu ante a supervisão do Diplomata venezuelano. Em 1917, Planas Suárez lembrou-lhe de *no cumplir en lo absoluto con los deberes de su cargo oficial* e de se ocupar só *en dirigir dos o tres fábricas de elementos bélicos para el ejército portugués y la representación Consular que ostenta le sirve únicamente para otros fines*¹²⁴². Depois destas declarações, as letras patentes de Furtado foram canceladas em Julho de 1918.

Em relação ao Vice-cônsul no Porto, Planas Suárez teve que enfrentar as imposições superiores oficiais de cancelar o *exequátur a todos los individuos de nacionalidad alemana que ejercían funciones consulares en Portugal*. Num relatório sobre este servidor público, o Embaixador recorda a Caracas que a este vice-cônsul *lo ligan vínculos de familia con personas importantes de nuestro comercio*. O relatório sortiu efeito pois o Embaixador venezuelano recebeu instruções da sua Chancelaria de não cancelar as letras patentes de von Jess, no entanto, Planas Suárez viu-se obrigado a aceitar a renúncia forçada do Vice-cônsul quando o Governo lisboeta decidiu expulsar os indivíduos de nacionalidade alemã ou austro-húngara, considerados inimigos de Portugal¹²⁴³.

A proteção pretendida por Planas Suárez para o Vice-cônsul não tinha outra saída possível. De facto, tinha fortes razões para não tentar clemência ante a Chancelaria portuguesa prevendo a repercussão do manifestado pelo Embaixador quando se referia aos vínculos familiares e comerciais de von Jess. Qualquer menção a estas ligações achava uma pronta associação com personalidades muito conhecidas em Maracaibo, cidade que foi considerada a *metrópoli de los intereses alemanes en Venezuela* e onde o chefe da Casa Breuer Moller & Cº, Eduard von Jess, que recebia os crescentes grupos de mulas carregadas de café proveniente das fazendas do Presidente Gómez, gozava do facto de ser o fundador e o presidente da Câmara de Comércio dessa cidade ao mesmo tempo que despachava como cônsul do Império Alemão¹²⁴⁴.

¹²⁴² AHMPPRE. AA, Cônsules e Vice-cônsules em Portugal, Vol. IV, Exp. 15, Carta: De Planas Suárez para I. Andrade, Lisboa, 10-05-1915.

¹²⁴³ AHMPPRE. AA, Cônsules e Vice-cônsules em Portugal, Vol. V, Exps. 26 e 28.

¹²⁴⁴ Rangel, Domingo Alberto (2005), *Gómez, el amo del poder*. Mérida editores, p.26; Acosta, Vladimir (1989), *Reformas liberales y acumulación originaria en América Latina: Colombia y Venezuela en el siglo XIX*. Caracas, UCV, p.617; Benítez, Ebelio Espínola (1999), «Gustavo Zingg & Cº: 1915-1930. Crecimiento y

O médico Eliseu de Sousa Drummond, por sua vez, tinha sido nomeado cônsul de Venezuela em 1896 e exonerado por decreto do 5 de Abril de 1905; voltou ao serviço venezuelano em Novembro de 1908 com a nomeação de Agente comercial, título que Drummond dizia colocá-lo numa «posição falsa» ante as leis portuguesas porque não era reconhecido nas relações oficiais entre Portugal e outras nações. Conhecedor do comércio dos arquipélagos atlânticos portugueses, Sousa Drummond julgava ainda que o Funchal merecia um servidor público com a categoria de cônsul, como o tinham as Ilhas de São Miguel e Fayal, de muito menos importância comercial, debaixo de todos os pontos de vista, do que a Madeira. O impasse em torno da categoria pesou mais do que sua explicação na sua nomeação como cônsul de Venezuela em Março de 1909¹²⁴⁵.

Com a assistência destes representantes e enquanto duraram no cargo, Planas Suárez levou a cabo as instruções recebidas de Caracas e tentou aproveitar as circunstâncias do momento, que no seu entender, eram por demais propícias à sua aproximação moral, política e económica com Lisboa. As primeiras instruções enviadas pela Chancelaria venezuelana estavam necessariamente inspiradas em conceitos diplomáticos gerais ditados com o intuito de dar os primeiros passos nesta novel relação; a prudência aconselhava esperar que o trabalho de Planas Suárez indicasse as vias para abordar temas específicos e, a partir destes, girar instruções ou fixar estratégias de ação melhor definidas. Assim, o Embaixador venezuelano devia oferecer a Caracas, de forma detalhada, assuntos concretos sobre os quais se lhe comunicariam depois instruções pormenorizadas¹²⁴⁶.

Um dos roteiros do programa de trabalho que cumpriu Planas Suárez foi adquirir conhecimento sobre a navegação atlântica. Com efeito, no primeiro semestre de 1915, tinha-se dedicado a consultar instituições e documentação sobre o comércio português com a Venezuela, tanto desde o Porto como de Lisboa; este era um comércio que se vinha exercendo de preferência via Holanda e Liverpool, com duas viagens mensais até à Trinidad. Dois meses mais tarde, teve lugar a reunião com a Associação Comercial de Lisboa, na qual o tema «navegação» recebeu uma relativa importância para à promoção de produtos nacionais. De facto, nessa altura, os Representantes associativos expuseram a Planas Suárez *a conveniência de se estabelecer uma carreira directa de navegação que*

conflictos de una firma alemana en Venezuela», in: Rodríguez, José Ángel (Coord.) (1999), *Alemanes en las regiones equinocciales*, pp.279-294, p.289.

¹²⁴⁵ AHMPPRE. AA, Portugal, Vol. I, ff.206-207, 210, 214, 218, 228 e 233. *Diário do Governo*, Nº 51, 6-03-1909, reconhecimento de Drummond como Agente consular.

¹²⁴⁶ AHMPPRE. AA, Portugal, 1915, Vol. 5, Exp. Nº 1, fs. 22 – 23.

ligue o porto de Lisboa com o principal porto de Venezuela, uma rota que abriria concorrência à rota que era já explorada pelos ingleses¹²⁴⁷.

Em vista da demora de respostas concretas por parte da Legação venezuelana para promover artigos crioulos, a ACL em Agosto de 1915, voltou a insistir sobre os assuntos da primeira reunião com projetos concretos, o primeiro dos quais foi o oferecimento de uma sala para a montagem de uma exposição comercial e industrial dedicada a Venezuela. Esta ideia surgiu do presidente da Associação, Carlos Gómes, que exercia também funções como cônsul *ad honorem* de Venezuela em Lisboa. A iniciativa calou no ânimo de Planas Suárez que aceitou além disso proferir uma palestra na sede principal do organismo a convite também de Gomes.

O oferecimento foi bem aproveitado em termos de propaganda tanto no momento da conferência como posteriormente. Planas Suárez não desaproveitou a oportunidade para enfatizar as riquezas e os produtos venezuelanos ou as possibilidades do comércio binacional, além de realçar a importância publicitária que significaria separar nas estatísticas gerais o comércio entre os dois países, como aliás o ilustrou submetendo ao público sua proposta de particularizar a Venezuela nas estatísticas comerciais portuguesas fora da rubrica «Países no mencionados».

Realizada a conferência, a imprensa encarregou-se de continuar a difusão do tema central em artigos que sempre giravam à volta do comércio tal como o demonstram os artigos publicados nos jornais *O Mundo*, *O Jornal do Comércio* e *República*, segundo os recortes que o mesmo Planas Suárez anexou às suas cartas dirigidas a Caracas¹²⁴⁸. É de destacar que o fluxo migratório não esteve incluído na correspondência entre Planas Suárez e a Chancelaria venezuelana como um dos temas ou das atividades do primeiro. O silêncio é igualmente semelhante nos resumos jornalísticos anexados às cartas e relatórios do Embaixador venezuelano.

Outro aspeto interessante de ressaltar é a confluência de interesses que neste ano de 1915 fluiu entre a Legação venezuelana e a Associação Comercial de Lisboa. O objetivo expresso nas instruções para Planas Suárez tinha sempre o mesmo propósito - o fomento do comércio - no que Gomes se mostrava pessoal e particularmente interessado. O interesse provinha do plano que Gomes vislumbrava, já desde o ano anterior, e que o impulsionava a

¹²⁴⁷ AHMPPRE. AA, *Funcionários diplomáticos de Venezuela em Portugal*, Exp. 1, Cartas de Planas Suárez a I. Andrade, Lisboa, 1-07-1915; Exp. 15, Lisboa, 1-05-1915.

¹²⁴⁸ AHMPPRE. AA, *Funcionários diplomáticos de Venezuela em Portugal*, Exp. 15, Cartas de Planas Suárez a I. Andrade, Lisboa, 14-08-1915 e 12-01-1916.

pregar a necessidade de procurar novos destinos comerciais. O presidente da ACL deixou um amplo depoimento desta necessidade quando esta sua preocupação o levou a Londres numa missão que tinha por fim analisar as alternativas e as novas condições que o conflito europeu impunha ao comércio português afetado nas suas transações com Alemanha, Áustria e Turquia; os lineamentos gerais da missão foram levados ao papel em 1915¹²⁴⁹. Neste contexto, a Venezuela era uma dessas alternativas que Carlos Gomes tentava encontrar.

Simultaneamente, a procura lisboeta ultrapassava o aspeto da navegação, que era tratada de maneira separada, para fixar-se no interesse financeiro associado a ela: as apólices de seguros e os pagamentos correspondentes computados na balança comercial. Planas Suárez remeteu para Caracas rápidas notícias quanto se deu conta da possibilidade deste fluxo; desejava assim contribuir com as suas notas para a modernização da banca venezuelana, que vinha sendo patrocinada pelos assessores de Juan Vicente Gómez para contrariar a influência de muitos investidores estrangeiros que investiram em bancos para assegurar-se *el control de los ingresos del fisco nacional, invocando, en algunos casos, el pretexto de desarrollar la agricultura, la cría o planes de colonización*¹²⁵⁰. As notícias de Planas Suárez chegaram a Caracas no momento em que a Lei de Bancos, promulgada o 25 de Junho de 1910, tinha sido recentemente posta sobre a mesa de trabalho de alguns banqueiros¹²⁵¹.

À mesa de trabalho do Presidente da Junta Diretiva do Banco de Venezuela chegaram também as missivas de Planas Suárez, datadas de 2 de Agosto e de 9 de Setembro de 1915, que testemunhavam o seu entusiasmo por iniciar um fluxo financeiro. As cartas davam conta do interesse que tinha o Banco Nacional Ultramarino em estabelecer relações bancárias e comerciais diretas com Venezuela. A primeira resposta favorável da instituição venezuelana motivou, desde então, o envio de mais informações que Planas Suárez considerou pertinentes.

O discurso das duas cartas era politicamente correcto. Nelas, o embaixador Planas Suárez mostra-se desejoso de criar um ambiente positivo para o intercâmbio comercial e

¹²⁴⁹ Gomes, Carlos (1915), *Missão Comercial á Grã-Bretanha: comunicação feita á direção da Associação Comercial de Lisboa em 4 de Janeiro*. ACL.

¹²⁵⁰ *Durante toda la segunda mitad del siglo XIX y hasta entrado el siglo XX, el crecimiento económico de Venezuela se encuentra enfrentado a un sistema monetario anticuado y, a la vez, totalmente inadecuado basado más que todo en sistema de bimetalismo (...) económicamente desastroso*. Vallenilla, Nikita Harwich (1976), «El modelo económico del liberalismo amarillo. Historia de un fracaso. 1888-1908», in: Boulton (1976), pp203-246, pp.210-211.

¹²⁵¹ «Bancos», in: *DHV-FP*.

congratula-se com o sucesso de algumas das suas iniciativas. Planas Suárez envolveu-as numa narrativa plena de motivação em que referia o acolhimento da sua iniciativa comercial pela Câmara de Comércio em Lisboa, a satisfação de comunicar ao 'Banco de Venezuela' que o problema da navegação direta estava em via de próxima resolução e, de passagem, referia as diligências empreendidas pelo Banco Nacional Ultramarino interessado na Banca venezuelana. Entre estas últimas contavam-se as reuniões realizadas com a participação do seu Governador, Presidente e restantes Membros da Junta Diretiva. Destas conferências, Planas Suárez conseguiu a espontânea cooperação das duas instituições para lhe transmitirem todas as informações que fossem consideradas necessárias. Além disto, a Câmara de Comércio apresentou uma oferta a Planas Suárez que, sem dúvida, colmaria as expectativas de qualquer promotor comercial: ceder uma de suas salas para expor os produtos venezuelanos.

Da mesma maneira, para inspirar maior confiança Planas Suárez enviou a *Memória* mais recente do Instituto bancário com a indicação de este ser o primeiro Banco emissor das Colónias Portuguesas, de ter várias sucursais no Brasil, onde se pode dizer *que es el regulador del cambio en la plaza de Río de Janeiro*, e de tratar-se do estabelecimento mais importante e respeitável deste país, depois do Banco de Portugal, não só pelo capital, mas também pelo volume de suas operações. A cobertura do Banco Nacional Ultramarino e a relação bancária direta entre os dois países era da conveniência do serviço exterior venezuelano em Lisboa pois, em caso do estabelecimento de um fluxo financeiro, os gastos da representação diplomática poderiam ser geridos a partir do Ministério de Fazenda, através do 'Banco de Venezuela' e do seu agente em Portugal¹²⁵².

O interesse neste fluxo financeiro criou mais expectativas do que balcões em Caracas justamente na altura em que se registava um arranque no setor bancário na Venezuela. De facto, com o desenvolvimento da indústria petroléira e a I Guerra mundial, instalara-se o capital bancário internacional na Venezuela, enquanto os pequenos bancos nacionais e *las casas comerciales, particularmente las casas alemanas del occidente de Venezuela*, perdiam a posição privilegiada de que gozavam no mercado interno de créditos e seguros. Estes dois últimos organismos acusaram o *aumento en los suministros de fondos*

¹²⁵² AHMPPRE. AA, Portugal. *Correspondência Legação de Venezuela*. A correspondência sobre o projeto do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Venezuela, mediado pela Legação de Venezuela em Lisboa, encontra-se nos expedientes 13 e 47.

y en la disponibilidad de los servicios bancarios que, por sua vez, levou a baixar as taxas de interesse e dos custos dos serviços financeiros¹²⁵³.

Pouco a pouco, um obstáculo começava a desenhar a sua presença até então desconsiderada. Planas Suárez percebeu que a produção continental e os géneros coloniais de Portugal despertavam um limitado interesse aos importadores venezuelanos. Poucos artigos exportados por Portugal interessariam aos importadores venezuelanos. Planas Suárez indicou, de modo comparativo, que a Venezuela tinha em Itália mais proveitos no campo comercial, ainda que não tenha fornecido dados para justificar a sua afirmação. A avaliação do interesse pelos produtos italianos tinha, no entanto, outra razão de fundo: em Lisboa, a vida estava a tornar-se total y *absolutamente imposible*¹²⁵⁴; ante esta situação, o Reino de Itália prometia, portanto, melhores condições de intercâmbio em termos estratégicos e comerciais, ao mesmo tempo que lhe permitia oferecer a Caracas a possibilidade de sua transferência para criar uma delegação Venezuelana em Itália porque, como Planas Suárez recordava à Chancelaria, a Venezuela não tinha tido nunca uma Legação permanente nesse país.

O desejo de Planas Suárez de sair de Lisboa era evidente e acusava os estragos da I Guerra mundial na já conflituosa situação de desabastecimento e instabilidade política de Portugal¹²⁵⁵ com a agravante de Lisboa ter-se constituído num centro de descontentamento social à medida que passavam os meses. Esta vontade manteve firme até que, em Março de 1919, em Caracas, atenderam finalmente ao pedido de mudança que Planas Suárez tinha feito a partir de Lisboa. Em Maio a decisão estava tomada e desde então preparou a sua

¹²⁵³ Entre 1916 e 1917, abrem em Venezuela: Banco Comercial de Maracaibo (1-9-1916), Royal Bank of Canada (2-10-1916); National City Bank of Nova Iorque (10-11-1917) e American Mercantile Bank (1917, absorvido pelo Royal Bank em 1925). Na década de 1920, Banco Holandés Unido (13-3-1920), o Banco Venezolano de Crédito (4-6-1925) e Banco Mercantil y Agrícola (15-7-1926). Aparecem ademais 2 bancos oficiais: Banco Agrícola y Pecuário (3.6.1928) e Banco Obrero (30.6.1928). Os depósitos se duplicaram entre 1925 e 1929. Esta concorrência e a crise de 1929 fecharam o negócio financeiro às casas comerciais. «Bancos», in: *DHV-FP*.

¹²⁵⁴ AHMPPRE. Portugal. Funcionários diplomáticos de Venezuela en Portugal. Expediente 1. 27.- De Planas Suárez para Estebán Gil Borges. Lisboa, 6-03-1919.

¹²⁵⁵ Cf.: «Capítulo II. A Propriedade - A Situação Económica e Financeira» e «Capítulo V. Ideologia e Política», in: Oliveira Marques, A. H. de (2010), *A Primeira República Portuguesa: (Alguns Aspectos Estruturais)*. Alfragide, Texto Editores, pp.19-39 e pp.59-78. Jogo político atrás dos bastidores eleitorais in: Oliveira Marques, A. H. De (1988), *Ensaios de História da I República Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, pp.105-144. Pereira, David, «A Sociedade»; Serra, João B., «A Evolução política (1910-1917)»; e Rosas, Fernando, «A República e a Grande Guerra», in: Rosas, Fernando e Maria Fernanda Rollo (Coord.) (2009), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, pp.79-93, pp.93-129 e pp.247-249, respetivamente.

mudança para Madrid a partir de onde, segundo indica, *lhe será posible atender los asuntos de esta Legación y venir con la frecuencia necesaria a esta capital*¹²⁵⁶.

No meio da agitação existente depois da I Guerra, ressurgiu o entusiasmo financeiro e ventilam-se novas intenções de investir no mercado dos seguros. Contrariamente à corrente, Planas Suárez estava agora convencido que os negócios bilaterais tinham um curto futuro e não se mostrou muito entusiasmado com o panorama socioeconómico de Portugal. Com esta atitude, recebeu uma solicitação das companhias seguradoras portuguesas que transmitiu, em Dezembro de 1919, ao chanceler Estebán Gil Borges a quem pediu instruções para retomar o tema das apólices.

Nesta oportunidade, não se reaprecia a iniciativa empreendida na altura das conversas com o Banco Nacional Ultramarino. Quiçá a dimensão das empresas solicitantes pesou sobre o processamento do pedido que consistia em duas listas; uma correspondente aos bancos e banqueiros venezuelanos e outra às companhias seguradoras operativas na Venezuela, cuja procura era mais exaustiva, pois pediam informações sobre a nacionalidade, o tipo e a categoria de seus escritórios, agência ou sucursais; a disponibilidade de suas memórias, relatórios e balanços anuais; a carteira de clientes e o valor das apólices anuais¹²⁵⁷. Em resumo, toda a informação necessária para negócios preparados com cautela.

Depois da Guerra, assim como mudou o ânimo de Planas Suárez em relação ao negócio de bancos e seguros, e a sua visão sobre a representação consular venezuelana concentrou-se, de maneira intensa no rendimento comercial deixando para segundo plano outras funções. A conjuntura internacional e a nacional portuguesa influíram na intermitência das suas decisões concernentes ao funcionamento de alguns consulados.

Das representações em Portugal, a da Madeira refletia mais as variações nas medidas administrativas da Legação do que as representações de Lisboa ou do Porto. O mesmo Drummond expôs numa missiva dirigida à Chancelaria que, em 1915, entraram ao porto de Funchal com destino a La Guaira e Puerto Cabello 20 vapores, todos de nacionalidade holandesa, propriedade da *Royal Dutch West Indian Mail* (RDWIM), procedentes de Amesterdão. Nessa carta chamava a atenção sobre vários acontecimentos isolados, mas destacava dois em particular: um, o grande aumento dos fretes devido à

¹²⁵⁶ AHMPPRE. Portugal. Funcionários diplomáticos de Venezuela em Portugal. Exp. 1.

¹²⁵⁷ AHMPPRE. AA, Portugal. Correspondência Legação de Venezuela, Exps. 19.

guerra e, dois, que a emigração se dirigia à América do Norte *para onde saem anualmente centenas de barcos*.

Estes eventos são indicadores da procura de serviços de agentes consulares na Madeira tanto para a emissão e revisão de certificados de embarque, custo, seguro e frete para as companhias que tomavam ou deixavam carga na Ilha como para a emissão de visas aos madeirenses que emigravam. Não é de estranhar então que Drummond fosse solicitado por linhas internacionais ou que mostrasse interesse na atividade consular. No que a Drummond diz respeito, ele tinha já assegurada uma posição como médico na sociedade local que ele complementava aliás com a honra de dois cargos consulares que exercia ao mesmo tempo pois era vice-cônsul do Império Otomano e agente consular de Venezuela, além de gerir as atividades comerciais da linha holandesa.

O 14 de Abril de 1916, Drummond foi promovido a vice-cônsul honorário por recomendação de Planas Suárez que informou então que o *Funchal, era importante, tanto desde el punto de vista del comercio como de la navegación internacional*, o que era de suma importância para a Ilha, sem dúvida, mas para Venezuela o interesse radicava em que, nesse ano, *ese puerto portugués [es] el único por donde pasan mensualmente vapores destinados a Venezuela*¹²⁵⁸.

Em 1919, ano da morte de Drummond, as condições em que operava a representação no Funchal eram outras segundo indica a relação das receitas consulares. Isto é, entre 1916 e 1919, cessou o deslumbramento cheio de autoconfiança pelos navios holandeses e as centenas de barcos a Estados Unidos, um final que desperta a curiosidade e carece de uma justificação, da parte do Cônsul. Por uma parte, tratava-se de um consulado localizado numa cidade portuária, com tráfico comprovado para América do Sul, entre outras regiões, numa ilha portuguesa de forte emigração. Mesmo assim, o trânsito mensal de vapores não arrecadava o dinheiro do tráfico de passageiros, pois os estados financeiros do consulado não registam pagamentos de visas nem certificações de documentos pessoais para emigrantes. Além disso, não há listas de passageiros nem trâmites de cidadãos venezuelanos. Por outra parte, não há legitimações de origem nem certidões de mercadorias com destino à Venezuela que justificassem a sua operatividade, embora haja menção a barcos que se dirigiam a portos venezuelanos. Este último aspeto podia dizer-se também do consulado em Porto onde não se tinha *cobrado nada por derechos consulares pues los*

¹²⁵⁸ AHMPPRE. AA, Cônsules e Vice-cônsules em Portugal, Vol. V, Exps. 26.

exportadores son obligados a usar facturas en el Consulado de Liverpool, mas, no caso portuense o consulado cumpria um labor de seguimento do comércio indireto¹²⁵⁹.

Com a morte do Vice-cônsul torna-se, de súbito, evidente a ineficiência do consulado, facto que incita a Planas Suárez a recomendar à Chancelaria em Caracas que deixasse livre o posto no Funchal, isto é, dando por concluída sua função. Dois elementos contribuíram para que o Ministro Plenipotenciário formasse essa opinião. Primeiro, a reclamação interposta pela viúva de Drummond cujo nome é ignorado no documento de Planas Suárez. A Viúva sustentava que alguns materiais empregados no vice-consulado tinham sido custeados pelo finado funcionário e exigia seu re-embolso. Segundo, na opinião do Embaixador da Venezuela, datada de 1919, *desde el punto de vista comercial, la isla Madera no tiene importancia alguna para Venezuela, a excepción de un vapor holandés procedente de Ámsterdam, que después de tocar varios puertos, como Puerto España, Curazao, etc., donde tenemos cónsules, lo hacía en Puerto Cabello, etc.*¹²⁶⁰ A patente para dirigir-se a Venezuela desde algum destes portos estrangeiros era de 37,50 Bolívares. Em suma, o que dá entender o embaixador Planas Suárez é que o vapor pagava finalmente os seus direitos em alguns dos consulados venezuelanos, bem como o faziam aqueles que saíam de Porto e pagavam direitos em Liverpool, e que a pequena receita das patentes não dava para suportar as operações do vice-consulado.

À decisão tomada para o Consulado no Funchal seguiram as mesmas considerações com que Planas Suárez acompanhava as operações das demais representações. Não se pode passar por alto o seu tenaz nacionalismo e a sua insistência em pôr venezuelanos à frente das missões em Portugal, a sua ideia de que a nomeação como representante consular de Venezuela era uma honra para o eleito e, por último, que atender à emigração portuguesa não estava especificado nas suas instruções. Ao observar as decisões de Planas Suárez pode-se apurar que estas foram produto da má comunicação, tanto entre Lisboa e o Funchal, como entre Caracas e Lisboa, ocasionada pela I Guerra mundial, o que não lhe permitiu seguir uma estratégia coerente no caso de Madeira.

Esta falha é evidente também ao comparar as suas ações com a concorrência que mantinham outros países para ganhar a rota transatlântica da qual ele já tinha algumas referências e dá conta nos relatórios e cartas referidos. Efetivamente, apesar do seu prestígio e contactos pessoais em Lisboa, Planas Suárez deixou de obter informações que lhe permitissem ampliar os seus dados sobre o interesse que brasileiros, espanhóis, ingleses,

¹²⁵⁹ AHMPPRE, AA, Cónsules e Vice-cónsules em Portugal, Vol. V, Exps. 26 e 28.

¹²⁶⁰ *Idem.*

italianos e comerciantes de outros países, manifestavam ter na Madeira; um interesse do qual também não se encontrou grande indicação na correspondência enviada à Legação a partir do Consulado no Funchal, mas que em efeito existia.

Ao mesmo tempo, devia existir alguma falha na comunicação com Caracas sobre os protocolos já em marcha, como era o caso dos convénios com holandeses e britânicos. O mesmo Planas Suárez dá mostras de desconhecer as negociações que já tinham começado entre o Governo da Venezuela com companhias petrolíferas estrangeiras sobre a construção de uma refinaria de petróleo no Curaçao e o estabelecimento da Shell nessa ilha, em 1915. A associação dos barcos da RDWIM fazendo escala no Funchal e os planos petrolíferos caribenhos eram razões suficientes para pensar que a Madeira estava destinada a jogar um papel estratégico no futuro e que não convinha descuidá-la por estar incluída na rota daqueles barcos.

Vista assim, a decisão de Planas Suárez é curiosa por errada. De facto, obrigado pelas circunstâncias, o Embaixador solicitou a reabertura do consulado no Funchal em 1920 e começou um processo de eleição de novos candidatos ao cargo. Planas Suárez fez um trabalho mais redondo com os consulados: junto à eleição de um candidato para Madeira, revisou a situação dos consulados no Porto e nas Açores, onde também tinham necessidade deles. A navegação e o comércio exterior português não foram a razão principal que justificou tal revisão; pelos escassos comentários feitos, o Diplomata venezuelano mostrava pouco entusiasmo por estes dois aspetos. Ele considerava os portos portugueses como escalas e pensava nas rotas de navios de terceiros países que, fazendo escalas nesses portos, comerciavam com a Venezuela. As circunstâncias integram assim nos relatórios de Planas Suárez sobre a administração do serviço consular, os nomes de João de Freitas Martins, *agente de varias compañías de vapores entre ellas la Holandesa*, no Funchal; Alonso de Bettencourt Cardoso Machado Borges da Silva¹²⁶¹, nomeado para um consulado em Horta, devido à passagem por essa ilha dos vapores holandeses e de navios franceses que tocavam em Bordéus; e Norberto Zagalo Ilharco, várias vezes presidente das associações Comercial e de Indústrias de Porto, como vice-cônsul sob as ordens de Cristóbal Benítez¹²⁶².

¹²⁶¹ «Borges da Silva, Alonso de Bettencourt Cardoso Machado de» (Portugal, 1886- 1932). Herdeiro de família nobre enriquecido no Brasil, o seu percurso como vice-cônsul da Venezuela em Horta e no Faial, está documentado no MNE, a partir do *ADCP, 1915* até o *ADCP, 1938*. Passou logo a ser adido na embaixada do Rio de Janeiro e de Portugal em Madrid.

¹²⁶² «Benítez, Cristoba», cônsul de carreira da Venezuela no Porto, desde 22-10-1920; *ADCP, 1922*, p.37; e *ADCP, 1927*, p.38. Advogado, preocupado com variedade de culturas e a agricultura na Venezuela, publicou *Apuntes prácticos para el cultivo de la viña y la fabricación del vino en Venezuela*. (Porto, Papelaria e Tipografía Académica, 1924), um estudo baseado sobre o assunto em Portugal, Espanha, França e Itália, que tinha sido previamente notificado a Caracas. MRE (1923), *Libro Amarillo de los Estados Unidos de*

Tal como já se referiu, Planas Suárez lamentava a ausência de cidadãos venezuelanos em Portugal que pudessem ocupar os cargos e funções de um agente consular, em particular na zona de Porto. No entanto, o Embaixador reconhecia o excelente trabalho que os comerciantes portugueses realizavam à frente do serviço consular venezuelano em Portugal. Assim, o demonstrou Zagallo Ilharco quando, em Dezembro de 1920, se esmerou a tal ponto em resolver as queixas das seguradoras e a embaraçosa situação burocrática causada pela chegada forçada da escuna venezuelana *Virginia* ao Porto. Devido à sua atuação, Planas Suárez recomendou-o à Chancelaria em Caracas, indicando os serviços que poderia prestar à Venezuela como vice-cônsul. A recomendação referia, não obstante, que fosse nomeado nessa categoria, pois Planas Suárez mantinha-se firme no seu *parecer que la denominación de CÓNsul, debería irse reservando para su mejor prestigio a los ciudadanos venezolanos, ya sean funcionarios de carrera u honorarios*¹²⁶³.

A partir de 1920, Planas Suárez manifesta, de forma enfática, encontrar-se em dificuldades para estabelecer qualquer tipo de estratégia que tornasse possível incrementar a relação comercial bilateral. Entre os variados obstáculos que Planas Suárez enumera, apura-se a importância que ele atribui às dificuldades de produção existentes mas, sobretudo, da bancarrota moral e material de Portugal¹²⁶⁴. Ao exposto somava-se o incomodo efeito que certa conflitualidade política entre alguns senadores, com Julio Ribeiro à cabeça, e o Ministro de Negócios Estrangeiros, Domingos Leite Pereira¹²⁶⁵, criava no ambiente em que deviam trabalhar os diplomatas estrangeiros envoltos pela discussão.

Planas Suárez enviou informação sobre a evolução dos acontecimentos portugueses para Caracas. A sua correspondência servia para, por oposição, valorizar as condições de segurança que se viviam na Venezuela e a imagem de um país virado para o futuro guiado pela mão forte de Juan Vicente Gómez, tal como referiu a imprensa portuguesa durante a primeira quinzena de Junho de 1925. Neste período, periódicos como *Diário de Notícias*, *A*

Venezuela. Caracas, MRE, p.575. AHMPPRE. AA, Correspondência com Consulados de Venezuela em Portugal, Vol. V, Exp. 40; AHMPPRE. DCC, *Portugal*, Caja 85, Años 1918-1944; Año 1920, Exp. 3.

¹²⁶³ AHMPPRE. AA, Correspondência com o Consulado de Venezuela em Lisboa, Vol. IV, Exp. 19, Cartas: De Planas Suárez a Esteban Gil Borges, Lisboa, 2-12-1919 e 17-01-1920.

¹²⁶⁴ AHMPPRE. Dirección de Política Internacional: os processos números: 301, de 1920; 153,155 e 156, de 1921; e 92, de 1923; expressam os problemas de inflação, carestia, dificuldades orçamentárias, motins, ativismo político com expressões que vão desde discursos partidários incendiários e debates sobre a laicidade do Estado, passando por confrontos de rua e a supressão de cargos públicos, até as crises ministeriais e os governos de curta duração.

¹²⁶⁵ «Leite Pereira, Domingos» (Portugal, 1882-1956). Parlamentario pelo Partido Democrático, político, teólogo. Varias vezes Ministro de Negócios Estrangeiros (1920; 1920-1;1922) *ADCP*. 1922, p.97

Tarde e O Século publicaram resumos da *Mensaje* do Presidente no Congresso venezuelano, discurso dirigido à Nação, onde enumera as premissas que guiavam sua ação governativa: *Unión, Paz y Trabajo*, ante a complacência de outras nações que realizavam negócios com Venezuela.

O momento parecia ser oportuno para indicar aos portugueses as consequências que resultariam da insegurança pública e da instabilidade política nacionais a nível da política internacional. A publicação da *Mensaje* em Portugal criou a oportunidade para Planas Suárez fazer retórica dos acontecimentos que decorriam perante seus olhos. Com esta retórica, o Diplomata provava aliás que a situação portuguesa e as medidas políticas nacionais para controlá-la afetavam a reciprocidade diplomática¹²⁶⁶. A referência do Diplomata não foi inocente pois ela fez alusão, de maneira direta, à circunstância que a Legação de Portugal em Caracas se encontrava sem titular, um assunto que podia ser considerado uma razão suficiente para ele ser removido de Lisboa; no que respeita a esta transferência, a referência fez alusão, de maneira indireta, ao desejo de Planas Suárez de trocar Portugal por Itália.

Colocadas as ações políticas e comerciais do Embaixador na balança, o maior peso tende para o lado das primeiras se bem que se tenha esmerado em ambas com empenho. O resgate dos laços que foram atados nos começos do século XIX entre os dois países e a aproximação da Legação de Venezuela às instituições portuguesas, das quais Planas Suárez recebeu contínuo apoio, são referências para a ação diplomática; por esta ação enfrentou contratempos que nunca ofuscaram a sua projeção como tratadista político nas relações binacionais e internacionais¹²⁶⁷.

Os factos do 28 de Maio de 1926 deram razão a Planas Suárez sobre a saída política pela via da mão forte contra a instabilidade¹²⁶⁸. Em Maio de 1927, o Ministério de Relaciones Exteriores resolveu dar por finda a missão que tinha sido confiada a Planas Suárez de representar a Venezuela junto do Governo de Portugal. Devido à situação interna

¹²⁶⁶ AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, Año 1925, Informes varios, Exp. 334.

¹²⁶⁷ Suárez, Simón Planas (1927), *Por la verdad*. Caracas, Tipografía Vargas. ___ (1916), *Tratado de derecho internacional público*. Madrid, Hijos de Reus. ___ (1917), *Los extranjeros en Venezuela: su condición ante el derecho público*. Lisboa, Centro Tipográfico Colonial. ___ (1945), *La solidaridad americana: historia y crítica de la época presente*. Caracas, s/n. ___ (1959), *Política internacional y panamericanismo ideal*. Buenos Aires, Imprenta López. ___ (1967), *La Doctrina Monroe*. Caracas, Empresas El Cojo.

¹²⁶⁸ A Ditadura militar que se impôs foi justificada por muita gente que desejava União, Paz e Trabalho, parafraseando a ação de governo do ditador Gómez. *Entre a muita gente que «justificou» a Ditadura Militar, esteve o escritor Fernando Pessoa*. Segundo resume o historiador Rui Ramos, o Escritor via um país dividido em duas «metades» incompatíveis, sem um «ideal nacional» comum, nem uma «vida institucional legítima», só a força armada poderia manter a «ordem»... Ramos (2009), Vol. 7, p.49

portuguesa, Julio Sardi, sucessor de Planas Suárez à frente da Legação, encontrou um ambiente de cautela mas, ao mesmo tempo, de distensão no trato luso venezuelano porque os políticos portugueses iam *sacando del fondo de aquella caduca monarquía de los Braganza, esa república nacida de las plumas, fuertes como espadas de Teófilo Braga, de Guerra Junqueiro y de Eça de Queirós*¹²⁶⁹.

E. Damocles, sem nomeá-lo

Em 1919, enquanto Botto Machado organizava em Lisboa a partida rumo ao Japão investido no cargo de Embaixador de Portugal, Joaquim Maria Travassos Valdez¹²⁷⁰ dirigia-se rumo a América Central para substituí-lo com igual investidura à frente da nova Legação em Guatemala com representação na Venezuela. As primeiras notícias do novo Diplomata são do último trimestre de 1919 e contêm as primeiras impressões relacionadas com a finalidade de sua nomeação: retomar o objetivo com que tinham sido criadas as legações de Panamá e de Guatemala, fusionadas agora numa¹²⁷¹.

Da mesma forma que seu antecessor, Travassos Valdez interessava-se com paixão pelo comércio e os bastidores que faziam fundo ao seu desenvolvimento. Daí que a sua carta do 2 de Outubro de 1919 fosse uma medição do estado político e económico da região e, em particular, dos países sob sua jurisdição. O conhecimento adquirido neste contexto podia ajudá-lo a cumprir os objetivos contemplados no regulamento e a satisfazer a mentalidade política que regiam o serviço exterior português e foram referência para avaliar a atividade de Botto Machado: a eficiência económica da representação consular.

No que toca à influência da mentalidade política europeia, Botto Machado foi testemunha das mudanças que se estavam operando em América. Um dos processos que

¹²⁶⁹ Há aqui uma evidente identificação de Sardi com as ideias destes escritores, segundo se conclui da compilação postuma: Sardi, Julio (1962), *Páginas olvidadas*. Mérida, Univ. de Los Andes, p.170. «Braga, Joaquim Teófilo Fernandes» (1843-1924). Advogado, escritor, parlamentar republicano, positivista, professor. Mónica (2004), Vol. I, p. 434. «Guerra Junqueiro, Abilio Manuel» (1850-1923). Advogado, deputado, escritor, jornalista, poeta panfletário, político republicano. Nomeado Env. Ext. e Min. Plen. na Confederação Suíça 22-11-1910. *ADCP. 1910-1913*. P.133. «Queirós, José Maria de Eça de» (Portugal, 1845 - França, 1900). Advogado, escritor. Diplomata em Cuba (1872), Newcastle-upon-Tyne (1874), Bristol (1878), Paris (1888). *ADCP. 1888*. P.256. AHDMNE, 3º Piso, Armário 15, Mç 3. DE J.V. Gómez para Pdte. de Portugal. Caracas, 12-05-1927; Sardi, Julho (1962), *Páginas olvidadas*. Mérida, ULA, p.170.

¹²⁷⁰ «Travassos Valdez, Joaquim Maria» Env. Ext. e Min. Plen., na Legação de Portugal na Guatemala e Venezuela, desde 9-4-1919, assumiu 10-8-1919, com ausência em 21-6-1922. Esta Legação tinha atribuições consulares. Por disposição 55-C. em 31-3-1921, a Legação consular instalou-se em Caracas. Cf.: *ADCP, 1918-1919*, pp.163-64; *ADCP, 1922*, p.150

¹²⁷¹ A Supressão das legações consulares no Panamá e Guatemala e a criação de um consulado de carreira na Venezuela foram levados às Sessões da Câmara dos Deputados por Augusto Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, para discussão em Março de 1917.

notou tem que ver, de facto, com a relação América-Europa. O eurocentrismo¹²⁷² estava a mudar e, perante as mudanças, tocava-lhe então antecipar estratégias comerciais antes que a concorrência possibilitada pela recomposição do mercado uma vez acabada a I Guerra mundial pudesse arrancar. Mas, o processo de recomposição já tinha começado no âmbito político ideológico. Em Outubro de 1919, Travassos Valdez reconheceu que a Legação na Venezuela se achava fora da esfera de influência da política internacional da Europa e que a área estava submetida ao influxo de Estados Unidos com quem *outros Estados das Américas, com poucas exceções, comungam sempre* [na solução dos problemas do equilíbrio europeu] *nas mesmas ideias políticas daquela nação*¹²⁷³.

O Diplomata português reconhece assim os Estados Unidos como o grande rival da Europa no mercado latino-americano. Alias, em relação a Venezuela, Travassos Valdez não estava errado pois, nesta época, a comunhão de ideias políticas era evidente nos negócios petrolíferos que realizavam os investidores estado-unidenses com os governantes venezuelanos¹²⁷⁴. Além disso, no ofício de Outubro de 1919 comentou a dificuldade de separar comércio e política e apurou que, juntamente com as informações de natureza comercial que pudessem em geral oferecer real interesse ao Governo português, *não deve também deixar de relatar, um ou outro acontecimento de ordem político que possa influenciar a situação económica deste país*¹²⁷⁵.

No mesmo mês, Travassos Valdez remeteu outra missiva dirigida à Chancelaria em Lisboa onde retoma o tema da influência estadunidense; nela ressalta as tentativas da política externa venezuelana para contrabalançar um novo domínio estrangeiro. Em efeito, a esta missiva agregou umas notas alusivas à experiência venezuelana sobre o exclusivo predomínio comercial das grandes nações europeias que levava o Governo de Gómez a ampliar o número de sócios comerciais e, dentro desta ampliação, a preferir estreitar *as suas relações comerciais com Portugal*, e não com os Estados Unidos, a Inglaterra, a

¹²⁷² Assumimos o conceito do filósofo e historiador argentino-mexicano Enrique Dussel, que define o eurocentrismo como a confusão de *la universalidad abstracta con la mundialidad concreta hegemonizada por Europa como "centro"*. Dussel, Enrique (2003), «Europa, Modernidad y eurocentrismo», in: Lander, Edgardo (Edit), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp.41-53, p.48.

¹²⁷³ AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. Legação. De Travassos Valdez para MNE. Of. Nº 2-A. Caracas, 2-10-1919.

¹²⁷⁴ Betancourt, Rómulo, (2007), *Venezuela, política y petróleo*. Caracas, UCAB - Academia de Ciencias Políticas y Sociales, pp.42-45.

¹²⁷⁵ AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. Legação. De Travassos Valdez para MNE. Of. Nº 2-A. Caracas, 2-10-1919.

França, a Alemanha e a Espanha, *por poderem elas constituir mais uma barreira defensiva contra os perigos de absorção política*¹²⁷⁶.

Os comentários são pertinentes em especial se tivermos em conta o momento em que foram feitos. Travassos Valdez pôs em prática seu sentido político justamente quando os interesses e os capitais internacionais batalhavam por obter os maiores benefícios da política de concessões petrolíferas, iniciada no tempo do antigo presidente Cipriano Castro e reforçada pelo seu sucessor, o presidente Gómez; esta política serviu de “areia” ao confronto entre companhias estadunidenses e europeias, como bem o ilustra o historiador e político Pedro Manuel Arcaya, um dos principais promotores da abertura petrolífera venezuelana¹²⁷⁷.

Travassos Valdez observou o aparelho administrativo com que contava a Legação na Venezuela para se preparar e participar na contenda comercial que o esperava. Começou por atacar duas frentes, sendo a primeira a atualização da biblioteca¹²⁷⁸. A segunda foi atender, ao mesmo tempo, ao pessoal e aos serviços. Na sua obra *Por Venezuela e Guatemala*, coletânea do seu tempo de serviço, indica ter promovido, com o objeto de incrementar a eficiência, a *reorganização dos serviços diplomáticos e a dos serviços consulares com o pessoal 'ad honorem' (...) que se achava completamente desorganizado e improfícuo*¹²⁷⁹.

O *Libro Amarillo* do Ministério de Relaciones Exteriores da Venezuela correspondente a 1923, ano em que Travassos Valdez concluiu seu serviço, indica que o pessoal na representação portuguesa mudou pouco em relação à equipe que tinha acompanhado Botto Machado, pois mantiveram-se nos seus postos os sete vice-cônsules; a única mudança notável foi a saída de Frederico Alvarez Benítez do Consulado em Caracas e a entrada de José Álvarez Feo que fora proposto a Lisboa por Travassos Valdez em 11 de Setembro de 1921 e reconhecido pela Chancelaria em Caracas em 13 de Maio de 1922¹²⁸⁰.

¹²⁷⁶ AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. Legação. De Travassos Valdez para MNE. Of. Nº 4-A. Caracas, 22-10-1919.

¹²⁷⁷ Cf.: Arcaya, Pedro Manuel (1935), *Venezuela y su actual régimen*. Washington, The Sun Printing Office.

¹²⁷⁸ AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. Legação. De Travassos Valdez para MNE. Of. Nº 1-D. Caracas, 15-10-1919.

¹²⁷⁹ Valdez (1924), p.10.

¹²⁸⁰ Os vice-cônsules e as respetivas sedes são: D. B. Ferrer, Caracas; F. M. Meyer, La Guaira; L. R. Ramírez, Puerto Cabello; J. C. R. Morales, Cumaná; D. Alvarado, Maracaibo; A. Tirado, El Callao; e L. Roncajolo, Ciudad Bolívar. «Cuerpo consular de Portugal en Venezuela», in: MRE (1924), *El Libro amarillo de los E.U. de Venezuela. 1923*. Caracas, Tipografía Americana, p.737. AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. Legação, Sinopse da correspondência: De Travassos Valdez para MNE. Of. Nº 11-B, Caracas, 11-09-1921, con a proposta de José Alvarez Feo para cônsul em Caracas; De Dir. Gral. de Negócios

A *reorganização* devia versar, portanto, sobre as funções do serviço consular correspondentes ao fomento do comércio, um aspeto que pendia qual espada de Dâmocles sobre o destino das legações de Portugal na região Centro-americana. Neste sentido, Travassos Valdez sentia-se constrangido pelo facto de ter que demonstrar a utilidade evidente da Legação; isto é, responder ao princípio da utilidade, enunciado pelo deputado Celorico Gil, no calor do debate do Projeto de Lei Nº 83-C, no Parlamento Português em 1913. Como ficou exposto no Debate parlamentar, mediante a retórica: *Quais são as relações que Portugal tem com as Repúblicas do Panamá e Guatemala?* Gil exigia provas da utilidade das Legações para manifestar sua rejeição às mesmas, diminui-las e impor medidas de austeridade no orçamento do Estado¹²⁸¹.

O Embaixador era, no entanto, um político de pensamento positivo. Quando num evento público em Caracas, em 1923, Travassos Valdez conferenciou sobre as mesmas relações, lançou várias referências, mas ao invés do Deputado, inquiriu com perspectivas de futuro: *qué probabilidades de suceso tiene nuestra misión de acercamiento? Ó de otra manera: qué hay de común entre Portugal y los países hispano-americanos que pueda motivar una aproximación provechosa a sus intereses materiales*¹²⁸². Por mais voltas que desse ao discurso de sua conferência, a resposta concreta era que a Legação não tinha ainda realizações práticas no que ao comércio diz respeito.

Na mesma conferência, Travassos Valdez prosseguiu a defesa da Legação com argumentos mais contundentes. As representações, tanto na Guatemala como na Venezuela, *dispensavam a sua acção protectora (...) aos nossos nacionais que lá residem e ao nosso actual comércio, embora por enquanto pequeno*. O pequeno comércio era pois aquele feito por conta e iniciativa dos comerciantes que ali se tinham estabelecido e não pela iniciativa do governo de te-los encaminhalos para esse destino. Além disso, o Embaixador considerava que a criação destas representações não era errada vista a concorrência que se desenvolvia em toda América Latina entre os outros países que procediam ao contrário de Portugal, isto é, segundo suas palavras: *esforçando-se sempre à porfia pela conquista dos referidos mercados, aumentando por lá as Legações e os Consulados, melhorando-lhes o pessoal, aumentando as linhas de navegação e as unidades das linhas existentes, e isto*

Comerciais e Consulares para Travassos Valdez. Of. Nº 5-P 1042/21, Lisboa, 16-09-1921, com a aprovação da proposta.

¹²⁸¹ Cf.: intervenção do deputado António Caetano Celorico Gil in: AARP. *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg. 1, Ses. 1, Ata Nº 112, 28-05-1913, pp.21-22.

¹²⁸² Discurso proferido num almoço, em Caracas, em 1923, in: Valdez (1924), p.24.

*apesar das crises de toda a espécie que vão também afligindo essas nações*¹²⁸³. Esta clara defesa da Legação contrariava a austeridade que lhe queria impor o serviço exterior.

Em função da urgência, Travassos Valdez empreendeu manobras para estabelecer contactos e lançar as bases para uma relação comercial. As evidências de sua ação acham-se inventariadas em *Por Venezuela y Guatemala*, obra em que expõe ter enviado inúmeras cartas a associações comerciais, organismos industriais e empresas em Portugal, através ou com conhecimento do Ministério de Negócios Estrangeiros e sob a égide da Associação Comercial de Lisboa, organismo ao qual Travassos Valdez dedicou a referida obra¹²⁸⁴. Em resposta às suas iniciativas, recebeu *um grande número de pedidos dos nossos comerciantes, alguns deles de valiosa importância*; no entanto, o negócio mais promissor ligava-se com as conversas que foram sustentadas com os proprietários dos armazéns *La Marsellesa*, estabelecimento de Caracas que negociava nesses anos vários produtos portugueses¹²⁸⁵.

Aquém do Atlântico, o Embaixador dedicou-se também a promover o projeto de criação em Lisboa de um porto franco que teria de funcionar como centro de coleta, armazenagem e re-exportação de mercadorias entre África, América e Europa. Na sua opinião, a capital portuguesa poderia ser o porto natural de distribuição de produtos hispano-americanos e a sede para o fomento da emigração portuguesa para Venezuela mais, para atingir o desiderato, faltavam *los arreglos convencionales, los tratados de comercio, precedidos de estudios detallados y avisados de las condiciones económicas* dos países. Sobre este último assunto, Travassos Valdez menciona o labor que realizou Planas Suárez em prol do estreitamento das relações de Venezuela com Portugal¹²⁸⁶.

Não obstante o seu entusiasmo, a aspiração máxima de Travassos Valdez era obstruída por dificuldades. Dois fatores que jogavam contra eram a navegação, de forma indireta, e as operações financeiras. Estas últimas, pela falta de bancos, eram realizadas através de casas comerciais inclusive para pagamentos de verbas da Legação, sendo contratada para isso a *Casa Boulton & C^a*, empresa bancária, navegadora, importadora e exportadora já referida previamente. Aos fatores anteriores somava-se a espada que

¹²⁸³ *Ibidem*, p.4.

¹²⁸⁴ No AHDMNE não foram encontradas cópias das referências que aqui se indicam.

¹²⁸⁵ Valdez, Joaquim M. Travassos (1924), *Por Venezuela y Guatemala*. Lisboa, Tip. Dores & Santos, pp.8-9.

¹²⁸⁶ Valdez (1924), pp.29-30.

ameaçava a mesma existência da Legação desde os primeiros meses do período de Travassos Valdez¹²⁸⁷.

O esforço feito por este Diplomata destaca-se ainda mais quando, apesar de ter conhecimento de uma possível supressão da representação, se verifica que ele não cessou no seu afã de fomentar as relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e a Venezuela. Efetivamente, a hipótese da supressão da Legação, que claramente poderia converter-se em motivo de desânimo, não cerceou o trabalho de Travassos Valdez. Desde seu relatório datado o 29 de Novembro de 1919, demonstrou ter um entendimento da mentalidade do venezuelano quanto ao tratamento de igualdade e sugeriu não fechar a Legação *até porque aqui na Venezuela se liga muita importância a esse detalhe, podendo a supressão da Chancelaria afetar o decoro nacional por parecer mesquinhar*¹²⁸⁸.

Na sua opinião, a supressão da Legação de Portugal em Caracas não correspondia à *amabilidade do governo venezuelano de manter uma Legação em Lisboa*. De igual modo, nesse relatório, não só se recusava à supressão indicando a conveniência desta representação para o serviço exterior mas até por estratégia política. Em relação ao primeiro aspeto, propôs a Chancelaria em Lisboa manter a Legação enquanto houvesse um diplomata credenciado, e, no caso de este diplomata estar ausente, podia delegar-se no cônsul Benítez as funções correspondentes e a obrigação de oferecer *aos interesses nacionais toda a proteção que de maneira também oficiosa lhe possa dispensar*.

Em relação ao segundo, Travassos Valdez reconhecia a importância da imagem do país na diplomacia. No que incumbe às relações binacionais, a arte da profissão indicava-lhe que Portugal e a Venezuela tinham ganho o reconhecimento dentro do marco internacional em simultâneo com a independência das nações latino-americanas e além disso, como ele mesmo tinha já referenciado na ocasião do *Ato cerimonioso protocolar* de sua entrega de credenciais em Caracas, *las historias son pues un lazo valioso de simpatía*. Este aspeto épico - político soube associá-lo às suas primeiras impressões da capital venezuelana onde apreciou as vivas *reminiscencias de los antiguos portugueses que vinieron por estos países* e a repetição de *los nombres y los apellidos de la familias de mi patria en los nombres y apellidos de los hijos de Venezuela*¹²⁸⁹.

¹²⁸⁷ AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. Legação. De Travassos Valdez para MNE. Of. N° 4-C. Caracas, 29-11-1919.

¹²⁸⁸ *Idem*.

¹²⁸⁹ AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. Legação. De Travassos Valdez para MNE. Of. N° 4-A. Caracas, 22-10-1919.

A transformação ou a possível supressão da Legação era uma manobra que não correspondia, portanto, a este apelo à história, centenária e contemporânea. Assim, atendendo às funções internas dos serviços diplomáticos e consulares, como lhe escreveu depois o antigo presidente Bernardino Machado ao tratar este assunto, *não se pode andar, fazendo e desfazendo, sem um plano assente de política externa*. A observação do ex-presidente Machado estendia-se a outras zonas consulares onde o serviço externo português também apresentava sinais de contínua reformulação¹²⁹⁰.

Ficava ainda outro assunto que Machado incluiu na sua carta a Travassos Valdez: a defesa dos interesses de Portugal perante a concorrência mundial. No que diz a este respeito, o ex-Presidente opunha-se ao atraso de uma política comercial mais empreendedora *porque todas as outras nações europeias rivalizam com o maior empenho no mesmo escopo d'expansão comercial, afervoradas ainda, neste transe post-guerra, pela presente solução do formidável problema da reconstrução económica, que pende também imperativamente sobre nós*¹²⁹¹.

F. Cônsules e *Interregno político*

A Legação de Portugal na Venezuela foi suprimida e sua supressão foi notificada ao embaixador venezuelano Planas Suárez residente em Lisboa, em Julho de 1923¹²⁹². Desde então e até bem avançada a década de 1940, quando a situação financeira de Portugal melhorou e foi nomeado um novo enviado extraordinário, os consulados portugueses fizeram gala de grande versatilidade. As *sistemáticas alterações* no serviço externo português que atingiram a representação diplomática na Venezuela, até a década de 1940, foram, parafraseando a Travassos Valdez, produto de medidas de *bons patriotas* que tentavam a *redução dura e a valer das despesas públicas*. Para este Diplomata era uma *condição absolutamente indispensável* (...) [olhar] *antes de tudo para o interesse geral da Nação*, mas com o cuidado de *não se reduzir serviço algum que seja útil ao Estado ou ao*

¹²⁹⁰ «Carta de Bernardino Machado a Travassos Valdez», Lisboa, 15-Dezembro-1924, in: Valdez (1924), p.s/n. Para a série editorial «Biblioteca Diplomática», do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o embaixador e antigo presidente do Instituto Diplomático, Fernando de Castro Brandão, publicou o estudo *O Consulado-Geral de Portugal em Boston. Subsídios para a sua história* onde, ao repassar o mesmo período, resgata a terrível expressão jornalística «carnaval consular português» do que, retomando suas palavras, *facilmente se compreenderá quanto estas sistemáticas alterações contribuíram para a instabilidade interna do serviço e para o desprestígio junto do público*. Brandão (1995), pp.26-27.

¹²⁹¹ Valdez (1924), p.s/n.

¹²⁹² AHDMNE. Cx 478. Legações e Consulados em Portugal. Legação de Venezuela. De Planas Suárez para MNE, Domingos Leite Pereira. Of. N° 8. Lisboa, 20-07-1923

*país*¹²⁹³, o que se traduz numa apologia e um reconhecimento do princípio da utilidade do serviço exterior perante representações improdutivas.

A alteração do serviço externo foi também uma condicionante imposta à política externa de Portugal pela situação internacional, em especial como consequência da Crise económica de 1929, a II Guerra mundial e do ágio do ouro, aspetos que ultrapassaram o sentimento de irmandade com a Venezuela manifestado, de maneira reiterada, pelos líderes portugueses¹²⁹⁴. Estes viram resignados como alguns países retiravam sua legação em Lisboa, remetendo-as para Madrid ou Paris, à medida que o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal ia suprimindo ou baixando a categoria das suas legações e consulados¹²⁹⁵. Caracas levou inclusive a cabo esta mudança, em 1930, encarregando ao Embaixador da Venezuela em Espanha da direção da Legação em Portugal, sem suprimi-la¹²⁹⁶.

A partir da situação a nível diplomático pode-se pensar que esta trouxe, como consequência, a delegação de responsabilidades da Legação e o aumento da atividade consular portuguesa na Venezuela, por forma a manter os serviços necessários e a dar resposta às iniciativas oficiais de ajuste que eram exigidas pela situação de crise económica. O aumento de tarefas dos consulados portugueses na Venezuela é visível na análise do período de quase 30 anos, que vai desde a reorganização do serviço consular implantada por Botto Machado até a nomeação de um novo ministro em 1945. Em especial, a visibilidade dos cônsules e a atuação dos cônsules portugueses na Venezuela aumentou no período de quase 19 anos, ou seja, entre a partida de Travassos Valdez em 1926, passando pelos 11 meses de residência do embaixador António Patrício (Agosto 1927 - Julho 1928)

¹²⁹³ Valdez (1924), p.6.

¹²⁹⁴ AHMPPRE. DPI, Portugal, 1944, Exp. N° 200. Of. N° 27. Lisboa, 1-03-1944. Nota do Ministro plenipotenciário em Portugal, Rafael Angarita Arvelo, para o ministro de Relações Exteriores, Caracciolo Parra Pérez, remetendo uma síntese do estado das relações bilaterais, a propósito do restabelecimento da Legação em Venezuela e de uma conversa com o Presidente do Conselho e Ministro de Negócios Estrangeiros, António de Oliveira Salazar, que elaborou uma curta retrospectiva onde ressaltava estes laços de irmandade.

¹²⁹⁵ Por via de economias suprimiu o Governo as Legações de Portugal em Estocolmo, Copenhaga, Bucareste, Uruguai, Finlândia; passaram a segunda classe a Legação de Berlim; as de Paris e Londres ficaram sem Ministros, e se suprimiram ademais muitos Consulados de Carreira. AHMPPRE. DPI, Portugal, 1924, Exp. N° 359, Lisboa, 4-01-1924. Nota de S. Planas Suárez para o chanceler Pedro Itriago Chacín, sintetizando as circunstâncias que definem a crise geral em Portugal.

¹²⁹⁶ AHMPPRE. DPI, Portugal, 1930, Exp. N° 373. Caracas, 23-01-1930. Decreto do Presidente de Venezuela, Juan Bautista Pérez anunciando a decisão do Governo Nacional de encarregar ao Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Venezuela em Espanha da direção da Legação em Portugal.

¹²⁹⁷, até a acreditação de Jorge César Rosa de Oliveira¹²⁹⁸, em Maio de 1946. Sobre os cônsules recaiu pois a responsabilidade de continuar a penetração *do melhor mercado do mundo para a colocação dos produtos*, a favor dos comerciantes portugueses, e de manter a *proteção do Estado aos nacionais emigrados nas referidas regiões e ao comércio, embora ainda pequeno*¹²⁹⁹.

As mudanças introduzidas na estrutura administrativa e governativa desde 1926¹³⁰⁰ influiriam no rumo que tomavam os cônsules tocando às disposições oficiais especificar linhas de ação que consideravam políticas anteriores. Antes deste ano, em 1919 para sermos mais exatos, saiu da Repartição de Expansão Económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros o *Projeto de Inquérito por intermédio das legações e consulados*¹³⁰¹ que tinha por fim coletar informação e distribuir *instruções provisórias* que tanto podiam ser ampliadas conforme as *necessidades especiais da expansão económica*, como incluir *elementos complementares* em harmonia com o *plano de maior elasticidade, no sentido de utilidade ainda mais pratica*, do funcionamento do Conselho do Comércio Exterior de Portugal. Estas instruções provisórias acentuavam a função económica dos cônsules, com a finalidade de intensificar a promoção do comércio português instrumentando sua projeção no exterior mediante a intervenção de diplomatas e cônsules portugueses na prática das negociações comerciais, recomendando-lhes os elementos e as variáveis cujo conhecimento poderia ser útil para obter maiores vantagens para o país.

¹²⁹⁷ Cf.: Notas 48 e 204, in: MRE (1928), *Memoria*. Caracas, o Ministério, pp. 267–268. AHMPRE. DPI, Portugal, 1925, Exp. N° 332, s/f. «Patricio, António» Formado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Reconhecido republicano. Após um percurso consular no exterior, passa à Direção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 22 Outubro 1925. Por Decreto de 21-3-1927, é nomeado Env. Ext. e Min. Plen. Chefe da Legação de Portugal em Caracas, com atribuições consulares, acreditado também na Colômbia, Panamá, Costa Rica e Guatemala. *ADCP, 1928-1929*, p.149.

¹²⁹⁸ «Rosa de Oliveira, Jorge César» Possuidor de um *especial zelo e patriotismo* republicanos. No serviço externo, esteve em Estocolmo e Vigo prévio a Demerara (nomeado em Maio 1912), Canton, Xangai, Singapura e Berna. Na Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações (entre 16-11-1923 e 13-6-1924) e outros cargos antes de ser nomeado Env. Ext. e Min. Plen. na Venezuela. *ADCP: 1910-1913*, p.152; *1913-1914*, p.110; *1918-1919*, p.197; *1924*, p.187; *1945*, p.65; *ADCP, 1946*, p.66.

¹²⁹⁹ Valdez (1924), p.7.

¹³⁰⁰ Um golpe de Estado pôs definitivamente termo à I República portuguesa não 28 de Maio de 1926. Seis anos mais tarde Salazar chefiava o Governo. *Com Salazar, ia começar o «Estado Novo», «nacionalista», «autoritário» e «corporativo»: um regime assente numa chefia pessoal do Estado, no monopólio da atividade política legal por uma organização cívica de apoio ao Governo, e na articulação do Estado com associações socioprofissionais e locais, as quais se esperava que viessem a estruturar toda a sociedade*. Cf.: Capítulo VIII, «Salazar e a "Revolução Nacional" (1926-1945)», in: Ramos (2009), Vol. 7, pp.53-91, p.51.

¹³⁰¹ AHDMNE. 3°P, A23, Mç35. Inquéritos económicos dos cônsules De A. Edmundo Santos, Chefe da Repartição de Expansão Económica, para Dir.-Gral. dos Neg. Comerciais e Consulares. Of. N° 5, Lisboa, 17-06-1919. «Projeto de Inquérito por intermédio das legações e consulados».

A leitura de alguns artigos do Projeto leva a considerar a formação do agente oficial dedicado à política externa como um agente comercial, conhecedor dos elementos e das variáveis com que operavam os agentes officiosos como: discorrer sobre a mentalidade de consumo e a circulação fiduciária; o conhecimento da estrutura do comércio; *espionagem comercial e como se acha organizado; subtilezas empregadas pelo comércio local para obter reduções nos direitos alfandegários e taxas internas que incidem sobre as mercadorias*; a navegação e as garantias de carga à volta; publicações de divulgação comercial e seus efeitos práticos de propaganda; concorrência nacional e externa; *influência que no comércio local exercem as colonias de nacionais em países estrangeiros, já como consumidores simples, já como elementos de penetração industrial e mercantil*; restrições e protecionismo, intervenção do Estado na economia e sua função *como médio de incitar, direta ou indiretamente, a expansão mercantil*; exposições locais de produtos *a que possam concorrer estrangeiros*; *sua importância como ativadores do comércio externo*; mercado cambial; legislação comercial; *probidade do comércio local e confronto das situações do grande e pequeno comércio*, entre outros aspetos¹³⁰².

A declaração de fé que acompanhou o *Projeto* guia as impressões do relatório de Travassos Valdez, datado o 29 de Novembro de 1919, quando demonstrou o seu entendimento do mercado e da mentalidade do venezuelano na altura da sua argumentação sobre um possível encerramento da Legação de Guatemala e Venezuela. O mesmo espírito encontra-se na correspondência de Carlos Agostinho Gonçalves, anterior ao outorgamento de seu exequátur como cônsul em Caracas, dirigida ao Ministério de Negócios Estrangeiros e ao embaixador Travassos Valdez, já ausente da Venezuela. Gonçalves remeteu à Chancelaria uma carta, a 3 de Dezembro de 1923, onde apresentava sua recente criação: a *Agência Comercial Portuguesa*¹³⁰³.

Desta correspondência se retira que esta Agência foi produto do seu intuito comercial e dos lineamentos da política externa portuguesa. Por um lado, a Agência tinha ficado instalada e funcionava, desde Agosto de 1923, depois de Gonçalves ter estudado a possibilidade da introdução dos produtos portugueses¹³⁰⁴. Por outro, o criador da *Agência Comercial Portuguesa* reconhece numa carta a Travassos Valdez a sua influência na instalação da Agência, uma obra que começou a funcionar em observância dos planos e

¹³⁰² Todos os textuais em: *Idem*.

¹³⁰³ AHDMNE. Cx 769. Consulados na Venezuela. De Carlos A. Gonçalves para MNE: Of. Nº 3. Caracas, 3-12-1923.

¹³⁰⁴ AHDMNE. Cx 769. Consulados em Venezuela. De Carlos A. Gonçalves para MNE. Of. Nº 6. Caracas, 4-12-1923.

instruções que o Embaixador tinha deixado e de acordo com o *lobby* de contactos tanto institucionais como jornalísticos, em Portugal e na Venezuela, *para o efeito de se conseguir uma proveitosa aproximação luso venezuelana*. Neste lobby, dava-se muita importância à relação com os diretores de meios impressos sob a premissa que *ninguém ignora o prestimoso auxílio que a imprensa pode prestar ao comércio*¹³⁰⁵.

O *lobby* permitia o trato consular num amplo espectro, em especial, com personalidades do Estado de comprovada influência na política, na economia e na sociedade e, portanto, com capacidade para *incitar, direta ou indiretamente, a expansão mercantil*, o que permite apurar a intenção de Gonçalves de seguir uma estratégia política e de transação pessoal parecida àquela seguida pelos investidores estado-unidenses e os políticos venezuelanos. Gonçalves reconhece a combinação do pragmatismo do *lobby* da Agência com seu objetivo de uma *aproximação luso-venezuelana* quando, em 1925, pede à Chancelaria em Lisboa para recordar os serviços de dois senhores que *continuamente se têm referido a Portugal nos seus jornais* e o que *mais tem feito aqui a favor do intercâmbio intelectual e comercial* entre os dois países¹³⁰⁶. Tratava-se de homenagear tanto a Laureano Vallenilla Lanz como a Agustín Avelo Urbaneja. A seleção era completamente estratégica e assertiva pois os homenageados eram duas celebridades que representavam a cúspide do pensamento político e das iniciativas públicas¹³⁰⁷.

A partir de 1926, comércio e profissões universitárias misturam-se, de maneira indefetível, no serviço consular português cujas funções e instruções são ampliadas com uma vertente sobre temas de emigração e uma maior especificidade do atendimento prestado à América espanhola¹³⁰⁸. Nesta ampliação presta-se especial cuidado à matrícula consular dos portugueses residentes e, em paralelo, a uma matrícula específica dos negociantes de nacionalidade portuguesa estabelecidos na área dum distrito consular. Esta

¹³⁰⁵ «Carta de Carlos A. Gonçalves», in: Valdez (1924), p.22.

¹³⁰⁶ «Vallenilla Lanz, Laureano» (Venezuela, 1870 - França, 1936). Historiador, periodista, sociólogo. Ideólogo do pensamento positivista. Presidente da Câmara do Senado, diretor do jornal *El Nuevo Diario*, órgão de propaganda e defesa do Governo. Autor de *Cesarismo democrático* (1919), uma apologia do regime ditatorial de Juan V. Gómez e do paradigma do *gendarme necessário*; in: *DHV-FP*. «Avelo Urbaneja, Agustín» (Venezuela, 1837-1926). Crítico literário, Educador, engenheiro, filósofo, politólogo. Cofundador da Sociedade de Ciências Físicas e Naturais de Caracas (1868), e do Colégio de Engenheiros de Venezuela de que foi presidente durante 42 anos, de forma alternada entre 1869 e 1922. Explorador do Território. Fundador del asilo de huerfanos de Caracas (1878). Redator de *El Heraldo* cuja linha editorial mostrava matizes de ideologia liberal e princípios democráticos; in: *DHV-FP*. AHDMNE Cx 769. Consulados na Venezuela. De C. A. Gonçalves para MNE. Of. N° 32-D. Caracas, 7-10-1925

¹³⁰⁷ AHDMNE. Cx 769. Consulados na Venezuela. De C. A. Gonçalves para MNE. Of. N° 32-D. Caracas, 7-10-1925.

¹³⁰⁸ Cf.: Decretos N° 11.770, de 12-06-1926; N° 16.822, de 2-03-1929; e N° 26.162, de 28-12-1935, sobre profissões, concursos e cargos, a reorganização do MNE, a criação de comissões de estudos.

forma de reivindicar a prestação da informação no serviço consular foi uma maneira de integrar o conhecimento das atividades e das empresas dos emigrantes ligadas com o comércio exterior de Portugal, no início como um levantamento estatístico para possíveis contactos futuros num mundo em constantes transformações económicas¹³⁰⁹.

O Decreto Nº 26.162¹³¹⁰ sobre a reorganização do Ministério de Negócios Estrangeiros, datado de 1935, concentra as conclusões tiradas dos resultados práticos de decretos anteriores, portanto, adiciona maior especificidade às funções do Conselho Técnico de Expansão Económica; das Casas de Portugal e sua *gerência autónoma*; da Comissão de Estudos Relativos às Colónias de Portugueses no Estrangeiro, daí que seja oportuno ressaltar a Secção de Países Sul-americanos de Língua Espanhola; o seguimento e orientação das atividades das câmaras de comércio portuguesas no estrangeiro por parte da Secção de Expansão Económica na Repartição das Questões Económicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Desta conjunção de organismos referidos no parágrafo anterior apura-se uma conclusão geral: o esbater das fronteiras entre a administração pública e o comércio, entre a política e a economia projetada sobre o serviço exterior ou, como indica o *Relatório* prévio ao Decreto 26.162: *salvo problemas isolados que um mundo diplomático já velho nos legou não há hoje problema político sem fundamentos económicos e não há problema económico que não seja tocado pela atividade da política das Nações*¹³¹¹.

De acordo com este contexto normativo, as iniciativas de fomento comercial passam a estar sob a tutela e a orientação do Governo que, com ajuda de todos os grémios e associações comerciais e empresariais, estende assim aos exportadores portugueses as pontes por onde escoar os seus produtos, absorvendo o Estado o peso dos investimentos na instalação e na operatividade de um serviço exterior como instrumento do crescimento mercantil. Ao recordar a premissa com que o cônsul Carlos Agostinho Gonçalves impulsionou a Agência Comercial Portuguesa, em 1924, *como médio de incitar, direta ou indiretamente, a expansão mercantil*, verifica-se neste regulamento a intenção de abordar a diplomacia e o comércio, conjuntamente, de maneira franca.

¹³⁰⁹ AHDMNE. 3ºP, A21, Mç5. Assuntos económicos. Circular para os cônsules. Nº 10-B de Dir.-Grl. dos Negócios Comerciais. MNE (1932), *Mercados Externos. Inquérito Consular sobre os Mercados Estrangeiros*. MNE- Direcção geral dos Negócios Comerciais, 2ª Repartição. Lisboa, Imprensa Nacional.

¹³¹⁰ Cf.: Decreto Nº 26.162, reorganização do MNE. *Diário do Governo*, Serie I, Nº 302/35, pp.1932-1971.

¹³¹¹ «Decreto 26.162», in: DG Nº 302, p.1935.

Este mesmo contexto anuncia que as iniciativas pessoais, como a empreendida por Gonçalves e, antes dele, por empreendimentos dispersos e sem ligações aparentes entre si que marcaram o século XIX, chegavam ao fim com a criação de um sistema administrativo centralizado de promoção, criação, execução e controle do comércio exterior, no que diz respeito à Venezuela como país sul-americano de língua espanhola e de acolhimento de um núcleo de emigrantes que se esperava que participassem no comércio com Portugal. Desde então, com este *plano assente de política externa*, que fora também uma aspiração de Bernardino Machado¹³¹², o serviço exterior e o comércio de Portugal deveriam marchar em paralelo na relação com a Venezuela, inclusive durante os anos da reorganização da Legação de Portugal em Caracas. Alias, visto que as responsabilidades da Legação tinham sido delegadas nos consulados, a simbiose serviço e comércio exterior devia projetar maior importância sobre a representação consular.

Nestes tempos de incerteza internacional e de atribuições do serviço externo, a documentação de arquivo sobre o Consulado de Portugal na Venezuela experimenta uma diminuição¹³¹³. No entanto, a correspondência burocrática mantém seu desproporcionado volume em relação à correspondência sobre os temas políticos associados ao comércio. Perante estas circunstâncias, a investigação desta correspondência foi mais pormenorizada e permitiu-nos notar não só a falta de projetos novos, como também a presença de deficiências de informação sobre iniciativas já em prática. Assim, de acordo com a quantidade e o conteúdo da correspondência, contrariamente então ao que pôde pensar-se, o contexto de crise e de guerra conteve o possível entusiasmo que a política externa portuguesa, com sua campanha de organizações centralizadas de fomento comercial, e a imagem financeira de Venezuela, otimizada com o pagamento da dívida externa¹³¹⁴, puderam ter acordado nos cônsules - comerciantes da representação de Portugal.

O cônsul Gonçalves manteve-se, não obstante, como o autor dos documentos mais emblemáticos na relação político-comercial deste período, mediante a redação de relatórios de amplo valor informativo para os organismos oficiais, os grêmios e os empresários

¹³¹² «Carta de Bernardino Machado a Travassos Valdez», Lisboa, 15-12-1924, in: Valdez (1924), p.s/n.

¹³¹³ Nunca foi intenção inventariar de maneira quantitativa esta documentação e a apreciação padece de falta de objetividade numérica. A este respeito, chamamos a atenção para Fernando de Castro Brandão que, na «Nota introdutória» e na «Conclusão», de seu trabalho sobre o Consulado de Boston, refere o *trabalho penoso de cabouqueiro* enfrentado a dezenas de caixas em vários arquivos, das que *ao pouco que se logra digno de registo, contrapõe-se o esmagador acervo, exclusivamente burocrático e administrativo*. Brandão (1995), pp.10, 85.

¹³¹⁴ O pagamento da dívida venezuelana, em 1930, aproveitando o *superavit* financeiro garantido pela renda petroléira, foi uma jogada propagandística do ditador J. V. Gómez que mostrou a capacidade de compra de Venezuela. Adriani (1937), pp.26,76.

portugueses. Com efeito, nos relatórios remetidos durante quase três anos, de 1930 a 1932¹³¹⁵, Gonçalves expõe uma variedade de temas económicos que vão muito além, por exemplo, do exigido aos cônsules e vice-cônsules nos *Inquéritos* de Setembro de 1929 e Janeiro de 1932, que deviam realizar de acordo com a Circular N° 3-B, da Direção Geral dos Negócios Comerciais¹³¹⁶. O principal objetivo destes inquéritos foi a recolha de dados do comércio dos países onde Portugal tinha representação, com o fim de divulgá-los numa publicação especial que recebeu o título *Mercados Externos*¹³¹⁷, mas que compilou resultados pouco elucidativos em comparação com o plano de política externa que tinha sido pensado: ajudar a superar a situação causada pelos efeitos da crise económica mundial mediante o estudo dos meios para melhorar a balança comercial portuguesa¹³¹⁸.

A menção à Venezuela na primeira edição produziu, por certo, comentários que estranhavam a falta de estatísticas comerciais relativas a este país, como expos o ensaio crítico «Um Inquérito Económico. Observações ao livro *Mercados Externos*», de J. J. de Souza, publicado por capítulos no jornal *A Região Duriense*, no último trimestre de 1931¹³¹⁹. Verdade é também que o cônsul Gonçalves, sem fazer menção a alguma chamada de atenção por parte da Chancelaria em Lisboa sobre a crítica de Souza, incorpora informação quantificada em seus relatórios dos anos seguintes, relatório número 184¹³²⁰ e relatório número 185¹³²¹.

Nesta última exposição, Gonçalves analisa as mais recentes estatísticas publicadas pelo Governo de Venezuela. Baseado nelas, o Cônsul explica que nas tabelas de importação, *Portugal figura apenas no primeiro semestre de 1931*; e, além disso, muito

¹³¹⁵ AHDMNE. 3°P, A21, Mc5. De cônsul C. A. Gonçalves para MNE, Ofc.s: N° 153, 15-01-1930; N° 169, 17-Maio-1932; N° 184. Caracas, 12-08-1932; e N° 185, 13-08-1932.

¹³¹⁶ Cf.: AHDMNE. 3°P, A21, Mc5, Proc. N° 523 *Mercados Externos*. Venezuela.

¹³¹⁷ *Mercados Externos. Inquérito Consular sobre os Mercados Estrangeiros*. MNE- Direção geral dos Negócios Comerciais, 2ª Repartição. Lisboa, Imprensa Nacional, 1932.

¹³¹⁸ AHDMNE. 3° P, A 21, Mç 5, Assuntos económicos. Circular N° 3-B de Dir.-Geral dos Assuntos Comerciais para os cônsules e vice-cônsules. Lisboa, 16-01-1932.

¹³¹⁹ «Sousa, Jaime Julio de». Deputado por Partido Regenerador em 1906. As suas intervenções *cingiram-se às questões militares e económicas*. Sousa *entendia que Portugal não tinha meios militares para afirmar a sua soberania e independência e que devia canalizar esforços para defender as colónias e a costa marítima*. Mónica (2004), Vol. III (N-Z), p.817. AHDMNE. 3° P, A 21, Mç 5. Imprensa. Souza, J. J. de, «Um Inquérito Económico. Observações ao livro *Mercados Externos*», in: *A Região Duriense*. Pêso da Regoa, Ano II, N° 90, 15-11-1931, p.4.

¹³²⁰ AHDMNE. 3°P, A21, Mç5. De cônsul Carlos A. Gonçalves, na Venezuela, para MNE. Ofc. N° 184. Caracas, 12-08-1932. Responde circular N° 30-A, Proc. N° 400/32, de 14-07-1932,

¹³²¹ AHDMNE. 3°P, A21, Mç5. De cônsul Carlos A. Gonçalves, na Venezuela para MNE. Ofc.N° 185. Caracas, 13-08-1932, com informação atualizada - correspondente ao semestre Janeiro-Junho de 1931-tomada das últimas estatísticas publicadas na Venezuela.

longe dos cinco primeiros países que dominam a importação venezuelana - Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Holanda e França -. A cunha portuguesa é deliberada: Gonçalves enfatizou a posição de Portugal consciente de que *Venezuela é uma nação importadora mesmo em grande escala, dos principais artigos de primeira necessidade* e que esta alusão poderia converter-se num convite camuflado aos comerciantes portugueses a exportar¹³²². Não deixa de ser interessante que, nos dois relatórios aqui referidos, esta convocação, este desejo de estimular a exportação portuguesa tem grande relevo; da mesma maneira, é interessante a ausência de notícias sobre a marcha da Agência que ele próprio criou.

Os relatórios do cônsul Gonçalves e a publicação da Direção Geral dos Negócios Comerciais não foram tentativas isoladas a favor do fomento comercial. Ao contrário, as tentativas foram-se sucedendo a partir de outras instâncias políticas ligadas ao comércio. Assim, um documento de trabalho do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria, de 1938, a propósito da exportação de batata e da sua proibição de importação pela Venezuela, expôs a disposição do Governo português para defender a exportação de seus produtos. As circunstâncias desta proibição recordam a experiência da Madeira de 1883¹³²³; no entanto, nesta altura, a defesa da batata foi mal instrumentada. Desta vez, revelou-se incongruente a manutenção de um critério de fomento do comércio, por parte do Conselho Técnico, quando a própria situação financeira do país salientava a necessidade de poupar, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no número de legações e, por conseguinte, de limitar a defesa do comércio. De facto, a convocações de trabalho conjugado estendidas desde o aparelho burocrático oficial, neste caso dos exportadores de batata e do Governo central em Lisboa, não condiziam com a falta de um intermediário português ante o Governo de Caracas: desta vez, Portugal não podia realizar nenhuma intermediação por não ter qualquer representante diplomático na Venezuela, tão só um cônsul honorário¹³²⁴.

As seguintes são duas referências em que Venezuela está mencionada em função de sua posição geográfica e da sua produção petroléira. Estas referências, encontradas no Arquivo da Associação Comercial de Lisboa, demonstram a intenção oficial de agrupar os grêmios sob uma política de comércio externo centralizada. Trata-se de uma tentativa de

¹³²² *Idem.*

¹³²³ Em 1883, a cebola e a batata madeirenses, exportadas para Trinidad, sofreram uma queda nos preços que, segundo Teixeira, foi *consequência de um grande imposto lançado naqueles produtos pela República da Venezuela para onde da Trindade eram reexportados os referidos produtos*. Teixeira (2009), p143.

¹³²⁴ AHDME. 2ºP, A40, Mç127. 1938. Rascunho do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria. Teixeira (2009), p.143.

contacto mais alargado de Portugal com América Latina e os Estados Unidos, iniciado pela Repartição do Fomento Comercial, do Ministério do Comércio e Indústria, que procurou envolver a Associação em dois eventos internacionais nos quais os exportadores portugueses teriam a oportunidade de interagir com seus pares provenientes de outros países.

O primeiro evento foi a «Exposição de Amostras» que o Governo do Panamá organizou em 1937, atendendo à confluência de comerciantes que faziam do referido porto do Panamá *um centro de distribuição para a América Central e os países da parte setentrional do sul da América*¹³²⁵. O objetivo da Exposição vem assim a coincidir, anos depois, com a opinião daqueles parlamentares que defenderam a criação das legações em América Central baseando seus argumentos nos benefícios do futuro¹³²⁶. O segundo é um convite do Governo Norte-Americano para a participação de Portugal no certame «Exposição Internacional do Petróleo» a realizar-se em Tulsa, *to exhibiting samples of fabricated and raw products of all countries used in the petroleum industry and bringing together buyers and sellers for promotion of trade and commerce in such products*¹³²⁷.

Se bem existisse uma confluência de interesses, tanto de Portugal como da Venezuela em ambos os convites, não foi possível demonstrar com documentação diplomática e consular a presença de nenhuma comitiva que ligasse os dois países e isto apesar da mútua presença consular na zona caribenha e do crescente desenvolvimento da indústria do petróleo. O turbilhão nacional também não inspirou maiores iniciativas políticas e comerciais por parte da Venezuela até o país ter dado um passo em firme para iniciar um processo democrático e económico com o «Plano de Fevereiro de 1936» de Eleazar López Contreras, depois da morte do ditador Gómez em 1935¹³²⁸. No entanto, firmes na intenção de manter a Legação para Espanha e Portugal, os Ministros venezuelanos consideraram a possibilidade, sempre apreciada por Lisboa, de estreitar as relações tanto quanto as circunstâncias o permitissem, tal como o tinham comunicado a

¹³²⁵ AACL-CCIP. Capilha 1859, Cx65, 1934-1938, Feiras e certames internacionais. De Ministério de Comércio e Indústria. Direção Geral do Comércio, Repartição do Fomento Comercial, para Pdte. de ACL. A) Of. N° 26918. Lisboa, 8-12-1937, Exposição de Amostras. Panamá.

¹³²⁶ Veja-se a discussão do Projeto de Lei N° 83-C e a defesa da proposta N° 6 feita pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, António Macieira. AARP. *Debates Parlamentares*, 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg. 1, Ses. 1, Ata N° 108, 23-05-1913, p.20

¹³²⁷ AACL-CCIP. Capilha 1859, Cx 65, 1934-1938, Feiras e certames internacionais. De Ministério de Comércio e Indústria. Direção Geral do Comércio, Repartição do Fomento Comercial, para Pdte. de ACL. A) Of. N° 26918. Lisboa, 8-12-1937, Exposição de Amostras. Panamá. B) Of. N° 27216. Lisboa, 27-01-1938, Exposição Internacional do Petróleo. Tulsa. EUA.

¹³²⁸ «López Contreras, Eleazar», in: *DHV-FP*.

Caracas, Simón Planas Suárez, Julio Sardi, Juan Bautista Pérez, Emilio Ochoa e os seus sucessores à frente da Legação¹³²⁹.

G. O renascimento diplomático

A tensão internacional no início da década de 1940 submeteu a amizade entre Portugal e Venezuela a uma nova experiência. O apreço mútuo voltou a ser reforçado já nos primeiros anos quando em Novembro de 1942, o Governo português decidiu criar a Legação em Caracas, um ato significativo em tempos de turbulência e que anunciava o estreitamento de laços políticos¹³³⁰.

A Legação venezuelana, que tinha permanecido aberta, considerando que esta ação era uma medida de alto valor diplomático e estratégico, conseguiu acompanhar as políticas portuguesas e, não menos importante, *servir a Venezuela como eficiente intermediaria para cualesquiera comunicaciones o asuntos que se relacionen con el Continente europeo*¹³³¹. Este valor estratégico foi provado, entre outras operações, pelo envio de dinheiro de Lisboa para os venezuelanos residentes em Espanha e em França, na altura da II Guerra mundial. Além disso, o facto de ter deixado operacional a Legação de Venezuela com sede em Madrid conservou abertos os canais de negociação com Lisboa. De facto, graças a este canal, a Legação entrou em conhecimento de variados aspetos que foram aplicados na formulação de um projeto de tratado de comércio com Portugal. Este tratado foi apresentado desde a Legação em Madrid na esperança da consumação da reciprocidade diplomática¹³³².

Devido a uma nova reorganização do pessoal diplomático português, a nomeação do novo representante foi retardada com a garantia pessoal do Presidente do Conselho de Ministros e Ministro de Negócios Estrangeiros, dada ao Embaixador venezuelano em Lisboa, Rafael Angarita Arvelo, de não ser longa a espera¹³³³. A demora da nomeação não impediu as iniciativas venezuelanas para propor a normalização das relações comerciais. Efetivamente, a correspondência interna do serviço diplomático comprova que desde Janeiro de 1943 se manteve firme a ideia de entabular conversações para chegar a um

¹³²⁹ AHDMNE. 3ºP, A15, Mç87. Venezuela, 1928-1933.

¹³³⁰ AHMPPRE. Dir. Gral, Portugal, 1942, Exp. N° 5. De R. Angarita Arvelo, E. E. e Ministro P. en Portugal para chanceler Caracciolo Parra Pérez. Creación Legação de Portugal. Radiograma. Lisboa, 26-11-1942.

¹³³¹ AHMPPRE. Legación em Portugal. Nota de Legación para MRE. Síntesis del estado de las relaciones bilaterales. Of. N° 27, Lisboa, 1-03-1944

¹³³² Idem.

¹³³³ AHMPPRE. DPI, Portugal, 1943, Exp. N° 221. De Rafael Angarita Arvelo para MRE. Conversação com A. O. Salazar. Of. N°186, Lisboa, 7-12-1943.

modus vivendi comercial com Portugal e para esse fim foram dedicados consultas, estudos, e relatórios. Da análise que fizemos desses documentos verificamos que, na altura a decisão foi de aguardar pela decisão de Lisboa tendo em consideração a impressão de que o Governo português não queria comprometer-se em convênios comerciais de espécie alguma, nem mesmo nos de simples mútuas boas intenções, porque estava decidido, perante a perspectiva de uma reorganização da economia mundial depois da guerra, a tomar a iniciativa de denunciar todos os convênios assinados, com o propósito de ajustá-los a formas e métodos efetivos, quando começasse a paz¹³³⁴.

Restabelecida em grande parte a harmonia mundial, começou um tempo de maior clareza relativamente ao comércio e ao serviço consular. Os dois países empreenderam o retomar de relações e o facto de o fluxo migratório ter aumentado foi determinante para que a mesma tivesse maior importância nas relações bilaterais. A emigração portuguesa para Venezuela e seu assentamento em diversas áreas desse país converteu-se no parâmetro para julgar a necessidade das representações consulares. A reorganização dirigida pelo MNE em Lisboa tocou a rede dos consulados portugueses na Venezuela e, depois de uma revisão deles, foram suprimidas as duas representações no estado Bolívar, por falta de atividade. Por enquanto, a rede consular venezuelana considerava instalar uma representação em Funchal para atender, de forma permanente, a necessidades da Madeira e sua crescente demanda de vistos¹³³⁵.

O anunciado estreitamento de laços políticos concretizou-se a um nível mais alto quando em 1955, Julio Alfredo da Rosa, Embaixador da Venezuela, informou Aureliano Otáñez, Ministro de Relaciones Exteriores, que o *Diário do Governo* tinha publicado um decreto/lei, no qual, se determinava a elevação da Legação de Portugal na Venezuela à categoria de Primeira classe e, ainda, criar um Consulado de Primeira classe em Caracas. A concretização destas medidas chegou em Janeiro de 1959, mês em que os Governos da

¹³³⁴ Cf.: AHMPPRE. DPI, Portugal, 1944, Exp. N° 200, Ofc.s e notas de MRE, em Caracas: Nota N° 16 (D.P.), 4-01-1943. Ofc.s e notas de Legação em Lisboa: N° 2, 30-07-1943; N° 5, 7-11-1943; Nota N° 186, 7-Dezembro-1943; N° 27, 1-03-1944. «Convenios comerciales en estudio - Portugal. *Modus-vivendi* comercial», in: Venezuela (1945), *Libro amarillo...* Caracas, MRE, pp.LXXXIII.

¹³³⁵ «Decreto N.º 36247» sobre a extinção do Vice-Consulado em Ciudad Bolívar, in: Portugal (1947). *Diário da República*. Série I, N° 93/47, 24-Abril-1947, p.350. AHDMNE 2º Piso, A40, Mç181. De Dir.-Gral. dos Neg. políticos e da administração interna para Repartição das Questões económicas. Ofic N° 1, Lisboa 7-01-1954. «Relativo à eventual reabertura dum vice-consulado de Venezuela no Funchal, com competência para conceder 'vistos' e passaportes»

Venezuela e de Portugal difundiram sua decisão de elevar à categoria de Embaixada a suas respectivas missões diplomáticas em Lisboa e em Caracas¹³³⁶.

As resoluções que em matéria de política internacional foram tomadas pela Venezuela no decorrer de 1959, estão marcadas por uma outra mudança de regime governamental e pela influência do pensamento democrático pluralista nos novos líderes do país. Esta inclinação ideológica reformulou a relação de Caracas com o resto do mundo, sem excluir Portugal devido ao claro confronto com o sistema vigente em Lisboa. Desta situação resultam as mudanças na representação diplomática portuguesa realizados com intenção de redesenhar um perfil que a separasse do regime militar anterior a Janeiro de 1958, traços que não passaram despercebidos para a Chancelaria venezuelana¹³³⁷.

A razão de fundo para esta mudança foi a impressão que a opinião pública tinha da proximidade e, em consequência, da associação feita da imagem do diplomata que, em pleno desenvolvimento de suas atividades, fica motivado pela confraternização com os órgãos do poder político nacional. Atendendo a esta casuística, o momento exigia então uma mudança estratégica que se consumou com a saída de Martim Machado de Faria e Maia Júnior¹³³⁸ e a entrada de Carlos de Liz Branquinho¹³³⁹.

O acento ideológico marcou a vida diplomática da Legação de Portugal, de maneira evidente, na década de 1950. Com grande cuidado, Branquinho trabalhou para estreitar os laços bilaterais de amizade, elevar a visibilidade e o retrato social da comunidade portuguesa, pondo em prática diversas iniciativas e colaborando com a linha política imposta a partir de Lisboa. A sinergia ditatorial existente entre Lisboa e Caracas facilitava o esforço da representação portuguesa de transformar a tática de oposição frontal do

¹³³⁶ AHMPPRE. Dirección do Protocolo, Portugal, 1955, Exp. N° 670. De Legação para MRE. Nota N° 528. Lisboa, 30-11-1955; «Comunicado del MRE. Caracas, 2 de Janeiro de 1959», in: Venezuela (1959), *Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores*. P.104. AHMPPRE. Dirección del Protocolo, Portugal, 1959, Exp. N° 116, s/f. «Decreto-ley N° 42.141» in: Portugal (1959), *Diário do Governo*. Lisboa, 06-Fevereiro-1959. Citado pelo Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Venezuela, Carlos de Liz Branquinho, em nota para o Chanceler de Venezuela, Ignacio Luis Arcaya, sobre categoria de Embaixada para a missão diplomática em Caracas. N° 1.38, Caracas, 7-04-1959.

¹³³⁷ AHMPPRE. DPI, Portugal, 1960, Exp. N° 6. *Memorandum* emitido pela Dirección de Política Internacional do Ministério de Relaciones Exteriores de Venezuela, informando as vinculações com Funcionários da ditadura de Marcos Pérez Jiménez. Caracas, 23-03-1959.

¹³³⁸ «Maia Júnior, Martim Machado de Faria e» Advogado. Antigo delegado do Inst. Nal. do Trabalho e Previdência. Hasta 1951 no exterior em Rio de Janeiro, Bruxelas, Haia. Encarregado de negócios na Leg. de Portugal em Caracas em 12-4-1952. Cf.: *ADCP, 1952 a ADCP, 1955*.

¹³³⁹ Segundo o *Memorandum* mencionado do 23-Março-1959, Laureano Vallenilla Lanz-Planchart, ministro do interior e ideólogo do *Nuevo Ideal Nacional*, e Pedro de Alcántara Estrada, organizador e diretor do corpo de polícia política *Seguridad Nacional*, estariam vinculados ao círculo diplomático. O Memorando, ainda que meramente político, contém informação muito variada, como se destaca no parágrafo a seguir.

embaixador António Alves numa campanha de flexibilidade estratégica, relativamente ao Governo venezuelano, onde a afinidade política visava garantir trabalho aos portugueses e manter o envio de remessas a Portugal¹³⁴⁰.

Nesta campanha se inscreve a publicação, em 1957, de um folheto com o título *Homenaje de la Colonia Portuguesa de Venezuela*, para ser distribuído na *Semana de la Pátria*¹³⁴¹; a Legação estabeleceu também contactos com *ateliers* de arquitetos responsáveis de grandes obras em construção, como o de Santiago Briceño Ecker, assistente de Carlos Raul Villanueva¹³⁴², responsável por grandes obras em Caracas, como era o caso da Ciudad Universitaria e a re-urbanização da zona central de El Silencio, entre outras obras que deram trabalho aos imigrantes na construção; lançou pontes para as entidades financeiras, entre as que se encontrava o Banco Táchira; impulsionou a vida associativa do núcleo português apoiando o comité diretivo e presidencial do *Conselho de Colónia*, como organização afim à respetiva política externa de Lisboa; e realizou os preparativos da visita de Paulo Cunha, delegado à tomada de posse do Presidente Rómulo Betancourt¹³⁴³, e o acompanhamento deste Delegado nas várias iniciativas que visaram o seu convívio com a comunidade portuguesa.

Na campanha inscrevia-se também o contacto com a imprensa. Com ajuda dos meios de comunicação, a Legação conseguiu realçar perante a opinião pública a grande

¹³⁴⁰ Chamamos a atenção para a polémica entre o Ministro da Legação de Portugal, António Alves, e o Diretor dos Serviços de Estrangeiros da Venezuela, Eleazar Morrison, sobre o reagrupamento familiar, trabalho e remessas, exposta publicamente nos jornais venezuelanos, onde o ponto de honra era a maneira política de abordar estes assuntos. Processo arquivado em AHMPPRE, DC, Año 1951, Exp.193. No fundo, o assunto que estava a ser julgado era que *o Estado português dificultava o reagrupamento familiar dos emigrantes para assim assegurar a canalização de divisas para o país, com o objectivo de equilibrar a balança de pagamentos portugueses*. Este assunto foi tratado por Santos, Vanda (2004), *O Discurso oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa, OI, p.39.

¹³⁴¹ «Semana de la Patria» (Decreto 15-6-1953). Programa comemorativo do aniversário da Independência que tinha início uma semana antes do 5 - Julho. Incluía a realização de atos por parte das forças vivas da sociedade (jovens estudantes, obreiros, comunidades, etc., de participação obrigatória para funcionários públicos e militares). Objetivos: revalorizar o conceito da Pátria, exaltar o valor da nacionalidade, honrar os heróis e a história heroica, que eram três princípios do projeto ideológico denominado *Nuevo Ideal Nacional*. A intenção propagandista era induzir a adesão ao regime. Os desfiles e atos públicos tinham lugar no *Paseo de los Próceres*, obra construída e inaugurada pelo ditador Marcos Pérez Jiménez. *DHV-FP*; Servicio Informativo Venezolano (1955), *Venezuela bajo el Nuevo Ideal Nacional*. Caracas, Imprenta Nacional, p.45.

¹³⁴² «Villanueva, Carlos Raul» (Inglaterra, 1900 - Venezuela, 1975). Maestro da arquitetura moderna na Venezuela e grande renovador urbano de Caracas. Autor de obras como a Cidade Universitária e a urbanização da zona central de El Silencio; in: *DHV-FP*.

¹³⁴³ «Betancourt, Rómulo» (Venezuela, 1908 - Estados Unidos, 1981). Jornalista, político. Fundador do partido *Acción Democrática*, tendência centro esquerda, populista e nacionalista. Presidente da República (1945-1948 e 1959-1964). Organizou em La Havana, a I Conferência Pró-Democracia e Liberdade (1950) e liderou uma campanha contra os governos não eleitos pela via democrática em toda a América e nas ilhas do Mar Caribe; in: *DHV-FP*.

honra que significou a elevação das respetivas missões diplomáticas de Portugal e da Venezuela à categoria de embaixada¹³⁴⁴, ressaltando também o fato da entrega de credenciais do embaixador Roberto Machado Morales, em Lisboa, em Janeiro de 1959¹³⁴⁵. Na aparência, todo um sistema de contactos e de informação bem organizado esperava a Marcus Fontes Pereira de Melo Fonseca, primeiro Embaixador residente em Caracas, o qual apresentou credenciais o 8 de Abril de 1960¹³⁴⁶.

A análise do serviço diplomático obriga a abordar outros dois temas ligados com esta profissão, que foram reforçados nos mais recentes regulamentos sobre política exterior portuguesa: a gestão da informação e os vínculos com os grémios da comunidade. É de notar que o dever de informar a Lisboa, além de ser um assunto especificado em regulamentos e circulares já referidos, foi continuamente recordado como baluarte dos interesses da nação e do fomento do comércio exterior, de ali a exigência de relatórios pormenorizados.

Um exemplo evidente do que se acabou de dizer é o «Parecer» que acompanha a Circular do 30 de Novembro de 1946, chamando a atenção sobre o carácter maioritariamente burocrático da correspondência e o facto de ser escassas as informações de natureza económica que os postos diplomáticos e consulares tinham enviado à Secretaria de Estado¹³⁴⁷. A intenção era a de incrementar o carácter económico das funções do serviço externo e que estes aspetos sejam privilegiados nos relatórios. O «Parecer» sugeria que se devia tomar consciência da nova realidade político-económica e que a guerra já não era desculpa para não realizar estudos económicos, sugeria também que em momentos de reativação do comércio a informação deve circular *agora que em todas as nações se procura ativamente, passar, da economia armada à economia de paz e obter uma maior colaboração económica internacional, sem a qual é ilusório esperar uma elevação do nível de vida dos povos*¹³⁴⁸.

¹³⁴⁴ No dia 3 e 4 de Janeiro foi publicado na primeira página dos diários *El Nacional*, *Ultimas Noticias* e *El Universal* o «Comunicado emitido por el Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela informando que los Gobiernos de Venezuela y de Portugal han decidido elevar al rango de Embajada a sus respectivas Misiones diplomáticas en Lisboa y en Caracas. Caracas, 2 de Janeiro de 1959» «Comunicado...», in: *Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela. Año 1958*. Caracas, MRE, p.104. AHDMNE. PEA Mç 182-A e 182-B. De Branquinho para MNE. Ofc. Nº 7/3. Caracas, 5-01-1959. Remete 3 recortes imprensa (*El Nacional*, *Ultimas Noticias* y *El Universal*) sobre elevação das legações à categoria de embajada.

¹³⁴⁵ *Ultimas Noticias*. Caracas, 21-01-1959; AHDMNE. PEA, Mç 182-A e 182-B. De Branquinho. Ofc. Nº 232/111, Caracas, 8-04-1959.

¹³⁴⁶ AHDMNE. PEA, Mç 182-A e 182-B. De Branquinho. Ofc. Nº 3/1, Caracas, 2-01-1960.

¹³⁴⁷ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç3. «Informação-Parecer. MNE» Circular. Proc. 45(4), Lisboa, 30-11-1946

¹³⁴⁸ *Idem*.

O autor destas considerações sobre a situação internacional destaca, por um lado, o agitado movimento diplomático de pós-guerra com assinaturas de convénios internacionais e de muitos *acordos comerciais e financeiros, entre os quais alguns de curta duração fazem prever novas diretrizes num futuro não muito distante*. Relembremos que esta era também a política portuguesa no que diz respeito aos tratados. Por outro lado, o autor do «Parecer» analisa o seu contexto e os processos que davam mostras de uma expansão económica significativa. Assim, refere vários processos que tiveram o seu início ou a sua reafirmação nestes anos, como foram os reajustes financeiros e cambiais, a incidência das comunicações e dos transportes na vida moderna, a emergência de novas potências, a consagração do *Estado Comerciante*¹³⁴⁹ e a maior presença de representantes associativos nos órgãos corporativos para consulta e assessoramento oficial, inclusive na negociação de tratados, presença que catapultava as associações como agentes de negociação internacional¹³⁵⁰. Em suma, o Autor expõe toda uma série de assuntos aos quais a Secretaria dos Negócios Estrangeiros não podia permanecer alheia e sobre os quais os seus funcionários deviam enviar informações sucintas e regulares, que permitissem conhecer e avaliar o que, em matéria económica ia pelo mundo.

A complexidade crescente do serviço diplomático e consular, que é manifestada no «Parecer» referido, juntamente com o novo corte nas despesas do Governo português e as novas circunstâncias da emigração exigiam um padrão de trabalho marcado por muita exigência e dedicação para dar resposta as atribuições que eram dadas às representações estrangeiras e para manter uma qualidade de trabalho que correspondesse aos objetivos traçados pelo governo português. A representação portuguesa na Venezuela encaixa neste padrão, como se pode verificar por um longo relatório de dez páginas datado de 1952 e assinado por Amílcar Lino Franco¹³⁵¹.

¹³⁴⁹ O autor do «Parecer» refere a gestão administrativa que muitos Estados executaram, de maneira mais ou menos similar, durante a aguda crise mundial de alimentos do pós-guerra. AHDMNE. 2ºP, A41, Mç3. «Informação-Parecer. MNE» Circular. Proc. 45(4), Lisboa, 30-11-1946. Em Venezuela, durante os anos 1946-1947, Rómulo Betancourt aplicou esta gestão administrativa baseada na intervenção direta do Estado, a utilização de recursos fiscais e o escambo a base de petróleo, como *la única posible y la que le evitó al pueblo la agravación de su hambre*. Betancourt (2001), pp.335-336.

¹³⁵⁰ A Câmara de Comercio de Caracas é um exemplo na Venezuela. González Deluca (1994), p.378. A Associação Industrial Portuense é exemplo em Portugal. Sousa e Fernandes (1999), pp.181-183 e pp.190-191.

¹³⁵¹ Com base no percurso de serviço, a nomeação deste diplomata é reflexo do conhecimento que, já por esta altura, é manifesto em Lisboa relativamente à experiência consular portuguesa e à dinâmica comercial entre a Venezuela e o Mar Caribe. Franco, Amílcar Lino. Lic. em economia e finanças. Cônsul em Porto de Espanha e, 12-5-1931; em comissão em Curaçao, em 2-11-1942; em comissão na Legação em Caracas, como encarregado de negócios interino, em 21-6-1951; na mesma Leg, em 15-9-1951 como encarregado de negócios interino. *ADCP, 1930*, p.123; e *ADCP, 1951*, p.147, pp.203-204.

Este Encarregado de negócios da Legação em Caracas refere as instruções enviadas de Lisboa a requerer informações e relatórios, em seu entender alguns deles *relatórios bastante trabalhosos*; além disso, denuncia a superposição das datas de entrega dos mesmo e o escasso tempo que mediava entre o pedido, e a conseqüente necessidade de entrega, dos vários relatórios. Para Lino Franco, esse não seria o grande do problema se não fosse pelo facto de ser *o único funcionário de carreira nesta Legação em que há uma Secção Consular para uma colónia de cerca de 12.000 indivíduos e para cujo serviço existem apenas dois empregados (...) e na Legação propriamente dita haver apenas uma empregada*. Depois deste preâmbulo, Franco detalha a situação dos emigrantes na Venezuela, da que não separa o aspeto económico; nos detalhes destaca a positiva e agradável opinião geral que os venezuelanos tinham sobre a comunidade portuguesa e a transferência dos trabalhadores portugueses entre setores produtivos, em particular para *o comércio e a indústria [que], por mais rendosos, são a aspiração de quase todos*¹³⁵².

Neste plano de compilação de informação, o passo a seguir era o processamento dos dados, processo que tinha lugar em Lisboa com a intenção de depois os divulgar para uma posterior utilização comercial e de instrução para o serviço. Tanto em Portugal como na Venezuela as publicações resultantes destes relatórios tomaram a forma de boletins periódicos sempre requeridos pelos serviços consulares tanto para sua própria consulta, como para os encaminhar para os seus respetivos países para serem distribuídos por outras instituições. Em 1948, por exemplo, a Direção-geral dos negócios económicos e consulares de Portugal pediu, além dos boletins destinados ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28 exemplares adicionais do *Boletín informativo del Ministerio de Hacienda* de Venezuela para serem distribuídos - 24 em Lisboa e 4 em Porto - em apoio à atividade comercial do Estado corporativo português¹³⁵³.

O facto da elaboração dos relatórios consulares estar submetida à pesada e lenta carga burocrática e à falta de condições já enumeradas, além de ser impossível elaborar os *Boletins* sem os dados fornecidos por aqueles relatórios, a publicação continha informação de escassa utilidade porque muitas vezes já tinha sido ultrapassada pela dinâmica económica. Tal foi a conclusão da análise de Vasco Martins Morgado no seu relatório sobre o alcance do *Boletim Comercial* do MNE. Com efeito, é uma análise convincente sobre a limitada eficácia do *Boletim* em relação aos gastos de tempo e esforços que exigia e a

¹³⁵² AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. De Amilcar Lino Franco, Encarregado de negócios, Legação em Caracas, para Junta de Emigração. Ofc Nº 13, Caracas, 24-03-1952.

¹³⁵³ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç67. De Dir.-Geral dos Neg. Econ. e Cons. para Encarregado de negócios em Caracas. Of. Nº 3, Lisboa, 8-03-1948.

utilidade pública; daí que defendesse não a modificação do seu conteúdo *mas sim dizer que realmente tudo aconselha (...) uma modernização na referida publicação*. O *Boletim* tinha que ser, em consequência, mais dinâmico *uma vez que as modernas condições de vida exigem mais atualidade nas informações de maneira a torna-las útil*, e só esse dinamismo daria a esse boletim uma forma proveitosa e de maior oportunidade, de curiosidade e de interesse para quem a ler¹³⁵⁴.

Uma publicação obsoleta não adiantava muito caminho à estratégia de fomento comercial; ao contrário, criava uma oportunidade propícia para que elementos com visão de negócios enchessem com seus próprios serviços de informação o espaço intermédio entre os entes oficiais e as instituições privadas¹³⁵⁵. Uma prova de que algo estava a falhar no *Boletim*, relativamente à falta de distribuição de informação atualizada que recebia o MNE e o empresário português, é o facto de a Empresa Nacional de Empreendimentos, Lda. (ENE) indicar, poucos meses depois do relatório de Morgado, *que se fazia sentir a falta de um elemento que servisse de consulta fácil e imediata aos homens de negócios e às empresas interessadas em tomar contacto com os produtores, exportadores e importadores portugueses*. A ENE pretendeu encher esta lacuna com a edição do *Indicador dos produtores, exportadores e importadores portugueses*, publicado em 6 línguas¹³⁵⁶.

Publicitado como um trabalho de coordenação económica que visava a divulgação dos produtos portugueses, o *Indicador* foi uma iniciativa privada sem subsídio oficial *contrariamente ao que, regra geral, acontecia em empreendimentos desta natureza, quando se reconhece que possam prestar serviço à causa nacional*. Na realidade, tratava-se de um compêndio bastante elaborado de produtores, exportadores e importadores que muito bem servia à localização de contactos, próprio para ser distribuído pela rede diplomática e consular portuguesa *e pelas entidades oficiais estrangeiras com representação em Portugal*

¹³⁵⁴ AHDMNE. 2ºP, A52, Mç8. «Informação de Serviço. MNE. *Boletim Comercial*». Vasco Martins Morgado. Lisboa, 13-04-1951.

¹³⁵⁵ Na Venezuela, a situação persistiu, de facto, repete-se de maneira eloquente na década de 1970. Cf.: Abreu Xavier, António (2005), «*La Guía Comercial Portuguesa* (El repertorio comercial como fuente histórica)», in: revista *Tiempo y Espacio*. Caracas, Centro de Investigaciones Históricas Mario Briceño Iragorry - Univ. Pedagógica Experimental Libertador, Julho-Dezembro 2005, Nº 44, pp.259-288.

¹³⁵⁶ Nome completo da publicação: *Indicador dos produtores, exportadores e importadores portugueses: metrópole, ilhas e colónias*. Lisboa, 1951, 756p. Uma rápida revisão do catálogo da BNP indica que este tipo de publicações já existia com anterioridade ao *Indicador*, assim: Pinheiro, A. (1945), *Anuário comercial indicador de Lisboa*.

com o objetivo do *aumento do prestígio de Portugal no estrangeiro*¹³⁵⁷. Este foi um complemento à campanha propagandista do regímen¹³⁵⁸.

O comércio exige não só angariar senão também dar informação que possa ser proveitosa aos próprios interesses da nação. Junto com esta intenção, a iniciativa da ENE resgata outro dos aspetos da política exterior portuguesa: a associação da imagem do país a nível internacional ligada à exportação e à emigração. Já desde 1935 e nos anos seguintes, quando foi dada grande atenção às Casas de Portugal, às câmaras de comércio, aos meios de comunicação de iniciativa portuguesa e aos núcleos de emigrantes¹³⁵⁹, este foi um assunto de importância notável. Assim, em 1949, mobilizou-se o Fundo de Fomento de Exportação para criar condições para *levar a efeito a propaganda, no estrangeiro, dos nossos produtos*; desta busca surgiu a ideia *da utilização criteriosa de revistas comerciais de grande expansão e de comprovada seriedade (...) tendo em atenção que, em princípio, se utilizará, apenas, uma publicação em cada país*¹³⁶⁰.

De forma alargada, nesta campanha de difusão comercial cabiam vários estilos. Além das coletâneas ao estilo do ENE, encontram-se na mesma época publicações muito próximas aos interesses editoriais do regímen, como podiam ser alguns depoimentos que,

¹³⁵⁷ AHDMNE. 2ºP, A32, Mç102. Carta da ENE para MNE, Lisboa, 17-11-1951.

¹³⁵⁸ Sem dúvida, a ação eficaz do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), criado o 25 de setembro de 1933 por Decreto Nº 23.054, contribuiu a re-estruturar a consciência coletiva e a imagem-país. Enquanto esteve sob a direção de seu fundador, António Ferro, até 1949, o SPN trabalhou na ideologização da população, na aceitação e a transmissão de valores do regime. As mudanças geopolíticas a escala mundial e o giro da II Guerra mundial a favor dos Aliados, obrigaram a adequar a palavra 'Propaganda', ligada alias aos regimes da Alemanha e Itália, pela de 'Informação'. Assim, depois da apressada reforma nominal o 23 de Fevereiro de 1944, por Decreto Nº 33.545, o Secretariado Nacional da Informação, Cultura popular e Turismo (SNI) substituiu o SPN, acumulou vos serviços de censura e informação. Ferro é autor do dispositivo cultural da *Política do espírito*, expressão empregada pela primeira vez num artigo do *Diário de Notícias* de Lisboa que passou a ser a frase insígnia da política cultural da Ditadura. Oliveira Marques, A. H. de (1983), *Historia de Portugal*. México, Fondo de Cultura Económica, Vol. II, pp. 254 y 265. Ramos de Ó, Jorge (1999), *Os anos de Ferro. O Dispositivo cultural durante a 'Política do Espírito'. 1933-1949*. Lisboa, Editorial Estampa, p.54. Ferro, António (1935), *Salazar: Portugal y su jefe*. Santiago de Chile, Ercilla, p.116.

¹³⁵⁹ Decreto 26.162, del 28-12-1935; AHDMNE. 2º P, A 59, Mç 283. Colónia Portuguesa na Venezuela 1951-1954. Secretariado Nacional da Informação, Cultura popular e Turismo. Of. Nº 2.506. Lisboa, 30-Setembro-1953; Decreto-Lei Nº 39.475, de 21-12-1953, sobre o funcionamento das Casas de Portugal no estrangeiro; seguidos por organismos em Portugal e Venezuela como a ACL-CCIP, ao tratar com o Governo a igualdade das Câmaras de Comércio e as Casas de Portugal, em 1940; a formação da 'Casa da Madeira', em 1952, em Caracas. AHDMNE. 2ºP, A59, Mç283. Colónia Portuguesa na Venezuela 1951-1954. De Secretariado Nacional da Informação, Cultura popular e turismo para MNE. Of. Nº 2.506. Lisboa, 30-09-1953. Informação: «Os Portugueses da Venezuela e os seus órgãos de Imprensa». AHDMNE. 2ºP, A32, Mç65. De Ministérios das Finanças e da Economia - Fundo de Fomento de Exportação. Para MNE. Ofc 2075. Lisboa, 9-06-1950. Comentários sobre os decretos: Nº 29.970, 13-10-1939; Nº 37.538, 2-09-1949.

¹³⁶⁰ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç135. De Conselho de ministros para o comércio externo. Of. Nº 1081, Ref CDCE 6,0210/1. Lisboa, 31-10-1949.

entre memorialistas e jornalísticos¹³⁶¹, têm resgatado o lustre do papel dos portugueses emigrantes. Incluída nesta preocupação encontra-se *O Mundo que os portugueses criaram*, uma obra com edição assegurada pela Empresa Nacional de Publicidade de Portugal, antes de seu autor, Armando de Aguiar, viajar em tournée a recolher os dados sobre associações, atividades comerciais e negócios, entre outros assuntos, nas colónias portuguesas espalhadas pelo mundo¹³⁶².

Este enaltecimento teve sua continuação, apenas anos mais tarde, quando de maneira inesperada Enrique Bernardo Nuñez¹³⁶³, cronista oficial de Caracas, publicou o artigo titulado «Los Portugueses en Venezuela» cujos conteúdos e comentários foram de muito agrado do Encarregado da Legação de Portugal, do Diretor-Geral do MNE, do Chefe do gabinete do Ministro da Educação Nacional, em Lisboa, e da comunidade estabelecida nesse país de acolhimento¹³⁶⁴.

As preocupações com a compilação e edição de informações e obras para o público, também se manifestavam na circulação e na centralização da informação ao interior da administração pública. É de ressaltar os altos níveis de austeridade aplicados em materiais de alta importância. Esta conclusão surge dos empréstimos dos processos respeitantes à emigração, nomeadamente a pasta de relatórios e informações sobre a Venezuela, pertencentes à Junta de Emigração, cujo presidente era nomeado pelo Ministério do Interior, à Direção-geral dos Negócios económicos e consulares, do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os empréstimos eram *a título devolutivo*, porque se tratava de *um processo que amiudadamente está a ser consultado* e era, portanto, perentória a devolução imediata¹³⁶⁵. No que diz respeito à centralização da informação, a interpretação atende aos índices dos processos do Conselho de Ministros para o Comércio Externo. Para 1953, por exemplo, para a Venezuela não tinha sido atribuído um número de processo como já tinham: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canada, Chile, Dinamarca, Egito, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Indonésia, Inglaterra,

¹³⁶¹ Ferro era amigo de este estilo. Cf.: Castro Leal, Ernesto (1994), *António Ferro. Espaço Político e Imaginário social. 1918-1932*. Lisboa, Cosmos; Guedes, Fernando (1997), *António Ferro e a sua política do Espírito*. Lisboa, Academia Portuguesa da História,

¹³⁶² Arquivo Salazar, PC 27, Cx 504, Portugal.1 a 12.

¹³⁶³ «Nuñez, Enrique Bernardo» (Venezuela, 1895 - 1964). Escritor, historiador e jornalista. Diplomata, (1928 e 1930) na Colômbia, Cuba e Panamá. Cronista oficial de Caracas, editou e prologou os primeiros 4 *Anais diplomáticos de Venezuela* (começou a publicar-se em 1952); in: *DHV-FP*.

¹³⁶⁴ AHDMNE. Mç 301. De A. Pinto de Lemos para Chefe do gabinete do Ministro da Educação Nacional. Of. 645, Caracas, 24-11-1956; De Branquinho a Paulo Cunha. Of. N° 519/350, Caracas, 24-10-1956.

¹³⁶⁵ AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. De António Pinto de Castelo Branco, de Junta de Emigração, para Dir.-Gral dos Negócios Econ. e Cons., do MNE. Of. N° 1804/51-S, Lisboa, 4-07-1951.

Irlanda, Itália, Noruega, Suécia, Suíça e Turquia, correspondendo o resto dos processos a outros temas económicos¹³⁶⁶.

A campanha de propaganda nacional incumbia ao Consulado no acompanhamento das organizações das comunidades, entre elas as adequadas ao auxílio ao fomento do comércio português, segundo estipulava o Decreto 26.162 de Dezembro de 1935. Neste sentido, a Venezuela mostrou duas iniciativas inesperadas. A primeira foi a *Casa da Madeira*, uma iniciativa privada criada fora do âmbito oficial, acaso por isto vista com suspeita, e cuja existência, estatutos e funcionamento foram notificados oficialmente *a posteriori* ao Consulado de Portugal em Caracas, em Maio de 1952. Esta Casa madeirense substituiu a primeira *Casa de Portugal* cujo ensaio fracassou devido aos «pessoalisms», às discrepâncias regionalistas ao interno da comunidade e à falta de tolerância face ao pluralismo político, que a afinidade nacional e os interesses sociais e económicos comuns não lograram ultrapassar¹³⁶⁷.

A segunda iniciativa trata-se do *Conselho da Colónia Portuguesa em Caracas*. Criado e organizado em 1959 com fins socioeconómicos, o *Conselho* foi liderado por um reduzido grupo de membros que, com o fim de seguir os padrões do regime político português, não demoraram a presidir o organismo¹³⁶⁸. Este *Conselho* nunca satisfaz as funções nem adotou a figura de uma câmara de comércio. Mas, ao ler sobre o apoio manifestado pelo Cônsul em Caracas, a existência de uma quantidade de mais de 5 assinaturas comerciais ou industriais portuguesas para criar uma câmara e o suporte moral e representativo que recebiam as câmaras de comércio no exterior a partir da Associação Comercial de Lisboa, põem em evidência que, por um lado, o Consulado se conformou com o desejo do assessoramento e do controle político e que, por outro lado, o desenvolvimento das câmaras ficava no âmbito das iniciativas das respectivas comunidades que as sustentam¹³⁶⁹. No âmbito da sociedade civil, o convite da iniciativa privada para

¹³⁶⁶ ANTT. AS, PC 74, Cx 528, Past.6. Conselho de Ministros para o Comércio Externo. Índice dos processos.

¹³⁶⁷ Com cerca de um século de diferença, as razões aqui apontadas lembram os obstáculos que Sousa e Fernandes enumeram quando a criação e inícios da AIP, isto é, a *dúvida das fidelidades políticas, a ideia das rivalidades e do jogo social e político* e do «pessoalismo» que existiram por trás da criação de uma sociedade civil. Sousa e Fernandes (1999), p,27, 29 e 35. AHDMNE. 2º P, A 32, Mç 65. De Legação em Caracas para MNE. Ofc N° 151, Caracas, 16-05-1952. Visita comissão de uma 'Casa da Madeira'.

¹³⁶⁸ AHDMNE. Mç301. Colónia Portuguesa na Venezuela. Informação de serviço, 2-07-1959.

¹³⁶⁹ AACL-CCIP. Capilha 2267, Cx 91, 1940-1943, Câmaras Portuguesas de Comércio no Estrangeiro e Casas de Portugal.

criar o Centro Português de Caracas logrou à união da comunidade sob os princípios dos valores nacionais, da condição emigrante e do apoliticismo¹³⁷⁰.

Entre estas iniciativas conta-se também o estreitamento de relações entre organizações e personalidades representativas da comunidade portuguesa e a sociedade venezuelana mediante ações de alto impacto mediático, como as que foram levadas a cabo no começo da década de 1960. Neste grupo de ações sobressai o projeto de *Confederação de colónias estrangeiras na Venezuela*, proposto pelo industrial venezuelano Alejandro Hernández em exercício da presidência da Associação Pro-Venezuela¹³⁷¹.

Entre os membros da Comissão que iria elaborar os estatutos da Confederação participaram cidadãos de diferentes nacionalidades, entre eles um dos personagens mais prominentes nesse momento: Daniel Morais, industrial de móveis, diretor e redator do semanário *Ecos de Portugal* e promotor do *Centro Português de Caracas*. A cruzada de Alejandro Hernández e da Associação Pro-Venezuela visava a *união entre Venezuelanos e residentes*, a incorporação plena dos estrangeiros no fomento socioeconómico do país e a *celebração de acordos que tendam ao incremento das relações tanto entre estrangeiros como entre estes e venezuelanos*¹³⁷². Os acordos consideravam planos de investimento onde os projetos dos estrangeiros residentes no país seriam empregados no desenvolvimento do setor agroalimentar, na industrialização e no bem-estar geral.

Estes signos de «boas vindas» à Venezuela foram retribuídos pela comunidade portuguesa com demonstrações de agradecimento e congratulações pela relação bilateral. De facto, estas manifestações de afeto foram celebradas pela imprensa local ao estilo do

¹³⁷⁰ *Ecos de Portugal*. 2-12-1957, p.4; 17-2-1958, p.4; e 24-3-1958, p.1.

¹³⁷¹ «Asociación Pro-Venezuela». Enfocada para o desenvolvimento económico independente e a integração nacional, a Associação foi fundada a 7-Julho-1958, por representantes de diversos setores da sociedade como o industrial Alejandro Hernández, o advogado e diplomático Carlos Irazábal, o politólogo Luís Hernández Solís, o ensaísta, historiador e diplomático Mariano Picón Salgas, e Miguel Acosta Saignes, autor da obra *Los Portugueses en Venezuela*. O ato público de sua apresentação, na Aula Magna da Univ. Central de Venezuela, foi acompanhado pela Junta de Governo, e a elite dos setores empresariais, eclesiásticos, militares, universitários, representantes de todos os setores sociais, convocados sob o lema do trabalho pelo país; in: *DHV-FP*. «Hernández, Alejandro» (Venezuela, 1907 - 1975). Comerciante, empresário, e sócio fundador de cerca de 20 empresas comerciais, bancárias e industriais, promotor de 3 *Company towns*. Liderou o movimento empresarial, em várias instâncias, inclusive ao palco político onde participou como candidato eleitoral à presidência do país proposto por um grupo heterogéneo de personalidades políticas, intelectuais e económicas; in: *DHV-FP*. Hernández começou a sua vida de negócios como agente viajante o que lhe permitiu conhecer de perto os inícios comerciais de muitos imigrantes, entre eles os portugueses, com que travou amizade e tratou de integrar na Associação Pro-Venezuela. Reconheceu o desaproveitamento das habilidades que os imigrantes traziam de seu país natal e que poderiam ser vantajosas para a indústria nacional venezuelana. Hernández contratou portugueses tanoeiros que trabalhavam na construção na Venezuela. Rodríguez, José Á. (1988), *Alejandro Hernández, historias de una pasión*. Caracas, Centauro.

¹³⁷² «Virá a ser uma realidade? A Confederação de colonias estrangeiras na Venezuela», in: *Ecos de Portugal*. Caracas, 24-05-60, Nº 115, p.4.

noticiado pelo diário *El Universal*, em Novembro de 1961, em ocasião de um encontro gastronómico para honrar ao Cônsul de Venezuela em Lisboa, Pedro José Carías: um estilo narrativo que entrecruza histórias fragmentadas da comunidade portuguesa na Venezuela e das relações binacionais. Este evento foi uma forma de demonstrar a cordialidade portuguesa e a maneira como Carías seria acolhido em Portugal, seguindo uma relação de convívio da Junta Diretiva do *Centro Social Amigos de Madeira*, presidida por Agostinho de Sousa, com numerosos representantes da colónia portuguesa residentes em Caracas, o Consulado de Portugal nesta cidade, cujo titular se fez representar por Américo Jardim Fernandes Pimenta; entre os vários convidados encontravam-se distintas personalidades vinculadas às esferas sociais, diplomáticas, profissionais e comerciais da Venezuela¹³⁷³.

2. Indústria e Petróleo: elementos de desequilíbrio comercial. Interação das políticas de desenvolvimento económico de cada país.

Exportadores e fabricantes ignoram que a conquista de um mercado interno ou externo, desde que nele exista a livre concorrência de outros productores, constitui actualmente, (...) uma ciência complexa, arriscada, dispendiosa, mas baseada, em ultima análise, na percepção psicológica das fraquezas humanas: na vaidade, na inveja, na preguiça, na luxúria, na gula, no ciúme, ou, se assim se preferir, nos pecados mortais.
A. Alves. 1951.

Geralmente a apresentação da relação política incentivada pelo comércio transmite a sensação de um efeito de descontinuidade diplomática, somente equilibrado pela atividade consular. Nesta relação, os responsáveis da política económica consideram a disponibilidade de produtos para a exportação na altura de elaborar as linhas de ação que conduzirão à preparação dos projetos e das estratégias de negociação. Na observação do intercâmbio de produtos entre Portugal e a Venezuela, verifica-se um processo semelhante ao apreciado ao nível das negociações diplomáticas e consulares.

Por estar sujeito aos planos de desenvolvimento, este comércio estaria marcado pelo carácter da economia nacional. A prospeção implícita nestes planos incidia sobre a análise de um intercâmbio que respondia ao estímulo tanto da produção e do consumo nacionais, como aos esforços dos agentes oficiais e oficiosos e dos respetivos *feedbacks*. Nesta análise, o contexto deixa a sua marca por tratar-se de uma época de sobressaltos em que os produtos e os combustíveis estavam sujeitos à ideia de um crescimento económico cuja premissa mais evidente era a industrialização.

¹³⁷³ «Comida en honor del Doctor Pedro José Carías, Cónsul de Venezuela en Lisboa», in: *El Univesal*. Caracas, 12-11-1961; AHDMNE. PEA, Mç 182-A e 182-B.

Unidos pelo interesse no comércio, tanto diplomáticos e cónsules, como empresários e negociantes, trabalharam para que as indústrias mais importantes do país ou as suas próprias, particularmente aquelas com capacidade de produzirem para exterior, conseguissem escoar os seus produtos de acordo com as melhores condições do mercado. No entanto, conhecer estas condições requeria coordenar a política económica virada para o exterior em conformidade com o desenvolvimento do país. Não se trata aqui de comparar os processos de desenvolvimento nem de analisar a inclusão, de maneira premeditada, das possíveis abordagens ao comércio interno de outros países nos planos nacionais de desenvolvimento económico; trata-se de discernir, no contexto da relação bilateral, como se orientou a política da produção disponível para a exportação e de estudar as particularidades do comércio interior que permitiram o fluxo daquela produção sempre com o olhar posto na circulação de produtos similares ou competidores e na migração.

A. Comércio: não é assim tão simples

As relações político-comerciais chegaram ao século XX marcadas pela aceitação, muito alargada no contexto internacional, de normalizar o comércio. O começo de século trouxe um acento posto sobre a racionalidade do processo económico e pretendia-se empreender ações e atingir objetivos mais bem definidos em prol do crescimento económico. Como se apreciou no desenvolvimento geral da época, as iniciativas comerciais do século XIX, inclusive aquelas com carácter um tanto aventureiro e furtivo, foram aderindo ao marco de entendimento político internacional, que foi favorecido pela normalização geral das transações pela qual passaram a reger-se as partes em negociação.

Neste espírito surgiram os acordos conseguidos nos anos 1889-1890. Entre estes é adequado mencionar a 1ª Conferência Pan-americana e o Tratado multilateral concernente ao estabelecimento de uma união internacional para a publicação das pautas aduaneiras e o seu respetivo regulamento. Daquela primeira Conferência surgiu a União Internacional de Repúblicas Americanas e a sua secretaria que foi chamada: Oficina Comercial de Repúblicas Americanas. A função desta era: compilar, ordenar e publicar dados e relatórios referentes à produção, comércio, leis e regulamentos de alfândega dos respetivos países tendo em vista implementar um processo económico irmanado.

Enquanto isto sucedia à escala internacional nos começos do século XX, as relações binacionais entre Portugal e a Venezuela seguiam marcadas, de maneira preponderante, pelo carácter das ações já empreendidas pelas comunidades portuguesas, por empresários em Portugal e pelo serviço externo. Isto é, elas apresentavam um certo nível de risco, de exploração e de iniciativas onde a atribuição de responsabilidades compartilhadas ainda

estava em processo de discussão. Numa rápida recapitulação, aparecem os depoimentos sobre emigrantes praticando o comércio indireto e o papel de intermediários ao estilo do resgatado, por exemplo, na correspondência do venezuelano Domingos de Montbrum nos seus anos à frente do Consulado de Portugal em Trinidad. Este começo foi escrito também por representantes consulares cujas iniciativas envolveram a participação de algumas empresas e comerciantes, como bem o referiram o cônsul de Portugal em Caracas, Frederico Álvarez Benítez, e os cônsules de Venezuela: António Ferreira de Serpa, em Lisboa, e Eliseu de Sousa Drummond, em Funchal.

Nos primeiros anos do século XX, estas relações caracterizam-se ainda pela realização de operações comerciais convulsas, pela falta de normalização política das mesmas e pela inexistência de serviços que a complementassem. Em reiteradas oportunidades, os inconvenientes ocasionados por esta situação foram resolvidos por ações combinadas entre as instâncias públicas e privadas, pois em defesa do interesse nacional, a colocação de géneros de produção nacional no exterior obrigava a representação consular a estender sua proteção sobre as atividades dos agentes comerciais. Alguns incidentes deveram-se aos intrincados mecanismos creditícios e aduaneiros que fizeram de alguns cônsules uma espécie de intermediário de trâmites comerciais.

A firma Rivas, Fensohn & C^o ocasionou dois episódios que bem ilustram os problemas de identificação alfandegária e de cobranças de embarques. O primeiro caso desenvolveu-se em 1898, quando a filial desta companhia em Puerto Cabello importou quatro caixas de livros de história religiosa, encadernados em cartão fino, destinados às missões da América, com um peso de 640 quilos. Amparados na boa-fé atribuída à carga, a empresa solicitou ao Ministério de Relaciones Interiores a isenção dos direitos de alfândega correspondentes. No entanto, segundo a certificação dos funcionários públicos da alfândega marítima, constatou-se que *no constaba en los documentos presentados el piadoso destino que se menciona*; por receio que viesse a dar-se um destino comercial aos livros e visto que se tratava de uma operação que só envolvia a mesma empresa, o Ministério juntou à sua decisão o argumento protecionista que *tales concesiones perjudican notablemente el comercio del ramo* para negar a rogativa¹³⁷⁴.

Em Abril de 1905, o Consulado de Venezuela no Porto entrou também na história da empresa Rivas, Fensohn & C^o ao intermediar para fazer efetiva a cobrança de \$161,

¹³⁷⁴ «Resolución del 24-05-1898, sobre la solicitud de los Sres. Rivas, Fensohn & C^o, del comercio de Puerto Cabello», in: Venezuela (1901), *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Caracas, Gobierno Nacional-Imprenta Bolívar, Tomo 21, Doct. 7710.

correspondente a um embarque de 10 barris, contendo 320 litros de vinho de Porto. O incidente envolveu também a empresa Marques do Mérito. Este conhecido representante comercial, viticultor, armazenista e exportador de vinhos e licores de Espanha e Portugal, com sede em Jerez de la Frontera, Cádiz, não se poupava a esforços para realizar embarques desde qualquer porto da Península para América, por qualquer via disponível. De facto, quando o agente de Marques do Mérito apresentou ao Consulado as faturas para ser cobradas à firma de Manuel Vilariño Alvarez, na cidade venezuelana de Valencia, observou-se que o embarque tinha sido despachado no vapor inglês ‘Porto’, via Porto-Liverpool e dali a Puerto Cabello. Segundo se desprende da documentação, presumivelmente, faltava uma certidão inglesa¹³⁷⁵.

Estas operações entre filiais da mesma empresa ou entre firmas que envolviam a intervenção consular levavam a pensar no grau de conhecimento económico e financeiro, além do mero discernimento político, que era exigido aos cônsules em matéria de trâmites bancários e operações portuárias. Esta era, ao que parece, uma vantagem que os cônsules honorários possuíam, embora alguns destes carecessem de tato político, como foi visto no caso de Calzadilla, o cônsul de Portugal em Puerto Cabello. *Não será ocioso reiterar que a importância dos Vice-Consulados era, naquela época, muito relativa. De carácter honorário, amiúde serviam mais para prestígio dos titulares do que propriamente para o progresso do comércio português*¹³⁷⁶.

Mas, para dizer a verdade, tal conhecimento não era suficiente, inclusive para os negociantes-cônsules, pois esta condição simultânea entranhava também riscos na altura de realizar operações comerciais, em especial, quando o sócio não tinha a mesma experiência. Tal enunciado indica que o exercício de um cargo consular de qualquer categoria não implicava, de maneira automática, a imunidade aos efeitos das intrigas da política e à ainda incompleta logística comercial dos primeiros anos do século XX.

Frederico Alvarez Benítez foi um dos funcionários expostos às circunstâncias referidas. Nos tempos em que era cônsul de Portugal em Caracas, Benítez negociou com a firma Viúva Macieira e Filhos o envio para Puerto Cabello de 50 caixas de sardinhas em azeite de oliva, produzidas em Setúbal. A carga consignada à sua companhia não foi legalizada por falta duma certidão consular. A seguir, a reclamação contra a alfândega foi levada perante os ministérios de Relaciones Exteriores e de Hacienda, apoiada na alegação que a Venezuela não tinha agente consular em Setúbal e nem um representante consular em

¹³⁷⁵ ACMPPRE. AA, Correspondencia con cónsules en Portugal, 1888-1911, Vol. II, ff.191-192.

¹³⁷⁶ Brandão (1995), p.15.

Lisboa. A indulgência do referido certificado consular para as conservas alimentícias foi negada, culpando o Tribunal, em primeiro lugar, aos despachantes de desconhecimento das normas internacionais assinadas por ambos países, e em particular os acordos que ditavam que ao não existir representante consular, podia fazer a sua vez o cônsul de uma nação amiga. Em segunda instância, a empresa Viúva Macieira colocou a Benítez numa situação comprometedora ao ter que atuar, em simultâneo, de consignatário afetado e de defensor consular de interesses de uma frima portuguesa, perante as autoridades venezuelanas¹³⁷⁷.

Neste contexto de um comércio internacional ainda em normalização, também surgiram cônsules que foram capazes de incluir nas suas ações e propostas o compromisso de interesses maiores. A este respeito, Ayres de Sá, cônsul de Venezuela em Lisboa, foi um dos expoentes de maior impacto ao pretender comprometer, em 1912, as políticas e as correntes de emigração portuguesa num intercâmbio em que ele baseava o fomento da exportação venezuelana¹³⁷⁸.

B. Visitas agenciadas

Estas ações, juntamente com o marasmo da ineficiência mercantil, ilustram as razões que levaram a afirmar a necessidade de ações melhor concertadas na relação Portugal - Venezuela. Isso implicava um maior entendimento da política exterior por parte de políticos nacionais cujo afã deliberativo e de oratória era capaz de contrariar estatísticas alfandegárias que, como foi apontado por Joaquim Maria Travassos Valdez, mostravam um comércio, ainda que pequeno, de Portugal com países de América Latina e do Mar das Caraíbas onde estavam formadas ou se estavam formando colónias de portugueses que favoreciam a colonização comercial pela emigração. Além disso, a atividade petrolífera, que estava a mobilizar uma grande atividade na região, favoreceu a abertura de um novo mercado para todos os comerciantes e produtos de todas as nacionalidades, inclusive os portugueses. Neste sentido, Travassos Valdez foi judicioso ao condenar o ostracismo dos políticos de seu país. Além de desmerecer seu trabalho, estes políticos implementaram uma decisão errada a partir do momento em que mostraram o desconhecimento de uma região que oferecia grandes vantagens para a expansão comercial portuguesa, pois a área

¹³⁷⁷ ACMPPRE. AA, Correspondencia con cónsules en Portugal, 1888-1911, Vol. II, ff.39-43. A) Consulado de Portugal em Venezuela; de F. A. Benítez para Lino Duarte Level, em MRE. Caracas, 15-10-1910. Reclamo Viuva Macieira e Filhos, Lisboa 19-09-1910. B) De MRE para F. A. Benítez, Caracas 24-10-1910. Of. de Antonio Pimentel. Ministerio de Hacienda, Caracas, 22-10-1910.

¹³⁷⁸ ACMPPRE. AA, Portugal, Vol. I, ff.62-63. De Cónsul em Lisboa para J. L. Andara, Ministro de Rel. Ext. Lisboa, 9-06-1912. Este assunto está desenvolvido na seguinte ideia sobre migração.

compreendia *um mercado de catorze milhões e meio de consumidores e um tráfico de cerca de 106 milhões de dólares*, na segunda década do século XX¹³⁷⁹.

Por outras palavras, a desinformação e a desatualização tanto em relação às políticas nacionais, como em relação à dinâmica do comércio internacional constituíam outros sintomas do marasmo. A fraqueza apresentava-se também na descoordenação entre o serviço consular e os agentes officiosos, cada um movendo e acometendo seus objetivos sem grande satisfação recíproca. Muito estreitamente ligado com esta atitude ingrata se encontravam as recriminações mútuas entre estas duas instâncias, repreensões que Botto Machado ameaçou deixar ao descoberto em 1914¹³⁸⁰.

As mudanças político-ideológicas que tiveram lugar em Portugal e na Venezuela, na década de 1930, impelem a novas considerações à problemática anterior. Em Caracas, as mudanças económicas tomaram a forma de reformas que acompanharam a transição política, enquanto, em Lisboa, as mudanças foram mais profundas. Em ambos casos, devia-se pensar a função das relações entre ambos países e a capacidade ou a atualização dos representantes diplomáticos e consulares. A esse respeito, os encarregados das questões económicas portuguesas em 1938 fizeram severos reparos. Para eles, eram evidentes as faltas na representação que tinha por dever atender as relações económicas com a América Espanhola. Além de serem poucas as missões diplomáticas e consulares, muitos dos agentes responsáveis não podiam ser incumbidos das negociações por carecer dos conhecimentos especializados, sobretudo das *noções muito claras sobre o mecanismo dos câmbios, e um conhecimento minucioso da nossa novíssima organização corporativa e da política seguida por cada um dos ramos dessa organização*¹³⁸¹.

Para encontrar uma solução a este quadro negativo, os especialistas da Repartição das Questões económicas pensaram emular a prática dos agentes diplomáticos delegados tal como se fazia noutros países. Contudo, a nomeação de agentes com este carácter deparava com o problema da consideração do tratamento que se tinha institucionalizado no serviço diplomático português relativamente ao valor específico do funcionário e ao culto da figura dos embaixadores. De facto, o problema foi tratado num *Parecer* desta Repartição, no mês de Maio de 1938. O escrito apresenta um palco de ideias de onde se podia ver, entre bastidores, o verdadeiro pano de fundo do problema que consistia, por um lado, em delegar

¹³⁷⁹ Valdez (1924), pp.2,7.

¹³⁸⁰ AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De Botto Machado para MNE. Of. Nº 124. Panamá, 26-02-1914.

¹³⁸¹ Arquivo Salazar. NE 2G1 Cx 437, Pt 13, ff.226-229. MNE, Questões económicas. Resumo – Parecer. Relações económicas com a América Espanhola. Assinado: Tovar. Lisboa, 17-05-1938.

em funcionários públicos menores, embebidos da doutrina do Governo, as atribuições normalmente reservadas às hierarquias mais altas da divisão do serviço externo; por outro lado, consistia em reter pessoas reconhecidas que davam prestanço ao serviço externo português junto aos governos onde estavam comissionados, mas cujo reciclagem político e reativação posterior no exterior implicaria um lapso de tempo que o Governo não podia esbanjar, e menos no caso das promissórias relações económicas com a América hispânica.

A proposta dos agentes delegados era, pois, interessante pelo recurso à especificidade das funções destes agentes. O 'Parecer' reflete que a especificidade foi pensada evitando que alguém pudesse entender que *o envio desses delegados especiais envolvesse desprimor para o respectivo agente diplomático*, em particular, quando este agente delegado assumia a responsabilidade de representar o Estado para assinar acordos de alguma importância ou era destacado em atividades de responsabilidade, fundamentalmente as consagradas à recolha de informação. Desta maneira, pensou-se que *a única forma prática de conseguir num prazo curto normalizar as relações comerciais com os países da América Espanhola consiste em enviar aqueles países um delegado especial*¹³⁸².

Segundo o mesmo Parecer, nesse ano, o Conselho de Ministros para o Comércio Exterior apontou Tomaz Fernandes¹³⁸³ como possível negociador, uma figura que apresentava então duas vantagens. Por um lado, Fernandes seria bem aceite pelos diplomatas, dada a importância das funções que já desempenhava junto da Sociedade das Nações, e, por outro lado, tinha disponibilidade, podia viajar e contactar as autoridades dos quatro mercados que, segundo o *Parecer* da Repartição, mais convinham a Portugal: Argentina, Chili, Cuba e Uruguai; mas o seguimento do assunto acabou por ficar nas mãos do Chefe do Governo.

É incontestável que tanto o trabalho de recolher informação, como a tarefa de contactar com outros agentes no exterior vinham sendo exercidos pelo serviço exterior de sempre. Os pedidos para estudar o mercado ou certos setores produtivos não eram novidade em nenhum dos dois países. Aliás, com essa intenção, o cônsul Benítez tinha referido, em duas oportunidades durante o ano de 1905, a importância dos quadros demonstrativos do comércio exterior, realizado por todas as alfândegas da Venezuela, que eram publicados na *Gazeta Oficial* trimestralmente. Além de remeter bibliografia sobre vários assuntos

¹³⁸² *Idem.*

¹³⁸³ «Fernandes, Tomas W.» Militar, Membro da delegação portuguesa à Conferência de Versalhes (1919) e na Sociedade das Nações (1930). Consultor económico do MNE e Negociador pelo Conselho de Ministros para o Comércio Exterior. Ministro das Colónias, em 1921. Telo, António José (2000), *A neutralidade portuguesa e o ouro Nazi*. Lisboa, Quetzal, p.374.

económicos, Benítez desejava contribuir com material digno de interesse e estudo para as autoridades lisboetas¹³⁸⁴. Do outro lado do Atlântico, quando Pedro Emilio Coll¹³⁸⁵, à frente do Ministério de Fomento, começou a campanha para estudar o problema da devastação da floresta na Venezuela¹³⁸⁶, chegaram a Lisboa os pedidos de informação sobre esta questão. Nesta cidade, o ministro Planas Suárez solicitou, com a intermediação do Ministério de Negócios Estrangeiros, a cooperação do Governo português na reorganização dos serviços florestais venezuelanos, em especial as disposições relativas à conservação das águas e reflorestação de bosques¹³⁸⁷.

Pelo que já foi referido até agora, as missões também não deixaram de desenvolver os seus trabalhos consultivos depois de 1935, conquanto que com altos e baixos. Mas, pelo demais, tal como se desprende do relatório da Repartição das Questões económicas de 1938, a incorporação destas funções na figura do agente delegado resgatou uma interessante linha de atuação da política exterior: a necessidade não só de contatar e conhecer, além de rentabilizar o serviço exterior, mediante a normalização das relações comerciais e de amizade em conformidade com os tempos, mas também a necessidade de instrumentar as previsões do Governo para com o serviço externo, considerando-as nas políticas de desenvolvimento económico. É de ressaltar a coerência da intenção da Repartição exposta neste *Parecer* com as funções incumbidas aos cônsules de carreira segundo as disposições legais expressas no artigo 119 do Decreto-lei 26.162/1935 já referido, em especial no ponto 10 na parte sobre *fazer o estudo económico de cada uma das indústrias mais importantes do país que possam ter relação ou influencia com a produção portuguesa*¹³⁸⁸.

A Repartição não foi original nesta proposta dos agentes delegados. Não é possível passar por alto os convites feitos pelos primeiros-ministros Plenipotenciários de Portugal na Venezuela e suas respetivas Chancelarias, para enviar agentes para sondar os sinais do mercado. Tanto Botto Machado¹³⁸⁹ como Travassos Valdez estavam conscientes que tal

¹³⁸⁴ AHDMNE. Cx 769. De F. A. Benitez para MNE. Of. N° 38 e N° 54. Caracas, 29-04 e 25-08-1905.

¹³⁸⁵ «Coll, Pedro Emilio» (Venezuela, 1872-1947). Escritor, historiador e jornalista. Cônsul da Venezuela em Southampton (1897-1899). Encarregado da secção «Letras Hispanoamericanas» da revista *Le Mercure de France* (Paris). Ministro de Fomento (1900-1913). Cônsul Geral da Venezuela em Paris (1915); Secretário da Legação em Madrid (1916-1924). Inspetor de Consulados em Europa (1927-1933); in: *DHV-FP*.

¹³⁸⁶ Coll, Pedro-Emilio (1913), *Memoria del Ministerio de Fomento presentada al Congreso de los Estados Unidos de Venezuela*, p.69. ____ (1914), *Memoria...*, p.47.

¹³⁸⁷ AHDMNE. Cx 478. Legações e Consulados em Portugal. Legação de Venezuela. De Planas Suarez para MNE. Of. N° 23. Lisboa, 26-07-1915.

¹³⁸⁸ «Decreto 26162/1935», in: *Diário do Governo*. N° 302, p.1954.

¹³⁸⁹ Botto Machado opinou sobre as dificuldades de fomentar contatos mais proveitosos em dois relatórios de 5 e 26-02-1914. No segundo confesou: *que, com efeito, me parece obvio que as casas importadoras não*

figura era uma necessidade do serviço. Este segundo Ministro empenhou-se pessoalmente, junto ao cônsul Carlos Agostinho Gonçalves, numa ampla campanha de propaganda e coleta de informação da qual saíram considerações para favorecer a emigração portuguesa e duas realizações concretas: a Agência Comercial Portuguesa patrocinada pelo cônsul Gonçalves e o acordo verbal com os proprietários de La Marselhesa. A gerência da loja, que negociava vários produtos portugueses, *ofereceu abrir nos seus armazens da Avenida Norte, uma secção portuguesa*. Pelo preço da *comissão usual da praça de Caracas*, La Marsellesa se encarregaria de *fazer propaganda dos nossos produtos*, mas para isso devia de *receber e instalar nela mostruários dos nossos comerciantes*. O Armazém também ficaria sujeito a *facultar-lhes todas as informações que precisarem bem como para remeter-lhes todos os produtos venezuelanos que desejarem importar*¹³⁹⁰.

Em 1932, na ocasião de responder à Circular N° 30-A sobre os mercados externos, o mesmo Gonçalves tinha recomendado o envio de agentes ou representantes só *para Caracas, com o exclusivo para todo o país* e alertava que a *recomendação consular é a forma que mais se usa e que habitualmente dá melhor resultado para encetar relações comerciais com o mercado sendo pouco importante o papel desempenhado por adidos comerciais que alguns países conservam ainda junto das legações acreditadas em Caracas*¹³⁹¹.

Sobre este tema, também o Ministro Plenipotenciário da Venezuela em Portugal, Simón Planas Suárez, alertava sobre o papel dos agentes e para o dinamismo que tais personagens tiveram após o fim da I Guerra mundial. A este respeito o Ministro indicou na sua Chancelaria que *el extenso campo de Latinoamérica ya lo recorren, asegurando el éxito de sus empresas, numerosos elementos de los adiestrados para tal fin*. Planas Suárez foi enfático em recomendar à América Latina que se preparasse para *la evolución que, al restablecimiento de la paz, se operará en el comercio mundial*. Tratava-se de desenvolver esforços à maneira das *naciones grandes y ricas que se preparan para la lucha; estudian y se activan en todo sentido*¹³⁹².

enconndem productos que ninguem aqui conhece, ninguem lhes mostra, ninguem reclama. Em clara alusão à falta de apoio dos comerciantes portugueses assinalou que *nem catalogos, nem mostruários me enviam*. AHDMNE. Cx 339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De Botto Machado para MNE.

¹³⁹⁰ Valdez (1924), pp.8-9.

¹³⁹¹ AHDMNE. 3°P, A21, Mc5. De cônsul C. A. Gonçalves, na Venezuela, para MNE. Of. N° 184. Caracas, 12-08-1932. Responde circular N° 30-A, Proc. N° 400/32, de 14-07-1932, Asunto: Mercados Externos.

¹³⁹² ACMPPRE. AA, Portugal, 1918, Vol. 3, Exp. N° 8, s/f. De S. Planas Suárez para B. Mosquera, MNE. Of. N° 59. Lisboa, 4-11-1918.

Na atual investigação foram infrutuosas as tentativas para verificar se Tomaz Fernandes efetuou a sua visita aos quatro países indicados e foi, por consequência, impossível conhecer a derivação que esta viagem pôde ter tido nas relações com a Venezuela. Não obstante, as tentativas levaram à descoberta da viagem feita por José Lemos, funcionário do Instituto Português de Conservas de Peixe, ao mercado de Caracas, também em 1938. A visita do agente tinha por fim conhecer a procura e as particularidades do mercado, nomeadamente das conservas de pescado, para aproveitar depois suas conclusões na indústria nacional portuguesa. O MNE remeteu a Circular N° 9 a 42 consulados para facilitar seu périplo de que tão só foi resgatada a opinião do Cônsul em Caracas: *José Lemos é dos poucos, para não dizer o único representante de interesses portugueses devidamente preparado para estes mercados, que por Venezuela tem passado*¹³⁹³.

Lemos ilustra a necessidade de agentes especializados em certas áreas, um desejo que era manifesto também em outras corporações como o Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira. A propósito deste Grémio, um pedido enviado pela Direcção do mesmo à Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, em 1939, reproduz o análogo padrão oitocentista de atuar quando os sinais evidentes de estagnação aconselhavam *estabelecer novos negócios em substituição dos que foram suspensos ou eliminados*. O Grémio enviou um pedido de informação sobre estudos relativos ao mercado da América do Norte, Central e do Sul, bem como das Índias Ocidentais, isto é, onde constava existir a presença de núcleos de portugueses, porque para essa região *grandes, quasi desesperados esforços estão fazendo os agremiados procurando a expansão dos seus produtos para aqueles mercados*, tudo com o fim de contrariar, assim, a gravidade da falta de desenvolvimento do bordado no comércio exterior habitual¹³⁹⁴.

O plano dos agentes delegados não foi implementado ao pé da letra e os resultados encontrados foram poucos. Assim, nas instâncias diplomáticas de Caracas e de Lisboa, em 1948, falou-se da visita duma missão comercial portuguesa interessada em estabelecer com os comerciantes venezuelanos o desenvolvimento do comércio entre os dois países, na base de troca de produtos e, em 1949, na necessidade de exortar ao Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, José Caerio da Mata, a visitar a Venezuela. Em ambos os casos, o

¹³⁹³ AHDMNE. 2°P, A40, Mç111. De Consulado de Pt em Caracas. Ofc N° 1, Caracas 22-01-1938. Visita de José Lemos, Circular N° 9, de 18-08-1937, da Dir.-Geral dos Neg. Políticos e Económicos.

¹³⁹⁴ AHDMNE. 3°P, A21, Mc42. De Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira, Of. N° 249/39, Funchal, 2-11-1939.

discurso político não se viu correspondido com as provas da concretização das visitas por delegados portugueses¹³⁹⁵.

Tal como a diplomacia venezuelana, a comunidade portuguesa na Venezuela mostrou-se propensa a receber agentes enviados a partir de Lisboa. Inclusive, a imprensa comunitária promoveu a nomeação de tais funcionários para conhecer as peculiaridades do mercado venezuelano com o fim de captar assessoramento português e consolidar sua posição no comércio interno. O inventário da imprensa comunitária destaca a visita de Amílcar Lino Franco, cônsul de Portugal em São Paulo, que foi a Caracas, em 1951, numa missão especial, seguindo depois para a Argentina para ocupar o seu novo lugar na Legação. Embora a *Voz de Portugal* noticie o facto, o jornal não fornece maiores dados sobre as razões que levaram um funcionário a passar primeiro por Caracas na altura em que foi transferido de São Paulo para Buenos Aires. A razão para tal desvio foi o facto de Franco ficar encarregado temporariamente dos negócios de Portugal, legando do seu exercício vários relatórios, a maioria de conteúdo administrativo e político¹³⁹⁶.

A partir de 1950, o envio de agentes para a Venezuela começou a mudar e os comerciantes portugueses ali radicados tentaram, portanto, outras vias para captar apoio e de consolidar a sua posição a partir das relações comerciais binacionais. Esta iniciativa foi plasmada no *Plano de actividade e plano de financiamento*, para 1953, do Fundo de Fomento de Exportação, onde ficou resumida *uma carta de um grande comerciante português estabelecido em Caracas*. A alusão à carta anónima traz consigo a intenção manifesta do remetente de instalar *um escritório comercial que disponha de mostruários e preços sempre actualizados dos produtos que a Portugal interesse exportar e possa, paralelamente, encarregar-se da venda por conta dos exportadores que de tal o encarregasse*¹³⁹⁷.

¹³⁹⁵ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç3. De Branquinho, Legación de Portugal em Caracas, para MNE. Of. Nº 159, Caracas, 16-04-1948. Comenta declarações do Cônsul de Venezuela em Lisboa, Carlos E. de la Madriz; ACMPPRE. Dirección del Protocolo, Portugal, 1949, Exp. Nº 851, s/f. Del Env. Ext. e Min. Plen. de Venezuela en Portugal, Julio Alfredo de la Rosa, para Ministro de Relaciones Exteriores (E), Germán Suárez Flamerich. Nº 533. Lisboa, 20-12-1949. O convite foi iniciativa do MRE segundo consta no Radiograma Nº 771 de 15-12-49.

¹³⁹⁶ «Em Missão especial, veio a Caracas um Diplomata português», in: *Voz de Portugal*. Caracas Sábado, 30-06-1951. AHDMNE. 2ºP, A59, Mç283. Colónia Portuguesa na Venezuela 1951-1954. De A. L. Franco para MNE, Of. Nº 216, 23-08-1951. Segundo o *Anuário diplomático e consular português*, Franco ficou encarregado de negócios interino e primeiro - secretário de Legação. *ADCP. 1951*. p.147.

¹³⁹⁷ ANTT. Arquivo Salazar EC 7 Cx 90 Pt 2. Fundo de Fomento de Exportação. Plano de actividade e plano de financiamento para 1953, pp. 58-59.

Desde 1954, a imprensa comunitária difundiu notícias já não só sobre os pedidos de envio de agentes, mas também sobre as iniciativas da comunidade e o facto de implantar representações comerciais de empresas portuguesas. Estas iniciativas estavam apoiadas pelo aumento da capacidade financeira, a consolidação dos investimentos dos portugueses residentes na Venezuela e os contatos que os mesmos conseguiram estabelecer com empresários portugueses. Neste esquema entram os exemplos de duas empresas: Yrausquin & C^a e a Corporación Luso Venezuelana S.A.

Yrausquin & C^a era uma empresa dedicada ao comércio internacional, ao tráfico de passageiros e às operações cambiais, com ligações no Mar das Caraíbas - em Curaçao existia uma empresa homônima - e amplamente conhecida por seus avisos de câmbio de florins, dólares, escudos e outras moedas, publicadas em *Caracas Semanal / Caracas Weekly*, uma revista distribuída pelo Oficina Nacional de Turismo, do Ministério de Fomento da Venezuela. Yrausquin & C^a publicitava também no jornal *O Lusitano*; Por este meio, em Abril de 1954, a Empresa dirigiu-se à comunidade portuguesa para comunicar que tinha recebido propostas de bancos portugueses, com os quais mantinha relações comerciais desde longa data, *no sentido de estabelecermos contato com importadores e exportadores de produtos de, e para Portugal, com o fim de serem estudadas as possibilidades de desenvolver o intercâmbio comercial entre Portugal e Venezuela*. Nesta conformidade, a Empresa mostrou claramente o seu interesse na dita representação e, *no próprio interesse do comércio importador e exportador*, convidou os comerciantes a irem à sua sede onde cada assunto, segundo o prometido, seria *estudado com a atenção que merece e lhes seriam prestados, no seu próprio idioma, todos os esclarecimentos que desejaram sobre o mesmo*¹³⁹⁸.

Em relação à Corporación Luso Venezolana S.A (COLUVESA), a sua fundação está associada ao interesse no mercado venezuelano da empresa Víctor Guedes & C^a, de Lisboa, a qual era proprietária de COLUVESA. O gerente desta Corporacion em Caracas, António Neves, foi um dos convocados pela Legação de Portugal, em Abril de 1957, para, em união com os *importadores portugueses mais importantes*, dar o seu parecer *acerca dos estudos em curso para a negociação dum acordo ou 'modus vivendi' comercial com a Venezuela* e, ao mesmo tempo, opinar sobre uma ideia que era ponderada nesses tempos: *a criação em Caracas duma Câmara Portuguesa de Comércio*, iniciativa oficial cujos estatutos estavam já concluídos para a data da convocatória. COLUVESA era além disso representante para Venezuela de outras empresas portuguesas, entre elas a Macieira & C^a,

¹³⁹⁸ «Yrausquin & C^a», in: *O Lusitano*. Caracas, 11/17-04-1954, Año III, N^o 107, p.1.

Lda, uma das empresas que batalhou por um tratado aduaneiro entre Portugal e Venezuela *no sentido dos importadores de mercadorias expedidas de Portugal não suportarem maiores encargos aduaneiros do que as de outra proveniência*¹³⁹⁹.

A motivação que a Legação desejava inspirar não chegou a concretizar-se e o desejo de uma maior cooperação entre empresários portugueses na Venezuela e empresas portuguesas tornou a manifestar-se, não sem tons de crítica política, em Março de 1959, na ocasião da visita de Paulo Cunha¹⁴⁰⁰. A presença de Cunha ocasionou polémica na comunidade ao expor, de maneira evidente, os estratégias da delegação diplomática e o duplo discurso político tanto de funcionários públicos como de enviados especiais para atender a emigração. A estes aspetos se somavam, por uma parte, o critério de autoridade com que veio investido o agente enviado desde Lisboa sobre o papel de toda a representação diplomática em Venezuela e, por outra parte, o emprego de agentes de informação para melhor conhecimento do acontecer comunitário. O modelo recorda, sem dúvida, a proposta da Repartição de Questões Económicas, formulada em Maio de 1938, sobre a nomeação de agentes diplomáticos delegados, com o inconveniente de ser aplicado de maneira inoportuna vinte anos depois, desde a mesma abordagem centralizada e com a intenção de impô-la a empreendedores com iniciativa própria.

A crítica política surgiu da dinâmica da missão de Cunha. Em vários encontros com seus compatriotas, o Diplomata tinha-se manifestado de acordo em projetar a comunidade de forma harmónica para seu progresso social e económico bem como o comércio com Portugal. Porém, a sua atuação, marcada pelo partidismo e a ideologia quase no final de sua visita, foi denunciada quando publicamente fez propaganda política a favor do regime corporativo, ao mesmo tempo, que entregava condecorações as personalidades selecionadas pela Embaixada. Como expressou uma destas personalidades, estas ações contrariavam às aspirações da *pequena mão-cheia de compatriotas que constituem a vida associativa da Colónia*¹⁴⁰¹.

¹³⁹⁹ AHDMNE. Maço 301. Da Legação em Caracas para MNE. Of. Nº 427/203 Caracas, 22-04-1957. AHDMNE. 2ºP, A62, Mç372. De Dir-Geral dos Negócios económicos e consulares para Macieira & Cª, Lda. Of. 44, Lisboa, 26-04-1957. Com Cópia a Leg. em Caracas.

¹⁴⁰⁰ «Cunha, Paulo Arsénio Veríssimo» (1908-1986). Até 1960, reconhecido como Advogado, professor, vice-Reitor da Univ. Clássica de Lisboa (1946-1952), ministro dos Negócios Estrangeiros (1950-1958), parlamentar (1942-1953), Delegado à tomada de posse de presidente Rómulo Betancourt. *ADCP. 1951-ADCP. 1958*. Rosas, Fernando e J. M. Brandão de Brito (Dir.) (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*. [S.l.]: Círculo de Leitores, Vol. 1, pp.245-246.

¹⁴⁰¹ A missão acabou por ser denunciada como inconveniente e inoportuna por um dos nomeados, Daniel Morais, o editor do semanário *Ecos de Portugal*. A ação de Cunha foi inconveniente para a dinâmica associativa que tinha começado a reunir-se sob a bandeira do apoliticismo no Centro Português, criado no ano

C. O que se dá e o que se pede

A variação de oferta e da procura de cada país ficou inventariada ao longo das negociações entabuladas à volta dos produtos nacionais e os termos de sua comercialização. A documentação consultada demonstra amplamente as intenções de compra-venda entre os comerciantes dos dois países, mais do que os dados estatísticos do comércio real. Tal inventário reflete, assim, o jogo de forças praticado a nível das instâncias diplomáticas, tanto para impor ao parceiro comercial a aquisição daqueles produtos de maior vantagem competitiva, como para permitir ao país a aquisição dos artigos de maior conveniência. A estratégia era bastante simples em proposta, mas não era assim a negociação. Todo acordo oficial se viu influenciado pelos respetivos processos de desenvolvimento mostrando logo a renovação das prioridades quanto às importações ou à variedade e a capacidade de produção para exportar.

O balanço da procura recíproca de cada país indica que, por parte da Venezuela, tanto os industriais e o comércio importador, como os organismos oficiais, atuando sós, combinados ou subordinados os primeiros aos segundos, promoveram compras no exterior com consignação das cargas a companhias privadas e, inclusive, à administração das alfândegas. Em Portugal, verifica-se uma maior concentração da importação em poucos agentes importadores. Entre estes agentes sobressaem, de maneira notável, o Governo, que importava para abastecer o mercado interno de produtos de primeira necessidade e encarregava estudos ao serviço externo, e a SACOR, principal importadora de petróleo.

A descrição dos bens e serviços a importar ou importados regista uma desproporção nas procuras respetivas. Os relatórios consulares portugueses indicam que a Venezuela estava interessada na aquisição de maquinarias com preferência para aquelas que eram fabricadas nos Estados Unidos e que eram destinadas, em grande parte, à indústria petrolífera. Portugal não podia competir neste mercado da mesma forma que o podia fazer em outros itens que a Venezuela procurava no exterior como: Bebidas (águas minerais, champanhe, conhaque, licores, vinho branco, vinho tinto, vinho de mesa, vinho branco e tinto de Madeira, seco e licoroso; vinho branco e tinto de Porto licoroso, vinho espumante);

anterior, ratificando, ao contrário, tanto a *delação* e o *partidarismo político* como as tentativas consulares de consolidar a imagem do «português de sucesso» como estímulo para o investimento nas iniciativas comerciais. A ação foi, igualmente, inoportuna porque contradisse o sentido democrático que se pretendia dar ao objeto da visita de Cunha -a tomada de posse do primeiro governo democrático de Venezuela - e desconsiderou os estímulos que davam à comunidade tanto a jovem democracia venezuelana como a influência de dissidentes políticos portugueses em Caracas. De facto, Morais, que tinha sido perseguido pela PIDE e deixado Portugal quando era militante do Movimento de Unidade Democrática da Juventude (MUDJuvenil), de caráter antifascista, analisou a inconveniência e o desacerto da missão de Paulo Cunha na editorial de *Ecos de Portugal*. Caracas, 2-03-1959, p.1 e p.9.

Comestíveis (aves congeladas, conservas de atum, conservas de frutas, conservas de sardinhas, embutidos, frutas secas, bolachas, vinagre comum, vinagres; Gordurosas (azeites variados, azeite de oliva, copra de Moçambique, óleo de amendoim, óleo de coco, óleo de linhaça); Manufaturas (artigos de prata, artigos para brindes, brinquedos, cortiça, louças de porcelana, tampas e batoques); Tecidos (bordados a mão, bordados da Madeira, pastas, centros e toalhas de mesa, rendas, roupa feita para meninos, lençóis, guardanapos de tela); e Especialidades turísticas¹⁴⁰².

Portugal beneficiava dos fornecimentos enviados em grande parte, pelos territórios africanos que remetiam para Lisboa produtos similares e até concorrentes com os venezuelanos como o café, cacau, peles e outras matérias-primas que, por isso, os negociadores por Caracas tentavam impor a Lisboa nos tratados comerciais. Desde finais do século XIX até à década de 1930, Portugal estava disposto a comprar gado em pé (bovino, porcino, lanar, cabrino, cavalari e muar), carnes de frigorífico ou preparadas, forragens, cereais (aveia, cevada, centeio, milho e trigo), favas e batatas, chegando a ser decretada a livre importação enquanto durou a I Guerra mundial. No entanto, não foram recuperados registos de uma importação proveniente da Venezuela, apesar das propostas diretas feitas por funcionários ao seu serviço, como a que foi exposta pelo cônsul Ayres de Sá, para a venda de gado e carnes crioulas a Portugal. Sem dúvida, o petróleo foi o produto venezuelano que mais interessou Lisboa a partir da década de 1920 atingindo seu grau mais alto de negociação com os contratos da SACOR na década de 1940¹⁴⁰³.

Além de ser muito limitada a variedade de artigos procurada por Portugal, as mercadorias venezuelanas sofriam uma grave concorrência da produção colonial, sobretudo africana, como expõem as referências continuamente feitas esta situação. Mas, para

¹⁴⁰² AHDMNE. A) Cx 769. Consulados em Venezuela. De F. A. Benitez para MNE. Of. N° 38. Caracas, 13-08-1900. «Estudio de los vinos, por F. A. Benitez», B) 3°P, A21, Mç5. Mercados Externos. Varios anos. Venezuela; C) 3°P, A21, Mç5. De C. A. Gonçalvez, Consulado de Portugal, para MNE. Of.: N° 153, 15-01-1930, N° 169, de 17-05-1932 e N° 185, 13-08-1932; D) 2°P, A39, Mç28-I. De Rosental & C°, para Ministerio de Relaciones Interiores. Maracaibo 3-08-1945; E) 2°P, A41, Mç43. De Branquinho para MNE. Of. N° 450. Caracas, 23-12-1947; F) 2°P, A41, Mç131. De MNE para Dir.-Gral. do Comercio. Of. N° 162, Lisboa, 12-04-1949. Arquivo Salazar: A) NE-2I, Cx.439, Pt.18. Parecer MNE- Direcção Geral do Fomento Colonial; B) EC-7 Cx.90, Pt.2. Fundo de Fomento de Exportação. Plano de actividade-Plano de financiamento, 1953; ACMPPRE. AA, Portugal, 1916, Vol. 3, Exp. N° 11. De S. P. Suárez para MNE. Lisboa, 12-03-1916; *Boletín-AHM*. Caracas, Julho-12-1969, N° 61-63, p.362; «Actualidades da Venezuela», in: *Ecos de Portugal*. Caracas, N° 7, 13-01-1958, p.6. Valdez (1924), pp.7-8.

¹⁴⁰³ Os contratos da SACOR são analisados conjuntamente com outros tratados negociados nessa década. SACOR fue um ícone da política petrolífera de Portugal. Cf.: Palmer, Mona *Registro Internacional del Petróleo (International Petroleum Register)* (Nova Iorque, M. Palmer Publishing C°, 1947). (D).- Sociedade Anónima Concessionária de Refinação de Petróleo em Portugal (SACOR) formada para construir e operar uma refinaria, cujo projeto foi atribuído a Redeventza S.A., da Roménia, com a condição que o consórcio cobrisse 50% das necessidades do país; in: Gulf Publishing Company (1938), *Refiner and Natural Gasoline Manufacturer*. Vol 17, N° 7-12, p.54.

satisfazer a procura venezuelana, Lisboa devia competir contra fortes rivais; por um lado, como já se disse, estava a concorrência dos Estados Unidos, que segundo informações da Câmara de Comércio de Caracas, em 1958, chegou a controlar o 56% das importações de bebidas e produtos comestíveis. Depois estava a concorrência dos países europeus mediterrâneos como Espanha, França e Itália pelo mercado dos azeites, das conservas, dos embutidos e dos vinhos. O resto dos fornecedores da Venezuela encontrava-se maioritariamente na Europa do norte com Alemanha marcando ampla presença frente à Bélgica, à Holanda e à Inglaterra¹⁴⁰⁴.

Até à década de 1950, Portugal e a Venezuela dependeram da marinha mercante estrangeira para as suas operações. Ao estar dominada pelos países mais comerciais, a navegação aumentava as dificuldades de negociação, prolongava os tempos de percurso e elevava os custos das mercadorias importadas. O mesmo se pode dizer das exportações, pois a dependência naval afetava a oferta dos produtos retirando-lhes rentabilidade e deixando por terra muitas iniciativas.

A oferta de produtos venezuelanos em Portugal foi realizada, quase exclusivamente, pelo serviço diplomático e consular. A única exceção foram os serviços turísticos e de viagens oferecidos pelas companhias navegadoras e aéreas conquanto que, promovidos por interesse próprio, não correspondiam realmente a uma oferta de serviços venezuelana ou portuguesa. Não aconteceu assim com a oferta feita a partir o outro lado do Atlântico: desde lá apura-se que tanto o Governo nacional como o regional, em particular o da Madeira; o serviço externo, instituições corporativas, como o Fundo de Fomento de Exportação; a Associação Comercial de Lisboa e seu correspondente de Porto, o Banco Nacional Ultramarino, agências de representação, empresas privadas e industriais, por só citar *grosso modo* os nomeados com frequência, ofereceram produtos à Venezuela com indicações inclusive das firmas consignatárias em localidades como Caracas, La Guaira, Cumaná, Maracaibo e Puerto Cabello, destinos para onde seriam despachadas as mercadorias.

A composição da oferta venezuelana ampliou-se com a promoção feita pelo ministro Planas Suárez, a partir de 1915, para reduzir-se com o auge do petróleo até que a exportação de minerais, como o ferro e seus derivados, aparecessem, em 1955, na promoção de vendas para Portugal. Neste processo de venda, a característica predominante foi a pouca correspondência entre a oferta feita por Caracas e a procura formulada por

¹⁴⁰⁴ ACMPPRE. AA, Portugal, 1915-1916, Vol. 4, Exp. N° 13. De S. P. Suárez para MRE. Of. N° 62. Lisboa, 12-05-1916; Arquivo Salazar, NE-2I, Cx. 439, Pt.18. MNE. Parecer «Projecto de um acôrdo comercial com a Venezuela»; AHDMNE. A) 2°P, A41, Mç4. De Legação em Caracas para MNE. Of. N° 449, Caracas, 13-12-1948; B) 2°P, A41, Mç3. De C. L. Branquinho para MNE. Of. N° 11, Proc. 2,20. Lisboa, 8-01-1948.

Lisboa. Nestes anos, a oferta de café, cacau e peles manteve-se e, em 1948, estes produtos foram uma fonte compulsiva de negociação entre os dois países. Artigos que de maneira intermitente aparecem nesta oferta venezuelana, são: carnes, couros, madeiras, ouro, pérolas e madrepérola, plantas medicinais e tintureiras, plumas, sarrapiá tabaco¹⁴⁰⁵.

Tal como a Venezuela manteve quatro produtos-bandeira na sua oferta (cacau, café, peles e petróleo), Portugal correspondeu com outros tantos: azeites, conservas de pescado, cortiça e vinho. No entanto, desde inícios da década de 1950 é evidente a maior variedade de artigos portugueses, com marcado incremento de produtos industriais, oferecidos aos venezuelanos. Além dos ícones da exportação portuguesa, a oferta mais constante recai em aguardente, bordados e bordados da Madeira, cebolas, conservas de fruta, conservas variadas, frutas, legumes, tecidos de algodão, feltros, filigranas, joias de pratas, papas, trabalhos de vime e conservas de pescado¹⁴⁰⁶.

A partir de 1950, a oferta portuguesa para a Venezuela ampliou-se: açúcar, cereais, sarro de vinho, medicamentos, óleo de fígado de bacalhau; alfaias agrícolas, barris, grades de discos, charruas de discos, cultivadores e pulverizadores, *fours à chauve* e *sannerie*, tapetes de cortiça, calçado, camisas, camurça, lápis de lousa, lápis, lousas escolares, lousas para bilhares, madeira, marcenaria, palitos para dentes, produtos marinhos, produtos ultramarinos, chapéus, tecidos de fibras artificiais e tecidos de lã¹⁴⁰⁷.

Em 1957, o enviado de Portugal em Caracas, Carlos de Liz Branquinho, recebeu recomendações do Ministério dos Negócios Estrangeiros para introduzir na Venezuela alguns produtos que, a Direção-Geral considerava que poderiam interessar ao mercado venezuelano. Para suportar essa atividade, as recomendações foram acompanhadas com vários folhetos enviados pelo Fundo de Fomento de Exportação. Só as especificações enviadas a Branquinho são suficientes para ilustrar o empenho de Portugal na fabricação de produtos químicos industriais, resinas plásticas e fertilizantes que, no final da década de

¹⁴⁰⁵ AHDMNE. Cx 769. Consulados em Venezuela. De F. A. Benitez para MNE. Of. N° 37. Caracas, 20-06-1900. AHDMNE. Caja 723. Indias Ocidentais. De D. Montbrun, Cónsul em Trinidad. Porto de Espanha, 18-04-1907. Entrevista com Simón Planas Suárez, Env. Ext. e Min. Plenipotenciario de Venezuela, in: *O Século*. Lisboa, N° 39, 11-03-1916. Hiss (1943), pp.124-125. CAEU (1948), pp.99-101. Urbaneja (1973), p.138.

¹⁴⁰⁶ De acordo com as designações: conservas de atum em salmoura, em óleo e em azeite de oliva; conservas de cavala em azeite, conserva de anchovas, conservas de sardinha, sardinhas prensadas, sardinhas e similares em salmoura, sardinhas em azeite.

¹⁴⁰⁷ ACMPPRE. AA, Portugal, Vol. I, F° 200. De Eliseu de Sousa Drummond para Ministerio de Relaciones Exteriores. Funchal, 4-09-1908. AHDMNE. 2° P, A 62, Mç 372. De Dir.-Gral. dos Negocios Económicos e Consulares para C. L. Branquinho. Ofc.s: N° 3, Lisboa 28-01-1957; N° 19, 22-07-1957; N° 22, 30-08-1957; N° 23, 17-09-1957; e N° 28, 7-11-1957. Arquivo Salazar, AR EC 19, Cx 80, pt 25. Estúdio “Dificuldades e problemas da exportação portuguesa” de Associação Comercial de Lisboa. 28-11-1958.

1950, já tinha capacidade de colocar no mercado internacional. Os produtos que são destacados pela correspondência dizem respeito a 104 empresas, a maioria localizada nos arredores de Lisboa e Porto, mas também à indústria petroquímica, em particular: adubos orgânicos, adubos químicos mistos, adubos químicos, ágar-ágar, alúmen de crómio, anidrido arsenioso, anilina, artigos de couro para a indústria têxtil, azul e verde ultramar, carbonato de sódio cristalizado, carbonato de sódio em pó, colas para escritório, colas para indústria, colas para marcenaria, glicerina, pigmentos para curtumes, resinosos, sulfato de bário, superfosfato, volfrâmio, zarcão, dicromato de potássio, empregado para cromar metais, e dicromato de sódio, que é aplicado como um conservante para madeira¹⁴⁰⁸.

D. Como elos na cadeia

O comércio entre Portugal e Venezuela contempla as transações que os comerciantes dum país estão na disposição de realizar, por própria iniciativa, para colocar os seus produtos no mercado do outro. Nestas transações tem de se considerar que a oferta comercial de Portugal é, com o passar dos anos e como se verificou, cada vez mais variada. Com igual sentido, no perímetro político-mercantil, os agentes oficiais e oficiosos tentaram trabalhar de maneira mais coordenada na implementação de um sistema organizado de instituições e associações comerciais e num contato direto cada vez maior entre os potenciais parceiros comerciais, para sustentar e fomentar a oferta de produtos.

Nestas tentativas ambos os países viram-se confrontados com duas realidades, diferentes por completo, quanto às possibilidades de integrar os agentes oficiosos nas estratégias diretrizes do serviço externo. A emigração foi o factor que determinou estas duas realidades. No caso de Portugal, a estratégia destacou-se tanto pelas suas iniciativas de organizar as comunidades emigrantes como pelas tentativas de exercer a fiscalização, tanto política como comercial, das associações comunitárias. Assim, a estratégia portuguesa caracterizou-se pela organização e gestão da emigração. No caso da Venezuela, a falta de comunidades emigrantes forçou a confiar a estratégia nas entidades portuguesas dispostas a colaborar com o serviço externo, que adquiriu assim um espírito negociador.

Neste processo foram contemplados os núcleos emigrantes como consumidores e difusores de produtos do país de origem, uma consideração que ganhou um escasso interesse prático para a Venezuela em proporção aos venezuelanos residentes em Portugal. Agora, sob o princípio de que estes núcleos beneficiavam, por sua vez, do progresso económico do país de origem à medida que este desenvolvia, aumentava a quantidade e a

¹⁴⁰⁸ AHDMNE. 2º P, A 62, Mç 372. De MNE para C. L. Branquinho. Ofc 17, Lisboa, 27-05-1957.

variedade da exportação, e que as comunidades emigrantes consolidavam seu componente social no país de acolhimento e assentavam o seu bem-estar socioeconómico, a produção portuguesa, por ser variada, por conter uma alta percentagem de produtos de consumo imediato e de venda direta ao público em geral, passou a ser distribuída na Venezuela através das redes de mercado nas quais operava a comunidade emigrante.

Ao apreciar o processo dos núcleos emigrantes nas zonas vizinhas da Venezuela conclui-se que este princípio não funcionou com total exatidão. Em particular, pode-se recordar o cônsul de Portugal em Port-of- Spain, Domingos Montbrun, no início do século XX, que se admirava das características do comércio de Portugal com a comunidade portuguesa ali instalada, a começar pela baixa importação. A este respeito, o Cônsul expressou num relatório de Janeiro de 1898 que *the small amount of articles imported from Portugal and its Colonies (...) passes my comprehension*¹⁴⁰⁹. Igualmente incompreensível lhe parecia o facto dos exportadores em Portugal recorrerem aos barcos estrangeiros, sobretudo ingleses, para o despacho das suas cargas, bem como o baixo número de navios portugueses dedicados ao comércio com esta parte da América.

No mesmo relatório, acrescenta uma peculiaridade que, em especial, lhe chamava a atenção: a falta de complementaridade operativa entre comerciantes portugueses de ambos lados do Atlântico e o facto de morar na Ilha *several Portuguese gentlemen here trading as merchants*¹⁴¹⁰. Estes *selfmade men*, cuja trajetória comercial os fazia merecedores da consideração do Cônsul, e entre os quais se encontravam A. M. Cabral, José Fernandes Reas, M. J. Cabral, Alberto Mendes, operavam quase de maneira independente das oportunidades que podia oferecer-lhes o comércio externo português. Consideradas estas reflexões de Montbrun, percebe-se uma explicação para a escassa presença de Portugal no comércio interno trinitário.

A explicação era válida para a Venezuela. A retórica de José dos Santos Freixinho inquiria, num estudo sobre a relação de Portugal com a Venezuela nesses anos, sobre *o que dificultava a penetração do nosso comércio neste País, após passados tantos anos com troca de correspondência a nível diplomático ou consular?*¹⁴¹¹. Entre as razões que argumentava - falta de sensibilização para as relações externas dos agentes portugueses e do MNE, a permanente crise do tesouro e a inexistência de linhas diretas entre Portugal e a Venezuela -, ficou de fora o papel da emigração, tal como o consideram Montbrun na

¹⁴⁰⁹ AHDMNE. Indias Occidentales Cx 723. Of. s/nº. De cônsul D. Montbrun. Porto de Espanha, 28-1-1898.

¹⁴¹⁰ *Idem*.

¹⁴¹¹ Freixinho (1995), p169.

Trinidad ou, posteriormente, Botto Machado para a Demerara, Panamá e Venezuela: a existência duma comunidade emigrante com presença no comércio interior português.

O relato da fundação da Câmara de Comércio de Caracas ilustra o processo na Venezuela em que famílias e empresas estrangeiras, por sua conta ou em sociedade com venezuelanos, estiveram envolvidas no desenvolvimento de determinados setores com o apoio do comércio exterior. Mas nem Portugal nem o português aparecem ainda neste panorama comercial. A volta de 1900, algumas assinaturas como H. L. Boulton & C^a, J. B. Egaña e J. L. Gorrondona, dedicavam-se ao comércio de víveres; Blohm & C^a, Leseur Romer & Baasch, A. Perreault & C^a, Aron Waltz & C^a, e Travesso Hermanos competiam no setor de mercadorias secas. Outro setor comercial bastante disputado era o das quinquilharias onde se equiparavam Santana & C^a, Guinand Frères e Becker Brun & C^a¹⁴¹². Todos estes exemplos são claras mostras da presença de países como a Alemanha, a Espanha, os Estados Unidos, a França, a Holanda ou a Grã-Bretanha, vistas a voo de pássaro

Efetivamente, na mesma época de Montbrun, são escassos na Venezuela os negociantes portugueses com um desempenho semelhante aos comerciantes que referimos acima, comerciantes com capacidade para pôr em prática o preceito de penetrar o mercado venezuelano e integrar os esforços políticos e comerciais. De facto, a referência mais notável aponta para o cônsul de Portugal em Caracas, Federico Álvarez Benítez, que em 1897 refere ter exposto amostras de produtos e de manufaturas de cinco casas de Porto e Vila Nova de Gaia, além de colocar no mercado vinhos portugueses pelo valor de 500 mil reis¹⁴¹³.

Durante o tempo que Benítez esteve em serviço, até 1917, ficou comprovado o gosto venezuelano por alguns produtos lusos de excelente qualidade e a necessidade de agentes dispostos a representar as empresas portuguesas em Caracas. Entre as operações de Benítez, somam-se: a negociação por 50 caixas de sardinhas em azeite originárias de Setúbal, despachadas pela assinatura Viúva Macieira e Filhos, em Outubro de 1910; os 19 vultos consignados a Ezequiel A. Vivas, chegados em Setembro de 1915, com licores e vinhos, de vários países europeus e colheitas velhas, entre os quais se pode mencionar: Porto Blanco 1834 e Madeira seco 1821¹⁴¹⁴.

¹⁴¹² Cf.: González Deluca (1994), *Los Comerciantes de Caracas*.

¹⁴¹³ AHDMNE. Cx 769. Consulados em Venezuela. De F. A. Benítez para MNE. Caracas, 26-06-1897.

¹⁴¹⁴ *Boletín del Archivo Histórico de Miraflores*. Caracas, Julio-Diciembre 1969, N° 61-63, p.362; ACMPPRE. AA, Portugal, Vol. II, F° 39-43. De F. A. Benítez para MNE. Caracas, 15-10-1910.

Nestes anos, Benítez referiu um evento especial; a ocasião para fazer uma apresentação dos produtos portugueses, em grande estilo, apresentou-se com o Decreto Executivo do 28 de Outubro de 1898, que estipulava a celebração de uma Exposição Nacional, cujo início ficou fixado para o dia 1 de Janeiro de 1900, para festejar a mudança de século. Este foi o melhor projeto de exibição que se apresentou então para os investidores, industriais e comerciantes estrangeiros apresentarem e oferecerem, durante 4 meses, as suas maquinarias, equipamentos e produtos manufacturados ao mercado nacional com possibilidade de articulá-los na estrutura produtiva do país. Este evento não passou despercebido para o cônsul Benítez; também não passou inadvertida a magnitude do esforço que, como cônsul e comerciante, teria que realizar em Caracas e a colaboração que precisava de Lisboa para garantir uma boa representação e introduzir de vez os produtos de Portugal¹⁴¹⁵.

À exceção do que foi referido até agora, a inserção programada dos produtos portugueses na Venezuela é um tema para o qual há pouca informação para as primeiras décadas do século XX. O assunto começa a ganhar espaço quando a economia venezuelana modifica seu caráter com a exploração petrolífera a partir de 1925-1926, quando o *ouro negro* substituiu o setor agropecuário no topo das principais exportações e o país se converteu num importador de todo tipo de produtos, maquinarias e serviços. Além desta importação, na sequência da industrialização do petróleo, uma parte da corrente imigratória de trabalhadores temporários provenientes de diferentes países, incluindo Portugal, teve como destino a Venezuela anos mais tarde. Isto ocorreu ao mesmo tempo em que as companhias internacionais especializadas em petróleo se consolidam em Portugal tendo em vista cobrir as exigências da importação e processamento do hidrocarboneto¹⁴¹⁶.

O petróleo cedo se converteu num tema político. No finalizar a década de 1920, a elite política e económica venezuelana discutia o problema da competitividade dos produtos venezuelanos, causado pelos elevados preços de venda e agravado por causa dos impostos,

¹⁴¹⁵ «Decreto Ejecutivo de 28-10-1898 disponiendo la celebración del día 1º de Enero de 1900, con una Exposición nacional», Venezuela (1901), *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Caracas, La Opinión Nacional, Vol. XXI, pp.356-357; ANTT. MNE, América Latina. Cx. 769. De Federico Alvarez Benítez a MNE. Caracas 26-01-1899 (Sobre a oferta para Portugal ser representado na Exposição nacional de 1900). A investigação nos arquivos não forneceu qualquer documento que provasse o processamento ou encaminhamento, por parte do MNE ou de outro ministério português, da correspondência de Benitez. Entretanto, o projeto da Exposição ficou no papel devido as vicissitudes da política venezuelana.

¹⁴¹⁶ Para 1925, operam em Portugal: Vacuum Oil Company (mais tarde Mobil); Costa e Ribeiro Ltd; Shell Company of Portugal, sucessora da Companhia de Carvão e Petróleo de Lisboa. Gale Group, Inc. (2006), *Gale Directory of Company Histories. International Directory of Company Histories. Portugal*.

as prestações sociais e *la dureza de nuestra moneda*¹⁴¹⁷. Em poucos anos, a discussão ampliou-se e passou a incluir a excessiva dependência das importações de um só fornecedor – os Estados Unidos, cujos fornecimentos montavam a mais de 60% do total das importações-, a necessidade de aumentar o comércio de exportação com outras nações e *Sembrar el petróleo*. Esta frase, da autoria de Arturo Uslar Pietri, é referida, incessantemente, em vários debates sobre o tema da arriscada dependência das importações. De maneira determinante, a frase defende que se devia empregar as receitas do petróleo no fomento e diversificação do setor agropecuário, dito de maneira figurada, em semear os campos. A frase chama a atenção para voltar à terra e à necessidade de desviar parte do investimento de capitais do setor industrial para produtos de exportação, novos e tradicionais.

O chamado de Uslar Pietri teve algum eco. Em particular, culturas como o café e o cacau ou a criação de gado bovino e a produção de couros, impulsionados grandemente desde finais do século XIX, foram ainda mais catapultados com verbas procedentes das receitas do petróleo para enfrentar a queda internacional de preços dos produtos agrícolas¹⁴¹⁸. De forma ampla, desejava-se tanto a criação de bem-estar, como a estabilidade da economia nacional: o melhoramento do capital humano, a criação de infraestruturas e o incremento da capacidade produtiva, e, a partir de ali, *intensificar convenientemente con prudente tacto las relaciones comerciales en el campo internacional*¹⁴¹⁹.

Do tempo do incentivo ao sector agrário que teve lugar no século XIX, nomes portugueses ficaram ligados à exploração de produtos destinados à exportação, em especial do cacau, em zonas portuárias da região oriental venezuelana, aliadas ao comércio com a Trinidad na fronteira anfíbia de Pária. Assim, nas três primeiras décadas do século XX, no atual estado Sucre, contava-se com a produção do agricultor madeirense Juan Lambard, instalado em Yaguaraparo desde 1888; mais a este, em Güiria, estavam os também agricultores Pedro Lopes e Miguel Fonseca, chegados à Venezuela em 1863 e 1865, respetivamente, donos de propriedades agrícolas sendo o segundo possuidor de uma fazenda com 2.000 árvores de cacau¹⁴²⁰.

¹⁴¹⁷ Urbaneja (1973), pp.138-139.

¹⁴¹⁸ Nunes (1988), p.29; Sullivan (1976), pp. 253-256, 263-266.

¹⁴¹⁹ «Economia», in: *DHV-FP*. Urbaneja (1973), pp.137-138.

¹⁴²⁰ *ACMPPRE. DCC, Portugal*, Caja 85, Exps. 16, 8 e 9.

A documentação que mostra com maior detalhe a ligação dos portugueses à produção de cacau venezuelano é a da família Cabral, também de origem madeirense. Em 1933, Juan Pereira Cabral, sua esposa Maria José e duas filhas, Amália e Celestina, de 17 e 16 anos, respetivamente¹⁴²¹, viviam na sua propriedade em Tucupita, localizada sobre o Caño Manamo, vizinho ao Caño Macareo. A situação era conveniente em termos de comunicação, pois o Macareo era a segunda via navegável mais vantajosa e adequada para grandes barcos que, transpondo a foz do rio Orenoco, faziam viagens entre Ciudad Bolívar e a Trinidad. As declarações de inventários de bens de Maria José depois da morte do marido, para responder um pedido de Euclides Goulart da Costa, encarregado de negócios da Legação de Portugal em Cuba, evocavam as instalações imóveis das fazendas portuguesas no Brasil, com referência a casas e senzalas¹⁴²², a disposição das áreas de trabalho e de cultivo, que dão indícios da quantidade de pessoal obreiro que trabalhava na propriedade.

Aquilo que mais se destaca é a grande dimensão da fazenda: desde a sua chegada a Tucupita, em 1887, até seu falecimento, em 1933, Juan Pereira Cabral levantou uma propriedade com 20.000 árvores de cacau. A cifra projeta a imagem de um produtor de grande escala considerando que cada árvore madura produz uma média de 3 quilos de sementes de cacau por ano, isto é, com a fazenda produzindo ao 100% de sua capacidade, Cabral podia obter uma colheita de até 60.000 quilos anuais de cacau para a exportação para a Trinidad ou outros destinos¹⁴²³. Ora, sendo o cacau venezuelano um produto competidor dos produtos africanos, estes portugueses tinham escassas possibilidades de se inserir no comércio interno português.

Este breve desvio, sobre a inserção dos portugueses no sector agrário venezuelano e no comércio português, antecede um capítulo maior: o referente ao desenvolvimento socioeconómico da comunidade portuguesa e da sociedade venezuelana à sombra da indústria do petróleo que é, ao mesmo tempo, a história da adesão dos portugueses ao comércio venezuelano. A instalação das refinarias de petróleo venezuelano nas vizinhas ilhas holandesas atraiu operários de várias procedências, entre elas de Portugal, e criou um

¹⁴²¹ Cf.: Maria José, Amália e Celestina, in: ARM. Livro de Passaportes. Ano 1899, Cx 115, Proc. 180.

¹⁴²² Cf.: Freyre, Gilberto (2010) *Casa-Grande y Senzala. La formación de la familia brasileña en un régimen de economía patriarcal*. Madrid, Marcial Pons Edit.

¹⁴²³ ACMPPRE. DCC, Portugal, Año 1931, Exp. 1; Na declaração da viúva, Maria José, lê-se a seguinte passagem que serve como referência para *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre: *Mi finado esposo dejó como únicos bienes de fortuna en este lugar, cinco cuerpos de hacienda con 20.000 árboles de cacao, y cuatro casas, (...) y 38 cuartos los cuales son de bahareque y techo de paja y algunos con frente de zinc*. Año 1934, Exp. 3. Pittier, Henry (1934), *El problema del cacao en Venezuela*. Caracas, Empresas El Cojo (del Boletín de la Cámara de Comercio de Caracas, N° 251, 15p.).

ponto de comércio e de abastecimento de alimentos com portos venezuelanos próximos a Curaçao e Aruba¹⁴²⁴, principalmente, que expôs ao estrangeiro a potencialidade da importação no comércio interno venezuelano, em termos de rentabilidade¹⁴²⁵.

De facto, regiões no interior do país com escassa população, mas onde os acampamentos acompanham os investimentos em maquinaria e mão-de-obra, caso das regiões mineiras e petrolíferas, têm um componente social imigrante temporário relativamente alto, em grande parte estadunidense e europeu, exigente e consumidor de produtos dos seus países de origem. Assim expostas, as circunstâncias prestam-se a uma fácil e ampla especulação.

Para responder a esta procura, a indústria petrolífera iniciou um período de investimentos em setores fora da indústria dos hidrocarbonetos. Os investimentos aumentaram a liquidez e este aumento, a sua vez, beneficiou ao setor terciário, em especial o comércio, criando condições propícias para a abertura de uma representação comercial. De facto, Carlos Agostinho Gonçalves, o cônsul de Portugal em Venezuela, notifica-o a Lisboa, em Agosto de 1932, quando envia o seu relatório sobre os mercados externos; nas suas palavras, estavam criadas as *condições em que as casas estrangeiras podem constituir-se ou estabelecer representação permanente*. As condições eram *as melhores possíveis, não havendo nenhum obstáculo*¹⁴²⁶. No entanto, em Portugal, as condições foram subestimadas por falta de informação suplementar. Em efeito, a seção «Venezuela» no dito boletim *Mercados Externos*, levantou comentários do público mais pela falta de dados estatísticos do que pelas perspetivas comerciais que apresentava.

Sem deixar de ser um tema de grande importância, o comércio de importação na Venezuela foi explorado quase sem ter em conta as mudanças e projetos político-económicos que surgiram entre 1935 e 1941, enquanto o grande negócio do petróleo deslumbrava o poder e os partidos políticos¹⁴²⁷. Não demoraram a chegar as denúncias

¹⁴²⁴ Hiss (1943), p.171.

¹⁴²⁵ De acuerdo a Domingo F. Maza Zavala, *entre 1922 y 1929, se cuadruplica el monto de las importaciones con motivo de las inversiones en maquinaria y equipos de la nueva industria extractiva, pero también con motivo de las posibilidades de mercado, por más exiguas que sean, dada la escasa población, que ofrecen algunos sectores del país para la adopción de los patrones de consumo «made in U.S.A.»*. «Economía», in: *DHV-FP*.

¹⁴²⁶ AHDMNE. 3ºP, A21, Mc5. De C. A. Gonçalves para MNE. Ofc. Nº 184. Caracas, 12-08-1932.

¹⁴²⁷ Em Dezembro de 1935, morreu o ditador Juan Vicente Gómez; seu sucessor, Eleazar López Contreras, anunciou o «Programa de Febrero, de 1936», que estabeleceu as bases do primeiro projeto de desenvolvimento económico e social da Venezuela; e decretou uma série de medidas com a mesma finalidade, incluindo a criação do Instituto Técnico de Inmigración y Colonización. «Economía», in: *DHV-FP*; Segnini,

contra a prática da exploração ilegal ao nível do comércio retalhista feito a partir dos economatos das companhias petrolíferas¹⁴²⁸ e, inclusive, denúncias contra a especulação com artigos de entrada clandestina, como foi o caso do azeite de oliva que, como evidenciou o Ministério de Fazenda, *no aparece importado de ninguna clase a toda la República (...) de parte alguna*, mas que entrava *en intervalos de dos y cuatro años consecutivos*, até 1940, pelas já tradicionais fronteiras do contrabando: Trinidad e Curaçao¹⁴²⁹.

O poder aquisitivo do petróleo subvencionou uma série de transformações. A demografia do país experimentou um êxodo do campo para as cidades, produto das melhores condições de vida (habitação, emprego e salários, previdência, etc.) nos espaços urbanos, que arrastou nacionais e estrangeiros do interior do país, inclusive das colônias agrícolas formadas por famílias venezuelanas e imigrantes por iniciativa oficial. Os geógrafos ligados ao urbanismo advertiam para as consequências da concentração de pessoas nas cidades, a verticalidade de seus centros e a expansão de sua periferia¹⁴³⁰. A mentalidade do consumo fortaleceu, segundo o Ministério de Fazenda, o recurso à importação para abastecer ao país dos produtos mais básicos, *que nuestra industria puede y debe suministrar al consumo interior*¹⁴³¹ mas que, não obstante o petróleo podia pagar. A cidade converteu-se no *Nuevo Dorado* e, como ironizava Rómulo Betancourt, o *pequeño país millonario de las Américas* avançava em seu desenvolvimento, *pero sin planificación nacional y metas definidas*¹⁴³².

A vinculação dos portugueses a este processo foi detalhada pelo articulista Arsénio Mota, num artigo de análise retrospectiva que estabelece paralelismos com o processo interno português, titulado «A luz da cidade». Em ambos casos, Mota aponta três fatores que dinamizavam este fenómeno: as diferenças de salários e de benefícios comerciais, a quantidade de trabalho e a fascinação da vida moderna que tinha a cidade sobre o campo. Tal como foi referido nos relatórios dos cônsules de Portugal em Demerara e Trinidad, o

Yolanda (1998), «Gobierno de López Contreras: 1936-1941», in: *Gran Enciclopedia de Venezuela*. Caracas, Globe, Vol. 4, pp.113-125.

¹⁴²⁸ A campanha contra a especulação veio para o Ministerio de Hacienda (Finanças), que, em 1938, segundo González Deluca, decretou o *nombramiento de una comisión para determinar si las ganancias en el ramo de víveres eran equitativas, ya que con frecuencia se acusaba al comercio de tener ganancias exageradas*. González Deluca (1994), p.299.

¹⁴²⁹ Hacienda (1940), pp.99, 131-132.

¹⁴³⁰ Veracochea (1986), p.15; Aguilera (1980), p.21; Berglund e Calimán (1985), p.124.

¹⁴³¹ Hacienda (1940), p15.

¹⁴³² Betancourt, Rómulo (1969), *Venezuela: política y petróleo*. Bogotá, Editorial Senderos, p.723.

português de profissão agricultor, imigrante na Venezuela, dedicou-se ao comércio por ser rentável e porque, como reiterou o articulista Mota, *a cidade aparece como o El Dorado. É o fascínio da vida moderna, mais limpa, confortável e leve, em contraposição com uma vida primária, mais penosa, sombria e rude*¹⁴³³. Por contraposição ao seu passado, a transformação que vivia a Venezuela transmitiu ao português o desejo de se converter num negociante urbano de sucesso, como um símbolo de ascensão socioeconómica e um meio de dignificar seu *status* de emigrante.

Em primeiro lugar, os Estados Unidos impunham os seus produtos na Venezuela através de uma variada e grande importação. Esta mercadoria era adquirida com facilidade no mercado local por proprietários de locais de venda direta ao consumidor, mediante compras por atacado, portanto, a um preço de compra grossista, e compras por pedido colocado diretamente nos exportadores nos Estado Unidos, sempre a preços ainda mais reduzidos. A enorme presença no mercado e a captação de intermediários garantiam a posição de liderança dos produtos estado-unidenses, numa campanha digna a ser copiada por outros países. De facto, detalhes de esta campanha foram emulados pelos portugueses e interessaram aos consulados portugueses que, sem demora, informaram Lisboa das iniciativas dos compatriotas.

A partir daí, o Governo português, com um sentimento paternalista, interessou-se pelas operações imobiliárias, na categoria das denominações comerciais e na razão social de empresas, fomentadas pelos emigrantes portugueses ativos no comércio interno na Venezuela. De facto, uma das mais significativas defesas dos emigrantes portugueses feita pela Legação em Caracas surgiu no debate sobre o direito dos portugueses ao livre exercício do comércio. O debate surgiu da confusão entre as condições de estrangeiro e de imigrante que, reguladas por leis diferentes, restringia o trabalho do segundo ao controlo do Estado. A aplicação da segunda condição a portugueses estrangeiros, isto é, que tinham chegado a Venezuela por conta própria sem contrato com o Estado, motivou um recurso da Legação portuguesa que foi razão para sucessivos pedidos de consultas a nível de Governo e ministérios venezuelanos¹⁴³⁴.

O sistema de venda em supermercados, ao estilo estadunidense, impôs-se no final da década de 1940 e os portugueses entraram em competição contra os grandes capitais das empresas petrolíferas entre as quais estava a corporação de Nelson Rockefeller, cujo capital investido neste setor era evidente desde 1949 no Supermercado Todos, que abriu as suas

¹⁴³³ *Ecos de Portugal*. Caracas, 16-03-1959, p.1.

¹⁴³⁴ ACMPPRE. DC, Año 1950, Exp.160. Apelación de la Legación de Portugal.

portas na cidade petrolífera de Maracaibo, e na Sears Roebuck de Venezuela, que abriu depois em Caracas. Ao nível da concorrência entre países, os Estados Unidos levavam vantagem no conhecimento do mercado venezuelano, o que era favorecido pela penetração das companhias de petróleo e pelo apoio oficial do Governo em Washington¹⁴³⁵.

Os canais de distribuição do comércio a retalho produziram entre os portugueses desempenhos relativamente semelhantes e com maior ou menor continuidade no tempo. Desde sua fundação em 1946, a Sociedade Mercantil Macedo, Corte e Compañía, com capital social inicial de apenas Bs. 40.000, ganhou terreno em Caracas e adaptou as suas metas às circunstâncias da altura substituindo a venda por grosso pela venda a retalho e, desde 1949, iniciou a experiência da denominação comercial Central Madeirense, de onde se desenvolveu depois uma cadeia de supermercados. No ímpeto da concorrência, José Quintino de Abreu, membro de sua direção, voou para os Estados Unidos para participar em cursos realizados pelo Food Marketing Institute, e em campanhas que instruíam a clientela no inovador sistema de compras mediante anúncios nos seus supermercados do tipo: *Haga sus compras como guste y pague a la salida*¹⁴³⁶.

Em episódios análogos está narrada a história da firma comercial Oporto Abastos, empresa filial da firma importadora Aguiar & Cº, localizada na Sabana Grande, Caracas. Como refere o agente de representações Agostinho da Cunha Machado, que tinha compilado de forma breve a história de outras casas comerciais de portugueses, em 1950, *esta firma que a princípio foi simples casa de venda a retalho, é hoje importante e começa a fazer um pouco a importação directa. O seu estabelecimento é dos melhores de Caracas e honra os Portugueses*. Referiu no entanto, que entre tanto produto da concorrência, *pena é que ali se não encontrem productos Portugueses*¹⁴³⁷.

Nos começos da década de 1950, a Chancelaria em Lisboa estava consciente da capacidade de esforço e da perspicácia criativa dos emigrantes. Sem dúvida, Lisboa estava igualmente inteirada das limitações com que tinham saído seus emigrantes e o handicap que as mesmas representavam. Segundo informação do agente Cunha Machado, *o elemento*

¹⁴³⁵ *Supermercado*. «Edición especial: Supermercados en Venezuela. Una historia de oro». Caracas, Ediciones Víctor da Silva, 2003; Comisión Arancelaria de los Estados Unidos (1945), *La Regulación Económica y la Política Comercial de Venezuela*. Washington, Publicación TC-247.

¹⁴³⁶ «Adiós a un pionero del supermercadismo en Venezuela», in: *Punto de Venta*. Caracas, Magazín de la Asociación Nacional de Supermercados y Afines de Venezuela, Nº 15, Septiembre-October 2002, p.63; «Central Madeirense. Los que cruzaron el Gran Charco», in: *Supermercado*. «Edición especial: Supermercados...»; «A Central Madeirense. Uma Empresa que honra a iniciativa da gente portuguesa na Venezuela», in: *Ecos de Portugal*. Caracas, 9-12-1957, p.9.

¹⁴³⁷ AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. Carta de A. [Agostinho da?] Cunha Machado para José Correia de Barros. Caracas, 25-06-1950.

*estrangeiro, mais activo e civilizado, depressa começou a produzir trabalho util e a criar interesses*¹⁴³⁸; entre este elemento estrangeiro contavam-se os seus compatriotas. A partir deste duplo processo produtivo e criativo, começou a criar-se um outro duplo processo, mas desta vez ao nível da mentalidade dos venezuelanos: por um lado, a aceitação do êxodo para a cidade dos imigrantes que, em princípio, estariam destinados ao campo e, por outro lado, a ideia do imigrante, em especial do português, como criador de postos de trabalho¹⁴³⁹. A criação de emprego também foi um aspeto que interessou ao Consulado de Portugal, pelo benefício que significava contar com portugueses empreendedores em capacidade para atrair indivíduos desempregados em Portugal. O interesse foi eloquente no cuidado oficial posto no movimento dos obreiros portugueses entre Curaçao e Caracas e, mais tarde, no controle e emissão dos contratos de trabalho e cartas de chamada que o Governo venezuelano exigia aos imigrantes espontâneos.

No seu relatório ao Chefe da Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, José A. Correia de Barros, Cunha Machado referia que duas das causas da falta de sincronia entre empresas pertencentes a portugueses que estavam na Venezuela e empresas exportadoras portuguesas, estavam na incapacidade e até na relutância destes dois tipos de agentes em assumirem e dinamizarem um fluxo financeiro destinado a facilitar a importação portuguesa. Além disso, o Agente ainda considerava difícil a qualquer das firmas pertencentes a portugueses fazer a importação direta de mercadorias portuguesas, em grande escala; primeiro, porque as firmas dos emigrantes apresentavam falhas na gestão administrativa. Nomeadamente, elas não tinham organização, nem pessoal habilitado que se pudesse ocupar e perder tempo com a abertura de créditos, despachos de Alfandega e outras formalidades que na Venezuela levavam semanas a executar. Segundo, porque eram necessários capitais avultados. Esta última reflexão coloca a hipótese do financiamento do outro lado do Atlântico. Mas a exposição de Cunha Machado indica a necessidade de uma quantidade exagerada, para não dizer assustadora, e alheia à realidade de importantes investimentos já feitos na Venezuela, nessa altura. Conforme com o seu critério, os investidores em Portugal com desejo de

¹⁴³⁸ *Idem.*

¹⁴³⁹ Hurtado, Samuel (2005), «La época de la emigración y el aprendizaje social venezolano», in: *Las inmigraciones a Venezuela en el siglo XX: aportes para su estudio*. Caracas, Fund. Francisco Herrera Luque - Fund. Mercantil, pp.225-240, pp.236-237.

instalar uma firma em Caracas precisariam de um capital nunca inferior a 300.000 e cerca de 500.000 Bolívares¹⁴⁴⁰.

Os comentários de Cunha Machado apontavam para uma forma bastante singela de gerir as empresas, uma noção primitiva da conceção do emprego do tempo. Além disso, não havia propostas concretas de sociedade ou de criação de filiais entre empresas exportadoras portuguesas e empresas propriedade de portugueses na Venezuela. Verifica-se em Cunha o adequado tratamento político de igualdade entre as empresas, a partir da ligação dos proprietários a Portugal, embora a razão social nacional e as condições de independência financeira permitissem a autonomia empresarial.

Sobre este último aspeto, Cunha Machado tinha seus argumentos para justificar uma maior iniciativa de Lisboa. Ora, como afirmou o Agente, não era o emigrante que foi para a Venezuela ganhar dinheiro *e que conseguiu uma prosperidade relativa ao fim de alguns anos de trabalho (...) que está em situação, ou sequer em disposição de se meter em cavalarias mais altas*, menos se podia pretender que o emigrante fizesse *a importação directa com todas as suas dificuldades e complicações, quando tem aqui à mão productos de outras origens e com boa procura*¹⁴⁴¹.

A razão assistia com força a Cunha Machado. Ele tinha constatado que entre as empresas de que falou, todas eram abastecidas profusamente com todos os produtos possíveis, mas não se encontravam produtos portugueses e, quando se encontravam, estavam sempre escassamente representados, em quantidade e em qualidade, em comparação com os géneros de outros países conservas de carne e de peixe italianas, compotas de fruta americanas e inglesas, azeite italiano e espanhol, presunto e queijo americano e holandês, vinhos de mesa e licorosos espanhóis, franceses, italianos e, o que para Cunha era uma vergonha, vinhos do Porto engarrafados em Londres, ou rotulados em Caracas. Além disso, num mercado de simples operações com pagamentos feitos de contado, a dinheiro, ou a curto prazo -30 ou 60 dias-. Esta forma de pagamento constituía,

¹⁴⁴⁰ Cunha Machado calculou o investimento entre 2.500 a 5.000 Contos, só para uma empresa de representações. Isto é $\pm 100.000/152.000\$$, a uma taxa de 3,30Bs/\$, em 1950. É de resaltar que empresas com menos investimento estavam a dar, em curto tempo, grandes resultados. A Sociedade Mercantil Macedo, Corte e Companhia começou com apenas 40.000Bs ($\pm 12.000\$$). O consórcio industrial de Industrias Pampero, do empresário Alejandro Hernández, de grandes vínculos com a comunidade portuguesa, começou com um capital inicial de 15.000Bs ($\pm 4.500\$$), no ano 1938; em 1950, tinha um capital de 3.000.000Bs ($\pm 990.000\$$) que compreendia: uma destileria de rones, vinhos e outros licores, uma fábrica de conservas e zumos, ambas com maquinaria moderníssima; duas enormes fazendas de cana de açúcar, os escritórios numa das melhores zonas de Caracas e já tinha construído dois *Company town*, um de 25 casas, em Caracas, e outro de 42 casas numa fazenda no Estado Aragua. Rodríguez L., José Ángel (1988b), *Pampero. Una tradición. Una industria*. Caracas, Fundación Pampero, pp. 43-49, 239-245.

¹⁴⁴¹ *Idem*.

por um lado, uma das estratégias dos comerciantes portugueses para ser preferidos e obter preços mais baratos dos fornecedores e, por outro, com este pagamento ganhavam vantagem competitiva às grandes corporações que aplicavam métodos de pagamento mais prolongados.

Cunha Machado remeteu o seu relatório a José Correia de Barros que teve, assim, a oportunidade de avaliar o mercado venezuelano. Este bolsheiro do Instituto de Alta Cultura na London School of Economics e doutorado em Ciências Político-económicas, ficou com conhecimento das propostas do Agente de representações sobre o tipo de negócio, de financiamento e política comercial que a Lisboa lhe convinha seguir em relação aos emigrantes e ao comércio interno na Venezuela. Cunha Machado expôs de forma clara que o tipo de negócio de representação à comissão, não era viável; também não o era uma empresa de atividade única: uma firma importadora tinha de vender por grosso e ser, simultaneamente, vendedora a retalho, salvaguardando, bem entendido, os interesses dos outros revendedores a quem abastece.

Em relação aos enfoques desenvolvimentistas nas obras públicas do Governo venezuelano, segundo Cunha Machado, as empresas importadoras deviam prestar atenção à localização e à fachada do local para atacar com sucesso um aspeto social do venezuelano que era o seu desejo de modernidade e de se sentir moderno. Ao mesmo tempo, as empresas tinham também que seguir os cânones de funcionalidade, sendo o mais indicado *um armazem que ao mesmo tempo lhe sirva de local de venda ao público e escritório, uma instalação com um aspecto moderno, à Americana, que é o modelo que por aqui impera nos edifícios novos, e se arremeda nos edifícios velhos*¹⁴⁴². Mas o desejo de modernidade implicava a procura das últimas novidades e uma oferta muito variada, por conseguinte, de vendedores ativos. No que diz respeito à tendência passiva dos empresários em Portugal, Cunha Machado estimava que uma boa quantidade de produtos portugueses poderiam concorrer e vender-se na Venezuela mas, para não terem surpresas, advertia que *qualquer firma isolada e dispondo de poucos recursos desistirá mesmo antes de começar, logo que tenha feito um estudo atento do meio comercial deste país*¹⁴⁴³ e vista a concorrência aberta que estava estabelecida.

Da leitura das diversas partes do relatório de Cunha Machado, constata-se uma proposta que visava diminuir a disparidade de iniciativas centradas e iniciadas em ambos lados do Atlântico; era uma proposta que tomava em consideração o normal desejo de lucro

¹⁴⁴² *Idem.*

¹⁴⁴³ *Idem.*

de todos os comerciantes e, além disso, o dever moral do emigrante português que *o que quer é ganhar o máximo e mandar para a família tudo quanto lhe fica livre dos seus compromissos*. O sistema que propunha comportava dois pontos básicos. O primeiro interessa à política externa *vis-à-vis* a comunidade portuguesa na Venezuela que, segundo aponta Cunha Machado, seria favorável a receber, de maneira conveniente, o apoio moral e material dos organismos e entidades oficiais de Portugal.

O segundo ponto incumbe ao fluxo financeiro. A proposta devia dispor do necessário capital e crédito em mercadorias consignadas ou fornecidas a prazo, com pagamento em prestações, uma operação que *permita traze-las ao mercado primeiro, para depois proceder à sua venda; outro sistema aqui não dá resultado*¹⁴⁴⁴. Em relação ao tema do financiamento, o Agente fez questão de referir a pouca possibilidade de trabalhar com capital dos emigrantes e a dificuldade que significava a exigência da abertura de créditos pagáveis em Lisboa ou Porto contra documentos, porque tais cartas de crédito implicavam uma formalidade ainda pouco praticada pelo emigrante comerciante que, a ser-lhe imposta, não se resolveria a comprar os produtos do seu país, por muito grande que seja o seu patriotismo.

O empreendimento que propõe seria, por tanto, intermédio: *um Consórcio Comercial Luso Venezuelano*. Um organismo que fosse, ao mesmo tempo, propriedade portuguesa e venezuelana e que permitisse, assim, a ação diretiva diplomática portuguesa. Na constituição deste Consórcio entrava uma boa parte de capital Português, de modo a poder atuar na Venezuela *com certo peso perante as autoridades locais, mercê de uma acção por assim dizer diplomática de uma propaganda bem conduzida*. O futuro de tal empresa estaria garantido, no curto prazo pelo menos, pelo dinamismo que a receita petrolífera imprimia ao comércio e porque, segundo as informações de Cunha Machado estava informado, tudo conduzia a crer que o orçamento do Estado previa um incremento grande na construção, do que resultaria também um maior movimento de compras por parte dos consumidores.

No que diz respeito à ação diplomática, a representação diplomática e consular tinha já dado provas positivas de acompanhamento e de apoio garantido às iniciativas dos portugueses. Além disso, a Legação fazia gala dum total entendimento da evolução das técnicas de publicidade e vendas para estimular a procura, atitude que, de certa forma, tinha correspondência com a campanha de educação do cliente que auspiciavam os supermercados e o cuidado à modernidade que sugeria Cunha Machado. A esse respeito são

¹⁴⁴⁴ *Idem*.

exemplares as noções que o encarregado António Alves demonstrou ter sobre a orientação da publicidade e do seu poder estratégico no mercado¹⁴⁴⁵. A um pedido de informação da firma José Braz & Mendonça, Lda., em Portugal, Alves respondeu que nos exportadores e comerciantes em Portugal faltava a *percepção psicológica das fraquezas humanas* nas quais assentavam tanto *a produção, a propaganda e a distribuição da maior parte das mercadorias fabricadas* como *o consumo dos novos productos e a manutenção dos mercados conquistados*¹⁴⁴⁶. Este ponto de vista era vital no entendimento duma sociedade requerendo orientação de consumo e vulnerável à introdução de novos produtos no seu mercado, como era a venezuelana

Outro enfoque de Alves foi a sua visão sobre a inovação contínua nos produtos já introduzidos no mercado venezuelano, ou em qualquer outro, antes que se produza o *fastío que por eles toma o próprio comprador perante outros objectos (...) mais modernos e, só por esse facto, mais intensamente desejados*. A menção vinha a propósito da opinião que Alves tinha formado sobre a falta de criatividade dos produtores e comerciantes de filigranas portuguesas; efetivamente, depois de lembrar os antecedentes desta importação e organizar uma amostra em Caracas, o Encarregado de negócios se percebeu que todos enviaram para a exposição objetos iguais ou parecidos e todos pretendiam continuar a exportar os mesmos modelos que remeteram a primeira vez.

A Exposição de Pratas Artísticas Portuguesas enviadas pelo Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte que teve lugar no Clube Venezuela, um dos mais requintados de Caracas, foi organizada pela Corporación Luso-Venezolana e patrocinada pela Legação. Diga-se de passagem que a Exposição cumpria com todas as condições para este tipo de empreendimento recomendadas por Cunha Machado. À inauguração, o dia 9 de Maio de 1951, deu-se caráter de receção social. Depois de tirar-lhe o caráter comercial, em que só nos dias seguintes se pensou, tanto o local como o estilo da abertura atrairiam potenciais clientes, com crescente poder aquisitivo, destes artigos supérfluos, como diria o Encarregado de negócios.

Depois do encerramento da exposição no dia 15 de Junho de 1951, Antonio Alves remeteu o seu parecer sobre o evento. Neste parecer, concluiu que a *exposição deveria ser*

¹⁴⁴⁵ «Alves Júnior, António José». Advogado, começou como vice-cônsul em La Guardia, em 1920; passou à Dir. Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 5-8-1922; seguiu carreira no exterior in: Londres, Liverpool, Porto de Espanha (em 14-12-1927), Bombaim, Xangai, Nova Iorque, Paris. Foi Min. Ple. em Lima e Quito. Env. Ext. e Min. Ple. em Caracas em 2-4-1949. *ADCP, 1949*, p.95 e pp.127-128, *ADCP, 1950*, p.100; *ADCP, 1951*, p.147.

¹⁴⁴⁶ AHDMNE. 2ºP, A32, Mç 106. De Legación de Portugal em Venezuela. Of. Nº 88. Caracas, 22-04-1951.

seguida do estabelecimento de um mostruário permanente em local central da cidade, porque estimava que em caso contrário, os resultados comerciais não poderão corresponder ao esforço realizado nem às despesas efectuadas. A experiência estava feita, o correspondente COLUVESA tinha provado sua capacidade organizativa, a clientela tinha respondido, faltava só estabelecer a representação permanente a mostrar e vender as inovações, mas como expressou Alves, *isso é porém assunto que depende da decisão do Grémio dos Industriais de Ourivesaria*¹⁴⁴⁷.

Vozes semelhantes às de Cunha Machado e Alves fizeram-se ouvir no Fundo de Fomento de Exportação em 1953. Mercê das informações chegadas através das nossas autoridades diplomáticas, pelo próprio comércio e também por um Delegado do Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, o Fundo decidiu atuar no mercado venezuelano. Os depoimentos recebidos no Fundo foram, ainda assim, considerados insuficientes sendo esta consideração seguida por duas propostas baseadas tanto na recolha de dados sobre a Venezuela como na divulgação de outros sobre Portugal. A primeira proposta foi um estudo do mercado, neste sentido julgou-se *preferível fazer deslocar à Venezuela uma missão oficial com o objectivo de estudar o mercado e, com base nos elementos colhidos, traçar o plano definitivo da acção a desenvolver*¹⁴⁴⁸.

A segunda proposta consistia na criação de condições favoráveis à colocação dos produtos portugueses e para isso o instrumento seria *à montagem dum Centro de Informações*, em Caracas. Ambas propostas seriam consideradas no *Plano de financiamento para 1953*, na rubrica correspondente às despesas a efetuar nos mercados externos, sob a denominação do orçamento atribuído às feiras, amostras e mostruários permanentes a que se destinou um valor de 500 contos para Estados Unidos, Canadá, Brasil e Venezuela, entre outros países.

Enquanto a concretização de um *plano definitivo da acção a desenvolver se* sedimentava em Lisboa, propagava-se um fenómeno publicitário de carácter popular no comércio em Caracas. O jornal *O Lusitano*, propriedade de membros da comunidade portuguesa, noticiou este fenómeno em clara demonstração da importância e do domínio que estava adquirindo a comunidade portuguesa sobre as redes de distribuição ao retalho. Além duma eventual venda de espaço publicitário por parte do jornal, tratava-se de uma campanha publicitária auspiciada pela Cigarrera Bigott C.A., para promover a venda *do*

¹⁴⁴⁷ AHDMNE, PEA CLT Mç 182-B. De Antonio Alves, Legación de Portugal en Caracas, para MNE. Of. N° 127. Caracas, 18-06-1951.

¹⁴⁴⁸ Arquivo Salazar. EC 7 Cx 90 Pt 2. Fundo de Fomento de exportação. «Plano de actividade e Plano de financiamento.1953». Lisboa, Ministério das Finanças e da Economia.

melhor cigarro 'criollo'. O mecanismo era bastante simples: o elemento dinamizador da campanha era um promotor da Cigarrera em questão, *O Lusofilo Companheiro Alas*, que visitava com sua comitiva estabelecimentos comerciais de portugueses, em especial aqueles onde eram estimulados a venda e o consumo de cigarros, bebidas e comidas, com fins de propaganda associando, desta forma, o consumo de produtos populares com locais populares de consumo¹⁴⁴⁹.

Até meados da década de 1950, a comunidade portuguesa seguiu seu próprio caminho para a realização socioeconómica contando, em parte, algumas vezes mais e outras menos, com ao apoio moral e logístico dos representantes diplomáticos e consulares. O crédito deve-se ao esforço trabalhista, às iniciativas individuais, à criação de sociedades comerciais e ao reinvestimento de capital, entre outros aspetos, que possibilitaram uma posição de força no comércio interno. É de referir a sensação de comércio à deriva que transmitiu Cunha Machado em relação ao comércio externo de Portugal, pelas circunstâncias que o agente comentou. As perspectivas a partir de Portugal tentavam acompanhar estas iniciativas. Não obstante, as propostas concretas, como a de um Consórcio Comercial Luso Venezuelano, de uma missão oficial de estudo ou dum Centro de Informação, continuavam à espera de serem postas em prática. Elas teriam de permanecer neste estado até a política económica e o Governo encontrarem os argumentos mais favorecedores para neutralizar uma balança comercial pouco interessante e para propiciar a assinatura de tratados.

A aceitação deste compasso de espera por parte da comunidade portuguesa na Venezuela foi testada em Fevereiro de 1959, quando Paulo Cunha foi a Caracas ao ato da posse do novo presidente, Rómulo Betancourt, realizando por sua vez a missão paralela de analisar a filiação política e situação económica dos portugueses. Tendo em vista cumprir esta última, Cunha constatou: a escassa eficácia da Casa de Portugal e do Conselho da Colónia como motores de iniciativas económicas, o tom social que imperava neles e a paixões políticas que alimentavam; junto com estas observações, constatou e reconheceu, em público e a título individual, o grau de realização socioeconómica e a importância de algumas iniciativas sem poder evitar algumas *incompatibilidades recíprocas*¹⁴⁵⁰. Como o expressou Cunha dirigindo aos órgãos competentes em Lisboa, o reconhecimento político e

¹⁴⁴⁹ «O 'Companheiro Alas' continua as suas visitas a estabelecimentos portugueses e o representante da Cigarrera Bigott C.A., Senhor Radaeli, ouve as impressões e opiniões dos nossos compatriotas acerca do melhor cigarro 'criollo'», in: *O Lusitano*. Caracas, Año II, Nº 86, 15/21-11-1953, p.X.

¹⁴⁵⁰ AHDME. PEA Mç 182-A e 182-B. Telegrama Nº Geral 661/19. De Paulo Cunha. Missão em Caracas. Caracas, 15-02-1959.

social era *extremamente útil* e, por associação ao contexto ideológico¹⁴⁵¹, de suas palavras recolhidas na imprensa comunitária ficou exaltada a imagem do emigrante de sucesso como herói de Portugal. Nas palavras, elogiava o *self-made man* que fora reconhecido pelo cônsul Montbrun em Trinidad. Contudo, nelas, Cunha evitou mencionar qualquer estratégia, qualquer plano de cooperação comercial entre Portugal e a comunidade portuguesa em Venezuela¹⁴⁵².

Anos mais tarde, o jornalista Rui Aragão de Freitas constatou, *num rápido balanço*, a convivência e o ambiente de camaradagem entre os comensais sentados em volta duma mesa. Neste convívio *se encontravam representadas grandes fortunas e as principais actividades comerciais e industriais do País, com a excepção, evidentemente, do petróleo e do ferro de interesse nacional, como é óbvio*. O confronto com este panorama de homens *perpicazes no negócio* deixou-lhe uma reflexão a volta do que, para os produtos de Portugal, significava o mercado na Venezuela, país *que é tão nosso amigo, e teimosamente pretendemos votar ao ostracismo, ao esquecimento! Em que outra parte do Mundo, numa capital daquele tamanho, o comércio de abastecimentos é orientado, em 70% por portugueses?*¹⁴⁵³.

E. Quando não se moeu trigo na Venezuela

O trigo é mencionado com frequência na documentação arquivística consultada. Destas referências surgiu a história de Francisco Caballero Sarmiento, o diretor do monopólio da farinha em Caracas, nos começos do século XIX. Em meados do século XX, uma nova história parece retirada do mesmo fundo documental: a iniciativa que o açoriano Augusto de Athayde levou a cabo no meio de uma nova institucionalização do mercado internacional da farinha de trigo.

Efetivamente, ao acabar a II Guerra mundial, a tendência ao entendimento internacional conduziu à assinatura do Convênio Internacional do Trigo. Aprovado em

¹⁴⁵¹ A propósito vêm as abordagens filosóficas de Delfim Santos, expostas num trabalho destinado aos emigrantes, com intenção de lecioná-los: *Quem faz os grandes homens, em qualquer cultura, são os homens que não sendo 'grandes', têm a capacidade de apreciação seguramente desenvolvida para admitir e fazerem ecoar a grandeza do grande*. Santos, Delfim (1946), «O pensamento filosófico em Portugal», in: Ferro, Antonio (Comp.), *Breviário da Pátria para os portugueses ausentes*. Lisboa, Edições Secretariado Nacional de Informação, p.252.

¹⁴⁵² Vários artigos e nota editorial sobre a visita de Paulo Cunha, in: *Ecos de Portugal*. Caracas, 2-03-1959, pp.1, 9. «Este ano de 1959. Balance geral de um ano constitucional», *Ecos de Portugal*, 22-12-1959, p.6.

¹⁴⁵³ Freitas, Rui Mimoso Aragão Figueira de (1971), *Os Madeirenses na Venezuela*. Lisboa, Edição de Dongo – Ind. Graf. Editora, Lda., pp.35-36, 22, 19.

Washington, a 23 de Março de 1949¹⁴⁵⁴, este acordo foi estabelecido para ultrapassar as dificuldades causadas aos produtores e consumidores de trigo, tanto pelo excedente, tanto pela escassez, mediante compras e vendas garantidas. Na convenção, Portugal foi representado por Antonio Ferreira D'Almeida e a Venezuela por Santiago E. Vera. Este convênio criou as bases para que cada país membro fizesse os ajustes necessários para gerir seu comércio de trigo com certa normalidade, garantir um mínimo de operatividade à sua indústria e salvaguardando as balanças de pagamentos ou as reservas monetárias.

O marco deste Convênio e o conhecimento mútuo das condições dos importadores e exportadores facilitaram tanto a identificação das necessidades e problemas similares, como também as possíveis soluções, em Portugal e na Venezuela¹⁴⁵⁵. Neste contexto surgiu um dos projetos mais completos nas relações comerciais entre os dois países: o estabelecimento duma indústria de moagem de trigo na Venezuela, preconcebido pelo empresário micaelense Augusto de Athayde, nos anos 1949-1950. De acordo com o conteúdo da documentação oficial analisada e algumas cartas do Industrial, o Projeto concebia uma interação entre os fluxos comerciais, financeiros e migratórios além de, nesse momento, interessar os respetivos governos, envolver organismos nacionais e colocar em prática, em ampla cooperação, um empresário português e emigrantes portugueses comerciantes e industriais da panificação em Venezuela.

O Projeto começou por um estudo de mercado e a constatação dos sistemas produtivos e comercializadores do trigo e da farinha na Venezuela. Tudo indica que José do Carmo Pacheco, chefe do contencioso das organizações do Industrial açoriano, tenha ido à Venezuela em 1949 com esta intenção¹⁴⁵⁶. De facto, uma carta pessoal de Pacheco enviada, do seu domicílio em Ponta Delgada, a António de Oliveira Salazar liga-o diretamente ao Projeto; nela indica ter saído em 1949, por ordem do seu Patrão, *com o fim de verificar a possibilidade de estabelecer nesse país tropical algumas fábricas de farinha de trigo, visto que a que por lá se consome é toda importada*¹⁴⁵⁷. Desta carta se deduz também que

¹⁴⁵⁴ Cf.: «Convenio Internacional del Trigo», in: (legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/).

¹⁴⁵⁵ ACMPPRE. Portugal, 1944, Exp. N° 309, s/f. De Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de Venezuela en Portugal, Rafael Angarita Arvelo al Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, Caracciolo Parra Pérez. Of. 71, Problemas sobre trigo y racionamiento del pan. Lisboa 12-05-1944. AHDMNE. 2°P, A51, Mç26. Carta de A. [Agostinho da?] Cunha Machado para José Correia de Barros, Dir.-Gral. dos Neg. Econ. e Consul. Agências e representações. Caracas, 25-06-1950.

¹⁴⁵⁶ «O Baluarte de Santa Maria. Julho-1994, p.15.», in: pt.wikipedia.org/wiki/O_Baluarte_de_Santa_Maria.

¹⁴⁵⁷ Arquivo Salazar, EC-13, Cx.76. Carta de José do Carmo Pacheco para Antonio de Oliveira Salazar. Ponta Delgada, 31-03-1953.

manteve correspondência com Athayde até o 20 de Setembro de 1952, dia em regressou a São Miguel para tratar com o seu chefe alguns aspetos financeiros do projeto.

Nesta carta, estão gravados os pormenores iniciais do Projeto. Do escrito por Pacheco a Salazar apura-se a sua visão positiva do negócio e a sua dedução de que a presença do Industrial açoriano em Caracas era vital para a conclusão de um contrato com o Governo venezuelano. O estudo prévio e a inspiração da viagem devem-se então a Pacheco, pois graças ao seu enorme esforço de *trabalho intelectual, dispêndio de dinheiro e esforço sobrehumano*, Athayde agenciou um *valiosíssimo contrato*, isto tendo em vista as perspetivas que oferecia, *sendo desnecessário falar da riqueza actual e do futuro desenvolvimento de Venezuela*¹⁴⁵⁸.

Tal como ficou plasmado na carta de Pacheco e num *Memorandum*, do Industrial açoriano enviado ao Banco Nacional Ultramarino¹⁴⁵⁹, o objetivo do Projeto era claro em termos comerciais e em relação aos benefícios, principalmente, para os dois países mais envolvidos: importar trigo inteiro para a Venezuela para sortir os moinhos que ali seriam instalados, suprir a procura do mercado nacional de farinhas e exportar o excedente a Portugal. O contrato que Athayde conseguiu finalmente celebrar com o Executivo Federal da Venezuela, o dia 27 de Junho de 1951¹⁴⁶⁰, contemplava, não obstante, a instalação de fábricas de farinha de trigo no país como principal objetivo, sem mencionar a hipótese da exportação; tal instalação contava com o fomento e apoio logístico do Governo venezuelano que fundamentava o contrato nos preceitos constitucionais do *Interés Nacional*.

Os fins secundários estipulados no contrato derivavam do objetivo principal e reforçavam o caráter de interesse nacional para a Venezuela. Aqueles limitavam-se tão-somente à operatividade e serviço que deviam oferecer os moinhos à economia e ao progresso científico venezuelanos; no entanto, devidos à preocupação com a instalação de uma indústria nova no país, o contrato tinha definidas as obrigações respetivas das partes nas diferentes etapas da instalação e funcionamento da indústria. Assim, numa revisão das cláusulas (§), a Venezuela exigia a Athayde cumprir com: a) o estabelecimento de um ou de vários moinhos de trigo no país (§1), b) a produção de farinha de trigo de qualidade não inferior às farinhas de trigo que se importem ou consomem no país e nas condições sanitárias e alimentícias que se especificavam (§2), c) a colaboração com o Estado e com

¹⁴⁵⁸ *Idem*.

¹⁴⁵⁹ Arquivo Salazar, EC-13, Cx.76. «Memorandum», Augusto de Athayde, S. Miguel, S/f.

¹⁴⁶⁰ Arquivo Salazar, Ec-13, Cx.76. «Estabelecimento da Indústria de Moagem de Trigo na Venezuela».

outras pessoas a fim de obter o barateamento do pão de trigo que se consumia no país (§3), e d) o estabelecimento de uma estação experimental com o objetivo de desenvolver o cultivo racional do trigo em Venezuela (§4).

O Estado venezuelano ficava obrigado a apoiar as etapas do estabelecimento da indústria segundo o que tinha proposto Athayde e o contratado com ele. O Industrial açoriano tinha o direito de adquirir as quantidades de trigo de que necessitasse para a sua indústria dentro da quota atribuída a Venezuela no Convénio Internacional do Trigo, sem causar prejuízo dos direitos de outros importadores de trigo ou farinha em igualdade de condições (§5); receber do Governo a exoneração dos direitos que se causam pela importação ao país de matérias-primas e artigos necessários para seu desenvolvimento e funcionamento. Esta exoneração de direitos de importação incluía, em princípio, só os impostos de alfândega, mas podia considerar a redução ou a supressão de direitos de embarque e estiva, certificação de faturas, patentes de previdência, etc., segundo as circunstâncias (§6); perante a igualdade que lhe era exigida na cláusula 5ª, Athayde tinha o direito também à proteção oficial contra toda participação desleal (§7); além do direito de entrada no país do pessoal técnico necessário (§8).

As restantes cinco cláusulas contêm: os termos sobre a alienação dos direitos outorgados, sendo importante o indicado sobre a restrição de traspasso ser exclusivo a alguma companhia venezuelana (§9); as balizas temporárias de execução da instalação, que ficaram acordadas em 5 anos, com 2 adiamentos possíveis de 5 anos a cada um, e 2 anos para o início (§10); as especificações jurisdicionais e territoriais do contrato (§11); a repartição da cota atribuída à Venezuela no Convénio Internacional do Trigo, no caso de estabelecimento de uma indústria similar (§12); o início do exercício dos direitos que se derivam do contrato, desde sua assinatura no dia 27 de Junho de 1951.

As intenções de Athayde estão expostas, de maneira extensa e clara, em duas comunicações que o Industrial açoriano dirige a Salazar e numa terceira enviada a José G. Correia de Oliveira, presidente do Fundo de Fomento de Exportação. Na primeira destas cartas faz referência ao seu patriotismo que movia as suas atuações e o levava a *por em marcha a construção da primeira fábrica na Venezuela com recursos portugueses*¹⁴⁶¹, e que considerava uma missão de cruzada que parecia plausível empreender como o demonstrava o contrato conseguido com o Governo venezuelano.

¹⁴⁶¹ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. A) Carta de Augusto de Athayde para Antonio de Oliveira Salazar. São Miguel, 28-08-1952. Anexo: «Memorandum. De Augusto de Athayde. Projeto de moagem de trigo na Venezuela». B) Carta de Augusto de Athayde para Antonio de Oliveira Salazar. 14-11-1953. C) Carta para José G. Correia de Oliveira. Lisboa, 5-02-1953. Pode-se inferir que o autor anónimo é um executivo bancário.

Mais do que uma obrigação contratual, a indústria era um empenho pessoal do Industrial que só comprometia o investimento feito em estudos, *lobby*, trâmites, entre outros gastos, e a sua palavra empenhada no projeto. Em princípio, como o Industrial fez constar, a cláusula primeira do contrato não o obrigava realmente a estabelecer a indústria, isto é, se Athayde, como contratista, não instalasse uma ou mais fábricas dentro dos termos estipulados perderia o gozo dos direitos e benefícios contratuais que se lhe outorgavam, sem que houvesse uma pretensão venezuelana de pagamento de danos e prejuízos. Mas o Industrial açoriano pensava fazê-lo antes do fim do prazo de dois anos, ou seja, antes de 27 de Junho de 1953.

Num *Memorandum* que anexa a essa primeira carta, ficou sensibilizado pelo apoio manifestado pela *Cámara de Comercio Venezolano - Argentina* que apoiou o projeto português, na imprensa de Caracas e o facto que o Governo Argentino ter mandado procurar o seu representante em Nova Iorque para oferecer-lhe todo o trigo que o Industrial açoriano quisesse, com as facilidades de pagamento que indicasse. Somadas a esse duplo apoio argentino, as circunstâncias do mercado auguravam-lhe o sucesso porque, segundo demonstrou saber, não era só de trigo que Venezuela precisava: também tinha uma urgentíssima necessidade de alimentos para animais. Mas, ao mesmo tempo, somava-se a necessidade de Portugal que *infelizmente, não produz o trigo de que necessita*, o que ocasiona uma compra no exterior e a correspondente saída de *algumas centenas de milhar de contos, em Dollars*, da economia lusa.¹⁴⁶²

Se o fornecimento estava garantido, a venda também não parecia ser um problema. Pela cláusula terceira do Contrato, a indústria teria um mercado de consumo quase cativo e participante inclusivamente no compromisso assumido por Athayde e o Governo venezuelano de contribuir a baixar o preço do pão de trigo. Para fazer efetivo o compromisso, requeria-se *la cooperación de los intermediarios y los industriales dueños de las panaderías, a fin de que la rebaja que el contratista haga en el precio de venta de la harina vaya a favorecer directa y exclusivamente al público consumidor*¹⁴⁶³. Nesta cooperação se entende que os vendedores intermediários e os industriais donos das padarias efetuariam uma compra de farinha à indústria de Athayde quase de maneira coerciva, dada

¹⁴⁶² ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. A) Carta de A. de Athayde para A. de Oliveira Salazar. São Miguel, 28-08-1952. Anexo: «Memorandum. De Augusto de Athayde. Projeto de moagem de trigo na Venezuela».

¹⁴⁶³ ANTT. Arq. Salazar, Ec-13, Cx.76. «Parecer [de Luis Loreto] sobre el contrato celebrado entre el Ejecutivo Federal de los Estados Unidos de Venezuela y el Señor Augusto de Athayde para la instalación de la Industria de molienda de trigo en el país».

a presença do Governo no assunto e o compromisso político que tal cláusula significava perante à sociedade.

Por coincidência, a medida requeria a colaboração de muitos portugueses emigrantes dedicados à indústria e ao comércio da panificação através de padarias, supermercados e distribuição domiciliária. A cooperação entre o industrial português da moenda de trigo e os industriais portugueses donos das padarias, teria seu lado positivo na opinião pública, que veria a colaboração da comunidade com o Estado como benefício geral: obter o barateamento do pão de trigo no país. Esta iniciativa contribuiria também para a aceitação e valorização sociais dos produtos comerciais portugueses e do núcleo imigrante.

O projeto de construção da primeira fábrica na Venezuela com recursos portugueses, revela-se assim com otimismo desde os inícios do projeto, mas não só. Athayde revela neste *Memorandum* os planos de expansão da indústria que ainda está no papel. Com efeito, sua meta é criar uma organização industrial de grande capacidade ligada a um sistema de transportes seguros e rápidos para, a partir dela, por em prática um plano de trabalho extremamente vantajoso para Portugal, Venezuela e Argentina. Esta organização, por ser uma multinacional, teria suas atividades localizadas, segundo específica Athayde: *o trigo destinado à produção da farinha para Portugal seria adquirido na Argentina; transportado a Venezuela em navios nossos; pago com Bolívares; moido na Venezuela. Os sub-produtos do trigo serviriam para auxiliar o fomento e desenvolvimento da Pecuária venezolana; a farinha seria exportada para Portugal.*¹⁴⁶⁴.

Além disso, o Industrial expõe outras duas perspectivas muito lucrativas e ligadas por completo ao capitalismo em vigor na altura: primeira, em Portugal, esta multinacional participaria no comércio interno pois a *farinha seria distribuída aos moageiros portugueses na mesma proporção em que teriam de moer o trigo importado e com a mesma taxa de lucros, não sendo assim prejudicados*; a segunda perspectiva está associada à indústria e à localização geográfica de Venezuela fatores com que, *aproveitando as excepcionais circunstâncias que se nos deparam neste momento, poderemos criar e desenvolver uma valiosíssima zona de influência e interesse na América Central*¹⁴⁶⁵.

A navegação indireta que tinha longamente perturbado o comércio binacional deixaria de ser um obstáculo quando Athayde empreendesse o negócio dos transportes

¹⁴⁶⁴ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. A) Carta de A. de Athayde para A. de Oliveira Salazar. São Miguel, 28-08-1952. Anexo: «Memorandum. De Augusto de Athayde. Projeto de moagem de trigo na Venezuela».

¹⁴⁶⁵ *Idem.*

marítimos que considerava um dos mais lucrativos. No princípio, bastar-lhe-ia apenas um barco que o Industrial açoriano perspectivava ser um cargueiro com capacidade para assegurar o transporte de pelo menos 200.000 toneladas de trigo por ano, a razão de cargas garantidas de *10.000 toneladas e dispondo de acomodações para passageiros*. O cargueiro deveria ter capacidade operativa autónoma dos serviços portuários, com *uma aparelhagem própria para carga e descarga pneumática do trigo*. Além de assegurar rapidez nas entregas, com tal sistema *evitar-se-ia, o estabelecimento de quatro ou cinco instalações idênticas nos diferentes portos, o que representaria uma economia que baixava, sensivelmente, o encargo da compra do navio*¹⁴⁶⁶.

O entusiasmo de Athayde era partilhado por várias personalidades em Caracas. Como o expressou Eugenio Zuloaga, salvados no contrato os interesses e compromissos venezuelanos perante o Convénio Internacional do Trigo, a Venezuela garantia a Athayde o seu direito a uma compra de 90.000 toneladas métricas de grão até julho 1953, ciente de que as quotas atribuídas pelo Convénio seriam revisadas todos os anos. No entanto, segundo comentou Luis Loreto, procurador do Industrial açoriano em Caracas, era sabido que o consumo anual de trigo em Venezuela era *casi el doble de aquella cantidad*. De tal maneira, os cálculos de Athayde sobre o transporte anual de 200.000 toneladas não estavam longe dessa realidade¹⁴⁶⁷.

Tanto para Zuloaga como Loreto, juntamente com J. M. Hernández Rum e José Manuel Padilla¹⁴⁶⁸, esse benefício só era comparável às grandes concessões que, na qualidade de exceção, eram outorgadas pelo Estado venezuelano. O benefício era, portanto, equiparável a: exonerações de impostos, franquias e facilidades que o Executivo Federal concedia à indústria em general, à agricultura, à pecuária ou à mineração venezuelanas de capital nacional, mas neste caso tratava-se de um *ciudadano português, en tránsito*, como estipulava o contrato. Dai que a exoneração de direitos de importação referidos constituísse uma poupança significativa de alto risco político para o Governo.

¹⁴⁶⁶ *Idem*.

¹⁴⁶⁷ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. A) «Dictamen [de Eugenio Zuloaga] acerca de la naturaleza jurídica, validez y eficacia del contrato celebrado entre la Nación venezolana y el señor Augusto de Athayde, el día 27 de junio del presente año, para el establecimiento de la industria de molienda de trigo en el país». B) «Parecer [de Luis Loreto] sobre el contrato celebrado entre el Ejecutivo Federal de los Estados Unidos de Venezuela y el Señor Augusto de Athayde para la instalación de la Industria de molienda de trigo en el país».

¹⁴⁶⁸ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. A) «Informe rendido por el Doctor J. M. Hernández Ron sobre el Contrato celebrado entre el Ejecutivo Federal de Venezuela y el señor Augusto de Athayde, para la instalación de fábricas de harina de trigo». B) «Dictamen [de José Manuel Padilla]. Contrato celebrado entre el Ejecutivo Federal de los Estados Unidos de Venezuela y el señor Augusto de Athayde sobre establecimiento de molinos de trigo en el país».

Outra coincidência de opinião entre os advogados analistas do contrato de Athayde centrava-se na cláusula décimo primeira, que estipulava o gozo de proteção contra o *dumping*, considerado como uma vantagem. Mas, sobretudo, os advogados fixaram a atenção na cláusula décimo segunda que garantia a equidade. Aí, à hipótese do risco juntava-se aos possíveis benefícios. Uma leitura mais a fundo salienta que esta cláusula permitia uma posição de tendência monopolista no mercado: a possibilidade de Athayde para receber maior ou menor quantidade do trigo correspondente à cota de Venezuela, baseava-se no facto de ser o primeiro em instalar a indústria no país e fazê-la crescer com prontidão ganhando capacidade de produção.

Como expos Loreto na sua análise, tal facto iria *influir psicológicamente en el ánimo de cualquier otro inversionista que quiera arriesgarse en una actividad que ya se encuentra arraigada en el mercado doméstico*. Esta estratégia do pioneirismo não era alheia ao pensamento de Athayde. Ao contrário, a afinidade de ideias surge, pois o Industrial açoriano o assinalava, no *Memorandum* que dirigiu a Salazar como a *modalidad más conveniente de llevar adelante el proyecto*. Esta modalidade consistia em *establecer a industria com a capacidade suficiente para abastecer totalmente a Venezuela, de uma só vez*. Tal ação assegurava a vantagem do direito maioritário à cota oficial do grão, mas teria de fazê-lo *desde o princípio, importando o volume máximo de trigo e não, apenas, uma parte*. Em palavras de Athayde, *por, digamos, "política do negócio" e prestígio do mesmo, aproveitar o efeito psicológico que, certamente, causaria o estabelecimento de uma enorme e perfeita industria*¹⁴⁶⁹.

Os importadores de trigo, os verdadeiros monopolistas do mercado de trigo na Venezuela, atuaram de imediato quanto perceberam a grande perda que infringiria o projeto de Athayde aos seus negócios. Revertendo a sua própria imagem perante a opinião pública, os importadores atacaram o projeto da moenda tratando-o de monopolista, ao mesmo tempo que acumularam compras de trigo até esgotar as cotas de Venezuela no Convénio internacional, acontecimentos que Walter Dupouy¹⁴⁷⁰ comunicou a Athayde. Perante as

¹⁴⁶⁹ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. «Memorandum. De Augusto de Athayde. Projeto de moagem de trigo na Venezuela». Anexo a: Carta de A. de Athayde para A. de Oliveira Salazar. São Miguel, 28-08-1952.

¹⁴⁷⁰ «Dupouy, Walter F.» (Venezuela, 1906 - 1978). Amateur de antropología, historia, geografía, jornalismo, literatura. A sua relação com Athayde vem da sua inquietude por conhecer Venezuela e vencer a influência da dependência, de facto, Dupouy estudou o impacto dos investimentos estrangeiros e da indústria petrolífera na sociedade venezuelana; in: *DHV-FP*. Cf.: Dupouy, Walter F. (1949), *Consideraciones sobre algunos efectos económicos y sociales de la industria petrolera en Venezuela*. Caracas, s/d.

evidências dos monopolistas, as autoridades venezuelanas se viram obrigadas a dar explicações e a enfrentar a manobra que condicionava a entrada do cereal no país¹⁴⁷¹.

Assim como mostrava excelentes perspectivas comerciais, o projeto de Athayde era simpático ao fluxo migratório já estabelecido desde Portugal para Venezuela e a indústria da farinha revestia-se certo interesse neste sentido, a começar pela cláusula 4. A estação experimental mencionada nesta cláusula obrigava à contratação de pessoal especializado, mas não foi indicada a nacionalidade deste pessoal. Este laboratório obrigava a contratar pessoal familiarizado com outras variedades de trigo, processos de hibridação, diferentes sistemas de cultivo segundo a técnica de maior rendimento das diferentes variedades ou a tecnificação do cultivo; tratava-se, portanto, de um pessoal com formação altamente especializada de que, pelo menos uma parte, teria que ser integrado por técnicos estrangeiros, com alta probabilidade de serem portugueses.

As opiniões dos expertos indicaram a necessidade de criar condições para trabalhadores nacionais terem capacidade de introduzir em seus ensaios o conhecimento das condições climáticas, emprego dos solos, costumes de semente e a tradição regional do cultivo do trigo, em particular, na zona andina venezuelana. Como citava o advogado consultor J. M. Hernández Ron, a produção, *reducida, primitiva y rutinaria*, das zonas altas frias na região andina mal consegue cobrir parte do consumo nessa altitude, enquanto *las tierras extensas, planas y fértiles* correspondem às zonas cálidas, *de modo que la instalación prevista de una estación experimental para lograr variedades de trigo de rendimiento satisfactorio en las zonas cálidas*¹⁴⁷² coincidia com as terras disponíveis, a tradição de um cultivo regional e o interesse oficial.

Outro ponto importante do contrato estimulava a imigração tal como estava previsto para a entrada ao país do pessoal que precise a indústria. Tal estipulação na cláusula 8 abria caminho para a contratação dos engenheiros, técnicos e operários dentro de uma equipa maior de trabalhadores que acompanharia a instalação e operatividade da maquinaria para os moinhos. Neste último sentido, ao tratar-se de uma indústria nova, operar-se-ia um processo de aprendizagem industrial onde os operários venezuelanos poderiam aceder a

¹⁴⁷¹ «Comunicado. Comisión Nacional de Abastecimiento. El caso de la harina de trigo», in: *La Esfera*. Caracas, 16-05-1952, Nº 9014. ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. Cartão de Walter Dupouy com nota para Augusto de Athayde. Caracas, 17-05-1952. Neste cartão Dupouy escreve sobre a situação exposta no Comunicado: *Lástima que nuestro proyecto no haya cristalizado aún como para aprovecharnos de las circunstancias de 'monopolio' de los importadores, que tildaban el proyecto Athayde de 'monopolista'*.

¹⁴⁷² ANTT. Arq. Salazar, Ec-13, Cx.76. «Informe rendido por el Doctor J. M. Hernández Ron sobre el Contrato celebrado entre el Ejecutivo Federal de Venezuela y el señor Augusto de Athayde, para la instalación de fábricas de harina de trigo».

uma formação especializada na manipulação de cereais e farinhas. Somadas as considerações anteriores sobre estas duas cláusulas, verificam-se as razões sociais que suportavam o interesse nacional do contrato em relação com a indústria farinheira e a transferência de conhecimento para, como indica Hernández Ron, no fomento e desenvolvimento da agricultura venezuelana.

Há, mesmo assim, outro aspeto migratório interessante nos planos de Athayde. Ao contemplar a ideia do barco cargueiro, o Industrial açoriano estava a pensar no negócio redondo de carga e passagem como complementos de um mesmo negócio: o transporte marítimo. De facto, no *Memorandum* a Salazar, deixa aflorar seu olfato comercial ao ratificar que *as instalações para passageiros, é claro, destinam-se a baratear o transporte do trigo, e, no futuro, a facultar aos portugueses que viajam para a América Central navios nossos*¹⁴⁷³.

Todo este entusiasmo ganhou algumas simpatias políticas em Lisboa. O seu *Memorandum* de 28 de Agosto de 1952 moveu a simpatia e o mais influente suporte de Salazar, ainda que com certa demora. Adormecido na espera do financiamento português, o projeto de Athayde reviveu com a propensão do Presidente a estudar o caso; o interesse presidencial manifestou-se a partir dos escritórios dos subalternos seis meses depois. De facto, em Fevereiro de 1953, a visita de um emissário de Salazar, o Dr. Carlos Tavares, a um dos membros do Conselho do Banco Nacional Ultramarino para tratar o caso, foi notificada ao Presidente pelo segundo¹⁴⁷⁴. Neste «Relato da conversa com o Dr. Carlos Tavares» ficaram expostas as observações sobre a importância inicial da indústria na Venezuela em frases semelhantes às escritas por Athayde em sua *Memorandum*.

Segundo dizia o «Relato», Tavares estimava que tal indústria *é sempre um negócio lucrativo mormente na fase de instalação e crescimento até se criar um estado de concorrência, limitador de lucros*. Tavares via também para o mercado interno, os canais de distribuição e o desenvolvimento de outras atividades. Assim, naquela altura, no dizer do Emissário, o projeto de Athayde apresentava uma grande quantidade de vantagens; sem considerar o já dito, o projeto iria significar tanto um apoio à *organização comercial da venda e distribuição de farinhas e à instalação da indústria complementar de panificação* como um impulso à indústria portuguesa de sacaria que consumia algodão nacional e à navegação dedicada ao transporte de cereais. Numa opinião também conforme com o

¹⁴⁷³ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. «Memorandum. De Augusto de Athayde. Projeto de moagem de trigo na Venezuela». Anexo a: Carta de A. de Athayde para A. de Oliveira Salazar. São Miguel, 28-08-1952.

¹⁴⁷⁴ ANTT. Arq. Salazar, Ec-13, Cx.76. «Relato de conversa com o Dr. Carlos Tavares». Banco Nacional Ultramarino, Lisboa 26-02-1953. O documento não tem assinatura.

pensamento económico internacional que se ia estabelecendo nestes anos, Tavares augurou uma zona de influência comercial que seu interlocutor avalizava. A ideia surgiu quando entre eles se falou do *panorama económico resultante desta especie de ocupação industrial por meio de uma organização adequada de fábricas de moagem e dos proventos que dahi adviriam para o nosso país*. Por sua vez, o autor anónimo do «Relato» assumiu para si próprio o *princípio de que o Senhor Presidente do Conselho ve na possível realização destes projectos largas perspectivas de interesse para o País*¹⁴⁷⁵.

O projeto de Athayde ganhou assim o qualificativo de interesse nacional depois de encantar Salazar. O encanto comercial se repetiu no BNU. Deste organismo emanou um «Apontamento sobre o estabelecimento da indústria de moagem na Venezuela», datado do dia 27 de Março de 1953, que parece ser do mesmo autor do «Relato de conversa com o Dr. Carlos Tavares». A opinião é um manancial de entusiasmo, pois se afirmava nesse «Apontamento» que *se a operação se efectuasse e tornasse possível o estabelecimento da industria de moagem na Venezuela, o Governo consideraria o facto de muito interesse para a economia nacional, e inclusive, com esse programa Venezuela poderia ser para nós (...) um novo Brasil*¹⁴⁷⁶.

Esta posição pioneira na indústria venezuelana traduzia-se, assim, numa vantagem segura para o fluxo financeiro que, no entanto, nunca chegou. No relatório que Augusto de Athayde remeteu ao Presidente do Conselho, a 14 de novembro de 1953, suplicava a sua intervenção direta para não perder a concessão na Venezuela. Nesta altura, o Industrial micaelense expôs a sua posição perante a atitude reticente das entidades bancárias portuguesas, cujas contínuas novas exigências e demoras em emitir uma decisão favorável, o tinha levado a solicitar ao Governo venezuelano a prorroga de 1 ano que não tinha pensado usar.

Athayde mostrou-se muito surpreendido pela Banca e pelo fato que até então, ninguém tinha levantado dúvida quanto à conveniência que significava o projeto para a economia portuguesa. No entanto, em toda a documentação fica a evidência de cada um de seus trâmites para demonstrar às instituições portuguesas a fiabilidade de seu contrato. Primeiro, submeteu o contrato à consultoria de quatro juristas venezuelanos para ter o suporte do direito constitucional e administrativo, obtendo de todos a opinião favorável de ser perfeitamente válido e ajustado ao direito em vigor. Segundo, provou a exceção de

¹⁴⁷⁵ *Idem.*

¹⁴⁷⁶ ANTT. Arq. Salazar, Ec-13, Cx.76. “Apontamento sobre o estabelecimento da indústria de moagem na Venezuela”. BNU. Lisboa, 27-03-1953.

compromisso do Estado português ao comprometer-se Athayde pessoalmente como pessoa jurídica perante os Ministros de Fazenda, de Fomento e de Agricultura, devidamente autorizados pela Junta de Governo dos Estados Unidos de Venezuela; tudo isto foi referendado por R. Croker, cônsul da Embaixada Britânica em Caracas que atuou em nome do consulado português.

Seu pecúlio era insuficiente para cobrir o investimento na Venezuela, pelo que estava condicionado ao crédito bancário para o que ofereceu todo tipo de caução. Assim, para garantia do aval da fiança de Esc. 110.000.000, Athayde propôs uma terceira saída que consistia em oferecer *uma primeira hipoteca penhor de tudo quanto se fizesse na Venezuela*, cujo rendimento foi calculado em Esc. 200.000.000 anuais, segundo o indica no *Memorandum*. Ao não bastar esta garantia, *como reforço*, constituir-se-ia *hipoteca e penhor privilegiados daquilo que tinha em Portugal e penhor do Contrato*¹⁴⁷⁷.

As exigências, no entanto, cresciam por imposição do Fundo de Fomento de Exportação, do Banco Nacional Ultramarino e da Caixa Geral de Depósitos¹⁴⁷⁸. Ainda assim, o Industrial estava disposto a constituir duas sociedades anónimas, uma em Lisboa, para administração do seu negócio, e outra na Venezuela *para execução dos direitos da concessão*. Nesta segunda sociedade, Athayde seria sócio da primeira sociedade constituída em Lisboa que teria a maioria.

À medida que, entre Fevereiro e Novembro de 1953, o projeto de Athayde se discutia na Banca, o convencimento de um negócio rentável era evidente. Entre as instituições nomeadas circulava a opinião que *este negócio tem enormes possibilidades, como é fácil de prever, e seria realmente lamentável que saísse de mãos portuguesas (...)* *este assunto de manifesto interesse nacional*. Mas, de maneira paradoxal, surgiam novas exigências de difícil aplicação quer por tentar impor ações extraterritoriais no mercado do trabalho venezuelano, quer por constrangimentos logísticos, quer por ir contra a cláusula 9 do contrato, sobre a proibição de alienação para uma empresa estrangeira, embora fosse sob a fachada da sociedade criada na Venezuela. Não obstante, o Industrial micaelense avançou com uma solicitação de crédito para comprar o terreno na Venezuela onde começaria a levantar a indústria, operação imobiliária a ser feita com intenção de mostrar o seu interesse ao Governo venezuelano.

¹⁴⁷⁷ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. «Memorandum. De Augusto de Athayde. Projeto de moagem de trigo na Venezuela». Anexo a: Carta de A. de Athayde para A. de Oliveira Salazar. São Miguel, 28-08-1952.

¹⁴⁷⁸ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. Carta para José G. Correia de Oliveira, presidente do Fundo de Fomento de Exportação. Lisboa, 5-02-1953.

No fundo de todo o assunto, era evidente a inabilidade da direção bancária em querer aceitar os riscos de uma concessão em que *nenhuma organização bancária portuguesa estaria em condições de intervir*. A atitude é compreensível no espírito do momento¹⁴⁷⁹, por *serem muito elevadas as quantias necessarias para a execução do plano e de terem elas aplicação final em país estrangeiro*. Para a Banca cabia ainda uma questão de honra em caso de fracassar tal indústria *e ainda de um modo geral as repercussões importantes nos interesses e no prestígio de Portugal na Venezuela*¹⁴⁸⁰. A organização bancária portuguesa não descartava a possibilidade de *contar-se com a aprovação e ajuda do Governo*, perífrase que Athayde entendeu.

O projeto do Industrial micaelense tem na sua história episódios que fazem lembrar o início comercial de Francisco Cavaleiro Sarmiento. Como ficou referido e citado oportunamente, em 1782, o Aulista lisboeta dispunha de *alguns fundos efectivos e algumas cartas de significantes créditos para estabelecer o seu comércio* e comprar uma embarcação, no entanto, optou pela emigração ao ser considerado desprovido de *cabedales e créditos competentes para merecerem a confiança do público* e comprometer a imagem política do Reino. Guardadas as proporções e a diferença dos casos, a fortuna de Athayde não era suficiente para garantir à Junta financeira a responsabilidade perante o risco, uma Junta que estimava *não ser viável um penhor de bens móveis* e se preocupava com o compromisso da imagem política do Estado para desculpar a sua falta de empreendimento fora de Portugal.

É assim como, em Novembro de 1953, Athayde aceitou por escrito todas as últimas imposições da Banca. Como foi dito, na sua segunda correspondência a Salazar, o Industrial implorava a solidariedade do Governo para beneficiar, *com a directa intervenção e responsabilidade do Estado*, duma concessão que devia ser posta em marcha antes do 27 de Junho de 1954. Tal como Sarmiento, a outra possibilidade era iniciar o negócio de fora de Portugal, mas para isso devia ir à banca estrangeira, solução a que o Industrial açoriano se mostrou sempre arredo e, nesta altura, com falta de tempo para iniciar novas papeladas¹⁴⁸¹.

¹⁴⁷⁹ Nesses anos teve lugar a discussão a volta das propostas e receitas orçamentais para a *portentosa tarefa de valorização integral* que estava a ser feita pelo Ministério de Ultramar e a Agência Geral do Ultramar. AARP, *Debates parlamentares*. Assembleia Nacional. Leg. 5, Ses. 3, Nº 114, 15-12-1951, p.71.

¹⁴⁸⁰ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76. A) “Apontamento sobre o estabelecimento da indústria de moagem na Venezuela”. BNU. Lisboa, 27-03-1953. B) Carta para José G. Correia de Oliveira, presidente do Fundo de Fomento de Exportação. Lisboa, 5-02-1953.

¹⁴⁸¹ ANTT. Arq. Salazar, EC-13, Cx.76, Carta de José do Carmo Pacheco para A. de Oliveira Salazar. Ponta Delgada, S. Miguel. 31-03-1953.

F. Ouro negro

As condições para outras negociações foram-se dando, pouco a pouco, à luz de outros compromissos. O Convénio Internacional do Trigo era um entre outras convenções internacionais surgidas da experiência bélica, que procuravam a harmonia entre interesses comuns. E interesses comuns existiam entre Portugal e a Venezuela. Por um lado, pela posição geográfica e vínculos históricos continentais, ambos confessavam a aceitação da coesão e harmonia dos países ocidentais como unidade geopolítica mediterrânea e atlântica, europeia e americana¹⁴⁸². Por outro lado, ambos coincidiram no princípio da manutenção da ordem como base em dois processos políticos: um, a nível das relações internacionais, que ficou patente na participação na Sociedade de Nações, na Organização de Nações Unidas e noutras corporações¹⁴⁸³; outro, a nível da evolução interna, evidenciado nos regimes fortes¹⁴⁸⁴.

A premissa do crescimento económico impôs-se no ambiente pós II Guerra mundial e os encontros políticos serviram de marco a Portugal e à Venezuela para estabelecer vínculos e fortalecer as relações diplomáticas com e dentro o sistema internacional do mundo atlântico e ocidental. Um destes enquadramentos foi a IX Conferência Interamericana de Bogotá, em 1948. Desta Conferência surgiu o «Plan de Ayuda que pueden enviar las naciones latinoamericanas a Europa Occidental» com as *disponibilidades em espécie de todos os países da América Latina, que podem ser utilizadas em conformidade com o Plano Marshall*. A Venezuela participava neste Plano com o envio de café, cacau, açúcar, petróleo, asbesto e carvão. A Legação de Portugal em Caracas remeteu

¹⁴⁸² Cf.: «Península Hispánica e América Latina. Discurso 1-05-1941» in: Salazar, António de Oliveira (19), *Discursos (1938-1943)*, Coimbra Editora, Vol. III, pp.301-306. Ver, nomeadamente, os diferentes discursos sobre a posição de Portugal no quadro do re-acomodação da Europa e a indispensável constituição de uma consciencia ocidental, in: *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*. Vol. IV. O Enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Venezuela em Portugal, Rafael Angarita Arvelo, enviou para o Ministro de Relaciones Exteriores da Venezuela, Caracciolo Parra Pérez, um relatório que analisa estes princípios sob a perspectiva do Chefe do Governo português e as observações publicadas no *Diário de Notícias*, del 10-02-1944. ACMPPRE. DPI, Portugal, 1944, Exp. N° 201, P-5, Lisboa, 6-03-1944.

¹⁴⁸³ Portugal ingresa in: OCDE, en 1947; OTAN en 1949. Venezuela ingresa in: OEA en 1948;

¹⁴⁸⁴ O semanário *Ecos de Portugal*, publicado em Português, em Caracas, reverberou a tentativa falhada de Humberto Delgado e a transição eficaz de Wolfgang Larrazábal. Este último, também imbuído no pensamento político ocidental, mas de amplitude democrática, propôs o progresso nacional com uma forte e crescente classe média acompanhada de *núcleos capitalistas compenetrados con su importante función social*. Consistente com este pensamento, o colunista Antonio José Saraiva manifestou-se contra *quien piense que hay una esfera política independiente de la esfera económica y que el régimen político liberal y democrático puede existir cualquier que sea la distribución de la riqueza entre los ciudadanos*. «Panorama da semana», 14-04-1958, N° 18, p.7. «Democracia y economia», 2-02-1959, N° 58, p.7.

para Lisboa¹⁴⁸⁵ esta significativa colaboração latino-americana¹⁴⁸⁶; não obstante, simultaneamente, eram-lhe enviadas as *Directivas da política externa portuguesa* onde era indicado que o Governo não ia recorrer ao Marshall Plano¹⁴⁸⁷.

A atitude perante o Plano Marshall ilustra os estilos que guiaram a política comercial de ambos países desde então; pelo demais, são estilos de actuação que consideram as circunstâncias internas de cada país. Assim, segundo se coliga desta atitude, ao estilo de restrição à cooperação internacional e de reservas à mudança do sistema económico, manifestado por Portugal, levanta-se o estilo de abertura e disposição à transformação económica de Venezuela. Em ambos casos, os Estados Unidos são um fator presente na evolução para o capitalismo, segundo a premissa do *Nuevo Ideal Nacional* de Marcos Pérez Jiménez¹⁴⁸⁸, e na permanência do status quo, tal como expressada nas *Directivas* por Antonio de Oliveira Salazar¹⁴⁸⁹. É de supor que tais estilos se adaptariam e seriam modificados à medida das circunstâncias da mutante situação política-económica internacional

No entanto, ambos estilos nem sempre coincidiram ao entabular de negociações em prol de um tratado de comércio, ainda que estas tenham recomeçado, com nova intensidade, depois de ser restabelecida a Legação de Portugal na Venezuela. A falta de complementaridade da oferta e procura foi a razão de demorados despachos no meio do desejo de não voltar a interromper as relações diplomáticas. Simplesmente, era considerado desvantajoso qualquer acordo assente num compromisso da aquisição de produtos não necessários à economia nacional e até concorrentes; no caso de Portugal interessava mais *assegurar a maior quantidade possível de petróleo para o abastecimento do país*,

¹⁴⁸⁵ AHDMNE. 2º P, A 41, Mç 4. Da Legação em Caracas para MNE, Ofc. Nº 58, Caracas, 5-Feveireiro-1948. De facto, ganhou interesse na Legação a participação de Rómulo Betancourt que propuso que *o plano económico de reabilitação da Europa tenha por complemento outro plano para fomento eficaz da produção autótona de América Latina*. *Ibíd*em, Ofc. Nº 110, Caracas, 26-03-1948.

¹⁴⁸⁶ É oportuno mencionar que a colaboração foi oferecida no momento em que os preços dos produtos primários e de matérias-primas dos países latino-americanos baixavam no mercado internacional, enquanto os dos bens de capital e industriais mostravam uma tendência ascendente, factos que influenciaram, de seguida, o processo da substituição de importações. Nunes (1988), p.38.

¹⁴⁸⁷ AHDMNE. 2º P, A 40, Mç 235. Do MNE. Circular às Embaixadas e Legações. Lisboa, 3-02-1948.

¹⁴⁸⁸ «Pérez Jiménez, Marcos» (Venezuela, 1914 - Madrid, 2001). Académico militar e político. Presidente da República (1952-1958). Promotor de projetos desenvolvimentistas na Venezuela e de uma ampla campanha de nacionalismo. Fomentou a política do país com as «Portas abertas» à imigração, decisão que facilitou a chegada em massa de vários grupos europeus, entre eles italianos, espanhóis e portugueses; in: *DHV-FP*.

¹⁴⁸⁹ Portugal confiava na estabilidade sempre que o Governo dos Estados Unidos *nos facilite, como até aqui, fornecimentos, alimentação, e combustíveis e matérias-primas que seja preciso adquirir na América e que tanto Estados Unidos como países europeus onde tenhamos nossos mercados tradicionais continuem por sua vez adquirindo nossas exportações*. AHDMNE. 2º P, A 40, Mç 235. Do MNE. Circular às Embaixadas e Legações. Lisboa, 3-02-1948.

enquanto, no outro lado do Atlântico, Venezuela manteve seu pacote de venda de petróleos ao qual se juntava um grupo de produtos agropecuários, que incluía cacau, café e peles¹⁴⁹⁰. Em nada tinha mudado a oferta venezuelana feita à Europa no Plano Marshall. Com estes interesses e estes antecedentes chegou-se a um *modus-vivendi* para regular as relações comerciais binacionais em 1948; um acordo de 1 ano de duração, sucessivamente prorrogável, salvo denúncia, que não contemplou uma lista discriminada de produtos, como foi o desejo do Governo português¹⁴⁹¹.

O estilo na política externa de Portugal na sua relação com a Venezuela teve um ligeiro golpe no ano de 1950. Algumas arestas da emigração, como a chegada a Caracas de *individuos com processos criminais* e de emigrantes clandestinos, assumiram uma importância tal que foi necessário iniciar negociações para um tratado de extradição entre os dois países¹⁴⁹². A convenção comercial ficava adiada.

A Venezuela também tinha mudado o estilo: a sua política comercial externa ficou baseada na permuta ou troca de mercadorias. Assim, imperou o princípio de reciprocidade nas compras para a celebração dos acordos¹⁴⁹³, uma reciprocidade que, baseada nas compras equivalentes ou de quantidades aproximadas, foi referência para os tratados de amizade. Como referência a essa política, todo projeto de convenção comercial devia *tomar para cálculo os números estatísticos do comércio exterior nos anos imediatamente anteriores ao da celebração do acordo*¹⁴⁹⁴. Esta condição estratégica não ajudava a Portugal no caso de este desejar um tratado comercial por carecer de compras anteriores.

¹⁴⁹⁰ AHDMNE. 2º P, A 41, Mç 3. De Dir.-Geral dos Negócios Económicos e Consulares para Encarregado de negocios de Portugal em Caracas. Ofc. Nº 10, Proc 45(1), Lisboa, 17-12-1947.

¹⁴⁹¹ AHDMNE. 2º P, A 41, Mç 3: A) De Dir.-Gral dos Neg. Econ. e Consulares para Legação. Ofc. Nº 8, Proc. 41,22, Lisboa, 8-04-1948. B) De Legação em Caracas para MNE. Ofc. Nº 298, Caracas 29-07-1948, indicando: *Os productos portugueses beneficiados com este novo regime comercial, são todos os similares que figurem na lista inserta no 'Tratado de reciprocidad comercial' entre Venezuela e os Estados Unidos. Anexo: Gaceta Oficial de Venezuela, de 28-07-1948, com a publicação das notas trocadas. AHMPPRE. Dir. de Política Económica. Sección de Economía, para Encargado de Negocios de Portugal. Ofc. Nº 04013-E. Caracas, 27-07-1948 / Leg. de Portugal, Ofc Nº 45. Proc. 2,20. Caracas, 27-07-1948.*

¹⁴⁹² AHDMNE. 2º P, Ar 32, Mç 106. De Leg. de Portugal em Caracas: Ofc. Nº 82, Caracas, 31-08-1950; Ofc. Nº 83, 31-08-1950.

¹⁴⁹³ Este mesmo critério foi aplicado por outros países. O Brasil, uma das *obsessões tradicionais do corpo comercial português*, tinha-o alias empregado com argumentos similares aos da Venezuela no que diz respeito aos produtos coloniais portugueses. De facto, na década de 1890, *os brasileiros adoptaram como política, por seu lado e sempre que puderam, não fazer tratados deste tipo, muito menos com Portugal, que representava menos de 1% do seu comércio externo e tinha nos produtos coloniais um obstáculo ao crescimento das exportações brasileiras*. Sousa e Fernandes (1999), p142.

¹⁴⁹⁴ AHDMNE. 2º P, Ar 32, Mç 106. De Leg. de Portugal em Caracas. Ofc Nº 79, Caracas, 19-04-1951.

Portugal contava então com dois precedentes pouco convincentes. A Sociedade Anónima Concessionária de Refinação de Petróleo em Portugal era o antecedente mais próximo no tempo e, ainda assim, pouco útil para cumprir a condição, pois a referência do contrato de SACOR na Venezuela pertencia ao âmbito das iniciativas privadas. Nesta condição competiu publicamente, em Novembro de 1945, contra companhias estadunidenses por uma regalia do petróleo venezuelano que a sociedade portuguesa obteve a razão de 2,88 \$/Barril¹⁴⁹⁵.

Em Setembro de 1947, o Ministério de Economia de Portugal, instruía a Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, sobre o *maior interesse de tentar obter do Estado Venezuelano a confirmação do contrato do fornecimento de petróleos brutos à SACOR*¹⁴⁹⁶; contudo, a Pasta de Economia advertiu sobre dois pontos a considerar na seguinte negociação: primeiro, as condições que seriam exigidas a Portugal excediam as possibilidades dos seus mercados coloniais e, segundo, que era inconveniente a negociação por parte da SACOR em nome do Governo Português, julgando-se essa função da exclusiva competência do Encarregado de negócios em Caracas.

A preocupação em Lisboa com a concretização de um tratado comercial com Caracas declinou num conflito de interesses sobre os mercados coloniais. Desde 1943, a Venezuela desejava importar mercadoria produzida em África. Neste ano, a autorização para um pedido de 3.000 toneladas de copra de Moçambique, esteve pendente na Direcção-Geral do Fomento Colonial. Quando se negociou em 1948, a Venezuela também queria comprar: óleo de coco, de amendoim, de linhaça, etc. No dizer do Encarregado de negócios Branquinho, *não são estes os produtos que a Portugal mais convém exportar*. Segundo o seu entender, o País prefere exportar cortiças, vinhos, conservas, tecidos de lã e de algodão, feltros, etc. com *a possibilidade da sua colocação em grande escala num mercado novo com capacidade para um futuro desenvolvimento*¹⁴⁹⁷. A Venezuela, por sua vez, fazia questão de vender produtos agropecuários, adicionais ao petróleo. Em conclusão, em Janeiro desse ano, Branquinho considerava que não era vantajosa a celebração dum acordo comercial com a Venezuela.

¹⁴⁹⁵ «Portugueses y americanos del norte hacen proposición regalías de petróleos», in: *El Universal*. Caracas, 16-11-1945, p.1. AHDMNE. 2º P, A 41, Mç 36. De Branquinho para MNE. Ofc. Nº 397, Caracas, 16-11-1945.

¹⁴⁹⁶ AHDMNE. 2º P, A 41, Mç 3. De Min. Economia para Dir-Gral dos Negocios Económicos e Consulares. Ofc. Nº 2171/7 Lisboa, 17-09-1947.

¹⁴⁹⁷ ANTT, Arquivo Salazar, NE-2I, Cx. 439, PT.18. Lisboa, 7-12-1943. «Ministerio dos Negócios Estrangeiros. Parecer. Venezuela-Copra de Moçambique». AHDMNE. 2º P, A 41, Mç 3. De Legación de Portugal em Caracas, para MNE. Ofc. Nº 11, Proc. 2,20, Lisboa, 8-01-1948.

Depois de um curto tempo, Branquinho justificou a sua posição como Encarregado de negócios ao colocar em evidência o compromisso adquirido pela SACOR, em Dezembro de 1948. Para dar apoio à sua posição, procedeu ao envio para Lisboa da *Gazeta Oficial* de Venezuela, onde se insere o novo contrato celebrado entre o Executivo Federal e a SACOR. Branquinho apontava num parágrafo aparte o conteúdo do Artigo XV, «Importações de Portugal», desse contrato, onde o comprador, isto é, a SACOR, se comprometia a servir de intermediário perante o Governo Português para fornecer a Venezuela de certos produtos coloniais portugueses¹⁴⁹⁸.

Antes do fim do ano de 1949, a SACOR rescindiu o seu contrato com a Venezuela, passando a adquirir o petróleo na Arábia e na Mesopotâmia. Daí a dependência, em 1948, da simultânea conclusão do contrato com a SACOR, relativo à compra de petróleo em rama, para fechar o acordo comercial com a Venezuela e daí, também, a impossibilidade de renová-lo, em Agosto de 1949¹⁴⁹⁹.

O outro precedente ia mais atrás no tempo mas era igualmente inoperativo. Trata-se do Projeto de um acordo comercial proposto pela Venezuela, discutido em 1940 e, de novo, em 1943, sem nunca ser aprovado. Ouvido o Conselho Técnico Corporativo do Governo Português, chegou-se na altura à conclusão de que tal projeto não tinha para Portugal um grande interesse basicamente por três razões: as produções nacionais eram concorrentes, a compra de petróleo realizava-se de preferência nos Estados Unidos e, um aspeto ainda sem solução nesses anos, *as grandes dificuldades de transporte das mercadorias a trocar, dados os problemas de navegação que surgiam*¹⁵⁰⁰.

Em resumo, nos anos 1950 e 1951, *como é evidente*, as consequências da inexistência dum acordo comercial eram altamente prejudiciais para os exportadores portugueses devido à falta de proteção pautal aos vinhos, azeites e conservas. E tanto estes exportadores como os seus agentes e representantes erguiam *um vasto clamor contra este estado de cousas exigindo, com compreensível indignação, a imediata conclusão de novo acordo comercial*¹⁵⁰¹. O conflito internacional pelo Canal de Suez traria de novo a ideia de modificar as relações com a Venezuela e a Secretaria de Estado considerou voltar à política

¹⁴⁹⁸ AHDMNE. 2º P, A 41, Mç 4. De Leg. em Caracas para MNE. Ofc. Nº 449, Caracas, 13-12-1948. *Gaceta Oficial de Venezuela*. Caracas, Año 77, Nº 22.786, de 4-12-1948.

¹⁴⁹⁹ AHDMNE. 2º P, A 32, Mç 106. De Leg. em Caracas para MNE, Ofc. Nº 83, Ccs, 31-08-1950.

¹⁵⁰⁰ ANTT. Arquivo Salazar, NE-2I, Cx. 439, PT.18. Lisboa, 7-12-1943. «Ministerio dos Negócios Estrangeiros. Parecer. Projecto de um acôrdo comercial com a Venezuela»

¹⁵⁰¹ AHDMNE. 2º P, A 32, Mç 106. De Leg. em Caracas para MNE, Ofc. Nº 82 e Nº 83, Caracas, 31-08-1950. Ofc Nº 79, 19-04-1951. Tomas Andresen, «Informação de serviço» do MNE sobre «Eventuais negociações comerciais com a Venezuela», Lisboa, 7-05-1951.

do recurso de última hora por *ter chegado o momento oportuno para serem entabuladas negociações com esse País com vista à celebração de um Acordo Comercial*. Em Lisboa, ministérios e organismos de consulta estudaram a nova carteira de produtos da Venezuela e, entre estes, a parafina, a prata e amianto resultaram de algum interesse¹⁵⁰².

Entretanto, na Venezuela, Alberto Carlos de Lis Teixeira Branquinho realizou um intenso *lobby* junto de diferentes ministérios, direções e comissões, durante grande parte do ano 1956 até o fim de seu serviço em Caracas para afinar o tratado. Branquinho dá conta do seu trabalho em curtos relatórios até chegar a sua decisão final: *enquanto o comércio entre os dois países se mantiver relativamente pequeno, não é de considerar a celebração de qualquer Acordo Comercial*¹⁵⁰³. Antes de se comprometer a comprar petróleo junto com outros artigos venezuelanos, Portugal tinha agora a oportunidade para reflexionar sobre a sua atitude no passado e as suas possibilidades futuras: baseando-se no *Compendio del Comercio Exterior de Venezuela*, relativo aos anos 1948 - 1955, publicado pela Dirección de Asuntos Económicos do Ministerio de Relaciones Exteriores¹⁵⁰⁴, os negociadores portugueses podiam anexar os dados acumulados do intercâmbio comercial entre os dois países para justificar um acordo.

Algo se tinha avançado antes de fechar a década. Com efeito, entre 1956 e 1957, ambos países tinham concertado o *Acordo sobre transportes aéreos entre os governos de Portugal e da Venezuela*¹⁵⁰⁵. No entanto, a possibilidade de um acordo comercial, continuava assente no argumento do *pequeno montante do actual intercâmbio comercial luso-venezuelano* e da concorrência entre alguns artigos. A diplomacia de ambos países tinha de contornar esta olhar retrospectivo *dado que os acordos desta natureza têm precisamente por objectivo desenvolver relações comerciais - e não apenas constatar a sua existencia*¹⁵⁰⁶. As negociações portuguesas continuaram nas mãos dum novo representante

¹⁵⁰² AHDMNE. 2º P, A 62, Mç 372. De MNE para Alberto Teixeira Branquinho, Ofc. 6, Proc. 41,22, Lisboa, 9-02-1957.

¹⁵⁰³ *Idem*.

¹⁵⁰⁴ Os relatórios sobre a negociação de um novo *modus vivendi* ou a assinatura de um tratado com a Venezuela, começaram em Abril de 1956, Cf.: AHDMNE 2º P, A 62, Mç 372. Aqui citado: De Branquinho para Paulo Cunha, Ofc 659/329, Caracas, 5-08-1957; Ofc 667/333, Caracas, 8-08-1957; Ofc. Nº 611/417, 20-12-1956.

¹⁵⁰⁵ Portugal (1957), *Acordo sobre transportes aéreos entre os governos de Portugal e da Venezuela*. Lisboa, Imprensa Nacional, 23p.

¹⁵⁰⁶ AHDMNE. 2º P, A 62, Mç 372. De Ruy Guerra, Dir.-Gral. dos Negocios Económicos e Consulares para Branquinho. Ofc 21, Lisboa, 30-08-1957.

diplomático, Alexandre Eduardo Lencastre de Veiga¹⁵⁰⁷, que teve de enfrentar a repercussão ainda forte da transição política de 1958 e da instauração do primeiro governo democrático em Venezuela, em 1959.

3. Migração e comércio: a presença nas finanças

Como foi visto até agora, o fluxo comercial girou sobre si mesmo e a migração foi considerada um dos seus elementos dinamizadores. A migração é, da mesma forma, um elemento dinamizador do fluxo financeiro quando considerado nos planos de fomento nacional, em especial naqueles projetos destinados a promover a riqueza territorial, o povoamento e as comunicações. Neste sentido, a população em movimento flui num processo que incentiva a atividade financeira. A migração é passível de ser assumida como parte ativa de projetos maiores, passando a ser um fator mais nas transações binacionais e nos investimentos em áreas que lhe incumbem, e que também estão ligadas ao comércio como as operações cambiais, as obras de infraestrutura, a prestação de serviços e a navegação.

Deste ponto de vista, o fluxo financeiro é, por um lado, a transferência de capitais e, por outro, investimento colateral, em relação à migração. Nesta parte do trabalho, o fluxo migratório assume estes dois aspetos do fluxo financeiro e apresenta-se enquanto um objeto de valor intrínseco e um objeto estimulante de investimentos entre Portugal e a Venezuela. Noutras palavras, a migração é fonte e agente de investimento. É um fluxo cuja importância económica vai acompanhada de apoios complementares à importância social e cultural acoplada a toda população em movimento. Este acompanhamento sociocultural é feito por uma vasta legislação, cuja aplicação se traduziu na acumulação de informação nos canais consulares de acordo com volume e importância que assumem as comunidades migrantes, e que será referido nesta parte do trabalho.

Por conseguinte, as páginas seguintes não tratam de medir o nível da motivação ou o ciclo do projeto de vida do emigrante¹⁵⁰⁸, nem o impacto económico que este projeto de

¹⁵⁰⁷ AHDMNE. PEA Mç 182-A e 182-B. Ofc. N° 183/86, Caracas, 23-03-1959; De MNE, EC10, Proc. 41,22/Venezuela, Lisboa, 21-09-1962; Ofc. N° 161-A, Proc. 429, Caracas, 9-05-1963; De MNE, Ofc. N° EC64, Proc. 41,22/Venezuela. Lisboa, 31-05-1963.

¹⁵⁰⁸ Rocha-Trindade, M. B. (1981), «A emigração portuguesa: as políticas do “trajecto de ida” e de “ciclo fechado”», in: *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa, N° 1-2, pp.71-90; Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1998), «Emigração portuguesa: os reflexos na origem», in: Vitor Wladimiro Ferreira (Org.), *Portugal 45-95, nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa, Centro Nacional de Cultura, pp.287-307.

vida teve nas regiões de origem deste fluxo migratório¹⁵⁰⁹. Elas também não vão abordar as discussões nem realidades oitocentistas à volta do que significou a emigração para as elites económicas em relação à mão-de-obra portuguesa escassamente remunerada e o desejo de salvaguardar o *establishment*¹⁵¹⁰. Outro aspeto à margem é a análise da legislação social e cultural que tanto a análise demográfica do fenómeno migratório como o discurso político, contrapuseram à visão económica do mesmo¹⁵¹¹.

A. Valor da migração

O fluxo migratório discricionário que, por situações de deterioração económica, estímulo político ou pressão demográfica, impulsionou várias ondas de emigrantes desde a Europa, o Mar das Caraíbas e da América Latina para a Venezuela foi mais vigoroso do que a corrente propiciada por uma política oficial de imigração, de carácter seletivo, a nível populacional e programático¹⁵¹². A esse respeito, as instâncias governamentais venezuelanas consideraram a hipótese de que o país podia escolher os seus imigrantes e, a seguir, levou-se esta teoria à prática mediante uma burocracia que regulasse a imigração, uma regulação que foi melhor pensada do que posta em prática. No século XX, o preceito da escolha foi dominante na classe política a partir da ditadura de Juan Vicente Gómez; o auge da indústria e a rentabilidade petrolífera o reforçaram e levou ao seu máximo com a criação do Instituto Técnico de Imigração e Colonização, em 1937¹⁵¹³.

Os portugueses fizeram parte do fluxo proveniente da Europa e, motivados pelas próprias condições de Portugal e pela bonança económica da Venezuela, incorporaram-se no mercado trabalhista e fomentaram a produção nacional. O ano de 1935 marca um ponto de viragem neste fluxo. Este ano é a baliza temporal que indica o fim de um primeiro

¹⁵⁰⁹ Andrade, Luisa Fernandes de (1988), *Implicaciones espaciales de la inmigración madeirense en Venezuela y en la isla de Madeira*. Caracas, Tesis licenciatura em Geografía, Univ. Central de Venezuela.

¹⁵¹⁰ Cf.: Baganha, M. Ioannis (2001), «L'économie politique de la migration: l'émigration portugaise au XIX^e siècle», in: *Arquivos do Centro cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Atlantique*. Lisboa-Paris, Centro cultural Calouste Gulbenkian, Vol. 42, pp.77-96.

¹⁵¹¹ Cf.: Cassola Ribeiro (1986).

¹⁵¹² Troconis de Veracochea (1986), pp.15, 22, 67, 289; Berglund, Susan e Humberto Hernández Calimán (1985), *Los de afuera. Un estudio analítico del proceso migratorio en Venezuela, 1936-1985*, pp.19, 73; Suárez Sarmiento, Gitanjali (2000), *Diagnóstico sobre las migraciones caribeñas hacia Venezuela*. Buenos Aires, Organización Internacional para las Migraciones, p.7.

¹⁵¹³ Tejera París, Enrique (1987), «Inmigración: de panacea a dolencia», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Abril-Junho 1987, N° 278, pp.341-343; Frontado Plaza, María C. (1979), *La inmigración en Venezuela durante la dictadura de Juan Vicente Gómez, 1908-1935*. Caracas, Fac. de Ciencias Económicas y Sociales-UCAB, p.90; Entre 1903 e 1935, contam-se 12 instrumentos que normalizavam a imigração e a entrada de estrangeiros. Para ter uma melhor ideia do corpo de leis sobre imigração, Cf.: «Cronología de instrumentos legales sobre migraciones en Venezuela», in: Area, Guanchez e Sainz (2001), pp.17-31.

período da presença portuguesa em Venezuela. Foi um período distinguido pela baixa frequência de chegadas de imigrantes, o baixo número de entradas e o estabelecimento disperso dos imigrantes por todo o território venezuelano, características que se mantiveram a partir da primeira lei de imigração em 1831 até a morte do ditador Gómez em 1935. O fluxo migratório português, desde este último ano até 1949, adquiriu o caráter de «Imigração oficial» devido aos contratos de trabalhadores portugueses com o Estado venezuelano que sobressaem sobre as correntes de portugueses que, atraídos pela revoada da contratação, entraram sujeitos à lei de estrangeiros que rege e favorecia as chegadas espontâneas. Uma terceira etapa prolongou-se até 1975 beneficiada pela política de Portas Abertas da década de 1950 e pela situação económica favorável da Venezuela antes da crise económica e energética¹⁵¹⁴.

É de observar que a segunda etapa do fluxo português (1935-1949) apresenta uma peculiaridade em comparação com a periodização da imigração geral em Venezuela, tal como proposta por investigadores especialistas na matéria. Assim, Miguel Bolívar Chollet, que segue as teorias de Ricardo Torrealba, apresenta três períodos até 1960; o primeiro período da «Imigração frustrada» -todo o século XIX- e o segundo período de «Transição Migratória» -compreendido entre 1900 e 1936-, são seguidos de um terceiro período que vai desde 1947 até 1960, designado de «Portas Abertas». Assim, o segundo período do fluxo português encaixa no período entre 1936 e 1947 da proposta de Torrealba e Bolívar Chollet, um lapso de tempo que corresponde à experiência do Instituto Técnico de Imigração e Colonização com a contratação de trabalhadores portugueses nas Antilhas¹⁵¹⁵.

Enquanto a emigração é um fenómeno muito acentuado em Portugal durante este período e os estudos estatísticos demonstram que uma parte considerável dos emigrantes rumou para as terras venezuelanas; a saída no sentido inverso começa a notar-se a partir da década de 1950 com a presença em Portugal de cônjuges e filhos de portugueses, que viajam por razões de estudos ou de férias, o que indica, em princípio, uma permanência temporária. O grupo adquiriu maior visibilidade numa quarta etapa da presença portuguesa na Venezuela, etapa que ultrapassa as balizas temporárias do presente trabalho. O começo desta quarta etapa é demorado e desenvolve-se a partir de pelo menos três acontecimentos, todos de cariz económico: a crise de 1974, a desvalorização da moeda venezuelana, o

¹⁵¹⁴ Abreu Xavier (2009), pp.172, 175, 177; Abreu Xavier (2007), pp.33-49.

¹⁵¹⁵ Bolívar Chollet, Miguel (1993), «Los inmigrantes en la población venezolana», in: *Las Migraciones en Iberoamérica. II Jornadas de Estudios Geográficos Iberoamericanos*. Univ. de Salamanca, España, p.194.

Bolívar, frente ao Dólar, o 18 de Fevereiro de 1983, e o protesto popular contra a crise, o 27 de Fevereiro de 1989¹⁵¹⁶.

Estes eventos são considerados razões de importância na diminuição que desde então se observa na imigração europeia, em particular nos saldos migratórios venezuelanos entre 1980-1989 das três nacionalidades europeias de maior número: espanhola, italiana e portuguesa, sendo esta última a que regista menor diminuição, quer dizer, a que mais permanece na Venezuela apesar dos descabros económicos do país¹⁵¹⁷. Entre as razões de tal diminuição contam-se os retornos efetivos de portugueses com residência de longa data na Venezuela e com eles os seus filhos de nacionalidade venezuelana ou com dupla nacionalidade.

Resumindo, em termos de valorização da migração, o peso da análise recai principalmente sobre o movimento de portugueses para Venezuela, portanto numa aproximação à importância económica do emigrante feita a partir de Portugal e outra aproximação aquela importância da emigração feita a partir da Venezuela dentro do contexto geral com que John Fox caracteriza ambos continentes e no qual ficam compreendidos ambos países: *Underpopulation, underdevelopment and the consequent vulnerability of large territories was Latin America's problem; overpopulation, crowded industrial cities, political unrest and the subdivision of limited arable land was Europa's problem*¹⁵¹⁸.

a. Um esforço na emigração

As tribulações que circunscrevem e caracterizam a emigração portuguesa estão refletidas no espírito do seu regulamento. Francisco G. Cassola Ribeiro, que analisa a compilação desta legislação, assinala que um dos objetivos prioritários da política da emigração era promulgar mediante este corpo de leis o congelamento da força trabalhista, medida que era conhecida em termos macroeconómicos, segundo indica este Assessor da Secretária de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas¹⁵¹⁹. Esta medida era aplicada ao mesmo tempo em que o desenvolvimento económico de Portugal assentava sobre uma mão-de-obra barata, que era instrumentada de maneira a permitir o acesso de

¹⁵¹⁶ Abreu Xavier (2009), pp.180-181.

¹⁵¹⁷ Bolívar Chollet, Miguel (2008), «La población venezolana, su dinámica y su distribución espacial», in: *GeoVenezuela*. Caracas, Fundación Polar, Tomo 3, pp.78-79.

¹⁵¹⁸ Fox, John (2000), *Macnamara's Irish Colony and the United States Taking of California in 1846*. North Carolina, McFarland & Cº, pp.25-26.

¹⁵¹⁹ Cassola Ribeiro (1986), pp.13-16.

trabalhadores ao emprego de forma que a procura permitisse pagar salários baixos a um maior número de trabalhadores. O efeito colateral era a inflação na pressão emigratória, em especial nas zonas e regiões mais deprimidas, como era o caso nas ilhas atlânticas portuguesas, onde o controle oficial para impedir as saídas não apresentava a severidade que era aplicada nas zonas mais industrializadas e avançadas tecnicamente do país¹⁵²⁰.

A abordagem económica que faz Cassola Ribeiro ao mercado de trabalho é válida para o marco temporário deste estudo; a sua obra tem uma perspetiva que recolhe simplesmente opiniões que outras personalidades lançam, a partir de outras tribunas com esta mesma abordagem, para o comércio exterior português e a necessidade de aumentar a produção do país para evitar a emigração ou enfrentar as consequências dos saldos fisiológicos. Em 1956, na Assembleia da República Portuguesa, Urgel Horta advertiu para as consequências da limitação da emigração como solução ao problema do excesso da população e a sua sequela de miséria, a não ser que a Nação conseguisse aumentar os recursos para troca e para consumo.

Como se desprende destas duas opiniões, a emigração refletia-se tanto na fixação de salários e, por derivação, nos custos de produção, como nos níveis de bem-estar da sociedade, e no desenvolvimento económico do país. Daí surgiu a análise que, a título comparativo, faz Horta do poder do Império Português e dos países aos que se destinava a emigração. Para o Deputado, a emigração não era *mais que um simples movimento de trabalho em direcção ao capital*. As ondas da emigração em direcção a países que tinham trabalho, com orientação estatal ou *sem condicionalismos comprometedores, são fontes de riqueza, a todos podendo proporcionar melhor vida material*. Entre estes países *possuidores de grandes riquezas e em progresso*¹⁵²¹, Horta mencionava a Venezuela e outras nações de América, maiores que Portugal em território.

Na opinião de Horta, a vitalidade de um povo muitas vezes não tem correspondência com a extensão e a grandeza do espaço que ocupa. Quando isto acontece, os povos precisam possuir também *um maior poder pela sua unidade e coesão orgânica*. Nesse sentido, o império ultramarino e os países que menciona estão em igualdade de condições para requerer imigração com preparação e, com ela, povoar e desenvolver o território. Agora, a pergunta está no tipo de imigração que estes países precisam. Para Horta, os que pensavam emigrar deviam possuir um grau de preparação capaz de garantir o bom

¹⁵²⁰ *Ibidem*, pp. 24-28.

¹⁵²¹ AARP. *Debates Parlamentares*, Estado Novo, Assembleia Nacional, 1935 - 1974; Leg. 6, Ses. 3, Nº 144, 20-04-1956; p.909. Intervenção do deputado Urgel Horta.

desempenho necessário para alcançar os objetivos que se propõem. Na sua concepção, o fator triunfo estava negado a um trabalhador agrícola incapaz de *ocupar funções para que não foi criado e educado*, para desempenhar funções que exigem capacitação e conhecimentos adquiridos através de formação propiciada pelo Estado mas também *por si próprio*¹⁵²².

Estas reflexões, feitas quase no final do marco temporário que nos ocupa, afastam-se do caráter das experiências prévias e, em particular, da prática a que alude Cassola Ribeiro em regiões onde a pressão para emigrar é maior. A realidade mostrava a falta de preparação da maioria dos emigrantes. A este respeito, o historial de Madeira é ilustrativo. Os problemas demográficos, financeiros e de emprego na ilha agravaram-se em ocasiões em que a emigração dos madeirenses foi proibida. A I Guerra mundial provocou, por exemplo, aumento de população, regresso de trabalhadores desempregados, escassez de trabalho, excesso de braços, barateamento de salários e redução dos rendimentos que chegavam por transferências e remessas, tudo isto num mercado de trabalhadores de escassa formação profissional. Ademais, as *avultadas quantias* não despejadas no mercado ilheu repercutiram-se na valorização do arquipélago e seus efeitos não foram aliviados até que, na segunda metade da década de 1930, começou a emigração de alguns milhares de camponeses para a ilha de Curaçao devido à necessidade de trabalhadores nas refinarias ali instaladas por empresas holandesas com o intuito de processar o petróleo venezuelano¹⁵²³.

Em regiões portuguesas com a oferta de trabalho e o nível de formação do trabalhador era maior do que o Madeirense, o zelo oficial advogava por evitar a saída de técnicos e operários especializados para a Venezuela. Esta campanha cruzou-se com a indústria da construção venezuelana quando, entre os anos 1950 a 1952, entidades como o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria da Construção Civil, a Legação de Portugal em Caracas e a Direção-Geral dos Negócios económicos e consulares, do MNE, trocaram correspondência sobre o facto de na Venezuela os operários especializados eram cada vez mais bem pagos do que os operários sem formação especializada, uma função natural de correspondência pagamento-capacitação.

O problema tinha que considerar também a aspiração do emigrante a uma ascensão socioeconómica e as distorções que a aspiração ocasionava no mercado de trabalho, nomeadamente, à imagem do trabalhador português. Em 1952, esta situação foi informada a Lisboa num relatório que expressa a preocupação da Legação de Portugal em Caracas com

¹⁵²² *Ibidem*, pp.910-911.

¹⁵²³ Pereira, Eduardo C. N. (1989), *Ilhas de Zarco*. Funchal, Câmara Municipal, p.278.

o descrédito do trabalhador português motivado pela incongruência entre o rendimento no trabalho e o nível de preparação que muitos manifestavam ter. O problema era simples: os trabalhadores sem *mester especializado e que possuem apenas capacidade para dar serventia ambicionan trabalhar como mestres, recusando-se terminantemente a desempenhar as funções de serventes ou ajudantes, cujos salários são evidentemente mais pequenos*¹⁵²⁴.

Segundo ficou esclarecido num relatório posterior, esta abundância de *mestres* trouxe mais efeitos nocivos a um mercado de trabalho já bastante complicado. A aspiração do trabalhador depreciava a pequena massa de portugueses com qualificações técnicas obrigados, assim, a oferecer os seus serviços por um salário menor. Esta atitude prejudicava, de passagem, a imagem da formação portuguesa já bastante comprometida perante a concorrência de trabalhadores de outras nacionalidades, nomeadamente italianos. Perante estas circunstâncias a preocupação oficial encarava o lado humano de quem estava a produzir pouca riqueza pessoal pelo facto de *estarem trabalhando por salários que não correspondem, no fundo, ao elevado custo da vida neste país, às possibilidades financeiras de quem os emprega e às incomodidades que têm de sofrer*¹⁵²⁵. Assim, a conjuntura venezuelana do trabalho e o labor dos trabalhadores portugueses não se projetavam com perspectivas rentáveis e uma melhora na vantagem competitiva do trabalhador emigrante passava por uma melhor estratégia nas políticas de emigração em Portugal.

Estes discursos sobre o rendimento dos emigrantes limitam-se a uma visão, quase fatalista e quase conformista, do trabalhador condenado ao trabalho que lhe permite realizar a sua reduzida formação técnica desconsiderando as possibilidades de realização pessoal por outras vias, como efetivamente foi sucedendo no comércio de retalho à sombra do petróleo. Parafraseando Rui Aragão de Freitas a respeito da autorrealização dos madeirenses na Venezuela, era preciso tê-los acompanhado antes de emigrarem para nos apercebermos da opinião desajustada que mostrou Urgel Horta em relação a estes homens, que conseguiram no comércio de outro país uma mais-valia em autoeducação, em autoinstrução. Em oposição ao deputado se colocaram muitos destes *homens, que na*

¹⁵²⁴ AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. De Legação em Caracas para Sindicato Nacional dos Operários da Indústria da Construção Civil. Of. Nº 4. Caracas, 27-06-1950.

¹⁵²⁵ AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. De Amílcar Lino Franco para MNE. Of. Nº 69, Caracas, 14-05-1952. Responde Circular Nº 8 de 22-12-1951, da Direção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, motivada, entre outras razões, pelo problema do emprego na Venezuela.

*Madeira eram pequenos agricultores, homens de campo, e conseguiram fazer-se – fazer-se, é o termo!- comerciantes dominando e administrando verdadeiros impérios comerciais*¹⁵²⁶.

Ao fatalismo de alguns políticos contrapunha-se a constatação da realidade das comunidades portuguesas instaladas na América do Sul, sendo tomada a emigração madeirense na Venezuela como exemplo de trabalhadores sempre estimados, vistas a disciplina e a qualidade de trabalho que revelaram. Virando a cabeça para os planos de fomento no Ultramar, contingentes de emigrantes como o de madeirenses, com a sua experiência em culturas regadas, disciplina e rendimento no trabalho, eram os mais aconselhados para a colonização hidroagrícola. A conveniência de canalizar os emigrantes madeirenses para as províncias ultramarinas, para exercer uma atividade que lhe era tradicional e condicionadamente afim, ressurgiu em momentos em que um grande número de emigrantes se dirigia para a Venezuela, um número que superou inclusive o grupo que, em 1955, se dirigiu para o Brasil, facto que se deveu à política de “Puertas abiertas” e de livre atividade económica que se vivia na Venezuela¹⁵²⁷.

Tal como a migração era enaltecida pela importância do capital humano e a participação no trabalho nos países de acolhimento, também era valorizada pelo investimento na produção de riqueza. Esta perspectiva levava a tratar da colocação dos trabalhadores, por intermédio das instâncias oficiais, em países de bom trabalho e bom rendimento em nome do próprio bem-estar pessoal do emigrante, de suas famílias e da Nação. De forma não mediada, tal como o propôs Ayres de Sá, o cônsul de Venezuela em Lisboa, em 1912¹⁵²⁸, a captação da emigração tornava-se um processo de estratégias no sentido que favorecia a concorrência entre as nações interessadas em captar população e dispostas a oferecer as melhores condições e vantagens para sua colocação, entre as quais passagens, primeiras instalações à chegada e serviços grátis, como documentação nas alfandegas ou exames médicos, oferta que para Portugal se traduzia num *derivativo*, como o expressou o deputado Horta¹⁵²⁹.

Ayres de Sá tentou ajustar os dois tipos de colocação - a oficial e a privada - à sua forma de pensar a emigração portuguesa como um instrumento estratégico de fomento; fá-

¹⁵²⁶ Aragão de Freitas (1971), p.17.

¹⁵²⁷ AARP. *Debates Parlamentares*, Estado Novo, Leg. 6, Ses. 4, Nº 207, 27-04-1957; p.865.

¹⁵²⁸ ACMPPRE. AA, *Cónsules y Vice-cónsules en Portugal, 1856-1911/ 1866-1900*, Vol. I, ff. 62-63. De Ayres de Sá, Cônsul em Lisboa, para Manuel A. Matos, Ministro de Relaciones Exteriores. Lisboa, 11-02-1912. Sá formulou o mesmo enunciado ao sucessor de Matos, J. L. Andara, in: Lisboa, 9-06-1912 e 12-01-1913.

¹⁵²⁹ Intervenção do deputado Urgel Horta, p.909.

lo além disso baseando-se em informação divulgada publicamente¹⁵³⁰. A partir destas ideias e dados Sá conseguiu elaborar um projeto de permuta entre Portugal e Venezuela de múltiplas considerações. O Cônsul apresenta o projeto em termos diretos indicando a Caracas que Venezuela deveria, *se assim o entender bem: exportar gado, importar emigrantes, que tratará bem, atraindo, sempre, mais e mais, aos seus vastíssimos e fertilíssimos territórios, quem ajude a cultivar*¹⁵³¹.

Sá considerava assim poder atingir os objetivos práticos, que constituíam a base argumentativa da sua proposta, tais como: acabar com os negócios ilegais de alta rentabilidade e a especulação levados a cabo pelos aliciadores; permitir à Venezuela tirar partido da concorrência entre as nações por ganhar a preferência da emigração portuguesa; e contribuir com uma solução, *de alta importância*, muito proveitosa para Venezuela e igualmente favorável para Portugal a nível social e económico. Novamente, o aspeto financeiro está presente, acompanhado de comentários sobre o problema demográfico português que levam a examinar a correspondência entre assentamento de população, disponibilidade de recursos, propriedade de terrenos e zonas geográficas produtivas. Esta curiosidade constata o conhecimento de Sá sobre os problemas de cada país que poderão encontrar solução no outro com o fomento da emigração.

Analisado no contexto português, o projeto de Sá era uma tentativa pessoal para colaborar na solução do drama socioeconómico desses anos¹⁵³². Da análise do discurso apuram-se as ideias do Cônsul sobre os problemas demográficos portugueses, particularmente o êxodo camponês e a concentração urbana, causados pelo atrativo da urbe e pelo facto de a cidade ser o ponto intermédio entre o *hinterland* e o mundo exterior, aspetos que relançam a importância da posição e da localização de Lisboa e Porto. Sá aproveita o seu conhecimento sobre as circunstâncias do problema demográfico na Venezuela e o recurso discursivo da História para identificar a seu interlocutor venezuelano com a realidade portuguesa onde *a cidade continua a ser o El Dorado dos que não seguem o caminho da emigração*¹⁵³³. Também, em termos do discurso de Sá, a proposta envolvia o

¹⁵³⁰ ACMPPRE. AA, *Cónsules y Vice-cónsules en Portugal, 1856-1911/ 1866-1900*, Vol. I. De Ayres de Sá para Andara. Lisboa, 12-01-1913.

¹⁵³¹ *Idem*.

¹⁵³² Ramos (2009), Vol. 7, Cap. VI, «A República antes da guerra (1910-1916)», pp.5-30.

¹⁵³³ As explicações de Sá levam a pensar nas teses de Pierre George sobre os movimentos geográficos de população, resgatadas por Joel Serrão. Serrão (1982), p.47. Um processo similar verifica-se na Venezuela, onde o êxodo dos camponeses finalizava com a fixação nos arredores das grandes cidades enquanto as aldeias do interior sofreram o esvaziamento. Cf.: Rodríguez Campos, Manuel (2007), «La geografía del poblamiento

movimento migratório numa terminologia económica de corte liberal como se referir, por exemplo, ao custo de oportunidade; tratava-se de dirigir uma parte dos emigrantes para Venezuela, que tinha vastos territórios desaproveitados, confiado que *com isto, lucrariam os dois países*, mas ratificava que essa migração devia fazer-se *quando mais cedo melhor, porque efetivamente - o tempo é dinheiro*¹⁵³⁴.

Este corte liberal fica acreditado, além disso, pelo artigo titulado «A Emigração. De 110 a 120.000 emigrantes», tomado *da interessantíssima revista financeira do Diário de Notícias*, do dia 11 de Janeiro de 1913. Um recorte deste artigo acompanhou a carta que Sá remitiu à Chancelaria em Caracas no dia 12, sinal de estarmos a tratar com um cônsul que, além de informado, sabia reconhecer o momento oportuno para deixar passar a sua mensagem. Um dos temas principais do artigo girava em torno do aumento da contrapartida financeira da emigração e referia, a esse respeito, que não era lícito supor que esta corresponda *nas mesmas proporções com um aumento de remessas de dinheiro às saídas de emigrantes* quando, obedecendo ao processo de reagrupamento familiar, estão saindo casais que não deixam *a quem enviar dinheiro nem quem mais tarde seja, como seus sucessores, um novo productor de riqueza*¹⁵³⁵.

A estratégia discursiva não terminava por aqui; Sá continua de tal maneira que dissipa as dúvidas sobre seu conhecimento da atualidade política e económica venezuelana. Deixando para depois o quadro económico, não é por acaso que o teor do seu relatório seja contemporâneo com as teses históricas e positivistas, publicitadas pela imprensa de Caracas, de Laureano Vallenilla Lanz que será depois o intelectual do regime ditatorial de Juan Vicente Gómez¹⁵³⁶. Assim, o Cônsul refere, por um lado, o laço histórico desta nação nova, onde o emigrante irá construir a *‘América do futuro’*, para introduzir a ideia do progresso que se esperava para a Venezuela, quando os trabalhadores em plena capacidade produtiva chegassem de Portugal. Por outro lado, Sá atribuía a estes trabalhadores um

decimonónico y de la Venezuela prepetrolera», in: Cunil Grau, Pedro (Coord.), *GeoVenezuela*. Caracas, Fundación Polar, pp.254-285, pp.282-284; «Poblamiento», in: *DHV-FP*.

¹⁵³⁴ ACMPPRE. AA, *Cónsules y Vice-cónsules en Portugal, 1856-1911/ 1866-1900*, Vol. I. De Ayres de Sá para Andara. Lisboa, 12-01-1913.

¹⁵³⁵ *Idem*.

¹⁵³⁶ Lanz iniciou tanto uma corrente revisionista da história venezuelana como uma ensayística política sobre a necessidade de líderes fortes para dirigir a sociedade. Estas teses estão recolhidas em artigos que se dirigiam à intelectualidade venezuelana, como «Influencia del 19 de Abril de 1810 en la independencia suramericana» (1910) ou «El gendarme necesario» e «La guerra de independencia fue una guerra civil», estes dois últimos publicados em 1911. Em 1913, Lanz foi condecorado pelo regime ditatorial. Cf.: Vallenilla Lanz, Laureano, *Cesarismo democrático. Estudios sobre las bases sociológicas de la constitución efectiva*. Caracas, Monteávila, 1994; Vallenilla Lanz, Laureano, *Disgregación e integración: ensayo sobre la formación de la nacionalidad venezolana*. Caracas, USM, 1984.

aspecto positivo de alta vantagem política: *o trabalhador português, sendo bem dirigido, é dos melhores*. A introdução do tema da docilidade portuguesa era um ardil discursivo que aproximava do seu interlocutor na Chancelaria de Caracas as suas propostas mediante as ideias positivistas que imperavam no Governo na Venezuela, relativamente à justificação de um caudilho para dirigir a sociedade, uma retórica bastante expandida e que se adequava à mentalidade caciquista dos políticos venezuelanos do momento, entre eles o mencionado Vallenilla Lanz.

A Chancelaria venezuelana deu largas ao assunto a partir do segundo envio da proposta de Sá deixando-a, ao que parece, sem resposta da sua parte e participando a comunicação do Cônsul em Lisboa ao Departamento de Fomento responsável pelo intercâmbio comercial e pela emigração¹⁵³⁷. Na altura desta resposta da Chancelaria, as expectativas petrolíferas, o comércio importador e o comércio a retalho dinamizavam as alfândegas com cargas e passageiros de tal forma que as tabelas do «Movimiento del exterior por nacionalidad durante el año 1912» apuram um saldo positivo de 1.634 entradas. Neste *Movimiento* de estrangeiros aparecem já os portugueses com 6 saídas e 3 entradas, isto é, esse ano saíram 3 lusitanos que já eram residente no país, talvez agentes viajantes de residência temporária como o faziam os de outras nacionalidades¹⁵³⁸, mas esta é só uma hipótese.

A colocação de operários portugueses, por intermédio oficial, teve seu maior impacto na Venezuela através da fronteira com Curaçao. Para a importância deste impacto conjugaram-se, entre outros fatores, os interesses das companhias Royal Dutch e Shell, fusionadas em 1907 na Royal Dutch Shell; a concessão de exploração petrolífera na Venezuela ganha pela Shell em 1912; o interesse do Governo venezuelano em construir uma refinaria de petróleo fora do país, para evitar a formação de sindicatos e uniões operárias e manter assim o trabalhador nacional na submissão social e política; os contatos das companhias de petróleo acima mencionadas com o Governo português; e a disponibilidade de mão-de-obra em Portugal. Depois de ser construídos os dois primeiros tanques de petróleo em 1916, a refinaria construída em Curaçao entrou em novo processo de obras.

A Shell importou o seu quadro de especialistas da Europa e dos Estados Unidos, mas precisava de mão-de-obra, especializada e sem classificação, mas em particular,

¹⁵³⁷ ACMPPRE. AA, Portugal, Vol. I, F°62-63. Do Ministro de Rel. Ext, Andara, para Ayres de Sá. Caracas, 8-11-1912.

¹⁵³⁸ Escobar, Marcos F. (1954), in: *Población extranjera en Venezuela*. Caracas, IASI, p.8, assinala a publicação de outros *cuadros mensuales y resúmenes* mas não foram achados nos repositórios na Venezuela.

oficiais e trabalhadores de confiança. Esta série de situações levou à contratação de operários portugueses, em especial da Madeira¹⁵³⁹. Estes contratos levaram, por sua vez, a alguns casos de emigração espontânea. De facto, o Registo de emigrantes de Madeira totaliza 7.734 indivíduos embarcados, entre 1937 e 1940, com destino a Curaçao, partindo muitos deles nos chamados *barcos negros* pertencentes à Dutch Shell.

As exigências de gestão da Companhia impunham contratos temporários. Estes foram utilizados como mecanismos para controlar e administrar os operários sob parâmetros de poupança de custos em salários, de rendimento trabalhista, de observância tanto às cláusulas contratuais e aos regulamentos de trabalho, o que somando tudo se traduzia por uma mão-de-obra barata e fácil de dirigir. As qualidades enumeradas anteriormente pelo cônsul Sá foram comprovadas no primeiro grupo de madeirenses -315 ao todo- que chegou a Curaçao, em 1929¹⁵⁴⁰.

Não só a fama de trabalhadores, bons e com bom rendimento, mas também a situação dos trabalhadores venezuelanos, no desemprego, em Curaçao chegaram cedo a Caracas em descrições e consultas feitas pelo cônsul de Venezuela, Horacio E. Leiva¹⁵⁴¹. Estas notícias foram-se ampliando com outras sobre a iniciativa de trabalhadores que tinham passado ao comércio, ou sobre as operações bancárias e transferências de capitais que os emigrantes faziam através do Maduro Curiel Bank, sob a direção do Sr. Bradão Sênior, personagem ligada a comunidade judia portuguesa nessa ilha¹⁵⁴².

A conclusão de certas etapas da instalação da refinaria, as sequelas da recente crise económica e algumas intencionadas de greve foram aproveitadas pela administração da Refinaria para reconsiderar o pessoal empregado e prescindir de alguns operários, sendo os venezuelanos os mais afetados, mas também deixando livres trabalhadores de todas as nacionalidades, entre os quais portugueses¹⁵⁴³. Atendendo à pressão de pedidos de vistos nos consulados venezuelanos em Curaçao e Aruba e, ao mesmo tempo, tratando de canalizar a remigração espontânea de portugueses desde essas ilhas antilhanas para a

¹⁵³⁹ Soest (1979), pp.529-539.

¹⁵⁴⁰ Côrte-Real, João Afonso (1941), *Colónias portuguesas em países estrangeiros*. Lisboa, SGL, p.18.

¹⁵⁴¹ ACMPPRE. DG, *Países Bajos*, Ano 1929, Exp. 6, De Horacio E. Leiva para MRE, Curaçao, 10-01-1929, «Consulta del Cónsul en Curaçao acerca de precaución para evitar la entrada al país de individuos indeseables»; *Países Bajos*, Ano 1930, De Horacio E. Leiva para MRE, Curaçao, 4-10-1930, «Situación de obreros venezolanos en Curaçao».

¹⁵⁴² Lima (2002), p.20. ACMPPRE. DC, *Países Bajos*, Ano 1935, Exp. 15, «Carta dirigida al Benemérito General Juan Vicente Gómez por el Sr. Pedro Pinto». Curaçao, 16-2-1935

¹⁵⁴³ ACMPPRE. DC, *Países Bajos*, Ano 1937, Exp. 29, «Informe anual». Do cônsul Gustavo Manrique Pacanins para MRE, Caracas, 14-04-1938.

Venezuela¹⁵⁴⁴, o Instituto Técnico de Inmigración e Colonización (ITIC) negociou a contratação de trabalhadores portugueses desempregados, de forma individual com o apoio do Consulado de Portugal em Trinidad, mas não através do Estado Português.

A contratação de trabalhadores para as refinarias ligou, assim, o fluxo migratório de portugueses para Venezuela demonstrando com esta ligação o apreço e a valoração em que eram considerados. De facto, estas duas características foram determinantes na disparidade das ofertas de trabalho que recebeu o contingente português à luz dos que foram oferecidos aos trabalhadores de Curaçao e da Venezuela. Neste sentido, deve-se referir que o trabalhador português tinha começado a transitar do seu estatuto de contratado para o de trabalhador da municipalidade ou de negociante, integrando-se assim no progresso das obras públicas e do comércio de Curaçao. Enquanto, na Venezuela, como imigrante oficial, o trabalhador português estava encomendado às colónias agrícolas do ITIC.

A disparidade teve início no marco da II Guerra mundial prolongando-se até inícios da década de 1950. Os inconvenientes que este conflito trouxe, em especial para a renovação de trabalhadores nas refinarias, desviaram a procura de mão-de-obra em Portugal para o contingente português residente na Venezuela, um contingente formado por antigos operários petrolíferos em Curaçao e outros que tinham chegado de maneira espontânea. Efetivamente, a primeira tentativa de levá-los de volta teve lugar em 1941, quando o *N. V. Curaçaosche Petroleum Industrie Maatschappij* (CPIM), a empresa que administrava a refinaria, recrutou algumas dezenas de portugueses na Venezuela, contratando entre eles 12 dos 40 que tinham sido empregados pelo Governo venezuelano, em 1938, através dos planos de colonização agrícola do ITIC¹⁵⁴⁵. Junto a outros portugueses que teriam feito o mesmo périplo, o grupo de 12 elementos participou assim no flutuante mercado de trabalhadores estabelecido na fronteira entre a ilha holandesa e a Venezuela.

A segunda tentativa enquadrava-se na preferência do trabalhador madeirense como emigrante para a Venezuela; este fluxo, evidente desde o fim da II Guerra, era tolerado pelo Governo de Lisboa, apesar da proibição geral de emigração infundada, segundo relatórios da Chancelaria venezuelana, devido à necessidade de uma numerosa mão-de-obra no território português para a construção de hospitais, escolas, portos e outras obras de

¹⁵⁴⁴ ACMPPRE. DC, *Países Bajos*, Ano 1935, Exp. 21; Ano 1937, Exps. 21 e 38.

¹⁵⁴⁵ Soest, Jaap van (1977), *Olie als water. De Curaçaose Economie in de eerste helft van de Twintigste eeuw*. Universiteit van de Nederlandse Antillen - De Walburg pers, p.465. Em 1938, o ITIC realizou algumas indagações; no ano a seguir, 1939, o Instituto começou a contratação oficial.

fomento¹⁵⁴⁶. Aliás, para Curaçao, a procura de trabalhadores portugueses na Venezuela tinha um custo operativo menor que a contratação feita diretamente na Madeira. Tal vantagem ficou provada na altura da visita de J. R. Joukhout, inspetor das obras públicas em Curaçao, à Legação de Portugal em Caracas, em 1949.

Joukhout tinha por missão pedir à Legação que intercedesse junto do Governo venezuelano no sentido de autorizar a saída da Venezuela para Curaçao de cerca de uma centena de trabalhadores portugueses que ele tinha já contratado em Caracas para irem trabalhar para o Governo naquele departamento holandês. O Inspetor pôs na balança duas razões para convencer ao encarregado de negócios Branquinho: *o apreço em que são tidos pelo Governo de Curaçao os trabalhadores portugueses* e um salário superior ao que estavam ganhando a vida na Venezuela. A posição do Governo venezuelano foi consentânea com a política de liberdade de circulação, conquanto tentou reter os portugueses imigrantes, como, aliás, o fez ao recusar a colocar o visto de saída do país nos passaportes dos interessados.

Mas, conforme se pode verificar na troca de correspondência entre Branquinho e a Junta de emigração em Portugal, foram considerados vários fatores: a liberdade de atividade comercial; a situação dos emigrantes portugueses no país que era, na generalidade, boa; as facilidades que eram dadas pela política de reagrupamento familiar; a manifesta consideração pelos trabalhadores portugueses, pelas qualidades por estes evidenciados. Todas estas eram razões de suficiente peso a favor da Venezuela e, além disso, pelo interesse de Portugal, segundo o parecer de Branquinho e da Junta de emigração, não era aconselhável autorizar a saída dos portugueses já residentes na Venezuela com destino a Curaçao. O objeto da visita de Joukhout ficou assim estabelecido, mas ficaram assuntos pendentes; por um lado, satisfazer a intenção de viagem dos trabalhadores portugueses que tinham negociado com o Inspetor das obras públicas e, por outro, a comissão que a Junta de emigração atribuiu à Legação de promover uma nova emigração de trabalhadores diretamente a partir da Madeira e *que o assunto seja estudado com o Governo de Curaçao por forma a definirem-se não só as condições que oferece, como ainda o número de trabalhadores de que carece*¹⁵⁴⁷.

¹⁵⁴⁶ ACMPPRE. Dirección General, Portugal, 1946, Exp. N° 1. Radiograma do Director de Consulados do MRE para Legação de Venezuela em Portugal. Caracas, 7-06-1946.

¹⁵⁴⁷ AHDMNE. 2°P, A41, Mç89. A) De Branquinho, Legação em Caracas para MNE. Of. N° 461. Caracas, 23-12-1948. B) De Junta de Emigração (JE) para Dir.-Gral. dos Neg. Econ. e Cons. (DGNEC). Of. N° 1266. Lisboa, 12-01-1949, assinado por Joaquim Gomes Marques. Responde Of. N° 5, de 8-07-1949. C) De DGNEC para Branquinho. Of. N° 2. Lisboa, 17-01-1949. D) De Branquinho para DGNEC. Of. N° SC12. Caracas 28-01-1949.

Este último pedido pressupunha obstáculos no mesmo serviço externo: Branquinho não tinha autorização oficial para visitar Curaçao e conversar com o Governo local sobre o assunto e carecia de qualquer ação direta profissional sobre o cônsul de Portugal em Curaçao S.A.L. Maduro, uma vez que o posto consular português em Curaçao dependia da Legação na Haia. A Chancelaria em Lisboa trataria de novo o assunto com o sucessor de Branquinho, António José Alves, desde Outubro de 1949, com a clara convicção, desde então, da estimação do contingente residente em Curaçao e na Venezuela¹⁵⁴⁸.

Anos mais tarde, o Governo português considerou a experiência obtida com estes casos quando negociou com a Shell Company of Portugal, como representante da CPIM, as cláusulas para outro contingente de trabalhadores de Madeira com contratos de 2 anos renováveis, com direito a 3 meses de férias cada 4 anos para serem desfrutadas preferencialmente na Madeira. A Venezuela, com as suas possibilidades não condicionadas, também foi objeto destas considerações quando os meios económicos não permitiram ao Governo de Lisboa canalizar toda a emigração prevista para a África portuguesa e o fluxo para o Brasil caiu por causa da desmotivação ocasionadas pelas dificuldades postas à saída de divisas e à desvalorização da moeda brasileira¹⁵⁴⁹.

b. Onde estás bem, aí é a Pátria.

A imigração portuguesa na Venezuela do século XX inicia sua organização, por via diplomática e consular, dentro dos interesses do regime de Juan Vicente Gómez na refinaria petroleira em Curaçao e no fomento da *fazenda* venezuelana. De facto, sob seu lema «Orden, Paz y Trabajo», o Ditador aspirava uma imigração que aceitasse viver dispersa, adequada aos planos de colonização interna e, portanto, trabalhadora do campo; da mesma religião e a mesma língua mais, sobretudo, que não fossem comunistas para evitar a organização sindical no país¹⁵⁵⁰.

Estes parâmetros foram na elaboração de planos de fomento; aliás, estes foram considerados amplamente nas sociedades de ciências, cultura e de amigos do comércio na altura de fazer os seus próprios planos de desenvolvimento criando, assim, uma complementaridade de intenções com a vontade oficial. Este é o quadro económico em que

¹⁵⁴⁸ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç89. A) De Branquinho para JE. Of. Nº 1266. B) De DGNEC para Branquinho. Of. Nº 4. Lisboa, 26-02-1949. C) De Branquinho para DGNEC. Of. Nº 50. Caracas, 9-03-1949. D) De António José Alves Junior para MNE. Of. Nº 123. Caracas 3-10-1949.

¹⁵⁴⁹ AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. De MNE para José Manuel da Silva Bettencourt Ferreira, cônsul geral em Nova Iorque. Of. Nº 6. Lisboa, 6-08-1952. ACMPPRE. Dir. de Consulados. Expte 482. Relatório anual do Consulado em Lisboa.

¹⁵⁵⁰ Velásquez, R. J. (1979), *Confidencias imaginarias de Juan Vicente Gómez*. Caracas, Centauro, p.381.

encaixa a estratégia discursiva de Ayres de Sá. É um momento em que a harmonia de interesses entre o setor público e o privado consta em concursos de estudos, investigações e projetos sobre o assunto. De facto, entre os certames de maior sonoridade pública, que contou, além disso, com divulgação no interior da Venezuela, conta-se o promovido pela revista *Atenas*, em 1913, sobre o tema «Un plan de inmigración y colonización para Venezuela», no qual participaram 12 trabalhos, e que deu como vencedor o germano-venezuelano Alfredo Jahn Hartman pelo seu ensaio «Ubi bene, ibi Patria» (Onde estás bem, aí é a pátria)¹⁵⁵¹.

Estes mesmos pressupostos estão por detrás das instruções enviadas a Simón Planas Suárez e remetidas em Junho de 1915, quando o Ministro celebrava reuniões e concedia entrevistas em Lisboa sobre o comércio entre Portugal e a Venezuela, conversas nas que evitou mencionar o interesse de Caracas pela imigração¹⁵⁵². Não obstante, como uma mostra do interesse pelo apoio que Portugal dava à sua emigração, Planas Suárez solicitou à Chancelaria portuguesa informações sobre o assunto, e recebeu em resposta, bibliografia sobre disposições legais de emigração e as disposições legais relativas à colonização interna, recursos entre os quais o Ministro destaca a obra de Carlos Vieira Ramos¹⁵⁵³.

Além destes parâmetros, abordagens mais economicistas à imigração estimularam na elite política a visão do capital humano que representava o trabalhador como um fator importante no desenvolvimento industrial noutros países¹⁵⁵⁴ e, em particular, no estímulo que se estava dando à indústria petrolífera e à criação de uma indústria alimentaria nacional. Uma destas abordagens foi feita por Rafael Martínez Mendoza de maneira notória, em 1921, sob os auspícios da Câmara de Comércio de Caracas. Este trabalho, ao mesmo tempo analítico e prospetivo, engloba alguns pontos que este autor considerava primordiais para garantir uma imigração que correspondesse às expectativas económicas e às características sociais do país, como por exemplo, que o imigrante pudesse fomentar *el*

¹⁵⁵¹ *El Comercio*. Maracaibo, 20-02-1913, p.3. Outro certame realizado sob o regime de Gómez teve lugar em 1922, patrocinado pela revista *La Hacienda. Revista venezolana ilustrada de Agricultura, cría, comercio e industrias*. O certame, muito celebrado, formou parte do programa do «I Congreso de agricultores, ganaderos, industriales y comerciantes», no dia 20-07-1922. *La Hacienda*. Caracas, Nº 51, 1-08-1922, p.945.

¹⁵⁵² ACMPPRE. AA, *Funcionarios diplomáticos de Venezuela en Portugal*, Exp. 15. De S.P. Suárez para I. Andrade. Lisboa, 14-08-1915 e 12-01-1916. Resumos jornalísticos das entrevistas in: *O Mundo, O Jornal do Comércio e República*. Lisboa, 28-12-1915.

¹⁵⁵³ AHDMNE. Cx 478. Legações e Consulados em Portugal. De S.P. Suárez para MNE. Of. Nº 122/16. Lisboa, 29-06-1915 e Of. Nº 19. Lisboa, 9-07-1915. Planas Suárez não diz mas é de supor se trata de: Ramos, Carlos Vieira (Org.) (1913), *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes*. Lisboa, Typographia Adolpho de Mendonça.

¹⁵⁵⁴ Imigrantes como fator de desenvolvimento industrial in: Hall (1919), p.49.

*cultivo de los frutos que constituyen la alimentación europea, trigo, aceites, vinos, motivado por una prima o premio estimulador sobre una determinada cantidad de esos frutos producida*¹⁵⁵⁵.

Além disso, este elemento imigrante iria estimular um primeiro impulso na substituição de importações. Este primeiro impulso comportava dois objetivos; o primeiro implicava investir na importação dos produtos de consumo tradicional dos imigrantes - farinha, azeites e vinhos- como médio para fomentar a chegada e o estabelecimento de mais imigrantes; logo, como segundo objetivo, tratava-se de promover a produção destes géneros no país com prémios outorgados aos imigrantes já residentes para baixar os preços destes artigos no mercado nacional e baixar a importação. Assim como manifestava ter confluência política de opiniões sobre a imigração, Mendoza advogava uma congregação de esforços para atrair esta imigração que, por seus costumes de cultivo, segundo se deduz do seu tratado sobre a imigração, eram próximas às do venezuelano. Nesta congregação de esforços, correspondia ao serviço externo, nomeadamente aos cônsules, iniciar uma campanha de propaganda através dos contactos e médios que o cargo disponibilizava.

Uma visão ainda mais economicista foi assumida por Alberto Adriani Mazzei que na obra *Labor venezolanista*, escreveu sobre o valor pecuniário do trabalho de um homem e de sua capacidade de criar riqueza através a mais trabalho. Perante os investimentos estrangeiros, o Economista italovenezuelano pregava a tese que se a imigração de capitais não fosse acompanhada de imigração de capital humano, converteria a Venezuela numa colónia de exploração. Para contrariar este efeito, a imigração era a solução, pois a chegada de cada imigrante acrescentava a riqueza coletiva *debido al hecho de que su fuerza de trabajo servirá para cultivar nuevas tierras, explotar minas, extender la industria, realizar en fin posibilidades de riqueza*¹⁵⁵⁶.

No seu entender, na Venezuela, o imigrante tinha sido visto com frequência como competidor do trabalhador nacional no emprego e, em escassas oportunidades, pensava-se na imigração como um fator de pressão de ascensão social, um fator positivo que deixava os campos de maior remuneração sem concorrência aos trabalhadores nacionais; olhando para os exemplos de outros países, Adriani Mazzei expôs que, como resultado da ciência, as melhorias nas condições de vida e a transferência de trabalhadores, *la inmigración, al hacer más activa la vida nacional, aumenta las posiciones elevadas y su atribución e, neste*

¹⁵⁵⁵ Martínez Mendoza, Rafael (1921), «Sobre Inmigración. Puntos primordiales de la ley de la materia que interesan al país y a los inmigrantes», in: *Boletín de la Cámara de Comercio de Caracas*. Caracas, Julio, N° 92, pp.1105-1109. Mendoza (1921), pp.1107-8.

¹⁵⁵⁶ Adriani (1937), p.81.

sentido, na Venezuela o processo não podia ser menor vendo os cálculos feitos por um indivíduo proveniente dos países mediterrâneos europeus; além disso, como pelo geral *los inmigrantes se encargan de las tareas más duras y menos productivas, los nacionales son fatalmente empujados hacia puestos más remunerados*. Para Adriani Mazzei, com este empurrão ficava *eliminada la presión de las clases medias sobre la actividad política, que ha sido la razón más poderosa de las revoluciones frecuentes en América Latina*¹⁵⁵⁷.

O campo venezuelano estava fértil, a legislação promulgada, a burocracia instalada, os teóricos pronunciados e a opinião pública propícia¹⁵⁵⁸ para receber a imigração europeia, e entre ela a portuguesa, para iniciar o arranque da independência económica do país. Só faltava organizar a chegada dos imigrantes e, para isso, foi criado o Instituto Técnico de Imigração e Colonização, em 1937, para implementar o assentamento agrícola no interior do país, entre outras razões. A resolução adotada pelo Conselho Diretivo do Instituto, tomada na sua sessão de 28 de Setembro de 1939, propôs um projeto de contratação de portugueses, especialmente madeirenses e açorianos, que antes tinham sido agricultores na sua região de origem e se encontravam desempregados em Curaçao¹⁵⁵⁹.

Em 4 de Outubro de 1939 chegou a La Guaira um primeiro grupo de 80 portugueses; deles, 67 tinham assinado contrato com o Estado venezuelano e, dado que o contingente constituiu a primeira entrada de imigração oficial portuguesa, os viajantes foram recebidos no porto pelo cônsul Carlos A. Gonçalves e o Diretor do ITIC¹⁵⁶⁰. A partir da *Memoria* do ITIC desse ano, sabe-se que no país entrou um total de 137 destes trabalhadores só no último trimestre de 1939¹⁵⁶¹.

A afluência de lusitanos triplicou em 1940, com uma entrada de 455 elementos; entre eles foram registradas entradas *también del Continente Europeo, los cuales hicieron viaje expreso a Venezuela por la vía de Brasil*. De facto, o ITIC tinha notícias que no Rio

¹⁵⁵⁷ *Ibidem*, p.106.

¹⁵⁵⁸ Depois da morte de Gómez e uma vez iniciado o processo de transição para a democracia, a imprensa uniu-se ao foro público para defender a necessidade de povoar o país com imigração, sendo *El Herald*, um dos mais importantes jornais do momento, uma tarima para o debate: «Inmigración y colonización» (22-02-1936); «Necesidad de inmigración en Venezuela» (26-08-1936); «Venezuela, campo propicio a la inmigración» (20-05-1938).

¹⁵⁵⁹ *Memorias del ITIC*; Pellegrino (1989), p.185.

¹⁵⁶⁰ AHDMNE. 2ºP, A40, Mç189, Proc 431-1-1939. De Carlos A. Gonçalves, cônsul de Portugal em Caracas, para Mario Duarte, cônsul de Portugal em Port-of-Spain. Caracas, 29-10-1939.

¹⁵⁶¹ ITIC, *Memoria 1939*, p.19, 25.

de Janeiro, *cerca de 900 portugueses han hecho gestiones con el objeto de obtener permisos de entrada en calidad de inmigrantes*¹⁵⁶².

Até à *Memoria* do ITIC de 1947 é possível conhecer a localização dos portugueses segundo os planos de colonização interior e os convênios particulares, ainda que estes últimos de maneira limitada. Em vista que o Instituto cumpriu, ao mesmo tempo, funções de intermediador com os proprietários de herdades empenhados nos novos cultivos ou que simplesmente careciam de peões, é possível seguir a pista dos portugueses contratados para trabalhar em quintas particulares, até em algumas localidades como é o caso de Barquisimeto, Caracas, Ciudad Bolívar, Coro, Cumaná, La Grita, La Victoria, Maracaibo e Rubio.

Contudo, relatórios da Legação de Portugal contrariam a informação genérica das *Memorias* do ITIC sobre a chegada e distribuição de imigrantes. Para atender esta nova massa de imigrantes, indicou o encarregado Branquinho, em Abril de 1948, *o Instituto Técnico celebrou treze contratos de colonização privada, facilitando créditos aos imigrantes com o propósito de aproveitar a exploração de algumas propriedades rurais particulares, de acordo com os respectivos donos*. A Legação foi enfática ao apontar que *nesses contratos não figura nenhum português*, o que explica que nossa investigação não desse maior informação¹⁵⁶³.

Em relação às colônias agrícolas do ITIC, sabe-se que os portugueses foram estabelecidos nas seguintes colônias: Chirgua (4 famílias portuguesas), Mendoza (7 elementos), La Guayabita (1 família), Los Montones (vários elementos entre 120 imigrantes de Portugal, Rússia e Iugoslávia), Rubio (13 famílias) e Villa Bruzual (55 elementos)¹⁵⁶⁴. Sobre estas colocações, o Relatório de Branquinho apresenta tão só a relação de famílias instaladas, mas também mostra diferenças com as *Memorias* do ITIC; das quinze colônias mistas, de venezuelanos e de estrangeiros, que foram criadas, a Legação indica que em duas foram instaladas famílias portuguesas: Mendoza (4, cifra que corresponde ao número de famílias em Chirgua) e La Guayabita (1). No final do Relatório, Branquinho indica que em 1947 tinham chegado 321 portugueses à Venezuela, e entende-se que esta quantidade ia destinada à colonização oficial.

O número de entradas que indica a Legação é baixo e não compensa a média da taxa de entrada de portugueses entre os censos de 1941 e 1950: 1.073 elementos por ano.

¹⁵⁶² ITIC. *Memoria*. Caracas, anos: 1939, 1940, 1945, 1947.

¹⁵⁶³ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç13. De Branquinho para MNE. Of. Nº 155. Caracas, 15-04-1948.

¹⁵⁶⁴ Cf.: ITIC (1941), *Memoria* 1939 e *Memoria* 1940.

Também não corresponde aos dados das *Memorias* do ITIC até 1947 e às projeções fornecidas pelo cônsul Carlos A. Gonçalves que atingim esses valores. Tudo indica que, à margem da contratação oficial, e como comenta o cônsul Gonçalves, a partir de 1938 começaram a chegar grupos de madeirenses e açorianos por própria conta que, com certeza, viajaram na conexão estabelecida entre Caracas, Puerto Cabello e Willemstad, em Curaçao, como fizeram os 13 imigrantes espontâneos que vieram com os primeiros 67 imigrantes oficiais¹⁵⁶⁵. Tudo aponta para que nem o ITIC, que deixou de operar em 1949; nem a representação diplomática e consular de Portugal conseguiram acompanhar, de maneira conveniente, o ingresso espontâneo de portugueses não só provenientes de Curaçao, mas também de várias outras origens¹⁵⁶⁶.

O dinamismo urbano dificultou a colonização interior tanto por nacionais como por estrangeiros, que se somavam ao êxodo rural tornando pouco frutíferos os investimentos do ITIC. Quando o agente Cunha Machado enviou o seu relatório em 1950 já dava conta de sua apreciação pessoal sobre, primeiro, como a indústria petrolífera, *absorvendo grande quantidade de trabalhadores relativamente bem pagos, despovoou fortemente os campos, com graves consequências para a agricultura*; segundo, a importância do comércio a retalho nas cidades e, terceiro, a discussão à volta da «Siembra del petróleo» que, em parte, se estendeu à imigração. Para esse fim, os políticos *no intuito de repovoar os campos e de dar ao País uma actividade agrícola que o ponha a coberto da falta eventual do petróleo, ou da receita que daí provém, abriram as portas aos estrangeiros e incentivaram a emigração em massa [de europeus] refugiados e deslocados da guerra*¹⁵⁶⁷.

A preponderância do tratamento dado à imigração oficial remete diretamente para a contratação com garantias na agricultura, mas silencia que o comércio venezuelano apresentava também condições para atrair e assentar uma imigração espontânea, sobretudo nas cidades com seus novos bairros carentes duma rede de distribuição alimentar e outra de transporte público. Esta pujança comercial atraiu estrangeiros de zonas próximas e remotas da Venezuela, revitalizou as fronteiras anfíbias e favoreceu o assentamento dos portugueses em zonas urbanas. Dos primeiros portugueses a chegar ao país se formaram os pioneiros

¹⁵⁶⁵ 648 Portugueses foram censados no *Censo Nacional de Venezuela*, em 1941; em 1950, foram 10.798. AHDMNE. 2doP, A40, Mç189, Proc 431-1-1939. De Carlos A. Gonçalves, cônsul de Portugal em Caracas, para Mario Duarte, cônsul de Portugal em Port-of-Spain. Caracas, 29-10-1939.

¹⁵⁶⁶ Na tabela da contabilidade, com gastos discriminados para 1940, lê-se que o ITIC investiu Bs. 38.583,75 no Hotel de imigrantes e Bs. 58.804,70 em despesas por traslados, valores considerados insuficientes para atender o número de chegadas. *Memoria*. ITIC, p.81.

¹⁵⁶⁷ AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. De A. Cunha Machado para José Correia de Barros, Dir.-Gral. dos Neg. Econ. e Consul. Caracas, 25-06-1950.

deste comércio. Em 1938, João Rodrigues de Aguiar chegou a Caracas atraído pelas possibilidades comerciais e segundo comenta, esse ano o Consulado de Portugal em Caracas contava com apenas 7 cidadãos registrados. Entre eles, alguns vindos das ilhas vizinhas da Venezuela; o mesmo Aguiar reemigrou desde Curaçao para se converter, anos mais tarde, num dos promotores da Casa da Madeira e um empresário com sucesso. Desde Trinidad reemigrou o também madeirense João Baptista de Sousa Gomes que foi um industrial do transporte automotor de passageiros e comerciante, condecorado pelo Governo português, em 1959¹⁵⁶⁸.

O interesse da Venezuela concentrou-se depois na maneira de reter esta imigração. Assim, a aplicação de políticas dispostas ao reagrupamento familiar, a naturalização e o reinvestimento de capitais ocuparam a opinião pública. Em 1951, diretamente da Dirección de Extranjería do Ministerio de Relaciones Interiores foram difundidos comunicados, com a ideia de evitar a circulação de Dólares e incentivar o reagrupamento familiar, que originaram um impasse mediático entre a Legação de Portugal e a Chancelaria venezuelana¹⁵⁶⁹. A Câmara de Comércio de Caracas era da mesma opinião e no seu último boletim de 1957 advogava uma série intensa de medidas para integrar os imigrantes na Venezuela e para eles se sentirem venezuelanos, insistindo que os novos imigrantes tinham que vir com suas famílias¹⁵⁷⁰. Posteriormente com a democracia instaurada, o governo de Rómulo Betancourt restringiu a entrada de novos imigrantes e *más bien se dedicaron esfuerzos en facilitar los mecanismos de naturalización para que los extranjeros que ya se encontraban en el país se radicaran definitivamente en suelo venezolano*¹⁵⁷¹. O país estimava mais o imigrante completamente instalado correspondendo às riquezas que lhe oferecia, isto é, se estava bem em Venezuela o país estava disposto a ser a segunda pátria para o imigrante.

B. Projecto emigrante: outras rentabilidades

Diversos aspetos se desenvolveram de maneira subjacente e em estreita conexão à emigração. São subjacentes no sentido que, em parte, é o fluxo migratório que lhes dá sentido, dando-lhes a oportunidade para se desenvolver e lhes dita as pautas para adequar-

¹⁵⁶⁸ *Diário de Notícias*, 11-11-1948, p.4; e 15-03-1959, p.6. Citados in: Silva do Nascimento, Joselin da, *Emigração madeirense para a Venezuela (1940 - 1974)*. Tese de Mestrado em Estudos Interculturais - Estudos Luso-Brasileiros, Univ. da Madeira, 2009, pp.40,86.

¹⁵⁶⁹ «A los Extranjeros. Deben Traer sus familias para no Girar al Exterior», in: *El Universal*. Caracas, 23-05-1951. AHDMNE. PEA CLT Mç182-B.

¹⁵⁷⁰ *Ecos de Portugal*. Caracas, 9-12-57, N° 2, p.6.

¹⁵⁷¹ Sarmiento (2000), p.28.

se a sua peculiaridade e necessidade. Nesta situação e processo, as contingências que surgem das mudanças no projeto de vida do emigrante português atraíram a preocupação do Governo e a consideração de particulares porque, por um lado, tais contingências alteraram a operatividade da navegação e, portanto, os investimentos em meios de transporte, rotas, serviços e convênios ligados ao tráfico de passageiros.

Por outro lado, os elementos característicos desse projeto de vida, como o desejo da realização socioeconómica, os compromissos familiares, a acumulação e o reinvestimento de capitais e a concretização da volta definitiva ou o estabelecimento do vaivém transatlântico comprometiam a parte financeira da política migratória. Os operadores destes aspetos - do transporte e das finanças vinculadas ao fluxo migratório – estão, portanto, submetidos e atentos, bem como os seus projetos e estratégias de negócio, às possibilidades de investimento que lhe permite o movimento de populações.

a. O negócio da viagem

Ao princípio de século XX, a falta de companhias de navegação de bandeira nacional impossibilitaram as rotas comerciais diretas, dificultaram o espaço para cargas e encareceram os fretes dos produtos portugueses destinados aos portos venezuelanos. Esta é uma queixa reiterada das primeiras legações de Portugal em Caracas e um obstáculo para *assegurar sem erro o verdadeiro valor da importação de productos portugueses na Venezuela*¹⁵⁷². A navegação indireta foi também considerada razão do desvio da *salvadora corriente de la inmigración*¹⁵⁷³. Por consideração ao elemento humano e experiência consular, *a decadência e desnacionalização das colónias portuguesas e o atrofamento quase completo das suas relações comerciais com a Mãe Pátria, tornavam inexequível a rentabilidade de uma carreira de navegação autónoma*¹⁵⁷⁴.

O estabelecimento das refinarias abriu outra perspectiva comercial e de migração¹⁵⁷⁵: o transporte de petróleo, trabalhadores e cargas entre Curaçao, Portugal e Venezuela. Este transporte foi servido por companhias estrangeiras que competiram por captar os benefícios de tão rentável negócio. À sombra desta próspera navegação operavam em terra os aliciadores e agentes particulares de migração. Uma situação que, no caso de Portugal,

¹⁵⁷² AHDMNE. Cx339. Legações e Consulados em repúblicas americanas. De Botto Machado para MNE. Of. Nº 124. Panamá, 26-02-1914. AHDMNE. 3ºP, A21, Mç 5. «Mercados Externos».

¹⁵⁷³ Mendoza (1921), pp.1105-1107.

¹⁵⁷⁴ Brandão (1995), p81.

¹⁵⁷⁵ Hiss (1943), p.171.

mudou quando a preocupação com os trabalhadores, o alto volume da emigração e a imagem do país o requereram.

No marco do comércio bilateral, o comércio indireto foi com frequência caracterizado como um obstáculo; contornável não obstante, também chegou a ser visto como um mecanismo mais do negócio em si, uma circunstância que obrigava a trabalhar com ela. Uma mostra disso mesmo é dada pela firma H. L. Boulton & C^o. de Caracas. Através do anúncio das atividades desta firma em publicações estrangeiras sobre movimentos portuários abriu-se uma possibilidade de seguir as rotas dos produtos portugueses que chegavam a Venezuela; ao mesmo tempo, o *advertizing* inspirava a considerar que, depois de ser considerado tão só o último porto de embarque, ficava oculta a verdadeira origem da mercadoria no momento da nacionalização na alfândega venezuelana. Uma prova desta árdua pesquisa é exemplificado pelos anúncios de Boulton no *Supplement to the London Gazette*, de Agosto de 1916.

Uma tabela de dito *Supplement*, sobre os barcos e a descrição das cargas, apresentou Londres como um porto agraciado com o seu duplo papel de reexportador e de gestor capaz de poder despachar mercadorias desde portos do norte de Europa, como Copenhagen, Gothemburg, Haia, Sprenberg ou Zwickau, destinadas a outros países europeus, incluído Portugal, e outros tantos na América: Argentina, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, México, Uruguai, Venezuela, etc. Na menção relativa a este último país, a firma Boulton aparece ligada ao consignatário Erik Malling, de Copenhagen, que também era consignatário - despachante de O. Herold & C^o e Santos e Silva Viera, ambas empresas de Lisboa¹⁵⁷⁶.

O *advertizing* para trabalhar com as linhas de navegação existentes é patente no *Cartaz* que Cristóbal Benítez, o cônsul de Venezuela no Porto, fez circular em 1921. Este impresso, que constituiu um meio de publicidade para a imagem do país, convidava a conhecer as possibilidades que ofereciam as 11 linhas operando na rota entre os dois países, incluída a companhia Red 'D' Line of Steamships, sócia de H. L. Boulton & C^o que, neste ano, encontrava-se em franca expansão e diversificação comercial¹⁵⁷⁷.

Outros representantes diplomáticos e consulares levaram a cabo igual uso e pensamento pragmático. Entre eles encontrava-se o Ministro Travassos Valdez, ligado à Companhia Holandesa de Navegação (Koninklijk West-Indische Mail Dienst), o muito

¹⁵⁷⁶ *Supplement to the London Gazette*. London, 9-08-1916, p.7.871.

¹⁵⁷⁷ AHDMNE. Cx805. Legações e Consulados em Portugal. De Cristóbal Benítez para MNE. S/N^o. Porto, 24-07-1921. Cf.: http://es.wikipedia.org/wiki/Familia_Boulton.

experimentado comerciante S.A.L. Maduro, cônsul de Portugal em Curaçao, que também mencionou as operações da Red 'D' Line of Steamships nos seus relatórios comerciais. Também o relatório sobre Venezuela enviado pelo cônsul Gonçalves para o boletim dos *Mercados Externos*, no seu ponto 18º referente às linhas de navegação, incorpora uma pequena nota sobre os anúncios *nos jornais de maior circulação*¹⁵⁷⁸.

Em meados da década de 1930, a refinação de petróleo em Curaçao introduziu uma mudança na forma de pensar a navegação indireta. O transporte de trabalhadores para Curaçao estava assegurado pelos barcos da CPIM, mas não assim o traslado de passageiros que procuraram vias alternas. Esta situação levou ao Governo português a estudar e realizar ensaios para normalizar a viagem do emigrante condicionando o cuidado de seu traslado em linhas e navios adequados¹⁵⁷⁹.

Não obstante, a atenção posta nos portos servidos por estas companhias deixou aspetos a descoberto que cedo foram questionados pela Legação em Caracas. A começar por uma constatação importante: da lista de navios autorizados por Lisboa para efetuar o transporte de emigrantes portugueses, nenhum tocava os portos da Venezuela e os outros faziam-no de maneira irregular. Entre estes últimos encontravam-se os navios Cabo de Boa Esperanza e Cabo de Fornos, representados ambos em Caracas pelo agente Ibarra & C^a. Outra menção é feita ao navio polaco Jagiello, cujos agentes era Cynia American Shipping Lines Ltd, com escalas em La Guaira, Barranquilla, La Havana e Lisboa. A segunda constatação era a omissão das verdadeiras circunstâncias da navegação regular entre portos portugueses e venezuelanos: *apenas uma carreira mensal de navios holandeses que escalam Lisboa e La Guaira nas suas viagens de Amsterdam para Curaçao, mas que não escalam Lisboa no regresso a Amsterdam*¹⁵⁸⁰.

A concorrência internacional para transportar os emigrantes portugueses determinou um acréscimo da marinha e da navegação portuguesas. Este impulso poria fim à reiterada discussão política sobre a marinha de Portugal. A década de 1950 será determinante neste sentido. *Portugal regressa ao mar*, escreveu Dutra Faria no jornal *O Lusitano*, em Caracas a propósito da carreira desde Lisboa. *Enfim, regressámos ao mar!* exclamou Paulo Cancellata de Abreu na Assembleia da República, em 1956, depois de ter-se constatado, *além dos*

¹⁵⁷⁸ Travassos Valdez (1924), p.3; AHDMNE. 3ºP, A21, Mç5. Assuntos económicos. De Maduro para MNE. Of. Nº 29/3, Curaçao, 25-05-1932; 3ºP, A21, Mç5. Mercados Externos.

¹⁵⁷⁹ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç13. De Dir.-Gral. dos Neg. Econ. e Consulares. Circular Nº 3, 23-02-1948 e Circular Nº 6, 25-03-1948. «Empresas de navegação a que foi conferido alvará para o transporte de emigrantes». Em total foram 7 empresas e 17 navios.

¹⁵⁸⁰ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç13. De Legação em Caracas para MNE. Of. Nº 87. Caracas, 4-03-1948.

*benefícios para a economia nacional, todo o transcendente alcance social e político das carreiras do Brasil, Venezuela e outros países, que só a renovação da marinha mercante permitiu regularizar e manter, e, pelo que significavam essas carreiras para a imagem de Portugal e a vinculação do emigrante com a Pátria, devem manter-se mesmo deficitariamente*¹⁵⁸¹.

O entusiasmo era resultado das obras atingidas pelo Plano de Renovação da Marinha de Comércio, impulsionado pelo *almirante Américo Tomás, o qual, no período de dez, anos, operou a completa modificação da nossa frota de comércio* que incluiu o abastecimento da Companhia Colonial de Navegação (CCN) com navios adaptados às necessidades do momento: três navios de passageiros, dois navios–cisterna para transporte de combustíveis e catorze cargueiros. A CCN operou a rota da Venezuela com o navio Santa Maria desde 1954. O seu agente consignatário em Caracas foi a firma H. L. Boulton & C^a, o que não era de surpreender porque era uma companhia conhecida pelas transações financeiras com a Legação de Portugal e o comércio indireto, através de sua sócia a linha Red 'D' Line of Steamships¹⁵⁸².

A nomeação deste agente causou receios entre quem na Venezuela se mostrava ansioso de participar no negócio da navegação com Portugal, como foi o caso de José da Conceição Juzarte. Dedicado ao jornalismo comunitário, Juzarte fez pública exposição dos seus interesses e opiniões no jornal *O Lusitano* de maneira insistente. De facto, as suas queixas tiveram eco em Lisboa. As ações de Juzarte mereceram um relatório onde se descobre não só o nacionalismo de alguns emigrantes, inconformados por não ter sido contratado um cidadão português como representante da CCN na Venezuela; além disso, o relatório revela que a navegadora portuguesa tinha negócios há muito tempo na Venezuela.

Efetivamente, segundo afirma Martim Machado de Faria e Maia desde a Legação, os delegados da Companhia, que visitaram Caracas em meados de 1953, *não tiveram de escolher e nomear agente aqui, pois já desde há anos que a 'Colonial' o tem (...) a antiga firma venezuelana H. L. Boulton & C^a, uma das organizações comerciais e industriais de maior importância neste país, que se dedica ao ramo de navegação marítima*¹⁵⁸³. Para Maia, o impasse da nomeação deu oportunidade para fazer uma crítica política contra o Governo em Lisboa e não tinha, de base, um sentido comercial. Segundo a sua observação,

¹⁵⁸¹ Faria, Dutra (1953), «Portugal regressa ao mar», in: *O Lusitano*. Caracas, 6/11-12-1953, p.2. AARP. *Debates Parlamentares*, Estado Novo, Leg. 6, Ses.3, N^o 111, 12-01-1956; p.263.

¹⁵⁸² AARP. *Debates Parlamentares*, Estado Novo, Leg. 6, Ses.3, N^o 125, 09-02-1956; p.464.

¹⁵⁸³ AHDMNE. 2^oP, A59, Mç283. Colónia Portuguesa na Venezuela 1951-1954. De Maia para MNE. Of. N^o 762/173. Caracas, 5-08-1953.

as empresas de portugueses na Venezuela nem tinham organização administrativa nem pessoal com preparação suficientes para assumir o reto de ser agente da Companhia Colonial de Navegação. No entender de Maia, só restava portanto uma provocação política levantada detrás do interesse comercial na navegação marítima.

Esta opinião levanta a questão de uma suposta maquinação dos empresários portugueses por serem afastados do negócio com a CCN. A verdade é que também não foi encontrada uma solução económica para o impasse, que incluísse estes comerciantes. Em efeito, os ofícios de Maia não expressam um interesse da CCN nem uma proposta do MNE para formar esses empresários como agentes de transporte. Assim, enquanto são atribuídas ao emigrante empreendedor uma escassa preparação para o comércio e uma falta evidente de preparação para os negócios marítimos, o silêncio evidencia o pouco apoio logístico metropolitano, que era ou não possível oferecer, para o desenvolvimento socioeconómico do emigrante e, além disso, o interesse oficial em fazer uso da infraestrutura comercial criada por estes *self-made businessmen*. No entanto, esta situação enquadra-se dentro do problema da insuficiência educacional e da qualificação profissional em Portugal¹⁵⁸⁴.

Mais do que as críticas políticas feitas desde a comunidade até aos discursos patrióticos na Assembleia portuguesa, com o já conhecido cariz ideológico, a CCN enfrentava obstáculos mais relevantes no âmbito económico, como era a concorrência de outras companhias de outros países europeus representados na Venezuela com importantes contingentes migratórios, como a Itália e a Espanha, que anunciavam também na imprensa da comunidade portuguesa. Estes países e companhias se empenhavam igualmente por competir para oferecer uma boa imagem e, de maneira estratégica, remetiam-se a ressaltar o uso da técnica e os elementos da modernidade.

O Lusitano publicou anúncios do movimento de navegação, inclusive na mesma edição e em edições sucessivas, praticamente do mesmo teor: uma apologia à técnica e a construção naval (tamanho, deslocamento, velocidade, passagem), o conforto da viagem (classes e serviços) e o prazer de rotas com escalas em portos de interesse turístico. A viagem começava a ser vendida como uma experiência de prazer. Assim, entre os dias 28 de Março e 11 de Abril, o agente Alberto Lavatelli anunciou a saída do navio Conte Biancamano, da Sociedade de Navegação-Genova, em rota por Curaçao, Cartagena, La

¹⁵⁸⁴ Os decretos-lei números 16.782 (27-4-1929), 19.029 (13-11-1930), 20.874 (12-2-1932), 21.349 (13-6-1932), 24.425 (27-8-1934) e outros, além de garantir a saída de emigrantes com postos de trabalhos assegurados, procuravam evitar o *desprestígio da Nação* nos países de acolhimento. Esta imagem negativa era produto do evidente analfabetismo em Portugal pelo que o Regime tratou que o emigrante viajasse com a indicação no passaporte de ter a 4ª classe aprovada. Paulo, *Aqui também é Portugal*, p.71, 604-605.

Guaira, Port of Spain, Tenerife, Funchal, Lisboa, Barcelona, Nápoles, Cannes e Génova; a Companhia Fratelli Grimaldi ofereceu o vapor Auriga, com rota: Cuba, Bermudas, Açores, Norte de Espanha e Lisboa; a agência H. L. Boulton & C^o e a Companhia Colonial de Navegação orgulhavam-se *en anunciar la salida del más nuevo, más moderno, más lujoso transatlántico: Santa Maria, el 15 de Julio de La Guaira para Curaçao, La Habana, Funchal, Vigo y Lisboa*, com dormitórios em terça classe a Bs. 536¹⁵⁸⁵.

Mais adiante, a concorrência tomou outros rumos e impôs outras estratégias publicitárias que, ao mesmo tempo, despertavam a curiosidade do emigrante e deixavam em claro as preferências dos passageiros. Efetivamente, a publicação das listas de passageiros na imprensa comunitária ocupou as páginas centrais de jornais como *Ecos de Portugal*, um dos jornais mais significativos no final da década de 1950. Com as listas, os leitores encontravam sustento para suas recordações, entretenimento nas conjeturas sobre a amizade com algum nome e satisfaziam a curiosidade de saber quem viajava na linha nacional¹⁵⁸⁶.

A chegada dum navio da CCN e o aumento do tráfico de passageiros portugueses em La Guaira, inclinaram o ânimo do Governo venezuelano para a normalização das operações mercantes com Portugal segundo a lei de navegação vigente que, no seu artigo 33 concedia o benefício de reciprocidade na isenção da certificação de navios. Aureliano Otañez, Ministro de Relaciones Exteriores, comunicou a intenção de atribuir esta concessão a Martim Machado de Faria e Maia, encarregado de negócios de Portugal em Caracas, de quem recebeu a nota correspondente em resposta com um parecer favorável para formalizar o acordo¹⁵⁸⁷. O intercâmbio de correspondência tornou-se oficial em 1955 e serviu de marco para enaltecer a relação política bilateral na Santa Maria; o navio tornou-se no ícone da CCN e do Estado Novo que cumpria perante a Venezuela com a prestigiosa missão à que estava atribuído: transportar emigração portuguesa.

Certamente, a instauração duma linha direta era todo um acontecimento se se considerar os anos de inconvenientes causados pela sua falta. No contexto do Estado Novo, o regresso ao mar era apoiado pela Assembleia mas este apoio estava carregado de ideologia que não podia ser estrategicamente desaproveitada. Assim, a esses eventos, dignos de serem celebrados, juntou-se a condecoração Ordem de Cristo e Aviz outorgada a

¹⁵⁸⁵ *O Lusitano*. Caracas, Ano III, Nº 105, 28-03/3-04-1954 e Nº 107, 11/17-04-1954.

¹⁵⁸⁶ Cf.: «Lista dos passageiros chegados da Madeira a bordo do vapor 'Ascania'» (68 pessoas) e «Passageiros da Madeira chegados ontem no 'Santa María'» (52), in: *Ecos de Portugal*. Caracas, Nº 21, 5-05-1958, pp.1,5.

¹⁵⁸⁷ Cf.: De Otañez, MRE, para Maia, Leg. Portugal. Nº 3017-A. Caracas, 17-06-1954; De Maia para Otañez. Nº 11201/52. Caracas, 21-09-1954; in: *Diário do Governo*. Lisboa, 22-10-1955, Série I, Nº 230, p.920.

Marcos Pérez Jiménez, em *reconhecimento do extraordinário labor de Governo realizado e do impulso dado à emigração, que tornou possível a presença na Venezuela de uma numerosa colónia portuguesa*¹⁵⁸⁸, para comemorar com um «Banquete de honra e Recepção de gala» oferecido pelo ministro plenipotenciário de Portugal, Teixeira Branquinho, a bordo do navio Santa Maria, no dia 21 de Maio de 1956, e assim ter ocasião para colocar *sobre terra portuguesa* a banda respetiva ao Ditador venezuelano. O prestígio social e o significado político do ato foram aproveitados, com fins de propaganda, mediante uma campanha de divulgação para provar a alta consideração que o Governo português sentia pela sua emigração.

A legislação sobre a navegação e a migração em ambos países deu também origem à formação de uma classe profissional dedicada a rentabilizar os interstícios do regulamento e as necessidades socioculturais da comunidade migrante. Entre os primeiros contavam-se alguns agentes de linhas de navegação na rota Europa, Trinidad, La Guaira e Puerto Cabello¹⁵⁸⁹; agências atuando como assessores e gestores de documentação ao mesmo tempo que eram operadores de viagem¹⁵⁹⁰; médicos encarregados da emissão de certificados de saúde¹⁵⁹¹; e toda uma serie de manobras ardilosas de aliciadores e engajadores que atuavam na ilegalidade¹⁵⁹².

A prosperidade socioeconómica do emigrante facilitou o auge de outro comércio ligado com a navegação marítima: os serviços turísticos. Apoiada por uma publicidade que induzia a saudade e sustentava o ego, a motivação de visitar *a terra* constituiu-se num

¹⁵⁸⁸ ACMPPRE. DP, Ano 1950, Exp.348; Ano 1955, Exp.346; Ano 1956, Exp.341, 616 e 741. Cita do recorte de: *Diário Popular* do 10(?)-06-1956. Desde o 23-05, publicações como *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias* e *O Século*, noticiaram a receção. Apura-se nestas notícias a uniformidade da redação que mostra a intenção de divulgar entre a sociedade e comunidade portuguesas as excelentes relações entre ambos países e a garantia de segurança que brindava o regime corporativista a seus concidadãos no estrangeiro.

¹⁵⁸⁹ A Mala Real Holandesa aproveitava para cobrar fretes caros em trânsito devido à falta de navegação direta com Portugal. AHDMNE. 3ºP, A21, Mç 5. De Amilcar Lino Franco, Cónsul em Trinidad, para MNE. Of N° 28-3, Port-of-Spain, 16-06-1932.

¹⁵⁹⁰ Anúncios em Funchal de: Agência João Batista Fernandes, *Diário de Notícias*. 08-01-1945, p.2 e *O Jornal*. 28-01-1945, p.2; Agência Ferraz, *Diário de Notícias*. 04-06-1945, p.2; Agência Dantas, *Diário de Notícias*. 06-07-1945, p.2; em Caracas: Agência de Viajes Madeirense. *Ecos de Portugal*. 5-05-1958, p.9. ACMPPRE. DC, Ano 1950, Exp. 842.

¹⁵⁹¹ Cf.: Caso das duplas certificações e dos consultórios que, em coordenação com os consulados venezuelanos, eram atendidos por reconhecidos médicos portugueses que se exceptuaban do serviço, amparados na sua hierarquia na administração pública, para realizar exames idênticos aos emitidos pela Delegação de Saude ou já aprovados pela Junta de Emigração. ACMPPRE. DC, Ano 1949, Exp. 120, 513, 1465; Ano 1950, Exp. 842; Ano 1954, Exp. 808; Ano 1955, Exp. 342.

¹⁵⁹² ACMPPRE. DC, Ano 1950, Exp. 930; Ano 1959, Exp. 1383. «Descaso pela imigração», in: *Correio da manhã*. Río de Janeiro, 19-10-1950; «Passaportes falsificados para os emigrantes clandestinos. Iam para Venezuela como turistas», in: *Folha Carioca*. Río de Janeiro, 18-Outubro-1950.

estímulo para a promoção de excursões a partir do momento em que a frequência de navios e a navegação direta aumentou entre Portugal e a Venezuela na década de 1950. A realização de uma excursão não era novidade entre os ilheus portugueses sendo possível associar estas excursões transatlânticas com outras promovidas por linhas nacionais.

De facto, os passeios deste tipo eram realizados, com relativa frequência, em navios que asseguravam as carreiras entre portos do Continente e das ilhas atlânticas, em ambos sentidos. Das referências mais assíduas nas décadas de 1930 e 1940 contam-se as viagens do navio Carvalho Araújo, pertencente à Empresa Insulana de Navegação, que explorava esta conexão. Este navio sofreu transformações em 1943, no alojamento dos 354 passageiros: 10 em camarotes de luxo, 68 em 1ª classe, 78 em 2ª e 198 em 3ª; e em 1945, novas modificações, quando as fornalhas passaram a queimar nafta¹⁵⁹³. O nome Carvalho Araújo é, precisamente, uma das referências deste tipo de navio destinado a excursões para a comunidade portuguesa na Venezuela. Efetivamente, um navio com este nome realizou a travessia La Guaira - Funchal em Julho de 1954 levando a bordo 58 madeirenses que tinham assinado o pacote promovido pela Agência de Viagens Interoceânica, localizada no centro de Caracas (Sur do Municipal 2-1)¹⁵⁹⁴.

A mesma Agência organizou, em simultâneo, outra excursão mas no transatlântico Lucania, da firma italiana Grimaldi-Siosa Lines, uma fusão de empresas de Génova e de Palermo dedicada ao tráfico entre Itália, a Península Ibérica, América e o Mar das Caraíbas. Esta excursão tinha saída marcada de La Guaira a 10 de Julho de 1954 com volta a 10 de Outubro de 1954, e foi pensada tomando em conta a lei de estrangeiros e as disposições de imigração venezuelanas, em particular os decretos sobre o reagrupamento familiar. Assim, a Agência de Viagens Interoceânica encarregava-se de tudo e propunha, como um “plus” à excursão, serviços de trâmites de maneira que *os excursionistas não necessitam ir a Lisboa buscar o 'Visto' de reingresso. Embarcaram no Funchal no mesmo vapor sem mais*

¹⁵⁹³ Ferreira dos Santos, José (2009), «Quatro navios com o nome de 'Carvalho Araújo'», in: *Revista de Marinha*. 19-06-2009 (Consulta: 23-Agosto-2012. -www.revistademarinha.com); Correia, Luis Miguel (2012), «Label: Carvalho Araújo (navio de passageiros)», in: *Ships & the sea - Blogue dos navios e do mar*. (Consulta: 23-08-2012. -http://lmcshipsandthesea.blogspot.pt). Cf.: «Um grupo de excursionistas açorianos que viajavam no vapor Carvalho Araújo, à sua chegada a Lisboa» e «Partida dos excursionistas portuenses, no Carvalho Araújo, para as ilhas adjacentes»: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*. Ref.: 0826K e 2308M. Lisboa, 08-05-1936, e 23-06-1938. «Dois grupos de excursionistas eçoreanos», in: *Diário de Notícias*. Lisboa, 9-05-1937.

¹⁵⁹⁴ *Diário de Notícias*. Funchal, 28-07-1954, p.1; González Granja, P. Lino (1963), *Guía turística y económica de Venezuela*. Caracas, Editorial Meta, p.303.

*incómodos Os casados não teem dificuldade alguma em voltarem nas mesmas condições que embarcaram*¹⁵⁹⁵.

Em harmonia com o componente geográfico da comunidade na Venezuela, a Interoceânica não desleixou os portugueses continentais e para aqueles interessados em aproveitar as facilidades desta excursão a Agência *pagava a passagem até Lisboa*. A concorrência apresentou-se, aliás, no serviço dirigido a outras comunidades estrangeiras residentes na Venezuela, tal como fizera a agência de viagens e turismo Pan Azoreana da Venezuela, com despachos em Caracas e Curaçao. Além de tramitar todo tipo de documentação, a Agência oferecia um Bónus aos passageiros que comprassem seus bilhetes para a Europa em Excursão a Lisboa, Madrid, Barcelona e Paris¹⁵⁹⁶.

A maneira como se apresentavam os serviços de viagens mudou seu formato publicitário. Em lugar da simples exposição dos itinerários e da documentação que cada um era capaz de tratar¹⁵⁹⁷, passou à incitação ao prazer e ao recreio. Várias companhias se interessaram neste tipo de promoção de passeios organizados por agências de Caracas¹⁵⁹⁸. Inclusive agentes portugueses de turismo se acercaram da Venezuela para conhecer o mercado e, nos anos seguintes, as agências venezuelanas continuaram com esta promoção aparecendo a possibilidade de incrementar a periodicidade anual destas viagens, condizente com períodos de férias na Venezuela¹⁵⁹⁹.

b. Sobre o oceano, mas voando

Com a II Guerra mundial ainda em definição, a aviação interoceânica acordou o apetite comercial de vários visionários, entre eles pioneiros portugueses que tinham entendido a importância estratégica das ilhas atlânticas portuguesas na navegação aérea entre Europa e América. A correspondência e os projetos arquivados demonstram que o

¹⁵⁹⁵ «Grande excursão à Ilha da Madeira. Transatlântico 'Lucania' organizada pela Agencia Portuguesa de Viagens Interoceanica» in: *O Lusitano*. Caracas, 11/17-04-1954, Ano III, N° 107.

¹⁵⁹⁶ «Pan Azoreana de Venezuela», in: *O Lusitano*. Caracas, Ano IV, N° 59, 26-03-1953.

¹⁵⁹⁷ A) «Adriática. Viagens e Turismo. Viagens aéreas em Alitalia e viagens marítimas em barcos italianos. Navios para Funchal e Lisboa. Documentação gratis» B) Italviaggi. Agência de Viagem e turismo. Vapor Auriga. Para Funchal Bs. 540. Para Lisboa vía Funchal Bs. 655. Documentación gratis». *O Republicano*. Caracas, 1-04-1952, p.3. C) «Agência Portuguesa de Viagens Interoceanica. Conseguimos vistos para Australia, Brasil ou outro país. Documentação em geral - Passagens aéreas e marítimas para todo o mundo. Registo de estrangeiros - Contratos de Trabalho - Autorização de embarque - Certificados de boa conduta. Barcos a sair: Auriga: meados de Junho para Curaçao, Tenerife, Funchal, Lisboa, Canes, Genova e Napoles» *O Republicano*. Caracas, 20-05-1952, p.3.

¹⁵⁹⁸ Nascimento (2009), pp.56-58.

¹⁵⁹⁹ Artículo «Sr. Alipio José Ferreira» socio-gerente da Agência Confiança e da Empresa Turística do Norte, rua de Entreparedes no Porto. *O Republicano*. Caracas, 20-05-1952, p.1.

desempenho dos campos de aviação e a experiência da guerra apressaram em Portugal uma ação que encorajaria a concorrência, anos mais tarde, contra a navegação marítima pelo transporte de passageiros.

A elite económica do arquipélago das Açores concebeu este potencial insular e materializou-o na Sociedade Açoriana de Estudos Aéreos, Lda., criada em 1941. No mesmo sentido, em Outubro de 1943, segundo consta na Secretária Técnica do Conselho Nacional do Ar, José Bensaúde¹⁶⁰⁰, o industrial micaelense, seria dos primeiros em negociar com a Transcontinental & Western Air Inc, ou estabelecimento de linhas aéreas. Pouco depois, Royal Jordan e Pedro Batalha Reis tocariam o tema nesse mesmo Conselho¹⁶⁰¹.

A ideia visionária compreendia explorar *carreiras entre pontos do território português, depois ampliariam a exploração às colónias, e por último iriam até à América do Sul e aos Estados Unidos de América*. Era uma operação para antecipar-se à concorrência com as companhias estrangeiras no período do pós-guerra vistas as trajetórias já traçadas pelos Estados Unidos, Inglaterra, França, Holanda e outros países, para terem as suas companhias nacionais seguindo o prognóstico, bastante expandido, de uma navegação aérea comercialmente livre e auspiciosa. A fusão empresarial que estes empresários desejavam para esta exploração, com aviões DC-4 e Constellation, foi recusada pelo Conselho com o argumento *ser propósito do Governo português formar uma companhia com capitais portuguesas*¹⁶⁰². Transportes Aéreos Portugueses foi a companhia que surgiu no meio destes interesses e que defendeu a imagem do país na carreira da aviação comercial, a partir de 1946, ano em que inaugurou sua primeira rota: Lisboa-Madrid.

A tentativa venezuelana para estabelecer uma rota de aviação comercial com Portugal chegaria depois da Guerra e depois da experiência internacional a que seguramente faziam alusão Bensaúde, Jordan e Reis. A companhia com a qual o Governo venezuelano planejou então estabelecer uma rota aérea secundou a iniciativa da linha filial da Compagnie Générale Aéropostale, que o agente Paul Vachet inaugurou na Venezuela em 1930¹⁶⁰³. Só foi no ano 1947, quando Venezuela tocou o tema de um acordo sobre a

¹⁶⁰⁰ Sobre a Família Bensaúde veja-se Dias, Fátima Sequeira (1999b), *Uma estratégia de sucesso numa económica periférica. A casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*. Ponta Delgada, Ribeiro & Carvana; e Dias, Fátima Sequeira (2005), «Quando as ilhas se tornavam demasiado pequenas, as dificuldades empresariais de Avraão Bensaúde na ilha de S. Miguel (1818 a 1868)», in: *Arquipélago. História*, 2ª série, IX, pp. 385-398.

¹⁶⁰¹ ANTT. Arq. Salazar. PC 24B Cx 683. Pt 10, f.285. 20-05-1944. «Pedido de estabelecimento de linhas aéreas ligando pontos do território português, colónias portuguesas, América do Sul e Estados Unidos da América».

¹⁶⁰² ANTT. Arq. Salazar. PC 24B Cx 683. Pt 10, f.286. 20-05-1944.

¹⁶⁰³ Association Loi 1901 (Consulta: 25-07-2012, -<http://www.memoire-aeropostale.com>)

navegação aérea com Portugal mediante conversas sustentadas com o ministro Branquinho, em Caracas, mas sem chegar a um acordo entre as partes. A proposta estava encaminhada para a utilização dos aeródromos de Lisboa e dos Açores por parte de aviões venezuelanos num prolongamento da rota que o Governo venezuelano planeava estabelecer. Nos inícios de 1948, o ministro Branquinho, considera que o estabelecimento desta rota era de difícil negociação porquanto a Venezuela não tinha conseguido ainda autorização para sobrevoar as Bermudas, ponto de suma importância na logística de vôos¹⁶⁰⁴.

Entretanto permanecia a recordação da carreira de hidroaviões da Aquila Airways, Ltd., quer entre a Inglaterra e a Madeira, quer entre esta Ilha e Lisboa, persistia na memória de alguns madeirenses, em particular, por ter sido um serviço sujeito às *contingências do tempo e do estado do mar e às respectivas demoras, com os consequentes incómodos*, como o reviveu Teixeira de Sousa na Assembleia Nacional¹⁶⁰⁵. Esta conexão aérea com Lisboa, realizada com aviões Sunderland e Solent, facilitou a conexão com outras rotas que saindo da capital portuguesa se dirigiam a destinos de América do Sul. No que diz respeito a Venezuela, esta travessia constituiu um evento noticioso de ampla cobertura mediática que incluía as evidências fotográficas da chegada dos passageiros¹⁶⁰⁶.

As principais companhias aéreas acompanharam a tecnologia que lhe permitia assegurar a sua capacidade de concorrência. A este acompanhamento agregavam novas formas de persuadir os governos os países que desejavam integrar nas suas rotas. No caso de Portugal, a emigração foi um fator que permitiu introduzir a ideia da comunicação das comunidades no estrangeiro com a Pátria e dos diversos contingentes entre si. Em Maio de 1951, esta maneira de associar o tráfico de passageiros aos laços nacionais resultou efetiva para a Pan American World Airways System no momento que solicitou informação para seus planos de expansão a Lisboa. A resposta enviada pela Repartição das Questões Económicas do MNE conferiu à Companhia aérea uma «Lista dos principais postos do globo onde se encontram colónias de portugueses», levantada em 1935¹⁶⁰⁷.

Nesta lista, entre as cidades latino-americanas estavam indicadas: Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Curaçao, Iquitos, La Havana, Montevideo, Port-of-Spain, Santiago de Chile e outras 16 localidades situadas no Brasil. Resulta interessante a inclusão da capital

¹⁶⁰⁴ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç3. De Legação de Portugal para MNE. Of. Nº 11, Proc. 2,20. 8-01-1948.

¹⁶⁰⁵ AARP. *Debates Parlamentares*, Estado Novo, 1935 - 1974; Leg. 6, Ses. 3, Nº 125, 09-02-1956; p.464.

¹⁶⁰⁶ Nascimento (2009), p.122.

¹⁶⁰⁷ AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. De Repartição das Questões Económicas para Pan American World Airways System. Of. Nº 11. Lisboa, 30-05-1951.

venezuelana nesta lista, mais ainda porque, como foi já mencionado o baixo número de portugueses (648 elementos) registrados no Censo Nacional de Venezuela de 1941, era um target de clientes relativamente baixo para garantir rentabilidade. Uma revisão dos dados estatísticos da população estrangeira na Venezuela segundo a idade e sexo, em relação com o total de população de Venezuela, levantados no ano de 1936, apura o resultado de 26 elementos (3 mulheres e 23 homens), cifra que não deixa de causar curiosidade e que leva a pensar que a menção nos planos de Pan American só é atribuível a algum interesse económico baseado não só na emigração.

Em termos de concorrência, as companhias aéreas não podiam rivalizar com as empresas marítimas nos preços da passagem, um facto que reduziu a aposta nos preços dos seus serviços. Em Janeiro de 1951, a agência João de Freitas Martins Lda., representante da Koninklijke Luchtvaart Maatschappij (KLM) no Funchal, baixou o preço de seus bilhetes nas rotas partindo de Lisboa com escala na Venezuela, a saber a de Caracas-Curaçao-Aruba e Maracaibo-Barranquilla¹⁶⁰⁸. Em Caracas, a concorrência tornou-se mais evidente com o início do funcionamento da linha nacional. Em Março de 1956, em ocasião do vôo inaugural para a Europa da Línea Aeropostal Venezuelana (LAV), outras companhias aéreas apostaram na publicidade no mesmo jornal e na mesma altura. Assim, *O Lusitano* publicou anúncios: do vôo promocional da LAV em rota Maiquetía, Bermudas, Lisboa, Madrid, Roma e regresso, com um preço para Lisboa de Bs.1.524,25/passageiro; da aposta de Air France num «Plano familiar» que oferecia diminuição de preços em pacotes familiares; e o anúncio da empresa AMTE (Ar, Mar, Terra, Expresso) representante das linhas AVENSA (Aerovias de Venezuela) e TACA (Transportes Aéreos de Centro América)¹⁶⁰⁹.

Uma propaganda de estilo mais personalizado, que tentava confraternizar com o passageiro, tentou ganhá-lo com informação de quem o tomava ao seu cuidado. *O Lusitano* dedicou um espaço neste estilo à LAV depois de seu vôo inaugural do 8 de Novembro de 1953 que servia para apresentar os diretores das agências em Lisboa e Madrid. A prontidão dos trâmites, a brevidade da rota e o preço da passagem fizeram, não obstante, deixar de lado a referência a quem atendia e ficava em terra; estes dois aspetos ganharam a atenção

¹⁶⁰⁸ *Diário de Notícias*. Funchal, 26-01-1950, p.1.

¹⁶⁰⁹ *O Lusitano*. Caracas, Ano IV, Nº 59, 26-03-1953.

do passageiro que devia escolher entre LAV, KLM, Air France, Pan American, Aerovías de Venezuela, entre outras linhas aéreas, para suas viagens¹⁶¹⁰.

Segundo um estudo de Marcello Carmagnani, o melhoramento do transporte marítimo reduziu a duração das viagens com as conseguintes vantagens para o trânsito de mercadorias e de obreiros segundo a oferta e a procura de trabalho. No que diz respeito à emigração, o avião afianço a ideia do investimento na mentalidade do emigrante, *la menor duración del viaje 'reduce el costo del viaje cuando es calculado como la suma del coste del billete más el coste de oportunidad de ganar tiempo derrochado en el barco'*¹⁶¹¹. Daí a explicação teórica para o pragmatismo da frase *o tempo é dinheiro*, de Ayres de Sá.

Enquanto isto ocorria à volta do emigrante, as empresas públicas de aviação tinham os seus aviões no ar, os quais representavam o ícone do progresso nacional e as conversas iniciadas a nível político seguiam o seu curso para estabelecer um acordo de navegação aérea entre os dois países. O projeto dum acordo, proposto em 1947, circulou tanto em Caracas como em Lisboa através do contato das respetivas Chancelarias e Legações. Os ensaios e práticas das rotas começaram e a companhia aérea venezuelana iniciou as suas carreiras para a Europa, com escalas nos Açores e em Lisboa, com autorizações temporárias. Esta solução repetiu-se novamente no 1 de Dezembro de 1950, quando o ministro Alves foi chamado com urgência à sede do Ministério de Relaciones Exteriores, onde lhe foi pedida a sua intervenção pessoal junto da correspondente Secretária de Estado em Lisboa para ser prorrogada por três meses a autorização concedida à referida companhia, Línea Aeropostal Venezolana. Nesta altura, o novo prazo permitiria realizar as negociações para o acordo no qual o Governo venezuelano estava muito interessado, manifestando também o desejo de que as negociações se efetuassem em Caracas, mas o Governo português convidou o governo venezuelano a negociar em Lisboa¹⁶¹².

O Acordo sobre transportes aéreos entre os governos de Portugal e da Venezuela cumpriu outras duas etapas prévias à sua assinatura definitiva, que giraram em torno das discussões sobre a reciprocidade da exploração e a definição das rotas, como partes principais do compromisso. A redação final do Acordo foi assinada em Lisboa por Júlio Alfredo de la Rosa, por parte da Venezuela, e Paulo Cunha, por parte de Portugal, no dia 16

¹⁶¹⁰ *O Lusitano*. Caracas, Ano II, Nº 86, 15/21-11-1953, p.1. Documentação, Rapidez e Economia constituíram o atrativo dos anúncios da Agencia Portuguesa de Viagens Orbis.

¹⁶¹¹ Carmagnani, Marcello (1994), *Emigración mediterránea y América. Formas y transformaciones, 1860-1930*. Gijón, Fundación Archivo Indiano, p.97.

¹⁶¹² AHDME. PEA CLT Mç182-B. De Alves para MNE. Of. Nº 121. Caracas, 20-06-1951. «Acordo aéreo luso-venezuelano».

de Maio de 1956, com entrada em vigor a 27 de Abril de 1957¹⁶¹³. Em relação à reciprocidade, as empresas de transporte aéreo das partes contratantes gozavam de direito para explorar as rotas portuguesas e venezuelanas, que terminassem em território de Portugal e da Venezuela, bem como aquelas rotas que os atravessam, segundo o que ficou especificado.

As rotas foram definidas de maneira a cobrir os interesses de cada país fora do território nacional, que no caso de Portugal significou gozar do direito de exploração de duas rotas que conectavam a Lisboa com Caracas. Uma rota chegava à capital venezuelana a partir do norte do Atlântico com escalas nos Açores ou Ilha do Sal e Porto Rico, com prolongamento até Bogotá ou Manaus e Rio de Janeiro. Outra rota chegava à Venezuela desde o sudeste depois de servir localidades onde existia um contingente emigratório português importante; esta rota portuguesa partia de Lisboa com escala na Ilha do Sal e Recife com possibilidade de escalas em Natal, Belém, Paramaribo, Georgetown e Trinidad, podendo estender-se até Bogotá.

Em sentido contrário, as rotas venezuelanas com destino a Lisboa não consideravam o aspeto emigratório, como era óbvio, senão a conveniência da exploração comercial a partir do contingente imigratório europeu residente no país. Esta utilidade ficou implícita no acordo de maneira a deixar aberta a possibilidade para Venezuela de estender suas rotas europeias desde a capital portuguesa até Madrid, Roma, Paris e Frankfurt, em ambas as direções. Ao igual que para Portugal, o acordo consagra duas rotas venezuelanas. O itinerário da primeira era Antilhas Francesas, Bermudas, Açores e Lisboa. O segundo itinerário, que poderia substituir o primeiro por conveniência comercial, compreendia a partida desde Caracas via Trinidad, Ilha do Sal, até Lisboa. O vôo inaugural de Línea Aeropostal Venezolana, que foi anunciado no jornal *O Lusitano*, seguiu, em parte, a primeira das rotas: Maiquetía, Bermudas, Lisboa, Madrid e Roma e vice-versa, uma atenção às três nacionalidades europeias de maior representação em Venezuela.

c. Não são andorinhas

A migração condicionou a perspectiva dos governos de Portugal e Venezuela em relação à produção de riqueza. Ainda que o projeto de vida da migração contemplasse o regresso e até um movimento de vaivém, o desejo de enraizar os capitais verificou-se em ambos países. As autoridades em Caracas defendiam a tese do reinvestimento de capitais que os imigrantes ganhavam no país, em oposição a uma saída de dinheiro por meio de

¹⁶¹³ Portugal (1957), *Acordo sobre transportes aéreos entre os governos de Portugal e da Venezuela*. Lisboa, Imprensa Nacional, 23p.

transferências motivadas pela demora em realizar o reagrupamento familiar e, em consequência, o sustento dos familiares no país de origem.

Ao contrário, as autoridades em Lisboa faziam questão de incentivar e captar estas transferências. O calvário do país era que não conseguia importar menos do que exportava e ainda que em Portugal, os diferentes governos estivessem conscientes de que não podiam apoiar a sua balança de pagamentos nas fontes de divisas que representavam as remessas dos emigrantes, por mais avultadas que elas fossem, entre outras razões porque a precária estabilidade que proporcionavam estava continuamente ameaçada pela volatilidade financeira, estas remessas sempre foram apreciadas e incluídas nas finanças do Estado.

A esse propósito, Filipe Ribeiro de Meneses explica a questão em termos de utilidade prática: o sustento de famílias de emigrantes, *permitindo-lhes tornarem-se consumidores mais assíduos de novos produtos portugueses, contribuindo desse modo para a expansão dos mercados portugueses*. Esta remessa foi evidente, por seu turno, nas poupanças que *aumentavam à medida que as famílias dos emigrantes deixavam para trás o limiar de pobreza: havia assim mais dinheiro para desenvolver redes bancárias para o investimento financeiro*¹⁶¹⁴.

Ao começar a década de 1950, esta rede bancária tinha centrado o seu foco de investimento em Portugal e não se encontrava ainda com capacidade de retribuir projetos de investimento na Venezuela, como ficou adequadamente patenteado no expediente de Augusto de Athayde. Do mesmo modo, não se mostrou em capacidade de assumir o risco de financiar uma rede de distribuição de artigos portugueses no comércio a retalho venezuelano, desmotivados pelos cálculos das quantidades que resultavam exageradas em comparação com os capitais iniciais de outras empresas de portugueses residentes na Venezuela, incluindo as iniciativas dos cônsules Benítez e Gonçalves. A este último aspeto, somava-se, aliás, a falta de apoio oficial devido à inconveniência de um tratado comercial bilateral.

O emigrante representa, desde uma perspetiva económica, dois capitais; um está baseado nas suas capacidades, aquelas que permitem as suas próprias forças e a habilidade para criar seus próprios negócios; outro capital está representado nas transferências diretas algumas vezes destinadas a dar apoio familiar¹⁶¹⁵. No dizer de Ribeiro de Meneses, as

¹⁶¹⁴ Ribeiro de Meneses, Filipe (2010), *Salazar: uma biografia política*. Alfragide, D. Quixote, p.594.

¹⁶¹⁵ Cf.: a análise da transferência dupla, entre a transferência de recursos reais - o movimento da mão-de-obra - e a transferência de poder de compra - as remessas, in: Barbosa, M. P. (1983), *Emigração com remessas: um problema de transferência dupla*. Lisboa, Univ. Nova, Working paper, 1. Cf.: ANTT. Arq. Salazar. PC 49A

remessas geraram de passagem uma pergunta que *tem respostas contraditórias*¹⁶¹⁶. Limitadas quiçá a um debate interno, estas respostas interessavam pouco ao emigrante português que, uma vez satisfeito o dever familiar, ainda dispunha de capital para investir no aumento de seu próprio bem-estar e no progresso do país de acolhimento, disponibilidade que Venezuela observava com complacência. A partir desta disponibilidade de capital, o emigrante foi objeto de atenções e diretrizes para rentabilizar seu patrimônio através de negócios financeiros.

Desde princípios do século XX, a representação consular portuguesa desenvolveu planos de assessoramento aos emigrantes, como meio de motivar e de garantir as transferências para Portugal. Um destes planos consistia em colocar os consulados à disposição do emigrante como o canal oficial de envio seguro de remessas. Além de cumprir este papel, tal operação era considerada fiadora dum bom efeito político entre os portugueses tanto no exterior como em Portugal. Na região do Mar das Caraíbas e Venezuela tal método foi sugerido quando Lisboa se interessou: no envio de trabalhadores agrícolas para Cuba, nos começos do século; na negociação com as companhias petrolíferas em Curaçao que incorporaram no contrato dos trabalhadores cláusulas que obrigavam ao desconto no salário de quantidades fixas destinadas às famílias em Portugal; e nas posteriores contratações celebradas na década de 1950.

Manuel Gomes de Araújo Barros, comerciante e cônsul de Portugal em La Havana, propôs uma operação de descontos em termos bastante simples: uma conta de depósitos à ordem, que incluía como previsão preparar a volta do emigrante. No seu entender, seria muito prático e de muito bom efeito que um tanto por cento do salário mensal de cada trabalhador português em Cuba *se transfiriese al consulado para ser depositado en una caja económica que se denominaría «Caja Nacional» cuyas cantidades quedarían a la orden del emigrante que más temprano o más tarde quisiese regresar a su país natal*¹⁶¹⁷.

Cx531. Pasta «Súmulas dos assuntos tratados e das resoluções tomadas nas reuniões do Conselho Económico» contém uma série de pastas com as decisões do Conselho Económico; entre estas disposições se encontram referências às remessas ingressadas como capital líquido da população e ao capital dos grandes bancos e financistas empregados na forma de créditos – internos e externos – no financiamento dos planos de fomento económico. Ademais se encontram propostas como as do Banco Fonseca, Santos & Viana *que visa a eliminar uma importante contribuição de capitais estrangeiros, substituindo-a por capitais levantados no mercado nacional*.

¹⁶¹⁶ Depois de assinalar o impacto das remessas em 1967, Ribeiro de Meneses propõe a existência do debate a partir dum *historiador económico [que] escreve: 'o impacto da emigração no desenvolvimento económico português não é claro. Terá sido um bom negócio para Portugal vender o capital humano dos emigrantes em troca das suas remessas? Esta pergunta tem merecido respostas contraditórias'*. Meneses (2010), p.594.

¹⁶¹⁷ ANTT. MNE, Cuba, Cx577. De cônsul Gomes de Araújo para MNE. Of. Nº 23, La Habana 6-06-1899. Anexo: «Relatório do Cônsul de Portugal em La Havana, Cuba. Decembro 1898».

É interessante que depois desta proposta se achem, no mesmo ofício em que ela foi formulada, duas observações que levantam a suspeição sobre o destino daqueles fundos depositados por trabalhadores que não pensavam em regressar a Portugal. Esta hipótese podia concretizar-se no caso de condições sociais e económicas favoráveis ao estabelecimento de residência em Cuba, condições pelas quais alguns podiam sentir-se motivados. Do que indica Araújo Barros verifica-se, por um lado, o facto de que a imigração portuguesa *sería la que reemplazaría la peninsular española en los ingenios y plantaciones de caña de azúcar*; e, por outro, o sentimento popular de forte acento positivista que leva *proteger la inmigración europea*¹⁶¹⁸.

Como visto no caso das contratações para Curaçao, a Venezuela esteve envolvida, de maneira indireta, na chegada dos portugueses às refinarias em duas ocasiões. A decisão do caudilho Gómez de instalar as refinarias fora de território nacional permitiu às companhias empregar pessoal da sua conveniência sem controlo pelo Estado venezuelano; depois, as negociações do inspetor Joukhout em Caracas levaram a uma segunda contratação que incluiu *descontos obrigatorios pela empresa de entre 375 a 500 Escudos do salário dos operários segundo as pessoas de família*, quantias a ser pagas na Madeira por intermédio de algum banco local¹⁶¹⁹.

As cláusulas deste género garantiam a entrada fixa de dinheiro na banca portuguesa e nela ficavam os benefícios operativos da gestão destas remessas. Sem dúvida, este tipo de operações chamou a atenção de empresas ao estilo da Boulton na Venezuela, isto é, firmas multifacetadas dedicadas à representação de navegadoras, comércio internacional, transações bancárias, entre outras atividades. Blandy Brothers & C^o Ltda contava-se entre as interessadas nestas operações.

Esta companhia, estabelecida em 1811, decidiu iniciar-se no negócio das remessas apostando a uma representação e transferências diretas. Em 1953 comunicava seus serviços através dum anúncio na imprensa comunitária na Venezuela em que apresentava a sua correspondente em Caracas, a agência Yrausquin & C^a, e toda a gama das suas atividades na Madeira (Depósitos à ordem ou a Prazo; Liquidação de heranças; Compra e venda de propriedades; Pagamento de mesadas e todas as operações bancárias) e a qualidade de seus serviços: Blandy Brothers anunciava a conveniência que consistia em ter agências nas vilas de - Ribeira Brava e Calheta (Lombo da Estrela) - *onde os beneficiários podiam receber o*

¹⁶¹⁸ *Idem.*

¹⁶¹⁹ AHDMNE. 2^oP, A51, Mç26. De MNE para José Manuel da Silva Bettencourt Ferreira, cônsul de Portugal em Nova Iorque. Of. N^o 6, Lisboa 6-08-1952.

valor dos seus cheques, evitando assim perda de tempo e de dinheiro com a ida ao Funchal¹⁶²⁰.

A incerteza política que reinou entre começos de 1958 e inícios de 1960 na Venezuela expôs a fragilidade deste sistema de empresas e transferências, que durou pouco tempo. De facto, a Embaixada de Portugal viu-se compelida a participar publicamente tais riscos quando, num momento de desconfiança no sistema de bancos, a agência de câmbios e viagens Yrausquin & C^a, a correspondente de Blandy Brothers, ficou devendo avultadas somas a portugueses, obrigando à sua intervenção e se anunciava outro procedimento oficial similar contra a firma Cambio Itálico. Perante estes factos, a Embaixada apressou-se a chamar a atenção da comunidade portuguesa para *a conveniência de efectuar a suas transferências apenas por intermédio de banco de reconhecido crédito*¹⁶²¹.

O ministro Planas Suárez realizou as primeiras tentativas venezuelanas por normalizar o fluxo de capitais. Como foi referido, estes ensaios estavam destinados a cobrir as necessidades do seguro e do comércio exterior sendo convocados o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Venezuela para criar e desenvolver as relações bancárias binacionais. No entanto, uma aproximação aos projetos e estratégias formados a partir do fluxo financeiro, criado e incentivado pelos imigrantes portugueses, teve início no segundo período da presença portuguesa, poucos anos depois de terem chegado à Venezuela os primeiros trabalhadores reemigrados desde Curaçao.

Os venezuelanos formaram muito cedo uma ideia do melhoramento económico do português não só nas colónias agrícolas do ITIC, mas também nas cidades. Algumas instituições e inclusive o mesmo serviço exterior venezuelano confiaram no potencial de produção e de conversão de riqueza do trabalhador lusitano. Daí que as primeiras aproximações tenham sido encaminhadas para a análise do capital humano como objeto de investimento. A esse respeito, verificou-se uma atitude de confiança que denota a posta à margem dos clichés sobre a inconveniência ou a falta de capacidade da imigração portuguesa; o paradigma era ao invés: a sua potencialidade era o que incrementava o valor do imigrante como indivíduo.

Segundo expõe na sua *Memoria*, relativa ao ano 1941, o mesmo ITIC mostrou-se convencido disso quando, em correspondência de sua direção ao Banco Agrícola e Pecuário, recomendou vários pedidos de crédito para imigrantes portugueses. Por sua vez, a

¹⁶²⁰ «Aos Madeirenses - residentes na Venezuela, Blandy Brothers & C^o Ltda», in: *O Lusitano*. Caracas, Ano II, N^o 86, 15/21-11-1953, p.X.

¹⁶²¹ «Un aviso: Embaixada de Portugal», in: *Ecos de Portugal*. Caracas, N^o 106. 16-02-1960, p.2

imprensa nacional interessou-se pelas negociações financeiras que realizavam os lusitanos e começaram a publicar os tipos de câmbio em função do Dólar americano, incluindo o Escudo, em suas tabelas apesar de que esta não ser moeda negociável em Caracas¹⁶²².

A década de 1950 é o decénio de máximo arranque da experiência financeira da comunidade portuguesa na Venezuela. A acumulação de capitais comunitários atraiu o interesse dos bancos e das sociedades de investimento imobiliário, dois prestadores de serviços em pleno auge á sombra dos grandes investimentos estatais nas obras públicas.

Em relação à atividade financeira, os jornais publicados em Caracas dirigidos à comunidade colocaram anúncios de bancos, nacionais e estrangeiros, escritos em Espanhol, Português ou em ambos idiomas, para captar clientes, aos quais ofereciam um amplo pacote de serviços: câmbio de moedas, créditos e hipotecas, depósitos em conta corrente, conta de poupança e a prazo, remessas e outras transferências, próprios destas entidades. Em certas ocasiões a oferta bancária ia acompanhada de serviços combinados que, com frequência, eram certificados de seguros e investimentos imobiliários, mas também operações em moeda estrangeira nos Estados Unidos ou outros países.

Numa enumeração superficial podem indicar-se: os anúncios da Deak & C° Inc., no jornal *O Republicano*, em Maio de 1952, dirigidos aos portugueses dedicados à importação. A Deak era uma organização, com sedes em Nova Iorque e Washington, especializada em operações em Dólares a nível mundial; apuram-se também as atraentes campanhas publicadas no jornal *O Lusitano*, em 1953, da companhia Seguros Caracas com os seus sorteios de bónus populares e, neste mesmo jornal, a pugna por captar poupanças entre o Banco Industrial de Venezuela C. A. e o Banco Caracas que ofereciam aos seus depositantes em contas poupanças de 3% de interesse, o máximo permitido aos bancos estabelecidos no país, segundo o que tinha sido resolvido pelo Banco Central de Venezuela e a Superintendência de Bancos para esse ano.

Durante este ano de 1953, no jornal *O Lusitano*, há um aspeto interessante a ressaltar na publicidade bancária: a insistência que fizeram nas suas campanhas tanto o Banco Caracas como o Banco de Venezuela sobre a mesurada conduta que eles praticavam na gestão do dinheiro e a experiência que colocavam à disposição dos clientes, os dois

¹⁶²² ITIC. *Memoria 1941*, p.145. O aviso do tipo de mudança mais antiga achado nas fontes foi “Tipos de cambio de apertura fijados para hoy”. Em relação ao Dólar, o Escudo valia 0,0414 e o Bolívar 0,1391. *El Nacional*, 22-09-1943, p.8; César Espino que recebeu um cheque em Escudos emitido pela Cia. Geral Traslántica solicitou desde Caracas à Legação de Venezuela em Lisboa o câmbio dos *escudos en moneda negociable en Venezuela* porque *en Caracas no le había sido posible la conversión*. ACMPPRE, DCC, Ano 1943, Exp.262.

bancos eram pioneiros na praxis financeira. Estas campanhas identificavam estas duas instituições com o projeto de vida do emigrante; o objetivo óbvio era ganhar os depósitos de novos clientes mediante uma estratégia que tentava, por um lado, vencer a desconfiança através de uma imagem coletiva integrista conhecida empiricamente porque *todos nós temos projectos e ambições; mas para realisá-los dependem do nosso sentido de previsão*; e, por outro lado, acautelar as necessidades e projetar para o futuro a austeridade do imigrante que *poupa hoje, para a sua tranqüilidade de amanhã*¹⁶²³.

As sociedades imobiliárias também procuraram seduzir o emigrante português tendo em vista captar as poupanças que este retinha na Venezuela. Vários fatores se juntaram para fazer possível o investimento neste setor. Os grandes investimentos estatais em obras públicas eram um estímulo com suficiente visibilidade para apresentar uma perspectiva auspiciosa nos bens raízes. A este estímulo somava-se a experiência de quem trabalhara na construção e advertira os ganhos das empresas construtoras.

Caracas era um caso específico. Devido à voragem desenvolvimentista que envolvia a sociedade venezuelana e apesar do alerta da improvisação lançado por Rómulo Betancourt, os imigrantes, em especial, os italianos, espanhóis e portugueses, viram-se rodeados por *una guerra urbanística a base de cemento (...) que comenzó con las batallas urbanísticas de El Silencio, San Bernardino y El Paraíso* na década de 1940¹⁶²⁴. Martín Martínez expôs, num opúsculo sobre os portugueses, como este processo urbanístico terminou numa dicotomia na qual a sociedade de Caracas em geral se viu incluída. Primeiro, estes trabalhadores viram-se envolvidos nesta guerra como trabalhadores vinculados ao *boom* das obras do Estado e, posteriormente, como investidores e proprietários numa Caracas que, enquanto crescia à sombra do petróleo, dividia-se em dois: *la del este, de las urbanizaciones: la musiúa. Y la del oeste, la de estilo colonial: la criolla*¹⁶²⁵. Assim, o meio venezuelano com as suas oportunidades de realização socioeconómica integrava os emigrantes como trabalhadores, investidores ou padrões.

A concorrência no comércio a retalho levou a considerar planos de expansão que a mesma modernização urbana, ao estilo automobilístico estadunidense, favorecia. A

¹⁶²³ *O Lusitano* liderava varias campanhas de este tipo ao mesmo tempo. Cf.: «Banco Caracas», N° 42, 11-01-1953, p.7, «Aos comerciantes portugueses», N° 44, 21-01-1953, p.2

¹⁶²⁴ Trata-se de uma guerra de renovação da fisionomia da cidade: maior investimento privado em imóveis e urbanizações de baixa densidade, a leste; e maior volume de capital público no resgate de elementos arquitetónicos crioulos e imóveis de maior densidade habitacional, no oeste. Martínez, Martín (1951), *Los Portugueses se lavan los pies*. Caracas, Editorial Ávila Gráfica, p.5.

¹⁶²⁵ *Idem*.

pequena escala e para ocupação pessoal, sobressaiu o investimento em locais comerciais para *los modernísimos, amplos e aseados supermercados (...) com os seus parques de estacionamento privativos*. Esta iniciativa era atribuída em grande parte aos madeirenses, segundo as observações feitas por Rui Aragão de Freitas. Estes ilhéus, dizia este Comerciante, *logo que têm conhecimento de uma nova urbanização naquela grande cidade (...) há um madeirense que procura um bom local, sempre com parque privado, e lá monta um excelente supermercado*. De maneira tangencial, esta procura contribuiu com a redistribuição dos portugueses e, ao mesmo tempo, a participação destes na nova morfologia de Caracas que, para Aragão de Freitas, era *uma espécie de árvore deitada, cujas ramagens laterais são os bairros residenciais con lindísimas vivendas*¹⁶²⁶.

Surpreendida pelo alto investimento dos portugueses nas operações imobiliárias e nos negócios de alta rentabilidade, a Legação de Portugal em Caracas não pôde mais do que destacar os factos que rebelavam *os elementos fornecidos pelo Ministério da Justiça*: entre o dia 13 e o dia 29 de Maio de 1952, *se registaram, só nesta cidade, compras de imóveis efectuadas por estrangeiros no valor de mais de 5 milhões de bolívares, isto é, mais de 42.000.000 Escudos*¹⁶²⁷. Segundo a mesma fonte, a maior parte deste valor correspondia à aquisição de terrenos por italianos, portugueses e outros emigrantes da Europa Central. Destes dados se desprende a muito boa impressão que este investimento causava nas autoridades oficiais venezuelanas, pois demolia o argumento da fuga de divisas devido à transferências de imigrantes.

A menção da compra de terrenos tem relação direta com a oferta de vendas de parcelas, em novos empreendimentos habitacionais, que os promotores imobiliários anunciavam na imprensa da comunidade¹⁶²⁸. A satisfação das autoridades venezuelanas ficou comprovada pelas reformas, feitas às leis para facilitar as operações no setor imobiliário, que o Consultor jurídico do Ministério de Justiça, Antonio Stempel Paris, comentou com certo entusiasmo à imprensa portuguesa, pregando a boa nova: «Os Estrangeiros podem agora fazer livremente Operações de imóveis»¹⁶²⁹.

No fim da década de 1950 e início da seguinte, o sucesso nos negócios, a disponibilidade de capitais e os investimentos imobiliários tinham feito do emigrante

¹⁶²⁶ Aragão de Freitas (1971), p.22.

¹⁶²⁷ AHDMNE. 2ºP, A51, Mç26. De Legação em Caracas para MNE. Of. Nº 173, Caracas, 2-06-1952.

¹⁶²⁸ Anúncio: «Urbanización Horizonte. Director - Administrador Carlos Roche. Entre los Chorros y Boleíta. Vendemos las ultimas parcelas que quedan en la parte alta y baja a bs.1.500,00 y el saldo en cómodas cuotas mensuales desde: Bs.215,00», em. *O Republicano*. Caracas, 29-04-1952, p.3.

¹⁶²⁹ *Ecoss de Portugal*. Caracas, Nº 21, 5-05-1958, p.6.

português um cliente cobiçado. A Banca e as promotoras de bens raízes não se conformaram em publicitar seus serviços e projetos em anúncios escritos em Português, em jornais da Comunidade portuguesa. O passo seguinte foi atrair a comunidade aos seus escritórios mediante o emprego de um engajador de origem ou de fala portuguesa.

Em 1958, o jornal *Ecos de Portugal* noticiou várias abordagens deste tipo que tinham sido organizadas nos bastidores de atos sociais. No mês de Fevereiro desse ano, anunciou e referiu aos seus leitores o almoço de confraternidade oferecido pela direção do Banco Táchira e da Urbanização Maturín à Comunidade, evento que foi organizado por José Antonio Cangueiro, chefe de relações públicas do dito Banco e cujo emprego prévio tinha sido o de Diretor de Relações Públicas da empresa de aviação Real Aerovias do Brasil. Em Dezembro, foi a vez do Banco Miranda realizar a apresentação dos planos da Urbanização Caricuao, *destinada a motivar a la industria de la construcción, personalidades del mundo bancario y del comercio a financiar la inversión*¹⁶³⁰. Em 1959, o Banco da Produção anunciava à comunidade portuguesa em Caracas a disponibilidade dos serviços de Antonio Neves, membro de sua junta promotora, e, ao mesmo tempo, comunicava a próxima abertura de uma sucursal em Maracaibo para atender as necessidades da comunidade residente nessa cidade petrolífera¹⁶³¹.

A inquietude política, originada pela passagem da ditadura à democracia, espalhou-se na comunidade portuguesa. No seu processo endógeno, o efeito foi notório no aumento das divergências comunitárias e da confrontação mais aberta com Lisboa, ambas caracterizadas por um forte acento político. Daí que o emprego dos capitais portugueses e dos promotores que o assessoravam fossem auscultados através dos novos canais de informação abertos pela Democracia. Cangueiro foi um dos promotores apontados por denúncias políticas sobre seu passado. Depois de deixar o emprego na linha aérea brasileira, passou a desempenhar um cargo de gerência no Banco Táchira e deste saiu para igual cargo no Banco Italo-Venezolano. A sua reputação profissional ultrapassou os inconvenientes políticos, sendo reconhecido por muitos dos elementos que o Promotor tinha ajudado *facilitando-lhes créditos importantes nos dois bancos onde tem trabalhado*. Além disso, as suas perspectivas dentro do mundo financeiro propiciavam uma expansão das atividades financeiras da comunidade em Venezuela. De facto, existia um compromisso com Cangueiro, *por parte dum grupo de financeiros venezuelanos empenhados em criar (...) o*

¹⁶³⁰ *Ecos de Portugal*: «Jornada de confraternização cordial na Urbanização Maturín», 3-02-1958, p.3; «O Banco Miranda apresentou os planos da Urbanização de Caricuao», 29-12-1958, p.6.

¹⁶³¹ *Ecos de Portugal*, «O Banco de la Producción terá uma sucursal em Maracaibo, dice Antonio Neves», 3-08-1959, p.6.

*Banco Português da Venezuela, em dar-lhe neste novo banco um dos quatro lugares de seus Vice-Presidentes*¹⁶³².

No seu processo exógeno, as relações com o resto da sociedade venezuelana foram revistas e atualizadas de acordo com as novas circunstâncias. A repercussão nestes processos inspirou a comunidade de imigrantes a empreender um compromisso ainda maior com a Venezuela e a nascente democracia. Os capitais propriedade dos imigrantes, incluídos os portugueses, foram o apoio financeiro de que precisava o país para emitir sinais de confiança. Rómulo Betancourt, recém-nomeado presidente, foi porta-voz da preocupação que abalava os meios políticos e económicos. A estratégia pensada foi pedir a intermediação de Alejandro Hernández, presidente da Asociación Pro-Venezuela, convocar a um apoio público à banca nacional com o fim de acabar com a *campaña de rumores* que os meios chamaram *conspiración bancaria* e que causou grande agitação em torno dos bancos, em especial o Banco Unión, do que se disse estava em *difícil situación económica*¹⁶³³.

A esta convocação responderam as comunidades imigrantes, entre elas os representantes do Centro Espanhol e da Casa de Itália. A participação portuguesa foi extensa: as diretivas do Centro Português de Caracas e da Casa da Madeira, espaços radiais e do periódico *Ecos de Portugal*, contaram-se entre os que deram maior apoio. A colaboração de *Ecos de Portugal* esteve enquadrada numa campanha de comunicados destinada a restituir a confiança das comunidades estrangeiras no Banco Unión. A campanha tinha de facto um sentido emblemático para o resto da sociedade, pois o Banco contava com uma grande clientela de italianos, espanhóis e portugueses. Alejandro Hernández e a Asociación Pró-Venezuela organizaram além disso um foro na televisão no qual entrevistaram Daniel Morais e Francisco da Silva Motuela, presidente e tesoureiro do Centro Português de Caracas, respetivamente, em conjunto com representantes de outras comunidades¹⁶³⁴.

O empenho dos imigrantes para apoiar a banca enraizando os seus capitais e investimentos no país foi consagrado como um gesto de força e sustento da Nação

¹⁶³² AHDMNE. Mç301. De Leg. de Portugal para Min.º Marcello Mathias. Of. Nº 98/48. Caracas, 7-02-1959.

¹⁶³³ *Ecos de Portugal*. «O Centro Português colaborou para restabelecer a confiança nos Bancos». 22-3-1960, p.1.

¹⁶³⁴ Um dos comunicados decia: «Colaborar en estos momentos con la estabilidad bancaria venezolana, es un deber para con esta tierra que nos ha dado generosa acogida y es la única garantía para nuestro futuro económico. No retire sus depósitos, si así lo has hecho, vuélvelos a colocar, que están garantizados. El Banco Unión es uno de los bancos más fuertes del país, y es criminal la falsa campaña que se ha hecho en su contra.» *Ibidem*, p.7.

venezuelana em tempos de crise. Anos mais tarde, a conduta financeira dos portugueses teria de ser realçada com a Diretiva do Banco Venezuelano de Crédito, na voz de seu presidente, H. Pérez Dupuy ao referir-se aos portugueses que se contam entre sua clientela *com os quais nunca tivera problemas, eram honestos, trabalhadores e de uma pontualidade nos seus pagamentos a toda prova*¹⁶³⁵.

C. Consulados para emigrantes.

Os consulados refletiram o processo de mudanças no que diz respeito ao fluxo comercial e ao fluxo migratório quando estes modificaram o seu valor e a importância no contexto da relação entre Portugal e Venezuela. Tanto o comércio como a migração, ambos desarticulados nos começos do século XX, experimentaram tentativas de reativação que suportariam, com o passar o tempo, a dispensa de igual atenção por parte dos consulados. Em relação a estes dois fluxos ficou provado que, desde a criação dos primeiros consulados, o comércio ficou garantido pelo intercâmbio de correspondência na década de 1940, mas não por um tratado ou acordo de grande alcance, que servisse de base para dar maior impulso oficial ao comércio. Da mesma forma, a migração portuguesa mal atingiu um caráter oficial para Venezuela no final da década de 1930 e começos de 1940, enquanto a migração venezuelana mal é referida. Em ambos casos, a sensação de arbítrio predomina.

Ao contemplar o processo das comunidades portuguesas próximas da Venezuela, a migração ganhou maior atenção consular do que o comércio deslocando o interesse que acorda o fluxo financeiro motivado pelo primeiro. O cônsul Castanheira de Almeida é um dos primeiros em adverti-lo no caso do contingente português em Demerara. Antes de concluir o século XIX, anotou que o volume de trabalho relacionado com a migração aumentava assim como as responsabilidades do consulado com o aumento da comunidade. Uma das razões deste aumento era que, dos de 12.166 súbditos portugueses existentes ali, segundo o censo de 1891, *muitíssimos habitantes desta Colónia, sendo filhos de portugueses e aqui nascidos, querem optar pela nacionalidade portuguesa, e, portugueses, com filhos menores, querem também fazer a opção em nome de seus filhos*¹⁶³⁶. Este processo nota-se também na correspondência que Domingos Montbrum despachou para Lisboa entre 1905 e 1909, na qual o mesmo cônsul em Trinidad repara na comunidade radicada nessa ilha¹⁶³⁷.

¹⁶³⁵ Aragão de Freitas (1971), p.16, 38.

¹⁶³⁶ AHDMNE. Guiana. Cons. Demerara. Cx701 Mç2. Georgetown, 19-03-1896.

¹⁶³⁷ AHDMNE. Índias Ocidentais. Cx 723. De Cônsul de Portugal em Trinidad. Port-of Spain: 16-12-1905, 25-04-1907, 27-04-1907 e 23-07-1909.

Com o exemplo destes dois casos, a tese de Fernando de Castro Brandão sobre a evolução dos consulados portugueses estende sua validade de maneira mais universal. Para este Diplomata, *o factor comercial, que fomentara o incremento de novos consulados, transferir-se-a para a multiplicação das colónias de imigrantes*. Esta proliferação foi de tal importância que as comunidades portuguesas *passam a constituir o primeiro e mais importante fundamento dessa teia de apoio oficial* que conformam os consulados. A todas estas, a representação consular perde então, em parte, o princípio para o que foi criada: o *apoio ao comércio*¹⁶³⁸.

Portugal e Venezuela estariam também submetidos a este tipo de processo de mudança a partir da migração de contingentes importantes de nacionais em ambas direções. Neste sentido, o componente humano na relação bilateral capta maior interesse por parte dos serviços consulares do que qualquer retribuição proveniente do comércio. O processo na Venezuela adquire significado, sobretudo, a partir da segunda etapa da presença portuguesa, à qual corresponde a uma imigração oficial e outra espontânea.

Com efeito, esta contratação supôs uma transferência de mão-de-obra do mercado de trabalho e da possível independência no comércio em Curaçao para uma fixação do fluxo migratório de caráter permanente na Venezuela. Além disso, esta contratação foi um trabalho significativo por parte da rede consular portuguesa. A contratação destes portugueses foi possível graças aos acordos prévios conseguidos pelo cônsul de Portugal em Trinidad, Mário de Faria e Melo Ferreira Duarte, perante as autoridades curaçoesas e venezuelanas, para evitar o regresso dos trabalhadores à sua pátria, em particular, o Cônsul pôs particular interesse em evadir a volta dos madeirenses. Para conseguir tal fim, escreveu missivas a S. A. L. Maduro, cônsul de Portugal em Curaçao, para adquirir informação sobre o vencimento dos contratos; a R. A. Cohen Henríquez, que também trabalhava no mesmo Consulado, para conhecer a situação financeira e liquidação dos trabalhadores madeirenses; trocou correspondência com a N. V. Curaçaosche Petroleum Industrie Maatschappij sobre o mesmo assunto; com o cônsul de Portugal em Caracas, Carlos A. Gonçalves, que o informou do interesse do Instituto Técnico de Inmigración y Colonización nos portugueses desempregados¹⁶³⁹.

Como manifesta Ferreira Duarte, esta contratação atendeu à crescente dificuldade da situação político-económica internacional e à atividade especial da qual nunca se afastou o consulado: a gestão das melhores possibilidades para a remigração na zona e evitar o

¹⁶³⁸ Brandão (1995), pp.85, 9.

¹⁶³⁹ AHDMNE. 2ºP, A40, Mc189, Proc 431-1-1939. Processo composto por uma carta informativa e 6 anexos.

regresso. Em 1938, estava comprovada esta remigração, pois Curaçao tinha cerca de 2.500 trabalhadores portugueses nas refinarias, 50 estavam contratados pelo Governo local, além desses, a comunidade tinha outros 2.000 portugueses, um número quase à altura dos contratados; verificando-se também que *alguns trabalhadores passaram em meados de 1939 para a vizinha ilha de Aruba, e a estes outros se juntaram, os idos de Trinidad*¹⁶⁴⁰. A saga desta responsabilidade na Venezuela foi assumida pelo cônsul Carlos A. Gonçalves. Como se indicou, Gonçalves passou a tratar desta remigração desde o desembarco do primeiro grupo na Venezuela, em Outubro de 1939¹⁶⁴¹.

Na década seguinte, a questão da emigração portuguesa foi colocada entre os pontos a negociar entre os governos de Portugal e da Venezuela, devido à crescente importância do número de portugueses a realizar trâmites e a precisar de apoio consular, mas o comércio conservava ainda o carácter prioritário. Efetivamente, baseado nas instruções que recebeu de Lisboa e no cenário na Venezuela, coube ao ministro Branquinho impulsionar três objetivos da política externa, dirigidos a Caracas; o primeiro era impulsionar um tratado comercial e, a seguir, *duas outras matérias [que] poderíamos ainda negociar com vantagens para o país: a navegação aérea e a emigração portuguesa, considerada vantajosa sob vários aspectos*¹⁶⁴².

No cenário venezuelano destes anos 40 reapareceram os reemigrantes de Trinidad em movimento pelas rotas de ligação das fronteiras anfíbias de Paria-Trinidad e de Curaçao-Puerto Cabello-Caracas. Em efeito, esta remigração ocasionou uma grande parte do trabalho do consulado português em Porto-de-Espanha que tinha jurisdição sobre Aruba, Curaçao e Caracas. O olhar retrospectivo que lançou o cônsul Carlos Perico de Almeida, aos anos anteriores à sua chegada a essa capital insulana, demonstrou-lhe que a função consular estava focalizada em fiscalizar o movimento dos portugueses.

Assim, em 1947, enquanto em Curaçao e Aruba a comunidade se renovava e crescia lentamente, uma parte do trabalho consistia em seguir o *apreciável número de imigrantes em trânsito e saídos daqui para a Venezuela*. Dos primeiros, *a maior parte das vezes vindos do Brasil*, não era possível registar ou número exato. De toda a jurisdição, o maior núcleo de imigrantes -cerca de 5.000- estava localizado na Venezuela, *para onde se continuam a dirigir*; de facto, em 1947, sob controlo do consulado *foram passados 14*

¹⁶⁴⁰ AHDMNE. Relatórios. De Consulado de Portugal em Port-of-Spain, Trinidad, BWI. Relatório anexo ao Of. Nº 11 Proc. E. 7-02-1940. Soares, Maria José (XXX), *Destino Curaçao*, p.115.

¹⁶⁴¹ AHDMNE. 2ºP, A40, M189. Carta de Carlos A. Gonçalves para Mario Duarte, cônsul de Portugal em Port-of-Spain. Caracas, 29-10-1939.

¹⁶⁴² AHDMNE. 2ºP, A41, Mç3. De Branquinho para MNE. Of. Nº 11, Proc. 2,20, Lisboa, 8-01-1948.

*passaportes a favor de individuos que manifestaram a vontade de não voltar á Colónia. O maior número dirigiu-se para a Venezuela*¹⁶⁴³.

Vista a afluência para Venezuela, a representação portuguesa em Caracas colocou os seus cuidados de proteção à emigração na altura do fomento do comércio direto com Portugal e em meados da década de 1950 antepôs os primeiros ao segundo. Problemas como a procura de emprego e a defesa do trabalho, o associativismo e a aculturação da comunidade¹⁶⁴⁴, a *papelada* de todo género (cartas de chamada, pedidos de reagrupamento familiar, trâmites de documentação, certificados de saúde, transferências de remessas, etc.), e outros assuntos também vinculados à comunidade, juntamente com a defesa da imagem e dos interesses de Portugal¹⁶⁴⁵, sendo este um pretexto guarda-chuva para a fiscalização, começaram a ser categorizados nos relatórios como prioridade à frente dos assuntos comerciais *per se*¹⁶⁴⁶.

Tanto a atenção consular à comunidade e à gestão de seus interesses, como a possibilidade de remeter para a Venezuela outros contingentes de imigrantes, impulsionaram um trato burocrático mais extenso por parte da representação diplomática e consular com outras instituições e organismos em Portugal, sendo um destes a Junta de emigração. Em meados da década de 1950, a Legação pôs um interesse especial na importância que adquirira a colónia portuguesa na Venezuela. Considerando, *sobretudo, que é constante e rápido o desenvolvimento que ela vai tendo - o que cada vez mais suscita problemas e questões que exigem uma permanente assistência e atenção que esta Legação*

¹⁶⁴³ AHDMNE. 2ºP, A41, Mç13. De Carlos Perico de Almeida, Consulado de Portugal em Trinidad. 02-1948. Relatório «Os interesses portugueses no Caraibas». Como informação adicional, em 1947, chegaram a Curaçao 464 trabalhadores, grupo que substituiu outro contingente de 450 partido para a Madeira; e, a Aruba, 39 obreiros para a Lago Oil & Transport Cº Ltd.

¹⁶⁴⁴ Cf.: A) AHDMNE. 2º P, A59, Mç283. Colónia Portuguesa na Venezuela 1951-1954. De Legação para MNE. Of. Nº 762/173. Caracas, 5-08-1953, sobre: criação do 'Lar Lusitano', escola para crianças portuguesas, 'Camara de Comercio' e 'Centro de assistência social e de recreio D. Afonso Henriques'; B) «Notas. Centro Português», Sobre um centro patrocinado pela empresa Cervceria Caracas; e C) «Escolas Portuguesas - Classe infantil João de Deus - Escola Primária Ulises Machado», in: *O Lusitano*. Caracas, Ano II, Nº 86, 15/21-11-1953, p.2; D) Arquivo Salazar. NE-18-1 Cx401, Pt.11. Carta de Martim de Faria e Maya, a Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caracas 20-10-1953, ff. 698 – 712. Queixas contra atitude pública do pessoal da Missão Diplomática portuguesa de Caracas.

¹⁶⁴⁵ «Acto da instalação da 'Comisión Católica Venezolana de Migración'», in: *O Lusitano*. Caracas, Nº 70, 26-07-1953, p.1; e «España en el 'Día del Inmigrante' en Caracas», in: *ABC*. Domingo 31-01-1954, p.36. sobre críticas à ausência da representação portuguesa nestes eventos.

¹⁶⁴⁶ AHDMNE. A) 2ºP, A41, Mç89. De Legação de Portugal em Caracas para MNE. Of. Nº 381. Caracas, 26-10-1948. B) 2ºP, A45, Mç38. Pro. 530/G/48: 1) Carta da Direcção-Geral do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, para a Dir.-Geral dos Neg. Econ. e Cons. do MNE. Lisboa, 3-Novembro- 1948; 2) Telegrama de António Rodrigues para MNE, em relação à subordinação do Consulado em Curaçao ao de Trindade. Suffisantkamp, C.P.I.M, 17-07-1948; 3) Carta da Legação de Portugal em Caracas ao MNE, sobre o interesse do MRE no reagrupamento familiar. Caracas, 11-09-1948; 4) «Emigração portuguesa para Curaçao», in: *Jornal do Comércio*. Lisboa, 12-07-1948, sobre o passo de emigrantes de Curaçao para a Venezuela.

*não pode prestar*¹⁶⁴⁷, a Legação foi levada a alargar, de maneira considerável, o âmbito de aplicação de determinadas políticas; no que diz respeito à emigração, tratou-se de um esforço em conjunto com a JE, como foi atender à visita dos inspetores Francisco Cabrita Matias e Guilherme Rodrigues da Silva, em Março e Setembro de 1954, respetivamente. Não obstante, um inspetor itinerante não resultou ser a melhor solução para a missão de *informar, acompanhar e estudar os diversos assuntos relativos aos nossos emigrantes e que transcendem o âmbito em que devem e podem agir a Legação e a sua Secção Consular*¹⁶⁴⁸ Daí surgiu a proposta de confiar tal missão a um funcionário da Junta da emigração junto da Legação, da Secção consular e da Colónia, por um lado, e da Dirección de Extranjeros, Instituto Agrario Nacional e a Corporación Venezolana de Fomento, por outro.

A função de tal servidor público ultrapassava, ainda assim, as fronteiras venezuelanas porque não podia isolar-se do contexto regional. Assim, com a política de «Portas abertas», reativou-se a migração de trabalhadores através da fronteira com Curaçao, de onde partiam portugueses com vistos de turistas levando, em consequência, o handicap da falta de especialização e o desconhecimento da língua como limitações para procura de trabalho. Tal situação obrigava a considerar uma estratégia mais ampla em combinação com os consulados em Trinidad e Curaçao para o seguimento e prevenção de tais situações e, já na Venezuela, para apurar a troca do visto de turista por outro mais conveniente¹⁶⁴⁹.

A perspetiva do serviço consular registou uma mudança nos dois últimos anos da década de 1960. Nesta mudança, a comunidade portuguesa assumiu um papel mais ativo quanto à exigência de prestação de serviço. A ampla documentação que ilustra o processo de transformação dos consulados -em que o comércio já tinha deixado de ser a primeira prioridade em 1958-, dá indícios para inferir que a mudança foi forçada, em parte, pelo contingente emigrante influenciado pelo recém-estabelecido contexto democrático em Venezuela. O constante e rápido desenvolvimento socioeconómico da Colónia animou desde suas fileiras maior consideração para o componente humano que representava uma mudança de estratégia política por parte dos enviados de Lisboa.

Esta mudança iniciou-se com uma renovação da imagem da representação diplomática e consular mais conforme com o nível atingido pela Comunidade portuguesa.

¹⁶⁴⁷ AHDMNE. 2ºP, A40, Mç181. De Legação de Portugal em Venezuela para MNE. Of. Nº 381/122. Caracas, 29-03-1954.

¹⁶⁴⁸ AHDMNE. 2ºP, A40, Mç181. A) De Leg. Para MNE. Of. Nº 1217/309. Caracas, 23-09-1954; B) Do Ministério do Interior para Dir.-Gral dos Neg. Econ. e Cons. do MNE. Of. Nº 1353/54-S. Lisboa, 12-05-1954.

¹⁶⁴⁹ AHDMNE. 2ºP, A40, Mç181. De Legação de Portugal em Caracas para Junta de emigração. Of. Nº 372/13. Caracas, 5-05-1954.

A este respeito, desde os seus inícios, o periódico *Ecos de Portugal* formou uma matriz de opinião comunitária com os seus editoriais em que se destacava a tomada de consciência perante os serviços consulares e o anseio a fazer ouvir as aspirações da comunidade. Em relação a esta, o Semanário estimava que *a sua actividade, que é, além de portuguesismo, dólares, não é, porém, tudo quanto faz falta ao prestígio do nome português além-fronteiras*¹⁶⁵⁰ e exigia um Consulado à altura das necessidades e à altura do prestígio português. Esta elevação foi prontamente atingida com uma nova sede e as indicações que propôs Paulo Cunha aquando a sua missão em Caracas, em 1959. A presença de Cunha na Venezuela coincidiu com a expansão da cruzada de consciencialização e sensibilização, de *Ecos de Portugal* para o resto do país e com a campanha de revalorização da comunidade portuguesa liderada por parte da elite intelectual venezuelana¹⁶⁵¹.

O processo de mudança dos consulados da Venezuela em Portugal secunda o acontecido na representação consular portuguesa, não obstante, com uma diferença: o comércio de produtos portugueses para portos venezuelanos que, ainda que de menores dimensões, nunca foi totalmente posto de lado. É interessante observar que a documentação portuguesa é, sem dúvida, mais evidente do que a documentação dos serviços venezuelanos para verificar esta substituição da prioridade do comércio pela da migração, devido aos resultados que se obtêm de ambos patrimónios arquivísticos. Neste sentido, o tratamento integral dos relatórios consulares crioulos, discriminados por categorias e subcategorias de assuntos tratados, ajudou a descobrir o seguimento que Caracas realizava deste pequeno comércio e dos benefícios que contribuía a cada consulado para seu autofinanciamento.

Antes e durante o tempo em serviço do ministro venezuelano Simón Planas Suárez, são constantes os relatórios consulares que indicam a falta de receitas nos consulados e, ao contrário, os desembolsos de alguns cônsules para tratar as repatriações de venezuelanos desencaminhados por Portugal. Entre os autores de relatórios neste estilo contam-se: Ayres de Sá, o cônsul em Lisboa em 1912; Jacinto A. Furtado e Ernst von Jess, em Porto, em 1919¹⁶⁵². Os relatórios de todos estes cônsules diziam, mais ou menos, o mesmo: desde Faial a São Miguel, consulados que depois Planas Suárez pediu para fechar; e desde

¹⁶⁵⁰ «O Consulado vai ter novo local», in: *Ecos de Portugal*. Caracas, N° 23, 19-05-1958, p.10; AHDMNE. PEA Mç 182-A e 182-B. Telegrama N° 661/19. De Paulo Cunha. Caracas, 15-02-1959.

¹⁶⁵¹ «Os portugueses do interior e a sua justa reivindicação. Solicitud de consulados en el interior de Venezuela», in: *Ecos de Portugal*. Caracas, N° 86, 14-09-59, p.5; «Historia dos portugueses na Venezuela' por M.A.Saignes», in: *Ecos de Portugal*. Caracas, 29-06-59, N° 76, p.6; «O imigrante português. Referencia ao livro do Sr. Prof. M.A.Saignes, publicada pelo jornal El Nacional (29-06-59)», in: *Ecos de Portugal*. Caracas, 6-07-59, N° 77, p.6; Lameda, Eduardo Arroyo (1959), «Relações fraternais», tomado de *El Nacional*, in: *Ecos de Portugal*. Caracas, 27-07-59, N° 80, p.6.

¹⁶⁵² ACMPPRE. AA, *Cónsules y Vice-cónsules en Portugal*: Vol. I, Exp. 1; Vol. V, Exps. 26, 28.

Funchal se lhe participava não ter registo de receitas nesse consulado originadas nem por operações comerciais, nem por tramitação de documentos pessoais porque não tinham nenhum cidadão venezuelano na jurisdição consular. Chama a atenção que o Consulado em Lisboa, entre 1916 e 1918 também não teve emolumentos, ainda que se saiba da existência de alguns venezuelanos nessa cidade, nesses anos. De igual modo, chama a atenção que Freitas Martins comunicasse à Chancelaria que não existia *súbdito alguno de vuestro país* em Madeira em 1931. A falta de emolumentos levou a Planas Suárez a perguntar-se sobre o controle das atividades dos venezuelanos por parte destes cônsules visto que a maior parte do comércio seguia saindo via Inglaterra com as correspondentes faturas emitidas nos seus portos¹⁶⁵³.

Em realidade, ainda não tinham chegado a Lisboa, de maneira efetiva, as propostas de intelectuais a favor da imigração na Venezuela, como Rafael Martínez Mendoza, que filosofava sobre o apoio com emolumentos que deviam receber os consulados nas regiões consideradas centros de imigração¹⁶⁵⁴. Os consulados venezuelanos esperaram até meados da década de 1930 para experimentar a primeira pressão emigratória portuguesa sobre suas atividades não muito comprometidas com a imigração venezuelana em Portugal. A procura na realidade começou em 1937, quando João Valdes Sr., cônsul ad-honorem no Funchal, se queixou da falta de cédulas de identidade, passaportes e impressos para emitir patentes, uma falta curiosa comparada com as declarações de Martins seis anos antes. Nessa representação, Valdes recordou a la Cancillería em Caracas que *sólo en tres oportunidades fueron enviadas cédulas* e isso, *mencionando los nombres de los inmigrantes a quien debía expedirlas*¹⁶⁵⁵.

Depois de Valdes, a Madeira ficou sem representação consular e Caracas suportou os efeitos, em especial, entre 1940 e 1942 quando o Instituto Técnico de Inmigración y Colonización sentiu esta ausência consular para tramitar os contratos e permissões de entrada no país da *la inmigración portuguesa a Venezuela, que tan halagadores resultados ha dado*. Um novo projeto de emigração portuguesa pôs fim a esta privação mediante um acordo entre o ITIC e a Dirección de Política Económica del Ministerio de Relaciones Exteriores¹⁶⁵⁶. Só a notícia deste projeto, *en la prensa del interior de Portugal y de sus islas*, aumentou de tal maneira o interesse da sociedade portuguesa com intenção de

¹⁶⁵³ ACMPPRE. AA, *Correspondencia con Consulados de Venezuela en Portugal*, Vol. V, Exps. 39-43; DPI, Ano 1931, Exp. 217.

¹⁶⁵⁴ Mendoza (1921), p.1107.

¹⁶⁵⁵ ACMPPRE. DCC, *Caja 85*, Ano 1937, Exp. 2.

¹⁶⁵⁶ ACMPPRE. DCC, *Portugal*, 1940, Exps. 1, 2, 3; Dir. de Política Económica, 1942, Exp. N° 1518, s/f.

emigrar que a Legação de Venezuela recebia diariamente pedidos de informação a esse respeito que mal tratava de compensar *dentro del espíritu que anima el proyecto gubernamental de inmigración útil y efectiva*¹⁶⁵⁷.

A resposta portuguesa à divulgação do projeto venezuelano foi maior na ilha da Madeira, onde o pouco comércio que era realizado, além de ser pouco vantajoso para Venezuela, não justificava aos olhos da Chancelaria de Caracas manter um consulado permanente. No entanto, o governo português estava interessado em deter o grave problema de superpopulação na Madeira e a solução achada passava pela cooperação do Governo venezuelano: a emigração. Tal recurso está refletido na correspondência que remeteu o cônsul de Venezuela em Lisboa, C. E. de la Madridz, ao Ministerio de Relaciones Exteriores em Novembro de 1950. Anexas a uma das suas notas, a número 1.395, encontram-se cópias de cartas enviadas, uma desde Lisboa pelo tenente-coronel Antonio Manuel Baptista enquanto membro da Junta de Emigração, e outra, pelo Brigadeiro Ruy da Cunha e Meneses do Governo civil de Madeira.

As missivas das duas autoridades portuguesas são persuasivas no sentido de justificar outros aspetos, além do comércio, em que a cooperação da Venezuela resultava de suma importância. Destas justificativas apura-se o sentido humanitário que teria esta emigração de pessoas de escassa instrução e preparação técnica, condição que era amplamente superada por sua capacidade de trabalho já comprovada. Daí se desprende a contribuição à solução do problema demográfico. Ao mesmo tempo, um consulado no Funchal pouparia aos desejosos de emigrar o gasto económico ocasionado pela viagem a Lisboa para tramitar seus visas. A última justificativa era uma perspectiva de caos; segundo argumentavam, em caso de parar-se a emigração, *esta baja traería para Madeira incalculables perjuicios, pues no sólo agravará la crisis de súper-población, sino que también se reflejará en el movimiento del puerto de Funchal, en los intereses de la navegación, etc., etc.*¹⁶⁵⁸.

Em relação com esta situação na Madeira e previamente às cartas de Baptista e Meneses, a representação diplomática lusa em Caracas tentou soluções para o problema demográfico do país, e fazia particular ênfase em resolver os fatores negativos que

¹⁶⁵⁷ ACMPPRE. Dirección de Política Económica, Portugal, 1945, Exp. Nº 197. «Nota del Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de Venezuela en Portugal, Rafael Angarita Arvelo, al Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, Caracciolo Parra Pérez, exponiendo las características / procedimientos de inmigración de los portugueses a Venezuela». Of. Nº 18. Lisboa, 16-02-1944.

¹⁶⁵⁸ ACMPPRE. DC, Ano 1950, Exp. 1435, Facilidades para emigrantes de Funchal, Madeira. As cartas: Lisboa, 6-11-1950 e Funchal, 19-10-1950.

afetavam a vida na Ilha atlântica. Sem dúvida, onde o problema era maior e levou maior tempo consular a ser tratado. Entre Abril de 1949 e Janeiro de 1950 esta Legação remeteu à Chancelaria venezuelana nove notas com observações, explicações, súplicas de solidariedade, sugestões quanto ao outorgamento de cartas de chamada e contratos de trabalho, queixas sobre o tratamento de ilegais portugueses no país, reabertura de consulado venezuelano no Funchal e outros temas, que procuravam aliviar o processo de tramitação dos potenciais emigrantes e, com isso, aliviar a pressão de repulsão da ilha¹⁶⁵⁹.

A maior abertura do Governo venezuelano para a imigração, em general, foi a autorização aos cônsules de Venezuela para visar passaportes, sem prévia consulta a Caracas, de espanhóis, italianos e portugueses por nascimento, menores de 35 anos, sem antecedentes penais e certificado sanitário em ordem¹⁶⁶⁰. Esta medida aliviou a situação portuguesa. Ano e meio mais tarde, na Assembleia da República Portuguesa falava-se do movimento emigratório dos Madeirenses e da *emigração para a Venezuela, onde muitos madeirenses fizeram fortuna*, e menos das estratégias de comércio ou dos trâmites que, obrigados pelas circunstâncias, realizaram os próprios emigrantes e as autoridades portuguesas para fomentar aquela emigração e aquele estado de riqueza¹⁶⁶¹.

Enquanto, os consulados de Venezuela em Portugal seguiam testemunhando o pequeno comércio que marchava por trás dessa emigração nos *Informes de movimiento consular*¹⁶⁶². Estes enormes formulários, de preenchimento anual obrigatório, contêm os dados da documentação processada por cada consulado tanto por pessoas naturais como jurídicas com descrição dos solicitantes e os trâmites realizados com todos os pormenores. A análise dum breve amostra destes Relatórios, numa tabela, permite apreender a característica particular da afluência de portugueses neste terceiro período da presença portuguesa na Venezuela e como o comércio a partir de Portugal sempre esteve latente.

¹⁶⁵⁹ ACMPPRE. DC, Ano 1949, Exp. 694.

¹⁶⁶⁰ AHDMNE. 2ºP, A40, Mç181. Recorte de jornal sobre *Puertas abiertas*: «Aviso oficial. MRI -Dirección de Extranjeros», in: *El Universal*. Caracas, 30-09-1954.

¹⁶⁶¹ AARP. *Debates Parlamentares*, Estado Novo, Leg. 6, Ses. 3, Nº 145, 21-04-1956; pp.932-935.

¹⁶⁶² Os *Informes* encontram-se no Arquivo Central do Ministério de Relações Exteriores. Para esta pequena mostra considerou-se, primeiro, rever todos os Relatórios para ilustrar as mudanças percebidas até o censo venezuelano de 1961; no entanto, dadas as limitações de tempo para copiá-los, decidiu-se depois fazer uma análise a partir daqueles que mostraram ser os mais completos. A inconsistência dos formulários de resumo, a incoerência entre os dados estatísticos enviados pelos diferentes cônsules à Chancelaria em Caracas, a omissão de dados ou a ausência de preenchido de apartados e a falta de envio de formulários em algum ano, não permite decifrar todas as particularidades de maneira uniforme. Mesmo assim, a análise pretende ser o mais ajustado possível ao objetivo de mostrar a documentação gerada pelos consulados venezuelanos tanto pelo comércio como pela migração, ao amparo das relações comerciais, o que significa que muita informação foi marginada e permanece disponível para outros estudos.

Limitadas as observações aos contrastes mais evidente, a primeira reflexão é a diferença de 7.661 operações entre as motivadas pela migração (32.389) e pelo Comércio (24.728), diferença que não é esmagadora em comparação com as campanhas de reagrupamento familiar e de portas abertas levadas a cabo por Venezuela.

A segunda reflexão é a queda das operações vinculadas ao fluxo emigratório, desde 1955, enquanto a documentação gerada pelo comércio não deteve seu ritmo ascendente. Outras duas reflexões são dignas de ser mencionadas: por uma parte, depois do vôo inicial da rota aérea venezuelana em Novembro 1953, 9 vôos foram despachados desde Lisboa nesse mesmo ano; mas em 1955 os despachos de aviões (191) superam e quadruplicam os despachos de barcos (46). Por outra parte, a mudança na demanda das visas de residentes (1.831) é significativo porque é ultrapassada pelas de transeuntes (4.524), efeito da política venezuelana de Portas abertas.

Estas curtas e rápidas apreciações demonstram que a Venezuela recebeu, de maneira contínua, migração e comércio portugueses. Para a representação venezuelana, a primeira foi mais visível e exigente devido aos atendimentos consulares especiais mas, nem por isso, silenciou o comércio ou o preteriu para um papel silencioso como se verifica com frequência, na documentação diplomática e consular portuguesa. Esta apreciação, que peca em parte de subjetiva por não achar uma fonte portuguesa similar aos *Informes de movimiento consular*, apoia a afirmação de que os consulados de Venezuela em Portugal eram mistos quanto aos fluxos emigratórios e comerciais que, segundo se viu, traduzem-se num fluxo financeiro de remessas e de desembolsos da balança de pagamento venezuelana em direção de Lisboa, enquanto a contrapartida de Portugal na Venezuela eram consulados para emigrantes.

**Operações efetuadas por consulados da Venezuela em Portugal,
segundo tipo de atividade**

FLUXO	CONCEITO		ANOS						TOTAL	
			1952	1953	1955	1956	1958	1964		
C O M É R C I O	CERTIFICADO DE LASTRO		3	0	1	2	5	0	11	
	DESPACHO	Avião	0	9	191	221	206	258	1.167	
		Barco	24	41	46	40	36	95		
		TOTAL	24	50	237	261	242	353		
	LEGALIZAÇÃO	Certif. de embarque	634	669	850	998	1.129	35*	23.358	
		Certif. de origem	610	638	748	790	959	0		
		Certif. de sanitário	0	394	545	584	636	0		
		Facturas	634	669	850	998	1.129	871		
		Sobordos	87	136	116	115	85	83		
		Outros	0	0	0	0	0	7.366		
TOTAL		1.965	2.506	3.109	3.485	3.938	8.355			
LISTAS DE TRIPULAÇÃO		24	41	46	40	41	0	192		
TOTAL COMÉRCIO		2.016	2.597	3.393	3.788	4.226	8.708	24.728		
M I G R A Ç Ã O	AUTENTICAÇÃO		100	98	116	197	218	5	734	
	CORRECÇÃO DE ERROS		0	0	0	7	5	0	12	
	INSCRIÇÕES MILITARES		0	0	0	0	0	0	0	
	MANIFESTOS		0	0	0	0	0	0	0	
	P A S S A P O R T E S	Venezuelanos	Expedidos	2	1	3	6	5	22	30.235
			Renovados	22	11	28	48	40	179	
			Total	24	12	31	54	45	201	
		Estrangeiros	Permissões	0	0	0	0	0	0	
			Residentes	1.235	3.583	1.831	1.009	1.014	0	
			Transeúnte	105	243	4.524	2.610	2.586	0	
			Trânsito	3	2	12	7	0	0	
			Turista	10	12	5	15	27	0	
			Total	1.263	3.840	6.372	3.641	3.627	0	
		Vistos		1.340	3.893	117	165	152	5.368	
TOTAL PASSAPORTES		2.717	7.745	6.520	3.860	3.824	5.569			
EXTRADIÇÃO		0	0	0	0	0	0	0		
ALTA VENEZUELANOS EM PORTUGAL		58	66	137	185	172	750	1.368		
OUTROS FORMULÁRIOS		0	32	5	1	2	0	40		
TOTAL MIGRAÇÃO		2.875	7.941	6.778	4.250	4.221	6.324	32.389		
OUTROS / BUROCRACIA	CABLES	292	502	126	76	26	70	1.092		
	OFÍCIOS	1.340	1.909	1.959	1.690	1.713	1.481	10.092		

As caixas em zero indicam que: a) a categoria não estava contemplada nos formulários iniciais e foram incorporadas progressivamente ou b) a informação não foi esvaziada no formulário. Fonte: elaboração do autor segundo *Informes de movimento consular*, para os anos indicados. ACMPPRE, Dir. de

Consulados. *Só em Funchal, Madeira.

Conclusão

A recente intensificação das relações diplomáticas entre Portugal e a Venezuela, motivada pelo aumento do comércio, tem amplas e variadas referências históricas. Por conseguinte, não é inovador um relançamento político como o experimentado recentemente. De facto, as perspectivas e as oportunidades de negócios geraram renovadas tentativas de fomento e de retoma do comércio bilateral. No meio destes relançamentos, o comércio foi assiduamente apontado como um ponto fraco da relação entre os dois países devido a seu escasso volume. O certo é que, até a década de 1960, as referências históricas respondem tanto às distensões, ocasionadas pela transposição de critérios políticos para âmbitos económicos e vice-versa, a nível nacional e internacional, como às aproximações que provocaram demoras e acelerações no intercâmbio comercial.

O entrecruzamento disciplinar proposto no Capítulo I foi evidente. A difícil tarefa que significa delimitar os campos de ação da política e do comércio tornou-se evidente no marco da análise das relações entre Portugal e a Venezuela. No que diz respeito a esta tarefa, as teses de pesquisadores e diplomatas da estatura de Fernando de Castro Brandão, Francisco G. Cassola Ribeiro, Luis Moita, Manuel Farto, Pedro Lains, Marisol de Gonzalo, María Maesso Corral e Raquel González Blanco, lançadas desde suas respectivas especialidades, ficam ratificadas e apoiam a nossa proposta. A política exterior empregou o comércio como um instrumento eficaz para adquirir os benefícios que este oferece e o comércio aproveitou a logística da política exterior para garantir seu próprio crescimento.

Desde começos do século XIX assistimos à conceção de projetos e às tentativas de pôr em prática estratégias, a partir das noções do interesse particular e do interesse nacional, que combinaram, ao mesmo tempo, o fomento do comércio e o exercício da política. Na relação Portugal - Venezuela, os comerciantes, os principais agentes officiosos, estabeleceram redes de contato pessoal, familiar e comunitário que lhes permitiram identificar e aproveitar oportunidades de negócios que, em muitas ocasiões, se geraram ou tiveram lugar no âmbito político. Por sua vez, o serviço diplomático no exterior, enquanto agente oficial, começou a exercer seu papel de promotor do comércio a partir de meados do século XIX com a criação dos primeiros consulados honorários e a nomeação de comerciantes-cônsules.

Estes funcionários testemunharam o estreito vínculo do comércio com a política devido ao seu duplo desempenho profissional. A função comercial passou depois a ser responsabilidade dos cônsules de carreira. O facto de assumir esta função foi então um processo que também teve lugar na interação dos agentes oficiais e officiosos, pois ambos

estavam unidos pelo interesse em fomentar o comércio, conquanto com matizes desiguais, e na fusão de duas atividades profissionais diferentes: o cônsul e o comerciante.

O serviço exterior recorreu a estes funcionários para enfrentar as suas necessidades de representação que, na altura, mostrou ser o recurso mais apropriado e inteligente para atender às contingências do comércio. A condição de nações periféricas, conturbadas pelas necessidades económicas e pelos problemas sociais, e o sistema capitalista em expansão impuseram aos governos portugueses e venezuelanos a necessidade de assumir posições políticas complacentes frente às grandes potências. Estas posições foram assumidas, de maneira prudente e correndo o risco da neocolonização, devido ao facto de que eram as grandes potências que detinham o capital excedente e disponível para investir nos meios de comunicação, nas indústrias e na produção de produtos de consumo que Portugal e a Venezuela precisavam e se serviam para fomentar seu próprio comércio. Deste modo, o contexto internacional obrigou os dois países e os comerciantes a articular comércio e política. Esta articulação foi, tal como verificamos, defendida desde o tempo dos grupos de intelectuais portugueses e venezuelanos em Inglaterra.

Quatro conclusões se retiram do Capítulo II. Primeiro, a dinâmica comercial entre a Venezuela e a sua zona circunvizinha propiciou uma nova aproximação com Portugal. Efetivamente, a comunidade judaica portuguesa de presença ancestral no Mar das Caraíbas, com especial destaque para a estabelecida na ilha de Curaçao, e a emigração portuguesa para as áreas vizinhas à zona Este da Venezuela, em particular a Demerara e a Trinidad, relacionaram-se com as costas venezuelanas e entre si. Este relacionamento teve lugar num espaço de contatos comerciais onde os portugueses jogaram um papel de relevância mas pouco acautelado. Este espaço de proximidade física e humana permitiu ultimar uma abordagem diferente à que é normalmente considerada na historiografia da imigração na Venezuela: a chegada de estrangeiros por remigração e rotas indiretas.

Do tráfico comercial no interior deste espaço resultou a fixação de agricultores portugueses no oriente venezuelano, alguns deles proprietários de fazendas e exportadores de cacau, e o trânsito de portugueses pelo ocidente do país, nomeadamente nas zonas andinas produtoras de café, sempre em contato com o exterior através de Maracaibo e do seu depósito portuário. Trata-se de dois pólos agrícolas do território e dois dos produtos de exportação venezuelanos mais importantes no século XIX que, além disso, estão ligados, de maneira incessante e inequívoca, às fronteiras anfíbias da Venezuela com as ilhas de Trinidad e Curaçao bem como à construção e manutenção deste espaço de contatos.

A relação comercial entre Portugal e a Venezuela não pode, em nenhum momento, qualificar-se de inexistente. Como ficou demonstrado no trabalho, desde inícios do século XIX e até bem entrado o século XX, tratou-se de uma relação comercial intermediada entre o espaço de proximidade e o mundo atlântico. Em consequência, trata-se de um comércio de escasso volume e de uma presença de comerciantes portugueses que escapam às estatísticas oficiais. As razões principais são o comércio indireto, que era feito por comerciantes estrangeiros, e o emprego de marinhas estrangeiras para o transporte de produtos nacionais, consequências inevitáveis da posição de ambos países face às grandes potências.

Daí que muitas das operações não tenham sido registradas como tráfico direto binacional no imenso corpus da documentação arquivística diplomática e consular consultada. Este tipo de fonte, que foram fontes privilegiadas no nosso trabalho, permitiram apurar que, por um lado, os produtos portugueses, entre os quais os vinhos, e o de Madeira em particular, fizeram parte do quotidiano venezuelano até bem entrado o século XX; por outro lado, as fontes demonstram também que muitos comerciantes portugueses eram homens empreendedores e que desenvolveram negócios arriscados deixando bem documentada a sua presença na Venezuela. Não obstante, uma presença e uma atividade venezuelanas não são assim tão evidentes em Portugal.

O carácter cosmopolita da emigração portuguesa e da mentalidade venezuelana aproximaram-se, tanto no espaço de proximidade, como no mundo atlântico, a partir das posições assumidas frente às ideias políticas e económicas liberais. A partir da confluência de ideias criou-se um padrão de referências, baseado na sinergia de personagens, ideias e périplos, que sustentaram os laços históricos e a amizade bilateral no discurso político posterior. Este carácter cosmopolita está provado em diversos aspetos biográficos de personagens interconectadas. Referimo-nos a aspetos que enriquecem a perspetiva geohistórica e geoeconómica como são os contatos multilaterais, as posições políticas comuns e antagónicas, os projetos políticos precursores, os pontos geográficos entrelaçados, os itinerários de percurso e os tempos de permanência, as análises sobre o comércio colonial e a deslealdade à causa espanhola na América, bem como os seus efeitos para a Coroa no Brasil, entre outros.

Para ratificá-lo basta lembrarmos o círculo intelectual em Londres, em que se movia Hipólito José da Costa, emigrante de amplos dotes analíticos e jornalísticos, que compartilhou as suas ideias com as de intelectuais venezuelanos e promotores de projetos políticos da dimensão de Andrés Bello e Francisco de Miranda. Os deslocamentos dos

irmãos Abreu e Lima, pernambucanos inconformados que saíram do Reino de Brasil para os Estados Unidos onde conheceram os representantes diplomáticos da Venezuela: o advogado Juan Germán Roscio e o comerciante Telésforo de Orea. É de observar que Orea era conhecido do empresário e antigo aulista da Real Junta de Comércio de Lisboa, Francisco Caballero Sarmiento, desde seus tempos de comerciantes em Canárias. Estes contatos eram tanto mais estreitos quanto maior era a afinidade. Também atraídos pelas ideias republicanas venezuelanas, o nobre Paulo Jorge uniu-se à campanha precursora de Miranda e os irmãos Abreu e Lima partiram dos Estados Unidos para encarregar-se de missões militares e do periódico patriota *Correo del Orinoco*, editado em Ciudad Bolívar. Esta localidade portuária sobre o rio Orenoco, na Guayana venezuelana, era a capital de uma região de amplo comércio com a ilha de Trinidad de onde o exército libertador de Simón Bolívar recebia parte dos apetrechos de guerra comprados em Inglaterra e nas Caraíbas.

Como se observou, o entrecruzamento de personagens, ideias e périplos teve lugar num vasto espaço, no qual Portugal e a Venezuela participaram dado o interesse político e económico que esse espaço representou para estes dois países periféricos. O périplo foi realizado por personagens que visitaram os países onde se encontravam em efervescência as ideias económicas e políticas que regeram, em grande parte, o mundo ocidental: Grã-Bretanha e Estados Unidos. Era além disso o espaço económico onde Portugal e a Venezuela realizaram preferencialmente os seus intercâmbios comerciais.

As circunstâncias políticas e económicas deste espaço de proximidade e do mundo atlântico forçaram uma mudança de estratégia comercial, que se manifestou na criação dos consulados. As primeiras representações consulares de Portugal e da Venezuela tiveram um carácter meramente comercial. Elas foram canais de diálogo estabelecidos para facilitar o trato político direto em torno das imperativas e intrínsecas negociações a que obrigava o comércio. Em específico, estas representações foram instruídas para exercer funções de fomento, controle e proteção do comércio e dos comerciantes para, por sua vez, promover o progresso e o bem-estar dos mesmos. A ideia de progresso foi contemporânea em ambos países sob as etapas de modernização denominadas Fontismo em Portugal e Guzmancismo na Venezuela, entre 1852 e 1890.

A criação de legações na década de 1910 iniciou uma nova etapa nas relações políticas e comerciais entre Portugal e a Venezuela. Esta conclusão, a primeira do Capítulo III, indica que esta etapa se caracterizou pela estratégia das legações se dirigirem à migração e às corporações económicas para o fomento do comércio, seguindo instruções e

objetivos políticos precisos de linha económica, tal como está refletido nos expedientes dos ministros plenipotenciários Simón Planas Suárez, Joaquim Maria Travassos Valdez e Fernando de Amaral Botto Machado. É uma etapa que começa além disso com a revelação de três evidências oitocentistas que estreitam os laços políticos e de amizade dos dois países, a saber: a existência do comércio indireto, a importância das comunidades portuguesas residentes na vizinhança da Venezuela e a ratificação da afinidade político ideológico de começos do século XIX.

Outra observação relevante é que uma maior racionalidade imperou nos projetos e estratégias oficiais de investigação e análise das circunstâncias económicas. Mas o sentido racional conjugou-se com o sentido de oportunidade. Esta conjugação caracterizou vários projetos privados. Em instâncias oficiais, observou-se, também, esta correlação; em especial, no processo de decisões anterior à formulação de políticas e planos de fomento comerciais, devido ao incremento da problemática sobre a semelhança dos produtos para exportação e, portanto, de intercâmbio entre os dois países. Mesmo assim, a conjugação nem sempre teve correspondência entre os homens que combinaram aqueles dois sentidos com os homens que tinham em suas mãos o poder de decisão política ou, para sermos mais específicos, com o que estes políticos consideravam conveniente no momento ou que as instituições tinham capacidade de oferecer. Em resumidas contas, muitos projetos de estudo e investimento e propostas de estratégias não tiveram aplicação.

A emigração portuguesa e o petróleo venezuelano foram, sem dúvida, os elementos determinantes na relação a partir da década de 1940. Estes dois elementos são inseparáveis quando se fala das relações binacionais desde então. O deslocamento de capitais, equipamentos e trabalhadores internacionais para as Antilhas Holandesas foi o fator que impulsionou o fluxo direto de mercadorias e a chegada em massa de portugueses, favorecida pela existência de companhias nacionais de navegação e a articulação de necessidades demográficas.

Os propósitos e as intenções de fomento do comércio e de negociação bilateral foram evidentes, mas o número de projetos concretos foi reduzido. Em instâncias oficiais, os dois países ratificaram continuamente seu desejo de querer cooperar, de maneira recíproca, na execução de ações coordenadas. As declarações compreenderam longos processos de recolha e tratamento de informação, nomeadamente quando estes processos estavam destinados à elaboração de tratados bilaterais e de contratos de trabalho e de imigração. O contrário aconteceu com as operações dos agentes oficiosos dispostas, acima

de tudo, pelo sentido de oportunidade e, portanto, pela avaliação rápida das circunstâncias a partir dos elementos de informação disponíveis.

A compra e revenda, por um lado, e o contrabando, por outro, de produtos portugueses e venezuelanos foram estratégias proveitosas para aqueles comerciantes apoiados pelo poderio político nacional, as redes familiares e os *lobbies* nas instâncias oficiais. Não obstante, na relação luso-venezuelana, as estratégias de caráter personalista e individual foram cada vez mais limitadas pela ação do serviço diplomático e consular. A tendência foi substituí-las por um sistema de agentes comerciais, filiais corporativas e sucursais empresariais de mais fácil controlo para salvaguardar tanto o comércio, como a imagem país.

A comprovação das realizações práticas conduziu a resultados desiguais. No século XIX, as realizações práticas oficiais concretizaram-se no aspeto político, de maneira marcante, o reconhecimento da Venezuela e o estabelecimento de consulados. No século seguinte, os projetos e estratégias que resultaram das negociações oficiais materializaram-se em torno de aspetos políticos e comerciais, como a criação de legações e a sua elevação ao grau de embaixadas, o acordo da SACOR, os intercâmbios de notas que deram lugar a um *modus vivendi* comercial, a intermediação consular para a migração portuguesa e a navegação marítima e aérea diretas.

A falta de execução e de continuidade caracterizou, por sua vez, os projetos e estratégias concebidos por iniciativas privadas e destinados a investimentos no parceiro comercial. Entre estes projetos destacam-se os de Augusto de Athayde e COLUVESA, bem como as estratégias de investimento propostas por agentes comerciais para o estabelecimento de representações comerciais. Daí que, à exceção da COLUVESA, o fluxo comercial e financeiro a partir de Portugal não legou um testemunho claro da sua implementação, nem sequer no comércio a retalho. Toda evidência encontrada sobre o assunto é produto do trabalho da comunidade imigrante na Venezuela que, no entanto, contou com os apoios do setor oficial e privado de Portugal.

A revisão dos três fluxos -comercial, migratório e financeiro- demonstrou a série de marchas e contramarchas e a existência de superposições constantes entre os fluxos que influíram nas relações comerciais bilaterais. Não é possível tratar um fluxo sem a intervenção de outro, ou dos outros dois. Isto fica provado tanto no discurso sincrónico e segmentado do século XIX, como no discurso mais integrado e conexo do século XX. Nesta superposição dos fluxos coadjuvam as características mesmas da relação comercial entre Portugal e a Venezuela, sinuosa por excelência. No caso particular de Portugal, a

abordagem ao fluxo comercial não se liberta das considerações relativas ao fluxo emigratório devido à importância que este adquiriu na atividade e transformação da representação diplomática e consular que eram os gestores do comércio e as finanças.

O fluxo comercial é um vínculo em parte sustentado por dois tipos de agentes oficiosos: aqueles que empreendem iniciativas de risco e aqueles que conformados com a estrutura económica estabelecida. Nos dois casos eles contam com o beneplácito oficial do Governo, responsável por sustentar a parte institucional do fluxo. Em numerosas oportunidades, os governos estavam limitados pelas circunstâncias para fomentar o comércio, mas nem por isso deixaram de acompanhá-lo e de impulsioná-lo na medida de suas possibilidades. Trata-se de uma relação comercial que viaja através de rotas indiretas, com um número variável de escalas, desde o local se realiza a reexportação de mercadorias com as consequências correspondentes, entre as quais o menosprezo da verdadeira origem ou a adulteração da qualidade do produto.

Pelo geral, as políticas externas de cada país estiveram mais orientadas para criar condições para atrair parceiros comerciais, que podiam fornecer capital e recursos materiais, do que para formar uma aliança comercial entre ambos. De facto, as relações entre Portugal e a Venezuela foram laços comerciais de cooperação. A aliança exigiu a maior harmonia possível de interesses quanto às necessidades de fornecimentos de produtos, materiais e técnicos, de recursos humanos e financeiros, e esta exigência foi dificultada de maneira reiterada.

A aliança não foi possível, primeiro, pelo facto que muitos dos produtos de ambos países, disponíveis para a exportação, eram similares; segundo, porque nenhum dos dois países dispunha de capitais para o investimento, além disso nenhum dos dois países garantiu ao outro um benefício económico amplo e regular durante muitas décadas; terceiro, porque as prioridades de materiais e técnicos coincidiram devido ao nível de industrialização; e quarto, porque a imigração portuguesa na Venezuela passou rapidamente ao setor terciário e fazendo deslocar o comércio como primeira prioridade nos interesses do serviço externo português.

O contato dos comerciantes em Portugal e na Venezuela foi também um ato de cooperação porque as estratégias prevalecentes tenderam mais ao ajuste de interesses de cada uma das partes do que a um esforço em comum pelo fomento do comércio. Assim, o desejo de comerciar produtos portugueses, quer por consciência patriótica, quer pela sua rentabilidade, ficou patente na comunidade portuguesa na Venezuela. Do mesmo modo, em Portugal, os círculos políticos e os comerciantes com desejo de exportar manifestaram o seu

desejo como um ato conveniente. Neste sentido existiu pois complementaridade de interesses.

No entanto, o desejo de comerciar teve pontos de conflito. A semelhança de produtos não possibilitou um intercâmbio maior e mais equilibrado de tal modo que Portugal exportou, desde começos do século XIX, géneros de comprovado consumo na Venezuela, mas que este país não produzia (vinhos, legumes e hortaliças e outros produtos comestíveis). Enquanto, nenhum produto venezuelano suscitou o suficiente interesse em Portugal para realizar o caminho em sentido contrário, pelo menos até à década de 1940. A disponibilidade e a variedade de mercadorias também não ajudaram muito. Estas circunstâncias nas mercadorias portuguesas condicionaram o comércio e os comerciantes portugueses adequaram-se mais a esse condicionamento, sem realizar os investimentos necessários para penetrar no mercado venezuelano e ganhar a preferência dos consumidores. Como efeito, a adequação aumentou a importância da estrutura logística de informação, consumo e distribuição criada pela emigração.

Esta estrutura apresentou, não obstante, variadas escalas em relação à estratégia de venda ideal para Portugal. Duas escalas inconvenientes surgiram da incongruência entre a realização da comunidade emigrante e as aspirações dos comerciantes em Portugal. A conclusão baseia-se na incongruência, por um lado, entre lojas modestas e produtos de luxo e, por outro, entre a reduzida capacidade operativa e as aspirações de grandes companhias. Uma escala mais conveniente para os produtos de maior consumo foi oferecida pela rede criada por emigrantes dedicados ao comércio. Mas nesta rede os géneros portugueses deviam enfrentar a concorrência de produtos mais competitivos de outros países. A cooperação exigiu ceder nestes aspetos de conflito, mas o esforço geral foi insuficiente.

Na revisão histórica do fluxo comercial, conclui-se que o período desde começos do século XIX até a década de 1940 é uma etapa de aprendizagem e de abertura gradual para ambos países; é uma etapa de esforços e de dinamismo cada vez menos dispersos e desconexos. O período acompanha o processo de integração do comércio mundial, sem que o intercâmbio binacional chegue nunca a emular o brilhantismo do crescimento económico general anterior à etapa de entre guerras. Neste sentido, trata-se de um período opaco. Desde meados da década de 1940, a especialização produtiva definiu outro período de relação comercial: Portugal segue, a seu ritmo particular, o caminho industrial marcado para a Europa pela intensificação das relações internacionais e a recuperação económica; enquanto a Venezuela garante a sua posição de liderança política no mercado petrolífero

internacional. Até 1960, esta especialização favoreceu o início de uma etapa de simbiose onde já se vislumbraram vantagens complementares.

O balanço dos produtos negociados indica, de maneira clara, uma etapa marcada por uma estratégia bastante simples de negociação baseada na exportação de matérias-primas, alimentos e produtos manufaturados de escassa e média tecnificação e inovação industrial. Enfim, trata-se de uma exportação feita a partir dos recursos disponíveis. A variedade da oferta de produtos aumenta com o desenvolvimento industrial projetado na Venezuela desde o Plano de Fevereiro e em Portugal com o impulso ao conglomerado empresarial. Ambos estes impulsos foram efetivos desde a segunda metade da década de 1930, mas com a presença notória nas propostas de intercâmbio comercial binacional duas décadas mais tarde. A impressão final é que ambos países se viram mutuamente como parte de uma ampliação dos destinos de exportação; um estímulo para diversificar a estrutura comercial, aproveitar a conveniência da proximidade geoestratégica e proporcionar maior segurança económica e autonomia política.

O fluxo migratório não se afasta da periodização da presença portuguesa na Venezuela já referido. Até 1960, encontramos três etapas desta presença: dispersão, imigração oficial e de *Puertas abiertas*. Acoplados os respetivos efeitos de cada etapa na periodização do fluxo comercial, as duas primeiras encaixam no período opaco e a última no período de simbiose da relação comercial. Esta afinidade não implica necessariamente uma direção institucional por parte dos Governos. Ao contrário, a migração e o comércio entre Portugal e Venezuela desenvolveram-se de maneira bastante autónoma devido ao facto de estarem isentos de um regulamento derivado da aprovação de tratados ou acordos a nível diplomático. Temos que considerar que a imigração oficial de portugueses no final da década de 1930 e nos inícios do decénio de 1940 só se repercutiu no comércio, de maneira importante, a partir do começo da década de 1950.

Em relação à migração, os primeiros acordos entre o Estado venezuelano e os migrantes portugueses tiveram lugar há 74 anos. Sobre esta matéria, é de destacar que o discurso político-diplomático das décadas de 1940 e 1950 não alude ao 4 de Outubro de 1939, data de chegada a La Guaira do primeiro grupo de imigrantes oficiais. Consideramos que esta data é importante porque marca o início de uma nova etapa das relações binacionais. Desde então começaram as ondas de emigração em massa para a Venezuela e a solidariedade com a sociedade madeirense. Subsequentemente, o aumento de imigrantes portugueses na Venezuela deu o impulso para as tentativas posteriores de cooperação comercial que deram lugar ao intercâmbio de notas diplomáticas em 1947, à reciprocidade

na isenção da certificação de navios fixado em 1954, ao acordo sobre transportes aéreos de 1956. Além do indicado, a etapa de portas abertas e o período de simbiose nas relações luso-venezuelanas são condizentes com a integração e a intensificação dos fluxos internacionais que tiveram lugar depois da II Guerra mundial.

A alusão ao fluxo encaminhado para Venezuela, tal como é com frequência referido na documentação de arquivo, relativiza a artificialidade dos limites geopolíticos e geoeconómicos da migração portuguesa. O fluxo para Venezuela é uma corrente que, em relação à América, rumou para fora dos destinos habituais -Brasil- e, em relação a Portugal, escapou à migração interna do Império -o ultramar português-. O certo é que o contingente de imigrantes fixados na Venezuela criou com os outros contingentes de imigrantes portugueses estabelecidos no espaço próximo, como Demerara, Trinidad, Curaçao e as Antilhas vizinhas da costa venezuelana e, ampliando o raio de contato, com o Brasil e os Estados Unidos, na América, e a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha, na Europa, um espaço intracomunitário de deslocamentos por seus contatos, negócios e caráter, de que as fronteiras anfíbias foram seus antecedentes.

Da análise do fluxo financeiro verifica-se a existência de três cenários. O primeiro deles remete para os investimentos diretos que efetuaram comerciantes emigrados a título pessoal e para seu próprio benefício ao estilo de Francisco Caballero Sarmiento, os cônsules Frederico Alvarez Benítez e Carlos Agostinho Gonçalves, os proprietários agrícolas, os pioneiros do comércio a retalho e da imprensa comunitária. Neste primeiro cenário se incluem também os investimentos dos comerciantes emigrantes que, ainda que estabelecidos fora do âmbito geográfico da relação comercial em estudo, tiveram efeito sobre o comércio bilateral, como são os investimentos realizados pela comunidade judaica portuguesa no Mar das Caraíbas, o contingente português fixado em Trinidad e as empresas dos irmãos Pereire.

O segundo cenário corresponde às despesas logísticas para fomento e manutenção da relação comercial e dos vínculos políticos. Neste palco se incluem o orçamento consular e o rendimento das suas operações; as ações em apoio e defesa da comunidade emigrante; as viagens de emigrantes; os investimentos na navegação marítima e aérea; as campanhas de recolha, análise e difusão de informação; os gastos em viagens de estudo e elaboração de estratégias de ação. São gastos de ordem prática realizados com a intenção de corresponder a fins ulteriores de ordem político-ideológica, de ordem económica e de futuras intervenções no mercado ao estilo do estabelecimento de representações comerciais.

O terceiro cenário encaminha-nos para o aspeto mais tardio do fluxo financeiro: a migração de capital. Esta terceira conceptualização integra quatro operações que faturam o deslocamento de dinheiro: o investimento financeiro *per se* -o pagamento de juros das obrigações de dívida venezuelana em mãos de detentores portugueses-; o investimento comercial -o caso de COLUVESA, da qual a empresa Víctor Guedes & Cía, de Lisboa, é sócia proprietária-; o investimento industrial -o estabelecimento de moinhos de trigo, pensado por Athayde que chegou, inclusive, a comprar um terreno na Venezuela para o dito estabelecimento-; e, por último, as transferências dos emigrantes.

A revisão do trabalho leva-nos a outras reflexões temáticas. O amplo contexto deixou claro algumas aproximações ao discurso político e económico sobre o fomento do intercâmbio comercial. A perceção do investimento pelo comerciante emigrante e o comerciante radicado em Portugal é uma destas aproximações que, de passagem, permitiu algumas inferências de carácter mais ou menos geral. O comerciante emigrante destacou-se por ser um investidor de acumulação vagarosa e de reinvestimento imediato de grande parte dos capitais acumulados. O seu investimento dispôs dum moderado planeamento e dum carácter utilitário; o comerciante foi destemido em termos competitivos e de abertura tanto à concorrência internacional como à comercialização de grande variedade de produtos num mercado de alto tom liberal. Seu investimento contou com a defesa diplomática e consular de seu património.

O segundo, comerciante radicado em Portugal, preferiu investimentos mediados e acautelados pelo Estado português e por tratados comerciais; são investimentos de valores significativos com retorno imediato de capital e de amplos benefícios. Conservador e protecionista em seus negócios, o comerciante em Portugal mostrou tendência para a venda exclusiva da sua produção ou duma gama maior de produtos portugueses, aspetos revelados nos projetos pensados para abrir exposições de mostras e representações comerciais. Em relação às oportunidades que oferecia à Venezuela, este comerciante mostrou uma atitude mercantil relutante -muitas vezes à espera de melhores oportunidades ou de maiores conveniências- e uma atitude reativa quando lhe esgotava algum mercado proveitoso.

Como é evidente, estas duas descrições enquadram grandes traços. As representações dos comerciantes encontram, não obstante, o seu contrapeso nos projetos e estratégias de personagens que revalorizam os laços históricos existentes entre Portugal e a Venezuela. Um rápido inventário destaca a rede de contatos de Francisco Caballero Sarmiento; as ideias políticas encontradas em Miguel Cabral de Noroña e em Hipólito José da Costa; o projeto político para a América de Silvestre Pinheiro Ferreira; os investimentos

comerciais dos cônsules Frederico Alvarez Benítez e Carlos Agostinho Gonçalves; as estratégias e recomendações dos ministros plenipotenciários Fernando de Amaral Botto Machado, Simón Planas Suárez e Joaquim Maria Travassos Valdez; os vínculos familiares e comerciais do cônsul Ernst von Jess; o trabalho social dos venezuelanos Montbrun pela comunidade portuguesa em Trinidad; os projetos de Imigração do ITIC; e muitos mais.

Além disso, o amplo contexto permitiu comparar, ainda que de maneira superficial, é certo, a visão teórica de projetos comerciais pensados nas metrópoles europeias e daí a diferença que se observa entre, por um lado, a disposição e o estabelecimento das casas e dos agentes viajantes, como os da Alemanha, Inglaterra ou França, por exemplo, ao iniciar um comércio na Venezuela; e, por outro lado, neste mesmo sentido, as aspirações de Lisboa de criar uma representação comercial com pompa; ou no mínimo, com índices de investimento supervalorizados, quando a realidade e a experiência alheia não aconselhavam tais projetos.

O estudo de um amplo contexto espacial e temporário deixou a descoberto o espaço de circulação e de contato dos portugueses, a partir de onde se estreitaram as relações entre Portugal e a Venezuela. A ampliação do quadro espacial do comércio, além do tráfico direto ou do esforço oficial para fomentá-lo, permitiu apreciar as influências do contexto internacional nas relações binacionais. Esta ampliação resgatou algumas rotas da mercadoria lusa que circulava pela rede comercial estruturada entre a Europa e a América continental e insular caribenha. Assim, o contexto facilitou ponderar aspectos colaterais ao comércio que permitiram descobrir as ideias político-económicas que guiaram não poucos projetos e estratégias aqui enumerados. São aspectos que facilitam a compreensão da história de comerciantes da dimensão de Francisco Caballero Sarmiento ou de Augusto de Athayde, da sobrevivência de sobrenomes lusitanos ou da emigração portuguesa.

A ampliação do contexto foi além da emigração de Portugal para a Venezuela e foi a procura da sinergia de comunidades portuguesas em diferentes países de acolhimento, próximas umas de outras e em contínua interação com a chamada Tierra Firme. Deixamos abertas propostas para outras investigações ao estilo «relações de emigrantes portugueses em Demerara-Trinidad com o oriente venezuelano», «relações dos portugueses em Curaçao e Venezuela», «estudos sobre a ação de portugueses na fronteira amazônica Brasil-Venezuela entre a fixação de limites e a independência» ou «relações das comunidades judaico-portuguesas e suas redes comerciais no Mar das Caraíbas com Venezuela», entre tantas outras possibilidades.

O transporte indireto de produtos abriu também uma problemática que consideramos interessante: o estudo da chegada dos produtos portugueses feito a partir da perspectiva da Venezuela e a integração de ambos países no contexto em que atuavam. Os artigos portugueses, ainda que em baixo número e restringido a poucos produtos, maiormente aos vinhos, participaram na integração dos dois países no contexto geral do crescimento económico que nos levou à globalização atual. O facto de os artigos viajarem fazendo escalas em diferentes portos e obrigando os comerciantes e navegantes, de todas as nacionalidades incluindo portugueses e venezuelanos, a deslocar-se até esses portos, pôs em contato mundos distantes em pontos intermédios antes de estabelecer um vínculo mais direto. Desta constatação só se pode concluir que para estudar a circulação dos produtos portugueses, na sua dimensão mais universal, antes de chegar à Venezuela não é suficiente analisar os destinos do comércio exterior e a balança comercial do país.

As relações comerciais aqui estudadas não se baseiam num comércio realizado só entre os portos portugueses e os venezuelanos, ou vice-versa. Também não é um estudo limitado às transações entre comerciantes de cada país ou de negociantes de um país estabelecidos no território do outro. Ficou provado que as relações comerciais entre Portugal e a Venezuela participam num processo maior de integração económica. No caso destes países, o processo terminou aqui na busca e assinatura de acordos, enquanto o sistema internacional seguia já uma ordem ascendente para uma integração mais avançada do mundo ocidental. Não foi por acaso que os primeiros enviados extraordinários e ministros plenipotenciários de Portugal e Venezuela previram posições internacionalistas para os seus países e regiões dentro de uma nova ordem internacional.

A interligação dos migrantes e sua integração no comércio externo português revelam-se limitadamente sucedidas devido a vários fatores. A dispersão geográfica das pequenas comunidades pela região, registada durante o século XIX e até a consolidação de uma comunidade forte na Venezuela, a partir da década de 1940, foi um fator de atraso neste processo de integração. Para além deste fator, encontramos a intenção de favorecer a inclusão da organização do trabalho dos portugueses no estrangeiro e das ligações que mantinham os comerciantes de diferentes comunidades, no comércio externo de Portugal. No entanto, a intenção foi insuficiente, como evidenciaram os consulados de Portugal em Trinidad, Demerara e Caracas.

A responsabilidade desta limitada realização recai também na conjuntura e na mentalidade comercial. Enquanto entre os empresários emigrantes consolidava-se a ideia premente da emancipação no trabalho, entre uma parte da elite metropolitana prevaleceu,

por um lado, a ideia de que essas pequenas comunidades eram pouco rentáveis, devido o relativamente baixo consumo de produtos portugueses, e, por outro lado, o desconhecimento, a apatia e até mesmo a negação de novos padrões e técnicas de marketing associadas a novos padrões de vida e conforto que foram implantados em sociedades americanas.

Olhando em retrospectiva, a interligação entre os emigrantes e a sua integração no comércio de cada país foi diferente. No caso da Venezuela, só começa na última década de nosso trabalho. No caso de Portugal, estes processos passaram por uma primeira fase caracterizada pelo contexto de recepção, controlado institucional e juridicamente, onde destacaram os projetos de colonização e os contratos de trabalho, e enfocada no mercado de trabalho, até os indivíduos descobrirem as possibilidades de aproveitar as limitações e oportunidades do comércio local. Numa segunda fase, os indivíduos desenvolveram e aplicaram, de forma combinada, suas capacidades de origem e suas experiências, já individualmente ou associados, para tornar-se independentes. Finalmente, há uma terceira fase de desenvolvimento socioeconómico acentuado, de redefinição dos vínculos dos indivíduos com o país de origem e o reconhecimento do sucesso comercial, mesmo a nível político com evidentes e renovados interesses oficiais, que são produtos da acumulação de capitais pessoais e da convivência comunitária institucionalizada.

Neste ambiente de interligações e de integração, que é também um ambiente de intercâmbio, as relações comerciais binacionais não se deram sem a ampla incorporação de intermediários e lugares que foram mencionados. Os produtos e os comerciantes que deram vida a esta relação comercial navegaram principalmente entre portos europeus e americanos, ancorados em mares de Europa e no Mar das Caraíbas, onde as mercadorias eram reexportadas de acordo com o movimento do mercado. Neste sentido, a investigação embarcou e acompanhou os documentos da reexportação. Por esta razão, seguindo à 'deriva' dos produtos e dos comerciantes, foram nomeadas nações europeias - como a Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália e Suécia, ao mesmo tempo que as suas possessões na América, entre elas: S. Bartolomeu, Trinidad, Curaçao, S. Tomás, Jamaica e Porto Rico, para só citar algumas. Também foram mencionadas várias repúblicas africanas e americanas, tais como Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Cuba, Chile, Guatemala, Haiti, Estados Unidos, México, Uruguai e outros, que enquadraram os espaços percorridos pelo comércio entre Portugal e Venezuela.

A integração de que fala o parágrafo anterior leva-nos à conclusão final. O discurso histórico-político virado para enaltecer a relação comercial silenciou um importante

episódio comum a Portugal e a Venezuela. O contato direto não foi o único fator no estabelecimento e na manutenção dos laços entre os dois países. O balanço dos projetos, estratégias e realizações práticas aqui realizado mostra que, tal como os fluxos entre Portugal e a Venezuela foram concebidos e praticados até a década de 1960, a potencialidade das relações comerciais se manteve em níveis pouco explorados.

Há toda uma história composta por intelectuais que pensaram o comércio; por comerciantes que não pararam perante os obstáculos; por cônsules que apostaram na atividade comercial; por representantes do serviço exterior esmerados e comprometidos a título pessoal com o comércio; por produtos portugueses integrados no consumo periódico e na tertúlia social dos venezuelanos. Todos estes são aspetos ausentes no discurso político que alinhava, com suficiente frequência, a presença portuguesa na Venezuela colonial com o papel da emigração portuguesa no século XX, perdendo o alinhavado de quase 140 anos. Esperamos ter cosido a ponto miúdo o que faltava.

ANEXOS

Anexo1

Quadro metodológico

PERÍODO / FASE ECONÓMICA	FLUXOS (COMERCIAL, MIGRATÓRIO E FINANCEIRO)		
	PROJETOS	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÕES
I Fim Séc. XVIII 1860 -70	COMÉRCIO		
	POLÍTICA		
II 1860 -70 I Guerra	COMÉRCIO		
	POLÍTICA		
III Entre Guerras	COMÉRCIO		
	POLÍTICA		
IV 1944 1960	COMÉRCIO		
	COMÉRCIO EMIGRANTE		
	POLÍTICA		
	POLÍTICA EMIGRANTE		

O trabalho aborda o estudo de projetos, estratégias e realizações entre Portugal e a Venezuela vistos através de três fluxos - comercial, migratório e financeiro - enquadrados nas fases ou períodos do crescimento econômico mundial. O acompanhamento deste processo demonstrou que o comércio e a política se conjugam de maneira franca e tangencial e que a intensidade desta conjugação tem variado.

O estudo verifica a existência de períodos de maior e menor aproximação no quadro das relações binacionais. Os temas inscrevem-se, por um lado, no âmbito das políticas oficiais de defesa e promoção do comércio nacional, instrumentadas a traves do serviço diplomático e consular. Por outro lado, inscrevem-se no âmbito das iniciativas privadas empreendidas desde Portugal e na emigração. De facto, na 4ª fase aparece a Comunidade portuguesa na Venezuela como agente de atenção particular.

Anexo2

Linhas gerais do Fluxo Comercial

FASE	FLUXO COMERCIAL		
	PROJETOS	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÕES
I	C	10	Acompanhamento das oportunidades oferecidas pelo comércio internacional e interesses americanos e europeus
	P	26	
II	C	10	Serviço consular a querer tirar proveito das circunstâncias em benefício de seus interesses
	P	11	
III	C	5	Acentuação do interesse económico na migração
	P	19	
IV	C	4	Negociação e Superação das diferenças perante os factos, a dinâmica da economia e a migração
	CE	7	
	P	18	
	PE	1	

C: Comércio P: Política CE: Comércio Emigrante PE: Política Emigrante

A análise que realizamos e que está esquematizada neste quadro demonstra que a recente intensificação das relações diplomáticas entre os dois países, motivada pelo aumento do comércio, tem amplas e variadas referências históricas e não é, portanto, inovador tal relançamento político. As linhas gerais explicam que o comércio foi um ponto fraco da relação binacional devido a seu escasso volume. Não obstante, as perspectivas de negócios geraram renovadas tentativas de fomento e de retoma do comércio bilateral. O certo é que, até a década de 1960, as referências históricas respondem tanto às distensões como às aproximações, ocasionadas pela transposição de critérios políticos para âmbitos económicos e vice-versa, a nível nacional e internacional.

Assim, as realizações respondem a diversas ações: na Fase I à imposição do comércio indireto levado adiante por países terceiros e agentes oficiosos; na Fase II às comunidades na vizinhança da Venezuela; a partir da Fase III nota-se a influência da emigração. O facto é que os produtos e comerciantes portugueses sempre marcaram presença na Venezuela. Uma presença e uma atividade venezuelanas não são assim de evidentes em Portugal.

Anexo 3

Linhas gerais do Fluxo Migratório

FASE	FLUXO MIGRATÓRIO			
	PROJETOS	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÕES	
I	C	7	Surfar na corrente das tentativas de povoamento e expansão comercial de terceiros	Testemunho da continuação da presença portuguesa na Venezuela desde tempos coloniais
	P	15		
II	C	5	Atração dos investimentos marítimos e comerciais, no desenvolvimento de territórios	Acompanhamento das ofertas de trabalho favorecido pelos investimentos em América
	P	10		
III	C	2	Organização das migrações ocasionados pelos desfasamentos do mercado de trabalho e da conformação de comunidades	Migrações motivam maior contacto diplomático e consular
	P	14		
IV	C	1	Intentos por acoplar o desenvolvimento socioeconómico da Comunidade e as Economias de Portugal e da Venezuela	Conscientização da Comunidade Portuguesa leva à estruturação de canais de representação e negociação
	CE	5		
	P	18		

C: Comércio P: Política CE: Comércio Emigrante

No que à migração diz respeito, terceiros países ditaram a pauta antes da Fase III com projetos de colonização. A dinâmica comercial entre Venezuela e a sua zona circunvizinha propiciou maior aproximação com Portugal. De facto, as Comunidades portuguesa nas Caraíbas e norte da América do Sul relacionaram-se com as costas venezuelanas num espaço de contactos comerciais - de maneira especial, nas fronteiras anfbias de Trinidad e Curaçau - onde os portugueses jogaram um relevante papel na instauração de hábitos de consumo. Esta proximidade física e humana permitiu uma abordagem diferente à que é usualmente considerada na historiografia da imigração na Venezuela: a chegada de estrangeiros por rotas indiretas.

O início do traslado direto deve-se aos contratos que tiveram lugar há 74 anos entre o Estado venezuelano e os emigrantes portugueses residentes em Curaçau. É de destacar que o 4 de Outubro de 1939 é data de chegada oficial a La Guaira do primeiro grupo de imigrantes portugueses, um aspeto que tem passado desapercibido no discurso político - diplomático português e venezuelano, das décadas de 1940 a 1960. Já na Fase IV observam-se intentos por acoplar o desenvolvimento socioeconómico da Comunidade e as economias de ambos países.

Anexo 4

Linhas gerais do Fluxo Financeiro

FASE	FLUXO FINANCEIRO			
	PROJETOS	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÕES	
I	C	6	Portugal e Venezuela no jogo dos capitais internacionais em pugna	Procura e Abertura de mercados na junção geopolítica económica
	P	8		
II	C	3	Importância da figura política e consular na motivação para investimentos	Dinamização do comércio; Créditos no estrangeiro; Europeização da Venezuela
	P	4		
III	P	4	Regular fomento comercial e financeiro nas prioridades dos Ministros Plenipotenciários	Conversas entre bancos nacionais com o Escudo incorporado nos tipos de câmbio em Caracas
IV	C	4	Captação de capitais e meios comunitários (Canadá, EUA, Portugal e Venezuela). Português como investidor, cliente e promotor	Melhoras na imagem da comunidade em Portugal e na Venezuela
	P	3		
	CE	3		

C: Comércio P: Política CE: Comércio Emigrante

O Fluxo financeiro apresenta-se como o mais periférico dos três. Os dois países mostraram uma dependência evidente do capital externo; até à Fase III os incentivos aos investimentos e aos créditos internacionais constituem um fator comum entre os dois países. A tese evidencia algumas aproximações ao discurso político e económico sobre o fomento do intercâmbio comercial e financeiro, entre elas a perceção do investimento pelos comerciantes emigrantes e aqueles radicados em Portugal, uma perceção quase diametralmente oposta.

A partir da década de 1940, a emigração portuguesa e o petróleo venezuelano foram, sem dúvida, os dois elementos determinantes e inseparáveis quando se fala da relação binacional. O deslocamento de capitais, equipamentos e trabalhadores para as Antilhas Holandesas foi o fator que impulsionou o crédito, o fluxo direto de mercadorias e a chegada em massa de portugueses, favorecida pela existência de companhias nacionais de navegação e a articulação de imposições demográficas. Desde o aparecimento do petróleo na Venezuela, quatro operações exemplificam o deslocamento de dinheiro: o pagamento de juros das obrigações de dívida venezuelana em mãos de detentores portugueses; o investimento comercial misto - como foi o caso da COLUVESA-; o investimento industrial de Augusto de Athayde nos moinhos de trigo; e, por último, as transferências dos emigrantes.

Anexo 5

Projetos e Realizações segundo os Fluxos e Vias, directa e indirecta

Fase	Ação	FLUXOS / PROJETOS / REALIZAÇÕES-VIAS									Realizações		
		Comércio			Migração			Finanças			T	D	I
		T	D	I	T	D	I	T	D	I			
I	C	10	2	8	7	1	6	6	1	5	23	4	19
	P	26	6	3	15	0	0	8	1	3	49	7	6
	Sub.T	36	8	11	22	1	6	14	2	8	72	11	25
II	C	10	2	5	5	2	1	3	0	3	18	4	9
	P	11	5	0	10	1	2	4	0	1	25	6	3
	Sub.T	21	7	5	15	3	3	7	0	4	43	10	12
III	C	5	3	0	2	0	1	0	0	0	7	3	1
	P	19	8	0	14	3	6	4	1	0	37	12	6
	Sub.T	24	11	0	16	3	7	4	1	0	44	15	7
IV	C	4	3	0	1	1	0	4	1	0	8	5	0
	CE	7	5	0	5	5	0	3	2	0	15	12	0
	P	18	9	0	18	13	1	3	2	0	39	24	1
	PE	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
	Sub.T	30	18	0	24	19	1	10	5	0	64	42	1
Total		111	44	16	77	26	17	35	8	12	223	78	45

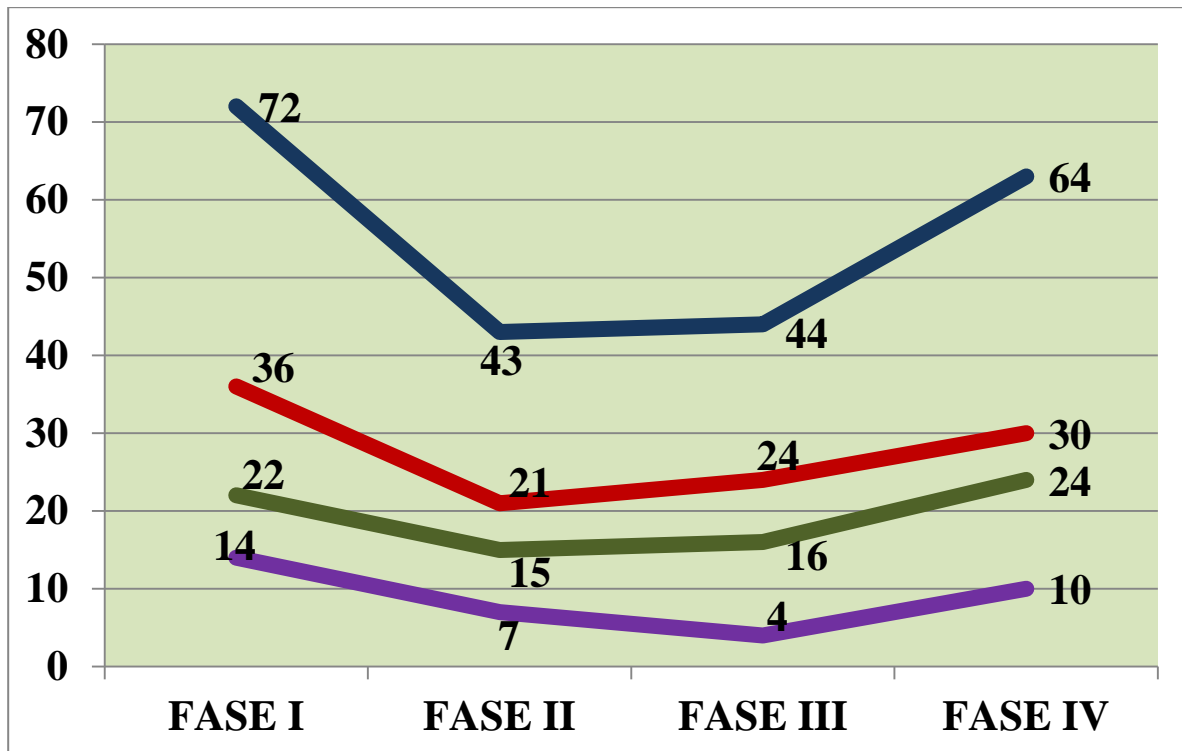
Esta tabela expõe uma síntese do total dos projetos e do total das realizações segundo os fluxos e vias diretas e indirectas em que foram alcançadas. Nela fica também registrada a magnitude das duas categorias das vias numa visão a longo prazo de 160 anos.

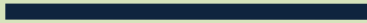



Observamos que o comércio indirecto reduz para metade o número de logros da Fase I (25) para a Fase II (12) enquanto o comércio directo mantém-se quase inalterável (11 e 10). Entre a Fase II e a Fase III dá-se a transição do máximo de logros para o comércio directo (15). Na Fase IV já é definitivo o predomínio do comércio directo e mesmo a participação da comunidade portuguesa estabelecida na Venezuela.

Salientamos o apoio das decisões políticas para o total de projetos. Na primeira Fase apoiaram 49 dos 72 projetos e na segunda Fase foram 25 das 43. Não obstante, o apoio do comércio indirecto predomina nas realizações práticas destas 2 fases. Com a chegada da imigração oficial a Venezuela começa o aumento do número de projetos e aplicações, apoiada por decisões políticas (37 das 44 na Fase III e 39 das 63 na Fase IV).

Anexo 6

Gráfico a partir do total de projetos



Total		223
Comércio		111
Migração		77
Finanças		35

A partir do total de projetos, observamos que enquanto o total de projetos aumenta na passagem da Fase III para a Fase IV, os fluxos comercial e o migratório começam a aumentar desde a Fase II. O Fluxo financeiro só aumenta quando é oficial a imigração de portugueses e, com maior dinamismo, uma vez que a comunidade portuguesa se encontra estabelecida na Venezuela.

Fontes

1.- Comparação com outras abordagens

A realização do projeto compreende certamente un *état de l'art* sobre as relações comerciais entre os dois países sob uma perspectiva histórica. Na revisão observamos com interesse que o entusiasmo diplomático atual é pouco correspondido pelo número de estudos realizados sobre este tema. Verificou-se na historiografia a falta de obras académicas específicas feitas fora do âmbito do fenómeno estrutural que representa a emigração para a historiografia Portuguesa e além dos artigos sobre o notável papel do emigrante Português na economia da Venezuela, principalmente no comércio a retalho, embora estes dois aspetos não possam ser excluídos do contexto.

A.- Bibliografia da emigração portuguesa para a Venezuela

Na bibliografia consultada, o estudo das iniciativas comerciais, dos setores de atividade económica e do investimento financeiro fazem parte das várias obras sobre comunidades emigrantes cuja abordagem deriva, de maneira notável, da demografia histórica e da história económica dos países envolvidos; não obstante, num grande número destas obras a análise do comércio e da sua importância tem ficado relegada a episódios circunstanciais ou então englobada nos quadros e gráficos estatísticos sobre a migração em geral e seus resultados, como veremos um pouco mais adiante. Assim sendo, uma investigação dedicada ao objeto do estudo proposto favorece uma visão diacrónica, portanto mais ampla, que supere a perspectiva geral da migração.

Existem diferenças na abordagem dos **estudos históricos** sobre a presença de Portugal na Venezuela mas, em cada um, o comércio representa um aspeto colateral. Nos **trabalhos venezuelanos**, predomina a perspectiva da história social e demográfica. Desde que Miguel Acosta Saignes propôs o tema pela primeira vez em 1959, o livro *Historia de los portugueses en Venezuela* tem sido reconhecido, de forma reiterada, como a obra fundamental e pioneira no estudo social deste vasto setor de imigrantes na Venezuela. O livro de Acosta Saignes foi motivo de um reconhecimento em 1993, quando o Instituto Português de Cultura, de Caracas, e o Centro Português de Caracas, decidiram promover uma nova edição.

Após Acosta Saignes, dois outros autores tornaram-se referências frequentes, a saber: Simón Planas Suárez e Eduardo Machado Rivero, por trabalhar o vínculo Portugal - Venezuela com uma visão binacional. O primeiro é autor de um livro baseado numa ardua investigação documental no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e publicado

em 1918. Esta obra escrita a partir de uma perspetiva político-diplomática foi objeto de uma nova publicação, revista e ampliada, em 1961. Machado Rivero, por sua vez, também procura fontes em Portugal para expor a estirpe e a presença de nomes portugueses em solo venezuelano, nomes que atravessam o período de independência para diluírem-se na história republicana da Venezuela¹⁶⁶³.

A revisão das fontes indica que ainda hoje estas obras continuam a ser os únicos estudos especializados sobre o assunto, especialmente para o período colonial (séculos XVI a XVIII) e republicano (1821 – 1960), e só foram complementados por dois trabalhos de António de Abreu Xavier a propósito da migração portuguesa contemporânea: o primeiro, a tese *La presencia portuguesa en Venezuela (Persistencia y cambio de una comunidad inmigrante, 1900-1975)*, aprofunda os aspetos sociais da comunidade sendo nela o aspeto económico um complemento da análise e limitado às atividades comerciais dentro da Venezuela; e, o segundo trabalho, uma versão muito resumida desta tese, foi publicado com o título *Con Portugal en la maleta. «Historias de vida» de los portugueses en Venezuela. Siglo XX*¹⁶⁶⁴.

Os **estudos gerais** sobre a imigração na Venezuela também contemplam a análise dos portugueses como comunidade integrante de um processo maior. Muitos trabalhos deste grupo insistem no aspeto demográfico e entre estes podem ser nomeados as investigações de Susan Berglund e Humberto Hernández Calimán; Mauro Bafile; Chi-Yi Chen; Gustavo D'Ascoli; Marcos F. Escobar; José Eliseo López; Adella Pellegrino; Michel Picouet; Nicolás Perazzo; Isbelia Sequera; Ramón A. Tovar; e Ermila Troconis de Veracochea, etc¹⁶⁶⁵.

¹⁶⁶³ Saignes, Miguel Acosta (1959), *Historia de los portugueses en Venezuela*. Caracas, Dir. de Cultura-UCV; Rivero, Eduardo Machado (1966), *Portugal y Venezuela*. Caracas, Italgráfica; Suárez, Simón Planas (1918), *Notas históricas y diplomáticas: Portugal y la independencia americana*. Lisboa, Centro Tipográfico Colonial; ___ (1961), *Notas históricas y diplomáticas: el reconocimiento de la independencia hispanoamericana y el proyecto de confederación de la independencia de las naciones del estadista portugués Silvestre Pinheiro Ferreira*. Buenos Aires, Imprenta López.

¹⁶⁶⁴ Xavier, Antonio de Abreu (2006), *La presencia portuguesa en Venezuela (Persistencia y cambio de una comunidad inmigrante, 1900-1975)*. Caracas, Tese de Doutoramento, UCV; ___ (2007), *Con Portugal en la maleta. «Historias de vida» de los portugueses en Venezuela. Siglo XX*. Caracas, Alfa.

¹⁶⁶⁵ Berglund, Susan (2004), «La Población extranjera en Venezuela de Castro a Chavez» in: *Las inmigraciones a Venezuela en el siglo XX. Aportes para su estudio*. Caracas, Fund. Francisco Herrera Luque, pp.35-50; Berglund, Susan e Humberto Hernández Calimán (1985), *Los de afuera. Un estudio analítico del proceso migratorio en Venezuela, 1936-1985*. Caracas, CEPAM; Bafile, Mauro (1990), *Los hijos de los inmigrantes y el modelo económico venezolano*. Caracas, ANCE; Chen, Chi-Yi (1968), *Movimientos migratorios en Venezuela*. Caracas, UCAB; D'Ascoli, Gustavo (1958), *La inmigración en Venezuela*. Caracas, Tipografía Vargas; Escobar, Marcos F. (1954), *Población extranjera en Venezuela*. Caracas, IASI; López, José Eliseo (1968), *La expansión demográfica de Venezuela*. Mérida, ULA; Pellegrino, Adella (1989), *Historia de la inmigración en Venezuela. Siglos XIX y XX*. Caracas, ANCE; Picouet, Michel e Chi-Yi Chen

A maioria destes trabalhos está baseada em documentação oficial venezuelana e tem sido suportada por diversas instituições, fundações e universidades como: a Organização de Estados Americanos, Organização Internacional para as Migrações, Universidade Central da Venezuela, Universidade Católica Andrés Bello, Academia Nacional de la Historia, Fundação John Boulton, Biblioteca Nacional; o Centro de Estudos de Pastoral e da Assistência Migratória, o *Committe for international Cooperation in National Research in Demography*, o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, o Arquivo General de la Nación ou o Ministério de Relaciones Exteriores.

Entre os trabalhos de **sociologia**, os mais recentes e de maior importância para o projeto são os estudos de Samuel Hurtado, nomeadamente “La Época de la emigración y el aprendizaje social venezolano”, artigo publicado em 2005 na compilação *Las inmigraciones a Venezuela en el siglo XX*, onde os comerciantes portugueses são considerados um exemplo do investidor gerador de trabalho e riqueza¹⁶⁶⁶. Outras disciplinas também oferecem uma abordagem ao tema a partir de uma perspectiva do Direito que se aplica, logicamente, a todos os imigrantes¹⁶⁶⁷.

Os estudos de História económica são dedicados a apresentar as flutuações da balança comercial e financeira, com detalhes dos itens listados em tabelas e gráficos de exportação e importação de bens e serviços, as famílias, empresas e grupos económicos, marcas nacionais e produtos de consumo massivo, etc.¹⁶⁶⁸. Alguns destes estudos são

(1980), «Migración internacional en Venezuela», in: *Migraciones internacionales de las Américas*. Caracas, CEPAM, pp. 41-62; Perazzo, Nicolás (1982), *Historia de la inmigración en Venezuela*. Caracas, Edic. del Congreso de la República; Sequera TaMaio, Isbelia e Rafael J. Crazut (Coord.) (1992), *La Inmigración en Venezuela*. Caracas, ANCE, Serie Cuadernos N° 33; Tovar, Ramón A. (1968), *La población de Venezuela*. Caracas, Inst. de Invest. de FaCES-UCV; Veracoechea, Ermila Troconis de (1986), *El proceso de la inmigración en Venezuela*. Caracas, ANH.

¹⁶⁶⁶ Salazar, Samuel Hurtado (2005), «La Época de la emigración y el aprendizaje social venezolano» in: *Las inmigraciones a Venezuela en el siglo XX*. Caracas, Fund. Francisco Herrera Luque, pp.236-237; Mille, Nicolás (1965), *20 años de 'Musius'*. Caracas, Editorial Sucre; Montero, Maritza (1992), «Identidad nacional en venezolanos hijos de inmigrantes portugueses. Un estudio de imagen en espejo» in: *Boletín de la AVEPSO*. Caracas, UCV, N° 1-3, pp.39-50.

¹⁶⁶⁷ Area, Leandro, Álvaro Guanche e Juan C. Sainz (2001), *Las migraciones internacionales en la legislación venezolana. Cronología y Documentación (1830-2000)*. Caracas, IAEDPG-MRE-OIM; Chen, Chi-Yi, Michel Picouet e José Urquijo (1983), «Los movimientos migratorios internacionales en Venezuela: políticas y realidades», in: *Migraciones latinas y formación de la Nación Latinoamericana*. Caracas, USB-IAEAL, pp.33-70; Planas Suárez, Simón (1917), *Los Extranjeros en Venezuela. Su condición ante el derecho público y privado de la República*. Lisboa, Centro Tipográfico Colonial.

¹⁶⁶⁸ Aguilera, Jesús Antonio (1980), *La Población de Venezuela. Dinámica histórica, socioeconómica y geográfica*. Caracas, FaCES-UCV; Buitron, Aníbal (1956), *Las inmigraciones en Venezuela: sus efectos económicos y sociales*. Washington D.C., Pan American Union, Section of Labor, Migration and Social Security; Chen, Chi-Yi (2004), «Impacto socio económico de la inmigración», in: *Las inmigraciones a Venezuela en el siglo XX*. Caracas, Fund. Francisco Herrera Luque, pp.271-273; Sassen-Koob, Saskia (1983), «Crecimiento económico e inmigración en Venezuela», in: *Migraciones internacionales en Las Américas*.

esquemas prestados a inferir a importância da reexportação efetuada ao redor das Caraíbas e a origem nacional dos produtos encoberta baixo uma categorização geral, tal pode se imaginar o leitor acontece com os vinhos na obra *El capital comercial en La Guaira y Caracas: (1821-1848)*, de Catalina Banko.

Considerando a plataforma da **história económica** pode ser citada a monumental obra de Maria Elena Gonzalez Deluca, *Los comerciantes de Caracas*, onde os portugueses apenas são citados. Entre uma obra e outra há um salto no tempo que é, inclusive colmado com a compilação de Alfredo Boulton, que ajudou a construir a ideia da ausência de comerciantes portugueses em Venezuela entre começos do século XIX e as primeiras ondas de imigração no século XX. De mesma historiadora González Deluca é pertinente resaltar a obra *Negocios y política en tiempos de Guzmán Blanco*, pela abordagem a partir da política (*nivel institucional*) e dos negócios (*nivel transaccional*) ao personalismo venezuelano e a contatos com os investidores estrangeiros, entre eles alguns de origem judaica-portuguesa¹⁶⁶⁹.

Os estudos de história económica também orientam sobre as oscilações da relação comercial na perspectiva da própria economia deixando de fora grande parte do contexto e do espaço da negociação que é uma das razões deste trabalho. No entanto, foi necessário rever os anuários dos respectivos institutos nacionais de estatística, os boletins especializados e as publicações de agências governamentais para analisar os dados económicos relevantes. No caso de Portugal, três dessas organizações foram já mencionadas nesta introdução e, em relação à Venezuela tem sido útil a leitura dos relatórios del Ministerio de Relaciones Exteriores e del Ministerio de Fomento.

Na **perspetiva portuguesa**, os estudos estão mais orientados para a **história da emigração** dado o carácter estrutural da mesma, o seu peso nas receitas financeiras do Estado e a sua importância social. Esta historiografia descreve o quadro legislativo que regula as partidas, examina o seu impacto sobre a economia portuguesa, a origem regional e o destino final, assim como também os meandros dos projetos de vida, o volume das comunidades dispersas pelo mundo, etc., tocando, sempre que necessário a política

Caracas, CEPAM, pp.78-83; Seguí González, Luis (1969), *La inmigración y su contribución al desarrollo*. Caracas, Monteávil. Lucas, Gerardo (1998), *La industrialización pionera en Venezuela: 1820-1936*. Caracas, UCAB; Banko, C. (2006), *Política, Crédito e Institutos financieros en Venezuela, 1830-1940*. Caracas, ANH.

¹⁶⁶⁹ Banko, Catalina (1990), *El capital comercial en La Guaira y Caracas: (1821-1848)*. Caracas, ANH, *Fuentes para la historia republicana de Venezuela*, Vol 47; Deluca, María Elena González (1994), *Los comerciantes de Caracas*. Caracas, CCC; Boulton, Alfredo (Ed.) (1976), *Política y economía en Venezuela (1810-1976)*. Caracas, Fund. John Boulton; Deluca, María Elena González (2001), *Negocios y política en tiempos de Guzmán Blanco*. Caracas, Fondo Editorial Humanidades-UCV.

diplomática instrumentada para cuidar dos emigrantes e dos seus interesses. É importante destacar a grande quantidade de documentação gerada pelos serviços e juntas de emigração ou pelos municípios e direções distritais encarregadas da gestão da partida de portugueses, designadamente, nos anos iniciais do Estado Novo, com destino ao Ultramar ou aos países terceiros, entre eles a Venezuela. Ao longo destes 160 anos, algumas instituições oficiais têm-se dedicado a divulgar informação sobre o fenómeno estrutural da emigração, como é o caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Sociedade de Geografia de Lisboa ou da Junta da Emigração. Esta última publicou informação referente às possibilidades comerciais na Venezuela e que podiam ser aproveitadas pelos emigrantes¹⁶⁷⁰.

Outros trabalhos referem, ainda que brevemente, a relação comercial entre os dois países partindo da experiência profissional ou do interesse pessoal dentro de um **quadro temático social** mais abrangente. O livro de viagens do antigo embaixador Joaquim Maria Travassos Valdez é exemplo, com carácter único, do primeiro tipo de obras: empírica e propícia para o estudo da representação da Venezuela como país e como parceiro comercial; a esta obra junta-se a compilação, de textos históricos e experiências pessoais, de José Fernando Moreira da Cunha, cônsul de Portugal em Caracas entre 1994-1998¹⁶⁷¹. Entretanto, outros autores oferecem exemplos de trabalhos académicos: Joaquim Torres Costa, Maria de la Asunción da Silva Faria Costa, e outros¹⁶⁷².

¹⁶⁷⁰ Cf.: MNE (1873), *Documentos sobre a emigração portuguesa*. Lisboa, MNE; Sociedade de Geografia de Lisboa (1915), *Colónias portuguesas em países estrangeiros*. Lisboa, Tip. Universal; Junta da Emigração de Lisboa (1954), *Nós, os emigrantes...: no centenário do Ministério do Interior*. Lisboa, JE; ___(1958), *Instruções para uso dos emigrantes que se dirigem a Venezuela*. Lisboa, JE. Cassola Ribeiro, Francisco G. (1983), «La emigración portuguesa para países de América Latina», in: *Migraciones latinas y formación de la nación latinoamericana*. Caracas, USB-Instituto de Altos Estudios de América Latina, pp.521-533; ___ (1986), *Emigração portuguesa. Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas; Serrão, Joel (1982), *A emigração portuguesa*. Lisboa, Horizonte.

¹⁶⁷¹ Travassos Valdez, Joaquim Maria (1924), *Por Venezuela e Guatemala*. Lisboa, Tip. Dores & Santos; Moreira da Cunha, José Fernando (1998), *Viagem à Venezuela*. Caracas, Estrada, Del Pino & Asociados.

¹⁶⁷² Torres Costa, Joaquim (1997), *Percurso com regresso(s): estratégias e trajetórias sociais num percurso local da emigração para Venezuela*. Porto, Tese de mestrado Relações Interculturais, Univ. Aberta; Silva Faria Costa, Maria de la Assuncion da (2002), *A comunidade portuguesa na Venezuela: integração e retorno ao país de origem*. Porto, Tese de mestrado Relações Interculturais, Univ. Aberta; Santos Freixinho, José dos (1995), *Relações internacionais entre Portugal e Venezuela: período colonial (séculos XVI a XVIII) e pós-colonial (1850-1910)*. Porto, Tese de mestrado História Ibero-Americana, Univ. Portucalense; Nascimento, Joselin da Silva do (2009), *Emigração madeirense para a Venezuela (1940 - 1974)*. Tese de Mestrado em Estudos Interculturais - Estudos Luso-Brasileiros, Univ. da Madeira; Martins Ribeiro, Jorge Manuel (1997), *Comércio e Diplomacia nas relações Luso-Americanas (1776-1822)*. Porto, Tese de Doutoramento em História Moderna e contemporânea, Univ. do Porto, 2 Vols; Gomes Samuel, António Manuel (2002), *As relações económicas externas portuguesas: uma abordagem através da diplomacia bilateral*. Lisboa, Tese de mestrado em Economia internacional, Univ. Técnica de Lisboa. No mesmo âmbito académico, inscreve-se Nancy Gomes, doutoranda na Univ. Nova de Lisboa, autora do artigo: «Os portugueses na Venezuela», in: *Relações Internacionais*. Lisboa, Dezembro 2009, Nº 24, pp.83-92.

Dentro das balizas temporais deste trabalho, o número de fontes sobre a imigração venezuelana em Portugal que podem ilustrar algum paralelo com a imigração portuguesa na Venezuela ou a promoção da migração, é quase nulo e restricto às revistas e publicações, de temática geral, das embaixadas e consulados de Venezuela. Existem várias razões para isso. Até 1960, e como foi indicado, o número de cidadãos venezuelanos e luso-venezuelanos entrados em Portugal foi baixo. O pequeno grupo era composto por pessoas ligadas, direta ou indiretamente, às representações diplomáticas e consulares; por alguns emigrantes retornados e por luso-venezuelanos que passaram invisíveis nas estatísticas por terem passaporte Português. De nenhum deles foi encontrado registro de atividade comercial significativa, insistimos, dentro das balizas temporais deste trabalho, o que não implica sua inexistência.

B.- Bibliografía das relações comerciais e diplomáticas binacionais

Sob esta denominação específica e dentro do quadro temporal do trabalho, ressaltam as obras de três autores. Uma perspectiva mais político-diplomática é apresentada pelos escritos, já mencionados: *Los extranjeros en Venezuela. Su condición ante el derecho público y privado de la república* (1917) e a obra já referida *Notas históricas y diplomáticas: el reconocimiento de la independencia hispanoamericana y el Proyecto de confederación de la independencia de las naciones del estadista portugués Silvestre Pinheiro Ferreira* (1918), de Simon Planas Suarez, que foi o primeiro venezuelano a ser nomeado Ministro Plenipotenciário da Venezuela em Portugal, cujo acervo documental ainda está por ser explorado pelos historiadores; e algumas monografias depositadas na Biblioteca e Arquivo Central do Ministério de Relaciones Exteriores em Caracas.

Neste mesmo âmbito, mas mais contemporâneos surgem trabalhos significativos. Em primeiro lugar, é de mencionar a tese de mestrado em História Ibero-Americana (Universidade Portucalense, 1995) de José dos Santos Freixinho: *Relações internacionais entre Portugal e Venezuela: período colonial (Séculos XVI a XVIII) e pós-colonial (1850-1910)*. Este estudo aborda alguns aspetos do comércio exterior, mencionado sob a perspectiva das relações diplomáticas bilaterais, mas não deixa de ser uma obra de referência em particular por ter sido a única encontrada em Portugal que encara a longa duração na sua análise. Em segundo lugar, encontra-se a «Serie documental de las relaciones diplomáticas entre Venezuela y Portugal, 1910-2005», trabalho de compilação e análise realizado por Yepsaly Hernández, historiadora membro do Departamento de Investigación Histórica do Arquivo Histórico Central del Ministério de Relaciones Exteriores de Venezuela (AHCMRE). Esta «Série», publicada no *Libro Amarillo* do AHCMRE,

ultrapassa as fronteiras binacionais pelo seu importante e vasto conteúdo temático, pela cuidada compilação e pela análise histórica que a antecede. Mais recente ainda é a tese de mestrado, em Ciência Política e Relações Internacionais, de Fernando Daniel Milhazes de Freitas denominada «Venezuela, entre multilateralismo e bilateralismo: as suas relações com Portugal» (Universidade Fernando Pessoa, 2009), que interpreta a recente aproximação entre Venezuela e a República Portuguesa.

2.- Tratamento de fontes e circunstâncias de pesquisa

A documentação arquivística e bibliográfica (monográfica e periódicos) consultada contém uma riqueza informativa díspar e ainda pouco explorada sobre as relações entre Portugal e a Venezuela. O estudo realizado sobre estas fontes não foi, nem podia ser, exaustivo. A riqueza das informações permite outras abordagens que podem contribuir, sem dúvida, para um melhor conhecimento dos vínculos comerciais do passado e um aproveitamento adequado nas políticas económicas atuais. Uma grande parte dos fundos existentes nos arquivos diplomáticos das respetivas chancelarias permanece ainda indisponível ao público não sendo, portanto, suscetível de ser consultada pelos historiadores, o que não se compagina com a falta de obras académicas atuais e a necessidade de estudar esta documentação.

A informação obtida com a análise das fontes históricas consultadas dá para perceber a posição que ao longo do tempo cada país e os seus comerciantes têm assumido nas negociações binacionais e no intercâmbio de bens e serviços. O processamento desta informação justificou o nosso interesse em pesquisar esta documentação pouco trabalhada e permitiu-nos, ao mesmo tempo, a oportunidade de continuar com a nossa linha de trabalho sobre os olhares cruzados entre americanos e europeus. Esta forte motivação foi um apoio moral para superar uma série de obstáculos expostos nesta introdução deixando algumas notas sobre algumas instituições de maior relevância para a pesquisa.

.- Arquivo (Histórico) Central do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores, (ACMPPRE), Caracas, Venezuela. A visita a Caracas, realizada entre o 21 de Maio e 7 de Junho de 2011, foi realizada após um prévio contato com a Direcção dos Serviços de Arquivos e Bibliotecas e o Departamento de Investigação Histórica desse Ministério. O AHCMRE provou ser uma instituição rica e ordenada no que diz respeito aos materiais para a investigação das relações da Venezuela com Portugal. De facto, é de realçar a existência da catalogação e inventário de todos os documentos relacionados apenas com Portugal, desde a nomeação do primeiro cônsul em território

venezuelano e, além disso, as referências a outros materiais com data anterior a este evento. Esta catalogação ajudou a concentrar a pesquisa nos documentos de anos anteriores pertencentes à série “Arquivo Antigo”.

O inconveniente que consideramos mais importante para o desenvolvimento da pesquisa foi, no entanto, encontrado em Caracas. Na verdade, não foi possível consultar o fundo documental correspondente à Direção de Comércio do dito arquivo, devido a que todo o material deste fundo foi trasladado para fora da sede do mesmo, depositado num local afastado na cidade e protegido de qualquer consulta possível, segundo as informações recolhidas após várias tentativas junto dos funcionários encarregados da sala de referências e de uma exposição verbal feita aos membros da Direção dos Serviços.

A falta de consulta deste fundo impossibilitou o acesso à informação contida na correspondência e relatórios dos diplomatas venezuelanos em Portugal e assim dificultou, de passagem, a leitura das suas propostas, dos seus projetos, e a análise comparativa de processos desenvolvidos na relação comercial entre ambos os países. A consequência óbvia foi dar maior atenção à análise dos registos portugueses, criando assim um desequilíbrio na pesquisa das fontes diplomáticas de arquivo. A ação paliativa foi a de consultar, tanto quanto possível, os documentos diplomáticos de outros países envolvidos em alguns eventos, bem como a hemerografia disponível *online*, com a esperança de que essa triangulação ajudasse a esclarecer alguns pontos. Simultaneamente, deveriam ser consultados também os sub-fundos de documentos de Curaçao, Trinidad, de algumas outras ilhas do Mar das Caraíbas e dos Estados Unidos, especificamente os processos relacionados com a migração de portugueses e suas atividades comerciais nas Caraíbas.

.- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Sabendo que as evidências históricas das limitações impostas ao livre comércio de países terceiros com as colónias espanholas e depois com as repúblicas hispano-americanas, durante a primeira metade do século XIX, a pesquisa concentrou-se na procura das fontes alternativas para conhecer os procedimentos utilizados por ambas as partes - Venezuela e Portugal - para estabelecer o precedente que facilitou o início da cooperação e o estabelecimento de relações diplomáticas a favor de uma posterior assinatura de acordos e tratados de amizade, comércio e navegação.

Assim, a partir da palavra-chave "Venezuela" no catálogo do ANTT, a investigação centrou-se, de maneira consequente, na documentação do Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, principalmente entre as balizas temporais 1795 - 1860, que são os anos extremos, que incluem aqueles sub-fundos, e séries associados ao tópico da

investigação. No entanto, foram detetados imediatamente sinais de dificuldades. O primeiro foi a ausência de uma representação diplomática ou de uma instância portuguesa nomeada especificamente para acompanhar tanto o trato com as colónias espanholas e os eventos que nelas aconteciam, como o destino das jovens repúblicas americanas.

Segundo, a falta de nomeação de uma representação portuguesa responsável pelo seguimento do caso venezuelano deriva na dispersão das informações relativas à história da Venezuela e ao tema do trabalho. Esta dispersão levou-nos a elaborar uma lista de unidades descritivas do catálogo do ANTT com os Fundos, Sub-fundos, Séries, Legações e Consulados de Portugal a serem consultados, tais foram: a) a série "Consulado na Alemanha"; b) as séries correspondentes ao "Brasil" durante a residência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro até a independência; c) a série de "Espanha", nomeadamente pela presença de consulados em Cádiz, Barcelona, Madrid, Vigo e nas Canarias; d) Estados Unidos; e) França; e) Grã-Bretanha; f) Dinamarca, Países Baixos e Suécia, pelas possessões no Mar das Caraíbas: S. Marteen, S. Bartolomeu, S. Eustachio, Curaçao, etc.

Em todos estes países há legações e consulados portugueses sendo cerca de 24 representações o número de interesse para a pesquisa. Isso significou combater a dispersão da informação sobre a Venezuela mediante um trabalho árduo de seleção dos relatórios consulares, correspondência, etc., feito dentro do tempo de pesquisa que fora atribuído ao ANTT no programa de trabalho. Convém ressaltar, entretanto, que o volume dos sub-fundos do MNE, acima assinalados, motivou pesquisas esporádicas posteriores feitas noutros fundos, mas de onde foi apenas transcrita uma parte ínfima da documentação que precisa, portanto, em futuras oportunidades, de ser revista para ampliar as perspectivas e aprofundar na análise; tais fundos foram: Arquivo *O Século*; Arquivo Salazar; Ministério da Fazenda; Ministério das Obras Públicas; Ministério do Reino; Real Junta do Comércio; Registo Geral de Mercês; Secretariado Nacional de Informação. A consulta destes fundos tem servido para verificar as potencialidades da informação histórica contida nesta documentação.

.- Biblioteca e Arquivo da Associação Industrial Portuguesa, Lisboa. Nesta instituição foram consultadas apenas algumas caixas da secção "Correspondência externa" e para anos muito específicos. Esta pesquisa procurou a confirmação de dados precisos retirados da correspondência entre a Associação e os representantes diplomáticos venezuelanos em Portugal, ministros plenipotenciários, secretários e organizações de promoção comercial na Venezuela. Estes dados são referidos indiretamente nos papéis venezuelanos. Deve-se destacar que a revisão do catálogo levou a

pesquisa até uma documentação interessante sobre a emigração portuguesa mas que não se enquadra dentro da temática desta tese. A pesquisa esperava encontrar indicações claras dos planos e intenções da AIP para garantir um apoio estratégico para as empresas associadas, de uma parte, nos seus vínculos diretos com a Venezuela e, de outra, pela presença de empresários nas delegações oficiais adjuntas às visitas oficiais de magistrados portugueses à Venezuela.

.- Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores. Esta instituição tem sido uma das maiores surpresas para a pesquisa, dada a falta de um catálogo do arquivo, mesmo em papel ou fichas, e da existência de um inventário parcial colocado num banco de dados, não acessível aos investigadores mas apenas aos funcionários. Além disso, a documentação sobre a Venezuela está também completamente dispersa, dispersão que exigiu uma larga parcela do tempo previsto para a pesquisa nesta instituição. A organização desta documentação foi dificultada pela falta de importância da emigração açoriana para as costas venezuelanas vista a baixa taxa que apresenta. Convinha, ainda assim, verificar a importância das relações que ao longo do período em análise se tinham estabelecido com a Venezuela dadas as referências das rotas oceânicas, a presença de agentes comerciais e consulares venezuelanos assim como o grande entusiasmo dos empresários açorianos neste comércio, muitos deles agentes de empresas internacionais e promotores de indústrias além-mar.

.- Biblioteca Nacional de Portugal. O encerramento temporário dos serviços de leitura da BNP (15-Novembro-2010/31-Agosto-2011) obrigou a organizar um périplo de pesquisa por bibliotecas municipais e universitárias para ter uma abordagem à literatura de referência antes de passar para outra mais especializada e atender as abordagens teóricas e metodológicas de trabalhos já escritos sobre o mesmo assunto. Neste sentido, foi útil o estado dos estudos feito inicialmente, a partir de procuras *online*, para a apresentação do projeto e a orientação consequente nas fontes arquivísticas.

No entanto, o catálogo de consulta BNP levou-nos a um recurso valioso: os dois tomos da *Guia de Fontes Portuguesas para a História da América Latina*, publicada pelo Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo. Este catálogo, embora muito geral, deu pistas para entrar na emaranhada disseminação da documentação sobre a Venezuela. A dispersão da documentação é muito pronunciada nos arquivos portugueses em termos comparativos com o AHCMRE. Dado o tempo que levou superar essa dispersão, não foi possível consultar outros arquivos de interesse dentro do tempo previsto no programa de

trabalho para a investigação- dois anos dos três de bolsa-, em consequência, sentimos como próprio o compromisso de complementar o estudo atual num futuro próximo.

.- Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Sem dúvida, o AHDMNE foi o arquivo mais minucioso e rigorosamente consultado. Esta minuciosidade e este rigor sempre foram destinados a destacar a importância da documentação emitida pelos serviços diplomáticos portugueses. Esta tornou-se ainda mais relevante, uma vez que não foi possível consultar os fundos da Dirección de Comércio Externo do AHCMRE-Venezuela. Apesar de não nos conseguirmos habituar, não fomos surpreendidos pela dispersão da documentação sobre a Venezuela, mas não deixamos de o ser pelo facto de que muitos dos maços e pastas ainda permanecerem sem serem desclassificados pela Comissão respetiva. Os maços, pastas e processos que foram desclassificados para a investigação não foram contados, mas aventuramos a dizer que foi a grande maioria. Em antecipação de um dispêndio excessivo de tempo, foi necessário, em seguida, acoplar e alternar os períodos de pesquisa com base na disponibilidade dos materiais. O trabalho cuidadoso e contínuo que teve a Comissão de desclassificação com o material solicitado levou-nos a concluir que o objeto do nosso estudo centrado nas relações comerciais entre Portugal e a Venezuela não tinha sido realizado além da marca temporária da segunda década do século XX, exceto para os assuntos "emigração" e "política e protocolo", principalmente.

Documentação de Arquivo. Portugal.

Arquivo Associação Comercial de Lisboa - Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (AACL-CCIP). Capilhas: Câmaras Portuguesas de Comércio no Estrangeiro, Casas de Portugal, Correspondência com o Consulado da Venezuela em Lisboa, Feiras e certames internacionais.

Arquivo da Assembleia da República Portuguesa (AARP), *Debates Parlamentares*, Monarquia Constitucional. Corte Constituinte de 1821, Legislatura 1, Sessão 1, Nº 122, 09-07-1821; Nº 170, 06-09-1821; Nº 174, 12-09-1821; Nº 181, 21-09-1821; Nº 184, 25-09-1821; Nº 191, 4-10-1821; Nº 195, 09-10-1821; Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Leg.1, Ses.1, Nº 22, 29-01-1823; Nº 25, 05-02-1827; Nº 26; 06-02-1827; Leg. 7; Ses. 4; Nº 45S; 26-02-1851; 1ª. República, Câmara dos Deputados, 1911 - 1926; Leg.1, Ses.1, Acta Nº 108, 23-05-1913; Nº 112, 28-05-1913; Leg. 2, Ses. 2, Nº 55, 16-04-1917; Diário das sessões. Assembleia Nacional. Leg.5, Ses., Nº 114, 15-12-1951.

Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE). Fundos: Actos internacionais subscritos por Portugal, Serviços centrais, Colecção de Relatórios e Monografias. Base de dados.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Reino.

Arquivo Regional da Madeira (ARM). Livros de registos de passaportes, 1872-1920. Online.

Arquivo Regional de Ponta Delgada, São Miguel (ARPD). Secretaria do Governo Civil.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (ANTT). Fundos: Colecção de tratados, MNE, Arquivo Salazar.

Documentação de Arquivo. Venezuela.

Archivo General de la Nación, Venezuela (AGN). Fondos: Real Consulado, Real Hacienda.

Archivo Histórico del Ministerio de Poder Popular para Relaciones Exteriores (AHMPPRE). Fondos: Archivo Antiguo (AA), Dirección General (DG), Dirección de Consulados (DC - DCC), Dirección de Política Internacional (DPI), Dirección de Protocolo (DP),

Documentação de Arquivo. Outros.

National Archives and Records Administration. Washington, Estados Unidos

The National Archives, Kew, Grã-Bretanha.

The National Archives of Trinidad & Tobago.

Publicações Oficiais. Portugal.

Memória dos Trabalhos da Comissão para o melhoramento do Comércio nesta Cidade de Lisboa, criada por determinação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, de 28 de Agosto de 1821. Lisboa, Typographia Rollandiana,

Gabinete de Estratégia e Estudos (2010), *BMEP. Boletim Mensal de Economia Portuguesa*. Lisboa, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento y Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - Ministério das Finanças e da Administração Pública, Nº 2, Fevereiro 2010; Nº 3, Março 2010.

OCDE. *Portugal Relatório 1970.*

OCDE. *Thematic Review of Tertiary Education. Country Background Report: Portugal.* Setembro 2006.

Portugal (1870), *Coleção Oficial da legislação Portuguesa. 1869.* Lisboa, Imprensa Nacional.

Portugal (1947). *Diário da República.* Série I, Nº 93/47, 24-04-1947

Portugal (1957), *Acordo sobre transportes aéreos entre os governos de Portugal e da Venezuela.* Lisboa, Imprensa Nacional.

Publicações Oficiais. Venezuela.

Ministerio de Fomento (1875), *Memoria. Año 1874.* Caracas, Imprenta de La Opinión Nacional.

Ministerio de Fomento (1913), *Memoria. [Año 1912], presentada al Congreso de los Estados Unidos de Venezuela.* Caracas, Min. de Fomento.

Ministerio de Fomento (1914), *Memoria. [Año 1913] presentada al Congreso de los Estados Unidos de Venezuela.* Caracas, Min. de Fomento

Ministerio de Fomento (1937). *Recopilación de leyes y reglamentos de marcas de fábrica, patentes de inversión y tratados internacionales sobre la materia.* Caracas, Editorial Bolívar.

Ministerio de Hacienda (1882), *Memoria y cuenta presentada al Congreso Nacional.* Caracas, M. H.

Ministerio de Hacienda (1937), *Revista de Hacienda.* Caracas, el Ministerio, Año 1, Vol. 3, Nº 5-6.

Ministerio de Hacienda (1940), *Memoria.* Caracas, Min. de Hacienda.

Ministerio de Hacienda (1940). *Datos sobre el contrabando en Venezuela.* Caracas, Editorial Bolívar.

Ministerio de Marina (1864), *Memoria presentada a la Asamblea Constituyente, 10-Dezembro-1863.* Caracas, Melquiades Soriano.

Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE) (1856), *Exposición que dirige al Congreso de Venezuela el Secretario de Relaciones Exteriores*. Caracas, Imprenta e Litografía Republicana.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1869), *Memoria a la Legislatura Nacional de 1869*. Caracas, MRE.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1886), *Libro Amarillo. 1885*. Caracas, MRE.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1903), *Exposición que dirige al Congreso Nacional en sus sesiones constitucionales de 1903 el ciudadano Ministro de Relaciones Exteriores*. Caracas, MRE.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1914), *Boletín*. Año IV, N° 12, Junio-1914. Caracas, Emp. El Cojo.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1924), *El Libro amarillo. 1923*. Caracas, MRE

Ministerio de Relaciones Exteriores (1928), *Memoria*. 1927. Caracas, MRE.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1945), *Libro amarillo*. 1944. Caracas, MRE.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1952), *Doctrinas de la Cancillería venezolana: Digesto*. Las Américas Publishing C°, Vol. I

Ministerio de Relaciones Exteriores (1955), *Anales diplomáticos. Relaciones Rusia - Alemania*. Caracas, Ávila Gráfica.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1959), *Memoria. 1958*. Caracas, MRE.

Ministerio de Relaciones Exteriores (1961), *Anales diplomáticos de Venezuela*. Caracas, Tip. Vargas, Vol. IV.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (1873), *Documentos sobre a emigração portuguesa*. Lisboa, MNE.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (1932), *Mercados Externos. Inquérito Consular sobre os Mercados Estrangeiros*. MNE- Direcção geral dos Negócios Comerciais, 2ª Repartição. Lisboa, Imprensa Nacional.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático e Consular Português (ADCP)*. Lisboa, MNE, edições 1885-1960.

Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1852), *Regulamento Consular Português (Mandado executar por Decreto de 26 de Novembro de 1851)*. Lisboa, Imprensa Nacional.

Venezuela (1884), *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Caracas, Imprenta La Opinión nacional, Vol. VII.

Venezuela (1901), *Recopilación de leyes y decretos de Venezuela*. Caracas, Gobierno Nacional-Imprenta Bolívar, Tomo XXI.

Venezuela, Secretaría del Interior y Justicia, *Exposición que dirige al Congreso de Venezuela en 1856*. Caracas, Imprenta y Litografía Republicana de Frederico Madriz.

Fontes hemerográficas

A Região Duriense. Pêso da Régua, Ano 2, N° 90, 15-Novembro-1931.

A União Portuguesa. Demerara, Manuel Luiz Ramos d'Andrade (Ed.), Año 1, N° 7, 8-Junho-1889.

Almanach de Paris. Annuaire International diplomatique, administratif, statistique, financier, industriel et commercial. Paris, A. Franck, 1858, Première Année.

Archivo Histórico de Miraflores (AHM). *Boletín-AHM*. Caracas, AHM, N° 61-63, Julho-Dezembro-1969; N° 67, Julho-Dezembro 1970; N° 68, Janeiro-Junho 1971.

Boletim. AIP Informação. Lisboa, Nº 11, Novembro 1985; e Nº 12, Dezembro 1986.

Bulletin of Miscellaneous Information. Kew, Royal Gardens, H. M. Stationery Office, 1891.

Correio Braziliense, ou Armazém literário. Londres, Vol. 4 (Ano 1810, Nº 20, 21, 24, 25); Vol 5 (1810, Nº 24); Vol. 6 (1811, Nº 33, 37); Vol. 7 (1811, Nº 43); Vol. 9 (1812, Nº 50, 51, 54, 55), Vol. 13 (1814, Nº 74, 75, 76, 77); Vol. 14 (1815, Nº 8); Vol. 15 (1815, Nº 86, 89, 91); Vol. 18 (1817, Nº 104, 105, 107, 108, 109); Vol 20 (1818, Nº 118); Vol. 21 (1818, Nº 125); Vol. 22 (1819, Nº 128, 129, 130, 131, 132); Vol. 26 (1821, Nº 155); Vol. 29 (1822, Nº 170, 171, 175)

Correo del Orinoco. Angostura - Ciudad Bolívar. (Ano 1819, Nº 30); (1820, Nº 53, 61, 64, 85); (1821, Nº 105, 117).

Demerara Fortnightly Market Report. Demerara, Nº 26, 3-01-1890.

Diário da República. (Ano 1913, Nº 293).

Diário de Noticias. Lisboa, 17-06-1915.

Diário do Governo (1837, Novembro-30); (1909, Nº 51); (1954, Nº 302).

Ecos de Portugal, Caracas (Ano 1957, Dezembro 2, Dezembro 9); (Ano 1958, Janeiro 13; Fevereiro 17; Março 24; Abril 14, 28); (Ano 1959, Fevereiro 2; Março 2; Março 16, Maio 24; Dezembro 22)

El Comercio. Caracas (Ano 1913, Março 13)

El Universal. Caracas (Ano 1913 Abril 13); (1945, Novembro 16); (1961 Novembro 12)

Gaceta de Colombia. (1828, Nº 387)

Gaceta de Venezuela, (1847, Nº 58)

Gaceta del Gobierno, (1827, Setembro 15; Outubro 10; Outubro 13), (1828, Maio 17; Junho 11; Julho 12; Agosto 20).

Gaceta Oficial. Venezuela (Año 43, Nº 12444, 27-01-1915; Año 77, Nº 22.786, de 4-12-1948).

Gazeta de Caracas. (1810, Outubro 25)

Gazeta de Lisboa occidental. Lisboa, Officina de António Correa Lemos, (1740, Janeiro 7) (1792, Setembro 15)

Gazeta de Lisboa. (Ano 1817, Nº 167, Julho 17; Nº 193, Agosto 16), (1818, Nº 201, Agosto 26; Nº 246, Outubro 17; Nº 252, Outubro 24; Nº 254, Outubro 27), (1819, Nº 9, Janeiro 11; Nº 51, Março 1; Nº 44, Fevereiro 20; Nº 157, Julho 6; Nº 181, Agosto 3; Nº 192, Agosto 16; Nº 254, Outubro 27; Nº 283, Novembro 30; Nº 306, Dezembro 28), (1820, Nº 202, Agosto 26), (1824, Nº 159, Julho 8) (1831, Nº 6, Janeiro 7)

Gazeta do Rio de Janeiro. (Ano 1808, Nº 1, Setembro 10, Nº 2, Setembro 17), (Nº 37, Maio 9; Nº 40, Maio 19; Nº 53, Julho 4; Nº 83, Outubro 17; Nº 93, Novembro 21; Nº 4 Extraordinária, Maio 11; Nº 5 Extraord. Junho 1), (1811, Nº 6, Janeiro 19). (Biblioteca Nacional de Brazil: - http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm)

La Esfera. Caracas, (Ano 1952, Nº 9014, Maio 16)

Mercantile Intelligence. City of Georgetown, Demerara, Supplement to «*The Colonist*», 6-Janeiro-1871.

Nile's Weekly Register. Baltimore, Vol. 19, Nº 20, 13-01-1821,

O Emigrante/Mundo Português. Lisboa, Nº 1633, 13/19-01-2012.

O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal literário, político, &c.. Londres, T. C. Hansard na Oficina Portuguesa: Vol. 1, Nº 1, Junho-1811; Vol. 19, Nº 74, Agosto-1817; Vol. 19, Nº 75, Setembro-1817; Vol. 21, Nº 84, Junho-1818; Vol. 22, Nº 85, Julho-1818; Vol. 22, Nº 86, Agosto-

1818; Vol. 22, Nº 87, Setembro-1818; Vol. 22, Nº 88, Outubro-1818; Vol. 23, Nº 89, Novembro-1818; Vol. 23, Nº 90, Dezembro-1818; Vol. 23, Nº 92, Fevereiro-1819.

O Investigador Portuguez. Londres, (Ano 1811, Vol. 1, Nº 1, Junho-1811), (1817, Vol. 19, Nº 75, Setembro), (1818, Vol. 21, Nº 84, Junho; Vol. 22: Nº 85, Julho; Nº 86, Agosto; Nº 87, Setembro; Nº 88, Outubro; Vol. 23, Nº 89, Novembro; Nº 90, Dezembro), (1819, Vol. 23, Nº 92, Fevereiro)

O Lusitano. Caracas, (Ano 2, Nº 86, 15/21-11-1953; Ano 3, Nº 107, 11/17-04-1954)

O Portuguez. Semanario Político, Comercial e Noticioso. Demerara, Administrador J. A. Machado Pacheco, (Ano 2, Nº 265, 24-01-1885).

O Século. Lisboa, (Nº 39, 11-03-1916)

Punto de Venta. Caracas, Magazín de la Asociación Nacional de Supermercados y Afines de Venezuela, Nº 15, Septiembre-Octubre 2002.

Supermercado. Edición especial: Supermercados en Venezuela. Una historia de oro. Caracas, Ediciones Víctor da Silva, 2003

The Colonist. City of Georgetown, Demerara, Ano 2, Series 1, Nº 2311, 23-12-1870.

The Edinburgh Review or Critical Journal, (1806, Nº 16, Julho; 1810, Nº 31, Abril; 1811, Nº 37, Novembre)

The Green Bag. An entertaining Journal of Law. George Masson University School of Law, Vol. 10, Nº 3, Spring 2007.

The New Local Guide of British Guiana. Demerara, The Royal Gazette Office, (Ed.) (1863)

Voz de Portugal. Caracas, 30-06-1951.

Fontes bibliográficas

AA. VV. (1959), *The Cambridge History of the British Empire*. Cambridge University Press.

AA. VV. (1983), *Migraciones latinas y formación de la Nación Latinoamericana*. Caracas, Universidad (Univ.) Simón Bolívar - Instituto de Altos Estudios de América Latina.

AA. VV. (2001), *Gran Enciclopedia de Venezuela*. Caracas, Globe, 11 Vols, Vol. 4.

AA. VV. (2001), *Historia de España: La España de Fernando VII*. Madrid, Espasa - Calpe, Vol. 32.

AA. VV. (2004), *Las inmigraciones a Venezuela en el siglo XX*. Caracas, Fundación Francisco Herrera Luque.

ABREU Xavier, António (2005b), «La Guía Comercial Portuguesa (El repertorio comercial como fuente histórica)», in: *Tiempo y Espacio*. Caracas, Centro de Investigaciones Históricas Mario Briceño Iragorry - Univ. Pedagógica Experimental Libertador, Julho-Dezembro, Nº 44, pp.259-288.

ABREU Xavier, António de (2004), «La Junta Patriótica Portuguesa: Una voz de izquierda de la Comunidad Portuguesa en Venezuela», in: *Revista Akademos*. Caracas, Comissão de Estudos de Pós-graduação-Univ. Central de Venezuela (UCV), Vol. 7, Nº 2, pp.35-59.

ABREU Xavier, António de (2004), «'Santa Libertad'. (Una muestra de la actividad política portuguesa en Venezuela)», in: *Revista Tierra Firme*. Caracas, Abril-Junho, Nº 86, Ano 22, Vol. XXII, pp.253-266;

ABREU Xavier, António de (2005a), *Carl Richard: una epopeya sin gloria. "Cartas escritas desde Colombia por un oficial hannoveriano a sus amigos (1820-1821)"*. Caracas, Comala.com.

ABREU Xavier, António de (2006), *La presencia portuguesa en Venezuela (Persistencia y cambio de una comunidad inmigrante, 1900-1975)*. Caracas, Tese de Doutoramento, UCV.

ABREU Xavier, António de (2007), *Con Portugal en la Maleta*. «Histórias de vida» de los portugueses en Venezuela. Siglo XX. Caracas, Alfa.

ABREU Xavier, António de (2009), «A comunidade portuguesa na Venezuela. Uma cronologia da sua presença contemporânea», in: *Migrações. Revista do Observatório da Imigração*. Lisboa, Nº 5, Outubro 2009, pp.171-184.

ABREU Xavier, António de (2011), «The Portuguese and the Cultural Diffusion in Venezuela», *paper* presentado com apoio FLUD em: Workshop 221 «Second-generation Portuguese and Diaspora (Part I): Transnational lives». São Miguel, Açores, 16th Internacional Metropolis Conference. 12-16-Setembro-2011.

ACOSTA Saignes, Miguel (1959), *Historia de los portugueses en Venezuela*. Caracas, Dirección de Cultura, UCV.

ACOSTA, Vladimir (1989), *Reformas liberales y acumulación originaria en América Latina: Colombia y Venezuela en el siglo XIX*. Caracas, UCV.

ADRIANI, Alberto (1937), *Labor venezolanista*. Caracas, Tipografía La Nación.

AFONSO, Óscar João Atanázio (1999), *Contributo do Comércio Externo para o crescimento económico português, 1960-1993*. Lisboa, Conselho Económico e Social.

AGNEW, John (2005), *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madrid, Trama Editorial.

AGUILERA, Jesús Antonio (1980), *La Población de Venezuela. Dinámica histórica, socioeconómica y geográfica*. Caracas, FaCES-UCV.

AIZENBERG, Isidoro (1995), *La comunidad judía de Coro, 1824-1900: una historia*. Caracas, Centro de Estudios Sefardies.

AIZPURÚA, Ramón (1993), Curaçao y la costa de Caracas. Introducción al estudio del contrabando en la provincia de Venezuela en tiempos de la Compañía Guipuzcoana, 1730-1780. Caracas, Academia Nacional de la Historia (ANH).

ALDANA, Clemencia Martínez, Álvaro Corredor Villalba e Gilberto Herazo Cueto (Eds) (2006), *Negocios internacionales. Estrategias globales*. Bogotá, Univ. Santo Tomás.

ALEXANDRE, Valentim (1991), «Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851)», in: *Análise Social*. Vol. XXVI (2º S.), Nº 111, pp.293-333.

ALEXANDRE, Valentim (1993), *Os sentidos do Império: Questão nacional e Questão colonial na crise do antigo Regime Português*. Porto, Afrontamento

ALMEIDA, Joselyn M. (2004), «Romanticism and Nonfictional Prose in Spanish América 1780-1850», in: Sondrup, Steven P. (Ed.) (2004), *Nonfictional romantic prose: Expanding borders*. Amsterdam – Filadélfia, John Benjamins B. A., pp.181-194.

ALMODOVAR, António (Ed.) (1993), *Obras económicas escolhidas de José da Silva Lisboa*. Lisboa, Banco de Portugal.

ÁLVAREZ Freites, Mercedes Margarita (1963), *Comercio y comerciantes, y sus proyecciones en la independencia de Venezuela*. Caracas, Tipografía Vargas.

ANAYA Hernández, Luís Alberto (1982), «Proceso contra el clérigo don Miguel Cabral de Noronha, por un sermón crítico a la colonización canario-americana», in: *Anuario de estudios atlánticos*. Madrid – Las Palmas, Patronato de la Casa de Colón, Nº 28, pp.521-548.

ANDRADE, Ivan Jaksi (2001), *Andrés Bello: la pasión por el orden*. Santiago de Chile, Editorial Universitária.

ANDRADE, Luisa Fernandes de (1988), *Implicaciones espaciales de la inmigración madeirense en Venezuela y en la isla de Madeira*. Caracas, Tesis licenciatura em Geografía, UCV.

- ANDREW, Christopher e Jeremy Noakes (Eds.) (1987), *Intelligence and International Relations 1900-1945*. Exeter Univ. Publications.
- ANTOKOLETZ, Daniel (1951), *Tratado de Derecho Internacional Público*. Buenos Aires, Librería Editorial La Facultad, Tomo 3.
- APPUN, Karl Ferdinand (1961), *En los trópicos*. Caracas, UCV.
- ARANA, Diego Barros (2005), *Historia General de Chile. Organización de la República 1820-1833*. Santiago de Chile, Editorial Universitaria S.A., Vol. 13.
- ARBELL, Mordechai (2002), *The Jewish nation of the Caribbean: the Spanish-Portuguese Jewish settlements in the Caribbean and the Guianas*. Jerusalem, Gefen Publishing House Ltd.
- ARCAYA, Pedro Manuel (1935), *Venezuela y su actual régimen*. Washington, The Sun Printing Ofc.
- ARCHILA, Ricardo (1958), *Historia médica de Venezuela: Guayana, 1858-1958. Centenario de la Escuela Médica de Ciudad Bolívar*. Caracas, Imprenta Nacional.
- ARDAO, Alicia (1984), *El café y las ciudades en los Andes venezolanos (1870-1930)*. Caracas, ANH.
- AREA, Leandro, Álvaro Guanchez e Juan C. Sainz (2001), *Las migraciones internacionales en la legislación venezolana. Cronología y Documentación (1830-2000)*. Caracas, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual - MRE - Organización Internacional para las Migraciones.
- ARMAS Chitty, J. A. (1975), *Historia de Puerto Cabello*. Caracas, Banco Caribe.
- ARÓSTEGUI, Julho (1997), *La Guerra Civil, 1936-1939. La ruptura democrática*. Madrid, Historia 16.
- ASCARELLI, Tullio e Ariberto Mignoli (2007), *Lecture per un corso di diritto commerciale comparato*. Milan, Giuffré Editore.
- AYALA Mora, Enrique e Eduardo Posada Carbó (Dir) (2008), *Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y su articulación, 1870-1930*. Ediciones UNESCO, Col. Historia General de América Latina, Vol. VII
- BAFILE, Mauro (1990), *Los hijos de los inmigrantes y el modelo económico venezolano*. Caracas, Academia Nacional de Ciencias Económicas (ANCE).
- BAGANHA, M. Ioannis (2001), «L'économie politique de la migration: l'émigration portugaise au XIX^e siècle», em: *Arquivos do Centro cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Atlantique*. Lisboa-Paris, Centro cultural Calouste Gulbenkian, Vol. 42, pp.77-96.
- BAILYN, Bernard (2005), *Atlantic history: concept and contours*. Cambridge, MA, Harvard Univ. Press.
- BAINES, Dudley (1995), *Emigration from Europe, 1815-1930*. Cambridge, Univ. Press.
- BANKO, Catalina (1986), *Poder político y conflictos sociales en la República oligárquica. 1830-1848*. Caracas, Fondo Editorial Lola de Fuenmayor
- BANKO, Catalina (1990), *El capital comercial en La Guaira y Caracas: (1821-1848)*. Caracas, ANH.
- BANKO, Catalina (2002) *Manuel Antonio Matos*. Caracas, Editorial El Nacional.
- BANKO, Catalina (2006), *Política, Crédito e Institutos financieros en Venezuela, 1830-1940*. Caracas, ANH.
- BANSART, Andrés (Comp.) (1989), *El Caribe: Identidad cultural y Desarrollo*. Caracas, Equinoccio-USB.

BAQUERO González, Antonio García (1985), «El comercio de neutrales en Venezuela, 1796-1802: tópicos y cambio de las actitudes políticas de las élites venezolanas», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, N° 271, Julho-Setembro 1985.

BARBOSA, M. P. (1983), *Emigração com remessas: um problema de transferência dupla*. Lisboa, Univ. Nova, Working paper, 1.

BASTOS, José G. e Susana Pereira (1999). *Portugal Multicultural*. Lisboa, Fim de século.

BATLLORI, Miguel (1953), *El abate Viscardo. Historia y mito de la intervención de los jesuitas en la independencia hispanoamericana*. Caracas, Instituto PanAmericano de Geografía e Historia.

BATOU, Jean (Ed.) (1991), *Between Development and Underdevelopment / Entre développement et sous-développement: 1800-1870*. Univ. of Geneva, Centre of International Economic, Librairie Droz.

BEALEY, Frank (2003), *Diccionario de Ciencia política*. Madrid, Ediciones Istmo S.A.

BENIANS, E. A., (19667), «Finance, Trade and Communications 1870-1895. (Trade with west Indies)», in: *The Cambridge History of the British Empire*. Vol. III The Empire-Commonwealth, Cambridge Univ. Press, pp.181-229,

BENOLIEL, León J. (1986), *Mosaicos de la Judaicidad*. Caracas, Asociación Israelita de Venezuela - Centro de Estudios Sefardíes de Caracas.

BERAZA, Agustín (1944- 1948), «Los Corsarios de Artigas», in: *Revista Histórica*. Montevideo, Museo Histórico Nacional, Año 38, Tomo 15, N° 43-45, Dezembro 1944, pp.1-83; Año 42, Tomo 16, N° 46-48, Dezembro 1948, pp.1-353

BERGEIJK, Peter A. G. van (2009), *Economic Diplomacy and the Geography of International Trade*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited.

BERGLUND, Susan (1982), «Las Bases sociales y económicas de las leyes de inmigración venezolanas, 1831-1935», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Vol. 65, N° 260, Outubro-Dezembro, pp.951-962.

BERGLUND, Susan (1985), «Mercantile Credit and Financing in Venezuela, 1830–1870», in: *Journal of Latin American Studies*. Vol. 17, N° 2, Novembro, pp.371-396.

BERGLUND, Susan (1986), «La Casa Boulton y el crédito mercantil», in: *Tierra Firme. Revista de Historia y Ciencias Sociales*. Caracas, Año 4, Vol. IV, Outubro-Dezembro, pp.559-576.

BERGLUND, Susan e Humberto Hernández Calimán (1985), *Los de afuera. Un estudio analítico del proceso migratorio en Venezuela, 1936-1985*. Caracas, Centro de Estudios de Pastoral y Asistencia Migratoria.

BERNARDINI, Paolo e Norman Fiering (Ed.), *The Jews and the expansion of Europe to the West, 1450-1800*. Berghahn Books-John Carter Brown Library.

BERNECKER, Walther L. (1992), «Das Verhältnis Europa-Lateinamerika im 19. Jahrhundert. Handelsoffensiven und Wirtschaftsinteressen», in: Elvert, Jürgen e Michael Salewski (Eds.) (1992), *Staatenbildung in Übersee: Die Staatenwelt Lateinamerikas und Asiens*. Stuttgart, Franz Steiner Verlag, pp.21-34.

BERUMEN, Sergio A. e Karen Arriaza Ibarra (2006), *Estructura económica de la Unión Europea*. Madrid, ESIC Editorial.

BESSA, Carlos (1994), «Portugal, Espanha e Américas. Um projecto de Confederação de Silvestre Pinheiro Ferreira no tempo de Bolívar», in: Tudela e Bueso, Juan Pérez de, *II Congreso de Academias IberoAmericanas de la Historia: factores de diferenciación e instancias integradoras en la experiencia del mundo iberoamericano* (Madrid, 8/14-Novembro-1992). Madrid, Real Academia de la Historia, pp.105-118.

BETANCOURT, Rómulo (1969), *Venezuela: política y petróleo*. Bogotá, Editorial Senderos.

BETHELL, Leslie e Geraldo Gerson De Souza (Comp.), *Historia de América Latina*. Cambridge Univ. Press, 1984-1995; Barcelona, Crítica, 1990-2002.

Bidegain, Gabriel e Adela Pellegrino (1985), *La mujer inmigrante en Venezuela*. Caracas, UCAB.

BLANCO, José Félix e Ramón Azpúrua (1876), *Documentos para la historia de la vida pública del Libertador de Colombia, Perú y Bolivia*. Caracas, La Opinión Nacional.

BOERSNER, Demetrio (1978), *Venezuela y el Caribe: Presencia cambiante*. Caracas, Monte Ávila.

BOLÍVAR Chollet, Miguel (1993), «Los inmigrantes en la población venezolana», in: *Las Migraciones en Iberoamérica. II Jornadas de Estudios Geográficos Iberoamericanos*. Univ. de Salamanca, Espanha, p.194.

BOLÍVAR Chollet, Miguel (2008), «La población venezolana, su dinámica y su distribución espacial», em: *GeoVenezuela*. Caracas, Fundación Polar, Tomo 3, pp.78-79.

BOLINGBROKE, Henry (1805), *A Voyage to the Demerary. Containing a Statistical Account of the Settlements there, and of Those on the Essequibo, the Berbice, and Other Contiguous Rivers of Guyana*. London, Richard Phillips - Stevenson and Matchett.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2010), *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*. Alfragide, Texto Editores.

BONSAL, Stephen (1913), *The American Mediterranean*. New York, Moffat, Yard and Company.

BORGES, Analola (1965), «El inicio del comercio internacional venezolano, siglo XVIII», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Vol. 48, N° 189, Janeiro-Março, pp.28-37.

BOTERO, Emiliano Londoño (2000), *Bolívar, el hombre, el pensador, el libertador: 1750-1812*. La Paz, Editorial Univ. Pontificia Boliviana.

BOULTON, Alfredo (Ed.) (1976), *Política y economía en Venezuela (1810-1976)*. Caracas, Fundación John Boulton.

BOURDON, Leon (1975), *José Corrêa da Serra: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil à Washignton, 1816-1820*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BOWMAN Jr., Charles H. (1968), «The Activities of Manuel Torres as Purchasing Agent, 1820-1821», in: *Hispanic American Historical Review*. N° 48, Maio-1968, pp. 234-245.

BOWMAN Jr., Charles H. (1970), «Manuel Torres, a Spanish American Patriot in Filadélfia, 1796-1822», in: *The Pennsylvania Magazine of History and Biography*. Filadélfia, N° XCIV, pp.26-53.

BRERETON, Bridget (1981), *A History of Modern Trinidad, 1783-1962*. Porto-de-Espanha, Heinemann.

BRERETON, Bridget (1985), *Social Life in the Caribbean, 1838-1938*. Oxford, Heinemann.

BRERETON, Bridget (1996), *An Introduction to the History of Trinidad and Tobago*. Oxford, Heinemann.

BRICEÑO, Manuel (1884), *Los Ilustres: páginas para la historia de Venezuela*. Caracas, Silvestre y C^a.

BROOKES, Richard (Comp.) (1820), *The General Gazetteer: or, Compendious geographical dictionary, containing a description of the empires, kingdoms, states, provinces, cities, towns, forts, seas, harbors, rivers, lakes, mountains, capes, & c. in the known World...* London, F. C. and J. Rivington, W. Lowndes.

BROWN, Laurence (2002), «The Three Faces of Post-Emancipation Migration in Martinique, 1848-1865», in: *Journal of Caribbean History*. Caribbean Univ. Press, Vol. 36, N° 2. pp. 310-335.

- BRUCHEY, Stuart Weems (1979), *Robert Oliver, Merchant of Baltimore, 1783-1819*. New York, Arno Press Inc.
- BUITRON, Aníbal (1956), *Las inmigraciones en Venezuela: sus efectos económicos y sociales*. Washington D.C., Pan American Union, Section of Labor, Migration and Social Security.
- BULMER-Thomas, Victor (2012), *The Economic History Of the Caribbean since the Napoleonic Wars*. Cambridge Univ. Press.
- BURNLEY, William Hardin (1842), *Observations on the Present Condition of the Island of Trinidad and the Actual State of the Experiment of Negro Emancipation*. London, Longman, Brown, Green & Longmans.
- BUROZ, Nicolás Ascanio (1952), «Rasgos biográficos de Don Telésforo de Orea», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Tomo 35, N° 138, Abril-Junho, pp.207-213.
- CADENAS, José María (Comp.) (2004), *América: unidad en la pluralidad*. Caracas, UCV-Fundación Gran Mariscal de Ayacucho. Conferencias del Centro de Estudios de América, en la UCV, Fevereiro-2004.
- CALDAS, Victoria González de (2004), *¿Judíos o Cristianos? El proceso de Fe Sancta Inquisitio*. Universidad de Sevilla.
- CALDEIRA, Jorge (1995). *Mauá: empresário do Império*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CALSAMIGLIA, B., Helena y Amparo Tusón V., *Las cosas del decir. Manual de análisis del discurso*. Barcelona, Editorial Ariel, 1999.
- CANARELLI, Jean-Baptiste (1986), *L'Émigration et la présence corse au Venezuela*. Toulouse, Université de Toulouse II.
- CANDLIN, Kit (2012), *The Last Caribbean Frontier, 1795-1815*. Hampshire - New York, Palgrave Macmillan.
- CARCIENTE, Jacob (1991), *La comunidad judía de Venezuela: síntesis cronológica, 1610-1990, y referencias bibliográficas para su estudio: crónicas sefardíes*, Caracas, Centro de Estudios Sefardíes de Caracas.
- CARDOSO, Izak Jesurun (1959), *Three Centuries of Jewish Life in Curaçao*. Willemstad, De Curaçaosche Courant.
- CARDOSO, José Luís e António Almodovar (Ed.) (1992), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*. Lisboa, CISEP
- CARMAGNANI, Marcello, Alicia Hernández Chávez e Ruggiero Romano (Coord.) (1999), *Para una historia de América*. México, Colegio de México - Fondo de Cultura Económica, 3 Vols.
- CARMAGNANI, Marcello (1994), *Emigración mediterránea y América. Formas y transformaciones, 1860-1930*. Gijón, Fundación Archivo Indiano.
- CARRERA Damas, Germán (2002), *Fundamentos históricos de la sociedad democrática venezolana*. Caracas, FEH-UCV.
- CARRERA Damas, Germán (2006), *Mis historias. Contribución a historias colectivas*. Caracas, FEH-UCV.
- CARRERAS, Carles e Aurora García Ballesteros (2006), "La geografía humana", in: Hiernauz, Daniel e Alicia Lindón (Dir.) (2006), *Tratado de geografía humana*. Barcelona, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, Antropos Editorial, pp.84-94.
- CARRON de la Carrière, Guy (1998), *La diplomatie économique: le diplomate et le marché*. Paris, Économica, Collection Diplomatie.

- CASENAVE, Marieta Cantos, Fernando Durán López e Alberto Romero Ferrer (Edit) (2009), *La Guerra de Pluma: Estudios sobre la prensa de Cádiz en el tiempo de Las Cortes (1810-1814)*. Univ. de Cádiz, Servicio de publicaciones, 2 Vols.
- CASSOLA Ribeiro, Francisco G. (1983), «La emigración portuguesa para países de América Latina», in: *Migraciones latinas y formación de la nación latinoamericana*. Caracas, USB-Instituto de Altos Estudios de América Latina, pp.521-533.
- CASSOLA Ribeiro, Francisco G. (1986), *Emigração portuguesa. Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- CASTRO Brandão, Fernando de (1995), *O Consulado-Geral de Portugal em Boston. Subsídios para a sua história*. Lisboa, MNE,
- CASTRO, Alvaro A. (2002), *Diario de Auguste Morisot (1886-1887): exploración de dos franceses a las fuentes del Orinoco*. Fundación Cisneros-Planeta.
- CATALOGUE Spécial de la Section Portugaise. Exposition Universelle de 1867 à Paris. Paris, E. Dentu. Libraire-Éditeur de la Commission Impériale.
- CAVELIER, Germán (1981), *Documentos para la historia diplomática de Colombia*. Bogotá, Editorial Kelly, Vol. 1.
- CAVELIER, Germán (1997), *Política internacional de Colombia: 1820-1860*. Bogotá, Univ-Externado de Colombia.
- CENTRO Gumilla (2006), *Una mirada sobre Venezuela: reflexiones para construir una visión comparativa*. Caracas, UCAB.
- CEPAL (1951), *Economic Survey of Latin America, 1949*. New York, CEPAL-ONU.
- CHACON, Vamirech (2008), *O Conde de Linhares. Dom Rodrigo Domingos António de Souza Coutinho*. Brasília, Thesaurus.
- CHACÓN, Vamireh (1985), *Abreu e Lima, general de Bolívar*. Caracas, Centro Abreu e Lima de Estudios Brasileños - Instituto de Altos Estudios de América Latina – USB
- CHAVES, Juan Torrejón (2009), «Emancipación de Hispanoamérica y Guerra económica: la actividad corsaria», in: *Revista general de marina*. Madrid, Ministerio de Defensa, Vol. 257, Agosto-Setembro 2009, pp.223-236.
- CHEN, Chi-Yi (1968), *Movimientos migratorios en Venezuela*. Caracas, UCAB.
- CLARK, J. Leslie (1868), *The Emigrants Vade Mecum, or Guide to the 'Price Grant' in Venezuelan Guayana*. Londres, Trubner & C°.
- COGGESHALL, George (1856), *History of the American privateers, and letters-of-marque, during our war with England in the years 1812, 13 and 14*. New York, The author - C. T. Evans.
- COHEN, Benjamin J. (2002), «International Finance», in: Carlsnaes, Walter, Thomas Risse-Kappen e Beth A. Simmons, *Handbook of International Relations*. London, SAGE Publications Ltd, pp.429- 447, p.429.
- COHEN, Judah M. (2004), *Through the Sand of Time: A History of the Jewish Community of St. Thomas, U.S. Virgin Islands*. NE, Brandeis Univ. Press.
- COHEN, Raymond (1998), «Putting Diplomatic Studies on the Map», in: *Diplomatic Studies Programme Newsletter*. Center for the Study of Diplomacy, University of Leicester, N° 4, Maio, pp.1-2
- COHEN, Raymond (2000), «Meaning, Interpretation and International Negotiation», in: *Global Society*, Vol. 14, N° 3, pp.317-335.

- COHEN, Robin (1995), *The Cambridge survey of world migration*. Cambridge, Univ. Press.
- COLONIAL Land and Emigration Commission, *Eighteenth General Report of the Emigration Commissioners*. 1858. London, George E. Eyre & William Spottiswoode, Vol. 18.
- COMÍN, Francisco, Mauro Hernández e Enrique Llopis (Eds.) (2005), *Historia económica mundial*. Siglos X-XX. Barcelona, Crítica.
- COMISIÓN Arancelaria de los Estados Unidos (1945), *La Regulación Económica y la Política Comercial de Venezuela*. Washington, Publicación TC-247.
- COMPILAÇÃO S/A (1935), «Misiones de Juan Vicente Bolívar y Telésforo de Orea a Washington», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Tomo 18, N° 72, Outubro-Dezembro, pp.711-742.
- CONDE, Roberto Cortés y Stanley J. Stein (Edit) (1977), *Latin America. A Guide to Economic history. 1830-1930*. Los Angeles, Univ. of California.
- CORDERO, Tulio Febres (1923), «Cultivo y Beneficio del Trigo en Caracas», in: *Boletín de la Cámara de Comercio de Caracas*. Caracas, CCC, N° 121, pp.220-225.
- CORDERO, Tulio Febres (1950), «Polémica colonial sobre la libertad de comercio», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Vol. 33, N° 132, Outubro-Dezembro, pp.451-455.
- CORRAL, María Maesso e Raquel González Blanco (2011), *Manual de economía mundial*. Madrid, Ediciones Pirámide Grupo Anaya.
- CÔRTE-Real, João Afonso (1941), *Colónias portuguesas em países estrangeiros*. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa. (Sociedade de Geografia de Lisboa (1915), *Colónias portuguesas em países estrangeiros*. Lisboa, Tip. Universal).
- CORTE Real, José Alberto, Manuel Antonio da Silva Rocha e Augusto Mendes Simões de Castro (Edit) (1872), *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- CORTE, Gabriela Dalla, «La consistencia de la red social: el Ferrocarril Oeste Santafesino entre la Argentina pampeana y el Chaco paraguayo», in: Jordán, Pilar García (Ed.) (2009). *Dinámicas de poder en América Latina, siglos XIX-XXI*. Publicacions i Edicions Univ. de Barcelona, pp.13-54.
- COSTA Pinto, António e Manuel Braga da Cruz (2004), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*. Lisboa, Assembleia da República - Imprensa de Ciências Sociais, 2 Vols.
- CUNILL Grau, Pedro (1987), *Geografía del poblamiento venezolano en el siglo XIX*. Caracas, Ediciones de la Presidencia de la República, 3 Vols.
- CUNILL Grau, Pedro (1995), *Las transformaciones del espacio geohistórico latinoamericano, 1930-1990*. Colegio de México- Fondo de Cultura Económica.
- D'ASCOLI, Gustavo (1958), *La inmigración en Venezuela*. Caracas, Tipografía Vargas.
- DALLET Jr., Francis James (1956), «La Línea D Roja», in: *El Farol*. Caracas, Creole Petroleum Corp., Ano XVII, N° 162, Fevereiro 1956, pp.30-33.
- DALTON, Henry G. (1855), *The History of British Guiana, comprising a general description of the colony*. London, Longman, Brown, Green & Longmans.
- DASHWOOD, Henry (1850), *Spanish Finance from 1820 to 1850... and a glance at Loans by others Foreign Governments, European and South American*. Londres, James Ridgway.
- DAUXION Lavaysse, J. J. (1967), *Viaje a las islas de Trinidad, Tobago, Margartia y a diversas partes de Venezuela en la América Meridional*. Caracas, UCV.
- DÁVILA, Luis Ricardo (2000), «Impacto social de la migración», in: *La migración internacional y el desarrollo en las Américas*. Santiago de Chile, ONU-CEPAL, Serie Seminarios y conferencias,

Nº 15: Simposio Migración internacional en las Américas. San José, Costa Rica, Setembro 2000, pp.259-297.

DÁVILA, Vicente (1950), *Archivo del General Miranda. Negociaciones: 1806-1807*. Caracas, ANH- Editorial América, Vol. 18.

DECHO, Pam e Claire Diamond (1998), *Latin Americans in London: a select list of prominent Latin Americans in London, c. 1800-1996*. London, Inst. of Latin American Studies, Univ. of London.

DEPONS, Francisco (1960), *Viaje a la parte oriental de Tierra Firme en la América Meridional*. Caracas, Banco Central de Venezuela, 2 Vols.

DEVOTO, Juan E. Pivel (Ed.) (1933), *Los corsarios de Artigas en nuestros anales diplomáticos. Contribución documental*. Ministerio de Relaciones Exteriores - Imprenta nacional.

DIAS, Fátima Sequeira (1999), «The Jewish Community in the Azores from 1820 to the present», in: Stillman, Yedida K. e Norma A. (Eds.), *From Iberia to Diaspora: Studies in Sephardic history and Culture*. Leiden, Brill, pp.19-34.

DIAS, Fátima Sequeira (1999b), *Uma estratégia de sucesso numa económica periférica. A casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*. Ponta Delgada, Ribeiro & Carvana.

DIAS, Fátima Sequeira (2005), «Quando as ilhas se tornavam demasiado pequenas, as dificuldades empresariais de Avraão Bensaúde na ilha de S. Miguel (1818 a 1868)», in: *Arquipélago. História*, 2ª série, IX, pp. 385-398.

DIAS, Fátima Sequeira (2007), *Indiferentes à diferença. Os Judeus dos Açores, nos séculos XIX e XX*. Ponta Delgada, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico.

DÍAZ Díaz, Gonzalo (1987) *Hombres y documentos de la filosofía española*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Vol. III (E-G).

DÍAZ, Manuel Nunes (1984), *El Real Consulado de Caracas: 1793-1810*. Caracas, ANH.

DICKENS, Charles (Ed.), *All the Year Round*. London, Chapman & Hall, Vol. 4, Nº 80, 11-06-1870.

DONGHI, Tulio Halperin (1998), *Historia contemporánea de América Latina*. Madrid, Alianza Editorial.

DONGHI, Tulio Halperin (2002), *Historia económica de América Latina: desde la Independencia a nuestros días*. Barcelona, Crítica.

D'ORAZIO, Franco (2007), *Análisis económico aplicado a la industria petrolera. Del Ureca al Dorado: una visión completa de la historia petrolera venezolana*. LibrosEnRed.

DROZ, J. (1972), *Histoire diplomatique de 1648 à 1919*. París, Dalloz.

DROZ, J. (1991), *Histoire de l'Allemagne*. Paris, Presses Universitaires de France

DUARTE, Mário (1940), «História dos Portugueses nas Índias Ocidentais Británicas, Holandesas e Francesas, nas Guianas Inglesa e Holandesa e em Venezuela», in: Comissão Executiva dos Centenários (1949). *Portugal*. Academia das Ciências de Lisboa, Congresso do Mundo Português, Memórias e comunicações, Vol. 8.

DUCOUDRAY Holstein, Henri La Fayette Villaume (1830), *Memoirs of Simon Bolívar, president liberator of the Republic of Colombia; and of his principal generals; secret history of the revolution, and the events which preceded it, from 1807 to the present time*. Boston, S. G. Goodrich & Cº.

DUPOUY, Walter F. (1949), *Consideraciones sobre algunos efectos económicos y sociales de la industria petrolera en Venezuela*. Caracas, s/d.

EASTWICK, Edward Backhouse (1868), *Venezuela: or, Sketsches of Life in a South American Republic with the history of the Loan of 1864*. Londres, Chapman & Hall.

ECHEVERRÍA, José Tiburcio. Gobernador político de la Provincia de Bogotá. Agente diplomático a Madrid. Ministro plenipotenciário designado para iniciar intercâmbio de agentes entre Lisboa e Bogotá.

ELBL, Ivana (2006), «Portugal, Brazil, and the Atlantic World» in: Francis, John Michael (Ed.) (2006), *Iberia and the Americas: culture, politics, and history: a multidisciplinary encyclopedia*. Santa Barbara, California, ABC-Clio, pp.29-40.

ELIAS, Norbet (1997). *El proceso de la civilización*. Bogotá, Fondo de Cultura Económica.

EMMANUEL, Isaac Samuel e Suzanne A. Emmanuel (1970), *History of the Jews of the Netherlands Antilles*. Cincinnati, American Jewish Archives, Vol. I.

ESCOBAR, Marcos F. (1954), *Población extranjera en Venezuela*. Caracas, IASI.

ESTEVEZ González, Edgar (2007), *Batallas de Venezuela. 1810-1824*. Caracas, El Nacional.

ESTÉVEZ González, Edgar (2006), *Las guerras de los caudillos*. Caracas, Libros de El Nacional.

EVANS, Godfrey Matthew (1871), *Classified Catalogue of the Library of the Royal Geographical Society to December, 1870*. Londres, John Murray.

EWELL, Judith (1999), *Venezuela y los Estados Unidos desde el Hemisferio Monroe al Imperio del petróleo*. Caracas, UCAB - Banco del Caribe.

EZRATTY, Harry A. (2002), *500 Years in the Jewish Caribbean: The Spanish and Portuguese Jews in the West Indies*. Baltimore, Omni Arts.

FARTO, Manuel (2007), «A Diplomacia Económica contemporânea: uma reflexão teórica», in: Moita, Luis (Org.) (2007), *A nova diplomacia económica: análise e perspectivas*. Lisboa, Observatório de Relações Exteriores, Univ. Autónoma de Lisboa, pp.15-27.

FAUSTO, Boris (Org.) (2000), *Fazer a América*. São Paulo, Editora Univ. de São Paulo.

FELIU, Gaspar e Carles Sudrià (2007), *Introducción a la historia económica mundial*. Univ. de Valencia.

FERNANDES ALVES, Jorge (2002), «Portugal and Latin American Studies (1980 - 2000)», in: *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*. Nº 72, Abril, pp.195-204.

FERNÁNDEZ, Juan José (1959), *La República de Chile y el Imperio del Brasil: historia de sus relaciones diplomáticas*. Santiago de Chile, Editorial Andrés Bello, pp.18-19.

FERNÁNDEZ, María Nélica García (2005), *Comunidad extranjera y puerto privilegiado: los británicos en Cádiz en el siglo XVIII*. Univ. de Cádiz.

FERREIRA de Serpa, António (1911), *Influência do Canal do Panamá no movimento dos portos portugueses*. (Lisboa, Ed. Da Liga do Interesses Públicos, 1909) Lisboa, Oficina Tipográfica.

FERREIRA, Jo-Anne S. (1996), «Do Atlântico às Antilhas: o caso da Trinidad», in: *Isleña*. Funchal, Junho-Dezembro 1996, Nº 19, pp.95-107.

FERREIRA, Jo-Anne S. (2006), «Madeiran Portuguese Migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: A Comparative Overview», in: *Portuguese Studies Review*. Ontario, Trent Univ., Vol. 14, Nº 2, pp.63-85.

FERREIRA, José Medeiros (2000), *Portugal en Transición*. México, Fondo de Cultura Económica.

FERRO, António (1935), *Salazar: Portugal y su jefe*. Santiago de Chile, Ercilla.

FERRO, Antonio (Comp.), *Breviário da Pátria para os portugueses ausentes*. Lisboa, Edições Secretariado Nacional de Informação.

- FIDANQUE, E. Alvin, Ralph de Lima Valencia, Eugène Sasso Maduro, Eleanor D. L. Perkins y Joseph Melamed (1977), *Kol Shearith Israel: cien años de vida judía en Panamá, 1876-1976*. Panamá, Igmarr.
- FOREIGN Office (1829), *British and Foreign State Papers, 1821-1822*. Londres, J. Harrison and Son, Vol. 9.
- FORTIQUE, José Rafael (1968). «El curso venezolano y las misiones de Irvine y de Perry en Angostura», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, N° 202, Abril-Junho, pp.210-225.
- FOX, John (2000), *Macnamara's Irish Colony and the United States Taking of California in 1846*. North Carolina, McFarland & C°.
- FRANK, Ben G. (2005), *A travel guide to the Jewish Caribbean and Latin America*. Greetna, Pelican Publishing Company.
- FRANKEL, Benjamin A. (1977), *Venezuela y los Estados Unidos, 1810-1888*. Caracas, Fundación John Boulton.
- FRANZIUS, Heinrich Carl (2002), *Hacia el Oeste. Andanzas de un hanseático*. Caracas, Oscar Todtmann Editores.
- FRECHILLA, Juan José Martín (1999), *Cartas a Guzmán Blanco, 1864-1887: Intelectuales ante el poder en Venezuela*. Caracas, CDCH-UCV.
- FRECHILLA, Juan José Martín e Yolanda Texera (Comp.) (2005), *Petróleo nuestro y ajeno. La ilusión de modernidad*. Caracas, CDCH-UCV.
- FREYRE, Gilberto (2010) *Casa-Grande y Senzala. La formación de la familia brasileña en un régimen de economía patriarcal*. Madrid, Marcial Pons Edit
- FREITAS, Rui Mimoso Aragão Figueira de (1971), *Os Madeirenses na Venezuela*. Lisboa, Edição de Dongo – Ind. Graf. Editora, Lda.
- FRONTADO Plaza, María C. (1979), *La inmigración en Venezuela durante la dictadura de Juan Vicente Gómez, 1908-1935*. Caracas, Fac. de Ciencias Económicas y Sociales-UCAB,
- FULLER, Catherine (Ed.) (2000), *The Collected Works of Jeremy Bentham*. Oxford Univ. Press, Vol. 11
- GALE Group, Inc. (2006), *Gale Directory of Company Histories. International Directory of Company Histories. Portugal*.
- GALITO, Maria Miguel Sousa (2008), *Diplomacia económica de Portugal no Atlântico. A intervenção diplomática como factor de evolução do comércio e do IDE, entre Portugal, os demais países Lusófonos e os EUA (1986-2006)*. Tese Doutoramento, Ciência Política e Relações Internacionais, Univ. Católica Portuguesa.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos (2007), *Construir el Estado, inventar la Nación. El Río de la Plata, siglos XVIII-XIX*. Buenos Aires, Prometeo Libros.
- GARCÍA, Luis Brito (1998), *Demonios del mar: piratas y corsarios en Venezuela, 1528-1727*. Caracas, Comisión Presidencial V Centenario de Venezuela.
- GARCÍA, Luis Navarro (1995), *Las Reformas borbónicas en América Latina, el plan de Intendencias y su aplicación*. Univ. de Sevilla.
- GARRETÓN, Manuel Antonio (Coord.) (2002), *América Latina: un espacio cultural en el mundo globalizado*. Bogotá, Convenio Andrés Bello, pp.97-119.
- GEERTZ, Clifford (1995). *La interpretación de las culturas*. Barcelona, Gedisa.
- GELDNER, Carl (1998), *Anotaciones de un viaje por Venezuela (1866-1868)*. Caracas, Oscar Todtmann Eds..

GERARD A. Lafleur, *Saint-Claude: Histoire d'une commune de Guadeloupe*. Paris, Karthala Editions.

GERSTÄCKER, Friedrich (1968), *Viaje por Venezuela en el año 1868*. Caracas, UCV.

GERULEWICZ, Marisa Vannini (2001), *La verdadera historia de Francisco Isnardi: español, ideólogo, forjador y héroe de la independencia venezolana*. Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes.

GOES de Paula, Sergio (Org.) (2001), *Hipólito José da Costa*. Editora 34, Coleção Formadores do Brasil

GOLDISH, Josette Capriles (2009), *Once Jews: Stories of Caribbean Sephardim*. Princeton, Markus Wiener Publishers.

GOMES Samuel, António Manuel (2002), *As relações económicas externas portuguesas: uma abordagem através da diplomacia bilateral*. Lisboa, Tese de mestrado em Economia internacional, Univ. Técnica de Lisboa.

GOMES, Carlos (1915), *Missão Comercial á Grã-Bretanha: comunicação feita á direcção da Associação Comercial de Lisboa em 4 de Janeiro*. Lisboa, ACL.

GOMES, Nancy (2009), «Os portugueses na Venezuela», in: *Relações Internacionais*. Lisboa, Dezembro 2009, Nº 24, pp.83-92.

GONZÁLEZ Deluca, María Elena (1980), «Los intereses británicos y la política en Venezuela en las últimas décadas del siglo XIX», in: *Boletín Americanista*. Barcelona, Edicions Univ. de Barcelona, Nº 30, pp.89-124.

GONZÁLEZ Deluca, María Elena (1994), *Los comerciantes de Caracas*. Caracas, Cámara de Comercio de Caracas.

GONZÁLEZ Deluca, María Elena (2001), *Negocios y política en tiempos de Guzmán Blanco*. Caracas, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico UCV.

GONZÁLEZ Granja, P. Lino (1963), *Guía turística y económica de Venezuela*. Caracas, Editorial Meta.

GONZÁLEZ Urrutia, Edmundo (1992), «El funcionario diplomático venezolano», in: Romero, Carlos (Coord.) (1992), *Reforma y política exterior en Venezuela*. Caracas, INVESP/Editorial Nueva Sociedad.

GONZALO, Marisol de (2000), «Historia diplomática. Problemas metodológicos, historiográficos y de fuentes», in: Rodríguez L. (2000), pp.79-98,

GORMSEN, Erdmann (1965), *Barquisimeto: una ciudad mercantil en Venezuela*. Caracas, Arte.

GRASES, Pedro (1973), «Dos viajeros a la Gran Colombia en 1822-1823: William Duane y Richard Bache», in: Amster, Mauricio (Edit) (1973), *Homenaje Guillermo Feliú Cruz*. Santiago de Chile, Biblioteca del Congreso Nacional, pp.199-217.

GRASES, Pedro (1981), *Preindependencia y emancipación: protagonistas y testimonios*. Caracas, Seix Barral

GRASES, Pedro (1997), *La conspiración de Gual y España y el ideario de la independencia*. Caracas, ANH.

GRASES, Pedro (Ed.) (1969), *Actas del Congreso de Angostura: Fevereiro 15, 1819 - Julho 31, 1821*. Caracas, UCV, Facultad de Derecho, Instituto de Derecho Público.

GREAT Britain. Parliament. House of Commons. *Parliamentary Papers*: 1847, Vol. 39; 1859, Vol. 16; 1863, Vol. 38; 1856, Vol. 44.

GRIFFIN, Charles C. (1940), «Privateering from Baltimore during the Spanish American Wars of Independence», in: *Maryland Historical Magazine*. Nº 35, pp.1-25.

- GROSS, Elisabeth (1989), *Vida alemana en la lejanía*. Caracas, Asociación Humboldt de Maracaibo.
- GUERRA, François-Xavier (1993). *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, Mapfre-Fondo de Cultura Económica.
- GULF Publishing Company (1938), *Refiner and Natural Gasoline Manufacturer*. Vol 17, Nº 7-12,
- HALLIDAY, Fred (1996), «The future of International Relations: fears and hopes», in: Smith, S., K. Booth y M. Zalewski (Eds.), *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, pp. 318-327.
- HALPERN Pereira, Miriam (1971), *Libre Câmbio e Desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa, Edições Cosmos.
- HANNA, Alfred Jackson e Kathryn Abbey Hanna (1960), *Confederate Exiles in Venezuela*. Tuscaloosa, Alabama, Confederate Publishing Company.
- HART, Daniel (1865), *Historical and Statistical View of the Island of Trinidad*. Londres, Judd and Glass, The Phoenix Works.
- HART, Jonathan Locke (2008), *Empires & Colonies*. Cambridge, Polity Press.
- HARTOG, Johannes (1983), *Biografía del almirante Luis Brión*. Caracas, ANH.
- HEADRICK, Daniel R.(1981), *The Tools of Empire: Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*. New York, Oxford Univ. Press.
- HERNÁNDEZ González, Manuel (1989-1990), «Comercio hispanoamericano e ideas afrancesadas; en torno a la polémica entre Valetín de Foronda y Francisco Cavaleiro Sarmiento en Filadelfia, 1808-1810», in: *Cuadernos de Investigación Histórica*. Madrid, Seminario Cisneros-Fundación Universitaria Española, Vols, 12-13, pp.93-102.
- HERNÁNDEZ González, Manuel (1991a), «Francisco Cavallero Sarmiento, un empresario al servicio de la contrarrevolución en Venezuela, 1806-1819», in: *Revista de Indias*. Madrid, Vol. 51, Nº 192, pp.375-396.
- HERNÁNDEZ González, Manuel (1991b), «Masonería norteamericana y emancipación en Hispanoamérica: la obra del canario Eduardo Barry», in: *Anuario de estudios atlánticos*. Madrid, Las Palmas, Patronato de la Casa de Colón, Nº 37, pp.337-360.
- HERNÁNDEZ González, Manuel (1995-96), «El comercio canario-norteamericano y la exportación de harinas a Cuba en el siglo XVIII», in: *Vegueta*. Univ. de Las Palmas de Gran Canaria, Anuario de la Facultad de Geografía e Historia, Nº 2, pp.81-101.
- HERNÁNDEZ González, Manuel (1999), «*El Observador español* en Londres. Un periódico fernandino contra la emancipación americana», in: *Revista de Indias*. Vol. 59, No 216, pp.439-454.
- HERNÁNDEZ González, Manuel (2004), *Comercio y emigración en América en el siglo XVIII*. Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea.
- HERNÁNDEZ González, Manuel (2006b), «Lo canario de Francisco de Miranda», em: *Catharum: revista de ciencias y humanidades*. Instituto de Estudios Hispánicos de Canarias, No 7, 2006, pp.37-51.
- HERNÁNDEZ González, Manuel (2007), *La emigración canaria a Venezuela*. Santa Cruz, Ediciones Idea.
- HERNÁNDEZ González, Manuel e M. Paz Sánchez (1986), «Francisco Cavallero Sarmiento. Noticias sobre un comerciante ilustrado», in: *Anuario de Estudios Atlánticos*. Madrid - Las Palmas, No. 31, pp.457-476.
- HERNÁNDEZ, Dilio (2005); *Historia diplomática de Venezuela: 1830-1900*. Caracas, CDCH-UCV.

- HERWIG, Holger H. (1991), *Sueños alemanes de un imperio en Venezuela*. Caracas, Monte Ávila.
- HIERNAUZ, Daniel e Alicia Lindón (Dir.) (2006), *Tratado de geografía humana*. Barcelona, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, Antropos Editorial.
- HIPPISLEY, Gustavus (1819), *A narrative of the expedition to the rivers Orinoco and Apure in South America: which sailed from England in November 1817, and joined the patriotic forces in Venezuela and Caracas*. Londres, John Murray.
- HISS, Philip Hansen (1943), *Netherlands America. The Dutch Territories in the West*. New York, Sloan and Pearce.
- HOBBSAWM, Eric (2005), *La era de la revolución. 1789-1848*. Barcelona, Crítica.
- HOBBSAWM, Eric (2007a), *La era del capital. 1848-1875*. Barcelona, Crítica.
- HOBBSAWM, Eric J. (2009). *Historia del siglo XX*. Barcelona, Crítica.
- HODGSON, Studholme (1838), *Truths from the West Indies. Including a Sketch of Madeira in 1833*. Londres, William Ball.
- HOUSES of Parliament (1871), *Commercial Reports received at the Foreign Office from Her Majesty's Consuls, in 1789-1870*. Londres, Harrison Andsons.
- HURTADO Leña, Miguel (1983), «Bolívar en la historia universal», in: *Revista del IUPC*. Caracas, IUPC, N° 11, Julho, pp.113-140.
- HYAMSON, Albert Montefiore (1951), *The Sephardim of England: A History of the Spanish and Portuguese Community, 1492-1951*. London, Methuen and Co.
- INSTITUTO dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (1997), *Guía de Fontes Portuguesas para a História da América Latina*. Lisboa, Imprensa nacional, 2 Vols.
- INSTITUTO Técnico de Inmigración y Colonización (1940), *Memoria 1939*. Caracas, ITIC.
- JENKINS, Howard Malcolm e George Overcash Seilhamer (1898), *Memorial history of the city of Philadelphia: Special and biographical*. New York History Company, Vol.2.
- JESS, Kurt Nagel von (1987), *El elemento alemán en Maracaibo, 1818-1939*. Maracaibo, Librería Cultural.
- JESUS, M. Avelino de (1991), «Formas de penetração nos mercados externos», in: Romão, António (Coord.), *Comércio Internacional (Teorias e Técnicas)*. Lisboa, Instituto do Comércio Externo Portugal, pp.281-292.
- JOHANNES, Jahn H. (1976), *Yesterday's reflections: Nassau County, Florida: a pictorial history*. Callahan, Florida Sun Printing.
- JOSLIN, David (1963), *A century of banking in Latin America (to commemorate the centenary in 1962 of The Bank of London & South America Limited)*. London, Oxford Univ. Press.
- JÚNIOR, João Feres (2009), «América/Americano. El concepto de América en el mundo atlántico (1750-1850): Perspectivas teóricas y reflexiones sustantivas a partir de una comparación de múltiples casos», in: Sebastián, Javier Fernández (Dir.) (2009), *Diccionario político y social del mundo Iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp.49-176.
- JUNTA da Emigração (1954), *Nós, os emigrantes...: no centenário do Ministério do Interior*. Lisboa, JE.
- JUNTA da Emigração (1958), *Instruções para uso dos emigrantes que se dirigem a Venezuela*. Lisboa, JE.

- KAPLAN, Marcos (1976), *Formación del Estado Nacional en América Latina*. Buenos Aires, Amorrortu Editores.
- KAPLAN, Morton A. (2005), *System and Process in International Politics*. Colchester, ECPR Press.
- KARRAS, Alan L. e John Robert McNeill (Ed.), *Atlantic American Societies: From Columbus through Abolition, 1492-1888*. London, Routledge.
- KEY, Hans Rheinheimer (1986), *Topo: historia de la colonia escocesa en las cercanías de Caracas, 1825-1827*. Caracas, Asociación Cultural Humboldt.
- KLOOSTERMAN, R. e J. RATH (2001), «Immigrant entrepreneurs in advanced economies; mixed embeddedness further explored», in: *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Volume 27, N° 2, Abril, pp.189-201.
- KOOT, Christina J. (2011), *Empire at the Periphery: British Colonists, Anglo-Dutch Trade, and the Development of the British Atlantic, 1621-1713*. New York Univ. Press.
- KORSAK, Alberto de (1889), «Un Paseo al panorama transatlántico», in: Dumas, F. G. e L. de Fourcaud (Ed.), *Revista de la Exposición Universal de París en 1889*. Barcelona, Montaner e Simón Eds., pp.53-58.
- LACLAU, Jorge Frogoni (2006), *El pirata Almeida: corsario del Río de la Plata*. Montevideo, Torre del Vigía Ediciones.
- LACOSTE, Yves (1985), «Géographie, géopolitique et relations internationales», in: *Relations internationales*, N° 41, Printemps 1985, pp.39-58,
- LAFFERRIERE, Augusto Diego (2008), *Apuntes sobre Derecho internacional y Política exterior*. Buenos Aires, DemandaStores.
- LAFLEUR, Gérard A. (1993), *Saint-Claude: Histoire d'une commune de Guadeloupe*. Paris, Karthala Editions.
- LAI, Walton Look (1993), *Indentured Labor, Caribbean Sugar: Chinesse and Indian Migrants to the British West Indies. 1838-1918*. Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press.
- LAINS, Pedro (1995), *A economia portuguesa no século XIX. Crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- LANDAETA Rosales, Manuel (1963) *Gran recopilación geográfica, estadística e histórica de Venezuela*. Caracas, Banco Central.
- LAURENCE, K. O. (1971), *Immigration into the West Indies in the 19th century*. Londres, Caribbean Univ. Press.
- LAVALLE, Bernard (1993), «Bordeaux et l'émigration au Venezuela (1850-1900). Contribution à l'étude des relations franco-vénézuéliennes au XIX siècle», in: *Bulletin Hispanique*. Vol. 95, N° 95-1, pp.295-347.
- LEAL, Ildefonso (Comp.) (1964), *Documentos del Real Consulado de Caracas*. Caracas, Instituto de Estudios Hispanoamericanos.
- LECUNA, Vicente (1983), *Crónica razonada de las guerras de Bolívar*. Caracas, Ministerio de la Defensa - Ediciones de la Presidencia de la República, Vol. 2.
- LEITE, Agostinho, Fernando Sobral, Elisabete de Sá e Eduardo Catroga (Eds.) (2008), *Alfredo da Silva, a CUF e o Barreiro: um século de revolução industrial em Portugal. Um país, dois sistemas*. Lisboa, Bnomic.
- LEITE, Joaquim da Costa (2000), «O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)», in: Fausto, Boris (Org.) (2000), *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo, Editorada Univ. de São Paulo, pp.177-200.

- LEITE, Joaquim da Costa (2006), «Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973», in: DEGEI. *Working papers*. Univ. de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, E/Nº 38/2006.
- LEITE, José Guilherme Reis (1989-1990), *O historiador António Ferreira de Serpa. A bibliografia possível*, in: *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta, Vol. IX.
- LIMA Urdaneta, Blanca Isabel de (2002), *Coro: fin de diáspora. Isaac A. Senior e Hijo: redes comerciales y circuito exportador, 1884-1930*. Caracas, FEH - UCV.
- Lisboa, José da Silva (1801-1808), *Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha para uso da Mocidade Portuguesa dedicada ao Comércio*. Lisboa, diversas tipografias, 7 Tomos.
- LISBOA, Miguel María (1954), *Relación de un viaje a Venezuela, Nueva Granada y Ecuador*. Caracas-Madrid, Ediciones Presidencia de la República.
- LISS, Peggy K. (1983), *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution, 1713-1826*. Johns Hopkins Univ. Press.
- LÓPEZ, Carmen Yuste e Matilde Souto Mantecón (2000), *El comercio exterior de México, 1713-1850: entre la quiebra del sistema imperial y el surgimiento de una nación*. México, UNAM.
- LÓPEZ, José Elíseo (1968), *La expansión demográfica de Venezuela*. Mérida, Univ. de Los Andes.
- LORENZO, Celso Ramón (1997), *Manual de Historia Constitucional Argentina*. Rosario, Editorial Juris, Tomo 2.
- LOVERA, José Rafael (1988), *Historia de la alimentación en Venezuela*. Caracas, Monte Ávila.
- LOVERA, José Rafael (1998), *Manuel Guevara Vasconcelos o 'La política del Convite'*. Caracas, ANH, Discurso de Incorporación como Individuo de número.
- LOVERA, José Rafael (2006), *Gastronáuticas: ensayos sobre temas gastronómicos*. Caracas, Fundación Bigott.
- LUCAS, Gerardo (1998), *La industrialización pionera en Venezuela: 1820-1936*. Caracas, UCAB.
- LUCENA Salmoral, Manuel (1992), *Los mercados exteriores de Caracas a comienzos de la independencia*. Caracas, ANH.
- LYNCH, John (2008), *Las revoluciones hispanoamericanas: 1808-1826*. Barcelona, Ariel.
- MACGREGOR, John (1850), *Commercial statistics: A digest of the productive resources, commercial legislation, customs tariffs, of all nations. Including all British commercial treaties with foreign states*. Whittaker and Cº, Vol. 3, p.30.
- MACHADO Rivero, Eduardo (1966), *Portugal y Venezuela*. Caracas, Italgráfica.
- MADDISON, Angus (2001), *L'économie mondiale. Une perspective millénaire*. Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques.
- MAHONEY, William D. (1916), *Memorias de un oficial de la Legión Británica*. Madrid, Editorial América.
- MALERBA, Jurandir (2000), *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil as vésperas da independência (1808- a 1821)*. S. Paulo, Companhia das Letras.
- MANIGAT, Leslie F. (1983), «Geopolítica de las relaciones entre Venezuela y el Caribe, problemática general y problemas», in: Serbin, Andrés (Comp.), *Geopolítica de las relaciones de Venezuela y el Caribe*. Caracas, Asociación Venezolana para el Avance de la Ciencia, pp.27-55.
- MANNING, William Ray (1925), *Diplomatic correspondence of the United States concerning the independence of the Latin American nations*. Oxford Univ. Press, Vol. I, Partes I-II.

- MANTECÓN, Matilde Souto (2001), *Mar abierto: la política y el comercio del consulado de Veracruz en el ocaso del sistema imperial*. El Colegio de México,
- MARICHAL, Carlos (2008), «Los ciclos de la deuda externa en América Latina en el siglo XX: una historia recurrente», in: Palacios, Marco (Dir. Vol.) (2008), *Historia General de América Latina*. UNESCO, Vol. VIII América Latina desde 1930, pp.189-212.
- MARICHAL, César Sánchez (1998), «Agustín Codazzi: el paisaje anhelado», in: Montalbán. Caracas, Instituto de Investigaciones Históricas-UCAB, N° 31, pp.11-36
- MARQUÉS Sureda, Salomó e Juan José Martín Frechilla (2002), *La labor educativa de los exiliados españoles en Venezuela*. Caracas, Fondo Editorial de Humanidades y Educación - UCV
- MARTIN, Robert Montgomery (Ed.) (1841), *The Colonial Magazine and Commercial - Maritime Journal*. Liverpool, Fisher, Son & C°, Vol. VI, September-December.
- MARTÍNEZ Mendoza, Rafael (1921), «Sobre Inmigración. Puntos primordiales de la ley de la materia que interesan al país y a los inmigrantes», in: *Boletín de la Cámara de Comercio de Caracas*. Caracas, Julio, N° 92, pp.1105-1109.
- MARTÍNEZ, Martin (1951), *Los Portugueses se lavan los pies*. Caracas, Editorial Ávila Gráfica.
- MARTINS Ribeiro, Jorge Manuel (1997), *Comércio e Diplomacia nas relações Luso-Americanas (1776-1822)*. Porto, Tese de Doutoramento em História Moderna e contemporânea, Universidade do Porto, 2 Vols.
- McCREA, Heather L. (2006), "Iberia and the Caribbean", in: Francis, John Michael (Ed.) (2006), *Iberia and the Americas: culture, politics, and history: a multidisciplinary encyclopedia*. Santa Barbara, California, ABC-Clio, pp.19-27
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli (2008), *Imprensa e poder na Corte Joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- MELGAR, José María Oliva (1987), *Cataluña y el comercio privilegiado con América en el siglo XVIII: la Real Compañía de Comercio de Barcelona*. Barcelona, Univ. de Barcelona.
- MELLO, Evaldo Cabral de (Comp.) (2001), *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo, Editora 34 Ltda.
- MENDES, J. M. Amado (1980), «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», in: *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVI (61-62), 1980-1º-2º, pp.31-52
- MENDIBLE Zurita, Alejandro (2003), «Fronteras históricas con Trinidad: Nuestro cercano y diferente vecino», in: *Presente y Pasado. Revista de Historia*. Año 8, Vol. 8, N° 15, Janeiro-Junho, pp.120-135.
- MENDONÇA, António, «Aspectos teóricos do comércio internacional», in: Romão, António (Org.) (1991), *Comércio Internacional (Teorias e Técnicas)*. Lisboa, ICE-Portugal, pp.15-38.
- MENEZES, Mary Noel (1986), *Scenes from the History of the Portuguese in Guyana*. Londres, s/e.
- MENEZES, Mary Noel (1988), «The Madeiran Portuguese and the Establishment of the Catholic Church in British Guiana, 1835-98», in: Johnson, Howard (1988), *After the Crossing. Immigrants and Minorities in Caribbean Creole Society*. Londres, Frank Cass and Company Limited, pp.57-78.
- MICHAEL, Christopher Domínguez (2005), *Vida de Fray Servando*. México, Ediciones Era, S.A.,
- MILHAZES de Freitas, Fernando Daniel (2009) *Venezuela, entre multilateralismo e bilateralismo: as suas relações com Portugal*. Univ. Fernando Pessoa, tese de mestrado, em Ciência Política e Relações Internacionais.
- MILLE, Nicolás (1965), *20 años de 'Musiues'*. Caracas, Editorial Sucre

- MILTON, John e Paul Bandia (Edit) (2009), *Agents of Translation*. Montreal, John Benjamins B. V.
- MINCHINTON, Walter E. (1980), *Silas Deane and Lord Sheffield's 'Observations on American commerce'*. Coimbra, Separata da *Revista de Universidade de Coimbra*, Col. XXVIII, Ano 1980, pp.83-98.
- MIRA, Manuel (2001), *Os Portugueses na formação da América*. Franklin, Carolina do Norte, Fundação Luso Americana de Pesquisa Histórica.
- MÓNICA, Maria Filomena (1990), *Os grandes padrões da indústria portuguesa*. Lisboa, Dom Quixote
- MÓNICA, Maria Filomena (2010), *A queda da Monarquia: Portugal na viragem do século*. Lisboa, Leya,
- MÓNICA, Maria Filomena (2010), *Os Cantos. A tragédia de uma família açoriana*. Lisboa, Alêtheia.
- MÓNICA, Maria Filomena (Coord.) (2004), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*. Lisboa, Assembleia da República - Imprensa de Ciências Sociais, 3Vols.
- MONTANER Bello, Ricardo (1961), *Historia Diplomática de la Independencia de Chile*. Santiago de Chile, Editorial Andrés Bello.
- MONTAÑÉS, Ismael Silva (1983), *Hombres y mujeres del siglo XVI venezolano*. Caracas, ANH, 4 Vols.
- MONTERO, Maritza (1992), «Identidad nacional en venezolanos hijos de inmigrantes portugueses. Un estudio de imagen en espejo» in: *Boletín de la AVEPSO*. Caracas, UCV, Nº 1-3, pp.39-50.
- MOREIRA da Cunha, José Fernando (1998), *Viagem à Venezuela*. Caracas, Estrada, Del Pino & Asociados.
- MOREIRA Mateus, Abel (2001), *Economia portuguesa. Crescimento no contexto internacional (1910-1998)*. Lisboa, Verbo.
- MORENO Molina, Agustín (2004), *Entre la pobreza y el desorden: el funcionamiento del gobierno en la presidencia de José Gregorio Monagas*. Caracas, Univ. Católica Andrés Bello.
- MOTA, Carlos Guilherme e Adriana López (2009), *Historia de Brasil: una interpretación*. Salamanca, Univ. de Salamanca.
- MYERS, Henry Morris e Phillip von Neus Myers (1871), *Life and Nature under the tropics or sketches of Travels among the Andes and on the Orinoco, Rio Negro and Amazonas*. New York, D. Appleton & Co.
- NASCIMENTO, Joselin da Silva do (2009), *Emigração madeirense para a Venezuela (1940 - 1974)*. Tese de Mestrado em Estudos Interculturais - Estudos Luso-Brasileiros, Univ. da Madeira.
- NOGUEIRA, Franco (1967), *Política externa portuguesa*. Lisboa, MRE.
- NUCETE-Sardi, José (1950), *Aventura y tragedia de Don Francisco de Miranda*. Caracas, Ministerio de Educación Nacional.
- NUDELMAN, Ricardo (2001), *Diccionario de política latinoamericana del siglo XX*. México, Océano.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2010), *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947) Actividade mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*. Imprensa da Univ. de Coimbra.
- NUNES, Maria de Fátima (2012), «Cientistas em Acção: Congressos, Práticas Culturais e Científicas (1910-1940)», in: Neto, Vítor (coord.), *República, Universidade e Academia: Colóquio Internacional República*. Coimbra, Ed. Almedina, pp. 291-311.

- NWEIHED, Kaldone G. (1992), *Frontera y límite en su marco mundial: una aproximación a la «Fronterología»*. Caracas, Instituto de Altos Estudios de América Latina – USB – Equinoccio.
- O'BYRNE, William R. (1849), *A Naval Biographical Dictionary*. London, J. Murray, Vol. 1.
- OCAMPO López, Javier O. (1989), *Santander y el Congreso de 1823: actas y correspondencia*. Bogotá, Fundación Francisco de Paula Santander.
- O'LEARY, Daniel Florencio (1981), *Memorias del general O'Leary*. Caracas, Ministerio de la Defensa, Tomo XIX.
- OLIVEIRA Marques, A. H. De (1988), *Ensaio de História da I República Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte,
- OLIVEIRA Marques, A. H. de e F. Marques da Costa (1978), *Bernardino Machado*. Lisboa, Montanha.
- OLIVEIRA Marques, António H. de (1977), *Historia de Portugal*. Palas Editores, 2 Vols.
- OLIVEIRA Salazar, António de (1951-61), *Discursos*. Coimbra Editora, 5 Vols., Vol. 1 (1938-1943), Vol. 4 (1943-1950).
- ORENSTEIN, Jeffrey (2007), «Joseph Almeida. Portrait of a Privateer, Pirate & Plaintiff. Part I», in: *The Green Bag. An entertaining Journal of Law*. George Masson University School of Law, Vol. 10, Nº 3, Spring 2007, pp.306-328.
- OROVIO, Consuelo Naranjo (Dir.) (2011), *Historia de las Antillas no hispanas*. Madrid, CSIC - Ediciones Doce Calles, Vol. III.
- OSBORNE, John (1844), *Guide to the Madeiras, Azores, British and foreign West Indies, Mexico, and Northern South-America*. London, Royal Mail Steam Packet Company.
- OSORIO Arcila, Cristóbal (2006), *Diccionario de Comercio Internacional*. Bogotá, ECOE ediciones.
- OTTE, Enrique (1975), «Los Jerónimos y el tráfico humano en el Caribe: una rectificación histórica», in: *Anuario de Estudios Hispanoamericanos*. Sevilla, CSIC, T. 32, pp.187-204.
- OTTE, Enrique (1977), *Las perlas del Caribe: Nueva Cádiz de Cubagua*. Caracas, Fundación John Boulton.
- OUELLET, Fernand, "Colonial economy and international economy: the trade of the St. Lawrence River Valley with Spain, Portugal and their Atlantic possessions, 1760-1850", in: Barbier, Jacques A., e Allan J. Kuethe (1984), *The North American role in the Spanish imperial economy, 1760-1819*. New Hampshire, Manchester Latin American Studies - Manchester Univ. Press, pp.71-111.
- OVALLES, Lautaro (1994), *Francisco Antonio Zea y el proyecto de integración Ibero-Americana*. Caracas, ANH.
- PACHECO Troconis, José Germán (2000), *El añil: Historia de un cultivo olvidado en Venezuela, 1767-1870*. Barcelona, Univ. Autónoma de Barcelona, Tesis doctoral en Historia económica, Tomo I.
- PACHECO, Antonio (2001), «Los inicios de la teoría de las relaciones internacionales. El primer debate», in: *Politeia [online]*. Caracas, Vol. 24, Nº 27, Julho-2001, pp.123-154
- PACTOR, Howard S. (Comp.) (1990), *Colonial British Caribbean Newspapers. A bibliographie and directory*. Westport, Greenwood Press.
- PÁEZ, José Antonio (1867), *Autobiografía*. New York, Hallet & Breen.
- PAIO, António Conde de São (1949), «À memória de António Ferreira de Serpa», in: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa, Vol. 2, Série II.

- PALMER, Mona *Registro Internacional del Petróleo (International Petroleum Register)* (New York, M. Palmer Publishing C°, 1947).
- PARDESSUS, Jean Marie (1845), *Collection de lois maritimes antérieures au XVIII^e siècle*. Paris, A l'Imprimerie Royale, Vol. XVI.
- PAREJO Hernández, Henry José (1998), «Relaciones diplomáticas entre Venezuela y Guyana (1966-1997)», in: *Boletín del Archivo de la Casa Amarilla*. Caracas, MRE-División de Investigación Histórica, N° 5, pp.329-408.
- PARRA Pérez, Caracciolo (1992), *Historia de la Primera República de Venezuela*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho
- PATERSON, Thomas G., J. Garry Clifford, Shane J. Maddock, Deborah Kisarsky y Kenneth J. Hagan (2010), *American Foreign Relations*. Boston, Wadsworth Cengage Learning, Vol. 2: A History. Since 1895.
- PAULO, Heloisa (2000), *Aqui também é Portugal*. Coimbra, Quarteto editora.
- PELLEGRINO, Adella (1989), *Historia de la inmigración en Venezuela. Siglos XIX y XX*. Caracas, ANCE.
- PERAZZO, Nicolás (1982), *Historia de la inmigración en Venezuela*. Caracas, Ediciones del Congreso de la República.
- PERDIGÃO, Henrique (1934), *Dicionário Universal de Literatura*. Porto.
- PEREIRA, Eduardo C. N. (1989), *Ilhas de Zarco*. Funchal, Câmara Municipal.
- PEREIRA, José Silva (1995), *América Latina*. Lisboa, Direcção-Geral do Comércio, Min. do Comércio e Turismo.
- PÉREZ, Carlota (2004), *Revoluciones tecnológicas y capital financiero. La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza*. México, Siglo XXI.
- PHILLIPS, Pablo Valdés y Juan Salazar Sparks (1987), *Manual de política mundial contemporánea* Santiago de Chile, Edit. Andres Bello.
- PICOUET, Michel e Chi-Yi Chen (1980), «Migración internacional en Venezuela», in: *Migraciones internacionales de las Américas*. Caracas, CEPAM.
- PIEPER, Renate e Peer Schmidt (Edits) (2005), *Latin America and the Atlantic World / El Mundo atlántico y América Latina (1500-1850) Essays in honor of Horst Pietschmann*. Köln, Böhlau Verlag GmbH.
- PIERRONET, Thomas (1798), «Remarks made during a residence at Strabroek Rio Demerary in the latter part of the year 1798», in: *Collections of the Massachusetts Historical Society for the year 1799*. Boston, Reprinted Charles C. Little and James Brown, Vol. VI, 1846, pp.1-15.
- PIMENTA, João Paulo G. (2007), *Brasil y las independências de Hispanoamérica*. Castelló de la Plana, Publicaciones de la Univ. Jaume.
- PINA, Madalena Esperança e Maria de Fátima Nunes (2012), «XV congresso Internacional de medicina de 1906: viagem e ciência», in: Acciaiuoli, Margarida e Ana Duarte Rodrigues (coord.), *Arte e Viagem*. Lisboa, Instituto de História de Arte / Instituto de Arte Contemporânea, pp.155-161.
- PINO Iturrieta, Elías (1991), *La mentalidad venezolana de la emancipación*. Caracas, El Dorado.
- PINO Iturrieta, Elías (1998), *Ideas y mentalidades de Venezuela*. Caracas, ANH.
- PINO Iturrieta, Elías (2003), *Las ideas de los primeros venezolanos*. Caracas, UCAB.
- PITTIER, Henry (1934), *El problema del cacao en Venezuela*. Caracas, Empresas El Cojo (*Boletín de la Cámara de Comercio de Caracas*, N° 251, 15p.).

- PLANAS Suárez, Simón (1916), *Tratado de derecho internacional público*. Madrid, Hijos de Reus. 1116
- PLANAS Suárez, Simón (1917), *Los Extranjeros en Venezuela. Su condición ante el derecho público y privado de la República*. Lisboa, Centro Tipográfico Colonial..
- PLANAS Suárez, Simón (1927), *Por la verdad*. Caracas, Tipografía Vargas.
- PLANAS Suárez, Simón (1945), *La solidaridad americana: historia y crítica de la época presente*. Caracas, s/n.
- PLANAS Suárez, Simón (1959), *Política internacional y panamericanismo ideal*. Buenos Aires, Imprenta López.
- PLANAS Suárez, Simón (1961), *Notas históricas y diplomáticas: el reconocimiento de la independencia hispanoamericana y el proyecto de confederación de la independencia de las naciones del estadista portugués Silvestre Pinheiro Ferreira*. Buenos Aires, Imprenta López. (1ª Edição: Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1918).
- PLANAS Suárez, Simón (1967), *La Doctrina Monroe*. Caracas, Empresas El Cojo.
- POAGE, George Rawlings (1925), «The Coming of the Portuguese», in: *Journal fo the Illinois State Historical Society* (1908-1984). Jacksonville, Univ. of Illinois Press, Vol. 18, Nº 1, pp.101-135.
- POCATERRA, José Rafael (1990), *Memorias de un venezolano de la decadencia: Castro, 1899-1908, Gómez, 1909-1919*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho, Vol. I.
- POCOCK, Michael Rogers (1993), *Out of the Shadows of the Past. The Story of the "Great House" of Champs Elysées, Maraval, and an Account of the Lives and Times of the Families who Lived in it 1780-1932*. London, M. R. Pocock,
- PORTES, A. e M. ZHOU (1999), «Entrepreneurship and Economic Progress in the 1990s: A comparative analysis of Immigrants and African Americans», in: BEAN, F. e S. BELL-ROSE (eds.), *Immigration and opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*. New York, Russell Sage Foundation, pp.143-171.
- PORTILLO, Julho (1983), *Venezuela - Brasil, relaciones diplomáticas, 1842-1982*. Caracas, Editorial Arte.
- POSADA, Edgar Vieira (2004), *La integración de América Latina: del Congreso Anfictiónico de Panamá en 1826 a una Comunidad LatinoAmericana o SudAmericana de naciones en el año 2010*. Bogotá, Editorial Pontificia Univ. Javeriana.
- PRIMEIRO Inquérito Parlamentar sobre a Imigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.
- PURROY, M. Ignacio (1986), *Estado e industrialización en Venezuela*. Valencia, Vadell Hermanos Editores.
- QUEIRÓS, Francisco Fortunato (1983), *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822)*. Porto, Edição do Centro de História da Univ. do Porto, 1ª Parte (Repositorio-aberto.up.pt/).
- QUEVEDO, Raul (2001), *Constructores da Liberdade. A história de dois jornalistas que mudaram a consciência do mundo*. Canoas, Editora da Univ. Luterana do Brasil.
- QUILES-Calderin, Vivian (Comp.) (2000), *Epistolario / Eugenio Maria Hostos*. San Juan, Inst. de Estudios Hostosianos - Editorial de la Univ. de Puerto Rico, Vol. III, T I Epistolario (1865-1878).
- RAMÍREZ, Braulio Antón (1865), *Diccionario de bibliografía agronómica y de toda clase de escritos relacionados con la agricultura, seguido de un índice de autores y traductores con algunos apuntes biográficos*. Madrid, Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra.

- RAMÓN, Armando de, Juan Ricardo Couyoumdjian e Samuel Vial (1993), *Ruptura del viejo orden hispanoamericano*. Santiago de Chile, Editorial Andrés Bello.
- RAMOS, Carlos Vieira (Org.) (1913), *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes*. Lisboa, Typographia Adolpho de Mendonça.
- RAMOS de Ó, Jorge (1999), *Os anos de Ferro. O Dispositivo cultural durante a 'Política do Espírito'. 1933-1949*. Lisboa, Editorial Estampa.
- RAMOS, Rui (Coord.) (2009), *História de Portugal*. Paço de Arcos, Expresso/Impresa Publishing, 6 Vols.
- RANGEL, Domingo Alberto (2005), *Gómez, el amo del poder*. Valencia, Mérida editores.
- RATTO, José Joaquim (1899), *O commercio de vinhos portugueses na America*. Conferência realizada no Centro Comercial do Porto, 19-10-1899. Porto, Typ. de Arthur J. De Sousa & Irmão.
- RAVIGNANI, Emilio (Dir.) (1921) *Documentos para la Historia Argentina*. Buenos Aires, Talleres de la Casa Jacobo Peuser, Vol. XIV.
- RECOPIACIÓN de leyes y decretos de Venezuela*. Caracas, Imprenta Bolívar, Vols. 16, 17.
- REES, Abraham (1819), *The Cyclopaedia or Universal Dictionary of Arts, Sciences, and Literature*. London, Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown, Vol. 38.
- REIS, Charles (1926), *Brief History of the Associação Portuguesa Primeiro de Dezembro*. Porto-de-Espanha, Franklin's Electric Printery.
- REIS, Jaime (Ed.) (1993), *O atraso económico português em perspectiva histórica: Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. Lisboa, INCM.
- REISS, Oscar (2004), *The Jews in Colonial America*. North Carolina, McFarland & Company.
- RENOUVIN, Pierre (1998), *Historia de las relaciones internacionales (Siglos XIX y XX)*. Madrid, Ediciones Akal, 2 Vols.
- RESENDE, Erica Simone Almeida (2010), *A crítica pós-moderna / pós-estruturalista nas relações internacionais*. Boa Vista, Editora da Univ. Federal de Roraima.
- RIBEIRO, Ana Margarida Correia Almeida (2007), *A evolução do paradigma diplomático: a emergência da diplomacia económica - o caso Português*. Lisboa, Tese de mestrado em Relações Internacionais, Univ. Técnica de Lisboa.
- RIBEIRO, João Adriano (2006), *Madeira's Emigration to St. Vincent's island in Antilles*. Madeira, Editorial Calçamar.
- RIBEIRO de Meneses, Filipe (2010), *Salazar: uma biografia política*. Alfragide, D. Quixote.
- RINGROSE, David R. (1987), *Imperio y península. Ensayos sobre historia económica de España (Siglos XVI-XIX)*. Madrid, Siglo XXI de España Editores.
- RIÓ, Ángel del (1981), *La misión de don Luís de Onís en los Estados Unidos. (1809-1819)*. Barcelona, Talleres Novagrafik.
- RIVIÈRE, Peter (1995), *Absent-Minded Imperialism: Britain and the Expansion of Empire in Nineteenth-Century Brazil*. Londres, Tauris Academic Studies.
- RIVIÈRE, Peter (Edit.) (2006), *The Guiana Travels of Robert Schomburgk, 1835-1838*. Cambridge, University Press-The Hakluyt Society, Vol. I: Explorations on behalf of the Royal Geographical Society 1835-1839.
- RIXO, José Agustín Álvarez (2008), «Noticias biográficas de algunos isleños canarios», in: *Estudios históricos*. Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea, pp.46-47.

- ROBINSON, David J. (1974), «'Numancia' y 'Pattisonville'. Experimentos agrícolas del siglo XIX en la cuenca del Bajo Orinoco», in: *Boletín Histórico*. Caracas, Fundación John Boulton, N° 35, pp.226-231.
- ROCHA-Trindade, M. B. (1981), «A emigração portuguesa: as políticas do “trajecto de ida” e de “ciclo fechado”», in: *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa, N° 1-2, pp.71-90.
- ROCHA-Trindade, Maria Beatriz (1998), «Emigração portuguesa: os reflexos na origem», in: Vitor Wladimiro Ferreira (Org.), *Portugal 45-95, nas artes, nas letras e nas ideias*. Lisboa, Centro Nacional de Cultura, pp.287-307-
- RODE, Heinrich (1993), *Los alemanes en el Táchira (siglo XIX y XX)*. Caracas, Biblioteca de autores y temas tachirenses.
- RODRIGUES de Brito, Joaquim José (1803), *Memorias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal*. Lisboa, na Impressão Regia.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento (2012), *Portugal na bancarrota*. V.N.Famalição, Centro Atlântico.
- RODRÍGUEZ Campos, Manuel (1989), *La Libranza del sudor: el drama de la inmigración canaria en Venezuela entre 1830 y 1859*. Caracas, ANH.
- RODRÍGUEZ Campos, Manuel (2003), *Venezuela 1902: la crisis fiscal y el bloqueo: perfil de una soberanía vulnerada*. Caracas, UCV.
- RODRÍGUEZ Campos, Manuel (2007), «La geografía del poblamiento decimonónico y de la Venezuela prepetrolera», in: Cunil Grau, Pedro (Coord.), *GeoVenezuela*. Caracas, Fundación Polar, pp.254-285.
- RODRÍGUEZ L., José Ángel (1988a), *Alejandro Hernández, historias de una pasión*. Caracas, Centauro.
- RODRÍGUEZ L., José Ángel (1988b), *Pampero. Una tradición. Una industria*. Caracas, Fundación Pampero.
- RODRÍGUEZ L., José Ángel (1994), *El paisaje del riel en Trujillo: 1880-1945*. Caracas, ANH.
- RODRÍGUEZ L., José Ángel (2009). *Al son del ron. Azúcares y rones de Venezuela y la cuenca del Caribe*. Caracas, Ediciones B.
- RODRÍGUEZ L., José Ángel (Comp.) (1999), *Alemanes en las regiones equinocciales*. Caracas, Alfadil - UCV - Alexander von Humboldt Stiftung.
- RODRÍGUEZ L., José Ángel (Ed. Comp.) (2000), *Visiones del Oficio: historiadores venezolanos en el siglo XXI*. Caracas, Comisión de Estudios de Postgrado, UCV.
- RODRÍGUEZ, Adolfo (1981), «Trama y ámbito del comercio de cueros en Venezuela» in: *Boletín Americanista*. Año 23, N° 31, pp.187-218.
- RODRÍGUEZ, Manuel Alfredo (1969), *El Correo del Orinoco*. Caracas, Instituto Nacional de Cultura y Bellas Artes.
- RODRÍGUEZ, Mario (1994), *'William Burke' and Francisco de Miranda: the Word and the Deed in Spanish América's emancipation*. New York, Univ. Press of América.
- RODRÍGUEZ, Moisés Enrique (2007), «Los mercenarios de la libertad: voluntarios británicos en las guerras de independencia de América Latina» in: *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid, Tomo CCIV, N° 1, Janeiro-Abril 2007, pp.29-44.
- ROLLO, Fernanda (1994), *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*. Lisboa, Estampa.

ROSAS, Fernando (1990), *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa, Estampa.

ROSAS, Fernando e Maria Fernanda Rollo (Coord.) (2009), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China

ROSAS, Fernando e J. M. Brandão de Brito (Dir.) (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*. [S.l.]: Círculo de Leitores.

ROTH, Vincent (1943), *Where is it? A Gazetteer of British Guiana*. Georgetown, Daily Chronicle.

ROTHSTEIN, Bo (2001), «Las instituciones políticas: una visión general», in: Goodin, Robert e Hans-Dieter Klingemann (Eds.) (2001), *Nuevo manual de ciencia política*. Madrid, Ediciones Istmo, pp.199-246.

SALAS Lozada, Vaughan e César Casas Rincón (1985), *Cámara de Comercio de Maracaibo: 90 años. Reseña histórica, 1894-1984*. Maracaibo, Cámara de Comercio de Maracaibo.

SALMORAL, Manuel Lucena (1990), *Características del comercio exterior de la provincia de Caracas durante el sexenio revolucionario (1807-1812)*. Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana – Sociedad Estatal Quinto Centenario.

SALVADOR, José María (2001), *Efímeras efemérides. Fiestas cívicas y arte efímero en la Venezuela de los siglos XVII-XIX*. Caracas, UCAB.

SÁNCHEZ, Gloria Inés Ospina (1988), «La política internacional de la Gran Colombia: sus negociaciones con España», in: *Quinto Centenario*. Madrid, Edit. Univ. Complutense, N° 14.

SÁNCHEZ, Manuel A. de Paz (1984), *Historia de la francmasonería en las Islas Canarias (1739 - 1936)*. Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria.

SÁNCHEZ-Albornoz, Nicolás (2001), «La emigración española a América: cinco siglos de idas y vueltas», in: AA. VV. (2001), *Imigração e emigração nas ilhas*. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Col. Memórias 34, pp.7-25.

SÁNCHEZ-Barba, Mario Hernández (1988), *Formación de las naciones iberoamericanas (siglo XIX)*. Madrid, Anaya.

SÁNCHEZ-Barba, Mario Hernández (1989), *Historia General de España y América*. Madrid, Ediciones Rialp, Vol. 15.

SANER, Raymond e M. Varinia Michalun (2009), *Negotiations between state actors and non-state actors: case analyses from different parts of the world*. Dordrecht, Netherlands - St. Louis, Mo., Republic of Letters Publishing.

SANTOS Freixinho, José dos (1995), *Relações internacionais entre Portugal e Venezuela: período colonial (séculos XVI a XVIII) e pós-colonial (1850-1910)*. Porto, Tese de mestrado História Ibero-Americana, Univ. Portucalense.

SANTOS, Vanda (2004), *O Discurso oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa, Observatório da Imigração.

SARDI, Julio (1962), *Paginas olvidadas*. Mérida, Univ. de Los Andes.

SASSEN-Koob, Saskia (1983), «Crecimiento económico e inmigración en Venezuela», in: *Migraciones internacionales en Las Américas*. Caracas, CEPAM.

SATOW, Ernest (2011), *A Guide to Diplomatic practice*. New York, Cambridge University Press.

SEGUI González, Luis (1969), *La inmigración y su contribución al desarrollo*. Caracas, Monteávila Editores..

SEIJAS, Rafael Fernando (1875), *Colonización general de Venezuela. 150.000 Hectáreas de tierra*. Caracas, Imprenta Federal.

Semi-Monthly Market Report. Port of Spain, Vol. 19, Nº 1, 6-01-1888.

SEQUERA Tamayo, Isbelia e Rafael J. Crazut (Coord.) (1992), *La Inmigración en Venezuela*. Caracas, ANCE.

SERFATY, Moisés Garzon (2010), «Aporte de los Judíos Marroquies a Venezuela», in: *Revista Maguén-Escudo*. Caracas, Asociación Israelita de Venezuela - Centro de Estudios Sefardíes de Caracas, Nº 154, Janeiro-Março 2010, pp.60-62.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977-86), *História de Portugal*. Lisboa, Verbo, Vols. 8-10.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1986), «Comienzo de las relaciones consulares entre Venezuela y Portugal. Siglo XIX» in: *Boletín de la ANH*. Caracas, Nº 276, Vol. LXIX, Outubro-Dezembro-1986, pp.1111-1116

SERRÃO, Joel (1982), *A emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte.

SERRÃO, Joel (Dir.), António Barreto e Maria Filomena Mónica (Ed.) (1992-2000), *História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 9 Vols.

SHAPIRO, Celia D. (2009), «Nation of Nowhere: Jewish Role in Colonial American Chocolate History», in: Grivetti, Louis Evan e Howard-Yana Shapiro (Eds.), *Chocolate: History, Culture, and Heritage*. New Jersey, John Wiley & Sons.

SILBERT, Albert (1977), *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa, Livros Horizonte.

SILVA dos Santos, Marcos David (2013). *A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821): perspectivas diplomáticas e independência do Brasil*. Univ. do Porto.

SILVA Faria Costa, Maria de la Assuncion da (2002), *A comunidade portuguesa na Venezuela: integração e retorno ao país de origem*. Porto, Tese de mestrado Relações Interculturais, Univ. Aberta.

SILVA Souza Pequeno, Eliane de (2006), «Mura, guardiães do caminho fluvial», in: *Revista de Estudos e Pesquisas*. Brasília, FUNAI, Vol. 3, Nº1/2, Julho-Dezembro, pp.133-155.

SILVA, Inocencio Francisco da (1859), *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Imprensa nacional-Casa da moeda, Vol. III.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2007). *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora da Univ. do Estado do Rio de Janeiro.

SOARES, Maria José (1985), «Destino Curaçao», in: *Atlântico*. Funchal, Nº 2, Verão 1985, pp.114-119.

SOCIEDAD Bolivariana de Venezuela (1968), *Escritos del Libertador*. Caracas, La Sociedad, Vol. 4.

SODRÉ, Nelson Werneck (2004), *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda.

SOEST, Jaap van (1979), «El establecimiento de la Shell en Curaçao en 1915», in: *Los estudios históricos en América Latina*. Caracas, FHE-UCV, II Encuentro de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe, Março/1977, Vol. II, pp.529-539.

SOEST, Jaap van (1977), *Olie als water. De Curaçaose Economie in de eerste helft van de Twintigste eeuw*. Univ. van de Nederlandse Antillen - De Walburg pers.

SOLANA, Ana Crespo (2006), *América desde otra frontera. La Guayana holandesa (Surinam): 1680-1795*. Madrid, CSIC.

SOLANA, Ana Crespo e María Dolores González-Ripoll (Coord.) (2011), *Historia de las Antillas no hispánicas*. Madrid, CSIC - Ediciones Doce Calles.

- SOLER, María Rosario Sevilla (1988), *Inmigración y cambio socio-económico en Trinidad: 1783-1797*. Madrid, CSIC.
- SOMBRA Saraiva, José Flávio (2003), «Um percurso académico modelar: Amado Luiz Cervo e a afirmação da historiografia das relações internacionais no Brasil», in: Rezende Martins, Estevão Chaves (Org.), *Relações Internacionais. Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília, IBRI, pp.17-62.
- SOUSA Franco, António de (1982), «Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-80», in: *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVIII (72-73-74), 1982-3º-4º-5º, pp.1105-1138,
- SOUSA, Fernando de e Jorge Fernandes Alves (1999), *A Associação Industrial Portuense. Para a história do associativismo empresarial*. Porto, Associação Industrial Portuense, Câmara de Comércio e Indústria.
- SUÁREZ Sarmiento, Gitanjali (2000), *Diagnóstico sobre las migraciones caribeñas hacia Venezuela*. Buenos Aires, Organización Internacional para las Migraciones.
- STEIN, Barbara H. e Stanley J. Stein (2009), *Edge of Crisis. War and Trade in the Spanish Atlantic, 1789-1808*. Baltimore, Johns Hopkins Univ. Press.
- STERN, Geoffrey (2000) *The Structure of International Society: An Introduction to the Study of International Relations*. London, Continuum International Publishing Group.
- STRAKA, Tomás (2000), *La voz de los vencidos. Ideas del partido realista de Caracas, 1810-1821*. Caracas, Comisión de Estudios de Postgrado, Facultad de Humanidades y Educación, UCV.
- SZLAJFER, Henryk (1990), «Economic Nationalism of the Peripheries as a Research Problem», in: Szlajfer, Henryk (Ed.) (1990), *Economic Nationalism in East-Central Europe and South America. 1918-1939*. Centre of International Economic History, Univ. of Geneva, Droz, pp.55-132.
- TANDRÓN, Humberto (1976), *El Real Consulado de Caracas y el comercio exterior de Venezuela*. Caracas, UCV.
- TEIXEIRA, Vitor Paulo Freitas (2009), *Entre a Madeira e as Antilhas. A Emigração para a Ilha de Trinidad. Século XIX*. Funchal, Univ. da Madeira, Tese Mestrado em Estudos Interculturais.
- TEJERA París, Enrique (1987), «Inmigración: de panacea a dolencia», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Abril-Junho 1987, Nº 278, pp.341-343.
- TELLO, Pilar León (1985), *El Ejército expedicionario de Costa Firme: documentos del Conde de Torrependo conservados en el Archivo Histórico Nacional*. Madrid, Real Academia de la Historia.
- TELO, António José (1993), *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898/1948)*. Lisboa, Edic. Asa.
- TELO, António José (2000), *A neutralidade portuguesa e o ouro Nazi*. Lisboa, Quetzal.
- THE Kopelman Foundation (2002-2011), *JewishEncyclopedia.com*.
- THE London Venezuelan Guyana Mutual Emigration Society (1869). *Venezuelan Colony. Prospectus with Code of Laws, etc., in the Settlement and Colony of Pattisonville*. Londres, Robinson (1974).
- THIRION Montauban, Eugene (1867), *Etats-Unis de Vénézuéla: statistique présentée à la Commission Impériale de l'Exposition Universelle de 1867*. Paris, Imprimerie de Mme. Veuve Bouchard-Huzard.
- THIRION-Montauban, Eugène (1968), *Voyage sur l'Orenoque d'Angostura a Rio Negro. République du Vénézuéla. Frontière du Brésil*. Caracas, Oficina Central de Información, [s/pp].
- THOMAS-Hope, Elizabeth M. (1978), «The Establishment of a Migration Tradition: British West Indian Movements to the Hispanic Caribbean in the Century after Emancipation», in: Clarke, Colin

- G (edit.), *Caribbean Social Relations*. Univ. of Liverpool, Centre for Latin American Studies, Monograph N° 8.
- THOMPSON, Edward P. (1978). «Folklore, Anthropology and Social History», in: *Indian Historical Review*, N° 2.
- THOMPSON, G. A. (1812), *The Geographical and Historical Dictionary of America and the West Indies*. London, James Carpenter, Vol. I.
- TIERNAN, Charles Bernard (1901), *The Tiernan and other Families*. Baltimore, s/d.
- TORRE, Hipólito de la e Josep Sánchez Cervelló (1992). *Portugal en el siglo XX. La historia en sus textos*. Madrid, Ediciones Istmo.
- TORRES Costa, Joaquim (1997), *Percurso com regresso(s): estratégias e trajetórias sociais num percurso local da emigração para Venezuela*. Porto, Tese de mestrado Relações Interculturais, Univ. Aberta.
- TOURAINÉ, Alain (1989), *América Latina. Política y sociedad*. Madrid, Editorial Espasa-Calpe.
- TOVAR, Ramón A. (1968), *La población de Venezuela*. Caracas, Instituto de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Sociales, UCV.
- TRAVASSOS Valdez, Joaquim Maria (1924), *Por Venezuela e Guatemala*. Lisboa, Tip. Dores & Santos.
- UGALDE, Luis (1994), *Mentalidad económica y proyectos de colonización en Guayana en los siglos XVIII y XIX: el caso de la Compañía Manoa en el Delta del Orinoco*. Caracas, ANCE.
- URBANEJA, Diego Bautista (2007), *La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días*. Caracas, UCAB.
- URRUTIA, Francisco José (1918), *Los Estados Unidos de América y las Repúblicas hispano-americanas de 1810 a 1830: páginas de Historia diplomática*. Madrid, Editorial América.
- VALDEPARES, J. R. Díaz (1904), *Indicador Comercial e Industrial de Caracas para 1904 a 1905*. Caracas, Tipografía Universal, 2da. Parte.
- VALDEZ, António (Comp.) (1855). *Anuario Portuguez, histórico, biográfico e diplomático*. Lisboa, Typografia da Revista Universal.
- VALLENILLA Lanz, Laureano, *Cesarismo democrático. Estudios sobre las bases sociológicas de la constitución efectiva*. Caracas, Monteávila, 1994.
- VALLENILLA Lanz, Laureano, *Disgregación e integración: ensayo sobre la formación de la nacionalidad venezolana*. Caracas, Univ. Santa María, 1984.
- VÁSQUEZ, Josefina Zoraida (Dir. Vol.) (2008), *Historia general de América Latina*. UNESCO-Editorial Trotta, Vol. VI.
- VELÁSQUEZ, Ramón J. (1979), *Confidencias imaginarias de Juan Vicente Gómez*. Caracas, Ediciones Centauro.
- VERACOECHEA, Ermila Troconis de (1986), *El proceso de la inmigración en Venezuela*. Caracas, ANH.
- VIEIRA, Alberto (1990), «Emigration from the Portuguese Islands in the Second Half of the Nineteenth Century: The Case of Madeira», in: Higgs, David (Org.), *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, pp.42-58.
- VIEIRA, Antonio (Trad) e J. Dias do Canto (Corr.) (1827), *Dictionary of the Portuguese and English Languages*. Londres, J. Collingwood, Vol. 1, p. MOD-MOE.

- VIGEVANI, Tullo e Karina L. Pasquariello Mariano (1997), «A Burocracia na integração regional (e no Mercosul): influência no processo decisório», in: *Cadernos Cedec*. São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, N° 61.
- VIGIL, Percy A. (2011) «Teoría del Estado», in: *La Razón Histórica*. Instituto de Estudios Históricos y Sociales, N° 16, pp.78-85.
- WALDINGER, R., H. ALDRICH e R. WARD (1990), *Ethnic entrepreneurs. Immigrant business in industrial societies*. Newbury Park, California, Sage Publications.
- WALTER, Rolf (1985), *Los alemanes en Venezuela*. Caracas, Asociación Cultural Humboldt.
- WESTMAAS, Nigel David (2006), *A Mirror of Social and Political Ferment: The Newspaper Press of Guyana: 1839-1899*. New York, Binghamton Univ., Dissertation for Doctor degree.
- WESTPHALEN, Jürgen (1971), *América Latina y Europa. Problemas de actualidad*. Hamburgo, Übersee Verlag.
- WIARDA, Howard J. (1996), *Iberia and Latin America. New Democracies, New Policies, New Models*. Maryland, Rowman & Littlefield Publishers.
- WILLIAMS, Greg H. (2009), *The French assault on American shipping, 1793-1813: a history and comprehensive record of merchant marine losses*. North Carolina, McFarland & Company, Inc.
- WOOD, Donald (1968), *Trinidad in Transition: The Years after Slavery*. London, Oxford Univ. Press.
- YANES, E. A. (1925), «Don Telésforo de Orea. Su misión diplomática en los años de 1811 y 1812», in: *Boletín-ANH*. Caracas, ANH, Tomo 8, N° 31, Setembro, pp.39-68.
- YÁÑEZ, Francisco Javier (1840), *Compendio de la Historia de Venezuela*. Caracas, Imprenta de A. Damiron.
- ZAWISZA, Leszek M. (1980), *Colonia Tovar: tierra venezolana*. Caracas, UCV.
- ZEA, Leopoldo (1976), *Filosofía y cultura latinoamericana*. Caracas. Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos,

Fontes electrónicas

- AFONSO, Óscar e Álvaro Aguiar (2004), «Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX», in: *CEMPRE, Working Papers*. Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Univ. do Porto, Faculdade de Economia, N° 146, Maio 2004 (Consulta: 20-07-2012, - www.fep.up.pt).
- ALMANAQUE Republicano. (Consulta: 18-05-2011, -<http://arepublicano.blogspot.com/>)
- AMÉRICAN Philosophical Society. (Consulta: 15-10-2011 - <http://www.amphilsoc.org/mole/view?docId=ead/Mss.B.C81.1-ead.xml>)
- ARCHIVO Asamblea Nacional. 2011. (-<http://www.asambleanacional.gov.ve>)
- ASSOCIATION French Lines (1998-2013), «Paquebot Guadeloupe. Compahnie Générale Transatlantique. 1907-1915». (Consulta: 15-9-2011 -<http://www.frenchlines.com>)
- BRITANNICA.com (2002), *Encyclopædia Britannica. (EBritain)*. Chicago, Edição Cd.
- DEAS, Malcolm (2004), «Powles, John Diston (1787/8–1867)», in: Matthew, H. C. G. e Brian Harrison (Eds.), *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford Univ. Press (Consulta: 20-02-2011-<http://www.oxforddnb.com/>).
- DUARTE, António Portugal e João Sousa Andrade (2003), «Funcionamento do Padrão-Ouro em Portugal: Análise de alguns aspectos macroeconómicos», in: *XXIII Encontro da Associação*

Portuguesa de História Económica e Social. Coimbra, 7/8-11-2003. (Consulta: 12-01-2012, - www4.fe.uc.pt/portugal/docs/apresentacao_padrao_ouro_antonio_portugal_sousa_andrade.pdf)

EMBAJADA de la República Bolivariana de Venezuela en Portugal. 2011. www.embavenezuela.pt
EXPRESSO digital. 2011. (-<http://aeiou.expresso.pt/>)

FERREIRA dos Santos, José (2009), «Quatro navios com o nome de 'Carvalho Araújo'», in: *Revista de Marinha*. 19-06-2009 (Consulta: 23-Agosto-2012. -www.revistademarinha.com).

FISHER'S colonial magazine and journal of trade, commerce and banking. Vol I, Nº 8. (Consulta: 5-5-2010, -<http://www.nla.gov.au/ferg/issn/1460597X.html>).

FRANK, Erwin H. (2006), «Os trabalhos dos Irmãos Schomburgk como fontes da Etnohistoria da área etnográfica da Guiana Ocidental», in: *25ª Reunião da ABA*. Goiânia. (Consulta: 3-01-2012 - <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Erwin.pdf>).

FUNDACIÓN Polar (2000), *Diccionario da Historia da Venezuela (DHV-FP)*. Caracas, Edição Cd. GENEALL.net/pt/. Dados genealógicos «Andresen».

HERNÁNDEZ González, Manuel (2006a), «Francisco de Miranda y Canarias», in: *Tierra Firme. Revista de Historia y Ciencias Sociales*. Caracas, Vol. 24, No 96, (versión digital en - <http://www2.scielo.org.ve/>).

HERNÁNDEZ González, Manuel (2010), «Entre Europa y América. El Periodismo de Cabral de Noroña. Del *Duende Político Gaditano* al *Observador Español en Londres*», in: *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*. Revista Digital-Grupo de Estudios del Siglo XVIII. Univ. de Cádiz, Nº 16. (Consulta: 17-04-2011, -revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/.../801)

KIRBY, Jostin (2011), «Walker Pereira De Freitas. British Guiana Connection» e «Smiths, Walkers and Psails», in: *A tale of downward social mobility*. (Consulta: 29-08-2011 - descentfromadam.wordpress.com/).

LEVI, Joseph Abraham (2003), «Do Êxodo ao Êxito: Crónicas do sucesso sefardita no Novo Mundo (1492-1829)» (Consulta: 19-04-2012, -triplov.com (Comemorações Internacionais dos 10 anos da RIHECOB)).

LICEU Nacional da Horta, de 1875. Francisco do Canto Bettencourt (Consulta: http://www.tomanel.net/paginas/liceuHORTA_alunos.htm) Cf.: <http://www.geneall.net/>

LUSTOSA, Isabel (2002), *Homem fora do lugar com idéais no lugar: Hipólito da Costa e um projeto para o Brasil*. Caxambu, XXVI Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 22-26 Outubro, (Consulta: 8-11-2012, - www.anpocs.org/portal/index).

MARTÍNEZ, Carlos Antonio, *General Francisco de Miranda Father of Revolutionary Masonry in Latin América*. Northern California Research Lodge (Consulta: 4-7-2011- www.northerncaliforniaresearchlodge.org/)

MENEZES, Mary Noel (2000), «Some preliminary thoughts on Portuguese emigration from Madeira to British Guiana». (Consulta: 30-05-2010, in: <http://www.guyana.org/special/portuguese.html>).

MONTBRUN, Alan de (Posted: Sun, 02/25/2007), (Consulta: 17-08-2011 -demontbrun.com).

MOREIRA, Cristina e Jari Eloranta (2009), «US-Portuguese trade in the era of the first real world War and Beyond: instability and opportunity, 1796-1831». *Economic History Society*, pp.11-14. (Consulta: 10-10-2011 - www.ehs.org.uk/ehs/conference2009/Assets/MoreiraElorantapaperFullPaper.pdf)

NOVALES, A, Gil, «Cabral de Noronha, Miguel (S. XVIII - XIX)», in: *MCNBiografias*. (Consulta: 17-4-2011, in: -<http://www.mcnbiografias.com/app-bio/do/show?key=cabral-de-noronha-miguel>)

NUNES, Maria de Fátima (2011), «Construção de identidades europeias: os Congressos científicos, laboratórios de construção de identidades. Breves considerações», in: *Debater a Europa*. Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. Nº 5, Julho-Dezembro. (Disponível em: [http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debaterueropa/](http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debaterueuropa/))

OCAMPO, José Antonio (1998), «Cincuenta años de la CEPAL», in: *Revista de la CEPAL*. Santiago de Chile, S/N, Número extraordinario: *CEPAL cincuenta años, reflexiones sobre América Latina y el Caribe*, Outubro 1998. (Consulta: el 05-05-2011 -www.cepal.org).

OJE. 2010. www.oje.pt

PAINE, Thomas (1783), «A Supernumerary Crisis. To the People of América», in: *Common Sense*. New York, 9-12-1783. (Consulta in: -<http://www.constitution.org/tp/amer crisis19.htm>).

PUBLIC Record Office (PRO), London. *Portuguese of the West Indies* (Consulta: 16-06-2010 - <http://freepages.genealogy.rootsweb.ancestry.com/~portwestind/>)

RABBE, Vieil de Boisjolin et Sainte-Preuve (Dirs) (1836), *Biographie universelle et portative des contemporains, ou Dictionnaire historique des hommes vivants et des hommes morts depuis 1788 jusqu'à nos jours*. Paris, Chez l'éditeur, Vol. II, pp.1559-1560. (Consulta: 24-11-2011, in: - <http://www.mcnbiografias.com/>)

RAMÓN, Bernardo Cabo (2010), «El Sitio Luna y el templete de los Renshaw, en Lomo Nieves», in: *Puerto de la Cruz, sus gentes y sus cosas*. (Consulta: 19-6-2011 - <http://bernardocabo.blogspot.com/search/label/>).

RTP Notícias. 2011. (-<http://www.rtp.pt/>)

SCOTT, James Brown (Dir.) (1923), *Prize cases decided for the United States Supreme Court, 1789-1918. Including also cases on the instance side in which questions of Prize Law were involved*. Oxford, Division of International Law of the Carnegie Endowment for International Peace - Supreme Court - Clarendon Press, Vol. II, III. (Consulta: 20-5-2011, in: www16.us.archive.org).

TERRAGNO, Rodolfo (2009), *Diario íntimo de San Martín. Londres, 1824. Una misión secreta*. Buenos Aires, Editorial Sur Americana. (Consulta: 7-9-2012, - <http://www.diariodesanmartin.com.ar/>).

UOL-Últimas Notícias. 2008. -<http://noticias.uol.com.br>

VIDALES, Carlos (1988), *Bernadotte, San Bartolomé y los insurgentes de Tierra Firme (La ayuda de Suecia a la causa bolivariana)*. Estocolmo, Instituto de Estudios Latinoamericanos, Univ. de Estocolmo, Informe Nº 53. (Consulta: 26-12-2011, in: hem.bredband.net/rivvid/historia/sbtotal4.htm)

VIDALES, Carlos (1994), «San Bartolomé: Las Antillas suecas y la Independencia hispanoamericana (1810-1830)» (Consulta: 26-12-2011, - <http://hem.bredband.net/rivvid/historia/sbarteb.htm#>)

VIDALES, Carlos (2011?), *Severin Lorich y su misión en Colombia (1823)*. (Consulta: 5-8-2011, in: -<http://vidales.tripod.com/lorich1>)

VISÃO Digital. 2010. (-<http://aeiou.visao.pt/>).